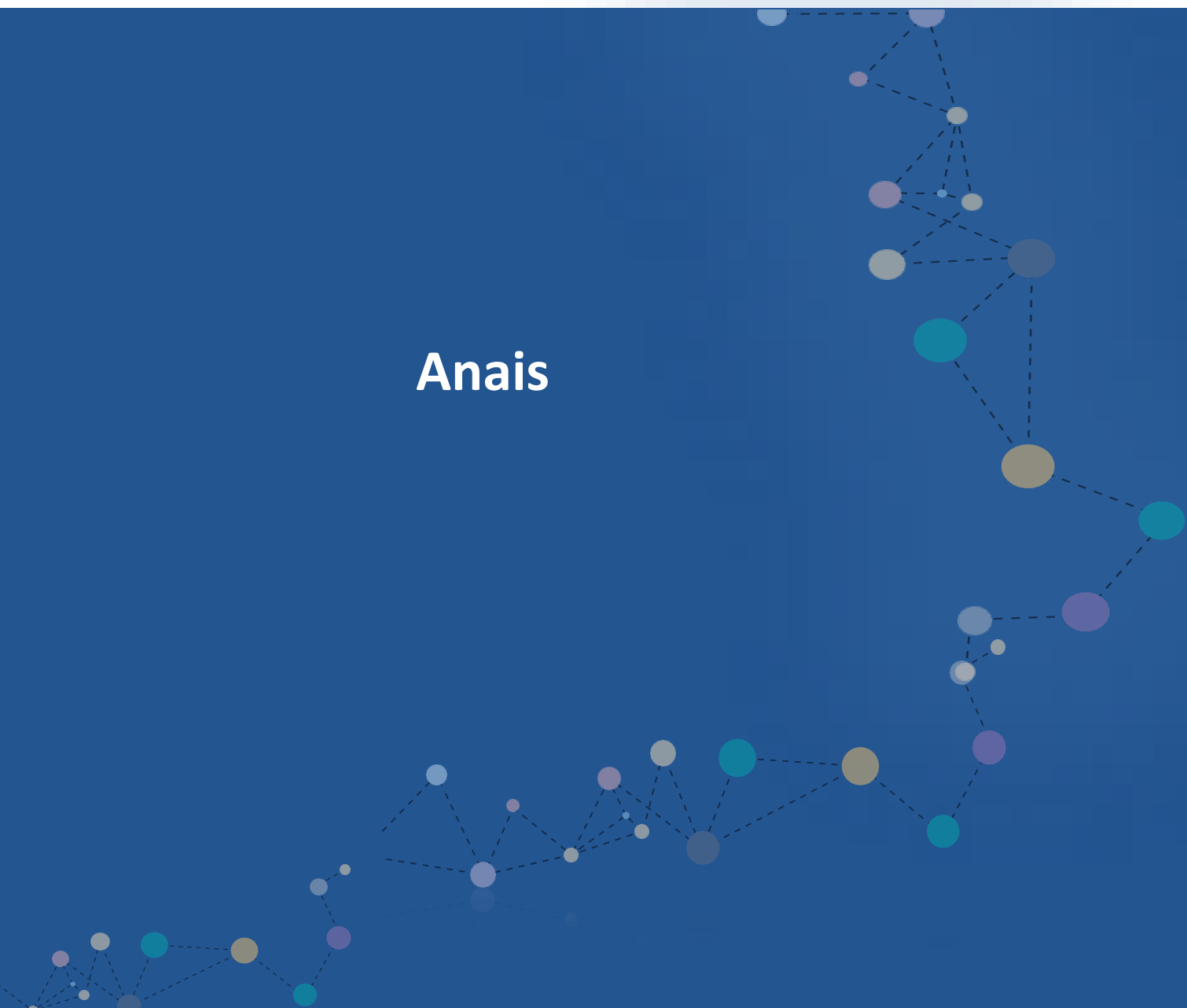


Encontro Anual de INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESPAR



IX EAIC Unespar
2023

Anais



Thaís Gaspar Mendes da Silva
Lucimary Afonso dos Santos
Suzana Pinguello Morgado
(Organizadoras)

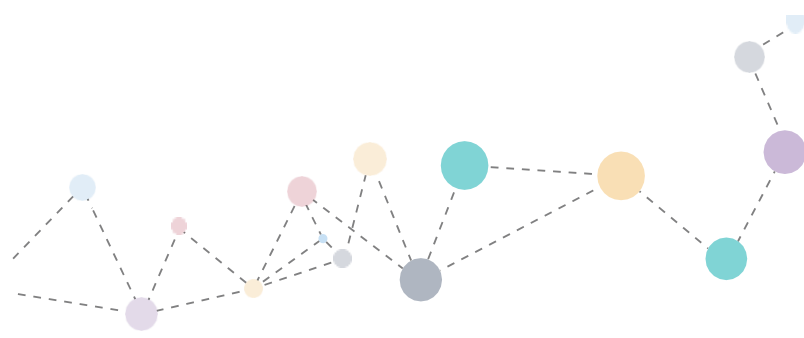
Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar (EAIC)

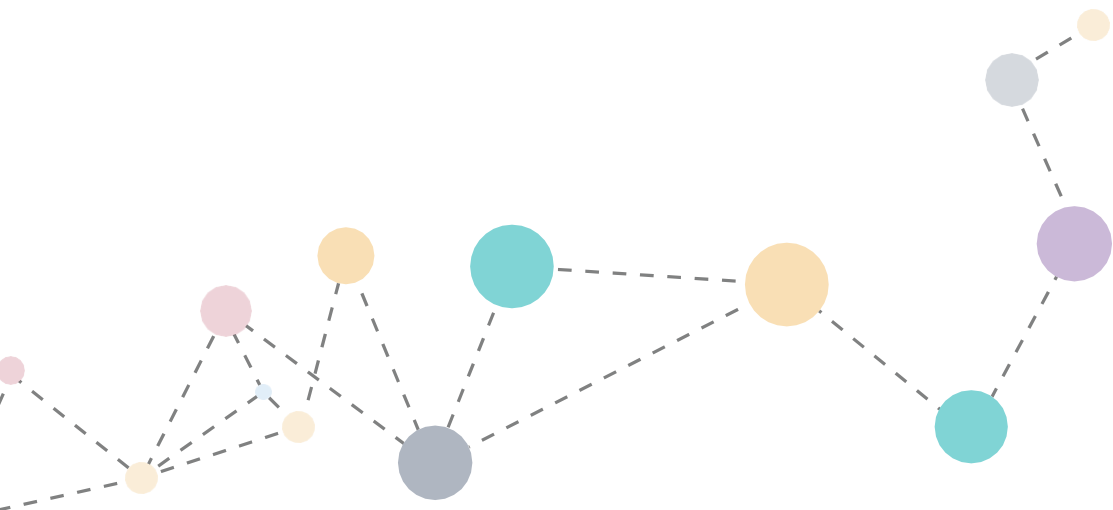
IX EAIC

Anais

30 de outubro a 01 de novembro de 2023

Paranavaí/PR
2023





Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar (EAIC) (9.:out-nov. 30-01, 2023: Paranavaí – PR)

Anais do IX Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar (EAIC), 30 de outubro a 01 de novembro de 2023 / Organização: Thaís Gaspar Mendes da Silva, Suzana Pinguello Morgado, Lucimary Afonso dos Santos - Paranavaí: UNESPAR, 2023.

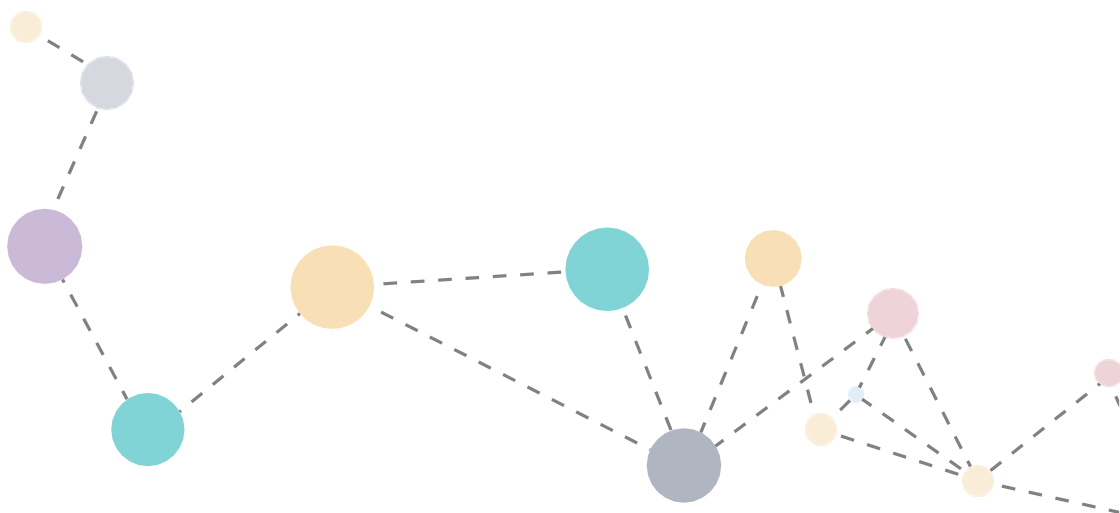
1.531 p.

ISSN 2447-5688

1. Ciência - Congressos 2. Pesquisa - Congressos. 3. SILVA, Thaís Gaspar Mendes da (coord.). 4. SANTOS, Lucimary Afonso dos (org.). 5. MORGADO, Suzana Pinguello (org.). 6. Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar (EAIC). 7. Caderno de Resumos do IX Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar.

CDD 506.3

24. ed.



DADOS GERAIS - UNESPAR

Reitora

Salette Paulina Machado Sirino

Vice-Reitor

Edmar Bonfim de Oliveira

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Helena de Oliveira Leite

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Marlete dos Anjos Silva Schaffrath

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Rosimeiri Darc Cardoso

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento

Valderlei Garcias Sanches

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Carlos Alexandre Molena Fernandes

Pró-Reitor de Planejamento

Sydnei Roberto Kempa

Pró-Reitora de Políticas Estudantis e Direitos Humanos

Andréa Lúcia Sérgio Bertoldi

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Carlos Alexandre Molena Fernandes

Diretora de Pesquisa

Tháís Gaspar Mendes da Silva

Diretor de Pós-Graduação

André Acastro Egg

Diretor de Editoração

Felipe de Almeida Ribeiro

Divisão de Iniciação Científica

Suzana Pinguello Morgado

Divisão de Inovação e Tecnologia

Lucimary Afonso dos Santos

Divisão de Pesquisa

Maria Fernanda do Prado Tostes

Divisão de Pós-Graduação

Marcos Clair Bovo

Divisão da Editoração - Portal de Periódicos

Fabio Guilherme Poletto

Divisão da Editoração - Projetos Gráficos

Jack Holmer

Assessora Pró-Reitoria

Vivian Cabral Arruda

Secretária da Pró-Reitoria

Adéli Bortolon Bazza

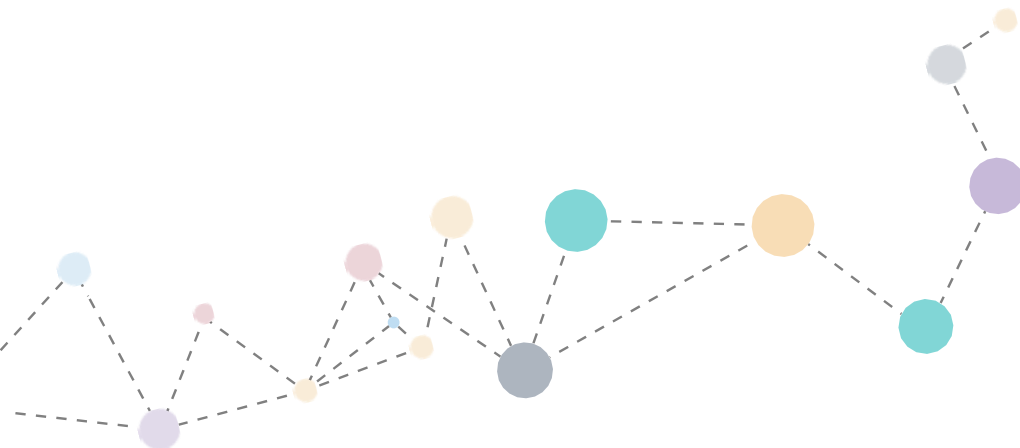
Residente Técnica

Nanda Guimarães Ferreira dos Santos

Estagiários

Camila Alexandre Vieira

Nicolas Ratiguieri Pazzini



COMISSÕES

Comissão Organizadora

Thaís Gaspar Mendes da Silva
Adéli Bortolon Bazza
Carlos Alexandre Molena Fernandes
Cleber Broietti
Lucimary Afonso dos Santos
Marcia Cristiane Dall'Oglio de Moraes
Maria Fernanda do Prado Tostes
Rosimeiri Darc Cardoso
Sérgio Carrazedo Dantas
Suzana Pinguello Morgado



Encontro Anual de INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESPAR

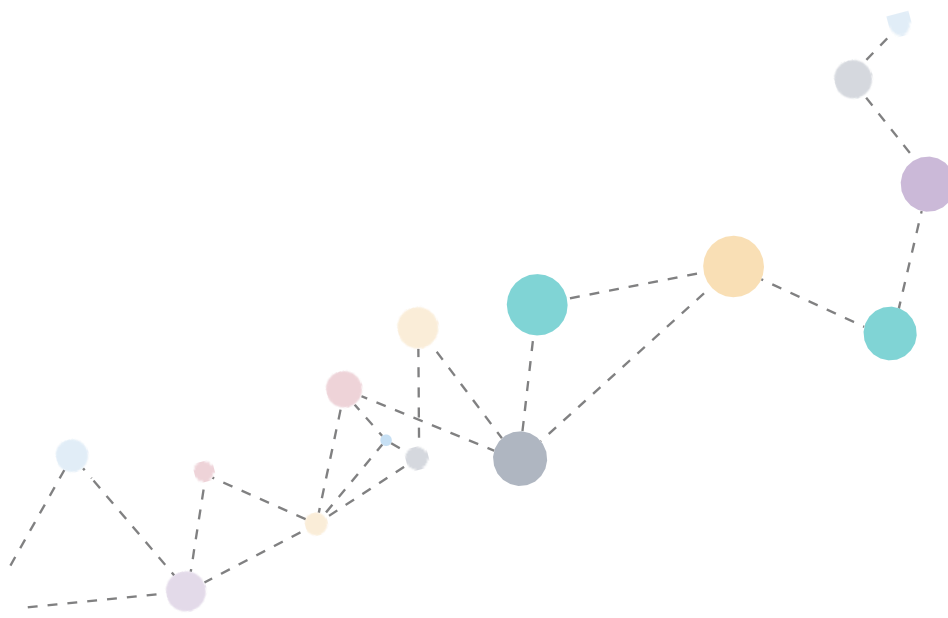
IX EAIC Unespar
2023

Comissão de Apoio

Everaldo Skrock
Larissa de Mattos Alves
Luís Fernando Roveda
Nanda Guimarães Ferreira dos Santos
Rafael Bueno Noleto
Renato Balancieri
Rosimeide Francisco dos Santos Legnani
Vivian Cabral Arruda
Willian Augusto de Melo

Organização do Anais

Thaís Gaspar Mendes da Silva
Lucimary Afonso dos Santos
Suzana Pinguello Morgado



Comissão científica

Adalberto Dias de Souza
Adão Aparecido Molina
Adéli Bortolon Bazza
Adilson Anacleto
Adriana Beloti
Adriana Gallego Martins
Adriana Salvaterra
Alan Deivid Pereira
Alcimara Aparecida Foetsch
Alessandra Augusta P. da Silva
Alessandra da Silva . Zamboni
Alexandra Camara
Allan de Paula Oliveira
Álvaro dos Santos Fernandes
Amabilis de Jesus da Silva
Ana Carolina de Deus B. Krawczyk
Ana Maria Nievas
Ana Maria Rufino Gillies
Ana Maria Soares Zukoski
Ana Paula Ferreira de Mendonça
Ana Paula Peron
André Acastro Egg
André Luís De Castro
André Ricardo Bechlin
André Ricardo de Souza
André Sarturi
Andréa Machado Groff
Andreia Bulaty
Andréia Cristina Roder C. Ramires
Andreia Nakamura Bondezan
Ângela Deeke Sasse
Antonio Charles Santiago Almeida
Antonio Pereira da Silva
Artur Correia de Freitas
Beatriz Avila Vasconcelos
Bianca Burdini Mazzei
Camila Ribeiro de Almeida Rezende
Carla Andreia Lorscheider
Carla Caroline Holm
Carlos Alexandre M. Fernandes
Carlos Fernando França Mosquera
Cassiana Baptista Metri
Cátia Toledo Mendonça
Celia Kimie Matsuda
Cintia Ribeiro Veloso da Silva
Clara Márcia de Freitas Piazzetta
Claudia Chies
Claudia Maria Petchak Zanlorenzi
Claudio Nogas
Cleber Broietti
Cleverson Molinari Mello
Cristiane Hatsue Vital Otutumi
Cristiane Pagoto
Daniela Barbieri Vidotti
Daniela Roberta Holdefer
Daniela Zimmermann Machado
Danielle Marafon
Debora Maria Santiago
Débora Menegazzo de Sousa
Deborah Alice Bruel Gemin
Denise Adriana Bandeira

Diane Daniela Gemelli
Dion Ross Pasievitch Boni Alves
Dorcely Isabel Bellanda Garcia
Dulce Elena Coelho Barros
Elaine Cristina Lopes
Élida Maiara Velozo de Castro
Elizabeth Melnyk de Castilho
Elizabeth Regina Streisky de Farias
Eloisa Paula de Oliveira
Elson Alves de Lima
Eromi Izabel Hummel
Eulália Maria Aparecida de Moraes
Everaldo Skrock
Everton Carlos Crema
Everton José Goldoni Estevam
Fabiane Freire França
Fábio Cruz de Azevedo
Fabio Guilherme Poletto
Fabio Scarduelli
Fabricia de Souza Predes
Fabrício Nunes
Federico Jose Alvez Cavanna
Fernanda Garcia Cassiano
Fernanda Tonholi Sasso Curanishi
Fernando Henrique Lermen
Fernando Yudi Sakaguti
Franciane Maria Pellizzari
Franciele Mara Lucca Zanardo Bohm
Frank Antonio Mezzomo
Giselle Moura Schnorr
Gislaine Aparecida Pericaro
Gislaine Cristina Vagetti
Hélito Volpato
Huilquer Francisco Vogel
Isabela Candeloro Campoi
Isielli Mayara Barzotto M. Tierling
Jacqueline Costa Sanches Vignoli
Jair Mario Gabardo Junior
Jefferson de Queiroz Crispim
Jefferson William Gohl
João Guilherme de Souza Corrêa
João Henrique Lorin
Jorge Pagliarini Junior
José Carlos Bertacchi
José Roberto Caetano da Rocha
Josiane Aparecida G. Figueiredo
Jucelia Iantas
Juliano Fabiano da Mota
Julio Ernesto Colla
Julio William Curvelo Barbosa
Juslaine de Fátima Abreu Nogueira
Keila Pinna Valensuela
Keila Kern
Kelen dos Santos Junges
Larissa de Mattos Alves
Laize Peron Tófolo
Laíze Soares Guazina
Latif Antonia Cassab
Liceia Alves Pires
Lilian Salete Alonso Moreira Lima
Liliane da Costa Freitag
Luciane Scheuer
Lucimary Afonso dos Santos

Luís Fernando Roveda
Lussuede Luciana de Sousa Ferro
Lutecia Hiera da Cruz
Marcia Marlene Stentzler
Marcia Regina Royer
Márcio Carvalho dos Santos
Marcos Otávio Ribeiro
Marcos Vinícius Pereira Correa
Maria Cristina Mendes
Maria Inez Barboza Marques
Maria Ivete Basniak
Mariana Lacerda Arruda
Matheus Amarante do Nascimento
Maurílio Rompatto
Michele Regiane Dias veronez
Neide de Almeida L. Galvão Favaro
Neide Derenzo
Pablo Damian Borges Guilherme
Paola Lopes Zamariola
Paulo Alfredo Feitoza Böhm
Pedro Ernesto Freitas Lima
Pierangela Nota Simões
Rafael Bueno Noletto
Rafael Metri
Raquel dos Santos Vieira
Renata Santos Roel
Renato Balancieri
Ricardo Desiderio da Silva
Ricardo Tadeu Caires Silva
Rita de Cássia Pizoli
Rodrigo Aparecido Vicente
Rodrigo Calatrone Paiva
Rodrigo Fessel Segal
Rogério Antonio Krupek
Rosangela Trabuco M. da Silva
Rosefran Adriano Gonçalves Cibotto
Rosimeide Francisco S. Legnani
Rosimeiri Darc Cardoso
Sandra Garcia Neves
Sandro Valdecir Deretti Lemes
Sérgio Bazilio
Sérgio Candido de Gouveia Neto
Solange Garcia Pitangueira
Stela Maris da Silva
Suzana Pinguello Morgado
Tânia Zaleski
Thaís Gaspar Mendes da Silva
Thais Regina Gimenes Chagas
Thayse Letícia Ferreira
Ulisses Quadros Galetto de Moraes
Valdir Anhucci
Valéria Barreiro Postali Santana
Vanderlei Amboni
Vanessa Alves Bertolleti
Victor da Assunção Borsato
Viviani Yoshinaga Carlos
Wellington Hermann
Wellington Piveta Oliveira
Wendel Cassio Christal
Willian André
Willian Augusto de Melo
Wilma dos Santos Coqueiro
Zeloi Aparecida Martins



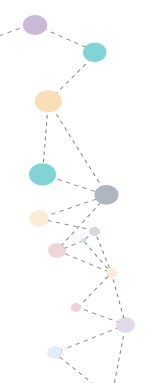
Apresentação

O Encontro Anual de Iniciação Científica (EAIC) é um importante evento institucional, que objetiva a socialização e difusão da produção científica e tecnológica de estudantes e docentes orientadores(as), dos sete *campi* da Unespar, vinculados ao Programa de Iniciação Científica (PIC, PIBIC, PIBIC-Af e PIBIC-EM) e ao Programa de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PITI e PIBITI), coordenados pela Diretoria de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), nas áreas do conhecimento: Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Linguística, Letras e Artes. É uma das principais atividades para o desenvolvimento, a consolidação e a disseminação da pesquisa e de seus resultados, na Universidade.

Desde a sua primeira edição em 2015, o EAIC foi organizado e realizado pelos campi de Campo Mourão (2015 e 2019), Paranavaí (2016), Apucarana (2017), Paranaguá (2018). No período de 2020 a 2023, a organização ficou a cargo da Diretoria de Pesquisa da PRPPG, sendo conduzida no formato remoto (virtual).

Os cadernos de resumos e os Anais dos EAICs têm como objetivo disseminar, tanto para a comunidade interna quanto externa da Universidade, a produção científica desenvolvida nos Programas de Iniciação Científica desde 2015 e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação a partir de 2019. Isso possibilita o intercâmbio e a reflexão científica, tecnológica e inovadora por meio das pesquisas realizadas pelos acadêmicos da Unespar, abrangendo diversas áreas do conhecimento. Em 2023, a Universidade Estadual do Paraná (Unespar), através da Diretoria de Pesquisa/PRPPG, publica neste documento os trabalhos completos, apresentando os resultados das pesquisas de Iniciação Científica e Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

A edição deste ano, refletida neste documento, é composta por 96 trabalhos completos abrangendo as grandes áreas do conhecimento: Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Linguística, Letras e Artes. Esses trabalhos são provenientes dos campi de Apucarana, Campo Mourão, Curitiba, Curitiba II, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória.

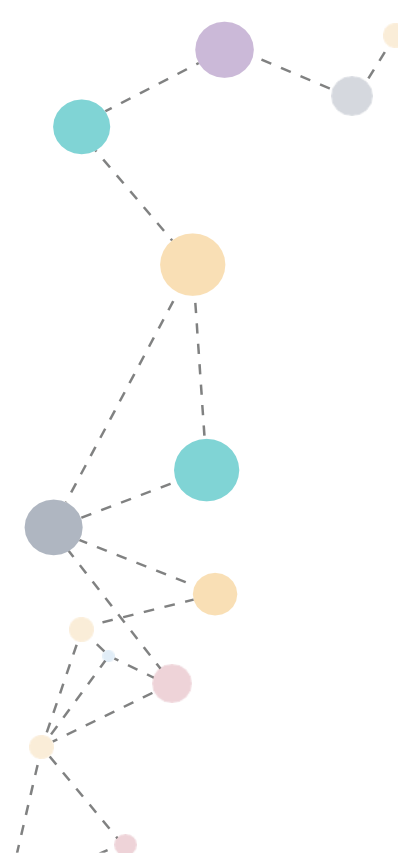


As pesquisas foram conduzidas com a orientação e supervisão de docentes nos sete *campi* da Unespar, durante um período de 12 meses, apresentando resultados nas áreas da ciência, pesquisa, inovação e tecnologia. Os manuscritos resultantes estão disponíveis publicamente, aderindo ao princípio de livre acesso à pesquisa, e foram avaliados por revisores ad hoc externos aos campi para garantir a qualidade da publicação.

Parabenizamos os(as) estudantes, orientadores(as) e coorientadores(as) pelo desenvolvimento e elaboração dos trabalhos. Expressamos nossos agradecimentos à Unespar, aos membros dos Comitês institucionais CALIC e CACs, ao Comitê Externo do CNPq, às Coordenações de Iniciação Científica dos *campi* e às instituições que apoiaram esta importante etapa de formação dos nossos estudantes, por meio da concessão de bolsas de iniciação científica e de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação (CNPq, Fundação Araucária do Paraná e a própria Unespar).

Thaís Gaspar Mendes da Silva
Diretora de Pesquisa/PRPPG

Lucimary Afonso dos Santos
Suzana Pinguello Morgado
Organizadoras do Anais



CIÊNCIAS BIOLÓGICAS





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

AVALIAÇÃO DO ESTRESSE TÉRMICO E TRATAMENTO COM ÁCIDO SALICÍLICO EM TOMATE (*Solanum lycopersicum*).

Bianca Bueno de Almeida - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranavaí, biancabuenodealmeidaa@gmail.com

Franciele Mara Lucca Zanardo Bohm - Orientadora
Unespar/Campus Paranavaí, franciele.bohm@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Biológicas

INTRODUÇÃO

O clima do planeta Terra tem sofrido mudanças desde sua existência. Atualmente o aumento de temperatura tem sido reportado pela mídia, principalmente nos períodos em que as estações do ano são mais quentes. A suposta causa desta recente mudança climática global, está relacionada às atividades antrópicas emissoras de gases do efeito estufa (GEE) (OLIVEIRA, 2009, p 948).

As situações de estresse para as culturas vegetais, como o aumento da temperatura global que afeta principalmente o crescimento e produtividade de culturas de regiões tropicais (TEIXEIRA, et al., 2017). O estresse causado por variações de temperatura, especialmente as mais altas, podem afetar especialmente a velocidade de absorção de água pelas sementes em germinação e a reativação das reações metabólicas, fundamentais aos processos de mobilização de reservas e a retomada de crescimento da radícula (TAIZ; ZEIGER, 2017).

O tomate (*Solanum Lycopersicum*), pertence à família *Solanaceae*, é uma hortaliça de origem andina, que foi adaptada a diferentes regiões do Brasil e do mundo (PEIXOTO, et al., 2017).

O tomate está entre as cinco hortaliças mais consumidas no Brasil (CONAB, 2021). Devido a importância econômica, estudos sobre germinação, crescimento e desenvolvimento destas plantas despertam o interesse dos pesquisadores (RITTER, 2014; RIBEIRO et al., 2016;

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 1 de 13



ALVES, 2019). Sua principal forma de consumo é *in natura* ou na forma de molhos e extratos produzidos pela indústria (CONAB, 2021).

O tomate apresenta taxa de germinação satisfatória entre 15°C e 25°C (TEIXEIRA, 2022). Valores acima de 25°C podem comprometer o processo de germinação. De acordo com Nakagawa & Carvalho (2000):

“toda planta tem um limite ideal de temperatura para que ocorra a germinação da semente, acima ou abaixo da temperatura ideal, a planta sofre com o estresse térmico, podendo ocorrer uma redução ou não germinação da semente, logo, para cada planta existe uma temperatura ideal, que pode influenciar no processo de germinação rápido e eficiente” (Nakagawa e Carvalho, 2000, p.94).

As mudanças de temperatura são cada vez mais expressivas, mas é preciso considerar que as plantas sempre foram submetidas a estresse ambiental, nesse sentido os indivíduos que apresentam características capazes de tolerar o estresse são capazes de sobreviver em ambiente inóspito e transmitir suas características para a próxima geração.

Vale ressaltar que o estresse ambiental pode contribuir para o aumento da diversidade e para a ocupação de diferentes ambientes, graças a expressão de genes que irão conferir características adaptativas ou mecanismos de tolerância ou aclimatação ao estresse (LOPES, 2018).

Como conhecido, diversos fatores que divergem das condições ótimas as quais normalmente as plantas estão adaptadas, contribuem para desencadear mudanças morfofisiológicas nas mesmas, tais como disponibilidade hídrica, temperatura do ar, concentração de gases, sais, entre outros. Esse estresse a que a planta é submetida tem um papel importante na distribuição das espécies, tanto relacionado aos mecanismos de aclimatação e adaptação das espécies, quanto para a compreensão dos processos metabólicos subjacentes aos danos provocados por determinado estresse (BROETTO et al, 2017, p.10).

Embora o estresse tenha importante função ecológica, quando se trata de culturas de interesse econômico é preciso que a planta expresse mecanismos para tolerância ao estresse, com o objetivo de manter a produtividade das culturas. Em se tratando de respostas naturais ao estresse, as plantas sintetizam compostos que atuam como mensageiros celulares, que



ativam a expressão de genes que codificam proteínas para responder ao estresse (SHARMA, et al., 2020).

O Ácido salicílico (AS) é um exemplo de composto natural, derivado do metabolismo secundário das plantas que participa de vias metabólicas ligadas a sinalização das respostas de defesa frente ao estresse biótico ou abiótico (SHARMA, et al., 2020). Ademais, o (AS) é um composto fenólico produzido pelas plantas, podendo servir de regulador do crescimento vegetal (KORDI, et al., 2013).

A indução de respostas de defesa antes de infecções de microrganismos ou de possíveis estresses ambientais podem oferecer uma proteção precoce para a planta e contribuir com o sucesso no combate a infecções. O pré-tratamento de cana-de açúcar com AS, sob condições de estresse salino, promoveu maior área foliar, biomassa fresca e número de folhas do que as plantas que não receberam o pré-tratamento com AS (SANTOS, et al, 2019).

Além disso, o estabelecimento de uma prática da indução precoce das defesas das plantas pode contribuir com a redução da utilização de agrotóxicos para o combate de doenças e pragas diminuindo a contaminação do meio ambiente e dos alimentos com toxinas.

Os estudos sobre o metabolismo e fisiologia das respostas de defesa das plantas aumentaram nas duas últimas décadas, principalmente devido a descoberta de moléculas envolvidas na sinalização celular que disparam as respostas de defesa, como o óxido nítrico (KACHROO & KACHROO, 2020). Mas ainda há muito para compreender sobre estas respostas e sobre como é possível dispará-las para aumentar a proteção da planta.

A preservação do meio ambiente tem sido foco de debates mundiais, mas faltam atitudes concretas para a preservação do meio ambiente. O sistema orgânico de produção de alimentos reflete em um sistema de produção de alimentos que contribui com a preservação do meio ambiente. Este sistema não utiliza insumos químicos e nem sementes geneticamente modificadas. Segundo a Instrução Normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento de outubro de 2011; a qual diz que o cultivo de orgânicos deve ocorrer sem a adição de compostos químicos sintéticos, é correta a utilização de sementes orgânicas neste modo de produção (CARLETT et al., 2019).

Ao longo do tempo, as sementes convencionais foram alvo de pesquisas de melhoramento genético e tratamentos químicos para proporcionar aumento na produtividade e



maior resistência à patógenos (DA ROSA & DE GREGORY, 2021). As sementes de origem orgânica, por não receberem modificações genéticas ou tratamentos acabam sendo menos produtivas que as sementes convencionais.

O objetivo deste trabalho foi a realização de uma análise exploratória para avaliar os efeitos do estresse térmico em tomate (*Solanum lycopersicum*), obtidos de sementes de origem orgânica e convencional submetidas ou não ao pré-tratamento com AS, tendo como critério para a análise o índice de velocidade de germinação de sementes (IVG), porcentagem de germinação, comprimento das radículas, biomassa fresca das raízes, os níveis de clorofila e carotenoides em resposta ao estresse.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa exploratória foi realizada no laboratório de pesquisa e análise da Universidade Estadual Paraná - Campus de Paranavaí (UNESPAR). As sementes de origem convencional foram obtidas comercialmente e as sementes de origem orgânica foram obtidas do laboratório de cultivo no campus de Paranavaí.

Os experimentos foram realizados em blocos inteiramente casualizados. Sementes de origem orgânica e convencional, separadamente foram submetidas ao pré-tratamento em solução de AS 0,1 mM durante seis horas. Após este período, grupos de dez sementes foram acondicionados em placas de Petri cobertas com duas folhas de papel de germinação e 5mL de água destilada. O mesmo protocolo experimental foi aplicado para sementes que não foram expostas ao pré-tratamento com AS.

As placas de Petri foram cobertas com papel filme e acondicionadas em câmaras de germinação do tipo B.O.D. durante 14 dias com fotoperíodo de 12h de claro. Uma câmara foi ajustada em temperatura a 25°C e a outra câmara foi ajustada em temperatura de 30°C.

As sementes germinadas foram contadas a cada 24h durante 14 dias. Para constatar a germinação foi observado a protrusão da radícula (FERREIRA e ÁQUILA, 2000).

Após o término do período de germinação a porcentagem de germinação (G) foi calculada usando a fórmula: $G = (N / A) \cdot 100$ Onde N: número de sementes germinadas; A: número total de sementes colocadas para germinar.



O índice de velocidade de germinação (IVG) foi obtido considerando: $(IVG = N1/D1 + N2/D2 + \dots + Nn/Dn)$. Em que: N, número de plântulas verificadas no dia da contagem; D, números de dias após a semeadura, sendo realizado a contagem em números de dias após a semeadura.

Após os 14 dias, as radículas das plântulas foram excisadas e medidas com o auxílio de uma régua milimetrada. Todos os resultados foram expressos em centímetros.

Para a determinação da absorvância da clorofila e carotenos, foram pesados 0,300 g de folhas frescas de cada tratamento e maceradas com 5 ml de acetona 80%. O extrato foi filtrado e a leitura da absorvância da clorofila foi feita em espectrofotômetro a 663 nm, 645nm e 652nm. A absorvância dos carotenos foi medida a 470nm.

Os resultados foram expressos em miligrama (mg) de clorofila por grama de peso fresco de tecido foliar. Os cálculos para a determinação de clorofilas foram feitos segundo equação proposta por Whitham et. al., 1971. E para a determinação de carotenos, a equação proposta por Arnon, 1949.

$$\text{Clorofila a} = (12,7 \times A_{663} - 2,69 \times A_{645}) \times V / 1000W$$

$$\text{Clorofila b} = (22,9 \times A_{645} - 4,68 \times A_{663}) \times V / 1000W$$

$$\text{Clorofila total} = A_{652} \times 1000 \times V / 1000W / 34,5$$

$$\text{Carotenoids (Car)} = (1000 \times \text{ABS}_{470}) - (1,82 \times \text{Cl a}) - (85,02 \times \text{Cl b}) / 198$$

A análise estatística foi feita considerando três repetições experimentais de cada bloco de tratamento em triplicata. O programa SISVAR-ESAL statistical software (Ferreira, 2019), foi utilizado na realização da análise de variância ANOVA, sendo que as diferenças entre as médias foram submetidas ao teste de Tukey tendo probabilidade de 5%.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da germinação de sementes estão apresentados no quadro 01, pode-se observar que a porcentagem de germinação das sementes orgânicas em 30°C sem o pré-tratamento com AS foi 52,14% menor, quando comparado a germinação das sementes orgânicas a 25°C sem AS. Não houve diferença na porcentagem de germinação das sementes de origem convencional.



Em relação ao IVG, houve redução de 33,2% na germinação das sementes convencionais submetidas ao estresse térmico. O tratamento com AS não alterou a velocidade de germinação. Quanto às sementes de origem orgânica houve redução de 59% no IVG das sementes que não receberam o pré-tratamento com AS e foram submetidas ao estresse térmico, o tratamento com AS promoveu 24,5% de aumento no IVG comparando-se as sementes orgânicas em estresse térmico. Estudos conduzidos por Carvalho e colaboradores em 2007 ao analisar a germinação de sementes de calêndula verificaram que AS promoveu a germinação e aumentou o IVG sob condições de estresse abiótico.

O estresse térmico, provocado por temperaturas consideradas acima da ótima, comprometeu o IVG de duas variedades de arroz (TEIXEIRA, 2017). O ácido salicílico pode inibir ou promover a germinação de sementes, necessitando aplicá-los em diversas espécies e em diversas concentrações para estudar o seu efeito na cultura (DA SILVA BARBOSA et al., 2020). De fato, os estudos sobre estresse por altas temperaturas em culturas vegetais são escassos, principalmente em hortaliças.

Quadro 01 – Germinação, Índice de Velocidade de Germinação e comprimento de radículas de tomate oriundas de sementes convencionais e orgânicas submetidas a pré-tratamento com AS e estresse térmico. O coeficiente de variação (C.V. ficou abaixo de 25%). Médias seguidas de letras diferentes apresentam diferença estatística pelo teste de Tukey $p < 0,05$.

Tratamento	% Germinação C.V: 24,70%	IVG C.V: 23,31%	Comprimento raiz C.V: 15,89%
Convencional 25°C sem AS	93,8 ^a	6,18 ^{a,b}	8,88 ^{ab}
Convencional 25°C com AS	95,7 ^a	6,94 ^a	7,63 ^{ab}
Convencional 30°C sem AS	68,13 ^{a,b}	4,13 ^{b,c,d}	7,59 ^{ab}
Convencional 30°C com AS	67,4 ^{ab}	4,12 ^{b,c,d}	8,24 ^{ab}
Orgânica 25°C sem AS	90,63 ^a	5,48 ^{a,b,c}	8,48 ^{ab}
Orgânica 25°C com AS	89,15 ^a	5,46 ^{a,b,c}	9,30 ^a
Orgânica 30°C sem AS	43,13 ^b	2,25 ^d	6,11 ^b
Orgânica 30°C com AS	55 ^{ab}	2,98 ^{c,d}	7,06 ^{ab}

Fonte: Autores, 2023

A germinação pode ser utilizada para avaliar o estresse em plantas, o crescimento inicial é o parâmetro mais importante para determinar se um determinado tipo de estresse irá



comprometer o desenvolvimento, pois envolve uma série de reações metabólicas que irão desencadear o crescimento inicial da planta (TAIZ; ZEIGER, 2017).

Quanto ao comprimento das raízes o estresse térmico provocou redução entre os tratamentos: orgânico 25°C submetido ao pré-tratamento com AS e orgânico 30°C sem o pré-tratamento com AS, a redução foi de 34,3%.

Estudos conduzidos com repolho, sob estresse térmico e tratamento com AS mostraram que as altas temperaturas comprometem a germinação e o crescimento das plântulas e o AS não teve efeito significativo sobre estas plântulas (POSADA et al., 2017).

Embora a germinação das sementes orgânicas tenha sido mais lenta, foi possível observar que o crescimento da raiz foi mais rápido em ambiente controlado. É preciso considerar que em ambiente natural a velocidade de germinação é importante para o desenvolvimento futuro da planta, uma vez que, sementes de espécies diferentes estão germinando e ocorre competição pela sobrevivência, desta forma a planta que lança sua raiz primeiro para obter água e recursos minerais do solo irá também primeiro alongar o caule e originar suas folhas para a captação de luz (FORMIGHEIRI, et al., 2019).

Em ambientes de cultivo, como ocorre entre as hortaliças, cujo objetivo é a comercialização não ocorre a competição, pois cada planta tem seu local de germinação e crescimento pré-determinado e a velocidade de germinação passa a ter menor importância, neste caso o crescimento da planta para gerar os frutos é mais importante.

A figura 01 mostra plântulas de tomates tomadas ao acaso após o término do período de cultivo. É possível observar que o tratamento com AS promoveu maior crescimento das raízes das plântulas e as plântulas tanto de origem convencional como orgânica sem o pré-tratamento além de apresentar menor comprimento radicular também apresentam maior comprometimento da parte aérea, pois as folhas não se encontram abertas ou totalmente desenvolvidas.

Segundo Da Silva et al., (2018) o estresse térmico causou efeitos deletérios em sementes de melancia com limites de germinação em temperaturas bem definidas, sendo 25 °C a temperatura ideal, com o maior percentual de plântulas normais. Temperaturas sub (17 °C) e supra ótimas (30 °C) apresentaram mais de 80 % de plântulas anormais. As interações entre temperatura, fisiologia e crescimento, assim como, a consequência que a alteração da



temperatura exerce sobre o desenvolvimento inicial de *Vernonia ferruginea* comprometeram o crescimento desta espécie.

A germinação com as temperaturas constantes dos tratamentos previamente ajustadas (10, 20, 25, 30 e 35 °C) mostrou alterações ocasionadas pelas temperaturas subótimas e supra ótimas e prejudicou a homeostase celular causando assim, retardamento no crescimento e evolução das plântulas, bem como, em circunstâncias estressante, constatou-se a ativação de mecanismos de resposta para a adaptação e manutenção da homeostase celular mediante o acúmulo do osmoprotetor prolina, e carboidratos solúveis (AMARAL et al., 2020).

Figura 01- Plântulas de tomate após 14 dias de cultivo. Da esquerda para direita, plântula convencional, 25°C sem AS, plântula convencional, 25°C com AS, plântula convencional, 30°C sem AS, plântula convencional, 30°C com AS, plântula orgânica, 25°C sem AS, plântula orgânica, 25°C com AS, plântula orgânica, 30°C sem AS e plântula orgânica, 30°C com AS.



Fonte: autores, 2023

Para analisar os efeitos dos tratamentos utilizados neste estudo na parte aérea das plantas, os teores de clorofilas foram avaliados conforme mostra a figura 02, a região apical é responsável por manter o metabolismo ativo das plantas através do processo de fotossíntese.

O ambiente de luz em que a planta cresce é de grande importância, devido a adaptação das plantas a este ambiente depender do ajuste do seu aparelho fotossintético, possibilitando que a luminosidade ambiental seja utilizada com a maior eficiência possível. Os mesmos autores destacam ainda, que o crescimento e a adaptação da planta aos diferentes ambientes relacionam-se com sua eficiência relativa à fotossíntese que está associada, entre outros fatores, aos teores de clorofila foliar (Almeida, et al., 2004).

Os resultados deste estudo não mostraram aumento nos teores de clorofila a e clorofila total nos tratamentos. Vale ressaltar que para as análises foram utilizadas plântulas

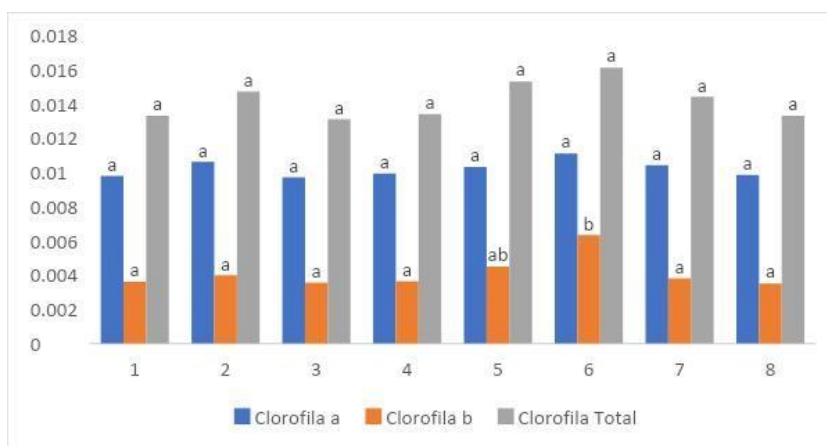


que apresentaram o desenvolvimento foliar. Foi encontrado diferenças no teor de clorofila b, nas folhas das plantas de origem orgânica, cultivadas a 25°C na presença de AS.

Nos estudos de Borsatti (2014) conduzidos com amora-preta, acerola, couve manteiga, espinafre e rosas, a aplicação de AS não afetou a biomassa das plantas e não houve alterações nos teores de clorofila.

A clorofila b é considerada um pigmento que amplia a captação de energia luminosa principalmente em comprimentos de onda menos energéticos e transfere por ressonância a energia captada para a clorofila a (TAIZ; ZEIGER, 2017). É possível que as sementes de origem orgânica possam expressar algum tipo de proteína que aumente a síntese de clorofila b.

Figura 02 – Teores de clorofila a, b e total de tomate oriundas de sementes convencionais e orgânicas submetidas a pré-tratamento com AS e estresse térmico. 1- Convencionais sem AS 25°C. 2- Convencionais com AS 25°C. 3- Convencionais sem AS 30°C. 4- Convencionais com AS 30°C. 5- Orgânicas sem AS 25°C. 6- Orgânicas com AS 25°C. 7- Orgânicas sem AS 30°C. 8- Orgânicas com AS 30°C. Médias seguidas de letras diferentes apresentam diferença estatística pelo teste de Tukey $p < 0,05$.



Fonte: autores, 2023

Além das clorofilas, nas folhas dos vegetais encontram-se os carotenos. A figura 03 apresenta os resultados da quantificação destes pigmentos. Os carotenos são considerados pigmentos acessórios no processo de fotossíntese, pois captam a energia solar em estruturas coletoras de luz denominadas antenas. As antenas por sua vez transferem a energia para o centro de reação, onde as moléculas de clorofila a irão protagonizar a transferência de elétrons (TAIZ; ZEIGER, 2017).

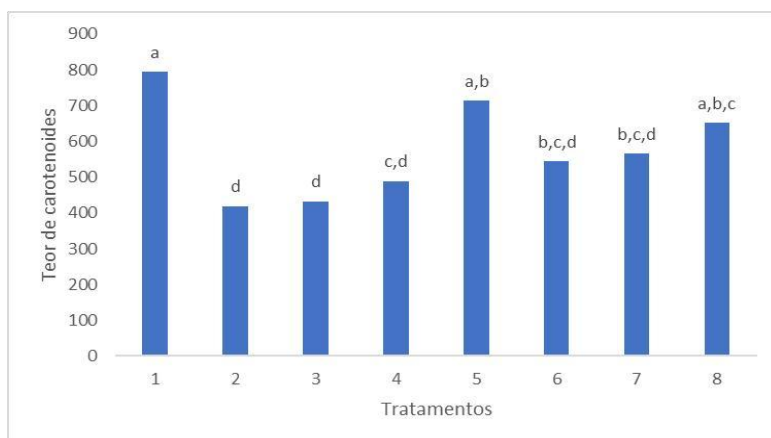
Em relação aos resultados dos teores de carotenoides foliares houve redução significativa entre os controles convencionais e orgânicos submetidos ao pré-tratamento com



AS. O estresse térmico reduziu os teores de carotenoides nas folhas das plântulas de origem convencional e orgânica. Mas o pré-tratamento com AS promoveu aumento nos níveis de carotenos frente ao estresse.

Além do envolvimento dos carotenos no processo de fotossíntese, estes pigmentos também são antioxidantes, neste aspecto o estresse pela temperatura pode promover aumento da produção de radicais livres e os carotenos podem atuar para conter o dano oxidativo (DÍAZ, 2012; SHARMA, et al., 2020).

Figura 03 – Teores de carotenoides de folhas de tomate oriundas de sementes convencionais e orgânicas submetidas a pré-tratamento com AS e estresse térmico. 1- Convencionais sem AS 25°C. 2- Convencionais com AS 25°C. 3- Convencionais sem AS 30°C. 4- Convencionais com AS 30°C. 5- Orgânicas sem AS 25°C. 6- Orgânicas com AS 25°C. 7- Orgânicas sem AS 30°C. 8- Orgânicas com AS 30°C. Médias seguidas de letras diferentes apresentam diferença estatística pelo teste de Tukey $p < 0,05$.



Fonte: autores, 2023

Desta forma é possível que nos tratamentos controles, 1 e 5 os carotenos estão envolvidos no processo de fotossíntese auxiliando na captação de luz. O tratamento destes controles com AS pode ter provocado algum tipo de desvio metabólico para fornecer outro tipo de respostas de desenvolvimento para a planta. Nos tratamentos térmicos sem a aplicação de AS a planta pode não ter tido o tempo necessário para disparar suas respostas de defesa. E quando submetidas ao pré-tratamento com AS houve aumento nos teores de carotenos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

O estresse térmico comprometeu a porcentagem final de germinação das sementes orgânicas no tratamento a 30°C sem AS. Quanto à velocidade de germinação, o estresse térmico reduziu este parâmetro tanto para as sementes de origem orgânica, como para sementes de origem convencional. O pré-tratamento das sementes com AS não foi capaz de aumentar significativamente os índices de germinação.

Quanto ao comprimento das raízes de tomate, foi observada redução deste parâmetro nas plântulas de origem orgânica 30°C sem AS. Indicando que AS não estimulou o crescimento das plântulas significativamente.

As análises dos teores de clorofilas mostraram que o estresse térmico e o pré-tratamento das sementes com AS não afetaram os níveis de clorofila a e de clorofila total. As plântulas de origem orgânica, cultivadas a 25°C, submetidas ao pré-tratamento com AS apresentaram maiores níveis de clorofila b.

Os carotenos sofreram alterações em seus teores, indicando que AS altera a biossíntese destes pigmentos, assim como o estresse por altas temperaturas. Mais estudos são necessários para compreender a ação de AS frente às respostas fisiológicas das plantas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L.P. ALVARENGA, A.A.; CASTRO, E.M.; ZANELA, S.M.; VIEIRA, C.V. Crescimento inicial de plantas de *Cryptocarya aschersoniana* Mez, submetidas a níveis de radiação solar. **Ciência Rural**, v.34, n.1, p. 83-88, 2004.

ALVES, R. C. Ácido ascórbico como regulador da resposta antioxidante em tomateiro sob estresse salino. 32 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias. Jaboticabal, 2019.

AMARAL, C. L. et al. Crescimento de Plântulas de *Vernonia ferruginea* submetidas a Estresse Térmico. **Planta Daninha**, v. 38, 2020.

ARNON, D. I. Copper enzymes in isolated chloroplasts: polyphenoloxidase in *Beta vulgaris*. **Plant Physiology**, n. 24, v.1, p.1-15. 1949.

BORSATTI, Fabiana Chiamulera. **Ácido salicílico na qualidade pós-colheita de frutos, hortaliças folhosas e flores**. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2014.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 11 de 13



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

BROETTO, F.; GOMES, E.R.; JOCA, T. A.C. O estresse das plantas: teoria e prática. **Cultura Acadêmica**, São Paulo, 2017.

CARLETT, A. R. GARCIA, R. C., KOEFENDER, E., CERNY, B. L. M., & NOVACK, T. R. Não Conformidades Aplicadas a Produtores Orgânicos Certificados pelo TECPAR no Oeste e Sudoeste do Paraná. **Cadernos de Agroecologia**, v. 14, n. 1, 2019.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Boletim Hortigranjeiro, Brasília, DF, v. 7, n. 2, fev. 2021.

DA SILVA, R. C. B. et al. Thermal stress and physiological changes in watermelon seeds. *Pesquisa Agropecuária Tropical*, v. 48, n. 1, p. 66-74, 2018.

DA SILVA BARBOSA, Luana et al. Efeito do ácido salicílico e choque a frio na germinação de sementes. **Meio Ambiente (Brasil)**, v. 1, n. 2, 2020.

DA ROSA FERREIRA, M. P.; DE GREGORI, I. C. S. Propriedade monopolista de sementes: do bem comum à mercadoria. **Revista Direitos Fundamentais e Alteridade**, v. 4, n. 2, p. 32-47, 2021.

DÍAZ, Nelly. Resistencia sistémica adquirida mediada por el ácido salicílico. **Biotecnología en el Sector Agropecuario y Agroindustrial: BSAA**, v. 10, n. 2, p. 257-267, 2012.

FERREIRA, A.G.; ÁQUILA, M.E.A. Alelopatia: uma área emergente da ecofisiologia. **Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal**, v.12, p. 175-204. Edição especial 2000.

FERREIRA, D. F. (2019). SISVAR: a computer analysis system to fixed effects split plot type designs. **Revista Brasileira de Biometria**, n. 37, v.4, p.529-535, 2019.

FORMIGHEIRI, Felix B. et al. Alelopatia de *Ambrosia artemisiifolia* na germinação e no crescimento de plântulas de milho e soja. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 41, n. 3, p. 729-739, 2018.

KACHROO, Aardra; KACHROO, Pradeep. Mobile signals in systemic acquired resistance. **Current Opinion in Plant Biology**, v. 58, p. 41-47, 2020.

KORDI, S.; SAIDI, M.; GHANBARI, F. Induction of drought tolerance in sweet basil (*Ocimum basilicum* L.) by salicylic acid. **International Journal of Agricultural and Food Research, Ottawa**, v. 2, n. 2, p. 18-26, 2013.

LOPES, Érica Camelo Viana. **Análise da expressão dos genes ThHsp70a, ThHsp70b e ThHsp70c de *Trichoderma harzianum* durante o micoparasitismo e estresse térmico.** Dissertação (Mestrado em Ciências Aplicadas a Produtos para Saúde (PPG-CAPS) - Câmpus Central - Sede - Anápolis - CET, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2018.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

NAKAGAWA, J.; CARVALHO, N.M. **Sementes: tecnologia e produção**. 4ª edição, Jaboticabal: Funep, p. 588, 2000.

OLIVEIRA, MJ de; VECCHIA, Francisco. A controvérsia das mudanças climáticas e do aquecimento global antropogênico: consenso científico ou interesse político. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 5, p. 946-962, 2009.

PEIXOTO, Joicy Vitória Miranda et al. Tomaticultura: Aspectos morfológicos e propriedades físico-químicas do fruto. **Revista Científica Rural**, v. 19, n. 1, p. 96-117, 2017.

POSADA, Mariana et al. Efeito do ácido salicílico na germinação de sementes de repolho em diferentes temperaturas. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 9, n. 2, 2017.

RIBEIRO, Juliana Martins et al. Atividade alelopática do extrato aquoso das folhas de *Pseudo brickellia brasiliensis* sobre a germinação e crescimento inicial de alface e tomate. **Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas, Minas Gerais**, v. 5, n. 9, p. 1-11, 2016.

RITTER, M.C.; YAMASHITA, O. M.; CARVALHO, M.A.C. Efeito de extrato aquoso e metanólico de nim (*Azadiracta indica*) sobre a germinação de alface. **Multitemas**, Campo Grande, v.1, n.46, p.09, 2014.

SANTOS, Maiana Ranyelle et al. Indução de tolerância ao estresse salino em cana-de-açúcar mediante priming com ácido salicílico. **Agrarian Academy**, v. 6, n. 11, 2019.

SHARMA, Anket, et al. The Role of Salicylic Acid in Plants Exposed to Heavy Metals. **Molecules**, v. 25, n540; 2020.

TAIZ L.; ZEIGER E.; MOLLER I., Murphy A. **Fisiologia e desenvolvimento vegetal**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. 888 p.

TEIXEIRA, Sheila Bigolin et al. Viabilidade de sementes de arroz produzidas em condições supra-ótimas de temperatura. **Revista da Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa-Congrega Urcamp**, p. 2723-2736, 2017.

TEIXEIRA, Flávia Maria Vieira. **Tomate: clima**. Embrapa. 2022. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/tomate/pre-producao/caracteristicas/clima>>. Acesso em:05, mai, 2023.

WHITHAM, F. H.; BLAYDES, D. F.; DEVLIN, R. M. **Experiments in plant physiology**. New York: D. Van Nostrand Company, 1971, p.55-58.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 13 de 13



CONHECIMENTO E CONSUMO DE PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (PANC) NA REGIÃO DE PARANAÍ

Bianca Silva de Souza - (CNPq)
Unespar/*Campus* Paranavaí, biancasilvadesouza1011@gmail.com

Franciele Mara Lucca Zanardo Bohm - Orientadora
Unespar/*Campus* Paranavaí, franciele.bohm@unespar.edu.br

Caroline Silvano Barizão - Coorientadora
Unespar/*Campus* Paranavaí, Caroline.barizao@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
PIBITI: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Grande Área do Conhecimento: Ciências Biológicas

INTRODUÇÃO

O cultivo e consumo de vegetais para a alimentação humana sofreu grandes mudanças, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o número de plantas consumidas pelo homem caiu de 10 mil para 170 plantas nos últimos 100 anos.

Atualmente apenas 20 espécies vegetais dominam 90% do alimento humano em nível mundial (KINUPP & LORENZI, 2021), sendo estas espécies em sua maioria domesticadas e cultivadas.

Plantas alimentícias são aquelas que possuem uma ou mais partes ou derivados destas partes que podem ser utilizados diretamente como o próprio alimento ou indiretamente, quando são usadas para produzir óleos e gorduras alimentícios para a alimentação humana (KINUPP & LORENZI, 2021).

A domesticação e o cultivo de poucas plantas alimentícias em todo o mundo acabam gerando vários problemas, principalmente em relação à adaptação dos vegetais às condições ambientais variadas. O resultado é o manejo muitas vezes complexo, que exige muitos



insumos agrícolas como fertilizantes químicos e agrotóxicos, que além de encarecer o produto, são prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Uma alternativa para tornar o consumo de plantas alimentícias mais acessível economicamente, sustentável e saudável é diversificar mais o uso de plantas, sobretudo com espécies mais bem adaptadas às condições ambientais locais. Nesse sentido, e na tentativa de aumentar a lista de plantas alimentícias, pode-se incluir plantas alimentícias não convencionais (PANC), conceito cunhado por Kinupp que contempla: todas as plantas que têm uma ou mais partes ou porções ou produtos alimentícios não convencionais (KINUPP & LORENZI, 2021).

Muitas dessas PANC são plantas nativas ou espontâneas e se desenvolvem bem nas condições ambientais locais, e por isso, muitas vezes consideradas plantas daninhas (RANIERI, 2017, 2021). O caruru (*Amaranthus deflexus* L.), por exemplo, é uma planta espontânea muito comum na região de Paranavaí, sendo considerada planta daninha em muitos locais, contudo, trata-se de uma PANC.

O consumo de PANC pode ser vantajoso pois estas plantas apresentam teores nutricionais iguais ou até mesmo superiores aos encontrados nas plantas alimentícias convencionais domesticadas (FLYMAN & AFOLAYAN, 2006). Segundo LIBERATO et al., (2019), algumas PANC possuem propriedades anti-inflamatórias, antioxidantes e ações terapêuticas, sendo uma opção de alimentação nutricional adequada para o equilíbrio das funções do organismo humano.

Contudo, para aumentar a lista de plantas alimentícias e garantir uma dieta mais diversificada e segura, é preciso conhecer várias características dos vegetais, principalmente relacionadas à correta identificação da planta, quais partes são comestíveis e como devem ser consumidas e preparadas.

Embora o uso de PANC possa ser uma excelente alternativa para a alimentação humana, para melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento sustentável, atualmente poucas pessoas conhecem e consomem PANC. No Brasil embora tenha crescido o número de trabalhos publicados sobre PANC, ainda são poucos estudos diante do universo destas plantas. Em especial faltam levantamentos regionais sobre PANC, como no caso da região de Paranavaí-PR.



Diante dessa problemática, esse trabalho foi realizado com o objetivo de pesquisar o conhecimento e consumo de PANC nos municípios de Paranavaí, Tamboara e Nova Londrina no estado do Paraná e elaborar um material digital para proporcionar maior consumo de PANC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa de campo do tipo quantitativa-descritiva, com aplicação de questionário, de forma presencial, para 60 entrevistados distribuídos em Paranavaí, Tamboara e Nova Londrina, contemplados como região de Paranavaí, em áreas urbanas e rurais.

O questionário abordou 15 questões, cujas principais perguntas foram em relação ao conhecimento, à identificação, às formas de utilização das PANC, à frequência de consumo, aos modos de preparo, além de perguntas para analisar a motivação do consumo de plantas. Foi questionado se o termo PANC é conhecido. Já que este termo é utilizado para contemplar essas diversas plantas comestíveis.

O questionário foi aplicado para pessoas maiores de 18 anos que cultivam alguma planta em sua residência ou que tenha conhecimento sobre utilização das plantas na alimentação. O protocolo desta pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos da UNESPAR, CAAEE 63726822.5.0000.9247.

Os resultados obtidos da aplicação do questionário foram sistematizados e analisados com auxílio do programa Microsoft Excel®.

Após a análise dos resultados dos questionários, foi elaborada uma cartilha sobre PANC, contendo informações básicas sobre a morfologia e a identificação (com imagens da planta), composição nutricional (quando disponível na literatura), modo de preparo ideal e algumas receitas sobre as dez PANC mais citadas na pesquisa (como conhecidas ou consumidas). Para a elaboração da cartilha as informações foram coletadas em uma revisão bibliográfica, cujas principais fontes foram: Brasil (2010); Kellen et al., (2015); Callegari & Matos Filho (2017); Ranieri (2017, 2021) e Kinupp & Lorenzi (2021).



A cartilha foi compartilhada de forma digital para os participantes da pesquisa, para acadêmicos e professores do curso de Ciências Biológicas e em redes sociais do curso de Ciências Biológicas da UNESPAR, campus de Paranavaí.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram da pesquisa 60 pessoas, residentes nos municípios de Paranavaí (8%), Tamboara (50%) e Nova Londrina (42%), no estado do Paraná. O perfil dos entrevistados foi diversificado, com idade entre 18-81 anos, a maioria dos participantes (28%) na faixa etária de 41 a 50 anos de idade. Quanto ao grau de escolaridade, a maioria dos entrevistados declarou ser alfabetizada, seguida de uma parcela de 22% de entrevistados com ensino superior.

Sobre o conhecimento do termo PANC, inicialmente poucos entrevistados relataram conhecer o significado. Contudo, após uma breve explanação sobre o significado da sigla, os participantes conseguiram prosseguir com a pesquisa e citar uma ou mais plantas que são consideradas plantas alimentícias não convencionais.

Ao término das entrevistas verificou-se que, 46 PANC diferentes foram citadas em resposta ao questionamento sobre as PANC que conheciam. Entre essas, as 10 PANC mais citadas entre os participantes foram: *Colocasia esculeta* (L) Schott (Inhame), *Xanthosoma taioba* E, G. Gonç (Taioba), *Pereskia aculeata* Mill. (Ora-pro-nóbis) e *Sonchus oleraceus* L. (serralha), *Lactuca canadensis* L. (Almeirão roxo), *Cucumis anguria* L, (Maxixe) *Dioscorea bulbifera* L. (Cará) *Amaranthus deflexus* L. (Caruru), *Hibiscus rosa-sinensis* L. (Hibisco) e a *Carica papaya* L. (Mamão), conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – As dez PANC mais citadas pelos participantes da pesquisa: nomes científicos, nomes populares, quantidade de vezes citadas e porcentagem em relação ao total de citações.

Nome científico:	Nomes populares:	Quantidade	Porcentagem (%)
<i>Colocasia esculeta</i> (L) Schott	Inhame	44	11%
<i>Xanthosoma taioba</i> E, G. Gonç	Taioba	43	10%
<i>Pereskia aculeata</i> Mill.	Ora-pro-nóbis	42	10%
<i>Sonchus oleraceus</i> L.	Serralha	41	10%
<i>Lactuca canadensis</i> L.	Almeirão Roxo	33	8%



<i>Cucumis anguria</i> L.	Maxixe	29	7%
<i>Dioscorea bulbifera</i> L.	Cará	26	6%
<i>Amaranthus deflexus</i> L.	Caruru	20	5%
<i>Hibiscus rosa-sinensis</i> L.	Hibisco	18	4%
<i>Carica papaya</i> L.	Mamão	17	4%
Outras plantas citadas		102	25%

Fonte: autores, 2023.

As PANC podem ser comuns no Brasil, mesmo considerando o grande território do país. Neste estudo taioba, ora-pro-nóbis e serralha estão entre as plantas mais citadas, da mesma forma, na região de Brasília-DF, Sousa et al. (2021) verificaram que as PANC mais citadas foram aipo (*Apium graveolens*), taioba (*Xanthosoma sagittifolium*) e ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata* Mill.). Tuler et al. (2019) realizaram uma pesquisa semelhante, porém em uma comunidade rural de São José da Figueira, Durandé, Minas Gerais. Esses autores verificaram que a taioba e a serralha foram as PANC mais conhecidas e utilizadas pela comunidade.

Durante as entrevistas observou-se que muitas pessoas não sabiam que plantas conhecidas por eles são PANC. Algumas PANC são muito conhecidas em uma determinada região com uma forma de utilização específica. É o exemplo do mamão, que é muito utilizado como fruto *in natura*, e a abóbora, cujo fruto é bastante utilizado em preparos salgados (refogados, sopas, cremes) e doces (compotas), bolos e pães. Contudo, o mamão também pode ser uma PANC, quando utilizado de forma não convencional, como no preparo de refogados com o fruto verde. As sementes da abóbora podem ser utilizadas para o preparo de farinhas e o uso de partes dos ramos jovens das plantas (brotos ou “cambuquira”) de abóbora e as suas flores, em preparos salgados são formas de utilização não convencionais.

Importante relatar que para algumas pessoas houve a necessidade de auxílio para a identificação e confirmação das PANC, com uso de imagens e descrição morfológica, utilizando-se a referência Kinupp & Lorenzi (2021). Este fato ocorreu porque as pessoas às vezes citavam um nome popular, mas não tinham certeza da planta que estavam se referindo, ou se era uma PANC. Um exemplo é o inhame e a taioba, PANC muito parecidas morfológicamente, mas que tem preparos diferentes.



No que se refere ao consumo de alguma planta alimentícia não convencional, as 10 PANC citadas como mais consumidas (Quadro 2), também estão dentro do grupo das 10 PANC mais conhecidas (Quadro 1), exceto a tanchagem (*Plantago major* L.) e o araçá (*Myrciaria dupia* (Kunyh) Mc Vaugh), que não foram citados na questão sobre o conhecimento de PANC.

Quadro 2 – As dez PANC mais consumidas pelos entrevistados: nomes científicos, nome popular, quantidade de vezes citadas e porcentagem em relação ao total de citações.

Nome científico:	Nomes populares:	Quantidade	Porcentagem (%)
<i>Pereskia aculeata</i> Mill.	Ora-pro-nóbis	35	14%
<i>Colocasia esculenta</i> (L) Schott	Inhame	28	12%
<i>Cucumis anguria</i> L.	Maxixe		
<i>Sonchus oleraceus</i> L.	Serralha	24	10%
<i>Dioscorea bulbifera</i> L.	Cará	23	10%
<i>Lactuca canadensis</i> L.	Almeirão roxo	21	9%
<i>Xanthosoma taioba</i> E, G. Gonç	Taioba	17	7%
		15	6%
<i>Hibiscus rosa-sinensis</i> L.	Hibisco	13	5%
<i>Plantago major</i> L.	Tanchagem	10	4%
<i>Myrciaria dupia</i> (Kunyh) Mc Vaugh	Araçá	8	3%
Outras plantas citadas		49	20%

Fonte: autores, 2023

A PANC relatada como mais consumida foi a ora-pro-nóbis. Ao comparar os resultados obtidos nos quadros 1 e 2 é possível observar que é comum as pessoas conhecerem uma PANC mas não ter o hábito de consumi-la. É o que ocorreu com a taioba, planta muito conhecida como PANC, mas que foi menos citada como consumida. Possivelmente, esse fato pode ser explicado pelo medo de consumir PANC e pela carência de informações mais seguras sobre a identificação, preparo e consumo das PANC.

No trabalho de Sousa et al (2021), a ora-pro-nóbis e taioba estão presentes entre as três PANC mais utilizadas em preparos na região de Brasília-DF, entretanto Tuler et al. (2019) verificaram que a taioba e a serralha foram as PANC mais conhecidas e utilizadas nesta mesma região. Convém ressaltar que a serralha apareceu entre as PANC mais consumidas na

região de Paranavaí-PR, enquanto em Sousa et al (2021), essa mesma PANC foi apontada como uma das menos consumidas.

A região do estudo pode influenciar nos resultados de conhecimento e consumo de PANC, talvez pela maior facilidade de encontrar as plantas em um dado local, ou mesmo pelo conhecimento e costume de consumo da planta, algo que é muitas vezes repassado entre as gerações. O Brasil é um país de grande extensão territorial, por isso plantas tradicionalmente utilizadas em um estado ou uma região podem ser consideradas PANC em outro local. De acordo com Araújo (2019) a ora-pro-nóbis é bastante famosa na região de Sabará (Minas Gerais), onde não é considerada uma PANC, mas será assim para moradores do nordeste do Brasil, assim como no Paraná e em outros estados.

Madeira et al. (2016), ressalta que as PANC apresentam uma participação em restaurantes se destacando na gastronomia sofisticada. A ora-pro-nóbis é uma planta com enorme potencial alimentar, muito explorada em vários preparos na cozinha de Minas Gerais, servindo para receitas onde as pessoas procuram benefícios proteicos e buscam a diversidade nutricional (MADEIRA et al., 2016).

Algumas PANC necessitam de mais atenção antes de sua utilização, porque a planta pode apresentar partes prejudiciais à saúde humana (RANIERI, 2017; KINUPP & LORENZI, 2021), devido à presença de compostos tóxicos ou irritantes ou de fatores antinutricionais. Por esse motivo, é essencial conhecer as partes comestíveis, os modos de preparo mais corretos e apropriados, além da correta identificação da planta.

No presente estudo, os participantes foram questionados quanto às partes das PANC mais consumidas. Folhas, frutos e raízes foram as partes mais citadas como consumidas, conforme o quadro 3. Contudo, não foi possível correlacionar as partes mais consumidas com as PANC mais citadas. No caso da ora-pro-nóbis, a parte mais consumida é a folha, embora os frutos e as flores também podem ser consumidos em diversos preparos.

Também foram pesquisadas as principais formas de preparo das PANC consumidas, conforme o quadro 3, os resultados demonstraram que a maioria dos participantes consome PANC refogadas ou cozidas ou na forma de salada. Também não foi possível correlacionar esses resultados das principais formas de preparo com as PANC mais citadas. Mas, foi



possível observar que nenhum entrevistado realiza pré-tratamentos antes do preparo habitual (como cozinhar ou refogar) das PANC.

Quadro 3 – Partes consumidas e formas preparo das PANC: porcentagem do total de respostas.

Dados das PANC	Porcentagem (%)
Parte consumidas:	
Folhas	34%
Frutos	22%
Raízes	18%
Flores	17%
Caule ou ramos	11%
Sementes	7%
Formas de preparo:	
Cozida ou refogada	30%
Salada	25%
Crua	17%
Suco	14%
Assada ou grelhada	8%
Bolo	2%
Doce	1%
Farinha	1%
Sopa	1%
Conserva	0%
Realiza algum pré-tratamento	0%

Fonte: autores, 2023

As principais formas de preparo das PANC entre os entrevistados de Brasília, no Distrito Federal, são salada, sucos e farofas (Sousa, 2021). Na pesquisa de Tuler et al. (2019), em Minas Gerais, foi verificado que as PANC são consumidas principalmente refogadas, *in natura* ou na forma de saladas.

Embora as PANC sejam excelentes fontes de nutrientes, vitaminas e sais minerais, além das propriedades antioxidantes, anti-inflamatórias e ação terapêutica, o consumo de tais plantas deve ser realizado levando-se em consideração as suas características e as corretas formas de preparo, garantindo o consumo seguro das PANC (LIBERATO et al., 2019; KINUPP & LORENZI, 2021), sobretudo daquelas que apresentam compostos potencialmente prejudiciais à saúde humana.

Algumas PANC podem apresentar compostos fitoquímicos tóxicos (LIBERATO et al., 2019) ou fatores antinutricionais (RANIERI, 2017; LIBERATO et al., 2019). Kinupp &



Lorenzi (2021) descrevem alguns tratamentos para o consumo seguro de algumas PANC, como a fervura, branqueamento, o ato de refogar, fritar ou assar etc. Um exemplo é a taioba, cujo consumo deve ocorrer apenas após processos de cocção; sugere-se ainda um pré-tratamento do tipo branqueamento, pois a planta apresenta oxalato de cálcio em sua composição (KINUPP & LORENZI, 2021). Liberato et al. (2019) citam ainda que, devido a presença de alcaloides nas folhas da taioba, se estas forem consumidas sem ferver podem ser hepatotóxicos, nefrotóxicas, imuno tóxicas e neurotóxicas.

A ora-pro-nóbis, planta bastante conhecida e consumida na região estudada, deve ser consumida cozida, devido a presença de oxalato de cálcio em sua composição (LIBERATO et al., 2019). Convém ressaltar que muitas pessoas consideram, erroneamente, essa planta como “carne de pobre”, pelo suposto alto teor de ferro e proteínas. Embora a planta realmente apresente uma boa concentração de proteínas (até 35%) e ferro (85 mg/kg) (KINUPP & LORENZI, 2021), esses teores são em base seca, e as folhas cruas são em base úmida. Ou seja, para se obter uma boa quantidade de proteínas e ferro, compatível com os teores encontrados em carnes, seria necessário consumir muitas folhas cruas dessa PANC. Percebe-se a importância da difusão de conhecimentos corretos e confiáveis, de base científica, sobre o consumo seguro das PANC, especialmente as mais conhecidas e consumidas em uma região.

Quando questionados sobre o conhecimento de outras formas de preparo das PANC, observou-se que a maioria dos entrevistados (56%) do presente trabalho relatou não conhecer outras formas de preparo das PANC por eles consumidas. Esse dado reforça a importância da difusão de conhecimentos sobre as PANC, inclusive sobre receitas e o modo correto de preparo.

Outro fator importante no consumo correto e seguro das PANC é a sua correta identificação. Por esse motivo, foram analisadas as seguintes questões: como os entrevistados aprenderam a consumir PANC e como eles aprenderam a reconhecer ou identificar as PANC.

Quanto ao conhecimento dos entrevistados sobre as PANC consumidas, inclusive sobre como identificar tais plantas, pode ser observado no quadro 4 que a maioria dos participantes relatou ter conhecimento sobre as PANC por meio de familiares (54%) e amigos (22%), tratando-se, portanto, de um consumo tradicional. Meios de comunicação como a



internet também foram citados como fontes de conhecimento sobre PANC, embora não foi possível identificar quais fontes são essas e se apresentam informações seguras.

Quadro 4 – Formas de identificação das PANC citadas pelos participantes da pesquisa.

Questões e respostas sobre a identificação das PANC	Porcentagem (%)
Como aprendeu a consumir?	
Familiares	54%
Amigos/Vizinhos	22%
Meios de comunicação: internet	16%
Meios de comunicação: televisão	4%
Médico	3%
Como reconhece uma PANC?	
Familiares ensinaram a reconhecer	27%
Observando a planta	23%
Conhecimento adquirido ao longo do tempo	16%
Se trata de um costume	10%
Indicações	7%
Com ajuda de: livros e internet	7%
Observando as folhas	6%
Aprendeu identificar com a mãe	4%

Fonte: autores, 2023

Durante as entrevistas foi possível identificar que a procura por informações sobre as PANC em fontes seguras como livros, artigos e outros materiais científicos não é uma prática recorrente. Ou seja, a divulgação e o incentivo de consumo seguro dessas plantas por meio dos principais meios de comunicação ou por meio de instituições de ensino parece ser insuficiente ou até mesmo inexistente nesta região. Esse é um dado preocupante, pois informações falsas ou incorretas podem causar confusões na identificação e preparo das PANC, algo que pode ser prejudicial à saúde humana.

Sobre a forma como os participantes da pesquisa adquiriam as PANC para consumo. A maioria dos entrevistados adquirem as PANC nos próprios quintais (34%), ou por meio de vizinhos/ familiares/amigos (26%), conforme mostrado no quadro 5. Tuler et al. (2019) destacam que os quintais das residências são os principais locais de obtenção de PANC,



configurando-se como importantes locais para a manutenção e conservação dessas plantas. Para estes autores, o cultivo de PANC em quintais contribui para uma agricultura mais sustentável, conservando a biodiversidade local e respeitando o conhecimento tradicional.

Outros modos de aquisição de PANC observados entre os participantes foram: em supermercados, mercados ou feiras (14%), na rua ou em terrenos vazios (13%) e lojas de produtos naturais (11%). Esses resultados demonstram que na região de Paranavaí-PR, as principais PANC consumidas ainda são pouco comercializadas, como no caso da taioba e da ora-pro-nóbis.

Quadro 5 – Formas de aquisição das PANC descritas pelos participantes.

Modo de aquisição das PANC	Porcentagem (%)
No quintal de casa	34%
Com vizinhos, amigos/familiares	26%
Supermercados, mercados ou feiras	14%
Na rua ou em terrenos vazios	13%
Em lojas de produtos naturais	11%
Outros: roça	1%
Outros: áreas ribeirinhas	1%

Fonte: autores, 2023

As PANC precisam ser colhidas com atenção. De acordo com Ranieri, 2021:

Plantas coletadas em ambiente urbano podem estar contaminadas por poluentes industriais e de atividades comerciais, poluentes originados por tráfego de veículos, contaminação por descarte inadequado de lixo, além de contaminação biológica (em locais com fezes de animais, próximos a cemitérios, rios contaminados, esgotos e bueiros) (RANIERI, p.13 2021).

Desse modo, coletar PANC na rua ou em terrenos vazios exige muitos cuidados para reduzir o risco de contaminação (química ou biológica), sendo mais adequado evitar essa prática.

Sobre o motivo para o consumo de PANC, observou-se que a maioria dos participantes consomem PANC por um costume familiar ou costume de amigos ou vizinhos (24%), pelo fato das PANC apresentarem sabor agradável (23%) e pelo valor nutricional (21%), conforme apresentado no quadro 6. Fatores como o baixo custo das PANC (9%) e o



fato de serem plantas facilmente cultivadas e coletadas (13%) foram menos citados pelos entrevistados.

Quadro 6 – Representação dos resultados em porcentagem do total de respostas sobre a motivos para consumir e não consumir alguma PANC e a frequência de consumo das Plantas Alimentícias não Convencionais descritas pelos participantes.

Fatores e frequências de consumo:	Porcentagem (%)
Fatores para consumir PANC:	
Costume familiar, amigos/vizinhos	24%
Sabor agradável	23%
Valor nutricional	21%
Planta de fácil cultivo/coleta	13%
Baixo custo	9%
Efeitos medicinais	9%
Curiosidades	1%
Fatores para NÃO consumir PANC:	
São pouco conhecidas	24%
Não sabem identificar ou reconhecer	23%
Não sabem consumir corretamente	18%
Medo de consumir plantas tóxicas	17%
São plantas difíceis de conseguir	14%
Sabor e textura desagradável	3%
Outro: só consome o que conhece	1%
Frequência de consumo:	
Consome raramente	31%
Ao menos 1 vez por mês	28%
Consumiu apenas 1 vez	17%
Ao menos 1 vez por semana	16%
Todos os dias	8%

Fonte: autores, 2023

Também foram pesquisados possíveis fatores que explicam o motivo para os quais as pessoas não consomem alguma PANC. Conforme apresentado no quadro 6, observou-se que os fatores determinantes para os participantes não consumirem outras PANC são: porque as PANC são pouco conhecidas (24%), a dificuldade ou mesmo o desconhecimento para identificação e reconhecimento das plantas (23%), falta de conhecimentos sobre o consumo correto das PANC (18%), medo de consumir alguma planta tóxica (17%) e porque as PANC são plantas difíceis de se conseguir (14%). Já o sabor ou a textura desses alimentos foi um

fator pouco citado entre os entrevistados (3%), como determinante para não consumir outras PANC.

Quanto à frequência de consumo das PANC, os resultados indicaram que poucas pessoas consomem PANC diariamente (8%). A maioria dos participantes citou consumir PANC raramente (31%). Resultados semelhantes foram encontrados na pesquisa realizada por Sousa et al., (2021), em que a maioria dos entrevistados, em Brasília – DF, nunca utilizou PANC como parte do preparo de alimentos, seguida de uma boa parcela de participantes que as utilizam raramente.

Para melhorar a difusão de conhecimentos sobre as PANC, após a análise dos resultados, foi elaborada uma cartilha digital sobre as PANC e disseminada para todos os participantes da pesquisa. Esse material foi especialmente elaborado pelos autores, foram listadas as 10 PANC mais consumidas pelos participantes da pesquisa e para cada PANC, foi feita uma breve descrição com informações básicas sobre a morfologia e a identificação (com imagens da planta), composição nutricional (quando disponível na literatura), modo de preparo ideal e algumas receitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As PANC mais conhecidas entre os participantes desta pesquisa, foram inhame, taioba e ora-pro-nóbis. A falta de conhecimento sobre o preparo de PANC e identificação destas plantas são fatores determinantes na restrição do consumo.

Desta forma, ficou evidente a necessidade de melhorar o conhecimento da população sobre a identificação, o preparo correto e diversificado das PANC. Esse pouco conhecimento sobre as PANC é um fator importante, pois pode estar associado ao baixo consumo dessas plantas na região, além de ser um risco à saúde humana, em caso de consumo de plantas identificadas ou preparadas incorretamente.

Neste aspecto a disseminação da cartilha digital sobre PANC para os participantes da pesquisa e seu compartilhamento contribui com o conhecimento sobre as plantas da região que podem ser utilizadas na alimentação, pode sanar dúvidas sobre identificação e preparo destas plantas, traz informações sobre a composição nutricional das plantas, contribuindo para



a alimentação e saúde da população, garantindo uma dieta vegetal mais diversificada, sustentável e saudável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, S. S.; ARAÚJO, P. S.; GIUNCO, A.J.; SILVA, S.M.; ARGANDOÑA, E.J.S; Bromatologia, química alimentar e atividade antioxidante de *Xanthosoma sagittifolium* (L.) Schott. **Emirates Journal of Food and Agriculture**, v. 31, n. 3, p.188-195, 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Hortaliças não-convencionais**: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília : MAPA / ACS, 2010.

CALLEGARI, C.R.; MATOS FILHO, A.M. **Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANCs**. Florianópolis: Epagri, 2017. 53p. (Epagri, Boletim Didático, 142)

FLYMAN, M. V.; AFOLAYAN, A. J. The suitability of wild vegetables for alleviating human dietary deficiencies. **South African Journal of Botany**, v. 72, n. 4, p. 492-497, 2006.

KELEN, M.E.B. et al. **Plantas alimentícias não convencionais (PANCs): hortaliças espontâneas e nativas**. 1. ed. -- Porto Alegre: UFRGS, 2015.

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas Alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas**. 2 ed. Instituto Plantarum de Estudos da Flora, São Paulo, 2021.

LIBERATO, P. S.; LIMA, D. V. T.; SILVA, G. M. B. PANC - Plantas alimentícias não convencionais e seus benefícios nutricionais. **Environmental Smoke**, v.2, P.102-111, 2019.

MADEIRA, N. R.; AMARO, G. B.; MELO, R. A. de C. e; BOTREL, N.; ROCHINSKI, E. **Cultivo de Ora-pro-nóbis (Pereskia) em plantio adensado sob manejo de colheitas sucessivas**. Brasília, DF: Embrapa Hortaliças, 2016.

RANIERI, G. **Guia prático sobre PANCs: Plantas alimentícias não convencionais**. 1. ed. São Paulo: Instituto Kairós, 2017.

RANIERI, G. **Matos de comer: Identificação de plantas comestíveis**. 1. ed. São Paulo: Ed. Do Autor, 2021.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

SOUSA, I. B.s; SANTOS, A.; RAMOS, B.C. Z. **Plantas alimentícias não convencionais: pesquisa sobre conhecimento e consumo na região de Brasília–DF**. Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa, 2021.

TERRA, S.B.; VIERA, C.T.R. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs): levantamento em zonas urbanas de Santana do Livramento, RS**. *Ambiência Guarapuava* (PR), v.15, n.1, p. 112 – 130, 2019.

TULER, A.C, PEIXOTO, A.L & SILVA, N.C.B. Plantas alimentícias não convencionais (PANC) na comunidade rural de São José da Figueira, Durandé, Minas Gerais, Brasil. *Rodriguésia*, v.70, e01142018, 2019.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 15 de 15



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

ESTUDO DA GERMINAÇÃO E CRESCIMENTO DE PLÂNTULAS DE PEPINO (*Cucumis sativus*), SUBMETIDAS A EXTRATOS FOLIARES DE SIBIPIRUNA E BRAQUIÁRIA.

Caroline Tainara Morsch - (Voluntária)
Unespar/Campus Paranavaí, carolinetainaramorsch@gmail.com

Paulo Alfredo Feitoza Bohm - Orientadora
Unespar/Campus Paranavaí, pauloalfredobiologo@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário - PIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Biológicas

INTRODUÇÃO

O cultivo de hortaliças no Brasil é de grande importância econômica, pois proporciona emprego e renda para muitas famílias.

O grande interesse por hortaliças orgânicas de melhor qualidade, produzidas respeitando as legislações vigentes referentes ao cultivo de produtos orgânicos, vem contribuindo para maiores investimentos no sistema de produção aliando maior produtividade e baixo custo para os produtores.

O pepino (*Cucumis sativus* L.) é uma hortaliça de frutos pertencente à família Cucurbitaceae, no Brasil, sua comercialização tem obtido crescimento na importância entre as hortaliças, devido a sua apreciação como componente de saladas (SILVA et al., 2014).

Na região de Paranavaí encontramos por parte de produtores rurais uma grande diversidade de palhadas utilizadas para produção de substratos orgânico de baixo custo, sendo que se destacam as palhadas de Sibipiruna (*Caesalpinia pluviosa*) e capim Braquiária (*Brachiaria*). Entretanto, estas plantas podem produzir moléculas oriundas do metabolismo secundário que afete a germinação e crescimento de outras espécies. Neste aspecto, folhas de Sibipiruna e Braquiária, podem interferir negativamente no processo de germinação e desenvolvimento das plântulas.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 1 de 13



A germinação das sementes é um processo complexo, envolve a entrada de água na semente e a ativação de uma série de enzimas responsáveis pela mobilização de reservas nutritivas e produção e organização de novos tecidos vegetais (TAIZ e ZEIGER, 2017).

A germinação e o crescimento inicial podem ser afetados por moléculas do metabolismo secundário denominadas aleloquímicos. Os aleloquímicos interferem em muitos processos vitais das plantas e sua atuação é inespecífica. As funções preferencialmente prejudicadas são: a utilização de água e assimilação de nutrientes (LYU e BLUM, 1990), o crescimento de raízes e a expansão de folhas (Blum e Dalton, 1985), a fotossíntese e a síntese de proteínas (MERSIE e SINGH, 1993), a respiração celular e a permeabilidade da membrana celular e atividades enzimáticas (BAZIRAMAKENGA et al., 1995; POLITYCKA, 1996, 1998).

A isso a alelopátia tem sido reconhecida como um importante mecanismo ecológico que influencia a dominância vegetal, a sucessão ecológica, a formação de comunidades vegetais e de vegetação clímax, bem como a produtividade e manejo de culturas. Essa concorrência contribui para a sobrevivência das espécies no ecossistema, e algumas desenvolvem mecanismos de defesa que se baseiam na síntese de determinados metabólitos, liberados no ambiente.

Em 1984, Rice definiu o termo alelopátia como os efeitos de uma planta sobre outras plantas através da liberação de substâncias químicas no ambiente, incluindo microrganismos. Ambos, efeitos positivos e negativos, estão incluídos nesta definição. Entretanto alguns autores preferem reconhecer como alelopáticos apenas os efeitos negativos (INDERJIT e DUKE, 2003).

A alelopátia representa uma contribuição química às adaptações defensivas das plantas ao ambiente (HARBONE, 1988). Essas interações aleloquímicas entre plantas são reconhecidas como fator chave no padrão de crescimento da vegetação, no crescimento das plantas invasoras e na produção das culturas nos sistemas agrícolas (RICE, 1984).

Compostos secundários com potencial aleloquímico têm grande diversidade química e estão envolvidos em muitos processos metabólicos e ecológicos (RICE, 1984; EINHELLIG, 1985; CALERA et al., 1995a,b). Eles podem exercer efeitos devidos às suas estruturas químicas originais ou serem precursores de diferentes compostos tóxicos resultantes da



decomposição da matéria orgânica. Uma interação alelopática indireta ocorre se uma dada planta inibe o crescimento de microrganismo benéfico do solo (fixadoras de nitrogênio ou micorrizas) e através deste efeito, afeta, também, o crescimento de outras plantas da comunidade (WALLER et al., 1999).

Os aleloquímicos estão presentes em, virtualmente, todos os tecidos vegetais e podem ser liberados ao ambiente por: volatilização através das partes aéreas da planta; lixiviação das partes aéreas pela chuva e orvalho; exsudação pelas raízes; lixiviação proveniente dos restos vegetais ou decomposição da matéria orgânica (biótica e físico-química) (TUKEY, 1969). Por causa disto, o estudo da alelopatia tem recebido considerável atenção nos últimos anos, seja pelos aleloquímicos liberados ao meio, que podem diminuir a produção agrícola (CHOU, 1983; WALLER, 1999), seja pelo potencial que representam como defensivos agrícolas naturais (EINHELLIG, 1985; RICE, 1984). Uma outra possibilidade de interesse é a integração dos fenômenos alelopáticos dentro dos sistemas de produção agrícola que permita a utilização de restos culturais como uma ferramenta no manejo integrado de plantas daninhas (ou indesejáveis).

É fundamental para uma melhor compreensão dos processos bioquímicos e fisiológicos, o entendimento da natureza dos compostos aleloquímicos suas funções biológicas e interações ecológicas bem como o entendimento histórico da descoberta destes compostos secundários e suas respectivas aplicações.

Entre suas conhecidas atividades bioquímicas nas plantas, estão as ações antioxidantes, antifúngicas, associadas aos mecanismos de defesa, alelopatia e resistência. Estes compostos são elementos indispensáveis nas estruturas anatômicas e morfológicas, das quais muitos constituem partes integrantes das estruturas da parede celular, principalmente em polímeros como lignina e suberinas (STRACK, 1997).

Diferentes culturas como trigo, aveia, nabo, tremoço, bem como milho, milheto, mucuna e sorgo podem estar envolvidos em sistema de produção de soja e existem alguns relatos de efeitos alelopáticos dessas culturas tanto em soja quanto em outras culturas ou plantas indesejáveis.

Rizzardí et al. (2006) demonstraram que a palhada do nabo forrageiro também apresenta potencial de inibição da emergência de plantas indesejáveis na cultura do milho



semeada 12 dias após a dessecação do nabo. Concluíram que somente com o efeito da palha pode-se reduzir substancialmente o número de plantas indesejáveis emergidas, permitindo também à cultura melhor desenvolvimento inicial devido à redução da interferência causada por elas. Por outro lado, Fleck et al. (2006) demonstraram que a presença do nabo durante os primeiros 60 dias do ciclo da soja reduziu a estatura das plantas, área foliar, massa da parte aérea seca, emissão e crescimento de ramos da cultura. Trezzi et al. (2006) mostraram que a presença da palha de sorgo, milho ou aveia na superfície do solo pode reduzir a velocidade de emergência de *E. heterophylla*, o que poderia beneficiar a intervenção posterior com métodos químicos. Entretanto, apenas os resíduos de milho e sorgo foram capazes de reduzir a emergência total desta planta indesejável. Foram constatadas diferenças de supressão de *E. heterophylla* em função da espécie de cobertura morta e dos genótipos utilizados.

O efeito alelopático do sorgo é amplamente estudado e um dos mais bem conhecidos. Alguns trabalhos revelaram que os extratos aquosos de folhas de algumas variedades de sorgo inibiram o crescimento da radícula de soja em 54% (CORREIA et al., 2005). Entretanto, esses efeitos não foram comprovados com extratos de raízes e caule, mostrando que os efeitos alelopáticos são mais expressivos quando na presença de folhas de sorgo. De acordo com Peixoto e Souza (2002), as plantas de sorgo possuem a capacidade de exsudar aleloquímicos através dos pêlos radiculares, interferindo no manejo das plantas cultivadas, fato este também sugerido por outros autores (CHEEMA e KHALIQ, 2000).

Pode-se concluir a partir do discorrido acima, que a braquiária é uma forrageira amplamente utilizada na formação de pastagens, mas os estudos sobre possíveis efeitos alelopáticos da braquiária são limitados.

Dentro das diferentes possibilidades de cultivo de hortaliças em sistemas de produção envolvendo áreas onde foram utilizadas braquiárias como pastagem, existe a possibilidade de que a semeadura e o crescimento desta cultura possam ser prejudicados em diferentes fases de desenvolvimento da plântula, Este trabalho tem por objetivo, testar o efeito do extrato aquoso de palhadas de folhas de braquiária e sibipiruna, sobre a germinação e crescimento de plântulas de pepino, pois possuem um grande interesse econômico da região.

MATERIAIS E MÉTODOS



Este trabalho foi realizado nas instalações da Universidade Estadual do Paraná campus Paranavaí. Foram montados experimentos utilizando sementes de pepino expostas as diferentes concentrações dos extratos foliar de sibipiruna e braquiária de forma separadas.

Para a obtenção do extrato bruto, foram colhidas tanto folhas sibipiruna do campus da universidade, como as folhas de capim braquiária após elas serem colhidas passam por um processo de esterilização, que ocorre da seguinte maneira: lavagem em água corrente e separação dos foliólulos. Posterior a esse processo de esterilização, as folhas foram submetidas a sucessivas etapas de lavagem, a primeira é realizada com hipoclorito de sódio por um período de 3 minutos, posteriormente as folhas foram lavadas em água corrente por 5 minutos. A segunda etapa foi realizada com álcool durante 3 minutos, em seguida as folhas foram adicionadas em água destilada onde permaneceram por 5 minutos para que ocorra a retirada do hipoclorito de sódio e o álcool, assim como os microrganismos e demais partículas sólidas.

Posterior a esterilização as folhas foram armazenadas em uma estufa desidratadora afim de se obter um produto seco e estéril, o tempo de incubação foi de no mínimo 72 horas e a temperatura deve ser de 60°C. A partir de 72 horas a biomassa se torna constante.

Depois da secagem as folhas são submetidas a um processo de trituração e separadas em porções de 10g. Após a pesagem é realizada a mistura das 10g de folha triturada com 100 ml de água destilada com o auxílio de um almofariz de cerâmica e de um pistilo afim de se obter um produto homogêneo, em seguida foi submetido ao processo de filtragem, obtendo assim o extrato foliar bruto, denominado tratamento 100%. Para a produção dos outros tratamentos de 12,5%, 25% e 50%, foi necessário ocorrer a diluição do extrato foliar bruto em água destilada.

O sistema experimental foi montado utilizando 10 caixas gerbox esterilizadas. Após o processo de esterilização das vidrarias é adicionado papel de germinação estéril. Cada placa recebeu 3ml do extrato na concentração alvo da bateria de tratamento. Posteriormente foram adicionadas 7 sementes de pepino em cada caixa gerbox, deixando um espaçamento adequado para não prejudicar a germinação da semente.

Após montadas as caixas gerbox foram identificadas e armazenadas em câmara de germinação do tipo B.O.D, com a temperatura de 25°C e fotoperíodo controlados (programado



em 12 horas de luz e 12 horas de escuro). Vale ressaltar que foram utilizados o mesmo procedimento para cada tratamento de 12,5 %, 25%, 50% e 100%, diferenciando dos demais o controle que utilizou água destilada e não extrato. A protusão da radícula foi verificada a cada 24 horas (FERREIRA; ÁQUILA, 2000).

O índice de velocidade de germinação (IVG) foi obtido considerando: ($IVG = N1/D1 + N2/D2 + \dots + Nn/Dn$). Em que: N, número de plântulas verificadas no dia da contagem; D, números de dias após a semeadura, sendo realizado a contagem em números de dias após a semeadura.

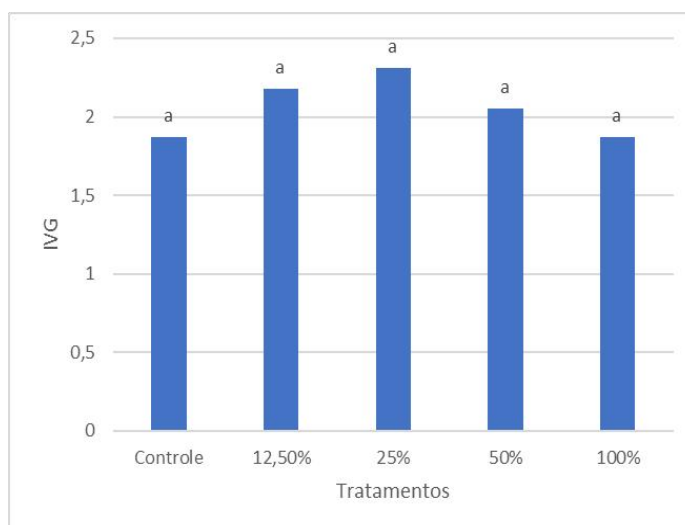
Após 7 dias de germinação as plântulas tiveram suas radículas excisadas, para a determinação dos comprimentos das radículas das plântulas. A biomassa fresca das raízes foi obtida após pesagem em balança analítica e expressa em gramas sendo acondicionadas em papel alumínio para pesagem em balança analítica para obtenção da biomassa fresca. Em seguida as radículas foram acondicionadas em estufa até peso constante para a obtenção da biomassa seca.

A análise estatística dos resultados foi feita pelo programa Sisvar®, foi realizada a análise de variância ANOVA, sendo que as diferenças entre as médias foram submetidas ao teste de Tukey com probabilidade de 5%.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A figura 1 compara o índice de velocidade de germinação do controle com as demais concentrações do tratamento testado. Foi constatado que entre o controle e as concentrações de 12,5%, 25%, 50% e 100% não houve uma diminuição significativa na velocidade de germinação na presença de diferentes concentrações de extrato de Sibipiruna.

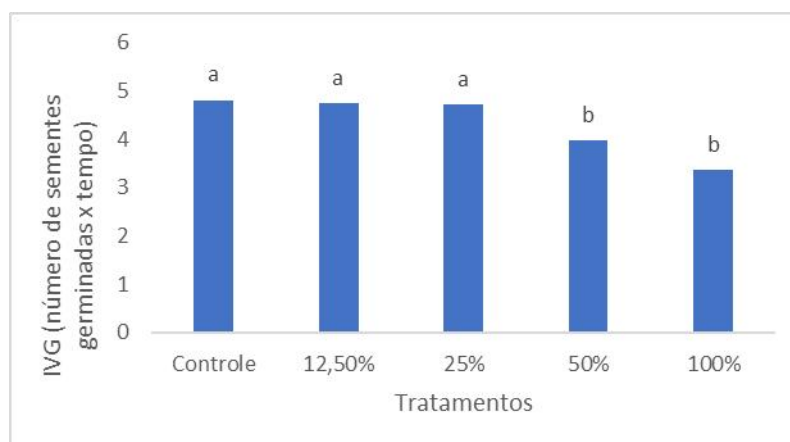
Figura 1: Índice de velocidade de germinação de sementes de pepino durante sete dias expostas a extratos foliares de sibipiruna.



Fonte: autores, 2023.

A figura 2 compara o índice de velocidade de germinação do controle com as demais concentrações do tratamento testado. Foi constatado que entre o controle e as concentrações de 12,5% e 25% do extrato de braquiária não houve uma diminuição significativa na velocidade de germinação, mas quando comparados o controle com as concentrações de 50% e 100% do extrato de braquiária observamos uma queda significativa na velocidade de germinação, indicando possível interferência de aleloquímicos presentes no extrato. De acordo com Bazimarakenga et al. (1995), existem várias plantas que produzem compostos aleloquímicos que interferem no metabolismo celular. Os resultados obtidos nesse trabalho demonstram que o extrato foliar de braquiária podem comprometer nos processos fisiológicos envolvidos no índice de velocidade de germinação de sementes em altas concentrações.

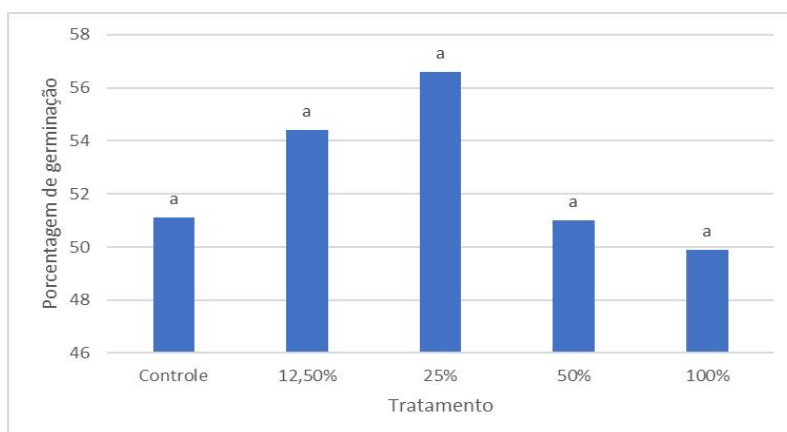
Figura 02: Índice de velocidade de germinação de sementes de pepino durante sete dias expostas a extratos de folhas de braquiária.



Fonte: autores, 2023

A figura 3 compara o índice de germinação total do controle com as demais concentrações do tratamento testado. Foi constatado que os resultados entre o controle e as concentrações de 12,5%, 25%, 50% e 100% não ocorreram uma diminuição significativa na velocidade de germinação na presença de diferentes concentrações de extrato de sibipiruna.

Figura 3: Germinação total de sementes de pepino controle e diferentes tratamentos de sibipiruna.



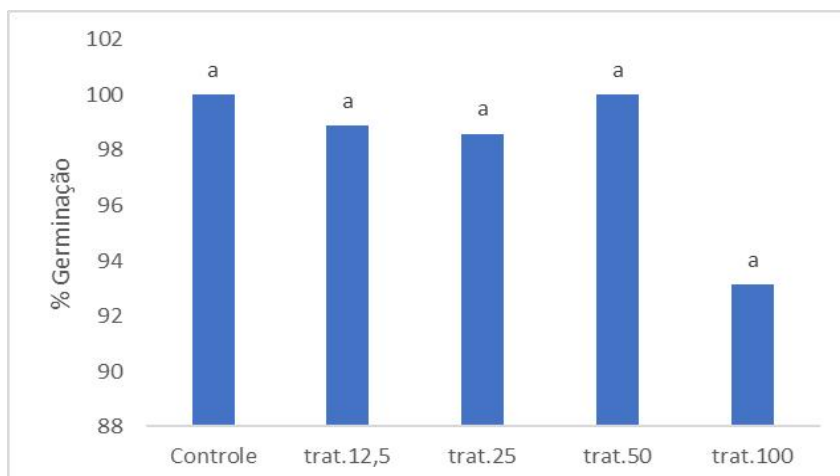
Fonte: autores, 2023

A figura 4 compara o índice de germinação total do controle com as demais concentrações do tratamento testado. Foi constatado que os resultados entre o controle e as concentrações de 12,5%, 25%, 50% e 100% não ocorreram uma diminuição significativa na germinação total na presença de diferentes concentrações de extrato de braquiária.



Apesar do extrato de braquiária em grandes concentrações ter reduzido o índice de germinações, quando comparamos com os dados obtidos das germinações totais, percebemos que não ocorreram alterações significativas em ambos os extratos testados.

Figura 4: Germinação total de sementes de pepino controle e diferentes tratamentos de folhas braquiária.



Fonte: autores, 2023

Na tabela 1 abaixo, podemos observar que o comprimento da raiz foi reduzido de forma significativa à medida que ocorreu um aumento da concentração do extrato de sibipiruna quando comparado aos valores de comprimento do controle. Os valores de biomassa fresca também obtiveram resposta semelhante as do comprimento, pois os valores de biomassa fresca reduziram de forma significativa a medida que ocorreu um aumento da concentração do extrato de sibipiruna. Resultado semelhante foi observado por De Souza Fiorese *et al.* (2021), que verificou a redução na germinação e crescimento inicial e biomassas de alface submetida a extratos foliares de (*Solanum pimpinellifolium*) e atribuiu esta redução a presença de compostos aleloquímicos presentes nos extratos foliares da planta, como flavonoides, alcalóides e saponinas. Os valores de biomassa seca encontrados nos tratamentos não apresentaram alterações significativas com valores encontrados nos experimentos controles.

Tabela 01. Medidas de comprimento e biomassas das radículas de pepino controle e tratamento de sibipiruna.



Tratamento Sibipiruna	Comprimento de raiz	Biomassa fresca	Biomassa seca
Controle	5,90cm ^a	0,130g ^a	0,0036g ^a
12,5%	5,17cm ^a	0,116g ^b	0,0033g ^a
25%	4,08cm ^{ab}	0,100g ^b	0,0033g ^a
50%	2,21cm ^b	0,073g ^c	0,0037g ^a
100%	1,48cm ^b	0,056g ^c	0,0038g ^a

Letras diferentes ao lado das médias representam diferenças estatísticas quando submetidos aos testes de Tukey $P < 0,05$. Fonte: autores, 2023

Na tabela 2, podemos observar que o comprimento da raiz foi reduzido de forma significativa à medida que ocorreu um aumento da concentração do extrato de braquiária quando comparado aos valores de comprimento do controle. Os valores de biomassa fresca também obtiveram resposta semelhante as do comprimento, pois os valores de biomassa fresca reduziram de forma significativa à medida que ocorreu um aumento da concentração do extrato de Braquiaria. Esses resultados corroboram com TUR et al., 2010, pois os efeitos alelopáticos dos extratos de braquiária podem estar relacionados à presença de flavonoides, sendo que estas moléculas são uma importante classe de polifenóis com forte atividade biológica, podendo estar associados às funções de defesa, controle de hormônios vegetais, inibição de enzimas e comprometimento metabólico. Os valores de biomassa seca encontrados nos tratamentos não apresentaram alterações significativas com valores encontrados nos experimentos controles.

Tabela 02. Medidas de comprimento e biomassas das radículas de pepino controle e tratamento de braquiária.

Tratamento Braquiária	Comprimento de raiz	Biomassa fresca	Biomassa seca
Controle	5,90cm ^a	0,193g ^a	0,040g ^a
12,5%	1,64cm ^b	0,053g ^{ab}	0,0018g ^b
25%	1,02cm ^{bc}	0,033g ^{ab}	0,0017g ^b
50%	0,26cm ^c	0,018g ^b	0,0013g ^b
100%	0,30cm ^c	0,020g ^{ab}	0,0012g ^b

Letras diferentes ao lado das médias representam diferenças estatísticas quando submetidos aos testes de Tukey $P < 0,05$. Fonte: autores, 2023



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, quando todos os diferentes parâmetros são comparados é perceptível que as plântulas de pepino submetidas aos extratos de capim braquiária e sibipiruna podem causar um atraso no índice de velocidade de germinação, desenvolvimento, crescimento das raízes e biomassas das plântulas, principalmente quando comparadas os resultados dos tratamentos com o controle.

Analisando os dados em geral, pôde-se concluir ao final da pesquisa que o extrato de folhas de sibipiruna e braquiária exerceram um efeito alelopático significativo em altas concentrações, desta forma existe a possibilidade destes aleloquímicos funcionarem como um herbicida natural, apenas em altas concentrações.

Portanto os resultados desde trabalho alertam os pequenos produtores rurais que utilizam estas palhadas de sibipiruna e braquiária para confecção de substratos orgânico de baixo custo, que existe um risco real de inibição por alelopatia, caso não seja respeitado o tempo completo de decomposição destas folhas e possível degradação destes aleloquímicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAZIRAMAKENGA R, LEROUX GD, SIMARD RR. Effects of benzoic and cinnamic acids on membrane permeability of soybean roots. **J Chem Ecol** v.21, p.271-1285, 1995.

CALERA MR, ANAYA A L, GAVILANES-RUIZ M. Effect of a phytotoxic resin glycoside on the activity of the H⁺-ATPase from plasma membrane. **J Chem Ecol**. v. 21, p.289-297, 1995.

CALERA MR, MATA R, ANAYA AL, Lotina B. 5-O-B-D-galactopyranosyl-7-methoxy-3',4'-dihydro-4-phenylcoumarin, an inhibitor of photophosphorylation in spinach chloroplasts. **Photosynt Res**. v. 45, p.105-110, 1995.

CHEMA, Z.A; KHALIQ, A. Uso de propriedades alelopáticas do sorgo para controlar ervas daninhas em trigo irrigado em uma região semiárida de Punjab. **Agricultura, ecossistemas e meio ambiente**, v.79, n. 2-3, p.105-112, 2000.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

CHOU CH. Allelopathy in agroecosystems in Taiwan. In: Chou, Ch-H e Waller, G. R. (eds) Allelochemicals and Pheromones. **Taipei/Taiwan: Academia Sinica Monograph Series**. n.5, p. 27-64, 1983.

CORREIA, NÚBIA MARIA; CENTURION, MARIA APARECIDA PESSÔA DA CRUZ; ALVES, PEDRO LUÍS DA COSTA AGUIAR. Influência de extratos aquosos de sorgo sobre a germinação e o desenvolvimento de plântulas de soja. **Ciência Rural**, v. 35, p. 498-503, 2005.

DE SOUZA FIORESI, Raiane et al. Efeito alelopático de *Solanum pimpinellifolium* L. sobre a germinação e crescimento inicial de *Lactuca sativa* e *Bidens pilosa*. **Scientia Plena**, v. 17, n. 6, 2021.

EINHELLIG F. A. Allelopathy – a natural protection, allelochemicals. In: Blushan M. (ed.) Handbook of Natural Pesticides: Methods, Theory, Practice, and Detection. Boca Raton/FL: **CRC Press**, v.1, p.161-200, 1985.

FERREIRA, D. F. SISVAR: um programa para análises e ensino de estatística. In: **Revista symposium**, v.6, n.2, p. 36-41, 2008.

FERREIRA, A.G.; ÁQUILA, M.E.A. Alelopatia: uma área emergente da ecofisiologia. **Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal**, v.12, p. 175-204, 2000.

FLECK, NILSON GILBERTO ET AL. Interferência de *Raphanus sativus* sobre cultivares de soja durante a fase vegetativa de desenvolvimento da cultura. **Planta Daninha**, v. 24, p.425-434, 2006.

HARBONE J.B., WILLIAMS C.A. Advances in flavonoid research since 1992. **Phytochem.** v. 55, p.481-504, 1988.

INDERJIT E DUKE SO. Ecophysiological aspects of allelopathy. **Planta**. v.217, p.529-539, 2003.

LYU, S.-W. and BLUM, U. Effects of ferulic acid, an allelopathic compound, on net P, K, and water uptake by cucumber seedlings in a split-root system. **J. Chem. Ecol.** v.16, p.2429–2439, 1990.

MERSIE, WONDIMAGEGNEHU; SINGH, MEGH. Os ácidos fenólicos afetam a fotossíntese e a síntese de proteínas por células foliares isoladas de folhas de veludo. **Revista de ecologia química**, v. 19, p.1293-1301, 1993.

PEIXOTO, MÁRCIO FERNANDES; SOUZA, IF de. Efeitos de doses de imazamox e densidades de sorgo (*Sorghum bicolor* (L.) Moench) em soja (*Glycine max* (L.) Merrill) sob plantio direto. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 26, n. 2, p. 252-258, 2002.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 12 de 13



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

POLITYCKA B. Phenolics and the activities of phenylalanine ammonia-lyase, phenol- β -glucosyltransferase and β -glucosidase in cucumber roots as affected by phenolic allelochemicals. **Acta Physiol Plant**, v.20, p. 405-410, 1998

POLITYCKA B. Peroxidase activity and peroxidation lipidic in roots of cucumber seedlings influenced by derivatives of cinnamic and benzoic acids. **Acta Physiol Plant**, v.18, p.365-370, 1996.

RICE EL. **Allelopathy**, 2nd Edition, Orlando: Academic Press, p.422, 1984.

RIZZARDI, MA; SILVA, LF Influência das coberturas vegetais antecessoras de aveia-preta e nabo forrageiro na época de controle de plantas específicas em milho. **Planta Daninha**, v. 24, p. 669-675, 2006.

STRACK D. Phenolic metabolism. In: Dey PM & Harbone JB (eds.). **Plant Biochemistry**. Academic Press: San Diego/ London. P.387-416, 1997.

SILVA, E. F.; SOUZA, E. G. F.; SANTOS, M. G.; ALVES, M. J. G.; BARROS JÚNIOR, A. P.; SILVEIRA, L. M.; SOUSA, T. P. Qualidade de mudas de pepino produzidas em substratos à base de esterco ovino. **Agropecuária Científica no Semiárido**, v. 10, n. 3, p. 93-99, 2014.

TAIZ L.; ZEIGER E. **Fisiologia e Desenvolvimento Vegetal**. 6ª.ed. Porto Alegre-RS: Artmed, p. 726, 2017.

TREZZI MM, VIDAL RA, MATTEI D, SILVA HL, CARNIELETO CE, GUSTMANN MS, VIOLA R, MACHADO A. Efeitos de resíduos da parte aérea de sorgo, milho e aveia na emergência e no desenvolvimento de plântulas de leiteiro (*Euphorbia heterophylla*) resistentes a inibidores da ALS. **Planta Daninha**, n. 24, v.3, p. 443-450, 2006.

TUKEY H.B. Implications of allelopathy in agricultural plant science. **Bot. Rev.**, n.35, p.1-16, 1969.

TUR, C.M.; BORELLA, J.; PASTORINI, L.H. Alelopatia de extratos aquosos de *Duranta repens* sobre a germinação e o crescimento inicial de *Lactuca sativa* e *Lycopersicon esculentum*. **Biotemas**, v.23, n. 2, p. 13-22, 2010.

WALLER G.R, FENG M.C, FUJII Y. Biochemical analysis of allelopathic compounds: Plants, microorganisms, and soil secondary metabolites. In: Inderjit, Dashini K MM, Foy C. L (eds) **Principles and Practices in Plant Ecology**. Boca Raton/FL: CRC Press, p.75-98, 1999.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 13 de 13



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

EFEITOS DA APLICAÇÃO DE ÁCIDO SALICÍLICO COMO ATENUANTE DO ESTRESSE EM PLANTAS

Gabriel Medeiros Bernardo - (Unespar)
Unespar/*Campus* Paranavaí, g.billpr@gmail.com

Franciele Mara Lucca Zanardo Bohm - Orientadora
Unespar/*Campus* Paranavaí, franciele.bohm@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM
Grande Área do Conhecimento: Ciências Biológicas

INTRODUÇÃO

A produção e obtenção de alimentos é uma preocupação em todos os países do mundo. Constantemente são noticiadas várias situações de estresse abiótico para as culturas vegetais. Para conseguir suprir a demanda de alimentos, foi preciso o desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas, ferramentas e materiais que ajudassem o homem a produzir mais alimentos e em um menor tempo.

O uso indiscriminado de fertilizantes químicos tem provocado a salinização dos solos. O excesso de minerais pode prejudicar a hidratação da semente para iniciar o processo de germinação e afetar a captação de água para o crescimento inicial das plântulas (OLIVEIRA, 2022).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2021), à nível mundial, 424 milhões de hectares de solo superficial (0-30 cm) são afetados pelo sal, onde 85% destes, são solos salinizados, 10% sódicos e 5% salino-sódicos.

Com o crescente aumento de solos salinizados e pesquisas evidenciando os efeitos adversos e prejudiciais do excesso de sais nas funções fisiológicas das plantas (YOSHIDA, 2002) como a deficiência dos nutrientes como potássio e cálcio, desenvolvimento de estresse hídrico e indução de danos celulares resultantes do desbalanço do sistema de oxirredução,

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 1 de 11



resultando na produção excessiva de “espécies reativas de oxigênio” (ARAÚJO, 2020). Têm levado a procurar por métodos que consigam minimizar estes efeitos.

O tomate (*Solanum Lycopersicum*) é a fruta que tem alto índice de produção no Brasil chegando a 3.679.160 toneladas em 2021 segundo o IBGE. Ele é rico em vitaminas A, C e E, além de licopeno e β -caroteno que tem a ação antioxidante (BHOWMIK, 2012). Constitui uma das plantas mais exigentes em adubação, e conforme a etapa de desenvolvimento, a cultivar, a temperatura, o solo, a luminosidade, a umidade relativa e o manejo adotado, os teores médios de nutrientes no tecido vegetal podem variar.

Este estudo está baseado no potencial de utilização de um composto natural, o ácido salicílico (AS), como agente que promove respostas ao estresse (TANNURI, 2018). SA pertence a um grupo de moléculas denominadas salicilatos, são compostos fenólicos sintetizados por plantas, a partir do chamado metabolismo secundário (TAIZ; ZEIGER, 2017).

A aplicação exógena ou o estímulo à síntese endógena de ácidos orgânicos como o ácido salicílico pode agir como indutor de proteínas de tolerância aos diferentes estresses, bem como para elevar ou regular a atividade de enzimas de desintoxicação celular, como peroxidases e superóxido-dismutases, especialmente envolvidas na degradação de radicais ativos oxigenados (CARVALHO et al., 2007).

O tratamento de sementes com reguladores de crescimento, principalmente o ácido salicílico, é uma alternativa promissora ao setor sementeiro por se tratar de um importante indutor de resistência a doenças e pragas, além de atuar significativamente na qualidade e no rendimento de sementes (TAVARES et al., 2014). Mas a literatura traz que compostos fenólicos podem inibir a germinação de sementes e comprometer o crescimento inicial das plântulas, exercendo efeitos alelopáticos (FERREIRA E ÁQUILA, 2000).

As situações de estresse biótico e abiótico, faz com que as plantas promovam a liberação de AS, este pode ser volatilizado para plantas vizinhas, para sinalizar o acionamento das respostas de defesa ou dentro das células da própria planta atuar como molécula de sinalização para acionar as respostas de defesa do vegetal (FIGUEIREDO, et al., 2019).



Estas respostas incluem mudanças na expressão gênica para a produção de proteínas de defesa e de enzimas; estes compostos podem impedir a destruição da clorofila e impede o desenvolvimento de fungos (TANNURI, 2018).

A indução de respostas de defesa antes de infecções de micro-organismos ou de possíveis estresses ambientais podem oferecer uma proteção precoce para a planta e contribuir com o sucesso no combate a infecções. Além disso o estabelecimento de uma prática da indução precoce das defesas das plantas pode contribuir com a redução da utilização de agrotóxicos para o combate de doenças e pragas diminuindo a contaminação do meio ambiente e dos alimentos com toxinas.

Este trabalho teve como objetivo estudar a germinação e crescimento inicial do tomate de origem orgânica submetidas ao estresse salino com ou sem pré-tratamento químico utilizando-se o ácido salicílico (AS).

MATERIAIS E MÉTODOS

Os experimentos foram conduzidos no laboratório de pesquisa da UNESPAR, *campus* de Paranavaí. As sementes utilizadas neste protocolo experimental foram de tomate de origem orgânica. As sementes foram imersas em solução de SA 0,1mM por 6 horas e grupos de dez sementes foram colocadas para germinar em placas de Petri.

O delineamento experimental consistiu em três placas de Petri para cada tratamento: Controle, NaCl -0,3MPa, NaCl -0,6MPa com sementes submetidas ao pré-tratamento com AS e três placas de Petri para cada tratamento sem o pré-tratamento com AS. As placas de Petri foram acondicionadas em câmara do tipo B.O.D a 25°C com fotoperíodo de 12h de claro. Foram realizadas quatro repetições de ambos os blocos.

As placas foram cultivadas durante quatorze dias com contagem de germinação a cada 24h. A protrusão da radícula foi o critério para aceitar a germinação (FERREIRA; AQUILA, 2000). A porcentagem de germinação (G) foi calculada usando a fórmula: $G = (N / A) \times 100$ Onde N: número de sementes germinadas; A: número total de sementes colocadas para germinar.



O índice de velocidade de germinação (IVG) foi obtido considerando: ($IVG = N1/D1 + N2/D2 + \dots + Nn/Dn$). Em que: N, número de plântulas verificadas no dia da contagem; D, números de dias após a semeadura, sendo realizado a contagem em números de dias após a semeadura.

Após o período de germinação do experimento, com auxílio de uma régua milimetrada, foram medidos os comprimentos das raízes de todas as plântulas, de cada repetição e os resultados expressos em centímetros.

Para a obtenção das biomassas fresca as raízes de cada placa foram pesadas em balança analítica e o resultado da pesagem foi expresso em gramas.

Para a determinação dos teores de clorofila, 0,300g de folhas foram maceradas em 5mL acetona 80%. O extrato foi filtrado e a leitura da absorbância da clorofila foi feita em espectrofotômetro (Thermo Scientific Genesys 10S UV/VIS). O comprimento de onda a 663nm determinou a clorofila a, 645nm clorofila b, 652nm clorofila total.

Os resultados foram expressos em miligrama (mg) de clorofila por grama de peso fresco de tecido foliar segundo a equação de Whitham et. al., 1971.

$$(1) \text{ Clorofila } a = (12,7 \times A663 - 2,69 \times A645) V - 1000w$$

$$(2) \text{ Clorofila } b = (22,9 \times A645 - 4,68 \times A663) V / 1000w$$

$$(3) \text{ Clorofila total } = A652 \times 1000 \times V / 1000w / 34,5$$

A análise estatística dos resultados foi feita pelo programa Sisvar®, foi realizada a análise de variância ANOVA, sendo que as diferenças entre as médias foram submetidas ao teste de Tukey com probabilidade de 5%.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados na figura 01 mostram que houve redução na porcentagem de germinação das sementes de tomate submetidas as estresse salino. No potencial hídrico de -0,6MPa, não houve germinação das sementes, indicando a máxima toxicidade neste tratamento, que impediu a embebição das sementes e dessa forma comprometendo o suprimento de água para as reações químicas necessárias para o início da germinação (TAIZ; ZEIGER, 2017).

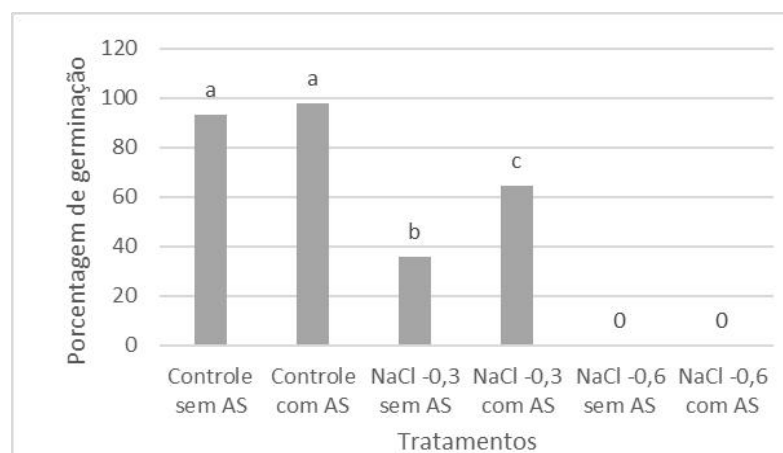


O metabolismo germinativo é alterado ao inibir a mobilização das reservas e ocasionar distúrbios nos sistemas de membranas do eixo embrionário. Embora a semente em seu processo de germinação não necessite de sais, mas apenas de água e aeração, os íons salinos afetam a absorção de água e sem estes íons não ocorre a quebra da dormência (SCHOSSLER et al., 2012).

Em solos salinos, os sais aumentam as forças de retenção de água devido ao efeito osmótico, ocorrendo a redução de absorção de água pela planta (DIAS, *et al.*, 2016). Secco e colaboradores (2010), observaram a redução da germinação de meloeiro em resposta ao estresse salino com NaCl.

As sementes que foram pré-tratadas com AS apresentaram aumento na porcentagem de germinação de 4,7% para o controle e de 44,8% para o tratamento com -0,3MPa, indicando que o AS promove a germinação.

Figura 01. Porcentagem de germinação de 90 sementes de tomate por tratamento. Letras diferentes acima das barras representam diferenças estatísticas quando submetidos ao teste de Tukey $P < 0,05$.



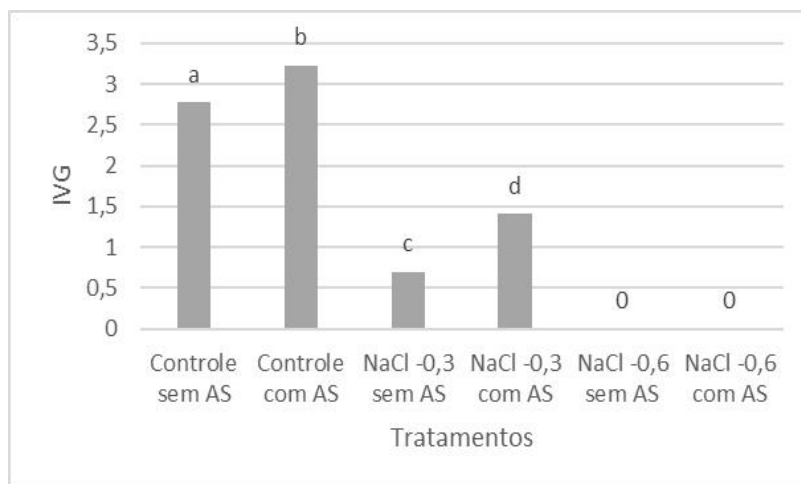
Fonte: Autores, 2023.

A figura 02 apresenta os resultados do índice de velocidade de germinação (IVG) que traz a redução na velocidade de germinação das sementes expostas ao estresse salino e mostra que a aplicação de AS aumentou em 14,2% a velocidade de germinação de sementes de



tomate controle e em 50,4% a velocidade de germinação de tomate exposta ao tratamento de -0,3MPa.

Figura 02. Índice de velocidade de germinação de 90 sementes de tomate orgânico por tratamento. Letras diferentes acima das barras representam diferenças estatísticas quando submetidos ao teste de Tukey $P < 0,05$.



Fonte: autores, 2023

A solução salina reduz o potencial hídrico no ambiente de germinação e promove menor disponibilidade de água para a semente comprometendo a atividade enzimática neste processo.

O estresse iônico, consequência da alteração da relação K^+/Na^+ e a alta concentração dos íons Na^+ e Cl^- , provoca a desordem no sistema de membranas e a produção de espécies reativas de oxigênio (HASEGAWA et al., 2000; BLUMWALD et al., 2000 apud LUCENA et al, 2012).

O pré-tratamento das sementes com AS promoveu aumento na velocidade de germinação de tomate. Em ambientes naturais, a velocidade de germinação é uma característica importante, pois promove maior agilidade no acesso a nutrientes minerais e água pelas raízes e a planta em crescimento chegará mais rapidamente próximo a luz.

A melhora na germinação pode ocorrer devido a ativação de respostas de defesa das plantas contra o estresse abiótico (OLIVEIRA, 2022), dentre estas respostas, o AS pode neutralizar a ação de radicais livres.



Para verificar o estado morfológico da raiz após 14 dias de incubação, foram fotografadas aleatoriamente uma raiz de cada tratamento. É possível observar que as raízes tratadas com NaCl apresentam a mesma coloração das raízes não tratadas, o que indica que o AS foi eficaz em neutralizar possíveis radicais livres produzidos em resposta ao estresse salino. O AS promoveu maior crescimento das raízes e da parte aérea das plântulas.

Figura 03. Plântulas de tomate após quatorze dias de cultivo. Da esquerda para a direita é apresentado: plântula de tomate controle, plântula de tomate submetidas ao pré-tratamento com AS, plântula de tomate tratadas com NaCl -0,3MPa, plântula de tomate tratadas com NaCl -0,3MPa e submetidas ao pré-tratamento com AS.



Fonte: autores

O quadro 01 apresenta os resultados do comprimento e biomassa das raízes de tomate, o tratamento salino comprometeu o crescimento das raízes e o tratamento com AS durante o período observado não foi capaz de reverter os danos provocados pelo sal no crescimento das raízes.

É possível que a desordem metabólica provocada pelo estresse salino no potencial hídrico testado tenha comprometido o desenvolvimento das plântulas. O Na⁺ e o Cl⁻ em abundância influenciam o processo de divisão celular e de diferenciação celular, o que compromete diretamente o processo de divisão celular (SÁ et al., 2015).

Diante destes efeitos, é possível afirmar que embora as sementes tenham germinado na presença do pré-tratamento das sementes em -0,3MPa, os danos provocados pelo excesso



de sais de Na⁺ e Cl⁻, impediram o crescimento das raízes, mas como indicado na figura 03 não houve morte celular.

Desta forma o acionamento das respostas de defesa pelo AS, frente ao estresse abiótico provocados pelo sal pode ter feito as plântulas direcionarem suas respostas metabólicas para combater a fonte de estresse e posteriormente retomar o crescimento das raízes. Para elucidar esta questão seria necessário o cultivo das plântulas por mais tempo em casa de germinação. Segundo Alves, (2019) o pré-tratamento de sementes é um método potencialmente capaz de reduzir os efeitos negativos associados a condições estressantes.

Quadro 01: Comprimento de raízes de tomate em centímetros e biomassa fresca das raízes de tomate em gramas medidos no décimo quarto dia de cultivo.

Tratamentos	Comprimento da raiz	Biomassa Fresca
Controle sem AS	8,47 ^a	0,363 ^a
Controle com AS	8,96 ^a	0,353 ^a
NaCl -0,3 sem AS	3,77 ^b	0,110 ^b
NaCl -0,3 com AS	4,24 ^b	0,130 ^b
NaCl -0,6 sem AS	0	0
NaCl -0,6 com AS	0	0

Letras diferentes sobre as médias se referem a diferenças estatísticas de acordo com teste de Tukey p<0,05.

Fonte: autores, 2023.

Para estudar os efeitos dos tratamentos realizados neste estudo na parte aérea da planta os teores de clorofilas das folhas de tomate foram determinados. O quadro 02 apresenta os resultados obtidos, não foi identificado diferenças estatísticas entre os tratamentos. É possível observar que a salinização aumentou os valores de clorofilas e o pré-tratamento com AS também apresentou tendencia a aumento. Estes resultados podem indicar que as folhas não tenham sido comprometidas pela salinização ou pode ser uma resposta adaptativa da planta ao estresse.

Quadro 02. Análise dos teores de clorofilas em folhas de tomate aos 14 dias após a incubação. Os resultados estão expressos em mg/g de clorofila em folhas de tomate.

Tratamentos	Clorofila a	Clorofila b	Clorofila Total
Controle sem AS	0,00553 ^a	0,00320 ^a	0,00716 ^a



Controle com AS	0,00770 ^a	0,00343 ^a	0,00920 ^a
NaCl -0,3 sem AS	0,00843 ^a	0,00397 ^a	0,01120 ^a
NaCl -0,3 com AS	0,00986 ^a	0,00446 ^a	0,01210 ^a

Letras diferentes sobre as médias se referem a diferenças estatísticas de acordo com teste de Tukey $p < 0,05$.

Fonte: autores, 2023.

Nos estudos de Borsatti (2014) conduzidos com amora-preta, acerola, couve manteiga, espinafre e rosas, a aplicação de AS não afetou a biomassa das plantas e não houve alterações nos teores de clorofila, resultados que corroboram com este estudo. O feijão-caupi, quando submetidos ao estresse salino, mostrou que a concentração de 1mM de ácido salicílico promoveu maior crescimento das plântulas e aumentou os teores de clorofilas a e b (DE ARAÚJO, et al, 2018).

Graciano et al., (2011) estudando estresse salino em amendoim encontrou aumento dos teores dos pigmentos fotossintéticos das plantas submetidas aos diferentes níveis de salinidade e atribuiu o aumento da produção destes pigmentos uma resposta adaptativa ao estresse.

As respostas ao AS pelas plantas parece variar de acordo com a espécie estudada, fase do desenvolvimento e depende ainda da concentração de AS utilizada nos protocolos experimentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tratamento salino comprometeu a germinação do tomate, no potencial hídrico de -0,6MPa de NaCl, a toxicidade do sal impediu a germinação.

O crescimento inicial das plântulas de tomate foi comprometido pelo tratamento salino.

O pré-tratamento com AS, promoveu aumento na velocidade de germinação das sementes em condições de estresse, mas não melhorou positivamente o crescimento das raízes, biomassa fresca e teores de clorofilas no protocolo de pesquisa utilizado.

É possível que em um maior tempo de cultivo possa ocorrer mudanças positivas do tratamento com AS em resposta ao estresse salino provocado pelo NaCl em -0,3MPa.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, F. S. de. **Expressão gênica de tioredoxinas h em eucalipto em resposta ao estresse salino**. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Escola Agrícola de Jundiá, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.
- ALVES, R. de C. **Ácido ascórbico como regulador da resposta antioxidante em tomateiro sob estresse salino**. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias e Veterinárias) – Universidade Estadual Paulista. Jaboticabal, p. 66. 2019.
- BORSATTI, Fabiana Chiamulera. **Ácido salicílico na qualidade pós-colheita de frutos, hortaliças folhosas e flores**. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2014.
- BHOWMIK, D.; SAMPATH KUMAR, K.P.; PASWAN, S.; SRIVASTAVA, S. Tomato – a natural medicine and its health benefits. **Journal of Pharmacognosy and Phytochemistry**, v.1, p.33-43, 2012.
- CARVALHO, P. R.; MACHADO NETO, N. B.; CUSTÓDIO, C. C. **Ácido salicílico em sementes de calêndula (Calendula officinalis L.) sob diferentes estresses**. **Revista Brasileira de Sementes**, Londrina – PR, v. 29, n. 1, p. 114-124, 2007.
- DE ARAÚJO, Edilene Daniel et al. Germinação e crescimento inicial de cultivares de feijão-caupi sob estresse osmótico e ácido salicílico. **Revista Caatinga**, v. 31, n. 1, p. 80-89, 2018.
- DIAS, N. da S.; BLANCO, F. F.; SOUZA, E. R. de; FERREIRA, J. F. da S.; SOUSA NETO, O. N. de; QUEIROZ, Í. S. R. de. Efeitos dos sais na planta e tolerância das culturas à salinidade. **Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Salinidade**, Fortaleza, v. 1, n. 11, p. 151-162, 2016.
- FAO - **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Mapa Global de Solos Afetados por Sal**. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/global-soil-partnership/gasmap/en>. Acesso em: 5 abr. 2022. Acesso em: 5 jul. 2023.
- FERREIRA, A.G.; ÁQUILA, M.E.A. Alelopatia: uma área emergente da ecofisiologia. **Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal**, v.12, p. 175-204, 2000.
- FIGUEIREDO, Francisco Romário Andade et al. Respostas fisiológicas de mulungu submetida a estresse salino e aplicação de ácido salicílico. **Irriga**, v. 24, n. 3, p. 662-675, 2019.
- GRACIANO, E. S.A. *et al.* Crescimento e capacidade fotossintética da cultivar de amendoim BR 1 sob condições de salinidade. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 15, n. 8, p. 794-800, 2011.



IBGE – Instituto brasileiro de geografia e estatística. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/tomate/br> Acesso em 08 de ago. 2023.

LUCENA, C. C. de; SIQUEIRA, D. L. de; MARTINEZ, H. E. P.; CECON, P. R. Efeito do estresse salino na absorção de nutrientes em mangueira. *Revista Brasileira de Fruticultura*, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 297-308, mar. 2012. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0100-29452012000100039>.

OLIVEIRA, W. A. S. Estresses abióticos que afetam a germinação e desempenho de plântulas de olerícolas: uma revisão bibliográfica. TCC (Bacharelado em Agronomia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina Zona Rural, Petrolina, PE, 69 f., 2022.

SÁ, F. V. S. DA.; BRITO, M. E. B.; PEREIRA, I. B.; NETO, P. A.; ANDRADE SILVA, L. DE; COSTA, F. B. DA. Balanço de sais e crescimento inicial de mudas de pinheira (*Annona squamosa* L.) sob substratos irrigados com água salina. *Irriga*, 20 (3), 544, 2015.

SECCO, L. B.; QUEIROZ, S. O.; DANTAS, B. F.; SOUZA, Y. A. de; SILVA, P. P. da. Germinação de sementes de melão, *Cucumis melo* L., em condições de estresse salino. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Mossoró, v. 4, n. 4, p. 129-135, 2010.

SCHOSSLER, T.R.; MACHADO, D.M.; ZUFFO, A.M.; ANDRADE, F.R.; PIAULINO, A.C. Salinidade: efeitos na fisiologia e na nutrição mineral de plantas. **Enciclopédia biosfera, Centro Científico Conhecer**, Goiânia, v.8, n.15; p. 1563-1578, 2012.

TANNURI, L. A. R. Uso do ácido salicílico no manejo de doenças foliares e da meloidoginose do cafeeiro. 2018. 54 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Produção Vegetal, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2018.

TAIZ L.; ZEIGER E.; MOLLER I., Murphy A. **Fisiologia e desenvolvimento vegetal**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. 888 p.

TAVARES, L.C.; Cassyo, C. A.; BRUNES, A. P.; OLIVEIRA, S.; VILLELA, F. A. Treatment of rice seeds with salicylic acid: seed physiological quality and yield. *Journal of Seed Science*, v.36, n.3, p.352-356, 2014.

WHITHAM, Francis; BLAYDES, David; DEVLIN, Robert. **Experiments in Plant Physiology**. New York, D. Van Nostrand Company, 1971.

YOSHIDA, K. Plant biotechnology genetic engineering to enhance plant salt tolerance. *Jounal Bioscience Bioengineering*, v.94, p.585–590, 2002



**CITOGENÉTICA COMPARATIVA EM ESPÉCIES DE *Boana* (ANURA, HYLIDAE)
BASEADA EM DNAS REPETITIVOS**

Karine Larissa Kuryluk (Fundação Araucária)
Unespar/Campus União da Vitória, karinee_kkk@hotmail.com

Rafael Bueno Noletto
Unespar/Campus União da Vitória, rafael.noletto@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Biológicas

INTRODUÇÃO

Hylidae é um grupo monofilético de pererecas com 1.033 espécies reconhecidas, que passaram por uma reorganização filogenética progressiva e atualmente estão agrupados em três subfamílias: Hylinae (748 sp.), Pelodyadinae (235 sp.) e Phyllomedusinae (67 sp.) (FROST, 2023). *Boana* (Hylinae) inclui atualmente 99 espécies (FROST, 2023) reorganizadas em sete grupos taxonômicos de espécies: *B. albopunctata*, *B. benitezi*, *B. faber*, *B. pellucens*, *B. pulchella*, *B. punctata* e *B. semilineata* (FAIVOVICH *et al.*, 2005; 2021). Com base em características morfológicas e moleculares, esses grupos diferem no número de espécies e na disposição dos clados internos. *Boana albopunctata* e *B. faber* são membros dos grupos *B. albopunctata* e *B. faber*, respectivamente, enquanto *B. prasina* é membro do grupo *B. pulchella* com maior número de espécies (FAIVOVICH *et al.*, 2005, 2021).

A partir dos inúmeros questionamentos taxonômicos sobre *Boana*, estudos têm sido realizados a partir da distribuição geográfica, ecologia, características morfológicas externas, bioacústica, osteologia, considerando também dados de sequenciamento de DNA nuclear e mitocondrial, além de outros marcadores moleculares (FERRO *et al.*, 2018; FAIVOVICH *et al.*, 2021). Considerando as descrições citogenéticas disponíveis para *Boana*, o número diploide (2n) varia de 22 a 24 cromossomos, sendo que os cariótipos apresentam pequena variação no número fundamental (número de braços cromossômicos). A maioria das espécies de Phyllomedusinae e Pelodyadinae, consideradas como táxons irmãos de Hylinae,



compartilham $2n = 26$ cromossomos, enquanto $2n = 24$ é considerada uma suposta sinapomorfia para Hyalinae (DUELLMAN, 2001; FAIVOVICH *et al.*, 2005; 2021; FERRO *et al.*, 2012; 2018). Apesar dos frequentes $2n = 24$ cromossomos encontrados em *Boana* spp., a organização cariotípica da espécie não pode ser considerada conservada.

A localização *in situ* de DNAs repetitivos é considerada um excelente marcador cromossômico para comparações genômicas (MACHADO *et al.*, 2020; AZAMBUJA *et al.*, 2022). Os genomas eucarióticos contêm uma grande porção de sequências repetitivas de DNA (SUMNER, 2008). Essas sequências são apresentadas como cópias repetitivas que podem ser organizadas em tandem (famílias de genes e DNAs satélites) ou dispersas nos cromossomos (elementos transponíveis) (SUMNER, 2008). As repetições do tipo satélite em tandem são categorizadas com base no tamanho de suas unidades repetitivas e geralmente são agrupadas em DNA de satélite (100-1000 pb), minissatélites (10-100 pb) e microssatélites (1-6 pb) (TAUTZ, 1993; Li *et al.*, 2002). Os DNAs satélites são o principal componente da heterocromatina (CHAVES *et al.*, 2004).

Dados cariotípicos associados às informações de sequenciamento de DNA, têm obtido sucesso com resultados relevantes em relação à classificação filogenética de grupos de anuros (LOURENÇO *et al.*, 2008; TARGUETA *et al.*, 2010; FERRO *et al.*, 2018), demonstrando que a citogenética colabora no esclarecimento de questões sobre a sistemática e taxonomia, efetivamente. Para o gênero *Boana* ainda faltam dados citogenéticos comparativos dentro e entre os grupos, baseados na localização *in situ* de DNAs repetitivos, dificultando a compreensão dos principais mecanismos de evolução cromossômica. Aqui, realizamos uma análise comparativa entre *B. albopunctata*, *B. faber* e *B. prasina*, amostradas na Mata Atlântica do sul do Brasil, com base em marcadores citogenéticos convencionais e localizações *in situ* usando sequências microssatélites. Assim, os objetivos do estudo foi inferir mecanismos de reorganização cromossômica e processos de dispersão de DNAs repetitivos entre essas três espécies pertencentes a três diferentes grupos de espécies de *Boana*.

MATERIAIS E MÉTODOS



Quatro indivíduos machos de cada uma das seguintes espécies de *Boana* foram coletados em União da Vitória, Paraná, Brasil (26°13'48" S e 51°05'09" W): *B. albopunctata*, *B. faber* e *B. prasina*. Os espécimes foram coletados sob licença ICMBio/SISBIO 63336-1 e depositados na coleção Herpetológica da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Francisco Beltrão (RLUTF 1265-1267). Este estudo foi autorizado pelo Comitê de Ética no Uso de Animais da Universidade Estadual do Paraná (Processo CEUA 2021/0001).

Os cromossomos mitóticos foram obtidos a partir da medula óssea pelo método de Baldissera *et al.* (1993). As sondas foram marcadas por reação em cadeia da enzima polimerase (PCR), seguindo as instruções do fabricante. Os microssatélites (CA)₁₅, (GA)₁₅, (CAG)₁₀ e (GAA)₁₀, foram marcadas diretamente com Cy3-fluorocromo (Sigma-Aldrich) na extremidade 5' durante a síntese.

As lâminas contendo preparações cromossômicas foram submetidas à técnica de Hibridização Fluorescente *in situ* (FISH), de acordo com o procedimento geral descrito por Pinkel, Straume e Gray (1986), com modificações. Para a detecção das sondas foram utilizados os anticorpos streptavidina conjugada com *Alexa Fluor 488* (Invitrogen™) e anti-digoxigenina conjugada com rodamina (Roche®). Os cromossomos foram contracorados com DAPI (*4',6-diamidino-2-phenylindole* – 0,2 µg/mL) em meio de montagem Vectashield® (Vector Laboratories), e analisados utilizando-se o software ZEN de captura digital de imagens acoplado ao microscópio Carl Zeiss AxioLab A1.

RESULTADOS

Em *B. albopunctata* a localização *in situ* das repetições de microssatélites (CA)_n, (GA)_n, (CAG)_n e (GAA)_n mostraram sinais conspícuos na posição intersticial de apenas um homólogo do par 1 e na região terminal do braço curto do par 8 (Figura 1). Os sinais (GA)_n foram detectados na região terminal da maioria dos cromossomos, na região proximal do braço longo dos pares 4 e 5, na região intersticial dos braços longos dos pares 7 e 8 e sobre o telômero do braço longo do par 8 (Figura 1). O microssatélite (CAG)_n estava localizado nos telômeros de quase todos os cromossomos, inclusive no cromossomo B, o qual também apresenta acúmulo em sua região pericentromérica (Figura 1). O microssatélite (GAA)_n foi

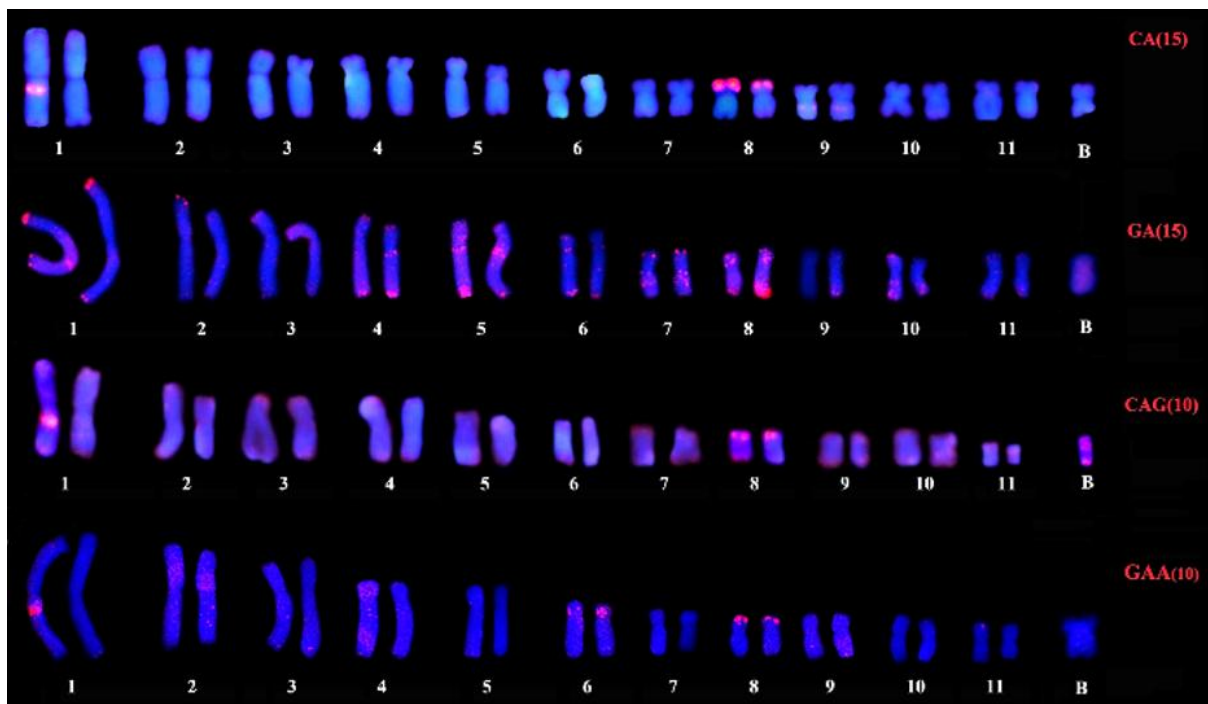


localizado na região intersticial do braço curto no par 6, além de marcações dispersas ao longo dos cromossomos 2, 3, 4 e 9 (Figura 1).

Em *B. faber*, a localização in situ dos microssatélites revelou sinais preferencialmente nas regiões terminais, além de sinais espalhados ao longo dos cromossomos. Exceto em regiões pericentroméricas, o microssatélite (GAA)_n apresentou distribuição de padrão disperso ao longo dos braços cromossômicos (Figura 2).

Em *B. prasina* todas as repetições de microssatélites analisadas hibridizaram exclusivamente sobre o braço longo do par 11 (Figura 3).

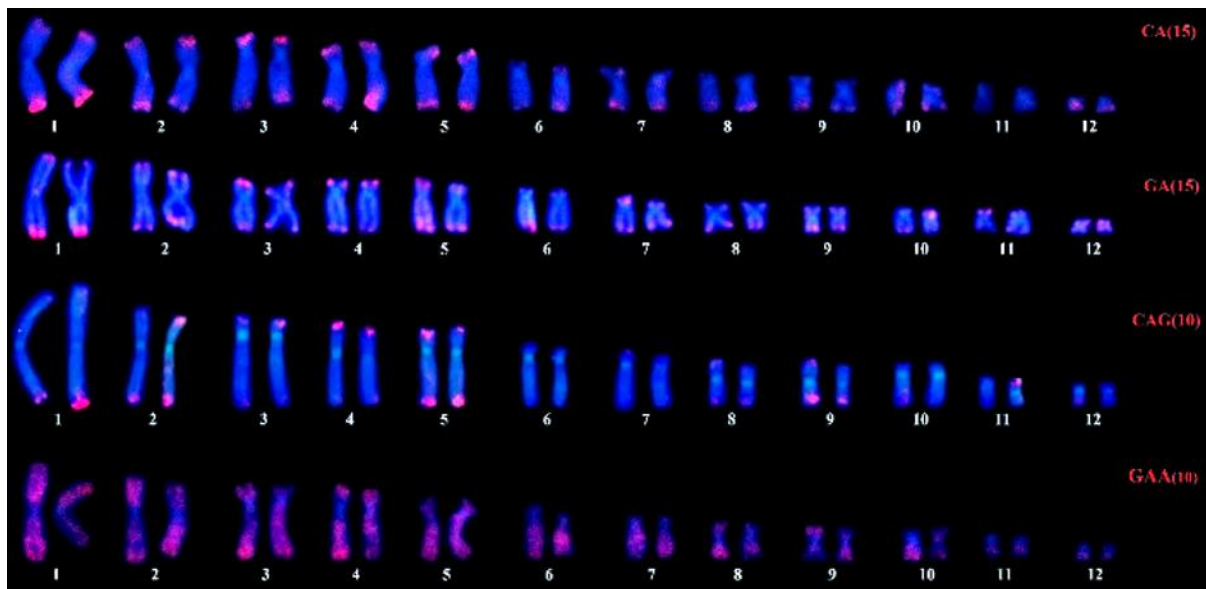
Figura 1 - Cariótipo de *Boana albopunctata* submetido ao FISH com sondas de sequências microssatélites.



Fonte: os autores.

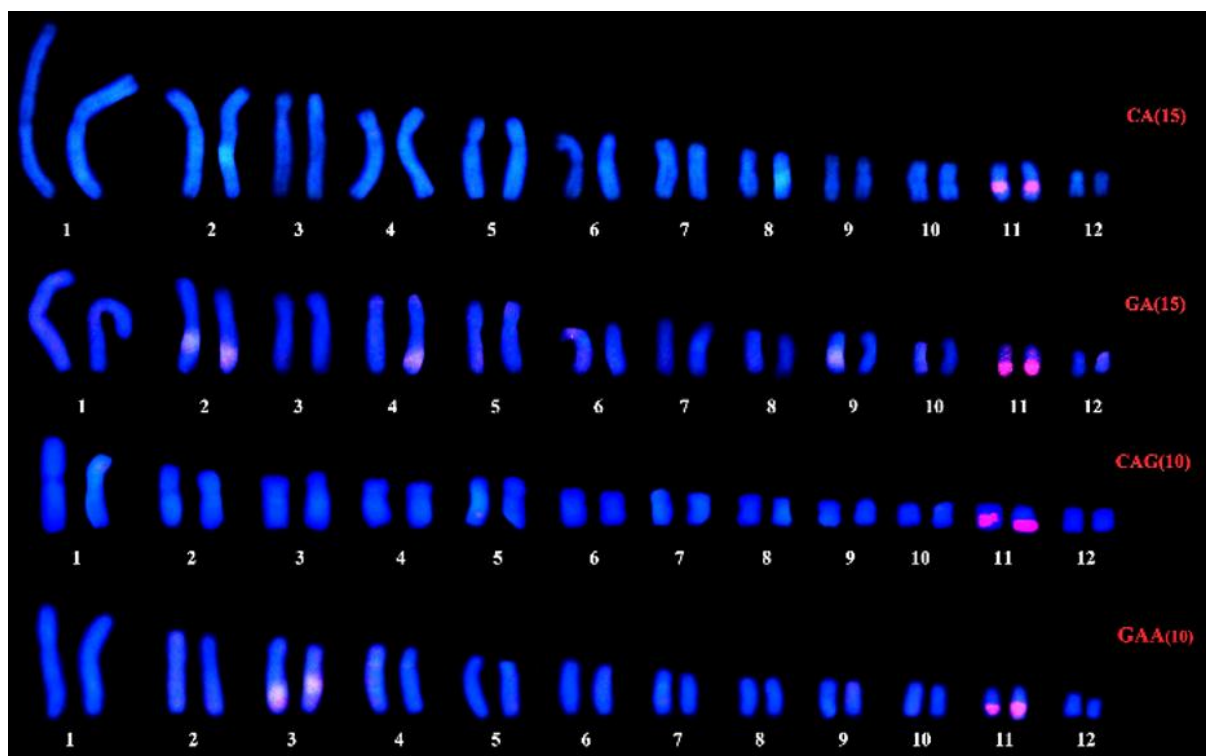


Figura 2 - Cariótipo de *Boana faber* submetido ao FISH com sondas de sequências microssatélites.



Fonte: os autores.

Figura 3 - Cariótipo de *Boana prasina* submetido ao FISH com sondas de sequências microssatélites.



Fonte: os autores.



DISCUSSÃO

O gênero *Boana* está organizado em sete grupos filogenéticos de espécies (FAIVOVICH *et al.*, 2005). Com exceção dos membros do grupo *B. benitezi*, que até o momento não apresentam dados citogenéticos, as espécies já cariotipadas dos grupos *B. faber*, *B. pellucens*, *B. pulchella*, *B. punctata* e *B. semilineata* apresentaram $2n = 24$ cromossomos, incluindo *B. faber* e *B. prasina* descritos neste estudo. Apesar do conservado $2n$ entre essas espécies, alterações cromossômicas morfológicas, alterando as fórmulas cariotípicas ocorreram independentemente na linhagem de cada grupo de espécies. Por outro lado, *B. albopunctata*, *Boana cf. alfaroi*, *B. leucocheila* e *B. multifasciata* têm $2n = 22$ (FERRO *et al.*, 2018). A fusão cromossômica ponta com ponta, ou translocações recíprocas envolvendo os menores pares, tem sido propostas para explicar a redução numérica observada no grupo de espécies de *B. albopunctata*, considerando o $2n = 24$ como uma suposta condição plesiomórfica em *Boana* (GRUBER *et al.*, 2007). De acordo com estudos anteriores, a origem de um pequeno cromossomo supranumerário metacêntrico em *B. albopunctata* representa um subproduto desta reorganização cromossômica numérica (GRUBER *et al.*, 2007). Embora a fusão entre os pares 11 e 12 proposta por Gruber *et al.* (2007) pode ser parcimonioso ao explicar a origem de $2n=22$, os pontos de quebra e os mecanismos relacionados não estão totalmente compreendidos. Além disso, não foram observados vestígios de sequências teloméricas intersticiais no cariótipo de *B. albopunctata*, sugerindo a ocorrência de quebras de dupla fita na origem da fusão cromossômica.

Apenas algumas populações de *B. leucocheila* e *B. albopunctata* carregam cromossomos supranumerários, semelhantes em tamanho e morfologia (metacêntrica) (GRUBER *et al.*, 2007; FERRO *et al.*, 2018). Em *B. albopunctata*, quando os cromossomos supranumerários estão presentes, em todos os casos são metacêntricos de pequeno tamanho, mas com níveis distintos de heterocromatinização (GRUBER *et al.*, 2007; FERRO *et al.*, 2012). Esses achados, conforme observados em *B. albopunctata* analisados, indicam uma diferenciação populacional deste elemento pelo acúmulo progressivo de DNA repetitivo. Utilizando uma sonda cromossômica obtida a partir da microdissecção de um cromossomo supranumerário de *B. albopunctata*, Gruber *et al.* (2014) observaram sinais de hibridização



exclusivas no supranumerário. Com base nos dados, sugeriram uma composição enriquecida com DNA repetitivo e uma origem interespecífica do supranumerário. No presente estudo, os resultados da FISH com sondas microssatélites mostraram que a região pericentromérica do cromossomo B é enriquecida com repetições CAG. Esses microssatélites também estão acumulados no par 8. Com base nessas evidências, sugerimos que o cromossomo supranumerário pode ter se originado de um conjunto de cromossomos do complemento A, enriquecido com microssatélites, como o par 8. Porém, futuros estudos genômicos aliados à novas pinturas cromossômicas com sondas de cromossomos supranumerários microdissectados, são necessários para elucidar o mecanismo de origem deste cromossomo nessas espécies.

Ferro *et al.* (2018), caracterizando regiões ricas em AT/CG, demonstraram a dinâmica dos domínios heterocromáticos em *Boana*, e reforçou a necessidade de mapear unidades repetitivas a fim de comparar blocos heterocromáticos na diversificação cromossômica do grupo. Neste estudo, a localização comparativa *in situ* de quatro microssatélites em *B. albopunctata*, *B. faber* e *B. prasina* revelou diferenças genômicas na composição de blocos de heterocromatina. Apesar destas espécies pertencerem a diferentes grupos taxonômicos de *Boana*, estes resultados reforçam uma diversificação significativa em seu conteúdo repetitivo de DNA.

Estudos têm relatado que as sequências de microssatélites não são distribuídas aleatoriamente em genomas eucarióticos, e espécies intimamente relacionadas tendem a ter nas mesmas localizações cromossômicas (ZHENG *et al.*, 2016; UTSUNOMIA *et al.*, 2018). Por outro lado, diferentes padrões na localização de repetições de microssatélites podem indicar diversificação cariotípica em linhagens específicas, que ocasionalmente está ligada a rearranjos cromossômicos (GLUGOSKI *et al.*, 2022). Como as espécies aqui estudadas pertencem a diferentes grupos *Boana* (FAIVOVICH *et al.*, 2005), a distribuição dos microssatélites nos cariótipos confirma organizações cromossômicas distintas.

Acumulações significativas de sequências de microssatélites em regiões eucromáticas, como aquelas encontradas em *B. albopunctata*, são incomuns. Nesta espécie, os quatro microssatélites revelaram sítios específicos no segmento eucromático em apenas um homólogo do par 1. Acumulações específicas de microssatélites são usuais em cromossomos



sexuais heteromórficos devido ao surgimento da região não recombinante (SCHEMBERGER *et al.*, 2019). Assim, a associação desta região heteromórfica como polimórfica ou associada ao sexo deve ser melhor investigada em *B. albopunctata*. Porém, esse padrão de organização de microssatélites na eucromatina também foi observado em cariótipos de outros vertebrados, não se relacionando ao sexo, como em espécies de Cheloniidae (MACHADO *et al.*, 2020) e Cycloramphidae (BUENO *et al.*, 2021). Ainda assim, a ausência de informação genômica disponível não nos permite compreender a estrutura e funções destas regiões.

No cariótipo de *B. faber*, o motivo GAA apresentou padrão disperso e interespaçado. A distribuição de sequências de microssatélites ao longo dos genomas tem sido associada à atividade de elementos de transposição, que podem conter repetições de microssatélites em suas sequências, contribuindo assim para a disseminação de unidades durante eventos de transposição (AKAGI *et al.*, 2001; COATES *et al.*, 2010; PUCCI *et al.*, 2016). Desta forma, a expansão do GAA poderia estar disseminada no genoma de *B. faber* como parte de um elemento de transposição. Por outro lado, todos os motivos microssatélites mapeados em *B. prasina* apresentaram sinais de hibridização exclusivos e coincidentes com um bloco heterocromático no braço longo do par 11. Segundo Ferro *et al.* (2018), este bloco heterocromático provavelmente representa uma sinapomorfia dentro do grupo *B. pulchella*, que atualmente inclui *B. prasina* e outras 37 espécies (FAIVOVICH *et al.*, 2021). Estes dados sugerem extensa atuação de DNAs repetitivos em pequenos rearranjos cromossômicos promovendo diversificação independente nos distintos grupos filogenéticos de *Boana*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos demonstraram que alguns grupos de espécies apresentam uma variabilidade cromossômica considerável, tanto estrutural ou microestrutural, quanto numérica, mesmo que essas espécies sejam intimamente relacionadas. Entretanto, em anfíbios anuros, há uma crença de cariótipo conservado entre espécies. O presente estudo obteve e aplicou marcadores cromossômicos que demonstraram diversificação cromossômica em três espécies do gênero *Boana*, sendo *B. albopunctata*, *B. faber* e *B. prasina*. Embora essas espécies pertençam a grupos taxonômicos diferentes de *Boana*, as análises aplicadas nesse estudo estabeleceram



características cromossômicas compartilhadas e outras diversificadas na história evolutiva desses hilídeos. O mapeamento de sequências repetitivas de DNA pode ser útil para explorar uma diversidade oculta, especialmente entre grupos que parecem compartilhar uma macroestrutura cariotípica preservada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKAGI, H. *et al.* Micron, a microsatellite-targeting transposable element in the rice genome. **Molecular Genetics and Genomics**, v. 266, p. 471-480, 2001.

AZAMBUJA, Matheus *et al.* Population structuration and chromosomal features homogeneity in *Parodon nasus* (Characiformes: Parodontidae): A comparison between Lower and Upper Paraná River representatives. **Neotropical Ichthyology**, v. 20, p. e210162, 2022.

BALDISSERA, F. A.; DEOLIVEIRA, P. L.; KASAHARA, S. Cytogenetics of 4 Brazilian *Hyla* species (Amphibia-Anura) and description of a case with a supernumerary chromosome. **Revista Brasileira de Genética**, v. 16, p. 335-345, 1993.

BUENO, Gislayne de Paula *et al.* Cytogenetic characterization and mapping of the repetitive DNAs in *Cycloramphus bolitoglossus* (Werner, 1897): More clues for the chromosome evolution in the genus *Cycloramphus* (Anura, Cycloramphidae). **PLoS One**, v. 16, n. 1, p. e0245128, 2021.

CHAVES, Raquel; SANTOS, Sara; GUEDES-PINTO, Henrique. Comparative analysis (Hippotragini versus Caprini, Bovidae) of X-chromosome's constitutive heterochromatin by in situ restriction endonuclease digestion: X-chromosome constitutive heterochromatin evolution. **Genetica**, v. 121, p. 315-325, 2004.



COATES, Brad S. *et al.* A Helitron-like transposon superfamily from Lepidoptera disrupts (GAAA)_n microsatellites and is responsible for flanking sequence similarity within a microsatellite family. **Journal of Molecular Evolution**, v. 70, p. 275-288, 2010.

DUELLMAN, W. E. The hylid frogs of Middle America: Society for the study of amphibians and reptiles SSAR. **United States**, 2001.

FAIVOVICH, Julián *et al.* Systematic review of the frog family Hylidae, with special reference to Hylinae: phylogenetic analysis and taxonomic revision. **Bulletin of the American Museum of natural History**, v. 2005, n. 294, p. 1-240, 2005.

FAIVOVICH, Julián *et al.* Phylogenetic relationships of the *Boana pulchella* group (Anura: Hylidae). **Molecular Phylogenetics and Evolution**, v. 155, p. 106981, 2021.

FERRO, Juan M. *et al.* B chromosomes in the tree frog *Hypsiboas albopunctatus* (Anura: Hylidae). **Herpetologica**, v. 68, n. 4, p. 482-490, 2012.

FERRO, Juan M. *et al.* Chromosome evolution in Cophomantini (Amphibia, Anura, Hylinae). **PLoS One**, v. 13, n. 2, p. e0192861, 2018.

FROST, Darrel R. Amphibian Species of the World: an online reference. Version 6.2. <http://research.amnh.org/vz/herpetology/amphibia/>. Acesso em: 19, out, 2023.

GLUGOSKI, Larissa *et al.* Enriched tandem repeats in chromosomal fusion points of *Rineloricaria latirostris* (Boulenger, 1900)(Siluriformes: Loricariidae). **Genome**, v. 65, n. 9, p. 479-489, 2022.

GRUBER, Simone Lilian; HADDAD, Célio Fernando Baptista; KASAHARA, Sanae. Chromosome banding in three species of *Hypsiboas* (Hylidae, Hylinae), with special



reference to a new case of B-chromosome in anuran frogs and to the reduction of the diploid number of $2n=24$ to $2n=22$ in the genus. **Genetica**, v. 130, p. 281-291, 2007.

GRUBER, Simone Lilian *et al.* Possible interspecific origin of the B chromosome of *Hypsiboas albopunctatus* (Spix, 1824)(Anura, Hylidae), revealed by microdissection, chromosome painting, and reverse hybridisation. **Comparative Cytogenetics**, v. 8, n. 3, p. 185, 2014.

LI, You-Chun *et al.* Microsatellites: genomic distribution, putative functions and mutational mechanisms: a review. **Molecular ecology**, v. 11, n. 12, p. 2453-2465, 2002.

LOURENÇO, L. B. *et al.* Molecular phylogeny and karyotype differentiation in *Paratelmatobius* and *Scythrophrys* (Anura, Leptodactylidae). **Genetica**, v. 132, p. 255-266, 2008.

MACHADO, Caroline Regina Dias *et al.* Heterochromatin and microsatellites detection in karyotypes of four sea turtle species: Interspecific chromosomal differences. **Genetics and Molecular Biology**, v. 43, 2020.

PINKEL, Daniel; STRAUME, Tore; GRAY, Joe W. Cytogenetic analysis using quantitative, high-sensitivity, fluorescence hybridization. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 83, n. 9, p. 2934-2938, 1986.

PUCCI, Marcela B. *et al.* Chromosomal spreading of microsatellites and (TTAGGG) n sequences in the *Characidium zebra* and *C. gomesi* genomes (Characiformes: Crenuchidae). **Cytogenetic and genome research**, v. 149, n. 3, p. 182-190, 2016.

SCHEMBERGER, Michelle Orane *et al.* DNA transposon invasion and microsatellite accumulation guide W chromosome differentiation in a Neotropical fish genome. **Chromosoma**, v. 128, p. 547-560, 2019.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

SUMNER, Adrian T. **Chromosomes: organization and function**. John Wiley & Sons, 2008.

TARGUETA, C. P. *et al.* Cytogenetic contributions for the study of the Amazonian *Engystomops* (Anura; Leiuperidae) assessed in the light of phylogenetic relationships. **Molecular Phylogenetics and Evolution**, v. 54, n. 3, p. 709-725, 2010.

TAUTZ, Diethard. Notes on the definition and nomenclature of tandemly repetitive DNA sequences. **DNA fingerprinting: State of the science**, p. 21-28, 1993.

UTSUNOMIA, Ricardo *et al.* Particular chromosomal distribution of microsatellites in five species of the genus *Gymnotus* (Teleostei, Gymnotiformes). **Zebrafish**, v. 15, n. 4, p. 398-403, 2018.

ZHENG, Jin-shuang *et al.* Cytogenetic diversity of simple sequences repeats in morphotypes of *Brassica rapa ssp. chinensis*. **Frontiers in plant science**, v. 7, p. 1049, 2016.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 12 de 12



FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INVESTIGANDO PRÁTICAS E CONCEPÇÕES NO ENSINO DE PARANAÍ - PR

Lucas Giovanni de Freitas Cobre - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Paranaíba, lucasfreitascobre3@gmail.com

Márcia Regina Royer - Orientadora
Unespar/*Campus* Paranaíba, marciaroyer@yahoo.com.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Biológicas

INTRODUÇÃO

A humanidade tem se preocupado com as questões ambientais nas últimas décadas e sua ação no ambiente em que vive. Gerar nos seres humanos a capacidade de desenvolver habilidades intelectuais transformadoras das ações e atitudes no meio em que vivemos, e ampliar essas ações para a comunidade local promovendo uma abordagem crítica sobre questões socioambientais é um dos objetivos da Educação Ambiental (EA). Esta tem como função entender a nossa relação com o meio em que vivemos e refletir de que forma podemos viver harmonicamente.

A escola é um campo apropriado para o letramento científico de todas as áreas do conhecimento, principalmente debater sobre as questões ambientais e a formação de indivíduos reflexivos transformando a sua visão sobre as questões socioambientais.

A temática ambiental também é evidenciada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Ambiental que destacam “o compromisso da instituição educacional, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e da Educação Superior” (BRASIL, 2012, p. 30).

A EA em seu caráter político, econômico, social e cultural, é indispensável para a educação e cidadania, por sua natureza de direito inerente a todos os indivíduos.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

A EA é um conteúdo que precisa ser trabalhado nas escolas, de forma interdisciplinar, em todas as disciplinas, desde os anos iniciais até o ensino superior, conforme estabelecido pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Apesar de ser um tema amparado por lei, na prática, recebe pouca atenção, o que resulta muitas vezes na exclusão desta discussão no âmbito escolar. Outrossim, a valorização necessária deste tema acaba não ocorrendo, onde podemos nominar alguns: devido à preocupação das escolas em aprovações nos vestibulares; ou por alguns docentes deduzirem de que não é interessante abordar esse tema para os alunos, pois estes não conseguirão pôr em prática esse conhecimento; pela dificuldade, por parte de docentes, na abordagem da temática, uma vez que muitos não tiveram esta discussão durante a graduação. Como resultado temos um ensino com lacunas.

A escritora Rachel Carson em seu livro Primavera silenciosa, publicado em 1962 trata do tema com reflexões de como a corrida pelo capital vem prejudicando a natureza,

A cifra é estonteante, e suas implicações não são facilmente apreendidas – quinhentas novas substâncias químicas às quais o corpo dos seres humanos e dos animais precisam, de algum modo, se adaptar todos os anos; substâncias químicas totalmente fora dos limites da experiência biológica” (CARSON, 1962, p. 23).

Partindo da constatação de que existe uma pluralidade de concepções e práticas em EA, esta pesquisa objetivou investigar as concepções, práticas pedagógicas e a formação docente relacionadas a Educação ambiental de docentes de Ciências e Geografia do Ensino Fundamental anos finais e Biologia, Geografia e Sociologia do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas de Paranavaí, Paraná.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo proposto tem caráter transversal e interdisciplinar, trabalhando com amostra de 23 docentes das áreas de ciências, geografia anos finais e geografia, biologia e sociologia do ensino médio de escolas públicas e privadas da cidade de Paranavaí- PR.

A pesquisa teve enfoque qualitativo que, segundo Chizzotti (2006, p. 28) “trata-se de pesquisas que podem ou não utilizar quantificações, pretendendo interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem”.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 2 de 16



Questionário

Além do referencial teórico, optou-se pela utilização de outro instrumento de coleta de dados, o questionário on-line, sendo este escolhido por possibilitar um número maior de participantes, garantindo o anonimato e flexibilidade de participação, de acordo com Gil (2008).

No que se refere a forma das questões, foram abordadas perguntas abertas e fechadas. Nas questões abertas os docentes ficavam livres para discorrer sobre suas respostas e nas fechadas, foram disponibilizadas várias respostas, sendo possível aos docentes a escolha entre elas.

O questionário aplicado estava estruturado em três seções: 1) A primeira seção avaliou a formação do docente, vínculo profissional, nível e modalidade de atuação, tempo de magistério, se estudou educação ambiental em sua graduação ou pós-graduação e se estudou EA em sua formação continuada; 2) A segunda seção abordou questões abertas sobre as concepções dos docentes sobre Educação Ambiental; 3) A terceira seção teve questões discursivas para avaliar as práticas pedagógicas sobre EA que são realizadas pelos docentes.

Análise do questionário

A análise dos resultados sucedeu-se através da categorização, onde serão descritos os dados obtidos por meio de figuras e quadros, utilizando o método de análise de conteúdo, seguindo as etapas: leitura flutuante, categorias e comunicação (BARDIN, 2016).

Sequência didática sobre educação ambiental

A sequência didática (SD) é um conjunto de propostas relacionado a um conteúdo, com uma ordem de desenvolvimento (AZZAR; LOPES, 2013). A SD também tem o propósito de estabelecer um caminho para que o professor do Ensino Básico elabore o seu material didático, enfatizando as novas linguagens e o uso de novas tecnologias disponíveis nas mídias e na internet.

Deste modo, ao final deste trabalho foi elaborada uma Sequência de Ensino Investigativa (SEI) para auxílio aos docentes envolvendo a Educação Ambiental (EA) em um



contexto mais amplo envolvendo as disciplinas de Biologia, Geografia e Sociologia no Ensino Médio, e, Ciências e Geografia, Anos Finais, o tema escolhido “Devastação dos ecossistemas”, uma vez que é trabalhado constantemente nas disciplinas de forma direta, sendo essa o estudo dos ecossistemas, ou de forma indireta, falando sobre as consequências de guerras, industrialização e evolução.

De acordo com Araújo (2013, p. 322-323) “a sequência didática constitui-se como um meio do docente organizar as atividades de ensino conforme os núcleos temáticos e metodológico”. O enfoque desta proposta é contribuir com a práxis pedagógica dos docentes das escolas públicas e privadas de Paranavaí, no que diz respeito a temática EA, uma vez que tal tema possui demasiada importância, mas, sua aplicação é escassa nas salas de aula.

Ao término deste estudo, a sequência didática proposta e elaborada foi encaminhada aos docentes de Paranavaí, participantes ou não da pesquisa, para que possam utilizá-la na sua prática pedagógica sobre EA.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos de acordo com as respostas dos docentes no questionário aplicado serão discutidos por seção. Na primeira seção pesquisada tratam-se das disciplinas ministradas pelos docentes e os colégios em que atuam.

Participaram desta pesquisa 17 docentes de Ciências/Biologia, três docentes de Geografia e três docentes de Sociologia. Desta forma, os resultados obtidos totalizam de 23 docentes que atuam em áreas distintas entre si, bem como em diferentes colégios de Paranavaí. No Quadro 1 podemos observar os colégios nos quais os docentes lecionam.

Quadro 1. Colégios públicos e privados em que os participantes da pesquisa atuam

Colégios públicos	Colégios privados
Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto	Colégio Paroquial Nossa Senhora do Carmo
Colégio Estadual Dr. Marins Alves de Camargo	Colégio Nobel Paranavaí



Colégio Estadual Cívico-Militar Silvio Vidal	Colégio Objetivo Bonaparte Paranavaí
Colégio Estadual de Paranavaí	Fundação Bradesco
Colégio Enira Moraes Ribeiro	

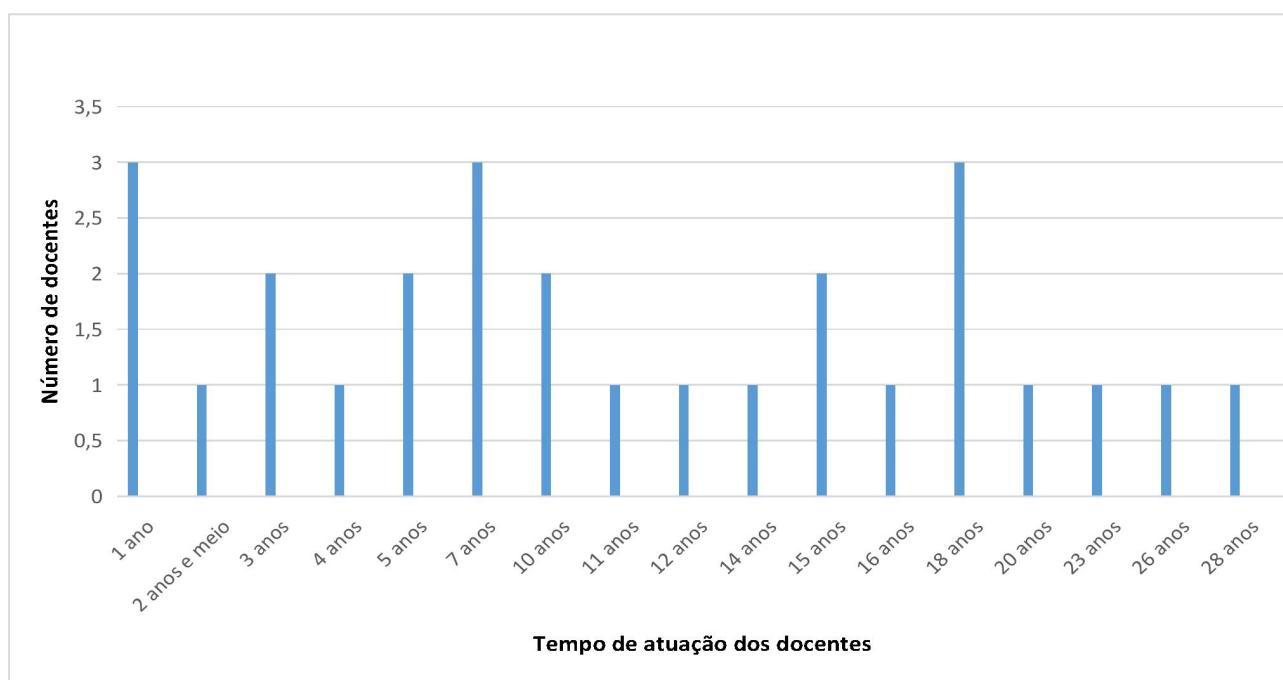
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No que se refere ao vínculo profissional, nível e modalidade de atuação, temos as seguintes categorias: Quatro são contratados por Processo Seletivo Simplificado (PSS); oito são do Quadro Próprio do Magistério (QPM); e oito se descreveram apenas como docentes; um docente não especificou o concurso assumido, deixando apenas como concursado; e outros dois não responderam essa pergunta.

Registra-se na Figura 1 o tempo de atuação dos docentes pesquisado na educação. Nota-se que o tempo de atuação da educação variou de 1 a 28 anos, sendo a maior parte com no máximo 15 anos de experiência.

Tangente a EA presente na graduação, pós-graduação ou formação continuada temos os dados obtidos dispostos na Figura 2.

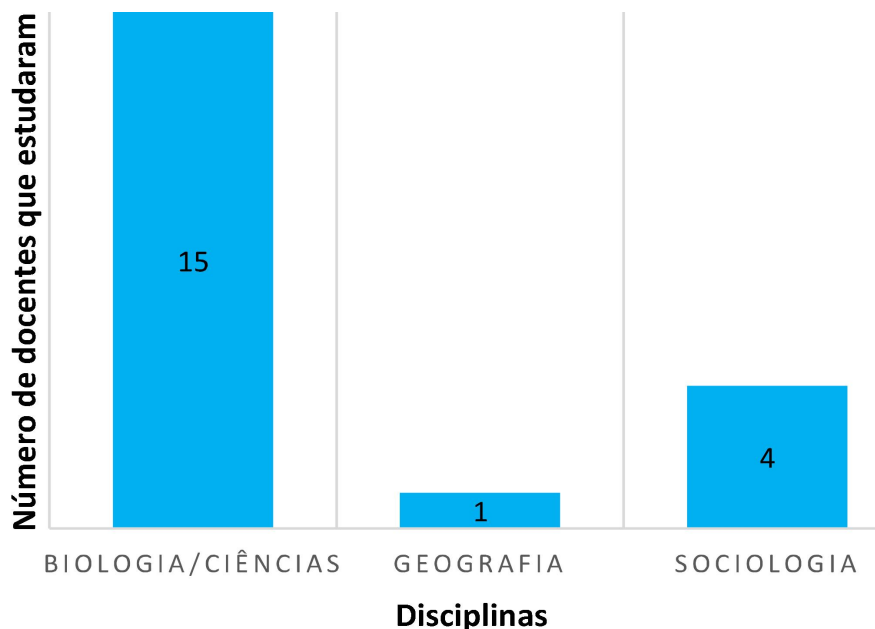
Figura 1. Tempo de atuação dos docentes



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).



Figura 2. Docentes que estudaram EA em seus cursos de graduação/pós-graduação ou formação Continuada.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Dentre estes 23 docentes, 20 estudaram sobre EA na graduação/pós-graduação/formação continuada e apenas três não chegaram a estudar. Alguns destes docentes ainda estão estudando o tema em suas pós-graduações, o que auxilia no aumento de seu repertório de conhecimento sobre o tema. Os dados revelam que dentre os que estudaram, 15 são da área de ciências/biologia. Isso remete que quem trabalha as questões ambientais ainda prevalece as áreas biológicas, ou seja, a maior parte dos cursos de graduação não cumpre a lei que registra na necessidade de trabalhar em todas as graduações e todas as disciplinas. Provavelmente, por falta de conhecimento, a visão da maioria dos cursos é que educação ambiental é um viés ecológico, desconhecendo que é uma discussão muito mais ampla, pois aborda questões social, econômicas, tecnológicas, científicas, política, e também ecológicas.

Este estudo traz um pouco sobre a defasagem deste tema nas graduações, de modo a instigar a preocupação de uma maior abordagem desta temática pois os cursos de licenciatura são de grande importância para a sociedade, uma vez que os acadêmicos formados, irão formar cidadãos pensantes e críticos, o que abre portas para educarmos também de maneira



correta. Outrossim, os mais diversos cursos de licenciatura como o de Letras, Ciências Biológicas, Física, Química, Matemática, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Arte e Pedagogia, devem trabalhar essa temática, sendo esta desenvolvida de modo interdisciplinar e sendo amparada por lei.

Paulo Freire (2000, p. 67) destaca que “a ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem de estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador”.

No que tange a segunda seção do questionário, os docentes foram questionados sobre suas concepções e entendimentos acerca da EA, tendo previsto na Lei nº 9795/1999 que diz em seu Art 1º:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Quando questionados, os docentes registraram respostas similares umas às outras, de tal maneira resumimos que para eles a EA “é uma área de estudo no qual o cidadão se torna um ser crítico ao uso dos recursos naturais de maneira descontrolada, as poluições que ocorrem no meio ambiente que vivemos, gerando valores sociais que visam preservar a natureza”.

Todavia, em outra questão levantada, que tratava da importância da EA, ocorreram respostas semelhantes, porém um docente expressou de forma diferenciada, o que é esperado, pois como os docentes estudaram áreas distintas.

O Quadro 2 mostra os diferentes pontos de vistas. Para tanto, foi denominado de P1 docente 1, que representa as respostas semelhantes dados pela maioria dos docentes, e, P2 o docente 2, que tem uma concepção diferente dos demais.

Quadro 2. Diferença de pensamento referente a importância de destacar a EA nas disciplinas

QUAL A IMPORTÂNCIA DE DAR DESTAQUE NA EA?



PP1	Extrema importância! Desde a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris (1948) até a elaboração da Agenda 2030, a educação ambiental não somente é importante, como também é Lei: deve ser aplicada transversalmente e com interdisciplinaridade, aprimorando o conhecimento crítico dos futuros cidadãos e de toda a população. Vale salientar que a educação ambiental não deve ser aplicada apenas no ensino Básico, como também no ensino superior e empresas, embora o cenário vigente no Brasil não se equipare a tal colocação. Em um país de extrema Biodiversidade e riquezas geográficas, deve-se destacar a educação ambiental como crucial e inerente da formação cognitiva dos cidadãos.
pP2	É necessário desnaturalizar certas narrativas de cunho político e nos atentarmos para os dados reais, tendo em vista os interesses diversos a nível global sobre determinados ecossistemas ainda geradores de riqueza e fornecedores de matéria-prima.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Os docentes que apresentavam um pensamento semelhante ao de P1, apresentavam um destaque para o bem estar social, como viver de maneira equilibrada com o meio ambiente, e que visam propor ao aluno um ensino que incentive ao consumo moderado dos recursos, enquanto P2, deixa de lado o equilíbrio e atinge o aluno a despolitização e incentivo ao capitalismo destrutivo dos recursos naturais existentes.

Como defendido em seu Art. 5º §V da Lei nº 9795, 1999

[...] o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Na terceira seção os educadores foram questionados se quando há oportunidade de destacar o tema, ele é destacado. Com base nas repostas sobre o conceito de EA somadas as atividades realizadas pelos docentes em sala, é notória a consciência dos profissionais acerca da importância de se trabalhar este tema com calma e cuidado por se tratar de um assunto que diz respeito aos dias atuais e futuros.



No Quadro 3 são apresentadas algumas respostas obtidas através dos docentes, sendo separadas por disciplinas ministradas, sendo para Ciências ou Biologia, Geografia e para Sociologia.

Quadro 3. Docentes que conseguem destacar o tema em suas aulas

DISCIPLINAS		
Ciências / Biologia	Geografia	Sociologia
Sempre que possível. Como a educação ambiental permite uma abordagem ampla, empregar esse tema em conteúdos distintos não se torna um problema. Tento realizar atividades práticas quando é possível, embora o tempo seja escasso e o desinteresse de alguns alunos também. Quando não tenho a oportunidade de trabalhar a educação ambiental de maneira informal ou lúdica, auxílio os alunos em atividades práticas em sala de aula, visando estimular a coletividade, pensamento crítico e interdisciplinaridade	Sim. A todo momento dentro da Geografia é necessário fazer esse trabalho. Em momentos de falta de chuva na região, de queimadas na Amazônia, de desmatamento na nossa região	Penso ser importante trabalhar dados estatísticos e gráficos, informando certas realidades desconhecidas da maioria. O trabalho, por conta do tempo curto e da baixa carga horária da disciplina, acaba sendo mais informativo do que prático
Costumo trabalhar com informação, fazendo uso de fatos e imagens reais e retomo sempre que possível que, essa	A princípio fico no diálogo com os alunos	Ao ter que trabalhar ferramentas tecnológicas emprego o tema educação ambiental. Desta maneira



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

informação recebida deve alterar a nossa prática dentro e fora da escola		eles aprendem a utilizar a ferramenta e já trabalha o tema
Sim. Realizei trabalhos do tipo sobre a importância do saneamento básico com ênfase no trajeto da água pela ETA e ETE		Na minha disciplina, por ter uma aula semanal, explora-se apenas o teórico por meio de reflexões utilizando-se dados factuais disponíveis na mídia
Geralmente a inserção dos temas que envolvem a EA ocorre mais como trabalho informativo voltado a reflexão		Sim, trabalho como tema transversal
Sim, trabalho com informativo voltado para minha disciplina.		
Quando há uma oportunidade para isso, sim		
Sempre. Pesquisas informativas, cartazes.		
Sim, os cuidados com meio ambiente		
Sim. Plantio de sementes, árvores		
Trabalho informativo.		
Depende do conteúdo.		
Não se aplica		

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

De acordo com as respostas obtidas pode-se notar que atualmente as metodologias mais utilizadas são os trabalhos informativos e uso de cartazes, mas, trabalhar a EA com

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 10 de 16



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

apenas teoria é possível atingir o aluno? Apenas um questionamento a se pensar sobre a qualidade de educação oferecida. Como destacado por Freire (1996, p. 25), “A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”

Para Freire (2000), devemos assumir a responsabilidade de lutar pelos princípios éticos fundamentais para a vida humana, dos animais, dos pássaros, e também dos rios e florestas. Freire ainda ressalta que não acredita no amor entre seres humanos, se não formos capazes de amar o mundo, afinal, a natureza sempre esteve presente na criação e desenvolvimento dos humanos, e, se não há amor pelo meio ambiente no qual vivemos, o responsável por gerar a vida, como amaremos outros seres vivos existentes sem zelar pelas vidas aos arredores.

Como ressaltado pelo Secretário-Geral da UNESCO, “para que a educação ambiental alcance seus objetivos, não basta torná-la um complemento dos programas educativos. É necessário encarar as preocupações relativas ao meio ambiente como uma dimensão e uma função permanentes da educação escolar e extraescolar, em seu sentido mais amplo”. Diante dessa perspectiva, a educação ambiental deveria contribuir largamente para a renovação dos sistemas de ensino (Carta de Tbilisi, 1997).

A última questão abordada aos docentes foi sobre a semana do meio ambiente, se houve algum trabalho especial voltado a esta data importante. Os docentes de escolas públicas relataram que não foi possível trabalhar o tema pois coincidiu com o período da Prova Paraná, além disso, alguns docentes tiveram que seguir o cronograma, dando continuidade aos conteúdos programáticos presentes nos livros de modo a conseguir contemplar todos. Os que conseguiram trabalhar o tema, abordaram sobre água potável, problemas locais e mundiais e debates sobre o consumo consciente da água e desmatamento da Mata Atlântica e Cerrado, visto que a região noroeste do Paraná apresenta a transição desses biomas.

Mediante essa pesquisa, foi possível constatar que mesmo os docentes buscando uma formação continuada que contempla a EA no estudo, estes muitas vezes não conseguem trabalhar devido a quantidade de aula ser pouca e/ou pela escassez de recursos. Ressalta-se que o tema não recebe a valorização necessária para os dias atuais devido a grande preocupação das escolas em buscar aprovações nos vestibulares, ou por considerarem o tema

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 11 de 16



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

complexo e não interessante para os alunos, mesmo tendo consciência da asseguarção deste pela lei de nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe em seu Art. 2º que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999). Ademais, os docentes que conseguem trabalhar tal conteúdo, o fazem sobre um viés mais ecológico, procurando atingir os alunos sobre os usos conscientes dos materiais recicláveis, buscando instigar a conscientização sobre o meio ambiente em que vivemos.

Outrossim, a resposta de uma determinada professora gerou uma certa atenção, na qual ela diz que não houve nenhuma menção específica à semana do meio ambiente em sua escola, entretanto, o trabalho de informação e conscientização é constante. Deste modo, entendemos que o tema não é focado apenas em uma única data, e sim trabalhado todos os dias, buscando formar cidadãos melhores e incentivar ao zelo pelo meio ambiente. Tal colocação retrata, de certa forma, o modo como a EA deveria ser trabalhada nas escolas, não apenas em uma data ou uma semana, mas todos os dias, de modo interdisciplinar, levando o educando ao pensamento crítico e o fazendo perceber que o meio ambiente compreende não somente a esfera ecológica, mas também um ato político e social.

Segundo a Carta de Tbilisi (1997) com as constantes mudanças do mundo, a EA deve estar em sintonia, acompanhando as suas rápidas evoluções, sendo elas, positivas ou negativas. O ensino da EA deve gerar no discente a devida compreensão dos desafios do mundo contemporâneo, e como enfrenta-los de modo que ocorra a evolução, mas visando a qualidade de vida e ao mesmo tempo a preservação do meio ambiente.

Através do questionário sobre EA aplicado para os docentes de rede pública e privada de Paranavaí, constatou-se que os mesmos compreendem a importância de se abordar a temática Educação Ambiental nas escolas, todavia, estes não conseguem aplica-la de forma significativa devido a carga horária imposta.

Mediante a colocação acima, propõe-se uma Sequência Didática Investigativa, presumindo que os docentes que a adotarem consigam trabalhar de maneira fácil e rápida devido sua curta duração e especificidade. Sendo essa proposta exposta no Quadro 4.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 12 de 16



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





Quadro 04. Sequência de Ensino Investigativo elaborada para as disciplinas de Geografia, Ciências, Biologia e Sociologia

Disciplina: Ciências e Geografia (anos finais), Biologia, Geografia e sociologia (ensino médio)

Ano: Ensino Fundamental anos Finais e Ensino Médio.

Identificação do problema: Devastação dos ecossistemas.

Problematização: Durante a globalização e a busca pela evolução humana, a importância da preservação dos ecossistemas foi deixada de lado. Com essa SEI, espera-se que o aluno compreenda a importância do ecossistema em que vivemos para que se mantenha o equilíbrio natural entre as espécies, e as condições climáticas.

Objetivo geral:

- Refletir sobre a importância da preservação ambiental como abordagem crítica e transformadora.
- Compreender as relações entre sociedade, meio ambiente e sustentabilidade.
- Analisar qual a importância biológica desses seres vivos.

Materiais e métodos: Aula dialógica, na qual o aluno será questionado sobre o conceito do tema e sua importância.

Materiais:

- Lousa, giz, projetor multimídia e *notebook* ou computador;
- Internet e sites para pesquisa;
- Livro didático.

Duração: 2 aulas de 50 minutos.

INTRODUÇÃO E LEVANTAMENTO DE CONHECIMENTOS PRÉVIOS

Aula 1: Introdução ao tema

- Apresentar o tema "Ecossistemas e Interdependência" aos alunos.
- Discutir a importância dos ecossistemas e a interdependência dos seres vivos.
- Realizar uma atividade inicial para despertar o interesse e a curiosidade dos alunos, como um jogo de perguntas e respostas sobre o assunto.

Aula 2: Impactos das atividades humanas nos ecossistemas



- Discutir com os alunos os impactos das atividades humanas nos ecossistemas, como desmatamento, poluição e mudanças climáticas.
- Propor uma pesquisa em grupo sobre um problema ambiental específico relacionado aos ecossistemas próximos à escola ou à região dos alunos.
- Cada grupo deve investigar as causas, as consequências e possíveis soluções para o problema identificado.
- Realizar uma apresentação dos resultados da pesquisa, seguida de um debate sobre a importância da preservação dos ecossistemas e a responsabilidade de cada indivíduo na conservação do meio ambiente.

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Com a proposta da sequência didática, almejamos que os professores consigam nortear junto aos alunos os principais desafios dos educadores ambientais que são: resgate do desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade, igualdade, respeito a diferença e iniciativa).

Entende-se que a escola é um campo apropriado para o letramento científico de todas as áreas do conhecimento, principalmente debater sobre as questões ambientais e a formação de indivíduos reflexivos transformando a sua visão sobre as questões socioambientais. O desafio da escola, por meio dos docentes é o de formular uma EA que seja crítica e transformadora. Assim, a EA deve ser acima de tudo um ato político voltado para à transformação social.

Outrossim existem tantas metodologias de ensino atualmente, como as Metodologias Ativas de Aprendizagem (MAA), que consiste em o discente aprender de maneira autônoma estimulando seu pensamento, defendida por Piaget em sua teoria denominada construtivismo, onde ressalta que o aluno não aprende somente pelo conteúdo passado pelo docente, e sim por meio de situações que estimulem seu pensamento. Metodologia de Ensino Tradicional, onde o docente repassa o conhecimento recebido ao longo de todo o percurso da história humana ao discente por meio de aulas teóricas em sala de aula, desconsiderando seus interesses com o conteúdo. Metodologia de Ensino Montessori, que também ressalta o uso de atividades empíricas com os discentes para que estimule seu pensamento de maneira ativa, respeitando o



desenvolvimento de suas atividades físicas, sociais e pedagógicas, e entre tantas outras, que estimulam os alunos em seus estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os resultados obtidos, podemos considerar que a Educação Ambiental não é um tema priorizado nos níveis de educação básica e superior, mesmo esta sendo amparada por lei e apresentando uma demasiada importância social. Vários são os fatores que podem ocasionar o que observamos, todavia, neste estudo as principais causas foram a falta de capacitação dos docentes e a carga horária das disciplinas, o que resulta na dificuldade de se trabalhar o tema ou uma justificativa para não se trabalhar.

Deste modo, pontuamos que para que o ensino da temática seja realmente significativo para o aluno, deve-se ter um maior direcionamento de recursos e possibilidades para os docentes em relação a sua capacitação, de modo que estes se sintam motivados e preparados para trabalhar EA em sua sala de aula, além de ter recursos para o desenvolvimento da prática.

Ressalta-se que o ensino de EA não seja meramente teórico e informativo, mas que precisa possuir uma certa significância para o contexto social do educando, e que possa ser aprendido de forma prática, pois só assim teremos cidadãos capazes de fazer escolhas conscientes, tendendo a uma vida sustentável. Ao aplicar a Sequência Didática desenvolvida, estima-se que os profissionais trabalhem e incentivem os alunos a pesquisarem mais a importância dos ecossistemas existentes, suas respectivas fauna e flora, rios, bacias hidrográficas, oceanos, ecossistemas, importâncias ecológicas e sociais, importância do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, D. L. de. **O que é (e como faz) sequência didática?** Fortaleza: Entre palavras, 2013.

AZZAR, E. F.; LOPES, J. G. Interatividade e tecnologia. In: ROJO, R. (Org.). Escola conectada: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola Editorial. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016. 280 p.



BRASIL, **Lei Federal n. 9.795.** 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm . Acesso em: 27 de jul. de 2023.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** MEC/SEF; 2012.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**, 1. ed. São Paulo: Gaia, 2010.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo. ed. Paz e Terra (coleção leitura), 1996. 25 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** 1. ed. São Paulo: UNESP, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração de Estocolmo.** Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Estocolmo, 1972. https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/estocolmo_mma.pdf Acesso em: 13 de jul. de 2023.



**AVALIAÇÃO DO CRESCIMENTO INICIAL DE RÚCULA (*Eruca vesicaria*),
SUBMETIDAS A EXTRATOS FOLIARES DE BRAQUIÁRIA.**

Matheus Eluard Cavalcante de Oliveira - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranavaí, matheuseluard72@gmail.com

Paulo Alfredo Feitoza Bohm - Orientador
Unespar/Campus Paranavaí, pauloalfredobiologo@gmail.com

Franciele Mara Lucca Zanardo Bohm - Coorientadora
Unespar/Campus Paranavaí, franciele.bohm@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Biológicas

INTRODUÇÃO

O aumento da procura por hortaliças de melhor qualidade, que possa ser produzida com baixo custo tem atraído investimentos para o sistema de produção de alimentos. Na região de Paranavaí os produtores de hortaliças utilizam palhadas de vegetais para melhorar a retenção de umidade do solo e promover a adubação natural, uma vez que as palhadas promovem a mineralização do solo (VAZ, et al., 2020).

As palhadas constituem restos das plantas que permanecem no solo como cobertura vegetal, quando decompostas podem liberar nutrientes no solo, mas também compostos químicos oriundos do metabolismo secundário que podem influenciar a germinação e crescimento inicial de outras plantas, Estes compostos, chamados de aleloquímicos são oriundos do metabolismo secundário em plantas (TAIZ et al., 2017).

As palhadas que podem ser relatadas como de uso comum nesta região são as palhadas de sibipiruna (*Caesalpinia pluviosa*) e capim braquiária (*Braachiararia sp*).

A braquiária é uma monocotiledônea bem adaptada ao clima brasileiro e por isso cresce rapidamente podendo interferir no crescimento e desenvolvimento de outras plantas. Compostos liberados por *Brachiararia brizantha* cv. Marandu interferiram negativamente



nos processos germinativos de *Panicum maximum* cv. Tanzânia, *Sida rhombifolia* e *Peschiera fuchsiaeifolia* (TOLEDO, et al., 2022).

A braquiaria é um gênero botânico de gramíneas, que apresenta noventa espécies. Os componentes químicos foliares mostraram que a braquiária apresenta vários grupos de compostos secundários, como por exemplo, catequinas, alcaloides e flavonoides (HARTMANN, et al., 2020). Estudos destes autores mostraram que extratos obtidos de folhas de braquiária comprometeram a germinação e crescimento inicial da planta angico vermelho (*Parapiptadenia rigida*).

Por isso a eficiência da utilização de palhadas de braquiária deve ser feita com cuidado, levando em consideração a idade das folhas e principalmente o tempo de decomposição necessário para liberação de compostos que podem comprometer a germinação e crescimento inicial de hortaliças.

Nos ambientes naturais de plantio, as plantas estão expostas aos diversos fatores bióticos e abióticos. A pressão exercida pela competição por estes fatores permitiu que, ao longo do processo evolutivo, elas desenvolvessem numerosas rotas metabólicas de biossíntese. Isto as possibilitou desenvolver a capacidade de acumular e excretar uma variedade de compostos conhecidos como secundários.

A diversidade de estruturas e a sua distribuição nos organismos sugeriam que se tratava de resíduos metabólicos, ou produtos de reserva, que não sofriam alterações durante o desenvolvimento das plantas. Atualmente, o termo secundário ganhou conotação diferente da original passando a definir, também, compostos ausentes no reino vegetal (RICE, 1984).

Com poucas exceções, os compostos secundários provêm das vias metabólicas do ácido chiquímico ou do acetato ou, ainda, de esqueletos químicos resultantes de uma combinação dessas duas vias. De acordo com FERREIRA e ÁQUILA (2000), RICE (2012) e BORGES e AMORIM (2020), os metabólitos secundários estão classificados em três principais grupos: fenólicos, terpenos e compostos contendo nitrogênio, sendo que os fenólicos são os mais comumente encontrados e que possuem efeito alelopático mais evidente (TAIZ e ZEIGER, 2017).

Os aleloquímicos estão presentes em, virtualmente, todos os tecidos vegetais e podem ser liberados ao ambiente por: volatilização através das partes aéreas da planta; lixiviação das



partes aéreas pela chuva e orvalho; exsudação pelas raízes; lixiviação proveniente dos restos vegetais ou decomposição da matéria orgânica (biótica e físico-química) (TUKEY, 1969). Por causa disto, o estudo da alelopatia tem recebido considerável atenção nos últimos anos, seja pelos aleloquímicos liberados ao meio, que podem diminuir a produção agrícola (WALLER, 1999), seja pelo potencial que representam como defensivos agrícolas naturais (EINHELLIG, 1985; RICE, 1984; DUKE E DAYAN, 2006). Uma outra possibilidade de interesse é a integração dos fenômenos alelopáticos dentro dos sistemas de produção agrícola que permita a utilização de restos culturais como uma ferramenta no manejo integrado de plantas daninhas (ou indesejáveis).

Quanto a maneira como os aleloquímicos interferem no metabolismo celular foi descrito que estes compostos podem promover o acúmulo de espécies reativas de oxigênio, estas moléculas podem oxidar componentes celulares e comprometer o funcionamento das membranas (BARBOSA et al., 2010). Estes danos podem comprometer a atividade de transportadores de membrana e causar desbalanço iônico, levando ao comprometimento da germinação e crescimento inicial das plantas.

A rúcula (*Eruca sativa* L.) é uma hortaliça muito consumida no Brasil, pertence à família Brassicaceae, e tem sido cultivada em diversas regiões do país. É uma das hortaliças mais nutritivas, contendo minerais como potássio, enxofre e ferro, além de vitaminas A e C (PORTO et al., 2013). Nas regiões sul e sudeste esta hortaliça é cultivada com mais facilidade porque cresce melhor em climas amenos. Mas quanto à mineralização é uma hortaliça que exige solo fértil para o cultivo.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi analisar os efeitos de extratos obtidos de folhas de capim braquiária sobre a germinação e crescimento inicial de rúcula.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória realizada na Universidade Estadual do Paraná campus Paranavaí. As sementes de rúcula foram obtidas comercialmente para o estudo.

As folhas de capim braquiária utilizadas no estudo foram colhidas no campus da universidade. Após a coleta as folhas passaram por um processo de esterilização, processo que



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

foi dividido em duas partes: primeiramente foram esterilizadas folha a folha, utilizando-se álcool 70% e de papel toalha para eliminação de resíduos. Posteriormente com o auxílio de uma tesoura previamente esterilizada, as folhas foram cortadas, para facilitar o seu manejo. Em seguida submetidas a sucessivas etapas de lavagem, a primeira foi realizada com hipoclorito de sódio 2% por 3 minutos, posteriormente as folhas foram lavadas em água corrente por 5 minutos, e depois submersas em álcool durante 3 minutos, em seguida as folhas foram adicionadas em água destilada onde permaneceram por 5 minutos.

Após o processo de esterilização as folhas foram acondicionadas em uma estufa desidratadora afim de se obter um produto seco e estéreo, o tempo de incubação foi de 48 horas e a temperatura de 60°C. Após a secagem, as folhas foram submetidas a dois processos de trituração, o primeiro com auxílio de liquidificador e o segundo com auxílio de um moedor.

Alíquotas de 10g de folhas em pó foram pesadas em balança analítica e homogeneizadas em 100 mL de água destilada com o auxílio de um almofariz de cerâmica e de um pistilo para obtenção de um produto homogêneo, que em seguida foi filtrado e, obtido assim o extrato foliar bruto, denominado tratamento 100%. Para a produção dos outros tratamentos de 12,5%, 25% e 50%, foi necessário ocorrer a diluição do extrato foliar bruto em água destilada.

O sistema experimental foi montado utilizando 15 placas de Petri esterilizadas, 3 placas para cada tratamento e controle. Cada placa recebeu duas folhas de papel de germinação Germitest® e foi adicionado 3ml do extrato na concentração alvo de cada repetição de tratamento. Posteriormente foram adicionadas 10 sementes de rúcula em cada placa de Petri.

Após montadas, as placas de Petri foram identificadas e acondicionadas em câmara de germinação do tipo B.O.D, com a temperatura de 25°C e fotoperíodo controlados (12 horas de luz e 12 horas de escuro). Vale ressaltar que foram utilizados os mesmos procedimentos para cada tratamento de 12,5 %, 25%, 50% e 100%, o controle que utilizou água destilada. A verificação da protusão da radícula foi realizada a cada 24 horas (FERREIRA; ÁQUILA, 2000).

O índice de velocidade de germinação (IVG) foi obtido considerando: $(IVG = N1/D1 + N2/D2 + \dots + Nn/Dn)$. Em que: N, número de plântulas verificadas no

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 4 de 13



dia da contagem; D, números de dias após a semeadura, sendo realizado a contagem em números de dias após a semeadura.

Após 7 dias de germinação as plântulas tiveram suas radículas excisadas, para a determinação dos comprimentos das radículas das plântulas. A biomassa fresca das raízes foi obtida logo em seguida em balança analítica. Em seguida as radículas foram acondicionadas em estufa até peso constante para a obtenção da biomassa seca.

Para a análise dos teores de clorofilas foram pesadas 0,100g de folhas de plantas de cada tratamento e maceradas em 5 mL de acetona 80%. As amostras foram filtradas e a medida da absorbância feita em espectrofotômetro em comprimentos de onda de 663nm para a clorofila *a* 649nm para a clorofila *b* e 652nm para a clorofila total, de acordo com o proposto por Whitham et al. (1971):

$$(1) \text{ Clorofila } a = (12,7 \times A_{663} - 2,69 \times A_{645})V - 1000w$$

$$(2) \text{ Clorofila } b = (22,9 \times A_{645} - 4,68 \times A_{663}) V / 1000w$$

$$(3) \text{ Clorofila total} = A_{652} \times 1000 \times V / 1000w / 34,5$$

Quanto à análise estatística os experimentos foram realizados em blocos inteiramente casualizados (controle e tratamentos), cada bloco continha três placas de Petri para cada tratamento e foram realizadas quatro repetições. A análise estatística dos resultados foi efetuada usando o programa Sisvar® (FERREIRA, 2008), foi realizada a análise de variância ANOVA. As diferenças entre as médias foram submetidas ao teste de Tukey. Valores de *p* inferiores a 0,05 ($P < 0,05$) foram considerados estatisticamente significativos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

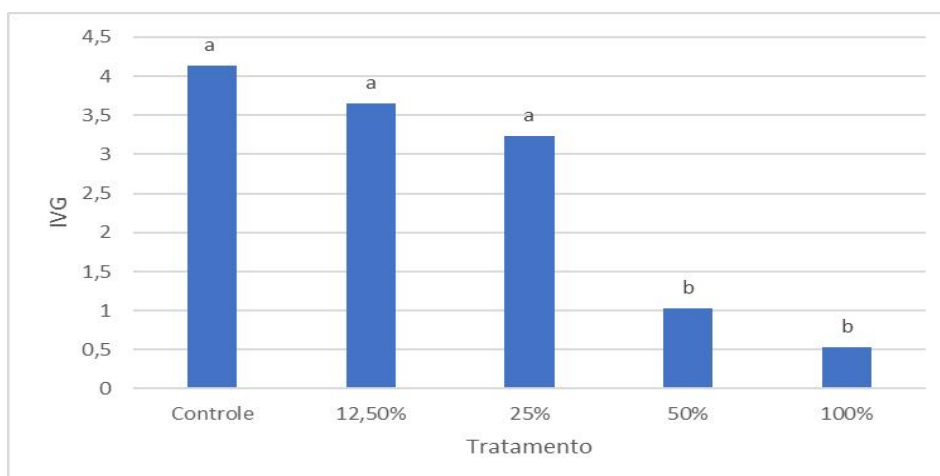
A figura 1 compara o índice de velocidade de germinação do controle com as demais concentrações de tratamento. É possível observar que houve redução significativa na velocidade de germinação nos tratamentos de 50% e 100%, indicando possível interferência de aleloquímicos presentes no extrato. De acordo com Bazimarakenga et al. (1995), existem várias plantas que produzem compostos aleloquímicos que interferem no metabolismo celular. Os resultados obtidos nesse trabalho demonstram que o extrato foliar de braquiária pode



comprometer a velocidade de germinação das sementes, os aleloquímicos podem constituir uma fonte de estresse biótico que leva a liberação de radicais livres, comprometendo o metabolismo germinativo (BARBOSA et al., 2010).

Em ambiente natural a velocidade de germinação é um fator de grande importância, pois as plantas que germinam mais rapidamente podem acessar primeiro água e nutrientes do solo e ainda terão o crescimento da parte aérea alcançado mais rapidamente, garantindo o melhor acesso à luz solar e, portanto, maior possibilidade de fazer fotossíntese.

Figura1: Índice de Velocidade de Germinação (IVG) de 120 sementes de rúcula para cada tratamento durante sete dias de cultivo. Letras iguais sobre as barras não indicam diferenças estatísticas.



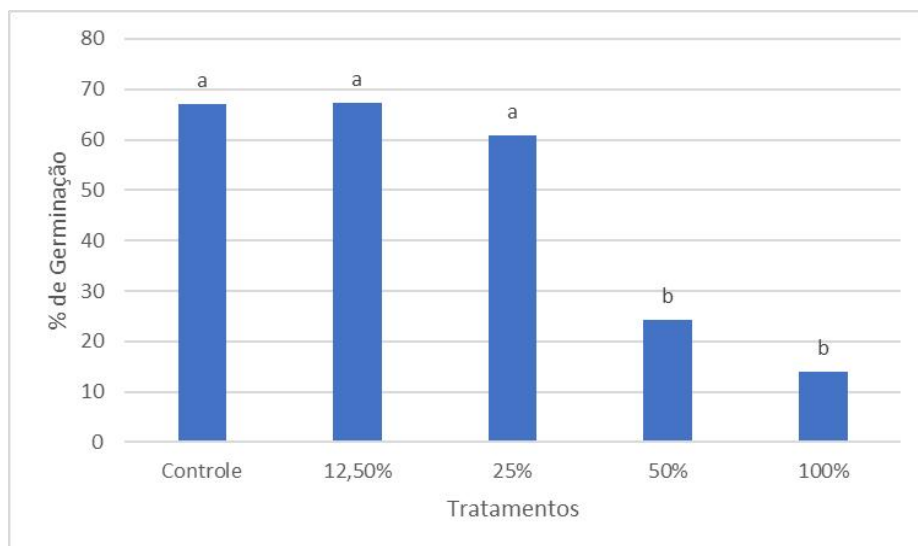
Fonte: autores, 2023.

A figura 2 mostra que os tratamentos de 50% e de 100% também comprometeram o número de sementes germinadas. É possível sugerir que os aleloquímicos presentes nas folhas da braquiária não causam apenas atraso na germinação, mas podem comprometer este processo a ponto de causar a sua inibição.

A germinação de sementes de muitas espécies depende da atividade das α -amilases que regulam a utilização de amido necessária para o fornecimento energia para o metabolismo. Estudos conduzidos com a obtenção de extratos de *E. globosus* reduzem a atividade dessa enzima nas sementes de *Eleusine coracanta* resultando em inibição da germinação (PADHY, PATNAIK E TRIPATHY, 2000).



Figura 2: Porcentagem total de germinação de 120 sementes de rúcula controle e tratamentos de extrato de braquiária durante sete dias de cultivo. Letras iguais sobre as barras não indicam diferenças estatísticas.



Fonte: autores, 2023.

O crescimento das raízes de plântulas de rúcula foi reduzido em todos os tratamentos utilizados neste estudo. Na menor concentração estudada, que foi de 12,5%, a redução no comprimento das radículas foi de 79,43% quando comparado ao controle. Na maior concentração de extrato, a redução no comprimento da radícula foi de 92,57%. Estes resultados indicam que embora as sementes tenham germinado as plântulas não cresceram.

O processo de protrusão da radícula foi acionado pela semente, provavelmente em resposta à umidade. Mas os efeitos deletérios provocados por aleloquímicos comprometeram reações importantes do metabolismo celular, como a divisão celular e o alongamento celular, o último, considerado o principal responsável pelo crescimento inicial das plântulas (BARBOSA, et al., 2010).

Os aleloquímicos, por serem compostos variados, não apresentam mecanismos de ação sempre comuns, podem afetar os processos de respiração, fotossíntese, atividade enzimática, relações hídricas, abertura de estômago, nível de fitormônios, disponibilidade mineral, divisão e alongamento celular, estrutura e permeabilidade de membranas e paredes celulares, sendo que muitos desses processos ocorrem em função do estresse oxidativo (DIAS DE ALMEIDA, et al., 2008).



Os aleloquímicos, são compostos interferem principalmente no crescimento inicial das plantas. Alguns dos efeitos específicos incluem modificação na estrutura e no transporte das membranas, alterações das características da morfologia celular, interferência no ciclo celular (replicação, síntese de proteínas, mitose, mecanismos celulares), modificação da atividade de fitohormônios, perturbação do metabolismo energético (respiração e fotossíntese), problemas no balanço de água e na função dos estômatos, inibição de síntese de pigmentos e bloqueio da função de numerosas enzimas (BARBOSA, et al., 2010).

É possível que os aleloquímicos presentes no extrato de braquiária promova primariamente estresse oxidativo e que as consequências celulares da liberação de produtos deste estresse, como por exemplo, alterações na permeabilidade da membrana e em funções hormonais possam comprometer o crescimento das raízes.

Quadro 1: Crescimento das raízes de plântulas de rúcula submetidas ao tratamento com diferentes concentrações de extratos de folhas de braquiária após sete dias de cultivo. Letras iguais sobre as médias não indicam diferenças estatísticas quando submetidas ao teste de Tukey, $p < 0,05$.

Tratamento	Comprimento da radícula (cm)
Controle	1,75 (a) n=120
12,5%	0,36 (b) n=120
25%	0,26 (b) n=120
50%	0,17 (b) n=120
100%	0,13 (b) n=120

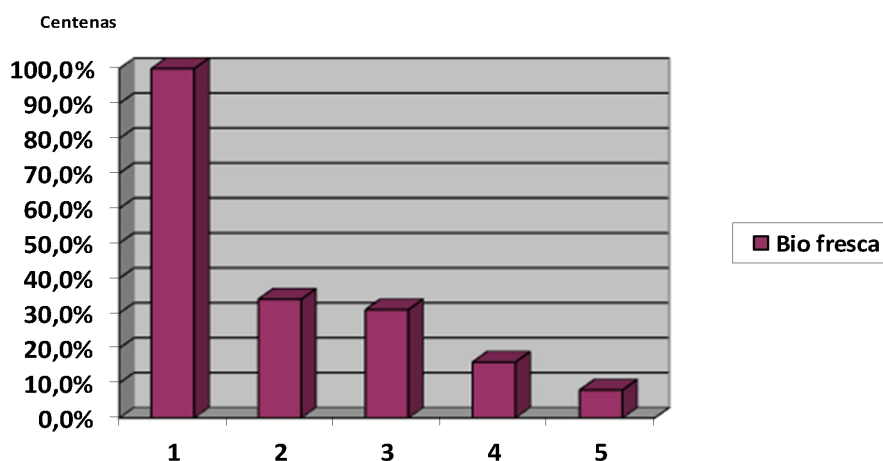
Fonte: autores, 2023

Os resultados de biomassa fresca são apresentados na figura 3, pode ser observado que ocorreu uma redução significativa da porcentagem do peso, quando comparamos a biomassa das raízes do controle com a biomassa das raízes das plântulas tratadas em diferentes concentrações do extrato de braquiária. Indicando que a presença de aleloquímicos nas diferentes concentrações do extrato testado, está provavelmente comprometendo o metabolismo celular resultando em distúrbio hídrico que prejudica severamente o desenvolvimento das raízes das plântulas testadas.



Neste aspecto, vale ressaltar que os aleloquímicos interferem na permeabilidade da membrana, desta forma pode comprometer a entrada de água nas células. Entretanto não observamos reduções significativas de biomassa fresca em todas as raízes de plântulas de rúcula quando comparadas com as raízes de plântulas tratadas entre as diferentes concentrações do extrato de braquiária. Este parâmetro avaliado não pode indicar com precisão uma resposta inibitória dose dependente.

Figura 3- Biomassa fresca das raízes de plântulas de rúcula controle e diferentes tratamentos de extrato de braquiária, cultivadas durante sete dias. Os números de 1 a 5 correspondem respectivamente: 1. rúcula controle; 2. rúcula com 12,5% de extrato; 3. rúcula com 25% de extrato; 4. rúcula com 50% de extrato; 5. rúcula com 100% de extrato.



Fonte: autores, 2023.

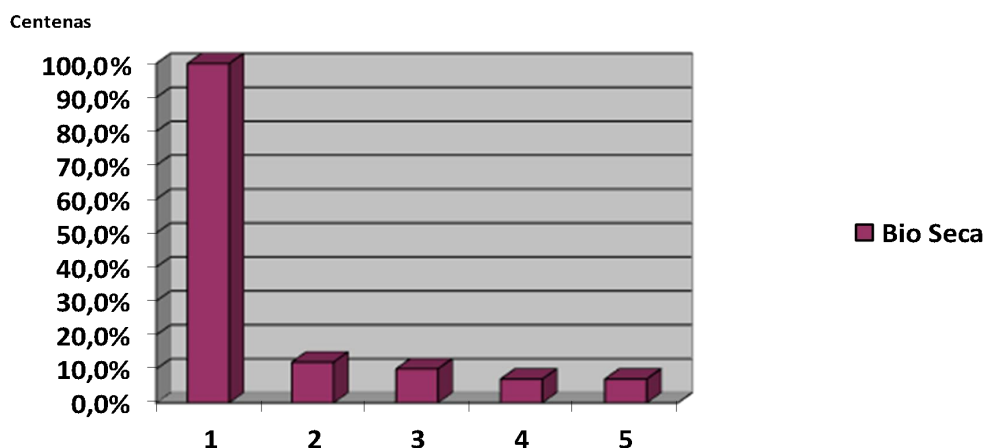
A figura 4 apresenta os resultados de biomassa seca das raízes de plântulas de rúcula, pode ser observado que ocorreu uma redução significativa da porcentagem do peso, quando comparados os tratamentos ao controle.

A presença de aleloquímicos nas diferentes concentrações do extrato testado, está provavelmente comprometendo o metabolismo celular resultando em distúrbio hídrico que prejudica severamente o desenvolvimento das raízes das plântulas testadas. Entretanto não foi observada reduções significativas de biomassa seca entre tratamento e controle.

Figura 4- Biomassa seca das raízes de plântulas de rúcula controle e diferentes tratamentos de extrato de braquiária, cultivadas durante sete dias. Os números de 1 a 5 correspondem respectivamente: 1. rúcula



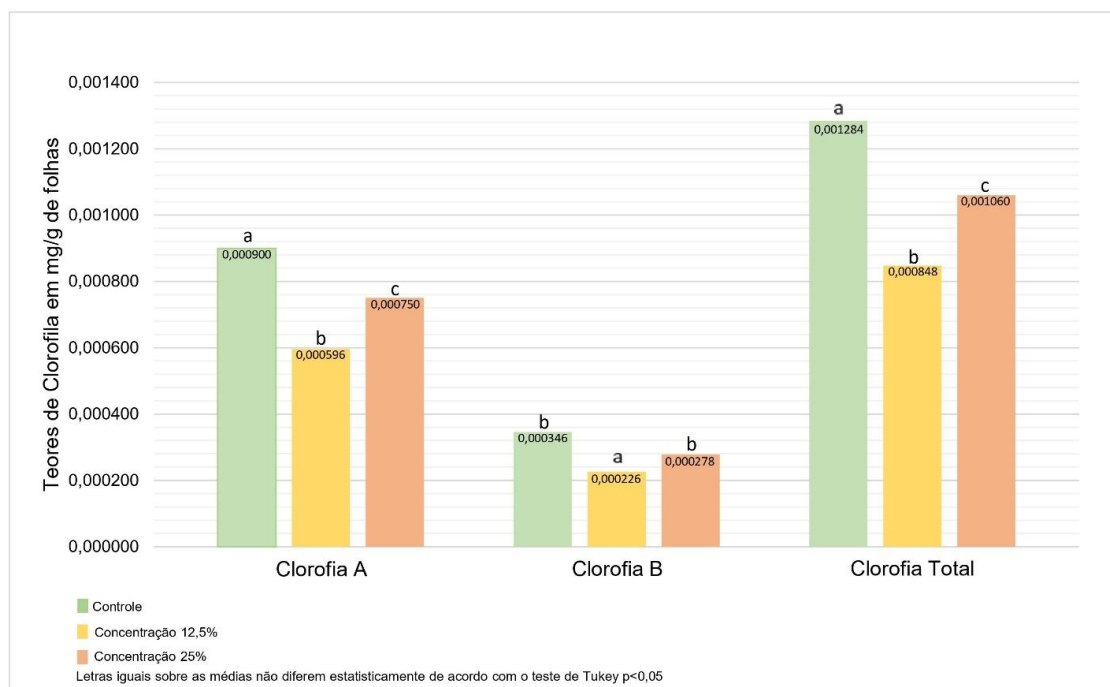
controle; 2. rúcula com 12,5% de extrato; 3. rúcula com 25% de extrato; 4. rúcula com 50% de extrato; 5. rúcula com 100% de extrato.



A figura 5 apresenta o teor de clorofila encontrada nas folhas de plântulas de rúcula submetidas ao extrato de braquiária nas concentrações de 25% e de 12,5%, não foi possível obter resultados de clorofila nas concentrações de 50% e de 100%, pois as plântulas não cresceram adequadamente e não produziram folhas para esta análise.

Os extratos de braquiárias provocaram redução nos teores de clorofilas. Estas reduções podem ser provocadas pelo estresse que a planta está acometida, uma vez que as raízes não cresceram adequadamente para a captação de água. Ainda pode ser sugerido que os danos provocados pela liberação de radicais livres em decorrência da presença de aleloquímicos comprometa a planta de forma que impeça a produção adequada de clorofila, (DIAS DE ALMEIDA, et al., 2008). Ou ainda é possível considerar que os efeitos provocados pelo estresse acionem respostas de defesa e que diante da necessidade metabólica de energia para a efetivação destas defesas a planta reduza seu crescimento para resistir ao estresse.

Figura 5- Teores de clorofilas de plântulas de rúcula controle e tratamentos de 12,5% e 25% de extrato de braquiária, cultivadas durante sete dias.



Fonte: autores, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os extratos foliares de braquiária comprometeram a germinação de sementes de rúcula. A velocidade de germinação e a germinação total de sementes foram comprometidas na presença dos tratamentos.

Embora a germinação, mesmo que de forma reduzida tenha ocorrido, a análise do crescimento das raízes mostra que as plântulas não cresceram. Os resultados das biomassas fresca e seca, indicam que a disponibilidade de água para a célula foi comprometida e resultou na redução de biomassa fresca e consequentemente de biomassa seca.

Portanto os maiores efeitos alelopáticos foram evidenciados apenas em altas concentrações desta forma existe a possibilidade destes aleloquímicos funcionarem como um herbicida natural, apenas em altas concentrações. Portanto os resultados desde trabalho alertam os pequenos produtores rurais que utilizam estas palhadas de braquiária para confecção de substratos orgânico de baixo custo, que existe um risco real de inibição por alelopatia, caso não seja respeitado o tempo completo de decomposição destas folhas e possível degradação destes aleloquímicos.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, K. B. F. et al. Estresse oxidativo: conceito, implicações e fatores modulatórios. *Revista de Nutrição*, v. 23, p. 629-643, 2010.

BAZIRAMAKENGA R, LEROUX GD, SIMARD RR. Effects of benzoic and cinnamic acids on membrane permeability of soybean roots. *J Chem Ecol*, v.21, p.271-1285, 1995.

BORGES, L.P.; AMORIM, V. A. Metabólitos secundários de plantas. *Revista Agrotecnologia, Ipameri*, v.11, n.1, p.54-67, 2020.

DIAS DE ALMEIDA, Gustavo et al. Estresse oxidativo em células vegetais mediante aleloquímicos. *Revista Facultad Nacional de Agronomía Medellín*, v. 61, n. 1, p. 4237-4247, 2008.

DUKE S.O; DAYAN F.E. Mode of action of phytotoxins from plants. In: Reigosa MJ, Pedrol N, González L (eds) *Allelopathy. A Physiological Process with Ecological Implications*. Springer, Dordrecht, p. 511-536, 2006.

EINHELLIG F.A. Allelopathy – a natural protection, allelochemicals. In: Blushan M. (ed.) *Handbook of Natural Pesticides: Methods Theory, Practice, and Detection*. Boca Raton/FL: CRC Press, v.1, p.161-200, 1985.

FERREIRA, D. F. SISVAR: um programa para análises e ensino de estatística. In: *Revista symposium*, v.6, n.2, p. 36-41, 2008.

FERREIRA, A.G.; ÁQUILA, M.E.A. Alelopatia: uma área emergente da ecofisiologia. *Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal*, v.12, p. 175-204, 2000.

HARTMANN, K. C. D., FORTES, A. M. T., DE MATTOS RIBEIRO, V., & SPIASSI, A. Phytochemical screen of extracts brachiaria brizantha and megathyrus maximus and their effects on germination and development of parapiptadenia rigida (benth.) Brenan. *Revista Acta Ambiental Catarinense*, v.16, p.22-32, 2020.

PADHY, B., PATNAIK, P.K; TRIPATHY, A.K. Potencial alelopático de lixiviados de serapilheira de eucalipto na germinação do crescimento de mudas de milho. *Alelopata. J.* v.7, n.1, p.69-78, 2000.

PORTO, R. D. A. et al. Adubação potássica em plantas de rúcula: produção e eficiência no uso da água. *Revista Agro@ambiente*. v. 7, n. 1, p. 28–35, 2013.

RICE EL. *Allelopathy*, 2nd Edition, Orlando: Academic Press, p. 422, 1984.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 12 de 13



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

RICE, E. L. **Allelopathy**. Academicpress, v.10, p.267-280, 2012.

TAIZ L.; ZEIGER E. **Fisiologia e Desenvolvimento Vegetal**. 6ª.ed. Porto Alegre-RS: Artmed, p. 726, 2017.

TOLEDO, Carla Neves et al. Alelopatia de *Brachiaria brizantha* cv. Marandu em bactérias promotoras do crescimento vegetal. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, p. e3311326287-e3311326287, 2022.

TUKEY H.B. Implications of allelopathy in agricultural plant science. **Bot. Rev** 35:1-16, 1969.

VAZ, Juliana Martins et al. Cobertura morta de solo no cultivo orgânico de *Physalis peruviana* L.). **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 80113-80130, 2020.

WALLER GR, FENG MC, FUJII Y. Biochemical analysis of allelopathic compounds: Plants, microorganisms, and soil secondary metabolites. In: Inderjit, Dashini K MM, Foy C. L (eds) **Principles and Practices in Plant Ecology**. Boca Raton/FL: CRC Press, p..75-98, 1999.

WHITHAM, F. H.; BLAYDES, D. F.; DEVLIN, R. M. **Experiments in plant physiology**. New York: D. Van Nostrand Company, p.55-58, 1971.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

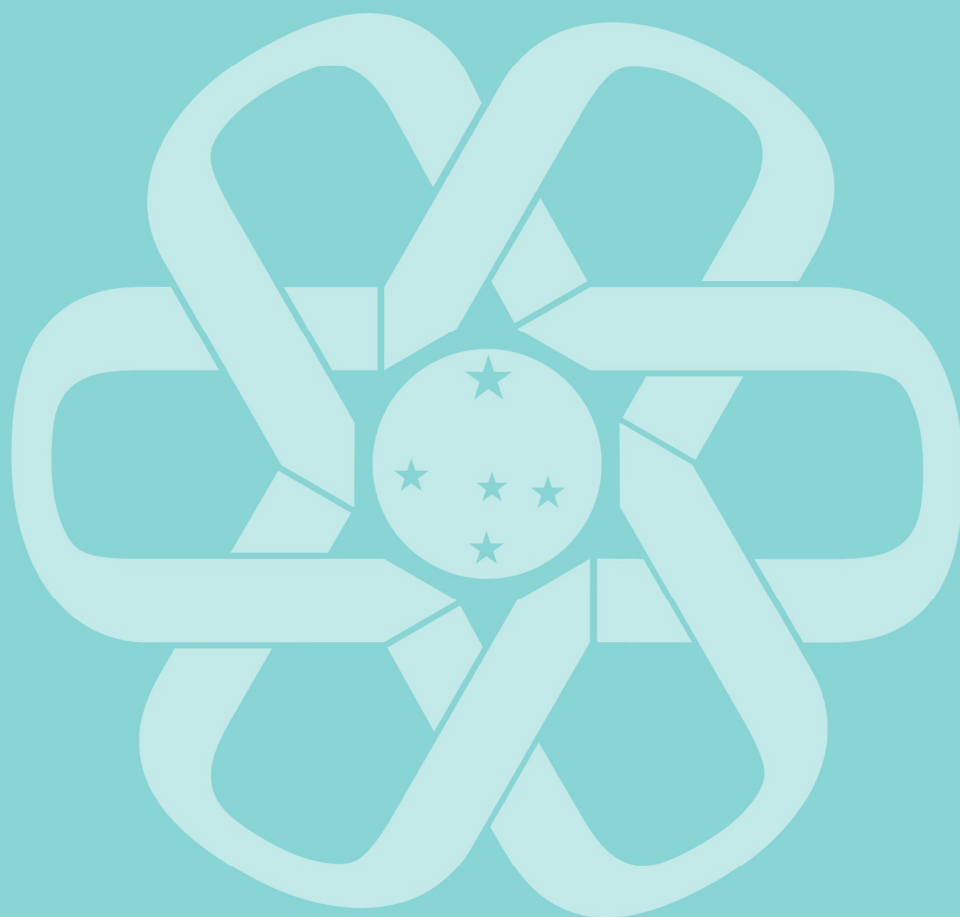


PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 13 de 13

CIÊNCIAS DA SAÚDE





ACIDENTES DE TRÂNSITO SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS EM RODOVIAS DO ESTADO PARANÁ 2011-2021, BRASIL.

Adilson Silva Oliveira - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranavaí, dill-max@hotmail.com

Willian Augusto de Melo - Orientador
Unespar/Campus Paranavaí, profewill@yahoo.com.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências da Saúde

INTRODUÇÃO

Acidentes de trânsito (A.T) são a quarta causa de morte no Brasil, atrás de doenças cardiovasculares, neoplasias e doenças respiratórias. Além de ser uma das causas que mais matam, também geram gastos na rede pública de saúde. Estima-se que seja gasto cerca de 3,6 bilhões de reais por ano no Brasil com vítimas de acidentes. Portanto é um espectro da saúde que precisa ser levado a sério.

No Paraná os A.T geram altos custos aos cofres públicos. Os gastos em um acidente com óbito pode chegar a 600 mil reais e a 160 mil em casos de internamento, segundo o DETRAN-PR. No Paraná, o custo total apenas das internações hospitalares por lesões decorrentes de acidentes de trânsito foi de aproximadamente R\$ 16 milhões em 2019. Já em 2022 passou para cerca de R\$ 18 milhões. Os dados preliminares são do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).

No cenário mundial o Brasil se destaca negativamente por ser atualmente o terceiro país do mundo com mais mortes em acidentes de trânsito, tendo como principais causas velocidade excessiva, o consumo de álcool e drogas, a falta de respeito à sinalização, o uso de celular ao volante e a imprudência. No cenário regional o Paraná é o terceiro estado com mais acidentes de trânsito em rodovias federais e mortes

MATERIAIS E MÉTODOS



Trata-se de um estudo descritivo e retrospectivo dentro de uma série histórica de 2011 a 2021. As informações sobre acidentes foram extraídas no site da Polícia Rodoviária Federal (PRF) do Paraná por meio do site: <https://www.gov.br/prf/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/dados-abertos-acidentes>. Selecionou-se acidentes de trânsito ocorridos por pessoa e por ocorrência. Os microdados foram coletados, filtrados e tabulados em planilha eletrônica, a fim de possibilitar observação dos dados de forma mais dinâmica e o cruzamento de variáveis.

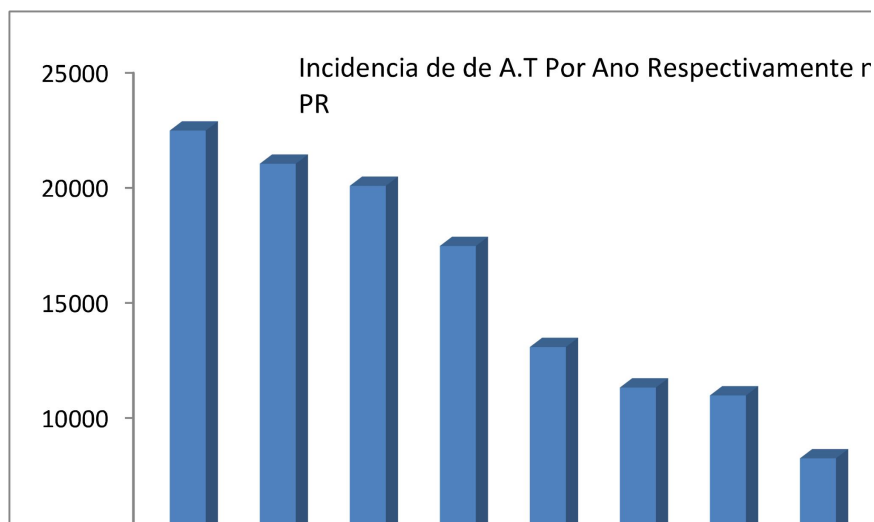
Verificaram-se as frequências absolutas e relativas anuais das ocorrências dos acidentes, as causas, as faixas etárias, as condições climáticas, os dias da semana, as fazes do dia, o tipo de vítima, o nível de gravidade dos envolvidos o tipo de veículo, as condições da pista, o tipo de acidente, e os óbitos por faixa etária. Dispensou-se análise ética por se tratar de dados de acesso e domínio público da PRF.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o banco de dados da PRF ocorreram no Paraná entre 2011 e 2021 nas rodovias federais 144,639 A.T com um total de 321,162 pessoas envolvidas entre condutores, passageiros, pedestres e outros. Na tabela a seguir observamos o numero de acidentes ocorrido em cada ano respectivamente.



**Gráfico 1 – Número absoluto de Acidentes Por Ano em Rodovias Federais no Estado do Paraná
2011-2021**



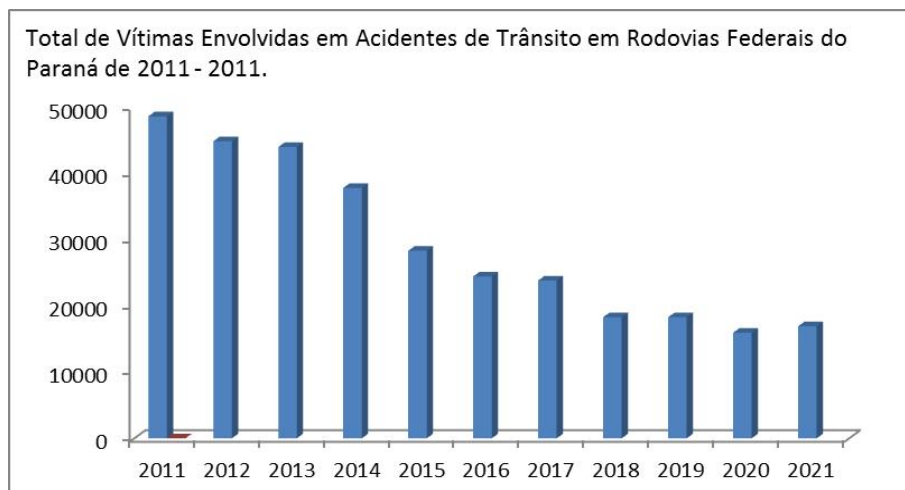
* Realizado a partir de dados coletados pelos autores

Quando observamos a tabela acima observamos uma diminuição nos acidentes de trânsito nas rodovias, se compararmos o ano de 2011 quando começamos a série histórica com o ano de 2021 podemos observar uma redução de mais 80% nos casos de acidentes de trânsito.

Da mesma forma o número de pessoas envolvidas em A.T nas rodovias federais do estado também caiu significativamente, proporcionalmente à queda do número de acidentes, como aponta o gráfico.



Gráfico 2 – Número de Pessoas Envolvidas (Vítimas) Por Ano nas Rodovias Federais do Paraná 2011-2021.



* Realizado a partir de dados coletados pelos autores

Somente no último ano (2021) apresentou aumento 16.919 (5,27%) onde apresenta um aumento de 982 casos em comparação com o ano anterior. Fontes ligadas aos órgãos de trânsito e ao governo do Estado do Paraná, assinala que esse decréscimo do número de acidentes deve-se ao melhoramento da infraestrutura como duplicações, recapes, pedágios, além de aumento na fiscalização com a presença de radares eletrônicos. Soma-se a esses fatores programas de educação no trânsito parceria entre a Secretaria de Educação do estado com o DETRAN fortalecendo as ações do maio amarelo, que é o mês voltado para a conscientização e a prevenção de A.T.

As principais causas envolvendo pessoas em acidentes de trânsito estão relacionadas a fatores humanos e a gama de causas, fatores e tipos são muitos e diversos. A tabela a seguir vai mostrar a principais causas, tipos, fatores e um pouco da epidemiologia dos envolvidos.

Tabela 1 – Acidente de Trânsito em Rodovias Federais, Segundo Variáveis Sociodemográficas, Tipo de Classificação e Causas do Acidente. Estado do Paraná, 2011 – 2021.

Variáveis	N	%
Causas Principais		
Avarias e/ou desgaste mecânico	13421	4,20%
Imprudência	84512	26,30%
Defeito na via ou na sinalização	5146	1,60%



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Desrespeito as normas de trânsito	35991	11,20%
Falta de Atenção	114869	35,80%
Ingestão de álcool e drogas	22050	6,90%
Mal súbito	781	0,20%
Restrições de visibilidade	1336	0,40%
Outros	42976	13,40%

Tipo de acidente

Atropelamento de animal	2161	0,67%
Atropelamento de Pedestre	4651	1,45%
Atropelamento de pessoa	7159	2,23%
Capotamento	12189	3,80%
Colisão com bicicleta	2136	0,67%
Colisão com objeto	927	0,29%
Colisão com objeto em movimento	408	0,13%
Colisão com objeto estático	3838	1,20%
Colisão com objeto fixo	8028	2,50%
Colisão com objeto móvel	1506	0,47%
Colisão frontal	19398	6,04%
Colisão Lateral	45358	14,12%
Colisão lateral mesmo sentido	1721	0,54%
Colisão lateral sentido oposto	475	0,15%
Colisão Transversal	48351	15,06%
Colisão traseira	99939	31,12%
Danos Eventuais	847	0,26%
Derramamento de Carga	1064	0,33%
Engavetamento	2878	0,90%
Eventos atípicos	47	0,02%
Incêndio	1189	0,37%
Queda de motocicleta / bicicleta / veículo	6396	1,99%
Queda de ocupante de veículo	3330	1,04%
Saída de leito carroçável	12743	3,97%
Saída de Pista	24950	7,77%
Tombamento	9462	2,95%
(vazia)	11	0,00%

Classificação do acidente

Com Vítimas Fatais	19137	5,96%
Com Vítimas Feridas	174179	54,23%
Sem vítimas	126533	39,40%
Ignorado	1313	0,41%

Estado Físico

Ileso	190437	59,30%
-------	--------	--------

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Ferido Leve	82326	25,63%
Ferido grave	26691	8,31%
Óbito	7029	2,19%
Não Informado	14679	4,57%
Faixa etária		
Criança 0 a 12 anos	36570	11,39%
Adolescente 13 a 17 anos	4943	1,54%
Jovem 18 a 29 anos	83031	25,85%
Adultos 30 a 59 anos	162062	50,46%
Idosos acima dos 60 anos	21323	6,64%
Informado incorretamente	200	0,06%
Não informado	13033	4,06%
Causas Gerais		
Fatores Humanos	258741	80,56%
Fatores infra - M.A	9437	2,94%
Veículo	13108	4,08%
Não especificado	39876	12,42%
Sexo		
Feminino	65236	20,31%
Masculino	241589	75,22%
Não Informado	12443	3,87%

* Realizado a partir de dados coletados pelos autores

Os fatores humanos são responsáveis por 80,56% das pessoas envolvidas nos acidentes de trânsito, entre esses a falta de atenção é responsável por 114.869 pessoas envolvidas em A.T o que representa 35,8%. Ou seja, cerca de um terço das pessoas que se envolveram em A.T. entre 2011 e 2021 foram por falta de atenção.

Já os tipos de acidentes mais comuns são as colisões principalmente a traseira com 99.939 pessoas envolvidas representando 31,11%. Segundos dados da própria PFR a maioria das colisões traseiras são fruto da falta de atenção ou do excesso de velocidade.

Um acidente de trânsito pode ser classificado conforme sua gravidade em acidentes com mortos, acidentes com feridos e acidentes sem vítimas. Um acidente com mortos é aquele em que tenha ocorrido pelo menos uma morte independente da quantidade de pessoas e veículos envolvidos no mesmo. Para a geração de dados referentes à mortos por acidentes não se sabe ao certo qual o parâmetro que considera que a causa de morte de uma pessoa seja o acidente de trânsito. Um acidente com ferido é aquele em que pelo menos uma pessoa teve alguma lesão, seja ela leve ou grave. Já no acidente sem vítima todas as pessoas envolvidas não tiveram lesões e saíram ilesas (DNIT e DPRF, 2009).

Pessoas do sexo masculino são amplamente mais envolvidos em A.T. Segundos alguns estudiosos os homens tendem a ser menos pacientes, trafegar em velocidades mais elevadas que as mulheres e respeitar menos as sinalizações e leis de trânsito.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 6 de 10



Na classificação dos A.T podemos notar que a maioria dos acidentes não gera vítimas graves ou fatais, entretanto podemos concluir que dos envolvidos a maioria é adultos de 30 a 59 anos. O IBGE aponta que a maioria dos brasileiros consegue adquirir o primeiro carro próximo aos 30 anos, talvez esse seja um fator a ser levado em consideração. Malta aponta que A.T. é a principal causa de morbimortalidade mais elevada entre jovens do sexo masculino de 10 a 24 anos.

O banco de dados PFR é amplo, com diversas variáveis para construir um perfil epidemiológico completo tanto dos envolvidos como dos demais fatores que envolvem os A.T. São sobre essas variáveis que trataremos na próxima tabela

Tabela 2 – Acidente de trânsito em rodovias federais, segundo variáveis, infraestrutura, sentido, condição da via e clima. Estado do Paraná, 2011 – 2021.

Variáveis	N	%
Sentido da via		
Crescente	167646	52,200%
Decrescente	153329	47,742%
Ignorado	187	0,058%
Condição Meteorológica		
Céu Claro	155872	48,534%
Chuva	52890	16,468%
Garoa/Chuvisco	4686	1,459%
Granizo	43	0,013%
Neve	22	0,007%
Nevoeiro/Neblina	6304	1,963%
Nublado	61263	19,075%
Sol	33195	10,336%
Vento	1041	0,324%
Ignorado	5846	1,820%
Tipo de pista		
Simplex	138600	43,156%
Mão múltipla	16729	5,209%
Dupla	165833	51,635%
Traçado – via		
Cruzamento	17212	5,359%
Curva	61155	19,042%
Desvio Temporário	2707	0,843%
Intercessão de vias	5803	1,807%
Ponte	204	0,064%
Reta	217488	67,719%
Retorno Regulamentado	1164	0,362%



Rotatória	1250	0,389%
Túnel	58	0,018%
Viaduto	499	0,155%
Ignorado	13622	4,241%
Uso do solo		
Urbano	161931	50,420%
Rural	159230	49,579%
Ignorado	1	0,000%

* Realizado a partir de dados coletados pelos autores

Em rodovias de mão simples ou de mão dupla o número de ocorrências é amplamente maior que em vias de múltipla mão que seriam as rodovias duplicadas, esse dados mostra como a duplicação e o investimento em rodovias duplicadas podem ser um avanço significativo para combater o índice alto de A.T. Podemos observar que a maioria dos acidentes acontecem com as condições climáticas boas e em retas. Isso reforça a ideia da falta de atenção e do excesso de velocidade e da imprudência como um dos fatores que mais contribuem para acidentes. O que ficará mais evidente na próxima tabela.

Tabela 3 – Acidente de trânsito em rodovias federais, segundo variáveis, dia da semana, período do dia e horário. Estado do Paraná, 2011 - 2021

Variáveis	N	%
Dia da Semana		
Segunda	41986	13,1
Terça	39495	12,3
Quarta	41028	12,8
Quinta	43258	13,5
Sexta	51606	16,1
Sábado	53530	16,7
Domingo	50259	15,6
Horário		
Manhã	87789	27,3
Tarde	102295	31,9
Noite	97906	30,5
Madrugada	33172	10,3
Fase do dia		
Amanhecer	14388	4,480%
Anoitecer	20226	6,298%
Plena noite	103927	32,360%
Pleno dia	182611	56,859%
Ignorado	10	0,003%

* Realizado a partir de dados coletados pelos autores



Nos finais de semana a incidência de pessoas envolvidas em A.T é maior por que aumenta o fluxo de carros nas rodovias e segundo um estudo da UFMG, nos fins de semana aumenta também a incidência da direção sobre o efeito do álcool, o que pode ser um fator a ser levado em consideração, embora quando analisamos os demais dados da tabela observamos que a maior incidência dos acidentes de trânsito é durante a tarde no pleno do dia, ou seja, em todas as situações a irresponsabilidade e a desatenção ao volante é o maior fator de risco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo podemos destacar algumas informações relevantes. Mesmo que a princípio notamos na série histórica uma redução significativa dos A.T. e conseqüentemente uma diminuição de envolvidos, vítimas moderadas, graves, e óbitos, ainda estamos longe da erradicação da morte no trânsito. É preciso que haja mais investimento, mais fiscalizações e principalmente mais consciência.

Caindo no tentador risco do senso comum podemos observar no estudo o que muitas vezes observamos nas ruas, pessoas desatentas sempre com pressa, alcoolizadas no volante, são tantos fatores que podemos analisar para chegar as 248.471 pessoas vítimas de acidentes de trânsito, sendo que uma parte significativa perdeu a vida ou tiveram sequelas permanentes, por fatores humanos.

A falta de atenção, a imprudência e o excesso de velocidade são de fato as causas humanas mais comuns e para mudar isso é preciso além de todo investimento já mensurado, políticas públicas para educação no trânsito, leis mais rigorosas e multas mais severas. É preciso mudar a consciência da população, não apenas pelos riscos de vida impostos a si, mas também aos outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, C. H. CUSTOS DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NO BRASIL: ESTIMATIVA SIMPLIFICADA COM BASE NA ATUALIZAÇÃO DAS PESQUISAS DO IPEA SOBRE CUSTOS DE ACIDENTES NOS AGLOMERADOS URBANOS E



RODOVIAS. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : IPEA ,2020

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). METODOLOGIA PARA IDENTIFICAÇÃO DE SEGMENTOS CRÍTICOS. IDENTIFICAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE MELHORIAS EM SEGMENTOS CRÍTICOS DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL DO DNIT. São Paulo, p. 18-22, 1 maio 2009

GOVERNO FEDERAL POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL. DADOS ABERTOS ACIDENTES DE TRÂNSITO. Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/dados-abertos-acidentes>. Acesso em: 22, nov, 2022.

GOVERNO FEDERAL. CONTRAN. TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE VEICULOS Disponível em:<https://www.gov.br/transportes/pt-br/pt-br/assuntos/transito/conteudocontran/resolucoes/Resolucao9162022ANEXO.pdf> Acesso Em: 4, fev,2023.

LAURENTI R, Mello Jorge MHP, Gotlieb SLD. MORTALIDADE SEGUNDO CAUSAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS DADOS. Rev Panam Salud Publica. 2008;23(5):349-56

Marins EF, Del Vecchio FB. PROGRAMA PATRULHA DA SAÚDE: INDICADORES DE SAÚDE EM POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS. Rev Scientia Med (Porto Alegre). 25-27 2017

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. DIRETORIA DE ATENÇÃO E VIGILÂNCIA EMSAÚDE. BASE DE DADOS ESTADUAL SESA/SIM ESTADUAL/DATASUS/MS).INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE – PARANÁ.

SENADO FEDERAL. ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) SOBRE MORTES POR ACIDENTES DE TRÂNSITO EM 178 PAÍSES É BASE PARA DÉCADA DE AÇÕES PARA SEGURANÇA. EM DISCUSSÃO: Revista de audiências públicas do Senado Federal, Brasília, v. 13, nov. 2012. Trimestral

SILVA, M. M. A.: PROGRAMA VIDA NO TRÂNSITO – 2010 A2012: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A DÉCADA DE AÇÕES PARA A SEGURANÇA NOT RÂNSITO 2011-2020 NO BRASIL. Epidemiologia em Serviço de Saúde, BRASÍLIA, V.22, N. 3, P. 531-536, JUL.-SET. 2013



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SOB A ÓTICA DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Gustavo Vinícius da Silva dos Santos - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Paranavaí, gustavopk80@gmail.com

Daniela Aparecida de Souza Nunes - Orientadora
Unespar/*Campus* Paranavaí, danisouzaenf@gmail.com

Jéssica dos Santos Pini - Coorientadora
Unespar/*Campus* Paranavaí, jessica.pini@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências da Saúde

INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica Brasileira teve início na década de 1970, como resposta aos clamores dos movimentos sociais que ocorriam ao redor do mundo. Teve como influência os pressupostos da psiquiatria italiana, desenvolvidos pelo médico Franco Basaglia, que incentivou métodos terapêuticos de desinstitucionalização e reinserção territorial (PESSOA et al., 2016).

As reivindicações do movimento da reforma psiquiátrica no Brasil se materializaram por meio da Lei 10.216/2001, que garantiu o direito e a cidadania das pessoas com transtorno mental e redirecionou o modelo de atenção em saúde mental no país (BRASIL, 2001; NEVES; CARVALHIO, 2022).

A partir do novo direcionamento do modelo de atenção à saúde mental, foram criados os serviços substitutivos, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), o serviço residencial terapêutico, os leitos psiquiátricos em hospital geral, o ambulatório multiprofissional em saúde mental, dentre outros, dando início à construção de uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Essa rede foi regulamentada pela Portaria nº 3088/2011, cujo objetivo é direcionar o usuário no tratamento, promovendo a articulação intersetorial e a reinserção social (BRASIL, 2011; DELGADO, 2019).

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 1 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





Os serviços substitutivos estão instituídos na comunidade e destinados ao tratamento extra-hospitalar, tendo como enfoque o protagonismo das pessoas com transtorno mental e seus familiares no processo de cuidado (DELGADO, 2019). Além da estratégia de desinstitucionalização, o novo modelo de cuidado a saúde mental promove estratégias de reabilitação psicossocial, com iniciativas de geração de trabalho e renda e empreendimento solidários e cooperativas sociais (BRASIL, 2011; DELGADO, 2019).

Neste contexto, encontra-se o CAPS, serviço aberto, especializado e territorial que desenvolve assistência às pessoas com transtornos mentais graves e em uso de substâncias psicoativas, por meio de atividades individuais e coletivas, equipe multiprofissional e articulação com os demais pontos da rede (BRASIL, 2017).

A equipe multiprofissional do CAPS é composta por diversas categorias de profissionais, conforme a modalidade do serviço, que, trabalhando de forma conjunta e integrada, devem desenvolver o cuidado interdisciplinar (BRASIL, 2017). O trabalho em equipe é uma importante ferramenta para garantir ações voltadas ao cuidado em saúde mental. A efetividade da assistência depende do envolvimento, da boa articulação e da comunicação entre os profissionais, bem como o entendimento, pela equipe, da importância de cada um na assistência (SILVA, 2019).

A enfermagem compõe a equipe multiprofissional do CAPS, sendo o enfermeiro um dos profissionais exigidos na composição das equipes mínimas de todas as modalidades do serviço. A categoria do técnico ou auxiliar de enfermagem é exigida na equipe mínima de modalidades mais complexas, como os CAPS 24 horas, enquanto nos demais pode ser um dos profissionais de nível médio que compõe a equipe mínima (BRASIL, 2017).

No que tange o papel da enfermagem no CAPS, estudos tem demonstrado sua importância na prevenção e tratamento dos agravos mentais, sem deixar de considerar as condições clínicas e sociais do indivíduo, de modo a desenvolver o cuidado biopsicossocial. Ela está presente no acolhimento, nas atividades em grupo, no cuidado com medicamentos e nas atividades extramuros, como as visitas domiciliares e o apoio aos demais pontos da RAPS. Sua contribuição na definição e acompanhamento do cuidado é importante enquanto integrante da equipe multiprofissional (SANTOS et al., 2020).



Não obstante, frequentemente são observados na assistência de enfermagem, no contexto dos serviços de saúde mental, uma prática direcionada aos problemas biológicos e psicológicos, em detrimento de ações de identificação de riscos e de promoção da saúde em que é previsto implementação de estratégias de cuidado pautadas nas dimensões biopsicossociais (PINHO et al., 2022).

A atuação da enfermagem nos CAPS deve estar focada na promoção da saúde mental e na assistência às pessoas com transtorno mental. Conhecer como a equipe multiprofissional percebe essa atuação e sua percepção sobre os profissionais de enfermeiro, enquanto integrante da equipe de saúde mental, é importante, pois poderá subsidiar o próprio enfermeiro na avaliação de suas prioridades, permitindo que adote um posicionamento quanto ao seu desempenho profissional na saúde mental, possibilitando novas estratégias para seu aprimoramento (RODRIGUES; CUSTÓDIO; 2021). Fornece, ainda, informações importantes para elaborar estratégias de intervenção que melhorem a qualidade do cuidado oferecido aos usuários dos serviços de saúde mental (SCHRAN et al., 2019).

Diante disso, percebe-se a importância do enfermeiro na assistência a saúde mental e na equipe multiprofissional, bem como de conhecer os desafios presentes na atuação desses profissionais e contribuir para o conhecimento científico sobre essa questão, visto há escassez de estudos sobre esta temática. Assim, justifica-se a realização deste estudo, que tem por objetivo conhecer como a equipe multiprofissional do Centro de Atenção Psicossocial percebe a atuação dos profissionais de enfermagem no cuidado ao usuário do serviço.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva, exploratória, realizada em um CAPS de um município da região noroeste do Paraná.

Os participantes foram os profissionais que compõem as equipes multiprofissionais do CAPS. Para abordagem dos profissionais elegíveis para participação foi utilizada relação nominal, fornecida pela secretaria municipal de saúde, totalizando 13 profissionais. Foram incluídos os profissionais que atuavam há, pelo menos, 6 meses no serviço e excluídos os que estavam afastados de suas atividades durante o período da coleta de dados.



Assim, dos 13 profissionais, um não foi incluído por possuir menos de seis meses de atuação no CAPS e outro foi excluído por motivo de afastamento no momento da coleta de dados, totalizando 11 participantes. Esses foram abordados individualmente, para apresentação da pesquisa e convite para participação. Não houve recusa ou desistência da participação dentre os convidados.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de maio e junho de 2023, por meio de entrevista individual em profundidade. As entrevistas foram agendadas e realizadas em local reservado, nas instalações do CAPS, em dia e horário acordado com os participantes, para garantir a confidencialidade e o sigilo das informações coletadas. Foram conduzidas pelo acadêmico do curso de graduação em enfermagem, participante do programa de uma iniciação científica, devidamente treinado, e por sua coorientadora, com ampla experiência na temática e na condução da metodologia.

Para a condução das entrevistas, foi utilizado um roteiro semiestruturado, elaborado pelos pesquisadores. O roteiro continha questões sociodemográficas dos participantes, como: idade, cor de pele, estado civil, zona de residência, renda familiar, religião, graduação, tempo de conclusão do curso de graduação, pós-graduado, especialização em saúde mental, tempo de atuação na saúde mental e tempo de atuação no CAPS.

Foi composto ainda com as seguintes questões norteadoras: “Fale-me como está organizada e estruturada a rede de saúde mental no município?”; “Como acontece a atuação do enfermeiro dentro desta estrutura de assistência em saúde mental?”; “Que implicações a atuação do enfermeiro gera no cuidado da pessoa com transtorno mental?”; “Fale sobre suas percepções acerca das ações que o enfermeiro realiza junto aos usuários, famílias e equipe de saúde mental no CAPS?”; “O que você espera em relação ao futuro da atuação do enfermeiro no Centro de Atenção Psicossocial no município?”

As entrevistas foram finalizadas a partir de saturação teórica, ou seja, quando não surgiram novos elementos na coleta de dados e quando o objetivo da pesquisa foi atingido. Sua duração média foi de trinta minutos, sendo elas audiogravadas e transcritas na íntegra. As transcrições não foram devolvidas aos participantes para leitura e correção, sendo está uma limitação do presente estudo.



Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Esta técnica é composta por 3 etapas. O processo de exploração e organização do material se deu por meio de leitura na íntegra do material, seguida de unitarização, ou seja, transformação do conteúdo em unidades de significado, por processo de codificação e categorização (BARDIN, 2016).

O estudo obteve a autorização da Secretaria municipal de Saúde, junto a aprovação pelo Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos da instituição proponente, parecer nº 6.008.198. Ressalta-se, que todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização para Gravação de Voz (TAGV) e que todos os aspectos éticos foram respeitados. Para manter o sigilo sobre as informações, os participantes foram identificados por meio da letra P, de profissional, seguido de sequência numérica em que as entrevistas ocorreram (P 1, P 2, P 3 ...).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os participantes do estudo foram nove mulheres entre 37 e 64 anos e média de idade de 51 anos e dois homens entre 46 e 50 anos e média de idade de 48 anos. A maioria dos participantes (sete) se autodeclararam de cor branca e quatro se autodeclararam pardas. Cinco referiram estar casados, três em relação estável, duas solteiras, e um divorciado no momento da entrevista.

Dez participantes declararam residir em área urbana. Seis afirmaram ter curso superior, quatro profissionais de nível técnico e um superior incompleto. A renda média dos participantes do estudo foi de cinco salários-mínimos. Sobre a religião, seis informaram o catolicismo como prática da fé, três se declararam evangélicas, uma espírita e um não declarou religião. O tempo médio que decorreu da conclusão da graduação foi de dezenove anos. Seis participantes informaram qualificação em nível de pós-graduação, sendo que apenas três dessas relacionadas à área de saúde mental. O tempo médio de atuação na saúde mental foi de treze anos.

Do *corpus* textual das narrativas dos participantes emergiram três categorias: “A equipe de enfermagem na assistência da equipe multiprofissional”; O enfermeiro na gestão



dos Centros de Atenção Psicossocial” e “Formação e qualificação do enfermeiro em Saúde mental”.

A equipe de enfermagem na assistência da equipe multiprofissional

Os participantes evidenciaram que a equipe de enfermagem tem papel de destaque na assistência que é ofertada no serviço, citando tanto o enfermeiro quanto o técnico de enfermagem na condução das ações.

“Na hora que o paciente precisa do apoio da enfermagem, ele vai ter. Qualquer dia e qualquer hora, tanto do enfermeiro quanto do técnico [...]a enfermagem é essencial, porque muitas coisas se resolvem só na enfermagem” (P5)

“O nosso técnico de enfermagem não é dispensável de jeito nenhum, porque no momento de crise ele ajuda muito, auxilia o médico e faz aplicação dos medicamentos, [...]. O técnico de enfermagem e o enfermeiro são essenciais” (P3)

O enfermeiro foi apontado como o profissional da equipe de enfermagem com maior atuação na assistência ao usuário. Destacou-se nas falas dos participantes a importância deste profissional no primeiro atendimento ao usuário, no acolhimento, adesão ao tratamento e estabelecimento de vínculo.

“A enfermeira faz o primeiro acolhimento quando a pessoa chega [...] esse contato com a enfermeira é importante, porque o paciente fica meio assim (com receio) [...] Ele está em choque, e na verdade, muitos não têm vontade e nem interesse no tratamento, [...]” (P3)

“Se o enfermeiro não tiver um bom jogo de cintura ele perde o paciente por falta de convencimento, porque a maioria dos pacientes acham que nem precisam tratar, então a atuação do enfermeiro é fundamental para a aceitação do paciente ao tratamento, senão você não consegue fazer nem o paciente aderir ao tratamento” (P5)

“[...] O paciente que dá algum “probleminha” a enfermeira já chama na sala ela e conversa [...] ela dá assistência em tudo que acontece, sempre que precisa. [...] Tem uma afinidade com os pacientes, que ela conhece todos pelo nome.” (P9)



Os procedimentos realizados pela equipe de enfermagem nos CAPS foram citados pelos profissionais como parte da assistência ofertada, compreendendo as orientações verbais sobre medicações e exames, contenções, testes rápidos e a administração de medicamentos injetáveis, quando necessário.

“A enfermeira também trabalha com testes rápidos, que é feito aqui, e orientação em exames” (P7)

“[...]A enfermeira faz avaliação de como está o tratamento medicamentoso, faz orientações e administração dos medicamentos e a contenção física, quando necessário. (P2)

Os profissionais da equipe multidisciplinar destacaram que o enfermeiro realiza visitas domiciliares e busca ativa dos pacientes, assim como o matriciamento da RAPS. Citaram ainda seu papel na condução do tratamento no CAPS, por meio da troca de informações e percepções.

“O enfermeiro vai nas visitas domiciliares, que eu acho muito importante, o olhar da enfermagem diante do sofrimento psíquico desse paciente, dessa família, [...] e tem a parte das buscas ativas [...]” (P2)

“[...] Os enfermeiros trazem os casos para cá para o matriciamento, que é feito com a enfermeira, psicóloga e a médica [...] é a enfermeira que faz a ligação da equipe com o matriciamento e com o médico, se tem que falar um caso mais sério” (P8)

“Ela faz o primeiro atendimento e depois encaminham para as áreas específica de cada profissional da equipe. Quando tem alguma coisa importante, que ela acha que está ligado à minha área, ela passa para mim. Entra em contato e dá dicas importantes” (P3)

Os entrevistados apontaram em suas narrativas a importância da enfermagem nos atendimentos familiares, relacionando o apoio e orientações ofertadas a família e as estratégias desenvolvidas para participação da família no serviço.

“[...]A enfermeira conversa com a família, acolhe e faz orientações. Faz reuniões com as famílias também” (P7)



“[...] A família não é muito participativa, não vem, é muito difícil. A enfermeira já criou várias estratégias para mudar isso. A última foi mudar o horário do grupo de família para noite” (P6)

O enfermeiro na gestão dos CAPS

Nessa categoria, foi retratada a atuação do enfermeiro na gestão do serviço. Notou-se que os profissionais das equipes multidisciplinares entendem a importância do enfermeiro na gestão do serviço e na organização do serviço.

Os profissionais evidenciaram a importância do enfermeiro na coordenação do CAPS e sua responsabilidade na administração do serviço, articulação com outros pontos da rede, planejamento e organização das ações.

“[...] O enfermeiro é o coordenador desses CAPS, então é ele que organiza tudo, o fluxo de paciente, ele faz a ligação do CAPS aqui com o ministério público, com a secretaria de saúde, na grande maioria das vezes eles são responsáveis pela organização de como vai ser o fluxo do paciente aqui dentro da saúde mental”. (P4)

“[...] O enfermeiro faz a realização de um cronograma aqui dentro das oficinas, cronograma de reuniões com a família, é o nosso enfermeiro que organiza tudo isso”. (P7)

A organização do projeto terapêutico singular e o acompanhamento do enfermeiro na equipe é destacado pelos participantes como fundamental para o bom direcionamento das ações e evidenciam sua integração no atendimento multiprofissional.

“O enfermeiro orienta o paciente como vai ser o tratamento dele aqui dentro, se ele vai participar das oficinas terapêuticas, se ele vai marcar consulta com a psicóloga para continuar é o tratamento com a psicóloga ou em grupo ou individual, então o contato do enfermeiro é justamente fazer esse primeiro contato com a família e com o paciente, e explicar para o paciente como vai ser o fluxo dele aqui com a gente.” (P4)

“A enfermeira sai com a psicóloga, assistente social... ela trabalha junto com a equipe”. (P9)



Os participantes informaram como relevante a participação do enfermeiro nas discussões de casos e reuniões administrativas como meio de melhorar as condições de trabalho e a oferta dos serviços.

“A enfermeira faz várias reuniões com a equipe quando há alguma dúvida, alguma coisa que estamos fazendo que ela acha que não é certo né, ela já faz reunião e já coloca isso para nós”. (P8)

Formação e qualificação do enfermeiro em Saúde mental

Esta categoria aborda a falta de qualificação do enfermeiro em saúde mental e a dificuldade de abertura para inovações e ampliação das questões de saúde mental que permeiam o paciente em sofrimento emocional.

Fica evidenciado na fala dos entrevistados a falta de capacitação e formação em saúde mental dos enfermeiros nos CAPS, sendo que nenhum dos enfermeiros tem especialização em saúde mental, e a desvalorização da qualificação profissional por parte dos gestores dos serviços de saúde.

“[...] Uma especialização seria importante, porque a nossa enfermeira não tem uma especialização em saúde mental”. (P6)

“[...] Falta para o município [...] investir na formação de bons profissionais, [...] o município não investe na formação do funcionário e muito menos valoriza a formação do funcionário”. (P5)

Os participantes salientaram que a falta de capacitação do enfermeiro compromete o cuidado das pessoas com transtornos mentais, uma vez que o conhecimento amplia a visão e possibilita a inovação do cuidado.

“[...] Melhorar é sempre bom né, é sempre viável para o crescimento profissional né, eu acho que cursos, atualizações né, sempre estar buscando maiores conhecimentos para a gente estar desenvolvendo um trabalho bacana com os pacientes”. (P11)



“Acho que ia mudar na questão do cuidado mesmo, se estivesse uma formação em saúde mental... de conseguir (fazer) algumas coisas que talvez não tenha ideias, por não ter uma formação”. (P6)

DISCUSSÃO

A atuação da equipe de enfermagem tem ganhado destaque nos serviços de saúde mental, especialmente devido à habilidade dessa categoria em fomentar o empoderamento dos usuários no contexto da reabilitação psicossocial, que é um princípio central da reforma psiquiátrica. Essas ações ressaltam o papel crucial da enfermagem na rede de atenção psicossocial e têm vindo a ser reconhecidas de forma crescente dentro da equipe multidisciplinar, deslocando o foco das abordagens anteriormente adotadas (BOSSATO et al., 2021).

É importante destacar que os enfermeiros devem implementar o cuidado de enfermagem, a partir de um conceito ampliado de saúde, humanizado e acolhedor. A falta desses elementos essenciais da assistência pode contribuir para não adesão ao tratamento. Assim, a forma como os pacientes são atendidos no serviço de saúde, influencia na adesão ao tratamento e consequentemente nos resultados esperados para estes cuidados (ALMEIDA et al., 2020).

Outro aspecto relevante está na percepção dos profissionais da equipe multidisciplinar acerca das atividades que o enfermeiro realiza no CAPS. A enfermagem deve desenvolver práticas do seu núcleo de conhecimento, como o cuidado com a medicações e orientações individuais, a fim de melhorar a qualidade do cuidado ofertado. No entanto, faz-se necessário ampliar o olhar para o campo psicossocial, sendo necessário que o enfermeiro busque meios para o desenvolvimento de ações que interfiram neste campo de maneira positiva (SANTOS et al., 2020).

Considerando a visão de cuidado ampliado em saúde mental, nota-se avanços da equipe de enfermagem, no sentido de promover ações que vão além das questões administrativas. Essas ações apontam para o desenvolvimento de um cuidado integral, desfocando os usuários das limitações impostas pelo diagnóstico psiquiátrico. Dessa maneira,



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

o enfermeiro contribui na construção e fortalecimento da rede de apoio para os seus pacientes, por meio dos atendimentos domiciliares, orientações aos familiares e matriciamento nos territórios (BOSSATO et al., 2021).

É importante destacar que a maior dificuldade na efetivação do cuidado em saúde mental reside na ausência de apoio por parte da família aos indivíduos que estão enfrentando desafios psíquicos. A falta de envolvimento familiar no acompanhamento dos pacientes tem sido objeto de análises em diversas pesquisas. Essa atitude reflete a falta de compartilhamento de responsabilidades, que é essencial para o progresso positivo do tratamento (GAMA et al., 2021).

O enfermeiro, conforme a resolução COFEN nº 509/2016, deve desempenhar a responsabilidade técnica do serviço de saúde onde atua. Ele tem sob sua responsabilidade o planejamento, a organização, direção, coordenação, execução e avaliação das ações e cuidados de enfermagem. Esse papel evidencia a importância deste profissional e amplia a visão sobre suas competências para além dos aspectos técnicos, sendo imprescindível que estes desenvolvam capacidade de liderança e tomada de decisão (COFEN, 2016).

Nos serviços de saúde mental, incluindo o CAPS, o COFEN normatizou a atuação da equipe de enfermagem em saúde mental ou em enfermagem psiquiátrica, com a Resolução COFEN 678/2021. Ela define as competências de cada categoria e seu papel na equipe multiprofissional e de enfermagem, bem como as ações privativas do enfermeiro (COFEN, 2021).

No contexto dos CAPS, o enfermeiro deve realizar ações específicas da profissão, como o cuidado com o corpo e com a saúde física, bem como aquelas relacionadas à integração de ações no âmbito interdisciplinar. Desta forma a participação do enfermeiro nas atividades interdisciplinares, tais como, reuniões para discussão de casos, reuniões administrativas e organização dos PTS, reflete uma provável mudança na percepção do papel tradicionalmente atribuído à enfermagem (ALMEIDA et al., 2020).

Destaca-se que a ampliação dos aspectos de atuação do enfermeiro nos serviços de saúde mental, acompanha desafios importantes para a categoria. Problemas relacionados à deficiência de recursos materiais e logísticos, bem como as dificuldades que tratam dos contextos de vida dos usuários e problemas no processo de trabalho, são algumas evidências

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 11 de 17



desses desafios. A articulação entre os seguimentos envolvidos no cuidado em saúde mental, pode mitigar os efeitos negativos desses problemas, visto que sua persistência pode interferir na qualidade da assistência prestada aos usuários (SOUZA et al., 2023).

Destarte, o papel do enfermeiro na articulação da Rede de Atenção Psicossocial reflete a necessidade de manter o processo de mudança de modelo, iniciado pela reforma psiquiátrica. Nota-se, porém, desafios importantes no que se refere à corresponsabilização compartilhada pela rede e evidenciada pelas dificuldades no processo de trabalho. Neste sentido, o enfermeiro atua como elemento de ligação com os diversos pontos da rede, evidenciando seu caráter de mediador e comunicador no desenvolvimento do processo de trabalho nos Centros de Atenção Psicossocial (BOSSATO, 2021; BRAGA, 2020).

As questões relacionadas à saúde mental e sofrimento emocional estão presentes no cotidiano dos serviços de saúde, perpassando todos os níveis de atenção. Apesar das políticas de saúde mental implementadas pelo sistema de saúde se fundamentarem nos princípios da reforma psiquiátrica, pautado em uma visão ampliada para estas questões, o que se observa é a persistência de práticas profissionais com foco predominantemente nos aspectos biológicos. Faz-se necessário a superação desse modelo biológico por meio do conhecimento e qualificação dos profissionais de saúde para uma abordagem efetiva na assistência em saúde mental (NUNES et al., 2020).

Para os profissionais da equipe multiprofissional que atuam nos serviços de saúde mental, a falta de especialização dos enfermeiros pode impactar na oferta de uma assistência de qualidade. Esse problema não se restringe ao contexto da atenção especializada em saúde mental, mas está presente em todos os eixos da atenção básica, seja na atenção secundária e terciária (NUNES, 2020; OLIVEIRA, 2021).

Contudo, para direcionar esse contexto de déficit de especialização em saúde mental dos enfermeiros e auxiliares/técnicos de enfermagem, o COFEN destacou sua importância para aqueles que atuam nos serviços da RAPS. A Resolução COFEN 678/2021 indicou a importância da especialização em saúde mental ou enfermagem psiquiátrica e estabeleceu algumas ações privativas para o enfermeiro especialista, tais como gerenciar a unidade ou serviço de saúde mental e realizar matriciamento (COFEN, 2021).



Além da falta de especialização, a pouca capacitação em saúde mental, se tornou um problema para a atuação da enfermagem no CAPS, conforme comprovado em estudo. Isso porque, a obtenção do conhecimento, nesses casos, acontece no cotidiano do serviço, com o enfrentamento prático das situações que surgem, sendo ele superficial. Essa falta de qualificação também compromete a assistência por não intervir nos estigmas e preconceitos enraizados nas concepções pessoais dos profissionais de enfermagem (MORAIS et al., 2021)

É necessário considerar a relevância do papel desempenhado pelos enfermeiros nos CAPS, quer seja no acolhimento dos pacientes nos serviços de saúde, na organização e planejamento das ações implementadas, bem como a contribuição na equipe multiprofissional pela participação na construção dos planos terapêuticos e outros. Nessa perspectiva, é importante compreender a necessidade de investimentos que contribuam para a qualificação destes profissionais, para que sejam capazes de compreender o processo de trabalho e intervir na realidade de saúde dos usuários em sofrimento emocional (NACAMURA et al., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos resultados apontaram que a equipe multiprofissional entende a enfermagem nos CAPS como fundamental para a promoção de uma assistência de qualidade em saúde mental. Os enfermeiros desempenham um papel multifacetado, atuando não apenas no cuidado direto aos pacientes, mas também desempenhando funções cruciais na gestão desses serviços.

Na assistência de enfermagem, foi demonstrado que são realizados procedimentos, acolhimento e orientações aos usuários e familiares, incentivo a adesão ao tratamento, estabelecimento de vínculo interpessoal, estímulo a participação familiar, visitas domiciliares, busca ativa e matriciamento dos serviços da rede de atenção psicossocial, com promoção de práticas baseadas em evidências.

A equipe multiprofissional avaliou que o enfermeiro tem papel importante na gestão do serviço, por meio da coordenação do CAPS, organização das ações desenvolvidas e articulação com outros serviços da rede de saúde mental. Eles contribuem para o



direcionamento da equipe multiprofissional, o planejamento de estratégias terapêuticas, discussões de caso e resolução de problemas.

No entanto, é importante destacar que a falta de qualificação dos profissionais de enfermagem em saúde mental é uma preocupação significativa. A complexidade dos desafios enfrentados pelos pacientes em saúde mental exige uma formação sólida e contínua para os enfermeiros que atuam nessa área. A carência de formação específica pode resultar em lacunas no atendimento, falta de compreensão das necessidades dos pacientes e abordagens terapêuticas inadequadas, além de impactar no gerenciamento do serviço e equipe multiprofissional.

Portanto, é imperativo que se promova investimentos na capacitação dos profissionais de enfermagem em saúde mental, por meio de programas de educação continuada e treinamentos específicos. Isso garantirá que esses profissionais estejam melhor preparados para desempenhar seu papel fundamental nos CAPS, contribuindo para a melhoria do cuidado prestado aos pacientes e para o fortalecimento dos serviços de saúde mental como um todo. A qualificação adequada dos enfermeiros é um passo crucial para assegurar uma abordagem mais eficaz e compassiva no tratamento das questões psicossociais, promovendo, assim, o bem-estar e a recuperação das pessoas que enfrentam desafios nessa área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. C. P. DE et al. Mental health actions and nurse's work. **Revista brasileira de enfermagem**, Brasília, v. 73, n. suppl 1, 2020. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0376>
BARDIN, L. **Análise de conteúdo** – Edição revista e ampliada. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial Eletrônico. Brasília, DF, p. 2, 6 abr. 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 3.088/2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília (DF); 2011.



BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, de 13 de junho de 2012. Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016. Normas regulamentadoras da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria de consolidação n. 3**, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html. Acesso em 13 jun. 2021.

BRAGA, F. S. et al. Modos de trabalho do enfermeiro na articulação da rede de atenção psicossocial. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 41, n. spe, 2020. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190160>

BOSSATO, H. R. et al. A enfermagem e o protagonismo do usuário no CAPS: um estudo na perspectiva construcionista. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 42, n. spe, 2021 <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200082>

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. **Resolução COFEN nº 509/2016**. Atualiza a norma técnica para Anotação de Responsabilidade Técnica pelo Serviço de Enfermagem e define as atribuições do enfermeiro Responsável Técnico. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2016. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05092016-2_39205.html>. Acesso em: 31 ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. **Resolução COFEN nº 678/2021**. Aprova a atuação da Equipe de Enfermagem em Saúde Mental e em Enfermagem Psiquiátrica. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2021. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-678-2021_90358.html>. Acesso em: 31 ago. 2023.

CRUSOÉ, N. M. C.; SANTOS, E. M. Fenomenologia sociológica de Alfred Schutz: contribuições para a investigação qualitativa em prática educativa. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v.13, n.32, e-13274, 2020.

DELGADO, P. G. Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e0021241, 2019. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00212>

GAMA, C. A. P. DA et al. Os profissionais da Atenção Primária à Saúde diante das demandas de Saúde Mental: perspectivas e desafios. **Interface**, Botucatu, v. 25, e200438, 2021. <https://doi.org/10.1590/interface.200438>



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

MORAIS, A.S.E. et al. Working conditions of a nursing team in mental health facility.

Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, n.74, p.e20200407, 2021.

<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0407>

NACAMURA, P. A. B. et al. Avaliação da dinâmica organizacional em Centro de Atenção Psicossocial na perspectiva da equipe multidisciplinar. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 75, n. suppl 3, 2022. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0323>

NEVES, C. R. M.; CARVALHO, A. S. O desmonte da Reforma Psiquiátrica pelo governo federal: análise da crescente retomada de práticas manicomialis. In: **Congresso Brasileiro de Ciências e Saberes Multidisciplinares**. p. 1-8, 2022.

NUNES, V. V. et al. Saúde mental na atenção básica: atuação do enfermeiro na rede de atenção psicossocial. **Revista brasileira de enfermagem**, Brasília, v. 73, n. suppl 1, 2020.

<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0104>

OLIVEIRA, B. et al. Crises de abstinência de substâncias psicoativas no âmbito hospitalar: Reflexos das condições de trabalho dos enfermeiros. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n. 25, p. 49–65, 2021. Disponível em

http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602021000100049&lng=pt&nrm=iso

PESSOA, J. M. et al. Mental health policy in the context of psychiatric hospitals: challenges and perspectives. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.83-89, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ean/a/FmFvRrfsYgVXRbX48rfGXt/?format=pdf&lang=en>

PINHO, E. S. et al. Assistência à saúde mental: identificação de diagnósticos de enfermagem em serviço comunitário de saúde mental. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.75, n.2, p.e20201175, 2022. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-1175>

RODRIGUES, L. F.; CUSTÓDIO, A. P. S. T. O atual papel da enfermagem na saúde mental. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v.IV, n.8, 2021. <https://doi.org/10.5281/zenodo.4637824>

SANTOS, E. O. D. et al. Nursing practices in a psychological care center. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 73, n. 01, e20180175, 2020. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0175>

SOUSA, J. M. et al. INTERVENÇÕES GRUPAIS EM CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS: DESAFIOS DA PRÁTICA ASSISTENCIAL. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 32, e20220180, 2023. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2022-0180en>

SILVA, E. A. da. O trabalho em equipe na saúde mental: construções rizomáticas e (re)invenções. **Revista do NUFEN**, Belém, v. 11, n. 2, p. 1-18, 2019.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 16 de 17



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

<http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol111.n02artigo5>

SCHRAN, L. S.; MACHINESKI, G. G.; RIZZOTO, M. L. F.; CALDEIRA, S. Percepção da equipe multidisciplinar dos serviços de saúde mental: estudo fenomenológico. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 40, e20180151, 2019. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2019.20180151>

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 17 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





A MUSICOTERAPIA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE MIGRAÇÃO INVOLUNTÁRIA OU REFÚGIO

Júlia Abreu Ramos - (CNPq)
Unespar/*Campus* Curitiba II, juliaabramos20@gmail.com

Andressa Dias Arndt - Orientadora
Unespar/*Campus* Curitiba II, andressa.arndt@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências da Saúde

INTRODUÇÃO

Os conflitos que envolvem a população em situação de migração e refúgio se relacionam de forma interseccional com questões relacionadas à raça, gênero, nacionalidade, religião, grupo social, guerras civis e diversas situações de violências que ameaçam a segurança e direitos desses povos, forçando-os a um deslocamento para outros territórios em busca de proteção e melhores condições de existência.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas - ACNUR (2022), até 2022, o número de pessoas em situação de migração forçada e refúgio se encontrava em 108,4 milhões, sendo os três países em que esses deslocamentos mais acontecem: República Árabe da Síria, Ucrânia e Afeganistão.

Neste artigo, apresentamos a musicoterapia como uma das possibilidades de enfrentamento das vulnerabilidades a partir de um caminhar junto do sujeito em situação de migração forçada e/ou refúgio. Trazemos esse campo do saber, que, ao acreditar na potencialidade do sujeito, pode, em conjunto desse, inaugurar oportunidades de existências a partir de ações criativas e emancipatórias. Assim, os fazeres e saberes da musicoterapia podem facilitar a expressão de singularidades, além de criar em conjunto do sujeito, novas perspectivas e sentidos para histórias que contemplem o sujeito, sem que haja um apagamento de questões sociais, históricas e culturais que o atravesse. Da mesma forma, a musicoterapia pode reivindicar novas condições para o viver quando é pensada e realizada com perspectivas



sociais, comunitárias e políticas.

Procuramos nesta pesquisa perscrutar quais os saberes e fazeres da Musicoterapia com pessoas em situação de migração involuntária e/ou refúgio presente nas publicações em todo o mundo de Musicoterapia dos últimos dez anos. Interessou-nos conhecer se tais saberes e fazeres têm contribuído para os processos emancipatórios de pessoas em situação de migração involuntária e/ou refúgio.

Esta pesquisa teve caráter exploratório e qualitativo, em que foi realizada uma revisão integrativa de literatura, seguida de uma análise temática em torno do material encontrado. Considerando publicações em português, inglês e espanhol, foram utilizados como termos para busca a palavra Musicoterapia combinada com uma das seguintes palavras: migração, imigração, refúgio e pessoa refugiada. Assim, foram encontrados e analisados 15 artigos que estavam de acordo com os critérios de inclusão: materiais dentro de um recorte de dez anos, com ao menos um musicoterapeuta como autor e de livre acesso.

MÉTODO

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, este trabalho buscou considerar a subjetividade e singularidade do material analisado (MERCADO-MARTÍNEZ, 2004). Visando a descrição e interpretação de fatos, esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador uma interação direta com o objeto estudado e analisado (PROETTI, 2004). Assim, ainda na companhia do autor anteriormente citado, na pesquisa qualitativa, são estudados os sujeitos em suas relações e contextos sociais com o intuito do entendimento e sentido criado a partir desses elementos, apresentando-se como uma tentativa de compreender globalmente as características situacionais que pode dar notícias de valores, atitudes, referências culturais e sociais do objeto e população estudada (PROETTI, 2004).

Nesta pesquisa exploratória, foi realizada uma revisão integrativa de literatura, a qual é baseada em uma síntese de estudos já publicados anteriormente e permitindo com que se criem conclusões em relação aos resultados destes (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2013). Esse tipo de revisão, segundo Ercole et al (2014), permite ao pesquisador direcionar a pesquisa para diferentes finalidades, as quais podem envolver: a definição de conceitos, revisão de teorias ou uma análise metodológica de estudos.



Ainda segundo Ercole et al (2014), para que a revisão integrativa aconteça de forma correta, é necessário percorrermos algumas etapas, as quais envolvem uma identificação do tema e questão da pesquisa, a seleção de critérios para inclusão e exclusão que pertencerão às amostragens, a decisão em relação ao que será extraído das informações do material analisado, a avaliação desse material, interpretação dessas informações e finalmente a apresentação da revisão. Assim, esse caminho também facilita uma compreensão completa e complexa do que se é estudado (ERCOLE, et al, 2014).

Considerando publicações em português, inglês e espanhol, foram utilizados como termos para busca a palavra Musicoterapia combinada com uma das seguintes palavras: migração, imigração, refúgio e pessoa refugiada. Todos os termos foram traduzidos para o inglês e para o espanhol para realização da busca. Como critério de inclusão, foi decidido que apenas pesquisas dos últimos dez anos, com ao menos um musicoterapeuta como autor e de livre acesso seriam selecionadas para análise.

As fontes de informações utilizadas para busca foram: BVS - Lilacs, Scopus, Scielo, Banco de teses e dissertações CAPES, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, ECOS, Portal de Periódicos CAPES, Google acadêmico, Revista InCantare, Brazilian Journal of Music Therapy, Voices: A World Forum for Music Therapy; PsycInfo, RILM, CINAHL, International Index to Music Periodicals, and Web of Science. Nas quatro primeiras fontes listadas, mais as fontes Psycinfo e International Index to Music Periodicals and Web of Science não foram encontrados resultados de pesquisa. Além disso, as fontes RILM e CINAHL indicam publicações, mas não possuem livre acesso.

Na tabela a seguir (Tabela 1) apresentamos o resultado dessa busca sistematizada de literatura:

Tabela 1 - Resultado da busca sistematizada de literatura

TÍTULO DO MATERIAL ENCONTRADO	FONTE DE INFORMAÇÕES	INCLUSÃO
Song and migration	CAPES	NÃO (o artigo não possui livre acesso)



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Music therapy and international development in action and reflection: A case study of a women's music group in rural Bangladesh	CAPES	NÃO (o artigo não possui livre acesso)
Era uma vez uma voz: o cantar ídiche, suas memórias e registros no Brasil:	Google Acadêmico	NÃO (não há musicoterapeuta na autoria)
Escuta a sua voz : musicoterapia comunitária com crianças e jovens refugiados	Google Acadêmico	SIM
Cuando la identidad está en riesgo: Musicoterapia, Cultura y Migración en el Hospital Público Pediátrico	Google Acadêmico	SIM
The effect of music therapy services on classroom behaviours of newly arrived refugee students in Australia—a pilot study	Google Acadêmico	NÃO (o artigo não possui livre acesso)
Musicoterapia con mujeres refugiadas y solicitantes de asilo en Berlín	Google Acadêmico	SIM
La musicoterapia como acompañamiento al duelo migratorio: un estudio de caso único sobre la identidad	Google Acadêmico	SIM
Community music therapy with traumatised refugees in Berlin	Google Acadêmico	NÃO (O material não está disponível na íntegra)
Neo-colonialism In Music	Voices	SIM



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Therapy: A Critical Interpretive Synthesis of the Literature Concerning Music Therapy Practice With Refugees-		
Jornada das Heroínas- História Emergente de Mulheres Refugiadas em Grupo de Musicoterapia Analítica	Voices	SIM
Action Research and Music Therapy: Group Music Therapy with Young Refugees in a School Community	Voices	SIM
Music Therapy with Traumatized Refugees in a Clinical Setting	Voices	NÃO (Ultrapassa o recorte de tempo pré-estabelecido)
Encruzando fronteras: la musicoterapia como facilitadora de la expresión emocional en personas refugiadas recién llegadas a España (2021)	TESE DE MESTRADO	SIM
Práctica musicoterapéutica y población migrante	ECOS	SIM

Fonte: as autoras

A partir da seleção desses materiais, foi realizado o processo analítico que tomou como inspiração a Análise Temática proposta por Braun e Clarke (2008). Esse tipo de análise está dentro dos métodos qualitativos de pesquisa, sendo um dos benefícios da análise temática sua flexibilidade, como apontado pelas autoras. Elas afirmam que por meio desta, é fornecida uma ferramenta útil que dá notícias em potencial sobre os diversos dados de um objeto de

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 5 de 17



estudo, sem com que se perca sua flexibilidade. Assim, Braun e Clarke (2008), caracterizam a análise temática como identificadora de padrões entre os dados analisados.

Definindo qual tipo de análise será realizada, o pesquisador deve identificar, diante de suas fontes de informações padrões e questões que interessem aos objetivos da pesquisa e a partir disso, realizar registros constantes de esquemas e ideias advindas desses (SOUZA, 2019). O pesquisador, portanto, deve se entender como ativo nesse processo, que passará por constantes transformações. O processo da realização de uma análise temática não é, portanto linear, sendo demandada uma atitude com movimentos amplos e sem pressa, que contemplem as necessidades da análise e que percorra momentos de familiarização com os dados, a revisão desses e a produção de um relatório contemplativo (SOUZA, 2019).

Com inspiração nessa abordagem, nesta pesquisa, foram criados três eixos temáticos para análise do material encontrado que serviram como guias e suporte para compreendermos e atingirmos os objetivos da pesquisa, ou seja, caminhando ao encontro do interesse em conhecer os fazeres, saberes, potencialidades, impasses e possibilidades da musicoterapia com a população estudada. Assim, os eixos criados foram: “Saberes e fazeres da musicoterapia”, “Impasses e possibilidades” e “Resultados/efeitos”. A partir da criação desses eixos temáticos, foram criadas categorias de análise, a partir do material mais recorrente e dos conteúdos que se destacavam nas pesquisas, sendo elas: Música como linguagem universal? e Musicoterapia e processos emancipatórios.

RESULTADOS

Em linhas gerais, durante o processo de análise observamos que os trabalhos com essa parcela da população é realizado em diferentes formatos e a partir de distintas perspectivas. Em se tratando da organização dos atendimentos, encontramos grupos formados por: jovens, crianças, adultos e grupos compostos de mulheres. Os lugares aos quais ocorreram esses projetos foram diversos, sendo hospitais públicos e privados (ALPEROVICH; BIEGUN, 2015; BERENSTECHER, 2022), centros de acolhimento (PALACIOS, 2019; QUIRICO, 2022) e atendimentos clínicos (COELHO, 2021; ORTIZ; PÉREZ-EIZAGUIRRE, 2019).

Tivemos notícias de encontros de Musicoterapia em grupo e individuais, que se



inspiram em diferentes linhas teóricas, tais como na Musicoterapia de Nordoff- Robbins, no Modelo Benenzon, na Musicoterapia Comunitária, Musicoterapia Centrada na Cultura e Musicoterapia Analítica. As experiências analisadas mencionaram a musicoterapia receptiva e ativa, sendo as experiências de improvisação e composição as mais encontradas. As experiências receptivas em Musicoterapia também apareceram, no entanto não de modo recorrente. Além disso, apareceram técnicas que não pertencem exclusivamente ao campo musicoterápico, como técnicas de canto e *mindfulness*.

MÚSICA COMO LINGUAGEM UNIVERSAL?

Desenvolveremos este bloco a partir da análise de propostas musicoterápicas em que é comum a justificativa da eficácia da musicoterapia com pessoas em situação de migrações involuntárias e refúgio por meio da argumentação de que a música pode ser vista como uma linguagem universal, ou seja, que transpassa qualquer característica social e aproxima emocionalmente os sujeitos uns dos outros. Porém, consideramos importante pensarmos de qual música e musicoterapia estamos nos referindo nesse contexto. Interessa-nos aquela que investe na potencialidade dos sujeitos e reconhece as condições sócio-históricas as quais este está inserido (ARNDT; MAHEIRIE, 2020), escapando de uma visão de que a música se apresenta com as mesmas funções em todo o mundo a partir de uma ideia hegemônica, como criticado por Comte (2016), um dos materiais aqui analisados.

Assim, a partir desse pensamento, é necessário refletirmos em encontros musicoterápicos com pessoas em situação de migração involuntária e/ou refúgio a partir de uma lógica que compreenda a subjetividade atravessada por elementos culturais, históricos e sociais, e com uma perspectiva de música que se desenvolva para além de um eixo europeu e americano, concentrando-se em escapar de uma lógica de domínio colonial (COELHO, 2021).

Em muitas das fontes e literaturas analisadas para esta pesquisa, foram percebidos argumentos que sustentam o fazer musicoterápico como ideal para trabalhar com a população em estudo (COELHO, 2021; BERENSTECHER. 2022; BIEGUN, 2015; HOWE, 2020). Na perspectiva desses autores, a música rompe com as barreiras linguísticas e permite um sentimento de segurança para que os sujeitos possam explorar sua subjetividade.

Em um dos artigos selecionados, a partir de um pensamento decolonial, que também



analisa outros trabalhos realizados por musicoterapeutas com a população aqui estudada, o autor relata o fato de que, entre onze artigos encontrados, dez caracterizam a música como linguagem universal e um meio possível de pessoas em situação de migração e refúgio compreenderem sua identidade, além de quebrar barreiras à fim de reconstruir novas formas de linguagem (COMTE, 2016).

No processo de análise, observamos que Ortiz e Pérez-Eizaguirre (2019), justificam a universalidade da música ao trazerem esta como um meio comunicacional potente que vai para além e é mais precisa que a utilização de palavras, se transformando em uma ponte para que interações e transformações nos tratamentos possam ocorrer. Além desses autores, San Quirico (2022), a partir de um projeto realizado com mulheres refugiadas em Berlim, complementa as ideias dos autores anteriores trazendo o aspecto da música como importante e facilitador dos processos dessas mulheres, o que também é complementado por Coelho (2021) que sugere a música como caráter universal no sentido transformador desta mas também como específica de cada cultura.

Pensando criticamente nas considerações analisadas, partilhamos aqui de que a musicoterapia possui limites e possibilidades, assim como qualquer outra profissão e/ou campo de saber. Se pensarmos em algum tipo de cuidado como ideal para determinada população, estaremos excluindo a possibilidade de se enxergar outras interfaces e singularidades e, por isso, em alguns dos materiais analisados, como no trabalho de Alba (2022) e de Berenstecher et.al. (2022), a musicoterapia aconteceu por meio do encontro com uma equipe que envolvia também profissionais de outras áreas.

O que é necessário trazermos para reflexão não é a tentativa de extinguir ou negar as possibilidades da música como sendo uma ponte de trocas e âncoras de musicoterapeutas com a população em situação de migração involuntária e/ou refúgio, como apontado por Palacios (2019), mas sim, pensá-la em uma perspectiva como um fenômeno que possui características culturais, históricas e sociais que também atravessam e constituem os processos de subjetivação de uma pessoa (COELHO, 2021).

Por processos de subjetivação compreendemos o movimento realizado pela introdução de novas possibilidades de construção de elementos na vida do sujeito que podem ser mediados, por exemplo, pela arte. Assim, segundo Maheirie (2008), a subjetivação passa por



um momento de objetivação no real, que se transforma em uma apropriação do que se é identificado e por consequência afeta o sujeito. Assim, os processos de subjetivação e objetivação se constituem como movimentos dialéticos, constituintes dos sujeitos e em constante vir a ser.

Seeger (1971), descreve várias possibilidades de entendimento sobre a percepção que pessoas têm ao relacionarem-se com a palavra música, sendo que esta, para o autor, pode ser reconhecida por meio de três modos: por sua definição, ou seja, quando explicamos o que significa; identificação, quando reconhecemos que o que aparece é música; e descrição, representando detalhes que comprovem que o que se ouve é música. Diante dessas ideias, traz a concepção de que a música percorre muitas camadas (muitas vezes ambíguas) que atravessa cada sujeito em sua singularidade contextual.

Ao fazer referência a estas camadas, é dito pelo autor que esta, assim como a palavra música, carrega conceitos por vezes taxonômicos, tendenciosos para um entendimento plural, fazendo referência, nesse caso, a variantes culturais, históricas e sociais. Ao conectarmos a palavra universal a todo esse discurso, podemos refletir sobre a questão de que esta última traz como ideia uma ordem que caracteriza e abrange todas as pessoas existentes (SEEGER, 1971). Assim, traçamos como possível questão: será mesmo que a música pode ser compreendida da mesma forma, tendo as mesmas funções e potencialidades apesar do contexto cultural no qual está inserida?

Se pensarmos nas diversas possibilidades de criações e invenções teóricas e práticas da música, quando a classificamos como universal, é possível que não estejamos abrangendo toda sua extensão, diante do pensar de que esta afirmação parte de um princípio hegemônico e ocidental, ou seja, de onde esta foi difundida e associada às línguas e linguagem pré estabelecidas e muitas vezes modificadas por meio de uma compreensão cultural, como apontado por Seeger (1971).

Complementarmente às ideias de Seeger, Noronha (2010), propõe criticamente que muito do que é dito em relação à universalidade da música tem relação com as transformações ocorridas no século XX, que de forma artística, social, científica, entre outros fatores, interferem nesse conceito. Assim, o autor faz uma provocação para que olhemos de forma pluralista para essa concepção, englobando a música não só em uma esfera global, mas sim



singularizada, culturalmente situada e partilhada socialmente.

Além disso, Noronha (2010) propõe que olhemos para os aspectos musicais como tendo diferentes funções sociais em cada lugar, chamando a atenção para o contexto extra musical de cada música existente em culturas diferentes, partindo da necessidade de uma atitude que seja consciente de realidades sociais, étnicas e históricas a qual é analisada. Assim, o autor traz o conceito Hegeliano de história para fundamentar que a música como conceito universal se debruça em uma ideia utópica e ocidental de humanidade.

Já em relação à universalização e globalização musical, Jiménez (2008) compreende que muito do que é trazido fora do mundo ocidental, tem ganhado espaço neste, e aparentemente aguçado a curiosidade e abertura de novas possibilidades que até então não eram da mesma forma que hoje, reconhecidos ocidentalmente. Porém, esse fascínio muitas vezes visto como exótico ainda o coloca em uma posição inferior e a ser apropriado e reestruturado a partir de um olhar dominador.

Assim, a música, nesse contexto, é trazida pela autora como um “recurso estético expressivo” (Jiménez, 2008, p. 295), e, sem se adentrar em questões sociais e culturais, é dito como algo inerente a todo sujeito que se utiliza de recursos da linguagem, sendo a música lá, apresentada como um deles. Jiménez (2008), portanto, traz a ideia da música como uma quebra de barreira trazida pela linguagem, sendo esta a aproximação entre criatividade e espiritualidade, em que muitas experiências e momentos em vida, e muitas vezes até nos ritos de elaboração do luto, em diversas culturas, são preenchidas por música, e esta, acaba por tomar um espaço expressivo e comunicacional para as sociedades.

Consideramos, portanto, necessário que como profissionais que também são constituídos por seus próprios contextos, enxergarmos os limites e potencialidades da música em toda sua performatividade. Defendemos que uma compreensão generalista e universalizante da potência do fazer musical pode induzir a um trabalho de musicoterapia que pouco considera os aspectos sociais, culturais e políticos constituintes das pessoas e, dessa forma, pouco interfere para transformá-los.

Fundamentados os argumentos sobre essa questão, são necessários fazeres e saberes musicoterápicos atentos à cultura e história dos sujeitos, o considerando como produto e produtor do seu meio (ARNDT et al 2016). Assim, o musicoterapeuta pode contribuir com



processos emancipatórios de pessoas em situação de migração involuntária e/ou refúgio, tema que discutiremos na próxima seção.

MUSICOTERAPIA E PROCESSOS EMANCIPATÓRIOS

Em muitos dos artigos analisados (SAN QUIRICO, 2022; ORTIZ; PÉREZ-EIZAGUIERRE, 2019; HUNT, 2005; COELHO, 2021), temos um discurso que se utiliza da palavra “empoderamento” para traduzir a eficácia de encontros musicoterápicos com a parcela da população estabelecida nesta pesquisa, apresentando a musicoterapia como potencializadora de confiança, autoestima e sentimento de pertencimento da população em situação de refúgio como apontado por San Quirico (2022).

Escolhemos a palavra emancipação para nos referirmos às possibilidades de processos descritos que podem ser alargados e transformados por meio de encontros, sendo essa a perspectiva que nos norteará para pensarmos a musicoterapia. Existe portanto na lógica da emancipação o princípio da igualdade e a afirmação de que a configuração política e social atual é composta por domínio, poder e sujeição de uma parcela da população à outra (RANCIÈRE, 2010) e que essa, portanto, precisa ser modificada e reconfigurada para que todos os sujeitos sejam vistos como ativos e apropriados de sua própria singularidade e igualdade diante da condição de humanidade.

Durante o processo de análise, foram encontradas justificativas que afirmavam que a musicoterapia com pessoas em situação de refúgio abre espaço para a autoexpressão, escuta, empatia (quando realizada em grupo), sororidade e comunicação (BERENSTECHER et al, 2022). Além disso, Ortiz e Pérez- Eizaguierre (2019), em um estudo de caso que se utilizou do modelo Nordoff-Robbins, justificam que por meio de um espaço de confiança, foi permitido a construção de uma nova identidade e novas ferramentas para o enfrentamento de sofrimentos do participante.

Hunt (2013), por meio de sua experiência com um grupo de musicoterapia com jovens refugiados, sustenta seu argumento de possibilidade de empoderamento por meio dos encontros pelo fato de que estes puderam decidir a funcionalidade da música diante das técnicas também



discutidas e escolhidas por estes no processo e que isso acarretou na apropriação da musicoterapia por estes jovens e conseqüentemente, ao empoderamento de suas próprias identidades como apresentado pelo autor. Assim, Coelho (2021), aponta também para a possibilidade de empoderamento por meio de mediações musicais e além disso, a recriação e integração de experiências passadas e presentes por meio da musicoterapia.

Outros autores analisados como Biegun e Alperovich (2015), Palacios (2019) e também Coelho (2021), trazem discursos como a melhor adaptação dos participantes em novas culturas, a reconstrução e fortalecimento da identidade, a retomada de controle de existências e também a melhora na expressão da identidade dos sujeitos que participaram de encontros musicoterápicos.

Esses discursos sugerem girar em torno de um pensamento que escapa da lógica emancipatória, como se a(s) cultura(s) constituinte do sujeito precisasse ser apagada para que outra possa ser reestruturada. Se queremos pensar em uma musicoterapia que tem como possibilidade a emancipação do sujeito, podemos ter em mente que este sujeito já percorreu e ainda percorrerá distintas histórias. Portanto, todos esses movimentos devem ser vistos como constituintes da pessoa e assim, o musicoterapeuta com uma visão horizontalizada, escapará de uma perspectiva de domínio ou relação de poder como trazido por Skliar (2012) para tentar modificar o sujeito, e assim acolherá e se colocará em uma posição de igualador durante os encontros.

Assim, justificamos o porquê da escolha da palavra emancipatória durante as discussões trazidas a partir do pensamento de que somos governados e instaurados em uma lógica mundial em que o eixo imperativo é o denominado por Rancière (2010) como embrutecimento, em que o princípio da desigualdade promove recortes sociais em quais alguns são vistos como descartáveis e outros como portadores de poder e palavra, que se utilizam de uma lógica assistencialista, inferiorizante e de autculpabilização.

O profissional, portanto, pode ter a percepção de oferecer um caminhar junto do sujeito (SKLIAR, 2012), respeitando sua singularidade para que construam novas possibilidades que aconteçam no tempo e de modo que façam sentido para quem aceita compartilhar momentos com o musicoterapeuta, que se possibilita olhar para os encontros como uma ação coletiva em que os participantes tenham papéis ativos em seus próprios



processos, como apontado por Rancière (2010).

Dentro do contexto de sujeitos ativos, queremos trazer a ideia de que o musicoterapeuta peregrine com as pessoas em situação de refúgio ou imigração para que estas constatem e interpretem os fenômenos que as cercam e investiguem as causas e transformações que ocorrem em suas vidas para além de regras e formas pré estabelecidas dentro do mundo sensível, indo para além de pensamentos que pertencem à lógica do embrutecimento (RANCIÈRE, 2010).

Traçando uma analogia com o autor já citado anteriormente (RANCIÈRE, 2010), é necessário pensarmos em atividades musicoterápicas que contemplem a condição de humanidade e percepção do sujeito que instigue uma consciência emancipatória e visualizem essas pessoas como portadores de voz de sua própria história, ou seja:

Nós não precisamos transformar espectadores em atores. Nós precisamos é reconhecer que cada espectador já é um ator em sua própria história e que cada ator é, por sua vez, espectador do mesmo tipo de história (RANCIÈRE, 2010,p. 118).

Seguindo por esse caminho, poderemos escapar dos processos denominados na lógica do embrutecimento, que enxerga o outro como tendo um lugar de espectador passivo, dependente do conhecimento, ensinamento ou ajuda de um terceiro para que possa se adaptar à uma nova cultura, tendo que para isso, empreender um processo de apagamento de sua cultura. Por isso, caminhamos neste artigo em defesa de uma lógica emancipatória (RANCIÈRE, 2010) em que o musicoterapeuta não precisa abrir mão de seus conhecimentos, mas sim separar esses de um domínio que possa talvez não permitir encontros com um outro que também é repleto de saberes e história.

Os encontros musicoterápicos podem proporcionar assim, espaços para que haja transformação e encurtamento entre o que é conhecido e o que ainda pode vir a ser na história dos sujeitos, devendo existir algo entre o sujeito e o musicoterapeuta que os conecte e ao mesmo tempo diferencie um do outro como apontado por Rancière (2010).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que este artigo se articula com um fazer e pensar sobre a necessidade de maior atenção das políticas públicas em relação à população estudada, visando na colaboração de ampliação científica para com a área da musicoterapia e a população em situação de migração e refúgio. Realizamos esta pesquisa na tentativa de alargar possibilidades de estratégias de superação das condições de vulnerabilidades enfrentadas, por meio de saberes e fazeres musicoterápicos.

Neste artigo, discorremos sobre a música como linguagem universal e as possibilidades da musicoterapia em processos emancipatórios. A partir desses, tecemos dedilhados que sugerem fazeres e saberes musicoterápicos que ampliem a possibilidade, potência e recursos de sujeitos em situação de migração involuntária e refúgio de serem e estarem no mundo, escapando de uma lógica de controle de existências. **Para isso**, consideramos ser importante um tipo de fazer e pensar musicoterapia atento aos aspectos sociais, culturais e processos históricos do sujeito.

Intentamos compreender a população estudada como únicos em sua própria vivência, ou seja, entendendo o processo de migração e refúgio como experiências singulares para cada um, tentando escapar de uma lógica que coloque o grupo e as experiências de forma unânime, mas sim pertencentes de questões singulares que permeiam a vivência de forma diferenciada e por isso, a importância de reconhecer esses sujeitos em situação de imigração, não sendo assim definidos por essa questão, mas sim fazendo dessa mais uma característica entre tantas que os fazem sujeitos diante de todas suas potencialidades e também impasses.

Procuramos, durante a escrita deste artigo, considerar o sujeito como alguém em constante transformação. Assim, refutamos uma compreensão de identidade cristalizada, ou seja, de algo inato ou que irá perpetuar para sempre de forma estagnada e imutável no sujeito, mas sim o pensando em constante movimento de acordo com suas relações e experiências.

Além disso, pensando na realidade de pessoas em situação de migração e refúgio, propomos ser importante considerar o contexto, ou seja, os aspectos sociais e culturais. Com isso, perceberemos o quão árduo e por muitas vezes cruel, se desenha as (im)possibilidades de recriação dessas existências. Durante os processos de interações musicoterápicas, torna-se,



portanto, premissa uma prática de respeito às possibilidades, potencialidades e limites de cada sujeito, distanciando-nos de um fazer que proponha uma adaptação, antes visando uma recriação de possibilidades do vir a ser.

Consideramos portanto a musicoterapia não como reduzida ao tratamento do trauma vivido pelo deslocamento forçado ou como mais uma ação de estratégia para adequação social do sujeito em uma nova cultura, mas sim, defendemos uma musicoterapia que aposta em encontros que tensionam e proporcionem ações coletivas que fortalecem o sujeito em seu singular e na condição de coletivo, acolhendo-o em seus sofrimentos, considerando o contexto de sua história e reivindicam condições mais alargadas de vida para toda e qualquer pessoa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. Dados sobre o Refúgio no Brasil - Uma análise estatística. 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>

ALBA, S.Q. Musicoterapia con mujeres refugiadas y solicitantes de asilo em Berlín. 2022. **UNIR Revistas**, Nº 3. Disponível em: < <https://reunir.unir.net/handle/123456789/12942>>

BERENSTECHER, M. et al. Práctica musicoterapéutica y población migrante: Aspectos culturales en el ámbito hospitalario público de la Ciudad de Buenos Aires. **ECOS - Revista Científica De Musicoterapia Y Disciplinas Afines**, 7, 031. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.24215/27186199e031>>

BIEGUN, K.; ALPEROVICH, N. Cuando la identidad está en riesgo: Musicoterapia, Cultura y Migración en el Hospital Público Pediátrico. **Revista NUPEART**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 134-143.2015. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/nupeart/article/view/6381>.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, 3:2 p. 77-101. 2008.

COELHO, C. Encruzando fronteras: la musicoterapia como facilitadora de la expresión emocional en personas refugiadas recién llegadas a España. Trabajo Fin de Máster del Instituto Música, Arte y Proceso. No prelo. 2021.

COMTE, R. Neo-colonialism In Music Therapy: A Critical Interpretive Synthesis of the Literature Concerning Music Therapy Practice With Refugees. **Voices: A World Forum for Music Therapy**, [S. l.], v. 16, n. 3, 2016. DOI: 10.15845/voices.v16i3.865. Disponível em: <https://voices.no/index.php/voices/article/view/2299>.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Reme : Rev. Min. Enferm. [online]**. Vol.18, n.1, p. 09-11. 2014.

HOWE, A., PÉREZ-EIZAGUIRRE, M. La musicoterapia como acompañamiento al duelo migratorio: un estudio de caso único sobre la identidad. **Revista De Investigación En Musicoterapia**, 3, 108–130. 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.15366/rim2019.3.007>>

JIMÉNEZ. M.G. Música, Lenguaje universal. **Revista de Antropología Experimental nº 8**. Texto 21: 287-295. 2008.

MAHEIRIE, Kátia et al . (Re)composição musical e processos de subjetivação entre jovens de periferia. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro , v. 60, n. 2, p. 187-197, jun. 2008 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672008000200017&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 maio 2023.

MENDES, Karina D.S.; SILVEIRA, Renata Cristina C.P.; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto contexto-enferm.*, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008.

MERCADO-MARTÍNEZ, F. J. O processo de análise qualitativa dos dados na investigação sobre serviços de saúde. *Pesquisa qualitativa de serviços de saúde*. Rio de Janeiro: **Vozes**, p. 137-174, 2004.

NORONHA, L.M. Música: universalidade, linguagem e significação. III Encontro Nacional de Pesquisadores em Filosofia da Música. 2010. Disponível em: < https://www.academia.edu/3722551/M%C3%BAsica_universalidade_linguagem_e_significa%C3%A7%C3%A3o>

PALACIOS, D.C. Escuta a sua voz : musicoterapia comunitária com crianças e jovens refugiados. Universidade de Lusíada, Mestrado em Musicoterapia. 2019. Disponível em: < <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/4745>>.

PROETTI, S. A pesquisa qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. Cf. *Como se faz uma tese*. 19. ed. **São Paulo: Perspectiva**, 2004.

RANCIÈRE, J. O espectador emancipado. **Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v. 2, n. 15, p. 107-122, 2010.

RODRIGO, M.D; FERNÁNDEZ, I.S. Educacion para la paz y la ciudadanía desde la musica como language universal de las emociones. *Boletín virtual – septiembre - VOL 5*. 2016.

SEEGER, C. Reflections upon a Given Topic: Music in Universal Perspective. *Ethnomusicology* .Vol. 15, No. 3, p. 385-398 .Published by: University of Illinois Press on behalf of Society for Ethnomusicology 1971. Disponível em:

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 16 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

<<https://www.jstor.org/stable/850639>>

SOUZA, L. Pesquisa com análise qualitativa de dados : conhecendo a análise temática. **Arquivos brasileiros de psicologia**. Rio de Janeiro. Vol. 71, n. 2. 2019. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/245380>>

SKLIAR, C. Experiência, diferença e formação. 2014 Recuperado de <http://professorelilopes.blogspot.com.br/2014/11/experiencia-diferenca-eformacao.html>.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 17 de 17



**ESTILO DE VIDA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, ANÁLISE SOBRE
COMPORTAMENTOS EM MOMENTOS SEM E COM PANDEMIA DA COVID-19**

Maria Isadora Bonfim Neves - (CNPq)
Unespar/Campus Paranavaí, maria.neves.65@estudante.unespar.edu.br

Prof. Dr. Sérgio Rodrigo Adriano Prati - Orientador
Unespar/Campus Paranavaí, srp@bol.com.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências da Saúde

INTRODUÇÃO

Nos últimos três anos a vida em sociedade foi drasticamente modificada. Isso em decorrência da pandemia da COVID19 que infectou mais de quatrocentos e sessenta milhões de pessoas no planeta e infelizmente matou mais de seis milhões de vidas até momentos atuais (CEYLAN; OZKAN; MULAZIMOGULLARI, 2020; WORLD O METERS, 2022). As mudanças nas formas em que o humano teve que adotar no combate a pandemia determinou com que as formas na qual as pessoas estavam acostumadas a viver fossem modificadas, nesse sentido o estilo de vida também sofreu transformações.

O estilo de vida (EV) é definido como a forma com que as pessoas se comportam e agem fisicamente, socialmente e mentalmente na sociedade. De acordo com a forma social ao qual se manifesta o humano as consequências serão explicitadas em seu organismo. Caso estes sejam positivos poderão levar a desenvolver condições mais seguras e saudáveis, caso contrário o indivíduo ficará mais exposto aos riscos aumentados e consequentes acidentes, doenças e/ou morte (PRATI; PORTO; FERREIRA, 2020). Nos últimos três anos, em decorrência da COVID19, muitos comportamentos foram modificados no sentido de prevenir a transmissão do vírus, contudo, esses “novos” comportamentos também poderiam contribuir para elevar riscos à saúde em diferentes aspectos da vida humana, em especial na vida do estudante universitário que até 2019 tinha aulas presenciais nas universidades e a partir de



fevereiro e março de 2020 teve que se adaptar a aulas remotas (JULIÃO, 2020) por pelo menos dois anos no Brasil.

Durante a pandemia as atitudes de distanciamento e isolamento social, além da ênfase aos hábitos de higiene e uso de equipamentos de segurança causaram importantes mudanças no estilo de vida das pessoas. Níveis de atividades físicas decaíram, as relações interpessoais também diminuíram e muitas vezes se restringiram ao ambiente virtual, o trabalho remoto passou a ser predominante em vários setores de trabalho, assim como as pessoas e empresas tiveram que se adaptar a “novas” formas de se relacionar com os serviços, o comércio e as relações humanas (HALLEN; JAVAID; VAIASHYA, 2020; MALTA₁ et al., 2020).

Quanto aos estudantes, que antes se deslocavam para as faculdades, agora tinham aulas em ensino remoto, as ações de estágio, trabalhos e vivências corporais e de grupo passaram a ser muito mais restritas ou até inexistentes (DOS SANTOS DUARTE; RONDINI; PEDRO, 2020; GOMES et al., 2020), assim como a própria convivência familiar e social fora da universidade foi transformada, sendo que em situação crônica, a manutenção desse modo de vida (da pandemia) poderá ter consequências para a vida futura (CEREZO-PRIETO, M.; FRUTOS-ESTEBAN, 2020; ESTEVES et al., 2021; MALTA₂ et al., 2020).

Todavia, se a pandemia foi determinante para a mudança no estilo de vida das pessoas, antes da pandemia, em especial no modo de vida de estudantes universitários, já se identificavam comprometimentos quanto ao estilo de vida dessa população. Atividade física irregular, hábitos alimentares não saudáveis, uso de substâncias nocivas, bem como restrições a comportamentos preventivos foram identificados como comportamentos comprometedores à segurança e saúde nessa população (PRATI; PORTO; FERREIRA, 2020; FONSECA; PRATI, 2021).

As importâncias dos estudos da saúde no meio educacional podem contribuir como diagnóstico sobre comportamentos humanos, e, a partir dessa informação oportunizar conhecimento técnico-científico e crítico, mas acima de tudo aplicado para que as práticas corporais vivenciadas pela comunidade universitária em seu cotidiano se estendam por toda a vida de modo consciente e saudável. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é verificar as diferenças entre o estilo de vida de estudantes universitários em diferentes momentos, sem e com pandemia.



MATERIAIS E MÉTODOS

Esse estudo teve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Paraná CAAE44914221.9.0000.9247 e parecer número 4.640.672.

A pesquisa é descritiva exploratória e de corte transversal na qual identifica o perfil de características de uma população em um tema ainda pouco explorado e estratificado em diferentes momentos de análise (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

A população foi composta por todos os estudantes universitários matriculados em um campus da cidade de Paranavaí, de uma universidade pública, em dois momentos diferentes, sendo o primeiro em 2019 (N=248) e o segundo em 2021 (N=218) durante a pandemia da COVID19. A amostra foi composta por todos os que responderam o questionário aplicado durante a execução das pesquisas (N=466 alunos) “Análise sobre o estilo de vida e comportamentos de risco de universitários” e “Estilo de vida de pessoas de uma comunidade universitária durante período de pandemia COVID19”.

Todos responderam ao questionário padronizado Estilo de Vida Fantástico (EVF) validado para população brasileira por Añez, Reis e Petroski (2008) que compreende 25 questões, sendo 23 em escala *Likert* com valores de 0 a 4 pontos e duas dicotômicas com valores de 0 e 4 pontos. Após somadas as pontuações o questionário apresenta a possibilidade de atingir até 100 pontos, na qual quanto mais alto o escore mais saudável e seguro é o estilo de vida. O instrumento contempla nove dimensões do estilo de vida, sendo Família e amigos (FA), Atividade física (AF), Nutrição (N), Tabaco/Drogas (TD), Álcool (A), Segurança geral e estresse (S), Tipo de comportamento (T), Introspecção (I) e Carreira (C).

Os dados foram coletados em dois momentos, sendo em 2019 (sem pandemia) e 2021 (durante pandemia), sendo o primeiro momento realizado presencialmente em sala de aula com cerca de 17% dos estudantes matriculados naquele ano, e, no segundo momento realizado via plataforma eletrônica *Google forms* ao longo de oito meses na qual foram enviados E-mails e mensagens via *WhatsApp* para convidar os participantes a responder o questionário. Nesse segundo momento as respostas corresponderam a 12% dos matriculados.



Como critério de análise dos dados coletados foram utilizados o valor total do estilo de vida de cada participante compreendendo de 0 a 100 pontos, e, em um segundo momento também dicotomizados os resultados a partir de um critério na qual observou-se os estados de estilo de vida mais seguros e saudáveis (respostas 3 e 4 de cada questão) e dos menos seguros e saudáveis (respostas 0, 1 e 2 de cada questão), totalizando o EV mais seguro e saudável a pontuação ≥ 70 pontos. Além desse resultado, foram analisados os resultados relativos às dimensões do estilo de vida para comparação entre universitários de diferentes momentos. O teste estatístico utilizado foi o teste “t” de *Student* para amostra independente tendo com nível de confiança 95%.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1 – Estilo de vida (EV) de universitários em momentos com e sem pandemia. Valores em média do EV geral e por dimensões estratificado por sexo. Significativo quando $P \leq 0,05$:

Estilo de Vida (EV) e Dimensões (EVF)	V.S. Pts.	Todos			Masculino			Feminino		
		2019	2021	P	2019	2021	P	2019	2021	P
Pontos Totais do EV	70,0	64,5	60,7	0,00	66,3	60,8	<0,01	63,9	60,7	<0,01
Família e Amigos	6,0	6,3	4,3	0,00	6,9	4,3	0,00	6,3	4,3	0,00
Atividade Física	6,0	3,1	3,2	0,45	3,5	3,3	0,72	2,9	3,2	0,27
Nutrição	9,0	5,7	6,3	0,02	6,2	6,1	0,82	5,6	6,4	0,00
Tabaco e Drogas	13,0	13,6	10,2	0,00	13,2	10,9	0,00	13,8	10,3	0,00
Álcool	10,0	10,3	10,2	0,05	10,0	9,5	0,27	10,5	9,8	0,01
Segurança e Sexo seguro	15,0	12,7	13,4	0,02	13,4	14,3	0,11	12,4	13,0	0,10
Tipo de Comportamento	6,0	3,6	4,0	0,02	4,3	3,6	0,06	3,4	4,2	0,00
Introspecção	9,0	6,5	6,6	0,72	7,0	6,4	0,22	6,3	6,6	0,22
Carreira	3,0	2,3	2,6	0,01	2,4	2,9	0,01	2,3	2,5	0,25

Fonte: Próprio autor (NEVES, M. I. B., 2023, p.4).

Legenda: EVF- Estilo de Vida Fantástico; V.S. – Valores Sugeridos mais seguros e saudáveis; Pts. - Pontos.

Observa-se na tabela 1 que o estilo de vida (EV) geral durante a pandemia foi significativamente inferior ao período sem pandemia (2019=64,6pts.; 2021=60,7pts., $P=0,000$). Além dessa diferença, pode-se considerar também que em ambos os momentos, em média, o EV geral o nível não foi considerado mais seguro e saudável (quando $EVF > 69$ pts.).



Essa condição também se repetiu quando observada as comparações entre os sexos, sendo que sempre, na pandemia o EV geral foi considerado menos seguro e menos saudável ($P < 0,01$).

Analisando as dimensões do questionário Estilo de Vida Fantástico (EVF), pode-se observar que houve diferenças estatísticas ($P < 0,05$) na convivência familiar e de amigos – FA (2019=6,3pts. 2021=4,3pts.), nos hábitos nutricionais – N (2019=5,7pts. 2021=6,3pts.), no uso de substâncias nocivas como tabaco e drogas – TD (2019=13,6pts. 2021=10,2pts.), no consumo de bebidas alcoólicas - A (2019=10,3pts. 2021=10,2pts.), nos hábitos de segurança e relativos ao estresse – S (2019=12,7pts. 2021=13,4pts.), ao tipo de comportamento (raiva, pressa e ansiedade) – TC (2019=3,6pts. 2021=4,0pts.) e na carreira – C (2019=2,3pts. 2021=2,6pts.). Nessas comparações pode-se observar que as dimensões relacionamento com família e amigos, uso de tabaco e drogas e uso de bebidas a base de álcool, na pandemia houve um maior comprometimento em relação ao período sem pandemia. Essas condições se repetem quando observados por sexo, sendo que para ambos, masculino e feminino, a dimensão relacionamento com família e amigos, uso de tabaco e drogas houve elevação dos riscos. E no feminino também elevou-se significativamente ($P < 0,05$) quanto ao uso de bebidas a base de álcool.

Por outro lado, no período com pandemia (2021) o estilo de vida dos universitários mostrou certa diferença significativa ($P < 0,05$), diminuindo, em média, os riscos relativos às dimensões da nutrição (6,3pts.), segurança e tolerância ao estresse (13,4pts.), do tipo de comportamento - TC (4,0pts.) e quanto a expectativa com a carreira (2,6pts.) quando comparados ao período pré-pandemia (N=5,7pts.; S=10,2pts.; TC=3,6pts.; C=2,4pts.). Essas diferenças ($P < 0,05$) também foram verificadas quando estratificado por sexo, sendo que os hábitos nutricionais (N), controle sobre raiva, pressa e ansiedade (relativo ao tipo de comportamento-TC) também estavam presentes no sexo feminino, já, a expectativa de melhora com a carreira (C) foi identificado na comparação entre os períodos no sexo masculino (melhora durante a pandemia). Todavia, mesmo ocorrendo essas significativas melhoras no estilo de vida dos universitários, em todas as dimensões o EV permaneceu em níveis considerados menos seguros e saudáveis, segundo os critérios adotados (pontuação mínima por questão ≥ 3 pts.), além de que para as dimensões uso de Tabaco e Drogas e consumo de bebidas alcoólicas, não se tem níveis seguros em quaisquer circunstâncias.



Ao se observar as dimensões que não apresentaram diferenças significativas estatisticamente, também pode-se destacar que os hábitos quanto às atividades físicas dos universitários se mantiveram com perfil, em média, muito abaixo do considerado mais seguro e saudável (≥ 3 pts.). Do mesmo modo essa condição foi replicada à dimensão relativa a introspecção (I, 2019=6,5pts. 2021=6,6pts.) (mais seguro e mais saudável quando ≥ 9 pts.).

Discussões

O objetivo deste trabalho foi analisar as características de estilo de vida (EV) dos acadêmicos matriculados em um campus de uma universidade paranaense e identificar quais fatores do estilo de vida (pelo questionário *FANTASTIC*) mais comprometeram o modo de viver dessas pessoas. Realizando uma análise em dois momentos, sendo antes e durante a pandemia da covid19.

O estilo de vida geral e por sexo foi predominantemente inadequado (< 70 pts.) em ambos períodos analisado. Conceitualmente, o estilo de vida é entendido como um conjunto de valores e oportunidades que as pessoas têm acerca de diferentes elementos individuais, que compreendem a atividade física, alimentação, comportamentos preventivos, relacionamentos e controle do estresse (NAHAS, 2000). O estilo de vida inadequado pode favorecer o surgimento de dislipidemias, resistência à insulina, diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial sistêmica, obesidade e doença cardiovascular, que estão associadas ao agravamento do quadro clínico da COVID-19 (BLOOMGARDEN, 2020; KASSIR, 2020). Pesquisas sobre o estilo de vida mostraram que a restrição social durante a pandemia da COVID-19 pode levar a uma redução importante nos níveis de atividade física de intensidade moderada a vigorosa, aumento de tempo em comportamento sedentário e aumento no consumo de alimentos não saudáveis (MALTA₁ et al., 2020). Em decorrência do isolamento/distanciamento social adotado como importante medida para prevenção do contágio pela COVID-19, importantes alterações nos hábitos de vida da população de forma geral têm sido observadas (MALTA₂ et al., 2020).

Na análise das dimensões do estilo de vida, o estudo mostrou que antes da pandemia verificou ter um aumento nos riscos e segurança quando observados aspectos da relação com



Família e amigos (FA), no uso de Tabaco e drogas (TD) e no uso de bebidas a base de Álcool (AL), tendo nessas situações, elevação do comprometimento quando observados entre todos universitários, mas também no sexo masculino e feminino. Segundo Ribeiro et al., (2020), o isolamento e o distanciamento social entre os indivíduos provocam uma série de alterações psíquicas negativas na população, e essas alterações estão relacionadas ao medo, solidão, vícios digitais, ansiedade e depressão. Estar com problemas nas relações entre família e amigos, como mostrou o resultado nessa pesquisa, poderia contribuir para os universitários buscarem amparo, mesmo se expondo à maiores riscos, elevando o consumo de álcool e/ou passando a usar substâncias nocivas como drogas e tabaco. Substâncias essas que não se tem quantidade mínima de segurança para consumo humano.

Estudos mostram que o isolamento e distanciamento social afetam várias dimensões da sociedade, como o índice de desemprego, agravos na saúde como um todo, diminuição das práticas de atividades físicas e aumento do estresse. Nessa perspectiva faz-se necessário avaliar o impacto dessas ações preventivas, assim como buscar possíveis maneiras que diminuam o efeito negativo e preserve ao máximo o bem-estar físico, psíquico e financeiro da sociedade (BEZERRA et al., 2020). A medida de proteção pelo isolamento social, levou ao fechamento físico das universidades e faculdades especificamente no Brasil, implementando o ensino remoto, podendo impactar no estilo de vida em universitários, em relação à sua rotina, forma de se exercitar, de se alimentar e de conviver socialmente (MALTA₂ et al., 2020). Referente ao estilo de vida, Malta₂ et al. (2020) apontam que a restrição ou isolamento social pode reduzir consideravelmente os níveis de atividade física e promover o aumento do tempo em comportamento sedentário, podendo até favorecer quadros de ansiedade em consequência desses comportamentos relacionados ao cenário atual.

Outros dados sobre o uso de substâncias nocivas em um estudo realizado entre vários países europeus (MCALANEY et al., 2021), verificou-se os padrões dos consumos podem variar desde um consumo regular até a um ocasional, que iria depender do tipo de substância (no estudo os participantes foram inquiridos acerca do consumo de álcool, tabaco, *cannabis*, estimulantes não-prescritos, *cannabis* sintética, cocaína, *ecstasy*, outras metanfetaminas, sedativos não-prescritos, alucinógenos e drogas inalantes) utilizada e da altura no calendário acadêmico em que esse consumo era realizado (por exemplo, durante a realização de



avaliações os padrões podiam alterar-se). Neste mesmo estudo, a consequência negativa mais frequentemente reportada pelos estudantes europeus foi a sensação de ressaca após o uso da substância que estes consumissem, seguido de faltar às aulas, perdas financeiras, problemas de memória e pouco aproveitamento nos testes de avaliação (MCALANEY et al., 2021). Conseguimos então verificar a importância de se perceber quais é que podem ser os mecanismos associados ao consumo de substâncias, e de que forma se influenciam um ao outro. Nesse sentido, o período da pandemia contribuiu como agravante para o uso das substâncias nocivas aos universitários.

E comparando o estudo sobre o consumo de Álcool (ALC) com o Pena et al. (2021) 22 que, durante o primeiro semestre de 2020, aplicou o questionário validado *Alcohol Use Disorders Identification Test* (AUDIT) em uma amostra constituída por 476 alunos acadêmicos de medicina de uma faculdade particular de Belo Horizonte, eles constataram um aumento do consumo de baixo risco e conseqüente diminuição do uso arriscado e do uso nocivo de bebidas alcoólicas após a instalação da pandemia. Logo, é possível depreender que o uso de substâncias psicoativas pela amostra estudada está atrelado não somente ao estresse do estudante, mas também a um comportamento de grupo, facilitado pelas aglomerações acadêmicas e demais eventos sociais da cidade onde a pesquisa foi realizada, os quais foram coibidos a partir da instalação das medidas de distanciamento social, como o fechamento dos bares e a proibição de festas. O resultado da pesquisa de Pena et al., difere da pesquisa atual, que identificou elevação significativa no uso de bebidas a base de álcool, em especial nas universitárias.

Durante o ano de pandemia, nessa pesquisa, houve melhora em alguns aspectos de modo geral, sendo na Nutrição (N), na Segurança e estresse (SS), no Tipo de comportamento (TC) e na Carreira (CR). Destacou-se que para as universitárias esses comportamentos durante a pandemia diminuíram significativamente os riscos quanto a nutrição e quanto ao tipo de comportamento, já para o sexo masculino, mostrou-se melhora na expectativa com a carreira. Na dimensão analisado quanto a nutrição, o questionário Fantástico refere-se ao peso corporal do indivíduo podendo ser adequado ou não, conjunto a hábitos alimentares diversificados sendo saudáveis ou inadequados. No âmbito da segurança e estresse, o instrumento busca identificar assuntos sobre tempo de descanso apropriado, uso de cinto de



segurança ou preservativos, ainda nível de estresse e momentos de lazer. Já quanto ao tipo de comportamento, observa-se hábitos referentes à pressa, ao estado de humor/raiva e ao estado de ansiedade, por fim, na dimensão carreira, busca-se verificar a satisfação e/ou expectativa com a área profissional escolhida. Em um estudo realizado por Cardozo et al. (2017), em relação ao aspecto Nutrição (NT), foi mostrado que o aluno da universidade pública tinha fator de proteção para atitudes de risco referente à alimentação. Considerando que as escolhas alimentares são afetadas por fatores individuais, pelo ambiente social e físico dentre outros elementos, acredita-se que o ambiente da universidade pública estimula a formação de hábitos alimentares saudáveis, e, a existência de restaurantes universitários é uma delas, pois aumenta a disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis com valor acessível. No estudo ainda é apontado que o cardápio dos restaurantes universitários, geralmente elaborado por um profissional nutricionista, seguindo as orientações do guia alimentar, tende a ofertar refeições saudáveis para os universitários, além de influenciar também o consumo de frutas *in natura*, utilizando como estratégia a oferta das mesmas como sobremesa incluídas no valor da refeição principal, em sobreposição a sobremesas com elevado teor de açúcares e gorduras com custo adicional. A disponibilidade e acessibilidade a alimentos saudáveis, influencia a escolha e contribui para a manutenção de hábitos alimentares saudáveis (CARDOZO et al., 2017). Nesse estudo, considerando que o *campus* universitário não possuía restaurante universitário, pode ser que, ao passar a adotar como forma de alimentação o preparo de refeições em casa, seja por ela pessoalmente, ou seja pela família, visto que muitos retornaram para casa no período da pandemia, talvez a adoção desse modo de vida tenha contribuído para melhora na nutrição das universitárias.

Um estudo diferente do resultado mostra que o aumento do consumo de alimentos não saudáveis foi identificado em outra população no qual comportamentos psicológicos foram descritos como associados positivamente ao aumento de peso, incluindo ansiedade e estresse (DI RENZO et al., 2020). A situação de pandemia exigiu que as pessoas modificassem suas vidas de forma abrupta, com o cancelamento de atividades presenciais e isolamento social, a saúde mental também foi afetada, com o aparecimento de sintomas psicológicos como estresse, ansiedade e irritabilidade (ALMUGHAMIS et al., 2020; ÖZDIN; BAYRAK ÖZDIN, 2020). Diferente desses estudos, na pesquisa atual os hábitos de controle do estresse e



segurança geral apresentou certa melhora no período da pandemia em relação ao período anterior, por outro lado, ainda não considerado mais seguro e saudável (quando as respostas eram ≥ 3 pts. por questão).

De acordo com a OMS (2014), a saúde mental é definida como um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse cotidiano, ser produtivo e contribuir com a sociedade. Os universitários muitas vezes buscam meios de aliviar os sintomas de estresse, ansiedade e depressão em grupos de amigos, de apoio fornecido pela própria universidade, fazendo uso de substâncias ou psicoterapia, já que estes meios geram efeitos agradáveis, de desinibição, melhor inserção social e aceitação do grupo. É possível que o estado de saúde mental interfira no estilo de vida dos estudantes por Zeferino et al. (2015), que pode ser influenciado por vários fatores, como valores, cultura, motivação e oportunidades (COCKERHAM, 2012).

No período de quarentena da COVID-19 foram identificados nos estudantes em geral sintomas de Transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), alta prevalência de distúrbios emocionais, entre eles, ansiedade, depressão, baixo-astral, irritabilidade e insônia (BROOKS et al. 2020). Universitários tanto da área da saúde quanto de outras áreas também apresentaram piora dos sintomas de ansiedade, estresse e depressão quando se comparou períodos anteriores ao período pandêmico (MAIA; DIAS, 2020) o que justifica o monitoramento da saúde mental dessa população durante pandemias por Pereira et al (2020).

Mesmo durante a pandemia este estudos mostraram outra situação de confinamento, sendo que o estudos nacionais sobre a solidão também mostraram seu impacto na percepção de suporte social e dificuldade em estabelecer relações, acarretando prejuízos para a saúde física e mental (OLIVEIRA; BARROSO, 2020) e corroboram os achados de Barroso et al. (2019) que observaram que universitários com maiores níveis de solidão tendiam a perceber sua saúde física e mental de forma mais negativa, além de apresentarem maior predisposição para o surgimento de doenças crônicas e transtornos psiquiátricos. Thomas et al. (2020) demonstraram que nas universidades que promovem formas de integração entre seus estudantes e criam espaços e programas de convivência reduzem o isolamento social percebido pelos universitários. Contudo, na pandemia essa condição só podia ser realizada de forma virtual (*on line*), devido aos riscos e ao medo de contaminação e adoecimento.



Em relação ao aproveitamento e rendimento nos estudos de forma remota, grande parte dos estudantes apresentaram dificuldade de concentração em virtude das distrações no ambiente domiciliar, além de referirem que sua casa remete a um ambiente de descanso e não de estudos (RAMOS et al., 2023; CUNHA et al., 2022; FREITAS et al., 2022). No estudo realizado por Freitas et al. (2022) verificou-se que acadêmicos que trabalhavam, demonstraram mais sintomas, pois além de exercerem atividade remunerada, ainda tinham que dar conta de demandas da academia como projetos, monitorias e atividades extraclases, o que limita ainda mais seu tempo de lazer e conseqüentemente levava a um esgotamento mental. As aulas remotas permitiram o ensino de teoria, contudo, as práticas clínicas, indispensáveis, na formação dos estudantes, tiveram que ser suspensas. É no campo prático que eles desenvolvem inúmeras habilidades essenciais para o seu aprendizado, a elaboração da expertise clínica e formação de qualidade. Essas vivências possibilitam ampliar o ambiente da sala de aula, permitindo ao estudante uma visão concreta do sistema de saúde e sua complexidade, o que pode viabilizar, no fim da formação, não apenas segurança para executar o trabalho, mas também a autonomia para exercer a prática profissional (FREITAS et al., 2022; CUNHA et al., 2022). Observando o aspecto da carreira, nesse estudo, verificou-se que no sexo masculino, a pandemia fez com que apresentasse elevação na expectativa com a carreira. Acredita-se que em decorrência da percepção em ver tantas pessoas perdendo o emprego e/ou dependendo de auxílios dos governos durante a pandemia, houve uma valorização por parte dos acadêmicos durante a pandemia em relação ao seu curso de graduação.

Ao verificar o estilo de vida dos acadêmicos, mostrou que em ambos os momentos sem e com a pandemia nesta análise não teve diferença significativa de modo geral relacionando os aspectos Atividade física (AF) e Introspecção (INT). Todavia em ambas dimensões os níveis sempre foram considerados baixos e não seguros. De acordo com o guia de atividade física para a população brasileira, é recomendada a prática de atividade física regular para todos os adultos, visto que pode proporcionar diversos benefícios para a saúde, como: a redução das chances de mortalidade por todas as causas (inclusive doenças cardiovasculares), pode ajudar na prevenção e no tratamento de diversas doenças crônicas (hipertensão, diabetes tipo 2), alguns tipos de cânceres (como o de mama, estômago, intestino,



entre outros), reduz os sintomas de ansiedade e depressão, melhora o sono e pode ajudar os indivíduos a terem uma melhor relação com os seus próprios corpos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). Em relação à prática de atividade física moderada (AFM) e atividade física vigorosa (AFV), foi possível observar que apenas 30% dos estudantes atingiram a recomendação de prática de AFM (pelo menos 30 minutos de prática por dia em cinco vezes na semana ou mais), e mais de 20 e 50%, respectivamente, relataram não praticar AFM e AFV independente do sexo, estado de residência e com a área de curso. Os estudantes, em sua maioria, apresentaram baixos níveis de AFM e AFV. Pode-se pensar que, durante as aulas presenciais nas universidades, os universitários tinham a chance de participar de programas de atividade física que a própria universidade poderia oferecer de forma presencial, assim como as aulas de educação física curricular (EFC) e os diversos projetos de extensão com práticas corporais e esportes que atendiam a comunidade. Atividades estas que, de forma geral, foram suspensas dentro das universidades devido à pandemia (DA ROCHA et al., 2020).

Em outro estudo, foi mostrado que em relação ao domínio introspecção, a maioria referiu pensar de forma positiva e otimista algumas vezes, sentir-se tenso e desapontado algumas vezes, e, sentir-se triste e deprimido raramente, isso em período sem pandemia. Ao ingressarem na universidade, os estudantes com comportamento pouco saudável neste domínio apresentam maior risco para manter este comportamento durante todo o curso de graduação (BRITO; GORDIA; QUADROS, 2016).

Neste domínio, o indivíduo avalia se os eventos em seu entorno são potencialmente ameaçadores ou não, além de perceber qual o seu nível de importância. Caso o indivíduo reconheça esses eventos como ameaçadores, podem ocorrer manifestações emocionais de pânico, angústia, solidão e abandono, tristeza, desmotivação, frustração, impotência e revolta, prejudicando a saúde emocional do mesmo e influenciando negativamente o estilo de vida (HIRSCH et al., 2018). Nesse sentido, nessa pesquisa não houve diferenças entre os momentos sem a pandemia em relação com, contudo, mesmo assim os níveis médios não corresponderam a níveis seguros e saudáveis, aspectos importantes a serem desenvolvidos em universitários nos momentos após a pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O Estilo de Vida dos estudantes universitários durante a pandemia da COVID19 apresentou condições com maior risco à saúde e segurança geral em relação ao período sem a pandemia.

Nas dimensões relacionadas ao convívio com família e amigos, uso de tabaco, drogas e álcool durante a pandemia os universitários apresentaram estilo de vida de maior risco. Já quando observados comportamentos relacionados aos hábitos alimentares, segurança e estresse, tipo de comportamento e carreira, durante a pandemia os riscos foram diminuídos.

Hábitos menos seguros foram observados na pandemia também quando analisados separados por sexos, sendo que tanto para o masculino quanto para o feminino, o relacionamento com família e amigos e o uso de tabaco e drogas apresentou elevação nos riscos. Além desses, no sexo feminino o risco aumentado também se relaciona ao hábito da ingestão de bebidas alcoólicas. Por fim, houve diminuição nos riscos relativos às dimensões da alimentação e tipo de comportamento para as universitárias, assim como na expectativa com a carreira para os universitários. Todavia, em todos os aspectos de forma geral e nas dimensões do estilo de vida os universitários estão sempre abaixo dos níveis considerados mais seguros e saudáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMUGHAMIS, N.; ALASFOUR, S.; MEHMOOD, S. **Poor Eating Habits And Predictors Of Weight Gain During The Covid-19 Quarantine Measures In Kuwait: A Cross Sectional Study.** F1000Research, 5(9); 914, 2020.

ANDRADE, G. C.; GOMBI-VACA, M. F.; DA COSTA LOUZADA, M. L.; AZEREDO, C. M.; LEVY, R. B. **The Consumption Of Ultra-Processed Foods According To Eating Out Occasions.** Public health nutrition, 23(6), 1041-1048, 2020.

AÑEZ, C. R. R.; REIS, R. S.; PETROSKI, E. L. Versão Brasileira do Questionário “Estilo de Vida Fantástico”: Tradução e Validação para Adultos Jovens. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia.** 91(2). 102-109, 2008.

BARROSO, S. M.; OLIVEIRA, N. R.; ANDRADE, V. S. **Solidão E Depressão: Relações Com Características Pessoais E Hábitos De Vida Em Universitários.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, 35, e35427, 2019. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35427>



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

BEZERRA A. C. V.; SILVA C. E. M.; SOARES F. R. G.; SILVA J. A. M. **Fatores Associados Ao Comportamento Da População Durante O Isolamento Social Na Pandemia de COVID-19.** *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 25, 2020. ISSN 1413-8123/1678-4561. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25suppl1/2411-2421/>>.

BLOOMGARDEN, Z. T. Diabetes and COVID-19. *Journal of Diabetes*, v. 12, n. 4, p. 347–348, abr., 2020.

BRITO, B J. Q.; GORDIA, A. P.; QUADROS, T. M. B. **Estilo de vida de estudantes universitários: estudo de acompanhamento durante os dois primeiros anos do curso de graduação.** *Medicina (Ribeirão Preto)* v.49, n.4, p.293-302, 2016. 10.11606/issn.2176-7262.v49i4p293-302

BROOKS, S. K.; WEBSTER, R. K.; SMITH, L. E.; WOODLAND, L.; WESSELY, S.; GREENBERG, N.; RUBIN, G. J. **The Psychological Impact Of Quarantine And How To Reduce It: Rapid Review Of The Evidence.** *LANCET*. 2020.

CARDOZO, M.; SANTOS, C. R. B.; DO NASCIMENTO, H. S.; DOS SANTOS, I. P. G. **Ambientes Alimentares Universitários: Percepções De Estudantes De Nutrição De Uma Instituição De Ensino Superior.** *Demetra Aliment Nutr Saúde*, 12(2). 2017.

CEREZO-PRIETO, M.; FRUTOS-ESTEBAN, F. J. Impacto del estilo de vida de los estudiantes universitarios en la promoción de políticas públicas en salud. El caso de los nudges. *Rev Esp Salud Pública*, v. 94, n. 24, p. 10, 2020.

CEYLAN, R. F.; OZKAN, B.; MULAZIMOGULLARI, E. **Historical evidence for economic effects of COVID-19**, 2020.

COCKERHAM, W. *Medical Sociology*. **12th Ed. Boston: Prentice Hall**. 2012.

CUNHA, NATÁLIA HELEM DE ALMEIDA ET AL. **Emotion Regulation, Subjective Happiness And Meaning Of Life Of University Students In The Pandemic.** *Paidéia (Ribeirão Preto)*, v. 32, 2022. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3219>.

DA ROCHA, C. R.; MOREIRA, A. P. A.; DA SILVA, L. R.; SANTOS, I. M. M. dos; BARBOSA, M. N.; BITTENCOURT, G.; FEITOSA, I. B. **A Utilização Das Redes Sociais Como Estratégia Para Continuidade Da Extensão Universitária Em Tempos De Pandemia.** *RAÍZES E RUMOS*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 261–269, 2020. Disponível em: <http://seer.unirio.br/raizeserumos/article/view/10288>.

DI RENZO, L.; GUALTIERI, P.; PIVARI, F.; SOLDATI, L.; ATTINÀ, A.; CINELLI, G., et al. **Eating Habits And Lifestyle Changes During Covid-19 Lockdown: An Italian Survey.** *J Transl Med*, 18(1); 229, 2020.

DOS SANTOS DUARTE, C.; RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M. PRÁXIS DOCENTE E A PANDEMIA DO COVID-19: PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES. **In: Anais do CIET:**

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 14 de 17



EnPED: 2020-(Congresso Internacional de Educação e Tecnologias| Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância). 2020.

ESTEVES, C. S.; ARGIMON, I. I. L.; FERREIRA, R. M.; SAMPAIO, L. R.; ESTEVES, P. S. Avaliação de sintomas depressivos em estudantes durante a pandemia do COVID-19. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 9, n. 1, p. 9- 17, 2021.

FONSECA, H. S.; PRATI, S. R. A. Estilo de vida de universitários usuários de substâncias nocivas e associação com atividade física do cotidiano. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e35710313427-e35710313427, 2021.

FREITAS, E. DE O.; SILVA, N. R.; SILVA, R. M.; SOUTO, V. T.; PINNO, C.; SIQUEIRA, D. F. Autoavaliação de estudantes universitários sobre seu desempenho acadêmico durante a pandemia da COVID-19. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 43, p. e20210088, 2022. Doi: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2022.20210088.pt>.

GOMES, V. T. S.; RODRIGUES, R. O.; GOMES, R. N. S.; GOMES, M. S.; VIANA, L. V. M.; SILVA, F. S. A pandemia da covid-19: repercussões do ensino remoto na formação médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 4, 2020.

HALEEM, A.; JAVAID, M.; VAISHYA, R. Effects of COVID 19 pandemic in daily life. **Current medicine research and practice**, 2020.

HIRSCH, C. D.; BARLEM, E.L.D.; ALMEIDA, L.K.; TOMASCHEWSKI-BARLEM, J.G.; LUNARDI, V.L.; RAMOS, A.M. **Fatores percebidos pelos acadêmicos de enfermagem como desencadeadores do estresse no ambiente formativo. Texto Contexto Enferm.** v. 27 n. 1. p. 0104-0707. 2018. 10.1590/0104-07072018000370014

JULIÃO, A. L. Professores, tecnologias educativas e COVID-19: realidades e desafios em Angola. **RAC: Revista angolana de ciências**, v. 2, n. 2, p. e020205-e020205, 2020.

KASSIR, R. Risk Of Covid-19 For Patients With Obesity. **Obesity Reviews**, v. 21, n. 6, jun. 2020.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. **Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da covid-19.** Estudos de Psicologia (Campinas) [ONLINE]. 2020, V. 37, E200067. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200067>>. issn 1982-0275. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200067>.

MALTA¹, D. C.; SZWARCOWALD, C. L.; BARROS, M. B. A.; GOMES, C. S.; MACHADO, I. E.; JÚNIOR, P. R. B. S.; ROMERO, D. E.; LIMA, M. G.; DAMACENA, G. N.; PINA, M. F.; FREITAS, M. I. F.; WERNECK, A. O.; SILVA, D. R. P.; AZEVEDO, L. O.; GRACIE, R. **A Pandemia Da Covid-19 E As Mudanças No Estilo De Vida Dos Brasileiros Adultos: Um Estudo Transversal**, 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 4, p. e2020407, 2020.



MALTA², D. C.; GOMES, C. S.; SZWARCOWALD, C. L.; BARROS, M. B. A.; SILVA, A. G.; PRATES, E. J. S.; MACHADO, I. E.; JÚNIOR, P. R. B. S.; ROMERO, D. E.; LIMA, M. G.; DAMACENA, G. N.; AZEVEDO, L. O.; PINA, M. F.; WERNECK, A. O.; SILVA, D. R. P. **Distanciamento social, sentimento de tristeza e estilos de vida da população brasileira durante a pandemia de COVID-19.** 2020.

MCALANEY, J.; DEMPSEY, R. C.; HELMER, S. M.; VAN HAL, G.; BEWICK, B. M.; AKVARDAR, Y.; GUILLÉN-GRIMA, F.; OROSOVÁ, O.; KALINA, O.; STOCK, C.; ZEEB, H. Negative Consequences of Substance Use in European University Students: Results from Project SNIPE. **European Addiction Research**, 27(1), 75–82, 2021.
<https://doi.org/10.1159/000507438>

MINISTÉRIO DA SAÚDE, **Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição.** Guia alimentar para a população brasileira (versão para consulta pública). Brasília: MS; 2014.

NAHAS, M. V. **Atividade Física, Saúde E Qualidade De Vida: Conceitos E Sugestões Para Um Estilo De Vida Ativo.** Londrina: Midiograf, 2006.

OLIVEIRA, N. Avaliação das mudanças no estilo de vida e consumo de alimentos de universitários durante a pandemia de COVID-19. **Revista da jopic**, 7(11), 2021.

OLIVEIRA, N. R.; BARROSO, S. M. Solidão, depressão e suporte social em estudantes de psicologia. **Revista Trabalho En(Cena)**, 5(1), 146-162, 2020.
<https://doi.org/10.20873/25261487V5N1P146>

ÖZDİN, S.; BAYRAK O. Ş. Levels And Predictors Of Anxiety, Depression And Health Anxiety During Covid-19 Pandemic In Turkish Society: The Importance Of Gender. **Int J Soc Psychiatry**, 66(5); 504–11, 2020.

PENA, B.; FRANCO, F.; FERREIRA, L.; SAMPAIO, M. Impacto da pandemia de COVID-19 no consumo de bebidas alcoólicas entre estudantes de medicina. **Rev. Eletrônica Acervo Saúde** [internet]. [cited 2021 Nov 24]. doi: <https://doi.org/10.25248/REAS.e6510>, 2021.

PEREIRA, M. M.; SOARES, E. DE M.; FONSECA, J. G. A.; MOREIRA, J. DE O.; SANTOS, L. P. R. **Saúde mental dos estudantes universitários brasileiros durante a pandemia de covid-19.** *Psicologia: teoria e prática*, 23(3), 1–20, 2021.

PRATI, S. R. A.; PORTO, W. J.; FERREIRA, L. Estilo de vida de universitários: uma investigação sobre hábitos alimentares, atividade física e estresse. **BIOMOTRIZ**, v. 14, n. 2, p. 69-78, 2020.

RAMOS, S. R. F.; FILHO, R. A. B.; CARVALHO, M. A.; COSTA, D. D.; CARVALHO, L. A.; ALMEIDA, M. T. C. Pandemia da Covid-19: um evento traumático para estudantes de



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Ciências Biológicas e da Saúde?. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 47, p. e036, 2023. Doi: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v47.1-20220172>.

RIBEIRO E. G.; SOUZA E. L.; NOGUEIRA J. O.; ELER R. Saúde mental na perspectiva do enfrentamento a COVID-19: Manejo das consequências relacionadas ao isolamento social. **Ver. Enfermagem e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1 p. 47-57, 2020. ISSN 2448-394X. Disponível em: <<https://www.revesc.org/index.php/revesc/article/view/59/68>>.

THOMAS, J; NELSON, J.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física e saúde**. 6ª ed. São Paulo: Artmed Editora, 2012.

THOMAS, L.; ORME, E.; KERRIGAN, F. **Student Loneliness: The Role of Social Media Through Life Transitions**. *Computers & Education*, 146, e103754. 2020. <https://doi.org/10.1016/j.compedu.2019.103754>

WORD O METERS. <https://www.worldometers.info/coronavirus/> (acessado em 17 de março de 2022).

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental Health: Strengthening Our Response**. Factsheet 220: 2014 AUG. Available from: <https://www.who.int/es/news-room/factsheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>

ZEFERINO, M. T.; HAMILTON, H.; BRANDS, B.; WRIGHT, M. G. M.; CUMSILLE, F.; AKWATU, K. Drug Consumption Among University Students: Family, Spirituality And Entertainment Moderating Influence Of Pairs, Florianópolis: texto contexto **enferm**, V. 24, P. 125-135, 2015. DISPONÍVEL Em <http://dx.doi.org/10.1590/0104-0707201500115001>

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

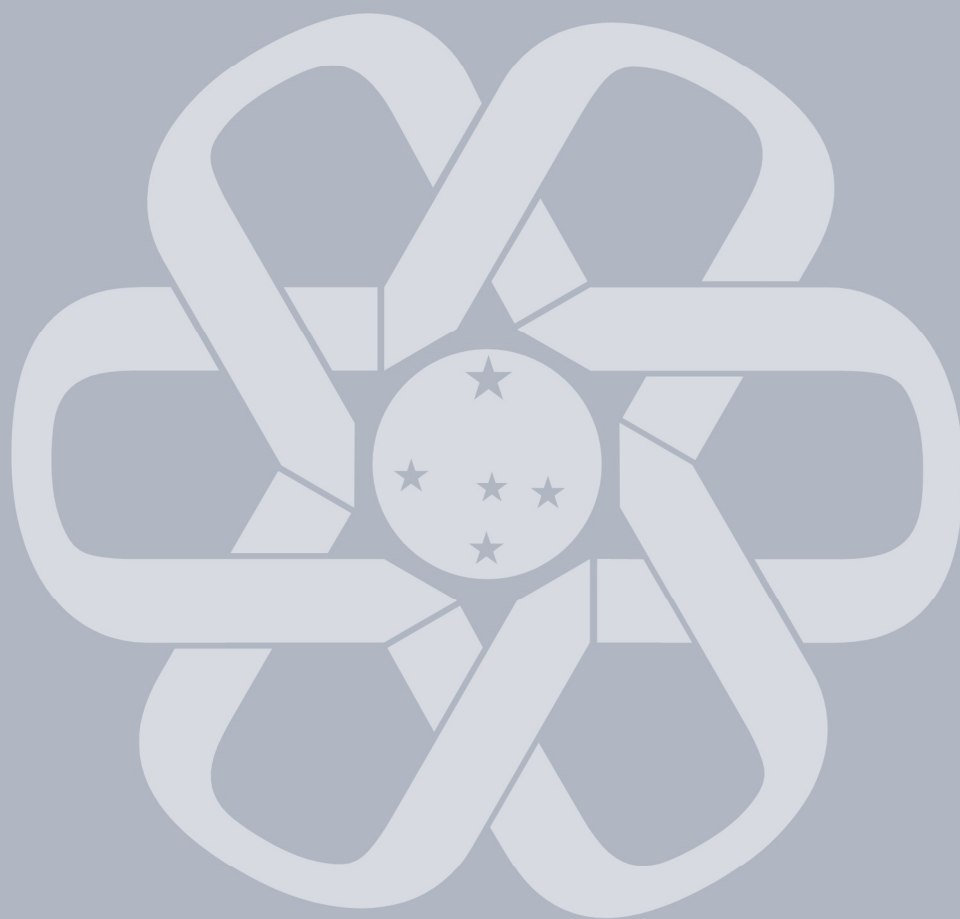
Página 17 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA





ÁLGEBRA BOOLEANA E CIRCUITOS DIGITAIS

Bianca Schueroff - (CNPq)
Unespar/*Campus* Paranavaí, bianca.schueroff.610@unespar.edu.br

Dr. Valter Soares de Camargo - Orientador
Unespar/*Campus* Paranavaí, vsc.unespar@gmail.com

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Exatas e da Terra

INTRODUÇÃO

O raciocínio dedutivo definido pelo filósofo e matemático grego Aristóteles (384-322 a.C) é o mais antigo trabalho sobre lógica que se tem conhecimento. Por meio do chamado Silogismo, Aristóteles estabelece que a partir de duas afirmações chega-se a uma conclusão. No entanto, a lógica não foi mais desenvolvida por séculos, tampouco se pensava em qualquer aproximação entre ela e a matemática, até que Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) se interessou pelo tema e buscou uma lógica além da aristotélica (SOUSA, 2005). Todavia, Leibniz não publicou nenhum trabalho sobre lógica, deixando apenas rascunhos que foram encontrados após sua morte, e por décadas não houve avanços notáveis, até as publicações de George Boole (1815-1864).

George Boole foi um matemático cujas obras de maior notoriedade se encontram na área da lógica matemática. Forçado a abandonar os estudos por questões financeiras, Boole pode ser considerado autodidata. Sem formação acadêmica, aos 16 anos trabalhou como professor assistente e dedicou-se a estudar matemática por conta da profissão, quatro anos depois já possuía diversos artigos publicados na *Cambridge Mathematical Journal*. Entretanto, foi seu trabalho sobre métodos algébricos para solução de equações diferenciais que o tornou conhecido e rendeu-lhe uma medalha da *Royal Society*. (OLIVEIRA, 2020). Sua primeira publicação no campo da lógica, *The Mathematical Analysis Logic*, ocorreu em 1847 e uma obra mais extensa, *An investigation into the Laws of Thought*, foi publicada em 1854.



Oliveira declara que “Boole viu a lógica de um modo novo e chegou a uma álgebra mais simples.” (OLIVEIRA, 2020, p. 43).

Sousa aponta que diversas mudanças na Matemática Inglesa do século XIX, antes estagnada por conta de uma visão tradicional e conservadora, proporcionaram a Boole um ambiente propício para o desenvolvimento de seu trabalho:

Estamos convictos de que sem esta visão mais ampla do conceito do que é matemática, George Boole provavelmente não tivesse conseguido obter o êxito e a abrangência que seu trabalho tem até hoje, tornando-se precursor de tantas inovações tecnológicas que o próprio Boole não pudesse imaginar em sua época. Caso Boole não estivesse aberto a esta nova visão da matemática seu trabalho teria sido podado, assim como o de seus precedentes que iniciaram no mesmo ramo, mas não obtiveram o êxito de Boole. (SOUSA, 2005, p.97)

Apesar de não ser o primeiro a relacionar a lógica à matemática, os trabalhos de Boole foram essenciais para que a lógica fosse reconhecida como uma parte da Matemática.

É importante destacar que a lógica matemática é a base da álgebra booleana, portanto decidiu-se exibir a definição de proposição antes de estabelecer a álgebra de Boole.

Fica determinada uma *proposição* como uma expressão afirmativa que pode dispor de um valor lógico, isto é, é possível classificá-la como verdadeira ou falsa (BUTIERRES, 2016).

São exemplos de proposições:

- Hoje choveu.
- 5 é inteiro.
- $25 \leq 14$.

Da Lógica Aristotélica vêm dois princípios que garantem que uma proposição tem um, e somente um, valor lógico, são eles o princípio da não-contradição e o princípio do terceiro excluído. Segundo o Princípio da Não-contradição, uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo, o Princípio do Terceiro Excluído, por sua vez, diz que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, não existe terceira opção. Tais princípios seguem na lógica matemática.

Uma álgebra booleana, por definição, é o sistema algébrico $(B, +, \cdot)$ o qual, para todo $a, b e c \in B$, satisfaz os dez axiomas mostrados a seguir.



- A1. $a + b \in B$ (Fechamento para a adição)
- A2. $a \cdot b \in B$ (Fechamento para a multiplicação)
- A3. $a + b = b + a$ (Comutatividade da adição)
- A4. $a \cdot b = b \cdot a$ (Comutatividade da multiplicação)
- A5. $a + (b \cdot c) = (a + b) \cdot (a + c)$ (Distributividade da adição)
- A6. $a \cdot (b + c) = (a \cdot b) + (a \cdot c)$ (Distributividade da multiplicação)
- A7. $\exists 0 \in B$ tal que $a + 0 = 0 + a = a$ (Elemento neutro da adição)
- A8. $\exists 1 \in B$ tal que $a \cdot 1 = 1 \cdot a = a$ (Elemento neutro da multiplicação)
- A9. $\exists a' \in B$ tal que $a + a' = 1$ e $a \cdot a' = 0$ (Complemento)

Além dos axiomas, existem algumas propriedades que facilitam a simplificação de expressões booleanas.

Propriedades 1 e 2. (Absorção)

$$A + (A \cdot B) = A$$

$$A \cdot (A + B) = A$$

Propriedades 3 e 4. (Outras Identidades)

$$A + A' \cdot B = A + B$$

$$(A + B) \cdot (A + C) = A + B \cdot C$$

Propriedades 5 e 6. (De Morgan)

$$(A \cdot B)' = A' + B'$$

$$(A + B)' = A' \cdot B'$$

Como mostrado acima, a álgebra de Boole possui três operações básicas: complementação, adição e multiplicação.

A *complementação* ou *negação* é uma operação unária onde o valor lógico resultante é o valor lógico complementar da variável. Desse modo, temos $1' = 0$ e $0' = 1$. Observe na tabela-verdade abaixo (Quadro 1).

Tabela 1 – Complementação ou Negação de A

A	A'
0	1



1	0
---	---

Fonte: Os autores, 2023.

A operação binária chamada *adição lógica* tem o valor 1 como resultado quando pelo menos uma de suas variáveis de entrada tem valor lógico 1 (Quadro 2).

Tabela 2 – Adição Lógica entre A e B

A	B	A+B
0	0	0
0	1	1
1	0	1
1	1	1

Fonte: Os autores, 2023.

A *multiplicação lógica* é uma operação binária, onde o resultado é 1 se, e somente se, todas as variáveis de entrada têm valor lógico 1.

Tabela 3 – Multiplicação Lógica entre A e B

A	B	S = A·B
0	0	0
0	1	0
1	0	0
1	1	1

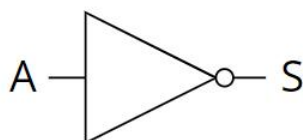
Fonte: Os autores, 2023.



Portas lógicas são representações gráficas de funções booleanas e são as bases dos circuitos lógicos (FRANÇA, 2021). A seguir, serão apresentados os principais símbolos de operadores e seu funcionamento.

A porta inversora (Imagem 1) admite apenas um valor de entrada e tem como saída o complementar do valor inicial. Essa porta executa a tabela-verdade da operação booleana complementação. Pode-se escrever a expressão correspondente a ela como $S = \bar{A}$ ou $S = A'$.

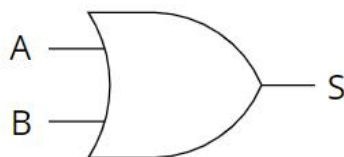
Imagem 1 – Símbolo do Inversor



Fonte: Os autores, 2023.

A porta OU (Imagem 2) necessita de pelo menos duas variáveis de entrada e advém dos resultados apresentados no Quadro 2. Essa porta executa a tabela-verdade da operação booleana adição lógica e sua expressão booleana é escrita como $S = A + B$.

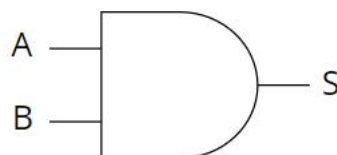
Imagem 2 – Símbolo da porta lógica OU



Fonte: Os autores, 2023.

Assim como a porta lógica anterior, a porta E (Imagem 3) deve receber ao menos duas variáveis de entrada e resulta do Quadro 3. Essa porta executa a tabela-verdade da operação booleana multiplicação lógica, com expressão booleana $S = A \cdot B$.

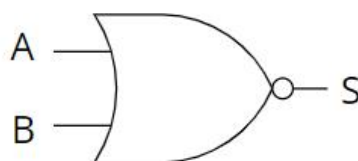
Imagem 3 – Símbolo da porta lógica E



Fonte: Os autores, 2023.

A porta NOR ou NOU (Imagem 4) consiste na combinação das portas OU e inversor, em outras palavras, é a inversão da porta OU. A expressão booleana da porta NOU abaixo pode ser escrita como $S = \overline{A + B}$ ou $S = (A + B)'$

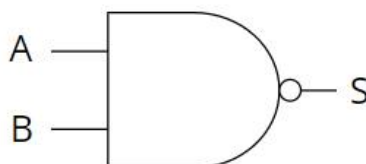
Imagem 4 – Símbolo da porta lógica NOU



Fonte: Os autores, 2023.

A porta NAND ou NE, por sua vez, consiste na combinação das portas E e inversor, ou seja, é a inversão da porta E (Imagem 5). É

Imagem 5 – Símbolo da porta lógica NE

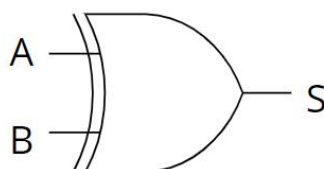


Fonte: Os autores, 2023.

Quanto à porta OU Exclusivo ou XOR terá valor de saída 1 se uma, e apenas uma, das variáveis de entrada for 1. É sua expressão booleana $S = A \cdot \bar{B} + \bar{A} \cdot B$, ou ainda $S = AB' + B'A$.



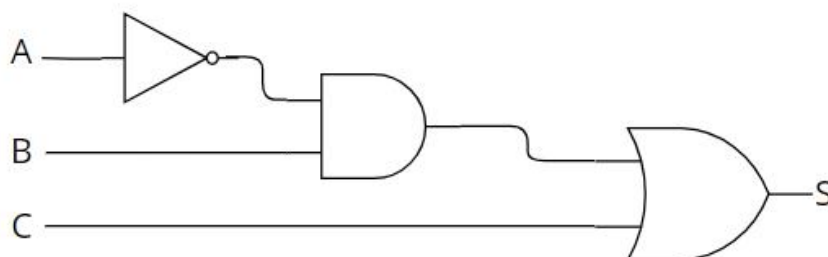
Imagem 6 – Símbolo da porta lógica XOR



Fonte: Os autores, 2023

Sendo as portas lógicas de circuitos digitais diretamente ligadas à álgebra booleana, pode-se determinar uma expressão booleana a partir de um circuito. Observe a Imagem 7:

Imagem 7 – Exemplo de circuito lógico



Fonte: Os autores, 2023.

O circuito simples acima contém a porta inversora e as portas OU e E. Escrevendo a expressão booleana correspondente ao circuito, temos:

$$S = (A' \cdot B) + C$$

Para tal, obtemos a seguinte tabela-verdade:

Tabela 4 – Tabela-verdade da expressão S

A	B	C	A'	A' · B	S
0	0	0	1	0	0
0	0	1	1	0	1



0	1	0	1	1	1
0	1	1	1	1	1
1	0	0	0	0	0
1	0	1	0	0	1
1	1	0	0	0	0
1	1	1	0	0	1

Fonte: Os autores, 2023.

Por outro lado, é possível desenhar um circuito lógico a partir de uma expressão booleana dada. Por exemplo, dada a expressão booleana $P = (A \cdot C) + (B' \cdot D)$, veja a sua respectiva tabela-verdade (Tabela 4)

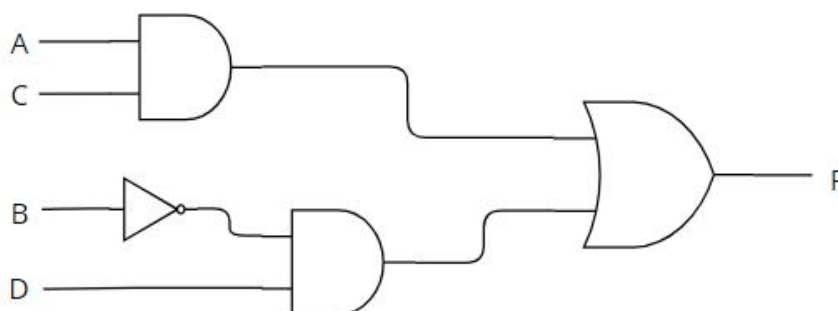
Tabela 4 – Tabela-verdade da expressão P

A	C	B'	D	A · C	B' · D	P
0	0	1	1	0	1	1
0	1	1	1	0	1	1
0	0	0	1	0	0	0
0	1	0	1	0	0	0
1	0	1	0	0	0	0
1	1	1	0	1	0	1
1	0	0	0	0	0	0
1	1	0	0	1	0	1

Fonte: Os autores, 2023.

O circuito correspondente à expressão P é apresentado na Imagem 8.

Imagem 8 – Circuito lógico da expressão booleana P



Fonte: Os autores, 2023.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização dessa pesquisa foram feitas buscas em bancos de teses e dissertações, livros, artigos científicos e plataformas digitais por produções que abordassem o assunto analisado.

A princípio foi necessário determinar os objetivos pretendidos e a abordagem da pesquisa. O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, uma vez que o intuito da abordagem em questão é entender e interpretar os dados coletados.

No que se refere aos procedimentos, fez-se o levantamento bibliográfico seguido de revisão das produções selecionadas. Durante todo o processo ocorreu análise crítica dos materiais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 1937, quase um século após a publicação de *An investigation into the laws of thought* – As Leis do Pensamento, o engenheiro elétrico e matemático Claude Elwood Shannon (1916-2001) começou seus estudos onde utilizava a álgebra de Boole como ferramenta em problemas com circuitos telefônicos, publicando *Symbolic Analysis of Relay and Switching* no ano seguinte. Com seu trabalho, Shannon instituiu a álgebra dos interruptores, o que seria conhecido futuramente como eletrônica digital (MOREIRA, 2020).



A álgebra booleana, então, poderia ser aplicada em circuitos digitais, ou seja, circuitos com o funcionamento baseado em lógica binária como [0, 1], [desligado, ligado] e suas variantes.

Os circuitos lógicos podem ser encontrados em sensores, como sensores de presença, sensores de segurança e sensores de cintos de segurança.

Um sistema de alerta de um carro que possui sensores para as portas e para o cinto de segurança é um exemplo do emprego de um circuito digital. Os sensores acionam um aviso sonoro caso o carro seja ligado e:

1. Algum dos cintos não está afivelado (valor lógico 1), ou;
2. Alguma das portas esteja aberta (valor lógico 1).

Veja a Tabela 5:

Tabela 5 – Sistema de alerta do carro

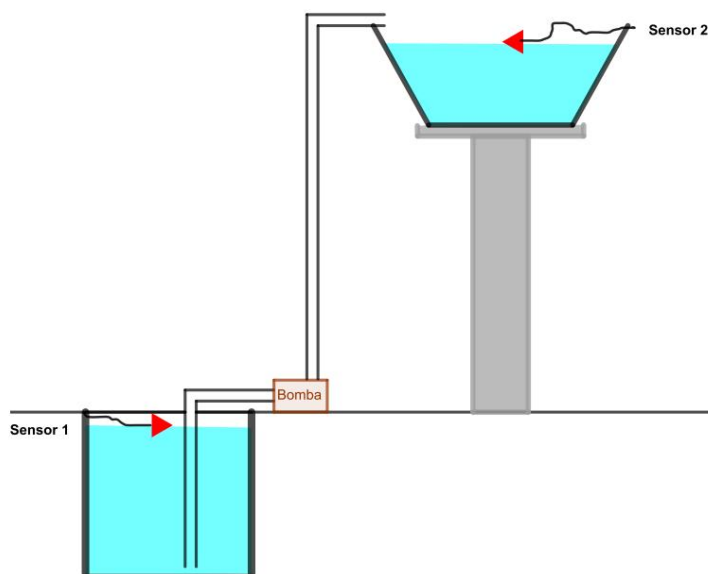
Cintos	Portas	Aviso
0	0	0
0	1	1
1	0	1
1	1	1

Fonte: Os autores, 2023.

É notável que na tabela-verdade do sistema de alerta (Tabela 5) ocorre o mesmo que na tabela-verdade do operador OU (Tabela 2), ou seja, o aviso irá soar sempre que pelo menos uma porta estiver aberta, um cinto estiver desafivelado ou ambos acontecerem ao mesmo tempo. O caso mostrado é um exemplo simples e cotidiano da álgebra booleana aliada às portas lógicas em circuitos digitais.

Moreira (2020) apresenta uma aplicação dos circuitos digitais em uma das situações problema sugeridas. Veja a Imagem 9:

Imagem 9 – Ilustração de um sistema de abastecimento de água



Fonte: Moreira (2020, p.74)

Trata-se de um sistema de abastecimento de água com dois sensores, ambos são boias. O sensor 1 ($S1$) está ligado à cisterna e o sensor 2 ($S2$) à caixa d'água, tanto o sensor 1 quanto o sensor 2 terão valor lógico 1 quando inclinados para baixo. A bomba (B) será ligada quando a cisterna estiver cheia (valor lógico 0) e a caixa d'água estiver vazia (valor lógico 1).

A expressão algébrica desse circuito é $B = (S1)' \cdot S2$, observe a tabela abaixo:

Tabela 3 – Tabela verdade da expressão B

S1	S1'	S2	(S1)'·S2
0	1	0	0
0	1	1	1
1	0	0	0
1	0	1	0

Fonte: Adaptado de Moreira (2020, p.75).

O circuito correspondente a essa expressão pode ser visto na Imagem 10.

Imagem 9 – Circuito lógico da expressão B .



Fonte: Moreira (2020, p.77)

Estão presentes nesse circuito a porta inversora e a porta E.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa era estudar uma nova estrutura algébrica, a Álgebra Booleana. Neste trabalho foram apresentados os três operadores básicos desta álgebra, bem como portas lógicas, expressões booleanas e circuitos lógicos simples. Por fim, são mostrados alguns resultados da álgebra booleana: possíveis utilizações de circuitos digitais. Trata-se de um trabalho teórico, baseado em produções já existentes, não obstante o resultado pretendido foi alcançado, tanto foi possível conhecer o trabalho de Boole com a lógica e álgebra booleana, como também algumas de suas aplicações, especialmente circuitos digitais. A constituição da álgebra de Boole foi um marco para a matemática e seu emprego, ainda que tendo surgido décadas distante de seu autor, significou um grande avanço nas tecnologias em geral, particularmente à eletrônica digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTIERRES, Gabrielly Costa. **Uma proposta para a introdução da Lógica nas aulas de Matemática**. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

CAPUANO, Francisco Gabriel; IDOETA, Ivan Valeije. Funções e Portas Lógicas. *In*: CAPUANO, Francisco Gabriel; IDOETA, Ivan Valeije. **Elementos de Eletrônica Digital**. São Paulo: Érica, p. 41-79, 2008.

DAGHLIAN, Jacob. **Lógica e Álgebra de Boole**. São Paulo: Atlas, 1986.

FRANÇA, Fernanda Joyce de Almeida. **Álgebras de Boole e Aplicações**. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Universidade Federal de Viçosa, Florestal, 2021.

LIMA, Juliano Ferreira de. **Abordagem da Lógica Matemática Utilizando o Software VisualG**. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2021.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

MOREIRA, Elion Vieira. **Uma abordagem prática para o desenvolvimento do raciocínio lógico utilizando álgebra booleana e circuitos digitais.** Dissertação (Mestrado em Matemática) – Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2021.

OLIVEIRA, Felipe Almeida de. **Atividades em circuitos lógicos para o estudo e desenvolvimento de potencialidades acerca da compreensão de conectivos.** Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) – Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2020.

SOUSA, Giselle Costa de. **Uma reavaliação do pensamento lógico de George Boole à luz da história da Matemática.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 13 de 13



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

ATIVIDADE DE GEOMETRIA ESPACIAL, UTILIZANDO-SE DA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Elvis Wesley dos Santos - (CNPq)
Unespar/*Campus* Campo Mourão, elviswsll@gmail.com

Luciano Ferreira - Orientador
Unespar/*Campus* Campo Mourão, luciano.ferreira@ies.unespar.edu.br

Talita Secorun dos Santos - Coorientadora
Unespar/*Campus* Campo Mourão, tsecorun@hotmail.com

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Exatas e da Terra

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, foi desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC da Universidade Estadual do Paraná *campus* Campo Mourão, ela surge com o objetivo de buscar propostas didáticas para o ensino de matemática, uma proposta para além de se usar fórmulas genéricas e o decorar para aplicar. Nesse sentido decidimos focar no ensino de Geometria Espacial, pois sabemos que a mesma infere em âmbitos importantes da vida do aluno para além da sala de aula, sabendo disso a pesquisa segue o intuito de investigar e elaborar uma atividade de Geometria Espacial via Resolução de Problemas.

Podemos encontrar as formas geométricas em vários âmbitos de nosso dia a dia como: caixas d'água, construções, vários tipos de recipientes, entre outros. Assim sabemos que nossos alunos devem adquirir domínio sobre os conceitos que empregamos nos conteúdos de geometria. Tendo a percepção que:

[...] o estudo da geometria, além de ser uma ferramenta de leitura de mundo, oferece a oportunidade de explorar conceitos relacionados à aritmética e à álgebra. Seu estudo ganha ênfase, pois, implica o desenvolvimento de um tipo especial de pensamento, que permite compreender, descrever e representar, de forma organizada, o mundo em que se vive e contribui no desenvolvimento de habilidades para a resolução de problemas do cotidiano como nas medidas, frações e porcentagem. (RANZAN, 2010, p. 13)

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 1 de 12



Contudo, o ensino de Geometria Espacial é ensinado sem vínculo dos conceitos de Geometria Plana, uma vez que os professores presumem que os alunos já possuem o domínio desse conteúdo (COSTA; BERMEJO; MORAES, 2009)

Considerando esse ensino desvinculado, por vezes até mesmo da matemática, o aluno acaba adquirindo uma maior dificuldade de aprendizado, criando um déficit em seu conhecimento, se pensarmos que essa falta de conexão no ensino for somada a forma habitual e repetitiva de exercícios teremos um baixo interesse do estudante o que por si só leva a um baixo nível de aprendizado, que pode resultar em adversidades, complicações e indecisões, para além da sala de aula.

Em uma aula convencional de Geometria Espacial, nos é afirmado que os:

Discentes estão presos a fórmulas e em sua maioria não conseguem relacionar conceitos, identificar os elementos do sólido ou ainda estabelecer relação entre dois sólidos, isto se deve muitas vezes a deficiências de conceitos básicos da Geometria Plana e também as dificuldades conceituais dos próprios professores em conceitos básicos da Geometria Plana e mesmo da Geometria Espacial. (COSTA; BERMEJO, MORAES, 2009, p. 2).

Desse modo, se os professores não buscam por novas possibilidades didáticas para ensinar esse conteúdo, levam assim os alunos a uma má compreensão dos conceitos que estão estudando, podendo assim gerar dificuldades e ficando preso ao uso de fórmulas.

Rogenski e Pedroso (2009), nos trazem que:

[...] os alunos têm amplas dificuldades, primeiramente com relação à visualização e representação, pois reconhecem poucos conceitos da geometria básica e, por conseguinte da geometria espacial. Também apresentam problemas de percepção das relações existentes entre os objetos de identificação das propriedades das figuras que formam os sólidos, dentre outros conceitos.

Entretanto, averigua-se que os professores também se deparam com desafios para ensinar Geometria Espacial. Segundo Costa, Bermejo e Moraes (2009) os professores possuem adversidades em abordar esse conteúdo, tanto pela falta de material, quanto pela defasagem que os alunos têm dos conteúdos de Geometria Plana, em não dispor de preparação para interpelar a disciplina.

Sabemos que a dificuldade do ensino matemático não procede somente da maneira como o professor rege sua aula ou do aluno estar ou não concentrado e entusiasmado, tais obstáculos podem surgir de outras formas, tais como, ambiente em que se leciona, questões de vivência



do próprio estudante, como o corpo docente da escola se apoiam, como a comunidade interfere no ambiente também é um dos obstáculos pertinentes.

Assim sendo, há a necessidade de utilizar outras formas de se ensinar matemática, pensando nos alunos, que devem ser “capazes de enfrentar situações diferentes dentro de contextos diversificados, que façam com que eles busquem aprender novos conhecimentos e habilidades” (SOARES; PINTO, 2001, p. 1), e não apenas aprender e decorar fórmulas prontas. Desse modo, sabendo que esta busca por novas formas de ensinar o aluno a aprender é um dos aspectos que move e estimula as pesquisas e as mudanças na educação, vimos então uma viabilidade de aplicar o ensino via Resolução de Problemas, visto que: o ensino baseado na solução de problemas pressupõe promover nos alunos o domínio de procedimentos, assim como a utilização dos conhecimentos disponíveis, para dar resposta a situações variáveis e diferentes.’ (POZO e ECHEVERRÍA, 1988, p.9)

De tal modo este ensino aprimora a capacidade de tomada de decisões do aluno, pois conduz o mesmo para um espaço do pensar onde ele terá que assumir a resolução as situações desde o início.

Problemática:

Sabendo das principais fontes de dificuldade do ensino-aprendizagem na matemática, pensamos que a resolução de problemas seria uma chance de implementar uma forma mais motivadora e interessante de ensino para o estudante, tornando assim o ensino aprendizagem algo agradável e mais participativo para o aluno.

METODOLOGIA

O professor se colocando como indivíduo que está presente para auxiliar o aluno transfere para o mesmo uma maior confiança pois fará com que ele não se sinta intimidado e dissipe um pouco do pensamento de que o professor é a verdade e que não há outras possibilidades. Para além disso, esse posicionamento infere em colocar o estudante na posição de pensador e formador do conhecimento.

No que tange acerca, do se ensinar resolver problemas, POZO e ECHEVERRÍA incorporam que não é suficiente “dotar os alunos de habilidades e estratégias eficazes”, mas faz-se primordial “Criar neles o hábito e a atitude de enfrentar a aprendizagem como um problema para o qual deve ser encontrada uma resposta”.



Sendo desta forma, é papel do professor encorajar o aluno a uma prática diária de problematização e a procura por elucidações de suas próprias indagações e questionamentos, como maneira de assimilar novos conhecimentos, tornando isto algo cotidiano para si.

Quando a prática nos proporcionar a solução direta e eficaz para a solução de um problema, escolar ou pessoal, acabaremos aplicando essa solução rotineiramente, e a tarefa servirá, simplesmente, para exercitar habilidades já adquiridas'. (POZO e ECHEVERRÍA, 1998, p. 17). Problemas que nos passam a todo momento e nos são de certo costume no cotidiano, não são capazes de, por si só, conceituar atitudes, procedimentos e a maneira como os alunos regem seus fundamentos. Sabendo disto, quando nos comprometemos a aplicar resolução de problemas, devemos nos ater a descartar tais problemas algorítmicos, que só tendem a reviver e fixar conceitos básicos. De um modo geral, eles não suscitam a curiosidade do aluno e nem o desafiam'. (DANTE, 1988, p.85)

Nesses casos devemos utilizar da capacidade de poder usar métodos que envolvem situações novas e diferentes atitudes e conhecimentos.

O ensino matemático, por meio da resolução de problemas viabiliza ao professor romper com os exercícios de repetição, trazendo para a aula uma capacidade maior de despertar a curiosidade do discente, além de deixar com ele a sensação de ser desafiado a solucionar a situação que lhe foi posta diante de si.

A resolução de problemas possibilita ao professor trabalhar com ferramentas diferentes dos habituais como quadro e livros, sendo capaz de oferecer aos discentes novas maneiras de adquirirem o conhecimento proposto com a aula. Perpetrando assim o conteúdo de maneira mais eficaz.

Devemos nos ater a escolhas de exercícios que transpassem pela vivência dos alunos, trazendo fatos e acontecimentos do seu dia-a-dia. Neste aspecto jornais e revistas podem ser utilizados como fontes de materiais para desenvolver este tipo de trabalho.

O trabalho com artigos de jornal ou revista serve, entre outras coisas, para relacionar o conteúdo matemático com suas aplicações e implicações, contribuindo assim para que os conteúdos explorados adquiram significado'. (SMOLE e CENTURIÓN, 1992, p.6 e 7).

Quanto acerca disto as mesmas autoras incorporam:

É, pois, fundamental que o estudo da Matemática seja calcado em situações problema que possibilitem a participação ativa na construção do conhecimento matemático. O aluno desenvolve seu raciocínio participando de atividades, agindo e refletindo sobre a realidade que o cerca, fazendo uso das informações de que dispõe.



Se quisermos melhorar o presente estado de conhecimento, devemos nos questionar sobre como pode, de fato, o nosso aluno desenvolver o pensamento crítico ou raciocínio lógico'. (SMOLE e CENTURIÓN, 1992, p.9)

As autoras trazem que exercício e problema são diferentes. No primeiro, é impreterível que o aluno decida sobre a ferramenta a ser utilizada para obter a solução. Já os problemas requerem observação, indagações e tomada de decisões.

DANTE (1988) também faz esta diferenciação, onde o Exercício “[...]serve para exercitar, para praticar um determinado algoritmo ou processo.” O problema é a descrição de uma situação onde se procura algo desconhecido e não temos previamente nenhum algoritmo que garanta a sua solução.”(DANTE,1988, p.86)

Ambos exercícios e problemas têm seu valor no ensino matemático, cada um dentro de seu propósito e capacidade, fica a cabo do professor manter um equilíbrio entre os mesmos ao longo do ano letivo. Podendo intercala-lo ou até mesmo usar um de apoio para o outro como complementos.

É substancial que o professor que emprega o ensino por meio da resolução de problemas, consigo identificar as diferenças entre exercício e problema pois toda a aplicação da metodologia pode ser afetada de maneira a torna-la algo que pode dificultar o ensino aprendizagem ao invés simplifica-la.

As autoras nos trazem à subseqüente informação:

Quando o professor assume a metodologia da resolução de problemas, como metodologia em sala de aula, seu papel será de incentivador, facilitador, mediador das ideias apresentadas pelos alunos, de modo que estas sejam produtivas, levando os alunos a pensarem e a gerarem seus próprios conhecimentos. (SOARES, PINTO, 2001, p.7)

Desta maneira, cabe ao professor sugerir situações-problema que predisponham a concepção do conhecimento, onde o aluno deve colaborar ativamente compartilhando resultados, ponderando pensamentos e resoluções, ou seja, aprendendo a aprender.

Sendo assim, recai sobre o professor a responsabilidade de não oferecer respostas prontas aos discentes e sim oferecer caminhos para se encontrar uma solução, mas o professor também deve se ater a não disponibilizar o caminho de maneira explícita ou fácil de mais, aqui o docente se coloca mais como um questionador, fazendo com que o aluno possa pensar em como e por que está aplicando aquele determinado método na resolução.

SITUAÇÃO PROBLEMA PARA APLICAÇÃO EM SALA DE AULA



Para o desenvolvimento e aplicação da situação-problema, foram utilizadas as cinco ações propostas por Proença (2018): escolha do problema, introdução do problema, auxílio aos alunos durante a resolução, discussão das estratégias dos alunos, articulação das estratégias dos alunos ao conteúdo.

Escolha do problema: situação que deve ser identificada como problema para os alunos. Três são os aspectos que devem estar presentes nessa escolha: a utilização do que já foi aprendido pelo estudante, levá-los a formar o novo conteúdo que está sendo introduzido e por último, propiciar a união dos conhecimentos utilizados e o novo conhecimento. Além disso, o problema escolhido deve ter mais de uma estratégia de resolução, assim, é necessário que o professor já conheça as possíveis estratégias que os alunos irão utilizar.

Introdução do problema: Contato entre o professor e o aluno. Neste momento, o professor apresenta a situação como ponto de partida para ensinar um conteúdo. Aqui Proença (2018) enfatiza para que ocorra a divisão dos alunos em grupos, para que partilhem seus conhecimentos adquiridos anteriormente, para que então, se apresente a situação para eles resolverem.

Auxílio aos alunos durante a resolução: auxiliar, orientar, direcionar os grupos com possíveis dúvidas a respeito de termos desconhecidos, sejam eles matemáticos ou não, interpretações equivocadas, entre outros. Aqui, o papel do professor é de observador, incentivador e direcionador da aprendizagem, apoiando os alunos a desenvolver autonomia frente ao processo de resolução” (PROENÇA, 2018, p. 51)

Discussão das estratégias dos alunos: Promover a socialização das resoluções feitas pelos grupos, a qual precisa, necessariamente, ser feita na lousa. É um momento de discussão, do professor avaliar o processo de resolução que cada grupo utilizou, esclarecer alguns pontos que não foram bem entendidos, entre outros. Em síntese, deve-se condensar o que os alunos aprenderam.

Articulação das estratégias dos alunos ao conteúdo: Articular as estratégias dos alunos ao conteúdo proposto, utilizando os pontos centrais de uma estratégia utilizada por um dos grupos. Proença (2018) explica que caso não seja possível fazer tal articulação, pode-se expor a resolução direta para os alunos.

O problema escolhido para a implementação em sala de aula foi retirado de Lima et al. (2006, p. 271-272, ex. 2) e adaptado, como mostra a seguir.



Um tablete de doce de leite medindo 4 cm por 3 cm por 3 cm, está inteiramente coberto com papel laminado. Esse tablete é dividido em cubos com 1cm de aresta.

- Quantos desses cubos não possuem nenhuma face coberta com o papel laminado?
- Quantos desses cubos possuem apenas uma face coberta com papel?
- Quantos desses cubos possuem exatamente duas faces cobertas com papel?
- Quantos desses cubos possuem três faces cobertas com papel?
- Ao todo, quantos lados foram cobertos com papel laminado.

Para aplicação da situação problema o colégio escolhido foi o Colégio Estadual Dom Bosco, um colégio público situado na periferia da cidade de Campo Mourão no Paraná, o mesmo passou por mudanças no ensino, alterando do ensino de meio período para o ensino com período integral no ano de 2023, o que acarretou em um número baixo de alunos matriculados em suas turmas, além de dificuldades devido à falta de estrutura para dar suporte para este ensino de período integral.

OBJETIVO

A situação problema tem como finalidade ponderar como os alunos veem uma configuração diferente de ensino aprendizagem e como eles lidam com a mesma. Possibilitando que possamos identificar as maiores dificuldades de ensino-aprendizagem dos alunos perante ao conceito dos conteúdos pouco explorados até o momento, porém já conseguindo obter informações sobre o que os mesmos já absorveram e conseguiram formar de conhecimento até aquele dado momento. Tem como finalidade também aplicar os conceitos de área de superfície e volume de figuras tridimensional, focando no aluno como gerador do conhecimento e não somente como individuo que efetua as resoluções por meio de repetição memorizada.

Relato da aplicação

Devido as mudanças ocorridas na escola a turma de 2º ano estava com poucos alunos, e ainda tiveram-se estudantes que não comparecem no dia da aplicação do problema, tendo no dia em questão apenas oito alunos, então a aplicação se deu em duplas.

Durante a aplicação da atividade ou situação-problema, experenciei que a falta de



observação de campo, ou seja, em sala de aula fez uma diferença, pois a minha escassez de familiaridade para com os alunos, fez com que os alunos não absorvessem muito da atividade proposta no início.

Outro fator que também afetou um pouco na capacidade de aplicação e aprendizagem foi que os alunos não estavam familiarizados com o sistema de aula via resolução de problemas, então em um primeiro momento eles ficaram levemente confusos, mas animados por estarem realizando a atividade por meio de um sistema diferenciado do habitual deles.

No decorrer da introdução do problema para a classe, fui capaz de averiguar que a maioria dos alunos tem uma dificuldade substancial e relevante em abstrair figuras geométricas sólidas e sempre estão esperando a resposta ser dada pelo professor ou então que eles irão encontrar as respostas em seus smartphones com um simples clique no “google”, esses alunos também tem uma concepção de que o professor é aquele que carrega a verdade absoluta em sua voz, sendo dessa maneira quase que impossível para um discente questionar o professor sobre aquilo que o mesmo está aplicando em sala de aula.

De outra forma foi bem perceptível a dificuldade dos alunos em conseguir distinguir o que o problema está solicitando a ser feito, uma dificuldade advinda da falta de interpretação de texto. Os alunos do mesmo modo têm adversidades em aplicar os conceitos básicos de geometria plana dentro de situações da geometria espacial, por questões de pensarem se tratar de duas concepções divergentes, gerando grandes dificuldades para compreender os conceitos e aplicações da geometria espacial.

Nesse mesmo sentido temos que: “[...] O que ocorre muitas vezes é que a geometria é trabalhada separadamente da matemática e muitas vezes por profissionais da área.” (Costa, Bermejo, Moraes. 2009, p.2), como foi identificado de maneira muito simples durante a aplicação do problema.

A turma de maneira generalizada não conseguiu encontrar ou reconhecer nenhum conceito de geometria dentro da atividade, tiveram uma dificuldade inicial para identificar qual era a forma geométrica do sólido, o que levou a necessidade de uma breve exemplificação no quadro de como se daria a forma de um sólido geométrico. Dispondo desse simples conhecimento, os estudantes conseguiram iniciar a parte de resolução.

Por sua vez as resoluções se evidenciaram por meio do desenho da figura e seu fracionamento, seguida pela contagem dos cubos em cada pedaço fracionado, conforme as solicitações de cada situação no problema, como na imagem a seguir:

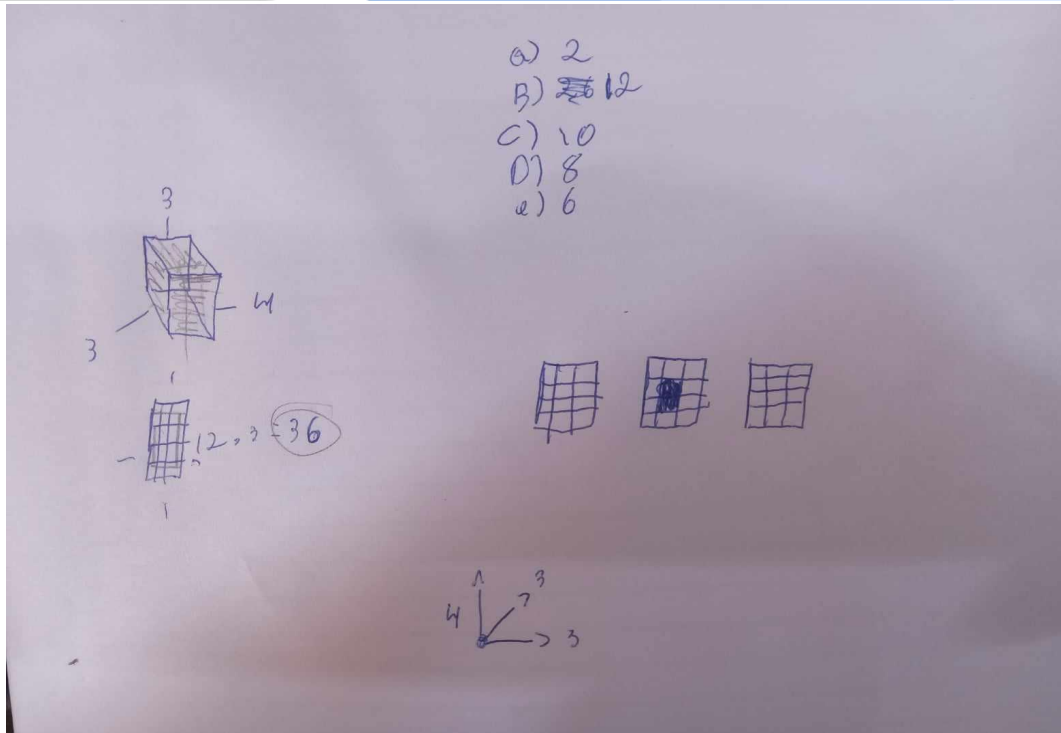


Figura 1- Resolução de uma das duplas

Contudo, para desenvolver esse processo de resolução, no meio do caminho apareceram algumas desordens no raciocínio dos alunos.

Porém todas as duplas em um primeiro instante utilizaram o conceito de volume-como aparece no canto direito da figura1- de forma instintiva sem saber que assim estavam realizando, pois quando questionados o porquê e o que estavam fazendo, nenhum dos alunos presentes conseguiu expressar os pensamentos que acarretaram tal resolução.

Referente a suas perspectivas no que diz respeito a sólidos geométricos, os maiores impedimentos foram a capacidade de reconhecer que tais objetos contém uma parte interior pois eles acabam se prendendo nas figuras que já lhe são de um raso conhecimento dentro da geometria plana, dificultando a capacidade de abstração do objeto, direcionando-os a um pensamento pouco amplo a respeito do que estão desenvolvendo.

Para alguns dos estudantes o mais complexo no problema era compreender que a figura continha partes que formavam seu interior, além de não conseguir distinguir que as faces que se tocam e estão formando as arestas do objeto inteiro são parte dos mesmos cubos fracionados que estão localizados nas bordas de tal figura geométrica, além de suas demais conexões.

Deste modo temos por verificado o que Costa, Bermejo, Moraes (2009) nos direcionam ao



apresentar que:

“[...] alguns alunos não conseguem identificar os entes geométricos, e quando identificam e representam o sólido geometricamente, não conseguem associá-lo a fórmula, tão pouco estabelecer relações entre dois sólidos.” (Costa, Bermejo, Moraes, 2009, p.9)

Quando chegada a parte de expor e debater a respeito do método que cada dupla desenvolveu a solução do problema, logo após a primeira dupla apresentar já nos retivemos pois todas as outras tinham utilizado por meio do mesmo método. Então passamos a identificar e esclarecer as dificuldades que cada um dos alunos teve para entender o que havia sido efetuado no quadro e a ligação com os conceitos geométricos.

Logo em seguida partimos para o desenvolvimento de relacionar o método de solução usado aos conceitos da geometria espacial sendo eles o de área de superfície e o volume. Dentro deste tópico tivemos novamente adversidades pautadas na capacidade de compreensão da geometria plana estar intrinsicamente ligada a geometria espacial, a maior das dificuldades foi a de conseguir chegar ao entendimento de que a figura solida é um objeto constituído tridimensionalmente. Reafirmando tudo que nos trazem Costa, Bermejo, Moraes (2009) quando dizem que: “[...] as principais dificuldades encontradas foram à linguagem, representação do sólido e seus elementos, o uso de fórmulas e relacionar sólidos.” (Costa, Bermejo, Moraes, 2009, p.9-10) Após conseguirem esclarecer e entender que as geometrias são parte de uma mesma ideia mesmo que contendo suas peculiaridades próprias a compreensão de volume e área se tornaram mais aceitáveis mesmo mantendo algumas adversidades.

Para encerrar a aplicação apresentei uma maneira mais direta de solução apresentada a baixo.

Base/superfície
 $3 \cdot 3 = 9$

Laterais
 $4 \cdot 3 = 12$

Agora podemos contar os cubos com uma, duas ou três faces laminadas.

b) Os cubos com apenas uma face laminada formam um polígono de lado n-2 baseado nas medidas dos lados que o formam.

Para a base temos $2(3-2) \cdot (3-2) = 2 \cdot 1 \cdot 1 = 2$

Para as laterais temos $4(4-2) \cdot (3-2) = 4 \cdot 2 \cdot 1 = 8$

Após isso iremos somar os resultados e obter o total de cubos com apenas uma face laminada na figura, ou seja, $2+8=10$ cubos.

c) Para obtermos o total de cubos com duas faces laminadas iremos considerar as bordas da figura exceto as quinas e obteremos



$$4(3-2) + 4(3-2) + 4(4-2) = 4.1 + 4.1 + 4.2 = 16$$

d) Para os cubos com três faces laminadas iremos considerar as quinas da figura tendo assim 8 cubos com três faces laminadas.

a) Para descobrirmos os cubos sem nenhuma face laminada basta aplicar multiplicação entres as medidas da figura, ou seja, calcular o número total de cubos na figura, e após isso subtrair com soma dos cubos com uma, duas e três faces, obtemos então o seguinte:

$$4.3.3-10+16+8$$

$$36-34= 2$$

Quando lhes foi apresentada a forma mais direta para solução do problema, a maioria expressou que a configuração de representar a figura por meio do desenho era mais simples e fácil, então pedi que considerassem um problema parecido, porém com medida de tamanho com valores superiores aos dados naquele problema e questionei se conseguiriam representar tal figura de forma segmentada e contar todos os quadrinhos pertinentes. Logo a resposta foi que não conseguiriam, pois, a quantidade de segmentos se tornaria grandiosa e isso se tornaria cansativo e demorado.

Partindo dessa necessidade de utilizar cálculos para medidas de valores mais altos, continuamos com a explicação dos conceitos dentro das formulas para o mesmo, conseguindo então uma compreensão com uma facilidade um pouco mais aparente por parte dos alunos, advindo do entendimento que a geometria pode ser mais necessária que o esperado no nosso cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que o ensino de geometria espacial por meio de resolução de problemas é um método de ensino com uma efetividade excepcional, pois cede espaço para ao aluno partir do ponto de pensador e gerador do conhecimento expressado ali, dando ao mesmo um pouco mais de liberdade na maneira que irá utilizar para a resolução do problema, além de ter evidenciado que a metodologia por si só acaba gerando um maior interesse por parte do aluno, por ser ocasionalmente aplicada em grupo, gerando uma socialização para debates a cerca do conteúdo e seus próprios conhecimentos e próprias concepções. Tendo tudo isto em vista, não podemos achar que por ser um método com ótimos resultados é infalível ou mesmo a solução única para as adversidades do ensino, devemos nos ater que devemos sempre buscar por novos e diferentes métodos para o ensino dentro da sala de aula.



Referências:

SMOLE, Kátia C.S. e CENTURIÓN, Marília. **A matemática de jornais e revistas**. RPM n.º 20, 1.º quadrimestre de 1992.

LIMA, E. L.; CARVALHO, P. C. P.; WAGNER, E.; MORGADO, A.
C. **A matemática do ensino médio**. v. 2. 5 ed. Rio de Janeiro: SBM, 2004.

COSTA, A. C.; BERMEJO, A. P. B.; MORAES, M. S. F. **Análise do ensino de Geometria Espacial**. X Encontro Gaúcho de Educação Matemática, 2009.

DANTE, Luiz Roberto. **Criatividade e resolução de problemas na prática educativa matemática**. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Tese de Livre Docência, 1988.

MARTINS, E. B.; ANDRADE, S. **Ensino e Aprendizagem de Geometria Espacial: uma aplicação da metodologia de resolução de problemas**. Anais XV EBRAPEM. Campina Grande: Realize Editora, 2011.

SOARES, M. T. C.; PINTO, N. B. **Metodologia da resolução de problemas**. 24ª Reunião ANPED, 2001.

ROGENSKI, M. L. C.; PEDROSO, S. M. D. (2009). **O Ensino da Geometria na Educação Básica: realidade e possibilidades**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/44-4.pdf>. Acesso em: 20 maio de 2022.

PROENÇA, M. C. de. **Resolução de Problemas: encaminhamentos para o ensino e a aprendizagem de Matemática em sala de aula**. 1 ed. Maringá: Eduem, 2018.

BARBOSA, L. L.; FERREIRA, L.; SANTOS, T. S. **UMA ANÁLISE DA METODOLOGIA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS PARA O ENSINO DE GEOMETRIA ESPACIAL NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES**
DOI: <https://doi.org/10.33871/22385800.XXXX.X.XX.X-XX>

RANZAN, A. L. **Uma nova abordagem para o ensino da geometria: do tridimensional para o plano**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.



DEGRADAÇÃO DE CONSERVANTES ALIMENTARES UTILIZANDO FOTOCATÁLISE HETEROGÊNEA

Ionara Finta Andreike - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* União da Vitória, narafinta@gmail.com

Sandra Regina de Moraes - Orientadora
Unespar/*Campus* União da Vitória, sandra.moraes@unespar.edu.br

Lutécia Hiera da Cruz - Coorientadora
Unespar/*Campus* União da Vitória, lutecia.cruz@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)
Grande Área do Conhecimento: Ciências Exatas e da Terra

INTRODUÇÃO

A contaminação de águas residuais e de consumo da população tornou-se, atualmente, uma questão preocupante devido à presença de uma gama de contaminantes emergentes. Estes contaminantes englobam compostos químicos em baixas concentrações, em escala de ng L^{-1} a μL^{-1} , presentes nas matrizes ambientais (SOARES; SOUZA, 2019; RIZZO 2020). Como em água a detecção dos contaminantes emergentes exige maior sensibilidade das técnicas usadas, os processos usuais das estações de tratamento de esgoto (ETEs) e de água (ETAs) mostraram-se ineficientes na remoção parcial ou totalmente desses contaminantes (SOARES; SOUZA, 2019).

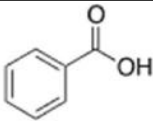
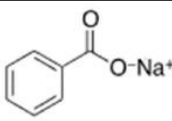
Entre as diversas classes de contaminantes emergentes encontram-se os conservantes, aditivos usados para prevenir ou inibir o crescimento e a proliferação de fungos, leveduras e bactérias, evitando assim, alterações químicas indesejáveis, mantendo a qualidade dos produtos e aumentando sua durabilidade ou tempo de prateleira (FANI, 2015; SOUZA, et al 2019). Os conservantes são constituintes de vários produtos farmacêuticos, cosméticos, de higiene pessoal, bem como alimentícios e, têm como destino o meio ambiente, via o descarte irregular desses produtos pelos consumidores ou pelos efluentes industriais (WANG et al, 2018; RIZZO et al, 2020).

O



ácido benzoico e o benzoato de sódio, cujas fórmulas estruturais e propriedades químicas e físicas estão descritas na Tabela 1, são compostos químicos orgânicos com ampla funcionalidade e se configuram nos primeiros conservantes liberados pela FDA (*Food and Drugs Administration*), utilizados desde 1908 nos produtos industrializados.

Tabela 1. Propriedades físico-químicas do ácido benzoico e benzoato de sódio.

Propriedades	Ácido Benzoico	Benzoato de Sódio
Estrutura Química		
Número CAS	65-85-0	532-32-1
Fórmula Molecular	C ₆ H ₅ CO ₂ H	C ₆ H ₅ CO ₂ Na
Peso Molecular (g mol ⁻¹)	122,13	144,11
Massa volúmica (g cm ⁻³ , a 24°C)	1,311	1,497-1,527
pKa (a 25°C)	4,19	-
Solubilidade (H ₂ O, a 20°C)	2,9 g L ⁻¹	550 - 630 g L ⁻¹
Descrição	Pó branco e cristalino	Pó branco e cristalino
Odor	Inodoro	Inodoro

Fonte: Dados extraídos (WELLER, 2006; WHO, 2000).

Como conservantes, ilustram os mais amplamente utilizados devido ao relativo baixo custo, facilidade de manuseio, excelência nas propriedades organolépticas, conservativas e elevada adaptabilidade aos produtos em função do pH do produto. Apesar do ácido benzoico ser um antimicrobiano mais efetivo, o benzoato de sódio destaca-se como o mais utilizado pelas indústrias devido a sua maior solubilidade. Além disso, a eficácia destes conservantes nos produtos ocorre em pH inferior à 4,2, podendo ser usados de forma isolada ou combinada entre si, ou com outros conservantes para melhorar as ações conservativas (FANI, 2015; PIPER; PIPER, 2017; OWAK et al., 2018; WHO 2000).

O uso intensivo de conservantes em produtos industrializados tem suas vantagens, no



diferentes problemas de saúde pública e ambiental podem ser ocasionados. Segundo Silva et al (2019), ao entrar no organismo o benzoato de sódio pode reagir com o ácido ascórbico e gerar o benzeno, que é carcinogênico. Souza e Soares (2019) relatam que ambos conservantes estão relacionados a sintomas asmáticos. Honorato et al., 2013, os associam à elevação da pressão sanguínea devido ao sódio. Segundo, Gaur *et al.* (2018) e Cavalcante et al (2019), o benzoato de sódio não é bioacumulativo e a urina é responsável por remover 60 a 95% do ácido benzoico. Após ingestão, o benzoato de sódio é ativado no trato gastrointestinal, transformando-se em ácido benzoico. Contudo, sabe-se que ambos os compostos são capazes de causar reações alérgicas (não imunológicas) em pessoas mais sensíveis (GAUR *et al.*, 2018; CAVALCANTE, et al 2019). Então, as concentrações de ácido benzoico ou benzoato de sódio devem ser cuidadosamente controladas para evitar danos à saúde humana. Diante disso, o Programa Internacional de Segurança Química (IPCS) da Organização Mundial da Saúde (OMS) especifica uma ingestão diária aceitável (IDA) de apenas 5 mg/kg de peso corporal (WHO, 2000). No Brasil, de acordo com RDC nº 65, de 29 de novembro de 2011 da ANVISA, o limite máximo de benzoato de sódio como conservante é 0,05 g/100 mg ou 0,05 g/100 mL (ZHANG; MA, 2013). Considerando a Autoridade Europeia de Segurança Alimentar (ESFA), a Dose Letal (LD₅₀) para os conservantes é 2000 mg.kg⁻¹ (EFSA, 2017). Contudo, doses orais de 8 a 10 g podem causar náuseas e vômitos e pequenas doses têm pouco ou nenhum efeito, mas recomenda-se atenção a ingestão (NAIR, 2001).

Como outros compostos orgânicos poluentes, os conservantes configuram-se resistentes aos tratamentos convencionais de água e esgoto (SOARES; SOUZA, 2019). Suas prevalências os tornam poluentes potenciais de diferentes ecossistemas, uma vez que possibilita a promoção e o desenvolvimento de microrganismos resistentes aos antimicrobianos (YAZDANKHAH et al. 2006).

A contaminação por conservante em águas superficiais acredita-se ser dependente da localização geográfica (região rural, urbana ou industrial), das condições climáticas (estação seca ou chuvosa), bem como proximidade e eficiência, ou ineficiência, das plantas do tratamento de águas residuais. (RENZ et al, 2013; SAÇMACI et al, 2012;). As investigações dirigidas aos conservantes nas últimas décadas, na maioria, focam a classe dos parabenos (metil-, etil-, propil- e n-butilparabeno) que são mais frequentemente encontrados nas águas dos rios em



concentrações que vão de ng L^{-1} a $\mu\text{g L}^{-1}$ cujos níveis dependem principalmente, da extensão da diluição da água resultante da chuva (JONKERS et al, 2010; SAÇMACI et al, 2012; RENZ et al, 2013;). Relativos à direta identificação e quantificação de ácido benzoico e benzoatos de sódio, cálcio ou potássio em ecossistemas aquáticos ainda existem estudos, mas no que tange ao benzeno um derivado, este tem sido alvo de muitos estudos.

A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2008) não dispõe recomendações para a concentração de conservantes em água potável e similarmente no Brasil, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Ministério da Saúde (Portaria 2.914/2011) que legislam sobre o padrão para a potabilidade da água para o abastecimento doméstico e de consumo humano, também não delimita o teor de conservante, inclusive de ácido benzoico ou benzoato de sódio.

Frente às necessidades, exploram os tratamentos alternativos para a remoção de conservantes em matrizes aquosas e os processos oxidativos avançados (POAs) apresenta-se como promissor, uma vez que tem promovido a degradação efetiva de diversos contaminantes emergentes, como os conservantes parabenois incluindo o metilparabeno (MEP), triclosan, entre outros (DONÁ et. al. 2017; ÁLVAREZ et al, 2020, NAPOLEÃO; SANTANA, 2021).

Os POAs baseiam-se na geração de radicais hidroxila ($\text{OH}\cdot$) que têm alto poder oxidante e podem promover a degradação de vários compostos poluentes, em tempos relativamente pequenos (ARAÚJO et al, 2016).

Dentre os POAs, a fotocatalise heterogênea destaca-se por degradar uma gama de compostos químicos, e se mostram efetivo na purificação de águas, eliminando contaminantes em concentrações baixas (DIAS et al, 2018). A fotocatalise heterogênea conduz pelo princípio da ativação de um semicondutor através de radiação solar ou artificial. Ao absorver fótons com energia acima da energia de band gap, um elétron se promove da banda de valência à banda de condução, ocasionando uma lacuna na banda de valência e elétrons da banda de condução. Os potenciais dessas lacunas mostram-se positivos o suficiente para gerar radicais hidroxila ($\cdot\text{OH}$), formados devido as moléculas de água que adsorveram na superfície do semicondutor, e assim, estes radicais podem oxidar a mistura de ácido benzoico e benzoato de sódio degradando-os (WOLF et al, 2022).

Os semicondutores utilizados nos processos de fotocatalise mostram características específicas



que favorecem sua aplicação. Semicondutores como o CdS (sulfeto de cádmio) apresenta reduzido band-gap, mass configura-se fotosensível a luz incidente na região do visível e o WO₃ (óxido de tungstênio) apresenta baixa atividade fotocatalítica.

Os fotocatalisadores: TiO₂ (dióxido de titânio), ZnO (óxido de zinco) e CdS (sulfeto de cádmio) classificam-se como os mais usuais. Contudo, o TiO₂ configura-se como um dos mais aplicados em processos fotocatalíticos, apresentando elevada atividade fotocatalítica através da luz solar, insolúvel em água, estabilidade química em uma ampla faixa de pH, a sua imobilização em sólidos ser possível, pode ser usado em temperatura ambiente, considerado não tóxico, de relativo baixo custo, abundante em minerais naturais em sua três estruturas cristalinas (NASCIMENTO et al, 2017; TEODORO et al 2017; KHAKI et al, 2018; WOLFF et al, 2022). Além disso, o TiO₂ pode ser considerado ambientalmente amigável.

O TiO₂ estrutura-se em três diferentes formas cristalinas anatase (tetragonal), rutilo (tetragonal) e bruquita (ortorrômbica) e cada uma com propriedades fotocatalíticas específicas. Anatase e rutilo contemplam os mais utilizados em processos de fotocatalise heterogênea. Contudo, a anatase configura a forma estrutural com maior frequência de aplicação, uma vez que possibilita maior absorção de moléculas em sua estrutura e tem um band gap de 3,2 V, correspondente ao comprimento de onda em 385 nm (FERREIRA, et al 2019).

Relativo ao modo de aplicação no processo de fotocatalise heterogênea TiO₂ pode ser utilizado de forma suspenso, quando as partículas do semicondutor encontram-se dispersas no meio reacional ou, de forma imobilizado quando as partículas do semicondutor interagem quimicamente com a superfície de matérias suportes se fixando. Desta forma, o semicondutor se encontra imobilizado (FERREIRA, et al 2019, WOLFF et al, 2022).

Uma variedade de estudos de fotocatalise foca na degradação de conservantes em meio aquosos usando TiO₂ e outros fotocatalisadores e poucos avaliam a mistura de contaminantes (DHAKA et al., 2018; GOMES et al., 2019; Solís et al., 2016). Por outro lado, vários conservantes são alvos de estudos de fotocatalise na presença de TiO₂ como fotocatalisador e na ausência, por fotólise que ocorre somente por irradiação de luz no meio reacional e as melhores condições operacionais delimitadas (DONÁ et. al. 2017).

Além disso, a maioria dos estudos de fotocatalise focaliza a degradação de conservantes isolado em meio aquosos usando TiO₂ e outros foto, nano catalisadores e inexistem avaliações em mistura de



conservantes (DHAKA et al., 2018; GOMES et al., 2019; SOLÍS et al., 2016).

Diante do exposto, do que se tem conhecimento, inexistem estudos que abordem a degradação de mistura de conservantes, bem como de solução tampão originada a partir da mistura de soluções de conservantes por fotocatalise heterogênea. Neste contexto, os objetivos deste estudo consistem em investigar a degradação da mistura de conservantes (ácido benzoico e benzoato de sódio), utilizando fotocatalise e determinar a eficiência do tratamento aplicado. Deste modo, a pesquisa se configura aplicada e do ponto de vista dos procedimentos classifica-se como experimental e, em virtude da natureza dos dados, prioriza uma abordagem quantitativa no desenvolvimento que objetiva a descrição dos resultados. Assim, com vistas na pesquisa explicativa buscou-se alcançar os objetivos propostos e seguir com rigor os procedimentos.

Então, soluções tampão benzoato oriundas da mistura dos conservantes ácido benzoico e benzoato de sódio em soluções aquosas de diferentes proporções em volume e pH foram estudadas para examinar o desempenho dos processos de adsorção, fotólise e fotocatalise utilizando TiO_2 como catalisador sob irradiação de luz UVC na degradação dos compostos alvos, os conservantes ácido benzoico e benzoato de sódio. A influência das proporções em volume das soluções de ácido benzoico e benzoato de sódio, bem como o pH das soluções tampão benzoato foram investigadas. Além disso, a eficiência dos processos de adsorção, fotólise e fotocatalise em presença do TiO_2 na degradação das soluções tampão benzoato foi determinada.

Para além da seção introdução, este artigo organiza-se em três seções, A primeira seção integra os materiais, reagentes, métodos e os procedimentos adotados, além das formas de busca, coleta, seleção, análise e organização dos dados apresentados na seção que se intitula metodologia. Na sequência, a seção resultados e discussão compõem as análises finalizadas dos dados, ilustradas em tabelas, gráficos que se associam às análises descritivas, comparativas entre si e embasadas à literatura de forma reflexiva. A partir dessas análises, a última seção traz as considerações finais que congregam contribuições que convergem aos objetivos propostos, além de alguns preenchimentos das lacunas científicas e perspectivas para outros estudos.

MATERIAI

Realização

Apoio



S E MÉTODOS

De natureza aplicada, a metodologia nesta pesquisa fundamenta-se em abordagens quantitativa no que tange ao problema, quanto aos objetivos tem caráter exploratório e, em virtude dos procedimentos, configura-se experimental (GIL, 2008, PRODANOV; FREITAS 2013). A técnica de coleta de dados abarca um planejamento para o desenvolvimento e análises dos diferentes processos de degradação dos conservantes em meio aquoso, com vistas na obtenção dos resultados em formato de tabelas e gráficos a partir dos estudos laboratoriais.

Preparação das soluções

Soluções estoques de ácido benzoico (Synht, 99,5%) e benzoato de sódio (Synht, 99,5%), foram preparadas utilizando água destilada na concentração de 100 mgL^{-1} . Com o auxílio de uma balança analítica (Celtac, mod. FA2104N) pesou-se a massa de reagente que foi dissolvida em um béquer e transferida para um balão de 1L. Em seguida, a solução foi acondicionada em um frasco âmbar e armazenada para proteção da luz. A partir das soluções estoques e com o auxílio de uma proveta, volumes determinados das soluções de ácido benzoico e de benzoato de sódio foram medidos para o preparo das soluções trabalho de 10 mgL^{-1} de ácido benzoico e 10 mgL^{-1} de benzoato de sódio.

A partir de volumes variados das soluções 10 mgL^{-1} de ácido benzoico e 10 mgL^{-1} de benzoato e sódio preparou-se as soluções da mistura dos conservantes em um balão de 1L (solução tampão benzoato). Para o preparo das soluções tampão benzoato utilizou-se a proporção em volume de 1:1 e 3:1 das soluções de ácido benzoico e benzoato de sódio, buscando variar o pH da solução tampão resultante.

Processos de degradação: adsorção, fotólise e fotocatalise

O processo de adsorção foi realizado com adição de 100 mL das soluções do analito contendo 100 mgL^{-1} de TiO_2 (Óxido de Titânio USP, TiO_2 - anatase, Synth), o fotocatalisador, mantidos em um béquer de 150 mL revestido com papel alumínio e sob agitação magnética constante durante 120 minutos de reação. As degradações fotolítica e fotocatalítica foram realizadas em um fotorreator de bancada de vidro Pyrex de 150 mL com um sistema de resfriamento por circulação de água a uma temperatura constante de $20 \text{ }^\circ\text{C}$. Uma lâmpada de vapor de



mercúrio de 125 W (E27 - Avant) foi inserida em um bulbo de quartzo imerso a 100 mL da solução do analito, mantida dentro do reator. As reações de degradação nos processos ocorreram durante 120 minutos com agitação constante, usando um agitador magnético. O processo de fotocatalise realizou-se com 100 mgL⁻¹ de TiO₂ adicionados às soluções do analito mantidas no fotorreator.

Alíquotas do meio reacional dos diferentes processos foram retiradas em diferentes intervalos de tempo (0 a 120 min). Em determinado intervalo de tempo, 5 mL da mistura do meio reacional foram amostradas e filtradas com o auxílio de um filtro de policarbonato e silicone de área de 0,5cm (Sartorius) acoplado à uma membrana de Nitrato de Celulose (NC) Quadriculada Estéril (Unifil) com diâmetro de 47 mm e poro de 0,45 µm para remoção do fotocatalisador.

Espectrofotometria no UV-vis, medidas de pH e condutividade

Os espectros de absorção foram registrados em um espectrofotômetro UV-vis (Gehaka, UV-vis 350) de 190 a 800 nm, com o auxílio de uma cubeta de quartzo (volume 3,5 mL) e utilizando água destilada como branco. Amostras dos processos de degradação (5,0 mL) foram diluídas na proporção de 1,9 mL de amostra e 2,1 mL de água destilada e conduzida à análise.

Medidas de pH das alíquotas (5,0 mL) das amostras dos processos de degradação foram levadas à análises no medidor de pH que foi previamente calibrado com as soluções tampão padrão de pH 4,0 e pH 7,0, à 25°C. Posteriormente, foram realizadas as medidas de condutividade das alíquotas dos processos de degradação em um medidor de condutividade calibrado antes de ser usado com uma solução tampão padrão de 149,6µ.S.cm⁻¹ e constante de célula 1, à 26 °C.

Determinação de eficiência dos processos de degradação

A eficiência dos processos de degradação foi determinada considerando a Equação 1 para cada um dos processos, estimando assim, o potencial de aplicação do processo.

$$\% \text{ Degradação} = \frac{A_0 - A_t}{A_0} \times 100 \quad \text{Equação (1)}$$

A₀: é a



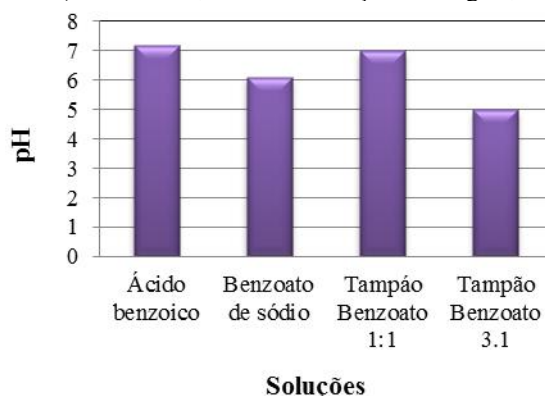
absorbância inicial do conservante antes da degradação e; A_t é a absorbância do conservante de acordo com o tempo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por ser um ácido fraco ($pK_a = 4,21$), o ácido benzoico quando compõem uma solução com o seu sal derivativo como o benzoato de sódio formam uma solução tampão que se constitui, de acordo com Skoog (2012), de um ácido e sua base conjugada. A solução tampão benzoato apresenta características únicas e distintas comparadas as das soluções dos compostos isolados. Assim sendo, a solução tampão benzoato se mostra com um elevado grau de complexidade quando comparada as das soluções de ácido benzoico ou de benzoato de sódio e, suas características físicas e químicas dependem da sua composição e pH.

As soluções das mistura dos conservantes se compuseram a partir da mistura de soluções de ácido benzoico (10 mgL^{-1}) e benzoato de sódio (10 mgL^{-1}) nas proporções 1:1 e 3:1, dos volumes das soluções. A Figura 1 mostra os valores de pH das soluções de ácido benzoico (10 mgL^{-1}) e benzoato de sódio (10 mgL^{-1}) e do tampão benzoato nas diferentes proporções.

Figura 1. Potencial hidrogeniônico (pH) das soluções de ácido benzoico, benzoato de sódio, do tampão benzoato nas diferentes proporções (1:1 e 1:3) em volume, nas concentrações 10 mgL^{-1} , a $25 \text{ }^\circ\text{C}$.



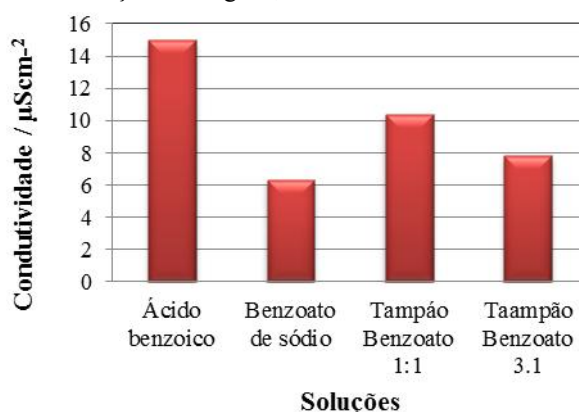
Fonte: Autoras, 2023.

A condutividade de uma solução eletrolítica depende da concentração de uma solução (BROWN et al, 2005). Na Figura 2, observa-se que a solução de ácido benzoico tem o maior valor de condutividade frente às demais soluções. Entre as soluções tampão benzoato, o maior valor de



condutividade é a do tampão benzoato na proporção 1:1, indicando que nessa condição se tem maior concentração de íons no meio da mistura de ácido benzoico e benzoato de sódio, o que promove aumento no valor de condutividade da solução tampão.

Figura 2. Condutividade das soluções de ácido benzoico, benzoato de sódio, do tampão benzoato nas diferentes proporções em volume e nas concentrações 10 mg L^{-1} , a $25 \text{ }^\circ\text{C}$.

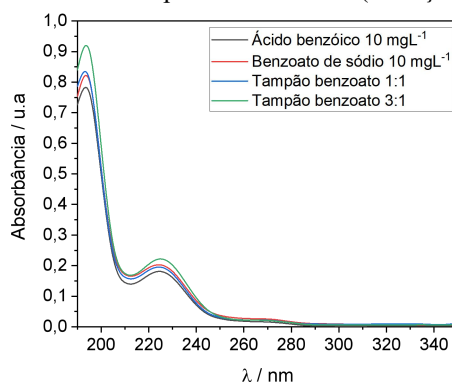


Fonte: Autoras, 2023.

Espectros no UV-vis do ácido benzoico, benzoato de sódio e tampão benzoato

Os espectros de absorção no UV-vis das soluções aquosas de 10 mgL^{-1} de ácido benzoico, benzoato de sódio e tampão benzoato nas proporções 1:1 e 3:1 estão apresentados na Figura 3. Não são observadas diferenças nos perfis espectrais dos diferentes compostos em água. Uma banda de máxima absorção ocorre no comprimento de onda de 195 nm , outra de menor intensidade em 225 nm e ausência de absorção a partir de 350 nm .

Figura 3. Espectro de absorção no UV-vis das soluções aquosas de 10 mgL^{-1} de (a) ácido benzoico; (b) benzoato de sódio, (c) soluções tampão benzoato 1:1 e tampão benzoato 3:1. (Diluição: $1,9 \text{ mL}$ amostra: $2,1 \text{ mL}$ água).



Fonte: Autoras, 2023.

Esses



resultados concordam com o de Elmanfe (2019) para o benzoato de sódio, embora o espectro não tenha sido analisado em comprimentos de onda inferiores à 200 nm.

A assume-se nos espectros que a primeira banda de maior intensidade atribui-se à transição eletrônica $\pi \rightarrow \pi^*$ do cromóforo C=O ligado ao anel aromático, benzoíla, enquanto a segunda banda de menor intensidade corresponde a transições eletrônicas $n \rightarrow \pi$, característica de composto carboxílico substituinte (PAVIA *et al.*, 2010).

Processos de degradação e monitoramento

No processo de fotocatalise ocorrem diversos fenômenos associados e os mais relevantes deste estudo foram a adsorção que congrega a interação das partículas do fotocatalisador (TiO₂) com as moléculas orgânicas (conservantes) que se quer degradar e, a fotólise que integra a interação da radiação UV ultravioleta (UV) com as espécies em solução. Portanto, estudar os fenômenos isolados é importante para se compreender a degradação dos conservantes no processo de fotocatalise.

Durante o processo de degradação os espectros no UV-vis do composto orgânico são registrados e podem indicar diversos fenômenos, os quais se observam pelo modo como as bandas de absorção são alteradas durante o processo devido às reações químicas que ocorrem (PAIVA *et al.*, 2010; BOSQUILHA, 1996). Neste estudo foram considerados dois fenômenos e os mais relevantes destacados como segue (i) durante as reações de degradação pode haver quebra das ligações que formam a estrutura molecular do composto. Como consequência, as bandas de absorção no espectro podem apresentar uma diminuição na intensidade de absorção durante o tempo de reação. (ii) Outro fator é que durante a reação de degradação pode haver a formação de subprodutos derivativos do composto originário. Com isso, as bandas de absorção no espectro de UV-vis tendem a aumentar a intensidade com o tempo de reação ou dependendo da região espectral de absorção dos subprodutos, outras bandas de absorção podem se evidenciar em diferentes comprimentos de onda do composto originário.

Processos de adsorção e de fotólise para a degradação

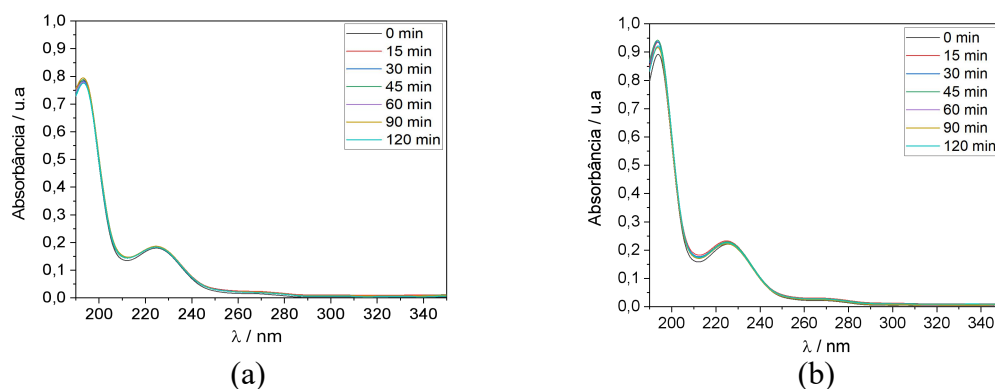
Nos estudos foram realizadas avaliações do fenômeno de adsorção das moléculas dos conservantes em 100 mgL⁻¹ do catalisador TiO₂ e também do processo de fotólise sob irradiação



UVC sem o catalisado em soluções: tampão benzoato 1:1 (pH= 7,0) e tampão benzoato 3:1 (pH= 5,0). Os espectros no UV-vis obtidos nos processos de adsorção em diferente intervalo de tempo são mostrados na Figura 4. O fenômeno de adsorção utilizando TiO_2 em suspensão nas soluções da mistura dos conservantes foi insignificantes no processo.

Esse resultado é de suma relevância, pois adsorção elevada de conservantes sobre as partículas de TiO_2 podem interferir no processo de fotocatalise. A tendência de adsorção se reduz na ordem crescente para as soluções tampão benzoato 1:1 (pH= 7,0) < tampão benzoato 3:1 (pH= 4,0).

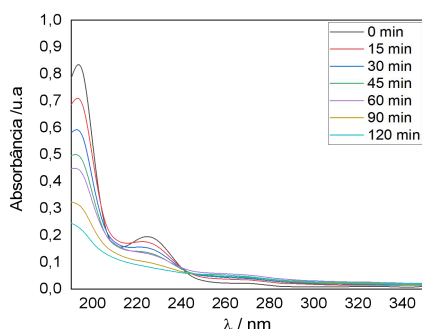
Figura 4. Espectros de absorção no UV-vis do processo de adsorção da mistura: (a) solução tampão 1:1, pH= 7,0 e (b) solução tampão 3:1, pH= 5,0, contendo 100 mgL^{-1} de TiO_2 em diferente intervalo de tempo. Diluição (1,3 mL amostra: 2,7 mL água).



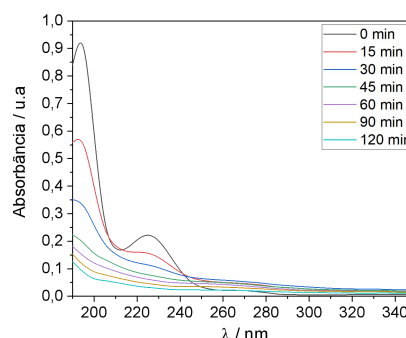
Fonte: Autoras. 2023.

Em comparação ao processo de adsorção, o processo de fotólise se mostra mais efetivo, uma vez que a solução tampão (a mistura de benzoato de sódio e ácido benzoico) é significativamente instável quando se irradia luz UV, indicando a degradação. A radiação UV tende a causar quebras das moléculas de ácido benzoico e benzoato de sódio na solução, o que causa diminuição e drástica redução na intensidade das bandas de absorção na região de 190 a 340 nm dos espectros de UV, como mostra a Figura 5.

Figura 5. Espectros de absorção no UV-vis do processo de fotólise da mistura: (a) solução tampão 1:1, pH= 7,0 e (b) solução tampão 3:1, pH= 5,0 contendo 100 mgL^{-1} de TiO_2 em diferente intervalo de tempo. Diluição (1,3 mL amostra: 2,7 mL água).



(a)



(b)

Fonte: Autoras, 2023.

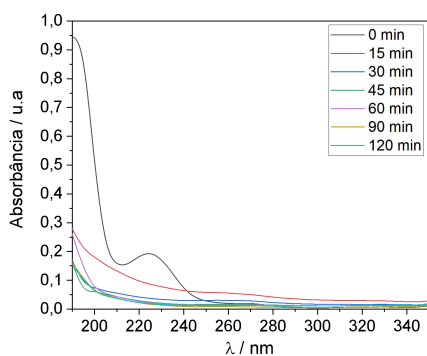
As interações da radiação UV com os compostos orgânicos na solução tampão são efetivas e degradam as moléculas de ácido benzoico e benzoato de sódio. Assim, na Figura 3, as bandas de absorção nos espectros de UV-vis diminuem com o tempo de reação, além de reduzir a intensidade em 120 minutos de reação.

Comportamento similar revela-se para as bandas de absorção no espectro do UV-Vis das soluções tampão benzoato, no entanto, menores valores de absorbância são atingidos para o tampão benzoato 3:1 (pH = 5,0). Análises dos perfis espectrais das soluções indicam a promoção de uma sinergia para se degradar de forma mais efetiva ambos conservantes em solução tampão em pH = 5,0.

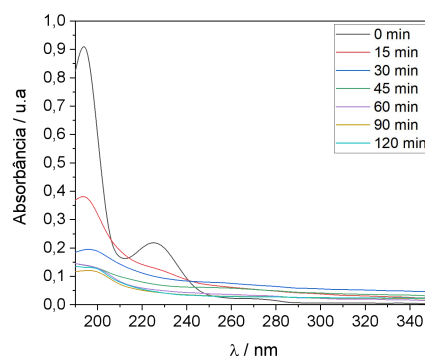
Degradação fotocatalítica

No processo de fotocatalise heterogênea para a degradação dos conservantes nas soluções tampão benzoato 1:1 (pH= 7,0) e tampão benzoato 3:1 (pH= 5,0), associam-se a radiação UVC e 100 mgL⁻¹ de TiO₂ suspenso durante 120 minutos nas soluções. Os espectros no UV-vis dos processos em diferente intervalo de tempo são demonstrados na Figura 6.

Figura 6. Espectros de absorção no UV-vis do processo de fotocatalise da mistura: (a) solução tampão 1:1, pH= 7,0 e (b) solução tampão 3:1, pH= 5,0 contendo 100 mgL⁻¹ de TiO₂ em diferente intervalo de tempo. Diluição (1,3 mL amostra: 2,7 mL água).



(a)



(b)

Fonte: Autoras, 2023

Durante a reação de degradação fotocatalítica entre 0 a 20 minutos, ocorrem decaimentos acentuados das bandas de absorção nos espectros das soluções tampão benzoato, conforme a Figura 6. Nos primeiros 15 min de reação as bandas de absorção nos espectros do tampão benzoato 1:1 pH = 7,0 (Fig. 6 (a)) sofre um decaimento maior comparada à solução tampão benzoato 31:1 pH = 5,0. (Fig. 6 (b)). Com o transcorrer do tempo de reação, menores valores de absorbâncias são atingidos para ambas soluções tampão benzoato. Após 120 minutos de reação, a solução tampão benzoato 1:1 pH = 7,0 atinge os menores valores de absorbância (Fig. 6 (a)).

A degradação das soluções tampão benzoato nos diferentes pH ocorre pelo processo de fotocatalise e as respectivas eficiências estão dispostas na Tabela 2. O fenômeno de adsorção dos conservantes nas soluções tampão, independente do pH é extremamente baixo. Assim, quando a solução tampão benzoato 3:1 (pH= 5,0) a eficiência é zero, enquanto para a solução tampão benzoato 1:1 (pH= 7,0) o processo de adsorção revela-se o de menor eficiência, sendo de 0,8%.

Tabela 2 Eficiências dos processos de degradação na presença e ausência de TiO_2 , das soluções tampão benzoato preparadas em diferentes proporções e pH,

Processos	Solução Tampão benzoato		Concentração de TiO_2 / mgL^{-1}	Eficiência / %
	Proporção	pH		
Adsorção	1:1	7,0	100	0,8
	3:1	5,0		0,0
Fotólise	1:1	7,0	--	75,0
	3:1	5,0		91,8
Fotocatalise	1:1	7,0	100	88,9



	3:1	5,0		86,8
--	-----	-----	--	------

Fonte: Autoras, 2023.

A eficiência do processo de fotólise na degradação é de 75,0% e 91,8% para o tampão benzoato 1:1 (pH = 7,0) e tampão benzoato 3:1 (pH = 5,0), respectivamente. No tratamento por radiação UV há quebra de ligações químicas dos conservantes diretamente pela radiação. No entanto, segundo Vogna et al, (2004), a fotólise com UV direta nem sempre é eficaz. Contudo, o processo de fotólise mostra-se eficaz e parece elevar o grau de uma possível mineralização dos conservantes (benzoato de sódio e ácido benzoico) misturados em solução tampão 3:1 (pH = 5,0). O processo de fotólise em ordem crescente, configura-se mais efetivo para as soluções tampão benzoato 3:1 (pH = 5,0) > tampão benzoato 1:1 (pH = 7,0).

No processo de fotocatalise a degradação das soluções tampão benzoato ocorre com uma eficiência que depende das características da solução e do pH, sendo de 88,9 % e 86,8% para as soluções tampão benzoato 1:1 (pH = 7,0) e tampão benzoato 3:1 (pH = 5,0), respectivamente.

Diante disso, o processo de fotocatalise utilizando TiO_2 , mostra-se eficiente na degradação de mistura de conservantes, a partir de soluções tampão e diferentes pH(s) de ácido benzoico e benzoato de sódio em meio aquoso

O processo de fotocatalise mostra-se efetivo para degradar ácido benzoico e benzoato de sódio da solução tampão. Entretanto, o processo fotocatalítico que associa o catalisador TiO_2 e a incidência de radiação UV foi o mais eficiente (88,9 % de eficiência) para degradar a solução tampão benzoato 1:1 pH = 7,0,. Enquanto, para a solução tampão benzoato 3:1 pH = 5,0 o processo de fotólise que engloba a irradiação de luz UV à solução, revela-se o mais eficaz, 91,8 % de eficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou estabelecer as condições experimentais para promover a degradação da mistura dos conservantes alimentares - ácido benzoico e benzoato de sódio em meio aquoso e quando combinados, originando a solução tampão benzoato aplicando somente irradiação de luz UV (fotólise) e por fotocatalise heterogênea (radiação UV associada ao óxido de titânio, TiO_2).



processo de fotocatalise mediado por 100 mgL^{-1} de TiO_2 com 88,9 % de eficiência consagra-se como o mais efetivo na degradação da mistura de ácido benzoico e benzoato de sódio em meio aquoso, solução tampão benzoato 1:1, $\text{pH} = 7,0$.

Além do processo de fotocatalise, o processo de fótólise mostra-se como um método alternativo para a degradação de mistura de conservantes alimentares em meio aquoso e se obtém 91,8% de eficiência na degradação da mistura de ácido benzoico e benzoato de sódio em meio aquoso, solução tampão benzoato 3:1, $\text{pH} = 5,0$.

Por fim, considerando as eficiências determinadas, os processos de fótólise e de fotocatalise mediado por óxido de titânio tornam-se alternativos na remediação de possíveis problemas causados por ácido benzoico e benzoato de sódio. Além disso, esses processos podem ser aplicados a outros conservantes que possam promover danos ambientais e à saúde humana, estendendo assim, sua aplicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO K. S.; ANTONELLI R.; GAYDECZKA B.; GRANATO A. C.; MALPASS G. R. P.; Processos oxidativos avançados: uma revisão de fundamentos e aplicações no tratamento de águas residuais urbanas e efluentes industriais. **Ambiente & Água - An Interdisciplinary Journal of Applied Science**, v. 11 n. 2, 2016, 387 - 401.

BOSQUILHA, G. E., VIDIOTTI, I. M.G., PITOMBO, L. R. M., MARCONDES, M. E. R., BELTRAN, M. H. R., PORTO, P. A., ESPERIDIÃO, Y. M. **Interações e Transformações I: Química para o 2º grau: Livro do aluno/GEPEQ**. 4ª ed. rev. São Paulo; EDUSP, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2914/2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade Diário oficial da União, 12 dez. 2011. Disponível em: < https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html>. Acesso em: 09/10/2022.

BROWN, T. L.; LEMAY, E. H. e BURSTEN, B. E. **Química: a ciência central**. 9ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CAVALCANTE J. F.; SILVA E. M. F.; DOMINGOS G. L.; BUARQUE H. L. B.; BUARQUE P. M.C.; Avaliação da remoção de benzoato de sódio por processo adsorptivo utilizando argila e sílica tratada com APTS como adsorventes. In: **Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental – 30º Congresso ABES**, 2019.

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. RESOLUÇÃO CONAMA nº 396, de 3 de abril de 2008. Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento



terrâneas e dá outras providências. Disponível em < http://www.mma.gov.br/port/conama/legi_abre.cfm?codlegi=562>. Acessado em 25 de abril de 2023.

COURY L., 1999, Current Separations 18:3, Conductance Measurements Part 1: Theory <http://www.currentseparations.com/issues/18-3/cs18-3c.pdf>.

DHAKA, S., KUMAR, R., LEE, S. HUN, KURADE, M.B., JEON, B.H. Degradation of ethyl paraben in aqueous medium using advanced oxidation processes: efficiency evaluation of UV-C supported oxidants. **J. Clean. Prod.** v. 180, 2018, 505 – 513.

DIAS F. F.; SILVA P. B. V.; SANTOS A. F. M. S.; ANDRADE J. G. P.; ALBUQUERQUE I. L. T.; Tratamento de efluente têxtil através de processo oxidativo avançado (H₂O₂/TiO₂/UV). **Revista GEAMA – Ciências Ambientais e Biotecnologia**, v. 4, n. 3, 2018, 004 - 009.

DONÁ G.; DAGOSTIN J. L. A.; TAKASHINA T. A.; CASTILHO F.; IGARASHI-MAFRA L.; A comparative approach of methylparaben photocatalytic degradation assisted by UV-C, UV-A and Vis radiations. **Environmental Technology**, v. 39, n. 10, 2017, 1238 - 1249.

ELMANFE, G. M. Spectrophotometric determination of sodium benzoate in some soft drinks collected from some local markets in El-Bieda City – Libya. **International Journal of Applied Science**, 2019, 67-76.

EFSA - European food Safety Authority Regulation; 2017. Regulation nº1333/2008. Available at: <http://www.fao.org/food/food-safetyquality/scientific-advice/jecfa/en/>

FANI M.; Os conservantes mais utilizados em alimentos. **Revista Aditivos e Ingredientes**, n. 123, 2015, 40 - 46.

FERREIRA I. T. R.; ROSÁRIO R. L. S. F.; SOUSA K. M.; MACHADO L. C.; NETO A. A.S.; GONZAGA I. M. D.; SANTOS G. O. S.; FIGUEIREDO R. T.; Aspectos dos efeitos toxicológicos das nano partículas de dióxido de titânio: uma breve revisão. **Scientia Amazonia**, v. 8, n.2, 2019, 16 - 28.

GAUR, H.; PURUSHOTHAMAN, S.; PULLAGURI, N.; BHARGAVA, Y.; BHARGAVA, A. Sodium benzoate induced developmental defects, oxidative stress and anxiety-like behaviour in zebrafish larva. **Biochemical and Biophysical Research Communications**, v. 502, n. 2, 2018, 364 - 369.

GOMES, J. F., LOPES, A., GMUREK, M., QUINTA-FERREIRA, R. M., MARTINS, R. C., Study of the influence of the matrix characteristics over the photocatalytic ozonation of parabens using Ag-TiO₂. **Sci. Total Environ.** v. 646, 201, 1468 – 1477.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JONKERS, N., SOUSA, A., GALANTE-OLIVEIRA, S., BARROSO, C. M., KOHLER, H. P. E., GIGER, W. Occurrence and Sources of Selected Phenolic Endocrine Disruptors in Ria de



Portugal Environ. Sci. Pollut. Res. 2010, v. 17, 834 – 843.

HARRIS, D.C. **Quantitative chemical analysis**. 5^a ed. Nova Iorque: W.H. Freeman, 1999.

HONORATO, T. C., BATISTA, E., NASCIMENTO, K. O., PIRES, T. Aditivos alimentares: aplicações e toxicologia. **Revista Verde**, v. 8, n. 5, 2013, 1 – 11.

KHAKI M. R. D., SHAFEEYAN M. S, RAMAN, A. A. A., DAUD W. M. A. W. Evaluating the efficiency of nano-sized Cu doped TiO₂/ZnO photocatalyst under visible light irradiation. **J. Mol. Liq.**, v. 258, 2018, 354 - 365.

NAIR B. Final report on the safety assessment of benzyl alcohol, benzoic acid, and sodium benzoate. **Int. J. Toxicol.** v. 20, n. 3, 2001, 23 - 50.

NAPOLEÃO, D. C.; SANTANA, R. M. R. Review on the use of Advanced Oxidate Processes in the degradation of persistent organic pollutants. **World Journal of Textile Engineering and Technology**, v.7, 2021, 63 – 72.

NASCIMENTO R. F.; ABDALA E. F.; RIBEIRON. J.P.; OLIVEIRA A. G.; BARROS A. L.; BARROS F. C. F.; **Processos oxidativos avançados: fundamentos e aplicações em matrizes ambientais**. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

PAVIA, D. L.; LAMPMAN, G. M.; KRIZ, G. S.; VYVYAN, J. R. **Introdução à Espectroscopia**, Cengage Learning, 2010.

PIPER J. D., PIPER P. W. Benzoate and sorbate salts: A systematic review of the potential hazards of these invaluable preservatives and the expanding spectrum of clinical uses for sodium benzoate. **Comprehensive Reviews in Food Science and Food Safety**, v. 16, 2017, 868 - 880.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RENZ, L., VOLZ, C., MICHANOWICZ, D., FERRAR, K., CHRISTIAN, C., LENZNER, D., EL-HEFNAWY, T. A study of parabens and bisphenol A in surface water and fish brain tissue from the Greater Pittsburgh Area. **Ecotoxicology**, v. 22, 2013, 632 – 641.

RIZZO, L., Gernjak, W., Krzeminski, P., Malato, S., Mc Ardell, C.S., Perez, J.A.S., Schaar, H., Fatta-Kassinos, D., Best available technologies and treatment trains to address current challenges in urban wastewater reuse for irrigation crops on EU countries. **Sci. Total Environ.** 710, 2020, 136312.

SACMACI, Ş. KARTAL, S.. DURAL, S. Dispersive liquid-liquid microextraction procedure for the determination of palladium by flame atomic absorption spectroscopy. **J. Braz. Chem. Soc.**, v. 23, 2012, 1033 – 1040.



SIMONI J. A. R. Avaliação da capacidade tamponante - um experimento participativo. **Química Nova**, v. 23, n. 3, 2000, 405 – 409.

SKOOG W., HOLLER C. **Fundamentos de Química Analítica**. 8ª Edição, Editora: Cengage Learning, São Paulo, SP, 2012.

SOARES A. F. S.; SOUZA L. P. S.; Contaminação das águas de abastecimento público por poluentes emergentes e o direito à saúde. **R. Dir. sanit.**, v. 20, n. 2, 2019, 100 - 133.

SOLÍS, R.R., RIVAS, F.J., MARTÍNEZ-PIERNAS, A., AGÜERA, A., Ozonation, photocatalysis and photocatalytic ozonation of diuron: intermediates identification. **Chem. Eng. J.** v. 292, 2016. 72 - 81.

SOUZA B. A.; PIAS K. K. S.; BRAZ N. G.; BEZERRA A. S.; Aditivos Alimentares: Aspectos Tecnológicos e Impactos na Saúde Humana. **Revista Contexto e Saúde** v.19, n.36, 2019, 5 - 13.

TEODORO A.; BONCZ M. A.; PAULO P. L.; JUNIOR A. M.; Desinfecção de água cinza por fotocatalise heterogênea. **Eng Sanit Ambient**, v. 22, n. 5, 2017, 1017 - 1026.

VOGNA, D., R. MAROTTA, A. NAPOLITANO, R. ANDREOZZI e M. D'ISCHIA. Advanced oxidation of the pharmaceutical drug diclofenac with UV/H₂O₂ and ozone. **Water Res**, v.38, n.2, 2004, 414 – 422.

ZHANG G, MA Y. Spectroscopic studies on the interaction of sodium benzoate, a food preservative, with calf thymus DNA. **Food Chem**. v. 141, n. 1, 2013, 41 - 47.

WANG W. L, WU Q.Y, HUANG N., XU Z. B., LEE M.Y. , HUH.Y. Potential risks from UV/H₂O₂ oxidation and UV photocatalysis: a review of toxic, assimilable, and sensory-unpleasant transformation products. **Water Res**. n.15; v. 141 2018, 109 - 125.

WELLER P.J., Benzoic Acid Monograph. In: R.C. ROWE, P.J. SHESKEY, P. J. WELLER (Eds), Handbook of Pharmaceutical Excipients, 5th Edition, Pharmaceutical Press, 2006, 66 - 68.

WOLF G. S.; BERGER C.; ELIAS M. A.; KUREK A. P.; SUAVE J. Fotocatálise heterogênea: uma revisão sobre os métodos promissores de imobilização de dióxido de titânio. **Revista Técnico-Científica do IFSC**, v. 1, n. 12, 2022, 1 - 19.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Benzoic Acid and Sodium Benzoate. Concise International Chemical Assessment Document 26, WHO, Geneva, 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Guidelines for drinking-water quality. Geneva, 2008. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/204412/9789241547604_eng.pdf Acesso em: 25 jan 2023.



FERRAMENTAS PARA SELEÇÃO E ANÁLISE DE MODELOS

Pedro Henrique Rastelli Monteiro - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranavaí, pedro15henrique2017@gmail.com

Lucimary Afonso dos Santos - Orientadora
Unespar/Campus Paranavaí, lucimary.afonso@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Exatas e da Terra

INTRODUÇÃO

O modelo linear misto (LMM) vem sendo amplamente utilizado na análise de dados com medidas repetidas, dados longitudinais, estudos com agrupamento de dados e experimentos em blocos aleatórios nas mais diversas áreas do conhecimento e se caracterizam como uma extensão dos modelos lineares tradicionais.

Os LMM's apresentam determinadas características, como estruturas de covariâncias mais complexas, tornando possível representar dependência entre as observações de uma mesma unidade com menos parâmetros e a possibilidade da inclusão de efeitos aleatórios, tornando-os diferentes de modelos lineares tradicionais que consideram apenas efeitos fixos. Desta forma, um modelo é dito ser de efeitos mistos quando assume tanto fator de efeitos fixos quanto aleatórios.

Quando não consideramos o LMM como o modelo para um conjunto de dados, e sim um modelo tradicional, apenas com efeito fixos, o único fator que entra como aleatório é o resíduo, visto que ele aparece em qualquer delineamento, mesmo sendo pequeno (NOBRE, 2004).

Na análise de dados do tipo que se apresentam em modelos lineares clássicos, pode-se utilizar a teoria de modelos lineares generalizados (GLM) no estudo de dados experimentais, os quais envolve uma transformação, mas o objetivo principal é encontrar uma escala na qual ocorra o tipo de modelo linear aditivo (COSTA, 2003).



Os modelos lineares generalizados têm somente um componente aleatório que pode ser estendido para que tenham efeitos aleatórios no preditor linear. Essa extensão é dada como modelos lineares generalizados mistos, entretanto não nos aprofundaremos em modelos desse tipo.

Os objetivos principais deste projeto são o estudo das especificidades dos LMM, o processo de seleção dos modelos testados e a aplicabilidade a situações teóricas ou reais, além da familiarização com ferramentas computacionais de auxílio à análise.

MATERIAIS E MÉTODOS

Modelos Lineares

Os modelos lineares apresentam uma relação entre variáveis que sejam lineares nos parâmetros, implicando que a variação de cada um dos parâmetros seja independente dos demais parâmetros do modelo. Podemos reconhecer dois grupos clássicos de modelos lineares: Modelos de Regressão Linear e Modelos de Análise de Variância, que não será abordado aqui.

O modelo linear utilizado na análise de dados é dado pela seguinte equação:

$$Y = X\beta + \varepsilon, \quad (1)$$

em que, Y representa um vetor de dimensões $n \times 1$, X é a matriz de delineamento de dimensões $n \times p$, β é um vetor de parâmetros desconhecidos de efeitos fixos de dimensões $p \times 1$ e o vetor de erros aleatórios de dimensões $n \times 1$ é dado por ε . O objetivo do modelo linear é modelar a média de Y usando β (COSTA, 2003).

No modelo, os efeitos fixos são usados para modelar o valor esperado da variável resposta Y , enquanto os efeitos aleatórios são utilizados para modelar sua estrutura de covariância.

Modelos Lineares de Efeitos Mistos – LMM

Todo modelo linear que contém uma média geral ou uma constante tomada como fixa, e um termo referente ao erro assumido como aleatório, é um tipo de modelo linear misto. O



nome modelo misto vem do fato que o modelo contém parâmetros de efeitos fixos e parâmetros de efeitos aleatórios β e b , respectivamente e que as covariâncias, ou variáveis independentes, podem envolver uma mistura de valores fixos e efeitos aleatórios (COSTA, 2003).

Podemos definir um fator de efeito fixo como uma variável categórica ou de classificação, no qual o investigador inclui todos os níveis que são de interesse para o estudo, chamados também de coeficientes de regressão ou parâmetros de efeito fixo, descrevendo as relações entre variáveis dependentes e variáveis predictoras. Esses fatores podem incluir covariáveis qualitativas, como gênero; variáveis de classificação implicadas por um projeto de pesquisa, ou variáveis de classificação ordinal em um estudo observacional como faixa etária (WEST, WELCH e GALECKI, 2014).

Efeitos fixos podem descrever contrastes ou diferenças entre os níveis de fatores em termos de respostas médias para a variável contínua, ou descrever o efeito de uma covariável contínua na variável dependente. Enfim, os efeitos fixos são assumidos como quantidades fixas desconhecidas em um LMM.

Efeitos aleatórios são valores aleatórios associados aos níveis de um fator aleatório em um LMM tendo uma variável de classificação com níveis que podem ser pensados como sendo amostrados aleatoriamente de uma população de níveis que estão sendo estudados, sendo que esses valores são específicos para um determinado nível de um fator aleatório e, geralmente representam desvios aleatórios das relações descritas por efeitos fixos (WEST, WELCH e GALECKI, 2014). Ainda, de acordo com os autores, todos esses níveis não estão presentes em um conjunto de dados, mas o pesquisador pode ter interesses na inferência sobre todos os níveis.

Em contraste com efeitos fixos, os efeitos aleatórios são representados como variáveis aleatórias em um LMM.

Nos modelos lineares mistos existem alguns casos particulares, como o modelo linear clássico, o modelo de componentes de variância e os modelos hierárquicos, os quais não nos aprofundaremos ao longo deste trabalho.

A especificação geral de um modelo linear misto, para o i -ésimo sujeito, tal que $i = 1, \dots, m$, pode ser expressa pela seguinte equação:



$$Y_i = X_i\beta + Z_i u_i + \varepsilon_i, \quad (2)$$

sendo que $X\beta$ representa a parte fixa do modelo, e $Zu + \varepsilon$ representa a parte aleatória, em que, β é um vetor de dimensões $p \times 1$ de parâmetros desconhecidos, X_i é uma matriz de delineamento conhecida, específica para o i -ésimo indivíduo de dimensões $n_i \times p$, u_i é um vetor de dimensões $k \times 1$ de efeitos individuais, desconhecido, Z_i é uma matriz de dimensões $n_i \times k$ de delineamento conhecida e ε é distribuído como $N(0, R_i)$, sendo R_i uma matriz de covariância positiva-definida de dimensões $n_i \times n_i$ (COSTA, 2003).

West, Welch e Galecki (2014) apresentam a equação (2) como especificação geral de um LMM para um determinado sujeito, em notação matricial, sendo que Y_i representa o vetor resposta contínua do i -ésimo sujeito

$$Y_i = \begin{pmatrix} Y_{1i} \\ Y_{2i} \\ \vdots \\ Y_{n_i i} \end{pmatrix}$$

Apresentaremos agora a matriz X_i , de ordem $n \times p$, que representa os valores conhecidos das p covariáveis. Segue a representação:

$$X_i = \begin{pmatrix} X_{1i}^{(1)} & X_{1i}^{(2)} & \cdots & X_{1i}^{(p)} \\ X_{2i}^{(1)} & X_{2i}^{(2)} & \cdots & X_{2i}^{(p)} \\ \vdots & \vdots & \ddots & \vdots \\ X_{n_i i}^{(1)} & X_{n_i i}^{(2)} & \cdots & X_{n_i i}^{(p)} \end{pmatrix}$$

Assumiremos que as matrizes X são postos completo, ou seja, nenhuma das colunas ou linhas é uma combinação linear das demais.

O vetor β em (2), é um vetor com p coeficientes de regressão, desconhecidos (ou parâmetros de efeito fixo) associados às p covariáveis na construção da matriz X .

$$\beta = \begin{pmatrix} \beta_1 \\ \beta_2 \\ \vdots \\ \beta_p \end{pmatrix}$$

As matrizes acima apresentadas compõem o que chamamos de “parte fixa do modelo”. Apresentamos a seguir, a parte aleatória do modelo, ou seja, os parâmetros de efeitos aleatórios, u , combinados com as covariáveis de Z , adicionando ε , parte aleatória do modelo.



A matriz \mathbf{Z} , de ordem $n \times q$, representa os valores conhecidos das q covariáveis, $\mathbf{Z}^1, \dots, \mathbf{Z}^q$. Essa matriz tem uma leve semelhança com a matriz \mathbf{X} , que representa os valores observados de covariáveis, mas geralmente tem menos colunas do que a matriz \mathbf{X} . Segue a forma matricial de \mathbf{Z} :

$$\mathbf{Z}_i = \begin{pmatrix} Z_{1i}^{(1)} & Z_{1i}^{(2)} & \dots & Z_{1i}^{(q)} \\ Z_{2i}^{(1)} & Z_{2i}^{(2)} & \dots & Z_{2i}^{(q)} \\ \vdots & \vdots & \ddots & \vdots \\ Z_{ni}^{(1)} & Z_{ni}^{(2)} & \dots & Z_{ni}^{(q)} \end{pmatrix}$$

O vetor, \mathbf{u} descrito abaixo, representa um vetor de q efeitos aleatórios na equação (2), associado as q covariáveis na matriz \mathbf{Z}

$$\mathbf{u}_i = \begin{pmatrix} u_{1i} \\ u_{2i} \\ \vdots \\ u_{qi} \end{pmatrix}$$

Efeitos aleatórios, por definição, são variáveis aleatórias, assim, assume-se que o vetor \mathbf{u} , segue uma distribuição normal multivariada, com vetor de médias 0 e uma matriz de variância-covariância denotada por \mathbf{D} , logo $\mathbf{u}_i \sim N(\mathbf{0}, \mathbf{D})$

\mathbf{D} é uma matriz de ordem $q \times q$ simétrica positiva em que os elementos ao longo da diagonal principal representam as variâncias de cada efeito aleatório em \mathbf{u} , e os elementos que não estão na diagonal representam as covariâncias entre dois efeitos aleatórios correspondentes. A matriz \mathbf{D} é dada como:

$$\mathbf{D} = \text{Var}(\mathbf{u}_i) = \begin{pmatrix} \text{Var}(u_{1i}) & \text{cov}(u_{1i}, u_{2i}) & \dots & \text{cov}(u_{1i}, u_{qi}) \\ \text{cov}(u_{1i}, u_{2i}) & \text{Var}(u_{2i}) & \dots & \text{cov}(u_{2i}, u_{qi}) \\ \vdots & \vdots & \ddots & \vdots \\ \text{cov}(u_{1i}, u_{qi}) & \text{cov}(u_{2i}, u_{qi}) & \dots & \text{Var}(u_{qi}) \end{pmatrix}$$

E por fim, o vetor $\boldsymbol{\varepsilon}$ que representa o resíduo sobre cada repetição realizada em cada sujeito, sendo parte de efeitos aleatórios do modelo.



$$\boldsymbol{\varepsilon}_i = \begin{pmatrix} \varepsilon_{1i} \\ \varepsilon_{2i} \\ \vdots \\ \varepsilon_{n_i i} \end{pmatrix}$$

Assim como o vetor \mathbf{u} o vetor $\boldsymbol{\varepsilon}$ segue distribuição normal multivariada com vetor de médias 0 e uma matriz de variância-covariância definida pela matriz \mathbf{R} , $\boldsymbol{\varepsilon}_i \sim N(\mathbf{0}, \mathbf{R}_i)$

Também assumimos que os resíduos associados a diferentes sujeitos são independentes um do outro, assim como, os vetores $\boldsymbol{\varepsilon}$ e os efeitos aleatórios \mathbf{u} são independentes. Representamos a forma geral da matriz \mathbf{R} como mostrada abaixo:

$$\mathbf{R}_i = \text{Var}(\boldsymbol{\varepsilon}_i) = \begin{pmatrix} \text{Var}(\varepsilon_{1i}) & \text{cov}(\varepsilon_{1i}, \varepsilon_{2i}) & \cdots & \text{cov}(\varepsilon_{1i}, \varepsilon_{n_i i}) \\ \text{cov}(\varepsilon_{1i}, \varepsilon_{2i}) & \text{Var}(\varepsilon_{2i}) & \cdots & \text{cov}(\varepsilon_{2i}, \varepsilon_{n_i i}) \\ \vdots & \vdots & \ddots & \vdots \\ \text{cov}(\varepsilon_{1i}, \varepsilon_{n_i i}) & \text{cov}(\varepsilon_{2i}, \varepsilon_{n_i i}) & \cdots & \text{Var}(\varepsilon_{n_i i}) \end{pmatrix}$$

Método Para Estimação dos Parâmetros

As estimativas dos parâmetros para os efeitos fixos, $\boldsymbol{\beta}$, e para os parâmetros de covariância, em um LMM podem ser obtidas a partir dos métodos da máxima verossimilhança e máxima verossimilhança restrita que descreveremos a seguir.

Método da Máxima Verossimilhança (MV)

A estimativa de máxima verossimilhança (MV) é um método de obtenção de estimativas de parâmetros desconhecidos, por meio da otimização da função de verossimilhança. Para aplicar a estimativa de ML, primeiro construímos a probabilidade como uma função dos parâmetros no modelo especificado, com base em suposições distributivas. Essas estimativas dos parâmetros são os valores dos argumentos que maximizam a função de verossimilhança (WEST, WELCH e GALECKI, 2014).

A função da verossimilhança em torno de $\boldsymbol{\beta}$ e $\boldsymbol{\theta}$, referindo-se a variável dependente Y com $f(Y_i | \boldsymbol{\beta}, \boldsymbol{\theta})$ é:



$$f(\mathbf{Y}_i|\boldsymbol{\beta}, \boldsymbol{\theta}) = (2\pi)^{-\frac{n_i}{2}} \det(\mathbf{V}_i)^{-\frac{1}{2}} \exp(-0.5 \times (\mathbf{Y}_i - \mathbf{X}_i\boldsymbol{\beta})' \mathbf{V}_i^{-1} (\mathbf{Y}_i - \mathbf{X}_i\boldsymbol{\beta}))$$

onde “det” se refere ao determinante da matriz \mathbf{V} .

Com base na função descrita acima dada como, função de densidade de probabilidade, dado $\mathbf{Y}_i = \mathbf{y}_i$ a contribuição da função de verossimilhança para o i -ésimo sujeito é definida da seguinte forma:

$$L_i(\boldsymbol{\beta}, \boldsymbol{\theta}; \mathbf{y}_i) = (2\pi)^{-\frac{n_i}{2}} \det(\mathbf{V}_i)^{-\frac{1}{2}} \exp(-0.5 \times (\mathbf{y}_i - \mathbf{X}_i\boldsymbol{\beta})' \mathbf{V}_i^{-1} (\mathbf{y}_i - \mathbf{X}_i\boldsymbol{\beta}))$$

Escrevemos a função de verossimilhança $L(\boldsymbol{\beta}, \boldsymbol{\theta})$ como o produto das m contribuições independentes para os indivíduos ($i = 1, \dots, m$).

Para obtenção das estimativas, derivamos a expressão acima nos parâmetros de interesse e igualamos a zero.

As estimativas para $\boldsymbol{\theta}$, obtidas pelo método de máxima verossimilhança são viesadas, assim, uma forma alternativa é o uso do método de máxima verossimilhança restrita (MVR). Este método é frequentemente utilizado para eliminar o viés das estimativas dos parâmetros de covariância $\boldsymbol{\theta}$ decorrente do método de máxima verossimilhança.

Método da Máxima Verossimilhança Restrita (MVR)

O Método da Máxima Verossimilhança Restrita (MMVR) é uma forma alternativa para se estimar os parâmetros de covariância, preferencialmente, à estimativa (MV) pelo fato das imparcialidades de parâmetros de covariância levando em conta a perda de graus de liberdade que resulta na estimativa dos efeitos fixos (WEST, WELCH e GALECKI, 2014). As estimativas MVR são baseadas na seguinte função de otimização de verossimilhança:

$$L_{\text{MMVR}}(\boldsymbol{\theta}) = -0,5(n - p) \ln(2\pi) - 0,5 \sum_i \ln(\det(\mathbf{V}_i)) - 0,5 \sum_i r_i - 0,5 \sum_i \ln(\det(\mathbf{X}_i \mathbf{V}_i^{-1} \mathbf{X}_i'))$$

Assim como MV, a função L_{MMVR} também deve ser derivada e igualada a zero para encontrar os parâmetros que melhor se associam com a amostra.

Delineamento em blocos casualizados



Nos experimentos em que as parcelas não são homogêneas, agrupamos os dados de forma que parcelas sejam consideradas homogêneas. Tais experimentos são denominados delineamentos em blocos casualizados (DBC) e nos permite controlar uma causa de variação conhecida e que possa vir a interferir nos resultados do experimento (AMERICO e SANTOS, 2022).

Um DBC leva em conta dois fatores: um fator experimental, para o qual consideram-se efeitos fixos (tratamentos) e um fator de bloco em que podemos usar efeitos aleatórios (PINHEIRO e BATES, 2006).

Considerando-se, ambos, fatores de tratamento e bloco como de efeitos fixos, o modelo, na forma matricial é,

$$Y = X\beta + \varepsilon$$

em que X representa a matriz do delineamento, β o vetor dos parâmetros e ε o vetor de erros.

Considerando-se o fator de tratamento como de efeito fixo e, bloco como de efeitos aleatórios, o modelo, na forma matricial pode ser escrito como,

$$Y = X\beta + Zu + \varepsilon$$

Em que, Y é o vetor das observações, X a matriz dos efeitos fixos, b o vetor dos parâmetros associados aos efeitos fixos, Z a matriz dos efeitos aleatórios, u o vetor dos parâmetros associados aos efeitos aleatórios, e o vetor de erros aleatórios. Os vetores u e ε são não correlacionados, com esperanças nulas e matrizes de covariâncias D e R , respectivamente.

Seleção de Modelos

Suponha que dois ou mais modelos tenham sido considerados na análise dos dados. Para identificarmos qual deles se mostra mais adequado podemos colocá-los sob comparação. Há vários procedimentos que nos permitem tomar esta decisão, dependendo da estrutura dos dados. Dentre estes apresentaremos os mais usados.

Critério de Informação de Akaike (AIC) e Critério Bayesiano (BIC)



Os critérios de informação, referido às vezes como critérios de adequação, fornecem uma maneira de avaliar a adequação de um modelo baseado em seu valor de log-verossimilhança, após a aplicação a aplicação de uma penalidade para os parâmetros que são estimados no ajuste do modelo. Uma característica fundamental é que seja possível comparar quaisquer dois modelos ajustados para o mesmo conjunto de observações. Temos dois critérios de informação, o de Akaike (AIC) e o de Bayes (BIC) (WEST, WELCH e GALECKI, 2014).

O AIC pode ser calculado com base no MV ou MVR, dado pela seguinte equação:

$$AIC = -2 \times l(\beta, \theta) + 2p$$

onde p representa o número total de parâmetros em um modelo de efeito fixo ou aleatório.

O BIC aplica uma penalidade maior para modelos com mais parâmetros do que o AIC, porque multiplicamos o número de parâmetros estimados pelo logaritmo natural de n , sendo n o número total de observações utilizadas na estimação do modelo.

O BIC pode ser calculado do seguinte modo:

$$BIC = -2 \times l(\beta, \theta) + p + \ln(n)$$

Uma vez especificado o modelo linear misto, é possível realizar inferências estatísticas, como testes de hipóteses, intervalos de confiança e análise de significância dos efeitos fixos e aleatórios. Além disso, a partir do modelo ajustado, é possível fazer previsão e avaliar a qualidade do ajuste por meio de medidas de ajuste, como os critérios de informação AIC e BIC, já vistos anteriormente. A especificação dos LMM é uma etapa fundamental na análise de dados com estruturas hierárquicas ou medidas repetidas. Ao considerar tanto os efeitos fixos quanto os efeitos aleatórios, esses modelos fornecem uma abordagem flexível e poderosa para compreender e interpretar a variabilidade nos dados, levando em conta a estrutura hierárquica subjacente.

Verificando as Suposições do Modelo

É importante realizar diagnósticos do modelo, após o ajuste de um LMM, para que se possa verificar as distribuições para os resíduos, se são satisfeitas e se o ajuste do modelo é



sensível a observações incomuns. Nos LMMs são mais difíceis de realizar e interpretar esses diagnósticos, pois o próprio modelo é mais complexo devido a presença de efeitos aleatórios e diferentes estruturas de covariância (WEST, WELCH e GALECKI, 2006).

Em geral, o diagnóstico do modelo deve fazer parte do processo de construção do modelo ao longo da análise de um conjunto de dados.

Uso do Ambiente Estatístico R

As ferramentas estatísticas computacionais vêm sendo amplamente utilizadas e a quantidade de rotinas e funções já implementadas tem proporcionado uma eficiente exploração de dados.

Segundo Barbosa (2009) o sucesso de aplicação de técnicas estatísticas se relaciona diretamente ao uso de equipamentos eficientes e uso de softwares de simples manipulação e dentre estes, o ambiente estatístico R, *software* gratuito e de código aberto.

O R proporciona um ambiente com várias técnicas estatísticas, clássicas e modernas, que foram implementadas dentro do *software*. Algumas estão compiladas dentro da base do ambiente R, mas várias são disponibilizadas como pacotes e dentre eles, o pacote **nlme**, que permite ajustar modelos mistos não lineares acomodando erros, dentro do grupo, correlacionados ou com variâncias desiguais e além dos modelos não lineares, os modelos lineares são facilmente implementados dentro deste pacote.

MATERIAL

A aplicação aqui descrita trata de conjunto de dados, disponível na literatura e envolve delineamento em blocos ao acaso.

Na Tabela 1 são apresentados os dados de um experimento instalado em uma fazenda, para investigar a influência de marcas de sucedâneo no peso de bezerras no momento do desmame (7 meses). Para tal foram separadas, aleatoriamente, 15 bezerras das raças Girolando, Holandesa e Jersey. Formaram-se blocos por raça e os animais foram sorteados, para distribuir, inteiramente ao acaso, as 5 marcas de sucedâneo (A, B, C, D e E).



Define-se sucedâneo como uma substituição de qualquer substância por outra que tenha, aproximadamente, os mesmos benefícios (SUCEDÂNEO, 2023) cujo objetivo é acelerar o crescimento com o melhor custo benefício, mantendo o bem-estar e a sanidade do animal.

Tabela 1 - Teste de marcas de sucedâneo em dietas para bezerras.

Sucedâneo	Raças de Bezerras		
	Girolando	Holandesa	Jersey
A	145	122	144
B	144	125	137
C	136	120	134
D	156	150	155
E	171	153	165

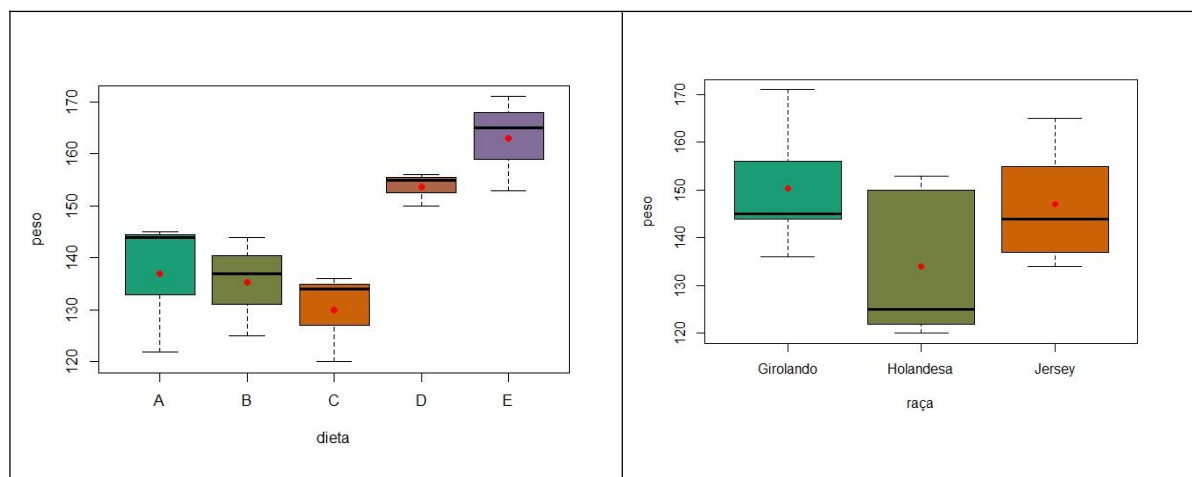
Fonte:

<https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/cienciasexatas/AMANDALIZPACIFICOMANFRIM/roteiro-aula-dbc.pdf>

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Realizou-se uma análise descritiva para exploração dos dados. Os resultados são apresentados na Imagem 1

Imagem 1: Distribuição do peso das bezerras por dieta atribuída (a) e raça (b).





Fonte: Os autores

Observando-se a Imagem 1 (a), percebe-se que o peso médio (aqui representados pelos pontos em vermelho), ao desmame, das bezerras que consumiram as dietas D e E são superiores as demais. Percebeu-se ainda que as bezerras que consumiram a dieta D apresentaram uma menor variabilidade de peso. Já na Imagem 1 (b), percebeu-se que as bezerras da raça Holandesa apresentaram o menor peso médio e também a maior variabilidade entre as bezerras.

Considerando que todos os fatores envolvidos, raça e dieta, sejam de efeito fixo, os parâmetros modelos foram estimados, por meio do método de análise de variância (ANOVA) e encontram na Tabela 2.

Tabela 2 – Estimativas para os parâmetros considerando modelo apenas com efeitos fixos (ANOVA)

Fonte de variação	G. L	S.Q.	Q.M.	Valor - p
Dieta(tratamento)	4	2323,1	580,8	0,000023
Raça(bloco)	2	749,2	374,6	0.000305
Resíduos	8	114,1	14,3	
Total	14	3186,4		

Fonte: os autores.

Observando-se a Tabela 2 constou-se que, ao nível de 5% de significância, a dieta possui algum tipo de efeito no peso, ao desmame, das bezerras, ou seja, pelo menos duas delas diferem entre si. Levando-se em consideração que as bezerras foram aleatoriamente selecionadas, resolveu-se considerar o fator bloco como aleatório no modelo. As estimativas para os parâmetros foram obtidas por meio do método da máxima verossimilhança restrita e são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Estimativas dos parâmetros dos efeitos fixos para o modelo misto.

Parâmetro	Estimativa	Erro Padrão	G. L.	Valor - p
(Intercepto)	137,0000	5,364492	8	0,0000
Dieta B	-1,6667	3,084009	8	0,6036
Dieta C	-7,0000	3,084009	8	0,0529



Dieta D	16,6667	3,084009	8	0,0006
Dieta E	26,0000	3,084009	8	0,0000

Fonte: os autores.

Considerando-se a dieta A como *baseline* e comparando-a as demais dietas percebeu-se que difere significativamente, ao nível de 5% de significância, das dietas D e E.

Considerando-se os fatores de efeito aleatório do modelo, as estimativas obtidas foram $\bar{D} = 8,489209I_q$ e $\bar{R} = 3,777124I_n$, respectivamente, a variabilidade dos dados explicada pelo fator de efeitos aleatórios, raças e o erro aleatório.

Como foram identificadas diferenças significativas entre as dietas, efetuou-se o teste de comparações múltiplas de Tukey. Os resultados são apresentados na Tabela 4, nos indicam que as dietas A, B e C não diferem entre si. Já as dietas D e E diferem entre si e das demais e, apresentam médias superiores.

Tabela 4 - Teste de comparações múltiplas de Tukey

Dietas	Médias	
E	163.00	a
D	153.67	b
A	137.00	c
B	135.33	c
C	130.00	c

Fonte: os autores.

Para verificação da adequação do modelo aos dados foram realizadas análises gráficas e o cálculo dos valores de AIC e BIC.

Os valores obtidos pelos critérios de seleção dos modelos, AIC e BIC, conforme Tabela 5 nos indicam que o modelo que considera raça (bloco) como de efeito aleatório, ou seja, o modelo misto, é mais adequado aos dados pois apresenta valores menores para AIC e BIC.

Tabela 5 - Valores de AIC e BIC para os modelos testados.

Modelos	AIC	BIC
---------	-----	-----



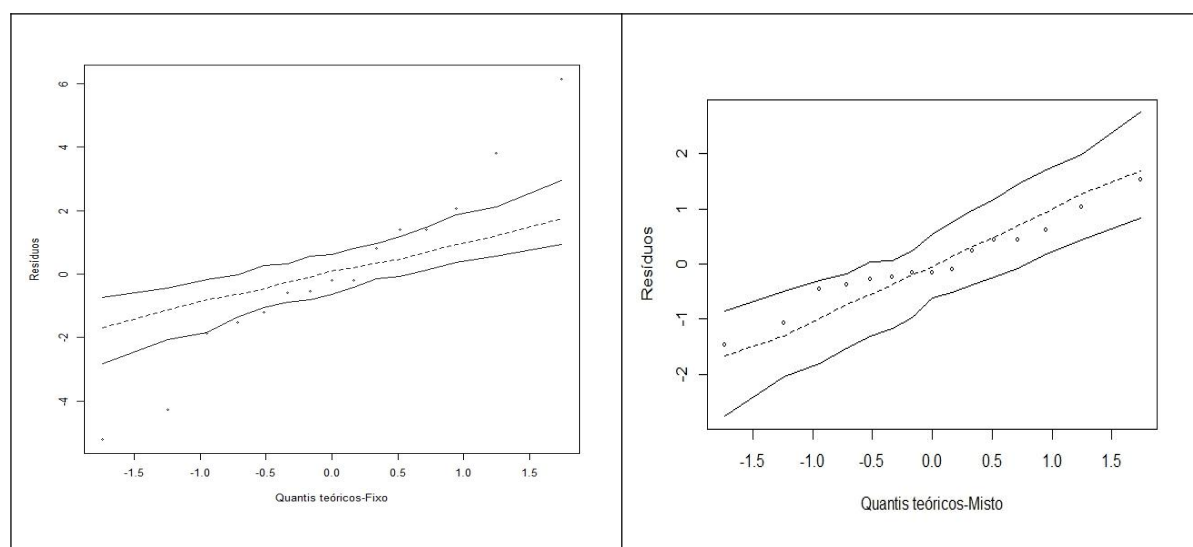
Efeitos fixos	89,00791	94,67236
Misto	80,98696	83,10505

Fonte: os autores.

Os gráficos de quantis normais com envelope simulado considerando os modelos de efeitos fixos e modelo misto, apresentados na Imagem 2 nos permite verificar a adequação do modelo aos dados em estudo.

Observando-se a Imagem 2 nota-se que, para o modelo linear de efeitos mistos os resíduos se apresentam dentro das bordas de confiança, indicando que o modelo é adequado aos dados, o que não ocorre com o modelo que considera apenas efeitos fixos.

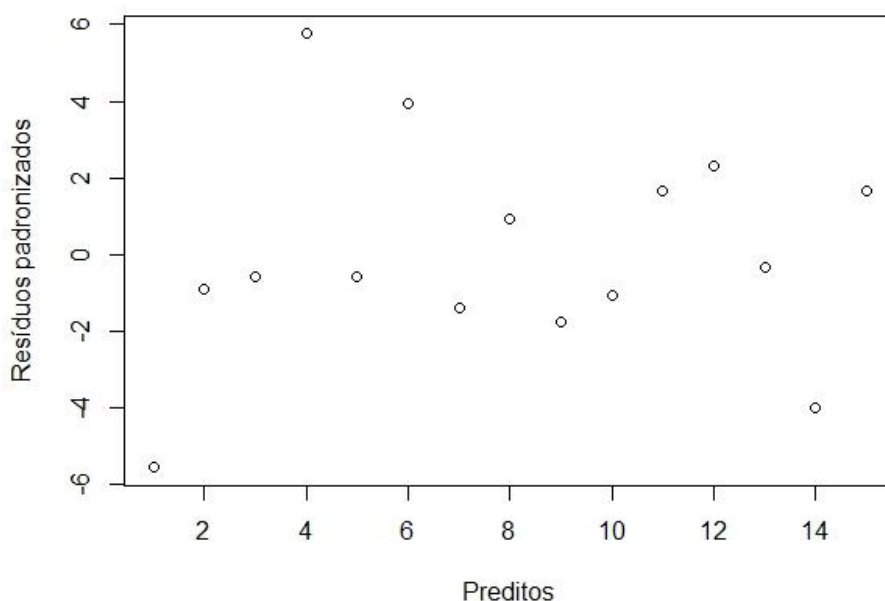
Imagem 2 - Gráficos de quantis normais com envelope simulado para os modelos de efeito fixo e misto.



Fonte: os autores.

Na Imagem 3 é possível avaliar o comportamento dos resíduos do modelo, considerando efeito aleatório de bloco. Percebe-se que os resíduos se distribuem aleatoriamente em torno de zero, não apresentando padrão específico de comportamento.

Imagem 3 – Gráfico de resíduos versus valores prediletos.



Fonte: os autores.

Todas as análises foram realizadas em ambiente estatístico R.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que o modelo linear misto é útil na explicação da relação existente entre as variáveis e, que os modelos lineares que incluem efeitos aleatórios podem apresentar um ajuste mais adequado quando comparado com os modelos lineares tradicionais. Concluiu-se que as marcas de sucedâneo presentes nas dietas D e E propiciaram um ganho de peso maior às bezerras no período de desmame.

Apesar da complexidade que a teoria envolve, a utilização de softwares, em particular, do ambiente estatístico R, facilita a obtenção de estimativas e comparações entre os modelos propostos, uma vez que vários pacotes e rotinas encontram-se implementados e documentados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Michele. **Uma abordagem para análise de dados com medidas repetidas utilizando modelos lineares mistos**. 2009. Dissertação (Mestrado em – Estatística e



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Experimentação Agronômica) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2009.

COSTA, Silvano Cesar da. **Modelos Lineares Generalizados Mistos Para Dados Longitudinais**. 2003. Tese (Doutorado em Estatística e Experimentação Agronômica) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba - 2003.

AMERICO, Haward Antunny da Silva.; SANTOS, Lucimary Afonso dos. Modelos Mistos Aplicados em Delineamentos em Blocos Incompletos. *In: III SIPEC- Seminário de Integração: Pesquisa, Extensão, Cultura e Inovação Tecnológica*. Paranavaí, 2022. **Anais do Encontro anual de iniciação científica da Unespar – VIII EAIC**. Disponível em: <https://sipec.unespar.edu.br/files/anais/Anais-EAIC-&-EAITI-2022.pdf>. Acesso em 01/08/2023.

NOBRE, Juvêncio Santos. **Métodos Diagnósticos para Modelos Lineares Mistos**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

R Core Team (2022). **R: A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <https://www.R-project.org/>.

Sucedâneo, *In.*: Dicio, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sucedaneo/>. Acesso em: 10/08/2023.

WEST, Brady T.; WELCH, Kathleen B.; GALECKI, Andrzej T. **Linear mixed models: a practical guide using statistical software**. Chapman and Hall/CRC, second edition, 2014.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 16 de 16



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO FUNDAMENTAL: PROPOSTAS E SABERES NA PERSPECTIVA HISTÓRICA E ATUAL

Willian Hideki Batista Alves Yotsumoto (Bolsa CNPq)
Unespar/*Campus* Paranaguá, willianyotsumoto@gmail.com

Mariliza Simonete Portela- Orientadora
Unespar/*Campus* Paranaguá, mariliza.portela@unespar.edu.br

Liceia Alves Pires - Coorientadora
Unespar/*Campus* Paranaguá, liceia.pires@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Exatas e da Terra

INTRODUÇÃO

O estudo em questão nos indicou alguns aspectos dos saberes escolares presentes entre 1990 e 2017, no âmbito da educação financeira, e nos ajudou a responder perguntas como: Como foi proposta a educação financeira para o ensino fundamental? Em que documentos oficiais foram indicados? Quais os saberes propostos para o ensino desse tema? Ao estudar essa questão e outras relacionadas, o objetivo primeiro foi inserir os discentes no campo da pesquisa histórico-cultural estendendo-se à oferta de subsídios para uma discussão crítica acerca da inserção de conteúdos aos currículos escolares contribuindo para a formação dos discentes enquanto futuros professores.

No contexto de formação de professores de matemática, ter domínio das disciplinas é fundamental, mas não suficiente para o exercício da docência. Os saberes da profissão¹ são mais amplos, entender, por exemplo, a organização de um currículo de ensino e nele identificar o que se espera que o professor conheça para saber ensinar ou ainda quais instrumentos são indicados para um conteúdo específico, faz parte do processo formativo. O Projeto de Iniciação Científica, no qual originou-se esta pesquisa, abriu uma possibilidade de aprofundamento nesse sentido.

¹ Segundo Hofstetter e Schneuwly (2017), são definidos dois tipos de saberes da profissão docente, os saberes a ensinar que são os objetos do seu trabalho e os saberes para ensinar que são as ferramentas do seu trabalho.



Na educação Básica, alguns conteúdos de ensino, recebem nomes e tratamentos diversos em níveis (séries) diferentes, a educação financeira é uma delas. Os currículos, manuais escolares e livros didáticos apresentam conteúdos, orientações pedagógicas, exercícios, mas se como educadores não ajustarmos as lentes, não identificamos ou não associamos essas propostas como “educação financeira”.

A intenção desta pesquisa foi estudar a presença da educação financeira nas propostas escolares, na perspectiva histórica e atual. Os documentos que se tornaram fontes para esta pesquisa foram: em âmbito federal, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC² (2017), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) e em âmbito estadual, o Currículo para a Escola Básica do estado do Paraná (1990).

Tratando-se de uma pesquisa com um viés histórico, o marco referencial em História da educação Matemática são os escritos de historiadores como Valente (2020). Sobre os saberes da profissão docente os estudos de Hofestetter e Schneuwly (2017) e Borer (2017) nortearam a pesquisa. Entendendo como necessário o entendimento da cultura, cultura escolar e da história das disciplinas estão presentes nos estudos, os escritos de Chervel (1990). As discussões em grupos de estudo e pesquisas sobre os temas apresentados pelos autores, acima citados, foram de fundamental importância para o desenvolvimento desta proposta de estudo. O programa de iniciação científica tem um papel importante, sobretudo associado às demais ações formativas, como por exemplo a participação em grupos de estudos e pesquisas com temas relacionados à educação, sobretudo com a possibilidade de integrar pesquisas com temas próximos ou com a mesma temática, mas aplicadas em diferentes níveis, uma vez que educação é integração. A proposta aqui apresentada ofereceu a oportunidade de discutir com pesquisadores experientes, os saberes constituintes da profissionalização do educador matemático e a própria história do ensino da matemática.

Temas como “educação financeira” embora constem em programas do ensino fundamental, manuais pedagógicos ou livros, nem sempre são identificados como tal e nosso objetivo é aprender a identificar sua presença nas fontes de pesquisa ao mesmo tempo conhecer o contexto em que foram ali inseridos. Desse modo amplia-se, não só a possibilidade do conhecimento, como a capacidade crítica para melhor exercer a docência.

² A Base Nacional Comum Curricular – BNCC foi promulgada pela Resolução CNE/CP N° 2, de 22 de Dezembro de 2017.



Ensinar um conteúdo proposto em um programa de ensino exige do professor, além de conhecer o objeto de ensino, planejamento, uso de linguagem adequada para apresentá-los de modo claro, bem como o conhecimento das potencialidades e limites para aquele nível de ensino, abrangendo os conhecimentos das ciências da educação e da psicologia, entre outros.

Ao conjunto desse conhecimento denominamos saberes. São saberes da e para a profissão do ensino, entretanto há saberes específicos para cada nível escolar, pré-escola, anos iniciais, anos finais etc. Esses saberes “devem assegurar aos professores uma formação com qualidade que possa ser repercutida sobre o conjunto do sistema educativo” (BORER, 2017, p. 173). No bojo dos saberes voltados para cada área do conhecimento, há aqueles necessários para o ensino de matemática, entretanto o olhar sobre os saberes também precisa ser discutido. Quando se estuda, por exemplo, um currículo de matemática, para pôr em prática na forma de aula, nem sempre se observa que há nele proposições, de forma explícita ou implícita, dos saberes que deve ter o professor para cumprir fielmente o currículo. Esses saberes têm sido tratados no âmbito da história da educação matemática, um campo recente de pesquisas que, segundo Valente (2020), apresenta tensões entre a matemática como campo disciplinar e o ensino da matemática, vindo desde a década de 1930 quando surgem as faculdades de filosofia que formam professores em Matemática e provoca discussões de caráter da disciplina científica e de caráter ligado aos profissionais da docência. O autor assegura que “em finais da década de 1980, surgiu um novo campo disciplinar e profissional, a Educação Matemática” (VALENTE, 2020, p.190). E, como vertente desse novo campo, abre-se o caminho para uma nova ramificação, a História da educação matemática (Hem)³. Assim, esse campo de pesquisa, se torna propício para a investigação de conteúdos que foram inseridos ou excluídos das propostas oficiais para o ensino e neste caso a educação financeira.

Nesse sentido, a organização do trabalho exigiu o estabelecimento de objetivos que conduzissem a investigação proposta: como se apresentou e apresenta a “educação financeira” enquanto proposta de ensino em documentos oficiais, no Ensino Fundamental.

Assim nos propusemos a analisar documentos oficiais para o ensino da matemática e torná-los fontes de pesquisa, organizando-as e disponibilizando para pesquisas futuras e fazer um

³ Para entender melhor o surgimento da História da educação matemática consultar VALENTE, W.R. em: Matemática, educação e história da educação matemática: campos disciplinares e o saber profissional do professor que ensina matemática. In Ciências da Educação, Campos Disciplinares e Profissionalização (2020).



levantamento histórico sobre as propostas da educação financeira em documentos oficiais no Brasil BNCC (2017), PCNs (1997) e seu desdobramento no Paraná com o Currículo Básico do Estado do Paraná (1990). Para esse fim participar de discussões com outros pesquisadores no Grupo de Pesquisas e grupos afins nos permitiu ampliar a compreensão acerca dos saberes profissionais exigidos para o ensino da matemática.

As ações de visitar arquivos selecionar e manusear corretamente documentos históricos e utilizar-se de meios virtuais para pesquisas contribuiu para elaborar escritas, discutir e apresentar em eventos da Universidade e de fora, comunicando resultados; contribuir com a formação de novos pesquisadores. Toda pesquisa exige o estabelecimento de procedimentos para que seus objetivos fossem atingidos, desse modo, o caminho teórico metodológico que utilizamos foram as veredas da construção da escrita da história da educação matemática. Nesse aspecto, participar e discutir com professores e pares foi o elemento propulsor para a formulação de hipóteses e elaboração de escritas sobre o tema. A participação em grupos de discussão além das orientações de iniciação científica mesmo que virtuais foram também elementos importantes na organização do pensamento. Uma vez traçada a linha, a pesquisa teve início e um levantamento inicial da produção acerca do tema foi realizada, na sequência foi elaborada uma linha cronológica, para então passar às efetivas discussões.

MATERIAIS E MÉTODOS

A primeira etapa deste estudo foi a leitura de textos que ajudassem a estabelecer uma linha do tempo da matemática financeira no espaço escolar. Verificou-se que com relação a sua origem no ensino brasileiro, não existe uma data precisa, porém notou-se que apesar da educação financeira ter chegado oficialmente em 2010, por meio da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em décadas anteriores ela já estava presente no meio escolar.

Com a intenção de buscar mais elementos que tivessem aproximação com o tema, foi realizado um levantamento de artigos disponibilizados no Google Acadêmico. Utilizando a palavra-chave “educação Financeira” foram encontrados 13.500, o que se tornava quase impossível para uma pesquisa de natureza de iniciação científica. Assim, para refinar a busca



foram acrescentados os descritores “educação básica” e “documentos educacionais” e 70 trabalhos foram localizados. A leitura dos resumos desses trabalhos mostrou que a maioria dos artigos apresentavam propostas de educação para o ensino da educação financeira nas escolas mostrando o quão importante é, não só para os anos finais do ensino médio, como para o início do ensino fundamental.

Na sequência foram selecionados 10 artigos que mais se aproximavam da proposta desta pesquisa e constatou-se que os artigos apresentavam uma breve introdução da história deste tema, como se aplicava nas escolas e a sua evolução no tempo. Dentre eles, alguns abordaram o tema até mesmo durante a crise causada pela pandemia do Covid-19, mostrando a importância do tema no processo educativo.

Ressaltamos aqui alguns deles que consideramos importante destacar: um deles foi o trabalho intitulado “Matemática Financeira no Ensino Fundamental - desafios e possibilidades no ensino remoto escrito por Freitas (2020), o trabalho apresentou como resultados que documentos como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e Base Nacional Comum Curricular, abordam de forma prática e significativa a matemática financeira, incentivando os alunos a aplicar conceitos financeiros em situações do cotidiano. Além disso no tempo do ensino remoto, embora com alguns obstáculos houve a oportunidade de inovar nas abordagens didáticas de matemática financeira.

Outro artigo interessante foi o escrito por Souza e Flores (2020), que tem por título “Da construção do objeto de uma pesquisa para a história da educação financeira”, o artigo apresenta o caminho percorrido pelo objeto da educação financeira, que foi para as autoras, originado no neoliberalismo para o objeto da educação financeira como um tema que está relacionado a diversos conteúdos de matemática, mas que também tem um viés que busca a formar o sujeito que tem um papel importante no funcionamento da economia.

Já o trabalho de Cordeiro, Costa e Silva, 2018, “Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica” o trabalho apresenta o cenário atual da educação financeira no Brasil, bem como sua importância na formação dos estudantes, com relação a temas financeiros. Também analisou uma coleção de livros didáticos e algumas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) buscando a importância do tema em tais materiais. Os autores concluem que a educação financeira ainda tem a contribuir no contexto escolar



consequentemente na formação de futuras gerações que deverão ser mais responsáveis quanto as suas finanças.

Salienta-se aqui que a leitura do material selecionado nos ajudou a calibrar as lentes para o tema, como por exemplo observar que havia diferentes propostas para contextos também diferentes, que a matemática financeira ou educação financeira estiveram presentes nas propostas de ensino. Entretanto, como nosso objetivo era a análise dos documentos oficiais: Parâmetros Curriculares Nacionais (1997-1998) e a Base Nacional Comum Curricular (2017-2018) procedemos a leitura buscando construir um relato acerca das ações que trouxeram para dentro das escolas o tema. Desse modo elaborou-se uma linha cronológica de acordo com os documentos que inicialmente selecionamos mostra a presença desse conteúdo no contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação financeira nos documentos escolares oficiais

Os movimentos de reforma na educação são fruto das proposições sociais e políticas e refletem nas práticas de ensino implicando na formação dos professores e na escolha de propostas para o ensino de determinado conteúdo. E, embora a educação financeira não seja uma disciplina escolar na Educação Fundamental, neste estudo nos interessamos por compreender acerca dos saberes relativos à educação financeira enquanto proposta de ensino. Mesmo porque, segundo Chervel (1990, p.198) “os processos de instauração e funcionamento de uma disciplina se caracterizam por sua precaução, por sua lentidão e por sua segurança” e segundo o autor dependem do consenso da escola e da sociedade.

No caso da educação financeira no contexto da educação brasileira a percebemos pulverizada nas atividades de matemática, no período pesquisado.

Embora, em uma linha temporal tivéssemos o Currículo Básico do Estado do Paraná (1990), no sentido de identificar, nas propostas oficiais, a presença de elementos que pudéssemos relacionar à educação financeira retrocedemos algumas décadas e visitamos um documento da educação denominado “Programas (Ensino Primário Elementar)” do estado do Paraná (1960), cuja intenção foi observar se havia propostas anteriores a 1990.



O programa de ensino do ano de 1960, propõe o estudo das moedas e cédulas brasileiras indicando resolver “problemas da vida prática” com exercícios relacionados ao sistema monetário. Dentre as indicações está a sugestão de trabalhar porcentagem na forma de fração, como por exemplo calcular 2% de Cr\$ 25,00 (cruzeiros); $2/100$ ou 0,02 de Cr\$ 25,00 = 0,5 (cinco centavos de cruzeiros).

O documento indica o livro "Metodologia da Matemática" de Irene Albuquerque, como Bibliografia. Neste, há sugestão de um vocabulário de termos próprios da educação financeira: comprar; pagar; prazo; prestações; dinheiro; à vista; varejo; varejista; capital; abatimento, entre outros. Fato este que nos conduz à hipótese da intencionalidade de trabalho com educação financeira. Deste modo foi observado que décadas antes da temporalidade proposta para esta pesquisa, já havia indícios do tema presente em documentos oficiais.

As leituras nos levaram a observar que a inclusão da Educação Financeira no currículo escolar é importante para fornecer aos estudantes as ferramentas necessárias para lidar com questões financeiras desde cedo, preparando-os para a vida adulta e para a tomada de decisões financeiras conscientes.

Essa inclusão pode ocorrer por meio de disciplinas específicas sobre Educação Financeira ou por meio da integração desse tema em disciplinas existentes, como Matemática, Ciências Sociais ou Economia, como por exemplo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que foi elaborada e promulgada décadas adiante. Esta lei reconhece a importância desse tema no contexto educacional, visando formar cidadãos mais conscientes e capacitados para lidar com as finanças pessoais e contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Na maior parte das vezes que localizamos a educação financeira nos documentos, seja de forma explícita ou implícita, ela está vinculada à disciplina de Matemática. Na década de 1990, o Currículo da Escola Básica do estado do Paraná apresenta a matemática na perspectiva de uma escola renovada e segue atendendo a organização de uma escolaridade gradual e sequenciada, da Pré-escola à 8ª série. Desse modo o conhecimento seria aprimorado a cada ano em todas as disciplinas, incluindo o conhecimento matemático. Já, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997) a matemática é apontada como um componente importante na construção da cidadania que deveria estar ao alcance de todos. Esse documento



faz uma abordagem histórica da disciplina e apresenta-se numa perspectiva diferenciada da atual proposta Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017). Assim a pesquisa se propôs detalhar um pouco mais o que cada documento traz sobre educação financeira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Currículo para a Escola Básica do Estado do Paraná de 1990 e a educação financeira

Ao estudar o Currículo para a Escola Básica do estado do Paraná (1990), observamos que a proposta previa professores e alunos inseridos numa prática social global e embora com funções diferenciadas devem ter práticas articuladas para promover o conhecimento.

O professor deveria ir “incorporando à prática novos elementos a partir do contato com os alunos e da avaliação consequente das ações encetadas na direção do ensino” (PARANÁ, 1990, p. 15), colocando o professor também na condição de aprendiz de modo que a análise de cada momento determinaria uma nova ação.

A organização da disciplina de Matemática⁴ parte de uma reflexão sobre ser a matemática uma disciplina básica por estar presente em tudo na vida e desenvolver o raciocínio, mas em contrapartida é tida como distante da realidade e muito abstrata. Assim o Currículo procura garantir o desenvolvimento de uma concepção matemática que “permita a todos o acesso aos conhecimentos e instrumentos matemáticos presentes em qualquer codificação da realidade, como uma condição necessária para participarem e interferirem na sociedade em que vivem” (PARANÁ, 1990, p. 58). Daí a necessidade de um desenvolvimento articulado entre os conteúdos no sentido de maior aproximação entre a Matemática e a realidade.

Os conteúdos estão divididos em três grandes grupos: classificação-seriação-números; medidas; geometria. No nível da Pré-escola e para os Ciclos de alfabetização (1ª e 2ª série), identificamos a proposta de trabalho com identificação e uso de cédulas e moedas. Para a 3ª série a divisão está proposta em: números-classificação e seriação; operações; medidas e geometria. Repetindo a proposta de identificação e uso de cédulas e moedas. A partir da 4ª

⁴ Fizeram parte da equipe de organização do Currículo, na área de matemática, os professores Carlos Roberto Viana, Maria Tereza Carneiro Soares, Regina Luzia Cório de Buriasco e Regina Maria de Michelotto.



série a divisão se faz em: números; operações; medidas e geometria, soma-se à proposta de trabalho com o sistema monetário, os cálculos de porcentagem o trabalho com problemas.

Entretanto o trabalho com o sistema monetário não está indicado da 5ª série até a 8ª série. Porém nessas etapas outras discussões estão presentes, como por exemplo em Geografia, a circulação de riquezas pelo território nacional, mercado de consumo, expansão de créditos, expansão do comércio exterior, baixo salário da maior parte da população, má distribuição da renda nacional, ingresso de mulheres no mercado do trabalho, gastos educação, alimentação, vestuários e eletrodomésticos. O que mostra articulação entre as áreas do conhecimento.

A Educação Financeira e os Parâmetros Curriculares Nacionais

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1997 instituiu um documento denominado Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)⁵ para a quatro primeiras séries do Ensino Fundamental e em 1998 para as quatro séries finais do ensino Fundamental. Com o objetivo de ter uma formação para a cidadania democrática posicionando-se de maneira responsável e construtiva em diferentes situações sociais e, apresentou uma proposta nacional para a construção de uma base única para o Ensino Fundamental. De acordo com o documento

a sociedade brasileira demanda uma educação de qualidade, que garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual esperam ver atendidas suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas (BRASIL, 1998, p.21).

São documentos elaborados para orientar os educadores por meio da normatização de alguns aspectos fundamentais referentes a cada disciplina. De modo que “o aluno possa ser sujeito de sua própria formação, em um complexo processo interativo em que intervêm alunos, professores e conhecimento” (BRASIL, p. 51). Salienta que a Matemática faz parte da vida

⁵ No contexto brasileiro, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram um conjunto de orientações educacionais que foram desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil. Eles forneceram diretrizes para a elaboração dos currículos das escolas de educação básica, que incluem a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.



dos seres humanos como criação sua e deve dar respostas às necessidades das diferentes culturas desenvolvendo suas “capacidades cognitivas e sua confiança para enfrentar desafios, de modo a ampliar os recursos necessários para o exercício da cidadania, ao longo de seu processo de aprendizagem” (BRASIL, 1998, p. 60).

Os PCNs tiveram como objetivo estabelecer um referencial comum para a educação brasileira, buscando promover a qualidade e a equidade na educação, abordando diferentes áreas do conhecimento, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, além de temas transversais, como ética, saúde, meio ambiente, trabalho e consumo. Elaborados em colaboração com especialistas e professores de todo o país e foram publicados a partir da década de 1990, passando por revisões e atualizações ao longo do tempo. Foram considerados uma referência para a organização e o planejamento das práticas pedagógicas nas escolas brasileiras, embora a implementação possa variar entre os diferentes sistemas de ensino e escolas.

É importante ressaltar que os PCNs não foram portadores de um currículo obrigatório e rígido, mas sim um conjunto de orientações que as escolas podem adaptar de acordo com suas realidades locais e as necessidades dos alunos. As redes de ensino e as escolas teriam autonomia para desenvolver seus próprios currículos, desde que estivessem em consonância com os princípios e objetivos gerais estabelecidos pelo documento.

Do professor se esperava a proposição de atividades que exigissem “valorizar o processo e a qualidade, e não apenas a rapidez na realização, e esperar estratégias criativas e originais, e não a mesma resposta de todos” (BRASIL, 1998, p. 98). Sendo importante que o professor definisse “claramente as atividades, estabeleça a organização em grupos, disponibilize recursos materiais adequados e defina o período de execução previsto” (BRASIL, 1998, p.94).

É possível encontrar algumas orientações relacionadas à temática financeira em trechos dos PCNs que abordam outros aspectos do currículo. Por exemplo, nos PCNs de Matemática, é destacada a importância de trabalhar conteúdos relacionados à matemática financeira, tais como juros simples e compostos, porcentagem, cálculo de descontos e acréscimos, entre outros. Esses conteúdos têm uma aplicação direta no contexto financeiro e



podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à educação financeira.

Como apontamos anteriormente, eram orientações ou direcionamentos gerais e a inclusão da educação financeira no currículo escolar dependia das políticas e práticas adotadas por cada sistema de ensino e escola. Portanto, é possível que algumas instituições de ensino optem por incluir de forma mais ampla a educação financeira em seu currículo, enquanto outras podem abordar o tema de maneira mais restrita.

Além dos PCNs, outro documento da nossa análise foi a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), que estabelece as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica.

O que diz a BNCC sobre educação financeira

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que estabelece as diretrizes para a educação básica no Brasil, incluindo o Ensino Fundamental. No Ensino Fundamental, define as competências e habilidades que os alunos devem desenvolver ao longo dos nove anos de estudo. Essas competências estão agrupadas em cinco áreas de conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ensino Religioso. Além das competências específicas de cada área de conhecimento, a BNCC também define competências gerais, que são transversais e devem ser desenvolvidas em todas as disciplinas. Essas competências gerais incluem o desenvolvimento do pensamento crítico, a capacidade de argumentação, a criatividade, a responsabilidade social e o respeito aos valores éticos.

Visando a formação humana e a construção de uma sociedade mais justa, a BNCC define três grupos de competência gerais que se relaciona em toda as áreas componentes que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo de toda Educação Básica. São elas, competências pessoais e sociais, competências cognitivas e competências comunicativas (BRASIL, 2017, p.4).

A BNCC estabelece também as habilidades que os alunos devem adquirir em cada etapa do Ensino Fundamental, levando em consideração as faixas etárias e os anos de



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

escolaridade. Essas habilidades abrangem diversos aspectos do conhecimento, desde a leitura e escrita até a compreensão de fenômenos naturais, o raciocínio matemático, a interpretação de textos, a compreensão histórica, entre outros. Cabendo às escolas e aos professores planejar e desenvolver as atividades pedagógicas com base no BNCC, adaptando-as às realidades locais e às características dos alunos. O objetivo está posto em garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, que promova o desenvolvimento integral e o protagonismo dos alunos, preparando-os para os desafios da vida pessoal, profissional e cidadã.

Na Base Nacional Comum Curricular, a Educação Financeira, está presente no conjunto das ideias que compõem a Matemática favorecendo um estudo interdisciplinar nas dimensões “culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro” (BRASIL, 2018, p. 271). Essa abertura permite além das relações com os conceitos matemáticos, a discussão da função e uso do dinheiro, do consumo em momentos históricos diversos promovendo desenvolvimento de competências pessoais e sociais para a vida prática.

Entretanto, para entender como cada proposta é construída se faz necessário um olhar da cultura local e da cultura escolar. Esses estudos são necessários para que o pesquisador situe seu objeto de pesquisa no espaço e no tempo que lhes são próprios, só assim é possível entender o presente e nele intervir se considerar importante.

Nesse contexto, observamos que o documento sugere que as escolas desenvolvam essas temáticas de maneira contextualizada. Na Área de Conhecimento de Matemática para o Ensino Fundamental, o documento sugere o estudo de alguns assuntos como: taxas de juros; inflação; Aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento); impostos.

A BNCC recomenda ainda “Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing.” (Brasil, 2017, p. 267).

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 12 de 15



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





Analisando partes do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) voltados ao Ensino Fundamental, percebeu-se uma forte orientação de que tal temática deve ser inserida no currículo escolar, pois tem-se que

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, [...] incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação financeira [...]. (BRASIL, 2017, p. 19-20).

A proposta do documento é que estados e municípios possam abordar o consumo consciente e o planejamento financeiro em diferentes disciplinas. Dessa forma, o que se coloca aos agentes educacionais, é que se construa uma cultura transversal entre corpo docente e a instituição escolar, tornando o ensino de educação financeira interessante e motivador. Transparece ainda o desejo de que tal proposta pedagógica desperte o interesse e reforce o conhecimento dessa temática nos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos desenvolvidos nos levaram a concluir que os três documentos analisados apresentaram, de alguma forma uma preocupação em trazer para o meio escolar o tema “educação financeira”. Desde as décadas de 1960, encontramos indícios de seu reconhecimento e importância no contexto educacional brasileiro. No entanto, sua inclusão formal ganhou força nos anos mais recentes, principalmente com a promulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1997 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017.

Os documentos oficiais, como os PCNs e a BNCC, destacam a relevância da educação financeira como parte essencial da formação dos estudantes, preparando-os para lidar com questões financeiras desde cedo. A BNCC, em particular, incentiva uma abordagem interdisciplinar, permitindo a integração da educação financeira em diversas áreas do conhecimento, como Matemática, História e Ciências Sociais. Isso reflete o reconhecimento de que a educação financeira não se limita apenas ao aspecto numérico, mas também envolve questões culturais, sociais, políticas e psicológicas. Além disso, os documentos sugerem que



as escolas desenvolvam a educação financeira de maneira contextualizada, relacionando-a com a realidade local e cultural dos alunos. Isso visa tornar o ensino mais envolvente e relevante, promovendo o interesse dos estudantes e fortalecendo seus conhecimentos nessa área crucial.

Para a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) o termo “educação financeira” aparece de forma mais explícita, onde o trabalho com o tema deve ocorrer de forma interdisciplinar, sendo estudado não apenas na disciplina de Matemática, mas também em outras e sempre de forma integrada.

Quanto aos saberes propostos para o ensino desse tema compreendemos que para o ensino desse tema o professor necessitava tanto do conhecimento do conhecimento específico saberes a ensinar, quanto da pedagogia teórica e prática, psicologia, ciência da educação e a capacidade de trabalhar a interdisciplinaridade.

Portanto, a pesquisa evidencia a evolução e a crescente importância da educação financeira no currículo escolar brasileiro, com a expectativa de que sua inclusão contribua para formar cidadãos mais conscientes, críticos e preparados para enfrentar desafios financeiros ao longo de suas vidas pessoais e profissionais

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORER, V. L. Saberes: uma questão crucial para a institucionalização da formação de professores. In HOFESTETTER e VALENTE Orgs, **Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores**. 1 ed. São Paulo: Livraria da Física, 2017.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, p. 177-229. 1990.

CORDEIRO, N. J. N., COSTA, M. G. V., & SILVA, M. N. da. (2018). EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA PANORÂMICA. *Ensino Da Matemática Em Debate*, 5(1), 69–84. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841>. Acesso em 30 de jun. 2023.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

FREITAS, K. S. G. Matemática financeira no ensino fundamental: desafios e possibilidades no ensino remoto – Estudo Exploratório. Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Matemática da Universidade Federal do Ceará, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/68619/1/2020_tcc_ksgfreitas.pdf. Acesso em 5 de ago. 2023

PARANÁ, **Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná, SEE**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1990.

PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Programas (Ensino Primário Elementar)**. 2 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1960. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/209292> . Acesso em 29 de maio de 2023.

SCHNEUWLY, Bernard. HOFESTETTER, Rita. Saberes, um tema central para as profissões do ensino e da formação. In: **Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores**. HOFESTETTER e VALENTE orgs. São Paulo: Livraria da Física, 2017.

SOUZA, J. I.; FLORES, C. R. **Da construção do objeto de uma pesquisa para a história da educação financeira**. 5 Enaphem. Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/ENAPHEM/article/view/10793/8013>. Acesso em 01 de ago. 2023.

VALENTE, W. R. **Ciências da Educação, campos disciplinares e profissionalização: saberes em debate para a formação de professores**. 1 ed. São Paulo: Livraria da Física, 2020.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 15 de 15

CIÊNCIAS HUMANAS





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

AS PRÁTICAS DOCENTES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM TEMPOS PANDÊMICOS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Aline Cristine Pacheco (CNPq)

Unespar/Campus Paranaguá, alinepacheco.19@gmail.com

Danielle Marafon - Orientadora

Unespar/Campus Paranaguá, danielle.marafon@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC

Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visou analisar as práticas pedagógicas dos professores das classes de alfabetização, verificando quais as mudanças no método de ensino durante a Pandemia, observando quais as dificuldades na prática de ensino encontradas pelos professores durante a Pandemia dentro da cidade de Paranaguá/PR. A Pandemia do Coronavírus - COVID-19, declarada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) a partir de março de 2020 mudou drasticamente a realidade, não apenas no nosso país, mas de todo o mundo. Mascarás, isolamento e distanciamento social foram apenas alguns dos protocolos sanitários que se tornaram uma realidade em todo o Planeta, nesse sentido a pesquisa a ser realizada buscará discutir como se deu a formação continuada dos professores nesse período de Pandemia e as dificuldades na prática de ensino encontradas pelos professores.

De acordo com o Ministério da Saúde, a Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Ainda segundo o Ministério da Saúde, a Covid-19 pode ser transmitida de pessoa para pessoa ou por contato próximo.

Com o elevado número de casos e mortes causadas pelo Covid-19 no começo de 2020 iniciaram-se os enfrentamentos da doença com Decretos Municipais e Estaduais. Dessa maneira, vários setores foram fechados como forma de enfrentar a disseminação do vírus, e

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





com a escola não seria diferente. O primeiro decreto que suspendeu as aulas no Paraná foi o Decreto N° 4230 de 16/03/2020.

Como forma de não prejudicar o ensino devido ao grande número de dias sem aula, o Governo do Paraná lançou, ainda em 2020, o aplicativo Aula Paraná, que consiste em uma programação com aulas gravadas por meio da TV aberta, YouTube e aplicativo, além das atividades impressas que são disponibilizadas nas escolas.

Em Paranaguá, a rede Municipal de Educação disponibilizou o caderno de Atividades “Fica em Casa... Estudando!!!”, que trazia atividades para o Ensino Fundamental com o intuito de estimular o aprendizado e promover novas vivências.

Nos últimos 40 anos, as discussões sobre o que é alfabetização e como alfabetizar se intensificaram no cenário educacional brasileiro e mundial, sobretudo após a constatação de que a apropriação da escrita, por si só, não é habilidade suficiente para quem vive em uma sociedade letrada.

Dessa forma, e com a contribuição dos estudos da psicogênese da língua escrita da Emília Ferreiro e Ana Teberosky, houve a compreensão de que o aprendizado não dependia do método que o professor utilizava, mas sim da criança, pois é ela quem constrói seu conhecimento. Assim, podemos notar a mudança de foco do como se ensina para como se aprende, com a criança assumindo o protagonismo desse processo como sujeito produtor.

A partir disso, reconheceu-se a necessidade de que o processo de alfabetização ocorresse em conjunto com o letramento, de modo a oportunizar às pessoas o contato com as diversas práticas sociais de leitura e escrita, colaborando assim, para uma aprendizagem mais significativa.

A questão que nos moveu foi saber quais foram os desafios enfrentados pelos professores no processo de alfabetização e letramento no período com aulas de forma remota.

MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa se caracterizou por um estudo bibliográfico e quantitativo, acerca da problemática do impacto das Práticas Pedagógicas dos professores das classes de alfabetização em tempos de Pandemia no município de Paranaguá- Paraná.



De acordo com Severino (2007) “ A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. [...] ” . A modalidade de pesquisa utilizada dentro desse trabalho foi a pesquisa metodologia qualitativa.

Para Silveira 2009 “ A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. ” . Por esse motivo, o estudo pretende mostrar a realidade em que vivem os estudantes e profissionais da Rede de Ensino Público Municipal de Educação Infantil na cidade de Paranaguá durante o período de isolamento social, analisar as práticas dos professores e suas mudanças de rotina que foram afetadas diretamente nas aulas fora das escolas. Em relação à pesquisa é importante salientar:

Na década de 70, em alguns antes, em outros depois, surgiu nos países da América Latina interesse, que é crescente, pelos aspectos qualitativos da Educação. Na verdade, o ensino sempre se caracterizou pelo destaque da sua qualidade qualitativa, apesar de manifestar-se frequentemente através de medições e quantificações (porcentagens de analfabetos, de repetentes, do crescimento anual de matrícula, dos professores titulados e não titulados etc). Isto que, em geral, aparecia como uma forma espontânea e natural de apreciar as realidades escolares principiou a vincular-se, sistematicamente, a posicionamentos teóricos claros. (TRIVIÑOS, 1987, p.116)

Na fase de busca qualitativa por informações utilizaremos como instrumento de coleta de dados verificação dos materiais utilizados, bem como análise do material elaborado pela secretaria municipal de educação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período da pesquisa foi observado o trabalho dos professores das classes de 3^o ano dos anos iniciais, as turmas que encerram o ciclo de alfabetização, buscando identificar as práticas por eles adotados para alfabetizar em tempos de pandemia. O desenvolvimento da investigação nos impulsionou à compreender como ocorreu o processo de alfabetização e letramento por meio do ensino remoto no município de Paranaguá.



Ao falar sobre alfabetização e letramento, é necessário esclarecer as diferenças existentes entre si. Desde pequenas, as crianças tem contato com o "mundo letrado", vivemos em uma sociedade capitalista, o que significa, que as propagandas, os comerciais e a divulgação de marcas, estão em todas as partes.

E a partir do momento que uma criança começa a ver um símbolo e reconhecer ou saber do que se trata, se é de alimentos, brinquedos, ou, seja lá o que for o processo de letramento, já iniciou na vida dessa criança, ainda que ela não seja uma criança alfabetizada, ela passa a “ler” o mundo e interpretá-lo por meio dos símbolos que a cercam.

O letramento nada mais é do que as "Capacidades de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita, o que habilidades várias, tais como: capacidade de ler e escrever para atingir diferentes objetivos [...] (SOARES, 2020, p. 27)". Por essa razão que, muitas vezes vemos uma criança "escrevendo" algum símbolo, mas isso não significa que ela é alfabetizada, mas sim, uma criança letrada.

A alfabetização vem depois, quando há um desenvolvimento maior para a manipulação dos instrumentos utilizados na alfabetização, como lápis e borracha, a alfabetização é um processo de apropriação, é na alfabetização onde a criança descobre o verdadeiro significados dos símbolos e rabiscos no papel, é na alfabetização que a criança compreende que cada letra tem um som, cada som tem um movimento labial.

Sabe-se que é impossível evitar as complicações e dificuldades durante o processo de alfabetização, mas para que haja uma certa ordem durante o processo é preciso que o alfabetizando seja capaz de saber, ainda que ele tenha aprendido espontaneamente, cada um dos símbolos que representam as letras do alfabeto, discriminar as formas e letras, sons da fala, ter consciência da unidade da palavra e compreender sobre a organização da página.

Seja novo na profissão ou não o professor precisa ter paciência para explicar para o aluno de forma clara até que ele entenda que não existe o "falar errado", ao afirmar essa ideia, o professor está desrespeitando o aluno e também cometendo um erro político, de que ele faz parte de seu ambiente cultural e mostrar que existem diversas culturas no mundo, e assim, respeitar a cultura de quem fala com sotaque e também a ter coragem para acreditar que o aluno é capaz de aprender e avançar no processo de alfabetização.

Nas palavras de Soares,



[...] Embora a alfabetização e o letramento sejam elementos distintos, não podem andar separados, é inevitável que um aconteça sem a presença do outro, pois [...] Alfabetização, a aquisição da tecnologia da escrita, não procede nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita. (2020, p. 27).

A alfabetização é o caminho para a autonomia da escrita do aluno e por isso é preciso compreender verdadeiramente o ato de ler, não só pela importância que tem, mas pelo novo significado que esse ato trás, para quem está dedicando o seu tempo, para a leitura. Muitas vezes não é perceptível de que "lemos" sem ler de verdade, a atenção não é focalizada, fazendo com que a leitura se torne algo automático e sistemático, esse hábito não permite que as informações contidas nos materiais escolhidos para leitura, sejam totalmente absorvidas, e ao invés de dedicar tempo para a leitura, o leitor perde tempo tentando ler, ou tendo que reler o material.

A pandemia trouxe uma reflexão mundial, a qual nos fez lembrar dos valores existentes sobre de algumas profissões que haviam perdendo seu importante papel durante a "normalidade", dessa forma, vemos a importância, dos enfermeiros, médicos e também os fisioterapeutas dentro do ambiente hospitalar.

É fácil entender a importância que tais profissionais têm, porém o seu devido valor foi devolvido com a chegada da pandemia, principalmente dos professores, os quais, tiveram seus trabalhos muito bem reconhecidos pelos próprios pais dos alunos, que durante a pandemia reconheceram a dificuldade que é alfabetizar o aluno, e com essa dificuldade, foi notório os resultados com a após a pandemia, conseguiram perceber que atualmente os resultados não foram nada positivos, revelando que não há ninguém mais capacitado para alfabetizar um aluno, do que os próprios professores.

Para entendermos melhor sobre como foi a disseminação da pandemia, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), traz em seu site, informações, como “Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China” . Após esse alerta a disseminação do COVID-19, foi aumentando cada vez mais e de forma rápida,



até que precisou de um alerta maior, pois não era considerado mais uma simples pneumonia, mas sim, um novo surto de um vírus.

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional.

Esse evento emergencial a respeito da saúde públicas só pode ser convocado pelo diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS), organização esta que caracterizou no dia 11 de março de 2020, a COVID-19 como pandemia. Em toda a história mundial que, esse evento foi realizado apenas cinco vezes, sendo a sexta vez por conta do novo coronavírus. É importante ressaltar que as cinco vezes de convocação foi: 5 de maio de 2014: disseminação internacional de poliovírus; 8 agosto de 2014: surto de Ebola na África Ocidental; 1 de fevereiro de 2016: vírus zika e aumento de casos de microcefalia e outras malformações congênitas; 18 maio de 2018: surto de ebola na República Democrática do Congo.

Devido ao tempo em que a pandemia foi se expandindo, as atividades sociais foram sendo paralisado e até proibidos de funcionar, os comércios liberados apenas em alguns dias semana. No meio de toda essa mudança radical, foi possível perceber que resolver a disseminação do vírus não seria mais rápido do que a tentativa de proteção e de certa forma uma "adaptação" durante a pandemia.

Para que essa adaptação fosse possível dentro da Educação, utilizar a Internet e seus recursos digitais, como aplicativos capazes de realizar chamada em vídeo para que os professores pudessem ministrar aulas à distância. Esse novo método de ensinar foi sugerido pelo Conselho Nacional de Educação que “listou uma série de atividades não presenciais que poderiam ser utilizadas pelas redes de ensino durante a pandemia” . Porém sabe-se que não são todos os alunos que possuem acesso á Internet e que não é em todos os lugares que a Internet funciona de forma eficaz para sustentar um vídeo aula até o final.

Pensando nisso a Secretaria da Educação do Estado do Paraná (SEED), disponibilizou meios que não precisavam de Internet, como, para que fossem realizadas de forma não presencial: pelo aplicativo Aula Paraná para celulares; pelo Canal Aula Paraná e Google Classroom para notebooks e desktops; para que não haja consumo de dados, ambos devem ser acessos pelo email da escola criado para cada estudante. Para os estudantes que não possuem



celular ou computador ainda há as possibilidades. pela TV aberta; pelas atividades impressas entregues na escola.

Por mais difícil que seja acreditar que existe famílias que vivem uma realidade muito diferente do que o esperado, ou seja, famílias que vivem na miséria e pobreza que não há a oportunidade de qualquer meio digital, nem mesmo a televisão. E focalizando para os alunos que constituem essas famílias mencionadas, foram os mais prejudicados e lamentavelmente o resultado da pandemia são vistos atualmente nas escolas.

Os professores são os responsáveis por tentar sanar essa defasagem que a pandemia trouxe para dentro da sala de aula, porém se focarmos de um modo geral para a vida escolar de cada aluno, esse grande desafio é realizado não só pelos professores, mas também de toda a equipe gestora que precisa elaborar um novo método de avaliação, um novo calendário escolar capaz de suprir as demandas recebidas dentro dos prazos estipulados que o aluno deve saber durante um determinado período, mesmo sabendo que devido a pandemia nem todos conseguem porquê na realidade, nem todos receberam os devidos materiais de estudo.

Entendemos que muitos alunos apresentaram muita dificuldade no processo de aprendizagem durante a pandemia e algumas não tiveram oportunidades para que o material chegasse até eles, mas que no meio dessas classificações sobre dificuldade uma coisa é certa, todos os alunos saíram com uma lacuna na vida escola, desde a educação infantil ao ensino superior.

Visando o ensino fundamental, sabe-se que ainda que houvesse total apoio dentro de casa com os pais dos alunos e possibilidade para participar das vídeo aulas, ou até mesmo ir à escola para buscar atividades impressas, nada substitui o "estar dentro da sala de aula", uma aula prática, os colegas de classe do lado, pois o convívio dentro do ambiente escolar é unicamente eficaz para uma aprendizagem completa.

Durante a pandemia, o Município de Paranaguá alterou o modo de ensino e “[...] atendeu no ano letivo de 2022 aproximadamente, 14.800 estudantes, sendo direcionado por 2.016 profissionais do magistério, porém não nos espaços escolares [...]” (XAVIER, 2023, p.35).

Visto que o tempo de duração da pandemia não seria rápido e muito menos uma questão fácil de ser resolvida ou prevenida, foi necessário que algumas providências fossem



tomadas, principalmente na área da educação. A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI), considerou as medidas provisória e a necessidade de manter o calendário escolar em andamento, tendo a consciência de que os alunos não podiam esperar mais, pois os resultados em questão da aprendizagem, poderiam ser negativos.

Por essa razão a SEMEDI instruiu os professores com atividades pedagógicas não presenciais, para que essa medida fosse executada conforme planejada, os professores tiveram que usar os cadernos de atividades, os quais podem ser encontrados no site da prefeitura.

Os professores eram os responsáveis por repassar não só as atividades para os alunos como também encontrar alguma forma de repassar e manter contato com os pais dos alunos, e para isso a SEMEDI sugeriu que fosse “através dos grupos de WhatsApp e grupos fechados do Facebook. (SEMEDI, 2021, p3). Os professores também receberam seus cadernos da SEMEDI, os quais recebem por título “Fica em casa...se cuidando!”, em seus cadernos contém vários materiais tanto educacionais como pessoal. Alguns cadernos, contém por exemplo sugestões de séries para assistir durante a semana, música para ouvir e até exercícios matinais para realizar em casa, outros contém sugestões de atividades para os alunos, aplicativos interativos e também atividades manuais através dos links de You Tube indicado no caderno. É possível perceber que o foco dos cadernos fabricados para os professores, além de apoiar, indicar e sugerir conteúdos diversificados para os alunos, foi também tentar de certa forma manter os professores motivados durante o difícil tempo de distanciamento social obrigatório que a pandemia nos forçou a manter por alguns meses.

No total são foram oito cadernos com o título “Fica em casa...estudando!”, sugeridos pela prefeitura para a Educação Fundamental, onde todos contém entre um a três conteúdo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao qual são desenvolvidos pelas seguintes maneiras: atividade de pintura, atividade de leitura, atividades de escrita, jogos e aplicativos interativos. Vale ressaltar que os cadernos oferecidos pela SEMEDI, não são os cadernos principais para uso durante a pandemia, mas sim, um apoio para os professores e alunos, ou seja, um material a mais, pensado para a fixação e aprendizagem dos conteúdos já trabalhados com os alunos, durante o tempo que foi passado em sala de aula, como também nas vídeo- chamada.



Os cadernos foram utilizados de forma mensal e estavam disponíveis no site da prefeitura. O caderno trazia para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais, atividades com a intenção de estimular a aprendizagem de maneira significativa, organizando assuntos essenciais do trimestre que estimulassem o aprendizado, ao mesmo tempo em que promoviam os alunos novas vivências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos meses do ano de 2022, começaram então, os primeiros meses de observação, onde os alunos estavam concluindo o 3^o do ensino fundamental, e durante as observações foi possível perceber grande dificuldade dos alunos a respeito da alfabetização, o professor (a) responsável pelo 3^o ano relatou que, os alunos não eram capazes de escrever um texto e o interpretar, significando que a alfabetização durante a pandemia não fez sentido para o aluno e por essa razão, a escrita se tornou mecânica e não significativa e possivelmente exaustiva, pois a curiosidade da criança em si faz com que a mesma busque maneira de se desenvolver e aprimorar suas habilidades por meio das práticas de leitura e escrita.

As atividades passadas pelo professor dentro da sala de aula, eram baseadas em texto e interpretação de texto, vale dizer que as atividades eram todas impressas, porém as atividades passadas para serem resolvidas em casa, o próprio professor escrevia com letra cursiva no caderno de cada aluno, afetando um pouco mais as práticas de escrita que o aluno deveria exercer, sabendo que alguns discentes tinham dificuldade para a compreensão do conteúdo, mesmo com as diversas explicações do professor.

Entendendo a situação de distanciamento que os alunos do 3^o ano do Ensino Fundamental tiveram que enfrentar durante a pandemia, onde tiveram suas aulas presenciais suspensas, percebe-se que dois anos presencialmente dentro da sala de aula não foram o suficiente para compensar o tempo que foi muito prejudicado nas aulas em EAD (Ensino a Distância), durante a pandemia.

E mesmo com o empenho dos professores que não desistiram de acreditar na educação, o período de observação durante a pesquisa, foi de grande proveito, pois não foi visto apenas a dificuldade dos alunos dentro da sala de aula, mas também, a evolução dos alunos, pois



mesmo estando "atrasados" de certa forma para a organização do educação básica, é fácil e oportuno pensar que os alunos poderiam não ter aprendido nada ou simplesmente não ter compreendido os conteúdos passados, porém mesmo com dificuldade existe a prática de leitura, existe a interpretação de texto, construção silábica e até construção de texto com sentido para os alunos, os quais mesmo com a dificuldade de compreensão, passaram pelas etapas que deveriam passar.

Independente do ensino realizado em tempos pandêmicos, nota-se por meio das observações realizadas, que as práticas diárias dentro da sala de aula, dirigidas pelo professor responsável tem o poder de influenciar todo o processo de alfabetização para chegar a essa conclusão e obter clareza em dois lados diferentes, ou seja, entender que houve fracassos durante a educação realizada e transmitida em tempos pandêmicos, e que também houveram conquistas obtidas após a pandemia, onde os professores se depararam com alunos que conseguiam, ler o mundo, as letras e as palavras, os mesmos antes de retornarem presencialmente para as aulas, mal conseguiam escrever seus próprios nomes.

Ao deixar a escola, foi notório a gigante transformação na alfabetização dos alunos que, ainda com dificuldades já era possível perceber que havia começo meio e fim na estrutura de seus pequenos textos e que as leituras fluíam com mais seriedade menos insignificância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. Base **Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 18/08/2022.

.BRASIL, Agência. Saúde. **CORONAVÍRUS: SAIBA O QUE É UMA PANDEMIA**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/coronavirus-saiba-o-que-e-uma-pandemia> Acesso em: 19/08/2022.

OLIVEIRA, O. PERES, J. Et al. **Parceria entre escola e família no desenvolvimento do aluno durante a pandemia de COVID19**. Revista de estudos em Educação. Volume 07. Número 01. Ano 2021. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/reeduc/article/view/11556> Acesso em: 07/11/2022.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OMS **Declara emergência da Saúde Pública de importância Internacional por surto de novo coronavírus**. Jan. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus> Acesso em: 23/08/2022.

PARANAGUÁ. **Currículo da Rede Municipal De Ensino - Paranaguá** - Pr. Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral - Departamento de Educação Infantil. 2015

PARANAGUÁ, .Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral. **SEMEDI - APRENDIZAGEM DIGITAL**. Disponível em: <https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi-digital.php> Acesso em: 20/08/2022.

PARANAGUÁ, P. Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral. **INSTRUÇÃO NORMATIVA N ° 03/2020**. Disponível em: <https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/Instru%C3%A7%C3%A3o%2003%202020%20-%20Corona%20V%C3%ADrus.pdf> Acesso em 20/08/2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez. 2007.

SOARES, Magda. **Alfabetar: toda criança pode aprender a ler e escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFRJ. Comunicação e Mídia. Jornal da Universidade. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância**. Julho de 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/> Acesso em: 18/07/2022.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 11 de 11



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





NARRATIVAS SOBRE A CIDADE: PARANAGUÁ POR MEIO DO JORNAL COMMERCIO DO PARANÁ (1862-1864)

Amanda Santos de Souza (Voluntário)
Unespar/Paranaguá, amandacontapessoal@gmail.com

Liliane da Costa Freitag
Unespar/Paranaguá, liliane.Freitag@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica - PIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

A pesquisa buscou recuperar como a localidade de Paranaguá foi representada por meio do jornal “*Commercio do Paraná*”. O periódico já foi utilizado em outras duas pesquisas, com a orientadora Liliane Freitag, primeira pesquisa composta por Andreza De Lira, em “*As representações sociais sobre a cidade de Paranaguá - PR por meio do jornal "Comércio do Paraná" nos anos de 1862 a 1864*” em 2021 e a mais recente feita com Amanda Souza em 2022 “*Costumes e códigos de comportamentos em Paranaguá no final do século XIX.*” Ambas, potencializaram a fonte para outros projetos. Através desse olhar de potencializar o periódico, as perguntas que permearam para iniciar essa pesquisa foram; quais histórias sobre a cidade a fonte nos conta? Quais as cenas cotidianas? O que o jornal nos permite enxergar sobre a cidade de Paranaguá? Por fim, encontrar as evidências que respondem nossas perguntas centrais.

Os resultados alcançados desta pesquisa referem-se ao período de setembro de 2022 a agosto de 2023. Como o estudo metodológico da fonte já estava concluído, as seguintes atividades se repetiram em alguns aspectos: 1. Estudos bibliográficos sobre cidade e história: potencialidades da fonte jornalística; 2. Rer ler e aprimorar a metodologia de trabalho para fontes jornalísticas; 3. Estudos teóricos e bibliográficos; 4. Reuniões de trabalho; 5. Heurística; 6. Coleta de dados

MATERIAIS E MÉTODOS



Para reforçar a metodologia de trabalho com fontes jornalísticas, seguimos com os textos teóricos, de Tania Regina de Luca, em seu texto *História dos, nos e por meio dos periódicos*, que nos guiou metodologicamente a trabalhar com a fonte, instigando a um teor investigativo, analisando discursos, buscando a qual público ele se destinava, localizando colaboradores, o grupo responsável pela publicação e o discurso nela tomada. Outros textos para análise das fontes periódicas, foi o artigo da autora Renée Barata Zicman, *História através da imprensa - algumas considerações metodológicas*, que direciona a fonte jornalística como primária para a pesquisa histórica.

Ambos os textos, sempre trazendo a potencialidade da fonte, com o estudo enriquecedor, permitindo um melhor conhecimento sobre a sociedade de Paranaguá no século XIX, que abrange as condições de vida, representações culturais e políticas.

Com o sentido de complementar os estudos teóricos, trabalhamos com o texto de Everton de Oliveira Moraes, “*Um ensaio de ficção científica*”; *história do presente no suplemento Anexo, do jornal Diário do Paraná*, um lindo trabalho que analisou o suplemento Anexo, publicado no Jornal Diário do Paraná no final da década de 70, que trazia um caderno de cultura e arte, com a intenção de abrir um espaço artístico dentro do jornal.

Também utilizamos o texto de Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*, que busca propor contribuições para o uso da fonte, trazendo uma discussão teórica-metodológica, visando a imprensa como uma força social ativa.

No âmbito do conceito de cidade e história, a coletânea “*Cidade: História e Desafios*” de Lúcia Lippi Oliveira, ajudou a entender como trabalhar com a interdisciplinaridade sobre o reconhecimento do urbanismo e sua forma de analisar cidades, a respeito sobre a “ciência das cidades”. O texto de Marina Stella Bresciani no livro “*Cidade: História e Desafios*”, nos guia a compreender a formação de uma cidade, a história e como rege a urbanização, evidenciando a hipótese da modernidade e urbanismo. Bresciani também traz o lugar da cidadania e do cidadão, onde discute sobre os espaços físicos, memórias e imaginário dos cidadãos. Ainda no conceito da cidade, o artigo “*A cidade como História*” de Marisa Varanda Teixeira Carpintéro e Josianne Francia Cerasoli, discute a arquitetura, história e cidade, um percurso sobre as produções dos arquitetos nas cidades. As autoras



levantam a argumentação da história da cidade, da arquitetura o espaço interdisciplinar, uma reconstrução das ideias das práticas do planejamento de uma cidade, da problemática de ser cidadão, do espaço público e urbanização.

Contudo, os textos teóricos e metodológicos nos guiaram no início da pesquisa, para começar a coleta de dados da fonte.

Com os resultados das pesquisas anteriores já citadas no relatório, a absorção dos dados sobre o Jornal do Commercio já estava pronta. O “*Commercio do Paraná*”, por Leocádio Pereira da Costa¹, foi entregue digitalizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. A fonte primária é datada entre 1862 a 1864. que estão impressas e encadernadas no IHGP. Os documentos podem ser acessados online, pela plataforma digital na Biblioteca Nacional Digital, segue o link; <https://bndigital.bn.gov.br/>, são 620 páginas com 155 edições.

O Jornal do Commercio circulou entre os anos de 1862 a 1864 semanalmente, composto por 04 páginas, com assinaturas anuais e semestrais, que chegou a custar 200 réis². De Lira (2020) catalogou 18 seções, sendo elas; *Commercio do Paraná, Agricultura, Interior, Comunicado, Publicações a Pedido, Variedades, Editais, Declaração, Anuncios, Parte Commercial, Movimento do Porto, Litteratura, Noticiário, Transcrição, Correspondencia, Chimeras, Moisaico e Folhetim*. O estudo de cada sessão permitiu a De Lira (2020) a construir 10 chaves de leitura ou 10 chaves de compreensão sobre a cidade, assim sendo; *Economia, Iconografia, Literatura, Justiça, Política, Cidade, Saúde, Escravidão, Editorial ou olhar do Editor e Vozes da Cidade*.

Para o levantamento das evidências, o *Excel* foi de suma importância para a coleta de dados, que estavam separados por seção, edição, página e data de publicação. Nessa coleta de

¹ Esse periódico pertenceu ao “Capitão Leocadio Pereira da Costa, nascido em 08/12/1832 que foi vereador na cidade de Paranaguá dos anos de 1861 a 1864, casado com Maria Leocádia de Vasconcellos, comerciante, mas deixa a vida mercantil e publica o primeiro jornal em Paranaguá, com o título Comercio do Paraná até o ano de 1865, neste mesmo ano a direção do Jornal é passada a seu amigo, José Ferreira Pinheiro, pois ele assume a carreira de funcionalismo público, na Alfândega”. (NEGRÃO, 1950, Vol.6, p.248-249). Quanto ao seu lugar social de origem, o proprietário do periódico “era neto do último capitão mor Manoel Antonio Pereira; filho de Francisco Antonio Pereira e Joaquina Rosa da Costa, mas foi educado por seu tio paterno Antônio Pereira da Costa, Tonhá, importante industrial e exportador de erva-mate, além de vice-cônsul da Argentina e do Chile nas décadas de 1840 e 1850” (COSTA, 1988, p.48).

² Réis é o plural de Real - nome da unidade monetária utilizada no Brasil desde sua colonização até 1942. Essa moeda era de prata e circulou no Brasil no período do Imperador Pedro II (1831 - 1889).



dados adicionei a chave de leitura, pois é um pequeno detalhe e é interessante analisar. Pois em outras chaves de leitura pode ter uma evidência sobre a narrativa da cidade de Paranaguá

Após a coleta de dados pelo *Excel*, as transcrições das ocorrências foram feitas no *Word*, tudo de acordo como está na fonte. Dando a continuidade da metodologia de trabalho com as fontes, a chave de leitura Cidade e Vozes da Cidade abriram o caminho para trilhar na pesquisa. Tecendo uma narrativa para essas correspondências encontradas dentro das chaves e seções que encontramos durante a pesquisa.

As reuniões foram realizadas presencialmente e via Meet. Durante as reuniões as pautas são sobre os novos repertórios que poderíamos utilizar, a visão sobre o objeto de análise e as ocorrências encontradas na fonte.

A leitura e a catalogação do periódico foram finalizadas em julho de 2023 e estará disponível nos anexos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa pesquisa, foram possíveis identificar 77 referências sobre a cidade. Essas referências, ou representações em formas de texto, compuseram narrativas sobre a cidade. As seções de maior recorrência sobre a cidade foram: *Noticiários*, *A Pedidos*, *Declarações*, *Correspondência*, *Poesias*, *Annuncios* e *Chimeras*. É importante destacar que o ano de 1862 teve 52 edições e encontramos 16 ocorrências. No ano de 1863 teve 51 edições e encontramos 23 ocorrências, no último ano de 1864, com suas 50 edições encontramos 28 ocorrências. De fato, a conclusão sobre o ano de 1862 ter menos ocorrências é por causa da maneira que o *Leocádio Pereira da Costa*, editor do jornal *Commercio do Paraná*, com uma tendência mais política e internacional, com muitas notícias do mundo afora e diversos textos sobre economia e política de outros países.

Devemos destacar que sempre é a visão parcial que estamos tratando. A narrativa dessa fonte, é, como qualquer outra, marcada por subjetividades e portanto, é um ponto de vista parcial. O articulista expressa uma representação social que permite um mergulho, mesmo que restrito na atmosfera de uma época.



As citações abaixo são apenas alguns exemplos para ilustrar as mais variadas e diversas narrativas que foram expressas pelos articulistas. Das 67 ocorrências encontradas, nesse relatório serão apresentadas somente alguma delas devido aos limites da própria publicação.

A ocorrência a seguir, mostra um anônimo escreveu na *sessão Poesias* reclamando dos padeiros da cidade de Paranaguá. A sua indignação não é somente sobre o pão, mas sim pela forma que os escravos são tratados. Durante os três anos de jornal, essa reclamação só aparece uma única vez, mas conseguimos captar uma cena cotidiana que ocorria em Paranaguá.

“Aos Snrs Padeiros.

Está demonstrado que a imprensa é o órgão da opinião publica. Pois bem, nós della nos serviremos para censurar aos Snrs. padeiros pela falta de aceito com que apresentão na rua os seus escravos encarregados da venda do pão. Causa nausea, o ver-se um escravo com os pés cheios de bichos e o corpo envolto em farrapos menos limpos que a lama da rua, trazendo na cabeça uma cesta, da qual pendem as amarelentas pontas de uma toalha que parece ter sido tirada do canto para servir, E essa toalha é que cobre o pão!... Ora, Snrs. padeiros, semelhante a falta de aceito depõe altamente contra serviço interno de seus estabelecimentos.

Ha bem tempo que o pão que se come e Paranaguá é pessimo, é uma massa intumescida que azeda no estomago.

Ha poucos dias uma infeliz escrava vendo que se aproximava a hora de recolher-se sem que tivesse vendido todo o pão, sentou-se a porta da praça do mercado e lastimando-se mostrando o corpo coberto de contusões pedia com a lagrma nos olhos a quantos por ahi passave,, que lhe comprassem o resto do pão, senao dizia ella, minha senhora me mata de pancada. Felizmente uma alma caridosa que por ahi passava, conhecendo a verdade do que a infeliz escrava apregoava, comprou o pão que restava.

Oh! Isto é uma vergonha!

O doutor da semana”

(COMMERCIO DO PARANÁ, 1862, ano I, p.3)

Outras reclamações também são identificadas, como a falta de iluminações na cidade, um problema de infraestrutura que sempre é relatada mais de uma vez no jornal, durante os três anos que foram publicados.

A maioria das transcrições são provenientes da *sessão Noticiários*, escrito pelo próprio Leocádio Pereira, redator e proprietário do periódico.

A primeira reclamação foi feita em 1862, como vemos abaixo;

“Iluminação - A camara municipal tem uma berna para a iluminação de alguns pontos da cidade, entretanto esse serviço é feito irregularmente; muitas noites ás 9 horas já os lampeões estão apagados.

Na noite de 23 do corrente, um pobre homem foi á fonte encher o seu pote, e precipitou-se pela escada de pedra, resultado ficar bastante maltratado; a razão foi porque erão 8 horas e meia da noite e se achava a fonte ás escuras!”



(COMMERCIO DO PARANÁ, 1862, ano I, nº 17, p.2)

A outra reclamação foi feita pelo Sr. Leocádio um mês depois, dessa vez a crítica foi mais árdua e precisa sobre o mesmo assunto.

“Iluminação - Na noite de 21 do corrente não houve iluminação em alguns pontos da cidade; para mal de nossos peccados foi essa noite de chuva e vento, e tão escura que nada se podia distinguir á 10 passos de distância. No caminho da Fonte Nova ha tres lampeões apagados, houveram alli muitos encontrões e potes quebrados.

Será falta de dinheiro para essa verba? ou será desleixo do encarregado desse serviço? Não tem dúvida, vamos em progresso!”

(COMMERCIO DO PARANÁ, 1862, ano I, nº 21, p.2)

Em 1864 Leocádio também faz outro reclame semelhante. Porém, dessa vez o texto foi mais curto, como se fosse um clamor.

“ILUMINAÇÃO PUBLICA

Os lampeões da cadeia, assim como de outros lugares, apagam se pouco depois das 9 horas, ficando a cidade em completa escuridão!”

(COMMERCIO DO PARANÁ, 1864, ano III, nº 137, p.2)

Conseguimos identificar outras reclamações sobre a infraestrutura d cidade, como a falta de água na fonte de água chamada Fonte Nova. Durante os três anos de publicação do periódico, encontramos 5 reclamações, sobre o mesmo problema de falta de água sendo três durante o ano de 1862, uma em 1863 e mais uma em 1864.

“A Fonte Nova continua com falta de agua; no dia 30 de dezembro não era sem muito custo que se podia encher um barril. Pedimos á Ilma. Camara que tome isso em consideração. Não só porque esta falta pode aumentar pela intensidade dos raios solares, como tambem para que se não diga que o nome Fonte Secca, que é bem empregado.”

(COMMERCIO DO PARANÁ, 1862, ano I, nº 2, p.2)

Na 2ª edição do ano de 1862, o periódico traz a crítica logo na página 1. De fato, a a falta de água era um problema recorrente na cidade de Paranaguá. De acordo com o editor do periódico, o problema além de ser de responsabilidade dos órgãos públicos, também era proveniente do tempo seco. Na época, disse o redator que a cidade já estava sem chuva a 3 meses.



“Secca - Começamos a sentir falta de agua em consecuencia de não ter chovido ha tres para quatro mezes, mais ou menos. A fonte nova apenas deita agua por uma das bicas: não é já sem grande custo que se pode encher um barril.

Esperamos que a Illma. camara promoverá os meios para que não se desapareça de toda a pouca agua que alli ainda se conserva.”

(COMMERCIO DO PARANÁ, 1862, ano I, nº 27, p.1)

Em 1863, na edição número 93, a reclamação aparece novamente. Havia falta de água em todas as casas de Paranaguá.

“Fonte Nova – Esta fonte que tão útil tem sido á população, esta hoje quasi seca, deitando água unicamente por uma torneira, e isso mesmo em pouca quantidade.

Pedimos a câmara municipal que promova os meios necessários para conseguir água em todas as torneiras, o que supomos que não será serviço de grande dificuldade.”

(COMMERCIO DO PARANÁ, 1863, ano II, nº 93, p.2)

Em 1864 o problema da Fonte Nova ainda persistia. Não é apenas pela falta de água, mas também em decorrência dos lixos entulhados feitos pela população de Paranaguá.

“Fonte Nova - Ainda uma vez pedimos providencias á Camara Municipal sobre o deplorável estado em que se acha a Fonte Nova.

Tão útil como tem sido á população, esta hoje quase secca a valia que lhe dá esgoto, completamente entulhada de lixo e com a porta que dá entrada á caixa d’água arrombada!

Realmente custa a crer que se deixasse chegar á este ponto uma obra tão necessária e na qual se consumio tanto dinheiro do povo! Como um brado em favor da população, esperamos que o nosso justo pedido, seja tomado na devida consideração.”

(COMMERCIO DO PARANÁ, 1864, ano III, nº 108, p.2)

Além dessas informações podemos também conhecer a percepção dos articulistas sobre a cidade com sobre outros aspectos. Um deles diz respeito as atividades festivas que ocorriam na cidade. Segundo o periódico, Paranaguá era uma urbe ativa em festas religiosas, carnavais e bailes. artigos. Há um grande destaque para as festas beneficentes e organizadas pela igreja: inclusive vista como grande evento onde muitos munícipes participavam, como podemos observar na citação abaixo na edição de 1862.

“Festejos de S. João - Depois do temporal vem o bom tempo, diz o velho rifão, e é isto uma verdade que se vê realisada a cada passo.

A prova do que avançamo encontrar-a-hao todos na mudança que ultimamente se operou em nossa cidade, que vivendo ha cerca de tres annos na mais desconsolada pasmeceira, pareceu querer rehaveros seus foros de



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

folgaza de que ha muito gozava, e toda se enfeitou e vestio gallas para festejar o Glorioso S. João, em hora do qual houve bastante bailes, muitas gogeurias e outros aprendices proprios da noite de tão afamado santo, que até os mouros na Mourama honrão com festejos, segundo diz o Snr. João de Lemos.”

(COMMERCIO DO PARANÁ, 1862, ano I, nº 26, p.2)

No periódico consta ainda informes sobre uma epidemia de varíola que assolou a cidade de Paranaguá em 1863 e que permaneceu até o começo de 1864. Breves relatos e quadros da epidemia apareceu no jornal, durante esse período, como vemos abaixo;

“Mappa - Apresentamos o mappa numerio dos pobres affectados de varíola e outras moléstias, tratados gratuitamente pelo Dr. Alexandre Bousquel, desde 16 de março até 31 de dezembro.

Clinica do Municipio:

Numero de doentes..... 381

Fallecidos.....19

Corados.....263

Clinica do hospital provisório:

Entrados.....110

Fallecidos da varíola.....7

Por causas alheias á varíola.....11

Curados.....85

Existem.....7

Enfermaria das prisões:

Presos pobres entrados....19

Fallecidos da varíola.....1

Curados da varíola e de varias moléstias.....18 Quartel:

Visitarão-se 8 soldados e 6 recrutas. Os doentes por falta de enfermaria, forão enviados nos respectivos hospitaes civis.

Vaccinarão-se 211 pessoas com optimo resultado.

N.B A clinica com medico partícula não entra nesse numero.

(COMMERCIO DO PARANÁ, 1864, ano III, nº 105, p.3)”

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIENCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 8 de 12



Imagem 1 – MAPPA NÚMÉRICO - VARÍOLA

Mappa: — Apresentamos o mappa numero dos pobres affectados de variola e outras molestias, tratados gratuitamente pelo Dr. Alexandre Bousquet, desde 16 de março até 31 de dezembro ultimo.

Clinica do Município:

Numero de doentes	381
Fallecidos	19
Curados	263

Clinica do hospital precursoria:

Entrados	110
Fallecidos de variola	7
« por causas alheas	11
« à variola	85
Curados	7
Existem	7

Infermaria das prisões:

Presos pobres entrados	49
Fallecidos de variola	1
Curados de variola e de varias molestias	18

Quartel:

Vistaram-se 8 soldados e 6 recrutas. Os doentes, por falta de enfermaria, foram enviados nos respectivos hospitaes civis 44

521

Vaccinaram-se 211 pessoas com optimo resultado.

S. B. A. clinica como medico particular não conta nome nenhum.

(COMMERCIO DO PARANÁ, 1864, ano III, nº 105, p.3)

Em 16 de Janeiro de 1864 na Edição 107 na sessão *Noticiario* publicada na página 2 do periódico, o articulista chamava a atenção para a saúde pública em função da variola.

O Sr.Dr. Bousquet, medico dos pobres, sempre incausavel como é para o que toca a philanthropia e caridade, acaba de obter da associação dramatica estabelecida nesta cidade, um beneficiodas viuvas e orphaos victimas desvalidas da epidemia de variola.(...)

(COMMERCIO DO PARANÁ, 1864, ano III, nº 107, p.2)

Na edição 105 daquele mesmo ano, em 01 de janeiro de 1864 a sessão *Noticiario* na página 3 trazia um mapa da variola, epidemia que acometia a cidade e imediações na época. Diz o articulista:

Apresentamos o mappa numero dos pobres affectados de variola e outras molestias, tratados gratuitamente pelo Dr. Alexandre Bousquet, desde 16 de março até 31 de dezembro ultimo. (...)

(COMMERCIO DO PARANÁ, 1864, ano III, nº 105, p.3)



Para finalizar esse relatório, vale essa curiosa publicação datada de 23 de Janeiro de 1864, na Edição 108 da Sessão Publicações a pedido na página 04 do periódico.

“COMMERCIO DO RETALHO - Não é estranho ao publico do local, que á cerca de seis annos, o commercio de retalho nesta cidade, tem caminhado em perfeita declinação. E qual será a principal circumstancia? veja-mos se acertamos.

Outr’ora, algumas pessoas, precedendo a competente licença, fazia uzo de mascateação pelos bairros do municipio, com rezultado lizongeiro; tudo caminhava com vantagens ; estas abundavão o mercado e com rezultado; os lavradores e outras classes inferiores frequentavão a cidade com suas mercadorias agricolas, e a qui gastavão o producto de seo trabalho, em diversos generos de sua precizão domestica - era bom tempo. Naquela época o negocio de retalho, com menos de metade do capital que hoje emprega, contava a noite, um diario equivalente a dois de hoje, ou mais; ao passo que actualmente emprega mais do duplo de fundos - Commentemos um pouco.

Naquele tempo, era fenomeno uma caza de negocios nos bairros do municipio, hoje o é aquele que não conta dois, trez e mais, assim como o é aquele de entre estes, que paga os respectivos impostos devidamente, á renda municipal, a provincial e geral: assim, pois tudo lhes é facil, porque, no sitio, pouco ou nada se dispende com os efeitos da sociedade e com as necessidades domesticas: por tanto, tudo que ganhão, vendão pouco ou muito, é lucro sem despeza. **Na cidade é ao contrario, alem dos impostos a que nos referimos, paga-se na maior parte aluguer de caza; as vestes são mais dispendiozas, embora haja economia, as de mais despesas de primeira necessidade seguem a mesma ordem. De conseguinte, é claro que, a decadencia a que nos referimos nasce do amentorosos negocios que se tem multiplicado pelos bairros do municipio, especialmente no segundo districto, salvas poucas excepções.** Retiramos qualquer parcialidade que nos interesses, e sejamos justiceiros. -Proceda-se com actividade sobre a exigencia do fisco e applique-se-lhes a imposição da lei, aos que infringir, e veremos acabar-se parte desses especuladores, que não estão no cazo de ser negociantes, e que no intuito de abandonarem a enxada amiga de principios e crença, não se lhes da perderem duas coisas - Commercio e lavoura. **(grifo nosso)**”

(COMMERCIO DO PARANÁ, 1864, ano III, nº 108, p.4)

O articulista em tom de reclame critica o que chamou de declínio do comercio e destaca que ‘ em outros tempos’ (a seis anos) a cidade era espaço de trânsito e de ampla circulação de mercadorias e de comercio. A cidade e suas ruas eram frequentadas, havia movimento de pessoas, sobretudo de lavradores que vendiam suas mercadorias. Havia moedas circulando no comercio. Os bairros possuíam comercio também. A realidade representada pelo narrador, é de desalento. Finaliza ele: muitos abandonaram a ‘enxada amiga’, desfizeram-se da lavoura, para investir no comercio e acabaram perdendo tudo, disse o redator chefe, Leocadio Pereira.

Além das festas religiosas e bailes que aconteciam na cidade, também havia problemas com saúde pública, como ocorreu a epidemia de varíola em 1863. Poucas vezes as



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

notícias sobre epidemias eram manchetes, porém nesse ano de 1863 o redator destinou a essa questão um espaço amplo. Destacou em letras grandes e em negrito as seguintes manchetes - **EPIDEMIA.**

“Epidemia - Continuação as camaras de sangue e bexiga a fazer progresso na população. As primeiras bexigas que apparecerão, forão discretas, porem se tem tornado confluentes.

O hospital provisorio que não tinha até hoje doentes, esta ja sendo ocupado, prestando assim um serviço á classe desvalida.

O nosso collega do Dezenove de Dezembro, foi mal informado quando disse em seu n.373 que lhe constava estar quasi extincta a epidemia em Paranagua. O numero dos que soffrem hoje este mal, sone a mais de 40 tratados pelos Srs. Dr. Alexandre Bousquel e Dr. Rego, alem dos que se achao entregues e curandeiros. “

(COMMERCIO DO PARANÁ, 1864, ano III, nº 112, p.2)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser uma cidade festiva, com bastante eventos que buscavam reunir grande parte da população, também havia era vista e noticiada como uma cidade com problemas urbanos de infraestrutura, com um órgão público que não atendia adequadamente os moradores.

Dentre esses problemas, as reclamações sobre a fonte de água sempre ocuparam um espaço nos noticiários. O abastecimento de água, foi uma pauta que durante os três anos analisados, eram correntemente noticiados. A varíola também ocupou u espaço importante nas publicações. A cidade foi representada como palco desse importante problema de saúde pública, como ocorreu a epidemia de varíola em 1863. Outros relatos de reclamações de acumulação de lixo em locais públicos ocorreram em 1864.

De fato, muitas são as potencialidades dessa fonte para se decifrar as narrativas que constroem a história da cidade no final do século XIX por meio do periódico estudado. Essas são somente algumas dessas chaves para uma compreensão da cidade de Paranaguá.

A coleta de dados identificou narrativas que permitem acessar a cidade nas seguintes seções: *Noticiários, a Pedidos, Chimeras, Annuncios e Declarações e Correspondência e Poesias.*



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira; **CERASOLI**, Josianne Francia. A cidade como história. História: Questões & Debates, [S.l.], v. 50, n. 1, oct. 2009. ISSN 2447-8261.

Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15672>>

CRUZ, H. & PEIXOTO, M. (2007). “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”, in: Projeto História, São Paulo, no 35, p. 1- 411, dez.

LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **PINSKY**, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MORAES, Everton de Oliveira “Um ensaio de ficção científica”: história do presente no suplemento Anexo, do jornal Diário do Paraná. Antíteses, vol. 10, núm. 19, enero-junio, 2017, pp. 285-310 Universidade Estadual de Londrina Londrina, Brasil.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002. 13-33p.

SILVA, Andreza Erica de Lira. **FREITAG**, Liliane da Costa "As representações sociais sobre a cidade de Paranaguá - PR por meio do jornal "comércio do Paraná" nos anos de 1862 a 1864". Unespar, Paranaguá, 2021.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. Revista História e Historiografia. São Paulo, n. 4, p. 89-102, jun. 1985.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

DO DIREITO À MOBILIDADE URBANA EM CAMPO MOURÃO (PR) AOS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ana Beatriz Ferreira Xavier - (Unespar)
Unespar/*Campus* Campo Mourão, ana.ferreira.xavier@escola.pr.gov.br

Prof. Dr. Marcos Clair Bovo - Orientador
Unespar/*Campus* Campo Mourão, mcbovo69@gmail.com

Prof. Dr. Fred Maciel - Coorientador
Unespar/*Campus* Campo Mourão, fred.maciel@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

Este presente trabalho é produto do projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIC-EM) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Campo Mourão, cujo o título é “Do direito à mobilidade urbana em Campo Mourão (PR) aos desafios das políticas públicas”. Nosso foco principal esteve ligado à mobilidade urbana. A população brasileira tem vivenciado a degradação dos serviços de transporte coletivo, o aumento das tarifas, o transporte informal, o congestionamento de trânsito, além dos problemas ambientais e deslocamentos. Diante disso, foi implantada a política de mobilidade urbana pela Lei número 12.587/2012 que aponta diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que preconiza a elaboração dos planos de mobilidade urbana obrigatórios para municípios com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes. Assim sendo, todo cidadão possui o direito de ir e vir, deslocar-se pelo espaço urbano no qual está inserido. Esperou-se com os resultados contribuir, mesmo que indiretamente, para o planejamento e gestão da mobilidade urbana da cidade de Campo Mourão.

Tivemos como principal objetivo compreender o direito à mobilidade urbana em Campo Mourão destacando os desafios das políticas públicas. Além disso, visamos também compreender as políticas de mobilidade urbana, diagnosticar os principais problemas de

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 1 de 17



acessibilidade e da mobilidade urbana no espaço público, compreender as reivindicações da população a respeito da mobilidade urbana nos espaços públicos e avaliar medidas para auxiliar à acessibilidade e mobilidade urbana nos espaços públicos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O aporte metodológico baseou-se em pesquisa exploratória, dividida em três fases, sendo a primeira constituída da revisão bibliográfica em periódicos científicos, legislação sobre a mobilidade urbana e acessibilidade em espaço público; seguida de pesquisa *in loco*; e entrevistas com moradores sobre a temática.

A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas. Na primeira, foi realizado o levantamento teórico por meio de livros, teses, dissertações e artigos científicos e leis referentes à acessibilidade e mobilidade urbana. A segunda etapa foi delimitada à área a ser estudada, destacando as principais avenidas e ruas do entorno por meio de mapeamento das mesmas. Já a terceira etapa constituiu-se na pesquisa *in loco*, de caráter qualitativo, por meio da aplicação de questionários aos moradores de diferentes faixas etárias que residem na área delimitada pela pesquisa, ou que estejam circulando na área em estudo e registro fotográfico de áreas urbanas do município. Por fim, a quarta etapa consistiu na tabulação e análise dos resultados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como indicamos na introdução, nosso objeto de estudo é a Mobilidade Urbana. A partir disso, faz-se necessário apresentar algumas considerações teóricas sobre esse conceito.

Em um primeiro momento é importante conceituar a noção de mobilidade urbana a partir de seus preceitos legais. Para tanto, utilizamos a Lei 12.587/2012 que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Segundo a mesma, tal política está fundamentada nos seguintes princípios acessibilidade universal, desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais, equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo, eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte



urbano, gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, segurança nos deslocamentos das pessoas, justa atribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços, equidade no uso de espaço público de circulação, vias e logradouros; e eficiência, eficácia e afetividade na circulação urbana.

Do mesmo modo, algumas diretrizes também orientam referida política. Dentre elas, podemos destacar as seguintes: integração com a política de desenvolvimento urbana e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo âmbito dos entes federativos, prioridade dos modos transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado, integração entre os modos e serviços de transportes urbano, mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade, incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes, priorização de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado; e integração entre as cidades gêmeas localizadas na faixa de fronteira com outros países sobre a linha divisória internacional.

Neste sentido, percebe-se que a Mobilidade Urbana vai além do debate sobre transporte urbano, uso e ocupação do solo, sem falar da qualidade de vida e da saúde das pessoas que se locomovem diariamente. Segundo Blaszak, Fernandes e Oliveira (2022, p. 224), “o conceito de mobilidade por vezes acaba por se confundir ou até mesmo se complementar com o de acessibilidade”. Isto é, a mobilidade urbana pode ser percebida par além do deslocamento de veículos.

Ainda segundo os autores:

Pensar a mobilidade urbana significa entender e somar fatores econômicos, como a renda do indivíduo, sociais, como a idade e o sexo, intelectual, como a capacidade para compreender mensagens, e até de limitação física para utilizar capacidade para compreender mensagens até de limitação física para utilizar veículos e equipamentos de transporte (BLASZAK; FERNANDES; OLIVEIRA, 2022, p. 225).

A mobilidade urbana é estabelecida pela Política Nacional de Mobilidade Urbana como as condições que viabilizam a locomoção de pessoas, cargas pelo espaço urbano e



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

produtos para que venham proporcionar uma facilidade e que fique mais acessível aos habitantes, respeitando todas as suas normas.

A mobilidade urbana requer uma perspectiva multissetorial, ou seja, não pode ser tratada exclusivamente como gestão de transporte. Por exemplo, a construção de aglomerados urbanos distantes dos centros tradicionais com equipamentos de serviços urbanos e incoesos ou ausentes gera uma enorme demanda por viagens, que gradualmente se torna cada vez mais extensas à medida que as regiões se expandem.

A mobilidade urbana para a construção de cidades sustentáveis será, então, o produto de políticas que permitam o acesso amplo e democrático ao espaço urbano. A mobilidade urbana bem planejada com sistemas integrados e sustentáveis garante o acesso dos cidadãos às cidades, garantindo qualidade de vida e desenvolvimento econômico.

Dessa forma, no âmbito da mobilidade, muitos aspectos se enquadram neste assunto, é muito “mais do que simples deslocamentos pelas cidades, a mobilidade urbana envolve qualidade de vida, uma outra aspectos” (PAULA; BARLET, 2016, p. 11).

A mobilidade é um fator importante em todas as atividades urbanas, e as decisões relacionadas a ela podem trazer grandes benefícios ou prejuízos para indivíduos, atividades econômicas ou regiões inteiras das cidades. A gestão de problemas complexos como a mobilidade urbana implica decisões e ações que têm um impacto significativo no cotidiano das cidades, não sendo raro que as possíveis soluções não cumpram todos os requisitos em simultâneo.

A circulação urbana, ou o ato de se locomover em uma cidade, é o exercício da mobilidade por meio do esforço pessoal (a pé ou de bicicleta) ou por meio serviços prestados (transporte público). Em todos os casos, o desempenho afetivo ocorre dentro da infraestrutura urbana.

Os municípios desempenham um papel importante no planejamento e implementação da política de transporte urbano, bem como na organização e prestação de serviços de transporte público. Embora a Constituição Federal estabeleça que os municípios devem organizar e prestar serviços de transportes, atribui-se aos municípios a responsabilidade de gerir a política de transporte urbano (POLÍTICA NACIONAL TRANSPORTE URBANO, 2013, p. 16).

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 4 de 17



A sustentabilidade para o transporte urbano, nesse sentido, é uma extensão do conceito utilizado no campo do meio ambiente, consistindo na “capacidade de se locomover, necessária ao cumprimento dos direitos fundamentais do cidadão, com menor impacto ambiente. É ecologicamente sustentável” (BOARETO, 2003, p. 49).

É o impacto na saúde, na qualidade de vida e no meio ambiente que evidencia a necessidade subjacente de uma mudança de paradigma, especialmente na garantia do acesso universal.

No caso do trânsito urbano, o poder público precisa intervir nos conflitos entre diversos agentes, protegendo seu lado mais vulnerável, o pedestre, construindo espaços onde ele não tenha prioridade sobre os demais veículos: calçadas e faixas de pedestres, por exemplo.

Ao agir sobre os serviços, o estado pode usar medidas fiscais que afetam diretamente o custo da atividade, como impostos e taxas, subsídios, incentivos, impostos, multas e outros. Além disso, pode também formular regras de entrada e saída do mercado e controlar a qualidade e quantidade das ofertas para intervir no planejamento global, promover a coordenação e racionalidade, reduzir externalidades negativas, reduzir os riscos dos próprios operadores e da sociedade, e reduzir o custo de produção dos serviços (SANTOS; ORRICO FILHO, 1996, p. 26-28).

É importante ressaltar que as contribuições sociais não devem acontecer apenas ao final do processo, mas isso deve acontecer em todas as etapas do planejamento das políticas públicas. Incluindo as fases iniciais de identificação das necessidades dos cidadãos.

Além da importância dos projetos de mobilidade urbana, também é igualmente relevante a função de suporte técnico e financeiro a outras organizações aliadas. Não chega a ser uma inovação, mas pela primeira vez sua atribuição é detalhada pela referida lei, já que a competência constitucional para gerir o transporte municipal é local.

Ademais, para além de fornecer um sistema nacional de informações sobre transporte urbano, deve-se também oferecer capacitação contínua para os municípios, subsidiando ações articuladas entre estados e municípios.

Esses mecanismos expressam o interesse em fortalecer a gestão do tráfego urbano de acordo com as atribuições de cada órgão do governo para proporcionar a integração total entre Federação, Estados, Distrito Federal e Municípios.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

A falta de mobilidade no transporte de pessoas e mercadorias nas cidades é a consequência mais óbvia do planejamento urbano tradicional, que leva a imóveis nos centros das grandes cidades. Dessa forma, a eficácia do transporte urbano está diretamente relacionada ao bem-estar da população geral da cidade.

O sistema de transporte brasileiro sofre de problemas comuns aos países pobres, tais como: dispersão na periferia; sistemas viários inadequados; ruas congestionadas; uso crescente de transporte motorizado e não motorizado, infraestrutura inadequada; atrasada ou não existência de meios de controle do tráfego; incluindo pedestres e ciclistas, as mortes no trânsito são muito altas; o transporte público é congestionado, de má qualidade, perigoso; e o setor de transporte está muito envolvido na degradação ambiental (OLIVEIRA FILHO; VILANI, 2017).

Quanto maior a renda das pessoas, mais elas gastam no setor de transporte privado. Observa-se também que para as famílias de baixa renda, o aumento dos custos de transporte público é crescente porque quanto maior a renda dos cidadãos, maior é o uso do transporte privado, ou seja, cada vez mais pessoas aparecem nos transportes públicos para deslocamento e por dificuldade e custos do setor privado, incluindo a classe média.

O aumento do tempo de trânsito nas cidades introduz outros fatores que prejudicam o bem-estar das pessoas. Não está diretamente relacionado a um aumento no número de carros, mas à medida que a população cresce, também aumenta a quantidade de tempo que as pessoas passam em bancos e de locais de negócio, por exemplo.

O caos do crescimento populacional no modelo atual de desenvolvimento tem afetado não só os meios de locomoção, mas também a saúde da população (BLASZAK; FERNANDES; OLIVEIRA, 2022, p. 222). Por isso, analisar pontos vinculados à mobilidade urbana são importantes para refletirmos a respeito das realidades contemporâneas nas cidades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das considerações teóricas e dos levantamentos bibliográficos apresentados anteriormente, passamos agora para a aplicação prática de algumas dessas perspectivas. Para tanto, optamos pela realização de entrevistas com moradores do município de Campo Mourão

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 6 de 17



visando abordar questões em torno da mobilidade urbana. Foram realizadas cinco entrevistas e, como complemento, também foi realizado registro fotográfico das áreas vinculadas ao objeto de pesquisa. Para análise, decidimos fazer a separação por eixos, de acordo com proximidades e correspondências entre os dados levantados junto aos entrevistados (que foram identificados como E1, E2, E3, E4 e E5, por questões éticas e preservando as identidades pessoais).

Vamos começar a abordar o eixo 1, sobre o que é Mobilidade Urbana e o que acham sobre. Vejamos:

E1: São lugares que tem coisas acessíveis a pessoas com dificuldades/deficiência na área urbana.

E2: Acessibilidade a pessoas deficientes visuais, como calçadas próprias e rampas para cadeirantes.

E3: Envolve deslocamento, como você se desloca pela cidade, se tem meios para que esse deslocamento seja efetivo, por exemplo transporte público, se tem ciclovias, se tem vias de fácil acesso aos bairros, mais ou menos neste sentido.

E4: Mobilidade urbana está relacionada a vários fatores, agentes e fatores da cidade, das políticas públicas de desenvolvimento urbano relacionados à capacidade e ao direito das pessoas de acessarem esses espaços urbanos e também de mobilidade dos próprios objetos, materiais, mas em tese seria esse direito, essa política da pessoa ter o direito de acessar a cidade.

E5: Acho que seria mais ou menos as políticas públicas que existem em meio do transporte público, no meu ver que ajuda as pessoas se locomoverem dentro da cidade. São uma das coisas, não significa que seja única. Mas, primeira coisa, seria algo relacionado a meio de transporte, de locomoção dentro de uma cidade.

De acordo com as respostas voltadas para o eixo 1, os pontos principais foram a questão da acessibilidade, tanto para pessoas com deficiência quanto para o público geral; também, como podemos perceber, que se fala sobre deslocamento e transporte público e políticas públicas e desenvolvimento urbano, incluindo ciclovias. As figuras 1 e 2 retratam questões citadas pelos entrevistados.

Figuras 1 e 2 – Mobilidade urbana em Campo Mourão



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023



Fonte: Dos próprios autores.

No eixo 2, trabalhamos com questões sobre a locomoção e algumas experiências pessoais. Primeiramente acerca da locomoção:

E3: Eu moro próximo do mercado Condor, então, para chegar na universidade dá mais ou menos 5 minutos, dependendo da hora que eu saia e aí eu preciso passar por uma perimetral até aqui, só que o bairro que eu moro não tem um acesso, a parte que eu passo para vir, por exemplo, é um terreno, então ali não tem muita sinalização. A parte que dificulta o meu trajeto seria mais nisso, a demora e tem que estar em alerta. [Venho] de carro na maioria das vezes, mas a pé também, caminhando.

E4: Da minha casa até a UNESPAR dá três quilômetros. Eu moro no Jardim Veneza, que é um bairro do Lar Paraná, mas eu venho em linha reta. **[E como você sabe que dá três quilômetros?]** Como eu sou muito adepto ao caminhar, ao pedalar, então eu já tive essa curiosidade. Acho que só agora que eu sou muito adepto desse meio de locomoção. Então, sempre gostei e em algumas vezes eu acabei cronometrando, marcando.

E5: Eu moro do lado da universidade, dá quatro quadras. Só que uma coisa que é perceptível é questão de calçadas, por exemplo. As calçadas da cidade de Campo Mourão são bem drásticas a situação que elas estão. Primeiro, as árvores não são adequadas, árvores que se encontram nos canteiros das próprias calçadas, são todas literalmente destruídas. Tem bastante asfalto em questão de pista, que seria mais algo ligado para as pessoas que tem o seu próprio veículo, no caso, carro ou moto, para pessoas caminhar, por exemplo, ou de bicicleta ou outro tipo de transporte.

Já quanto às experiências pessoais, os entrevistados responderam:

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 8 de 17



E4: Normalmente eu me locomovo a pé e de bicicleta. Não, não tenho um carro próprio meu. Uso o carro de outra pessoa. E também às vezes acabo utilizando o transporte público, além de aplicativo de transporte privado.

E5: Eu me locomovo a pé. Em alguns casos, geralmente a gente usa serviço de aplicativo ou alguma coisa assim do tipo.

No Eixo 2 podemos indicar que três entrevistados citam como chegam à universidade em meios diferentes e relatam o quão difícil ou quais questões interferem até chegar em seu local de estudo ou trabalho. Além disso, mencionaram os meios que usam para a sua locomoção. As figuras 3, 4, 5 e 6 exemplificam espaços de locomoção e pontos citados pelos entrevistados.

Figuras 3, 4, 5 e 6 – Mobilidade urbana em Campo Mourão





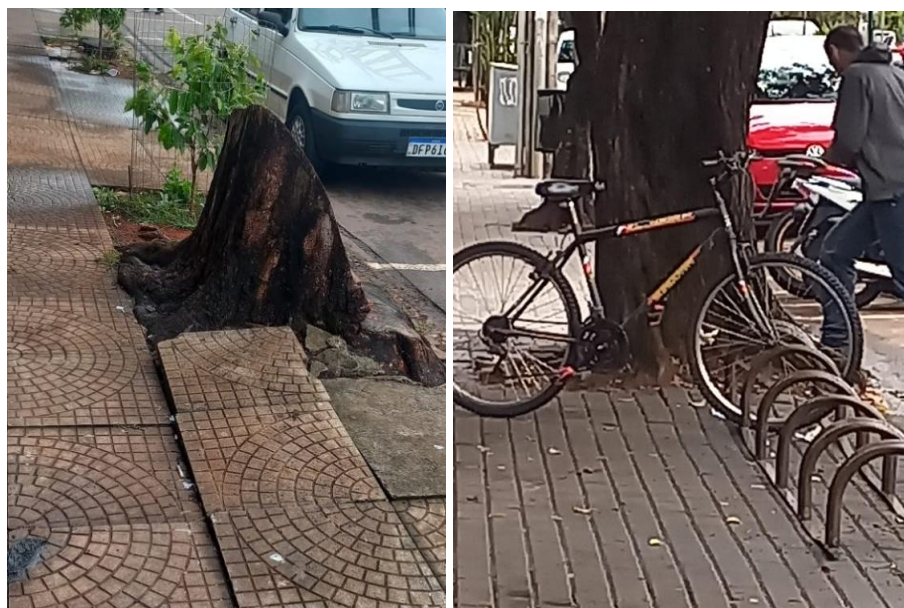
SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023



Fonte: Dos próprios autores.

A respeito do eixo 3, abordamos questões sobre transporte público e deslocamento na cidade de Campo Mourão. Ao perguntarmos sobre o que observam nas ruas e calçadas e como avaliam as condições, responderam:

E1: Observo árvores, postes e lixo. Tem lugares que são bons, porém tem uns que são péssimos, que tem que passar pela rua.

E2: Mesmo após algumas melhorias, muitas ruas ainda têm muitos buracos e muitas calçadas estão em situações precárias. A sinalização está boa, porém pode melhorar e a acessibilidade está ruim.

E3: Sinto tristeza, muita calçada quebrada, muita calçada irregular, até para estacionar carro você tem que tomar cuidado, porque algumas em calçadas os meios fios são muito altos, rampa praticamente zero aqui na cidade. Normalmente uso carro no dia de chuva, mas mesmo assim eu percebo que tem muita enxurrada em Campo Mourão, em 10 minutos já está praticamente tudo alagado, dificulta tanto o tráfego quanto caminhando. Em bicicleta nem imagino o quão difícil deve ser, até de carro é perigoso. Quanto à sinalização, não tem placas, tanto é que dificulta quando você tem costume de dirigir em Campo Mourão e vai para outras cidades.

E4: Eu percebo que a cidade é pensada pro carro, então tem planejamento, mas planejada para o carro, não pra pessoa que anda a pé, pra pessoa que anda de bicicleta ou que usa o ônibus. Então nós temos uma falta de política pública voltada pra essa mobilidade mais sustentável, mais democrática e ela prioriza o uso do veículo individual. Hoje nós temos os bairros mais novos, eles têm calçadas melhores, né? Mais planejados até por causa do plano diretor do município, mas de maneira geral elas são bem precárias, né? Sem acessibilidade, muitas vezes estão todas desconfiguradas de um padrão pelo

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 10 de 17



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

próprio morador. Infelizmente nós não temos calçadas para andar por elas, né? Acredito que nós temos uma boa sinalização de trânsito, principalmente na área central, né? Se nós pegarmos os bairros vai ser menor essa questão de sinalização, mas aí seria uma outra discussão, né? Sobre esse processo de segregação na parte da sinalização, mas de maneira geral pensando na área central acredito que sim.

E5: As calçadas estão em condições drásticas, sujas. Em alguns lugares nem calçada tem. Em outros lugares, parece que as raízes de árvores vão saindo e jogando lajota pra cima. Então, as condições são péssimas. Em questão de faixa de pedestre, a cidade é bem carente, questão de sinaleiro, a cidade bem carente disso também. Então, eu diria que a cidade não é bem sinalizada.

Os entrevistados também comentaram acerca das condições do transporte público no município:

E3: Usei, mas faz bastante tempo. As pessoas que usam falam para mim a questão do valor, porque hoje no meu bairro tem uma linha de ônibus, depois de um tempo da associação ter reclamado, mas pra gente não é viável por conta do valor, é muito caro e meu bairro é relativamente perto e aí o trajeto que fizeram para chegar até o bairro demoraria mais ou menos meia hora para chegar ao centro. No sentido do que melhorar, acho que entender qual a necessidade da população e instalar instrumentos mínimos para pessoa poder utilizar o transporte público.

E4: Já utilizei bastante e do período que eu utilizei não trago boas experiências, mas por causa da falta de política pública relacionada ao transporte público coletivo, né? Sempre ele é deixado de lado e não sendo considerado uma política estratégica de desenvolvimento urbano e sim sendo apenas um modo de mobilidade urbana e ser agregado a quem não tem condição de se locomover de outro jeito. Então, é um transporte muitas vezes sucateado, sem horários acessíveis e que precisa de mais investimentos.

Neste eixo podemos verificar as dificuldades de locomoção em Campo Mourão, até para andar a pé. Foram citadas calçadas que são completamente precárias e nem todos concordam que a cidade tem uma boa sinalização. A acessibilidade é considerada limitada para muitos. Não mencionaram tanto sobre transporte público, mas muitas vezes ele é deixado de lado em uma política estratégica de desenvolvimento urbano e também considerado um meio de transporte sucateado. Por exemplo, deveriam colocar mais informações sobre o transporte, horários, etc., além do valor da passagem ser considerado muito alto para várias pessoas. As figuras 7, 8 e 9 retratam alguns problemas:

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 11 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





Figuras 7, 8 e 9 – Mobilidade urbana em Campo Mourão



Fonte: Dos próprios autores.

No quarto e último eixo, abordamos sobre as diferenças da mobilidade na área central do município e nos bairros. Vejamos algumas respostas:

E3: Muita diferença, porque esse bairro que eu moro ele foi autorizado a ser feito, só que ele é depois do Condor, tem uma área privada que as pessoas plantam ali ainda, então eles pegam UTR ainda como se fosse espaço rural e por não ter sido feita regulamentação nessa parte do meu bairro não tem sinalização, poucas ruas têm placas.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

E4: Sim. O que nós temos muitas vezes são pontos voltados pra uma área central, que é a área que é vista, né? As pessoas acessam esse espaço e também quem não é da cidade acaba vendo, mas nós temos muita diferença entre a mobilidade na área central e na área periférica, por causa mesmo desse direcionamento de política pública, né? A sinalização, a questão de um quebra-molas e uma qualidade no asfalto, tudo isso vai interferir, até porque quem mora na periferia não é quem tem dinheiro na cidade, né? Então, infelizmente onde é bom é porque é onde tem um grupo mais rico, que tem condições de impressionar o estado pro estado investir.

Por fim, quanto ao que consideram essencial na mobilidade urbana e em possíveis melhoras:

E1: As calçadas serem reformadas e colocar guias e rampas.

E2: Melhoria das calçadas, rampas e sinalização e melhorias no transporte público.

E3: Eu acho que tentar priorizar outros meios de locomoção, já ajudaria muito, por exemplo o fato de não ter ciclovias e as pessoas que optem por utilizar bicicleta correm riscos, sabe? Eu gostaria de usar mais minha bicicleta, mas, por exemplo, tem coisas básicas, “onde você vai deixar?” São poucos os lugares que tem lugares de deixar a bicicleta. Tem que amarrar em placa que não pode. Outra questão seria horário de ônibus, para atender mais esse pessoal que estuda à noite, nos horários que sejam compatíveis com a universidade. Sinalização, como semáforo, essas coisas que realmente funcionem, sabe? Principalmente por causa daquele monte de rotatória que temos, ninguém sabe qual é a preferencial. E vias de acesso aos bairros para fazer fluir o trânsito.

E4: Eu acho que pra pensar a mobilidade nós tínhamos que entender ela como uma das principais ferramentas de desenvolvimento sustentável e democratização da cidade. Porque enquanto nós não pensarmos nela, nessa perspectiva, nós vamos continuar com os mesmos problemas. Tanto de engarrafamentos, de poluição e também de exclusão social. Então, enquanto nós não pensarmos na mobilidade enquanto uma política de desenvolvimento sustentável e de democratização da cidade, nós não teremos uma cidade realmente pra todo mundo. Então nós precisamos pensar realmente em saber como que nós queremos avançar, qual que é o nosso planejamento para o futuro, né? Como que eu vou diminuir a poluição por gases que os automóveis emitem? Eu priorizo o uso de da bicicleta, priorizo o uso de do andar a pé, do transporte coletivo. E eu faço com que as pessoas te passem a usar menos o carro individual. Então, acho que a mobilidade tem esse papel fundamental na sociedade. Nós precisamos de mais políticas voltadas pra essa mobilidade ativa, né? Enquanto o poder público não investir na mobilidade urbana vai ser um problema sempre, né? Então, ela tem que ser tratada como uma questão social. Podemos investir em mobilidade urbana por questões sociais, por questões de sustentabilidade.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 13 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





E5: Meu ponto de vista que deveria melhorar seria na questão de sinalização, questão de melhoria até mesmo do asfalto, muito buraco, não recapam o asfalto como um todo e apenas ficam preenchendo os buracos.

A avaliação da mobilidade urbana de Campo Mourão varia consideravelmente do centro para o bairro. Embora haja sinais no centro, você não os vê o suficiente nas quadras e quarteirões, dificultando o entendimento da lógica de organização do tráfego e comprometendo a mobilidade urbana dos pedestres e ciclistas. Foca-se mais na área central porque ela é mais vista, ou seja, para melhorar a imagem da cidade para áreas externas. As figuras 10 e 11 indicam mais alguns cenários da mobilidade urbana em Campo Mourão.

Figuras 10 e 11 – Mobilidade urbana em Campo Mourão



Fonte: Dos próprios autores.

Entre os entrevistados, muitos consideram que a cidade não tem ciclovias suficientes para quem quer usar as bicicletas como meio de transporte. Também precisamos tentar entender mais sobre a questão da mobilidade urbana como um todo, de modo que ela se efetive como uma das principais ferramentas para o desenvolvimento sustentável e de democratização das cidades. E o governo deveria investir mais em áreas periféricas, investindo mais em transporte urbano, encaminhando várias demandas e pontos que devem ser reformados e reconstruídos. Um novo planejamento deveria focar mais no impacto da



mobilidade urbana, especialmente na área do transporte público, tal como percebemos nas respostas dos entrevistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em mobilidade urbana significa entender e agregar fatores econômicos como a renda do indivíduo, fatores sociais como idade e gênero, fatores intelectuais como a capacidade de compreensão das mensagens e até limitações físicas para utilizar veículos e meios de transporte (BLASZAK; FERNANDES; OLIVEIRA, 2022).

Nesse sentido, fica claro que a mobilidade urbana vai além do debate sobre transporte urbano, uso e ocupação do solo, sem falar na qualidade de vida e saúde das pessoas que se deslocam todos os dias. Isso significa que a mobilidade urbana pode ser percebida fora do deslocamento do veículo, indo além também da acessibilidade.

A mobilidade urbana requer uma perspectiva multissetorial, ou seja, não pode ser vista exclusivamente como gestão do tráfego. Por exemplo, a construção de aglomerados urbanos distantes dos centros tradicionais com equipamentos de serviços urbanos desconexos ou ausentes gera uma enorme demanda por viagens, que gradualmente aumenta e se expande à medida que as regiões se expandem.

O resultado, então, será a mobilidade urbana para a construção de cidades sustentáveis e políticas que viabilizem o acesso amplo e democrático ao espaço urbano. No caso do transporte urbano, o poder público deve intervir nos conflitos entre os diversos atores, proteger sua parte mais vulnerável, o pedestre, e construir espaços onde ele não tenha prioridade sobre os demais veículos, como calçadas e travessias.

O objetivo das entrevistas foi analisar quais as percepções das pessoas sobre esse tema da mobilidade urbana. Muitos não têm esse conhecimento do que é transporte urbano, por exemplo, porque não tem o alicerce teórico ou porque não é aplicado com frequência na cidade além da parte central. Antes de iniciar este projeto, eu tinha pouco entendimento sobre ele até ler artigos e materiais para obter uma compreensão mais profunda do assunto. Onde quer que eu vá, eu olho muito para isso, vejo o que é certo ou errado e o que poderia melhorar.



O trânsito urbano é, na verdade, um dos maiores problemas do Brasil, afetando até mesmo a democratização do uso do espaço e o acesso às oportunidades. Este é um problema antigo que não pode ser resolvido a curto ou médio prazo. O transporte urbano é um tema constante de debate no Brasil. Ele nos desafia a entender o que as cidades precisam fazer para se adequar a um padrão mais sustentável, reconhecendo que precisam de muita melhoria e planejamento mais amplo.

A mobilidade urbana para mim não é apenas o transporte público, mas sim a possibilidade de se deslocar de diversas formas, seja a pé, de bicicleta ou de carro. Muita gente deixa o lixo no meio da calçada e atrapalha a passagem e a mobilidade de pedestres. Como Campo Mourão é um município de médio porte, deveria haver ciclovias suficientes para os ciclistas e não vias apenas para os carros, o que pode poluir o meio ambiente e prejudicar a saúde dos moradores. O transporte público poderia estar melhor porque muitas pessoas têm experiências ruins e as tarifas são altas.

A falta de mobilidade no transporte de pessoas e mercadorias nas cidades é o resultado mais evidente do planejamento urbano convencional, que concentra os imóveis no coração das grandes cidades. Por isso, a eficácia do transporte urbano está diretamente relacionada ao bem-estar dos moradores da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLASZAK, Cláudia Letícia Oster; FERNANDES, Lucas José; OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de. Mobilidade urbana sustentável: meios alternativos para cidades inteligentes. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 7, n. 1, 2022.

BOARETO, Renato. A Mobilidade Urbana Sustentável. **Revista dos Transportes Públicos**, v. 25, n. 100, p. 45-56, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Mobilidade Urbana**. Lei N. 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm>. Acesso em: 04 jul. 2023.

BRASIL. **PlanMob** – Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana – SeMob, Ministério das Cidades, Brasília, DF, 2015.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

OLIVEIRA FILHO, Marcos Ferreira de; VILANI, Rodrigo Machado. Da imobilidade à mobilidade urbana: o papel dos veículos no planejamento das cidades. **Revista NUPEM**, v. 9, n. 16, p. 38-53, 2017.

PAULA, Marillene de; BARTELT, Dawid Danilo. **Mobilidade Urbana no Brasil**: desafios e alternativas. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Bol Brasil, 2016.

SANTOS, Enilson; ORRICO FILHO, Rômulo Dante. Regulamentação do transporte urbano por ônibus: elementos do debate teórico. In: ORRICO FILHO, Rômulo Dante et al. **Ônibus urbano**: regulamentação e mercados. Brasília: LGE, 1996.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 17 de 17



TECNOLOGIAS ASSISTIVAS: POSSIBILIDADES ASSISTIVAS PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE INCLUSÃO

Anna Laura Guimarães Marques - (CNPq)
Unespar/*Campus Paranavaí*, annaguimaraslaura@gmail.com

Rosangela Trabuco Malvestio - Orientadora
Unespar/*Campus Paranavaí*, rosetms@yahoo.com.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto geral elencar as tecnologias assistivas utilizadas na educação inclusiva, conceituando as Tecnologias Assistivas (TAs) como área de conhecimento e recursos; estudando o histórico das Tecnologias Assistivas e sua aplicabilidade no contexto educacional inclusivo; descrevendo as TAs que podem ser utilizadas na educação inclusiva; especificando as possibilidades educativas das TAs para que o aluno incluso seja atendido em sua especificidade e tenha qualidade em sua educação.

Na atualidade as tecnologias estão presentes em todas as áreas sociais, inclusive na educação. Na educação inclusiva estes recursos são as TA 's, que contribuem com o ensino e a aprendizagem de alunos inclusos, e possibilitam as adaptações necessárias para cada tipo de deficiência. Em 1992, com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que foi assinado pelo Brasil, afirma que “A Educação é direito de toda pessoa. Ela deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e capacitar todos a participar efetivamente de uma sociedade livre”. Hoje, a Constituição da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) estabelece que a educação é uma obrigação tanto do Estado quanto das famílias. Essa abordagem reflete a importância dada à educação como um direito fundamental e um dever compartilhado na sociedade. Ao afirmar que a educação é uma obrigação do Estado, a Constituição reconhece a responsabilidade governamental de garantir o acesso universal à



educação de qualidade. O Estado é responsável por criar políticas públicas, diretrizes e recursos necessários para oferecer uma educação adequada para todos os cidadãos, independentemente de sua origem social, econômica ou étnica.

Por outro lado, a Constituição também destaca que a educação é uma obrigação das famílias. Isso significa que os pais ou responsáveis têm o dever de assegurar que seus filhos tenham acesso à educação, acompanhando e estimulando seu processo de aprendizado. A participação ativa das famílias é considerada essencial para o desenvolvimento integral das crianças e jovens, complementando o papel desempenhado pelo Estado na educação. Essa abordagem dual reconhece que a educação é uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e as famílias. Ambos desempenham papéis cruciais na garantia do direito à educação e na formação de cidadãos preparados para a vida em sociedade. A cooperação entre o Estado e as famílias é fundamental para promover uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, que atenda às necessidades de todos os estudantes.

E embora ainda existam grandes dificuldades para executar, de fato, os Direitos das Pessoas com Deficiência, essas leis são respaldos para o cumprimento real das tais. Em termos de legislação nacional pode-se mencionar a promulgação do Decreto 3.298 de 1.999, que no artigo 19, fala do direito do cidadão brasileiro com deficiência às Ajudas Técnicas. Nele consta que:

Consideram-se ajudas técnicas, para os efeitos deste Decreto, os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social (BRASIL, 1999)

Segundo essa definição, ajudas técnicas são elementos que auxiliam pessoas com deficiência a superar limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais. O objetivo dessas ajudas técnicas é permitir que as pessoas com deficiência superem as barreiras da comunicação e mobilidade, promovendo assim sua inclusão social plena. Em seu parágrafo único fica claro o que são ajudas técnicas:

- I - Próteses auditivas, visuais e físicas;
- II - Órteses que favoreçam a adequação funcional;



III - Equipamentos e elementos necessários à terapia e reabilitação da pessoa portadora de deficiência;

IV - Equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para uso por pessoa portadora de deficiência; V - Elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoal necessários para facilitar a autonomia e a segurança da pessoa portadora de deficiência;

VI - Elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para pessoa portadora de deficiência;

VII - Equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência;

VIII - Adaptações ambientais e outras que garantam o acesso, a melhoria funcional e a autonomia pessoal; e

IX - Bolsas coletoras para os portadores de ostomia. (BRASIL, 1999).

Essas ajudas técnicas são importantes para aumentar a autonomia, a independência e a qualidade de vida das pessoas com deficiência, facilitando sua participação em atividades cotidianas, como se locomover, se comunicar, realizar tarefas e interagir com outras pessoas. Além disso, as ajudas técnicas desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão social das pessoas com deficiência, permitindo que elas participem plenamente na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Importante citar o **decreto 5.296 de 2004** que dá prioridade de atendimento e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, onde há um capítulo específico sobre as ajudas técnicas (VII) onde descreve varias intenções governamentais na área da tecnologia assistiva, além de referir a constituição do CAT/SEDH. Sobre esse decreto, (LIMA, 2007) vai dizer que:

Consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade de pessoas portadoras de deficiência, com habilidade reduzida favorecendo autonomia pessoal, total ou assistida (LIMA, 2007).

No Brasil, foi aprovada a **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** da ONU e a incorporou ao seu ordenamento jurídico conferindo-lhe equivalência constitucional. (BRASIL, SDHPR - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD. 2012) A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) da ONU foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de dezembro



de 2006. O Brasil assinou a Convenção em 30 de março de 2007 e, posteriormente, a ratificou em 1º de agosto de 2008.

A incorporação da CDPD ao ordenamento jurídico brasileiro ocorreu por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. O contexto em que a CDPD foi aprovada e incorporada pelo Brasil foi de reconhecimento da importância de garantir os direitos das pessoas com deficiência e promover sua inclusão plena na sociedade. A Convenção estabelece padrões e princípios para a proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência em diversas áreas, incluindo acessibilidade, igualdade de oportunidades, participação política, educação, trabalho, saúde, entre outros. Ao incorporar a CDPD ao seu ordenamento jurídico com equivalência constitucional, o Brasil se comprometeu a adotar medidas para garantir e promover os direitos das pessoas com deficiência, alinhando-se aos princípios e obrigações estabelecidos pela Convenção. Os Estados partem desta Convenção comprometem-se a assegurar os direitos nela impressos e aqui destacamos todos os artigos referentes ao tema da Tecnologia Assistiva:

Artigo 4. Das obrigações gerais: realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a tecnologias de custo acessível; Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU, 2007).

Um dos pontos positivos do artigo, dentre tantos, é a responsabilidade de propiciar a informação acessível para esse público, ou seja, se responsabilizar em mostrar esses direitos para pessoa com deficiência, e assegurar que ela entenda, dentro de suas possibilidades pessoais, o que é a tecnologia assistiva. Outro artigo importante sobre a temática, é o 20, que trata sobre a Mobilidade pessoal:

Facilitando às pessoas com deficiência o acesso a tecnologias assistivas, dispositivos e ajudas técnicas de qualidade, e formas de assistência humana ou animal e de mediadores, inclusive tornando-os disponíveis a custo acessível; Incentivando entidades que produzem ajudas técnicas de mobilidade, dispositivos e tecnologias assistivas a levarem em conta todos os



aspectos relativos à mobilidade de pessoas com deficiência. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU, 2007).

Sabemos que muitos são os desafios que a pessoa com deficiência enfrenta, dentre eles, em determinados casos, a mobilidade pessoal, e na Convenção, como citado acima, também assegura que, quaisquer recursos, podendo ser ajuda técnica, dispositivos, assistência humana ou até mesmo animal, que facilite nesse processo, seja levado em conta. Também, outro artigo importante é o 26, que trata sobre a habilitação e reabilitação:

Os Estados Partes promoverão a disponibilidade, o conhecimento e o uso de dispositivos e tecnologias assistivas, projetados para pessoas com deficiência e relacionados com a habilitação e a reabilitação” (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU, 2007).

A citação destaca a importância de promover a disponibilidade, o conhecimento e o uso de dispositivos e tecnologias assistivas para pessoas com deficiência, com o objetivo de facilitar sua habilitação e reabilitação. Ao promover a disponibilidade desses dispositivos e tecnologias, a Convenção incentiva os Estados Partes a adotarem medidas para garantir que eles sejam acessíveis e estejam disponíveis em quantidade suficiente. Além disso, é importante que as pessoas com deficiência tenham conhecimento sobre a existência e o uso desses recursos, de modo que possam aproveitá-los plenamente. A promoção do uso de dispositivos e tecnologias assistivas está intimamente ligada à habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência. Essas ferramentas podem desempenhar um papel crucial na superação de barreiras e na facilitação da participação plena e efetiva dessas pessoas na sociedade. A Convenção reconhece que as pessoas com deficiência têm direito à igualdade de oportunidades e à plena participação na sociedade, sem discriminação. Para alcançar esses objetivos, é essencial que sejam disponibilizados dispositivos e tecnologias assistivas adequadas. Esses recursos têm o potencial de melhorar a autonomia, a mobilidade, a comunicação e a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Pode-se destacar ainda os artigos 29, sobre a Participação na vida política

a) Assegurar que as pessoas com deficiência possam participar efetiva e plenamente na vida política e pública, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, diretamente ou por



meio de representantes livremente escolhidos, incluindo o direito e a oportunidade de votarem e serem votadas, mediante, entre outros e pública

e o Artigo 32 sobre a Cooperação Internacional:

III. Proteção do direito das pessoas com deficiência ao voto secreto em eleições e plebiscitos, sem intimidação, e a candidatar-se nas eleições, efetivamente ocupar cargos eletivos e desempenhar quaisquer funções públicas em todos os níveis de governo, usando novas tecnologias Propiciar, de maneira apropriada, assistência técnica e financeira, inclusive mediante facilitação do acesso a tecnologias assistivas e acessíveis e seu compartilhamento, bem como por meio de transferência de tecnologias.” (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU, 2007).

A legislação brasileira estabelece o direito à TA, e preconiza uma ação propositiva da parte do governo, para atender essa demanda, porém o cidadão com deficiência primeiro precisa da informação sobre a existência desta legislação e da implicação sobre o que lhe é de direito, o que, na maioria das vezes não é acontecido, por não ser exposto e divulgado. Não existe uma orientação pública acessível que disponibilize essas informações necessárias sobre a tecnologia assistiva e aponte aos usuários de forma clara e fácil, os caminhos para acessar estes bens e serviços públicos. (BERSCH, 2017). Apesar da legislação brasileira apontar para os direitos do cidadão com deficiência da concessão dos recursos de tecnologia assistiva, ainda estamos no início de um trabalho para o reconhecimento e estruturação desta área de conhecimento em nosso país. No entanto, passos importantes têm acontecido ao longo desses últimos anos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa, como descreve Triviños (1987), na pesquisa qualitativa com raízes no materialismo dialético, o fenômeno tem sua própria realidade fora da consciência. Ele é real, concreto e, como tal, é estudado. Assim, com este referencial durante todo o andamento da fundamentação da pesquisa buscar-se-á analisar todo contexto histórico, social e cultural da educação inclusiva, suas peculiaridades, e a realidade vivenciada dos alunos inclusos e assim dar significado plausível ao tema estudado. Essa pesquisa é associada com a socialização das informações e conseqüentemente, a publicação



de artigos científicos em eventos, que apresentem uma análise da sobre a temática em foco. Espera-se oferecer subsídios para ampliar o conhecimento sobre as TAs na educação inclusiva, bem como refletir sobre a necessidade do professor ter conhecimento sobre as possibilidades educativas das mesmas, para que assim, realize um trabalho educativo de qualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Historicamente, o termo Tecnologia Assistiva, como foi traduzido no Brasil, de Assistive Technology, foi criado em 1988, nos EUA, como um importante elemento jurídico dentro da legislação norte-americana como Public Law 100-407, que junto com outras leis, compõem o ADA - American with Disabilities Act. As tecnologias assistivas, são grandes ferramentas para o melhor ensino na educação inclusiva. É importante explorar os recursos que as tais proporcionam, se apropriando de suas vantagens na aplicação de determinados conteúdos.

É inegável que, a tecnologia vem avançando cada vez mais, e possibilitando diversas ferramentas. Nisto, porque não usar as vantagens da tecnologia para auxiliar no ensino aprendizagem dos alunos. É importante que o professor, como educador da turma, tenha consciência de tais tecnologias, e estude sobre elas:

O avanço tecnológico tem, ainda, proporcionado ferramentas que, adequadas ao contexto e às necessidades de cada aluno, podem aumentar a probabilidade de desenvolvimento do desempenho acadêmico de cada um e de todos. Entretanto, a disponibilização destas ferramentas no ambiente escolar depende exclusivamente da adesão do professor a elas. (GIROTO, POKER, OMOTE, 2012, p. 10).

Por isso que, o sucesso que as TA 's podem trazer no ensino-aprendizagem do aluno, vem do professor, que busca recursos, e conhecimentos, para usar as ferramentas necessárias. A Educação Especial precisa ser bem planejada e estudada, é preciso que o professor vá em busca de recursos, estratégias, metodologias, e estude sobre eles, para ter o domínio dos tais. Para iniciar a discussão, é inegável afirmar que as TA 's no contexto escolar, tem o uso muito restrito, e foge do ideal, levando em consideração as condições socioeconômicas, e o



investimento que o Estado oferece à educação. Por isso, é ressaltado mais uma vez, a importância dos profissionais da educação, terem conhecimento, e lutarem pela causa.

Segundo Fernandes (2011), a inclusão precisa acontecer não só na relação professor aluno, mas é necessário que toda a comunidade se integre, para fazer com que ela aconteça. Sendo assim, a educação vai deixar de ser centralizada somente em um tipo de aluno, e começa a ser trabalhada com um conjunto de recursos humanos, materiais, físicos, técnicos e tecnológicos para responder e oferecer propostas educativas de acordo com as singularidades de cada aluno em seu processo de aprendizagem.

A Inclusão, só acontece com a colaboração de todos, somente dessa forma, há uma boa educação. De acordo com Moran (2013, p. 67):

Educar é colaborar para que professores e alunos – nas escolas e organizações - transformem suas vidas em processos permanentes de aprendizagem. É ajudar os alunos na construção da sua identidade, do seu caminho pessoal e profissional - do seu projeto de vida, no desenvolvimento das habilidades de compreensão emoção e comunicação que lhes permitam encontrar seus espaços pessoais, sociais e de trabalho e tornar-se cidadãos realizados e produtivos.

A citação ressalta a importância da educação como um processo colaborativo entre professores e alunos, tanto dentro das escolas quanto em outras organizações educacionais. Ela destaca a ideia de que a educação não se limita apenas à transmissão de conhecimentos, mas também tem o objetivo de transformar vidas por meio de aprendizagem contínua.

Para o aluno de inclusão, é preciso que o professor tenha essa visão, se apropriando de recursos, como a tecnologia assistiva, para uma formação não só de conhecimento científico, mas também humana. A educação precisa ser vista como um processo que ajuda os alunos a construir sua identidade e a encontrarem seu caminho pessoal e profissional. Ao fornecer as ferramentas necessárias, como habilidades de compreensão, emoção e comunicação, os alunos são capacitados a encontrar seu lugar na sociedade e no mercado de trabalho, tornando-se cidadãos realizados e produtivos. Essa abordagem enfatiza a importância do desenvolvimento integral dos alunos, não apenas no aspecto acadêmico, mas também no desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.

Ao ajudar os alunos a se tornarem conscientes de si mesmos e de suas metas pessoais, a educação contribui para que eles se tornem indivíduos autônomos, capazes de tomar



decisões informadas e de criar um projeto de vida significativo. A tecnologia assistiva devolve ao aluno essa capacidade de independência, que talvez, pela circunstância, pode ter sido tirado dele. O professor, sendo o mediador nesse processo.

A construção do conhecimento implica em uma ação partilhada exigindo uma cooperação e troca de informações mútuas. A aprendizagem surge das relações e interações, com objetos sociais e físicos, por isso é preciso explorar recursos, como as TAs, para auxiliar, ou até mesmo suprir a falta, de dificuldades que uma pessoa com deficiência enfrenta.

As TAs devem ser adaptadas, de maneira que auxiliem de acordo com as necessidades específicas de cada pessoa com deficiência, sempre sendo usada como objeto para o melhor ensino aprendizagem, e para sua própria autonomia, como uma ferramenta poderosa.

A tecnologia assistiva tem se mostrado crucial na promoção da inclusão social, permitindo que pessoas com deficiência superem barreiras e desafios diários. Ao oferecer recursos tecnológicos adaptados às suas necessidades, é possível ampliar a acessibilidade e garantir a participação plena desses indivíduos em diferentes contextos, como na educação, no trabalho e na vida cotidiana." Souza (2020, p. 15)

Segundo Vygotsky (2010, p. 12): “[...] o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e atividade prática estão juntas.” Não há possibilidade de colocar em prática as TA 's, se não estudar sobre tais, buscar conhecimentos, e dominar suas funções. Olhar as possibilidades que as TA 's oferecem, e ir em busca de recursos, para colocá-las em prática. Precisa se basear na construção do conhecimento, e na participação integral de todos.

Freire e Cirino (2016) escrevem que para implementar as TA 's no contexto escolar, precisa de criatividade e disponibilidade em encontrar recursos adequados de acordo com cada situação. Além disso, é preciso de um bom planejamento, e organização, pois as TA 's precisam ser vistas além do que apenas meios e recursos para manipulação exploratória. As tecnologias assistivas podem ser consideradas um tipo de qualidade educativa, mas há uma problemática neste termo de "qualidade", ela seria para que? para quem?, visto que o conceito da palavra qualidade aproxima sua aferição do nível de "satisfação do cliente", mas, na Educação, quem é o cliente? Há uma grande diversidade no contexto educativo. É inegável



que, as decisões e interesses políticos, interferem nessa "qualidade", onde ela "filia-se mais na negociação e relações de poder, do que num consenso inquestionável e natural."

O modelo de ensino que só visa o professor e o aluno, é ultrapassado, visto que, a interação com o meio, é fundamental no ensino-aprendizagem. Grandes teóricos da aprendizagem, com Vygotski, citam a importância dessas aprendizagens através de mediações, materiais e contextos. É preciso criar em sala de aula um ambiente onde o aluno se disponha de autonomia, onde os meios de aprendizagens não se resumem apenas na interação com o professor.

Conforme Bersch e Pelosi (2006) as TAs são subdivididas em modalidades como: recursos pedagógicos adaptados; Comunicação Alternativa; Recursos de acessibilidade ao computador; Recursos para as atividades de vida diária; Adaptações de jogos e brincadeiras - recreação; Equipamentos de auxílio para pessoas cegas e com baixa visão; Equipamentos de auxílio para pessoas surdas ou com perdas auditivas; Controle de ambiente; Adequação postural; Mobilidade alternativa; Órteses e próteses; Projetos arquitetônicos para acessibilidade.

A Tecnologia Assistiva (TA) ainda é um tema pouco debatido e conhecido, principalmente no campo educacional, na maioria das vezes, o estudo e discussão fica restrito somente para especialistas, desenvolvedores ou professores que atuam na Educação Especial, o que é uma grande desvantagem, visto que, além da importância do tema, o assunto também é pertinente a outras áreas de conhecimento.

Existem diversas maneiras de incorporar a tecnologia assistiva na educação, e algumas delas incluem: Avaliação das necessidades: É essencial realizar uma avaliação das necessidades individuais dos estudantes com deficiências ou dificuldades de aprendizagem para identificar as tecnologias assistivas mais adequadas para cada caso. Essa avaliação pode ser feita por profissionais especializados, como psicopedagogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais.

Formação de professores: Os educadores precisam estar capacitados para utilizar efetivamente as tecnologias assistivas em sala de aula. Programas de formação e treinamento são fundamentais para que os professores compreendam as potencialidades dessas ferramentas e saibam como adaptar sua prática pedagógica de acordo com as necessidades dos alunos.



Acesso a recursos tecnológicos: É importante garantir que a escola disponha dos recursos tecnológicos necessários para atender aos alunos com necessidades especiais. Isso inclui computadores, tablets, softwares específicos, dispositivos de comunicação alternativa, entre outros.

Adaptação de materiais e atividades: A tecnologia assistiva pode ser usada para adaptar materiais didáticos e atividades de acordo com as necessidades dos alunos. Por exemplo, é possível disponibilizar livros digitais com recursos de acessibilidade, utilizar softwares que transformem texto em áudio ou vice-versa, e oferecer atividades interativas para estimular o aprendizado.

Comunicação alternativa: Alunos com dificuldades de comunicação podem se beneficiar da tecnologia assistiva voltada para a comunicação alternativa. Dispositivos de comunicação por meio de símbolos, imagens ou voz podem ajudar esses estudantes a se expressarem e interagirem com colegas e professores.

Acessibilidade digital: É fundamental garantir que as plataformas e ferramentas digitais utilizadas na educação sejam acessíveis a todos os alunos. Isso inclui o uso de tecnologias que permitam a adaptação de cores, fontes e tamanhos de texto, bem como a disponibilização de legendas e audiodescrição em conteúdos audiovisuais.

Segundo Smith (2008) os professores precisam redirecionar sua metodologia, bem como realizar ajustes no currículo, de modo que sejam vistas as singularidades da pessoa com deficiência no processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso que, a escola regular repense no processo de escolarização de pessoas com deficiência. Apenas o esclarecimento das políticas públicas, bem como o modo que a escola se organiza, não são suficientes para o fortalecimento de uma escola de fato, inclusiva. É preciso movimentar as práticas, reinventar as estratégias, pensar em novas possibilidades para que esses sujeitos tenham acesso ao currículo inclusivo.

Inserir a tecnologia assistiva no contexto educacional é uma prática cada vez mais relevante para promover a inclusão de estudantes com necessidades especiais e oferecer



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

suporte adicional para o aprendizado de todos os alunos. A tecnologia assistiva engloba uma ampla gama de dispositivos, softwares e recursos que visam superar barreiras e promover a participação ativa e autônoma dos estudantes no ambiente escolar.

Para as pessoas sem deficiência a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis. Nesse contexto, podemos ver a importância que a Tecnologia Assistiva tem na vida da pessoa com deficiência, não só importante, mas também necessária, visto que, através dela é possível uma melhor qualidade de vida. Sabemos que há um potencial transformador da tecnologia para as pessoas com deficiência, ao possibilitar oportunidades e capacidades que, de outra forma, poderiam ser limitadas. A tecnologia assistiva tem o poder de abrir portas e promover a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência.

No entanto, é importante ressaltar que a acessibilidade e a disponibilidade de tecnologia assistiva ainda são desafios em muitas partes do mundo. A garantia de acesso a tecnologias adaptadas e ações para reduzir as desigualdades digitais são aspectos cruciais para promover a inclusão plena das pessoas com deficiência na sociedade. A inclusão de educandos com deficiência é um desafio que requer o uso de estratégias e recursos adequados para garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizado.

Nesse contexto, as tecnologias assistivas emergem como um recurso poderoso para promover a inclusão educacional e proporcionar novas possibilidades para os educandos com deficiência. Este artigo explorou as diversas formas como as tecnologias assistivas podem auxiliar os educandos com deficiência em situação de inclusão. Desde dispositivos de comunicação alternativa até softwares adaptativos, essas ferramentas oferecem suporte personalizado para atender às necessidades específicas de cada aluno. As tecnologias assistivas não apenas facilitam a acessibilidade e a participação plena dos educandos com deficiência, mas também promovem a sua autonomia e independência. Por meio dessas soluções tecnológicas, eles podem superar barreiras físicas e cognitivas, ampliando suas capacidades de aprendizado e interação com o ambiente educacional. Além disso, as tecnologias assistivas abrem portas para novas formas de ensino e aprendizagem, enriquecendo o processo educacional como um todo. Elas permitem a personalização do currículo, adaptando materiais e atividades de acordo com as necessidades individuais de cada aluno. Dessa forma, o

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 12 de 14



potencial de cada educando é maximizado, e a diversidade passa a ser valorizada como um recurso enriquecedor para toda a comunidade escolar.

Contudo, é importante ressaltar que o uso efetivo das tecnologias assistivas requer uma abordagem abrangente, que envolva a formação e o suporte adequado aos professores e demais profissionais envolvidos. A colaboração entre educadores, famílias, especialistas em tecnologia e os próprios educandos é essencial para identificar as melhores soluções e integrá-las de forma eficaz ao ambiente educacional

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei e Diretrizes de Bases da Educação Nacional** - LDB 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: Acesso em: 14 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990**. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: . Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. Brasília, 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB021.pdf/> Acesso em agosto.2020. BRASIL. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência. Brasília, 2015. Disponível em http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf .

BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel; PELOSI, Miryam Bonadiu. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: tecnologia assistiva: recursos de acessibilidade ao computador II / Secretaria de Educação Especial** - Brasília: ABPEE - MEC : SEESP, 2006.

FREIRE, I.; CIRINO, R. B. As tecnologias assistivas no contexto escolar. In **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Cadernos PDE, 2016. Vol. 1. TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

SMITH, D. D. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 480.

TUNES, E.; BARTHOLO, R. O trabalho pedagógico na escola. In: TACCA, M. C. V. R. **Aprendizagem e trabalho pedagógico**. 2. ed., Campinas: Alínea, 2008.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais, Salamanca, 1994. Disponível em: . Acesso em: mar. 2023.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990, 8p. Disponível em : <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em: fev. 2023

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 14 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





OS DESAFIOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA ITINERANTE DO PARANÁ NO ACAMPAMENTO DO MST

Arquimedes Do Amaral - (Voluntário)
Unespar/Campus Paranavaí, advarquimedes@gmail.com

Vanderlei Amboni - Orientador
Unespar/Campus Paranavaí, vanderlei.amboni@unespar.edu.br

Modalidade - Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário - PIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo compreender a escola no acampamento do MST, bem como a história e institucionalização da escola Itinerante no Paraná¹, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no que diz respeito ao estado do Paraná, o MST vem organizando desde 1981, devido ao grande número de famílias sem terra desempregadas e excluídas de seus direitos básicos, inclusive expropriadas de sua dignidade. A denominada “escola itinerante” é uma escola institucionalizada como escola pública no território do Movimento, que é fruto dos estudos pesquisados ao lado da Escola Itinerante no Paraná e do grupo de pesquisas sobre a educação no campo.

O estudo foi realizado tendo como método o Materialismo Histórico-Dialético, tomando como fontes primárias a análise de documentos tais como produção bibliográfica do próprio Movimento, trabalhos de pesquisa e legislações pertinentes à temática.

A Originalidade da pesquisa é definida pela utilização de fontes primárias que partiram das pesquisas de cadernos e visitas a Escola Itinerante no Paraná-MST, quando

¹ A prática educativa da Escola Itinerante do MST teve seu reconhecimento em 6 Estados Brasileiros, ou seja, além do Rio Grande do Sul (1996) e do Paraná (2003), expandiu-se para os estados do Goiás (2005), Santa Catarina (2005), Alagoas (2005) e Piauí (2008) [...]. (LEITE, 2019, p. 26). No Estado do Alagoas foi aprovada, em 13 de outubro de 2005, por meio do Parecer nº 147/2005 CEE-AL; No Estado de Goiás, sua aprovação ocorre 2005 e tem duração até 2007; No Estado do Piauí em 4 de agosto de 2008, o Conselho Estadual de Educação aprovou o projeto de Escola Itinerante; No Estado de Santa Catarina foi aprovada pelo Parecer nº 263/2005 CEE-SC e estendeu os trabalhos até 2009 (Camini, 2010 apud LEITE, 2017, p. 26).



estabelecemos contatos para a realização da pesquisa, e foram completadas com o registro destas observações, a partir do que foi possível recuperar história da criação desta escola.

A escola no acampamento é materializada pelos princípios organizacionais do MST, cuja centralidade de administrar é democrática. Dessa forma, o objeto do presente trabalho traz o MST como sujeito da Escola Itinerante no Paraná, tendo como base operacional uma escola-base, que centraliza a documentação escolar de todas as escolas itinerantes. As análises indicam uma forma de administração que se orienta pelo princípio de auto-organização, formação de coletivos, núcleos de base e coordenações, com respaldo das famílias em assembleias dos acampados. (MST, 2008, p.11-12).

A discussão por nós desenvolvida e problematizada, tem por objetivo compreender o processo característico do Acampamento e da Escola Itinerante do MST, da qual a qualidade é a luta pela existência da vida material no país do latifúndio. O Brasil é uma fonte de concentração da propriedade fundiária, além da grilagem de terras devolutas, o que torna a luta pela terra uma questão indispensável para democratizar o acesso à terra e combater as desigualdades presentes na vida material da sociedade, sem qual não haverá paz no campo.

No conflito social por terra há o processo de ocupação da área e a organização da escola como processo de formação e escolarização formal dos Acampados. Por esta razão, temos a compreensão que só o processo de ocupação das terras praticadas pelos movimentos sociais levará as autoridades políticas a tornarem reais as políticas de reforma agrária para resolver os problemas do campo e a miséria social que o latifúndio produz na sua existência.

Neste processo, ocupar o latifúndio, produzir a vida material, resistir na caminhada, e construir a escola do Movimento são conexão da luta por reforma agrária. Para esse fim, o ponto de partida é analisar os sujeitos desta luta, bem como os pesquisadores que fizeram a caminhada no estudo da escola, que o próprio Movimento a denominou de Escola Itinerante. A pesquisa foi realizada pelo método histórico-dialético cuja premissa está estabelecida pelo processo de investigação e exposição do objeto. Com efeito, Amboni (2022, p. 507) diz-nos:

[...] o MST desenvolve formas de educação que associa a um projeto de classe, pois busca superar as cercas da ignorância, do latifúndio e do capital. Para esse fim, o MST aprende com as Ligas Camponesas e com o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), o processo da luta por terra, ressignifica-as para sua luta, fundamenta a terra por terra e educação criando processos pedagógicos singulares para a formação de seus quadros e escolas para assegurar a escolarização dos seus



sujeitos dentro dos princípios de classe, incorporando processos pedagógicos do socialismo soviético, cuja raiz é o trabalho.

Partimos do seguinte princípio que desde o início da luta pela terra neste estado, a preocupação com a escolarização das crianças e adolescentes também acampados com suas famílias, ausentes das escolas oficiais, acompanhou de perto a trajetória do Movimento, marcada por dois grandes acampamentos na região de Cascavel e Quedas do Iguaçu, onde havia aproximadamente 800 crianças e adolescentes sem escola.

Considerando esta realidade, houve iniciativas de organizar escolas nos acampamentos que atendessem à demanda. A primeira delas teve como preocupação o maior cuidado com as crianças ocupando-as em atividades não escolares, porém educativas. Algumas famílias, descontentes ao ver seus filhos perderem o ano letivo, os matriculavam nas escolas das cidades próximas, fazendo uso de um transporte escolar (muitas vezes de qualidade duvidosa) como meio para chegar à escola.

Neste período, essa era a única oportunidade de inclusão social oferecida pelo Estado, que negava o reconhecimento da existência de um movimento social que lutava pela terra e que agregava em seu meio milhares de famílias. Matricular seus filhos na escola da cidade significou deixá-los sofrer, muitas vezes, discriminação pela comunidade urbana, com professores e alunos que não compreendiam o processo organizativo e as causas que levam os Sem Terra a se organizar e lutar pela terra. Por isso, muitas crianças ficavam sem escola em tempo de acampamento e as que conseguiam, quando o acampamento mudava de lugar passavam novamente pelo transtorno de “conseguir vagas”, sendo que, muitas delas, perdiam o ano letivo, o que as desestimulavam a gostar da escola e de estudar.

Em uma pesquisa recente, encontramos um relato significativo. Conforme Filipak (MST, 2008, p.12,13);

No Paraná, no início de 2003, houve acampamento em que ‘as crianças tomaram conta de todas as crianças da vizinhança e onde tinham que levar as crianças a mais de 50 Km de distância do acampamento porque não havia nas escolas para as crianças estudarem. Isso aconteceu em Cascavel, aconteceu em Laranjeiras do Sul, aconteceram em outros lugares.’ (Grein, in: Filipak, 2005).

E continua Alexandra Filipak (MST, 2008, p.13);

Além disso, por muitas vezes, as crianças quando chegam nos acampamentos, perderam o ano letivo por dificuldades apresentadas pelas escolas e secretarias de



educação dos municípios, quando as crianças se instalam nos acampamentos e precisam ser matriculadas durante o andar das aulas. Outras vezes, a escola é organizada dentro do acampamento, mas sem o reconhecimento legal. Esses são problemas que levam o setor de educação a esta sempre fazendo lutas para garantir o direito das crianças acampadas terem acesso à escola.

MATERIAIS E MÉTODOS

A ciência é um produto dos atos humanos na produção da vida material. Ela é de natureza acumulativa, cuja essência é a reprodução da vida material do homem. No ato humano de produzir ciência, o conhecimento se torna fonte de conhecimento na produção de novo saber histórico (Amboni, 2022).

O estudo foi realizado tendo como método o Materialismo Histórico-Dialético, tomando como fontes primárias a análise de documentos bem como produção bibliográfica do movimento, trabalhos de pesquisa e legislações pertinentes à temática. A originalidade da pesquisa fora definida pela utilização de fontes primárias, que partiram das pesquisas de cadernos e visitas a Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu no Paraná, quando estabelecemos contatos para a realização da pesquisa, e foram completadas com o registro destas observações, a partir do que foi possível recuperar a história da construção desta escola.

Neste processo, o mundo tornado humano é um mundo da natureza humana-social, cuja investigação é produto do homem, sob a concepção que o mesmo engendra para si. Na investigação do objeto,

[...] o ponto de partida do entendimento da coisa em si é a realidade tomada empiricamente que, através de análises sucessivas tornadas possíveis por um método de investigação específico, permite ao homem ascender à categoria do concreto pensado, ou seja, do real efetivamente existente, que é a realidade como síntese de múltiplas relações – a coisa entendida em sua totalidade e historicidade. (Bezerra Neto; Santos, 2011, p. 97).

E, na investigação do objeto, Martins e Lavoura (2018, p. 225) afirmam:

À luz do materialismo histórico-dialético, o conhecimento científico se constitui na prática social humana à medida que a própria vida social vai se desenvolvendo e se complexificando, e os homens vão adquirindo condições determinadas social e culturalmente de refletir e teorizar (com métodos cada vez mais desenvolvidos) sobre essa mesma prática social e seus objetos e fenômenos constitutivos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



Os resultados encontrados permitem supor que a referida escola pode ser inspiradora para o enfrentamento dos problemas de escolarização de populações das cidades brasileiras, especialmente nas suas periferias.

História e Institucionalização da Escola Itinerante no Paraná

Neste processo, há uma demonstração da dialética da vida material. Nela, as transformações, no âmbito das escolas itinerantes e da escola-base, são postas em evidências, pois a existência das escolas itinerantes se faz presente pela força política do Movimento, pela existência de acampamentos de sem-terra, dos interesses do estado e pelo direito constitucional à educação. Neste aspecto, a vida escolar dos acampados segue sendo normatizada pelos entes legalizadores do processo educacional. Neste processo, as escolas-base² são responsáveis pela oferta da escolarização nas Escolas Itinerantes, cujo PCC das escolas-base deve estar presente o planejamento pedagógico... (Amboni, 2023, p. 16)

No Paraná, em 2003, havia 15 mil famílias espalhadas em muitos acampamentos do MST, nas diversas regiões do estado. Entre elas havia centenas de crianças, jovens e adultos em idade escolar, sem escola, gerando descontentamento das famílias por vê-los sem estudar ou frequentando uma escola distante de seu mundo, e por isso afastando-os de sua realidade, por isso, “no processo formativo, a escola itinerante adota o ciclo de formação humana³, pois há uma lógica que trata do processo de formação integral, cuja centralidade está em formar o novo homem, formar um ser coletivo na complexidade da vida individual que se vive sob o capitalismo” (Amboni, 2023, p. 17), o que traz segurança às famílias acampadas.

O crescimento do número de acampados neste período significava, para o poder público estadual, um elemento de força no enfrentamento e na luta pela terra, realidade que na

² De 2004 até o ano de 2016, as Escolas Itinerantes tinham como escola-base o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak. A partir do final do ano de 2017, as Escolas Itinerantes foram vinculadas aos Colégios da rede estadual de ensino nos municípios de localização dos acampamentos, atendendo ao Parecer nº 15/2016- CEE/PR. Escolas Itinerantes existentes no ano de 2022. E. I. Caminhos do Saber (Ortigueira); E. I. Herdeiros da Luta de Porecatu (Porecatu). E. I. Herdeiros do Saber I (Rio Bonito do Iguaçu); E. I. Herdeiros do Saber II (Rio Bonito do Iguaçu); E. I. Paulo Freire (Paula Freitas); E. I. Semeando Saber (Florestópolis); E. I. Valmir Motta de Oliveira (Jacarezinho); E. I. Vagner Lopes I (Quedas do Iguaçu); E. I. Vagner Lopes II (Quedas do Iguaçu). (Leite, 2017 e Amboni, 2023).

³ Os ciclos constituem em uma nova forma de agrupar os educandos na medida em que se propõe a democratizar o acesso à escola e a aprendizagem no campo do Direito e da cidadania. Nele, o agrupamento das crianças e adolescentes se dá por reunião de formação: infância (6 a 8 anos); pré-adolescência (9 a 11 anos); e adolescência (12 a 14 anos). (Amboni, 2023).



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

correlação de forças favoreceu ao MST. Também na luta pelo direito a educação, como um “Direito nosso e dever do Estado”, o momento foi favorável.

Na trajetória do MST no Paraná, um marco na luta pela legalização da escola foi a experiência realizada no acampamento instalado em frente ao Palácio do Iguazu, em junho de 1999, quando em um prédio abandonado do Governo, organizou-se uma escola que funcionou ali durante 14 dias, em protesto contra a repressão e a perseguição política do governo Jaime Lerner (1999-2002) aos trabalhadores rurais. Nesta escola, foram desenvolvidas atividades educativas com crianças de dois e seis anos, da primeira à quarta série e também a educação para jovens e adultos. Essa experiência foi batizada como Escola Itinerante, embora sua legalização tenha demorado mais tempo.

Na ocupação da escola, o Movimento conquista a Escola Itinerante no Paraná por meio do Parecer nº 1012/2003 – CEE, de 08/12/2013, que autorizou sua implantação e funcionamento. No Parecer do CEE-PR, a justificativa está assim redigida:

Na ‘Exposição de Motivos’ (fls. 15) informa-se que existem 67 acampamentos com aproximadamente 13 mil famílias e grande contingente de crianças, em sua maioria sem possibilidade de frequência à escola. As escolas municipais não dispõem de infra-estrutura ou recursos para atender, de forma muitas vezes inopinada, um grande conglomerado populacional. Para garantir a essas crianças o direito à educação, o Governo do Estado propõe a implantação da ‘Escola Itinerante’ nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Paraná (PARANÁ, 2003, p. 01).

Neste processo, o Estado assume a responsabilidade social para com as escolas nos acampamentos do MST e, com isso, assegurar o direito das crianças ao processo de escolaridade pela rede estadual de educação.

A Escola Itinerante cumpre com três funções sociais: escolarizar, formar militante e forjar o homem novo. Escolarizar, porque a sociedade valoriza os títulos e não o conhecimento; formar militante, pois a luta por reforma agrária exige conhecimento, posicionamento político e ações conscientes; forjar o novo homem, forjar um ser coletivo, com base formativa na omnilateralidade, que aprenda a coordenar e ser coordenado para o processo produtivo, portanto, um ser formado sob as premissas do trabalho/educação, cujo alicerce está centrado na democracia de grupo e na participação direta nas instâncias de poder, quer sejam localizadas nos acampamentos, quer sejam nos espaços de gestão da escola.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 6 de 17



Nosso foco é a institucionalização da escola, por isso, a escolaridade e a formação de militantes não será explorada de forma consistente.

Na Escola Itinerante, a gestão da escola é um princípio de administração da vida. Os acampados, tendo em vista o sentido da provisoriedade, buscam romper com o individualismo e colocam a coletividade em primeiro plano. Isto é, passam a viver uma vida coletiva, com uma forma democrática, onde os valores individuais são suplantados pela vida coletiva e isto significa que novos valores humanos passa a fazer parte da vida dos acampados. A escola, neste caso, integra a formação direta da cidadania coletiva em detrimento da defesa dos interesses individuais.

Se a vida é coletiva, o MST consagra os interesses coletivos na defesa da reforma agrária e isto se materializa também no processo formativo, que leva em consideração o movimento da luta por formação e por reforma agrária como um todo integrado. Este processo, portanto, só pode ser coletivo. Com efeito, Amboni (2023, p. 15) diz-nos:

Como a escola itinerante é uma escola pública conquistada pelo MST para os acampamentos, é uma escola oficial sujeita à fiscalização e às políticas públicas educacionais do estado, com política de contratação de educadores via convênio com a Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná (ACAP), um convênio firmado entre o estado do Paraná e a ACAP, para o atendimento das escolas itinerantes no estado e, dessa forma, assegurar que educadores do próprio Movimento possam ser contratados para ministrarem aulas na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental.

Para garantir a organização destas escolas nos acampamentos, os educadores são escolhidos e indicados pela comunidade acampada e pelo Setor de Educação do Movimento, mas, para tanto há alguns critérios, tais como: ter condições e formação para exercer o magistério, ter um bom comportamento, ser militante, gostar de ser educador, ter uma boa relação com as crianças e adolescentes, além de ser acampado. (MST, 2008, p.17).

No que diz respeito a sua formação para atuar nas Escolas Itinerantes, esses educadores passam por vários processos: vivência organizativa no acampamento (sendo esta sua primeira escola de vida em movimento), cursos de formação continuada propostos em parceria com o Setor de Educação do MST, SEED e Escola Base; encontros, seminários estaduais e nacionais de Educadores das Escolas Itinerantes; cursos Normais de Nível Médio no Instituto de Educação Josué de Castro -IEJC, em Veranópolis, e o curso Superior Pedagogia da Terra, em parceria com várias universidades do país, entre os educadores, há



alguns que cursam ou já cursaram pós-graduação - Especialização em Educação do Campo.(MST, 2008, p.17).

Estes educadores são remunerados por um Convênio entre Estado e ACAP (Associação de Cooperação Agrícola da Reforma Agrária do Paraná), possibilitando a presença de um educador para cada sala de aula. No entanto, o Setor de Educação, por conhecer esta realidade e a dinâmica do acampamento e da escola, considera necessário haver dois educadores em cada sala de aula por ciclo básico de formação. Portanto, o trabalho voluntário é uma prática e um valor defendido pelo Movimento. (MST, 2008, p.17).

Neste ponto de reflexão, nosso objetivo é pontuar as análises feitas pela pesquisa acadêmica sobre a prática pedagógica do interior da escola itinerante regulamentada pelo Estado, uma vez que o reconhecimento da escola implica no controle estatal sobre a prática pedagógica por meio da avaliação.

A escola estatal não é livre, pois as determinações do fazer pedagógico partem das diretrizes educacionais emanadas dos órgãos legislativos da educação, que estão centralizados no MEC e nos Conselhos Estaduais de Educação, além das normas baixadas pelas Secretarias Estaduais de Educação. Há, portanto, uma determinação legal, cuja regulamentação passa pelo crivo do Estado e seus órgãos normatizadores.

Este comportamento em afirmar que a educação possui uma determinação social de classe, das diretrizes que liga aos interesses dos preceitos liberais, formando o homem na sua dimensão individual e orientada pela individualidade, negando atitudes coletivas no processo de formação intelectual do sujeito que está aprendendo.

Ante exposto, pergunta-se: é possível um exercer pedagógico na escola pública que distancie dos padrões pré-determinados? Na escola itinerante, esta evidência está à disposição do seu nascimento, quando o Conselho Estadual de Educação (CEED), no Paraná, deu parecer favorável à implantação, pelo Estado, da escola itinerante nos acampamentos do MST. Ou seja, o CEED levou em consideração as práticas escolares existentes nos acampamentos do MST e o projeto pedagógico construído coletivamente nos encontros dos Sem Terrinha, que a Escola Itinerante acompanha o deslocamento das famílias Sem Terra e garante às crianças, jovens e adultos acampados o direito à educação.



É uma escola Pública e foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação sob o Parecer N°1012/03 em 08 de dezembro de 8/12/2003, uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dado a situação de itinerância, tem a sua base oficial e toda parte documental e pedagógica sustentada por Escolas Base, estas atualmente são, o Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, localizado no município de Rio Bonito do Iguçu,

Ligado ao NRE de Laranjeiras do Sul, e o Colégio Centrão, localizado no município de Querência do Norte, ligado ao NRE de Loanda, sob a supervisão da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, através do Departamento da Diversidade/Coordenação da Educação do Campo.

A Escola Itinerante tem como de seus princípios a democratização da gestão escolar, que se concretiza na participação da comunidade, na gestão administrativo-financeira e na direção coletiva dos processos pedagógicos, de forma dinâmica e organizada. A principal tarefa dessa escola é resgatar a dignidade e o direito à educação, tantas vezes negada historicamente ao ser humano.

Nestes encontros, segundo Ribeiro (2012), foi debatida e construída a proposta pedagógica para a escola itinerante, principalmente para as quatro séries iniciais do ensino fundamental e a EJA para os analfabetos, visando “proporcionar ao aluno oportunidade para construir-se, como ser capaz de compreender e interpretar o processo histórico, comparando, analisando, interpretando e transformando a realidade, sendo a escola um espaço de aprendizagem e exercício da cidadania.” (MST, 2005, p. 195).

Mas, a institucionalização da escola itinerante não se dá de forma harmoniosa, pois é uma escola na contradição, e está inserida diretamente na luta de classes por terra. O Estado age de acordo com os interesses da classe dominante e impõe restrições e limites na oferta escolar, além de exercer o controle sobre o pedagógico, por meio das avaliações institucionais.

Mas isso não impede a escola itinerante uma certa liberdade e ação pedagógica distinta da oficial. Ela contém elementos da pedagogia socialista soviética, cuja centralidade traz o trabalho como princípio pedagógico, a auto-organização, complexos de estudo e o inventário da realidade nas práticas pedagógicas.



Nesta caminhada pedagógica, construída sobre as condições reais da produção da vida material no qual juntas caminham, passam por necessidades, frio e esperam, mas celebram, fazem festa e “a cada dia enfrentam um novo desafio que os faz pensar novas estratégias e o que fazer para alimentar a esperança e a autoestima, necessárias, porém, para ficar tanto tempo em baixo de lonas pretas”. (MST, 2005, p. 197).

Refletindo sobre isso, Iurczaki (2007, p. 85) salienta: A prática pedagógica que norteia o trabalho na Escola Itinerante e nas escolas do MST tem a intenção de desvelar a opressão em que os acampados estão. Assim, a partir do cotidiano dos alunos e das famílias dos acampados, analisado, estudado e entendido na escola, vem-se buscando a formação humana, a formação do homem consciente e transformador.

O Projeto Político Pedagógico assume a humanização como concepção de educação e a escola como um dos espaços-tempos dessa formação humana. Caldart (2006), compreende a educação como um tipo de prática social que se funda na produção de saberes ou de conhecimentos, na especificidade de relações entre ensino e aprendizagem e, finalmente, nas transformações pessoais que potencializam a humanidade, ou seja, que tornam os seres humanos mais humanos (CALDART, 2006, p.104). (MST, 2008, p.23,24).

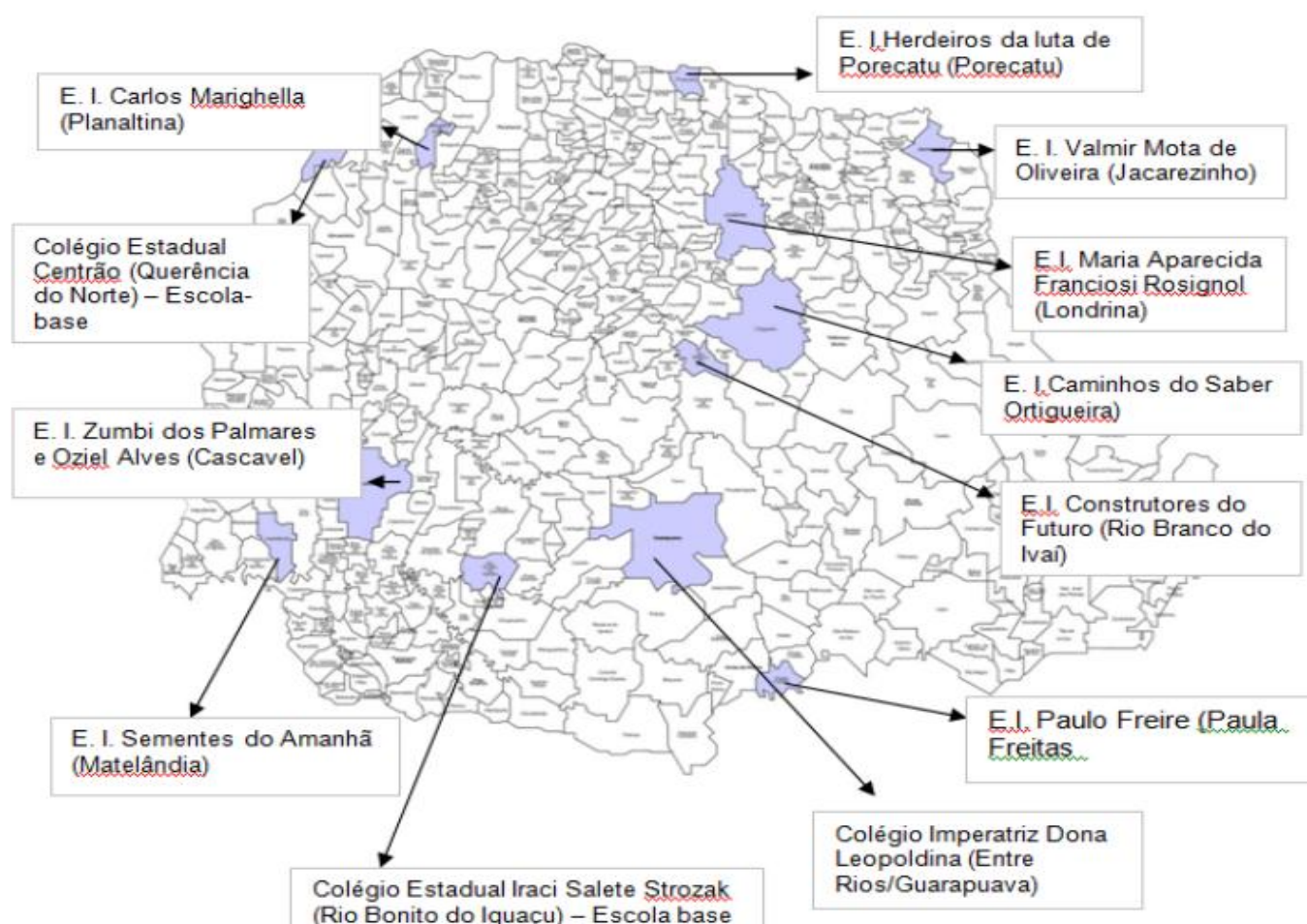
Na tentativa de buscar um processo de formação humana é preciso criar novas necessidades nas escolas e nos sujeitos do assentamento e acampamentos do MST. Isto implica na ampliação do ambiente cultural e social, o que em nossa compreensão significa assumir na escola as seguintes matrizes pedagógicas para realizar a formação: Pedagogia da Luta Social; Pedagogia da Organização Coletiva; Pedagogia da Terra; Pedagogia do Trabalho e da Produção; Pedagogia da Cultura; Pedagogia da História, tornando-as práticas sociais e constituindo a escola em movimento. (MST, 2008, p.23,24).

Todas em conjunto e em movimento formam os sujeitos numa perspectiva histórica com o resgate do passado, análise do presente e, principalmente, projetos para o futuro. Este projeto educativo vincula e compromete-se com o debate dos movimentos sociais do campo na luta pela construção de um projeto popular para o Brasil, que inclui a reforma agrária, o desenvolvimento sustentável, o fortalecimento da agricultura camponesa e a Educação do Campo. (MST, 2008, p.23,24).



Na história da conquista da escola, temos no mapa abaixo, elaborado pelo MST, as escolas itinerantes presentes no Paraná em 2025: Em 2011, o mapa do Paraná, elaborado pelo MST, traz as seguintes localizações das escolas existentes nos acampamentos do MST:

Figura 1. Em 2011, o Mapa do Paraná, elaborado pelo MST, traz as seguintes localizações das escolas existentes nos acampamentos do MST.

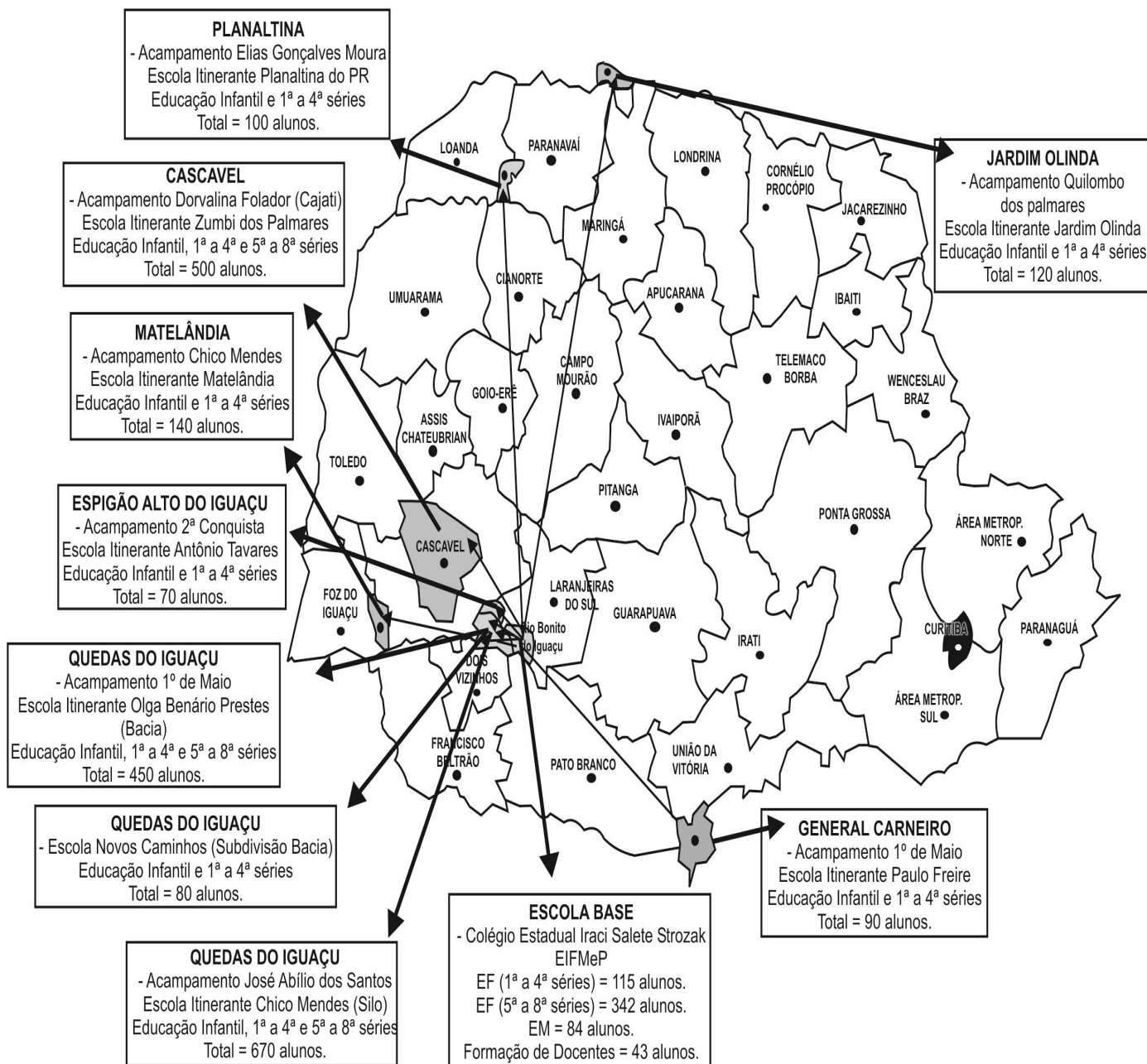


Fonte: Mapa do Paraná, elaborado pelo MST, traz as seguintes localizações das escolas existentes nos acampamentos do MST.



Em 2014, em seus estudos sobre as escolas itinerantes, Amboni traz a presença das seguintes escolas:

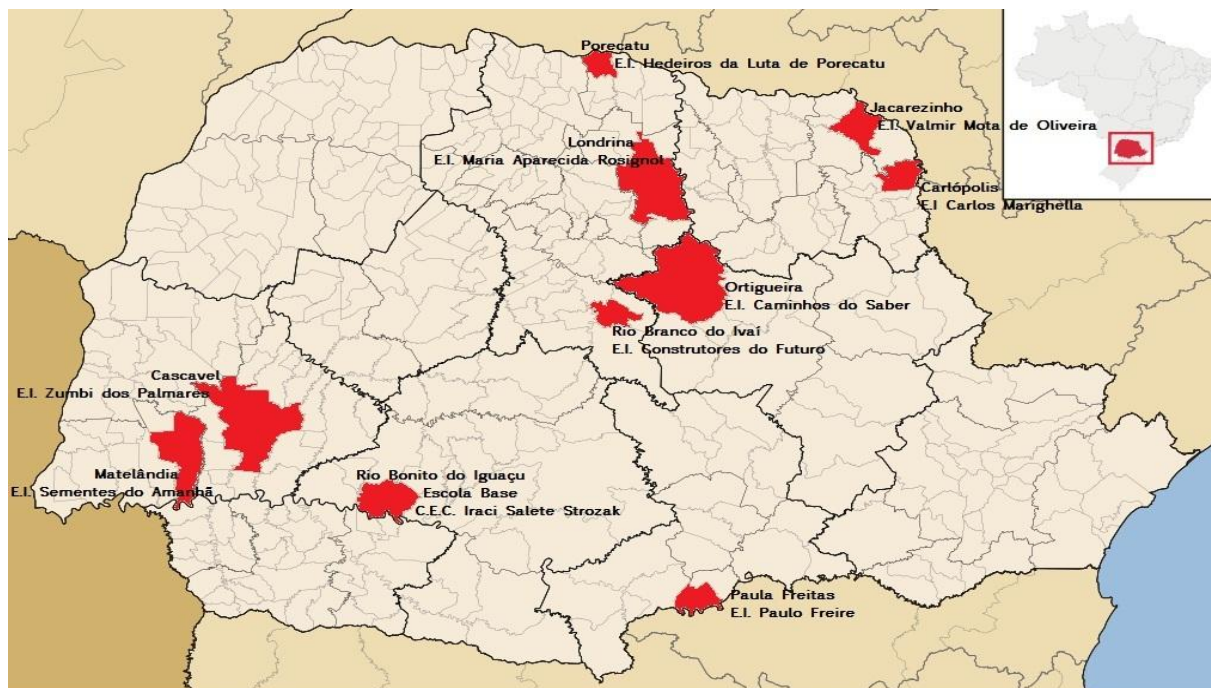
Figura 2. Mapa do Estado do Paraná com a localização das Escola Itinerantes de 2005.



Fonte: Ana Cristina Hammel-Diretora Auxiliar do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak



Figura 3. Mapa 1 - Localização das Escolas Itinerantes no Paraná



Fonte: Mapa elaborado por Vanderlei Amboni

Na conquista da escola, de 2004 até o ano de 2016, as Escolas Itinerantes tinham como escola-base o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak. A partir do final do ano de 2017, as Escolas Itinerantes foram vinculadas aos colégios da rede estadual de ensino nos municípios de localização dos acampamentos, atendendo ao Parecer nº 15/2016- CEE/PR. Escolas Itinerantes existentes no ano de 2022. E. I. Caminhos do Saber (Ortigueira); E. I. Herdeiros da Luta de Porecatu (Porecatu).

E. I. Herdeiros do Saber I (Rio Bonito do Iguaçu); E. I. Herdeiros do Saber II (Rio Bonito do Iguaçu); E. I. Paulo Freire (Paula Freitas); E. I. Semeando Saber (Florestópolis); E. I. Valmir Motta de Oliveira (Jacarezinho); E. I. Vagner Lopes I (Quedas do Iguaçu); E. I. Vagner Lopes II (Quedas do Iguaçu), conforme estudos de Leite, 2026 e Amboni, 2023.

Na luta por educação, o MST sustenta que a cabe à classe trabalhadora pensar e organizar a escola que formará seus filhos. Por isso que “a gestão escolar é autônoma, uma vez que o Estado entra com o investimento mas não organiza o modelo. A escola



itinerante hoje é a que mais contraria a lógica capitalista, pela liberdade de poder construí-la”, afirma Camini” (MST, 2006).

Por ele dirigida. Conduzida pelo povo organizado, a Escola Itinerante caminha por outros rumos, os rumos da resistência, da rebeldia que ocupam os latifúndios, organizam o povo, fazem a reforma agrária e produzem poesia. Uma escola teimosa, dirigida pela teimosia lucida dos trabalhadores Sem Terra, que exigem que o governo a financie, o que a muitos desagrada (Camini; Gehrke, 2008, p. 72).

Porém em muitos momentos as condições mínimas de funcionamento não são garantidas, e o que deveria ser um direito reconhecido fica à mercê de orçamentos sucateados e falta de recurso. “Isabela Camini, do setor nacional de Educação do MST, denuncia que nem sempre os governos estaduais cumprem seus deveres e, com isso, os acampamentos têm que se virar sozinhos debaixo das lonas pretas para manter a escola” (MST, 2006). Contudo, são nesses momentos que a comunidade se fortalece faz a luta.

A Proposta Pedagógica da Escola Itinerante e o desafio de romper com a escola tradicional.

Em que pese na busca de um novo modelo escolar, imprescindível com os objetivos formativos de uma proposta pedagógica dos Complexos de Estudos, sistematizada em um plano de estudos, identificou-se a prioridade de uma forma escolar tradicional objeto necessário em sala de aula com espaço característico e uma organização de um ajuntamento de estudantes o qual o professor é uma autoridade máxima aos estudantes com um modelo engessado e definido.

De outra parte, verifica-se que a proposta pedagógica escolar e o modelo de uma escola com instâncias e espaços de uma autogestão, e que tem assembleia como órgão máximo e afetiva mediante a participação de todos membros da escola, formada por uma comissão executiva composta por líderes de núcleos setoriais educandos e educadores. Os núcleos setoriais são instâncias de base compostas pelos educandos, espaço de exercício de trabalho, bem como espaços de tomada de decisões.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

As salas de aula é um lugar de socialização do conhecimento de forma sistematizado, entretanto à aprendizagem e dinâmica de trabalho pedagógico, necessitam praticar relações pedagógicas que facilitem uma aprendizagem menos autoritária.

Conforme o Caderno de Educação nº 9 do MST(1999), a proposta de educação do Movimento inova em formas e espaços de organização para estudantes, professores e comunidade, devendo funcionar de forma planejada, coletiva e solidária. Propõe, efetivamente, uma nova forma de escola, composta de quatro aspectos.

O primeiro aspecto é o da estrutura orgânica da escola, fundamentada através da organização dos acampamentos, com princípios de gestão democrática, auto-organização dos estudantes, coletivos pedagógicos, direção coletiva e divisão de tarefas.

O segundo aspecto é o ambiente educativo, que aponta para a imprescindível organização nos espaços e relações na escola, com a finalidade de educar o ser humano integralmente e em harmonia com o projeto do MST, propõe temas educativos com aula, trabalho, oficina, esporte, lazer, estudo, mutirão, coletivo pedagógico e conexões baseadas pela luta, mística, ecologia, entre outros valores.

O terceiro aspecto, faz alusão a matriz formativa do trabalho, que caracteriza da importância de espaços diversos de trabalho para os estudantes na escola e da relação desta com o trabalho realizado na família e com outras formas de trabalho, objetiva-se desenvolver dentro de várias possibilidades dessa dimensão, especialmente a cooperação a agroecologia e a experiência da produção material da vida.

No último aspecto, identifica-se através de estudos para além de aulas, concedendo devidamente, uma dinâmica diversa de organização, tendo como finalidade o envolvimento dos educandos na produção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola pública institucionalizada no acampamento do MST é a materialização de uma utopia e uma emulação à luta por reforma agrária. Pacientemente a vida no acampamento segue sua rotina de trabalho e de organização social, pois produzir a vida humano-material é

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 15 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





um ato necessário à reprodução do homem de forma imediata, cuja necessidade é impostapelato ato de comer, beber, vestir-se e abrigar-se de forma contínua e perene.

Um ato imposto ao homem quando este, na luta pela vida, se afastou da barreira natural e necessita produzir os meios que garantam sua reprodução humana. Os meios primários para obtenção do necessário à vida é a posse da terra, ou seja, possuir a terra para plantar, colher, alimentar-se como ato humano. A terra ocupada traz, portanto, um determinado modo de produção da vida social realizado na vida de forma precária, mas coletiva dos acampados.

Desde seu nascimento, o Brasil possui uma terra concentrada, e traz as marcas das desigualdades e uma intensa luta de classes pela posse da terra, quer como território (indígena, quilombolas etc.), quer como propriedade (desconcentração da terra) via reforma agrária. Há, portanto, uma necessidade social de regulamentação da posse da terra em suas várias frentes de lutas, sem perder a dimensão da realidade histórico-social dos grupos sociais (sujeitos) que colocam em disputa o espaço territorial e sua natureza de luta.

Dessa forma, há singularidades nas lutas de classes pela posse da terra, mas na luta por terra, trouxe um polo importante para o acolhimento familiar, que é a luta e conquista da escola na espera a reforma agrária (escola itinerante), que foi materializada pelo MST, uma escola sob seus interesses, uma escola para escolarizar e também formar seus quadros. Uma escola necessária para que os sujeitos em luta social possam se defender como classe social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBONI, Vanderlei. Educação e pedagogia socialista soviética na escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In. Anais da **II Jornada internacional sobre educação e ensino em momentos de transformações sociais: passado e presente: a história da educação face às novas tecnologias / organizado por BUTION, Conceição Solange [et al].** – Paranavaí: Unespar, 2022.

AMBONI, Vanderlei. A escola itinerante do MST na educação do campo no paraná: subsunção ou escola do movimento? In. Anais da **III Jornada Internacional Sobre Educação e Ensino em Momentos de Transformações Sociais: Passado e Presente - Ciência, Religião, Política e Educação.** UNESPAR, Paranavaí (aguardando publicação dos Anais), 2023



ARROYO, Miguel G; CALDART, Roseli S.; CASTAGNA, M. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BAHNIUK, Caroline; CAMINI, Isabela. Escola Itinerante. In **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Cadernos da Escola Itinerante. Pesquisa sobre a Escola Itinerante do MST: História, Projeto e Experiências. Ano VIII, nº 1, abril de 2008.

Cadernos da Escola Itinerante. Pesquisa sobre a Escola Itinerante: refletindo o movimento da escola. Ano II, nº 3, Curitiba, abril de 2009.

Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001. 2006.

DAL RI, Neusa Maria. VIEITEZ, Candido Giraldez. **A educação do Movimento dos Sem-Terra**: Instituto de Educação Josué de Castro. Revista Educação e Sociedade. vol.25 no.89 Campinas Sept. /Dec. 2004. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000400014>> Acesso em 08 jan. 2016.

LEITE, Valter de Jesus. **Educação do campo e ensaios da escola do trabalho**: a materialização do trabalho como princípio educativo na escola itinerante do MST Paraná. (2017). 312 Fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel: UNIOESTE, 2017.

MANDEL, Ernest. **O lugar do marxismo na história**. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 2001.

MANACORDA, Mario A. **Escola-Comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MARIANO, Alessandro Santos; KNOPF, Jurema de Fatima. **A autogestão nas escolas itinerantes do MST Paraná**. V Seminário nacional interdisciplinar em experiências educativas. 20 a 22 de maio de 2015.

MST. **Escolas Itinerante**. Secretaria Nacional do MST. 11/06/2016. In. <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=25644>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

MST. **Como fazemos a escola de educação fundamental**. Caderno de Educação nº 09. São Paulo: MST. 1999.

MST. Ocupar, Resistir e Produzir também na educação. **Boletim de Educação** nº 01. Setor de Educação, Agosto de 1992.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

LEVANTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO CRIMINAL: VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM NÚMEROS

Bárbara Bombasar Faria - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Paranaguá, barbarafariababi@gmail.com

Kety Carla De March - Orientadora
Unespar/*Campus* Paranaguá, kety.march@unespar.edu.com

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

O fazer historiográfico não se aprende apenas nos bancos escolares, não se aprende apenas ouvindo ou lendo como se deve fazer, não se aprende lendo manuais de metodologia ou de técnicas de pesquisa. A formação do historiador tem que ter uma dimensão prática, tem que ser tomada como o que me parece ser, o aprendizado de uma arte, de um artesanato, o aprendizado de um saber fazer que exige treinamento, realização e repetição das tarefas, permanente crítica e aperfeiçoamento daquilo que faz, a busca de uma virtuosidade, de uma destreza manual e intelectual (Albuquerque Jr, 2019, p. 33).

O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019) sugere que o trabalho historiográfico mais se aproxima do fazer artesanal do que aquele desempenhado no chão da fábrica moderna. Os historiadores, como tecelões e bordadeiras, praticam o trabalho manual de forma minuciosa e paciente, cujas ferramentas, não sendo o tear ou a cesta, se formulam nas palavras, na escrita. A história é feita meticulosamente, através dos restos e dos rastros. Vestígios encontrados, inclusive, nos arquivos, ambiente comum ao historiador aprendiz. Este se aventura pelo mundo empoeirado e espectral dos arquivos, sujando as mãos numa relação corpo a corpo com a fonte, seu material de trabalho, mergulhando nela de modo que não apenas suas roupas saem cobertas pela sujidade do tempo, mas corpo e alma, marcados pelo encontro com vidas humanas antecessoras (Albuquerque Jr, 2019).

Sendo assim, a fim de explorar o mundo que o arquivo judiciário apresenta, esse trabalho se propõe a abordar as possibilidades que permeiam o estudo do processo criminal como fonte histórica, assim como relatar a experiência da pesquisa do historiador aprendiz em

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 1 de 17



campo, parte essencial do ofício, como sugere Albuquerque Jr (2019). Busca-se também evidenciar as tipologias criminais marcadas pela violência de gênero na década de 1960.

A vastidão de histórias dentro do arquivo criminal pode ser avassaladora, constituindo até mesmo uma armadilha para o pesquisador voraz, que, admirado pela riqueza ali presente, se permite mergulhar sem restrições na documentação. Como uma medida salvavidas, determina-se recortes, linhas limitantes que orientam o historiador inexperiente, o qual ainda está se habituando ao universo do arquivo. No nosso caso, o recorte temporal é a década de 1960, um momento de grande efervescência cultural no cenário brasileiro pré-golpe. O início dessa década acompanha o surgimento de movimentos como o Cinema Novo e a Bossa Nova, além do início da televisão no Brasil. Em 1962, a pílula contraceptiva foi oficialmente aprovada pelo governo, e, ainda que diante da resistência de certos grupos, revolucionou o modo como se enxergava o sexo, visto que se compreendia apenas com fim reprodutivo. Mudou todo o cenário das relações de gênero. É comum, porém, ceder ao ímpeto de selecionar uma ou outra peça que fuja dos recortes, justificando a si que pode vir a ser indispensável futuramente — quando não se transforma no tema para uma pesquisa vindoura. Sobre isso Arlette Farge (2017) sugere, em seu ensaio Sabor do Arquivo, que:

Em plena coleta, não há como dispensar informações, pois o importante é deter o conjunto de dados sobre a questão, naturalmente nos limites cronológicos e espaciais previamente estabelecidos. Em contrapartida, para selecionar o mesmo, o olhar não pode se impedir de se deter no diferente, pelo menos para saber se não há com que se preocupar. É em geral a propósito desse percurso rápido que sobrevêm as surpresas: um arquivo inesperado, fora do campo que se estipulou, vem chacoalhar a monotonia da coleção (Farge, 2017, p. 66).

Mesmo com nossos recortes, o diferente é sempre loquaz e perigosamente tentador. Falaremos mais sobre essas armadilhas posteriormente, por agora voltamos a discussão para o segundo recorte que delimita e orienta nosso olhar: o gênero. Categoria de análise fundamentada por Joan Scott (1995), partimos dela para tratar das relações de gênero, visto que foge da naturalização normativa pelo viés biológico, e sustenta, em contrapartida, o caráter social e cultural dessas normas referentes aos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade. Assim sendo, no interior dessas relações, se encontra a violência. Scott (1995) defende ainda que a violência de gênero é resultado da desigualdade de poder



atribuída aos papéis normativos de masculinidade e feminilidade, isso significa dizer que relações de gênero pressupõem relações de poder.

Historicamente, há um apagamento dos sujeitos comuns em prol da construção da história dita tradicional. Existências deixadas às margens, temas que pareciam não se adequar à narrativa oficial, como é o caso do crime, algo cotidiano, conveniente ao esquecimento. Com a nova historiografia, esse cenário se altera, de modo que busca-se torná-la um instrumento útil à sociedade, com fim transformador do contexto social. Dessa forma, temas como a violência se tornam centrais em pesquisas que procuram desnaturalizar tais práticas, retirando o caráter orgânico que esses papéis sociais recebem, como Scott (1995) propõe.

Com base no conceito de presentismo do historiador François Hartog (2019), iremos sempre partir de problemáticas contemporâneas à pesquisa. Nesse caso, o estudo da violência de gênero se coloca como imperativo, em decorrência dos altos índices criminais. Nesse cenário, o processo-crime se encontra como uma fonte privilegiada, nele a narrativa e a fábula articulam, se tornando apenas uma, como veremos durante a explicação metodológica. Isso se reafirma, com especial importância, considerando a perspectiva do gênero enquanto categoria de análise histórica, como Farge (2017) expõe:

A neutralidade do gênero se rompe e revela cruamente o jogo de diferenciações sexuais, ainda que isso não fosse uma preocupação. O arquivo fala “dela” e a faz falar. [...] tornar visível a mulher quando a história se abstinha de vê-la impõe um corolário: trabalhar sobre a relação entre os sexos, fazer dessa relação um objeto da história (Farge, 2017, p. 37).

As fontes jurídicas, em harmonia com a categoria fundada por Scott (1995), apresentam um rompimento com o status que se empregou à dita “história da mulher”, entendida quase como uma divisão reservada e distante, “a mulher” como objeto alheio à história oficial. Sobre “ela” muito era escrito, representações feitas por homens, sem, entretanto, a inserir como parte da narrativa, parte do acontecimento. O arquivo, em contrapartida, não as isola, em suas páginas, onde o crime é descrito, é fácil de encontrá-las, permitindo se aprofundar na discussão sobre os papéis normativos que são historicamente atribuídos aos homens e às mulheres. Sendo assim, a pesquisa em questão pretende apresentar os resultados empreendidos diante da análise quantitativa e catalogação dos processos criminais da década de 1960 armazenados no arquivo da 1ª Vara Criminal do Fórum da



Comarca de Paranaguá, relatando as condições de armazenamento e conservação desses documentos, bem como os procedimentos adotados para garantir a segurança dos pesquisadores e a preservação do patrimônio histórico local.

MATERIAIS E MÉTODOS

A fonte jurídica trata-se de um documento oficial – produzido pelo Estado –, serializado, e como tal possui um padrão de redação, estruturado da seguinte forma: inicialmente é realizado o inquérito policial, onde ocorre a queixa-crime, a coleta de depoimentos, além dos exames periciais. Por fim, o delegado encaminha ao Ministério Público um relatório especificando o crime, de forma que o promotor possa decidir se vai prosseguir com a denúncia ou não. Caso prossiga, o Ministério Público convoca o (agora) réu e o qualifica, seguindo para o interrogatório. Convoca-se o rol de testemunhas para inquirição e, após esse momento, o promotor realiza o sua acusação final, passando para a pronúncia do defensor — a defesa final antes do desfecho. Por fim, a decisão do juiz ou do Tribunal do Júri. Vale ressaltar que essa estrutura se altera conforme a tipologia criminal em caso.

Diante desse cenário, o processo-crime se interpõe entre a busca pela história dos sujeitos comuns, sistematicamente apagados da narrativa histórica oficial, e a vontade de torná-la ferramenta de modificação social, adquirindo o caráter de espaço privilegiado para tanto. Isto posto, o ofício do historiador entra em prática, e como um artesão, ele vai em busca de seu material: a fonte. Usando da analogia de Albuquerque Jr. (2019), o trabalho do historiador assemelha-se ao do lixeiro, catando restos de um passado, fragmentos do que um dia fora a existência de pessoas, seus sonhos e malogros. Ou seja, o historiador contemporâneo desempenha um papel semelhante ao de um reciclador de narrativas do passado. Ele coleta e revigora as histórias, sonhos e utopias que foram descartados, dando-lhes novo significado e relevância para influenciar a vida das pessoas no presente. Sua missão é reinterpretar o valor das promessas históricas que outrora foram esquecidas. Com isso em mente é que entramos no arquivo da 1º Vara Criminal do Fórum de Paranaguá.

Por meio de visitas semanais, tivemos acesso ao arquivo da 1º Vara Criminal do Fórum da Comarca de Paranaguá. Esta sala, situada aos fundos do terreno e separada do



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

prédio principal do Fórum, apresentava graves deficiências estruturais, notadamente a ausência de iluminação adequada e o estado danificado do telhado, condições essas que expunham diretamente os documentos às intempéries do tempo. Dada a precariedade do ambiente e a fragilidade da documentação, o uso de equipamentos de segurança individual foi necessário, como padrão máscaras de proteção respiratória e luvas descartáveis, a fim de evitar o contato com sujidades e insetos que poderiam vir a representar riscos à saúde, especialmente nas regiões sensíveis do corpo.

Esse cenário de fragilidade alertou tanto os pesquisadores quanto os responsáveis pelo arquivo, exigindo a intervenção imediata para evitar a perda da documentação histórica. Em resposta à urgente necessidade de cuidados — observadas já em pesquisas anteriores —, um convênio foi estabelecido com o Fórum Ouvidor Pardinho, o que possibilitou que essa e outras documentações fossem transferidas para o Centro de Documentação Histórica do Litoral do Paraná (CDoc.H Litoral), um espaço com condições apropriadas de preservação e segurança, marco no que se refere a proteção à documentação histórica da cidade. É importante ressaltar que a pesquisa teve início e se desenvolveu ainda no arquivo da Vara Criminal, frente às dificuldades apresentadas. Dentro das páginas processuais fragmentos da sociedade parnanguara se desenham, de forma que cabe ao historiador delimitar a silhueta de sua pesquisa. Como dito anteriormente, buscamos os processos criminais da década de 1960, marcados pela violência de gênero, fotografando aqueles adequados ao recorte. Posteriormente, catalogamos as fontes (nesse estágio, já em formato PDF), as separando conforme a tipologia criminal, sendo elas: lesão corporal, estupro, sedução, e feminicídio¹.

É necessário, porém, discutir primeiramente as possibilidades e as armadilhas que a fonte jurídica ostenta no interior da pesquisa historiográfica, assim como compreender a teoria metodológica que sustenta o trabalho com os processos-crimes. Com esse objetivo, retornamos a um elemento basilar dentro do estudo histórico: a inexistência de verdade, ou melhor, a inexistente importância dela. Contrariando o consenso popular sobre história, não a estudamos a fim de conhecer a Verdade sobre eventos passados, — com “V” maiúsculo, pois seria única —, como quem descobre algo oculto por conspirações e vontades superiores. Como vimos, a historiografia é composta por interpretações de fragmentos do passado, fontes

¹ Ressaltamos que não havia tal nomenclatura na época, mas optamos em usá-la como um ato político, ampliando a discussão desse crime.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

que ajudam a entender tempos anteriores. Ao considerar essa perspectiva, a tentadora busca pela "Verdade" no contexto de um processo criminal pode, de fato, parecer desafiadora para aqueles que não estão familiarizados com sua complexidade e nuances.

O conceito de verdade absoluta é inalcançável se inserida nesse cenário, visto que no cerne do processo, não encontramos o ato em si, e sim um julgamento que funda o crime, como é destacado por Keila Grinberg (2009). À medida que a acusação e a defesa se envolvem em uma disputa narrativa, esse ambiente assume um caráter quase fantástico, às vezes até teatral, que se desenrola tal qual uma fábula, como é sugerido por Marisa Corrêa (1983). A fonte judiciária é produzida não para agradar ou para entreter, e sim para servir à instituição que vigia e pune, constituída por interrogatórios recheados de palavras do dia a dia, ditas por autores que não imaginavam ter de dizê-las. Assim, o arquivo encanta ao enlaçar o leitor na trama do real, nascendo o “sentimento ingênuo, porém, profundo, de romper um véu, de atravessar a opacidade do saber e de chegar, como depois de uma longa viagem incerta, ao essencial dos seres e das coisas” (Farge, 2017, p.15).

Os personagens estão inseridos nas dinâmicas ficcionais da peça criminal. O conceito de ficção de Keila Grinberg (2009) — assim como a fábula, de Corrêa (1983) — desvela a teatralidade no processo criminal, por meio das estratégias adotadas cujo propósito é o controle sobre o desfecho que decidirá o destino dos envolvidos, seja a imposição de uma pena ou sua ausência. Tanto a vítima quanto o réu continuamente envolvem-se em dinâmicas de poder, buscando legitimar suas ações e/ou desacreditar as do outro. Grinberg (2009) argumenta ainda que o processo se configura como uma busca ou produção da verdade, o que implica que os depoimentos podem ser percebidos como narrativas tendenciosas. Conforme Foucault (2002), esses discursos encerram a ficção, cujo propósito é o de construir um desfecho favorável para a parte em questão, seja a acusação ou a defesa. Nesse processo, é essencial o diálogo com a realidade representada pelo crime em julgamento e com as normas sociais que se entrelaçam no contexto das construções de masculinidade e feminilidade, especialmente em casos de crimes de violência de gênero.

Esquecemos brevemente de estar diante de sujeitos falecidos: os personagens ganham vida, proporcionando ao leitor a estranha sensação de entrar em contato com existências reais, mas que, devido à sua aparente banalidade cotidiana, não deixariam rastro algum na história

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 6 de 17



oficial. O processo-crime apresenta vidas de sujeitos subalternos, pessoas de existências infames, que, quando em contato com o poder, se veem arrancadas de seu cotidiano ordinário e inseridas na peça que se elabora (Foucault, 1992). De acordo com Foucault (1992), sem essa interação, tais vidas estariam destinadas ao esquecimento, condenadas ao apagamento de sua existência, ele as retira da obscuridade em que poderiam, e talvez até devessem, ter permanecido para sempre: sem esse choque, é inegável que nenhuma palavra teria sido deixada para lembrar o efêmero percurso delas (Foucault, 1992). Sugere ainda que:

Podemos divertir-nos, se assim o quisermos, a ver nisso uma vingança: a sorte que permite que aquelas pessoas absolutamente destituídas de glória surjam no meio de tantos mortos, que gesticulem ainda, que continuem a manifestar a sua ira, a sua aflição ou a sua invencível mania de divagar, talvez compense a má fortuna que sobre elas atraiu, mau grado a sua modéstia e o seu anonimato, o clarão do poder (Foucault, 1992, p. 102).

Apesar de lidarmos com vidas que a história tendeu a esquecer sistematicamente, tomamos cuidado ao proteger essas identidades, ocultando-as por trás de nomes fictícios. Isso se deve, em parte, ao fato de o período temporal abordado ser relativamente recente. No entanto, nossa intenção é também lançar luz sobre essas existências que muitas vezes permaneceram ocultas, uma vez que optamos por recorrer às fontes judiciais. Como parte do procedimento metodológico, a fim de entender a lógica e os aspectos legais envolvidos no processo criminal, é fundamental conhecer a legislação em vigor durante o período analisado. Internamente ao processo criminal, não encontramos declarações cruas, dada a mediação realizada pelos atores jurídicos: indivíduos responsáveis por determinar o que será registrado e como será registrado. Esses atores — que incluem delegados, escrivães, etc —, realizam a manipulação técnica, operada dentro de estruturas regulamentadas, mas que permitem uma margem de liberdade ao fazer escolhas sobre o que será documentado (Corrêa, 1983).

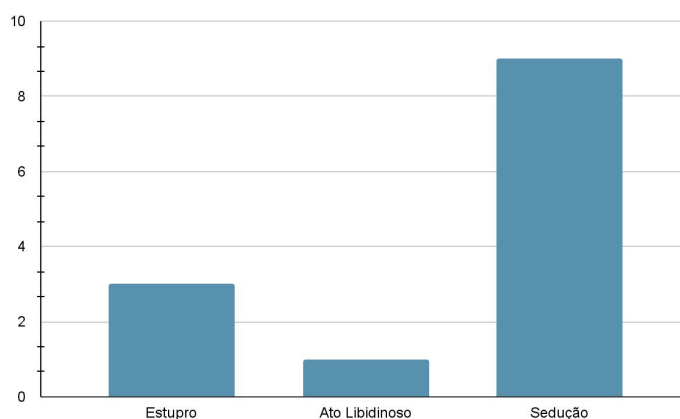
RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo do processo-crime demanda uma base sólida no que se refere aos conhecimentos teóricos e metodológicos. Somente ancorado numa abordagem bem fundamentada é que podemos explorar plenamente a potencialidade que a fonte judiciária oferece, permitindo assim aventurar-se pelos meandros da peça criminal. Com base nessa



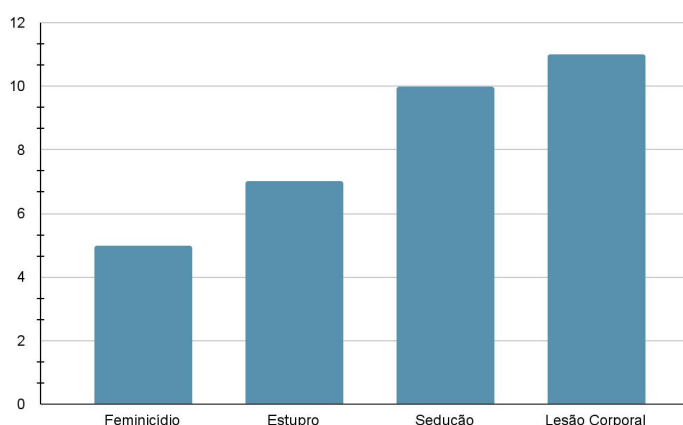
metodologia, apresentaremos os resultados da análise quantitativa empreendida a partir da documentação catalogada, sob a perspectiva do gênero. Primeiramente, separamos os processos criminais dos inquéritos policiais — que é a investigação conduzida pela polícia, buscando apurar a ocorrência de um crime e agrupar elementos probatórios para sustentar a ação penal². Selecionamos 13 inquéritos policiais, separados pelo crime de Sedução, Estupro e Ato Libidinoso, e 33 processos criminais, marcados igualmente pelos crimes de Sedução e Estupro, mas também de Lesão Corporal e Femicídio.

Gráfico 1 - Inquéritos selecionados



Fonte: elaborado pelas autoras com dados extraídos da documentação pesquisada.

Gráfico 2 - Processos selecionados



Fonte: elaborado pelas autoras com dados extraídos da documentação pesquisada.

² É durante essa etapa que se reúnem informações, coletam-se os depoimentos e testemunhos, colhem-se provas materiais, identifica-se o suspeito, para então sustentar o relatório do delegado para o Ministério Público, que decidirá prosseguir com a ação penal (com a denúncia do promotor), ou não.



O crime de Sedução é previsto no Art. 217, do código penal de 1940, em voga durante o período estudado, e se configura como “Seduzir mulher virgem, menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (quatorze) anos, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança”. O foco dessa infração era a proteção à virgindade da mulher, sinônimo de honra familiar. No interior das peças criminais, constata-se a virgindade como fator decisório no que concerne à honra, a qual, segundo Fausto (1984), não pertence a mulher: lhe é imposta, não como atributo feminino, mas sim da família ou do marido, e consequentemente, merecedor de proteção³. Atua, portanto, como um mecanismo de mediação da estabilidade familiar e marital, assim como de outras instituições sociais basilares. Ademais, o crime de Sedução se estabelece diante da fraude — a promessa de casamento —, e para tanto, observa-se a necessidade de existir namoro entre acusado e ofendida, uma relação atestada por testemunhas, de modo que justificaria a confiança depositada no acusado.

Apenas uma das peças referentes ao crime de Sedução envolveu a alegação de um relacionamento de namoro prévio. Nesse caso em específico, o réu é marido da madrinha da ofendida, que a criou como filha desde os 7 anos de idade. O processo se desenha como um estupro, mas não foi julgado como tal. Parece haver uma influência significativa da idade da ofendida, que contava com 14 anos à época. Conforme exploraremos adiante, o estupro é um crime notoriamente complexo, sua denúncia é rara, e quando é feita, assume características do crime de sedução. É um delito permeado por uma sensação de vergonha imposta à agredida, que, lamentavelmente, enfrenta julgamentos mais severos do que aquele que realmente está sendo julgado, o réu. Em outras palavras, a agredida se encontra na obrigação de provar sua inocência, cenário que a coloca sob o escrutínio e questionamento a partir da necessidade de comprovar ser mulher cujo corpo é digno da proteção do Estado. Ainda pensando no crime de sedução, 60% dos réus da documentação selecionada foram condenados, mas vale ressaltar que era comum que, nesses casos, o réu fugisse da cidade, e a pena prescrevesse depois de alguns anos.

³ Honra que deve ser protegida com fervor e esforço, haja vista o que se julga nos processos de estupro, cuja atenção é direcionada para possíveis indícios se teria a agredida lutado contra seu agressor ao ponto de lhe ocasionar lesões remanescentes, se teria ela gritado a plenos pulmões como se espera que o faça.



Quadro 1 – Processos de Sedução

Nº do Processo	Ano	Idade (Agredida)	Idade (Réu)	Relação	Desfecho
14	1963	16 anos	21 anos	Namoro.	Condenado.
18	1966	14 anos	32 anos	Réu marido da madrinha da ofendida (moravam juntos).	Condenado.
26	1967	17 anos	21 anos	Namoro.	Absolvido.
30	1965	15 anos	21 anos	Noivado.	Condenado.
47	1967	17 anos	21 anos	Namoro.	Absolvido.
54	1968	15 anos	19 anos	Namoro.	Condenado.
57	1966	16 anos	19 anos	Namoro.	Condenado.
82	1968	17 anos	23 anos	Conhecidos.	Casamento seguido de absolvição. ⁴
115	1967	16 anos	22 anos	Namoro.	Condenado.
168	1969	17 anos	22 anos	Namoro.	Absolvido

Fonte: elaborado pelas autoras com dados extraídos da documentação pesquisada.

A documentação relativa ao estupro é, de fato, ínfima⁵. Historicamente, aponta Vigarello (1998), esse crime é percebido (e recebido) de formas diferentes quando cometido contra crianças e contra mulheres adultas. Durante o início do século XX, na França, era comum acreditar que a mulher adulta não poderia ser vítima da violência cometida por um homem pois supunha-se capacidade de defesa. Como pode ser observado no quadro 1, a documentação reunida até o presente momento não apresenta nenhum caso de estupro com agredida mais velha de 18 anos. O que se pretende expor com tais dados é a ausência de mulheres adultas, não pois decerto não eram violentadas, mas talvez pela sensação de que estariam elas fora do escopo de proteção legal.

⁴ A sedução era um delito que ocorria mediante promessa de casamento, e, nesse caso, conforme o Artigo 107, inciso VII, extingue-se a punibilidade “pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes”.

⁵ A violência de gênero, em geral, está atrelada ao silenciamento por diversos fatores, como dependência financeira ou mental do agressor, medo de retaliação, vergonha, etc.



Quadro 2 – Processos de Estupro

Nº do Processo	Ano	Idade (Agredida)	Idade (Réu)	Relação	Desfecho
41	1963	13 anos	18 anos	Namoro.	Condenado.
118	1962	12 anos	20 anos	Namoro.	Condenado.
157	1966	18 anos	30 anos	Desconhecido.	Condenado.
162	1969	13 anos	30 anos	Réu amásio da mãe da agredida.	Absolvido.
92	1969	14 anos	21 anos	Conhecidos.	Absolvido.
19	1967	16 anos	21 anos	Namoro.	Condenado.
38	1966	13 anos	23 anos	Namoro.	Condenado.

Fonte: elaborado pelas autoras com dados extraídos da documentação pesquisada.

Perdura, talvez, a representação da “vítima de estupro” da qual a mulher adulta fugiria. Figura composta por resquícios da tradição legislativa expressa na justiça local e frequentemente acionada durante a narrativa defensiva. De forma geral, o enredo disposto ao longo do processo-crime que possui o delito de estupro em foco norteia-se pela questão elementar acerca do consentimento. No interior da constante disputa de narrativas, a defesa busca, senão empregar a inocência através da negação, demonstrar o consentimento efetivo dado pela ofendida. Para tanto, afasta-se a agredida do seu papel normativo, ao passo que a desloca até o espaço no qual não teria o respaldo da lei.

Temos então o crime de feminicídio — previsto no Art. 121 do código penal de 1940 —, à época denominado crime de homicídio sob o atenuante de violenta emoção, também tratado discursivamente como “crime passional” por advogados, pela imprensa e sociedade. Esse crime silencia a vítima, visto que em todos os outros podemos contemplar a sua agência, neste apenas nos deparamos com a representação que se constrói. Diferente dos delitos anteriores (crimes contra os costumes), o feminicídio era submetido ao Tribunal do Júri, que representava, nesse contexto, a sociedade parnanguara⁶. Para os jurados eram escolhidos aleatoriamente eleitores e cidadãos alfabetizados, cumprindo os requisitos legais. A partir dessa seleção, se formava o Conselho de Sentença, onde eram separados sete jurados, os quais

⁶ Termo adequado aquilo que é natural de Paranaguá



responderiam algumas questões, ao final do julgamento, a fim de deliberar sobre a culpa ou inocência do réu, determinando um veredito a partir de uma votação.

Quadro 3 – Processos de Femicídio

Nº do Processo	Ano	Vítima	Réu	Relação	Motivação	Meio/Forma	Desfecho
31	1966	Doméstica, 43 anos, baiana.	Ensacador, 25 anos, baiano.	Ex-amasiados.	Réu alegou insanidade e sentiu-se lesado financeiramente pela vítima.	35 ferimentos de penetração por arma branca (faca).	Condenado.
155	1966	18 anos.	Pintor, 34 anos, fluminense.	Amasiados	Réu alegou ciúmes.	Ferimentos de penetração por arma branca (faca).	Condenado.
160 ⁷	1969	18 anos.	Jornalista, 26 anos.	Amasiados.	Discussão.	Arma de fogo	Absolvido.
524	1969	Sem dados, agredidas são sogra e esposa do réu.	Ensacador, 27 anos, paraibano.	Casados.	Desavenças com a sogra.	Arma de fogo	Absolvido.
18	1969	60 anos.	Ensacador, 37 anos, piauiense.	Amasiados.	Autodefesa.	Ferimentos de contusão (pedaço de madeira).	Condenado.

Fonte: elaborado pelas autoras com dados extraídos da documentação pesquisada.

A alegação de autodefesa no cenário de violência de gênero é recorrente, pois parte do discurso estratégico da defesa de desviar a culpa do réu, cujo propósito também se faz na imputação da responsabilidade na própria agredida pelo comportamento violento do agressor. Essa narrativa busca retratar essa mulher como alguém que foge da norma de feminilidade, através de elementos como a violência, por exemplo, mas também o uso de entorpecentes — como bebidas alcoólicas —, ou xingamentos e brigas. Nada disso se enquadra como atributo feminino, pela perspectiva da época.

O termo “amasiados” aparece repetidas vezes e se refere a um casal de convivência conjunta, mas que, entretanto, não possuem uma união oficializada pelo Estado. As motivações e a relação mantida entre réu e vítima se assemelham àquelas encontradas nas

⁷ Esse processo se trata, na verdade, de uma tentativa de homicídio.



peças relativas ao delito de lesão corporal. Vemos que em 100% dos processos de Femicídio, a relação estabelecida é próxima, rompendo muitas vezes com a ideia do agressor desconhecido — pelo contrário, vemos repetidamente o agressor ser o companheiro da vítima. Dentre todos os casos analisados, em 82% deles o réu ocupava esse papel de parceiro, seja através do casamento, namoro, ou concubinato, e em apenas um (o Processo 157.66, de estupro) os personagens são desconhecidos.

O delito de lesão corporal, que se encontra previsto no Artigo 129 do Código Penal de 1940 e definido como “Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem”, foi a tipologia mais frequente dentro da nossa pesquisa, como evidenciado pelo gráfico 2, e é interessante notar três elementos principais: a relação entre agressor e agredida — como observamos anteriormente; a motivação para a violência — algo que evoca a legitimidade para a prática do crime; e o método utilizado para a execução da violência. Evidentemente, a motivação articula-se com a relação estabelecida entre os personagens, como da relação entre casais, é parte da concepção do papel do homem agir como regulador de sua esposa, ou seja, atos corretivos atribuídos à ele como parte de sua função conjugal, os quais podem vir acompanhados pela violência física.

Quadro 4 – Processos de Lesão Corporal

Nº do Processo	Ano	Agredida	Réu	Relação	Motivação	Meio/Forma	Desfecho
3	1965	Meretriz, 29 anos.	Lavrador, 28 anos, fluminense.	Conhecidos.	Autodefesa.	"Murros e pontapés"	Condenado
11	1969	Doméstica, 43 anos, paulista.	Ensacador, 37 anos, baiano.	Amasiados.	Autodefesa.	Ferimentos por arma branca (faca).	Condenado
38	1964	Bancária, 28 anos, paulista.	Funcionário público, 31 anos, sergipano.	Casados.	Alega que a discussão entre o casal lhe provocou alucinações.	“Socos”.	Absolvido
69	1969	Doméstica, 24 anos.	Guarda urbano, 21 anos, pernambucano	Amasiados.	Alega recusa da agredida em morar com ele.	Arma de Fogo.	Condenado
74	1967	“Do lar”, 51 anos.	Ambulante, 33 anos, libanês.	Casados.	Autodefesa.	"Bofetadas e pontapés"	Absolvido.

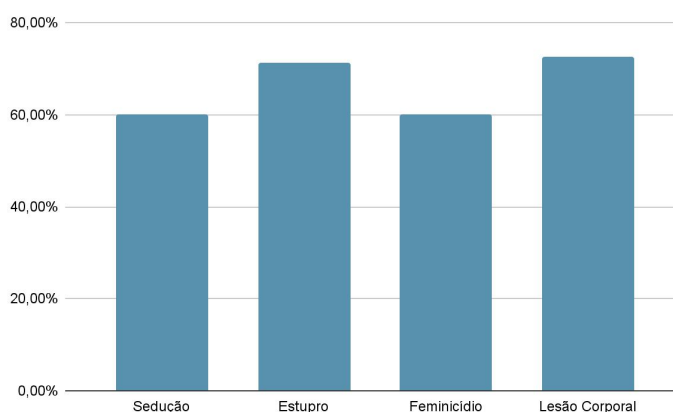


79	1967	Comerciária, 22 anos, catarinense.	Ferroviário, 28 anos, catarinense.	Casados.	Alegação de embriaguez e desavença em razão do desquite.	Ferimentos por arma branca (faca).	Condenado
103	1968	“Do lar”, 28 anos.	Administrador, 35 anos.	Amasiados.	Alegação de embriaguez.	“Socos”.	Condenado
120	1966	Doméstica, 38 anos.	Funcionário público, 32 anos.	Amasiados.	Réu alega discussão com "tapas" para acalmar a vítima.	“Socos e pontapés”.	Condenado
120	1969	Meretriz e doméstica, 19 anos.	Guarda Civil, 26 anos, gaúcho.	Amantes.	Traição e ciúmes.	“Bofetada” e teve a cabeça acertada por uma mala.	Absolvido.
127	1969	Doméstica, 32 anos, lapeana.	Operário, 43 anos, paulista.	Amasiados.	Autodefesa.	Ferimentos por arma branca (punhal).	Condenado
151	1968	“Do lar”, 36 anos, viúva, catarinense.	Ensacador, 32 anos, mineiro.	Amasiados.	Briga devido aos filhos da agredida.	“Bofetões” e ferimentos diversos.	Condenado

Fonte: elaborado pelas autoras com dados extraídos da documentação pesquisada.

Através das motivações alegadas, em consonância com os desfechos obtidos por cada peça processual, temos acesso ao argumento que permeia a legitimidade da violência, observando o que se constitui como plausível e aceitável diante do contexto social no qual o processo e os personagens estão inseridos.

Gráfico 3 - Porcentagem da condenação por tipologia criminal



Fonte: elaborado pelas autoras com dados extraídos da documentação pesquisada.

Por fim, as estatísticas evidenciadas no gráfico acima fornecem dados interessantes sobre a porcentagem de condenações referentes às diferentes tipologias criminais abordadas.



A taxa de condenação de 60% relativa aos casos de Sedução e Femicídio pode sugerir que cerca de três a cada cinco réus imputados por esses delitos são considerados culpados. Lembrando que no caso dos feminicídios, há a atuação do Tribunal do Júri, enquanto que os crimes contra os costumes (no caso, sedução e estupro) devem ocorrer em instância privada⁸. A taxa referente aos acusados de estupro é de 71,4%, sendo relativamente alta em comparação aos demais, muito embora isso não demonstre fielmente as ocorrências de estupro, apenas as denúncias — o estupro é um crime propenso ao silêncio. O delito de lesão corporal possui a taxa condenatória de 73%, sugerindo assim que a justiça local demonstra maior rigorosidade no tocante aos casos de agressão física, o que pode estar relacionado ao caráter visível apresentado por essa violência. Cada uma das tipologias abordadas possui suas especificidades, marcando as narrativas empreendidas de formas distintas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que buscamos apresentar ao longo do artigo foi, além dos resultados obtidos, as abundantes possibilidades de análise que habitam o interior do arquivo judiciário — e o fizemos pela perspectiva de gênero, ou seja, voltado para a violência de gênero. Os números apresentados a partir de uma análise quantitativa da documentação fornecem o vislumbre da riqueza analítica para o historiador, porém, constitui apenas uma introdução (apresentação) dessa fonte — que é complexa, e requer um aparato metodológico bastante apurado. O processo criminal é uma fonte discursiva, sendo necessário — para maior aprofundamento — que se estabeleça, do mesmo modo, um estudo qualitativo. Para a presente pesquisa foram lida cerca de 5 mil páginas da documentação judiciária, e a uma a uma, a sua relevância histórica se evidenciava. Obtemos, através dessa documentação, uma visão singular da sociedade, que procura esconder justamente aquilo contido nas folhas frágeis dos processos-crime. Elementos marginais e sujeitos subalternos sobem ao palco e se encontram sob os modestos holofotes que a pesquisa histórica pode prover, por meio de uma abordagem interdisciplinar — uma vez que esses estudos se constroem em a partir também da sociologia, antropologia, e do estudo da jurisprudência. Como toda fonte, a peça processual possui suas limitações, é evidente, lacunas inerentes aos registros mediados pelos atores jurídicos.

⁸ Torna-se público no caso da agredida não conseguir providenciar um advogado particular.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

O caminho trilhado resultou na criação do atual artigo, que teve origem em duas pesquisas antecessoras, também se desdobrou em um projeto de mestrado. Pretende-se, assim, dar continuidade à pesquisa com base nessa fonte, fazendo uso do valioso conhecimento adquirido durante a orientação e estudo proporcionados pelo projeto em questão e pela instituição que o apoiou.

FONTES

Inquérito Nº 01 de 1964. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 03 de 1965. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 11 de 1969. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Inquérito Nº 13 de 1962. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 14 de 1963. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Inquérito Nº 15 de 1964. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 18 de 1966. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 18 de 1969. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 19 de 1967. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 26 de 1967. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 30 de 1965. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 31 de 1966. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 38 de 1966. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 38 de 1964. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Inquérito Nº 39 de 1963. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 41 de 1963. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Inquérito Nº 41 de 1961. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 47 de 1967. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 54 de 1968. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 57 de 1966. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Inquérito Nº 59 de 1963. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Inquérito Nº 62 de 1963. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Inquérito Nº 64 de 1968. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Inquérito Nº 66 de 1964. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 69 de 1969. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 74 de 1967. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 79 de 1967. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 82 de 1968. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Inquérito Nº 82 de 1963. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Inquérito Nº 83 de 1964. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 92 de 1969. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Inquérito Nº 100 de 1964. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 103 de 1968. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 115 de 1967. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 16 de 17



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Processo Nº 118 de 1962. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 120 de 1966. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 120 de 1969. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 127 de 1969. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 151 de 1968. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 155 de 1966. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 157 de 1966. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 160 de 1969. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 162 de 1969. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 168 de 1969. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Processo Nº 524 de 1969. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.
Inquérito Sem Número de 1961. Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá - PR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019.

CORRÊA, Marisa. **Morte em família**: representações Jurídicas de Papéis Sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Edusp, 2017.

FAUSTO, Boris. Crimes Sexuais. In: _____. **Crime e Cotidiano**. São Paulo: brasiliense, 1984. p. 173 – 225.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, M. **A vida dos homens infames**. In: O que é um autor?. Lisboa: Passagens, 1992. p. 89-128.

HARTOG, François. **Memória, História, Presente**. In: Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p.. 133-191.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania (org.). **O historiador e suas fontes**. Editora Contexto, 2009. p. 119-140.

VIGARELLO, Georges. **História do Estupro**: Violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 17 de 17



O IMPACTO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES

Bianca Cristina Alberto (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Apucarana, biancacrystinaalberto11@gmail.com

Elson Alves Lima - Orientador
Unespar/Campus Apucarana, elson.lima@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

No referido artigo apresentamos as problematizações realizadas acerca de nosso objetivo geral e de nossos objetivos específicos, sendo eles, respectivamente: conhecer mais profundamente sobre o conservadorismo junto ao Serviço Social, seus autores mais expressivos e suas implicações; problematizar sobre como o conservadorismo e o neoconservadorismo ganham força no contexto da sociedade de classes e como interferem no processo da própria formação.

Assim, nos apropriamos do método do Materialismo Histórico e Dialético de Karl Marx (1813-1883) e com autores que reiteram sua importância, onde pontuamos em como se dá o surgimento do Conservadorismo Clássico entre suas aproximações e rupturas, vem sendo reconfigurado pela requisição do próprio capital enquanto Conservadorismo Moderno. O conservadorismo é um sistema de ideias e por essa razão está em constante desenvolvimento tal como a sociedade de classes e o modo de produção inerente a ele.

Sinalizamos também sobre o cerne conservador da profissionalização do Serviço Social e seu intrínseco movimento de avanços e/ou reatualizações ao longo de seus currículos mínimos, incidindo sobre a Universidade Pública também, mesmo e após o Movimento de Renovação do Serviço Social, onde se buscou por uma suposta hegemonia política de recorte crítico. Assim, é possível observar que o conservadorismo historicamente não esteve ausente

na profissão,
e mediante as



atuais determinações societárias, o mesmo tem se fortalecido.

Destarte ressaltamos sua importância atual e ainda que de forma enviesada, visto que desde 2016, o movimento “Serviço Social Libertário” reivindica por uma formação e trabalho profissional dos/as assistentes sociais devendo passar por uma reformulação, desvinculando-se de um projeto classista que tenha por base a teoria social crítica. O referido movimento se apoia no documento intitulado “23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante”, seu proponente é o Professor Edson Marques de Oliveira, associado ao Curso de Serviço Social da UNIOESTE - *Campus* de Toledo, no estado do Paraná. O autor sinaliza que a construção da justiça social deve valer-se de estratégias objetivas e não ideológicas, apontando um intenso pragmatismo entre tais profissionais, sem tanto preocupação com a reflexão crítica. Aqui, a leitura da realidade concreta é feita de forma rasa e bem limitada, ausente de profundidade teórica e analítica das complexas relações sociais, cuja intencionalidade política é a de continuidade e manutenção do atual modo de produção capitalista.

Assim, o artigo procura apresentar os principais rebatimentos do conservadorismo na formação profissional, sinalizando que o mesmo se coloca enquanto uma estratégia de superação das infundáveis crises de reprodução do capital, no contexto da sociedade de classes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para realizar a pesquisa utilizamos o método de investigação social de Karl Marx, o do Materialismo Histórico Dialético, devido à sua importância ao apreender de forma processual e material a História em seus múltiplos e contraditórios desdobramentos, tornando plausível uma análise abrangente e de totalidade dos eventos passados e atuais, tendo uma apreensão concreta dos fenômenos e dos resultados que os mesmos geraram.

Destarte realizamos nossas pesquisas de caráter básica, bibliográfica, teórica, através da análise de conteúdo, no formato qualitativo e por meio de artigos científicos disponíveis no portal *Scielo*, nas revistas Serviço Social & Sociedade, Ser Social, Temporalis, Katálysis dentre outras.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

O IMPACTO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES

A Gênese do Conservadorismo

O conservadorismo se faz presente na cultura política, teórica e social brasileira desde sua formação sócio-histórica, o significado social e o pensamento da práxis conservadora assumem relevância em um determinado cenário. Nesse sentido, em um país de inserção periférica no capitalismo, dependente da divisão internacional do trabalho e, por consequência, dependente da economia internacional, como o Brasil, o conservadorismo e as ideologias conservadoras têm a predisposição de repercutir-se de forma marcante sobre a cultura, a economia, a política, ou seja, sobre a própria sociedade como um todo.

Considerando apenas o âmbito do debate político cotidiano e de maneira um tanto superficial ainda, entendemos o conservadorismo ligado a opiniões contrárias ao avanço de pautas sociais, associadas também à adesão da ideologia do mercado, onde é defendido cada vez mais a mercantilização da vida social. Já na esfera do conhecimento, o conservadorismo é abordado quase que genericamente como se fosse sinônimo de liberalismo.

Entretanto, é necessário compreendermos o conservadorismo como um fenômeno social complexo que permeia a realidade concreta e objetiva tendo sua trajetória histórica e uma teoria política próprias, inserido na totalidade das relações sociais, em que adquire particularidades da formação social em que emerge. Souza (2016) nesse sentido, explica que tal tradição é “Originária da Europa e, mais particularmente, da Inglaterra do século XVIII, essa tradição influenciou intelectuais, políticos e classes sociais, de maneira distinta na França, na Alemanha, nos Estados Unidos e também em países da América Latina” (SOUZA, 2016, p. 361).

Edmund Burke (1729-1797) é denominado como o precursor do conservadorismo clássico devido ao seu texto de maior notoriedade “Reflexões sobre a Revolução na França”, publicado em 1790, onde o autor se manifesta na defesa dos interesses políticos e econômicos da aristocracia como os ideais culturais e simbólicos das classes sociais que foram destituídas do poder pela Revolução Francesa. Suas reflexões também integram um manual



nário a partir do momento em que o autor constrói uma referência ideológica e política de mudanças no âmbito político e econômico que deveriam ser conduzidas pelos segmentos mais elevados da classe dominante.

O elemento principal da crítica de Burke é em relação à concepção de revolução. Para ele, a revolução não significa a transformação radical de uma sociedade para a constituição de uma nova sociabilidade, mas sim um momento de decadência e degradação, onde a ordem estabelecida é destruída e por consequência as tradições são rebaixadas. Podemos afirmar que tal ideia tem sido a base da concepção conservadora. Souza (2016) afirma que tanto o conservadorismo clássico como o conservadorismo moderno se baseiam na renúncia aos modernos ideais de democracia e de justiça social, tendo-os como meros niveladores sociais e vistos então como desejos subjetivos de igualdade, ou seja, utópicos.

Assim, diferentemente da insurreição francesa, a Revolução Gloriosa (1688-1689), ocorrida na Inglaterra, foi objeto de apreciação por parte de Burke, pois a mesma teria sido feita via conciliação de classes. Segundo Burke, as principais diferenças entre a Revolução Francesa e a Revolução Gloriosa teriam sido causadas por suas formas de consolidação, onde a primeira teria sido um atentado ao mais elevado patamar civilizatório que a humanidade teria alcançado, materializado por meio das instituições e tradições do Antigo Regime, significando, portanto, a desordem e a destruição; e a segunda teria sido uma “revolução sem revolução” com mudanças feitas pelo alto e sem a presença das classes dominadas.

O objetivo de Burke e de sua análise era a preservação das instituições políticas inglesas que na época lidavam com os estágios iniciais do processo de subordinação do trabalho ao capital, para tanto uma de suas táticas foi a batalha de ideias.

Em seu texto, o autor critica valores, princípios e ideias que orientaram a Revolução Francesa, esses construídos pelo Iluminismo, apresentando-os como corrosivos a toda a herança cultural e patrimonial das tradições europeias, pois as ideias inspiradas nos iluministas eram então identificadas como perigosas à ordem estabelecida.

Burke também se apropria do irracionalismo e adere à destruição da razão, dois pilares que constituem sua aproximação com o conservadorismo moderno, tendo como principal premissa a negação da razão e a concepção pragmática e imediatista dos movimentos da realidade social. Para além de tal tema, Burke também adere à concepção teleológica da casualidade,



onde:

[...] Abraçando o monoteísmo cristão, Burke projeta sobre o ser social suas concepções teleológicas, defendendo que o Estado e a sociedade constituem uma ordem natural eterna e divinamente estabelecida – a desigualdade social e a propriedade privada, incluídas. Com essa operação ideológica antropomorfizadora, o fundador do conservadorismo repousa suas ideias sobre o idealismo (SOUZA, 2016, p.368-369).

Essa concepção resulta na naturalização das relações sociais, Burke parte da premissa de que a divisão da sociedade em classes e a desigualdade social seriam resultantes dessa forma de sociabilidade correspondente ao ordenamento próprio da natureza, sendo então inimaginável sua luta e superação seria um atentado à ordem divina. Souza (2016) afirma que a partir dos termos utilizados pelo autor, é possível perceber critérios de avaliação das transformações sócio-políticas na França, ou seja, a partir de qual momento essas transformações se aproximam ou se distanciam da estrutura modelada pelo antigo regime?

Assim, é possível observar que há um anseio por mudanças localizadas e específicas, que preservem as tradições e que sejam conduzidas a uma ínfima parcela da sociedade: a dos proprietários. Bem como, deveriam também ser realizadas mudanças distantes dos componentes insurreccionais e populares, excluindo assim os anseios por uma democracia e a noção de luta por direitos. Com isso, Burke insere uma ideia cara e central ao conservadorismo, ou seja, de que a política deve ser feita por proprietários, pois esses seriam sujeitos “naturalmente” propensos à preservação da ordem e a manutenção da sociedade vigente (SOUZA, 2016, p. 375).

Podemos tomar como outro pilar de aproximação do conservadorismo clássico e do conservadorismo contemporâneo, a definição e o elogio ao termo preconceito. Burke afirma que o preconceito deve ser utilizado em casos de emergência e em momentos decisórios para que não se abra espaços para hesitações e dúvidas, conceito esse que seria dotado de sabedoria e de virtude. O preconceito se apresenta como um referencial estabelecido pelo acúmulo de experiências, fundamentando as escolhas, ações e pensamentos, onde o conservadorismo abole qualquer perspectiva de debate racional sobre a formação social e econômica de determinada sociedade, passando também a enquadrar os indivíduos e os grupos em padrões já preestabelecidos.

Nessa perspectiva podemos concluir que o conservadorismo clássico tem sua gênese

em 1789

Realização

Apoio



sendo uma reação ideológica e política marcada por ideais antimodernos e antiburguesas, diante das profundas mudanças nas instituições, na cultura, devido ao desenvolvimento das forças produtivas e decorrente das transformações das relações de produção daquele momento. Ao analisar o conservadorismo, levando em consideração o seu desenvolvimento histórico como um sistema de ideias e posições políticas, o mesmo tem seu surgimento e desenvolvimento na moderna sociedade de classes e é então marcado por inúmeras e sucessivas transições, sendo funcional à sociedade de classes não apenas como um sistema político-ideológico já cristalizado, mas sim pensado num contínuo processo de desenvolvimento.

Os princípios do conservadorismo clássico ganham dimensão científica a partir de contribuições de autores como: August Comte (1798-1857), Herbert Spencer (1820-1903) e Émile Durkheim (1858-1917), a partir do momento em que a sociologia foi elevada à categoria de ciência social, os valores conservadores são elevados a conceitos sob consequências históricas concretas. Souza (2015) afirma que o positivismo impulsiona os sistemas de ideias conservadoras, mas também os modifica, estabelecendo a reconciliação com a sociedade capitalista já consolidada e com sua institucionalidade. Razão pela qual, suas disputas políticas passam a assumir posições antiproletárias ao invés de antiburguesas, sendo que sua continuidade se expressa pela afirmação do seu caráter antirrevolucionário.

Portanto, a crítica conservadora se coloca à medida que a destruição do regime feudal e a consolidação do modo de produção capitalista contraditoriamente pudessem significar um avanço civilizatório para a humanidade, devido ao avanço das forças produtivas, ao contrário, se configurou num novo e mais profundo sistema de dominação e de exploração de classes, onde a própria burguesia altera seu papel sócio-histórico.

Assim, o conservadorismo ecoa por meio da vertente positivista. Sendo que:

Com essa referência, sinalizamos que o pensamento conservador realiza mais um giro em seu eixo. Na sequência de sua incorporação pela nascente sociologia positivista, aproxima-se também do liberalismo, seu antigo antagonista. É uma aproximação que não se realiza irrestritamente. Os conservadores preservavam suas tradicionais ressalvas à estruturação de valores que possam ser universalizados, como o individualismo da tradição liberal, por exemplo. [...] (SOUZA, 2015, p. 6).

Entretanto, quando nos referimos à consolidação do estágio monopolista de reprodução do



capital, apontamos um histórico concreto de contradições que requisita dos conservadores modernos, novas bases ideológicas e políticas. Assim, o conservadorismo moderno incorpora o conceito de “totalitarismo” como um termo nivelador, regado de uma blindagem “presentista”, se acovardando sob bases “progressistas”, rejeitando e equalizando as “utopias” revolucionárias e reacionárias, ambas vistas pelos conservadores como igualmente “totalitárias”. Assim, os conservadores modernos então “reclamam-se como prudentes defensores do presente democrático (burguês) contra as “perigosas e violentas utopias” (fascismo e comunismo)” (SOUZA, 2015, p. 6).

O conceito de “totalitarismo” se torna uma das pedras angulares da tradição conservadora moderna, juntamente com o “presentismo”, ambos de fundamental importância no contexto da chamada decadência ideológica do pensamento burguês. A consequência lógica e histórica do “presentismo” é a impossibilidade de construção de um projeto de sociedade alternativo ao da sociabilidade vigente. Segundo Coutinho (2014), outro princípio que afasta os conservadores de posições totalitárias é o da “humildade” que vem, segundo eles, do reconhecimento da imperfeição intelectual humana.

O conservadorismo moderno adquire novos contornos específicos no contexto da divisão internacional do trabalho e do mercado adquirindo características e influências conjunturais. No Brasil, o pensamento conservador moderno adquire influências europeias e norte-americanas, também recombina propostas, valores e ideias da realidade brasileira desde o final do século XX, onde se deve considerar também a condição de inserção subordinada da formação social no circuito de produção do capital monopolizado e as contradições da luta de classes que se expressam de forma particular no Brasil.

Portanto, há uma inclinação às tonalidades mais reacionárias do conservadorismo. Segundo Souza (2015) essa recombinação irá incidir como grande orientadora do ideário da classe dominante brasileira, onde a mesma extrai suas concepções sobre o papel do Estado, da família, dos grandes proprietários: os grandes latifundiários, em cujo desenvolvimento dessa apropriação se desdobra em outras tendências intelectuais e forças políticas singulares, que são subdivididas em frações e segmentos, mas que são unificadas no projeto da sociedade dominante. “Em suma: quando o pensamento brasileiro “importa” uma ideologia universal, isso é a prova de que determinada classe ou camada social de nosso país encontrou (ou julgou encontrar)



nessa ideologia a expressão de seus próprios interesses brasileiros de classe” (COUTINHO, 2011, p.41).

Outra particularidade do conservadorismo moderno se relaciona a sua autoimagem, ou seja, a representação que os próprios sujeitos conservadores criam sobre si mesmos e sobre seu significado social e histórico, construída com base em um “existencialismo conservador” que é regado de irracionalismo. Sendo assim, a importância de se decifrar e de fazer uma crítica à autoimagem conservadora é fundamental para a superação dessa visão mistificadora e que incorpora “traços de personalidade” e “formas de ser” ao conservadorismo. Tal superação, segundo Souza (2015), depende da perspectiva do método dialético e das mediações complexas entre a produção e a reprodução social, essas constituem o momento em que tais sistemas de ideias e de saber surgem e se desenvolvem.

O racionalismo, enquanto categoria do conservadorismo moderno, é, segundo Souza (2015), sabotado em um primeiro momento pelo princípio conservador da imperfeição humana, que significa o impedimento ontológico de que a razão tenha êxito em suas tentativas de controle e previsões políticas, na antecipação e na manipulação do controle de todas as possibilidades de desenvolvimento do real. Por outro lado, os conservadores não desqualificam as possibilidades do desenvolvimento humano, mas reclamam certo ceticismo em relação à ação social. Segundo Coutinho (2014), esse ceticismo preserva o princípio da prudência nos momentos imprevisíveis e indesejáveis da reprodução da sociedade.

O conservadorismo junto ao Serviço Social

Evidenciado por meio de uma breve análise acerca do surgimento do conservadorismo clássico, dentre seus processos de rupturas e continuidades, o conservadorismo moderno é requisitado pelo atual modo de produção capitalista, ao se fundir com as leis fundamentais do capital. Nesse mesmo âmbito se dá o contexto de emergência em que o Serviço Social surge como profissão e as aproximações de seu cerne com os conservadorismos recorrentes.

Nesse sentido, somente perante mudanças nos processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais é que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão, ou seja, o enquadramento deste na divisão social (e técnica) do trabalho vai ser requisitado como algo intrínseco à dinâmica da ordem monopólica do capital.



(2015) afirma que este enquadramento dá um direcionamento para a profissão: o de prestar serviços para assegurar que a classe trabalhadora se integrasse na economia mercantil e principalmente para a administração de uma política favorável à ordem do capital.

Netto (1947) afirma que, diante da profissionalização do Serviço Social, cria-se uma relação de continuidade e rupturas, onde o lastro de continuidade se estabelece em relação ao Serviço Social profissional e às suas protoformas caritativas e assistencialistas que se desenvolviam desde a emergência da sociedade burguesa. O autor ressalta que tal relação se expressa de forma extremamente complexa e compreende um universo ideológico e teórico-cultural que está presente no pensamento conservador. Nesse sentido, cabe ressaltar que em sua profissionalidade, o Serviço Social revela-se harmônico às exigências econômicas e sociais da ordem monopólica, sua intervenção é reduzida à reprodução das condições mais compatíveis com a da ordem monopólica.

A relação de ruptura é visceralmente marcada pela localização dos profissionais em um local particular na divisão social (e técnica) do trabalho, em especial quando os mesmos passam a desempenhar papéis que lhes são designados por instituições alheias às originais protoformas do Serviço Social. Netto (1947) ressalta que essa ruptura se dá de forma intrínseca à continuidade, ou seja, se mantém o referencial banhado pelo conservadorismo e a conservação das práticas ligadas às protoformas, mas se altera “a condição do agente e o significado social da sua ação; o agente passa a se inscrever numa relação de assalariamento e a significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais” (NETTO, 1947, p. 72).

Face ao exposto, o primeiro curso de Serviço Social no Brasil é concebido como uma “especialização da ação social da Igreja” (IAMAMOTO, 1992, p. 20), sendo requisitado pela exigência de profissionais que assumem postos de trabalho demandados pelo processo tardio de industrialização, conjuntamente ao Estado e se colocando frente às sequelas da “questão social”, (também por meio de seus profissionais), passando a garantir a produção e reprodução do trabalho.

Portanto, a formação dos primeiros profissionais tem fundamento na filosofia neotomista, em estudos das encíclicas papais e em reflexões sobre a ação do profissional

tendo por



base orientações moralizadoras e disciplinadoras. Yamamoto (1992) afirma então que o Serviço Social emerge com bases doutrinárias no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador.

Cardoso (2017) explicita que os primeiros currículos, precisamente entre os anos de 1936 a 1945, apresentam disciplinas vinculadas a um projeto pedagógico marcado por uma perspectiva ética tradicional/conservadora na profissão. Nesse sentido, a profissão tinha a intencionalidade de moralizar as relações, intervindo no ajustamento e na adequação da população, atendida às normas sociais e aos padrões instituídos. Tal perspectiva se formando como referência o método positivista que traz para a profissão a compreensão dos problemas sociais como sendo desajustes e problemas emocionais.

Em 1953, o Serviço Social brasileiro contava com o seu primeiro currículo mínimo em nível nacional, nesse a profissão busca a afirmação de seu caráter técnico-científico por meio da incorporação da metodologia norte-americana do chamado Serviço Social de Casos, Grupo e Comunidade. Assim, a formação passa da influência do pensamento conservador europeu para a apropriação da sociologia conservadora norte-americana. Nos currículos mínimos de 1964 e 1970 se observa a continuidade da influência do positivismo na formação.

Cardoso (2017) afirma que se mantiveram também as mesmas bases filosófico-doutrinárias que se faziam presentes nos dez primeiros currículos da primeira escola e no primeiro currículo mínimo nacional.

Diante do exposto, podemos afirmar que do currículo de 1936 até a aprovação do currículo mínimo, em nível nacional de 1982, a formação acadêmico-profissional esteve diretamente vinculada ao pensamento da Igreja Católica e a sua concepção conservadora acerca das relações sociais. Na busca por cientificidade e tecnicidade para a profissão foram então “reproduzidos os princípios éticos buscados na filosofia tomista, no positivismo e no pensamento conservador” (CARDOSO (2017) *apud* BARROCO (2001), p. 329).

Nesse sentido Cardoso (2017) expõe ainda que:

Tal projeto político-pedagógico marcou a constituição de um ethos (modo de ser) profissional conservador que compreendia o papel da assistente social na busca da harmonia, do ajuste e da correção dos desequilíbrios e desajustes dos indivíduos e famílias. Identidade e ethos que mantêm suas raízes até os dias de hoje, tendo, no entanto, perdido sua hegemonia enquanto projeto profissional e sua expressão na formação acadêmico-profissional a partir dos anos 1980 [...] (CARDOSO, 2017, p. 329).



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Já entre as décadas de 1960 e 1980 é possível observar três tendências que se manifestavam no interior do Serviço Social: a primeira delas se refere à modernização conservadora, sob orientação tecnicista e funcionalista, com a intencionalidade de manutenção da ordem vigente; a segunda se refere a vertente desenvolvimentista e reformista; e a terceira é a vertente de renovação da profissão. A última teve início nos anos 1960 e apresentou três tendências: a) - perspectiva modernizadora - apresentando a profissão cristalizada em sua tecnicidade e operacionalidade de intervenção, devendo se instrumentalizar perante as exigências do desenvolvimento capitalista, num posicionamento marcado pelo estrutural-funcionalismo; b) - a reatualização do conservadorismo -, baseada na fenomenologia e na complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional. Essa última perspectiva buscava aperfeiçoar as antigas práticas profissionais mantendo-as sob um viés crítico para possível adequação à nova prática profissional; c) - a terceira é marcada pela apreensão da teoria social de Marx -, expressa por meio do projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo e com a tradição positivista, trazendo a perspectiva emancipatória ao Serviço Social.

Netto (1991) expõe que o projeto de intenção de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo tem início em 1966 com o movimento de Reconceituação na América Latina, esse último considerado a primeira aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, estabelecendo então uma crítica ao Serviço Social tradicional e propondo um novo projeto de formação profissional.

O Movimento de Reconceituação chega ao Brasil por meio do projeto pioneiro de formação profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, passando a ser designado como Método de BH, onde sua formulação e experiência se deram entre 1972 e 1975, tendo como metodologia a teoria social de Marx: o Materialismo, Histórico e Dialético.

Já nos anos de 1980 no contexto de ruptura com a ditadura empresarial, cívico-militar (1964-1985), o projeto de intenção de ruptura ganha direção intelectual e política à profissão que ansiava pela ruptura com o conservadorismo. Tal processo se expressará também diante da criação de um novo currículo mínimo que rompe com a perspectiva conservadora dos anteriores.

Cardo

Realização

PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 11 de 18



so (2017) afirma que as entidades da categoria ganham novos direcionamentos, onde a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) organiza um processo de revisão curricular que se completa com a criação do novo currículo mínimo de 1982, expressando a hegemonia de tal perspectiva em seus conteúdos, além da mudança teórica, ética e política na formação. Assim, é diante desse currículo que se constitui a vinculação a uma ética emancipatória que rompe com a consciência cristalizada da sociedade de classes e do importante papel da profissão (por natureza contraditório) de compromisso com as demandas e lutas das classes trabalhadoras, além do constante questionamento da ordem vigente e dos valores conservadores.

Perante o amadurecimento da profissão, conjuntamente com o aprofundamento de sua vinculação à tradição marxista e de sua elevação de caráter político, exige-se um processo de discussão envolvendo as entidades da categoria, discentes e docentes em nível nacional para a aprovação das diretrizes curriculares, que se deu em 1996 na Convenção da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). No interior desse processo é que se consolida o projeto ético-político do Serviço Social em sua direção social e estratégica.

Behring (2015) *apud* Netto 2009 explicita que a reação ao conservadorismo e a construção de um projeto ético-político foram possíveis pela união de quatro processos, a saber: o primeiro deles se deu pela incorporação da teoria social crítica marxista no âmbito da pesquisa e da produção de conhecimento pelo Serviço Social, possibilitando à profissão as melhores produções críticas existentes sobre a “questão social”, Política Social, Fundamentos do Serviço Social, dentre outras, possibilitando o rompimento com o pensamento conservador predominante nas Ciências Sociais.

O segundo se dá pela articulação do Serviço Social com movimentos sociais e partidos políticos anticapitalistas, permitindo-lhe um compromisso ético-político e profissional com a classe trabalhadora.

O terceiro foi a superação do monopólio conservador que até então orientava a formação e o trabalho profissional, por meio do conforto crítico de ideias, valores, princípios e teorias; o quarto se dá pela construção de uma organização teórico-política-profissional, o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO comprometidos com valores e lutas anticapitalistas.

Cantal



ice (2016) atesta que apesar da profissão estar respaldada pela tradição marxista e de ter construído uma cultura profissional politizada, as correntes conservadoras permanecem no interior da profissão com uma postura cautelosa e defensiva.

A hegemonia teórico-política da profissão foi questionada ainda nos anos 1990, por dois fatores: o primeiro diz respeito às condições sócio-históricas desfavoráveis ao caráter emancipatório e ao compromisso com as lutas sociais e dos trabalhadores, devido ao ataque neoliberal e seus princípios sustentadores dos princípios do conservadorismo moderno; o segundo fator gira em torno da grande força com que o pensamento conservador moderno possui.

A mercantilização do ensino superior ganhou força a partir dos anos 2000, com a aprovação do Protocolo de Bolonha, ao incorporar inúmeras recomendações do Banco Mundial (BM), atinge o conjunto das Ciências Sociais e Humanas no meio acadêmico, onde os princípios da desqualificação da razão, através do esvaziamento da dimensão ontológica do real.

Tais fatores articulados formam um cenário regressivo, tanto do ponto de vista político-econômico quanto sociocultural, diante dessa conjuntura se abre o debate acerca do questionamento em relação à consolidação e ao aprofundamento das matrizes teóricas que passaram a fazer parte da formação profissional ou sobre sua contenção e modificação.

Observamos que o conservadorismo moderno, nesse momento, encontra um espaço amplamente fértil no Serviço Social juntamente com os grupos de profissionais conservadores que começam a se reagrupar. Cantalice (2016) ressalta que nesse momento houve a aliança entre os conservadorismos distintos (o clássico e o moderno), viabilizada no próprio plano da cultura profissional, onde os profissionais se unificaram na direção da desqualificação da teoria social crítica, do projeto ético-político e do projeto social que a mesma subsidiava.

Diante de uma nova crise cíclica e estrutural do capital, observamos que no campo econômico são reacendidos valores econômicos, políticos e sociais conservadores, explicitando a incapacidade do capitalismo viver sem suas crises, sem deixar de intensificar as desigualdades e violências sociais, construindo-se uma relação intrínseca com o campo social, permitindo ao capitalismo a destruição de diversos direitos de todas as classes sociais para poder sobreviver.

Conco



rdamos com Behring (2015) quando a mesma faz uma análise afirmando que os traços que indicam a reatualização do conservadorismo “não podem ser compreendidos como elementos endógenos e exclusivos no Serviço Social” (BEHRING, 2015, p. 314).

Tal autora, afirma que esses traços estão presentes em todas as áreas do conhecimento e que os mesmos foram alimentados pelas amplas contrarreformas do ensino superior, essas que tem se sobrevivendo desde a década de 1990 como resultado da mundialização do capital e do rebaixamento do Brasil às recomendações internacionais como sujeições ditadas pelo BM, Organização Mundial do Comércio (OMC) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Tais organismos multilaterais do capital apresentam uma “orientação liberal” aos países periféricos, provocando mudanças estruturais no ensino superior, numa tripla faceta, ou seja, pela tendência de aligeiramento da formação, competitividade e, por consequência, pela sujeição do currículo mínimo às demandas do mercado de trabalho.

Segundo Behring (2015) *apud* Blanch (2010) em sua face acadêmica se pretende mais do que somente a socialização do conhecimento, mas em um contexto de crise do capital se assume o objetivo de padronização como um elemento para a integração no mercado de trabalho, com tendências voltadas ao alinhamento de uma formação focada em aprendizagens e competências juntamente com currículos mais curtos e flexíveis; no que se refere à face econômica, em que a universidade vem sustentando a mercantilização, o economicismo, o genrencialismo, o ser empreendedor, e principalmente a subordinação ao mercado e ao sistema produtivo, sob o discurso perverso de modernização e desburocratização de uma dita universidade arcaica; a respeito de sua face política-cultural, se cria e se consolida uma nova concepção de universidade, nessa nova forma, a universidade deve ser barata e rápida (menos anos e menos custos, na defesa de um curto período de tempo), padronizada (mesmo formato em diferentes realidades), com financiamento autossustentável (graduações, curtas, rápidas e baratas; mestrados destinados às elites, pagos e rápidos; doutorados curtos destinados à docência e a pesquisa acadêmica que atenda às demandas do mercado) e, principalmente, adaptada às exigências de expansão e acumulação do capital, sobretudo em contextos de crises estruturais.

As três faces ou facetas propostas pelo Protocolo de Bolonha alimentam e fundamentam o avanço do conservadorismo no âmbito da formação, culminando num retrocesso das



lutas históricas das universidades públicas, na construção de um projeto de formação social crítica, com a perspectiva de totalidade e comprometimento com a transformação da realidade social.

Nesse sentido, alguns princípios incidem sobre a reatualização do conservadorismo no Serviço Social, no que diz respeito ao ethos profissional, onde os avanços dos traços conservadores na formação profissional ocorrem diante da incorporação de teorias advindas do pensamento conservador moderno, quanto pelas mudanças consubstanciais oriundas do Protocolo de Bolonha, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), quanto das diversas contrarreformas universitárias propostas pelo capital ao ensino superior.

O metodologismo ressurgiu como um elemento crucial na formação e na pesquisa, utilizado em desfavor do questionamento, da crítica e da política como totalidade das relações sociais, na completa negação da base do pensamento crítico. Assiste-se ao ressurgimento do tecnicismo e do legalismo positivistas, onde se impera um arsenal de técnicas que se sobressaem sobre a análise crítica e à ação política e coletiva em direção à transformação do real. O teorismo acrítico se refere à adoção de categorias conservadoras das Ciências Sociais que aceitam sem qualquer criticidade a tese do fim da história, dando ênfase às abordagens abstratas que não desvendam o real em sua totalidade. A partir desse princípio é possível analisar as abordagens que incorporam certo princípio de neutralidade, onde por inépcia não se percebe nem a falta de criticidade e nem a presença da neutralidade, traduzidas como conservação da ordem social posta.

O pragmatismo dá base a um tipo de formação e um tipo de trabalho profissional baseado na filosofia utilitarista, dando voz ao discurso de que na prática a teoria é outra. Essa posição leva à negação da teoria, à adesão da prática imediata, desprovida de crítica e da ausência do compromisso ético-político com a transformação estrutural das relações sociais e econômicas. Behring (2015) ressalta que é preciso entender que nenhuma teoria se aplica por si mesma ao real, pois a teoria, pelo contrário, é o concreto pensado que busca explicar os fenômenos da realidade social com a perspectiva de totalidade. Nesse sentido, uma teoria pode subsidiar a ação profissional e/ou política na transformação da realidade concreta, por isso a teoria é sempre uma mediação para a ação, mas não um mero receituário.

Ressaltamos que esses traços de reatualização do conservadorismo são sustentados e alavancados



pelas sucessivas perdas históricas e sociais que as classes trabalhadoras estão submetidas pela barbárie neoliberal. Assim, concordamos com Behring (2015) que tanto a explicitação em relação ao enfrentamento quanto em relação a superação do conservadorismo exige a construção de estratégias coletivas baseadas no Projeto Ético-Político que assegurou maioria teórica-política ao Serviço Social. Nesse sentido, a autora afirma que:

Por isso, debelar esses traços conservadores requer recusar a formação aligeirada, acrítica e tecnicista e defender a formação na perspectiva de totalidade sem nenhuma concessão ao possibilismo e ao reformismo. Exige recusar os modismos tecnicistas e pragmáticos na formação e no trabalho profissional e defender firmemente o trabalho como espaço de fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora, direitos entendidos como mediação para acumular forças, para fortalecer as lutas universais pela libertação das relações mercantis (BEHRING, 2015, p. 659-650).

Salientamos que a formação e o trabalho profissional devem nutrir-se incessantemente pela indignação e não aceitação da barbárie do capital sobre as classes trabalhadoras, pela constante recusa ao naturalismo das relações sociais e pela convicção de que a história é construída por homens e mulheres, sujeitos que são alimentados pelo conhecimento teórico e crítico da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conservadorismo, enraizado nas transformações sócio-históricas e nas relações de classe, apresenta-se como um sistema de ideias multifacetado e em constante evolução, por meio de sua vertente neoconservadora, considerando que sua trajetória se entrelaça com a ascensão do modo de produção capitalista em suas contradições inescapáveis.

Através das reflexões sobre a obra de Edmund Burke, considerado precursor do conservadorismo clássico, emergem os pilares fundamentais dessa ideologia, sendo eles: a concepção de revolução como uma ameaça à ordem estabelecida, a valorização da tradição e a negação da razão; a ênfase na autoridade dos proprietários e na defesa das instituições tradicionais, refletindo o cerne da ideologia conservadora que busca manter a estabilidade social e política.

A conexão entre o conservadorismo e o Serviço Social é evidenciada através da

análise das



origens da profissão. O enquadramento do Serviço Social na divisão social (e técnica) do trabalho é dado pela sua particular inserção nas demandas da ordem capitalista. Tal análise contribui para a compreensão de seu papel histórico, onde a influência da Igreja Católica e da filosofia neotomista moldou os primeiros passos da profissão, visando a moralização e o ajuste das relações sociais e a incorporação da metodologia norte-americana que reforçam uma abordagem técnica e funcionalista utilizada pelo Serviço Social.

Em síntese, a análise do impacto do conservadorismo no Serviço Social, e suas implicações, evidencia a influência profunda do pensamento conservador nas origens e no desenvolvimento da profissão. A evolução do pensamento profissional ao longo do tempo, com suas diferentes tendências refletem o embate constante entre a tradição conservadora e as perspectivas críticas e emancipatórias. Essa compreensão é fundamental para a contextualização e a reflexão crítica sobre o papel do Serviço Social na sociedade contemporânea e para a busca de caminhos que visem à luta em prol da transformação da realidade social concreta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com conservadorismo. *Revista Serviço Social & Sociedade* nº 127. São Paulo: Cortez, set-dez. de 2016.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. O neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. *Temporalis*, 16(32), 231–259.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo a emancipação. *Katálysis*, v.20, n.3. Florianópolis, set/dez. 2017.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras**: explicadas a revolucionários e reacionários. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo, **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo:



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Cortez, 1947.

OLIVEIRA, Edson Marques. **23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro**: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Toledo-Paraná. set. 2017.

SOUZA, Jamerson Murillo. Anúnciação de. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, n.126, p. 360-377/ maio-agosto, 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Anúnciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.122, abr-jun.2015.

Realização

PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



Apoio

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 18 de 18



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

MEMÓRIAS E FEITÓRIAS DO LINHO CÂNHAMO: TERRITÓRIOS E PROJETOS PARA OS FAZENDEIROS DO BRASIL COLONIAL

Camila Baquin do Nascimento - (CNPq)
Unespar/Campus Paranavaí, camilabaquin@gmail.com

Eulália Maria A. de Moraes - Orientadora
Unespar/Campus Paranavaí, eulalia.moraes@unespar.edu.br

Ricardo Tadeu Caires Silva - Coorientador
Unespar/Campus Paranavaí, e-mail: ricardo.caires@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

As tendências de uma Reforma Iluminista que aparecem a partir da segunda metade do século XVIII e o impacto das luzes sobre os acontecimentos políticos, como a independência dos Estados Unidos da América, a Revolução Francesa e outros eventos até as invasões napoleônicas e o Congresso de Viena trouxeram mudanças significativas para a Europa e Américas. Em Portugal, uma certa sensibilidade da elite permitiu mudanças e legados inestimáveis. O que torna necessário ao nos referirmos ao alcance do iluminismo em Portugal, evitarmos a simplificação cultural – levando em consideração alguns fatores que delimitam a economia e sociedade – que consideram as especificidades do mundo português. Em 1799, sob “Sem livros não há instrução” D. Rodrigo de Souza criou a “Casa Literária do Arco do Cego”, dando mostras de uma preocupação quanto às perspectivas internas de uma política preocupada com a organização do saber, que desde o início da segunda metade do século era solicitada. A calcografia da Casa Literária do Arco do Cego estava comprometida com a política colonial que o plano interno e externo realçava o Brasil. Sob orientação do Frei Mariano da Conceição Veloso a Casa Literária, no curto espaço de sua existência (1799-1801), publicou mais de oitenta títulos bibliográficos e apresenta preocupações em criar um conjunto

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 1 de 14



de estratégias para fazer circular os livros. O catálogo das “Obras de Agricultura impressa” na Officina Chalcographica do Arco do Cego foi divulgado em 1799 e anunciava ao público leitor uma coleção de títulos que propunha novas práticas agrícolas para a colônia com bases em inovadores conhecimentos científicos. Entre os materiais informativos que foram publicados a fonte documental que será analisada nesta pesquisa: “Collecção de Memórias Inglesas sobre a cultura e commercio do linho Cãnamo tiradas de diferentes autores que devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brasil, impressa pela “Oficina Calcográfica da Casa Literária do Arco do Cego” entre 1799 e 1801. A citada fonte historiográfica retrata a política colonial e evidencia a agricultura como um dos pilares de sustentação do império ultramarino português. A intenção primordial era contribuir para dinamizar a economia colonial por meio da promoção do seu aperfeiçoamento técnico, bem como de sua diversificação. Ademais, esses manuais consistiam em instrumentos de interferência do Estado na realidade econômica do Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS

A relação entre a metrópole e a colônia durante os períodos de colonização foi complexa e muitas vezes assimétrica. Essa relação foi fundamentalmente moldada por questões econômicas, políticas e sociais, e variava dependendo do contexto histórico e das especificidades de cada colônia. Em algumas situações, a metrópole poderia introduzir tecnologias modernas nas colônias, mas muitas vezes isso era feito para atender aos interesses da metrópole, como melhorar a hospitalidade de recursos.

No final do século XVIII, NOVAIS (1995) afirma que o antigo sistema colonial propiciou uma importante fonte de acumulação para alavancar a industrialização europeia. O regime escravista-agroexportador deu sentido a modernização do sistema como um todo. A partir dessa reflexão, é evidente que as inovações técnicas para a agricultura trazidas ao Brasil colonial tinham como principal objetivo enriquecer os países europeus.

Destaca-se ainda que a cultura do cânhamo adentrou a América portuguesa como um projeto de desenvolvimento do próprio Estado português, uma forma de garantir poder geopolítico e econômico. Quando as minas auríferas sinalizaram falência e, nesse contexto, o



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

incentivo ao plantio do Cânhamo para a fabricação de velas, cordas e tecidos tiveram início pode-se interpretar como uma tentativa de exploração colonial para garantir novas arrecadações.

Analisar a Fonte Documental de título “Collecções de Memórias Inglezas sobre a cultura e commercio do linho Cânhamo tiradas de diferentes autores que se devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brasil”, impressa pela “Oficina Calcográfica da Casa Literária do Arco do Cego” entre 1799 e 1801 – obra que figura como literatura educacional para o projeto de “instrução do Fazendeiro” -, nos permitiu conhecer mais de perto o empreendimento colonizador português para suas terras de além-mar, qual seja: o cultivo desta que seria uma planta de origem asiática, espécie herbácea da família das moráceas - *Cannabis sativa* Linnaeus (Cannabaceae).

Portugal, durante a Idade Moderna, teve destaque na produção desta espécie garantido matéria-prima para grande parte de suas embarcações. Até o final do século XIX, o cânhamo era de grande relevância para as potências marítimas e para tanto Santa Catarina e Rio grande do Sul foram território de iniciativas do plantio.

“A política pombalina tinha como objetivo uma autossuficiência na produção do linho- cânhamo, buscando uma independência da Inglaterra para a produção de linho e tecidos para o velame das naus portuguesas”. Desta forma com a orientação e o fomento da indústria naval, em 1783, por ordem do Marquês de Pombal, foi instalada a Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Rincão de Canguçu (RS).

Foram enviados à região, escravos, ferramentas e uma estrutura burocrática, responsável pela produção e envio dos gêneros à metrópole. Estariam proibidas, portanto, as manufaturas têxteis ou de corda em território colonial. Apesar de alguma produção no Brasil, a inexperiência no cultivo, a falta de implementos apropriados e a má conservação das sementes fizeram com que a cultura do linho- cânhamo não tivesse grande expressão (<http://historialuso.arquivonacional.gov.br/>)

Conforme pensamento de Michel de Certeau – historiador e estudioso da linguística – em sua teoria social, ao tratar do cotidiano e da cultura em suas estruturas heterogêneas ele dá voz a heróis que se encontram no anonimato, pessoas comuns, mas que cotidianamente tecem sua própria história com resistência. Nele evidencia-se o interesse pelos “sujeitos” produtores e receptores de cultura e aqui nos interessa esse amplo aspecto da função social que

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 3 de 14



recepção todos os tipos de público: da intelectualidade e erudição ao receptor comum; dos meios educativos aos meios de comunicação. Buscando sobretudo o indivíduo comum em suas táticas e estratégias na reinvenção do cotidiano para os usos e abusos da vasta territorialidade, das culturas agrícolas, do uso do solo, da mão-de-obra escrava africana e nativa, da formação da sociedade colonial da economia e da política existente entre Portugal/ Metrôpole e a Colônia de Além-mar/ Brasil (CERTEAU, 1986).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Linho Cânhamo e sua importância econômica no Brasil Colonial

O cânhamo é uma variedade da planta Cannabis, que tem a capacidade de adaptação a diferentes climas, durante o período colonial foi muito utilizado na produção de papéis e tecidos provindos da fibra que resultava no linho-cânhamo (ALVEZ, 2007).

Durante a Era das Navegações e a expansão colonial, as feitorias desempenharam um papel crucial no estabelecimento de rotas comerciais entre continentes, considerado grande propulsor dos descobrimentos na Idade Moderna estava presente na produção de velas, cordas, redes entre outros apetrechos de uso nas embarcações. No Brasil, o Marquês de Pombal no século XVIII mandou instalar Reais Feitorias do Linho Cânhamo no sul do Brasil, estas que visavam a produção de uma matéria-prima utilizada para a confecção de cordoarias e velas da indústria naval do período das grandes navegações.

Subordinada às autoridades da colônia, desde a sua criação, a Real Feitoria assim se manteve em grande parte de sua existência. E para garantir o funcionamento desse empreendimento, existia um variado contingente de mão de obra para executar funções específicas dentro de uma estrutura produtiva.

Segundo ALVEZ (2007), o cânhamo foi inserido em Portugal no século XIV e, pouco a pouco, tornou-se um produto significativo para a economia portuguesa, sendo assim, a Coroa tentou por diversas vezes estabelecer a agricultura de cânhamo em suas colônias uma vez que, o estímulo à cultura do linho cânhamo vinha ao encontro da grande demanda por matérias-primas para a confecção das cordoarias e velas da indústria naval. Na América



Portuguesa, foram instituídos por Portugal, empreendimentos para levar essa produção a cabo, a Real Feitoria do Linho Cânhamo (RFLC) foi um desses.

Nesse sentido o cultivo do linho cânhamo visava a produção de embalagens e sacarias para empacotar o café, o arroz, entre outros produtos. É claro que essa iniciativa contou com o apoio do Estado, que doava terras e fornecia incentivo fiscal para isso, sendo assim, esse incentivo do Estado, corroborou para a instalações de RFLC por todo Brasil colonial, inspirando também agricultores de países europeus a compartilharem suas técnicas agrícolas com os cultivadores coloniais.

Apesar dos esforços do governo, os colonos não dispuseram tempo e dedicação à essa cultura agrícola. Essa falta de interesse provavelmente ocorreu, segundo Rosa (2020), por motivações regionais. Um fator, comum a todos, que ajudam a elaborar a hipótese para a resistência dos colonos ao cultivo do cânhamo, está diretamente relacionada as condições em que as sementes eram distribuídas, muitas vezes já improdutivas devido ao armazenamento precário ao longo da viagem atlântica.

Divisão de Trabalho na Real Feitoria de Linho Cânhamo

Subordinada às autoridades superiores da Colônia, desde a sua criação, a Real Feitoria assim se manteve em grande parte de sua existência. No entanto, em certos períodos, a Real Feitoria de Linho Cânhamo também esteve subordinada a órgãos fazendários locais, como a Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande do Sul e a Junta da Fazenda Real.

De maneira geral, para garantir o bom funcionamento desse empreendimento, existia um variado contingente de mão de obra para executar funções específicas dentro de sua estrutura produtiva, dentre eles ALVEZ (2007) destaca: o inspetor geral, o capelão, almoxarife, feitores, sota-feitores, trabalhadores temporários e numerosos escravizados trazidos da África.

O cargo administrativo mais alto da Real Feitoria era ocupado pelo inspetor, este que era indicado, nomeado e desonerado pelo Vice-Rei, função remunerada. Ele era uma espécie de administrador, responsável por gerir todas as atividades. Ele prestava contas ao Vice-Rei, ao Comandante do Continente e aos demais órgãos administrativos. Além disso, ele



coordenava seus subordinados e era o responsável superior pela produção de cânhamo e pela manutenção da vida de todos os residentes. Nesse sentido, ele definia e ordenava desde as épocas de plantio até as punições de escravos.

Além do Inspetor, a Real Feitoria também contava com outros trabalhadores livres. Até certo ponto, esses trabalhadores podem ser diferenciados em dois grupos: O primeiro diz respeito a aqueles pagos sistematicamente pela RFLC e detentores de algum poder de mando. Desse grupo, destacava-se, o capelão responsável pela fé, o cirurgião pelos escravos doentes e o almoxarife escriturário pelo controle das matérias-primas e do armazenamento dos produtos. Todas essas funções exigiam habilidades como o domínio da escrita, da leitura e da matemática. Ainda no primeiro grupo figuravam o capataz, os feitores e os sota-feitores, que não precisavam dominar a escrita. O capataz era responsável pelos rebanhos e campos enquanto os feitores por todas as questões relacionadas à escravaria, inclusive dar ordens aos seus sota-feitores subordinados, que garantiam a organização e vigia dos escravos.

Já o segundo grupo diz respeito aos trabalhadores temporários, que recebiam soldos pontuais e não exerciam poder de mando. O processo de produção do cânhamo, preparar o solo, plantar, cuidar da plantação, colher, preparar fibras, entre outros, exigia maior ou menor quantidade de mão de obra, a depender das etapas de produção. Por conta disso, em dados momentos, o Inspetor Geral contratava os ditos trabalhadores temporários para exercê-las. A Real Feitoria contou com trabalhadores pontuais especializados na cultura de cânhamo.

Todos esses exemplos sugerem que a mão de obra livre era utilizada quando a mão de obra escrava não era suficiente para realizar as tarefas em certo período ou não possuía a especialização necessária para executar determinadas tarefas. Os casos trabalhados acima indicam que o ciclo sazonal da cultura de cânhamo era quem ditava o ritmo e a intensidade da mão de obra. A utilização de mão de obra escrava foi uma característica central em muitos sistemas coloniais ao longo da história. Ela era à base da Real Feitoria. Como típico de um empreendimento colonial, havia certa divisão da mão de obra escrava, direcionada a cumprir tarefas especializadas.

A “retaguarda natural” servia à reprodução e fortalecimento do regime escravista, transformou-se na base econômica do Brasil colonial. MENZ (2006), propõe a seguinte



divisão dessa mão de obra: ferreiro, carpinteiro, aprendiz, alfaiate, oleiro, campeiro, fiandeira, tecedeira, costureira, cozinheira e os responsáveis pelo cultivo agrícola.

Técnicas Agrícolas Trazidas e Utilizadas da Cultivação do Linho Cânhamo no Brasil Colonial

O linho cânhamo, a principal atividade da Real Feitoria, resultava de um complexo de operações que envolvia duas etapas de produção: (1) o cultivo propriamente dito, preparação do solo, o plantio das sementes, a manutenção da lavoura e a colheita; e (2) a manufatura para a transformação do cânhamo em linho e tecido, a separação das sementes, a divisão das cepas em feixes de tamanho iguais, a maceração, a secagem, a surragem dos feixes em água, a segunda secagem, o descanso. A fiação e a tecelagem. A Real Feitoria era responsável, sobretudo, pela primeira etapa desse processo (MENZ, 2006).

Devido a importância do cânhamo para a sociedade portuguesa, e dado o declínio dessa produção na região transmontada, a Coroa tentou por diversas vezes estabelecer a agricultura de cânhamo em suas colônias. Em particular, na América Portuguesa, as experiências perduraram de 1716 a 1822.

Um dos principais fatores que contribuíram para a cultura do linho cânhamo em terras brasileiras foi o baixo preço e incentivo da metrópole, e principalmente, a riqueza e abundância dos solos.

As terras aqui se obtêm por um preço limitado, comparado com os da Inglaterra, e são muito mais abundantes na colheita, e mais duráveis na fertilidade. Plantamos a mais de 30 anos contínuos nessas terras sem levarem adubo, e as colheitas continuam tão boas quanto as primeiras, creio que possam conservar assim por 100 anos” (Collecções de Memórias Inglezas sobre a cultura e commercio do linho Cânhamo tiradas de diferentes autores que se devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brasil, pg. 14)

O documento nos traz com riqueza de detalhes o passo a passo de cultivo e manejo do linho cânhamo, observa-se que o cultivo desta leva, desde o preparo do solo até a obtenção da planta em torno de 6 meses

Deve se lavrar a terra antes do Natal, com valas profundas (...) no início de fevereiro deve-se lavrar a terra outra vez, regando em direção perpendicular (...) finalmente



nos fins de março pode-se lavar da mesma forma que a primeira. Depois fará a gradagem da terra, e regar o máximo possível, cobrindo a linhaça com outra gradagem, muito levemente, para que nada se oponha como obstáculo no seu crescimento. Deve-se conservar o linhal até o fim de junho. (Collecções de Memórias Inglesas sobre a cultura e commercio do linho Cânamo tiradas de diferentes autores que se devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brasil, pg 33-34).

Este também informa acerca do período e o sinal de que a hora da colheita está próxima:

Deve-se apertar os grãos de linhaça nos dedos, para perceber se estão desfiando, e apertá-los de modo que os gumes brancos da polpa interior apareçam (...) o Linho deve ser arrancado, quando estiver de cor amarela clara, ou clara-cinzenta, assemelhando à cor do limão” (Collecções de Memórias Inglesas sobre a cultura e commercio do linho Cânamo tiradas de diferentes autores que se devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brasil, pg 43-44)

Para estimular o cultivo e produção do linho cânhamo, através do objeto estudado, observamos que eram recompensados com uma quantia de libras de acordo com a quantidade de toneis produzidos. Quando produzidos 10 toneis, ganhava-se 50 libras, quando produzidos 25 toneis, o prêmio era de 25 libras.

Percebe-se que há todo um cuidado para que o linho cânhamo se desenvolva de forma saudável, cuidados esses que devem ser tomados desde o preparo da terra, até a forma que a planta é arrancada, o autor ressalta “Não há terra boa para o Linho, se não lhe proporcionarem a semente com cuidado” (Collecções de Memórias Inglesas sobre a cultura e commercio do linho Cânamo tiradas de diferentes autores que se devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brasil, p. 45). Através dessas medidas, é possível observar que o Linho Cânhamo não era uma planta de fácil cultivo, sendo assim, as orientações que foram preparadas pelos ingleses e passadas aos agricultores coloniais brasileiros, são de grande relevância, pois, através dos ricos exemplos, se torna muito mais simples lidar com as adversidades do cultivo do linho cânhamo.

O autor também apresenta exemplos reais das plantações holandesas e da Filadélfia, “A linhaça holandesa da colheita anterior foi excelente, mas com anos de atraso” (Collecções de Memórias Inglesas sobre a cultura e commercio do linho Cânamo tiradas de diferentes autores que se devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brasil, p. 70). “A linhaça da Filadélfia produz o Linho fino, que se desenvolve melhor no chão húmido e frio” (Collecções de Memórias Inglesas sobre a cultura e commercio do linho Cânamo tiradas de diferentes



autores que se devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brasil, p. 71). A partir dessas exemplificações, é possível observarmos que apesar da semente e os cuidados serem os mesmos, o linho cânhamo se adapta e se desenvolve de maneiras diferentes conforme as regiões, através das técnicas agrícolas inglesas, foi possível cultivar e se aperfeiçoar as técnicas do linho cânhamo.

Os detalhes da agricultura inglesa se aplicam até mesmo no comprimento que a planta deve ser arrancada “O linho deve ser cortado perto de quatro polegadas de comprimento (...) As ervas secas não se devem arrancar porque como tem grandes raízes pode comprometer grande quantidade de Linho. (Collecções de Memórias Inglezas sobre a cultura e commercio do linho Cânamo tiradas de diferentes autores que se devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brasil, p. 72). Também argumenta “O linho deve ser arrancado em tempo fresco, quando o pé começa a amarelar” (Collecções de Memórias Inglezas sobre a cultura e commercio do linho Cânamo tiradas de diferentes autores que se devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brasil, p. 92).

Além do cultivo e cuidados com a plantação do linho cânhamo, o cultivador também ficava responsável por arrancar e separar os diferentes tipos de linho “o linho comprido, e fino em um lugar; o comprido e grosso em outro; o curto e fino em outro, o curto e grosso em outro” (Collecções de Memórias Inglezas sobre a cultura e commercio do linho Cânamo tiradas de diferentes autores que se devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brasil, p. 74). Todo esse cuidado de separação era para evitar o dano, tanto no corte quanto nas outras operações que se seguiam. Após os tramites do cultivo e poda do linho cânhamo, este é encaminhado para a próxima operação, os fiandeiros ficam responsáveis por vender os fios aos tecelões, ou para o mercado externo na metrópole.

Portugal vinha enfrentando uma série de problemas, que vinham ameaçando a sobrevivência do Império Colonial, a partir da queda de Pombal, sob D. Maria I, surge uma nova geração de estrangeiros que instituem diversas reformas no Império. A política econômica de Martinho de Mello e Castro e D. Rodrigo de Souza Coutinho na modernização e tentame manufatureiro da Metrópole foi sustentada pela diversificação da produção agrícola e corroboraram para o fortalecimento dos cultivos tradicionais do Brasil, sua maior colônia (MENZ, 2006). Sendo assim, o cultivo de cânhamo foi produzido no Brasil para fins



comerciais, já que o cultivo desta vinha sendo produzida com sucesso na Europa, a Metrópole apostou na inserção da planta em sua Colônia, como mais uma forma de explorar as terras e escravizar os habitantes nativos e africanos que viviam nessas terras, mais uma forma de exploração econômica vista pelo Brasil.

Maximiliano M. Menz (2006) afirma que a economia da Real Feitoria de Cânhamo havia em dois rendimentos: o externo, através da plantação do cânhamo que se realizaria pelo mercado; e internamente, pelos cultivos de subsistência dos escravos. É possível observar que os feitores não possuíam a mesma habilidade que os escravos para com a pecuária e com os cultivos da terra, levando à economia a dependência dos esforços dos escravos.

De acordo com (AZEVEDO, 2018), para D. Rodrigo, a necessidade da difusão de conhecimentos científicos e técnicos pelo império português era absolutamente clara. Sem dúvidas a disseminação de conhecimentos úteis, com o patrocínio do Estado, era uma postura favorável a ser colocada em prática. Vale ressaltar que esta estratégia tinha como principal objetivo orientar e construir um novo e poderoso império.

Ressalta que

A sobrevivência do império ultramarino português e a permanência do Brasil nesse organismo dependeria da implementação de políticas ilustradas capazes tanto de superar as questões de cunho político e ideológico quando de promover a dinamização da economia e a modernização dos setores produtivos (AZEVEDO, 2018, p. 95).

O objetivo principal era oferecer o aperfeiçoamento técnico da agricultura brasileira, que eram denominadas como antiquadas e desnaturalizadas práticas. Sem dúvidas os aprimoramentos dos métodos de produção contribuíram para elevar a qualidade e, conseqüentemente, o nível de competitividade dos gêneros agrícolas, fortalecendo os fluxos comerciais estabelecidos entre Brasil e Portugal para com o mercado europeu, envoltos pela crescente concorrência entre as potências coloniais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Real Feitoria do Linho Cânhamo foi resultado de uma política do Estado português que tinha como objetivo central a produção do cânhamo, uma matéria-prima essencial na



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

indústria naval da época. Quando criada, foi subordinada às autoridades superiores da Colônia e assim se manteve em grande parte de sua existência. Ademais, mesmo nos momentos em que esteve subordinada aos órgãos e as autoridades locais, seu Inspetor manteve comunicação direta com o Vice-Rei, o que até certo ponto mostra um interesse especial da Coroa nesse empreendimento e uma relativa autonomia da RFLC frente ao governo local.

A coleção de memórias inglesas sobre a cultura e comércio do linho cânhamo contribuiu de forma significativa para os agricultores da colônia brasileira, trouxe de forma exemplificada desde a forma que se deve preparar a terra para o plantio, até a maneira correta de se armazenar a linho. A instrumentalização do ato de ensinar as novas técnicas agrícolas corroborou para o desenvolvimento de novas habilidades dos agricultores também.

As tentativas de introdução das feitorias de linho cânhamo em terras brasileiras têm como principal objetivo estabelecer uma nova forma de exploração e de enriquecimento da metrópole, as técnicas agrícolas vindas dos ingleses, embora sejam de grande relevância para aumentar o conhecimento dos agricultores, também significou uma repressão das técnicas já conhecidas e utilizadas pelos mesmos.

A escravidão africana e indígena foi muito utilizada prática que se perpetuou em nosso país depois de conquistada a independência. Vale ressaltar que os escravos de campos integravam 80% dos trabalhadores escravizados, estes eram responsáveis pelo plantio e colheita. Sendo assim, quando as técnicas de cultura e cultivo inglesas chegaram, estes escravizados tiveram de se adequar ao novo modo de produção, embora já tivessem algum conhecimento prévio de agricultura, pois como já conhecemos, a colônia sempre deveria atender a economia e interesses de sua metrópole.

Conforme já mencionado o tema da pesquisa de Iniciação Científica apoiou-se na fonte documental “Collecção de Memórias Inglesas sobre a cultura e commercio do linho Cânhamo tiradas de diferentes autores que devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brasil, impressa pela “Oficina Calcográfica da Casa Literária do Arco do Cego” entre 1799 e 1801. Aprendemos que o cultivo do linho cânhamo se trata de uma fibra extraída do caule da *Cannabis* e que teve grande importância para o processo de navegação. A fibra é muito resistente com flexibilidade maior que as alternativas a partir do algodão. O que garantia que o cordame, as velas e os tecidos utilizados nos navios fossem produzidos a partir dessa mesma

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 11 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

fibra, fazendo da *Cannabis*, uma planta de grande valor econômico e político nesse período do século XVIII ao XIX. Seu cultivo foi influenciado pela coroa portuguesa e o projeto foi colocado em ação onde hoje se localiza o Rio grande do Sul, mais precisamente nas regiões de Canguçu (1783-1789) e no Vale do Rio dos Sinos (1789-1824).

Durante nossa experiência na Educação Básica e ensino Superior nunca tivemos contato com textos ou documentos que mencionassem sobre a Real Feitoria do Linho Canhamo no Brasil. Contudo, as pesquisas científicas recentes deram uma visibilidade midiática a temática de nossa pesquisa com amplos debates nas redes sociais e noticiários e nas últimas décadas do século XXI, mas ainda assim não se faz qualquer menção sobre o cultivo livre desta planta nas terras do Brasil em tempos de sua colonização. Avaliamos conforme Jaques Le Goff que no silêncio e/ou apagamento da memória coletiva há sempre um lado vantajoso afim de promover o impacto social pela manipulação. Manipular a memória coletiva sempre esteve em jogo quando se trata da disputa de poder e o domínio das forças sociais. Silêncio e esquecimentos na História são reveladores (LE GOFF, 1986).

Neste sentido, na ação educativa estabelecemos o lugar ou dispositivo com o qual modificamos a experiência que temos individualmente para transformá-las na compreensão das representações de diferentes épocas afim de pensarmos nosso presente como “heranças e rupturas”. Concluímos a pesquisa considerando que, a produção do conhecimento ou a pesquisa não está dissociada da licenciatura ou daquele que está buscando a formação para a licenciatura. Desde a década de 1990 com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional o ensino de História tem se voltado para as práticas de cidadania. Neste sentido ressaltamos a importância da História Cultural para as reflexões sobre o meio ambiente, a ocupação de determinados espaços geo-históricos, a crítica ao aniquilamento da população nativa, as heranças escravistas nas relações de trabalho entre outros aspectos das possibilidades de ensino que foram silenciados.

Imagem – *Reconstituição aproximada do sobrado sede e mangueirão de pedra quadrado da sede da Real Feitoria do Linho canhamo do Rincão do Canguçu 1783/89, cujas ruínas oitocentistas ainda estão bem evidentes em Canguçu Velho, em Canguçu-RS.*

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

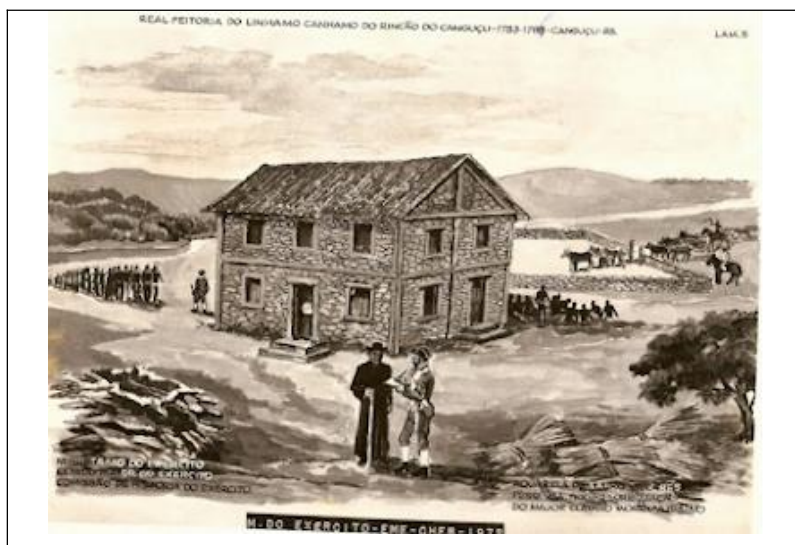


PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 12 de 14



Fonte: autor de O negro na sociedade do (RGS)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES IMPRESSAS

A CASA LITERÁRIA DO ARCO DO CEGO (1799-1801) – **Bicentenário “sem livros não há instrução”** (Org.) CAMPOS, F. M. G. de, [et alii]; estudos: CURTO, D. R. [et alii.] Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999.

COLLECÇÃO DE MEMÓRIAS INGLEZAS SOBRE A CULTURA E COMMERCIO DO LINHO CANAMO tiradas de diferentes autores que devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brasil, traduzidas por ordem de sua Alteza Real o Príncipe do Brasil Nosso Senhor e Republicadas por Fr. Mariano da Conceição Velloso – Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, impressor da Sereníssima Casa do Infantado Biblioteca Nacional Digital.

TORRES, L. H. **Documentos para o estudo da história colonial do rio grande do sul: memória sobre o Porto de São Pedro.** BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 15, p. 105-110, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/22811>. Acesso em 03 de março 2023.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (Org.). **Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

ABREU, MARIA JOSÉ. **A cultura do cânhamo**. Portugal: Drap - Departamento Regional de Agricultura e Pescas do Norte, 2011.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, século XVI e XVII**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

ALVES, Isabel Cristina. **Trabalhos e estudos sobre a agricultura de plantas produtoras de fios no Brasil Colônia**. Dissertação (Dissertação em História) – Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

AZEVEDO, João Lúcio de. **Épocas de Portugal Económico**. Lisboa: Livraria Clássica, 1929

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2018.

CAPISTRANO de Abreu. J. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília; 1982.

CARNEY, Judith Ann & MARIN, Rosa Azevedo. **Saberes agrícolas dos escravos africanos no novo mundo**. Pará: Revista Ciência Hoje, 2004, p.33.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: as artes do fazer**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Petrópolis/RJ: Editora Vozes 1980.

DEL PRIORE, Mary e VENANCIO Renato (Org). **Uma História da Vida Rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

HOLANDA, S.B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. tradução Bernardo Leitão. Paris: Gallimard, 1986;

MENZ, Maximiliano M. **Entre Impérios: Formação do Rio Grande na Crise do Sistema Colonial Português (1777-1822)**. 2006. Tese de doutoramento; História Econômica; USP

MENZ, Maximiliano Mac. **Os escravos da feitoria do linho cânhamo: um estudo preliminar**. Anais da “III Jornada de História Econômica”. Montevideu: [s.n.]. 2003. p. 24.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Ed. Hutech, 1995.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 14 de 14



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA BENEDITO ROKAG E SUA ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Cleber Kronun de Almeida - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Paranavaí, cleberkronun1094@gmail.com

Maria Simone Jacomini Novak - Orientadora
Unespar/*Campus* Paranavaí, maria.novak@unespar.edu.br

Adriana Silva Oliveira- Coorientadora
Unespar/*Campus* Paranavaí, adriana.oliveira@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta as discussões realizadas na pesquisa de iniciação científica da Unespar, no período de setembro de 2022 a agosto de 2023, financiada pelo Fundação Araucária, que teve como objetivo geral “Analisar o projeto político pedagógico do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag a fim de verificar sua articulação com as políticas para a educação escolar indígena”.

A questão da elaboração do projeto político-pedagógico de forma coletiva aparece como elemento central para a efetivação da gestão democrática, e para as escolas indígenas, possibilitando, a partir da participação, o conhecimento dos objetivos e metas escolar e o envolvimento da comunidade e demais integrantes da escola nas tomadas de decisões e no funcionamento de uma organização escolar que favoreça a aprendizagem e um clima de trabalho. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012).

A Constituição Federal de 1988 garante que nós, indígenas, possamos efetivar uma gestão diferenciada, baseada nos princípios da interculturalidade e do bilinguismo. Esses princípios colocados na CF e em legislações subsequentes, que abordaremos posteriormente,

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 1 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





evidenciam a necessidade de formação de professores. No entanto, trabalhos realizados em comunidades indígenas do estado¹ evidenciam entre outros elementos a ausência de material.

Nossa pesquisa teve como foco o Projeto Político Pedagógico Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag, um dos três colégios da Terra Indígena Apucarantina, que fica localizado a 30 KM do município de Tamarana-Pr e distrito de Lerroville (município de Londrina). Antes da construção do colégio Benedito Rokag nós Indígenas, da T.I Apucarantina, estudávamos na cidade de Lerroville, que ficava cerca de 30 km da aldeia.

Nessa escola tínhamos todos os componentes regulares da Educação Básica, menos a nossa da língua kaingang. Nessa instituição que estudamos nós do povo kaingang sofriamos preconceito diariamente dos não indígenas, por exemplo, dos professores e dos alunos. Isso nos deixava tristes na época, não sabíamos nos defender, com isso a maioria dos estudantes indígenas, acabavam desistindo dos estudos, porque nos colégios da cidade quando um indígena estuda ninguém queria saber em ajudar, porque a educação é diferente dos kaingangs. Porém, com o passar do tempo foram construindo o colégio dentro da aldeia, para que nós do povo kaingang estudássemos sem precisar nos deslocar para fora da aldeia. Não foi um processo fácil, mas com as lideranças indo atrás para pedir a construção do colégio conseguimos e isso foi uma vitória para o povo kaingang da T.I Apucarantina.

O colégio foi construído, porém faltam partes importantes como quadra pra fazer exercícios, refeitório para os alunos lancharem no intervalo. Entendo que era obrigação do Estado, de fazer também, esses espaços. Só com passar do tempo fizeram um campo de futebol que agora é usado pelos alunos para exercícios, mas o campo serve também para toda a comunidade, ou seja, para os moradores da aldeia jogar bola no final de semana.

Mesmo com essas dificuldades, quero destacar que foi a partir desta construção que os alunos que estudavam na cidade voltaram a estudar dentro da aldeia, no próprio colégio deles, o colégio indígena, inaugurado no ano de 2012 e contar com professores indígenas, e não indígenas. Também entendo que a construção do colégio trouxe resultados para povo kaingang, e tem seus próprios alunos formados, que já estão nas universidades estudando para que depois de formados voltem para sua comunidade. Isso já é um avanço que o colégio Benedito Rokag está conquistando e a comunidade da T.I Apucarantina.

¹ Para uma discussão sobre essa temática ver Menezes; Faustino e Novak (2021).



Outra questão importante é que dentro do colégio indígena, funcionam semanas culturais indígenas, em que a comunidade participa desses eventos que os próprios alunos e professores organizam para a comunidade toda. Esse é um exemplo do que chamamos de calendário diferenciado para indígenas que trabalham dentro do colégio indígena. Isso é importante para nós indígenas, não só ficarmos estudando as disciplinas dos não indígenas, e dentro do colégio tem a disciplina da língua materna kaingang, porque pra nós a nossa língua materna é muito importante.

Também nós, indígenas kaingang, compreendemos a nós mesmos enquanto sujeito coletivo, compondo um projeto coletivo de valorização, resgate e fortalecimento de identidade, valorização das pessoas mais velhas da aldeia, os professores, as funcionárias etc. Compartilhar os espaços, todos os tipos de alimentos, conhecimentos, fortalecer os cantos, as histórias, os rituais, a língua e o conhecimentos tradicionais juntos com alunos e professores dentro do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag esses são algumas das atividades que os professores e os alunos fazem.

A partir desse relato da minha vivência, apresentarei nesse texto as discussões que desenvolvi organizadas em três momentos: discussão das políticas para a gestão da educação escolar indígena baseado nos princípios da interculturalidade e do bilinguismo; análise do processo de construção do Projeto Político Pedagógico da Escola; e sistematização dos dados dos documentos em articulação com as discussões bibliográficas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia que direcionou a pesquisa constituiu-se no estudo de bibliografias que abordam a temática da gestão escolar e dos documentos norteadores da escola (Projeto Político Pedagógico). Diante do exposto, salienta-se que a abordagem realizada será a partir da etnografia crítica, no qual conforme Mainardes e Marcondes (2011) as pesquisas nesse âmbito visam entender a relação entre o problema pesquisado e o contexto social, no intuito de compreender a amplitude das determinações que o engendram.

Assim, teremos como encaminhamento, uma análise da documentação escrita, a qual contribuirá para a compreensão do processo histórico e do quadro sociocultural e político da



gestão em escolas indígenas. Assim, propõe-se nesse projeto, considerando a sua natureza acadêmica de iniciação na pesquisa, uma investigação em duas etapas que ocorrerão concomitantemente e pesquisa bibliográfica e análise de documentos. A primeira será a pesquisa bibliográfica, por meio da qual serão levantados materiais, tais como livros, artigos, teses e dissertações sobre a temática, et. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002, p. 23) é “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]” que contribuem com discussões teóricas já elaboradas acerca da temática. Essa investigação aproxima o pesquisador ao seu objeto de estudo.

A leitura do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag, concomitante às leituras bibliográficas, tais como: Peres, Toledo e Santos (2023); Batalha (2022); Bayer, Florentino e Orzechowsk (2020), Silva (2020); Pawlak (2016); Mileski e Novak (2012); Bruno (2011); Palazuelos (2014); Ferreira (2004); Bussman(2002), dentre outros.

A segunda fase foi a análise documental, que de acordo com Gil (2007, p.46 “[...] há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados [...] assim, “[...] tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica” (GIL, 2007, p. 46). A leitura e fichamento pedagógico do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag, permitiu verificar sua articulação com as políticas para a educação escolar indígena e uma articulação com as discussões que venho realizando no curso de pedagogia da Unespar, sendo uma experiência muito enriquecedora para mim.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Políticas para a Gestão da Educação Escolar Indígena Baseado nos Princípios da Interculturalidade e do Bilinguismo

De acordo com os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, nós indígenas temos direito à Educação bilíngue e intercultural. De forma geral, a gestão educacional em território nacional está pautada pelos princípios da gestão democrática, assegurados pela legislação vigente.



Inserida no movimento de abertura política, a Constituição de 1988 traz alguns dos anseios dos educadores por mais participação nas decisões escolares.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - **gestão democrática do ensino público**, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Com relação à educação a nós destinada, está disposto no Art. 210 “§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”, não versando sobre a questão da organização das escolas indígenas e outros assuntos pertinentes, que foram regulados por legislações infraconstitucionais. No mesmo sentido da Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/1996, assegura às escolas a gestão democrática conforme consta em seus artigos 14 e 15, que determinam:

Art. 14 – Os sistemas de ensino **definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades** e conforme os seguintes princípios: I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público (BRASIL, 1996, grifo nosso).

A questão da elaboração do Projeto Político-pedagógico de forma coletiva aparece como elemento central para a efetivação da gestão democrática. De acordo Bussmann (2000), a elaboração desse documento deve se efetivar como um elemento de reflexão das ações da escola, pensado como um processo em contínua construção “[...] cujos resultados são gradativos e mediatos”, renovando-se constantemente, a partir de decisões que sejam precedidas de discussão, que fazem parte da essência da prática democrática. A autora destaca ainda que essa construção coletiva exige por parte dos educadores e gestores um compromisso



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

com a sua competência, que está delineada no projeto, sendo assim inadmissível que pessoas fora da realidade escolar elaborem essa proposta, a partir de projetos encomendados. Segundo Bayer et al (2020, p. 39) é fundamental que se conheça a legislação nacional e estadual para que se possa compreender como trabalhar com a especificidade das escolas indígenas, pois “São as normativas que garantem uma educação específica e diferenciada aos povos indígenas, para que assim, as escolas indígenas possam se instrumentalizar com o conhecimento necessário para conquista da autonomia”. Há uma vasta legislação sobre a educação escolar indígena, após a Constituição de 1988 que versa, entre outros elementos, também pela formação tanto inicial quanto continuada dos professores para atuarem nas escolas indígenas e assim implantarem uma gestão na qual estejam a frentes professores indígenas para a implantação dessa escola diferenciada.

Dentre esses documentos destacamos o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), em 1998, visando oferecer subsídios para o trabalho dos professores em escolas indígenas e o Parecer CNE/CEB nº 14, de 1999, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígenas, regulamentadas pela Resolução nº 03/CNE/99, de 10 de novembro de 1999, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE).

O RCNEI é um documento muito utilizado nas escolas indígenas do Paraná. Embora o documento não trate especificamente da gestão escolar, por estar mais focado na questão curricular, apreende-se pela sua leitura que a gestão de forma geral deve contribuir com a construção dessa escola intercultural, que ocorrerá a partir de uma gestão escolar comunitária:

A incorporação, à escola, dos "conhecimentos étnicos", sustenta a interculturalidade e permite reordenar e reinterpretar os saberes trazidos pelo patrimônio intelectual, social e moral, à luz de um novo contexto e na relação com outros conhecimentos. Tal diálogo é o que permite dar lugar ao que os professores índios e seus assessores vêm chamando de uma pedagogia indígena, para respaldar a construção dos currículos e a própria gestão da escola indígena. (BRASIL, 1988, p.65).

Já a Resolução nº 03/CNE/99, de 10 de novembro de 1999, ao tratar das “Diretrizes Nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas”, pensa essa escola a partir de uma organização comunitária para que os princípios estabelecidos na CF e na LDB, de uma escola intercultural e bilíngue/multilíngue, se efetive.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 6 de 17



Art. 3º Na organização de escola indígena deverá ser considerada a participação da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como: I – suas estruturas sociais; II – suas práticas sócio-culturais e religiosas; III – suas formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem; IV – suas atividades econômicas; V – a necessidade de edificação de escolas que atendam aos interesses das comunidades indígenas; VI – o uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sócio-cultural de cada povo indígena. (BRASIL, 1999).

Segundo Peres et al (2023) existem muitos condicionantes que dificultam a execução de uma gestão escolar indígena que permita uma educação escolar que propicie às escolas indígenas serem diferenciadas, específicas, interculturais e bilíngues/multilíngues. Os documentos relacionados com a educação indígena são relevantes para nós, uma vez que tanto o referencial tanto o Referencia Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, quanto os demais, “apontam para uma educação (na teoria) interseccional, levando em consideração sua realidade, o contexto em que este está inserido, crenças, etnias, cor, sexo, status social, entre outras características” (PERES, et al, 2023, p.74).

Porém vivenciamos a realidade em que temos muitos documentos que contrariam essas legislações e que acabam prevalecendo, como é o caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Perrude e Czernisz (2017) resgatam a compreensão de que as políticas para a educação escolar indígena são oriundas de um contexto demarcado pelas reformas na administração pública, na reformulação de políticas para “reorganizar a esfera estatal diminuir os gastos públicos, alavancar a economia na busca da racionalização e da modernização na reestruturação do modelo de administração do país.” (PERRUDE, CZERNISZ, 2017, p. 19). No mesmo sentido Silva destaca que

De modo geral a educação indígena era dominada e subordinada por uma política que necessitavam de compreensão e aceitação, o que acaba causando uma certa frustração aos defensores dos indígenas, pois a natureza e a identidade do indígena foi e é comprometida a múltiplas facetas que permeia na política educacional e social do país, sendo que entre passes e impasses a melhoria dos direitos só vem a ter mudanças depois de manifestos sociais em busca de uma educação plural, diferenciada que respeitasse e não matassem o que existia de essência dos nativos.(SILVA, 2020, p.43-44).



E em âmbito estadual, a proposta dada na Base Comum Curricular é refletida no Referencial Curricular do Paraná (RCPR) que atualmente embasa não somente as escolas na área urbana, mas também as que estão no campo nas águas e na floresta. Ambos os documentos apresentam similaridades e não incluem a educação dos povos indígenas de forma específica. Apenas é indicado o estudo sobre esses povos na disciplina de história, não havendo menção a uma educação escolar indígena diferenciada, bilíngue/multilíngue e intercultural. (PEERES et al, 2023). Os autores apontam cinco condicionantes que tem se refletivo nessa efetivação de uma escola indígena pautada nos princípios constitucionais, quais sejam: “a carta de anuência (CA), a direção escolar, as lideranças, os professores (PSS) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”. (PERES et al, 2023, p.82).

Sobre a Carta de Anuência (CA), informa que é necessário que professores/as, pedagogos/as, auxiliares de serviços gerais, assistentes administrativos e diretores/as possuam essa documentação para atuarem nessas instituições. A CA é um documento que comprova a autorização da comunidade indígena para que o profissional exerça suas atividades na escola. Os autores problematizam que muitas vezes, ela se torna “[...] uma moeda de troca entre os professores não indígenas e a liderança” (PERES et al, 2023, p.82). Isso tem um impacto direto na escola, que pode ocorrer dos professores que recebem essa carta não estarem preocupados com o bom andamento das atividades, mas sim em garantir uma posição fixa. Isso pode comprometer a qualidade do ensino oferecido aos alunos e gerar um clima de instabilidade na equipe docente.

O segundo fator que afeta a escola indígena é a direção escolar, que em muitas instituições é composta por não indígenas. Infelizmente, esses indivíduos agem em alguns momentos de forma autoritária e não levam em conta as demandas da comunidade, o que acaba afastando a escola indígena de sua essência intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada. No geral as decisões da direção prevalecem na maioria das vezes, o que dificulta a prática cultural com os alunos indígenas. Como resultado, os professores não se sentem pertencentes à escola e se tornam indiferentes em relação a ela. É preciso mudar essa realidade e garantir que a escola indígena seja gerida por pessoas que entendam e valorizem a cultura e as tradições dos povos originários.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Com relação ao terceiro elemento é importante ressaltar que a liderança da terra indígena é frequentemente excluída das discussões e tomadas de decisão, prevalecendo sempre as opiniões e decisões não indígenas. Essa falta de participação e representatividade compromete a autonomia e os direitos dos povos indígenas, que deveriam ser consultados e envolvidos em todas as questões que os afetam. É fundamental que sejam criados mecanismos efetivos de inclusão e diálogo, para que a voz e as demandas dos indígenas sejam ouvidas e respeitadas. Somente assim poderemos garantir uma verdadeira escola indígena requerida pelas nossas comunidades. O quarto condicionante refere-se a falta de efetivação dos professores, visto que, no estado do Paraná a maioria dos professores que atuam indígenas, são contratados via Processo Seletivo Simplificado (PSS). Eles ao final de cada ano letivo, precisam se reescrever nos editais de contratação para que os professores indígenas quanto professores não indígenas podem participar desse processo, a realidade é que a maioria dos professores que vão para as escolas indígenas não estão, de fato, comprometidos com as especificidades que esta escola necessita, e acabam por reproduzir os padrões das escolas da área urbana. Aponta-se a falta de concursos para os professores indígenas. Há professores formados e outros tantos que estão se formando, então há a necessidade de ter concursos que sejam direcionados para as escolas indígenas para que assim se possa cumprir com as legislações abordadas anteriormente.

O texto apresenta como último condicionante para a educação indígena a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define um conjunto de conhecimentos essenciais. No entanto, a BNCC tem sido utilizada como referencial para as escolas indígenas e não indígenas no Paraná, o que tem imposto currículos prontos que não consideram as realidades locais. Muitos professores têm denunciado a falta de liberdade para construir seus próprios currículos. Apesar disso, a especificidade da escola indígena permite a liberdade de escrever o currículo da disciplina de Língua Materna, o que tem sido utilizado pelos docentes indígenas para abordar temas culturais, crenças e religiosidade. É importante que a educação indígena seja pensada de forma contextualizada e respeitando as especificidades culturais de cada comunidade. (PERES et al, 2023).

Entendo enquanto estudante indígena do curso de pedagogia que a escola indígena passa por uma contradição, visto que tem garantido a sua especificidade, mas que essa ainda

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 9 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





não está sendo cumprida totalmente no Paraná e no Colégio Benedito Rokag, no mesmo sentido que Bruno traz em seu texto:

[...] as contradições que emergem do encontro de duas lógicas sociais antagônicas: a que afirma a organização social das comunidades indígenas alicerçada sobre os princípios da reciprocidade e da solidariedade e a lógica burocrática que orienta as ações do Ministério da Educação (MEC) e das secretarias de Educação nos âmbitos estadual e municipal. Essas contradições colocam novos desafios para as comunidades indígenas em vários níveis e dimensões (BRUNO, 2011, p. 639).

Nesse sentido, a participação é o principal meio para assegurar a gestão democrática e na realidade da escola indígena, comunidade e demais trabalhadores envolvidos no trabalho escolar podem possibilitar ações que respeitem a realidade da comunidade, elaborando coletivamente os objetivos e metas escolares para as tomadas de decisões e funcionamento de uma organização escolar para um ensino de qualidade e clima de trabalho favorável para a aprendizagem. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p.132).

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos.

Com o processo de estadualização das escolas indígenas iniciado em 2008, as equipes gestoras passaram a se adequar às diretrizes do Estado. Entre os elementos que começaram a ser pensados, iniciou-se, por exemplo, a elaboração dos projetos político-pedagógicos, bem como regimento escolar, etc. De acordo com Mileski e Novak (2008, p. 78):

Em observação feita em uma das escolas em processo de estadualização no ano de 2010, evidenciou-se que nem todos os envolvidos com a escola participam da gestão, por exemplo nessa escola, quando perguntamos aos funcionários sobre o Projeto Político-pedagógico, eles não sabem sobre o que se refere. Um dos professores informou que o diretor estava tentando fazer o documento, mas ele não tinha outras informações. Em conversas realizadas com professores e equipe gestora dessas escolas, é recorrente o relato de que os pais quando tem alguma reclamação para fazer vão até o cacique, que depois conversa com os professores ou com a equipe gestora. Entre essas reclamações estão, por exemplo a insuficiência de conteúdos. Essa mediação feita pelo cacique é um importante elemento da política interna que não pode se negligenciar.

Segundo dados do site da Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEED/PR), sistematizados por Menezes, Faustino e Novak (2021), as escolas em Terras Indígenas em sua



maioria, são gestadas por diretores não indígenas contratados através do Processo Seletivo Simplificado (PSS), nesse caso indicados e/ou escolhidos pelas lideranças indígenas, não havendo a necessidade de uma eleição para a escolha dos mesmos. Isso tem dificultado bastante o trabalho de gestão específica e diferenciada.

O projeto político pedagógico Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag

De acordo com os princípios estabelecidos na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 é assegurada aos povos indígenas o direito à educação bilíngue e intercultural. No que se refere a gestão democrática das escolas indígenas, muito pouco ou quase nada se encontra de estudos sobre como acontece a gestão nessas escolas por se tratar de uma cultura indígena que possui suas especificidades amparadas por lei. Os trâmites e a responsabilidade em atender as escolas indígenas são do Estado que procede de forma diferenciada a contratação de professores, eleição de diretor, os quais são através de carta de anuência de forma que as lideranças indígenas formadas pela comunidade venham a ter autonomia na escolha de seus funcionários.

Objetiva, nesta seção, apresentar como ocorre o processo de gestão no colégio indígena Benedito Rokag, a partir do projeto político pedagógico dialogando com as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena e outros como o Referencial Curricular nacional para as Escolas Indígenas (1988), este último para Peres, Toledo e Santos (2023), é considerado o principal marco legal que norteia a educação para os povos da floresta, o qual, também, levou anos para ser homologado e definitivamente implementado.

Há menos de 25 (vinte e cinco) anos, os povos originários conquistaram o marco legal que regulamenta a educação escolar diferenciada e específica, neste caso, o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas aprovado em 14 de setembro de 1998, que criou a categoria “escola indígena” e aborda sobre a formação do professor indígena, o currículo, a flexibilização das exigências e das formas de contratação de professores indígenas. (PERES; TOLEDO; SANTOS, 2023, p.70).

Dessa forma, é necessário apontar o reconhecimento da Educação Indígena brasileira, é a situação que incentivou reformulações na educação escolar indígena, fundamentadas em uma perspectiva multicultural e intercultural. Corroboramos com os autores (2023), quando especificam que a partir da análise de legislações que apresenta garantias para a educação



escolar indígena é possível fazer um contraponto com o que tem sido visto na realidade da educação escolar indígena brasileira.

O projeto político pedagógico é a identidade da escola. É um instrumento que todos os profissionais precisam conhecer e construir na sua elaboração, pois neste está implícita a filosofia da escola, o que pensa a comunidade escolar, o que desejamos para o educando e quem e como desejamos formar. Nele expressamos os fundamentos históricos, filosóficos, pedagógicos e psicológicos da comunidade escolar. Minha leitura desse documento agora que estou no curso de pedagogia e estudando, dentre outras disciplinas, as da área de gestão, pude perceber a importância desse documento.

A leitura e fichamento pedagógico do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag, nos permitiu verificar sua articulação com as políticas para a educação escolar indígena. O projeto é composto por 247 páginas e traz em sua organização: justificativa, organização da instituição de ensino; princípios norteadores e didático-pedagógicos; proposta pedagógica curricular; processos de avaliação; marco operacional; e programas e atividades complementares. Sobre os princípios da gestão estão pautados na participação, gestão compartilhada e que tenha como referência a elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico e dos processos de ensino e aprendizagem da escola.

O PPP do Colégio se coloca como um documento que visa atender “as características individuais da comunidade e respeitar os aspectos culturais particulares dos índios Kanhgág, através do bilinguismo e da interculturalidade que diferencia esta escola.” (PPP. 2022, p.5). A nossa comunidade conta com aproximadamente 500 famílias, vivendo na Terra Indígena Apucarantina. Nossa economia baseia-se na combinação de venda de artesanatos, de alguns profissionais que trabalham na área da educação, saúde e agricultura, de indígenas que trabalham como diaristas nas lavouras da região e na cidade, outros são atendidos por programas sociais e doações, e de alguns plantios que fazemos em nossa terra para a subsistência. A comunidade tem sua própria visão de mundo e de educação, com concepções próprias sobre o que deve ser aprendido. A sabedoria indígena pode ser comunicada, transmitida e distribuída pela própria comunidade, através da forma própria de ensinar que pode e deve contribuir para a prática educacional, capaz de atender aos interesses e necessidades na realidade atual. Os conteúdos curriculares na Educação Básica I.



A gestão escolar é tratada no documento no Marco Operacional e traz como concepção:

A organização do trabalho pedagógico indígena segue caminhos do tempo e espaço da vida indígena kaingang, conforme orientações das famílias, comunidades, cacique e Liderança dos velhos. Segue também as orientações dos parâmetros em Ação da Educação Escolar Indígena, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas e as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais da Educação. O regime da oferta da Educação Básica pode ser no ambiente escolar ou não, devendo respeitar o ciclo da educação indígena, como o momento da venda de artesanato e o plantio em outras terras indígenas, cabendo a escola fazer controle da migração desse aluno para o acompanhamento pedagógico. (PPP, 2022, p 186-187).

Assim, o documento coloca a gestão como importante, necessitando que ela seja pautada na participação e que seja compartilhada, contemplando assim a qualidade do ensino que a escola requer. De acordo com as observações de Silva (2020) realizada em uma Escola Estadual Indígena, situada na aldeia Ouricuri, município de Pariconha, alto sertão alagoano, a gestão em uma escola indígena pressupõe a visão da comunidade

Ao que foi observado dentro do âmbito de ensino a gestão escolar vai além da representatividade, sendo que a gestão democrática em uma escola indígena compõe um papel fundamental na vida de sujeitos que buscam o respeito e a igualdade de direitos, sujeitos estes que estão em fase de construção e lutam para firmar sua história, para resgatar os seus valores, tendo em vista, que ser índio é amar e respeitar a sua terra, a natureza, suas origens. (SILVA, 2020, p.86)

A autora (2020, p. 86) apresenta que a escola diferenciada possui o sentido de “resguardar e firmar a identidade de um povo que luta por liberdade e igualdade de direitos, entendendo que a diferença entre brancos e índios está na sua cultura, em seus costumes, na busca pela reconquista do seu espaço dos seus valores, da sua força (natureza).” De acordo com o PPP analisado do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag, apresentam que os conteúdos curriculares na Educação Básica Indígena podem ser considerados diferenciados por observarem os seguintes princípios:

- I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social da comunidade indígena, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática;
- II- Potencializar o ensino intercultural bilíngue, autônomo, que respeite a visão de mundo do povo Kaingang. (PPP, 2022, p.8-9)

Nos princípios norteadores e didático-pedagógicos da instituição escolar o PPP (2022, p. 11) resgata conquistas legais, dos quais reconhecem que “os povos indígenas no Brasil



possuem um universo histórico-cultural que deve ser preservado como patrimônio da humanidade”. Assim, sinaliza que o colégio “desenvolve atitudes de valorização da língua materna, do artesanato, da conservação dos rituais e costumes culturais do nosso povo, para que se mantenha viva a herança cultural dos nossos antepassados.” Acrescenta ainda, que

O Colégio também contribui na valorização dos conhecimentos e riquezas das medicinais sagradas da nossa comunidade, como o egóro; remédios medicinais são passadas para os jovens de forma sistematizada na escola, onde acontecem as aulas práticas levando os alunos até a mata para reconhecimento das plantas medicinais. (PPP, 2022, p.11)

Exceto nas considerações avaliativas na disciplina de língua kaingang, onde o documento apresenta o entendimento que “as línguas de repertório verbal do aluno bilíngue influenciam-se mutualmente” (PPP, 2022, p.38), nas demais indicações sobre a concepção de ensino e aprendizagem o documento não faz menção ao bilinguismo ou reconhecimento da complexidade do ensino bilíngue. Traz como propósito desenvolver a aprendizagem dos conteúdos de forma científica, porém privilegiando a capacidade do educando de integrar e processar informações, numa perspectiva interacionista entre o homem e a sociedade, para que seja capaz de produzir seu próprio conhecimento, transformando os conceitos elaborados em conceitos próprios.

Esse trabalho requer metodologias diferenciadas por parte dos professores. Reconhecimento este que, como mencionamos, somente é evidenciado no documento na parte dedicada aos componentes curriculares do ensino fundamental e médio, especificamente na disciplina da Língua Kanhgang quando especifica sobre a avaliação desta disciplina. Inicialmente o documento esclarece sobre a condição bilingue do estudante:

As línguas de repertório verbal do aluno bilíngue influenciam-se mutuamente. Essa influência vai aparecer de formas diferenciadas e quase sempre permanecer por toda a vida do índio bilíngue. Quando dois bilíngues se comunicam entre si, por exemplo, eles frequentemente fazem uso alternado das línguas, ou numa mesma sentença ou em sentenças diferentes. Esse é um comportamento normal, natural, nenhum bilíngue mantém as línguas completamente separadas uma da outra. (PPP, 2022, p. 38)

Após essa consideração de que ambas as línguas se influenciam mutuamente no repertório da pessoa bilíngue o documento destaca que



Na hora da avaliação, entretanto, estas misturas de língua são quase sempre consideradas uma confusão mental ou de deficiência linguística. Não se percebe que em algumas situações, ela é um recurso estilístico muito interessante e que só está disponível para os bilíngues. Ao avaliar essa característica o professor bilíngue deve estar atento, pois o que está sendo processado nas relações cognitivas do aluno não é confusão mental ou falta de competência, mas sim uma afirmação da identidade étnica, orgulho pela língua indígena e cumplicidade com seu professor. Esses aspectos são relevantes porque muitas vezes, o que é chamada erro e avaliado como tal, é uma manifestação perfeitamente natural no uso de línguas de contato. (PPP, 2022, p. 38)

Destaco essa questão das línguas, pois esse é um dos grandes desafios da minha comunidade e desse colégio. Temos um importante elemento nesse colégio que é a gestão ser composta por diretora e pedagoga indígena, que tem tentado conduzir um trabalho em todas as dimensões, seja da gestão e organização do trabalho pedagógico, seja no envolvimento da comunidade, de forma a contemplar os princípios comunitários que a legislação nos garante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração coletiva do Projeto Político-pedagógico é fundamental para uma gestão democrática efetiva nas escolas indígenas. É preciso que educadores e gestores tenham compromisso com sua competência para que a construção desse documento seja um processo contínuo e renovado a partir de decisões precedidas de discussões, por isso a importância de termos profissionais indígenas em nossas escolas, pois é essencial conhecer a legislação nacional e estadual para garantir uma educação específica e diferenciada, que permita a conquista da autonomia.

A construção coletiva do PPP é processo contínuo de reflexão e renovação, que exige comprometimento dos educadores e gestores com a especificidade das nossas escolas indígenas. Na educação escolar indígena, é fundamental conhecer a legislação nacional e estadual para garantir uma educação específica e diferenciada, com formação adequada dos professores e gestão liderada por professores indígenas. No entanto, há contradições entre a organização social das comunidades indígenas e a lógica burocrática da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) o que muitas vezes dificulta a efetivação desses princípios.



A participação da comunidade e dos trabalhadores escolares é crucial para respeitar a realidade local e elaborar coletivamente os objetivos e metas escolares, garantindo um ensino de qualidade e um clima favorável para a aprendizagem. No Colégio Benedito Rogak isso ocorre de forma satisfatória, pois temos uma gestão escolar composta por indígenas.

Nós, indígenas kaingang, também nos compreendemos como um sujeito coletivo, buscando valorizar, resgatar e fortalecer a nossa identidade. Na aldeia, prezamos pelas pessoas mais velhas, professores e funcionárias, compartilhando espaços, alimentos e conhecimentos. É importante fortalecer os cantos, as histórias, os rituais, a língua e os conhecimentos tradicionais, e é isso que fazemos juntos com os alunos e professores do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag. Essas atividades são essenciais para manter viva a nossa cultura e para que possamos crescer como um povo unido e forte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, Ana Paula Batista; COSTA, Ciderjânio Farling Salvador da. **Gestão Escolar Indígena: Uma Análise Sobre o Processo de Construção Democrático no Município de Benjamim Constant-AM.** In: FILHO, Patrício Moreira de Araújo, et al. (ORG.). Coletânea Educação 5.0. São Luís - Editora Pascal, 2022, p.139-153.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1998. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2005.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRUNO, Lúcia. Gestão da educação escolar indígena diferenciada: contradições, limites e possibilidades. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** [online]. 2011, vol.92, n.232, pp.639-662. ISSN 2176-6681.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Repensando e Ressignificando a Gestão Democrática da Educação na “cultura globalizada”. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1227- 1249, set./dez. 2004.



LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI. **Educação escolar: política, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

Mainardes, J., & Marcondes, M. I. (2011). Reflexões sobre a Etnografia Crítica e suas Implicações para a Pesquisa em Educação. *Educação & Realidade*, 36(2). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/17004>. Acesso em 20 de set de 2022.

MENEZES, M. C. B.; FAUSTINO, R. C.; NOVAK, M. S. J. Formação inicial de professores indígenas: ações desenvolvidas no estado do Paraná. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 1, p. 910-925, mar. 2021. e-ISSN: 1982-5587.

MILESKI, K. G.; NOVAK, M.S.J. A Construção do Projeto Político-Pedagógico em Escolas Indígenas Kaingang no Paraná: Primeiros Apontamentos. In: **IX ANPED Sul - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**, 2012, Caxias do Sul. Anais do IX ANPED Sul, 2012.

PERES, D. de A.; TOLEDO, V. D.; SANTOS, R. dos. Interseccionalidade na educação escolar indígena e o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Arandu Renda de Itaipulândia-PR. **Revista de Educação Pública**, v. 32, p.68-86, jan./dez. 2023.

PALAZUELOS. Alexandra Carvalho Pereira de. **Desafios para uma gestão escolar diferenciada na Terra Indígena Guarita**, RS. 107 fls. Monografia (Curso de Pós-graduação Lato Sensu - Especialização em Gestão Educacional da Universidade de Santa Maria. Três Passos, RS. 2014.

PERRRUDE, Marleide Rodrigues da Silva; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. A Política da Educação Escolar Indígena e a Gestão Escolar: O que Dizem os Documentos. **Revista Teoria e Prática Da Educação**, 20(3), 2020. p. 15-30.

PPP. **Projeto Político Pedagógico** do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag. Terra Indígena Apucarantina, 2022. 247 p.

SILVA. **Gestão Democrática em uma Escola Indígena**. 106 fls. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Pedagogia. Universidade Federal de Alagoas - Campus do Sertão). Delmiro Gouveia – AL. 2020.



A *WEBQUEST* COMO PROPOSTA DE UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UMA INTERVENÇÃO DIALÓGICA COM ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA

Dara Sambugaro - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Campo Mourão, dara.sambugaro@gmail.com

Fabiane Freire França
Unespar/*Campus* Campo Mourão, fabiane.freire@ies.unespar.edu.br

Suzana Pinguello Morgado
Unespar/*Campus* Campo Mourão, suzana.morgado@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

As tecnologias nos permitem acesso, para o trabalho em sala de aula, elas não podem e não devem ser utilizadas apenas como recurso nos quais o/a professor/a se apoia, e muito menos como algo isolado, é necessário a orientação e mediação do/a professor/a aos/as estudantes, de forma que eles participem como sujeitos ativos de sua aprendizagem e venham a se formar alunos pesquisadores, críticos e reflexivos.

Dentre as tecnologias e seu uso em sala de aula, consideramos como potencial a *WebQuest* (WQ), criada na década de 1990 por Bernie Dodge, esta metodologia se revela ainda, inovadora, no que tange a seu uso como recurso didático pedagógico, isto, pois, a WQ se desdobra em processos de investigação de uma ou mais temáticas que se orienta por meio de uma página na internet (ROSSI; FRANÇA, 2020).

Desta forma, por ter caráter lúdico e não convencional, torna a investigação, atividades e conhecimento instigantes e atrativos para os/as estudantes, possibilitando também uma relação dialógica entre professor aluno, favorecendo a educação libertadora proposta por Paulo Freire (1996, 1967 e 1987), visto que as *WQs*, conforme Moura (2013) rompem com padrões tradicionalistas e se tornam ferramentas versáteis para docentes utilizarem no ensino.

Consideramos que utilizar *Webquest* como metodologia de ensino atrelada ao currículo escolar, se mostra como uma maneira significativa de promover situações de ensino



e aprendizagem. Esta metodologia, pode ser orientada por uma problematização decorrente de situações reais, que por sua vez, requer uma análise criteriosa, e possibilita uma investigação prática e minuciosa, proporcionando saberes mais aprofundados e embasados cientificamente acerca das temáticas abordadas, devido ser uma proposta adaptável, e dinâmica.

Por ser uma proposta flexível, as *WebQuests*, permitem pensar além de conteúdos comuns curriculares e, potencializam a busca por uma educação libertadora que forme um sujeito crítico, reflexivo, transformador de seu meio. As *WebQuests* podem viabilizar, também, discussões de temáticas atuais e pertinentes para o desenvolvimento de uma sociedade equitativa, inclusiva que valorize as diversidades, sendo possível, por exemplo, atrelar educação e Direitos Humanos, visando à desconstrução de padrões sociais e culturais que persistem na sociedade.

Ao educar para os direitos humanos, os/as educadores/as almejam romper rupturas e referenciais conservadores presentes na sociedade, bem como combater práticas etnocêntricas, heterossexistas, machistas, homofóbicas, racistas, elitistas e contribuir significativamente para a valorização da diversidade.

Desta forma, a utilização da metodologia *WebQuest* em sala de aula, aliada a temáticas como educação e Direitos Humanos, visa estimular a pesquisa científica, desenvolver o pensamento crítico e transformador, possibilitando também a formação docente, a produção de materiais diversos que contribuam ao processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, a produção de *Websites* pode servir a todos, visto que as tecnologias estão presentes em diversas áreas e são de fácil acesso. Essas produções são meios que podem ser utilizados para difundir e propagar conhecimentos e fatos acerca de temáticas tão relevantes e necessárias como Direitos Humanos, gênero e educação, que por sua vez deve ser um processo constante na vida dos seres humanos.

Em vista disso, a presente pesquisa teve como objetivo geral: analisar produções de *Webquest* (WQ) como caminhos dialógicos para a promoção de uma educação em Direitos Humanos no contexto pandêmico. Este objetivo se desdobra em outros três objetivos específicos, a saber: 1) mapear WQ produzidas pelos/as estudantes, com a autorização da professora responsável pela disciplina e do grupo de estudantes com o desafio de identificar se correspondem a proposta original elencada por Dodge; 2) investigar os conteúdos das WQ que tratam de Direitos Humanos e sua proposta metodológica voltada à educação; 3) averiguar se as *WebQuests* podem ser utilizadas como propostas de curricularização da extensão voltada a uma proposta de Educação em Direitos Humanos para toda a comunidade.



Para compreender a proposta da pesquisa, bem como a utilização da metodologia *webquest* para uma educação em direitos humanos no curso de pedagogia, o presente artigo se desmembra em seis seções que vislumbram a investigação, sendo: 1) Educação e Direitos Humanos na formação docente; 2) A *WebQuest* na formação docente: um viés dialógico sob a luz da perspectiva freiriana; 3) Trilhas metodológicas da pesquisa; 4) Uma proposta de Educação em Direitos Humanos voltada à comunidade pela via da *WebQuest*; 5) Análise das *WebQuests* e 6) Considerações finais.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DOCENTE

Os Direitos Humanos são um conjunto de direitos fundamentais e compete a todo e qualquer indivíduo, independente de quaisquer distinções, de ordem individual, social e cultural intrínseca a cada pessoa, isto é, nacionalidade, etnia, gênero, classe, credo, etc (COMPARATO, 1998, BENEVIDES, 2001, DUDH, 1948).

Conforme Comparato (1998), os direitos humanos se distinguem de outros direitos existentes, pois estes são imanes do sujeito, sendo estes direitos próprios do ser humano, enquanto humano, sendo assim, “[...] Trata-se, em suma, pela sua própria natureza, de direitos universais e não localizados, ou diferenciais” (COMPARATO, 1998, p. 29). Para o autor, os direitos humanos são valores fundamentais no que tange a convivência humana e em sociedade, de forma equitativa, justa, pacífica e respeitosa (COMPARATO, 2003).

Consideramos que as discussões acerca dos Direitos Humanos, bem como sua relevância, devem estarem prioritariamente articuladas ao âmbito educacional (básico, superior e não formal), com o intuito de promover uma cultura em Direitos Humanos na sociedade. Deve estar em consonância com a educação como um meio indissociável da sociedade e essencial a ela, tal qual como formadora de sujeitos transformadores de seu meio, sustentando-se na máxima de Paulo Freire (2000, p. 67) "se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda", a educação é, portanto, entendida como “[...] um meio privilegiado na promoção dos direitos humanos [...]” (BRASIL, 2018, p. 12), pois ela é em si um direito humano e a garantia de consciência e acesso sobre os demais direitos do ser humano (BRASIL, 2018).

Em complemento, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2013), salienta três dimensões a qual deve promover a educação em direitos humanos, sendo elas: compreensão sobre direitos humanos e seus mecanismos de proteção, cultivar valores e



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

atitudes que respeitem os direitos humanos e promover ações para defender e reparar violações desses direitos (BRASIL, 2018).

O sentido de educar para os direitos humanos é instaurar nos sujeitos a consciência de seus direitos e de seus deveres diante de tais direitos, fazendo com que haja o entendimento pleno de que para promover e possibilitar uma sociedade equitativa e justa é responsabilidade coletiva.

O objetivo de educar para os direitos humanos tem, portanto, o sentido de desenvolver e promover uma cultura em direitos humanos que seja de fato praticada e vivenciada por todas as pessoas e em todos os espaços da sociedade, onde haja o exercício mútuo de equidade, respeito, inclusão, valorização das diversidades, responsabilidade, dignidade e liberdade. Todavia, esse processo exige constância e coletividade, de forma a fortalecer e consolidar o ideário Estado Democrático de Direito, expresso na Constituição Federal de 1988. Nas palavras de Paulo Freire (2001):

A educação para os direitos humanos, na perspectiva da justiça, é exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da ‘briga’, da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada, sem manipulações, com vistas à reinvenção do mundo, à reinvenção do poder (FREIRE, 2001, p. 99).

Para Benevides (2001), a educação em direitos humanos se constitui como uma educação contínua, constante e global, que se volta à mudança cultural, esta não deve limitar-se apenas ao conhecimento de leis e transmissão de conhecimentos, mas sim ser direcionada a formar valores, sensibilizar e conscientizar os sujeitos envolvidos neste processo (educadoras/es e educandas/as). Assim, “de nada adiantará levar programas de direitos humanos para a escola se a própria escola não é democrática na sua relação de respeito com os alunos, com os pais, com os professores, com os funcionários e com a comunidade que a cerca” (BENEVIDES, 2001, p. 8).

Neste sentido, entendemos que a educação em direitos humanos em âmbito escolar tem que ser o cerne do trabalho realizado e deve, sobretudo, estar presente no currículo, abrangendo a formação inicial e continuada dos profissionais e da comunidade escolar. Com efeito, o uso das tecnologias, articulado a proposta para uma Educação em Direitos Humanos (EDH), pode proporcionar a constância e continuidade deste trabalho. Compreendemos, portanto, que a *WebQuest*, pela sua dinâmica e proposta flexível, pode ampliar ainda mais as

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 4 de 19



possibilidades de trilhar esse caminho, no que tange a intersecção da tecnologia e EDH nas práticas escolares e formação continuada de docentes.

A *WEBQUEST* NA FORMAÇÃO DOCENTE: UM VIÉS DIALÓGICO SOB A LUZ DA PERSPECTIVA FREIRIANA

Em sua obra *Educação em Direitos Humanos e formação de educadores*, Vera Candau e Sacavino (2013) descrevem elementos fundamentais para a formação do sujeito, educador/a de direito humanos, considera que todo processo que o educador/a passa em sua formação refletirá posteriormente em sua área de atuação. Desta forma, como observado por Candau e Sacavino (2013), durante a formação há de ser destacado as metodologias ativas e participativas que superem estratégias tradicionalistas, meramente expositivas, visando a construção coletiva e a participação do educando/a no processo de ensino.

Ao propor a metodologia *WebQuest*, atrelada aos direitos humanos e formação docente contemplamos os aspectos descritos por Candau e Sacavino (2013), visto que a *webquest* por si só já rompe com padrões tradicionalistas, possibilitando também trabalhar por um viés dialógico destacado na perspectiva freiriana.

Enfatizamos que a dialogicidade, nesse processo de educar para os direitos humanos, como Paulo Freire contempla em diversas de suas obras (1996), (1967) e (1987), torna-se imprescindível. A dialogicidade, discutida por Freire (1996), é pois, um dos principais caminhos para uma educação libertadora, na prática educativa o diálogo pode ser entendido como uma troca entre os sujeitos desse processo, entre educador/a e/a educando/a, a dialogicidade, portanto, se contrapõe à concepção de educação tradicionalista (bancária) (FREIRE, 1987), considerando que não se transmite o conhecimento, pois, nesse processo de ensino e aprendizagem, os sujeitos tanto ensinam como aprendem.

Nessa perspectiva, o processo dialógico, bem como de ensino aprendizagem, pode ser compreendido como uma via de mão dupla, em que há a escuta um do outro, este movimento configura-se como ação democrática, um ato de responsabilidade, respeito ao saber e a cultura do outro (FREIRE, 1993; 1996). “O diálogo, por isso mesmo, não nivela, não reduz um ao outro. Nem é favor que um faz ao outro” (FREIRE, 2006, p. 118).

Salientamos que todo o processo que permeia a *Webquest*, a saber, a elaboração, investigação, orientação e discussões, por possuírem caráter problematizador e dialógico, pode ser trabalhado na perspectiva freiriana, sobretudo, por seu objetivo final que se constrói



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

durante a produção deste processo, visando uma educação libertadora, crítica e reflexiva. Para França et al. (2021), “esse diálogo propicia conhecimento científico como um ato político do ser humano em se libertar das amarras sociais que o designam ao lugar de opressão social” (FRANÇA, COSTA, SANTOS, 2021, p. 329).

Desta forma, por ter caráter lúdico e não convencional, torna a investigação, atividades e conhecimento instigantes e atrativa para os/as estudantes, possibilitando também uma relação dialógica entre docente e discente, favorecendo uma educação libertadora, visto que as WQs rompem com padrões tradicionalista e se tornam ferramentas versáteis para os professores utilizarem no ensino.

Ao se falar em inovação tecnológica e seu uso em âmbito escolar, há de se enfatizar, conforme França et al. (2019), a necessidade de investimento na formação, consciente e crítica dos educadore/as, isto, pois, é fundamental ampliar o acesso às as tecnologias e mediar seu uso, ressalta-se ainda que devida a constante atualização e avanços nas tecnologias, esta formação deve ser constante, não somente ao nível de graduação. Deve-se por sua vez compreender a dimensão humanista da tecnologia, conforme postula Freire (1979).

A utilização de tecnologias dentro de âmbitos educacionais, seja na graduação ou escola, deve ser consciente de forma que estas adquiram caráter pedagógico, portanto direcionadas ao ensino previamente planejado, o educador deve utilizar os recursos tecnológicos dispostos explorando suas potencialidades para educação (ARAÚJO, 2005), Rossi e França (2020) evidenciam que a metodologia WQ não pode ser compreendida como um aglomerado de exercícios, e/ou informações reunidas e divulgadas *on-line*.

A *webquest* como metodologia na prática educativa mediada criteriosamente pelo/a professor/a, em uma perspectiva dialógica, possibilita o exercício da pesquisa-ação e forma alunos pesquisadores, seu uso descentraliza a figura docente tradicionalista, que muitas vezes age em função de transmitir o conhecimento, possibilitando o diálogo e o processo de reflexão por parte de ambos. Segundo Araújo (2005, p. 27) “A *WebQuest* é a aplicação de uma estratégia de aprendizagem por uma descoberta guiada por um processo de trabalho desenvolvido por alunos utilizando a Web. É um modelo de aprendizagem extremamente simples e rico para proporcionar o uso educativo da internet”.

Para a elaboração de uma *WebQuest* é necessário seguir seis passos básicos que devem aparecer em seu resultado final como estabelecido por Dodge, conforme Rossi e França (2020), esses passos consistem em: Introdução (breve apresentação da temática e as fundamentações do processo investigativo, com o intuito de instigar o leitor/a); Tarefa (o que

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 6 de 19



fazer e de que forma fazer com que seja criativa e atrativa a interação do leitor/a com a WQ); Processo (é o passo a passo, um guia, de percorrer a WQ para a tarefa); Recursos (Fontes de informações que podem ser consultadas para realizar a tarefa); Avaliação (Apresentação do o resultado da tarefa) e Conclusão (Síntese final do que se pode ter aprendido acerca da temática) (ROSSI; FRANÇA, 2020). Estes elementos elencados por Dodge, podem passar por algumas flexibilizações, adequações, acréscimos e/ou supressões, conforme as intenções de quem a construir.

No que se refere aos elementos para a produção da *webquest*, torna-se essencial, percorrer o caminho metodológico trilhado para a realização da presente pesquisa, bem como apresentar posteriormente uma análise estruturada da *webquests* produzidas pelos/as acadêmicos/as do primeiro ano do curso de Pedagogia, do período diurno, no segundo semestre de 2020 da Universidade Estadual do Paraná *campus* de Campo Mourão (Unespar), na disciplina de Educação em Direitos Humanos.

7. Trilhas metodológicas da pesquisa

Os procedimentos teóricos-metodológicos do presente projeto se pautam nos princípios do estudo de caso, defendida por Yin (2001) como “[...] uma investigação empírica que: investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p.32).

O estudo de caso, se bem elaborado, potencializa a pesquisa acerca das tecnologias educativas e se adapta a diversas situações, neste caso, a *WebQuest*. Conforme salienta Gil (2002, p. 54), esta metodologia permite ao pesquisador o “conhecimento amplo e detalhado” do objeto (caso) pesquisado.

Desta forma, consideramos o estudo de caso uma abordagem metodológica que contempla as investigações acerca das temáticas propostas nesta pesquisa, a qual busca se avaliar, a partir das análises da produção das *webquests*, a potencialidade de seu uso como ferramenta educativa na disciplina de direitos humano, formação docente e potencial extensão com a comunidade externa, sob a perspectiva dialógica de Paulo Freire (1987), a qual exige também uma postura ativa do pesquisador “quanto mais assumam os homens [e mulheres] uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de



consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela” (FREIRE, 1987).

Para levantamento de dados dentro da abordagem de estudo de caso Yin (2001), é preciso atentar-se a alguns princípios, referindo que a incorporação desses princípios aumentará substancialmente a qualidade do trabalho desenvolvido. Conforme proposto por Yin (2001), o levantamento de dados utilizados nesta pesquisa foi feito em duas etapas, a primeira o mapeamento de textos publicados acerca da temática e a segunda análises das *WebQuests* produzidas pelos/as estudantes do primeiro ano do curso de pedagogia/licenciatura, ambas as estampas articuladas as leituras que fundamentam a investigação.

Uma proposta de Educação em Direitos Humanos voltada à comunidade pela via da *WebQuest*

O presente tópico, diz respeito ao terceiro objetivo elencado na pesquisa, que consiste em averiguar se as *WebQuests* podem ser utilizadas como propostas de curricularização da extensão voltada a uma proposta de Educação em Direitos Humanos para toda a comunidade. No que tange a função social da universidade, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), estabelecem na resolução nº 07/2018 as diretrizes para a extensão nas universidades e regulamentam o conteúdo disposto na Meta 12.7 do PNE, Lei n.º 13.005/2014 (BRASIL, 2018).

A resolução n.º 07/2018, em consonância com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) abrangem que a extensão no ensino superior articulada a matriz curricular se constitui em um processo que dimensiona a interdisciplinaridade, política, educacional, cultural, científica, tecnológica, a interprofissionalidade, a indissociabilidade entre pesquisa-ensino-extensão, a transformação social e o impacto na formação do discente, traçando a interação transformadora e dialógica entre a universidade e sociedade.

Para Gadotti (2017) a inclusão da extensão no currículo acadêmico está relacionada, por um lado, à interligação inseparável entre ensino, pesquisa e extensão dentro do ambiente universitário, e, por outro lado, à essencial interligação entre a universidade e a sociedade, enfatizando o papel social da instituição e a importância social do ensino e da pesquisa.



Evidenciamos que essa relação entre academia e comunidade percorrida neste tópico, segue os pressupostos freiriano que compreende extensão como ação cultural e de comunicação que tem por embasamento o conhecimento, considerando “[...] todo ser humano como um ser inacabado, incompleto e inconcluso, que não sabe tudo, mas, também, que não ignora tudo.” (GADOTTI, 2017, p.2).

Assim, “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (FREIRE, 1982, p. 36). Partindo deste pressuposto, a extensão universitária é, pois, um espaço que possibilita aos sujeitos envolvidos nessa ação que se tornem agentes ativos de mudança, a partir da interação dialógica.

Com o intuito de verificar se as *WebQuests* cumprem com o proposto e se articulam com a concepção de extensão universitária, apresentamos no tópico subsequente a descrição da abordagem metodológica e o processo de criação de seis *WebQuests*, produzidas por estudantes, do primeiro ano do curso de Pedagogia, do período diurno da Universidade Estadual do Paraná *campus* de Campo Mourão (Unespar).

Análise das *WebQuests*

As *WebQuests* foram desenvolvidas no decorrer da disciplina de Educação e Direitos Humanos, ofertada no curso de Pedagogia por uma instituição pública, no segundo semestre de 2020. Vale lembrar, que devido ao período de isolamento, por conta do covid-19, as aulas, orientações e produção das *webquests*, assim como as entrevistas apresentadas em seu corpo, foram realizadas de maneira remota, via *google meet*. As temáticas elencadas para a produção e abordadas pelos/as estudantes são contempladas no bojo dos direitos humanos, tais como: Os direitos da população LGBTQIA+, das mulheres, da população negra, dos indígenas, da população idosa e das crianças e adolescentes.

Cabe ressaltar que todas as produções desenvolvidas pelos acadêmicos/as do curso de pedagogia foram amparadas pelas leituras teóricas realizadas durante a disciplina em consonância com a busca de dados confiáveis da *internet* e orientadas pela docente da turma. O processo para elaborar uma *WebQuest* não exige conhecimentos avançados em informática e nem o uso de *softwares* complexos, sendo possível utilizar plataformas intuitivas e utilizadas habitualmente, como o *google*, *blogs*, *e-mail* entre outras.



A elaboração das seis WQs, se desmembrou nas seguintes etapas: a) Leituras teóricas para compreensão e aprofundamento dos direitos humanos; b) Criação de um *e-mail* em comum para o grupo; c) Escolha da plataforma (neste caso *Google Sites*); d) Seleção do modelo; e) Pesquisas; f) Adição dos conteúdos na plataforma (materiais, imagens, vídeos) e personalização (cores, fontes e tamanho); g) Correção e h) Publicação.

Por sua versatilidade e dinâmica, a WQ pode ser confeccionada e personalizada de várias formas, com diversas temáticas, *layouts* etc., quantas vezes o/a autor/a quiser, a plataforma utilizada possibilita também o trabalho coletivo entre o grupo, mesmo após a finalização.

Desta forma, apresentamos na sequência a análise e descrição das WQ produzidas pelos/as acadêmicos/as do primeiro ano do Curso de Pedagogia, a fim de compreender se as WQs produzidas contemplam o exposto acima, bem como se as produções podem contribuir efetivamente com atividades de extensão universitária, viabilizando a dialogicidade intercultural articulada a teoria e prática.

A primeira *WebQuest* analisada, diz respeito aos **Direitos da Comunidade LGBTQIA+**, que apresenta uma face criativa, interativa e de fácil entendimento, com conteúdos organizados em: introdução; entrevistas; tarefa; processos; avaliação; considerações finais e referências. Seu objetivo consiste em promover reflexões sobre as lutas e preconceitos enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ em uma sociedade considerada heteronormativa, buscando ampliar os conhecimentos dos/das leitores/as acerca das diversidades de gênero e dos direitos das pessoas LGBTQIA+, os quais devem ser garantidos e respeitados. As autoras mencionam a falta de algumas legislações específicas no Brasil voltadas a essa população e as legislações existentes como um direito conquistado pelas lutas e resistências do movimento, enfatizam a partir de notícias que apesar das conquistas há ainda muita discriminação, sendo importante a continuação dessa luta e da conscientização, instigando o/a leitor/a repensar práticas e refletir acerca da temática. Na WQ também é exposto como denunciar casos de homofobia com informações importantes de quais canais utilizar. A entrevista, teve como proposta apresentar perspectivas de sete pessoas LGBTQIA+, sobretudo acerca de seus direitos e resistências diárias, abrir esse espaço de fala a comunidade articulado ao conteúdo da WQ como ponto de partida, é fundamental na busca de mudanças significativas para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária que valorize todas as identidades e diversidades de gênero. Na tarefa propõem a utilização de uma charge para elaboração de uma atividade didática. Sugerem ainda materiais educativos como vídeos do



Youtube que expressam informações e outros para aprofundar o entendimento sobre a temática. Já a avaliação é constituída por um formulário, visando que os/as leitores/as avaliem tanto o conteúdo tratado como a WQ.

As autoras, ao colocar em evidencia a visão de pessoas LGBTQIA+ na entrevista, assim como nos demais conteúdos apresentados no decorrer da WQ, contemplam a comunidade como participantes ativos do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a disseminação do conhecimento acerca do tema, estendendo a proposta das WQ a todos, o que favorece o enfatizado por elas na conclusão, ao dizerem que todo ser humano independente de seu gênero, sexualidade, raça e classe social deve ter seus direitos e dignidade garantidos na sociedade, sinalizando a importância da desconstrução da norma heterossexual e a busca por igualdade de direitos, destacam a necessidade de diálogo e respeito para uma sociedade mais inclusiva e sem preconceitos.

A *WebQuest* intitulada “Violência contra a mulher e feminicídio”, está disposta em seções como: página inicial; introdução; tarefa; leis; entrevista; avaliação; processo; sugestões e considerações finais. O enfoque principal dessa WQ é conscientizar acerca do feminicídio, sendo este o desfecho fatal de diversas formas de violência sofridas pelas mulheres, incluindo física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, e sobre a importância de lutarmos para o seu fim. As autoras informam o que é cada tipo de violência, destacando ainda legislações como Lei 13.104/15 (Lei do Feminicídio) e a Lei Maria da Penha que visam cercar violências contra a mulher. A *WebQuest* recomenda vídeos, séries, documentários e livros que exploram o tema. As autoras apresentam a central de atendimento à mulher “Ligue 180”, destacando sua importância como canal de denúncia e prevenção. A tarefa propõe a análise de um texto sobre relacionamento abusivo e da música "Camila, Camila" da banda Nenhum de Nós. A entrevista com uma advogada explora o conceito de feminicídio, seu vínculo com discriminação e relações de poder, a importância da Lei Maria da Penha, bem como as complexidades da mudança social e a necessidade de políticas públicas abrangentes. O racismo e a luta das mulheres negras também são destacados. A *WebQuest* conclui que a educação, políticas igualitárias e empoderamento são fundamentais para enfrentar a violência contra as mulheres.

As autoras fornecem por meio dos conteúdos abordados no desenvolvimento dessa WQ e da entrevista, informações essenciais a essa luta contra a violência e feminicídio, destacamos que foi possível abranger a comunidade no que tange a extensão, tanto nos conteúdos elucidados, como no aspecto da entrevista realizada com uma mulher, advogada e



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

especialista no tema, o que contribui para a busca pela justiça, igualdade e respeito na luta contra a violência de gênero e se concatena com a proposta de curricularização da extensão.

A *WebQuest* “**Enegrecer**”, aborda os direitos da população negra, visando a conscientização e busca ampliar a forma de pensar, romper com preconceitos e combater o racismo, os autores iniciam a WQ com o convite “sejamos todos antirracistas!”. A WQ é organizada por: início; introdução; entrevista; tarefa; processo; avaliação; considerações finais e referências. Na introdução, partindo de uma reportagem que trata sobre a ausência de políticas públicas e sobre o racismo constitucionalizado, os/as autores/as demonstram como os preconceitos ainda se perpetuam na sociedade atual, assim como a importância da representatividade negra, das teorizações e de ações que englobam esse tema ainda são negligenciados. Alguns dos nomes históricos e importantes que representam essa luta contra o racismo e hoje são símbolo de resistência e da busca incessante dos direitos e da justiça. A entrevista/conversa realizada com uma historiadora aborda perspectivas variadas sobre questões raciais. Destaca a importância de entender essa diversidade para a formulação de políticas públicas que combatam a desigualdade racial e o racismo, ela também menciona como a ideia de superioridade branca afeta a sociedade, além de compartilhar uma experiência pessoal de racismo na escola e a ressaltar a importância de educadores preparados para lidar com questões étnicas. Os/as autores/as indicam na tarefa leituras, músicas, vídeos, filmes e *influencers*, sugerindo que o/a leitor/a inclua no seu dia a dia produções e narrativas da comunidade negra e posteriormente volte para relatar como foi esta experiência. Na avaliação, deixam um espaço livre para que os/as leitores/as se expressem e contribuam com a WQ, também se expressa como ponte com a comunidade externa.

Ao colocar em evidência espaços para expressão do/a leitor/a, e a perspectiva da entrevistada em consonância com os conteúdos discutidos, esta WQ contempla um dos aspectos essenciais preconizado nos objetivos da extensão universitária, onde o sujeito torna-se agente ativo de mudança, evidenciando uma relação dialógica com a comunidade, sobretudo no espaço de troca e aprendizagem que ocorreu na entrevista. Esse processo dialógico articulando à comunidade como participante, pode ser vista na ênfase dada à importância da educação e da conscientização sobre questões étnico-raciais.

Nesse sentido, a WQ “Enegrecer” se destaca ao promover um espaço em que se enaltece a voz da negritude, buscando romper preconceitos e desconstruir com o racismo institucionalizado por meio de vivência e conhecimentos necessários à sociedade atual, sendo

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 12 de 19



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

assim a essa WQ pode utilizada como ferramenta para conscientização e ação antirracista, ressaltando a urgência de uma luta constante contra o racismo estrutural no Brasil.

A *WebQuest* “**Direitos Humanos População Idosa**”, ordenada em: início; introdução; recursos; processos; entrevista; tarefa; avaliação e considerações finais, inicia indagando o/a leitor/a acerca dos direitos dos idosos, de forma a instigá-lo a continuar o percurso para conhecer mais sobre os direitos atribuídos à população idosa. As autoras apresentam informações relevantes acerca da temática de forma lúdica e didática, por meio de materiais como vídeos ilustrativos sobre os direitos humanos e os direitos dos idosos, curiosidades, legislação, o estatuto do idoso, dados relevantes por meio de gráficos que evidenciam o aumento de violência contra Idosos durante a pandemia no Paraná, assim como meios de denúncia, informações acerca de dados e programas locais voltados ao/as idosos/as. Um aspecto fundamental desta WQ, é a entrevista com uma representante do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que esclarece o trabalho dessa instituição no combate à violência contra idosos, incluindo situações de proteção de média e máxima complexidade, bem como o centro atua em casos variados, desde violência física até negligência. Na tarefa, as autoras deixam um espaço destinado à homenagem aos idosos/as. A WQ é concluída pelas autoras ressaltando a necessidade de respeito e a valorização desse grupo, incentivando a sociedade a garantir uma velhice tranquila e de qualidade para os idosos.

Por pontuar aspectos pertinentes de forma ilustrativa, de fácil acesso e entendimento, incluindo ao público alvo –os idosos–, assim como apresentar informações necessárias com a entrevista, essa WQ atende a proposta de extensão, ao disseminar a população os conhecimentos acerca dos direitos humanos e dos/das idosos/as, principalmente ao ressaltar a necessidade de educação e conscientização sobre os direitos dos idosos na comunidade. Com as informações desta WQ, o/a leitor/a pode desempenhar um papel importante na promoção do bem-estar dos/as idosos/as e na prevenção de abusos contra idosos e a proteção de seus direitos.

A *WebQuest* “**Direitos das Crianças e dos Adolescentes**”, organizada em: página inicial; introdução; sugestões de conteúdos; curiosidades; entrevista; dados locais; tarefa; avaliação; processos; considerações finais e referências, tem como intuito explorar, trazer conhecimento e compreensão sobre os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, para isto traçam o percurso histórico acerca de como as crianças e adolescentes eram tratados até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, que surge como uma mudança de paradigmas reconhecendo as crianças como sujeitos de direitos e protegendo seu

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 13 de 19



desenvolvimento pleno. A WQ destaca a importância de reconhecer que as crianças possuem direitos humanos desde o presente, não apenas como preparação para o futuro. Fornecem também dados locais para contextualizar a situação em Campo Mourão, revelam casos de abuso, violência e desafios enfrentados pela população infantojuvenil na região. A entrevista com uma advogada contempla informações pertinentes sobre a proteção das crianças e adolescentes em situações de violência e vulnerabilidade, bem como as lacunas e desafios enfrentados pela cidade nesta tarefa, enfatizou também a importância de programas sociais adicionais, a criação de um órgão dedicado às vítimas de violência nessa faixa etária e a necessidade de conscientização das famílias para denunciar casos de abuso.

Os/as autores/as sugerem alguns materiais relacionados ao tema, como séries, documentários e projetos destinados à proteção da criança de seus direitos e seu desenvolvimento. A WQ apresenta conteúdos detalhados acerca da temática e traz no campo de curiosidades alguns dados alarmantes sobre a violência contra as crianças e jovens. A tarefa e avaliação da WQ incentivam a participação dos/das leitores/as, permitindo que expressem opiniões e compreensão sobre o tema. Os autores sinalizam na conclusão a indignação quanto às violências, mas a alegria de descobrir sobre projetos destinados aos jovens e expressam a esperança e o desejo de que os direitos sejam reconhecidos e respeitados, reforçando a ideia de que as crianças e adolescentes merecem ser tratados como seres humanos plenos desde a infância.

A WQ se mostra enriquecedora por apresentar muitas informações relevantes acerca dos direitos da criança e do adolescente e trazer como ponto essencial a fala da entrevistada que contribui com o exposto no decorrer da WQ. Nesse sentido, essa produção se destaca como proposta de extensão, e busca, a partir da propagação de seus conteúdos, promover o envolvimento ativo da comunidade, ressaltando a importância do envolvimento da população na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, como forma de promover ações e o bem-estar dos jovens.

A **WebQuest “Direitos da População Indígena”** contém: página inicial; introdução; entrevista; materiais complementares; tarefa; avaliação e considerações finais. Esta WQ busca promover a educação em direitos humanos, enfocando nos direitos dos indígenas e suas culturas, incluindo informações sobre a escola e educação indígena. A entrevista com um historiador e geógrafo apresenta perspectivas valiosas sobre a cultura indígena, sua diversidade e a luta contra a aculturação, abordando também o Estatuto do Indígena, a atuação da Funai e a interação dos indígenas com a sociedade não indígena. As autoras trazem



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

materiais como vídeos educacionais, documentários, links de acesso ao museu do índio, instituto de pesquisa e formação indígena, uma cartilha que aborda a questão dos povos indígenas no contexto da pandemia, fundação nacional do índio, materiais didáticos e paradidáticos em línguas indígenas, com o intuito de enriquecer o conhecimento sobre a temática, em complemento, a tarefa consiste em um questionário acerca dos conteúdos que foram abordados na WQ. A conclusão ressalta a necessidade dos Direitos Humanos na proteção dos indígenas, particularmente em relação à terra, educação, saúde e direitos sociais, com o intuito de falar sobre a população indígena, seus direitos, suas histórias e culturas.

No que diz respeito a ação extensionista presente nessa WQ, evidenciamos a entrevista, embora feita por meio de um questionário curto e objetivo, que traz a perspectiva e trabalho de um pesquisador da área, o entrevistado é membro da comunidade local e apresenta aspectos pertinentes sobre a população Indígena e seus direitos, contemplando inúmeros aspectos da história e cultura dos povos originários das terras locais de sua região.

Por conectar a comunidade e abranger conteúdos relevantes, realizando análises necessárias sobre o tema, assim como apresentar a perspectiva de um convidado na entrevista, essa WQ atende ao propósito da extensão universitária. No entanto, faltou nesta WQ apontar algumas informações mais completas ao/a leitor/a como as fontes no decorrer das páginas da WQ e como foi realizada a entrevista, porém, evidencia-se que por ser possível editar e ajustar as páginas sempre que necessário e considerando a relevância da WQ e de seus conteúdos, essa lacuna pode ser preenchida, salientamos a importância de manter as páginas sempre atualizadas.

Notamos que embora organizadas de maneira diferentes e apresentarem temáticas diversas, todas as WQs analisadas, possuem uma interface interativa, didática, problematizadora, instigam o/a leitor/a a repensar práticas e o direcionam a um caminho reflexivo, os diálogos entre os/as autores/as e o/a leitor/a proporcionam uma aprendizagem dinâmica, lúdica, objetiva e prática, com materiais de fácil acesso, onde várias fontes se alocam em um só lugar, sendo possível utilizá-las ou adaptá-las a qualquer idade.

As seis WQs analisadas, partem com a mesma finalidade de incitar ao/a leitor/a conscientização e reflexões, contribuindo para o conhecimento e trilhando um caminho ao respeito e convivência com as diversidades, bem como a garantia do direito de todos. Como um ponto em comum, a criatividade, a interação com o leitor no decorrer das WQs, os espaços abertos para expressão livre de quem a lê e as entrevistas, estão presentes em todas as WQs.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 15 de 19



Todos os esses componentes em consonância com as informações pertinentes acerca das lutas, história e direitos humanos em cada temática, assim como canais de denúncias em caso de violência contra as comunidades abordadas, se constituem em uma forma de ampliar olhares e conectar as pesquisas e estudos com a comunidade, visto que a WQ, por ser acessível e de fácil entendimento se destaca como ferramenta de extensão que pode ser direcionada a comunidade, viabilizando a educação em direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As *WQ* proporcionaram aos e às discentes novas perspectivas acerca dos direitos humanos e das temáticas trabalhadas, conforme apontado em suas respectivas produções. Esse processo de criação e estudos, motivou, desafiou e fez com que os acadêmicos/as assumissem a postura de pesquisador/a, instigou também o diálogo, a coletividade, a autonomia e a criatividade, possibilitando o movimento crítico e reflexivo em todo processo de construção da *WQ*.

Como um aspecto essencial no que tange ampliar a temática a discussões à comunidade, salientamos que todas as *WQ* analisadas contemplam a proposta da curricularização da extensão, ao atrelar discussões pertinentes, postas de forma didática, interativas e ao abrir espaço à população. Essa articulação, configurada pela tríade ensino-pesquisa e extensão, corroboram com a disseminação confiável de conhecimento e pode servir como ponto de partida para ampliar visões por meio da educação, bem como, com a identificação de problemas sociais e déficits nas políticas públicas, mencionadas em muitas das entrevistas, com conscientização e engajamento da comunidade com as lutas sociais e promoção de reconhecimento e respeito aos direitos e deveres, que não devem ser direcionados a um único grupo e sim a todos os seres humanos.

Salientamos a pertinência e urgência de ampliar as discussões acerca dos direitos humanos e de colocar em evidência vozes que foram historicamente sufocadas, por uma sociedade estruturada em cima de preconceitos, discriminação e opressão a grupos socialmente excluídos e marginalizados.

Destacamos ainda que as *WQs* produzidas em conversa com os direitos humanos, prezam por dar visibilidade para comunidades historicamente marginalizadas, desconstruir preconceitos e dismantelar pensamentos estruturais e naturalizados que perpetuam na sociedade. Nesse sentido, as *Webquests* e os assuntos abordados visam mobilizar uma práxis



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

pedagógica emancipatória e autônoma, por conta disto, a curricularização da extensão realizada pelas universidades não deve se resumir a produzir e socializar com a comunidade atividades soltas e sem significados, devendo se basear, sobretudo, na relação dialógica em um processo de construção social do conhecimento, visando trilhar o caminho de desenvolvimento das classes populares, na promoção de educação, respeito, dignidade e emancipação.

Consideramos, portanto, que a metodologia *WQ* como pesquisa acadêmica, viabiliza a relação dialógica entre universidade e sociedade, além de contribuir a coleta de dados e pesquisa diretamente com a comunidade afetada, permite o movimento de ação-reflexão e ação, possibilitando a universidade em conjunto com a comunidade produzir conhecimentos, ao passo que a proposta da educação e direitos humanos articulado a tecnologias, se constituindo como propulsora na construção social do conhecimento contribui para disseminação de conhecimento, a valorização das diversidades, respeito e convivência no contexto escolar que preze o diálogo intercultural aberto e a escuta do outro, assim como preconizado por Freire (1996), vislumbra-se a aceitação e o respeito às diferenças, os quais sem a escuta não poderá ocorrer.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. **Contribuição da Metodologia WebQuest no processo de letramento dos alunos nas séries iniciais no ensino fundamental.** In L. Mercado, *Vivências com aprendizagem na internet* (p. 11-46). Maceió-Alagoas: EDUFAL- Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2005.

BENEVIDES, Maria Victória. **Educação em direitos humanos: de que se trata?.** *Convenit Selecta*, v. 6, n. ene./jun 2001, p. 43-50, 2001, Tradução.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** 3. reimpr simpl. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Edição 243, Seção 1, p. 4919, dez. 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-7-de-18-de-dezembro-de-2018-55877677>. Acesso em: 26 jul. 2023.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 17 de 19



CANDAU, V. M. F.; SACAVINO, S. B. (2013). **Educação em direitos humanos e formação de educadores**. Educação, 36(1).

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed. rev. e ampl. - São Paulo, Saraiva, 2003

COMPARATO, Fábio Konder. **Fundamentos dos direitos humanos. Cultura dos direitos humanos**. Tradução . São Paulo: LTR, 1998.

COUTINHO, C., & CHAVES, J. (2002). **O Estudo de Caso na Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal**. 221-243. Universidade do Minho: Revista Portuguesa da Educação

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FORPROEX. **Carta de São Bernardo**. São Bernardo: FORPROEX. 2016

FRANÇA, Fabiane Freire; SASSO, Andrea Geraldi; CORDEIRO, Aline Fernanda. **Educação em Direitos Humanos: um relato de experiência do estágio de docência com o uso de WebQuest**. *Communitas*, Rio Branco, v. 5, n. 9, p. 312–333, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/4645>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FRANÇA, Fabiane Freire; COSTA, Maria Luisa F; SANTOS, Renata O. dos. **As novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no contexto educacional das políticas públicas: possibilidades de luta e resistência**. *Campinas, SP: Revista Educação Temática Digital*, v. 21, n. 3, p. 645-661, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8654687>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. **Concepções orientadoras do processo de aprendizagem e ensino nos estágios pedagógicos**. In: *Actas do Seminário Modelos e práticas de formação inicial de professores*. Lisboa, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 11. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Professora sim tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 2. ed. São Paulo: Olho D'Água, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1. ed. Paz e Terra: São Paulo, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12.ªed. Trad. de Moacir Gadotti; Lilian;Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?**. Instituto Paulo Freire, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

ROSSI, Jean Pablo Guimarães; FRANÇA, Fabiane Freire. **“Gênero e diversidade na escola”**: uma proposta de WebQuest como subsídio para discussões de gênero no espaço escolar. Educa Online, v. 14, n. 3, p. 50-80, set/dez. 2020.

SANTOS, R.; JORGE, I. **Utilização da plataforma Moodle por docentes do ensino não superior**: o caso da escola EB 2,3 S.João de Deus, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <<https://www.unicef.org>> Acesso em: 18 jul. 2023.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. Porto Alegre: Bookman-Artmed, 2001.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 19 de 19



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

DRAMA DA HONRA: ANÁLISE DE CASA DE PENSÃO DE ALUÍSIO AZEVEDO E A QUESTÃO CAPISTRANO

Gabriel Antônio Prechlak - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus União da Vitória, prechlakgabriel04@gmail.com

Kelly Cristina Benjamin Viana - Orientadora
Unespar/Campus União da Vitória, kelly.viana@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

[...] se n'estes últimos tempos o crime tem arrastado a muitos, a honra ainda alenta alguns! Sim, pela confusão dos acontecimentos diários, e pelo sangue vertido, o drama Capistrano se acha unido á essas duas tragédias também sangrentas (Cervetto e Bosselli), mas entre esses crimes a razão destaca o drama da honra! (*A Lanterna*, n. 10, 25.11.1876, p.160).

É quase um consenso entre estudiosos que somente a partir do século XIX que a cidade do Rio de Janeiro começou a transformar-se radicalmente, seja na expansão urbana e sua estratificação em “termos de classes sociais”, quanto na aparência e conteúdo que tomou a cidade ao longo do século. A década de 1870 é considerada por Abreu (1997, p.37) um marco divisório “bastante adequado” da cidade, é neste ano em que os “dois elementos impulsionadores da expansão da cidade (bondes e trens) passam a atuar sincronicamente”, numa rápida separação das “classes nobres” servidas dessa mobilidade, em áreas afastadas do centro como Andaraí, Laranjeiras, Rio Comprido, São Cristóvão, Catete e Botafogo, das classes marginais, vivendo nas “periferias” da área central. Consolidando um processo de segmentação social há muito acontecendo, iniciado pela corte portuguesa em 1808. Dessa forma, a cidade que sediava modernidades urbanísticas, mantinha no centro, contraditoriamente, “a sua condição de local de residência das populações mais miseráveis da

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 1 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





cidade. Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver”.

Em razão das políticas de libertação gradual dos cativos, a partir da década de 1870 o número de egressos da escravidão começava aumentar entre a população da cidade ao lado de “brancos pobres” imigrantes. Para Mérian (2013, p.97) o sistema econômico e social baseado na escravidão fazia diversas vítimas, pois a “organização das relações de produção transformava os “brancos pobres” assalariados em escravos no plano econômico. Seu dia a dia era idêntico ao dos pretos e mulatos com quem conviviam. As fragmentações sociais não eram exclusivamente raciais”. Portanto, completa o autor, trabalhadores “livres” como de imigrantes portugueses, viviam em condições semelhantes às populações negras. É através da miséria e da vida degradante em cortiços que chegamos mais próximos de uma “democracia racial”:

O trabalhador quando se recolhe ali, cheio de cansaço, ofegante ainda, com o corpo inundado de suor, mete-se num pequeníssimo quarto com mais cinco ou seis companheiros, em idêntico estado, e adormecem envolvidos de miasmas, formando em torno de si um ar viciado e pestilento, que se não produz a febre amarela, pode produzir outra qualquer peste pior ainda. (*Gazeta de Notícias*, 18.06.1876, p.1).

Essas populações pobres e analfabetas, vivendo em moradias coletivas, encortiçadas ou não, tão logo seriam classificadas como as “classes perigosas”, ou seja, as classes pobres e viciosas, indistintamente chamadas; pois entendia-se que o indivíduo que se dava na pobreza era sintomaticamente qualificado como um ocioso e malfeitor (CHALHOUB, 1996, p.22). O conceito arbitrário e deliberadamente excludente referia-se com maior aprofundamento a:

ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (a palavra já existia). E, é claro, a figura tipicamente carioca do capoeira [...] Morando, agindo e trabalhando, na maior parte, nas ruas centrais da Cidade Velha, tais pessoas eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções do tipo desordem, vadiagem, embriaguez, jogo. (CARVALHO, 2012, p.18).



A violência urbana era, por sua vez, com frequência explorada pela imprensa e ruminada pela população leitora, favorecendo os incontáveis romances de folhetins inspirados nos casos fluminenses, semelhante à “pedaços de carne crua e ensanguentada” atirado a animais famintos, sedentos por uma contagiosa e vulgar morbidez. Quando não raro, uma violência branca e dos estratos “médios” aparecia nos jornais, e lograva ultrapassar a mesmice violência das “classes perigosas”, romantizava-se, tendia assumir uma forma diferente e até criar uma identificação com seus leitores. Um crime que aconteceu em 1876, com efeito, convergia favoravelmente elementos em seu enredo para movimentar a limitada opinião pública de seu tempo; somando-se a um desfecho razoavelmente romântico e comovente aos mais íntimos das personagens. A “Questão Capistrano”, como ficou conhecido, enlutaria o mundo estudantil de seu tempo, e inspiraria uma das mais importantes obras do naturalismo brasileiro.

Sobre o romance de Aluísio Azevedo

Na edição publicada d’*A Folha Nova*, em 5 de Março de 1883, Aluísio Azevedo apresentava sua mais nova obra *Casa de Pensão*, então reservada ao folhetim desse mesmo jornal e que principiaria na edição seguinte; posteriormente também publicado em livro (1884). “Amanhã o leitor encontrará n’este canto mal aproveitado da *Folha Nova* o primeiro folhetim de meu novo trabalho – *Casa de Pensão*” (*A Folha Nova*, 05.03.1883, p.1). A obra apresentada era ambiciosa e diligente, tinha uma proposta, uma carreira apostada por seu autor; depois de *O Mulato* (1881) Aluísio Azevedo oscilava em escritos menores e sem “rigor literário” (*au juor le juor*) em folhetins da *Gazeta de Notícias*, como *Memórias de um Condenado* (1882) e *Mistérios da Tijuca* (1882-1883) que tinham o objetivo de agradar ao gosto mais “vulgar” e “sedento” dos assinantes do jornal. Ao conceituar, Machado de Assis dizia que: “O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério consorciado com frívolo [...] tem a sociedade diante de sua pena, o público para lê-lo, os ociosos para admirá-lo, e os *bas-bleus* para aplaudi-lo” (*O Espelho*, n. 9, 30.10.1859, p.1). Antes mesmo de *Casa de Pensão* ser publicado em livro e definitivo, em fins de 1883 o autor ainda escreveu *Filomena Borges*, um romance “*au juor le juor*” como admitia sua natureza, e



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

que portanto, semelhante aos anteriores, a crítica o tratou como “verdadeiro desastre”, insignificante para a literatura.¹ Aluísio Azevedo estava totalmente ciente dessa inconsistência, e não hesitou em concordar com os críticos de *Filomena Borges* para defender a natureza distinta de seu novo livro (*Casa de Pensão*), e em contrapartida compará-la a *O Mulato*. Em resposta ao jornalista e crítico Carlos de Laet, escreveu Azevedo:

Filomena Borges, permita-me que o diga, nunca aspirou melhor destino do que aquele que teve. Concebido e escrito, não para mim, não para a crítica, não para a literatura, mas simplesmente para desenfasiar por alguns dias a parte mais triste dos assinantes da Gazeta de Notícias, foi, coitado! O que devia ser: uma pilhéria em vinte e tantos capítulos. Uma pilhéria sem aspirações e sem conseqüências. [...]

Mas para que insistir nesse terreno, se não é de Filomena Borges e sim da Casa de Pensão que agora me convém tratar? (*Gazeta de Notícias*, 04.06.1884, p.2).

É evidente que os exemplos recentes de seu autor podiam em alguma medida macular a publicação definitiva de *Casa de Pensão*, tendo Aluísio a particular atenção de defendê-la de suas próprias obras; mas que ao fim, para as graças da literatura brasileira, pode assumir seu digno lugar. Na apresentação d’*A Folha Nova* (05.03.1883, p.1), o autor é particularmente pertinente e revelador de seu tempo, além de expor ao público a impressão e posição que deseja para *Casa de Pensão*; “não o qualifico de romance”, escreve Azevedo, “tal não é o caráter que tenciono imprimir”, nem de fazê-lo um “livro científico, nem tão pouco realizar uma obra de arte”; “apenas me proponho estudar umas das faces mais características e mais antipáticas da nossa sociedade – a vida em casa de pensão”. Portanto, o autor qualifica sua obra como um estudo, uma narrativa analítica; e a casa de pensão, enquanto meio, é essencialmente a tônica naturalista de Aluísio Azevedo por qual se desenvolve toda a intriga do caso. Pretende, nas palavras dele, rasgar aos olhos do leitor uma dessas paredes das velhas casas de pensionistas, “expondo na sua nudez fria e profundamente comovedora os dramas secretos que ali dentro se consomem, terríveis e obscuros, como a luta dos monstros no fundo do oceano”:

Desejo patentear ao leitor todo o mal, todo o desmantelamento, todo o desequilíbrio e toda a miséria, que podem resultar a uma família, sempre que ela comete a imprudência de introduzir no seio pessoas que não são solidárias

¹ “Para o crítico [Araripe Júnior], essas obras não apresentariam nenhuma característica estética digna de nota, comparando-as aos “pedaços de carne crua e ensanguentada” que os domadores atiram às feras para assanhá-las” (PORTO, 2009, p.259).



da sua dignidade, que não são responsáveis pela sua honra, que se não acham ligadas, nem pelo parentesco, nem pelo amor, nem pelo respeito, e que por conseguinte nunca poderão compreender essa religião do lar, que nos conduz a todos os sacrifícios em todos os heroísmos, essa vigilância carinhosa e veneranda com que cercamos os entes fracos confiados a nossa guarda, esse paternal e constante interesse, com que afastamos de em redor de nossa família tudo aquilo que lhe possa macular os brios.

O hospede, por melhor que seja, por mais honesto, por mais respeitador, é sempre um inimigo perigosíssimo que a família tem dentro de si (*idem*).

O autor se colocava na ocasião, uma vez mais, parte de um seletto grupo de escritores e cronistas da segunda metade de Oitocentos (como Machado de Assis, Joaquim Manuel de Macedo, entre outros) cujo olhar e pena eram sensíveis às transformações urbanas e culturais, bem como aos desvarios quotidianos da Corte. “Talvez seja até irrisório tentar entupir um abismo com papel, mas em todo o caso a intenção é legítima. [...] Os males reais só podem ser combatidos pela própria realidade”, dizia o autor (*idem*). Neste sentido, Aluísio Azevedo se mostrava, pela lente naturalista, em sintonia com a crise habitacional experienciada pelo Rio de Janeiro:

Uma das práticas mais comuns, recorrente a cada manifestação de crise de habitação, é a oferta de quartos de aluguel em residências particulares. Os quartos de alugar eram fato comum na vida carioca da época, abrigando não apenas os trabalhadores pobres, mas de diferentes faixas de renda, inclusive dos estratos médios, como nas casas de pensão. Os espaços alugados e o número de locatários definiam modalidades diferentes de moradias. Um mesmo sobrado podia ser em etapas diferentes uma «casa de família» em que se alugavam quartos, uma casa de pensão, uma casa-de-cômodos ou até uma hospedaria barata onde se alugavam camas, vagas ou esteiras por noite (VAZ, 1993, p.589).

Por outro lado, ao pensar a discussão que se insere sua obra, o autor parece ignorar ao que serviu-lhe de inspiração: um “drama de sangue”; um crime dos “estratos médios” que engastou profundamente seu desfecho no imaginário popular da Corte, marcado pela excepcional cobertura da imprensa, as discussões culturais em torno da honra, as manifestações de estudantes das principais instituições locais e sua influência na prática jurídica posterior. “O escritor nunca assumiria a relação entre a obra e o caso verídico. Apesar disso, não contrariava aqueles que a afirmavam” (PORTO, 2009, p. 259). Trata-se da chamada “Questão Capistrano”, como epitomizado pela imprensa contemporânea.



Estupro e Causa Estudantil

Em 1876, na manhã de 19 de novembro, por volta das 10 horas, Antônio Alexandre Pereira de 23 anos, natural da Bahia e estudante da Politécnica, assassinou a tiros seu colega João Capistrano da Cunha, na movimentada rua da Quitanda. Com 19 anos de idade, Capistrano era natural de Campo Largo, no Paraná, e estava desde 23 de janeiro recolhido à prisão pelo crime de estupro (art. 222 do cód. criminal)², intentado contra D. Júlia Pereira, moça ‘honesta’, de 20 anos e irmã de Alexandre Pereira. O assassinato era o desfecho de um drama que já perdurava há meses na imprensa local. Por coincidência, Aluísio Azevedo, com então 19 anos, desembarcara nesse mesmo ano ao Rio de Janeiro; havia chegado de São Luís trazendo consigo algumas cartas de recomendação e o desejo de se fazer na Corte, como os muitos jovens provincianos que afluíam pela cidade. Sem dúvidas alguma, o futuro escritor se manteve - em alguma medida, inteirado nos eventos consumidos em conversações e publicações de periódicos.

O paranaense João Capistrano estava hospedado no bairro de Santa Tereza, na residência de seu colega e de sua mãe Júlia Pereira, quando, na noite de 13 para 14 de janeiro, teve “cópula forçada” com a irmã desse seu colega, através de ameaças e violências. “Se houve sedução, violência ou consentimento no decorrer da noite de 13 de janeiro, não se soube, e as opiniões divergiram” (MÉRIAN, 2013, p.100). Pode-se supor, contudo, que João Capistrano recusou o pedido subsequente de Antônio Pereira para que casasse com sua irmã desonrada, de modo a reparar a afronta. O que poderia ser resolvido intimamente, foi levado perante o tribunal pela parte da ofendida, dando início à cobertura da imprensa. Em 14 de março o caso foi pronunciado, e em 6 de maio realizou-se a primeira sessão para o julgamento do réu. Na ocasião, já se observava uma movimentação atípica:

No sábado muito antes de começarem os trabalhos já o povo afluía para o tribunal. O juiz teve necessidade de reforçar as sentinelas. Eram advogados, das autoras os Srs. Drs. Jansen Junior e Ferreira Vianna e do réu o Dr. Pinto Junior [...] Depois das 5 horas começou a defesa. Nessa ocasião alguns

² “(A. 222) Ter cópula carnal, por meio de violência ou ameaças, com qualquer mulher honesta”. TINOCO, A. L. F. Código Criminal do Império do Brazil Annotado. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.



indivíduos das galerias deram aplausos. O defensor ponderou que não se deviam manifestar pró ou contra a quem quer que fosse ali no tribunal, ao qual deviam todo respeito e acatamento. Que sendo este um país da liberdade haviam muitos lugares onde o povo pudesse expandir as suas manifestações (Gazeta de Notícias, 08.05.1876, p.1).

O fato é conhecido do público pelo folheto que a mancheias tem sido espalhado por toda esta cidade e pessoas de todas as classes. [...] As galerias a todo o tribunal regurgitavam de espectadores (*O Globo*, 07.05.1876, p.2).

Seja por desfaçatez ou desatenção que se expressa a advertência aos circunstantes, em todo caso, o discurso do defensor coloca em evidência o início de uma irrefreável e, cada vez mais, atuante manifestação estudantil, sobretudo. Fato que se confirmaria na sequência do julgamento. Após um breve interrogatório em que fora submetido o réu, argumentando que não era “exato” que houvesse violência ante o corpo de delito, e que por três noites consecutivas estivera em correspondência com a ofendida; atribuía a acusação, por fim, a uma “perseguição” da mãe de D. Júlia Pereira. Ouvida ambas as partes e deliberado o conselho, o presidente do tribunal “julgou o réu João Capistrano da Cunha incurso no grau mínimo do art. 222 do Cód. Crim. e o condenou à pena de prisão simples por 3 anos, a dotar a ofendida e a pagar as custas do processo” (*idem*, 08.05.1876, p.2). O defensor do acusado imediatamente apelou, e o tribunal acatou na forma da lei; um segundo julgamento seria marcado. E esse intervalo de tempo, como se mostraria, era só uma questão de forma e oportunidade aos mais engajados acadêmicos partidários de João Capistrano.

Infelizmente, toda essa rede de sociabilidade estudantil e a relação com as personagens são incognoscíveis, há lacunas que não podem ser preenchidas pelos recortes fracionários da realidade nos periódicos. Em Casa de Pensão, podemos nutrir certos aspectos históricos por intermédio do romance, uma vez que o autor tomou o caso como base, porém, em contrapartida, os personagens históricos foram completamente reinventados. Estaria o jovem Aluísio mais próximo do comprovinciano Amâncio de Vasconcelos, que Amâncio estaria de João Capistrano? Não se sabe, e provavelmente também nunca saberemos as razões da classe estudantil, e outros grupos menores, terem escolhido um lado a despeito de outro – tendo em vista que Alexandre Pereira também era estudante da Politécnica³.

Em 8 de maio uma primeira comissão da Politécnica saía às ruas:

³ No romance pode-se conjecturar. É possível que o personagem Paiva Rocha, colega de Amâncio, seja o elo com os estudantes. Mas no geral, a participação estudantil não tem relevância na obra.



Os estudantes da escola Politécnica incorporaram-se em número superior a 200 e foram ontem, às 3 horas da tarde, à casa do Sr. Dr. Busch Varella⁴ [...] (pedir) ao distinto advogado o seu valioso patrocínio em prol da causa que tanto interessa o corpo acadêmico.

O Sr. Dr. Busch Varella acolheu com toda a benevolência os generosos moços e prometeu defender a causa do acusado.

Faz honra à mocidade acadêmica o empenho com que trabalha para restituir à liberdade um colega estremecido. (*Gazeta de Notícias*, 09.05.1876, p.2).

No dia seguinte, a escola de Medicina lograva outra conquista à causa:

Os estudantes de medicina, em número de cento e tantos, dirigiram-se ontem ao Sr. conselheiro Saldanha Marinho⁵, afim de que ele conjuntamente com o Sr. Dr. Busch Varella patrocine a causa do Sr. João Capistrano da Cunha. [...] O Sr. conselheiro Saldanha Marinho respondeu que aceitava com particular interesse a defesa d'essa causa, que lhe era simpática, tanto mais pela distinção com que o honrava o corpo acadêmico de medicina. (*Idem*, 10.05.1876, p.1).

Numa subsequente investida, alunos da Academia das Belas Artes também conseguiram o patrocínio do Dr. Duque-Estrada Teixeira, que cedeu aos “nobres” impulsos estudantis (*idem*, 11.05.1876, p.1). Outras comissões saíram às ruas e lograram mesmo efeito, mas ao contrário daqueles, seus advogados não passaram do compromisso meramente verbal aos estudantes⁶. Além disso, não foi de toda inquestionável o propósito dessa mocidade. Na sessão Publicações a Pedido da Gazeta de Notícias, sob título Questão Escolar, alunos protestavam contra a pressão que sofreram de seus mestres, “não os deixando ir como tantos outros, em massa tomar também seus advogados, em favor da vítima!... inocente!... ultimamente condenado no tribunal do júri; porque, dizem eles (que ousadia!) que é asneira! um tal alvitre!...” (15.05.1876, p.3).

Consta adiante o agradecimento de Capistrano da Cunha aos colegas de classe, escrita em terceira pessoa é a única assinada em seu nome:

⁴ Carlos Arthur Busch Varella (1823-1905), tio do poeta Fagundes Varella, foi um notório advogado da capital.

⁵ Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895) foi um advogado, político e grão-mestre da maçonaria. Republicano influente, foi um dos responsáveis pelo *Manifesto Republicano* de 1870.

⁶ A mobilização estudantil se seguiu na Escola de Marinha (*Gazeta de Notícias*, 12.05.1876, p.1), na Escola Normal de Niterói (*ibidem*), entre os estudantes de preparatórios (*idem*, 13.05.1876, p.1) e no externato da Escola de Marinha (*idem*, 15.05.1876, p.1). Os “empregados do comércio” também se reuniram com o mesmo propósito (*idem*, 12.05.1876, p.2). Ver ainda o agradecimento aos estudantes pelo pai de Capistrano (*idem, ibidem*).



O abaixo assinado, do íntimo de sua alma vem testemunhar a sua eterna gratidão aos seus generosos colegas, que; compartilhando dos seus infortúnios, entregaram a sua causa a tão distintos advogados.

Agradece também a estes nobres advogados que tomaram a sua defesa, e à Providência e a eles entrega a sua sorte (*idem*, 17.06.1876, p.3).

Com auxílio de uma imprensa simpática – e até “romântica”, temerosa de contradizer os estudantes e cada vez mais vítima do próprio discurso, essa ação coesa dos estudantes revestiu-se de dizeres “nobres” e “justos”; uma causa “honrada” que pedia a liberdade de um moço vítima da “inexperiência”, condenado a uma pena “imerecida”. A frente tomada pelos estudantes, se interpondo ao processo e reivindicando a causa; para além de virar o jogo, os estudantes viraram a mesa a favor de João Capistrano. Após algumas postergações do processo, ou “preterição” – como denunciavam os estudantes, de setembro para outubro, daí para novembro; nesse mês haveria de acontecer, inclusive por pressão, como a comissão da Politécnica que foi ter com o ministro da justiça:

Colegas, hoje, mais do que nunca, devemos empregar todos os nossos os esforços para chegar no fim da nossa manifestação! [...] Precisamos procurar debaixo da cinza ainda quente dos acontecimentos, essa faísca primitiva de entusiasmo com a qual tento conseguimos. Precisamos continuar, com constância e não abandonar o terreno que temos ganho, porque então, mereceríamos uma censura, que nos envergonharia para o futuro [...].

Chamamos a vossa atenção para a petição que nas folhas de hoje fazem os membros da comissão por nós nomeada, a S. Ex. o Sr. ministro da justiça, certos de que obterão do justo Sr. ministro o cumprimento da lei. (*Gazeta de Notícias*, 14.11.1876, p.2-3).⁷

Em 17 de novembro, João Capistrano da Cunha era julgado pela segunda vez, num tribunal cheio de espectadores. Além do curador Dr. Pinto Júnior, acompanhavam agora seus conceituados advogados Drs. Saldanha Marinho, Duque-Estrada Teixeira e Busch Varella. O episódio detalhado pela *Gazeta de Notícias* (18.11.1876, p.1-2), semelhante ao primeiro, acrescentava agora o interrogado, que as contusões que Júlia Pereira apresentou e que constam no corpo de delito, tratavam-se de um soco desferido pelo irmão da vítima quando

⁷ Ver também *O Globo*, de 13 de novembro de 1876, em qual a comissão se manifesta contra a preterição e fazem um apelo ao ministro da justiça. Também encontra-se anexada uma carta dirigida por Busch Varella e Saldanha Marinho aos estudantes, detalhando esses entraves.



tentava acertar nele e essa meteu-se permeio. “Pouco depois do meio dia houve um pequeno sussurro, devido à afluência de pessoas que queriam penetrar à força no recinto, e por isso o Sr. Juiz suspendeu a sessão, recomeçando à 1 hora da tarde”. Concluído as falas de ambas as partes e deliberado o conselho, o réu seria unanimemente absolvido pelos presentes. O juiz apelou, porém o réu foi posto em liberdade, ao que os espectadores “prorromperam em vivas” e foram acompanhando Capistrano da Cunha pelas ruas da cidade. Por volta de 2,000 pessoas, dando vivas e regozijando-se pelo feliz resultado do processo, acompanhavam o jovem numa excepcional euforia. Consta ainda que chegaram à casa de Busch Varella, para vitoriar o defensor, “dirigindo-lhe uma das pessoas do povo uma alocução, a que S. S. respondeu agradecendo e dando um viva à geração a que está confiado o futuro do Brasil” (*Gazeta de Notícias*, 18.11.1876, p.1). Evidentemente, a “Questão Capistrano” não poderia ter engastado sua memória sem as consequências que sucederam esses eventos.

Assassinato, Reviravolta e a Questão da Honra

O caso que parecia encerrado, durou apenas dois dias. Todos os principais jornais da Corte noticiavam, em 20 de novembro, os “lúgubres” acontecimentos do dia anterior. “Trágico desenlace”, começava *O Globo* (20.11.1876, p.2), a “população” da capital encontrava-se surpreendida e comovida diante um “sucesso desgraçado”: o assassinato do “jovem estudante da Politécnica João Capistrano da Cunha”. Segundo os jornais da Corte, e o relatório policial do delegado Dr. Torquato Couto (*idem*, 01.12.1876, p.2), narra-se aquela manhã que após Capistrano almoçar com um de seus correspondentes, retornava com destino à casa onde residia na rua da Quitanda, quando entre a rua Vde. de Inhaúma, por volta das 10h, chegou-lhe de encontro Alexandre Pereira, que “fazendo pontaria” desfechou-lhe dois ou três tiros de revólver, mas que não o acertaram. “Voltando-se, naturalmente pelo estrondo da detonação, viu Capistrano que Pereira o perseguia, e adiantando os passos refugiou-se na primeira casa aberta que encontrou”, então o armazém de comestíveis de Antônio Pereira Barbedo, negociante português. Capistrano somente teve tempo de “recolher-se ao escritório do armazém, cuja porta se conservava aberta”. Porém, cercado, Pereira o alcançou e deferiu-lhe mais dois tiros, dos quais um acertou, recebendo a vítima um ferimento letal pelas costas,



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

“entre a sétima e oitava costela”. Retirando-se Pereira para recarregar a arma, sob intenção de disparar novamente, foi seguido até a porta do armazém pelo ferido Capistrano, que cambaleante, caiu ali mesmo desfalecido. Antes que aquele tomasse outra ação, as primeiras testemunhas “arrancavam-lhe da mão o revolver”, pois “depois de carregado de novo, tentara ainda disparar mais tiros sobre Capistrano”. Como de costume, houve logo apitos, gritos e uma extraordinária concorrência de curiosos pela rua, não se demorando fazer os mais “extraordinários comentários”. Alexandre Pereira, atônito, não opondo menor força, seria conduzido ao subdelegado mais próximo. Capistrano, por sua vez, tão logo foi carregado nos braços por uma testemunha, em direção à botica do Dr. Theodoro Peckolt, quando sentiu que a vítima falecera durante o transporte⁸, o que também seria confirmado pelo empregado do estabelecimento. O corpo de Capistrano seria posteriormente transportado à casa dos seus correspondentes, onde residia àquela rua, defronte do qual houve grande aglomeração de gente durante o dia.

No dia seguinte (20), fez-se público por correspondentes do pai da vítima, que o corpo sairia às 2h da casa onde se encontrava para o cemitério S. João Batista (*O Globo*, 20.11.1876, p.4). A comissão da Politécnica, que tomou luto por 7 dias na instituição, convocava toda classe estudantil para o cortejo do falecido colega; resolvendo essa mesma comissão que o corpo fosse conduzido à mão (*ibidem*). Na hora que se aproximava, aglomeraram-se curiosos pelas ruas para ver o fúnebre cortejo passar, composto por cerca de 2,000 pessoas – segundo a *Gazeta de Notícias* (21.11.1876, p.1), de “diversas classes da sociedade, destacando-se entre todas a mocidade acadêmica”. Carregando o caixão à mão os ilustres advogados da causa, seguiu-se o dramático préstito passando por diversas partes da Corte, pela “rua da Quitanda, Ouvidor, largo de S. Francisco, rua do Teatro, Rocio, Vde. do Rio Branco, Lavradio, Arcos, Mangueiras, Catete e Botafogo”, até finalmente chegar ao cemitério. Junto à sepultura, discursou ainda “sentidas palavras de adeus” o conselheiro Saldanha Marinho, mas a “emoção embargava-lhe a voz”, e Duque-Estrada Teixeira; cujo discurso foi reproduzido nos principais jornais (ver *O Globo*, 26.12.1876, p.3). Era o fim do apregoado drama, mas o início de um debate mais amplo.

⁸ Ver a *Gazeta de Notícias*, de 23.11.1876, p.1-2, para o depoimento integral das testemunhas. Não há a edição subsequente (do dia 24), com as declarações do acusado.



O número de 2 mil pessoas no velório, também vê-se na absolvição de Capistrano, evidentemente não é uma cifra insignificante, mas mostra que caso foi de pouquíssima espessura social. Mesmo no cortejo, divulgado e acompanhado por eminentes figuras (patrocinando a causa a pedido dos próprios estudantes), estava limitada à extensão do corpo acadêmico da cidade, se sobressaindo dentre todos a Escola Politécnica. Insuflada pela imprensa fluminense, essa “causa estudantil” começaria afigurar, na verdade, uma grande distorção com relação à sociedade; como analisou Lúcio de Mendonça:

Alvorçou-se a classe acadêmica do Rio de Janeiro, moveu constantemente a opinião pública em favor do estudante acusado; rodeou a sua causa do prestígio imponente de nomes dos mais conceituados da advocacia fluminense; fez manifestações estrondosas; cobriu com a sua espontânea irrefletida generosidade um crime abominável; e transviada por sentimentos, que, na cegueira do generoso entusiasmo, se lhe afiguraram bons e justos, procurou por todos os meios inocentar perante a justiça e perante a opinião pública, aquele, a quem devia ser a primeira a estigmatizar e repelir como indigno de tão nobre classe... (*O Globo*, 09.01.1877, p.3).

Sem dúvidas o pensamento, em sua essência, já existia e era partilhada por grande parte da população leitora e espectadora; mas esconsa para imprensa, que furtou-se da razoabilidade não colocando “a causa da justiça e o interesse da moralidade pública acima do receio de impopularizar-se na opinião acadêmica”. Para além disso, cercaram-na ainda de simpatias e de uma certa “auréola de comiseração”, influenciando essa opinião no júri da corte, que fora servilmente dominada (*idem*). Não é nenhuma revelação que, Capistrano, na verdade representava para a sociedade fluminense o infamíssimo papel de sedutor, “incorrendo na reprovação de todos os espíritos honestos, de toda a opinião moralizada”.

Se há quem deva sofrer todo o peso da execração pública, se há quem deva ser perseguido pela lei e pela opinião, pela polícia, pelos tribunais, pela imprensa; por toda a autoridade social - como um dos piores inimigos da sociedade - é o sedutor, o conquistador. O que leva a desonra ao lar doméstico. São poucos para os. D. Juan todos os artigos do Código Criminal, e todas as bengalas particulares (*idem*).

Portanto, segundo Mendonça, o assassinato de Capistrano pesa em culpa, sobretudo, do tribunal de justiça que deixou-se dominar pela opinião pública “transviada; da “mocidade generosamente iludida em seus sentimentos”; e da “imprensa romântica e deslembada do seu alto dever”. A “verdadeira” opinião pública – moralizada, então contida, surge na imprensa



logo após o assassinato, quase vindo a socorro de Alexandre Pereira; transformando-o num “mártir da honra” e legitimando sua ação contra o sedutor de sua irmã.

O pai de família que olhar para filha louca e inocente, dirá: - perdão para o acusado.

A mãe que apertar estremecidamente, risonha, em seus braços, o fruto de suas entranhas, dirá: - perdão para o acusado!

O irmão, que se recordar dos folguedos pueris da infância, dirá... perdão para o acusado.

A viúva, que lacrimosa pensar no futuro de seus filhos, dirá... também perdão para o acusado.

E Deus, nimamente clemente e misericordioso, perdoará, tanto ao assassino físico, como ao moral.

Sirva ao menos esse drama de exemplo a nós todos... (*Jornal do Comércio*, 21.11.1876, p.3).

Pereira tornou-se uma espécie de “mártir do patriarcado”, caindo nas graças dos homens “chefes de família” que irão prevalecer sua defesa na imprensa. Publicou-se na *Gazeta de Notícias*:

[...] No processo não é só réu Alexandre Pereira!

Este é nele apenas o digno representante de todos os chefes de família e irmãos, capazes de sacrificar posição, vida, sossego, futuro e a própria salvação, se tanto for mister, quando se tratar de defender o pudor e a honra de filha, esposa ou irmã!

[...] Alexandre Pereira, a quem à honra própria e a dos seus, enlouquecendo, armou o braço – não é um criminoso, É UM MÁRTIR DA HONRA (*Gazeta de Notícias*, 27.11.1876, p.3).

A honra própria foi dos poucos conceitos, na história, capazes de amalgamar a heterogeneidade brasileira em torno de alguma razão. De acordo com Porto (2009, p.268) a honra era um conceito fundamental para os contemporâneos de todas as camadas sociais e, “no final do século XIX, dentro da definição deste conceito, criava-se a noção de honestidade da mulher, ou seja, enquanto o homem deveria ser um bom trabalhador, a mulher deveria ser honesta”. Portanto, a mulher ideal era aquela que se mantinha casta, preparada para o casamento. Discussões a respeito da honra feminina, casas de tolerância e as chamadas “mulheres perdidas”, se tornariam frequentes na imprensa, encontrando cenário correspondente com a “Questão Capistrano”.⁹ A mulher a quem nos remetemos, Julia Pereira, não tem publicações e nem maiores detalhes por parte da imprensa, não tem retrato na *Revista*

⁹ Para uma análise mais detalhada sobre, ver Ana Gomes Porto (2009, p.259-298).



Ilustrada (n. 44, 22.11.1876); é tão somente o pivô de discussões culturais, e na maior parte, objeto da retórica de homens discursando sobre honra aviltada. Nos raros exemplos, são as próprias mulheres que se colocam, à sua forma, ao lado de Júlia Pereira; enquanto que o ato de seu irmão coube aos “chefes de família” e aos inúmeros advogados que se ofereceram defende-lo:

O desventurado jovem Antônio Alexandre Pereira continua a ser visitado na casa de detenção por ilustres cidadãos chefes de família, que lhe têm oferecido sincero apoio e cordial proteção.

Entre outros o Sr. J. A. Capote, que, além de algumas ofertas, declarou ao detido que sobre si tomava o encargo de manda-lo, logo que fosse desobrigado para com a justiça, para a Europa, afim de concluir alí os seus estudos.

Algumas mães de família propõem-se a combinar no modo de constituírem um dote para a irmã infeliz do desventurado Alexandre Pereira.

Muitos procuradores e solicitadores tem igualmente oferecido seus serviços (*O Globo*, 23.11.1876, p.1).

No *Jornal do Comércio*, intitulado A propósito da questão Capistrano, e assinado como A honra, encontra-se quase inelegível, reduzido a uma pequena nota, uma publicação em que o conteúdo crítico transparece uma preocupação distinta:

Em nome da religião e da humanidade vem uma pobre mãe de família pedir humildemente a essas generosas senhoras que promovem uma subscrição para dotar a irmã do infeliz Pereira, que também se lembrem das duas criancinhas, que, em tão tenra idade foram vítimas da ferocidade de um cocheiro desalmado. Foram tão infelizes, que ninguém delas se lembram, nem sequer um advogado desta corte se ofereceu para acusar esse monstro; mas é que essas infelizes moravam em um cortiço por esmola, e uma delas nem pai nem mãe tinha. (*Jornal do Comércio*, 26.11.1876, p.2).

O julgamento de Pereira, em 29 de janeiro de 1877, contava com grande agitação de pessoas, “que desde pela manhã encheu o recinto, esteve tranquilo; não, porém o que enchia a porta do tribunal e ruas próximas; tanto que foi necessário aumentar a força”. Interrogado, Pereira disse que não tinha plano algum formado, mas deparando-se com o artigo que Busch Varella tecia agradecimento às manifestações estudantis, “não pôde conter a dor que o dominou ao ver que o nome da pobre vítima, sua irmã, posto que obscuro, estivesse exposto ao desprezo público”. Assim, decidiu substituir o nome da vítima pelo seu; porém, sem antes fazer uma última “intimação ao malfeitor para o casamento” (*O Globo*, 30.01.1877, p.2). Foi sem resultado, e por isso desfechou-lhe os tiros.



Se houve essa intimação a Capistrano, não há como confirmar, mas Alexandre Pereira haveria de ser absolvido de seu assassinato. Para a absolvição, o conselho deliberou a “força irresistível” que o réu foi tomado, e a “defesa da honra da família” como justificativas da decisão – a qual o juiz apelou. O fato, como escreve Porto, deu embasamento para a possibilidade de validar ou não um assassinato em defesa da honra, em suas diferentes interpretações. A absolvição do crime de homicídio neste caso, “equiparava-se à possibilidade de absolvição de um homem que matasse a esposa que cometera adultério ou que, durante o momento do crime, estivesse sob uma estado exaltado” (PORTO, p. 269). É uma prática jurídica que se tornaria frequente em princípios do século XX, para defender assassinos da justiça; o crime de Pereira poderia até não ser “pela honra”, mas acabou se tornando essa a interpretação e o embasamento posterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inspirando-se nesse caso, Alúcio Azevedo por certo encontrava um cenário profícuo de temas e questões a serem pensadas; a sedução; a honra; o estatuto da mulher; o assassinato; entre outras, que então se apresentavam latentes na sociedade fluminense. A relação que o autor manteve com o caso é de um diligente estudo, uma inspiração digna das ambições literárias de Casa de Pensão; uma narrativa complexa e minuciosamente tecida sob a ordenação de um crime, um “drama da honra”; como melhor classificou *A Lanterna*. Os personagens desse crime foram inteiramente reinventados no romance, o estudante João Capistrano da Cunha tornou-se Amâncio de Vasconcelos; Antônio e Júlia Pereira são, respectivamente, João e Amélia Coqueiro. A mãe de ambos, Julia Pereira, virou uma viúva francesa de meia-idade, Madame Brizard; esposa e cúmplice de João Coqueiro. A francesa ainda tem uma filha viúva, Nini. Também percebemos inserções de um particular Alúcio Azevedo na obra, como o protagonista ser maranhense – e como aquele, em 1878, Azevedo receberia da província a notícia da morte de seu pai – fato que não sucedeu com Capistrano.

No entanto, embora maior parte do caso aconteça em público, o autor se voltou para a intimidade das personagens; a própria ambientação da casa de pensão, lugar privilegiado dos “dramas secretos” que ali se revolvem em cinismo, ocultos da sociedade. Sob o cenário,



Aluísio Azevedo reorganizou, num ambiente nascido de sua imaginação, os principais desenlaces do caso, como a sedução de Amélia pelo protagonista, a recusa do casamento, o processo, a absolvição de Amâncio e seu assassinato. Em outras palavras, para além do “estudo”, o caso também fomentaria, anos depois, a imaginação de Aluísio Azevedo, o qual recriaria todo o drama em seus princípios - ausente nos periódicos, e sensivelmente o amarraria ao inevitável desfecho conhecido. Como efeito, o autor limitou-se a tratar dos eventos após o assassinato que selaria o caso na memória da cidade imperial; ao contrário dos desenrolares da opinião pública e do julgamento de Pereira, Coqueiro não conheceu sua reviravolta de “execrável” a “mártir da honra”, acolhido pelos “chefes de família” a despeito da pretensiosa mocidade. Essa por sua vez, inerente das consequências; a fundamental mobilização estudantil foi um mero relance em Casa de Pensão. Evidentemente, o literato estava desobrigado de pagar diligência a todas essas questões, e compreendido isso, ambas narrativas se complementam, seja no campo ficcional ou histórico. Além de sua incontestável contribuição ao naturalismo brasileiro, a obra favorece uma reflexão profunda sobre as complexidades humanas, as condições sociais, habitacionais e culturais em fins do século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **A Evolução Urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **População e Sociedade**. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). **A Construção Nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

ENNE, Ana Lucia; SOUZA, Bruno Thebaldi de. **O “Caso Capistrano” e o romance Casa de Pensão, de Aluísio Azevedo: Algumas reflexões sobre ficção literária e ficção jornalística**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.204-216, dez. 2009.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Mortalidade e Morbidade da Cidade do Rio de Janeiro Imperial**. R. História, São Paulo, n-127-128, p. 53-68, 1993.

MÉRIAN, Jean-Yves. **Alúcio Azevedo vida e obra (1857-1913): O verdadeiro Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1988.

PORTO, Ana Gomes. **Novelas Sangrentas: Literatura de crime no Brasil (1870-1920)**. Tese (doutorado) – Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

TINOCO, A. L. F. **Código Criminal do Império do Brazil Annotado**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

VAZ, Lillian Fessler. **Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro**. *Análise Social*, vol. xxix (127), (3.º), p. 581-597, 1994.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 17 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





HISTÓRIA, MEMÓRIA E MÍDIA: O JORNAL TRIBUNA DE CIANORTE E A PRODUÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS

Gustavo Henrique Coelho Soares - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Campo Mourão, gustavo.hc.soares00@gmail.com

Dr. Jorge Pagliarini Júnior - Orientador
Unespar/*Campus* Campo Mourão, palhajr@yahoo.com.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está relacionada a ações de análise e preservação do acervo documental do jornal Tribuna de Cianorte¹, que está em circulação em Cianorte e região desde 1966. Do acervo foi delimitado um recorte temporal de 1966 a 1980, um dos intuitos foi gerar fontes para pesquisas que pudessem acontecer posteriormente, por isso há uma produção de resumos das manchetes dos jornais utilizados. Grosso modo, as atividades da pesquisa dividiram-se em dois momentos, no primeiro foi efetuado um estudo e arquivamento do conteúdo do jornal, resultando nesse momento no preenchimento de uma planilha. No segundo momento foi realizado um estudo bibliográfico sobre os temas: História Local; memória e temporalidade; Comunicação e História Pública, todas estas, dimensões que permearam as análises do Jornal Tribuna de Cianorte, sendo o estudo sobre História Local necessária para o conhecimento do recorte da pesquisa; memória e temporalidade para conhecimento de perspectiva teórica sobre o conteúdo histórico analisado; e Comunicação e História Pública para se pensar nas potencialidades da divulgação histórica, uma das dimensões da pesquisa.

Como destacam Cruz e Peixoto (2007) há uma variação nos materiais que são hoje utilizados pelos historiadores e nessa dinâmica há pouco avanço na área que qualifique os profissionais a trabalharem de um modo crítico com a imprensa, por isso elas sinalizam

¹ Destaca-se a parceria entre essa pesquisa e o grupo Cultura e Relações de Poder. Eles são detentores do acervo e nos cederam os materiais necessários do jornal Tribuna de Cianorte que possui mais de 7 mil exemplares.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

caminhos e procedimentos para o estudo desses materiais. Aqui, além de tomar para si essas indicações para a análise com a imprensa, buscou-se demonstrar a riqueza em possibilidades de estudos que o jornal – no caso o Tribuna de Cianorte – pode proporcionar em diversos eixos temáticos.

Assim, a pesquisa permite caminhos e contribuições para os estudos da Mesorregião Noroeste do Paraná, já que este espaço tem uma certa carência em pesquisas. Entendida enquanto um espaço físico de ‘territorialidades superpostas’, em que os seres humanos se apropriam dos lugares onde vivem estabelecendo diversas atividades e relações sociais (BARROS, 2006), esta região se torna viável para trabalhar, por exemplo, com a História Local.

Destaca-se que o material utilizado durante a pesquisa se encontra digitalizado², o que ajuda a democratizar o acesso dele – mesmo que não esteja ainda disponível ao público –, e, pensando os dias de hoje, ao qual possuímos uma celeridade de informações, estamos rodeados de redes sociais e o mundo sofre as consequências da globalização, o estudo desse jornal pode nos mover a alguns caminhos. Um deles é o de levar conhecimento a outras esferas, mesmo que, como afirma Pons (2017), que o suporte seja variado e os arquivos hoje tenham mudado para algo mais digital que ampliou os materiais a serem usados, materiais aos quais muitos estão dispostos na internet:

O cenário virtual, ou o ciberespaço, passa a se constituir em importante território da esfera social, a ágora eletrônica contemporânea, que possibilita dar visibilidade aos fatos da vida privada, tratar fatos e fenômenos da esfera pública e sobretudo redimensionar a esfera social. Por seu descentramento e atopia [...], enseja diluir as concentrações de poder e ampliar a participação dos atores sociais e a projeção dos diversos segmentos (VELLOSO, 2008, p. 108).

Por meio das redes sociais que se constituem como um dos principais lugares de discussão hoje em dia, fazendo parte da “ágora eletrônica contemporânea” (VELLOSO, 2008, p. 108), pode-se compartilhar com mais pessoas os conhecimentos que foram obtidos com a pesquisa. Transpondo assim, o que se tem em âmbito privado para o público.

² Trabalho realizado pelo grupo Cultura e Relações de Poder, que por meio de uma pesquisa maior com o Jornal Tribuna de Cianorte digitalizaram todos as edições do jornal disponíveis.



Pensando em algumas possibilidades que cercam o jornal e no estudo das fontes, as demandas teóricas e metodológicas que surgiram foram trabalhadas por meio de estudo historiográfico. As temáticas foram divididas em: pensar a produção dos resumos das manchetes, bem como o jornal enquanto fonte, compreendendo sua subjetividade, métodos e procedimentos ao lidar com a Imprensa, entendendo que todo documento é monumento e considerando os discursos presentes nos jornais (BARBOSA, 2016; CRUZ; PEIXOTO, 2007; FOUCAULT, 2012; LE GOFF, 1990); refletir o que é memória – no intuito de perceber caminhos que por ela são percorridos – os seus usos pela imprensa, os usos políticos e do passado que são feitos por ela, bem como a memória coletiva e o enquadramento da memória (CANDAU, 2016; CRUZ; PEIXOTO, 2007; HUYSSSEN, 2000; POLLAK, 1989; SILVA; SILVA, 2009); ponderar sobre as temporalidades presentes no jornal relacionando as ordens existentes nos discursos (FOUCAULT, 2012; HARTOG, 2014); pensar como os meios de comunicação podem ser usados para se produzir História Local, como essa modalidade de história surge, seus objetivos junto com a Micro-História, tal como suas relações com a História Oral (BARBOSA, 2016; BARROS, 2006; LIMA, 2012; SAMUEL, 1990).

Conforme adiantado, para a realização da pesquisa as atividades foram divididas em dois momentos, o primeiro, mais pragmático, consistiu em produzir resumos a partir das manchetes dos jornais – no total foram produzidos 603 resumos –, após isso iniciou-se discussões para pensar o jornal enquanto fonte. O segundo momento, mais heurístico, se deu por meio de uma análise previa do conteúdo do jornal e das leituras partindo de uma bibliografia ampla pensando em campos de possibilidades analíticas para pesquisas futuras.

O objetivo aqui foi além de produzir fontes, pensar em campos de probabilidades temáticas que poderiam ser melhor desenvolvidas em estudos futuros. Para tanto foram levantadas algumas perguntas: como o jornal pode ser usado como fonte e quais caminhos devemos tomar? De que maneira a memória é usada pela imprensa? Como o jornal interpreta a temporalidade, há discursos que se quer propagar com isso? O jornal pode ser usado para produzir História Local?

MATERIAIS E MÉTODOS



Num primeiro momento as atividades foram voltadas para a leitura e produção de resumo das manchetes do jornal Tribuna de Cianorte. O recorte temporal utilizado foi de 1966 a 1980, mais especificamente as edições que compreendem desde 28 de fevereiro de 1966 a 31 de dezembro de 1980, totalizando assim 605 exemplares – destes 603 possuíam manchete. Aqui, é importante destacar que na construção textual e na leitura analítica das manchetes sempre se manteve a ideia de que o passado não traz alegações neutras e muito menos objetivas. Entende-se que todo e qualquer documento vêm de um certo lugar social e tempo, sendo assim ele é repleto das intenções de quem o produziu (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

A metodologia empregada para a realização dos resumos foi uma leitura atenta e focada em pontos chaves da manchete, deixando de lado dados, informações irrelevantes e secundárias. O resumo precisava ser conciso e contar com os principais assuntos da matéria, sendo que o seu limite era em torno de duas a três linhas. No ato da escrita o foco deu-se nos conteúdos mais relevantes e que mais apareciam no decorrer do texto. Algumas manchetes citavam outros assuntos e até mesmo outras matérias do jornal. Para separar isso e focar no que era preciso, foi necessário fazer escolhas, já que é impossível por exemplo, num resumo de três linhas abordar todas as temáticas que envolvem aquela matéria de jornal.

Importante ressaltar que, após o termino das atividades foi conferido possíveis erros nas tabulações das informações de cada manchete nas planilhas Excel. Foram encontrados poucos erros e eles foram corrigidos e atualizados.

Num segundo momento após a realização dos resumos, as atividades se voltaram a leitura e a discussão de historiografia. O intuito foi pensar uma ampla bibliografia que não se limitasse apenas a metodologia da lida com a Imprensa. Os autores e textos que foram escolhidos lidavam com assuntos diversos, sendo possível relacioná-los a vários campos de discussões envolvendo os jornais. Foi feito a partir de então resumos e fichamentos dos textos, que serviram para uma discussão mais aprofundada sobre as temáticas que foram postas em questão.

Num último momento, por meio da análise heurística das fontes que possuíamos e de uma reflexão sobre a historiografia discutida, pôde-se pensar em campos de possibilidades analíticas, abordadas na sequência do texto.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Partindo dos pressupostos metodológicos e teóricos a pesquisa se divide em dois eixos: 1) realização da leitura e do resumo das manchetes, bem como a análise heurística do jornal enquanto fonte; 2) análise reflexiva sobre a historiografia utilizada, procurando trazer possibilidades de caminhos para pesquisas futuras. É necessário destacar que tanto a primeira, quanto a segunda parte foram desenvolvidas concomitantemente e necessárias para a compreensão da totalidade da pesquisa.

Inicialmente, realizou-se um trabalho de leitura e produção de resumos de cada manchete do jornal Tribuna de Cianorte dentro do recorte temporal escolhido (1966-1980). Entendendo que todo documento é também monumento, as leituras das manchetes foram realizadas pensando o jornal enquanto uma força ativa – não sendo somente um lugar em que se deposita os acontecimentos –, um meio que não é neutro, pois possui as subjetividades e intencionalidades de quem o produziu (CRUZ; PEIXOTO, 2007; LE GOFF, 1994).

A partir dessas ideias centrais iniciou-se a produção dos resumos. Eles precisavam ser feitos com a extensão máxima de duas a três linhas. O intuito na produção era contemplar o maior número de informações presentes em cada manchete dentro do limite estabelecido – obviamente, algumas escolhas precisaram ser feitas, pois é impossível conter todas as informações presentes na manchete. Tentou-se manter um certo distanciamento com o objeto, empenhando-se em refletir nos resumos as opiniões, assuntos e discursos que estavam expressos no decorrer da manchete. No total foram gerados 603 resumos que servirão para pesquisas futuras, já que eles farão parte de um catálogo que será elaborado pelo grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder, ao qual tivemos uma parceria durante a primeira parte da pesquisa.

Logo após a finalização dos resumos, buscou-se fazer uma análise heurística refletindo o jornal enquanto fonte. Para isso é preciso entender que:

Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém sua historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as



relações imprensa/sociedade e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Como se percebe é uma escolha transformar ou não a imprensa em fonte. No caso, como optamos por trabalhar o jornal enquanto fonte, é fundamental compreendê-lo em sua historicidade. Cada caso se torna único e singular, mas existe características e alguns movimentos de análises que podem e devem ser usados para se ter uma maior compreensão da imprensa em si. Como por exemplo, entender que o que está escrito no jornal não é um espelho dos acontecimentos passados e presentes, pois, aquilo é um reflexo da realidade social que cria opiniões e movimenta interpretações da sociedade, outrossim, é que não se pode somente destacar que a imprensa “possuí uma opinião”, já que ela limita espaços, movimenta opiniões e é formada de seus interesses próprios (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Como ressaltam Cruz e Peixoto (2007) devemos sempre investigar o projeto editorial mostrando a historicidade e a “intencionalidade por trás”, por isso, é preciso transformar o fragmento em fonte. Dentro dessas intencionalidades se torna viável compreender as razões dos diversos usos do passado que são feitos pelos meios de comunicação, e o jornal como um dos principais meios faz muitos usos de acontecimentos passados. Por esse motivo, é necessário entender as motivações que permeiam a produção daquele jornal, as diversas vezes que estão presentes e os métodos que são utilizados na criação daquelas narrativas (BARBOSA, 2016), bem como, o jogo e as relações de poder que estão presentes nele, quais discursos se quer transmitir e quem pode ou não os transmitir (FOUCAULT, 2012).

Outra questão relevante a ser destacada sobre o jornal enquanto fonte deve-se ao tipo de visão histórica que permeia o periódico. Notadamente, nos meios de comunicação, o passado que se é transmitido, é aquele considerado “verdadeiro”, composto de início, meio e fim, que tenta construir um significado comum (BARBOSA, 2016). Mas, este tipo de percepção sobre o passado, não dá espaço para outras interpretações, por essa razão, além de analisarmos o que se pretende transmitir como único e verdadeiro, podemos analisar o que se quer esquecer.

Em síntese, a leitura das manchetes e produção dos seus resumos levou em consideração, o fato de as matérias não serem isentas de opiniões, possuindo suas subjetividades e intencionalidades. Em seguida, iniciou-se uma análise heurística refletindo o



jornal enquanto fonte. Métodos e procedimentos foram pensados para a lida com ele obtendo alguns resultados cognitivos que serviram para o restante da pesquisa.

Logo, a segunda parte da pesquisa se iniciou partindo de uma bibliografia ampla que pudesse suscitar caminhos para se trabalhar o jornal como fonte. Pensou-se a partir da discussão da historiografia escolhida, campos de possibilidades analíticos para pesquisas futuras, e, depois de um trabalho de releitura dos resumos obtidos, foi possível destacar algumas áreas potenciais para a sequência do estudo. Três temáticas foram percebidas enquanto viáveis: 1) Memória; 2) Temporalidades; 3) Meios de comunicação e a História Local. Cada uma delas serão trabalhadas mais detalhadamente no decorrer do texto. O propósito aqui foi o de destacar discussões e problemáticas possíveis por meio de uma historiografia ampla e de uma leitura geral de cada resumo de manchete produzido.

Iniciando a discussão de caminhos possíveis para pesquisas futuras, que foi percebido enquanto viável, a primeira temática que se destaca é a Memória. A imprensa de um modo geral age na produção de hegemonia, pois realiza interpretações da temporalidade, trazendo conclusões do presente e afirmando memórias com o que pretende relacionar com o presente, passado e visões de futuro (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Por isso, por meio dessa interpretação da temporalidade pudemos perceber os caminhos que a memória percorre e os porquês do uso dela nas narrativas da Imprensa.

A memória tem a capacidade de preservar dadas informações, propriedade a qual se relaciona a um grupo de funcionalidades psíquicas que possibilita a um indivíduo reviver impressões ou noções sobre o passado, podendo o reinterpretar (LE GOFF, 1994). A memória pode ser entendida como uma reconstrução contínua do passado que sempre se remodela, ela, num movimento simultâneo nos molda e por nós é moldada, isso ressalta a relação memória e identidade que se relacionam profundamente (CANDAU, 2016). Pode-se dizer então, que a memória é fundamental na experimentação do tempo, ela se altera e é alterada por meio dele, em função dele, atendendo ou não a intencionalidades.

A memória por muito tempo foi deixada de lado, só recentemente, no fim da década de 1970, que se tornou objeto de análise da historiografia pelos historiadores da Nova História (SILVA; SILVA, 2009). No início, um dos primeiros campos a trabalhar com ela foi o da História Oral, alguns historiadores tinham como um dos seus principais objetivos entender os



diversos tipos de memória e como ela atuava no entendimento sobre o passado e o presente, mas a memória não é apenas individual, e, uma das formas mais curiosas e úteis ao historiador é a memória coletiva (SILVA; SILVA, 2009). A partir dela podemos entender como a memória age em grupo, quais suas finalidades, como a memória faz uso do passado e é usada para interpretar a temporalidade no qual aquele grupo de indivíduos vivem. Mas é importante destacar que essa memória coletiva é instrumento e objeto de poder, hoje em dia os arquivos atuais não fogem aos olhos dos governantes, com eles é possível controlar a memória de um modo preciso com as novas ferramentas de produção da memória, o rádio, a televisão (LE GOFF, 1994), a imprensa no geral.

A utilização política da memória vai desde a movimentação de passados míticos, até tentativas de gerar âmbitos públicos de memória “real” e não é possível as vezes separar este passado mítico do real, sendo que o real pode passar por um processo e ser mitologizado, tal como o mítico pode criar tremendos impactos de realidade (HUYSSSEN, 2000). Pollak (1989) quando trata de um tipo de memória coletiva, a memória nacional, destaca que precisamos analisar a “função da memória” – essa ação conjunta dos acontecimentos e das interpretações acerca do passado que se pretende assegurar – pois, ela se incorpora em feitos mais ou menos conscientes de determinar e fortificar sentimentos de pertença e limites entre as coletividades. Dessa maneira: “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 9). Ao mesmo tempo em que se faz usos do passado para solidificar e criar certas memórias, outras são negadas.

A título de exemplo, uma manchete em que podemos ver qual memória quer ser lembrada, está localizada na edição nº 272 de 6 de setembro de 1972. No título temos:

Imagem 1: Manchete em que há um encadeamento de memórias

D. PEDRO I – A VIAGEM DA INDEPENDÊNCIA

Fonte: Jornal Tribuna de Cianorte (1972, p. 1)



Aqui, por meio da leitura da matéria que possui três páginas inteiras do jornal, podemos verificar um discurso que se quer propagar e que se toma como verdadeiro. Motivado pela comemoração da Independência do Brasil – comemorado dia 07 de setembro – o autor demonstra uma preocupação com a verdade, e diz que por meio de pesquisas novas irá reconstituir o percurso que D. Pedro I fez do Rio de Janeiro a São Paulo, que resultou na proclamação da Independência (JORNAL TRIBUNA DE CIANORTE, 1972, p. 1). O caminho se dá de uma forma dificultosa, porém, gloriosa, e é perceptível a constatação do autor de que ele é um herói nacional, portando, ele escreve partindo dessa ideia, pois caracteriza D. Pedro I como: tendo muitos motivos para se sentir brasileiro, fiel a si mesmo, sincero, disposto a destroçar qualquer tentativa de recolonização (JORNAL TRIBUNA DE CIANORTE, 1972, p. 1-2, p. 4). Aqui houve um processo de tentativa de enquadramento da memória, que junto com outros fatores é um elemento importante para a continuidade do tecido social e das estruturas institucionais (POLLAK, 1989).

Em síntese, a memória é usada para preservar e produzir certos discursos, criar um sentimento de identidade, delimitar espaços, dentre tantas outras possibilidades. Olhando para os jornais que utilizamos na pesquisa foi possível trazer, partindo de tudo que foi exposto sobre memória, alguns campos possíveis de se pesquisar como: os usos políticos da memória e a memória coletiva.

Indo para a segunda temática em que se pode perceber caminhos prováveis para pesquisas futuras, temos o tema da Temporalidade, relação do indivíduo com o passado, presente e futuro. No recorte temático que foi utilizado (1966-1980) pode-se detectar na leitura do título das manchetes e posteriormente nos seus resumos que, este período, usando uma categoria heurística do tipo ideal desenvolvida por Hartog (2014), é marcado por discursos que possuem características de dois regimes, o futurista e o presentista³. Grosso modo, Hartog está ancorado nas contribuições teóricas de Koselleck tomadas pela relação temporal entre espaço de experiência e horizonte de expectativas. Assim, enquanto no regime futurista, o qual substituiu o regime passadista, o futuro apresenta-se como orientação para

³ Importante destacar que o objetivo não é afirmar com certeza que o período é ou não futurista ou presentista, o intuito é demonstrar esses discursos e como eles se aproximam das categorias. Ainda, para Hartog, além do futurismo e do presentismo temos o regime passadista, não detectado na pesquisa.



atitudes do presente, no presentismo, a falta de perspectiva no futuro - e descrença nas tradições (passado) indicam a prevalência de atitudes justificadas no presente.

Como por exemplo na edição nº 180 de 18 de outubro de 1970, conseguimos observar:

Imagem 2: Manchete em que há uma exacerbação da ideia de progresso



Fonte: Jornal Tribuna de Cianorte (1970, p. 1)

Nesta manchete podemos perceber claramente logo no título a palavra “progresso” – a ideia de progresso, futuro prospero e de grandes desenvolvimentos econômicos, dentre outras aspectos, caracteriza o regime futurista (HARTOG, 2014). Lendo a matéria é perceptível que esta adjetivação se dá pelo motivo de estar havendo reformas no município de Japurá, sendo que o prefeito da cidade e seu desenvolvimento são exaltados (JORNAL TRIBUNA DE CIANORTE, 1970, p. 1).

Na manchete “Isto é Cianorte-74” da edição nº 397 de 26 de julho de 1974, consegue-se perceber novamente este discurso, aqui se ressalta a trajetória da cidade em virtude de seu progresso e desenvolvimento industrial, o que, segundo o autor, contribui para o desenvolvimento nacional, ressaltando no fim o otimismo com o futuro (JORNAL TRIBUNA DE CIANORTE, 1974, p. 1).

Todas essas ideias expressas nessas duas edições – e outras – possuem algumas características do regime futurista, porém, aqui não é perceptível muitas negações ao passado, mas sim exaltação em alguns momentos, como na edição nº 106 de 6 de abril de 1969:

Imagem 3: Manchete em que há uma exaltação e negação de passados



Fonte: Jornal Tribuna de Cianorte (1969, p. 1)



Na manchete há um discurso preocupado com a exaltação da “Revolução de 1964”. O autor inicia dizendo o caos que marcava a região antes de 1964 e depois, a melhora – com a vinda do “desenvolvimento integrado” – advinda do projeto implantado pelos “revolucionários” logo nos primeiros anos (JORNAL TRIBUNA DE CIANORTE, 1969, p. 1). Ao mesmo tempo em que se fala mal do passado antes 1964, se fala bem do passado pós este ano, obviamente que há motivos – no sentido de algo mais utilitarista – ideológicos e políticos na escrita dessa manchete, mas se torna interessante analisar mais de perto os ecos que estes discursos realizavam nas pessoas naquele período.

Um caminho possível para análises futuras, além da temática já citada – temporalidade – é a análise do discurso. Foucault (2012) argumenta que o discurso não é apenas uma forma de expressar ideias, mas também uma maneira de exercer poder, pois ele não é neutro e está conectado às estruturas de poder que o moldam, o regulam, e, este regular o discurso, muitas vezes leva à exclusão de certas vozes e perspectivas, ao mesmo tempo que promove outras, resultando em hierarquias de conhecimento e poder – alguns discursos acabam sendo privilegiados em detrimento de outros. Em diversas manchetes há discursos dos presidentes da época, bem como governadores e prefeitos, e partindo deles seria viável utilizar métodos desenvolvidos por Foucault (2012), como a descrição crítica e a genealogia. Há a possibilidade e é provável que seguindo este caminho ele renda muitos frutos⁴.

O terceiro e último campo de possibilidades que se percebeu enquanto viável, foi nomeado de Meios de Comunicação e a História Local. O intuito aqui é demonstrar que os meios de comunicação – no caso o jornal – podem ser utilizados para se produzir História Local. Importante destacar que: “Os meios de comunicação participam da produção de sentidos no momento e no lugar de sua inserção a partir de critérios e valores diversos [...] e há sempre, contido nos documentos que produzem, múltiplas vozes que devem ser escavadas pelo pesquisador” (BARBOSA, 2016, p.127). Por isso, há a possibilidade de produzir História Local por meio dos jornais – claro que haverá a necessidade de se buscar outras fontes para a produção histórica, porém, só o jornal já demonstra uma riqueza de conteúdos que podem servir para estudos.

⁴ Obviamente que a análise do discurso não se restringe apenas a o discurso em si, mas tudo o que ele envolve. Trabalhar com Foucault certamente carece de análises mais profundas. Mas, o jornal em si é uma riquíssima fonte para talvez tentar entender os discursos que se queriam propagar naquele contexto.



A História Local emerge como uma oportunidade de dar uma luz nos pormenores de amplas questões econômicas, políticas, sociais e culturais que antes só eram analisados em esfera nacional (BARROS, 2006). Entendendo a História Local como um tipo de Micro-História que se relaciona com a Macro-História, podemos fazer alguns exercícios cognitivos no intuito de buscar caminhos para a sua produção. A Micro-História tem uma longa trajetória, mas seu objetivo sempre foi pensar a realidade histórica de uma forma mais valiosa e hermética, mirando com um vigor analítico os panoramas dessa realidade em uma escala menor e, desse modo, seu interesse era o de realizar novos questionamento e alcançar respostas que pudessem qualificar o nosso entendimento comum dos processos que são a medula de toda análise do passado (LIMA, 2012).

A História Local precisa de um conhecimento divergente daquele de nível nacional, sendo neste caso o processo histórico construído a partir dos materiais disponíveis na região (SAMUEL, 1990). É verdade que os documentos são uma dificuldade para a produção da História Local, geralmente o que se encontra são documentos do governo local (SAMUEL, 1990). Por isso, mesmo que o jornal dê mais atenção ao governo, ou à política de um modo geral, tanto no âmbito municipal e estadual, quanto o nacional, ele se torna um meio válido na busca de produção dessas histórias. Existe no jornal “Tribuna de Cianorte” uma variedade de assuntos. Os que mais se destacam são os políticos, mas também se fala muito da cidade, das pessoas, do comércio, da pequena indústria, da agricultura, das festas, das comemorações, entre outros. Não é possível afirmar por ora se somente o jornal é suficiente para tanto, contudo, ele demonstra uma possibilidade significativa de análise.

Outra aliada da História Local é a História Oral, que pode, como afirma Samuel (1990), acrescentar elementos a documentação existente e até mesmo produzir uma nova.

Entrevistas e reminiscências podem também capacitar o historiador e dar identidade e caráter às pessoas que, normalmente, permaneceriam como meros nomes numa lista de rua ou registro paroquial, e restaurar algo da importância original daqueles que não deixaram nenhum relato escrito de suas vidas (SAMUEL, 1990, p. 233).

Por meio desses mecanismos pode-se, por exemplo, trazer outras histórias que não aparecem no jornal e até mesmo complementar as informações já obtidas.



No fim das contas, pode-se mediante a utilização do jornal e de outros documentos produzidos por intermédio da História Oral, produzir História Local de Cianorte e suas proximidades. Isso depende é claro, das indagações que o pesquisador irá fazer e de seus métodos, mas por meio de uma análise no âmbito de possibilidades podemos afirmar que sim, com os meios de comunicação é possível produzir História Local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa focou na análise e preservação do acervo do jornal Tribuna de Cianorte que foi disponibilizado pelo grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder. Buscou-se explorar possibilidades de estudos partindo da leitura das manchetes e de seus resumos dentro do recorte temporal utilizado (1966-1980). Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foram discutidos aspectos teóricos e metodológicos, além de apontar para potenciais caminhos de investigações futuras. A pesquisa passou por dois momentos, um primeiro mais técnico e pragmático e um segundo mais analítico e hermenêutico. Mas no fim foi possível produzir materiais – que irão compor um catálogo como já mencionado – para pesquisas que poderão ocorrer em outro momento e discussões no sentido de buscar possibilidades de caminhos para estudos futuros com o jornal enquanto fonte.

Um dos objetivos básicos da pesquisa era demonstrar a riqueza de potencialidades que o jornal propicia. Por meio do estudo das manchetes e de seus resumos foi possível compreender as subjetividades e as intencionalidades que permeiam o documento, evidenciando que a imprensa não é neutra e traz consigo visões e interpretações sobre o passado, o presente e o futuro. Entender que todo documento é monumento foi imprescindível para assimilar a construção das narrativas e discursos irradiados pelo jornal.

No que se refere à memória, foi investigada o modo como a imprensa trabalha e usa de seus meios, sendo capaz de preservar e fazer discursos e interpretações do passado. A memória foi percebida enquanto meio possível de solidificar identidades, reforçar ideologias e induzir a visão pública sobre alguns eventos históricos.

Sobre o estudo de temporalidades no jornal, características de discursos futuristas e presentistas foram identificados. Foi perceptível em algumas manchetes estes discursos e a



análise do discurso se apresenta como meio para entender mais profundamente quais as razões e finalidades de tais discursos. Por fim, utilizando dos meios de comunicação e da História Oral, a História Local se tornou um campo muito promissor de análises para produzir conhecimentos sobre a região em questão.

Em suma, esta pesquisa demonstrou que o jornal *Tribuna de Cianorte*, ao ser abordado sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, possui um grande potencial para contribuir para os estudos históricos da região. Analisando as manchetes e resumos, foi possível constatar discursos, memórias e temporalidades que exprimem as complexidades da sociedade e do contexto em que o jornal foi produzido. Dessa forma, a pesquisa não apenas evidenciou a importância do acervo documental do jornal como fonte histórica, mas também apontou direções para investigações futuras que poderão enriquecer a compreensão da história local e regional.

FONTES

Jornal Tribuna de Cianorte. 31 de março foi a festa da revolução. *Cianorte*, n. 106, p. 1, 6 abr. 1969.

Jornal Tribuna de Cianorte. D. Pedro I – a viagem da independência. *Cianorte*, n. 272, p. 1-2, p. 4, 6 set. 1972.

Jornal Tribuna de Cianorte. Isto é Cianorte-74. *Cianorte*, n. 397, p. 1, 26 jul. 1974.

Jornal Tribuna de Cianorte. Japurá: cidade progresso. *Cianorte*, n. 180, p. 1, 18 out. 1970.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Marialva. Imprensa e História Pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016. cap. 9, p. 121-131.

BARROS, José d'Assunção. História, Espaço e Tempo. **Varia Historia.** Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-475, jul./dez. 2006.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** 1 ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 8-12.



CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARTOG, François. Memória, História, Presente. *In*: HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presenteísmo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. cap. 4, p. 133-192.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. *In*: HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. 1 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. cap. 1, p. 9-40.

LE GOFF, Jacques. História e memória. *In*: LE GOFF, Jacques. **Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994. cap. 8, p. 366-419.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 11, p. 207-223.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PONS, A. Archivos y documentos en la era digital. **Historia y Comunicación Social**, v. 22, n. 2, p. 283-296, 31 out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/HICS.57844>. Acesso em: 19 ago. 2023.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, set.1989/fev. 1990.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 275-279.

VELLOSO, R. V. O ciberespaço como ágora eletrônica na sociedade contemporânea. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 103-109, mai./ago. 2008. DOI: 10.18225/ci.inf.v37i2.1215. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1215>. Acesso em: 19 ago. 2023.



ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

Kerlry Luci Cardoso de Freitas - (Unespar)
Unespar/*Campus* Paranaguá, kellucifreitas@gmail.com

Danielle Marafon - Orientadora
Unespar/*Campus* Paranaguá, danielle.marafon@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

Esta proposição buscou analisar e aprofundar os estudos sobre o processo inicial da alfabetização e do letramento no município de Paranaguá, em especial discutir quais as concepções das professoras alfabetizadoras sobre a leitura e a escrita iniciais e a compreensão e repercussão dessas concepções nas suas práticas diárias. A fecundidade desta proposta de pesquisa encontra-se, particularmente, na forma de compreender a relação entre, teorias e práticas. A rigor, partimos do pressuposto de que são aspectos indissociáveis (práxis) do processo de alfabetização e letramento, articular a teoria e a prática no processo de ensino-aprendizagem. Por isso, a preocupação em problematizar a relação entre as concepções de alfabetização e letramento no processo educativo constitui-se como aspecto fundamental no decorrer da pesquisa.

O final do século XX foi um período de descobertas. Começa-se a ter consciência de que não basta somente alfabetizar, mas que é preciso viabilizar as pessoas a oportunidade do contato com as diversas práticas sociais de leitura e escrita. Isso mudou no século XXI, quando esse conhecimento passou a ser exigência, ou seja, o mundo letrado moveu-se para a escola, passando a fazer parte da alfabetização do novo século, contribuindo para a que a comunicação evoluísse.

Os profissionais da educação então passaram a buscar novas formas para ensinar. Em decorrência disso, a aprendizagem proposta passou a ser a mecânica, fato que foi ocasionado pela angústia da obrigação de se ter que ensinar a ler e a escrever em pouco tempo.



Nesse sentido, Emilia Ferreiro (2003) muito contribuiu para a mudança de postura do alfabetizador, trazendo a este o entendimento de que a alfabetização envolve um complexo processo de elaboração de hipóteses sobre a representação linguística assim, a autora deixa claro que alfabetizar deixa de ser apenas a apropriação de um código de forma mecânica, mas que esta perpassa esse conceito, necessitando, então, para sua concretização, acontecer simultâneo ao processo de letramento. O letramento é capaz de trazer a compreensão da dimensão sociocultural da língua escrita e do aprendizado. Neste contexto, Tfouni (1995, p. 20) afirma que “o letramento focaliza os aspectos sócio históricos da aquisição de uma sociedade”. Afirmando, também, que alfabetizar e letrar necessariamente devem ser simultâneos. Ferreiro (2001) ainda ressalta que o processo de alfabetização não depende somente do alfabetizador, deixando claro que o educando deve reconstruir uma relação entre linguagem oral e escrita para se alfabetizar.

Há de se considerar que uma alfabetização descontextualizada não dá conta de acompanhar as transformações socioeconômicas de um país, uma vez que a sociedade favorece a ampliação e a circulação de várias fontes e tipos de textos. Portanto, cabe ao professor, ao fazer uso dos instrumentos e objetivos da educação, favorecer aos alunos a possibilidade de preparação para essa dinâmica social.

Reconhecemos então que uma das funções da escola hoje é alfabetizar os alunos em um contexto letrado, ou seja, um contexto que envolva as práticas sociais de leitura e escrita. Com essa aprendizagem, os alunos tornam-se usuários da escrita em suas diferentes funções sociais, mesmo não estando ainda alfabetizados. Nessa perspectiva, a aprendizagem deixa de estar centrada nos processos de codificação e decodificação do sistema. Assim, a alfabetização é uma atividade pedagógica, inserida no processo de ensino-aprendizagem, onde o estudo de línguas passa a ser necessário para que a leitura e a escrita sejam compreendidas de forma mais significativa para o educando. Alfabetizar é, pois, um processo de integração humana que tem por finalidade maior promover a inclusão de todo ser humano no universo da linguagem.

É preciso criar no espaço da sala de aula um ambiente letrado, onde a criança não veja apenas as letras do alfabeto, mas se veja envolvida diariamente e, constantemente, com a linguagem escrita, mesmo que ainda não saiba ler e escrever convencionalmente. A



metodologia utilizada deve conceber a criança como um sujeito ativo, participativo, crítico, que constrói seus conhecimentos por meio de relações entre criança/criança, criança/adulto, criança/meio social e criança/objeto.

No entanto, sabe-se que para garantir o processo de alfabetização em uma perspectiva de letramento, as práticas pedagógicas precisam estar organizadas em torno do trabalho com diferentes linguagens, gesto, fala, desenho, escrita, música, dança, por se constituírem como processos comunicativos que permitem a apreensão e construção de significados.

Especificamente cabe ao professor, possibilitar a inserção da criança no universo da linguagem escrita que exige um grau de abstração maior do que as outras formas, por tratar-se de uma representação de segunda ordem. Deve-se compreender a escrita como a representação da fala, que por sua vez já é a representação do mundo físico e abstrato. A escrita não está ligada ao desenvolvimento humano, e sim a aprendizagem, pois diferentemente da fala que é adquirida nas relações sociais, a escrita só é adquirida a partir de um trabalho organizado e sistemático. O trabalho na área de língua portuguesa, no processo de alfabetização, visa à ampliação da competência linguística dos alunos (através de habilidades de ouvir, falar, escrever e ler) para torná-los cada vez mais conscientes e independentes em seu modo de pensar o mundo e atuar sobre ele. Por meio da linguagem, a criança está se constituindo como sujeito.

Neste contexto, o professor é muito mais mediador do conhecimento e isto leva a construção de um saber significativo. O novo professor, exigência da nova sociedade, surge com uma nova identidade, uma identidade de construtor e organizador da aprendizagem, pois ser professor é ser leitor e aprendente, é ser capaz de refletir e adquirir novos saberes. Poersch (1990, p. 37), se referindo ao professor alfabetizador salienta que este profissional deve sim conhecer a língua que ensina.

O alfabetizador é um profissional do ensino de línguas e, como tal, além do domínio e das técnicas pedagógicas deve possuir sólidos conhecimentos linguísticos tanto da língua, enquanto meio de comunicação, quanto sobre a língua, enquanto objeto de análise.

O professor alfabetizador que possui conhecimentos linguísticos tem melhores condições de detectar as dificuldades de seus alunos e realizar um trabalho reflexivo e crítico, onde a língua seja vista como um instrumento de inclusão e valorização de cada aluno



presente no processo de alfabetização e letramento. Segundo Magda Soares (2004, p. 47), alfabetização é a “ação de ensinar/aprender a ler e a escrever”, ou seja, tornar o indivíduo capaz de ler e escrever é torná-lo alfabetizado. Sob esta ótica é possível afirmar que a alfabetização é um momento único na vida do indivíduo. É o momento em que este aprende a ler e a escrever.

Assim, entendemos que para alfabetizar o professor precisa conhecer a língua que ensina, sua estrutura e seu funcionamento. Para que possa produzir mudanças, ele precisa buscar esse conhecimento e aplicá-lo em sua sala de aula. De acordo com Freire (1987) a alfabetização deve cuidar de libertar o homem de suas alienações.

O letramento tem sido um destaque positivo na constante luta por um ensino democratizante e inclusor. Ângela B. Kleiman, (2004) em seu livro Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita, trás uma amostra da dificuldade de se definir um conceito ao termo letramento, bem como, um conceito interessante sobre o este termo postulado por Scribner e Cole. Segundo a autora:

A palavra “letramento” não está ainda dicionarizada. Pela complexidade e variação dos tipos de estudos que se enquadram nesse domínio, podemos perceber a complexidade do conceito. Assim, se um trabalho sobre letramento examina a capacidade de refletir sobre a própria linguagem de sujeitos alfabetizados versus sujeitos analfabetos (por exemplo, falar de palavras, sílabas e assim sucessivamente), então, segue-se que para esse pesquisador ser letrado significa ter desenvolvido e usar uma capacidade metalinguística em relação à própria linguagem. Se, por outro lado, um pesquisador investiga como adulto e criança de um grupo social, versus outro grupo social, falam sobre o livro, a fim de caracterizar essas práticas, e, muitas vezes, correlacioná-las com o sucesso da criança na escola, então, segue-se que para esse investigador o letramento significa uma prática discursiva de determinado grupo social, que está relacionado ao papel da escrita para tornar significativa essa interação oral, mas que não envolve, necessariamente, as atividades específicas de ler ou de escrever. [...] Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos (p. 19).



Não se pode reduzir a palavra letramento a um único significado, como se os conceitos do letramento fossem únicos, reduzidos, capazes de serem decifrados em códigos binários. Seria, pois, incongruente abordar uma teoria tão extensa, ampla e profunda de forma tão sucinta e rasa.

Nesse sentido apontamos a necessidade de aprofundar os estudos sobre o processo inicial da alfabetização e do letramento no município de Paranaguá, em especial discutir quais as concepções das professoras alfabetizadoras sobre a leitura e a escrita iniciais e a compreensão e repercussão dessas concepções nas suas práticas diárias. Por isso, a preocupação em problematizar a relação entre as concepções de alfabetização e letramento no processo educativo constitui-se como aspecto fundamental no decorrer da pesquisa.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica (obras e leis), bem como da pesquisa etnográfica. Acerca da pesquisa etnográfica, André (1995) assinala que os pesquisadores vêm se interessando pela etnografia desde o final dos anos 1970, haja vista que, no campo educacional, esse tipo de pesquisa vem sendo amplamente utilizada desde a década de 1980, buscando compreender, sobretudo, a prática escolar cotidiana, considerando que muitos trabalhos foram produzidos com a preocupação de descrever as atividades de sala de aula e as representações dos atores escolares.

No contexto das reflexões acerca dos estudos etnográficos importa ressaltar que a etnografia da prática escolar não deve ser concebida como uma simples descrição do ambiente escolar e de aspectos do seu cotidiano, mas como uma descrição articulada com o referencial teórico acerca das concepções relacionadas ao objeto de estudo delineado pelo pesquisador, bem como aos aspectos relativos à dinâmica social e às formas de organização do trabalho escolar, considerando-se que a prática pedagógica revela aspectos de ordem social, cultural, e política, por estar inserida em um contexto social mais amplo que a influência e a determina de alguma forma.

Esse tipo de pesquisa permite, pois, que se chegue bem perto da escola para tentar entender como operam no seu dia-a-dia os mecanismos de dominação e de resistência, de opressão e de contestação ao mesmo tempo em que são veiculados e reelaborados



conhecimentos, atitudes, valores, crenças, modos de ver e de sentir a realidade e o mundo (ANDRÉ, 1995, p. 41).

Nesta perspectiva, compreendemos ser de fundamental importância desvelar os encontros e desencontros presentes no cotidiano da prática escolar, vinculados ao universo cultural de ocorrência dos fenômenos, cabendo ao pesquisador descrevê-la em suas múltiplas dimensões.

Empreender uma pesquisa etnográfica exige do pesquisador um papel subjetivo de participante e um papel objetivo de observador, conforme afirmam Lüdke e André (1986), notadamente quando o contexto empírico investigado é familiar, necessitando de um novo olhar acerca dos fenômenos, a fim de torná-los estranhos, desambientados, proporcionando, desse modo, a compreensão do comportamento humano desprovida de juízos de valor, visando registrar as impressões observadas no cotidiano tal qual elas ocorrem. De acordo com Bortoni- Ricardo (2005, p. 237),

[...] o objetivo da pesquisa etnográfica de sala de aula é o desvelamento do que está dentro da ‘caixa preta’ na rotina dos ambientes escolares, identificando processos que, por serem rotineiros, tornam-se ‘invisíveis’ para os atores que deles participam [...].

Segundo Sarmiento (2003), a etnografia tem por objetivo apreender a vida, tal como ocorrida no cotidiano conduzida, simbolizada e interpretada pelos sujeitos sociais nos seus diferentes contextos de atuação. No entanto, não se trata apenas de uma descrição minuciosa dos aspectos socioculturais do contexto investigado, mas abrange, sobretudo, a interpretação e análise desse contexto, a fim de compreendermos a dinâmica social de uma dada realidade, estabelecendo as relações entre o macro e o microssocial, situando as vozes dos interlocutores a partir da ação interpretativa do pesquisador, visando novas formas de assimilação da realidade, na medida em que se percebe enquanto sujeito social ora exercendo influência, ora sendo influenciado pelo campo de investigação.

A investigação foi desenvolvida a partir da observação, em escolas municipais do município de Paranaguá, com professoras dos anos iniciais, sendo que os estudos de Bakhtin (1992), Freitas (1998) Sarmiento (2003), André (1995) e Bolzan (2001) serviram como fonte iluminadora para a construção da abordagem metodológica desta investigação, pois esses



autores colocam como base em suas pesquisas o processo interativo entre os sujeitos, e a valorização do contexto histórico, social e cultural para a construção do conhecimento.

O trabalho de coleta de dados foi realizado por meio de entrevistas semiestruturadas, diários escolares e observação em sala de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para refletir a partir da pesquisa realizada na escola, é importante apresentar os conceitos da Alfabetização e Letramento, para Miriam Lemle em seu livro intitulado “Guia teórico do alfabetizador” seus apontamentos trazem cinco problemas dos saberes básicos para alfabetização.

O primeiro, O que representa aqueles risquinhos pretos em uma página em branco [...] segundo O aprendiz precisa ser capaz de entender que cada um daqueles risquinhos vale como símbolo de um som da fala [...] Terceiro, é a conscientização da percepção auditiva. Se as letras simbolizam sons da fala, é preciso saber ouvir diferenças linguisticamente relevantes entre esses sons [...] Quarto, o conceito da palavra [...] Quinto, reconhecer sentenças (2011, p.5-8)

Ao decorrer do texto a autora sinaliza a importância do aprendiz em ter tido contato com papel, caneta, lápis e borracha para uma pega mais adequada e a organização espacial da página, pois no sistema de escrita a ideia é que as letras dê início da esquerda para a direita na linha e que a ordem significativa das linhas é de cima para baixo na página.

Lemle (2011) relata que ao decorrer do ensino o alfabetizando tem um salto repentino no progresso quando o aprendiz “[...] Capita a ideia de que cada letra é símbolo de um som e cada som é simbolizado por uma letra” (Lemle, 2011,p.11), mas logo vem a descoberta que essa regra não é verdadeira, pois o [s] tem som de [z] o [c] tem som de [s], deixando dúvida nas escritas pelo som dessas letras. Assim como a variação dialética e arbitrária nas relações entre sons e fala.

Já para Magda Soares no livro "Alfabetização e Letramento" nos apresenta o seguinte conceito,

Alfabetização e Letramento são processos cognitivos e linguísticos distintos, portanto, a aprendizagem e o ensino de um e de outro é de natureza essencialmente diferente; entretanto, as ciências em que se baseiam esses processos e a pedagogia



por elas sugeridas evidenciam que sai processos simultâneos e interdependentes. A alfabetização - a aquisição da tecnologia da escrita - não precede e nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita. (2003, p.27)

Em termos gerais podemos compreender que alfabetização e letramento são conceitos distintos, porém um depende do outro, Soares (2003) assevera que, em primeiro lugar, a necessidade de reconhecimento da especificidade da alfabetização, entendida como processo de aquisição e apropriação do sistema da escrita, alfabético e ortográfico; em segundo lugar, e como decorrência, a importância de que a alfabetização se desenvolva num contexto de letramento - entendido este, no que se refere à etapa inicial da aprendizagem da escrita, como a participação em eventos variados de leitura e de escrita, e o consequente desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, e de atitudes positivas em relação a essas práticas; em terceiro lugar, o reconhecimento de que tanto a alfabetização quanto o letramento têm diferentes dimensões, ou facetas, a natureza de cada uma delas demanda uma metodologia diferente, de modo que a aprendizagem inicial da língua escrita exige múltiplas metodologias, algumas caracterizadas por ensino direto, explícito e sistemático-particularmente a alfabetização, em suas diferentes facetas-outras caracterizadas por ensino incidental, indireto e subordinado a possibilidades e motivações das crianças; em quarto lugar, a necessidade de rever e reformular a formação dos professores das séries iniciais do ensino fundamental, de modo a torná-los capazes de enfrentar o grave e reiterado fracasso escolar na aprendizagem inicial da língua escrita nas escolas brasileiras.

O professor alfabetizador é o profissional responsável por planejar e implementar ações pedagógicas que propiciam aos alunos o desenvolvimento das habilidades para ler e escrever com compreensão, para isso, a formação dos professores alfabetizadores precisa contemplar conhecimentos sobre os processos pelos quais os alunos aprendem a ler e escrever, as formas de intervenção, conteúdos e metodologias que podem ajudar no trabalho diário.

Portanto, alfabetizar é possibilitar ao educando o entendimento de mundo, já que as práticas de leitura e escrita estão presentes na vida cotidiana e nas interações com os outros sujeitos. Para entender sobre o perfil do alfabetizador é importante contextualizar os conceitos da alfabetização e letramento, já que são termos ligados à prática docente.



Nesse sentido, a formação de alfabetizadores é de extrema relevância, já que sua prática docente se desenvolve em uma fase crucial no processo de escolarização e por isso a formação contínua contribui para um profissional mais seguro e com técnicas atualizadas de um ensino-aprendizagem na hora de lecionar.

O professor alfabetizador é o profissional da educação que desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. Ele é responsável por orientar e acompanhar os alunos no desenvolvimento das habilidades necessárias para compreender e utilizar a linguagem escrita de maneira eficaz.

O foco principal do professor alfabetizador está na etapa inicial da escolarização, quando as crianças estão aprendendo a decodificar os símbolos escritos, a entender a estrutura das palavras e a construir o significado a partir do texto. Nessa fase, o professor trabalha para criar um ambiente de aprendizado estimulante e acolhedor, onde os alunos possam explorar a leitura e a escrita por meio de abordagens pedagógicas adequadas ao desenvolvimento cognitivo e emocional de cada criança.

O papel do professor alfabetizador vai além de ensinar habilidades técnicas; ele também contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, da imaginação e da expressão pessoal dos alunos por meio da linguagem escrita. Sua atuação é essencial para formar alunos competentes na leitura e na escrita, que serão capazes de compreender, comunicar e participar plenamente da sociedade.

Essa pesquisa teve como método a etnografia, portanto durante os meses de outubro a dezembro de 2022 e fevereiro a julho de 2023 toda segunda e terça-feira, nas aulas de português foi possível observar na prática o desenvolvimento e/ou a falta do desenvolvimento que a vista na teoria.

No ano de 2022 as observações foram realizadas no terceiro ano no ensino fundamental e no ano seguinte acompanhando a turma a observação foi realizada no quarto ano no ensino fundamental. Por ser de costume a rede municipal mantém o mesmo grupo de alunos no avanço do período escolar a pesquisa deu continuidade com os alunos mesmo mudando de professor.



Em conversa com a professora do terceiro ano por escolha própria ela decidiu não acompanhar os alunos para o ano seguinte, sendo assim a mudança de professor mostrou uma realidade de comportamento diferente.

Observando a turma em 2022, foi possível presenciar diálogos, conversas espontâneas, conversas dirigidas, conversas relacionando vida real e vida escolares exemplos do cotidiano para relacionar com as tarefas, enquanto no ano seguinte, após a volta das férias os alunos se mantinham quietos não induziam conversas e nem eram estimulados.

Em entrevista com a professora regente do 3º ano da Escola Municipal pesquisada, localizado em Paranaguá-PR, a mesma relatou a defasagem no aprendizado dos alunos devido a pandemia.

No ano 2023, com outra professora, os alunos chegaram à escola com dificuldades nas atividades e lentidão na execução das mesmas, o que não presenciei no ano anterior. Não podemos afirmar de fato o motivo, se ainda faltava intimidade ou era apenas um recomeço lento, mas de imediato a turma se mostrava desorganizada.

Em relação as atividades desenvolvidas em 2022 e 2023 o que predominava eram com o livro didático, cadernos, xerox de baixa qualidade na impressão e leitura.

Assim que iniciou a pesquisa, a professora do 3º ano estava trabalhando com o livro "Novo Pitangüá", seguindo com leituras de textos e atividades que se relacionavam entre si, com diversos gêneros textual e atividades que de distribuía por gênero do substantivo, a escrita das palavras com CH, LH e NH e separação de sílabas.

Uma das atividades que nos chamou a atenção foi folhas impressas com atividades que tinha como base o texto "A escola da bicharada" aonde os alunos tinham que responder sobre parágrafos, relacionar nomes com personagens do texto, monossílaba, trissílaba ou polissílaba e finalizando com uma produção textual.

Nesse período de 2023 as observações foram um longo período de revisão com uma sequência de atividades impressas (sendo possível presenciar uma situação em que faltou cópias e a má qualidade da impressão estava tanta que a pedagoga se disponibilizou em encontrar a atividade no Google para melhorar a qualidade das imagens) que deixava a aprendizagem sistemática, entretanto foi possível perceber que os alunos não tinham interesse de aprendizagem, pois a mesma era enfadonha e exaustiva. Portanto ao finalizar as



observações foi possível presenciar duas realidades, com os mesmos alunos em anos diferentes sem haver uma lacuna tão grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de alfabetização e letramento é uma jornada fundamental na educação, pois envolve a aquisição das habilidades de leitura e escrita, bem como o desenvolvimento de uma compreensão profunda e crítica da linguagem escrita. Esses dois processos estão intrinsecamente ligados, mas têm enfoques distintos que se complementam para formar sujeitos letrados e alfabetizados.

A alfabetização é a base, o ponto de partida. Envolve o aprendizado das correspondências entre os sons da fala e os símbolos escritos (as letras). Esse processo permite que as pessoas decodifiquem palavras e compreendam o significado de textos escritos. No entanto, a alfabetização sozinha não é suficiente para uma participação plena na sociedade, pois o objetivo final não é apenas decifrar letras, mas também entender e usar a linguagem escrita de forma competente.

O letramento, por sua vez, vai além da simples decodificação. Ele envolve a capacidade de compreender, interpretar e usar a linguagem escrita em diferentes contextos e situações. O letramento inclui a compreensão das estruturas da língua, a interpretação crítica de textos, a análise de informações e a aplicação da linguagem escrita em atividades cotidianas e sociais. O letramento permite que as pessoas se tornem pensadores críticos, comunicadores eficazes e participantes ativos da sociedade.

Considerando esses pontos, é essencial reconhecer que o processo de alfabetização e letramento é contínuo e progressivo. Ele não se limita ao ambiente escolar, mas continua ao longo da vida à medida que as pessoas são expostas a uma variedade de textos e situações de comunicação. O papel do educador é fundamental nesse processo, tanto para fornecer as bases da alfabetização quanto para desenvolver habilidades de letramento que capacitem os alunos a navegar em um mundo repleto de informações.

Atividades de alfabetização tradicionais e exaustivas como pudemos presenciar na pesquisa, acaba por tornar esse processo difícil e pouco significativo para os alunos. Embora essas atividades possam ter sido amplamente utilizadas no passado, podemos afirmar que



existem abordagens mais modernas e contextuais são mais suficientes para envolver os alunos e promover uma aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

BAKHTIN, M. **Marxismo e a filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola, 2005.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FERREIRO, E. **Reflexões Sobre Alfabetização**. São Paulo, Cortez, 2001.

FREITAS, M.T.A.; COSTA, S.R. **Narrativas de professoras: pesquisando leitura e escrita numa perspectiva sócio – histórica**. Rio de Janeiro: Ravil, 1998.

KLEIMAN, A B. **Os significados do Letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita**. 7. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda. 2004. 294 p.

LEMLE, Miriam. **Guia teórico do alfabetizador** - [17 ed.] - São Paulo: Ática, 2009.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

POERSCH, J. M. **Pode-se alfabetizar sem conhecimentos linguísticos?** In: TASCA, M; POERSCH, J. M . Suportes Linguísticos para a alfabetização. 2 ed. Porto Alegre: Sagra, 1990.

SARMENTO. M. J. O Estudo de Caso Etnográfico. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M.P.de; VILELA, R. A. T. (Org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 137-184.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

NAS TRILHAS DO PARQUE DO LAGO DA CIDADE DE CAMPO MOURÃO-PR: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Ketelyn Sarah Uliana - (Unespar)
Unespar/Campus Campo Mourão, ketelyn.sarah16@gmail.com

Prof. Dr. Marcos Clair Bovo - Orientador
Unespar/Campus Campo Mourão, mcbovo69@gmail.com

Prof. Dr. Fred Maciel - Coorientador
Unespar/Campus Campo Mourão, fred.maciell@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

As áreas verdes são consideradas áreas importantes para as cidades, tendo em vista os aspectos positivos voltados à qualidade de vida da população citadina. Essas áreas desempenham diferentes funções, dentre elas a ecológico-ambiental, a estética e a social. Assim, as contribuições ecológico-ambientais ocorrem na medida em que os elementos naturais que compõem esses espaços minimizam os impactos decorrentes do processo de urbanização e industrialização. Já a função estética se pauta principalmente no papel da integração entre os espaços construídos e os destinados à circulação. Quanto à função social, está diretamente relacionada à oferta de espaços para lazer da população. Dentre os últimos mencionados, especificamente aos espaços livres, temos os parques que merecem especial atenção, uma vez que devem possibilitar o acesso sem restrições a qualquer pessoa.

Assim sendo, este artigo é produto do projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIC-EM) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Campo Mourão, cujo o título é “Nas Trilhas do Parque do Lago da cidade de Campo Mourão-PR: análise da percepção ambiental”. Nosso foco principal está direcionado aos parques urbanos. Os parques urbanos têm se tornado objeto de investigação de diferentes áreas do conhecimento, dentre elas a Geografia, que busca compreender as

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 1 de 16



potencialidades, a socialização, os usos e funções, bem como a especulação imobiliária do seu entorno. Diante disso, a pesquisa objetivou compreender a relevância do Parque do Lago da cidade de Campo Mourão, relacionada aos aspectos ambientais e sociais.

O Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira (Parque do Lago) localiza-se na região periférica da cidade de Campo Mourão, muito próximo também da área central, entre a Rua das Andorinhas e a Rua Santa Catarina, no Jardim Gutierrez. O parque situa-se nas coordenadas geográficas 24° 03' 12'' de Latitude Sul e 52° 21' 75'' de longitude oeste com altitude de 528 metros, e abrange uma área de 262.187,55 m², conforme destacam os autores Bovo e Conrado (2012).

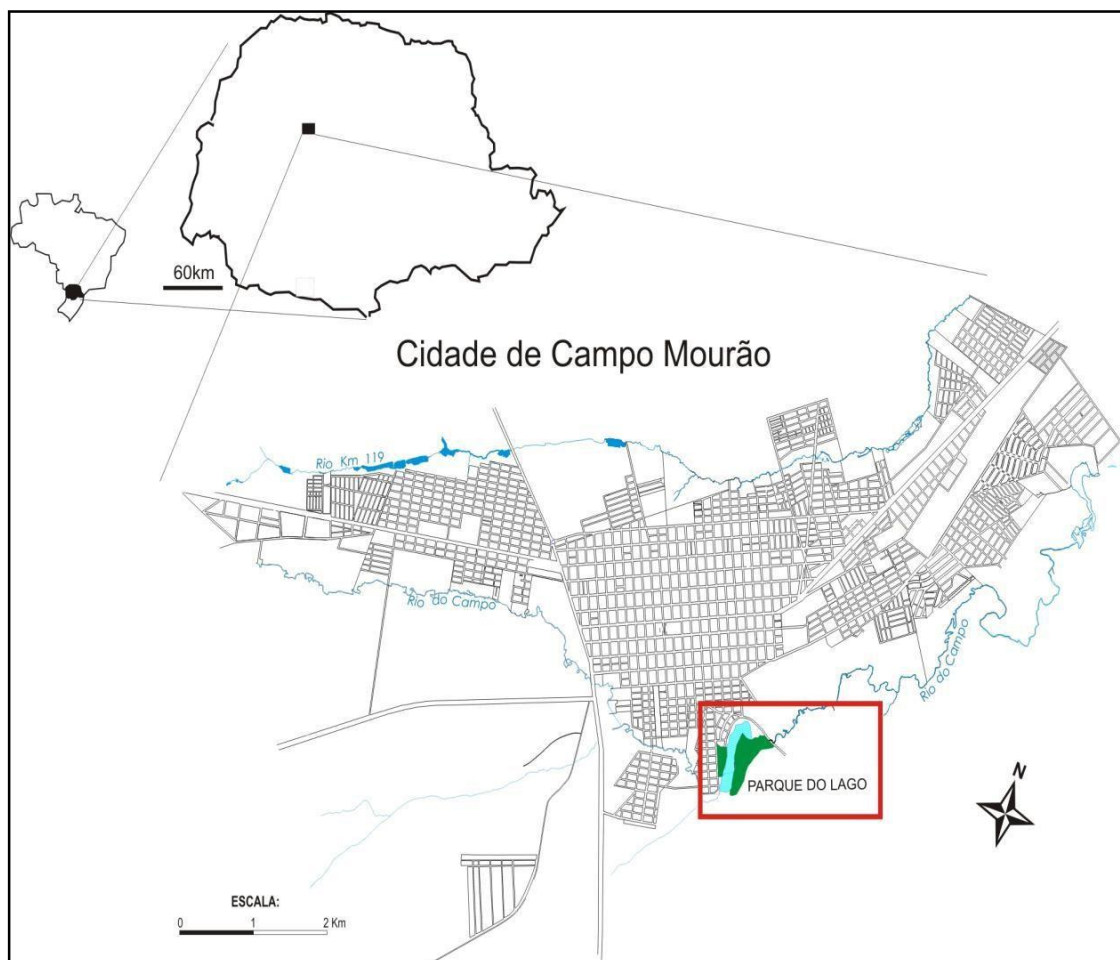
MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento da pesquisa foi selecionado o Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, conhecido como Parque do Lago, localizado na cidade de Campo Mourão (Figura 01).

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi constituída das seguintes etapas: pesquisa bibliográfica e pesquisa *in loco*. Para a pesquisa *in loco* levou-se em consideração o ambiente físico/natural, social e estrutural do parque e a preservação. Outra etapa da pesquisa foi constituída de entrevista semiestruturada aplicada aos frequentadores(as) de diferentes faixas etárias e registros fotográficos do parque e seus arredores; análise qualitativa dos dados, tendo por base Minayo (1995), que destaca questões essenciais referentes às subjetividades expressas pelos sujeitos frente ao espaço vivido, dentre elas: valores, impressões, sentimentos, aspirações, crenças e outros, que em todo caso não podem ser quantificadas em termo das vivências relacionadas dos sujeitos com o ambiente. Assim, as análises das entrevistas tiveram por base os seguintes eixos: 1) o que são áreas verdes; 2) organização e limpeza; 3) atividades do parque; e o quarto eixo relacionada à segurança.



Figura 1 – Localização do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira



Fonte: PAROLIN e PAROLIN, 2011.

ÁREAS VERDES URBANAS: CONCEITOS E FUNÇÕES

Como indicamos na introdução, nosso objeto de estudo é os parques urbanos. A partir disso, faz-se necessário apresentar algumas considerações teóricas sobre o conceito de parque urbano.

Para os autores Macedo e Sakata (2002), o parque é um espaço livre e público, destinado ao lazer de massa urbana e estruturado por vegetação. Já para Kliass (1993, p. 19) os parques são “espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação”. Assim sendo, Lima (1994, p. 15) contribui com a discussão do parque urbano ao indicar que este “é uma área verde, com



função ecológica, estética e de lazer, entretanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos”.

Neste sentido, Macedo e Sakata (2003, p. 14), pontuam que o parque é o “espaço de uso público destinado à recreação de massa [...] capaz de incorporar intenções de conservação cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno”.

Dessa maneira, Bovo e Ayres (2018, p. 328) destacam que a área verde pode ser considerada um “espaço público que desempenha função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres impermeabilização”.

Ademais, e aprofundando a perspectiva teórica, podemos indicar que a noção de área verde pode envolver um tipo especial de espaço livre onde o elemento fundamental de composição é a vegetação, que devem satisfazer três objetivos principais: ecológico-ambiental, estético e de lazer e devem servir a população, proporcionando uso e condições para recreação (COSTA; COLESANTI, 2011, p. 241).

A partir dessas breves definições teóricas, é possível analisarmos os impactos e as funções que as áreas verdes podem desempenhar junto às comunidades locais.

Bianchi (1992) realça que as áreas verdes permitem o encontro de diferentes grupos sociais e podem permitir a harmonia do homem com a natureza, por meio de atividades de lazer ou mesmo descanso, influenciando a qualidade de vida das pessoas. Diante disso, “os parques, enquanto áreas verdes assumiram e assumem grande importância na estrutura do espaço urbano” (BOVO; AYRES, 2018, p. 324).

Para Vieira (2004), as áreas verdes tendem a assumir diferentes papéis na sociedade e suas atribuições devem estar inter-relacionadas no ambiente urbano, de acordo com o tipo de uso a que se destinam; sendo assim, a função do lazer foi mais relevante entre os frequentadores, como a função ecológica e estética para a cidade.

Nessa perspectiva, o parque é importante para a população, uma vez que a utilização desse ambiente tem papel essencial; portanto, realiza uma espécie de fuga para liberdade (MUNNÉ, 1980) aos utilizadores em pleno ambiente urbano (BOVO; AYRES, 2018, p. 322).



De acordo com Bovo (2009, p. 73), a criação dos sistemas dos parques urbanos tem ganhado cada vez mais importância, uma vez que grande parte das propostas antecipavam que nas cidades do futuro os espaços livres públicos não seriam somente para o lazer da população, mas para a criação de cidades urbanizadas e saudáveis.

Para Bianchi (1992, p. 56), a arborização ajuda também para diminuir a poluição visual, pois as árvores são componentes “[...] urbanos e desempenham um papel importante, delimitando espaços, caracterizando paisagens, orientando visualmente e valorizando imóveis, além de integrar vários componentes dos sistemas” (BOVO; AYRES, 2018, p. 324).

Ao nos referirmos às funções que os parques desempenham nas cidades, Vieira (2014, apud BARGOS; MATIAS, 2011, p. 181, grifo nosso) também contribui dizendo que, os parques desempenham distintas funções, sendo elas:

Função Social: possibilidade de lazer que essas áreas oferecem à população. Com relação a este aspecto, deve-se considerar a necessidade de hierarquização.

Função Estética: diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade. Relacionada a este aspecto, deve ser ressaltada a importância da vegetação.

Função Ecológica: provimento de melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo, resultando no bem-estar dos habitantes, devido à presença da vegetação, do solo não impermeabilizado e de uma fauna mais diversificada nessas áreas.

Função Educativa: possibilidade oferecida por tais espaços como ambiente para o desenvolvimento de atividades educativas, extraclasse e de programas de educação ambiental.

Função Psicológica: possibilidade de realização de exercícios, de lazer e de recreação que funcionam como atividades “antiestresse” e relaxamento, uma vez que as pessoas entram em contato com os elementos naturais dessas áreas.

Para Milano (1990), a principal função do sistema de áreas verdes urbanas não deve ser apenas a criação de refúgios para que as pessoas possam “escapar” da cidade. Além disso, essas áreas devem disponibilizar à população momentos de lazer e recreação em convívio com a natureza, respeitando sua vivência urbana e contato com outras pessoas.

Assim, as estruturas e equipamentos (mobiliário) dos parques visam uma melhor compreensão do conjunto de elementos dos espaços considerados.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Desta forma, Ferrari (2004, p. 240) pontua que os conjuntos de elementos materiais localizados em parques públicos ou locais visíveis desses parques são relevantes e que complementam as funções de trabalhar, cabinas telefônicas, idealizações horizontal, vertical e de área, habitar, recrear e circular, anúncios, postes, hidrantes, ponto de ônibus, torres, abrigos, bebedouros, monumentos, fontes luminosas, sanitários públicos, chafarizes etc. (BOVO; AYRES, 2018 p. 330).

Os autores Loboda e De Angelis (2005) dizem que essas áreas verdes (parques, praças) onde predominam a vegetação são utilizados com objetivos socioambientais, científicos e culturais, e devem proporcionar o lazer a todos os cidadãos. Complementando a ideia do autor Hildebrand (2001, p. 76), que destaca que “as áreas verdes valorizam o ambiente e a estética, além de promoverem um excelente meio para as atividades da comunidade, criando importantes espaços e oportunidades de recreação e educação”.

De acordo com o autor Tuan (1980), os conceitos “meio ambiente” e “cultura” se juntam da mesma forma que “natureza” e “homem” (COSTA; COLESANTI, 2011, p. 245).

Ademais, Tuan (1980) diz que os valores ambientais também requerem sua antítese para defini-lo. Portanto, valores como saúde, liberdade, alegria e tranquilidade são sentimentos pela natureza encorajados pelas pressões da vida urbana (COSTA; COLESANTI, 2011, p. 246).

Já Colesanti (1994) diz que as áreas verdes, enquanto espaço recreacional, devem proporcionar recreação física e psicológica ao ser humano, contato com a natureza, interação social e relaxamento devido à vida estressante da sociedade moderna, ou seja, devem proporcionar, ainda, condições para atividades que ambientes interiores não podem oferecer devido às suas limitações (COSTA; COLESANTI, 2011, p. 241).

Assim sendo, e por fim, Mascaró (2005) destaca que a vegetação auxilia em um relativo isolamento dos usuários no interior de espaços como praças, parques e jardins, possibilitando o descanso e um “passar o tempo” fora do caos urbano contemporâneo.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 6 de 16



RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das considerações teóricas e dos levantamentos bibliográficos apresentados anteriormente, passamos agora para a aplicação prática de algumas dessas perspectivas. Para tanto, optamos pela realização de entrevistas com moradores do município de Campo Mourão visando abordar questões em torno das áreas verdes urbanas e, mais especificamente, do Parque do Lago. Foram realizadas quatro entrevistas e, como complemento, também foi realizado registro fotográfico das áreas vinculadas ao objeto de pesquisa. Para análise, decidimos fazer a separação por eixos, de acordo com proximidades e correspondências entre os dados levantados junto aos entrevistados (que foram identificados como E1, E2, E3 e E4, por questões éticas e preservando as identidades pessoais).

O primeiro eixo diz respeito ao conceito de áreas verdes urbanas. De acordo com o entrevistado E1, as áreas verdes são “locais com ampla área de vegetação nativa dentro do perímetro urbano, protegidas por lei, podendo ser uma praça, parques, unidades de conservação, jardins, zoológicos, etc.”. Já E2 complementa a ideia de E1 ao dizer que “são áreas de lazer, na maioria das vezes públicas [...], contém de alguma forma de natureza, vegetação, animais, etc. Variando de parque para parque”. Corroborando com E1 e E2, E3 pontua que as “áreas verdes são espaços públicos localizados dentro das cidades e possuem como função o lazer, o bem-estar e a preservação ambiental”. Por fim, E4 destaca que “as áreas verdes são áreas que podemos ver uma vegetação. Essas áreas podem ser urbanas”.

Assim sendo, ao analisarmos as respostas dos entrevistados podemos ver que eles têm pontos de vistas muito parecidos, pois todos citaram que áreas verdes são locais públicos, com muita vegetação, podendo ser parques e associados a áreas de lazer.

Com base nas respostas dos entrevistados, trazemos como exemplo o Parque do Lago de Campo Mourão. As figuras 2 e 3 apresentam um panorama geral do parque.



Figuras 2 e 3 - Parque do Lago



Fonte: Dos próprios autores.

O segundo eixo diz respeito sobre a organização e limpeza do Parque do Lago. Para E1, “as reformas das estruturas civis (banheiros, pontes, pista de caminhada, mirantes, etc.) tem que ocorrer, visto que estas darão conforto e segurança aos visitantes do Parque do Lago”. Assim sendo, E1 destaca que a manutenção e limpeza do parque “ficam a desejar, pois não existe itens básicos como sabão, papel toalha, papel higiênicos que deveriam ser disponibilizados aos visitantes do Parque do Lago”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, E2 pontua que “as reformas a serem feitas é de extrema necessidade por conta do risco que fornece às pessoas que frequentam o parque”. Já E3 e E4 evidenciam os problemas relacionados aos banheiros instalados no interior do parque. Para E3: “são poucos banheiros e todos sem infraestrutura adequada para atendimento ao público”. Por sua vez, E4 complementa a opinião de E3 quando afirma que “é necessário aumentar a quantidade de banheiros, pois quando o parque está bem cheio, em horário de pico, os banheiros não são o suficiente, e também é necessária uma boa manutenção dos banheiros e uma boa higienização”.

A seguir temos as figuras 4 e 5 que mostram como estão os banheiros do Parque do Lago de Campo Mourão.



Figuras 4 e 5 – Banheiros do parque



Fonte: Dos próprios autores.

Quanto à limpeza do Parque do Lago, os entrevistados destacaram vários elementos, dentre eles, E1 evidencia que a “a mata ciliar a montante do Parque do Lago é bastante descaracterizada, com largura insuficiente, e em alguns pontos inexistente, o que facilita a entrada de sedimentos para o leito do rio”. Dessa forma, E1 ainda destaca que “os sedimentos acaba facilitando o crescimento da vegetação no local, dando um aspecto de local abandonado”. Outro elemento pontuado por E1 está relacionado ao número reduzido de lixeiras, visto que se revela “necessária a disponibilidade de lixeiras seletivas de resíduos, aliada a um programa de orientação de educação ambiental aos visitantes o que poderá ajudar ainda mais a conservação e limpeza do local”. E3 corrobora com E1 quando diz que “a limpeza é necessária, devido ao processo de assoreamento do rio, algo que é natural, porém acelerado pela ação antrópica. [...] Acredito que esteja em ordem, sempre bem, limpo, com exceção dos resíduos sólidos descartados por visitantes no parque”. Diante disso, E4 pontua que “é necessário buscar o equilíbrio, é necessário a reforma, mas a limpeza precisa andar junto ou pelo menos fazer mais campanhas de conscientização para que as pessoas também venham a cuidar dessa área verde que é nosso Parque do Lago”. Por fim, E2 evidencia que é necessário desenvolver “melhorias ou reformas no parque visando atender melhor à população, principalmente nos aspectos relacionados à limpeza”.

Os dados levantados nas entrevistas indicam que, referente à organização e à limpeza, indicam pontos de vistas divergentes, mas o mais comum entre eles foram as reformas, o descarte inadequado de lixos e a qualidade da estrutura dos banheiros.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Já no terceiro eixo, tratamos acerca das atividades e uso do parque. Para E1, “o Parque do Lago é uma Unidade de Conservação, portanto não deva ser acrescido nenhum tipo de atividade no local, além das já existentes”. Para o entrevistado, deveria ter “locais específicos para piquenique/encontros em família, [já que] o Parque do Lago não possui. No entanto, há locais onde geralmente os visitantes se ocupam para tais práticas, como os gramados próximos ao parquinho/concha acústica, e na antiga estrutura da lanchonete”. Assim sendo, E4 contribui com o E1 ao destacar que “seria muito importante o parque para as crianças e quem sabe uma vez por semana ou a cada quinze dias promover uma atividade recreativa para todo o público do parque, inclusive para as crianças”. E4 destaca que existem “[...] áreas onde você pode estender um lençol, principalmente perto do parquinho, para quem tem crianças e existem locais para fazer piquenique”. Em sua abordagem, E3 evidencia a relevância do parque voltada à qualidade de vida e lazer. Para o entrevistado: “atividades voltadas para o lazer e saúde são organizadas e ofertadas pelo poder público, com periodicidade de realização”. Sobre a possibilidade de um novo estabelecimento ou lanchonete, discorda: “Não, apenas uma e de preferência voltada para alimentação saudável e desenvolvimento sustentável”. Por fim, E2 expõe a sua opinião sobre o parque, que contribui no combate ao stress do dia a dia do trabalho. Para ele, “os parques geralmente são um dos únicos lugares que são acessíveis a natureza, principalmente para pessoas com agenda cheia. Para mim, gera uma sensação de liberdade, quebra de rotina, gera um sentimento de bem-estar”.

Os entrevistados também puderam opinar sobre o uso do parque no que tange aos aspectos ambientais e sociais, vejamos o que eles dizem. Para E1, “o Parque do Lago é uma Unidade de Conservação, sendo assim as praças de alimentação no local não seria uma ideia, visto que haveria um aumento de resíduos no local (lixos), aumento de efluentes líquidos oriundos da cozinha (óleos, detergentes, etc.)”. E1 ainda argumenta que “sem um tratamento adequado, poderiam ir ‘parar’ no rio, causando uma contaminação ambiental”. Já E2 indica diferentes formas para melhorar o parque, para tanto seria necessária “a junção da população para cobrar as reformas e também para conscientizar uns aos outros o zelo do parque, evitando assim as pichações, banheiros em decadência e sem trocadores de fraudas, trilhas em meio à mata faltando pedaços, árvore cruzando a trilha, quiosques abandonados, etc.”. Outro elemento referente ao uso do parque e pontuado por E3, estaria vinculado à necessidade de



organizar “uma licitação para o uso de algumas atividades no parque, evitando bebida alcoólica e som alto”. Por fim, E4 comenta que “[...] não lembro da lanchonete ser aberta [...]. É necessária organização por parte da prefeitura para que pessoas ou entidades possam voltar a lanchonete e também ter uma fiscalização adequada”. E4 ainda argumenta que “pode ser uma boa opção a abertura da lanchonete, com certeza vai ter um grande público para poder consumir e fazer uma avaliação se ficou bom ou não”.

Na sequência, apresentamos as figuras 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 sobre as atividades do Parque do Lago de Campo Mourão.

Figuras 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 – Atividades presentes no parque





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023



Fonte: Dos próprios autores.

Quanto às atividades e uso do parque, tivemos discordâncias entre os entrevistados sobre a abertura da lanchonete, pois cada ponto de vista se volta a um lado diferente do porquê se deve reabrir a lanchonete e do porquê se deve manter fechada, e também podemos citar as diferentes atividades.

O quarto e último eixo diz respeito sobre a segurança do parque. De acordo com o entrevistado E1: “Nos locais com maior concentração de populares sim, é consideravelmente seguro, em locais com menos pessoas (trilhas dentro do mato) a segurança diminui”. Assim, E1 destaca que o parque não possui segurança, “visto que já me roubaram uma bicicleta, além

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 12 de 16



de vários outros relatos de furtos, pessoas utilizando drogas ilícitas e até mesmo abusos na área”. Corroborando com E1, E3 evidencia que o parque “[...] necessita de sistema de câmeras e mais vigias em seus espaços, inibindo a realização de depredação do patrimônio ou qualquer risco à segurança dos usuários”. Por fim, E4 comenta que a “segurança poderia melhorar, principalmente na área da mata, no entanto, a disponibilidade de pessoas não é o suficiente, mas é muito importante ter no mínimo dois fiscais”.

Conforme mencionado nas entrevistas, as figuras 14 e 15 retratam as trilhas em meio à mata onde os entrevistados dizem ter medo de caminhar.

Figuras 14 e 15 – Trilhas da mata



Fonte: Dos próprios autores.

Assim, entendemos que o parque deveria ser um local seguro; mas, de acordo com os entrevistados, percebemos pontos de vista muito semelhantes, que ressaltam sentimentos de insegurança ao andar sozinho no parque, principalmente perto das trilhas que tem nas matas. Além disso, eles indicam que é necessária mais fiscalização, para tanto, o poder público municipal deveria ter mais atenção e contratar mais guardas para o local.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao utilizarmos a reflexões de Costa e Colesanti (2011), podemos considerar que a noção de área verde pode envolver um tipo especial de espaço livre na qual o elemento fundamental de composição é a vegetação, que devem satisfazer três objetivos principais: ecológico-ambiental, estético e de lazer e devem servir à população, proporcionando usos e condições para recreação, ou seja, as áreas verdes são espaços públicos com vegetação, como exemplo podemos citar os parques, praças, jardins, etc.

Assim sendo, consideramos que essas áreas proporcionam recreação física e psicológica ao ser humano, contato com a natureza, interação social e relaxamento devido à vida estressante da sociedade moderna, ou seja, devem proporcionar, ainda, condições para atividades ambientais interiores que outros espaços citadinos não podem oferecer devido às suas limitações. Dessa forma, os parques são importantes para a população, tanto para praticar esportes como para observar a natureza, ajudando com o bem-estar geral da população.

Outro elemento que consideramos relevante nos parques urbanos são as infraestruturas e os equipamentos ali instalados para o uso da população. Tais equipamentos contribuem para o usufruto e acessibilidade por parte dos seus frequentadores, para tanto, estes devem estar bem distribuídos e com boa qualidade.

Através das entrevistas realizadas, podemos considerar que os participantes da pesquisa compreendem que as áreas verdes não são somente parques, mas sim espaços públicos com vegetações. Assim, a manutenção do parque é importante para atender as necessidades da população e, neste sentido, os participantes da pesquisa indicaram que o parque está em boas condições de uso, porém é necessário que o poder público municipal realize algumas melhorias quanto à conservação, manutenção, limpeza, segurança e também campanhas de conscientização da população quanto ao uso do parque de forma adequada.

Portanto, consideramos que o Parque do Lago de Campo Mourão atende muitas expectativas da população em relação às atividades físicas, pois ele oferece muitas atividades em seu interior, sendo uma importante área verde urbana destinada ao uso dos moradores de Campo Mourão e cidade vizinhas por contribuir com as funções ecológico-ambiental, estética e de lazer.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARGOS, Danúbia Caporuso; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011.
- BIANCHI, C. G.; GRAZIANO, T. T. Caracterização e análise das áreas verdes urbanas de Jaboticabal-SP. In: **Anais**. Congresso Brasileiro Sobre Arborização Urbana. Vitória, 1992.
- BOVO, Marcos Clair; AYRES, Ana Claudia Breitreitz Fernandes. O parque urbano da cidade de Mamborê/PR, Brasil: usos e funções. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 19, n. 67, p. 322-337, 2018.
- BOVO, Marcos Clair; CONRADO, Denner. O parque urbano no contexto da organização do espaço da cidade de Campo Mourão (PR), Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 34, p. 50-71, 2012. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/1845>>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- COSTA, Renata Geniany Silva; COLESANTI, Marlene Muno. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. **Raega O Espaço Geográfico Em Análise**, n. 22, p. 238-251, 2011.
- COSTA, Renata Geniany Silva; FERREIRA, Cássia de Castro Martins. Estudo biogeográfico das áreas verdes e da arborização ligada ao sistema viário na região central da cidade de Juiz de Fora, MG. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 8, n. 22, p.143-156, 2007.
- FERRARI, Celson. **Dicionário de Urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.
- HILDEBRANDT, E. **Avaliações econômica dos benefícios gerados pelos parques urbanos: Estudo de caso em Curitiba-PR**. 2001. 137 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2001.
- KLIASS, Rosa Grená. **Os Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.
- LOBODA, Carlos Roberto; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência – Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2005.
- MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- MAZETTO, Francisco de Assis Pentead. Qualidade de Vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia-MG, v. 12, n. 24, p. 21-31, 2000.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

MAZZEI, Kátia; COLESANTI, Marlene T. Muno; SANTOS, Douglas Gomes dos. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia-MG, v. 19, n. 1, p. 33-43, 2007.

MILANO, Migue Serediuk. Planejamento da Arborização Urbana: relações entre áreas verdes e ruas arborizadas. In: **Anais** - Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana. Curitiba: FUPEF, 1990.

MUNNÉ, Frederic. **Psicología del tiempo libre**. México: Trilhas, 1980.

OLIVEIRA, Carlos Henke de. **Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnósticos e propostas**. 1996. Dissertação (Mestrado). São Carlos, SP, UFSCar, 1996.

PAROLIN, Eloísa Silva de Paula; PAROLIN, Mauro. Vidas mutiladas: Reflexões sobre a degradação ambiental do Parque do Lago em Campo Mourão/PR. **I Simpósio de Estudos Urbanos: Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental**, Fecilcam, Campo Mourão/PR, 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

VIEIRA P. B. H. **Uma visão geográfica das áreas verdes de Florianópolis, SC: estudo de caso do Parque Ecológico do Córrego Grande (PECG)**. Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso, Florianópolis, SC, 2004.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 16 de 16



O MOVIMENTO POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO NA LUTA SOCIAL PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Lenira dos Reis Alves - (CNPq)
Unespar/*Campus* Paranavaí, leniradosreis202018@gmail.com

Vanderlei Amboni - Orientador
Unespar/*Campus* Paranavaí, vanderlei.amboni@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

O homem é um ser em construção mediado pelo trabalho e cultura. O homem é produto do trabalho e a cultura é produto do homem mediado pelo trabalho, que se manifesta na forma de produzir a vida sob condições dadas e encontradas pelos grupos sociais na natureza. Com efeito, Schaff (1969, p. 85-86) assevera: “[...] assim, do ponto de vista do homem, o processo humano de criação é um processo de auto criação. Assim, graças ao trabalho a espécie homo-sapiens nasceu, evoluiu e continua a transformar-se”. No processo de produção da vida material, que é criação humana na transformação da natureza para si, neste processo de criação, o homem cria a cultura escolar, que se manifesta no ato de ensinar. O ato é imprescindível à existência do humano social, que foi constituído no processo de trabalho, cuja raiz está na natureza humanizada e transformada pelo homem, que se transforma também sob a cultura da ciência materializada no ato de ensinar, e traz a sociabilidade que emerge no grupo sobre o qual o homem produz-se como social e reproduz sua existência com vínculo estabelecido no processo de formação, cuja centralidade está dada na escolarização, pois o mesmo aprende com a vida e por meio de outros. Na produção da vida, ao realizar uma atividade produtiva, o homem produz uma síntese de suas atividades, produz uma determinada cultura. (Amboni, 2023, p.4).

Esse artigo tem como objetivo central expor debates sobre o Movimento por uma Educação Básica do Campo na luta social pela Educação do Campo, com olhar voltado pela promulgação da LDB nº 9394/96, que o Estado reconhece o direito dos povos do campo a uma educação para o meio rural respeitando a cultura produtiva e educacional.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Com esse embasamento podemos nos aprofundar nos escritos dos Cadernos de subsídios, que foram de suma importância, através deles podemos observar os debates que foram realizados em conferências nacionais da educação do campo e, com elas, a organização social como proponente de ações à educação pública no campo, cuja natureza estabelecida foi o reconhecimento dos povos do campo a terem uma educação do campo com suas singularidades e especificidades. Os representantes dos Seminários Nacionais foram os trabalhadores da Educação e articuladores educadores e educadoras com Miguel Gonzalez Arroyo, Bernardo Mançano Fernandes, César Benjamim, Roseli Salete Caldart, entre outros, todos carregam diversos pensamentos e o mesmo intuito falar sobre: O SER HUMANO DO CAMPO, pois seus sujeitos, em sua luta histórica por educação buscam por uma [...] “educação recria o campo porque por meio dela se renovam os valores, atitudes, conhecimentos e práticas de pertença à terra. Ela instiga a recriação da identidade dos sujeitos na luta e em luta como um direito social.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO).

Constata-se que o campo brasileiro não é homogêneo, porque é composto por diversas realidades, que a geografia e a própria formação do histórico cultural determinam ao longo dos anos, podemos salientar que a escola do campo brasileiro surgiu tardiamente e não foi institucionalizada pelo Estado, com isso a evolução da educação escolar brasileira e nos deixou como herança um quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo: em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infraestrutura e os espaços físicos inadequados, as escolas mal distribuídas geograficamente, a falta de condições de trabalho, salários defasados, ausência de uma formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo. Com efeito, Amboni (2023, p. 39) diz-nos que:

[...] a educação do campo nasce com uma intencionalidade social nas lutas pela terra, cuja existência objetiva atender a diversidade de povos do campo dentro da singularidade e modo de produzir a vida material, respeitando a cultura singular que cada grupo social traz no seu devir histórico como sujeito e identidade social de pertencimento, quer sejam povos originários, tradicionais, quilombolas e os formados, constituídos e fortalecidos pelos movimentos sociais. Mas qual educação os sujeitos do campo querem? Como fazer valer os interesses do campo na educação para o campo? Eis o nó no campo do direito constitucional, posto que a educação sob o império do capitalismo é universalizante, hegemônica e excludente e a proposta da educação do campo é uma escola contra hegemônica ao capital

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 2 de 13



Seguindo a linha de reflexão com encadeamento das dificuldades enfrentados pelos gestores que trabalham nos assentamentos ou nos acampamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) sofrem, mas sempre tem uma dinâmica leve que ajudam levar a esperança para tantas crianças que vivem no campo, iremos também abordar articulações de projetos populares que caminha para educação multisseriada e a educação peneiradora seriada da escola zona urbana, teremos também base na Pedagogia da Alternância que leva um método que tem um objetivo de interação onde os alunos vivem que possa aprender com suas realidades e vivenciadas pelas lutas sociais e a troca de conhecimento e singularidades. Um dos pontos principais que daremos uma pequena ênfase aos direitos do povo do campo é a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 que é um marco legal sobre os direitos educativos.

A Escola do MST é uma Escola do Campo, vinculada a um movimento de luta social pela Reforma Agrária no Brasil. Ela é uma escola pública, com participação da comunidade na sua gestão e orientada pela Pedagogia do Movimento, que como vimos, é na verdade o movimento de diversas pedagogias.

A Escola do MST é aquela que se faz lugar do movimento destas pedagogias, desenvolvendo atividades pedagógicas que levem em conta o conjunto das dimensões da formação humana. É uma escola que humaniza quem dela faz parte. E só fará isto se tiver o ser humano como centro, como sujeito de direitos, como ser em construção, respeitando as suas temporalidades. A nossa tarefa é formar seres humanos que têm consciência de seus direitos humanos, de sua dignidade. Não podemos tratar os educandos como mercadorias a serem vendidas no mercado de trabalho. Isto é desumanizar, a eles e a nós todos. Para realizar a tarefa educativa de humanização é preciso perceber e levar em conta os ciclos da natureza e, de forma especial, os ciclos da vida humana com os quais estamos convivendo e queremos ajudar a formar. Os educandos da nossa Escola são crianças, adolescentes e ou jovens (com sua temporalidade própria), são do campo (com saberes próprios) e são do MST (herdeiros da identidade sem terra em formação). (CALDART, 2000, p.34)

O campo sempre tem uma dinâmica que é enraizada no movimento pedagógico, que está sempre acompanhado por uma renovação educativa baseada em histórias reais que são transformadas em aprendizagem passadas por vinculados ao movimento do campo. Portanto, o movimento do MST sempre foi movido pela educação, sem a escola o indivíduo não poderá reivindicar seus direitos. As Conferências e os Seminários resgatam através desses encontros com finalidade de mostrar: O SER HUMANO DO CAMPO.

O MST possa não só eles mais os governantes de nosso país possam perceberem que a educação é a base fundamental para o movimento que nem todas entidades olham para o campo com “bons olhos” para luta social. Todos os cadernos trazem consigo a necessidade de



tratar de projetos políticos com o pensamento voltado para construção do futuro impessoal e neutro, não tratando da educação com mercadoria, mas sim com processo que possa prever resultados. Conforme César Benjamin (2000,p.10-11) que aponta:

Uma casa, uma plantação, uma bicicleta, uma roupa, um livro, um clube, uma escola, uma cooperativa, antes de existirem na realidade, existiram como uma idéia, um projeto. O projeto organiza e direciona o esforço criativo das pessoas. [...] instituições necessárias para levar adiante um projeto da maioria devem ser, por natureza, públicas, coletivas e democráticas.

Evidentemente, podemos compreender através da indagação do autor Benjamin que os projetos têm dificuldades, porque o setor econômico neoliberalismo(capitalismo) atrapalham na organização de projetos claros, no entretanto, na educação o neoliberalismo não querem seres pensantes que não saiba questionar as estruturas que jamais encontre brechas ou lacunas possa as instituições de ensino vencer as propostas que organize seu uso produtivo e educativo. Neste mesmo contexto podemos dar ênfase a educação peneiradora e seriada, que tem as estruturas do neoliberal que é excludente, de acordo com Arroyo (1999, p. 27).

Temos que acabar, sobretudo, com a estrutura seletiva, peneiradora, excludente que é inerente ao sistema seriado. Vocês sabem por que temos 30 milhões de analfabetos? Por que temos 30% de nossas crianças e adolescentes retidos nas primeiras séries? Por que temos 80% da nossa juventude defasada em termos de idade e série? Será porque o professor não sabe ensinar? Será porque o currículo não presta? Porque o aluno não tem interesse? Mas isso acontece principalmente porque a escola é peneiradora e seletiva. A escola seriada é uma das instituições mais seletivas e excludentes da sociedade brasileira. Ou nós acabamos com essa concepção seletiva e peneiradora ou não constituiremos uma escola de direitos. Não constituiremos uma educação básica como direito enquanto os professores não superemos a cultura da reprovação, da retenção e da seletividade, enquanto não superemos a escola seriada que está estruturada numa cultura seletiva. Como é difícil superar essa cultura seletiva que está nas avaliações, nas provas para aprovar-reprovar, repetir ano, reter fora da idade.

A educação seriada é adequada a escola urbana que tributa as turmas regida em séries anuais que se torna excludente, com base na cultura seletiva da reprovação\aprovação. Todavia, temos a educação multisseriada modelo da educação do campo que no mesmo espaço dentro da sala improvisada de lona tem diversos alunos com idades diferentes que têm contato um com o outro. Arroyo (1999, p. 28) argumenta:

Uma das grandes tarefas dos educadores é acabar com as estruturas excludentes que existem dentro da escola. É verdade que o capitalismo no campo exclui da escola. É verdade, que exclui também o trabalhador das cidades. Mas, tem muita culpa a própria escola. A escola tem que se rever profundamente para ser democrática nas suas estruturas.



Portanto, temos professores dentro do movimento que tem suas dificuldades dentro da infraestrutura do espaço dos acampamentos em sala de aulas improvisadas de lonas, mas nem por isso o gestor desiste ou se rende aplicação da educação excludente da zona urbana dentro da escola rural, ele tem a capacidade de se adequar a novos caminhos e ajudar a transmitir a esperança as crianças sem-terrinhas. Na Coleção uma educação do campo, nº2: A Educação Básica e o Movimento Social do Campo, o professor Arroyo (1999, p. 20) aponta na palestra sua experiência como aluno:

Lembro-me de um professor que me falou o seguinte: “Arroyo, pela primeira vez na escola, antes de mostrar o livro que todo ano mostrava – o livro vai ser este! – eu olhei para meus alunos e vi que cada um tinha um rosto diferente. E me perguntei: Quem são esses alunos, com os quais vou conviver durante 200 dias por ano?” Este olhar tem que ser recuperado na educação. Temos que recuperar o humanismo pedagógico que foi enterrado por uma tecnologia imperativa; que foi enterrado pela burocratização da escola; que foi enterrado nas políticas públicas educativas. O homem, a mulher, a criança no campo tem seu rosto. O professor, a professora também tem seu rosto, seu nome, sua história, sua diversidade de gênero, raça, idade, formação. Também eles são sujeitos em construção. Como professores temos, no meu entender, essa tarefa; tirar a máscara e descobrir a pessoa que está por trás de cada criança, de cada jovem, de cada adulto, conhecer a sua história.

Temos no campo a Pedagogia da Alternância que é um método que tem com objetivo levar a estudante interagir com seu meio onde ele vive, essa pedagogia produzida em experiências da escola do campo que é o MST, que a família e a comunidade criam a dinâmica dos vínculos dos educandos com assentamento e a troca de conhecimentos, aliás, os camponeses têm os mesmos direitos iguais das pessoas das cidades em receber uma educação de qualidade. Podemos compreender que a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, como marco legal nesse processo de afirmação e reconhecimento que a educação no campo e seu povo tem direitos humanos e sociais e uma educação para o meio rural respeitando a cultura produtiva e educacional. Que a pedagogias são diversas no movimentos que enfatiza os sujeitos. A questão que teremos de nos colocar é que escola, que concepção e prática pedagógica, que estrutura escolar dará conta do direito à educação básica. Em outros termos temos de ter clareza como educadores que pode estar acontecendo um descompasso entre o avanço da consciência dos direitos e a educação escola. (ARROYO, 1999,p.18)

Na Coleção uma educação do campo, nº2: A Educação Básica e o Movimento Social do Campo a escritora Caldart (1999, p. 35) indaga que:

E também o que nosso mestre da Educação Popular, Paulo Freire, nos disse em suas reflexões sobre a pedagogia do oprimido: a escola não transforma a realidade mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmos... Se não conseguirmos envolver a escola no movimento de



transformação do campo, ele certamente será incompleto, porque indicará que muitas pessoas ficaram fora dele.

A escola é um processo produtivo que transforma seres humanos em “seres pensantes”, o MST com sua jornada de 16 anos que completava no ano 2000, que inclui a escola como tem a preocupação e ocupação políticas e pedagógicas, a escola no campo num campo sem perspectivas, sem horizontes, sem reforma agrária, que busca quebrar paradigmas colocados em suas identidades. O professor é o sujeito de transformação que quebra esses preceitos citados em cima, que usa a terra como ferramenta aprendizagem dinamizando a pedagogia de valores democráticos ao construir uma escola para todos: crianças, jovens, adultos e idosos. Segundo Arroyo, salientar através de uma citação de Paulo Freire já nos dizia tanto: “Todos nós temos que ser aprendizes. O bom professor é aquele que aprende a cada dia”. Como construir a própria escola democraticamente? [...] Todas essas qualidades são fundamentais na formação de professores. Se vocês forem fiéis aos valores do campo, vocês estarão prontos para serem educadores do campo.”

Nesta perspectiva, a educação, como ponto de partida dos camponeses, é uma educação que vincula o homem a terra, que traduz a formação da juventude do campo no campo, pois política vigente inferioriza o campo, vê o camponês como atrasado, não moderno e dependente do urbano. Sabemos que essa informação é equivocada, portanto, a tecnologia do campo está transformando a produção agrícola patronal.

Desenhar políticas que busquem suprir as enormes desigualdades no direito ao acesso e a permanência na escola para este grupo faz parte desta estratégia, dito de outra forma: **o que se busca não é somente a igualdade de acesso “tolerada” pelos liberais, mas, fundamentalmente a igualdade de resultados.** (SANTOS, 2008, p.28) (Grifo Nosso).

Este propósito está vinculado a uma educação de qualidade, mas específica do meio rural, voltado para o contexto do campo, cuja base social é um processo em disputa por educação. Com efeito, Braverman (1987, p. 29) assevera que [...] a forma de qualquer sociedade, não é criação instantânea de ‘leis’ que geram aquela sociedade num lugar e diante de nossos olhos. Toda sociedade é um momento no processo histórico, e só pode ser aprendida como parte daquele processo.”

A política educacional brasileira é citada como algo ignorada, e a mesma precisa da necessidade de um projeto específico rural. Sabemos que não há uma escola no campo, nem



uma escola na zona urbana, porém uma escola do campo, com a mistura de cultura, valores e a luta pelo campo. Nos subsídios indaga que não podemos aceitar que as crianças, jovens e adultos sejam levados para as escolas das cidades. Neste processo, Molina (2004, p.17) traz que:

Somos herdeiros e continuadores da luta histórica pela constituição da educação como um direito universal: um direito humano, de cada pessoa em vista de seu desenvolvimento mais pleno, e um direito social, de cidadania ou de participação mais crítica e ativa de todos na dinâmica da sociedade.

Portanto, a educação do campo é considerada um instrumento de auto de valor educativo, que carrega o conhecimento riquíssimo na natureza do sujeito do campo. Neste sentido, podemos refletir que os povos marginalizados educacionalmente por um sistema social baseado em desigualdades sociais e força material proveniente da ausência do Estado na promoção da formação escassa como intuito mercadoria.

MATERIAIS E MÉTODOS

A luta por uma EdoC traz à tona estes sujeitos, com suas características específicas. Entretanto, encontramos laços que os unem, e os identificam como o povo brasileiro que vive no campo e tem sofrido na pele as marcas da opressão, discriminação e exploração impostas pelo capital, assim como as classes populares que vivem nas cidades. Por sua vez, os povos do campo historicamente têm se constituído como agentes sociais que, em movimento nos seus coletivos organizados se põem em luta.(VERDÉRIO).

Os manuscritos escritos pelos educadores dos Cadernos de subsídios sobre a educação do campo, permitiram desenvolver esta pesquisa. O estudo teve como base a leitura e análise desses escritos, além de pesquisas relacionadas, por exemplo, um artigo “A materialidade da educação do campo e sua incidência nos processos formativos que a sustentam: uma análise acerca do curso de pedagogia da terra na Unioeste”, de Alex Verdério.

Neste processo, o desenvolvimento do método dialético mostrou-se que:

[...] assumir o debate sobre a EdoC pode significar a indicação de uma maneira nova de conceber o direito universal à educação, para além de sua perspectiva liberal, assumindo-a no âmbito da emancipação humana, na qual os próprios sujeitos possam refletir e fazer de seus processos formativos elementos de sua emancipação plena. Ao considerar a educação que vem sendo pleiteada pelos povos do campo, fez-se necessário resgatar um debate muito produtivo que se passou entre os teóricos da educação brasileira na década de 1980, referente à Educação Popular. (Verdério, 2011, p. 25-26).



Pois, afirma Amboni (2023, p. 7):

A escola é um símbolo social de ciência e cultura material, cuja natureza se manifesta na educação para a formação do indivíduo sob os pilares dos interesses das classes dominantes. O processo dominante da vida social está presente no devir do homem, com as qualidades de formação sob as quais o homem é produto e produtor de suas circunstâncias históricas.

No processo de investigação do objeto, a base é a história dos homens em seu processo de formação, que é histórica e transitória.

No espaço social da escola, a escolarização é um processo sob o qual a sociedade traz o ensino do que ela mesma aprendeu e acumulou em seu devir histórico. Este espaço social pode ser uma caverna, onde os homens, mesmo ser terem desenvolvido a fala e a escrita, por meio de desenhos, se comunicavam na luta social pela vida. A escola aqui entendida, não é a escola burguesa, é a escola enquanto espaço de disseminação do conhecimento acumulado, o que pressupõe um estudo da escola como um devir do homem como o trabalho o é. Sua dimensão social está na luta pela vida, mediada por códigos que as formações sociais estabelecem para si, o que implica afirmar que a escola é histórica e é determinada pela formação sob a qual os homens vivem e produzem sua existência material. A existência do homem, na sua concretude coincide com o modo com que produz sua existência material. Ela é a materialidade do homem em seu processo de formação social que necessita, na luta pela vida, se reproduzir. (Amboni, 2023, p. 9-10).

Com efeito, Einstein (1949, s/p) observa:

[...] É a ‘sociedade’ que lhe fornece comida, roupa, casa, instrumentos de trabalho, língua, formas de pensamento, e a maior parte do conteúdo do pensamento; a sua vida foi tornada possível através do trabalho e da concretização dos muitos milhões passados e presentes que estão todos escondidos atrás da pequena palavra ‘sociedade’.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação do campo é um ato intencional feito e materializado pelos seus sujeitos. Ela traz a contradição social no seu processo, pois é inerente ao processo de formação humana presente nos grupos sociais. O campo é uma unidade na diversidade de seus povos, cuja natureza se traduz na forma de produção da existência da vida, cuja essência é o trabalho em harmonia com a natureza, pois estes sabem que a natureza é fonte da vida. No processo de luta pela vida se produz uma pedagogia mediada pelo trabalho vinculado a terra e a cultura na produção da vida material, que é pura pedagogia. No processo formativo, a escola passa a ser a centralidade da formação humana e, dessa forma, ela está vinculada a cultura que se produz nas relações sociais estabelecidas, que são mediadas no trabalho com a terra, constituindo-se em força motriz da vida comunitária. (Amboni, 2023, p. 54).



Com a efetivação dos resultados da presente pesquisa foi possível identificar que o campo sempre tem uma dinâmica que é enraizada no movimento pedagógico, que está sempre acompanhado por uma renovação educativa baseada em histórias reais que são transformadas em aprendizagem passadas por vinculados ao movimento do campo. Portanto, o movimento do MST sempre foi movido pela educação, sem a escola o indivíduo não poderá reivindicar seus direitos. As Conferências e os Seminários resgatam através desses encontros com finalidade de mostrar: O SER HUMANO NO CAMPO. O MST possa não só eles mais os governantes de nosso país possam perceberem que a educação é a base fundamental para o movimento que nem todas entidades olham para o campo com “bons olhos” para luta social. Nesta perspectiva, Caldart (2000,p.34) aponta que “a Escola do MST é uma Escola do Campo, vinculada a um movimento de luta social pela Reforma Agrária no Brasil. Ela é uma escola pública, com participação da comunidade na sua gestão e orientada pela Pedagogia do Movimento, que como vimos, é na verdade o movimento de diversas pedagogias.” Pretende-se adentrar em seguida que todos os cadernos trazem consigo a necessidade de tratar de projetos políticos com o pensamento voltado para construção do futuro impessoal e neutro, não tratando da educação com mercadoria, mas sim com processo que possa prever resultados. Com efeito, César Benjamin (2000,p.10-11) sustenta:

Uma casa, uma plantação, uma bicicleta, uma roupa, um livro, um clube, uma escola, uma cooperativa, antes de existirem na realidade, existiram como uma ideia, um projeto. O projeto organiza e direciona o esforço criativo das pessoas.[...] instituições necessárias para levar adiante um projeto da maioria devem ser, por natureza, públicas, coletivas e democráticas.

Para isso, identificou-se e problematizou-se que os movimentos sociais têm como característica reivindicar direitos por uma educação que ensine de verdade que não crie barreiras na alfabetização de pessoas que sofreram na educação peneiradora, que o povo no campo mude sua mentalidade de que não nasceram para as “letras”, mas sim para enxada. Que possam passar uma borracha nesse pensamento neoliberal do capitalismo, querem que o cidadão não tenha capacidade de aquisição de pensamento e de questionar o sistema.

Ao longo dos escritos podemos observar os autores distinguir que a política educacional brasileira é citada como algo ignorada, e a mesma precisa da necessidade de um projeto específico rural. Sabemos que não há uma escola no campo, nem uma escola na zona



urbana, porém uma escola do campo, com a mistura de cultura, valores e a luta pelo campo. Nos subsídios indaga que não podemos aceitar que as crianças, jovens e adultos sejam levados para as escolas das cidades. Neste aspecto, Amboni (2023, p. 39) assevera:

No processo de lutas por educação e direitos no campo, consagra-se na Constituição de 1988 a educação como direito de todos e dever do Estado. Para o fortalecimento da luta por direitos, os movimentos sociais contaram, de forma significativa, com a organização do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), organizado pelo MST e realizado em Brasília, em 1997 e, desse encontro, a organização e os debates nos eventos da I e II Conferência Nacional de Educação do Campo, em Luziânia, Goiás, em 1998 e 2004, respectivamente, que deram a identidade da educação do campo, e suas premissas educacionais, a partir da centralidade da educação como direito universal e inalienável de todos.

Vale salientar que o exercício de reflexão aqui proposto está colado à perspectiva de que tais conquistas educação da terra está plantada no movimento social do MST não apenas nele, mas em outras entidades que também têm a educação como objetivo central. Nesta perspectiva, a pesquisa se justifica por buscar o movimento histórico realizado pelo Movimento Por uma Educação Básica do Campo a partir da promulgação da LDB nº 9.394/96, que assegurou aos povos do campo uma educação para o meio rural respeitando a cultura produtiva e educacional. Neste processo percebe-se “[...] que se afirma o princípio no qual a escola é vida na comunidade. É uma vida com elo na intencionalidade educacional do campo como direito consagrado na legislação” e se materializa “[...] no respeito à cultura e formas de produzir a vida material presente na diversidade dos povos do campo e no interior do capitalismo brasileiro.” (Amboni, 2023, p. 44).

A presente trajetória de estudo, mostra que a escola do campo se torna um espaço democrático, onde a diversidade do sujeito com camponês que ocupa os fins pedagógicos, que ressignificam os valores e a cultura da terra. Na compreensão forjada pela ousadia de defender a luta pela educação do campo defendida por educadores e educadoras: Miguel Gonzalez Arroyo, Bernardo Mançano Fernandes, César Benjamim, Roseli Salete Caldart, entre outros, o campo aponta para a necessidade de continuar com o esforço de consolidar nestes a luta, cuja leitura feita por Hage e Cardoso (2013, p. 426) sustentam que:

O Movimento da Educação do Campo assumiu o papel efetivo de impedir a reedição das tradicionais políticas assistencialistas e compensatórias, que mantêm a precarização das escolas rurais e reforçam o atraso e o abandono da educação dos povos que vivem da agricultura, do extrativismo e da pesca, ao reivindicar que as experiências político-pedagógicas acumuladas nesse processo de luta e mobilização, de tomada de posição nos confrontos entre concepções de agricultura, de projetos de



campo, de educação e de lógica de formulação das políticas públicas sejam reconhecidas e legitimadas pelo sistema público em suas várias esferas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo pedagógico defendida neste artigo que apresenta o seguinte tema: O Movimento por uma Educação Básica do Campo na luta social pela Educação do Campo, que os movimentos sociais têm como característica reivindicar direitos por uma educação que ensine de verdade que não crie barreiras na alfabetização de pessoas que sofreram na educação peneiradora, que o povo no campo mude sua mentalidade de que não nasceram para as “letras”,mas sim para enxada. Que possam passar uma borracha nesse pensamento neoliberal do capitalismo, querem que o cidadão não tenha capacidade de aquisição de pensamento e de questionar o sistema.

A educação da terra está plantada no movimento social do MST não apenas nele, mas em outras entidades que também têm a educação como objetivo central. Mas, a educação deve ser um amplo processo pensado na *formação humana*, que tenha a possibilidade de construir políticas culturais para intervenção de pessoas: sujeitos sociais na realidade. Nossa pesquisa tem o viés pautada nos debates nas Conferências Nacionais que também ressalta que escolarização não é toda educação, porém é um direito de todos os cidadãos, que muitas vezes têm que ser pressionado o setor público, cuja, os movimentos sociais devem ser guardiões do povo e seus objetivos.

Na atualidade, legislações educacionais brasileiras foram um grande avanço, um grande exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9.394\96. Os autores falam que se comprometem em lutar pela implantação destas diretrizes, que inclusão também das mesmas em uma construção de planos para municípios e estaduais que seja colocado em ação.

Para finalizar, a pedagogia da alternância ou terra nasce das diversas práticas de educação desenvolvidas que é algo maravilhoso, faz que o aluno possa aprender através da sua realidade onde ele está inserido que possibilita a troca de experiências. Trata-se da dimensão educativa do ser humano voltado para terra com intencionalidade de educar e reeducar para *enraizar* seus conhecimentos gerando transformações em seus meios com seres



críticos. A Educação do Campo não cabe em uma escola, mas sim em luta pelo direito à escola de qualidade tem sido um de seus traços até buscados durante anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBONI, Vanderlei. Cultura escolar nos estudos de Álvaro Vieira Pinto. **Rev. Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 19, n. 57, p. 370-387, jul./set., 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/15857>

AMBONI, Vanderlei. Sociedade, mobilização e construção social da educação do campo: a unidade do campo na luta por direitos. In. **Educação no campo** (Org.). Vitor Machado. São Paulo: Gradus, 2023.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Coleção uma educação do campo, nº2: A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília, DF, 1999.

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salette. Projeto popular e escolas do campo. In: Coleção Por uma Educação Básica do campo, nº 3. Brasília, DF: **Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo**, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Referências para uma Política Nacional de Educação do campo: **Caderno de Subsídios**. Brasília, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano; OLIVEIRA, Cesar José de, et al. Educação do Campo: **campo - políticas públicas – educação**. Brasília: Incra-MDA, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. Conferência Nacional: **Por uma Educação Básica do Campo**. Brasília, 1998.

HAGE, Salomão Antonio Mufarrej; CARDOSO, Maria Bárbara da Costa. Educação do campo na Amazônia: Interfaces com a educação quilombola. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 425-438, jul./dez. 2013. In. <http://www.esforce.org.br>. Acessado em 14 de junho de 2020.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. Educação do Campo: identidade e políticas pública. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. **Coleção Por Uma Educação do Campo**, n.º 4.

MOLINA, Mônica Castanga; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. **Coleção Por Uma Educação do Campo**, n.º 5.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

VERDÉRIO, Alex. A Materialidade da Educação do Campo e sua a Incidência nos Processos Formativos que a Sustentam: **Uma Análise Acerca do Curso de Pedagogia da Terra na UNIOESTE**. CASCAVEL, PR, 2011.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 13 de 13



A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: CONSEQUÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Lorena Azevedo de Lima - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranavaí, lorenaazevedo78@gmail.com

Rita de Cássia Pizoli - Orientadora
Unespar/Campus Paranavaí, rita.pizoli@ies.unespar.edu.br

Maria José Máximo - Coorientadora
Unespar/Campus Paranavaí, maria.maximo@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída através do Decreto 9.765 de 11 de abril de 2019 é um documento que expressa a vinculação das políticas educacionais recentes ao movimento neoliberal no Brasil. O Decreto veio acompanhado por um caderno denominado “Política Nacional de Alfabetização”, anunciando o objetivo de traçar um novo caminho para a alfabetização. Neste trabalho, faremos uma análise do conteúdo desse caderno procurando compreender sua vinculação com as políticas neoliberais.

A Política Nacional de Alfabetização representa um retrocesso nas políticas educacionais propostas para a alfabetização que foram construídas coletivamente nas últimas décadas e sua análise, em comparação com documentos anteriores, é importante para resistir às reformas educacionais atuais, pautadas na política liberal-conservadora.

Os documentos educacionais são resultado das decisões políticas locais, respostas às proposições dos organismos internacionais como Banco Mundial e UNESCO, que financiam a educação escolar nos países periféricos e norteiam seus objetivos e currículos. Dessa forma, a legislação educacional está vinculada aos objetivos mais amplos de reestruturação econômica mundial, que, em seu estágio atual se configura como capitalista baseada no modelo flexível toyotista.



os países periféricos, como o Brasil, que não produz tecnologia, os objetivos da educação é formar o profissional empreendedor ou aquele que se adapte às necessidades de empregabilidade flexível. A formação dos professores também foi atingida por essa lógica, pois, desde a década de 1990, a educação escolar se norteia pelos documentos que centralizam o “saber fazer” e o “aprender a aprender” como funções principais para o professor, retirando seu papel de ensino do conhecimento historicamente acumulado. Essas funções estão ligadas a concepções pedagógicas liberais, que se atrelam aos objetivos do sistema econômico para formação de trabalhadores flexíveis.

Nesse contexto situamos as atuais reformas educacionais, principalmente a Política Nacional de Alfabetização. A PNA foi instituída através do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, e no dia 15 de agosto de 2019 foi lançado o Caderno da PNA, que expandiu o Decreto nº 9.765/2019. Em outubro, por sua vez, foi realizada a Conferência de Alfabetização Baseada em Evidências (CONABE), cujo tema foi “A Política Nacional de Alfabetização e o estado da arte das pesquisas sobre alfabetização, literacia e numeracia.

Esse processo representa um retrocesso às políticas implementadas no campo da Alfabetização, desde a LDB 9394/96, concretizadas por diálogos coletivos dos professores e seus representantes. O documento da PNA e os cursos disponibilizados pelo MEC desconsideram toda a produção dos intelectuais brasileiros e apresentam uma proposta pedagógica contrária às concepções pedagógicas orientadas por bases históricas e sociais. A partir desse entendimento podemos refletir a respeito de algumas questões que levaram a esta pesquisa: Quais as consequências da reforma educacional no currículo dos anos iniciais, especificamente para a Educação Infantil e primeiros anos? Quais as consequências para a formação docente?

A respeito da relevância do estudo, podemos afirmar que este trabalho soma-se à produção realizada na área de Trabalho e Educação e objetiva contribuir com a reflexão crítica e o entendimento dos objetivos da formação inicial e continuada de professores.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método materialista histórico proporciona uma análise ampla dos fenômenos educacionais,



compreendendo as alterações políticas a partir da base material econômica. No campo da educação, a pesquisa materialista-histórica segue o modelo qualitativo, que investiga a educação escolar nos seus aspectos históricos e sociais. Como procedimento metodológico, este estudo será norteado pelas orientações da pesquisa bibliográfica, partindo das análises de fontes clássicas e interpretações secundárias produzidas na área de Trabalho e Educação, currículo, alfabetização e formação de professores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

PNA E SUA VINCULAÇÃO COM AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O Estado investe na educação procurando retorno, e esse retorno se materializa nos índices e *rankings* mundiais, mostrando que os indicadores relativos ao ensino formal estão melhorando, justificando o empréstimo realizado dos organismos internacionais como o Banco Mundial. Como trata-se apenas de números, sabemos que muitas crianças são dadas como alfabetizadas e avançam com a turma, chegando ao 5º ano sem nem saber ler e escrever. Dessa forma, percebemos através da convivência no ambiente escolar, que nos anos iniciais da Educação Básica ocorre um ciclo de defasagem educacional.

As políticas públicas que deveriam assegurar o direito de um bom ensino, e alfabetização de qualidade, falham quando os interesses passam a ser outros.

De fato, pode-se considerar que a alfabetização é um direito do cidadão e se encontra na base da conquista de todos os demais, e que políticas públicas e investimentos financeiros para educação e alfabetização são imprescindíveis. Como se sabe, porém, nas iniciativas para se alcançar essa aprendizagem básica, estão envolvidos interesses diversos, já que a alfabetização é um problema sistematicamente estratégico. (MORTATTI, 2011, p.30).

Para Mortatti (2011) foi a partir do século XX que a educação foi declarada como direito humano, e a alfabetização foi declarada como base da educação e da aprendizagem ao longo de toda a vida sendo também como “pré requisito para a paz mundial”. De fato, pode-se considerar que a alfabetização é um direito do cidadão e se encontra na base da conquista de todos os demais, e que políticas públicas e investimentos financeiros para educação e alfabetização



são imprescindíveis. Entretanto, se tratando de economia, educação e investimentos no Brasil, os interesses mudam, mesmo as políticas públicas se assegurando dos direitos, a educação ainda não é a prioridade do estado.

As políticas públicas educacionais se inserem em um campo de intensa disputa hegemônica marcada por conflitos e processos descontínuos fortemente sustentados pela concepção de governo presente no momento de sua elaboração e implementação. No cenário atual, as políticas educacionais enveredam-se sob a égide do neoliberalismo, com forte participação de empresas globais e organismos internacionais, que realizam ajustes na Educação Básica desde a década de 1990. (FRANCO; MARTINS apud ALMEIDA e PIATTI, 2021, p.649).

Por este motivo a verdadeira prioridade das políticas educacionais é realizar os ajustes necessários para que o capital abra espaços na esfera pública e gere lucros. Compreendemos com Tumolo, Oliveira e Bueno (2021, p.128) que “O capital, em seu complexo e contraditório movimento, produz suas próprias crises.” Dessa forma:

[...] nos períodos de crise, o estado necessita intensificar a ações concernentes a suas funções precípuas para contribuir com a vida do capital em crise, em detrimento de funções que não são essenciais para o capital, como por exemplo, os aspectos relacionados a qualidade de uma educação pública e gratuita. (TUMOLO, OLIVEIRA e BUENO, 2021, p. 126).

O capital necessita de um Estado que socorra suas necessidades de expansão por lucros, e a educação tem sido uma área de frequentes investimentos, a fim de retirar o máximo de lucro, por isso, a gradativa abertura para a entrada das empresas privadas na gestão da educação pública.

Daí, é possível entender a atual configuração do Estado do capital: é um Estado que precisa ser cada vez mais mínimo naquilo que não são suas funções próprias- educação pública e gratuita, por exemplo- para poder ser um Estado cada vez mais máximo nas funções que lhe são essencialmente pertinentes. (TUMOLO, OLIVEIRA e BUENO, 2021, p. 126, p. 128).

Nessa direção, Franco e Martins (apud ALMEIDA e PIATTI, 2021, p.650) explicam que a educação, ajustada ao neoliberalismo oferece um ensino ágil e superficial, que objetiva formar os trabalhadores para o mercado de trabalho flexível, “[...] deslocando-os totalmente da realidade



social, e expondo esses indivíduos a constantes processos de alienação e submissão perante o capital”.

A PNA inseriu-se no movimento recente de retrocesso do movimento de conquista de educação democrática no Brasil, iniciado no final na década de 1980. O documento propõe uma nova metodologia de alfabetizar, com o objetivo de melhorar a qualidade da alfabetização no território brasileiro e combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, visto que a alfabetização vai além das metodologias propostas, pois o meio em que essa criança é inserida e o lugar que ela ocupa na sociedade em sua volta também influencia o processo de ensino e aprendizagem. Na prática vem ocorrendo o que propõe a política, ênfase no aspecto metodológico, o ensino objetivando o desenvolvimento da consciência fonológica, condição que não contribui para mudanças qualitativas no processo de alfabetização.

O documento da PNA se baseou nas seguintes legislações:

- Art. 89 incisos IV da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece as competências privativas do Presidente da República “sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução. (BRASIL, 1988)”
- Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) lei no 9394/1996 “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino” e no § 1º do mesmo Artigo “Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. (BRASIL, 1996)
- Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. (BRASIL 2014).

De acordo com Almeida e Piatti (2021, p.654) “[...] o Decreto 9.765/2019 está organizado em bases legais fortemente sustentadas, inserindo-o também como uma política de Estado, ou seja, ancorada em aspectos legais que o fundamentam como uma normativa de longa duração.

Assim, o Caderno da PNA consiste em um guia explicativo acerca das premissas da política de alfabetização e, apresenta em sua estrutura cinco capítulos, mas o que deixa explícito aos



educadores em sua meta 5 do documento é que, até o 3º ano do ensino fundamental as crianças já devem estar alfabetizadas, e em nenhum momento no documento leva em consideração o meio social. Diante dessa omissão queremos destacar com as autoras que:

A Educação Escolar no nosso país é, antes de tudo, um problema de classe social e desigualdade de renda. Portanto, há de se levar em conta a criança e o professor na sua concretude e, lamentavelmente, o documento não se ocupa dessa feita, homogeneizando o processo de aprendizagem e pouco considerando o papel e as condições objetivas de trabalho do professor. (FRANCO e MARTINS apud ALMEIDA e PIATTI, 2021, p. 656).

O que implica com a formação dos professores, é que cada vez mais as estatísticas mostram que necessita subir os números de alunos alfabetizados, colocando a alfabetização como uma forma de solução para os problemas de desigualdade social no Brasil, mas, não focando que também é necessário ter um professor com formação qualificada para a prática de alfabetizar. A proposta do documento (BRASIL, 2019, p. 33) é fazer com que, na primeira infância a criança compreenda que uma palavra falada é composta de uma sequência de fonemas, as letras representam os sons da fala, e aprenda as relações entre as letras (grafemas) e os menores sons da fala. A proposta pedagógica é um ensino intencional e sistematizado, acompanhado de atividades lúdicas, com o apoio de objetos e melodias, visando uma ambientação para conduzir o aluno a aprendizagem. Essa meta não condiz com a realidade das escolas públicas, pois, na maioria das vezes são mais de trinta alunos para um professor, dificultando a mediação no processo de alfabetização.

É perceptível que há professores sem a qualificação específica atuando na área, e adaptar as metodologias a especificidades propostas pela PNA, necessita de um conhecimento que pode ser desconhecido por alguns profissionais da educação, pois na primeira infância a mediação deve ocorrer pelo meio da oralidade, com jogos e brincadeiras, para se estimular habilidades necessárias e, além desse fator, a falta de recursos também prejudica o processo.

O método proposto pela PNA tem como eixo a consciência fonêmica, a capacidade de percebermos que uma palavra pode começar ou terminar com o mesmo som, um estágio mais avançado e específico da habilidade de manipular os sons de nossa língua. E o próprio método escolhido, segundo o site da Undime Brasil (2019), defendido pelo secretário Carlos Nadalim,

não é um



consenso entre especialistas em Alfabetização. Para o documento, a forma como é aplicado o método fônico faz a diferença, se trata de um método tradicional, pois contempla um dos aspectos que favorece a apropriação da linguagem escrita. A crítica em pauta é a falta de professores que tenham didática para uma boa metodologia lúdica para aplicar esse método e materiais de qualidade na rede pública.

Uma boa formação, que subsidie a mediação do professor é essencial para aprendizagem, mas quando faltam recursos, formação e valorização, isso fica cada vez mais difícil. A luta por um bom aprimoramento para os professores de Educação Infantil não é de hoje, não adianta propor uma ótima metodologia se a mediação é falha por não ter conhecimento, condições concretas e recursos que de fato funcionem, como citado no documento:

Para desenvolver a consciência fonêmica, é necessário um ensino intencional e sistematizado, que pode ser acompanhado de atividades lúdicas, com o apoio de objetos e melodias. A consciência fonêmica conduz a compreensão de que uma palavra falada é composta de uma sequência de fonemas [...] as letras representam os sons da fala (BRASIL, 2019, p. 33).

Com relação à visão sobre a realidade brasileira, das famílias que frequentam a rede pública de ensino no país percebemos um forte descompasso:

Ficou demonstrado que quanto maior o envolvimento dos pais na etapa da educação infantil (por meio da leitura em voz alta e de conversas mais elaboradas com seus filhos, por exemplo) mais habilidades de literacia a criança poderá adquirir [...] como o conhecimento do nome, dos sons e das formas das letras e a aquisição da consciência fonológica e fonêmica. (BRASIL, 2019, p. 16)

A PNA não condiz com a realidade, pois milhares de crianças não possuem o meio social privilegiado de poder ter um momento de aprendizagem no ambiente familiar, muitas vezes nem estímulo da família essa criança recebe, então é necessário ter um olhar crítico quando se diz que, sem exceções, todas as crianças precisam ter um apoio familiar na hora de alfabetizar.

Essa maneira “rápida” e adaptada de alfabetização também está vinculada com a função do



Estado na sociedade capitalista, sua vinculação com as políticas educacionais que por direito deveria garantir a educação de todos acaba favorecendo somente a classe elitizada, para o estado não é essencial investir em educação pública de qualidade se não se tem retornos de lucros, em uma sociedade em que o intuito é de cada vez mais a privatização do ensino e profissionais menos qualificados e críticos, isso reflete diretamente na Educação Infantil e anos iniciais já que são a base da construção de conhecimento escolar.

A CONCEPÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DE ALFABETIZAÇÃO

A teoria que prioriza o ensino com vista ao desenvolvimento das habilidades psíquicas, entre outras etapas de construção até levar o processo de alfabetização denominada de “Histórico-cultural” ajuda a compreender e analisar a relação entre a mente humana e a atividade. Teoria criada por autores russos como o grande pensador Lev Semionovitch Vygotsky, entre outros.

A concepção pedagógica centrada no método fônico como proposto pela PNA, está em contraposição à concepção de alfabetização da teoria histórico-cultural. Conforme Franco Martins (2021), em seu livro “Palavra escrita: vida registrada em letras, a alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização (PNA)”, mencionam:

O disposto na Política Nacional de Alfabetização não contempla, em profundidade analítica, o complexo processo de alfabetização, reduzindo-o à formação de dadas habilidades que condicionarão a aprendizagem da escrita e da leitura (FRANCO e MARTINS, 2021, p.104).

De acordo com os estudos, a alfabetização se inicia desde muito antes do ensino formal, quando a criança ainda é um bebê, pois depende das habilidades psíquicas adquiridas a longo processo. Na primeira infância a vida psíquica está vinculada totalmente ao adulto e cabe a ele mediar corretamente para uma boa estimulação das habilidades. Quando a criança vai para a escola essa mediação cabe ao professor, vinculada a uma boa teoria que melhor se aplica a realidade da educação no Brasil, com um método que valorize os estímulos e uma boa didática



possibilitando a valorização das etapas até levar ao processo de alfabetização. De acordo com as autoras Franco e Martins (2021, p.156) “A conquista da linguagem escrita significa para a criança dominar um sistema extremamente complexo de signos e, sua gênese remonta o entrelaçamento do desenvolvimento da linguagem e do pensamento”. Para se entender o significado da palavra a criança passa por uma série de transformações até se adquirir a percepção que a palavra é um grafema de um signo de um objeto.

Se na linguagem oral, por exemplo, a criança conjuga e declina, mas não sabe que o faz, graças à escrita e, especificamente, ao estudo da gramática, a criança tomará consciência do que faz e passará a operar voluntariamente com as suas habilidades. Se antes, por meio da linguagem oral, a criança pronunciava a palavra ‘gato’ de forma livre, e involuntariamente emitia os sons requeridos para tanto, com a aquisição da escrita, ela passa a pronunciar a palavra ‘gato’, tomando consciência de que a mesma é formada pelos sons G-A-T-O (FRANCO e MARTINS, 2021, p. 157).

Para a criança relacionar o grafema (traçado da escrita) com o fonema (sons das palavras) ela precisa passar pela habilidade de relacionar o som com o objeto. Este é apenas um aspecto do processo da alfabetização, de acordo com a psicologia histórico cultural soma a este o aspecto “o semântico”, o significado do objeto ou fenômeno, indissociável no processo de apropriação da língua escrita. Este vai influenciar, diretamente no desenvolvimento psíquico do aluno, e na forma de grafar de acordo com a cultura de uma língua. Esse processo não acontece de forma simples e rápida, visto que é necessário adquirir habilidades psíquicas avançadas que dependem da apropriação da unidade semântica e fonética. Processo, que depende entre outras condições de uma boa formação e mediação do educador, daí temos a importância de não se pular as etapas até a alfabetização, pois a alfabetização precoce prejudica a estimulação de outras habilidades que precisam ser adquiridas antes.

Em contrapartida com a PNA que incentiva o início da alfabetização na primeira infância, na teoria histórico cultural pode ser notado a importância com valorização das etapas. Ambas não negam a alfabetização desde o nascimento, entretanto, possuem abordagem bem distintas, pois a segunda prioriza a primeira infância como descoberta do mundo quando a criança está



explorando a sua imaginação e as relações sociais.

O método predominante pela Política Nacional de Alfabetização é o fônico, priorizando o entendimento dos sons das letras formando uma palavra, entretanto uma palavra sem ter alcançado uma referência objetiva estável na criança é apenas uma palavra sem sentido. “A palavra desprovida de significado é um som vazio”. (MARTINS E FRANCO, 2021). Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. “Para escrever serão necessários o domínio de signos e a apropriação do ‘conceito de palavra’”. Compreendendo que a criança precisa entender que o que ela escreve não é o objeto em si, mas sim sua representação, seu "signo".

Segundo as autoras, o “[...] domínio da linguagem escrita é o resultado de um longo processo de desenvolvimento das funções superiores”. São habilidades adquiridas através da percepção, memória, atenção, entre outras, que nos levam ao processo da alfabetização.

A criança para escrever necessita dos domínios fonéticos e semânticos da língua, conseqüentemente, a organização do ensino necessita, de partida, dispensar atenção às dimensões fonéticas e semânticas da palavra. Quando a criança faz uso da palavra/conceito, tem-se a possibilidade da representação de algo, e esse momento marca o início de um longo processo que traz em seu bojo a possibilidade do desenvolvimento da escrita como ferramenta do psiquismo complexo (MARTINS e FRANCO, 2021, p.112).

É nesse momento quando a criança consegue internalizar o objeto, não necessita que o objeto esteja em sua frente para escrever, já está em seu pensamento construído. Para escrever a criança precisa passar por esse processo, e através do ensino ela consegue aumentar seu repertório. O letramento é um processo complexo, envolvendo o emocional e o social advindo do histórico cultural da criança. Nas palavras de Dangiό e Martins (2015, p.211), “Ressalta-se que a linguagem é uma função psíquica das mais complexas e que seu funcionamento se relaciona com outras funções.” Ainda segundo as autoras:

A apropriação da escrita não se limita a aprendizagem de sons, como simples soletração, mas deve ser compreendida como um processo de aquisição de um complexo sistema de desenvolvimento das funções superiores [...] (DANGIÓ e



MARTINS, 2015, p.212).

A linguagem oral e a linguagem escrita estão totalmente vinculadas a esfera social, o homem, por sua natureza tende a procurar uma forma natural de comunicação, desde os primórdios podemos notar a comunicação através de signos para sobrevivência. Seguindo essa ideia, na atualidade:

Nesse sentido, criar a necessidade de escrever deve ser uma preocupação didática do professor atento ao ensino que produz desenvolvimento, levando-se em conta múltiplas relações da criança com a escrita, especialmente com a literatura. (DANGIÓ e MARTINS, 2015, p. 213).

A função de comunicação jamais perderá sua importância, sobretudo, todo pensamento procura unificar alguma coisa, e a escrita atender a alguma necessidade. Quando a criança compreende as linguagens, é como compreender o meio social em que ela está inserida em sua volta.

A escrita apresenta-se como um importante veículo de comunicação e disseminação de ideias e pensamentos, construindo um acervo incalculável de conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade a que todos têm direito de acesso. (DANGIÓ e MARTINS, 2015, p.216).

A dinâmica entre fonética e semântica precisam caminhar lado a lado, pois acompanha o desenvolvimento da linguagem. Dangió e Martins (2015) explicam: “Cada palavra pronunciada pela criança nos primórdios do desenvolvimento da fala sintetiza, na realidade, uma mensagem comunicacional, dado que determina compreender que o processo se realiza, de fato, do todo para as partes”, os avanços da fala vão se aprimorando a cada mediação de melhor estimulação ao sistema psíquico, nesse momento um vocabulário rico é de extrema importância. Conforme afirma as autoras “[...] a criança em desenvolvimento precisa estar exposta a relações sociais e a um sistema linguístico que a faça avançar em sua atividade mental por meio da fala.”

CONSEQUÊNCIAS DA PNA NA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA E NA FORMAÇÃO DOCENTE



documento proposto e assinado no dia 11 de abril de 2019, visando melhorar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, mostra-se simplista, com equívocos de várias ordens, significando, na prática, um retrocesso. Pensar em alfabetização vai além de se discutir um “método”, pois esta aquisição se compreende como um ato político, uma vez que envolve estruturas sociais e relações de poder. Segundo Freire (1982), “o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo [...] o transformam e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (FREIRE, 1982, p.46).

A PNA não foi discutida com a comunidade acadêmica e científica, tampouco com os(as) professores(as) alfabetizadores(as) considerados os principais atores do processo de implementação das ações. Apesar dos docentes estarem sempre em busca de novas estratégias para alfabetizar, a política que se propaga “cientificamente eficaz e inovadora” é questionada por não abrir discussão e espaço para a voz dos docentes que tomam a frente encarando diariamente as problemáticas da educação básica, agindo antidemocraticamente, desvalorizando o profissional da educação e toda uma organização da grade curricular da educação básica de ensino.

A mercantilização, outra característica evidenciada no referido decreto, praticada há décadas no Brasil, especialmente nos governos neoliberais, se revela ao propor a elaboração (ideológica) do material de ensino, certamente por intermédio de grupos privados interessados na comercialização desse material, cujas consequências serão a padronização dos métodos e a homogeneização dos sujeitos. Novamente são inseridas as concepções pedagógicas de cunho tecnicista no contexto educacional, as quais têm sido combatidas há muito tempo por professores e pesquisadores(as) da área da educação (SIGNORELLI, 2023, p.5)

Essa constatação nos leva a questionar se um aparato legislativo como esse consegue contemplar todas as realidades e peculiaridades do nosso país. Levando em consideração as salas de aula que estão sucateadas com tantos alunos, para um só professor, muitas vezes sem um material correto para dar aula. Uma política que se propõe a melhorar a alfabetização no país deve enfatizar, também, questões sociais, políticas de infraestrutura e de formação docente, essenciais para revertermos as desigualdades existentes nesses contextos. Nessa perspectiva, os problemas da alfabetização no Brasil não serão superados com o método

fônico



proposto pela PNA, os problemas da alfabetização no Brasil estão intrinsecamente relacionados a:

[...] fatores educacionais, sociais, econômicos e políticos, responsáveis pelas desigualdades sociais e pela não priorização de educação de qualidade, especialmente em decorrência da falta de investimentos prioritários na escola pública e gratuita, como estabelecido na Constituição Federal de 1988 (MORTATTI, 2019, p. 27).

Ao se implantar o decreto vigente não houve reflexão sobre a formação inicial do professor para se adaptar ao método da PNA, e a sua formação continuada que é dada ao professor não reflete seus desafios de prática de sala de aula, e essa ausência do docente ser ouvido ao se formular uma política pública se reflete em sala de aula. “A concepção encontrada na PNA (BRASIL, 2019), oposta àquilo que temos defendido para a carreira docente: autonomia, democracia, profissionalização, entre outros aspectos” (GONÇALVES e SILVA, 2023, p.9).

No Art. 8º, inciso II do Capítulo V do referido aparato legislativo, que trata da implementação da política, os(as) docentes são vistos como meros executores das ações pensadas por especialistas, pois o referido inciso menciona a capacitação dos profissionais da educação para o uso do material didático. (GONÇALVES e SILVA, 2023, p.10).

Nessa concepção falar em prática docente se trata de dizer sobre a arte de ensinar, sujeitos que possuem um ofício, o saber sobre uma arte, que se doam em sua prática no dia a dia.

Quanto a isso, notamos que o estímulo à formação inicial e continuada dos(as) professores(as) se torna uma estratégia importante na implementação de uma política pública. No entanto, não podemos desconsiderar o viés ideológico da PNA (BRASIL, 2019), que se baseia em apenas um método de alfabetização e cita que os(as) professores(as) são sujeitos que executarão a proposta, o que desrespeita seus saberes e sua prática cotidiana diversa e plural construída nas salas de aulas de todo o país. (GONÇALVES e SILVA, 2023, p.11).

O documento não leva em consideração a falta de materiais didáticos, a precariedade dentro de sala de aula, o ambiente social de cada aluno que, conseqüentemente, reflete no desempenho escolar. Dessa forma, trata-se de uma imposição feita sem a discussão com docentes



especialistas da área, expondo a face autoritária e mercantil, que faz refletir o tipo de educação e democracia que temos no Brasil, onde o futuro da educação é decidido por empresários ao invés de ser decidido por quem realmente encara a realidade do ensino diariamente, os professores.

Ao ignorar isso, os autores da PNA demonstram a pouca familiaridade com escolas, professores, alunos e com a alfabetização que ocorre no mundo real, ao contrário do que os documentos anteriores faziam ao consultar os professores: “observamos as práticas de ensino e aprendizagem nas salas de aula reais, [...] docentes com diferentes trajetórias e metodologias podem ser excelentes alfabetizadores com suas singularidades, merecem respeito” (MORAIS, 2019). Tais empresários da educação se acham no direito de substituir políticas públicas e práticas docentes diversificadas por um modelo, no qual se ensina e se aprende através da repetição e sem reflexão. Assim, a PNA, desrespeita, completamente, os saberes profissionais e experiências dos alfabetizadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os encaminhamentos legais no campo da alfabetização não apresentam elementos que contribuam para alterar qualitativamente a precariedade da educação básica no Brasil. O encaminhamento metodológico proposto na PNA, ao priorizar o desenvolvimento da consciência fonológica desconsidera os demais aspectos que constituem o complexo processo alfabetização.

É possível verificar que o caderno PNA expressa os interesses do sistema produtivo vigente, o domínio da técnica em detrimento da apropriação do conhecimento científico. Conseqüentemente, não prioriza um ensino qualitativo transformador, refletindo na formação das crianças brasileiras.

Em contrapartida, em defesa de um ensino humanizado temos as proposições decorrentes da teoria histórico-cultural sobre o processo de apropriação da escrita. Nessa concepção, a alfabetização é vista como um processo complexo, que envolve não apenas a aquisição do sistema de escrita, mas também o desenvolvimento de habilidades cognitivas,

linguísticas e



sociais.

Para Vygotsky, a linguagem é a principal ferramenta do pensamento e, por isso, a alfabetização não pode ser vista como uma habilidade mecânica, mas como um processo de construção de significados a partir da interação social do sujeito com a riqueza cultural, nesta perspectiva, a alfabetização não é vista como uma habilidade que deve ser alcançada de forma padronizada, mas como um processo contínuo de construção de conhecimento e de inserção social do indivíduo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fabiane I. PIATTI, Célia B. Política Nacional de Alfabetização (PNA): Implicações na formação do professor dos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 10, n. 2, p. 648-664, mai./ago. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização/** Secretaria de Alfabetização- Brasília: MEC, SEALF, 2019.

DANGIÓ, Meire dos Santos; MARTINS, Ligia Marcia. A concepção histórico-cultural de alfabetização. **Germinal: Marxismo e Educação em debate**, v. 7, n. 1, p. 210-220, 2015.

FRANCO, Adriana de Fátima; MARTINS, Lígia Márcia. **Palavra escrita: vida registrada em letras a alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização (PNA)**. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MORAIS, Artur Gomes. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 10, 2019.

SIGNORELLI, G.; SILVA, F. D. A. A formação docente e a Política Nacional de Alfabetização (PNA): entre perdas e retrocessos. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 17, 1-16, e5173008, jan./dez. 2023. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/5173>. Acesso em: 24 jun. 2023.

TUMOLO, Paulo Sergio; OLIVEIRA, André Ricardo; BUENO, Juliane Zacharias. Da educação pública à educação privada: os rumos do ensino superior no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 1, p. 119-137, 2021.



**CENTRO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DA UNESPAR: UM
RELATO DE EXPERIÊNCIA DO APOIO PSICOLÓGICO A ESTUDANTES DA
UNESPAR CAMPUS CAMPO MOURÃO**

Lucas Alexandre de Lima - (Fundação Araucária)

Unespar/Campus Campo Mourão, lucas.lima.26@estudante.unespar.edu.br

Fabiane Freire França - Orientadora

Unespar/Campus Campo Mourão, fabiane.freire@ies.unespar.edu.br

Jean Pablo Guimarães Rossi - Coorientador

Universidade Estadual de Maringá - UEM, psijejanpablo@gmail.com

Modalidade: Pesquisa

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC

Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

A presente proposta de pesquisa tem como objetivo investigar as ações do Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), junto ao grupo de psicólogas e psicólogos vinculados/as ao trabalho voluntário na escuta profissional de estudantes da Unespar, no município de Campo Mourão, no período de 2016 a 2023.

Como objetivos específicos, buscamos mapear os dados do Programa CEDH Acolhe e a atuação do trabalho voluntário, na escuta profissional, de estudantes dos cursos de graduação da Unespar de Campo Mourão. Buscamos ainda analisar, junto aos estudantes, os limites e as possibilidades da realização de um trabalho de apoio emocional de psicólogos/os no Campus da Unespar de Campo Mourão e averiguar, junto às ações do CEDH-Unespar de Campo Mourão, a produção de pesquisas em rede por meio dos projetos de ensino, pesquisa e extensão que contemplem o apoio emocional de estudantes do campus.



Para atingir esses objetivos foram realizadas entrevistas semiestruturadas com psicólogos/as voluntários que atuam e/ou atuaram no CEDH acolhe, observações de campo, durante plantões psicológicos, e ações desenvolvidas pela equipe do CEDH acolhe. Para averiguar as principais demandas de estudantes acolhidos pelo programa foram encaminhados questionários, no formato *google forms*, para coordenações de cursos, grupos de estudantes e representantes de turmas.

Saúde mental e Direitos Humanos no Ensino Superior

A história da Saúde Mental no Brasil está intrinsecamente relacionada à defesa dos Direitos Humanos (CAETANO *et al*, s/p), que surge com uma sequência de eventos e mobilizações sociais, a luta pelos direitos humanos, endossada pelo movimento da luta antimanicomial (ALMEIDA, 2019). Esse ideal é um dos alicerces do Centro de Educação em Direitos Humanos da Unespar, que por meio do projeto CEDH acolhe, visa a promoção de um Ensino Superior, que respeite e promova a dignidade humana e a qualidade de vida dos/as acadêmicos/as, docentes e agentes universitários, por meio da oferta de acolhimento emocional e psicológico e “outras estratégias e dispositivos políticos, sociais e culturais, e não apenas clínicos e terapêuticos” (AMARANTE *et al*., 2018, *apud* CAETANO *et al*, s/p) dentro dos espaços da universidade pública.

Para compreender o trabalho do CEDH acolhe, utilizamos a minuta recém aprovada¹ no Conselho Superior Universitário - COU ainda em tramitação nas instâncias da universidade que estabelece que o programa tem como objetivo ser um programa de apoio emocional que visa o acolhimento das demandas relativas ao bem-estar emocional da comunidade acadêmica da Unespar. O programa é vinculado a Pró-reitoria de Políticas Estudantis e Direitos Humanos - PROPEDH, e tem suas ações fundamentadas em práticas integradoras e promotoras de bem estar e acolhimento que une o Apoio Psicológico e Grupos de Escuta à Práticas Corporais, Palestras, Cursos e outras atividades educacionais correlatas à promoção do bem-estar biopsicossocial da comunidade acadêmica da Unespar.

¹ Resolução recém aprovada pode ser encontrada no link: https://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cou-1/pauta_online/2023-1-a-sessao-ordinaria-19-07/processo_20-745-668-3_1.pdf



Compreendemos que a vida universitária compõe o ciclo vital de muitos brasileiros, geralmente na fase de adolescência e/ou juventude, sendo um período marcado por vivências individuais e coletivas que demandam, de quem experimenta esta fase da vida, responsabilização e sociabilidade (ASSIS e OLIVEIRA, 2011). Diante disso, Gomes (2020) analisa que entre os/as estudantes universitários/as há um maior índice de ansiedade, devido a uma vida cotidiana acadêmica organizada em segmentos de atividades, tais como provas, seminários, trabalhos e estágios, relacionada a vida pessoal e profissional dos/as estudantes.

Essa situação de ansiedade pode ocasionar a falta de interesse nos estudos e o mau desempenho nas atividades acadêmicas e levar a evasão, com efeito, os transtornos mentais comuns, compreendendo a depressão, a ansiedade e o estresse, correlacionam-se e acabam por prejudicar as atividades diárias. Essas questões podem afetar também os docentes e agentes universitários, devido a sobrecarga de trabalho.

Nesse contexto, é necessário pensar uma universidade promotora de saúde, consciente de sua responsabilidade social e formativa, que busque na sua constituição ações voltadas para atividades de pesquisa e extensão que possam melhorar a qualidade de vida de sua comunidade. É necessário propor ações que possam amenizar os transtornos mentais comuns em estudantes universitários causados pela sobrecarga, jornada dupla e pressão acadêmica, tendo como fatores principais a fadiga, o esquecimento, a insônia, a irritabilidade e a dificuldade na concentração (GOMES, 2020).

Ainda, as autoras Belasco *et al* explicitam que o próprio Ministério da Educação (MEC) tem cobrado das instituições de ensino superior (IES), tanto públicas como privadas, a implantação de dispositivos de atendimento psicopedagógico aos estudantes, no intuito de minimizar as questões apontadas anteriormente, bem como a presença de “profissionais psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e psicopedagogos como uma estratégia adotada para o atendimento/acolhimentos dos estudantes, no que tange a auxiliá-los em questões sociais, psicológicas e de dificuldade de aprendizagem” (Belasco *et al*, 2019, p. 105).

Cabe ressaltar que foi a criação do Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), no ano de 2016 (Resolução nº 007/2016), com a inquietação de reunir pesquisas já organizadas e desenvolvidas pela universidade na intenção de expandir, contribuir e produzir pesquisas em rede por meio dos projetos de ensino, pesquisa e extensão que contemplassem



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

as temáticas relacionadas a três núcleos: Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NESPI), Núcleo de Educação para as Relações de Gênero (NERG) e Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (NERA) no enfrentamento a todos os tipos de discriminação e violências.

Cada núcleo conta com uma coordenação e equipe de colaboradores/as, que estimulam e organizam ações de ensino, pesquisa e extensão vinculadas aos temas de gênero, relações étnico-raciais e educação especial e inclusiva. Para além disso, o CEDH, que congrega estes três núcleos, nasceu com o objetivo de mapear e dar suporte aos/às estudantes, docentes e agentes universitários que apresentem alguma vulnerabilidade social.

No que tange às políticas públicas de Direitos Humanos, o CEDH tem se amparado na legislação nacional e internacional e na própria Constituição Brasileira de 1988, conhecida como constituição cidadã no que se refere aos direitos humanos e fundamentais. Para além da legislação contamos com um referencial teórico de defesa às políticas públicas afirmativas como a percepção de Giroux (1997) e Vera Maria Candau (2012) e nos amparamos na compreensão da conjuntura social pela perspectiva freiriana de uma educação libertadora (FREIRE, 1967).

Com a intenção de atender os objetivos do CEDH, amparados pela legislação e pelo referencial teórico já anunciado é que a coordenação do CEDH Local do município de Campo Mourão fez parceria com profissionais formados em Psicologia para uma atuação de escuta aos/às estudantes universitários/as. Por meio das atividades firmadas em contrato de trabalho voluntário com a instituição, sistematizamos eixos de análise a partir do levantamento de dados com estudantes da Unespar do Campus de Campo Mourão que foram atendidos por este projeto do CEDH, especificamente no campus de Campo Mourão.

É importante ressaltarmos o papel fundamental de representantes discentes que compõe o Centro de Educação em Direitos Humanos, no diálogo com estudantes e também na construção do projeto pautado nas demandas dos discentes do campus, no biênio de 2016 a 2018 o representante discente foi Ali Davis, e de 2018 até o presente momento a representação tem sido feita pelo primeiro autor do presente texto.

CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 4 de 13



Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos como meios, a entrevista semiestruturada. Para Minayo (2009), essa modalidade de entrevista combina perguntas fechadas e abertas, assim o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada, podendo ampliar sua resposta para outras questões dentro da própria pergunta formulada.

O questionário *online* foi utilizado pois possibilita atingir um maior número de participantes, bem como por facilitar o agrupamento dos dados respondidos por ser no formato online. E a observação de campo e registro em diário de campo como instrumento utilizado para a coleta e relato escrito das experiências vividas. De acordo com Pinto *et al* (2019), esse instrumento permite registrar os acontecimentos simultâneos com sua ocorrência espontânea, possibilitando conhecer o fenômeno sem a interferência de intermediários e evitando a possibilidade de distorção por parte de terceiros.

Foi possível realizar a entrevista com dois psicólogos voluntários, vinculados ao CEDH acolhe, que atuam desde o início do programa, sendo uma mulher e um homem. As entrevistas consistiram em seis perguntas com o objetivo de compreender melhor como o programa funciona, sua trajetória, a metodologia utilizada, bem como as principais demandas atendidas pelos voluntários da psicologia.

Esses psicólogos atuam diretamente nas ações do CEDH acolhe, seja nos acolhimentos realizados por meio dos plantões e/ou apoios emergenciais, bem como na organização de palestras, oficinas, laboratórios e eventos voltados para a promoção da saúde mental no campus. Por meio das entrevistas foi possível compreender melhor esse acolhimento e como acontece. Obtivemos além de informações relacionadas ao trabalho do CEDH acolhe, as principais demandas atendidas pelo programa, bem como as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento das ações.

Também buscamos ouvir sobre as ações que vem sendo devolvidas nesses anos do programa, quais as principais dificuldades que os voluntários enfrentam e como compreendem o trabalho desenvolvido e o papel da instituição para ampliar e melhorar as ações. A metodologia da pesquisa é de cunho bibliográfico, com o objetivo de compreender melhor as questões relacionadas à saúde mental no ensino superior no âmbito do Campus de



Campo Mourão e de campo por meio das entrevistas com os profissionais da Psicologia, o questionário com estudantes e a observação participante dos Plantões Psicológicos. Por meio dos questionários *online* foi possível obter 19 respostas de estudantes de diversos cursos do campus de Campo Mourão, sobre as quais discorreremos mais a frente neste artigo.

Para compreender o trabalho do CEDH acolhe mapeamos as ações desenvolvidas pelo programa de 2016 a 2023, por meio das redes sociais do Centro de Educação em Direitos Humanos, site oficial da universidade, estudamos a minuta entrevistas com psicólogos responsáveis pelo CEDH acolhe, observações participantes registradas no diário de campo da 8ª edição do plantão psicológico realizado durante o desenvolvimento dessa pesquisa em março de 2023, e aplicação de questionário por meio de *google forms* com estudantes da Unespar Campo Mourão.

Escuta de estudantes e psicólogos/as: análises das entrevistas e questionários.

Em vista disso, a segunda etapa da pesquisa, foi a realização de entrevistas semiestruturadas com as psicólogas e psicólogos voluntários no CEDH para mapear esses atendimentos e ações, com os/as estudantes, bem como, dialogar com participantes interessados sobre possíveis demandas que possam ser incorporadas às ações já realizadas no Campus de Campo Mourão. Nesse momento também ocorreu a 8ª edição do plantão psicológico, e foi possível realizar as observações e registros em caderno de campo. A intenção foi verificar as potencialidades desse trabalho, e em que medida pode ser aprimorado no âmbito da universidade e também estabelecer as pontes com a comunidade, bem como observar como esse trabalho vem sendo desenvolvido.

Entendemos que os pressupostos de uma educação como prática da liberdade, proposta por Freire (1967), seja um caminho para potencializar uma educação em direitos humanos que preze pela saúde mental da população, sobretudo no processo de formação docente. É de conhecimento por meio da página oficial da Unespar e também das redes sociais da instituição a realização do apoio emocional aos estudantes da universidade e também a realização de plantões para o acolhimento psicológico mediante escutas qualificadas aos bairros periféricos do município de Campo Mourão.



As entrevistas foram fundamentais para compreender melhor como é o acolhimento nos atendimentos emergenciais. O atendimento é realizado por meio de psicoterapias breve a quantidade de sessões pode ser combinada com o/a paciente, podendo ser 10, 12 ou até 20 sessões. No caso da equipe de Psicologia da Unespar optou-se por cumprir até dez sessões para cada estudante inscrito/a. Como um dos profissionais voluntários que atua no acolhimento emocional desde o início, inclusive na criação do programa e do CEDH, ele nos relata em sua entrevista sobre como foi tomando forma esse atendimento.

E algumas coisas assim que eu me lembro elas foram tomando conforme foi surgindo a necessidade. Por exemplo, a gente não tinha delimitado de início a quantidade de sessões, a gente foi delimitar a quantidade de sessões em conversa, depois, e daí acho que fui eu quem disse “*acho que dez assim, dez é um número bom*” [DADOS ENTREVISTA, 2023].

Na entrevista ele também mostra quais os objetivos estabelecidos pelo programa desde o início, “[...] desde o começo, eu lembro que a Cláudia deixava muito claro pra gente. Ela falava bem assim, “gente olha, nosso trabalho aqui não é de tratamento, nós não estamos fazendo tratamento a psicoterapia, aqui é um plantão, de acolhimento” (DADOS ENTREVISTA, 2023), e continua:

como a gente está dentro de uma universidade e a gente está pensando no acadêmico, então a gente está pensando em demandas acadêmicas, ou não, não precisa ser necessariamente uma demanda que surja de dentro da universidade, mas a gente entende que o aluno está sendo afetado por isso [DADOS ENTREVISTA, 2023]

Uma das principais dificuldades enfrentadas segundo eles foi a falta de apoio de determinados cursos. Segundo o psicólogo entrevistado, há pouca adesão de docentes e coordenações de cursos aos projetos desenvolvidos pelo programa, bem como ao próprio Centro de Educação em Direitos Humanos. De acordo com ele essa é uma problemática, pois são os/as professores/as que mais têm contato com os/as estudantes, sendo eles os primeiros a perceberem se discentes enfrentam algum tipo de dificuldade emocional e psicológica. Também são os/as professores/as que os estudantes depositam a confiança deles devido ao contato diário, e quando o professor ou professora possibilita essa aproximação com eles,



cria-se a possibilidade de atender essas demandas emocionais e encaminhar para o CEDH acolhe

Os alunos, eles acompanham muitos os professores, se o professor fala nós vamos lá fazer tal coisa, eles acompanham, eles vão atrás, agora se o professor fala, minha aula é minha aula, quem quiser vai, vai ficar com falta. E tem essa postura assim sempre, fica muito difícil, e os nossos trabalhos a gente tem que desenvolver a noite, é difícil desenvolver em contraturno, você sabe. (DADOS DA ENTREVISTA, 2023).

Os próprios estudantes nos questionários destacam a importância do papel do professor no encaminhamento ao programa, como relata a estudante do curso de turismo em respostas ao questionário, que procurou o atendimento após a indicação dos professores/as de seu curso, quando perguntada o que poderia melhorar ela reforça que

Além do tratamento psicológico poderia ser desenvolvido na Universidade atividades onde houvesse mais interação entre alunos e professores da instituição, assim, que o aluno não se sinta desmotivado ou excluído. (DADOS QUESTIONÁRIO, 2023).

Um exemplo, são as próprias falas de estudantes da Pedagogia que procuraram pelo apoio psicológico e diziam ter receio de serem vistos/as, pois não queriam ser consideradas pessoas problemáticas ou loucas, durante as observações de campo.

Também foi possível por meio da aplicação dos questionários *online* obter 19 respostas de estudantes do campus, dos cursos de Turismo, Geografia e História, sendo 11 do gênero feminino, 7 do gênero masculino e 1 que se identificou como gênero fluido, com idades entre 19 e 47 anos. Desses estudantes, 12 já realizaram o acolhimento, uma das participantes realiza continuamente desde os 12 anos de idade, atendimento psicológico fora da instituição de forma particular. Os outros 6 estudantes, apesar de relatarem sofrerem com problemas relacionados à saúde mental, responderam não realizar o acolhimento pelo CEDH acolhe e não indicaram se realizam outra forma de atendimento no questionário.

Entre as principais demandas trazidas pelos estudantes estão: dificuldades relacionadas à vida acadêmica, problemas de socialização, estresse, crises de ansiedade, pensamentos suicidas, depressão. A estudante que disse realizar o atendimento psicológico particular



responde ao questionário desabafando: “tenho muita dificuldade em estudar, em entender, tenho ansiedade, e cada dia piora já faço psicólogo e psiquiatra, comecei tomar remédio mas como é pago eu não tô tendo condições mais de continuar” (DADOS QUESTIONÁRIO, 2023).

Como estabelece a minuta recém aprovada já citada anteriormente neste artigo e assim fosse tornasse possível realizar os atendimentos, o campus cedeu uma sala para a realização destes acolhimentos e cada profissional é responsável por disponibilizar sua agenda para a o agendamento e preenchimento do prontuário. Esses documentos são utilizados para os Relatórios institucionais, que auxiliam na implementação de políticas de apoio emocional à comunidade acadêmica e são encaminhadas sem os dados de identificação, pela coordenação do CEDH local à Diretoria de Direitos Humanos – DDH, por meio de e-protocolo, sempre respeitando-se o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Desse modo, a ação de acolhimento do CEDH Psicologia ainda é interna, voltada à comunidade acadêmica da Unespar. Todavia, é possível evidenciar iniciativas de acolhimento à comunidade externa com os plantões psicológicos nos bairros, em parcerias com o Coletivo Feminista de Campo Mourão, realizados antes da Pandemia Mundial da COVID-19, durante a programação do 08 de março de 2020, sempre em uma perspectiva teórica de dialogicidade e uma educação em direitos humanos. Bem como os plantões abertos realizados no estacionamento da universidade

Análise das entrevistas realizadas com os psicólogos do CEDH acolhe e estudantes da Unespar Campo Mourão.

O tratamento dos dados se deu por meio da análise de conteúdo dos dados trazidos pelos estudantes e psicólogos/as nos questionários e entrevistas. Entre as principais demandas trazidas pelos/as psicólogos/as estão de acordo com os/as psicólogos voluntários são:

Hoje as nossas maiores demandas são ideação suicida, violência contra a mulher, ansiedade, depressão, são as quatro maiores demandas hoje. E quando falo a parte da violência contra a mulher, é ela como um todo desde os diversos assédios até a violência física dentro e fora da instituição (DADOS ENTREVISTA, 2023).



No que se refere a violência contra mulher, os/as entrevistados/as ainda apontam que essa é uma questão que tem aparecido cada vez mais nos atendimentos. Dados do Ensino Superior vem mostrando que essa é uma forma de violência muito presente no ambiente universitário. De acordo com a pesquisa realizada pelos institutos Avon e Data Popular (2015), envolvendo estudantes de instituições de ensino superior (IES), realizado de forma online, com 1.823 universitários de graduação e pós-graduação de todo o país, sendo 60% destes estudantes sendo mulheres, a pesquisa aponta que 67% das entrevistadas já enfrentaram algum tipo de violência no ambiente universitário. O Intercept Brasil (2019) aponta que de 2008 a 2019 pelo menos “556 mulheres, entre estudantes, professoras e funcionárias, foram vítimas de algum tipo de violência em instituições de ensino superior”. Entre as principais denúncias mostradas pela pesquisa estão o assédio sexual, agressão física e/ou psicológica e estupro, a maioria ocorrida dentro dos espaços institucionais e praticada por alunos e professores. A pesquisa analisou cerca de 209 ocorrências, e em algumas, o mesmo agressor foi apontado por mais de uma vítima. A pesquisa aponta que 80% desses casos aconteceram nos *campi* da instituição, e que 60% dos casos, os agressores eram alunos, 45% eram docentes, enquanto o restante ou não foram identificados, ou não estavam diretamente vinculados às universidades.

Nesse sentido, a Convenção de Belém do Pará realizada em 1996, criada com o objetivo de prevenir, punir e erradicar a Violência contra a Mulher, as universidades brasileiras podem ser responsabilizadas pela violência contra as mulheres que ocorre em seus contextos, pois, ao assinar a convenção, o Brasil assumiu o compromisso de proporcionar às mulheres uma vida livre de violência e a obrigação de prevenir, punir e erradicar a violência contra mulheres.

Diversas ações têm sido desenvolvidas pela Unespar Campo Mourão em parceria com o CEDH local, NERG e Conselho Municipal da Mulher para prevenir e coibir esse tipo de violência na universidade. Infelizmente esses dados não aparecem nos questionários aplicados aos estudantes, sendo um dado para questionarmos sobre os investimentos em comunicação pela instituição para que possam orientar estudantes a denunciarem as violências de gênero, por meio dos canais que a universidade oferece como a própria ouvidoria de gênero.



Entre as principais demandas citadas pelos/as psicólogos/as voluntários, reaparecem no questionário aplicado aos estudantes, como a ansiedade, ideação suicida e depressão, a questão de violência contra a mulher não aparece, mas uma outra questão que não apareceu nas entrevistas e os estudantes afirmam por meio dos questionários como uma questão de saúde mental que os afetam, são questões relacionadas às dificuldades de aprendizagem. Uma das estudantes apresenta o seguinte comentário quando perguntada sobre o que a levou a buscar atendimento mental, “muita dificuldade em estudar, em entender, tenho ansiedade, e cada dia piora [...]” (Dados questionários, 2023). Para tanto, destacamos a importância do Núcleo de Educação Especial Inclusiva que tem feito um trabalho importante e necessário para o acolhimento e auxílio junto aos estudantes por meio de ações como palestras, oficinas e atendimento educacional especializado junto aos estudantes e colegiados buscando auxiliar os estudantes com dificuldades de aprendizagem e orientar os/as docentes a como proceder com essas demandas.

A pesquisa evidencia que as ações do Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), junto ao grupo de psicólogas e psicólogos vinculados/as ao trabalho voluntário na escuta profissional de estudantes de Pedagogia da Unespar, no município de Campo Mourão, no período de 2016 a 2023, tem sido profícuo para o acolhimento e a saúde mental de acadêmicas e acadêmicos.

E às vezes a gente fica aqui, até perde um pouco do fôlego, fica cansado. Mas como por exemplo a gente vai se aproximar de um colegiado que tá tão distante, que não tem nenhuma pessoa envolvida aqui no CEDH, nenhuma pessoa se aproxima daqui, nenhum professor, nenhum coordenador. Então assim, uma das coisas eu acho que é essa sensibilização geral da universidade para esse trabalho que a gente faz aqui (DADOS ENTREVISTA, 2023)

Buscamos apresentar os limites e as possibilidades da realização do apoio emocional de psicólogas/os no Campus da Unespar de Campo Mourão. A princípio identificamos que tem sido um trabalho necessário e que precisa ampliar suas redes para o acolhimento e melhoria da saúde mental no Ensino Superior, sobretudo nos cursos de formação inicial de docentes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS E REFLEXÕES

Por meio da pesquisa foi possível compreender melhor o trabalho desenvolvido em prol da qualidade de vida dos/as estudantes da Universidade Estadual do Paraná. Ao analisar esse trabalho, compreendemos como ele tem sido necessário para auxiliar numa política de permanência e pela qualidade de vida dos/as estudantes da universidade.

Os eventos dos plantões psicológicos, bem como das psicoterapias breves, e eventos voltados para a discussão sobre saúde mental na universidade de modo geral evidenciam que para alguns dos/as acadêmicos/as, além do aspecto da formação acadêmica e intelectual, as ações do CEDH Psicologia oportunizaram e oportunizam uma escuta qualificada, bem como a desconstrução de estereótipos que envolvem o atendimento psicológico.

Com essa pesquisa registramos o reconhecimento aos psicólogos/as voluntários que atuam ou tenham atuado no programa. Estudantes, docentes, comunidade acadêmica da Unespar precisam se engajar, conhecer, se envolver e vivenciar no dia a dia como essas políticas têm sido necessárias para a permanência e melhoria da qualidade de vida de acadêmicos e acadêmicas da Unespar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Aisllan Diego de. OLIVEIRA, Alice Guimaraes Bottaro de. Vida universitária e Saúde Mental: Atendimento às demandas de saúde e Saúde Mental de estudantes de uma universidade brasileira. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**. v. 2, n. 4-5, p. 163–182, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68464>. Acesso em: 6 jun. 2023

INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário: data popular/Instituto Avon**, 2015. Agência Patrícia Galvão, 2015. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contr-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/>

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 1.973, de 1º de Agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de Junho de 1994. Diário Oficial da União. 2 Ago 1996.



GIROUX, H. A. Paulo Freire e a Política do Pós-Colonialismo. **Pátio**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 15-19, ago./out. 1997.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul./set. 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/04.pdf>. Acesso em 20 mar. 2022.

FRANÇA. Fabiane Freire.; PRIORI, Claudia. Em defesa dos direitos humanos e de relações sociais humanizadas: relato de experiência das ações integradas entre universidade e sociedade. **Diversidade em fricção: educação em Direitos Humanos em construção na Universidade**. SÉRIO, Andréa. PRIORI, Claudia (org.) Curitiba: Ed. CBT Brasil Multimídia. 2020

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GOMES, Carlos Fabiano Munir. Transtornos mentais comuns em estudantes universitários: abordagem epidemiológica sobre vulnerabilidades. SMAD, **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, p. 1-8, mar. 2020. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762020000100009&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em 24 jan. 2023.

MAIA, Berta Rodrigues; DIAS, Paulo César. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estudos de psicologia (Campinas)**, v. 37, p. e200067, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/k9KTBz398jqfvDLby3QjTHJ/?format=html&lang=pt> >. Acesso em: 29 de janeiro de 2023.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

The Intercept Brasil. Mais de 550 mulheres foram vítimas de violência sexual dentro de universidades. The Intercept Brasil, 10 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

YIN, R. K. **Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos**. (2 ed.). Porto Alegre: Bookman, 1994.



CORPO E CIÊNCIAS HUMANAS: UM ESTUDO A PARTIR DOS PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Lucas Ryan Correia - (Voluntário)
Unespar/Campus Paranavaí, lucassryan27@hotmail.com

Meire Aparecida Lóde Nunes - Orientadora
Unespar/Campus Paranavaí, meire.lode@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário - PIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

Bracht (1999) ao abordar as teorias pedagógicas da Educação Física (EF) constrói um panorama das principais influências históricas que impactaram na constituição da EF como um campo pedagógico. O autor explica que a inserção da EF nas instituições escolares, nos séculos XVIII e XIX, foi influenciada pelas perspectivas provenientes das instituições militares e do campo da medicina. Naquele momento, o estudo do corpo estava fundamentado pelas ciências biológicas, portanto “[...] a visão mecanicista do mundo é aplicada ao corpo e a seu funcionamento. O corpo não pensa, é pensado [...] Ciência é controle da natureza e, portanto, da nossa natureza corporal.” (BRACHT, 1999, p.73).

As mudanças de ordem geral impactam diretamente na educação corporal possibilitando o estabelecimento de outros caminhos para a EF. Assim, “[...] no século XX saímos de um controle do corpo via racionalização, repressão, com enfoque biológico, para um controle via estimulação, enaltecimento do prazer corporal, com enfoque psicológico”. (BRACHT, 1999, p.74). Como consequência emerge a perspectiva esportivista da Educação Física.

Essa prática corporal, a esportiva, está desde cedo muito fortemente orientada pelos princípios da concorrência e do rendimento (Rigauer 1969). Este último aspecto ou esta última característica é comum a outra técnica corporal incentivada pelos filantropos e pela medicina na Europa continental que é a ginástica. Aumento do rendimento atlético-esportivo, com o registro de records, é alcançado com uma intervenção científico-racional sobre o corpo que envolve tanto aspectos imediatamente biológicos, como aumento da resistência, da força etc., quanto



comportamentais, como hábitos regrados de vida, respeito às regras e normas das competições etc. Treinamento esportivo e ginástica promovem a aptidão física e suas conseqüências: a saúde e a capacidade de trabalho/rendimento individual e social, objetivos da política do corpo. (BRACHT, 1999, p. 74).

Essas perspectivas orientaram, desde o início, a Educação Física Brasileira encontrando oposições em torno da década de 1970 quando se constitui, mais claramente, o campo acadêmico da EF. Isso impulsionou os professores universitários a buscarem qualificação em programas de pós-graduação, o que os colocou em contato com as discussões pedagógicas influenciadas pelas ciências humanas, em especial a sociologia e a filosofia da educação.

A entrada mais decisiva das ciências sociais e humanas na área da EF, processo que tem vários determinantes, permitiu ou fez surgir uma análise crítica do paradigma da aptidão física. Mas esse viés encontra-se num movimento mais amplo que tem sido chamado de movimento renovador da EF brasileira na década de 1980. (BRACHT, 1999, p. 77)

O movimento renovador da EF colocou em discussão o seu próprio objeto. O movimento humano – considerado, de forma geral, como objeto da EF - deixou de ser entendido como “[...] algo biológico, mecânico ou mesmo apenas na sua dimensão psicológica, e sim como fenômeno histórico-cultural”. (BRACHT, 1999, p. 81). Todavia, Bracht ressalta que essa compreensão somente se efetivará quando “[...] as ciências sociais e humanas forem tomadas mais intensamente como referência. No entanto, é preciso ter claro que a própria utilização de um novo referencial para entender o movimento humano está na dependência da mudança do imaginário social sobre o corpo e as atividades corporais”. (BRACHT, 1999, p. 81).

A partir do contexto apresentado por Bracht, nos questionamos sobre a utilização desse referencial teórico – ciências humanas - nas pesquisas científicas da EF após mais de 40 anos do movimento renovador da EF. A proposta de estudo tem como objetivo geral verificar a relação da Educação Física e as Ciências Humanas por meio de um levantamento das produções científicas publicadas nos periodicos especializados da área a partir de 1980. Pretende-se identificar as interfaces das ciências humanas com os objetos de pesquisa das publicações em estudo.

Com a realização desse estudo espera-se contribuir com o reconhecimento da Educação Física como um campo que pode dialogar com outras áreas do conhecimento, como



as Ciências Humanas. Inserir a Educação Física em um campo interdisciplinar é concebê-la na complexidade que envolve a formação humana, questão atemporal que requer constantes indagações para que os processos não se naturalizem e a humanidade se perca dentro do movimento histórico.

Entendemos que as reflexões que pretendemos desenvolver nessa pesquisa podem auxiliar o educador físico entender e valorizar sua área, assim como contribuir para a conscientização de sua importância social. A visão da EF como atividade meramente lúdica e de lazer deve ser superada, como nos mostra Darido,

A Educação Física como disciplina implica na promoção da reflexão através do conhecimento sistematizado, há um corpo de conhecimento, um conjunto de práticas corporais e uma série de conceitos desenvolvidos pela Educação Física que devem ser assegurados. (DARIDO et al. 1999, p.140).

Para que essas exigências sejam cumpridas com êxito durante o processo de ensino aprendizagem dos alunos e a consciência/reconhecimento social da EF é preciso que as mudanças iniciem pelos professores. Tais mudanças podem ser observadas por meio das produções científicas na área, pois os temas pesquisados revelam a motivação da área de forma geral e dos professores de forma específica.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada foi o estado do conhecimento, ou seja: “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (MOROSINI, 2014, p. 155). O estado do conhecimento propicia uma visão ampla e atual das questões gerais ligadas ao objeto da investigação, sendo “[...] um estudo basilar para futuros passos dentro da pesquisa pretendida” (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p.158).

Foi realizado um levantamento na Plataforma Sucupira (quadriênio 2012-2016) dos periódicos qualis A1, A2, B1 na área de Educação Física. Utilizou-se como critério de exclusão os periódicos internacionais e os impressos. Os dados coletados foram organizados em quadros e utilizou-se a frequência (f) e porcentagem para a análise dos dados.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

O levantamento geral dos dados foi realizado na Plataforma Sucupira. A Plataforma Sucupira, ao coletar informações atua como uma base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Por meio das ferramentas disponibilizadas na plataforma, é possível verificar a estratificação dos periódicos conforme as áreas do conhecimento.

Para a realização deste estudo foi delimitada a área da Educação Física e periódicos Qualis A1, A2 e B1 (quadriênio de 2016). Foi estabelecido como critério de inclusão os periódicos brasileiros online. Para essa identificação todos os periódicos listados na Plataforma Sucupira foram visitados.

Os resultados do levantamento podem ser observados no quadro 01.

Quadro 01 – Levantamento Geral

Qualis	Quantidade Total	Online
A1	2	1
A2	34	16
B1	42	25
Total	77	42

Fonte: elaborado pelo autor

Encontrou-se: 2 periódicos Qualis A1, sendo um no formato online; 34 Qualis A2, das quais 16 são online; e 42 Qualis B1, sendo 25 online. Assim, totalizando 77 periódicos e 42 online.

Como a Educação Física está classificada na área das Ciências da Saúde, muitos periódicos não possuem publicações de pesquisas provenientes da Educação Física. Assim, a segunda fase da pesquisa foi selecionar os periódicos que possuem publicações que tratem especificamente de temáticas do campo da Educação Física. Para isso todos os títulos dos artigos de todas as edições disponíveis das revistas foram analisados. Os títulos que traziam termos específicos da área foram selecionados.

Quadro 02 – Periódicos com artigos publicados pertinentes a Educação Física

Qualis	Quantidade de artigos
--------	-----------------------



A1	24
A2	930
B1	981
Total	1935

Fonte: Elaborado pelo autor

Com a realização dessa pesquisa foi constatado que nas revistas Qualis B1 possuem maior recorrência de publicações com temas provenientes da Educação Física, pois foram encontrados 981 artigos. Na sequência, com diferença pouco significativa diante da totalidade dos achados estão os periódicos Qualis A2 com 930 artigos. Já nas revistas Qualis A1 foram encontrados apenas 24 artigos.

A partir da análise dos títulos de todos os artigos pertencentes às revistas brasileiras de Educação Física da plataforma Sucupira, os artigos foram categorizados conforme as temáticas mais recorrentes. Todavia, como o objeto de pesquisa é ciências humanas, os artigos com temáticas referentes as áreas do conhecimento das ciências humanas foram destacadas, mesmo que não sem grande incidência. A categorização pode ser observada no quadro 03.

Quadro 03 - Categorização dos artigos conforme os títulos

Categorias	f	%
Saúde	1404	72,55
Educação	143	7,39
Esporte	139	7,18
Outros	84	4,34
Sociologia	73	3,77
História	62	3,20
Antropologia	19	0,98
Filosofia	11	0,56

Fonte: elaborado pelo autor

A área da saúde é a mais expressiva. O número de publicações é muito superior as demais áreas. A compreensão dessa situação pode ser encontrada na própria história da EF escolar que se desenvolveu por meio da aproximação com as ciências biológicas. Todavia, a



efetivação da Educação Física na área da saúde foi resultado de vários movimentos que tem como referencial a ampliação do conceito de saúde valorizando a promoção da saúde e de bem-estar deixando de entendê-la apenas como a ausência de doença.

Com essa mudança conceitual, a busca pela inserção da EF contou com a publicação de alguns documentos como, por exemplo, a Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte (Conferência Geral da UNESCO, 1978). Nesse documento é possível destacar a indicação de benefícios da atividade física para a saúde das pessoas.

6 Reconhecendo também que a educação física, a atividade física e o esporte podem trazer diversos benefícios individuais e sociais, como a saúde, o desenvolvimento social e econômico, o empoderamento dos jovens, a reconciliação e a paz,

Em 1998 com a Lei 9.696 a Educação Física foi regulamentada e a saúde considerada como uma dimensão de sua atuação profissional. Mas, somente dez anos após é que se assegura a inserção do profissional de Educação Física nas equipes multiprofissionais de saúde sendo sua presença, atualmente, obrigatória nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Em 2020 torna-se permanente – que até então era provisória - a inclusão do profissional de educação física na área da saúde na classificação brasileira de ocupações (CBO).

Esse percurso e a consolidação da EF na Saúde são expressos nos achados da pesquisa, ou seja, 72,55% das publicações são da área da saúde, enquanto o grupo de publicações que vem na sequência, a Educação, possui 7,39%.

Durante a verificação dos títulos das pesquisas observou-se que mesmo dentro da área da saúde há uma tendência a estudar novas temáticas como a saúde mental a qual se apresenta nos trabalhos relacionados a psicologia; e o envelhecimento. Entende-se que essa ampliação de pesquisa é resultado das necessidades sociais do tempo vivido.

Quadro 04 – Subcategorização das publicações da área da saúde

Categoria	Subcategoria	f	%
Saúde	Psicologia	74	5,27065527
	Envelhecimento	124	8,83190883



	Outros	1206	85,8974359
--	--------	------	------------

Fonte: elaborado pelo autor

Foram agrupados na categoria Educação todos os trabalhos que tinham com objeto de pesquisa questões educacionais e não público-alvo estudantes. Recorre-se novamente a história da Educação Física para entender a Educação como a segunda área com maior produção. Ghiraldelli Junior ao explicar as fases históricas da Educação Física menciona que a sua implantação em ambiente escolar foi impulsionada pelos médicos higienistas que entendiam “[...] a Educação Física como agente de saneamento público, na busca de uma ‘sociedade livre das doenças infecciosas e dos vícios deteriorados da saúde e do caráter do povo’. ((GHIRALDELLI JR, 1991, p.17). Essa ideia foi muito forte no final do Império e início da Primeira República (1889-1930). Naquele momento, a educação e a escola eram entendidas como redentoras da sociedade, cujas mazelas eram creditadas a ignorância. Assim, as raízes da Educação Física escolar estão atreladas com os problemas de saúde pública.

Com mínima diferença, a categoria formada pelas pesquisas que tratam de questões específicas de modalidades esportivas ocupa a terceira colocação. O esporte durante muito tempo – e no pensamento de muitos na atualidade – foi considerado como sinônimo de Educação Física. Isso porque houve um momento na história da EF brasileira que o atleta era:

[...] o modelo formativo a seguir, aquele que busca a superação individual como meta. A EF compreendida como desporto deve ser massificada para que talentos olímpicos sejam encontrados. Estudos provenientes de várias áreas como Fisiologia do Esforço e Biomecânica proporcionam o desenvolvimento do treinamento Desportivo, nesse sentido observa-se “a literatura em Educação Física um caráter tecnicista, sobrecarregada de temas ligados ao Treinamento e as diversas variantes de questões relacionadas à Medicina Desportiva. (GHIRALDELLI JR, 1991, p.20).

Diante desses fatos podemos verificar que as temáticas mais abordadas nas produções científicas – saúde, educação, esporte – são aquelas que estão na base da consolidação da Educação Física Brasileira. Silva e Figuerôa mencionam que a inserção das ciências sociais e humanas são muito recentes em solo brasileiro, fato que pode justificar a manutenção expressiva dessas áreas.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Na Europa, a inserção desses saberes data da década de 1960. Por sua vez, no Brasil, tal debate foi mais tardio, tendo se iniciado somente na década de 1980, momento no qual a educação física brasileira passava por uma grande crise, em que a identidade da área foi alvo de intensos debates, questionamentos e processos de ressignificação. (SILVA; FIGUERÔA, 2021, p. 11).

Na categoria ‘outras’ foram agrupadas as pesquisas que não permitiram uma clara compreensão sobre do objeto de pesquisa. Para isso seria necessária uma ampliação dos procedimentos metodológicos, o que não foi possível neste momento.

As áreas do conhecimento que foram inseridas nos estudos da educação física durante o movimento de 1980 identificadas neste levantamento – sociologia, história, antropologia, filosofia – somaram 165 recorrências representando 8,51% do total dos achados. Esse baixo índice de pesquisas pode ser compreendido pelas informações de acerca do processo de inserção das ciências sociais e humanas no campo da EF, como podemos verificar na seguinte passagem:

Contudo, a maior presença dos aspectos das humanidades no interior da formação em Educação Física não foi um processo ocorrido sem tensões e conflitos, pois a tradição da área, muito amparada em saberes oriundos das ciências da vida, questionou com veemência a maior utilização de tal conjunto de conhecimentos. (SILVA; FIGUERÔA, 2021p. 11)

Os autores admitem que essa situação ainda é uma realidade na atualidade. A tradição de conhecimentos práticos, voltados a aplicação imediata e com resultados objetivos/visíveis/materiais estão muito presentes na mentalidade não somente de alunos e da sociedade, mas também entre pesquisadores.

Existe grande aversão – por parte dos estudantes, bem como de alguns professores universitários – a disciplinas que explorem aspectos antropológicos, filosóficos, históricos, pedagógicos, políticos ou sociológicos. O ponto central do questionamento sempre circula em torno de argumentos sobre a utilidade prática desses saberes na atuação de um profissional da área de educação física. (SILVA; FIGUERÔA, p. 11-12)

Essa realidade nos possibilita a pensar a importância das ciências humanas para a desconstrução de ideias cristalizadas e para a proposição de novos olhares para a Educação Física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





Com a realização desse levantamento no formato de estado do conhecimento pudemos verificar que mesmo após mais de 40 anos do Movimento Renovador da Educação Física ainda há a prevalência da relação da Educação Física com a área da saúde.

Essa constatação merece atenção ao considerarmos que os esforços dos estudiosos do Movimento Renovador, além de muitas questões, estavam voltados para a compreensão do Homem em sua totalidade e não fragmentado em corpo e mente.

Dessa forma, para além da recorrência das pesquisas na área da saúde e a mínima produção na área das humanidades pode ser um indicativo de que a concepção dualista ainda é uma prerrogativa na atualidade?

Frente a essa indagação, entendemos que as pesquisas decorrentes dessa inquietação é uma necessidade para a constatação e valorização da Educação Física como uma área do conhecimento que tem como princípio a formação humana sem a fragmentação do ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRACHT, Valter. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 48, Agosto/99. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3NLKtc3KPprBBcvgLQbHv9s/?format=pdf&lang=pt>

DARIDO, S. **Educação Física no Ensino Médio: Reflexões E Ações**. Motriz, 1999.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções**. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

SILVA, Marcelo Moraes e; FIGUERÔA, Katiúscia Mello. **Ciências Humanas e Educação Física: Elementos introdutórios**. Curitiba: Intersaberes, 2021.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física Brasileira**. São Paulo: Loyola, 1991.



**A PESQUISA HISTÓRICA NO ACERVO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE
PARANAGUÁ: MEMÓRIA E NOÇÕES BÁSICAS DE PRESERVAÇÃO
DOCUMENTAL EM FONTES DO SÉCULO XX.**

Luiz Guilherme da Silva Junges - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranaguá, guijunges@hotmail.com

Liliane da Costa Freitag - orientador
Unespar/Campus Paranaguá, liliane.freitag@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

Um arquivo, não representa toda a memória possível, nem tão pouco todo o conjunto da história, ou seja, um Arquivo não é um espaço que armazena a história, mas sim por meio de sua política de acervo, com seus critérios, acolhe documentos num ato de seleção, como nos ensina Certeau (1982). Com essa provocação visamos superar a visão ‘história resgate’ de um passado tal como teria sido por meio dos documentos e favorecer, sobretudo, o alargamento da própria noção de documento para a produção de conhecimentos históricos, segundo Le Goff (1990).

Um centro de documentação, assim como uma biblioteca ou um museu, é um local de memória, cada um desses locais tem suas diferenças em função social e tipologia de documentos armazenados neles, porém, todos são conservadores de documentos que preservam uma memória de uma dada coletividade. Para definir melhor o conceito de local de memória, nos debruçamos sobre a definição de Pierre Nora, definido como:

[...] museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p.13).

A presente pesquisa trabalhou com os documentos presentes no Centro de documentação Histórica do Litoral do Paraná (CDoc.H.). Sendo um importante lugar de memória para



história do litoral, o CDoc.H. Ele está situado na cidade de Paranaguá, cidade importantíssima para a história do litoral paranaense, carregando o título de cidade mãe do paraná. No período colonial, ela foi uma importante área de expansão do projeto colonizador europeu: já em 1646, foi construído o pelourinho como simbologia de autoridade e da justiça do Rei de Portugal, dois anos depois, a povoação tornou-se vila, passando a distrito em 1647. Em 1648 já ocorreram as primeiras eleições. Contudo, Paranaguá passou a ter foro de cidade em fevereiro de 1842 através da Lei Provincial n.º 5, da Província de São Paulo. Tais fatores, figuram Paranaguá como a mais antiga cidade do Paraná. Esse fato revela que ao longo de sua existência político administrativa, a referida localidade acumulou uma rica documentação, que pela importância e originalidade mereceu ser estudada.

O CDoc.H. apresenta documentos de 3 fundos, sendo eles: 1- Acervo da prefeitura, 2- I Vara Criminal e 3- Vara da Família. O acervo da prefeitura apresenta uma enorme quantidade de documentos gerados por meio das atividades administrativas de Paranaguá ao longo de sua história, sendo o documento mais antigo datado de 1844. Essa pesquisa visava explorar os documentos do primeiro fundo, do acervo da prefeitura, do início do século XX, como teoria, nos apropriamos do conceito de Le Goff, sobre documento:

[...] montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas [...], durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser [...] analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. (LE GOFF, p.547-548, 1990).

Assim, todo documento pode ser material histórico que, propositalmente ou não, tem em si reflexos de seu tempo que, cabendo ao historiador, por meio da análise, teoria e metodologia correta, extrair a potencialidade histórica daquele documento que chega até nós.

Os documentos analisados nessa pesquisa, foram resultado de relações administrativas da câmara municipal de Paranaguá no início do século XX, esses documentos nos mostram processos de compra, venda e transferência de terreno, a



burocracia necessária para abri um negócio, entre outros processos administrativos dessa época. A análise desses documentos possibilita a compreensão das relações políticas, das esferas de poder, das intenções dos legisladores em regular a sociedade assim como os espaços da cidade permitindo ver como a crescente urbanização vai categorizando seus espaços. Destarte, esses são somente alguns dos mais variados aspectos temáticos provenientes das fontes dessa Instituição Arquivística.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para realizar esta pesquisa, primeiramente, foi necessário o estudo de documentação legislativo arquivística, para entender melhor as relações da manutenção de uma memória e o papel da administração pública nessa tarefa. Além disso literatura teórica sobre os temas de memória, narrativa e documentos presentes em locais de memória – como museus, cemitérios, bibliotecas – foram necessários para o entendimento do papel do arquivo nesses processos de criação, ou manutenção, de uma história a nível regional e nacional. Ademais, estudo metodológico básico sobre a higienização, manutenção e catalogação de documentos presentes em arquivos para melhor conservar tais documentos. Todo essa literatura teórica-metodologia foi basilar para o exercício prático dessa pesquisa.

Esse exercício, realizado no arquivo, foi embasado em reflexões de Farge compreendendo que “[...] O arquivo nasce da desordem, por menor que seja; arranca da obscuridade longas listas de seres ofegantes, [...] Em geral, o arquivo não pinta os homens por inteiro; ele os arrebatada sua vida cotidiana, [...]” (FARGE, 2009, p. 31-32).

Assim, a organização de um arquivo é uma gestão do passado no presente ou tal como também afirmou Pierre Nora, (1993), e contribuem para evitar o esquecimento e do passado. Essas noções sustentaram a prática da nossa pesquisa desde os primeiros momentos de imersão nos documentos. Essas ações viabilizaram o enriquecedor processo de análise dessas fontes, juntamente do desenvolvimento de noções/conceitos que pautaram a construção do trabalho historiador-arquivo, bem como o desenvolvimento de habilidades em paleografia para a leitura das fontes.

Parte importante do trabalho dessa pesquisa foi a criação de fichas, onde seriam catalogados dados sobre os documentos presentes no arquivo, tal catálogo serviria tanto



para a análise qualitativa das fontes dessa pesquisa, quanto para pesquisas futuras. Com a criação desse catálogo historiadores futuros poderão escolher os documentos que desejam utilizar em suas pesquisas, sem ter de ler todos eles um por um. Assim, gerando uma forma mais prática de entender o inventário do próprio arquivo.

O padrão deste catálogo, foi criado a partir do estudo de catálogos de outros centros de documentação, além disso, seguiu-se os padrões normativos técnicos adequados para esse fim, pautados sempre na utilização da NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística) e a ODA (Orientação para Descrição Arquivística). As categorizações foram criadas visando, também, ter um melhor entendimento do estado físico dos documentos presentes nesse arquivo, os quais foram mais bem trabalhadas em etapas seguintes desse projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa pesquisa foi realizada paralelamente com o processo de abertura do CDoc.H., sendo a primeira pesquisa feita dentro desse arquivo, com um fundo dado pela prefeitura que não fora explorado por historiadores. Nesse contexto, conforme o arquivo tomava forma, nossa pesquisa também se desenvolvia, sendo assim, podemos separar os resultados e discussões em 3 partes: “Entendendo sobre o arquivo”, “Criando um instrumento para a pesquisa – visando o Catálogo”, “Condição física dos documentos” e “Enredos e temas”

Entendendo sobre esse arquivo

Esta documentação, antes de estar em poses do CDoc.H., se encontravam nos cuidados do Arquivo Público Municipal de Paranaguá, este, sendo vinculado ao Departamento de Protocolo Geral da Prefeitura de Paranaguá, Órgão subordinado a Secretaria Municipal de Administração, representa um valioso conjunto de fontes históricas produzidas pela administração local. Embora no início da pesquisa essa documentação estivesse em um espaço inapropriado, este cumpria, mesmo que timidamente, a função de guarda dos referidos documentos. Entretanto, eram caixas de memória ‘soterrada’ que precisou ser organizada, para que a partir disso pudessem ser construídas novas narrativas



históricas. Essa organização se constituiu num trabalho árduo de separação atada e organização em novas caixas, bem como a construção de um catálogo próprio.

Os documentos se encontravam em caixa etiquetadas por ano, porém muitas vezes, dentro das caixas, havia documentos de anos que não batiam com a etiqueta de sua caixa. Além disso, algumas caixas se encontravam em ótimas condições, porém, outras se encontravam enferrujadas, com as tampas que, por conta da ferrugem, precisava de um esforço para abrir, essas caixas metálicas eram nocivas para os documentos, uma vez que, quando enferrujavam, a ferrugem ajudava a danificar os documentos. Além disso o armazenamento desses documentos sem os cuidados de umidade e temperatura adequadas, fizeram com que insetos bibliófagos danificassem ainda mais alguns documentos. Com isso, os documentos presentes em caixas não enferrujadas se encontravam, na média, em um bom estado de conservação, porém os documentos que estavam armazenados em caixas enferrujadas se encontravam cheio mofos e danos, algumas caixas contendo até mesmo insetos mortos em seu interior. Alguns dos documentos, principalmente os que ficavam nos fundos das caixas, foram completamente consumidos pelos mofos, insetos bibliófagos e a ferrugem.

A condição de conservação do documento e a organização das caixas, mostravam as necessidades que precisavam ser tomadas antes de qualquer análise dos documentos de nossa pesquisa. Assim, a primeira decisão foi nos livrarmos das caixas metálicas, e passar esses documentos para caixas feitas de papelão, sendo o papelão um material mais apropriado para a conservação deste documento, visto que o material não enferruja. Enquanto passávamos os documentos das caixas metálicas para as novas, foi realizado, também, a quantificação desses documentos, antes disso não tínhamos noção alguma de quantos daqueles documentos eram do início ou do meio do século XX.

A realocação dos documentos para as novas caixas, foi feita, levando em consideração o ano de origem daquele documento, assim, cada ano tinha, pelo menos, uma caixa para seus documentos. E para a quantificação dessa documentação, foi-se criado a seguinte tabela, nela está o ano e o número de documentos daquele ano:

Tabela 1 – Quantificação da Documentação do Século XX:



Ano	Quantidade	Ano	Quantidade	Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
1901	224	1918	1.131	1936	1	1955	119
1902	160	1919	941	1937	3	1956	504
1903	200	1920	2	1938	251	1957	8
1904	206	1922	2	1939	3	1958	50
1906	229	1923	31	1940	1	1959	48
1907	235	1924	123	1942	12	1960	807
1908	286	1925	3	1943	28	1961	2
1909	397	1927	1	1944	11	1962	11
1910	285	1928	2	1945	244	1963	341
1911	528	1929	10	1948	372	1964	2
1912	591	1930	36	1949	60	1965	264
1913	840	1931	84	1950	1	1966	302
1914	1.472	1932	17	1951	25	1967	1
1915	1.157	1933	17	1952	24	1969	1
1916	1.303	1934	5	1953	32	1983	1
1917	173	1935	2	1954	1		

(Centro de Documentação Histórica do Litoral – CDoc.H Litoral, 2023)

Com os documentos em uma caixa mais adequado para sua conservação, e com essa tabela quantitativa, chegamos ao resultado de 14.223 documentos datado do Século XX, presentes no arquivo. Um fato que chama a atenção, foi não encontrar nenhum documento do ano de 1905, o que foi estranho, levando em consideração que toda a primeira década do século XX, tirando o ano de 1905, apresenta pelo menos 160 documentos. Nesse quantitativo dos documentos do século passado, é notável uma maior quantidade de documentos durante os anos de 1914, 1915 e 1916, anos que coincidem com o início da 1ª Guerra mundial. Porém essa pesquisa se destinava a cobrir os documentos do início do século, por isso, miramos a atenção para os documentos dos anos de 1901 e 1902, todos os documentos desses anos foram devidamente catalogados, sendo um total de 334 documentos catalogados.

Criando um instrumento para a pesquisa – visando o catálogo

Como dito, além do inventário quantitativo dos documentos foi produzida uma ficha visando a produção de um catálogo. A respectiva ficha foi elaborada de acordo com duas referências fundamentais para o desenvolvimento desse tipo de material: a NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística) e a ODA (Orientação para Descrição Arquivística). Então, a partir dessas bases, desenvolveu-se o catálogo em plataforma Excel, o qual exerce o papel de suporte para as informações extraídas durante o processo de leitura



bem como um importante recurso para se extrair informações do material: se constitui pela síntese analítica das informações da documentação, e serve de facilitador para o acesso de outros pesquisadores que venham a desenvolver pesquisas no Arquivo Público Municipal.

Esse formulário foi criado e adaptado no decorrer da pesquisa para atender as necessidades da documentação daquele período histórico específico, as categorias presentes no catálogo são explicadas na imagem 1 abaixo, e a imagem 2 contém o exemplo de como ficou o produto final desse catálogo:

Imagem 1 – Tabela de Catálogo:

Código de Referência	Código Digital	Tipo do Documento	Remetente/Cargo	Destinatário/Cargo	Assunto	Local	Data	Condição Física	Características Físicas	Número de folhas	Extras
BR CDOC.H PR PMPGUA CR-01 (Arquivo Público Municipal de Paranaguá); BR CDOC.H PR PMPGUA CR-02 (Primeira Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná); BR CDOC.H PR PMPGUA CR-03 (Vars da Família do Tribunal Judicial do Paraná);	000 (últimos três dígitos do ano do documento); Exemplo: 884.01.150.200; 00 (numeração do fundo documental); Exemplo: 884.01.150.200; 000 (posição do documento na ordem de leitura); Exemplo: 884.01.150.200; 000000 (quantidade total de documento no ano correspondente); Exemplo: 884.01.150.200	Carta – Que caracteriza documentos dirigidos a órgãos públicos, relativos a questões de interesse privado e ou de associações civis; Carta de Alvará – Que caracteriza pedidos ou documentos referentes a permissões, como também transferências e cancelamentos das mesmas, para abrir estabelecimentos de comércio ou pedidos para exercer profissões; Carta de Serviço – Que caracteriza ações ou medidas relativas a obras ou serviços públicos; Carta de Propriedade – Que caracteriza pedidos ou documentos referentes a compras, pagamento de impostos, cartas aforamentos, solicitações de aforamento, transferências de aforamento, cartas de data, cartas de renda municipal, vistorias, medições, arrastamentos, arrolamentos, beneficiários, referenciando sempre terrenos particulares; Carta Administrativa – Que caracteriza relatórios institucionais, projetos de leis, malhas, atas de sessões da Câmara e Prefeitura Municipal e suas cópias, comunicação entre Instituições e Órgãos Públicos e demais questões referentes à Administração Pública; Mapa – Que caracteriza plantas, mapas, ou quaisquer documentos ou desenhos geográficos; Relatório sobre Cemitérios – Que caracteriza demonstrativo de óbitos referentes a cemitérios; Periódico/Jornal – Que caracteriza jornais completos ou soltos.	Nome do Autor / Cargo e/ou Profissão na Instituição ou Órgão	Nome do Autor / Cargo e/ou Profissão na Instituição ou Órgão	Um breve resumo das informações do documento em primeira instância.	Cidade/Estado de origem do documento. Exemplo: Paranaguá/PR.	Dia/Mês de produção do documento pelo remetente. Exemplo: 13 de fevereiro.	Baixa (Documento danificado e/ou com dificuldade de leitura); Média (Sujeidades removíveis com média condição de leitura); Alta (Aparentemente limpo e sem dificuldade de leitura).	Características referentes a maneira com a qual o documento foi produzido: manuscrito, datilografado ou impresso.	Descrição da quantidade de folhas do documento.	Informações que existam na documentação, mas que não sejam expressas em primeira instância pelo remetente, bem como cartas de aforamento, cartas de data, respostas de deferimento ou indeferimento, certidões, certificados, plantas de terrenos, etc. Colocar no final da descrição informações sobre objetos e marcas presentes na documentação, bem como marcas d'água, selos fiscais ou postais, estampilhas, carimbos e marcas de instituições. A descrição deve ser feita com o nome do objeto seguido de sua descrição física.

(Centro de Documentação Histórica do Litoral - CDoc.H Litoral, 2023.)

Imagem 2 – Tabela de Catálogo Devidamente Preenchida:

Código referência	Código digital	Tipo do documento	Remetente/cargo	Destinatário	Assunto	Local	Data	Condição física	Número de folhas	Extras
BR CDOC.H PR PMPGUA CR-01	901.01.01.???	Carta de propriedade	João Paraiso da Silva	Prefeitura Municipal de Paranaguá	O remetente para que seja dado baixa na compra de terras realizada para cultivo	Paranaguá	10/16/1901	Média	3 folhas	4 selos de 100 reis e em anexo esta presente a carta de aforamento do terreno
BR CDOC.H PR PMPGUA CR-01	901.01.02.???	Carta De alvará	João Baptista Frecciro	Prefeitura Municipal de Paranaguá	O remetente, empreiteiro de construções civis, não tendo obras para fazer pede baixa no respectivo lançamento	Paranaguá	2/9/1901	Alta	2 folhas	2 selos de 200 reis
BR CDOC.H PR PMPGUA CR-01	901.01.03.???	Carta de propriedade	José Correia de Campus e sua esposa Eulesia Berman de Campos	Prefeitura Municipal de Paranaguá	Os remetentes estão transferindo parte do terreno de sua moradia e, com isso, pedem baixa	Paranaguá	sem data, 1901	Alta	3 folhas	A suas marcas de dois selos que possivelmente cairam do documento, e dentro do documento se encontra o recibo da venda do terreno

(Centro de Documentação Histórica do Litoral - CDoc.H Litoral, 2023.)

Dentro do catálogo, duas categorias se destacam, sendo elas “**Tipo de documento**” e “**assunto**”. Essas duas categorias estão interligadas a categoria “**assunto**” é um pequeno texto que resume rapidamente sobre o que se trata aquele documento, com isso, achamos



prudente para essa pesquisa, classificar documentos com finalidades parecidas, para isso criamos a categoria de “**Tipos de documentos**”. As classificações para essa categoria foram criadas a partir da necessidade que a própria documentação demandava, a primeira classificação foi a “**Carta**”, que corresponde aos documentos dirigidos a órgãos públicos, relativos a questões de interesse privado e ou de associações civis. A partir dessa noção central - “**carta**”, foi realizado quatro novas divisões. Elas foram classificadas como: a) “**carta de serviço**”, que é uma nomeação para documentos correspondentes a ações ou medidas relativas a obras ou serviços públicos; b) “**carta administrativa**”, se refere a comunicação entre Instituições e Órgãos Públicos e demais questões referentes à Administração Pública; c) “**carta de propriedade**”, que corresponde a pedidos ou documentos referentes a quaisquer questões sobre terrenos particulares, bem como compras, aforamentos, transferências de terrenos; d) “**carta de alvará**”, documento que trata de solicitações para abertura de estabelecimentos de comércio bem como permissões para exercer profissões.

Para além das “**cartas**”, existem também outras três nomenclaturas: os “**mapas**”, que são constituídos por mapas ou plantas cartográficas, os “**relatórios sobre cemitério**”, que constituem relatórios demonstrativos de óbitos dos cemitérios e os “**periódicos**”, que é categoria para identificar jornais completos ou avulsos, bem como revistas ou até mesmo, encartes de revistas que podem ser encontrados de forma avulsa na documentação. Embora os anos analisados não possuam nenhum exemplar dessas classificações, elas aparecem em outros períodos e, portanto, foi necessário acolher essa tipologia.

No recorte de nosso período, foram encontrados todos os tipos diferentes de “**cartas**”, além de poucos documentos que se encontravam ilegíveis por conta da tinta no verso da folha que manchou o conteúdo do documento. É possível ver a tipologia dos documentos de nossorecorte nas imagens abaixo:



SIPEC

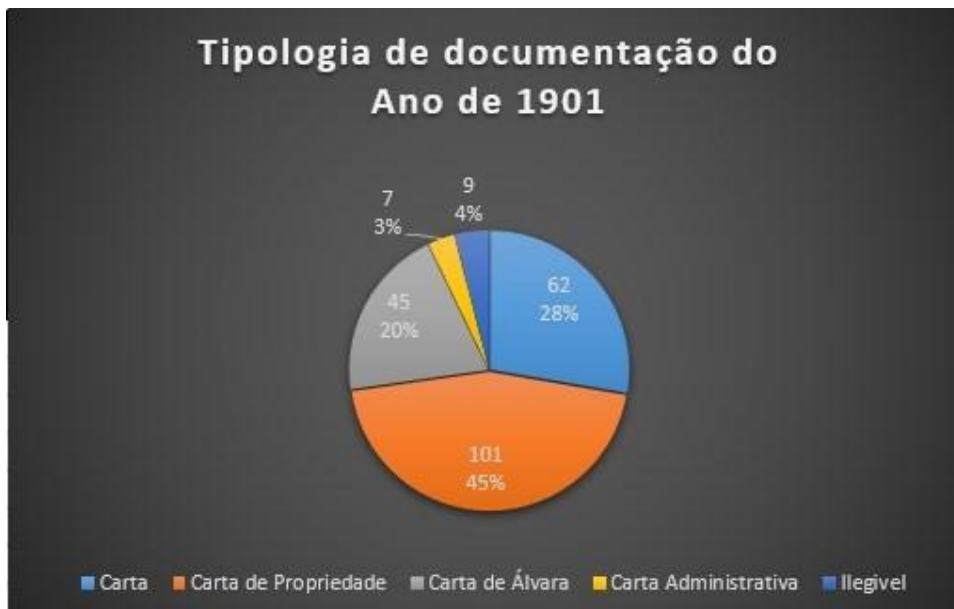
EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

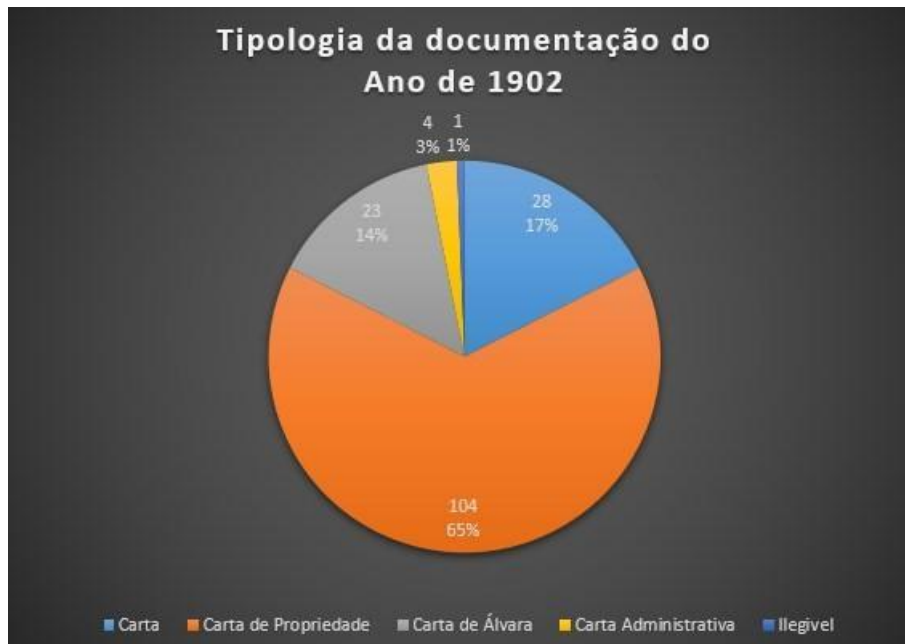
Imagem 3 – Gráfico da Tipologia Documental de 1901:



Fonte: CDoc. H Litoral /Fundo do Arquivo Municipal de Paranaguá

Autoria: JUNGES, L.G.S., 2023.

Imagem 4 – Gráfico da Tipologia Documental de 1902:



Fonte: CDoc. H Litoral /Fundo do Arquivo Municipal de Paranaguá

Autoria: JUNGES, L.G.S., 2023.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Essa divisão foi fundamental para entender o caráter dos documentos desse período, olhando os gráficos é notável que durante os 2 anos, a maioria de seus documentos são referentes a propriedades e compra de terras, porém á uma grande quantidade de documentos relativos ao pagamento e baixa em alvarás.

Condição física dos documentos

Como dito anteriormente, quando fizemos nosso primeiro contato com a documentação, ela não estava nas condições adequadas para o armazenamento, isso afetou o estado físico dos documentos. Nossa primeira preocupação foi cuidar da documentação e armazená-la de maneira adequada para que os documentos sejam conservados, para isso buscamos a metodologia para uma conservação preventiva dos documentos. Através de Spinelli¹, deve-se entender que a conservação preventiva:

É um conjunto de medidas e estratégias administrativas, políticas e operacionais que contribuem direta ou indiretamente para a conservação da integridade dos acervos e dos prédios que os abrigam. São ações para adequar o meio ambiente, os modos de acondicionamento e de acesso, visando prevenir e retardar a degradação. (SPINELLI, 2011, p. 4)

Assim, preservando o documento, e não correndo o risco de que outros documentos sejam perdidos, como alguns documentos que estavam nos fundos das caixas de metal enferrujadas. Assim, dentro do CDoc.H. se deu início ao processo de higienização do documento, junto a um EPI (Equipamento de Proteção Individual). O que é estritamente necessário para a proteção contra possíveis microrganismos, como fungos e bactérias ali presentes, bem como a proteção da documentação contra quaisquer meios orgânicos de desenvolvimento que esses microrganismos possam utilizar, como migalhas de comidas, fios de cabelos etc.

Para além da higienização e o trabalho técnico no manuseio dos documentos, também foi feito uma análise interpretativa do estado do documento. Com isso, durante a análise para acatologação dos documentos, foi realizado uma análise da condição física do



documento, que também está presente no catálogo. Com isso, criamos 3 classificações para as condições físicas do documento “**Baixa**”, “**Media**”, “**Alta**”.

Assim, documentos em **Alta conservação** são aqueles que a leitura é fácil, estão sem presença de fungos, a integridade física do papel está sólida e sem problemas com a tinta utilizada na documentação. Já os documentos com **Média conservação** correspondem a exemplares que possuem sujidades removíveis, rasuras moderadas que não dificultam o seu manuseio, coloração do papel escura, presença moderada de fungos, tinta abrasiva que se transfere de um lado ao outro do documento, bem como dobras na documentação. Por fim, os documentos com **Baixa conservação** correspondem a aqueles documentos danificados e/ou com pedaços faltando, que possuem dobras que dificultam a leitura, rasuras que dificultam o manuseio, tinta muito abrasiva que causa a corrosão do documento, bem como marcas de animais que se alimentaram do material e/ou presença intensa de fungos. Podemos observar nas tabelas abaixo as condições físicas dos documentos dos anos de 1901 e 1902:

Imagem 5 – Gráfico de Condição Física 1901:



Fonte: CDoc. H Litoral /Fundo do Arquivo Municipal de Paranaguá
Autoria: JUNGES, L.G.S., 2023.

Imagem 6 – Gráfico de Condição Física 1902:



Fonte: CDoc. H Litoral /Fundo do Arquivo Municipal de Paranaguá
Autoria: JUNGES, L.G.S., 2023.

A maioria dos documentos de nosso recorte temporal se encontrava em bom estado, isso se dá, pois, as caixas de metal as quais estavam armazenados se encontravam em ótimo estado, sem nenhuma ferrugem, assim a documentação não foi tão danificada, isso é um exemplo de como realizar o armazenamento corretamente é importante para a conservação desses documentos. Mesmo que as caixas não fossem a maneira correta de armazenar esse tipo de documento, elas mostraram a diferença de documentos bem cuidados – que estavam em caixas sem ferrugem – e de documentos em armazenamentos não apropriados – com caixas enferrujadas.

Enredo e temas

A construção desse catálogo, facilitou e fez com que pudéssemos colocar em prática a leitura dos documentos e mapear assuntos referentes ao período estudado. A partir da análise dos documentos, foi encontrado uma enorme quantidade de documentos referentes a compra venda e transferência de terras. Mesmo que os documentos não possam provar se aquela compra, venda ou transferência realmente aconteceu, ou se aquela terra era realmente de propriedade de quem escreve, é notável um desejo de comprar terras em localidades específicas. O documento apresenta a localidade do terreno, mesmo que as nomenclaturas possam gerar uma confusão por não igual às de hoje em dia – como nomes



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

de ruas e bairros que mudaram –é possível traçar paralelos. É notável o caráter comercial do centro histórico, vendo a enorme quantidade de pedidos de alvará e de construção de lojas e comércios com localidade no centro ou na “rua da praia”. Também é visível um enorme fluxo de pessoas se interessando por terrenos no local denominado de “Rocio Pequeno” e “Rocio Grande”, onde hoje é chamado de Rocio, isso pode nos dar noção do tamanho e extensão da cidade naquela época.

Muitas das terras eram negociadas por meio do foreio, prática que não é mais utilizada hoje em dia, onde a pessoa recebia terras publicas e pagava um imposto anual em troca. Em menor quantidade aparecem negociações de datas, onde, era realizada a compra daquele terreno muitos dos documentos que tratam sobre datas ou terrenos de foreio, apresentam com sigilo as cartas que provam a legitimidade. Essas negociações podem nos dar detalhes de aspectos daquela realidade, como o preço de uma terra, e até mesmo fazer um recorte da condição financeira de alguns nomes que aparecem mais de uma vez nos documentos. Podendo assim, talvez, mapear uma elite urbana daquela época, porém para realizar esse trabalho de forma efetiva seria necessária uma pesquisa a parte com, apenas, esse objetivo.

Ainda falando sobre uma elite financeira, um nome que se repete várias vezes durante os documentos é o da Guimarães Cia., essa companhia era do Manuel Antônio Guimarães ou como é mais conhecido Visconde de Nacar, uma das personalidades públicas mais conhecidas na história de Paranaguá, ele era proprietário de escravos e tinha muitas propriedade no porto como trapiches, cais e pontes, além de navios que transportavam mercadoria, também participou ativamente da política da província durante o império Brasileiro. Todo esse capital não foi alcançado por acaso, trata-se de um caso bem-sucedido de sucessão de família de elite, cujas origens remontam do período colonial que eram preservadas dentro da família por meio de casamentos arranjados estrategicamente. O próprio Manuel Antônio, não foi diferente disso, se casando com Maria Clara Correia e, após a primeira esposa falecer, com Rosa Coreia. Ambas eram filhas de Manuel Francisco Correi, outro membro da Elite parnanguara. A influência do Visconde de Nacar durante o século XIX é muito bem documentada e lembrada pela história, entretanto, não podemos dizer o mesmo sobre seus filhos.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 13 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





Muito dos documentos presentes no arquivo podem ajudar entender melhor em que medida a família Guimarães consegue se manter no poder depois do falecimento de um membro importante ou após a Proclamação da República. Sendo o Visconde de Nacar e sua família apenas um exemplo das potencialidades de pesquisas na área de história das elites do litoral paranaense presente nos documentos do arquivo.

Além dos temas já elencados, é possível destacar potencialidades na área de acesso a luz, saneamento básico e água por meio de alguns documentos que tocam sobre esses assuntos, como um abaixo assinado que busca prevenir o acesso a água de um bairro inteiro, e um documento que conta sobre um projeto de construir uma companhia de luz elétrica para a cidade de Paranaguá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, vale dizer que consideramos as fontes estudadas, a partir dos conceitos de documento e fonte histórica, a partir das noções de Le Goff (1996) e Rousso (1954). No que concerne às definições de Jaques Le Goff do primeiro, existe uma memória coletiva e “sua forma científica, a história”. Para ele o que sobrevive do passado são dois tipos de materiais da memória coletiva:

[...] os documentos e os monumentos. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador. (LE GOFF, 1996, p. 1).

Com isso, podemos entender que os documentos que foram lidos durante essa pesquisa são frutos de escolhas, tanto de preservar esse documento, quanto na hora de escolhê-lo como relevante para um artigo científico. Nessa mesma direção Henry Rousso (1996), destaca que fontes são todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não;

[...] e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma sequência (sic) particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma,



de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica. (ROUSSO, 1996, p. 2).

Entendemos a importância de criticar o meio em que estas fontes estão inseridas. Seguimos esse entendimento por meio do que nos ensina Benito Schimidt (1943-1984), é colocar em prática a “função problematizadora” do historiador, isso ocorre obrigatoriamente através do desenvolvimento da:

[...] capacidade de voltar para os acervos aquele tipo de olhar [...] eminentemente histórico, que desnaturaliza os objetos (inclusive os papéis), seus arranjos, combinações, organizações e classificações, mostrando que tais operações, aparentemente desinteressadas, resultam de gestos, de escolhas, de omissões e de silenciamentos determinados pelas lutas sociais e políticas presentes em cada contexto histórico. (SCHIMIDT, 2008, p. 190).

Essa problematização é estritamente necessária para o ofício do historiador como um todo, pois a partir dela pode-se perceber as narrativas conflitantes na construção das “memórias coletivas” na localidade em questão. As quais acabam silenciando e inviabilizando as narrativas históricas referentes as populações marginais à sociedade. Favorecendo, assim, o “mito das origens” e dos ‘grandes heróis’, na qual Paranaguá se encontra enredada. Exemplo disso é o recém “esforço” feito pela Prefeitura de Paranaguá na construção e disponibilização de um espaço que guardasse e preservasse essa documentação invisibilizada, marginal, guardada em caixas inadequadas, aparentando um depósito de coisas velhas e descartáveis.

Outros autores como por exemplo, Michel Pollak (1948-1992), nos ensinou que a memória coletiva é emblemática.

“[...] caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva. Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. (POLLAK, 1989, p. 2).

Então, de acordo com Pollak, (1989) buscar entender como a “memória coletiva” da cidade de Paranaguá se configura e opera – seja por homenagens aos ‘grandes homens’ – como o visconde de Naca – colocando seus nomes em ruas, praças e instituições públicas, bem



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

como a construção de seus bustos nestes respectivos lugares; ou através de feriados religiosos e/ou datas comemorativas, sempre muito aclamadas por essa população – é entender que mecanismos políticos e ideológicos solidificaram o imaginário parnanguara e como essas narrativas ainda se manifestam nos dias de hoje. Porém a documentação estudada e investigada levou a uma porta de acesso para as esferas de poder, de gestão, da distribuição da organização urbana da cidade, dentre outros.

As fontes do Fundo documental do Arquivo Público Municipal de Paranaguá, careciam de uma gestão que preservasse essa memória. O Centro de Documentação Histórica do Litoral, CDoc. H Litoral adquire essa função de preservar o patrimônio documental que sobreviveu ao tempo em caixas guardadas em ambiente impróprio e sujeito ao calor, umidade, infestação de traças, fungos e demais insetos bibliográficos. O trabalho de catalogação ocorreu acompanhado de higienização o que oportunizou a longevidade dessa rica documentação. Por conseguinte, a preservação dessa documentação permite a sobrevivência de parte importante do patrimônio documental de Paranaguá, ora contabilizado 14.223 documentos relativos ao século XX.

Conclui-se com isso que de fato, organizar, catalogar e analisar essa documentação do século XIX, é mais um passo significativo para o avanço do estabelecimento dessa documentação como objeto de pesquisa. Visto que, para além das dependências do Arquivo Público Municipal de Paranaguá, essas fontes se propõem a servir de base para novas perspectivas, indagações e narrativas. Ademais, têm-se esperança de que esse estudo venha a servir como um sinônimo de expansão nas narrativas historiográficas pertinentes a Paranaguá, ao litoral e ao estado do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto 4.073, de 3 de janeiro de 2002.** Regulamenta a Lei n o 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

BRASIL. **DECRETO Nº 8.539 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.** Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm. Acesso em 05 de agosto de 2023.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo.** São Paulo: Edusp, 2009.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 16 de 17



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. In: História e memória. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: História e memória. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.
NORA, Pierre. **Entre a história e a memória**. A problemática dos lugares. In: Projeto História – São Paulo, 1993.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, 1989.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 1-7, 1996.

SOUZA, Rosale de Mattos. **Caminhos da História – Sujeitos da memória: um constructo do conhecimento através do arranjo documental e da descrição arquivística**. Disponível em: https://www.aargs.com.br/IICNA/trabalhos/rosale_souza.pdf. Acesso em 05 de agosto de 2023.

SCHMIDT, Benito. **Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional**. Anos 90. Porto Alegre, V. 5, p. 187-196, dez 2008, 187-196. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7966/4754>. Acesso em 05 de agosto de 2023.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 17 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

MITO DA NATUREZA INESGOTÁVEL: O ENSINO DE HISTÓRIA E A CRÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL DO SÉCULO XVIII- XIX

Maria Eduarda Alves Mello - (CNPq)
Unespar/*Campus* Paranavaí, mariaeduardaalvesdemello@gmail.com

Eulália Maria A. de Moraes - Orientador
Unespar/*Campus* Paranavaí, : eulalia.moraes@unespar.edu.br

Ricardo Tadeu Caires Silva - Coorientador
Unespar/*Campus* de Paranavaí, ricardo.caires@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

Em 1799, sob o lema “Sem livros não há instrução” D. Rodrigo de Souza criou a “Casa Literária do Arco do Cego” dando mostras de uma preocupação quanto às perspectivas internas de uma política preocupada com a organização do saber, que desde o início da segunda metade do século era solicitada. Com o título “Obras de Agricultura impressa” publicou-se em 1799 um catálogo listando as obras impressas e disponíveis pela Officina Chalcographica do Arco do Cego. Uma coleção de títulos com métodos e ilustrações propunha novas práticas agrícolas para a colônia com bases em inovadores conhecimentos científicos.

Em final do século XVIII há um acirrado debate entre as estruturas do Antigo regime e a Ilustração proposta pelo Iluminismo francês, expõem-se desta forma, uma fragilidade do Império português. Neste sentido, o intervalo entre os anos de 1796 e 1803 apresenta-se como um contexto que recai sobre a gestão de D. Rodrigo de Souza Coutinho na Secretaria do Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos – sua presença no gabinete do príncipe Regente D. João, em 1796 se constituirá o ápice da prática do Reformismo ilustrado em Portugal. Com políticas coloniais específicas, desde a segunda metade do século XVIII a agricultura para a colônia de além-mar estará entre os tópicos fundamentais do reformismo ilustrado. Um

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 1 de 15



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

empreendimento da História Natural participe de uma política de aclimatação de plantas, incluindo a criação de um jardim botânico em Belém do Pará.

Veremos, portanto no decorrer desta pesquisa que no final do século XVIII e sequencialmente para o século XIX, no Brasil, há uma preocupação de se construir uma legislação voltadas para a questão ambiental – no Antigo Regime as leis em relação a natureza eram precárias, especialmente para suas colônias. Ainda que se leia a legislação com objetivos econômicos, não apresentando objetivos preservacionistas e sim de controle de extração de algumas espécies para a manutenção de futuras explorações, tal legislação dará ensejo a um profícuo debate de políticos e pensadores entre os séculos XVIII e XIX.

Contudo no avançar do ano de 1870 Paul Gaffarel, em sua obra “Histoire du Brésil Français au XVIe. siècle”, afirmou: “O algodão e as especiarias só figuravam nos carregamentos a título de curiosidade, mas o mesmo não se pode dizer quanto às madeiras preciosas, especialmente as de tinturaria, que formavam o carregamento essencial de nossos navios”. A exótica natureza da América esteve presente nas narrativas de viajantes e cronistas que atravessaram o território do Brasil. Movidos pelo colonialismo mercantilista os fomentadores da Revolução Comercial foram negociantes conscientes dos recursos de uma natureza “quase” inesgotável. Para a tinturaria o pau-brasil chamado pelos nativos de *arabuatã* eram os mais procurados, árvores que atingiam proporções gigantescas abasteciam as embarcações para serem usadas como corantes.

Neste sentido um regimento foi criado para a extração do pau-brasil em 1605, considerada a primeira lei criada para a América portuguesa, nela se divisa um tímido acenar de política ambiental. Depois de cem anos de ocupação colonizadora extrativista uma percepção do “esgotável”, da possibilidade da destruição ambiental sugere tal lei. Marcos Carneiro Mendonça sugere em sua obra “Raízes da formação administrativa do Brasil” (1972) que no século XVI algumas espécies da flora brasileira já haviam se perdido seja pela degradação ou pela extinção. A legislação para o Pau-brasil (*Paubrasilia enchinata* nova nomenclatura) deveu-se a um cuidado que estava direcionado a uma espécie economicamente importante para o Império português (MENDONÇA, 1972).

A região Norte compreendia as capitânicas do Grão-Pará, São José do Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, o que corresponderia hoje aos Estados da Amazônia – Pará, Amapá,

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 2 de 15



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Amazonas, Roraima, Rondônia –, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Todas as capitânias governadas por representantes do “Governo-General”, Francisco Xavier de Mendonça Furtado recebiam relatórios periódicos com informativos acerca dos sucessos e insucessos das produções agrícolas, das coletas de drogas; da qualidade das madeiras que podiam ser utilizadas em construções de casas, móveis, navios e mastros. Um inventário que a partir da segunda metade do século XVIII trazia a proposta da “Filosofia Natural” tomando uma proporção mais especulativa e agrônômica, como por exemplo, a conservação de espécies que iam se tornando raras, na América Portuguesa, devido à coleta indiscriminada – aliás a esse tempo a preocupação com a conservação de espécie vegetal e mata ciliar já estava contida nas Ordenações Filipinas do século XVII, para Portugal e Espanha. Assim como, a pesquisa por espécies similares em substituição as especiarias que eram adquiridas em outros continentes.

Na segunda metade do século XVIII D. Rodrigo de Souza Coutinho criara a “calcografia da Casa Literária do Arco do Cego” e esta estava comprometida com uma política colonial cujo plano interno e externo deveria realçar o Brasil. Sob orientação do Frei Mariano da Conceição Veloso a Casa Literária, no curto espaço de sua existência (1799-1801), publicou mais de oitenta títulos bibliográficos e apresenta preocupações em criar um conjunto de estratégias para fazer circular livros de orientação para os “Fazendeiros do Brasil”. O catálogo das “Obras de Agricultura impressa” na *Officina Chalcographica* do Arco do Cego foi divulgado em 1799 e anunciava ao público leitor uma coleção de títulos que propunha novas práticas agrícolas para a colônia com bases em inovadores conhecimentos científicos.

Durante o ministério do Marques de Pombal sua atuação foi muito importante para a propagação das ideias iluministas, ainda que dentro do absolutismo régio, adquirindo características muito específicas. As ideias racionalistas do iluminismo francês foram determinantes para a reformas das universidades de Coimbra permitindo uma formação para um grupo de pensadores que contribuiriam para com o debate acerca dos recursos naturais nos territórios de conquista de Portugal, em especial a natureza brasileira. Mas segundo José Augusto Pádua, a grandeza dos recursos naturais dos ecossistemas brasileiros ajudou a fomentar a mentalidade de que a natureza é inesgotável. Deste modo, 500 anos depois, existem grupos que enxergam a Amazônia como os colonizadores viam a Mata Atlântica.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 3 de 15



Historicamente a sociedade brasileira se formou com o mito da natureza ilimitada e inesgotável, logo, as áreas florestadas pareciam oceanos verdejantes infinitos. Contudo, ao observar o desenrolar da história através das fontes utilizadas fica claro que tudo era feito desmatando e desflorestando: a energia vinha da lenha, as construções utilizavam madeira, etc. Rapidamente ocorre a industrialização, se abrem ferrovias e rodovias, e ainda se usa madeira para gerar energia e aumentar cidades. Por fim, acontece, no século XX, a grande destruição da Mata Atlântica que vinha sendo invadida desde os anos 30.

Porém, quando o foco mudou para a Floresta Amazônica, o mundo também começava a mudar e a preocupação ambiental passava a crescer: imagens de devastação das florestas, queimadas, poluição, começaram a circular com rapidez. Logo, as produções textuais acerca da temática são pertinentes e essenciais para o entendimento não só do mito descrito por José Augusto de Pádua, mas também para a compreensão das apropriações e transformações que as populações humanas produziram em diversas temporalidades, biomas e ecossistemas no território brasileiro desde a pré-história.

MATERIAIS E MÉTODOS

Na obra “A Ferro e Fogo, história ambiental e a Geografia brasileira: um diálogo por inventar” traduzido do With Broadax and Firebrand: the Destruction of the Brazilian Atlantic Forest, do brasilianista Warren Dean, tem-se o detalhamento dos processos de devastação e conservação da Mata Atlântica. A obra foi editada nos EUA em 1995 e no Brasil publicada em 1996, pela Companhia das Letras. A obra em si tem o compromisso retratar a luta desigual entre a espécie humana e um ecossistema único, complexo que é a Mata Atlântica. Uma luta que, infelizmente, a espécie humana vem ganhando devido a sua capacidade de dar contornos aos ambientes onde ocupa saciando seu desejo de necessidades simbólicas. Passados quase trinta anos da publicação a descrição de Warren Dean ganhou relevância e pode ser observado em uma viagem de avião ou carro pelo litoral brasileiro, em uma tomada de imagens por Drones – que na atualidade recente não são utilizados somente para tomada de imagens, mas para pulverização agrícola, os chamados “agridrones”.



A obra de Warren Dean ganhou relevância porque chegou no Brasil em um momento de movimento ambiental. O debate começou a se configurar como força política e pesquisadores estavam começando a desenvolver estudos acerca do passado dos ambientes brasileiros. Desse modo, *A Ferro e Fogo*, passou a ser um expoente para os estudantes, cuja leitura era acessível, preenchia lacunas, encorajava releituras e revisões da própria obra. Surgindo muitas as indagações acerca do impacto para os geógrafos brasileiros e também dos debates na comunidade da geografia brasileira, assim como os historiadores que se interessam por essa área do conhecimento provocativa e interdisciplinar.

Pode-se dizer que uma especialidade em “História Ambiental” se define a partir de marcos da historiografia que tem seu expoente em autores como: Warren Dean, Alfred Crosby, Keith Thomas, José Augusto Drumond, José Augusto de Pádua entre outros. A obra “*A Ferro e Fogo*”, no Brasil contou com a revisão técnica de José Augusto Drummond, autor de uma das resenhas mais detalhadas e perspicazes sobre o livro que levantou críticas sobre a relação entre devastação ambiental e equidade. Sua monografia final sobre a história ambiental com *A Ferro e Fogo: A Destruição da Floresta Costeira Atlântica do Brasil* (1995), venceu o Prêmio Bolton-Johnson postumamente porque, infelizmente, Warren Dean faleceu em 21 de maio de 1994 asfixiado enquanto dormia, devido ao vazamento de gás no quarto em que se hospedava em Santiago do Chile, logo após concluir sua obra *A Ferro e Fogo*, e prestes a escrever a história do Altiplano andino.

Na sua obra impactante ninguém se livra de sua crítica em todos os capítulos vemos uma análise profunda que apoiada em relatórios, documentos e estatísticas faz um balanço da devastação ambiental; em um grau maior ou menor de responsabilidade estão todos os seres humanos que ocuparam a região: índios, caboclos, colonos, latifundiários, grandes indústrias, o Estado. Da mata Atlântica restou uma fração exígua e sua extensão territorial e formas naturais não existem mais, não como se apresentava no início da colonização portuguesa. O rápido desenvolvimento econômico, ao findar o século XIX e a irresponsabilidade na ocupação dos espaços deixou um rastro de destruição.

Neste sentido, não seria exagero, segundo Brannstrom, dizer que a obra de Warren Dean ajudou a “fundar” a subdisciplina da história ambiental no Brasil, visto que os historiadores brasileiros encontraram uma nova forma de analisar e expor o desenvolvimento



socioeconômico do país. Entretanto, novamente, há aqui pouco engajamento dos geógrafos brasileiros com a obra pois seguem uma abordagem “territorial” oriunda e inspirada essencialmente em Milton Santos.

A História Ambiental é objeto de estudos e pesquisas desde a década de 1970 nos Estados Unidos e no Brasil começa a ter uma visibilidade a partir de 1982. O debate que já aparece em final do século XVIII, assinalado por intelectuais e pensadores da época alertando para os danos irreversíveis para uma natureza que era considerada inesgotável, em 1934 a tentativa de construir uma consciência ambiental se debate com o desmatamento indiscriminado. O debate pela preservação da fauna e da fauna faz um alerta para algumas espécies ameaçada de extinção em uma conferência que foi realizada no Rio de Janeiro, organizada pela sociedade dos amigos das árvores. Os esforços permitiram alguma conquista a exemplo da elaboração do Código Florestal de 1934, influenciando o movimento para a criação da legislação em defesa do: patrimônio histórico e artístico nacional em 1937 (VIOLA, 1991).

Na esteira de pesquisas que se voltam para as questões da Natureza X Colonização das Américas tem-se o trabalho de Alfred W. Crosby, publicada em 1986 dentre os trabalhos de preocupação ambientalista não é menos clássico o título “*Imperialismo Ecológico: A expansão biológica da Europa (900- 1900)*” já diz a que veio debater a publicação. Alfred W. Crosby é historiador ambiental é professor na Universidade do Texas essa obra é um dos principais trabalho publicado por ele e que foi traduzido para diversos idiomas. Seu estudo analisa o conceito de imperialismo ecológico. Com argumentação crítica ele analisa o intercâmbio de animais, plantas, homens e germes entre o Velho Mundo X Novo Mundo e o impacto que a chegada do europeu na América, para uma ocupação de povoamento, causou. Segundo Crosby a chegada de Colombo trouxe um carregamento de germes que subjugarão a população nativa porque estes não possuíam imunidade para esses germes. Sobre isso considera o historiador: os germes tiveram uma ação predatória muito maior que as armas. O desembarque do colonizador/ conquistador à América se fez acompanhar de doenças para as quais o nativo não possuía defesa imunológica, fator determinante para a devastação demográfica do mundo e conseqüente sucesso do colonizador.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

As populações isoladas foram definitivamente afetadas por epidemias quando esse isolamento foi rompido. Exemplo desta afirmação de Crosby, no Brasil, são os índios no Parque do Xingu em 1954 e os Ianomâmis em 1968. Nos Estados Unidos da América do Norte foram os esquimós, vitimados pelo sarampo em 1952, sem contar a devastação causada pela varíola. Uma sequência de devastação ambiental desde a chegada de Colombo em 1492. Na América Central o pânico diante das vítimas fazia a população nativa sair de seu habitat carregando consigo, muitas vezes, a doença incubada.

O historiador britânico Keith Thomas em sua obra “*O homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais, 1500-1800*” faz uma análise da inauguração da Idade Moderna e avalia os trezentos anos sucessivos e concluindo que não é verdade que antes da revolução industrial o homem dava importância a natureza com preocupação de preservação. Segundo seus estudos o historiador ao analisar documentos produzidos na Inglaterra afirma que a valorização da fauna e flora é um pensamento e atitude tardio, quase que em um momento em já haviam destruído tudo e que tomam apreço pela natureza. Descreve suas impressões como uma relação de violência do homem com o mundo natural e que a construção da empatia demorou para ser construído. Na obra de Keith Thomas temos a descrição da influência de um período cartesiano em que animais serão tratados como máquinas.

José Augusto Drummond (1997) afirma que no Livro Gênese do Velho Testamento o convite é para que os fiéis acreditem que o mundo foi criado em seis milênios. Um prazo que durante muito tempo foi aceito, ainda que alguns intérpretes façam a leitura de que os milênios mencionados pelo Livro Gênese sejam figurativos, para muitos o mundo tinha seis mil anos e não se questionava. Um grupo de cientistas, *curiosis* ou homens de *Science* como eram chamados iniciou estudos de contestação que alcançou o século XIX com sugestão de outras unidades de medidas do tempo. A história do Mundo Natural precisava de tempo mais dilatado para dar conta dos processos de sua criação; precisavam de um tempo geológico para descrevê-lo. Hoje sabemos que a história da cultura humana, de sua presença no Mundo Natural está contido neste tempo geológico.

José Augusto Drummond, também, estudou a devastação da Mata Atlântica Fluminense e demonstra que o Rio de Janeiro foi o Estado que mais sofreu com a devastação

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 7 de 15



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





das florestas conquanto nosso imaginário sobre o Estado do Rio de Janeiro sempre nos remete as “bezas naturais”, “Cantar as inegáveis bezas naturais do Estado do Rio de Janeiro é a maneira que adotamos para lidar com as profundas transformações ambientais produzidas pelos humanos que habitaram as terras fluminenses nos últimos seis a oito mil anos”. A relação com o Rio de Janeiro é sempre condicionada a beleza das praias e desviamos nosso olhar para longe da realidade mais próxima que são encostas ocupadas, serras despidas da mata natural e com “seus largos trechos hoje recobertos por uma modesta vegetação secundária. Preferimos isso a encarar os enormes trechos devastados de litorais, baixadas, morros e serras” (DRUMMOND, 1997, p. 09).

A cobertura de mata que o Rio de Janeiro era a mais completa de todos os Estados e foi destruída. Em seus estudos José Augusto Drummond busca entender as relações da sociedade e a natureza. Sua pesquisa recai sobre a criação de quatro parques nacionais como compromisso de minimizar e proteger o que restou da destruição da floresta destruída para que os canaviais tomassem seu espaço e a sequência de destruição é justificada pelas pastagens, cafezais, ferrovias, estradas, hidrelétricas entre outros. Em seus estudos, o autor, avalia a devastação das florestas fluminenses das ocupações sambaquis dos anônimos povos nativos até a moderna cafeicultura (DRUMMOND, 1996, pp. 247 - 248).

Segundo Drummond, “não teríamos necessariamente maior justiça social se tratássemos nossas florestas com mais racionalidade ou reverência”. Ainda que os personagens não humanos (ambientais) tivessem recebido o tratamento correto, “os brasileiros acabam injustamente estigmatizados como excepcionais destruidores de florestas e sofríveis produtores de riquezas”.

Devemos considerar a empreitada em que se lançaram os organizadores anos antes da publicação dos três volumes acima mencionados que, segundo ele, “é digna de reconhecimento por todos os que estão envolvidos com a pesquisa no campo da historiografia e, em especial, com a história ambiental”. Com base na migração urbana, as paisagens rurais sofreram mudanças radicais por conta dos novos processos agrícolas. Warren Dean utilizou a ideia do Holocausto para classificar o nível de devastação ocorrido na Mata Atlântica brasileira. Contudo, o uso dessa ideia por Dean se refere aos crimes cometidos pelos seres humanos a tudo que tem vida e tem ligação direta a Declaração Universal dos Direitos do



Homem que foi promulgada em resposta a barbárie humana durante a II Guerra Mundial. Desse modo, a agência histórica de tudo o que é vivo, mas não é humano ganha força e significado, logo, no cenário da continuidade da devastação tão nefasta, “não falar em árvores é um crime”.

Por que estudar a História Ambiental do Brasil?

Num primeiro momento, José Augusto Drummond discorre acerca da relevância do tópico a partir de dados básicos que tornam o Brasil, maior país da América do Sul, propício a esses estudos, listando, desse modo, sete motivos para estudar a história ambiental brasileira. São eles: a grandeza territorial, a tropicalidade, variedade de biomas e ecossistemas, pré-história “curta”, a longa experiência da comunidade primitiva, colonização mista e “imperialismo ecológico” e o tesouro natural do Brasil. Em seguida, Drummond (1996) escreve sobre episódios e processos exemplares, ligando esses episódios a algumas das sete razões previamente citadas, como, por exemplo, o significado do nome do país que está diretamente ligado à exploração e comércio do pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), o primeiro tesouro natural das terras brasileiras, e também o tesouro selvagem que é inerente a riqueza dos biomas e ecossistemas, pois, a extração de algumas plantas e a quantidade de algumas espécies de animais são úteis para a humanidade. Por fim, o autor afirma a necessidade de uma maior legitimidade entre historiadores e outros profissionais das ciências sociais, reforçando a importância de explorar os caminhos abertos por autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., etc.

História Ambiental: Fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza

Para o pesquisador da História José Augusto Drummond (1997) as fontes documentais delimitam a periodização e o recorte de seus objetos de estudo, os documentos são vestígios. Desta forma, ao analisar o conjunto de obras que se tornaram clássicos da historiografia de História Ambiental nossa análise se debruçou sobre uma periodização em que historiadores começam a refletir sobre a necessidade de argumentar contra uma devastação sem limites, como se a natureza fosse inesgotável.



O Homem e a natureza sempre estiveram próximos e a preocupação utilitarista desta natureza sempre foi uma preocupação. José Augusto Drumond menciona o livro Gênese, mas também outros autores teceram comentários sobre passagens que legitimam o homem a ação predatória sobre a natureza. Em Gênesis 1:28-31 temos a afirmativa de que Deus os abençoou e lhes disse: “Sede fecundos, multiplicai-vos, (...) dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra”. E disse Deus ainda: “E a todos os animais da terra, e a todas as aves dos céus, e a todos os répteis da terra, em que há fôlego de vida, toda erva verde lhes será para mantimento. E assim se fez. Viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom”. Desta forma, existiu um Deus não criado que concebeu o universo e a terra entregou-a ao homem, conforme na tradição judaico-cristã, e todas as coisas passam a pertencer ao homem.

RESULTADOS DAS DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando nossa reflexão inicial deste texto em 07 de setembro de 1796 D. Rodrigo de Sousa Coutinho é nomeado para o cargo de Ministro e Secretário de Estado da repartição da marinha e do Ultramar. A data da posse coincide com uma política de desenvolvimento agrícola no Brasil. E ao findar do século XVIII Frei Mariano da Conceição Veloso estará à frente de um trabalho monumental que é dirigir as publicações da Casa Literária do Arco do Cego, este trabalho no curto espaço de mais ou menos três anos publicou pelo menos 80 livros direcionados a uma economia da colônia Brasil. Entre as obras aparecem tratados de agricultura, navegação e medicina. O empreendimento de Portugal com relação ao projeto de Editoração de manuscritos sobre a colônia se deve a uma modernização do Império. Neste projeto estava a inclusão de difundir entre os proprietários/ produtores ou fazendeiros do Brasil, um conhecimento tecnológico para um maior uso da terra e dos recursos naturais.

Exemplo disso é o documento impresso “Fazendeiros do Brazil Cultivador Melhorado na Economia Rural dos Gentios já Cultivados e de outros que podem ser introduzidos” por Fr. Mariano da Conceição Velloso - Lisboa impressa pela “Oficina Calcográfica da Casa Literária do Arco do Cego” entre 1799 e 1801 – obra que figura como literatura educacional para o projeto de “instrução do Fazendeiro” – e que nos permite dialogar com os clássicos da historiografia brasileira. Buscando o apoio da “História Cultural” devido ao nosso interesse



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

pelos “sujeitos” produtores e receptores de cultura; nos interessa esse amplo aspecto da função social que recebe todos os tipos de público: da intelectualidade e erudição ao receptor comum; dos meios educativos aos meios de comunicação.

Buscamos sobretudo o indivíduo comum em suas táticas e estratégias e reinvenções de cotidiano para os usos e abusos da vasta territorialidade, das culturas agrícolas, do uso do solo, da mão-de-obra escrava africana e nativa, da formação da sociedade colonial, da economia e da política existente entre Portugal/ Metrópole e a Colônia de Além-mar/ Brasil. Durante o século XX, uma produção historiográfica chamada clássica resultou de importantes exercícios de investigação de pesquisadores do Brasil e do exterior, destacam-se: Capistrano de Abreu, Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Fernando Novais, João Fragoso e Luiz Felipe de Alencastro entre outros. E sobre a temática “ambiental” apresentamos pensadores, historiadores e ambientalistas a exemplo de: José Augusto Drumond, José Augusto Pádua, Alfred Crosby, Warren Dean, Keith Thomas nomes obrigatórios para o conhecimento da História da ocupação colonizadora e devastação florestal. Em todos os autores há referência a um processo de colonização e conquista extrativista que gradativamente tornou-se agrícola, agrária e profundamente rural, mas sempre com um histórico de devastação ambiental carregado de um mito da natureza inesgotável que alcança a atualidade.

Em finais do século XIX um debate obtém algum êxito: apoiado na discussão que propõe o cuidado com as consequências que advém do desmatamento dos morros, questões que envolve, particularmente as áreas urbanas – o debate estabelece que o desmatamento das morrarias seriam a principal causa da escassez da água. Tratava-se de conclusão tirada a partir do que ocorria na cidade do Rio de Janeiro já no início do século XIX. Neste contexto o abastecimento de água, da cidade, então capital do “império do Brasil”, foi fortemente ameaçado pelo desmatamento da floresta da Tijuca. A região ocupada por grandes áreas com fazendas que haviam tornado o solo agricultável, a despeito da degradação da cobertura florestal e gradativamente a área de nascentes de águas – que vinham das montanhas – sofreu grande diminuição no volume de água, quantidade insuficiente para abastecer as necessidades de uma população urbana em franco crescimento.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 11 de 15



Em 1820 veio a decisão de desapropriar as primeiras terras da Tijuca para um projeto de reflorestamento do entorno das antigas nascentes de água potável, em declínio. Conquanto a decisão fosse tomada a partir de uma consideração empírica, o fato é que o reflorestamento da floresta da Tijuca reparou, ainda que parcialmente, o dano causado por uma exploração indiscriminada por décadas de sucessivos desmatamentos, derrubadas de árvores centenárias para darem lugar as plantações de cana-de-açúcar, café, lenha e carvão vegetal, agricultura e pastagens para animais. Em 1961 a floresta foi elevada a condição de Parque Nacional do Rio de Janeiro, nome alterado anos depois para Parque Nacional da Tijuca, ou simplesmente Floresta da Tijuca para os cariocas, com área total de 3.953 há (ARCHER, 2016).

Na década de 1990 os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000) apresentou a uma possibilidade de colocar em sintonia a sociedade com a educação. Sabemos que as transformações sociais ganham importância quando o debate adentra os muros escolares e ganham expressão na ação dos professores dando relevância ao papel da escola. Sempre que há uma nova demanda social as iniciativas pedagógicas buscam respostas que ecoam nas necessidades apresentadas. Reveem-se os conteúdos, as metodologias e na formação dos professores as medidas de mudanças a serem propostas para a sociedade ganham relevância. É justamente neste contexto de necessidades de se repensar as ações ambientais que as iniciativas pedagógicas projetaram um esforço de vínculos entre educação X cidadania.

Considerando as análises e apresentação dos marcos de reflexão, debates e construção de conceitos sobre as questões ambientais, aqui apresentadas entendemos que todas as reflexões são pertinentes ao ensino de História. Os debates propostos para a História ambiental, as questões que envolvem as reflexões ambientalistas e sobretudo o mito da natureza inesgotável não pode ser dissociado das escolas, do ensino porque trata-se de uma abordagem que perpassa toda sociedade com atualização de informações presentes no nosso cotidiano. Consideramos ao finalizar esta pesquisa que a proposição da temática “ambiental” na educação básica exige um estudo multidisciplinar, mas perfeitamente ajustáveis e assessoradas de recursos didáticos tonando-se aulas interessantes que rompem com a prática de ensino tradicional.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHER, Major. **O Reflorestamento da Floresta da Tijuca** e a lenda do tesouro do Major Archer. Editora: clube de autores. 2016.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas**. São Paulo: Melhoramentos/Brasília: INL, 1976.

BRANNSTROM, Christian. A Ferro e Fogo, história ambiental e a Geografia brasileira: um diálogo por inventar. **Revista de Geografia Brasileira**. Rio de Janeiro, vol. 61, número 1, p. 109-125, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: História e Geografia**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CAPISTRANO de Abreu. J. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília; 1982.

CROSBY, W. A. **Imperialismo Ecológico. A expansão biológica da Europa: 900-1900**. Tradução: Cia. Das Letras; São Paulo, 1993.

DIAMOND Jared. **Armas, Germes e Aço**. São Paulo e Rio de Janeiro, Record, 2001, p.210.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec Nupaub, 2008.

DEL PRIORE, Mary e VENANCIO Renato (Org.). **Uma História da Vida Rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e Preservação Ambiental: Os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 1997.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 13 de 15



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





DRUMMOND, José Augusto (org)... [et al]. **História Ambiental: Natureza, sociedade, fronteiras.** vol. 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2020.

DRUMMOND, José Augusto. Por que estudar a História do Brasil? - ensaio temático. **Varia História.** Brasília, p. 13-32, 2002.

FRANCO, José Luiz Andrade (org)... [et al]. **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala.** Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1981

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos.** São Paulo: Ed. Global, 2004.

HOLANDA, S.B. de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e Fronteiras.** Rio de Janeiro: Livraria Olympio, 1957

MAXWEL, K. **Marquês de Pombal. Paradoxo do iluminismo.** Tradução: Antonio de Pádua. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MENDONÇA, M. C. de. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Conselho Federal de Cultura, 1972.

PÁDUA, José Augusto. **As Bases Teóricas da História Ambiental.** Estudos Avançados, v. 24, n. 68, p. 81- 101, 2010.

PIRES, Bianca Salles... [et al]. **Educação Ambiental: conceitos e práticas na gestão ambiental pública.** Rio de Janeiro: INEA, 2014.

REIS, C. B. **O Marquês de Pombal e o Outro Lado da História.** Rio de Janeiro: Altiva Gráfica, 2000

SANTOS DE MORAES, E. M. A. **A Viagem Philosophica: O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e a paisagem brasileira do século XVIII.** Dissertação de mestrado



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, 2001. 359 páginas.

THOMAS, Keith. **O homem e o Mundo Natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil (1971 – 1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: **ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**, 15., 1991, Caxambu, Resumos, Minas Gerais, 1991. Disponível em: <http://www.mov.%20ambientalistas1.htm>. Acesso em: 22 mar. 2004.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 15 de 15



**A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ NA PANDEMIA À LUZ DOS
CONCEITOS EMANCIPATÓRIOS.**

Mariah Clara Guimarães Freitas - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Paranaguá, guimaraesmariah1@gmail.com

Mary Sylvia Miguel Falcão - Orientadora
Unespar/*Campus* Paranaguá, mayfalcai@gmail.com

Modalidade: Pesquisa
PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

Compreendendo que o mundo enfrentou entre os de 2020 a 2021, uma das maiores catástrofes na saúde mundial, provocada pelo contágio pelo COVID-19. Embora esse cenário tenha afetado a saúde de milhões de pessoas ao redor do mundo, ela se manifestou em todos os campos das relações humanas. De acordo com Paludo (2020, p. 45), no Brasil o impacto se deu em diversas “áreas e aspectos da vida social. Da crise sanitária até a crise econômica, no Brasil e no mundo, se torna difícil apontar espaços e relações sociais que não sofreram alguma mudança com a pandemia”.

O impacto da pandemia nas escolas brasileiras foi abordado na pesquisa, questionou-se a importância da participação da família no processo de ensino aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos nesse momento, indagando até que ponto nesse período, a participação dos pais/responsáveis apresentou alguma alteração na relação com a escola. A questão que norteou o estudo visou compreender até que ponto a pandemia, tendo exigido mais atenção dos pais em relação aos conteúdos escolares na vida dos filhos contribuiu para alterar o conceito de participação visto como princípio da gestão democrática. Para isso, as perguntas que nortearam a pesquisa foram: Os pais participavam da gestão escolar antes da pandemia? Quais os instrumentos de gestão utilizados para isso? Qual a influência da pandemia na participação dos pais? Importou entender quais foram os instrumentos de gestão



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

criados para garantir as mediações entre escola e pais. E ainda, indagar sobre as formas de participação elaboradas nesse período. As concepções apresentadas pelos sujeitos da pesquisa foram cotejadas com os princípios da gestão democrática.

A par de que as reflexões acerca das vivências que ocorreram nas escolas nesse período, ainda estão sendo construídas e analisada devido à proximidade temporal dos fatos. Para essa tarefa, o instrumento de coleta de dados elaborado foi questionário aberto que de acordo com Mattar (1994), estimulam a cooperação dos pesquisados, tem menor influência sobre os sujeitos pesquisados tem menor força para influenciar as perguntas com alternativas previamente estabelecidas, pois elas apresentam comentários, explicações esclarecimentos significativos para se interpretar e analisar as perguntas com respostas fechadas. O instrumento buscou contemplar a visão dos sujeitos sobre a participação dos pais ou responsáveis em três momentos, a saber: antes, durante e após, com a intenção de confrontar essas manifestações com a realidade pandêmica.

Compreende-se que o impacto promovido pela pandemia incidiu de modo geral sobre todo o âmbito social. Na educação pais tiveram que arcar com a mediação da aprendizagem dos filhos devido o distanciamento social provocado pela pandemia. Fato que impactou as tarefas desses sujeitos quer pela ausência de tempo, quer pela precariedade de formação necessária para dar suporte aos filhos no processo de aprendizagem, além do acesso aos recursos tecnológicos exigidos para esse período. (INEP, 2022) Assim, pondera-se que a pandemia impôs atribuições importantes aos pais/responsáveis no que se refere à apropriação do conhecimento das crianças dos filhos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA VIDA ESCOLAR DOS FILHOS

A participação dos pais na vida escolar dos filhos é um tema estudado recorrentemente por vários pesquisadores (Lima, 2002), (Freire, 2002), (Bordignone, Gracindo, 2000), (Falcão, 2011), (Paro, 2016, 2011). Para dar conta dessa demanda eles recorrem ao conceito de gestão democrática. Como possibilidade desses sujeitos como princípio que se consubstancia pela autonomia e participação que visa, em última

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 2 de 23



instância, a democratização da sociedade e controle social sobre as políticas públicas de governo.

A família, como primeiro espaço de partilha cultural entre sujeitos em que a criança está desde sua tenra idade, já a escola se configura como um segundo espaço socialização do saber sistematizado. É nessa relação que se torna necessário refletir sobre a participação na gestão, é preciso que haja a partilha do poder de em relação uma cultura que leve em conta a relevância do conhecimento. Em outras palavras,

Se assim é, e se considera importante o desenvolvimento de hábitos de estudo, parece que o seio da família deveria ser considerado como um local privilegiado para se desenvolver a iniciação desses hábitos, mesmo antes de a criança começar a freqüentar (sic) a escola. Isto deve servir de importante argumento em favor da defesa de medidas que visem a uma maior apreensão, por parte dos pais, da importância do conhecimento. Se isto é desenvolvido como valor no seio da família, terá força muito maior do que quando desenvolvido na escola apenas (Paro, 2000, p. 26).

Além desses apontamentos, apresentarem caminhos para a necessidade da participação dos pais, o autor oferece ainda elementos par compreender que a participação não está limitada exclusivamente à vontade individual. Existem segundo Paro (2016) os condicionantes da participação dos pais na escola que devem ser refletidos diligentemente, a fim de que se possa ter um entendimento entre as partes constituintes da escola. São eles: os condicionantes econômico-sociais, condicionantes culturais e condicionantes institucionais.

Sobre os condicionantes econômico-sociais, segundo o autor se refere às condições materiais da população atendida nas escolas públicas e suas vontades diversas. Esse ponto reflete na realidade vivida por muitos brasileiros com trabalhos desgastantes que no fim de seus dias estão extenuados, sobrando-lhes apenas tempo para o descanso quando o podem ter, já que muitas mulheres que trabalham fora, por exemplo, tem triplas jornadas de trabalho. Assim, os pais lutam com “dificuldades de toda natureza para sua sobrevivência sem condições até psicológicas para pensar nos problemas do ensino escolar” (Paro, 2016, p. 68). Este condicionante transpassa o poder da escola, já que tem fundo social. Não obstante, a escola não deve estar de braços cruzados, mas trabalhando para diminuir as implicações na participação da escola.



O segundo, condicionante é o cultural que correspondem às visões dos pais no que diz respeito à participação. Mesmo que os pais pensem dos conhecimentos socializados na escola como valiosos, nem todos percebem a relação entre isso e a importância de participar da escola pública. Muitos dos pais se sentem intimidados pela falta de conhecimento dos conteúdos escolares, levando-os a não se fazerem presentes de forma direta ou indireta na escola (Paro, 2016). Este constrangimento, ainda é atual e deve dar lugar a uma nova perspectiva de escola, na qual o acolhimento desses sujeitos seja maior.

Já o terceiro condicionante é o institucional. Ele é caracterizado pelos “mecanismos coletivos, institucionalizados ou não, presentes em seu ambiente social mais próximo” (Paro, 2016, p. 67). Ou seja, uma estrutura para que a escola funcione, baseada também na legislação vigente, construídas de acordo com a gestão. Neste condicionante se percebe a relação gestão-comunidade claramente devido as regras criadas assim como a receptividade das mesmas.

Esses conceitos, contudo, só serão possíveis na medida em que a escola esteja em contato com a sua comunidade, tendo as portas abertas a ela, para que possa perceber as dificuldades e possibilidades da gestão coletiva. Somente com essa aproximação da comunidade escolar em diálogo se pode vislumbrar uma educação democrática. Essa relação família-escola pode ser compreendida de dois modos, segundo Resende e Silva (2016), tal distinção pode auxiliar na apreensão sobre a participação dos pais na escola, as autoras identificam na relação família-escola, duas vertentes – a escola e o lar – e duas dimensões de atuação – a individual e a coletiva.

A primeira vertente (“escola”) inclui todas as atividades realizadas pelos pais na instituição de ensino, tais como reuniões, conversas, participação em eventos e em órgãos de gestão, etc. Segundo o autor, essa é a face mais visível da relação família-escola, que tende a ser identificada apenas com tais atividades. Entretanto, Silva lembra que fazem parte também dessa relação todas as ações desempenhadas em casa pelo aluno e/ou por seus responsáveis, relacionadas com a escola – as quais comporiam, então, a vertente “lar”: realização e acompanhamento dos deveres de casa, apoios e incentivos de diversas ordens, etc. Neste trabalho, a ênfase recairá sobre a “vertente escola”, já que é sobre ela que incide a regulamentação legal. (2016, p. 34)

Compreendido dessa forma, a aproximação da escola e pais é de extrema importância, já que segundo Paro (2016) a educação é pensada como relação social onde se



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

aprende aquilo que socialmente foi construído não se pode dizer que é ético que ele esteja sendo compartilhado com apenas alguns poucos indivíduos. Isso só aumenta quando se pensa na democracia já que somente com a transformação das pessoas podemos vislumbrar uma transformação social (Paro, 2016). Para tal é necessário uma humildade por parte da escola e dos pais, que virá normalmente ao encontro da realidade que são seres inacabados, inconclusos e que, por tal, podem melhorar ou piorar de acordo com suas escolhas e também afetam a vidas dos seus próximos e que dispõem de responsabilidade na questão.

É evidente que a corresponsabilidade entre a família e o Estado tem firmamento na legislação (CF de 1988, ECA) nos quais ela é considerada uma atribuição compartilhada buscando assim o melhor desenvolvimento dos sujeitos. O debate da primazia dos pais na educação de seus filhos, segundo Saviani (1997), foi um ponto para a transposição dos termos neste documento. Mas que tipo de participação estamos falando? Essa união tem alguns níveis, como apontado por Resende e Silva (2016, p. 34):

O primeiro patamar é o de “mera recepção de informação”. Nesse patamar, os pais limitam-se a receber e responder comunicados, telefonemas e bilhetes da escola, podendo acompanhar os filhos também em casa, mas mantendo-se distantes do estabelecimento escolar e visitando-o somente quando solicitados ou em ocasiões festivas. O segundo patamar é caracterizado pela “presença nos órgãos de gestão da escola”, sendo os pais entendidos como “parceiros menores da administração da instituição escolar” (LIMA, 2002, p. 147). Já no terceiro patamar, os pais apresentam um envolvimento direto na vida da sala de aula, sendo “encarados como parceiros activos (sic), participantes na concepção, planificação, execução e avaliação de áreas importantes do currículo” (Lima, 2002, p. 148).

As autoras contribuem para que se compreenda que a participação é um tema com uma ampla gama de compreensões no espaço educacional, sendo importante para revelar de qual ou quais desses significados se aplicam a fala dos depoentes. Já que uma participação receptora de mensagens por parte dos professores (as) difere de uma participação com poder de escolha baseada no diálogo da instituição para com os pais.

A corresponsabilidade entre pais e escola na educação das crianças vem da compreensão de que somente por meio da ação dos sujeitos se pode garantir o direito e a autonomia. Segundo Paro (2000) é preciso que se veja este elo escola/família tendo como pilar o conceito de educação como uma atividade social, que tem fim de fazer com que os conhecimentos ali presentes sejam compartilhados e desenvolvidos por todos os sujeitos. A importância da participação dos pais na gestão da escola é relevante na medida em que se

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 5 de 23



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

busca compreender como as escolas compreendem e elaboram suas práticas de gestão, em especial, interessa a esse estudo saber como elas se deram no período da pandemia, sendo assim, passa-se a examinar esse contexto no município de Paranaguá.

A PANDEMIA, EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – PR

Após três meses desde o primeiro registro na China de março de 2020, a OMS declarou estado de pandemia do novo coronavírus, a partir da constatação da disseminação a nível mundial do Corona Vírus- Covid-19. A partir desse alerta, em março de 2020, estados e municípios começaram a adotar medidas e políticas de isolamento e distanciamento social para conter e reduzir as taxas de contágio, situação que impactou a vida da população. Em agosto de 2020, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) publicaram no documento “Retratos da Educação no Contexto da Pandemia do Coronavírus: Perspectivas em Diálogo” que apresentou os resultados de estudos com o objetivo de levantar informações a respeito da conjuntura educacional brasileira, a partir de dados levantados junto às 27 secretarias estaduais (100% do universo) e a 3.978 secretarias municipais (71% do universo). Os resultados demonstraram que

[...] já na semana de 24 de março, 20, das 21 secretarias estaduais de educação (78% do universo) haviam emitido normativas sobre o fechamento das escolas por conta da pandemia. Na mesma condição encontravam-se 84% das 3.011 municipais que responderam à pesquisa, correspondentes a pouco mais da metade 55% dos 5.570 municípios do país. Dentre as 20 redes estaduais que responderam à pesquisa e haviam emitido normativas: 40% implementou a suspensão das aulas, 40% promoveu o adiantamento de férias/períodos de recesso. 20% havia disponibilizado atividades não presenciais para o cumprimento da carga horária letiva. Quanto às 2.520 redes municipais participantes do estudo que haviam emitido normativas: 63% implementou a suspensão das aulas, 27% promoveu o adiantamento de férias/períodos de recesso. 8% havia disponibilizado atividades não presenciais para o cumprimento da carga horária letiva. 1% apresentou outras situações. (UNDIME/CONSED, 2020, p. 12-13).

Dentre esses municípios brasileiros, Paranaguá- PR, também teve que lidar com os impactos da pandemia na educação. O município fica localizado no litoral do Paraná, possui aproximadamente 157.378 mil habitantes tem 14.116 alunos matriculados na educação básica e 1153 professores distribuídos em 73 unidades de ensino.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





A partir da legislação produzida em nível nacional, o município de Paranaguá- PR, em acordo com o Plano de Contingência Nacional, editou o Decreto nº 1.909/2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo Coronavírus - Covid-19 no município. Dentre as medidas tomadas pela prefeitura estava a suspensão das aulas na Rede Municipal de Ensino pelo prazo de 15 dias, sendo prorrogada por tempo indeterminado por meio do Decreto nº 1954/2020. (Paranaguá, 2020).

De acordo com Xavier (2023) a partir da suspensão das aulas no município, em março foi publicada a Instrução Normativa nº 04/2020, que dispõe sobre as normas excepcionais do calendário escolar para o ano letivo de 2020. Essa instrução teve o caráter de retomar as atividades pedagógicas de modo remoto no Ensino Fundamental e EJA. Já na educação infantil a retomada das aulas em modo remoto se deu a partir de julho de 2020, firmadas pela Instrução Normativa nº 05/2020, (Paranaguá, 2020). Com a anuência do Conselho Municipal de Educação de Paranaguá, foi editada a Deliberação nº 01/2020, a qual regulamenta normas excepcionais sobre atividades pedagógicas não presenciais para reorganização e cumprimento do calendário do ano letivo de 2020 da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para o Sistema Municipal de Educação de Paranaguá, em decorrência da legislação específica sobre a pandemia. (COMED, 2020).

Para atender a legislação a Secretaria Municipal de Educação Integral (SEMEDI) editou a instrução normativa n.º 06/2020, orientando às instituições educacionais municipais e aos profissionais do quadro do magistério, medidas para o acompanhamento das atividades pedagógicas não presenciais propostas. As escolas foram orientadas a organizarem o procedimento de busca ativa prevendo a possibilidade de que estudantes pudessem abandonar os estudos. (Xavier, 2023)

As normas estabelecidas para a avaliação contemplavam “as devolutivas dos pais, mães ou responsáveis deveriam ser mensuradas na intencionalidade de registrar o desempenho alcançado pelos estudantes ao longo do período de excepcionalidade”(Xavier, 2023, p 41). Observa-se aqui que a intenção foi consultar as famílias sobre o desempenho dos alunos. Na Instrução Normativa nº 02/2021 o foco avaliativo prioritário deveria ser nos objetivos de aprendizagem, definidos pelas instituições no currículo emergencial de 2020,



inserindo os objetivos de aprendizagem para o ano letivo de 2021 de acordo com a possibilidade de cada turma. (Paranaguá, 2021).

Analisando a pesquisa de Xavier (2023) pode-se observar que o município teve que lidar não diferente dos demais municípios brasileiros, com os impactos da pandemia. A normativas editadas pela Secretaria Municipal de Paranaguá evidenciaram a importância da participação dos filhos na trajetória escolar dos filhos. Fato esse que determina uma análise nas escolas, de modo observar como elas se manifestaram em relação à participação dos pais nesse momento.

A pesquisa de campo se deu no município de Paranaguá buscando o conceito de participação dos sujeitos da escola, antes durante a pandemia. As escolas pesquisadas serão resguardadas em seus nomes, assim como os dos depoentes, todavia com intuito de melhor explanação dos resultados será feita uma caracterização das mesmas. Todas as escolas em que a pesquisa foi aplicada fazem parte da rede pública municipal do município de Paranaguá.

A ESCOLA I é localizada em um bairro residencial, mas também apresenta comércio próximo. Foi fundada em 1988 para atender à solicitação da comunidade por uma instituição escolar na localidade, sendo a primeira ali construída. Atende nos períodos matutino e vespertino, tendo também a opção do integral. Com equipe docente de 36 professores no total, sendo que 25 deles trabalham com os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (PPP da escola I, 2022)

A ESCOLA II está localizada em um bairro periférico, anteriormente chamado de “mutirão”, já que a maioria das casas eram construídas em terrenos ainda não legalizados. A escola possui quatorze turmas de ensino regular pela manhã e quatorze à tarde. Tem um total de 53 professores que atendem 515 alunos. (PPP da ESCOLA II, 2022) E a ESCOLA III fica localizada na região central da cidade Atende alunos moradores da região central e de bairros das adjacências (Costeira, Ilha dos Valadares e alguns que moram em bairros distantes. A escola atende 264 alunos e um total de 74 professores. (PPP da ESCOLA III, 2022). Nestas escolas foram pesquisados 18 sujeitos: 2 professores, 2 pais e 1 gestor de em cada uma delas.



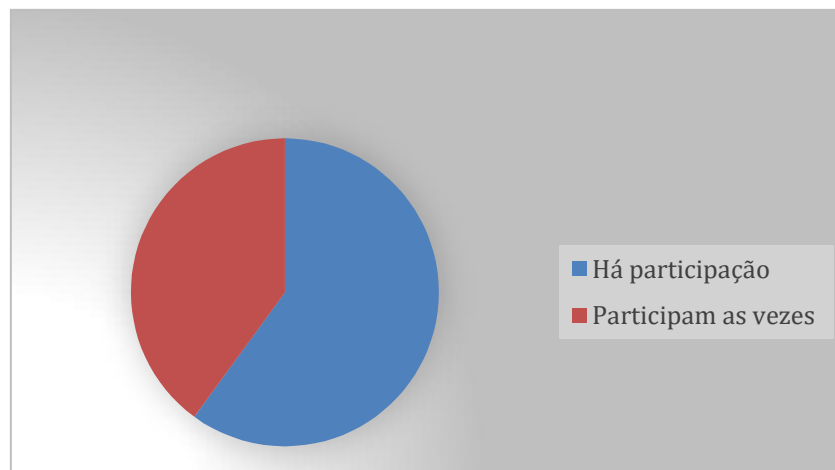
Em relação aos pais as idades eles estão entre mínima de 26 anos à máxima de 48 anos. Já os professores a idade varia entre mínima 37 anos e máxima de 56 anos. E os gestores variam entre 35 anos à 44 anos. A escolaridade dos pais variam entre Anos Finais do Ensino Fundamental à Ensino Superior Completo. Já os gestores e professores tem formação superior, com uma delas cursando o mestrado. Em relação a autodeclaração de raça, seis se identificaram como branco, dois se identificaram como morenos, 1 como pardo e alguns não se autodeclararam. Os sujeitos serão nomeados de forma numérica de modo preservar a identidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A VISÃO DOS SUJEITOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS ANTES DA PANDEMIA

Na pesquisa um das questões apresentadas aos sujeitos foi questionar se os pais participavam da gestão pedagógica das escolas antes da pandemia, como se pode ver no gráfico n° 1:

Gráfico 1- Manifestação da participação dos pais antes da pandemia



Fonte: Gráfico elaborado para esse estudo, 2023

Tanto os pais quanto a equipe da escola apontam que houve participação dos pais, 60% informam que os pais participam e 40% que participam às vezes. Não houve manifestação dos sujeitos sobre a não participação. Embora nenhum dos sujeitos da pesquisa não revelarem que as vezes participam, quando indagados sobre os motivos que



impedem a participação eles apresentam as seguintes afirmações, como se pode ver no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Motivos alegados para a não participação na visão dos sujeitos



Fonte: Gráfico elaborado para esse estudo, 2023

Os dados demonstram que 39% dos sujeitos entrevistados alegam que não participação, se deve ao acúmulo de trabalho por 39%, 31% afirmaram que se deve à incompatibilidade de horários entre a escola e os pais, os outros motivos não chegaram a porcentagens que superassem 15%, sendo eles a falta de oportunidades organizadas pela escola e o distanciamento da família com a escola.

Esses dilemas foram trazidos na literatura de Paro (2016) ao dividir em diferentes condicionantes, sendo que aqui mais claramente são expressos os Condicionante Institucional e os Condicionantes Econômicos Sociais. Com simples ajustes, acordados dialogicamente entre escola e pais, poderia se possibilitar maior participação no que tange a incompatibilidade de horários. Já o acúmulo do trabalho, apesar de ser um problema social, Paro (2016) afirma que a escola não pode ficar inerte a essa questão e deve buscar formas de dialogar essa situação, buscando formas de atenuar as implicações na escola. Entretanto é nas formas de participação que se pode aquilatar a visão dos sujeitos sobre a participação, como exposto no gráfico nº 3:

Gráfico 3 - Formas de participação dos pais antes da pandemia



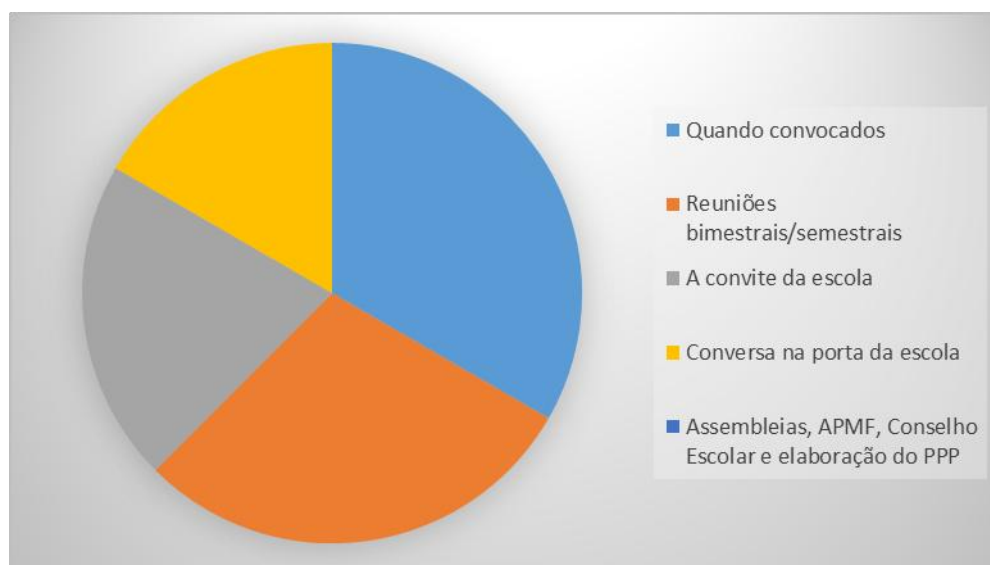
SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023



Fonte: Gráfico elaborado para esse estudo, 2023

Em todas as escolas pesquisadas, 33% dos entrevistados afirmam que os pais participam quando convocados. 29% afirmam que os pais participam em reuniões bimestrais/semestrais e 21% afirma que eles participam a convite da escola, ou seja, essas participações são determinadas pela escola. Chama a atenção que o item, conversas na porta da escola aparece como participação dos pais, na visão de 17% dos sujeitos. Os entrevistados demonstram um tipo de participação na qual há somente repasse de informações aos pais. Isso indica que essas são participações individuais que não atendem ao conceito de participação democrática, vinculando-se um tipo de participação na qual esses sujeitos são tratados como receptores de informações (Resende, Silva, 2016). De acordo com Lima (2014) chama a atenção para o hibridismo das práticas de gestão nas gestões neoliberais nas quais levam os sujeitos a se afastar dos valores democráticos, isso porque, segundo o autor a gestão democrática é em si um ato político revolucionário. Tanto é que nenhum dos sujeitos pesquisados citou como forma de participação as assembleias, Associação de Pais e Mestres (APMF) ou no Conselho Escolar que em tese são os espaços coletivos de participação dos pais, bem como a elaboração dos PPP nas escolas. Percebe-se que a participação não se dá como uma possibilidade de parceria ativa nas tomadas de decisões. O uso de instrumentos de gestão, não ocorre, potencialmente daí o fato de se

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 11 de 23



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





inferir que não ocorrendo esse modo de participação, não há gestão democrática. (Soares, 2013), (Resende, Silva, 2016). Observa-se o conflito entre as afirmações dos sujeitos.

Quando perguntados se a gestão, orienta formas para ampliar a participação dos pais na escola, as respostas se deram da seguinte forma:

Os pais três mães afirmaram que não existem recomendações da gestão referente ao tema. Outros dois responderam que existem recomendações, entretanto não salientou quais eram, segundo ele a diretora adverte afirma sempre que *quem participa da vida da criança e rendimento é melhor na escola*; Outra mãe responde que *existem orientações de atendimento aos pais nos horários de hora atividade do professor; reuniões regularmente; conversas e recados via Whatsapp*; a terceira também diz que as orientações existem da seguinte forma: *uma fala, uma cartinha, a cada ciclo de entrega a equipe escolar estava pronta a envolver os responsáveis na melhoria da educação*. Fica evidente que nenhum dos pais afirmam ter participado em nenhum espaços de gestão coletiva, as afirmações incidem numa relação formal, na qual os pais não compreendem o seu papel. Já os professores alegam que *há orientações da gestão sobre o assunto que a escola sempre está aberta para atendimento aos pais, com reuniões periódicas promovendo, sempre que possível, eventos escolares*. Outra informa que a escola promove *reuniões com os pais falando sobre a importância da participação dos pais na vida escolar do aluno*. Mais uma das pesquisadas informou que existem recomendações e que elas visam *aproximar a família à escola, estarem mais presentes quanto ao acompanhamento do processo de ensino aprendizagem das crianças*. Entretanto não diz quais são. Em relação aos gestores acreditam que as recomendações para ampliar a participação dos pais podem ser feitas por meio de *convocação dos pais; Reunião geral, avisos em grupos de Whatsapp; acolhimento no portão de entrada; reuniões com a equipe pedagógica agendadas; conversa no Whatsapp com os pais para dúvidas rápidas*. E reafirma ainda que *temos uma relação boa de participação dos pais em nossa escola*. (Questionário elaborado para esse estudo, 2023).

Pode-se observar mesmo nas falas que expressam compromisso com a ampliação da participação dos pais, demonstram que as iniciativas apontadas não são suficientes, ora porque elas se dão numa relação vertical, ora por que os sujeitos não tem um conceito de participação definido o que leva a mistificação da prática que:



corre o risco de cristalização enquanto categoria pretensamente democrática e legitimadora, já relativamente desconectada de possíveis realizações efetivamente democráticas em termos de governo das escolas, transformando-se num *slogan*, num lugar-comum que todos invocam sem consequências de maior, mesmo quando a definição dominante de gestão democrática possa revelar a sua eventual desvitalização, ou erosão, a subordinação perante a heteronomia e não o exercício da autonomia, ou uma concretização marcada por muita gestão (técnico-instrumental) para pouca democracia (substantiva). (Lima. 2014)

Ao questionar os sujeitos sobre os instrumentos de gestão utilizados para ampliar os canais de participação antes da pandemia, o item (APMF, elaboração de Projeto Político Pedagógico, Conselho Escolar, Assembleias Geral) não apareceu como opção nas manifestação dos pesquisados. Isso leva a crer que há um esvaziamento desses espaços de gestão democrática. Em todas as escolas pesquisadas, aproximadamente 33% das respostas expressas foram a participação dos pais quando convocados, seguida de cerca de 29% que participam em reuniões bimestrais/semestrais e 21% participam a convite da escola, ou seja, participações determinadas pela escola. Chama a atenção que “conversa na porta da escola” foi definida como forma de participação por 17% entrevistados.

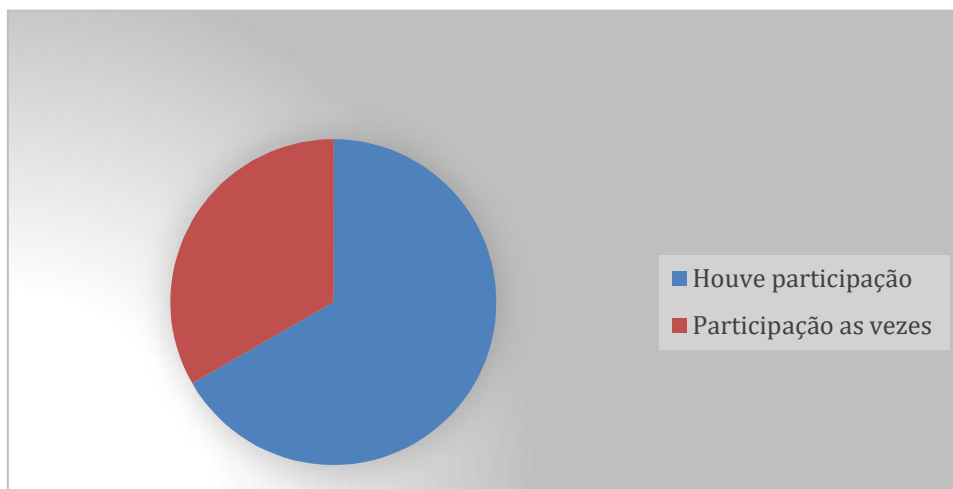
Como se pode observar os dados, referentes às formas de participação, exibem práticas de gestão que não consideram o sentido social da educação como um processo democrático de participação no espaço educacional, uma vez definida como um poder de escolha, no limite da decisão (Paro, 2016). Esses dados chama a atenção para analisar o conceito de participação que as escolas elaboram, pois ele demonstra “o processos de erosão democrática e, mesmo, de crítica a partir de referenciais gestionários e eficientistas”. (Lima, 2014, p. 1070)

A VISÃO DOS SUJEITOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS DURANTE A PANDEMIA

Essa realidade sofreu uma mudança súbita, assim como a realidade de todos os envolvidos ao início de uma pandemia de Covid-19, que trouxe várias mudanças pelo mundo, inclusive na educação. Nessa pesquisa buscou-se analisar como e as formas pelas quais os pais participaram da vida escolar dos filhos durante a pandemia em processo de colaboração ativa com a escola



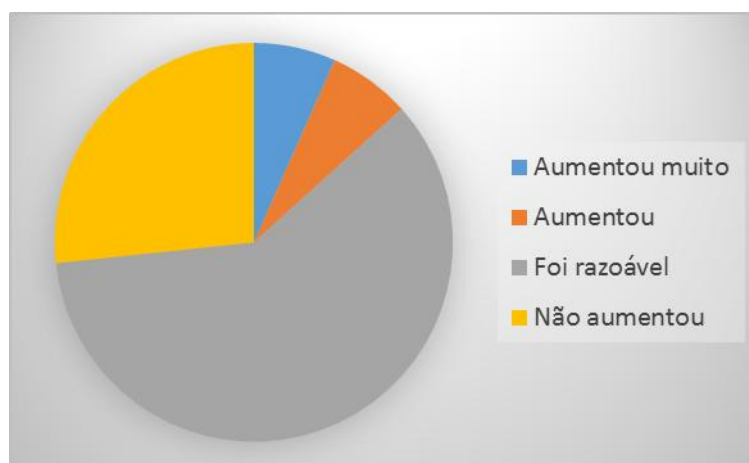
Gráfico 4 – Manifestação de participação dos pais durante a pandemia



Fonte: Gráfico elaborado para esse estudo, 2023.

Sobre a participação no período pandêmico foi levantado nas respostas uma concepção de que houve participação dos pais por 67% dos sujeitos, já 33% apontam que houve participação às vezes. Não houve demonstração de não participação dos pais. Entretanto, há que se questionar a compreensão que os sujeitos tem da participação.

Gráfico 5 – Alterações na participação dos pais durante a pandemia



Fonte: Gráfico elaborado para esse estudo, 2023

Os dados demonstram que na visão dos sujeitos 60% acreditam que ela foi razoável, 27% que não aumentou, 7% que aumentou e 6% aumentou muito. Entretanto, vale observar

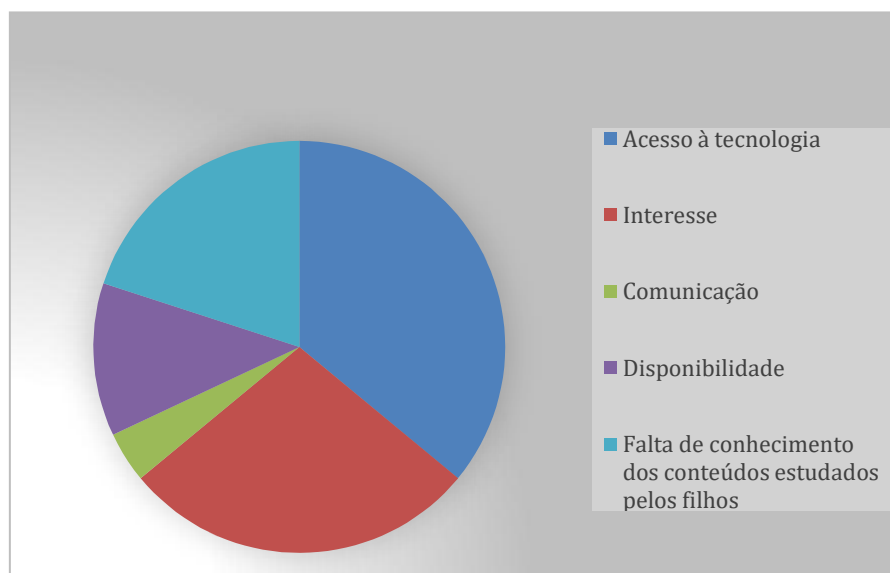


que o conceito de participação que os sujeitos elaboram se reduz ao contato pessoal com a escola.

Quando questionados o porquê das respostas acerca das alterações na participação durante a pandemia houveram respostas que reiteram a participação como atos praticados individualmente, não sendo estratégias guiada pela gestão da escola. Por exemplo, as pessoas que responderam sobre terem aumentado trazem uma visão onde a compreensão de participação apresentada passa pela experiência pessoal de aprendizado na relação com o filho. Distanciando-se da concepção de gestão democrática como ato social, em que não se tem possibilidade de fazer só. Visto que não há democracia sem a compreensão da responsabilidade de decisão e diálogo em comunidade que se opõe a “uma regulação burocrática que visa produzir na escola uma participação consentida, tímida e despolitizada” (Arroyo, 2008 *apud*. Falcão, 2011, p. 33).

Em relação às dificuldade apresentadas para a participação dos pais na pandemia o gráfico 6 aponta os seguintes motivos:

Gráfico 6 – Dificuldades apresentadas em relação a participação durante a pandemia



Fonte: Gráfico elaborado para esse estudo, 2023

É necessário citar que o uso das tecnologias como meio de contato entre família e escola no período de distanciamento social, marcou a desigualdades sociais demonstradas



pelo acesso. 36% dos pais apontou esse item como a maior dificuldades em relação a participação dos pais. 28% dos professores apontam que as dificuldades partia do interesse na participação, 20% apontam a falta de conhecimento dos conteúdos estudados pelos filhos, 12% alegam a falta de disponibilidade e 4% afirmam que a comunicação foi um dos problemas.

Para os pais sem acesso às tecnologias da informação a escola ofertou materiais impressos. Entretanto tecnológicos necessários e de redes de internet que possibilitassem as aulas no modo remoto. Em sua resposta um dos gestores trouxe a sua experiência de que houve a necessidade da gestão possibilitar encontros - com o devido distanciamento social - para que algumas atividades impressas pudessem ser disponibilizadas para aqueles que não tinham acesso a elas pelas tecnologias de comunicação. Entretanto, famílias que tinham um celular ou computador e tinham mais de um filho estudando, foram situações que apareceram, não sendo considerados casos isolados (Inep, 2022).

Esse problema enteve presente em todas as escolas, a dificuldade de acesso à tecnologia. A desigualdade social refletiu também no acesso aos materiais necessários para as aulas *online*. Também foram alegados problemas como a falta de interesse dos pais em acompanhar a vida escolar de seus filhos, sem atribuir a devida relevância a mesma na formação integral das crianças. Esses fatores já haviam sido expressos em Vieira e Ricci (2020) ao resumirem as dificuldades percebidas, não a um problema de um tempo específico, mas evidenciação de desigualdades que demarcam a sociedade. Observando que tratam como problema a disponibilidade dos pais, os sujeitos percebem que, por diversas ocasiões e intempéries, existe impasses nesse tipo de participação. Segundo os professores, mesmo que os pais pudessem, eles não se fariam presentes. Vale lembrar que o afastamento dos pais não se deu pela pandemia, neste estudo ele foi observados no levantamento feito sobre a participação e suas formas antes da pandemia, que demonstrou que o afastamento dos pais não foi causado pela pandemia, ela foi evidenciada nesse período devido á falta da mediação da escola em função do afastamento social.

Outro fato relevante foi que a visão dos professores e dois pais manifesta a lacuna entre a escola e a família, uma vez que se evidenciou que a falta de conhecimento dos pais

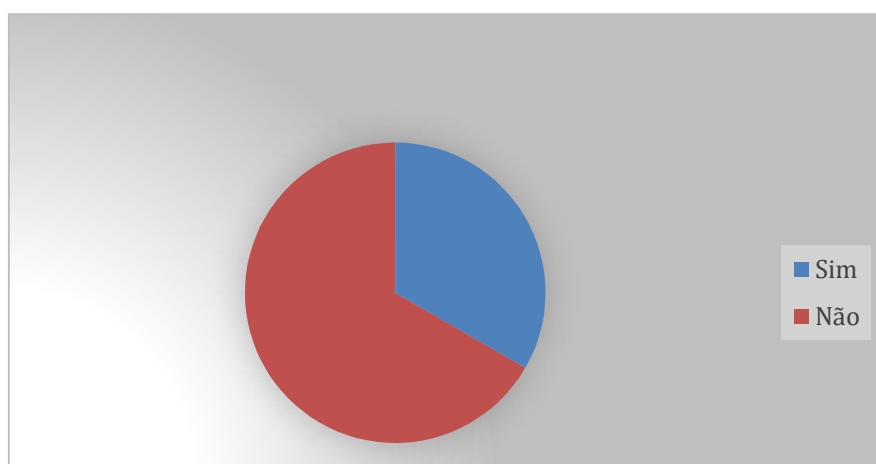


sobre os conteúdos estudados pelos filhos aparece como um problema, chama-se a atenção para o fato da escola poder contribuir com essa lacuna por meio da gestão democrática. Isso correu, pois com a falta dos professores na maneira presencial fez com que os pais tivessem que intermediar o conhecimento com seus filhos, que de certa, forma evidencia a importância dos professores como mediadores do conhecimento. Assim pode resumir as dificuldades desigualdades percebidas, não a um problema de um tempo específico, mas evidenciação de desigualdades que demarcam a sociedade. Já que

enquanto algumas crianças têm acesso à tecnologias de ponta, possuem acesso ilimitado à internet e recebem em casa o apoio dos pais/responsáveis, tantas outras ficam à margem deste processo, seja pela falta de equipamento tecnológico adequado em casa, seja pelo fato de os responsáveis dedicarem-se à outras preocupações, seja por estes não terem a formação escolar adequada para orientá-los em relação à realização das atividades ou, ainda, por situações de extrema pobreza e vulnerabilidade social. (Vieira, Ricci, p. 3, 2020)

Frente a essas dificuldades percebidas, foram questionadas as formas de participação, assim como se elas foram suficientes para ampliara a participação dos pais, como poderemos ver a seguir.

Gráfico 7 – As formas de participação contribuíram para aproximar os pais da escola durante a pandemia



Fonte: Gráfico elaborado para esse estudo, 2023



A Observa-se que para os sujeitos da escola a estratégia de aproximação família e escola das escola não deram conta de atender as expectativa, pois 67% dos sujeitos não somente 35% deles crêm terem sido suficiente.

As manifestação dos sujeitos se deram em relação a falta de devolutiva das atividades enviadas aos pelos pais via WhatsApp e as retiradas quinzenais de atividades domiciliares além da dificuldade apontadas pelos pais advindas *“da falta de conteúdo diversificado que permitisse que ele compreendesse as atividades escolares dos filhos.* (Pai Escola II) Entretanto houve manifestações dos gestores que acreditavam que as formas de aproximação foram suficiente porque *havia várias opções de contato tendo atendimentos virtuais, telefonemas, comunicação no portão da escola entre outros.* (Gestora escola II)

Explicitando a busca das escolas de manterem contato com as famílias para que não houvesse evasão por conta de todas as dificuldades próprias do período. Após as manifestações se as formas de aproximação com a escola contribuíram para aproximar pais e escola questionou-se em relação. No gráfico a seguir pode se observar as estratégias para aproximação das famílias com a escola.

Porém, as forma de participação dos pais que os sujeitos apresentam como suficiente são voltadas a recepção de informações sobre a vida escolar dos filhos ou uma aproximação dos pais ao espaço escolar para recebimento das atividades ou de conselhos referentes a educação dos seus filhos. Não é apontado nenhum diálogo sobre a gestão pedagógica da escola que abra espaço de convivência política, sem adotar um conceito de educação que possa superar a estrutura vigente, apresentando meios que não se adequam ao fim de produção de um homem histórico (Paro, 2011).

Gráfico 8 – Formas de participação criadas durante a pandemia



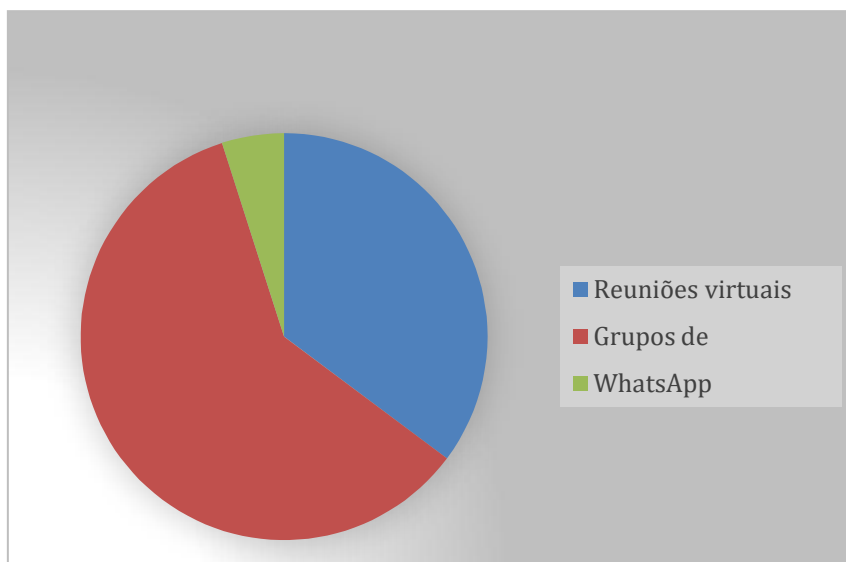
SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023



Fonte: Gráfico elaborado para esse estudo, 2023

As escolas apresentaram formas de participação parecidas com os grupos de WhatsApp foi de 60%, 35% por reuniões virtuais e 5% por meio das mídias digitais. Outras formas se evidenciaram, como o recebimento de leite, cesta básica, sendo considerados pelos sujeitos como participação, além da entrega de atividades quinzenais e comunicados no portão da escola. *Além disso, segundo uma das professoras tentava-se tratar da importância de olhar para a vida escolar das crianças.* (Professora Escola II)

Isso porque o processo de aprendizagem é coletivo, conta com a curiosidade mútua, com a liberdade e interação que as crianças precisam ter para aprender. A escola é muito mais do que aprender por si mesmo! Transcende a posição de espaço de aprendizagem: é uma comunidade onde os professores e alunos relacionam-se, interagem e aprendem mutuamente, por meio do contato pessoal, das experiências vivenciadas no coletivo, das confidências, do relacionamento. É fato que as crianças que têm bom relacionamento na escola, na sala de aula, inevitavelmente, aprendem melhor. Os professores sabem disso, e agora, isto está sendo comprovado por esta crise pandêmica. (Vieira, Ricci, 2020, p. 4)

As diversas visões dos sujeitos demonstram que o conceito de participação é “marcados pela miscigenação de elementos teóricos e conceituais distintos, mas também por concretizações históricas e político-educativas mais próximas, ou mais distantes, dos ideais democrático-participativos, não raramente remetendo para situações de marcado hibridismo” (Lima, 2014). Isso

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 19 de 23



demanda uma compreensão ética e política da gestão escolar. Sendo ela muito mais uma participação de “corpo presente”, em que a participação é entendida como um estar no espaço da escola ou, como no caso da pandemia, participar respondendo ou auxiliando nas atividades escolares. Se opondo a participação democrática a luz dos conceitos emancipatórios como compartilhamento de poder (Paro, 2016; Lima, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão democrática é espaço de luta na busca de poder de escolha do povo sobre as políticas do Estado por meio da radicalização da participação. Possibilitando, maior equidade aos indivíduos, por isso a pesquisa buscou analisar os dados obtidos sobre a visão dos sujeitos da escola, confrontados com conceitos emancipatórios.

Uma vez constatado pelos dados apresentados, a participação não se constituiu nas escolas pesquisadas a não ser de modo formal, que contrasta com as práticas exibidas nessas escolas a não houve participação nem antes, nem durante e nem depois da pandemia. Pois as práticas de gestão se dão de forma verticalizada nas quais os instrumentos de gestão passam a se dar por meio de informações da gestão por meio de reuniões e conversas na porta da escola, por exemplo, mas sem uma experiência real da tomada de decisões. Evidencia-se a falta de uma cultura da participação. Essa participação híbrida é esvaziada de ética e política e se baseia em uma experiência individual, sem refletir sobre a escola como totalidade. Participar é um compromisso ético, fundado no agir que se reflete nos sujeitos que tem o poder de escolha que orientará a convivência humana.

Todavia, há um distanciamento hegemônico, ou seja, um distanciamento que já faz parte de uma cultura das escolas com uma atitude de expectador que contempla o que ocorre, mas não atua frente ao seu contexto. Foi constatado que, mais que uma mudança no período pandêmico, se explicitou as já correntes desigualdades sociais que fazem com que a equidade desejada na educação brasileira não se efetue. Sendo que ainda é preciso o desenvolvimento de um conceito crítico e emancipatório da gestão democrática pela comunidade escolar que compreenda a importância da participação dos pais da gestão democrática como forma de partilha de poder.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDIGNON, G. GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. *In*: FERREIRA, N. S. C. AGUIAR, M. A. da S. (orgs.) (2000): Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. S. Paulo: Cortez, pp. 147-176.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ (COMED). Deliberação CEE/CP nº 01/20, aprovado em 31/03/2020. Instituição de regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná em decorrência da legislação específica sobre a pandemia causada pelo Novo Coronavírus – COVID - 19 e outras providências.

FALCÃO, Mary Sylvia Miguel. A gestão democrática dos recursos financeiros nas escolas do município de Dourados (MS) 2005-2008 / Mary Sylvia Miguel Falcão; orientação Rubens Barbosa de Camargo. São Paulo: s.n., 2011. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

INEP. Impactos da pandemia [recurso eletrônico] / Gustavo Henrique Moraes; Ana Elizabeth M. Albuquerque; Robson dos Santos (organizadores). – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022.

LIMA, Licínio C. A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Licínio C. A gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária? Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1067-1083, out.-dez., 2014.

LIMA, Licínio C. Organização Escolar e Democracia Radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola Pública. São Paulo: Cortez, 2002.

MATTAR, F.N. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise, 2a. ed. São Paulo: Atlas, 1994, v.2.

PALUDO, Elias Festa. Os desafios da docência em tempos de pandemia. Em Tese, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 44-53, jul/dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1806-5023. DOI: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2020v17n2p44>

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 21 de 23



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





PARANAGUÁ. Decreto nº 1934, de 30 de março de 2020. Regulamenta a Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, e o artigo 98 da Lei Complementar Municipal 68/2007. Paranaguá. Disponível em: <<https://www.paranagua.pr.gov.br/downloads/boletins/Decreto%201.934.pdf>. > Acesso em: 04 mar. 2023.

PARANAGUÁ. Normativa nº 4, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre as normas excepcionais do calendário escolar do ano letivo de 2020 para os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino do Município de Paranaguá. Disponível em: <<https://www.paranagua.pr.gov.br/Semedi/downloads/Instru%C3%A7%C3%A3o%2004%202020%20-%20Aprovada%20Oficial.pdf>.> Acesso em: 04 mar. 2023.

PARANAGUÁ. Normativa nº 05, de 07 de julho de 2020. Dispõe sobre as normas excepcionais para período de suspensão das aulas em razão da pandemia Covid-19 aos profissionais da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino do Município de Paranaguá. Paranaguá. Disponível em: <<https://www.paranagua.pr.gov.br/Semedi/downloads/Instru%C3%A7%C3%A3o%2005%202020%20-%20EI%20Ativ%20Remotas.pdf>> Acesso em: 04 mar. 2023.

PARO, Vitor Henrique. Crítica da estrutura da escola. São Paulo, Cortez, 2011.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da educação pública. São Paulo, Cortez, 2016.

PARO, Vitor Henrique. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. São Paulo, Xamã, 2000.

RESENDE, Tânia de Freitas. SILVA, Gisele Ferreira da. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online], v. 24, n. 90, p. 30-58, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000100002>> Acesso em: 11/01/ 2023.

SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 2. Ed. Campinas – SP: Autores Associados, 1997. (Coleção educação contemporânea).

SENKEVICS, Adriano Souza. BOF, Alvana Maria. Desigualdades educacionais na pandemia: análise das respostas das escolas brasileiras à suspensão das atividades presenciais em 2020. In: INEP. Impactos da pandemia [recurso eletrônico] / Gustavo Henrique Moraes; Ana Elizabeth M. Albuquerque; Robson dos Santos (organizadores). – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022, p. 173-209.

SOARES, Raquel Moreira Pinheiro. Instrumentos da gestão democrática na escola. Orientador (a): Jeanne Rodrigues. 2013. p.19. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Especialização em gestão escolar. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Educação - (FAE), Belo Horizonte. 2013.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

UNDIME/CONSED (Org). Retratos da Educação no Contexto da Pandemia do Coronavírus. Perspectivas em Diálogo. 2020.

VIEIRA, Leticia; RICCI, Maíke C.C. A educação em tempos de pandemia: soluções emergenciais pelo mundo. Observatório do Ensino Médico em Santa Catarina, 2020.

XAVIER, Tenile Cibele do Rocio. O território, a pandemia e a alfabetização nas turmas de 3º ano da rede municipal de Paranaguá. Matinho, 2023. 66 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - UFPR Universidade Federal do Paraná.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 23 de 23



O PERFIL DA MORTALIDADE EM GUARAQUEÇABA EM 1871 E 1872

Mariana Barbosa Pires (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Paranaguá, mahbar9@gmail.com

Joacir Navarro Borges - Orientador
Unespar/*Campus* Paranaguá, joacir.borges@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

A quinta comarca de São Paulo tornou-se a Província do Paraná em 1853, a partir de então uma das preocupações das autoridades provinciais foi o estado sanitário da região, especialmente evitar o surgimento e a propagação das epidemias que pudessem prejudicar o desenvolvimento regional, como a febre amarela e a varíola dentre outras enfermidades. Nesse sentido, as questões ligadas à história da saúde e das doenças na Província do Paraná na segunda metade do século XIX ganharam relevo e despertaram interesse de alguns pesquisadores.

Márcia Siqueira (1989) traçou um panorama geral da saúde e das doenças no Paraná entre 1853 e 1889. João Pedro Dolinski (2013), analisou os espaços de cura, as práticas médicas e os surtos epidêmicos no litoral do Paraná na segunda metade do século XIX e também estudou a saúde pública e as reformas urbanas em Paranaguá entre o século XIX e o início do século XX. (DOLINSKI, 2017)

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as causas das mortes na localidade de Guaraqueçaba nos anos de 1871 e 1872. A escolha de Guaraqueçaba na segunda metade do século XIX se justifica pela disponibilidade dos assentos de óbito da paróquia local que, para além dos dados habituais como nome, idade, sexo, estado civil, local de moradia e parentesco, também elucida qual foi a causa da morte da pessoa. A pesquisa também se justifica por ser esta uma documentação que, até o presente momento, não havia sido explorada e, assim sendo, possibilita dar uma contribuição original para a compreensão do perfil da mortalidade na localidade e no período em questão.



A problemática ou a questão que essa pesquisa pretende responder é como se definia o perfil da mortalidade em Guaraqueçaba nos anos de 1871 e 1872. Esse trabalho se coloca no campo de estudos da história da saúde e das doenças, pois busca entender o perfil da mortalidade de um conjunto populacional em um determinado contexto espacial e temporal a partir das questões sociais, científicas, culturais, políticas e econômicas que envolvem a saúde e as doenças naquele mesmo período histórico.

A compreensão do contexto histórico da saúde e das doenças no início da década de 1870 passa pelo entendimento da teoria dos miasmas, segundo a qual, as enfermidades se espalhavam pelos vapores fétidos emanados pelas matérias em putrefação em ambientes mal ventilados. Essa teoria era a base tanto da visão médica como as ideias populares sobre as formas de propagação das doenças naquela época. Ao longo das três últimas décadas do século XIX, essa forma de entendimento começou a mudar e a teoria bacteriológica possibilitou um grande avanço no combate às enfermidades a partir de uma nova forma de entender a forma de contágio das doenças. (MASTROMAURO, 2011, p. 1-7)

MATERIAIS E MÉTODOS

A análise do perfil da mortalidade na localidade de Guaraqueçaba nos anos de 1871 e 1872 foi feita a partir da documentação dos assentos de óbito produzidos pelo pároco local Jordão Homem Pedrozo. Esse padre registrava a causa da morte da pessoa em seus assentos de óbitos. A documentação original é manuscrita e está conservada na Mitra Diocesana de Paranaguá. Para essa pesquisa os assentos de óbitos foram acessados em formato digital. A digitalização da documentação foi feita no âmbito do projeto de pesquisa “Documentação para a História do Paraná”, do Professor orientador do presente trabalho.

Esses assentos de óbitos não foram, originalmente, produzidos com a intencionalidade de serem uma documentação serial, contudo tem como característica a organização cronológica e seriada, na medida em que o pároco registrava os óbitos cronologicamente conforme ocorriam. Assim sendo, na análise da documentação foi utilizada a abordagem quantitativa.

Para a retirada dos dados brutos da documentação foi produzida uma planilha em conformidade com os dados da pessoa falecida que aparecem nos assentos de óbitos, quais



sejam: nome, sexo, idade, *causa mortis*, data do falecimento, estado civil, condição social (livre, escravo, liberto), local de moradia, local de sepultamento. O planilhamento das informações documentais levaram em conta as questões metodológicas próprias ao trabalho com documentação paroquial. (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979, p. 158-179)

A partir dos dados brutos planilhados procedeu-se a filtragem dos mesmos a partir das questões dessa pesquisa no sentido de construir tabelas que viabilizem a análise dos dados sobre o perfil da mortalidade na localidade de Guaraqueçaba nos anos de 1871 e 1872. Finalmente, os dados foram analisados em paralelo com a literatura especializado sobre o tema no sentido de buscar respostas às questões colocadas pela pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse trabalho permitiu a exploração dos registros de óbitos da localidade de Guaraqueçaba entre os anos de 1871 e 1872, documentação que permanecia inédita para pesquisas sistemáticas até esse momento.

A leitura e sistematização dos dados contidos nessa documentação possibilitou conhecer melhor o perfil da mortalidade que incidiu sobre a população da localidade de Guaraqueçaba entre os anos de 1871 e 1872.

Foram identificados 99 óbitos na localidade de Guaraqueçaba no ano de 1871 e 81 óbitos no ano de 1872, totalizando 180 óbitos no período pesquisado. O relativo equilíbrio da mortalidade quando comparados os dois anos, permite afirmar que não houve a incidência de surtos epidêmicos no período. Dos 180 óbitos identificados na documentação, foram 96 do sexo feminino e 84 do sexo masculino.

Quanto às causas das mortes, 153 pessoas faleceram por causa de 31 diferentes doenças ou condições adversas de saúde. Oito pessoas foram levadas a óbito por acidentes: uma morte foi provocada por mordida de cobra, uma por queimaduras, quatro pessoas morreram afogadas, duas foram vítimas de queda de raio. Uma pessoa morreu por causa de hematomas, mas não ficou esclarecido se a causa dos hematomas foi acidente, briga ou espancamento. Nove pessoas tiveram como causa da morte uma “moléstia ignorada”. Em três assentos a causa da morte estava ilegível. Uma senhora de 80 anos morreu “repentinamente” e cinco assentos não fizeram nenhuma referência à causa da morte.



A população da localidade de Guaraqueçaba era vitimada por uma grande diversidade de enfermidades. Dentre as 31 diferentes doenças ou condições adversas de saúde que foram identificadas na documentação, podemos destacar seis enfermidades que, isoladamente, levaram a óbito mais de dez pessoas no período analisado, são elas: hidropisia (25 óbitos), Febre Perniciosa (18 óbitos), vermes intestinais (18 óbitos), convulsões (16 óbitos), opilação (11 óbitos), bichas (10 óbitos). Duas doenças levaram a óbito sete e cinco pessoas respectivamente: tísica (7 óbitos) e febre intermitente (5 óbitos). Essas oito causas de mortes levaram a óbito 110 pessoas no período analisado.

A partir dessa análise é possível perceber que cerca de apenas 26% das enfermidades identificadas foram responsáveis por cerca de 72% de todas as mortes por enfermidades e cerca de 61% de todas as mortes registradas na localidade de Guaraqueçaba no período.

As restantes vinte e três diferentes doenças ou condições adversas de saúde levaram a óbito entre uma e três pessoas cada uma e foram responsáveis, juntas, por 43 mortes, ou cerca de 28% das mortes por enfermidades.

As febres foram categorizadas de quatro diferentes formas: febre biliosa, febre intermitente, febre maligna e febre perniciosa. Essas febres ceifaram a vida de 27 pessoas no período. Curiosamente, a febre amarela, que era uma grande preocupação das autoridades sanitárias e causa de muitas mortes durante seus surtos, não foi registrada nos anos de 1871 e 1872 em Guaraqueçaba.

Durante o período provincial, febre intermitente era a denominação mais frequente de uma doença universalmente conhecida por sezão, terça, quarta e maleita pelos portugueses, calentura, pelos espanhóis e malária ou febre palustre, pelos italianos. (SIQUEIRA, 1989, p. 200)

A febre intermitente podia manifestar-se ainda em seu caráter pernicioso, quando os sintomas eram tão graves e sua marcha tão violenta, que levavam o paciente a óbito após alguns acessos. Essa forma era conhecida como intermitente maligna, ou simplesmente maligna. (SIQUEIRA, 1989, p. 201)

Tabela 1 - Quantidade de óbitos por *causa mortis* nos anos de 1871 e 1872



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Causa mortis	1871	1872	Total
Afogamento	2	2	4
Alienação	0	1	1
Apoplexia	1	2	3
Bichas	1	9	10
Câmaras sanguíneas	1	0	1
Congestão cerebral	0	2	2
Convulsões	10	6	16
Disenteria	2	1	3
Diarreia	0	1	1
Erizipela na cabeça	0	1	1
Erupção cutânea	1	0	1
Ethica	0	1	1
Febre Bilioza	2	0	2
Febre intermitente	5	0	5
Febre maligna	1	1	2
Febre Perniciosa	12	6	18
Gastrite	1	0	1
Hematomas	0	1	1
Hidropsia	15	10	25
Icterícia	1	0	1
Ilegível	3	0	3
Mal de sete dias	1	2	3
Moléstia ignorada	5	4	9
Mordida de cobra	1	0	1
Não consta a causa	4	2	6
Opilação	6	5	11
Paralisia	0	1	1
Parto	0	3	3
Pleuris	1	2	3
Pulmões	1	2	3
Queimadura	0	1	1
Rendedeira	1	0	1
Repentinamente	0	1	1
Sezões	1	0	1
Tegurgitamento de Glândulas	1	0	1
Tifo	2	1	3
Tísica	4	3	7
Tubérculos Pulmonares	2	1	3
Raio	0	2	2
Vermes intestinais	11	7	18
Total	99	81	180

Fonte: Tabela construída a partir dos dados retirados dos assentos de óbitos da Freguesia de Guaraqueçaba dos anos de 1871/1872.



Algumas dessas causas de mortes são as mesmas relatadas com nomes diversos, como por exemplo tísica e tubérculos pulmonares que estão se referindo à mesma doença: tuberculose. Vermes, bichas e opilação também estão se referindo às diferentes formas de verminoses prevalentes na região.

Homens		Mulheres		Meninos até 12 anos		Meninas até 12 anos	
Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
96	53,3	84	46,7	54	56,3%	53	63,2%
Total Geral de mortes: 180 - Total de mortes de 0 a 12 anos: 107 (59,4%)							

Fonte: Tabela construída a partir dos dados retirados dos assentos de óbitos da Freguesia de Guaraqueçaba dos anos de 1871/1872.

Quando observamos as tabelas 2 e 3, fica evidente que as altas taxas de mortalidade incidiam mais fortemente sobre as pessoas de até 12 anos de idade. A mortalidade infantil foi de cerca de 59,4% do total de mortes. Quando isolamos por sexo, percebemos que no sexo feminino, a mortalidade infantil foi de cerca de 63,2%, e no sexo masculino a mortalidade infantil foi de cerca de 56,3% do total.

A mortalidade infantil foi mais acentuada nos primeiros anos de vida, com forte prevalência nos primeiros três anos de vida. A tabela 3 mostra que apenas nos três primeiros anos de vida, foram 32 óbitos femininos e 29 óbitos masculinos, ou seja, 60,4% dos óbitos infantis femininos e 53,8% dos óbitos infantis masculinos ocorreram nos três primeiros anos de vida. Quando consideramos o percentual total, cerca de 57% das crianças de ambos os sexos de zero a doze anos foram a óbito nos três primeiros anos de vida.

A tabela 3 demonstra que os recém nascidos, com apenas poucos meses de vida, ainda no primeiro ano de vida, eram os mais atingidos pelas precárias condições médicas e sanitárias do período. Essa alta taxa de mortalidade de recém nascidos também foi apontada na Europa por François Lebrun. Segundo esse autor, nas sociedades pretéritas, de cada mil nascidos vivos, cerca de 250 das crianças vinham a óbito ainda no primeiro ano de vida e dessas e dessas, cerca de 150 faleciam durante o primeiro mês de vida e cerca de 50 nos sete primeiros dias de vida. (LEBRUN, 1985, P. 223).



De fato, o primeiro ano de vida configurou-se no de maior letalidade e, os números encontrados em Guaraqueçaba estão em consonância aos que foram apontados por Lebrun, pois, conforme a tabela 3, das 107 das crianças falecidas entre zero e doze anos de idade, na da menos que 29, ou seja, cerca de 27% faleceram no primeiro ano de vida.

Já a tabela 4 revela que das 29 crianças falecidas no primeiro ano de vida, nove, ou cerca de 31%, faleceram somente no primeiro mês de vida, sendo que destas nove, seis vieram a óbito nos primeiros nove dias após o nascimento. O recém nascido Manoel foi vitimado por convulsões com apenas duas horas de vida. Outro menino também chamado Manoel foi a óbito com apenas um dia de vida e o assento de óbito não relatou nada sobre a causa de sua morte. A recém nascida Maria foi a óbito por causa de uma moléstia ignorada com apenas quatro minutos de vida. A rapidez do óbito de Maria após o nascimento pode ser a explicação da impossibilidade de identificar a enfermidade que a vitimou. A principal causa de morte nos primeiros dias de vida foi uma doença conhecida como mal de sete dias, que matou três dos seis recém nascidos de até nove dias. O mal de sete dias é identificado hoje como o tétano neonatal, segundo o site da Fiocruz:

o tétano neonatal é decorrente da contaminação do cordão umbilical em recém-nascido (...) a transmissão do tétano neonatal, também chamado de “mal de sete dias”, ocorre pela contaminação do coto umbilical por esporos do bacilo tetânico, que podem estar presentes em instrumentos sujos utilizados para cortar o cordão umbilical ou em substâncias pouco higiênicas usadas para cobrir o coto.(www.bio.fiocruz.br/index.php/br/tetano-sintomas-transmissao-e-prevencao)

Na época ainda vigorava o que se convencionou chamar de antigo regime demográfico, caracterizado pelas altas taxas de natalidade, combinadas com altas taxas de mortalidade, especialmente mortalidade infantil. Nesse sentido, aquela era uma sociedade na qual a grande mortalidade infantil era esperada. As doenças que acometiam as crianças eram consideradas “como males inevitáveis, indispensáveis a um crescimento normal.” (LEBRUN, 1985, p. 226).

Fica claro na constante contaminação dos recém nascidos por tétano neonatal que as práticas obstétricas da época ignoravam completamente a contaminação do ambiente, das mãos e dos instrumentos por micro-organismos patogênicos. Tanto o conhecimento popular como a medicina na segunda metade do século XIX ainda se norteavam pela teoria dos miasmas, que atribuía a causa das doenças às emanações pútridas e mal cheirosas, pois



desconhecia a etiologia da maioria das doenças, especialmente das enfermidades infecciosas que mais atingiam as crianças.

Tabela 3 – Óbitos entre crianças de 0 a 12 anos de idade por sexo 1871 e 1872.

Idade \ Sexo	1871-1872		
	Feminino	Masculino	Total
1 ^o ano de vida	15	14	29
2 ^o ano de vida	8	8	16
3 ^o ano de vida	9	7	16
4 ^o ano de vida	1	5	6
5 ^o ano de vida	4	8	12
6 ^o ano de vida	4	3	7
7 ^o ano de vida	4	1	5
8 ^o ano de vida	4	1	5
9 ^o ano de vida	1	2	3
10 ^o ano de vida	1	2	3
11 ^o ano de vida	1	2	3
12 ^o ano de vida	1	1	2
Total	53	54	107

Fonte: Tabela construída a partir dos dados retirados dos assentos de óbitos da Freguesia de Guaraqueçaba dos anos de 1871/1872.

As altas taxas de mortalidade infantil são reflexo de péssimas condições médicas e sanitárias que, por um lado, favoreciam a propagação das enfermidades e, por outro, dificultavam seu tratamento. A prevenção vacinal eram muito limitada e se limitava à vacina contra a varíola, única disponível no período. Esses fatores explicam a baixa expectativa de vida ao nascer da população mundial, que ainda na metade do século XX girava em torno de 45 anos de idade.

o aumento da esperança de vida ao nascer da população mundial cresceu continuamente no século XX, conforme mostra o gráfico abaixo. Na primeira metade do século XX a esperança de vida passou de 32 anos em 1900 para 34,1 anos em 1913 e deu um salto para 45,7 anos em 1950. (ALVES, 2018)



Era uma sociedade na qual a medicina estava tolhida pela teoria miasmática, na qual a teoria bacteriológica, que revolucionou a forma de pensar a saúde e as doenças, apenas estava se iniciando na Europa e somente se imporia no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX.

Tabela 4 – Óbitos entre crianças de 0 a 12 meses de idade por sexo 1871 e 1872.

Idade	Total
1 ^o mês de vida	9
2 ^o mês de vida	3
3 ^o mês de vida	3
4 ^o mês de vida	1
5 ^o mês de vida	1
6 ^o mês de vida	0
7 ^o mês de vida	1
8 ^o mês de vida	4
9 ^o mês de vida	2
10 ^o mês de vida	1
11 ^o mês de vida	1
12 ^o mês de vida	3
Total	29

Fonte: Tabela construída a partir dos dados retirados dos assentos de óbitos da Freguesia de Guaraqueçaba dos anos de 1871/1872.

As verminoses foram as principais causas de mortalidade infantil. As verminoses se apresentaram nos assentos de óbitos com três diferentes tipologias de causas de morte: bichas, opilação e vermes intestinais. Essas verminoses foram responsáveis pela morte de trinta e nove pessoas ao todo, sendo que trinta e sete foram de crianças entre zero e doze anos de idade. Destas, trinta e duas foram entre crianças de zero a cinco anos de idade e as outras cinco mortes ocorreram entre os seis e os onze anos de idade. As verminoses levaram a óbito 17 meninas e 20 meninos. As altas taxas de mortalidade infantil provocada pelas verminoses aponta para as péssimas condições sanitárias de Guaraqueçaba na segunda metade do século XIX, condições que se repetiam no geral das localidades paranaenses.



A causa de morte denominada como opilação estava se referindo à enfermidade popularmente conhecida como amarelão. Essa doença é causada pelo parasita *Ancylostoma duodenale* ou *Necator americanus*. A opilação foi responsável pela morte de 16 pessoas, sendo 14 crianças e dois adultos de 30 e 60 anos respectivamente. A opilação levou a óbito apenas crianças a partir de dois anos de idade, sendo que apenas uma criança de dois anos foi acometida por esta doença, todas as outras faleceram entre 4 e 11 anos de idade. O nematoide causador da opilação penetra no corpo principalmente através do contato do pé descalço com o solo contaminado. Tal fato pode ser a explicação para a inexistência de falecimentos por opilação em crianças no primeiro ano de vida, que ainda não andavam e não tinham acesso ao contato direto com o solo contaminado, pois estavam mais contidas no interior das residências.

As verminoses indicadas como bichas e vermes intestinais possivelmente estão se referindo às verminoses bastante comuns em locais com precárias condições de saneamento como a ascaridíase provocada pela *Ascaris Lumbricoides* ou a teníase provocada pela *Taenia*. Uma das definições da palavra “bicha” nos dicionários da época era lombriga. (SILVA, 1890, Vol. I, p. 295)

Essas verminoses são, em geral, contraídas por via oral, através da ingestão de líquidos e alimentos ou de objetos contaminados levados à boca. Essa contaminação via oral pode explicar que, diferentemente da opilação, as crianças atingidas por essas verminoses são em sua maioria crianças mais novas. Dos dez óbitos por bichas, sete ocorreram em crianças entre zero e dois anos de idade e dos dezoito óbitos por vermes intestinais, treze ocorreram em entre zero e dois anos de idade.

Todas as dezesseis mortes provocadas por convulsões ocorreram em crianças entre zero e dois anos de idade. Após as verminoses, foi a causa de morte isolada mais prevalente entre as crianças mais novas. Se somarmos apenas as mortes por convulsões, bichas e vermes intestinais ocorridas entre zero e dois anos de idade vamos chegar à impressionante cifra de 36 óbitos provocadas somente por essas três causas, ou seja, essas três causas foram responsáveis por exatos 80% de todas as mortes ocorridas até dois anos de idade. Embora a relação de enfermidades que levavam as crianças mais novas fosse maior, a maioria das mortes eram provocadas por poucas e muito disseminadas doenças.



A hidropisia, por seu turno, foi a causa expressiva de mortalidade que foi mais prevalente entre os adultos que entre as crianças. Das 25 mortes provocadas por hidropisia, onze ocorreram em crianças entre o primeiro e o nono ano de vida. As outras 14 vítimas de hidropisia tinham entre 18 e 70 anos de idade. Um dicionário do século XIX definiu hidropisia da seguinte maneira: “inchação em qualquer parte do corpo por água que se derrama e ajunta ahy, é doença acompanhada de sede insaciável.” (SILVA, 1890, Vol. III, p. 61)

Foram observadas altas taxas de mortalidade infantil nos anos de 1871 e 1872, contudo o relatório do Vice-Presidente da Província do Paraná, publicado em 17 de fevereiro de 1873 apresentava um panorama favorável da saúde pública provincial.

Graças á Divina Providencia foi satisfactorio o estado de saude publica. Tendo aportado a Paranaguá, procedente do Rio de Janeiro, um navio em que se havia manifestado a febre amarella, expedi, sem demora, as necessarias providencias no sentido, de prevenir o apparecimento da epidemia, estabelecendo desde logo a quarentena e nomeando commissões sanitarias não só naquella cidade como nas de Antonina e Morretes e nas do Porto de Cima e Guaraluba. Até o presente não temos felizmente a lamentar o apparecimento do horrivel contagio naquellas localidades. . (PARANÁ, 17/02/1873, p. 8)

O Relatório do Presidente da Província do Paraná de 13 de junho 1873 também centra suas preocupações no combate à febre amarela na região do litoral do Paraná.

Approve à Divina Providencia preservar-nos do terrivel contagio da febre amarellá que ultimamente ceifou innumeras victimas na corte. No relatorio lido á assembléa próvincial dei contas das providencias que convinha tomar nos pontos do litoral da provincia em que com mais probabilidade poderia desenvolver-se a epidemia. Foi approved, por aviso do Ministerio do Imperio de 8 de Abril o credito de 6:000\$000 que, para esse fim, abri sob minha responsabilidade e na forma da lei. Tenho consciencia de que cumpri meu dever no que concerne a este ramo de serviço publico; sendo auxiliado pela commissões sanitarias e com especialidade pelo digno provedor da saude do porto de Paranaguá, Dr. Eugenio de Guimarães Rebelo, que muito se distinguiu no exercicio de suas funções. (PARANÁ, 13/06/1873, p. 7)

O teor dos relatórios das autoridades provinciais, quando comparado com a realidade mostrada pela documentação dos assentos de óbito, parece indicar uma discrepância entre o discurso oficial e as condições sanitárias enfrentadas pela população espalhada pelas localidades. Isso pode indicar que as autoridades provinciais não tinham como preocupação



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

central as enfermidades que levavam a óbito as crianças, pois, como já foi visto antes, era esperado o adoecimento e as altas taxas de mortalidade infantil.

Nesse sentido, as altas taxas de mortalidade infantil parecem ter sido encaradas com resignação tanto pelas autoridades provinciais como pela população em geral no período analisado. Um surto de coqueluche particularmente mortífero ocorrido em Paranaguá nos anos de 1856 e 1857, aumentou significativamente os já altos índices de mortalidade infantil e, durante esse surto, houve pouca preocupação com a amplificação da mortalidade infantil nos relatórios do Presidente e do Vice-Presidente da Província do Paraná. A relativa despreocupação com os óbitos infantis pode estar ligada tanto à normalização da mortalidade das crianças, quanto à maior preocupação despertada por doenças que vitimavam também os adultos em idade produtiva, como a varíola e a febre amarela, que poderiam afetar negativamente a economia provincial com a decretação de quarentenas e o fechamento do porto. (BORGES, 2021, p 184-185). De fato, fica evidente nos relatórios das autoridades provinciais a grande preocupação com a emergência de uma epidemia de febre amarela.

É interessante notar que nem a febre amarela, nem a varíola, doenças que mais preocupavam as autoridades provinciais, não foram registradas entre as causas de mortalidade em Guaraqueçaba no período aqui analisado. Isso mostra a importância de analisar a documentação dos registros de óbitos para efetuar estudos pormenorizados sobre o perfil da mortalidade em localidades específicas como Guaraqueçaba, pois a relação das doenças com as quais as autoridades provinciais se preocupavam é bastante inferior ao rol de enfermidades que realmente assolava a população.

Antonio Vieira dos Santos nos deixou uma descrição das enfermidades que proliferavam em Paranaguá, cidade da qual a localidade de Guaraqueçaba era um distrito.

O local da Cidade de Paranaguá situada à margem de um rio, cercada de mangais, tendo charcos e águas estagnadas com as maresias do mar, lançando delas exalações pútridas, e tendo a Ilha da Cotinga em sua frente, e por isso sendo privada de fortes ventilações, são a verdadeira causa de que o solo donde está a Cidade, não seja bem saudável porque comumente em fins da primavera que é desde outubro e até março, na entrada do outono ali reinam febres de diversas qualidades, disenterias sangüíneas, fluxos lientéricos, hemorróidas e paralisias, e atribui-se os ataques de tais hemorróidas ao alimento do peixe e marisco. No inverno, desde junho até agosto, reinam defluxões catarrais e pneumonias, pleurizes e às vezes a tosse coqueluche, as obstruções do fígado e do baço são mui freqüentes entre a

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 12 de 16



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

gente pobre e moradores dos sítios em razão de andarem sempre por terrenos úmidos, e os mantimentos de pouca nutrição. (SANTOS, 2001, p. 93)

Nesse relato, Vieira dos Santos estava orientado pelo conhecimento médico do período, que entendia o contágio das doenças pelo viés da teoria dos miasmas.

o resultado de um envenenamento ocasionado por um miasma oriundo do meio externo e que agia sob determinadas condições climáticas e telúricas. Os processos químicos que o veneno desencadeava no interior do organismo causavam um desequilíbrio das partes constituintes do sangue e conseqüentemente a degeneração de diversos órgãos, principalmente o fígado. Portanto, as condições atmosféricas teriam um importante papel não só em relação à doença como também à higiene, exercendo influência inclusive sobre a fisiologia do corpo humano. (DOLINSKI, 2013 p. 72)

O conhecimento baseado na teoria bacteriológica estava apenas iniciando em 1870 e ainda precisaria de várias décadas para se impor à comunidade científica e à sociedade. (ENTRALGO, 1978, p. 489) A etiologia da maior parte das doenças era pouco ou totalmente desconhecida.

Para admitir o pasteurismo, foi preciso uma geração, o tempo para os “pasteurianos” se organizarem e proporem à sociedade um conjunto de medidas higiênicas; o tempo de operar uma “tradução” da linguagem bacteriológica a todos os níveis de compreensão e de decisão. (ROMAIN, 1985, p 89-90.)

Essa pesquisa procurou mostrar a validade da documentação dos assentos de óbitos como forma de compreender a história da saúde e das doenças, ampliando o conhecimento de um assunto importante para a contemporaneidade. O quadro nosológico de Guaraqueçaba em 1871 e 1872 está de acordo com os resultados das pesquisas de Márcia Siqueira (1980; 1989) para o conjunto da Província do Paraná e de João Pedro Dolinski (1913;1917) para Paranaguá.

No início da década de 1870, a Província do Paraná contava com pouco mais de quinze anos de sua emancipação e seus recursos humanos e econômicos dedicados aos cuidados com a saúde e o saneamento eram escassos. A maior preocupação das autoridades provinciais, como ficou demonstrado nos relatórios das autoridades provinciais era a emergência de epidemias que prejudicassem a economia paranaense com a imposição de quarentenas e fechamento do porto. A prevenção e o combate às epidemias de febre amarela dispunham de recursos especiais do governo provincial para o seu enfrentamento. (SIQUEIRA, 1980, p. 2)



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou analisar o perfil da mortalidade da população da localidade de Guaraqueçaba nos anos de 1871 e 1872. Foram identificados 99 óbitos no ano de 1871 e 81 óbitos no ano de 1872, totalizando 180 óbitos no total. Faleceram 96 pessoas do sexo feminino e 84 do sexo masculino.

As doenças foram as maiores responsáveis pela mortalidade, pois dos 180 óbitos registrados, 153 óbitos foram causados por 31 diferentes doenças ou condições adversas de saúde. Oito óbitos foram causados por acidentes: um por mordida de cobra, um por queimaduras, quatro por afogamento, dois por queda de raio. Um óbito foi causado por hematomas, mas não foi esclarecido se a causa dos hematomas foi acidente, briga ou espancamento. Nove pessoas tiveram como causa da morte uma “moléstia ignorada”. Três óbitos tiveram a causa da morte ilegível. Uma senhora de 80 anos morreu “repentinamente” e cinco assentos não fizeram nenhuma referência à causa da morte. Não foi registrado homicídio nem suicídio no período analisado.

A pesquisa mostrou altas taxas de mortalidade infantil, com maior prevalência de morte das crianças nos anos iniciais de vida. Cerca de 59,4% de todos os óbitos registrados em Guaraqueçaba nos anos de 1871 e 1872 ocorreram entre o primeiro e o décimo segundo ano de vida, sendo que apenas o primeiro ano de vida concentra mais de 25% de todos os óbitos infantis do período.

A mortalidade infantil tende a cair após o sexto ano de vida e a mortalidade geral também tende a cair após o décimo segundo ano de vida. Tal fato mostra que resistir às muitas doenças que atacavam as crianças indefesas conferia maiores chances de sobrevivência adulta. As convulsões e as verminoses estão entre as maiores causas da mortalidade infantil.

Apesar de terem sido identificadas 31 diferentes enfermidades, uma quantidade relativamente pequena de doenças que foram as responsáveis pela maior parte das mortes, são elas: hidropisia (25 óbitos), Febre Perniciosa (18 óbitos), vermes intestinais (18 óbitos), convulsões (16 óbitos), opilação (11 óbitos), bichas (10 óbitos), tísica (7 óbitos) e febre intermitente (5 óbitos). Essas oito causas de mortes levaram a óbito 110 pessoas no período analisado, ou seja, apenas 26% das enfermidades identificadas foram responsáveis por cerca



de 72% das mortes por enfermidades e cerca de 61% de todas as mortes registradas na localidade de Guaraqueçaba no período. A utilização dos assentos de óbitos para analisar o quadro da mortalidade por doenças permitiu entender o quadro nosológico da região de Guaraqueçaba no início da década de 1870.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Esperança de vida diante da emergência sanitária e climática**. CEE-FIOCRUZ, 2018. Disponível em: cee.fiocruz.br/?q=esperanca-de-vida-diante-da-emergencia-sanitaria-e-climatica#:~:text=Portanto%2C%20o%20aumento%20da%20esperança%20de%20vida%20a o,deu%20um%20salto%20para%2045%2C7%20anos%20em%201950. Acesso em 03, jun. 2023

BORGES, Joacir Navarro. Coqueluche e mortalidade infantil em Paranaguá (1855-1858). **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 13, n. 30, p. 173-190, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5676>. Acesso em: 25, mai. 2023.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DOLINSKI, João Pedro. **Saúde pública e reformas urbanas em Paranaguá- Paraná (1853- 1915)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017

DOLINSKI, João Pedro. **Espaços de cura, práticas médicas e epidemias: febre amarela e saúde pública na cidade de Paranaguá (1852-1878)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2013.

ENTRALGO, Pedro Laín. **Historia de la Medicina**. Barcelona: Salvat Editores. 1978.

FIOCRUZ. **Tétano: sintomas, transmissão e prevenção**. Disponível em: www.bio.fiocruz.br/index.php/br/tetano-sintomas-transmissao-e-prevencao. Acesso em 12/08/2023.

LEBRUN, François. Um em cada dois recém nascidos. *In*: LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças tem história**. Lisboa: Terramar, p. 221-229, 1985.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, 2011. p. 1-14. Disponível em:



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

http://snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300472386_ARQUIVO_Mastromauro.pdf.

Acesso em: 30, out. 2022.

MITRA DIOCESANA DE PARANAGUÁ. **Livro de óbitos da Paróquia de Guaraqueçaba (1871 –1872)**. Manuscrito.

PARANÁ, **Relatório do Vice Presidente da Província**. Curitiba: Typographia da Viuva Lopes, 17/02/1873.

PARANÁ, **Relatório do Presidente da Província**. Curitiba: Typographia da Viuva Lopes, 13/06/1873.

ROMAIN, Ane de Saint. Pasteur: as verdadeiras razões de uma glória. *In*: LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças tem história**. Lisboa: Terramar, p. 85-90, 1985.

SANTOS, Antônio Vieira dos. **Memória Histórica, Cronológica, Topográfica e Descritiva da Cidade de Paranaguá e seu Município (vol. I)**. Curitiba: Vicentina, 2001.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense, 1890.

SIQUEIRA, Márcia Teresinha Andreatta Dalledone. **Saúde e doença na Província do Paraná (1853-1889)**. Tese (Doutorado em História Demográfica) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989.

SIQUEIRA, Márcia Teresinha Andreatta Dalledone. **Condições sanitárias e as epidemias de varíola na Província do Paraná (1853-1889)**. Dissertação (Mestrado em História Demográfica) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1980.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 16 de 16



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





**A PESQUISA HISTÓRICA NO ACERVO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE
PARANAGUÁ: MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DO SÉCULO
XIX.**

Osmar Leopoldino do Nascimento Júnior (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranaguá, ojuni823@gmail.com

Liliane da Costa Freitag - Orientadora
Unespar/Campus Paranaguá, liliane.freitag@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

Um arquivo, não representa toda a memória possível, nem tão pouco todo o conjunto da história, ou seja, um Arquivo não é um espaço que armazena a história, mas sim por meio de sua política de acervo, com seus critérios, acolhe documentos num ato de seleção, como nos ensina Certeau (1982). Com essa provocação visamos superar a visão ‘história resgate’ de um passado tal como teria sido por meio dos documentos e favorecer, sobretudo, o alargamento da própria noção de documento para a produção de conhecimentos históricos, segundo Le Goff (1990).

Centros de documentação, bem como museus, bibliotecas e arquivos são Instituições que abrigam documentos de diferentes tipologias, mas que em essência carregam uma dada memória que: em última instancia, asseguram a sobrevivência do patrimônio documental de uma dada coletividade, cada um, tem seu regime de verdade, conforme apregoadado por Foucault (1996). Ou seja, impõe as regras de constituição dos saberes e dos poderes que lhe são respectivos: carregam memórias, organizam racionalmente seu conjunto de bens culturais imersos em importante carga valorativa. Avançando na questão, tomamos como base o conceito de lugares de memória de Pierre Nora. Neste sentido, é fundamental o entendimento que abrange esse amplo conceito.

[...] museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar



celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar (sic) atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p.13).

Dito isso, a presente pesquisa trabalhou com um importante rol documental, sob guarda do Centro de Documentação Histórica do Litoral do Paraná, CDoc.H Litoral, importante lugar de memória que tem como um de seus fundos documentais, o Fundo do Arquivo Municipal da localidade de Paranaguá. Esse fundo permite observar e estudar diversos aspectos da municipalidade, pois a documentação nele presente, se confunde com a história da construção da gestão pública da cidade. A localidade de Paranaguá tornou-se, no período colonial, importante área de expansão do projeto colonizador europeu: já em 1646, foi construído o pelourinho como simbologia de autoridade e da justiça do Rei de Portugal, dois anos depois, a povoação tornou-se vila, passando a distrito em 1647. Em 1648 já ocorreram as primeiras eleições. Contudo, Paranaguá passou a ter foro de cidade em fevereiro de 1842 através da Lei Provincial n.º 5, da Província de São Paulo. Tais fatores, figuram Paranaguá como a mais antiga cidade do Paraná. Esse fato revela que ao longo de sua existência político administrativa, a referida localidade acumulou uma rica documentação, que pela importância e originalidade mereceu ser estudada.

No Arquivo Municipal está uma parcela significativa de uma documentação gerada pelas atividades administrativas do município de Paranaguá, documentos esses, que são correlatos toda a área administrativa da cidade e de toda região litorânea do Estado: em suma, o acervo contido nesse Arquivo é de grande valor histórico. Diante disso, essa pesquisa se propôs a organizar e analisar os documentos relativos ao século XIX, cujo estado de conservação também foi levado em consideração, já que esse interfere diretamente no processo de análise.

Antes de dar prosseguimento a discussão convém pontuar o conceito de documento empregado nessa pesquisa. Em última instância, documento é qualquer indício ou vestígio de sociedade no tempo. O documento resulta, portanto, de uma:

[...] montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas [...], durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser [...] analisados desmistificando-lhe (sic) o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das



sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. (LE GOFF, 1990, p. 547-548).

Todo o documento é, portanto, material histórico, possui uma história, é produzido, selecionado e adquire funções socialmente estabelecidas, é uma construção: é documento/monumento e, portanto, assim, fruto da intencionalidade – as vezes mais, as vezes menos – de quem o estuda ou produz.

O conjunto documental explorado na pesquisa resultou, portanto, de um ato de seleção que em seu conjunto possibilitam a compreensão das relações políticas, das esferas de poder, das intenções dos legisladores em regular a sociedade assim como os espaços da cidade permitindo ver como a crescente urbanização vai categorizando seus espaços. Destarte, esses são somente alguns dos mais variados aspectos temáticos provenientes das fontes dessa Instituição Arquivística.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para trabalhar com essa documentação foi necessário um trabalho de inventário quantitativo, identificação e construção de um instrumento de pesquisa denominado de ficha catalográfica. Dentre outros aspectos a metodologia da presente pesquisa compreendeu a realização de estudos sobre legislação arquivística, a fim de refletir sobre a importância de uma memória histórica e do papel desempenhado pelas políticas públicas de preservação de documentos históricos. Juntamente a isso, os estudos teóricos relativos à noção de memória também foram importantes para as análises sobre o papel dos Arquivos e seu lugar na composição da história nacional. Ademais, os aspectos metodológicos básicos de arquivologia, visando conhecer técnicas básicas de higienização dos documentos, acondicionamento e implementação da ficha catalográfica, bem como a imersão no ambiente do Arquivo Municipal foram fundamentais para o exercício da prática da pesquisa.

A imersão no referido Arquivo foi embasada em importantes reflexões. A partir delas compreendemos que “[...] O arquivo nasce da desordem, por menor que seja; arranca da



obscuridade longas listas de seres ofegantes, [...] Em geral, o arquivo não pinta os homens por inteiro; ele os arrebatava da sua vida cotidiana, [...]” (FARGE, 2009, p. 31-32).

Nesse caso, a organização de arquivos funciona como uma gestão do passado no presente; ou tal como também afirmou Pierre Nora, (1993), contribuem para evitar o esquecimento do passado. Essas noções sustentaram a prática da nossa pesquisa desde os primeiros momentos de imersão nos documentos. Essas ações viabilizaram o enriquecedor processo de análise dessas fontes, juntamente do desenvolvimento de noções/conceitos que pautaram a construção do trabalho historiador-arquivo, bem como o desenvolvimento de habilidades em paleografia para a leitura das fontes.

Outra metodologia empregada foi a fase de seleção dos documentos, que ocorreram concomitante aos estudos bibliográficos, visaram a elaboração de fichas de catálogo contendo dados relevantes, tais como estado de conservação, datação, remetente e destinatário, assuntos contidos, e outras informações extras, como as respectivas respostas. Esse método foi basilar para levar a diante as reflexões e as análises referentes a essas fontes.

A confecção desse material seguiu os padrões normativos técnicos adequados para esse fim, pautados sempre na utilização da NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística) e a ODA (Orientação para Descrição Arquivística). As atividades levaram em conta a necessidade de observar as condições de armazenamento da documentação, em seu local de origem, e identificar danos de preservação, os quais foram trabalhados nas etapas seguintes.

Vale destacar um aspecto metodológico importante: a pesquisa foi guiada pela noção de memória, essa que norteia diversas práticas de constituição do patrimônio documental por parte dos arquivos públicos. Por fim, essa metodologia e os procedimentos de trabalho com as fontes buscou reflexão sobre a importância da preservação dos arquivos, sobre as legislações relativas ao tema e as relações com as políticas de memória.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sendo o Arquivo Público Municipal de Paranaguá vinculado ao Departamento de Protocolo Geral da Prefeitura de Paranaguá, Órgão subordinado a Secretaria Municipal de



Administração, representa um valioso conjunto de fontes históricas produzidas pela administração local. Embora no início da pesquisa essa documentação estivesse em um espaço inapropriado, este cumpria, mesmo que timidamente, a função de guarda dos referidos documentos. Entretanto, eram caixas de memória ‘soterrada’ que precisou ser organizada, para que a partir disso pudessem ser construídas novas narrativas históricas. Essa organização se constituiu num trabalho árduo de separação datada e organização em novas caixas, bem como a construção de um catálogo próprio.

Organização da Documentação

A necessidade de organização dessa documentação se via de extrema urgência devido ao espaço a qual essa estava mantida. Por conta das caixas metálicas prejudiciais, bem como a falta de uma organização mais específica, fez-se necessário o desenvolvimento dessas ações prévias, para que assim se tornasse possível a continuidade da pesquisa.

Diante desse problema organizacional, propôs-se inicialmente ações de organização dos documentos relativos ao século XIX, pois, desde os primeiros contatos com a documentação, já podia-se concluir que esta não se encontrava em condições favoráveis a conservação. Por estarem guardados em caixas metálicas, esses documentos estavam em contato direto com a ferrugem e a umidade, proporcionando assim a proliferação dos ditos “agentes agressores”¹. Desse modo, nesse momento inicial deu-se importância ao processo de transferência dessa documentação para caixas específicas de arquivos.

Esse processo não foi só um simples movimento de acomodação da documentação, pois juntamente a isso realizou-se também a separação desse material. Sendo assim, estas fontes foram realocadas, em novas caixas, e reorganizadas respectivamente pela sua datação. Essa separação auxiliou outro processo fundamental para a organização do acervo, o de quantificação. Então, a partir desse momento, contabilizou-se todo rol documental disponível do século XIX, e a partir disso obteve-se os seguintes resultados:

¹ CPDoc-NDA (Centro de Pesquisa e Documentação da Escola para Formação e Capacitação Profissional da Fundação CASA-SP). **Conservação de Documentos: higienização e organização**. 2012/2014. p. 2.



Tabela 1 – Quantificação da Documentação do Século XIX:

Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
1844	1	1888	12
1869	1	1889	66
1872	1	1890	113
1874	1	1891	137
1876	1	1892	179
1879	1	1893	220
1881	1	1894	135
1882	1	1895	198
1884	170	1896	243
1885	162	1897	335
1886	146	1898	380
1887	149	1899	36
1888	12	1900	265

(Centro de Documentação Histórica do Litoral – CDoc.H Litoral, 2023.)

A partir desse inventário quantitativo contabilizamos a 2.952 documentos relativos ao século XIX. Infelizmente existem muitos claros, intervalos de tempo sem documentos, devido a isso a pesquisa não identificou a presença de documentação entre e 1844 a 1869. Também há um claro apagão temporal entre 1869 e 1872. Esse último ano, assim como os anos posteriores além de serem descontínuos, (1874, 1876, 1879, 1881 e 1882) possuem somente um documento. Algumas informações, mesmo que imprecisas dizem que o acervo passou por um incêndio, outras acrescentam que a documentação ficou perdida em um local impróprio durante anos, outros dizem que ainda seria possível encontrar mais caixas do período nas salas antigas por onde o acervo passou. Infelizmente não podemos mensurar adequadamente quais os motivos desses acontecimentos, porém isso merece uma pesquisa aprofundada que extrapola os limites dos objetivos e, portanto, mereceria muito mais tempo de investigação. Esse é um caso a ser estudado que auxiliará na recomposição da história desse acervo. Esse dado resulta em mais uma nova frente de investigação histórica correlata ao acervo e que em breve será aberta. Dito isso, a etapa da quantificação dos documentos objetivou também para dar visibilidade a uma documentação original, mas também para chamar a atenção para essa nova possibilidade de pesquisa, que é recuperar a memória desse fundo documental permitindo que outros pesquisadores venham a desenvolver pesquisas de relevância para a sociedade.

Produção do Instrumento de Pesquisa

Como dito, além do inventário quantitativo dos documentos foi produzida uma ficha visando a produção de um catálogo. A respectiva ficha foi elaborada de acordo com duas referências fundamentais para o desenvolvimento desse tipo de material: a NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística) e a ODA (Orientação para Descrição Arquivística). Então, a partir dessas bases, desenvolveu-se o catálogo em plataforma Excel, o qual exerce o papel de suporte para as informações extraídas durante o processo de leitura bem como um importante recurso para se extrair informações do material: se constitui pela síntese analítica das informações da documentação, e serve de facilitador para o acesso de outros pesquisadores que venham a desenvolver pesquisas no Arquivo Público Municipal.

Dentre os totais de 2.952 documentos do século XIX, catalogamos 340 documentos que correspondem aos anos de 1844 a 1885. Esse formulário próprio atende as principais informações da documentação, servindo de facilitador para pesquisas, conforme pode ser observado na imagem:

Imagem 1 – Tabela de Catálogo:

Código de Referência	Código Digital	Tipo do Documento	Remetente/Cargo	Destinatário/Cargo	Assunto	Local	Data	Condição Física	Características Físicas	Número de folhas	Extras
BR CDOC.H PR PMPGUA CR-01 (Arquivo Público Municipal de Paranaguá); BR CDOC.H PR PMPGUA CR-02 (Primeira Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná); BR CDOC.H PR PMPGUA CR-03 (Vara da Família do Tribunal Judicial do Paraná);	000 (últimos três dígitos do ano do documento); Exemplo: 884.01.150.200; 00 (numeração do fundo documental); Exemplo: 884.01.150.200; 000 (posição do documento na ordem de leitura); Exemplo: 884.01.150.200; 00000 (quantidade total de documento no ano correspondente); Exemplo: 884.01.150.200	Carta – Que caracteriza documentos dirigidos a órgãos públicos, relativos a questões de interesse privado e ou de associações civis; Carta de Alvará – Que caracteriza pedidos ou documentos referentes a permissões, como também transferências e cancelamentos das mesmas, para abrir estabelecimentos de comércio ou pedidos para exercer profissões; Carta de Serviço – Que caracteriza ações ou medidas relativas a obras ou serviços públicos; Carta de Propriedade – Que caracteriza pedidos ou documentos referentes a compras, pagamento de impostos, cartas aforamentos, solicitações de aforamento, transferências de aforamento, cartas de data, cartas de renda municipal, vistorias, medições, arrouamentos, nivelamentos, beneficiarias, referenciando sempre terrenos particulares; Carta Administrativa – Que caracteriza relatórios institucionais, projetos de leis, emendas, atas de sessões da Câmara e Prefeitura Municipal e suas cópias, comunicação entre Instituições e Órgãos Públicos e demais questões referentes à Administração Pública; Mapa – Que caracteriza plantas, mapas, ou quaisquer documentos ou desenhos geográficos; Relatório sobre Cemitérios – Que caracteriza demonstrativo de óbitos referentes a cemitérios; Periódico/Jornal – Que caracteriza jornais completos ou sobtos.	Nome do Autor / Cargo e/ou Profissão na Instituição ou Órgão	Nome do Autor / Cargo e/ou Profissão na Instituição ou Órgão	Um breve resumo das informações do documento em primeira instância.	Cidade/Estado de origem do documento. Exemplo: Paranaguá /PR.	Dia/Mês de produção do documento pelo remetente. Exemplo: 13 de fevereiro.	Baixa (Documento danificado e/ou com dificuldade de leitura); Média (Sujidades removíveis com média condição de leitura); Alta (Apertament e limpo e sem dificuldade de leitura).	Características referentes a maneira com a qual o documento foi produzido: manuscrito, datilografado ou impresso.	Descrição da quantidade de folhas do documento.	Informações que existam na documentação, mas que não sejam expressas em primeira instância pelo remetente, bem como cartas de aforamento, cartas de data, respostas de deferimento ou indeferimento, certidões, certificados, plantas de terrenos, etc. Colocar no final da descrição informações sobre objetos e marcas presentes na documentação, bem como marcas d'água, selos fiscais ou postais, estampilhas, carimbos e marcas de instituições. A descrição deve ser feita com o nome do objeto seguido de sua descrição física.

(Centro de Documentação Histórica do Litoral – CDoc.H Litoral, 2023.)

Dentro do catálogo vale ressaltar a presença de duas categorias que se destacam. A primeira, o “**tipo do documento**”, e a segunda, o “**assunto**”. Essas duas estão intrinsecamente ligadas. Essa definição previa, ou esse ato de classificação se mostrou adequado para as finalidades dessa pesquisa. Ainda caberá, para fins de catálogo institucional, uma análise mais



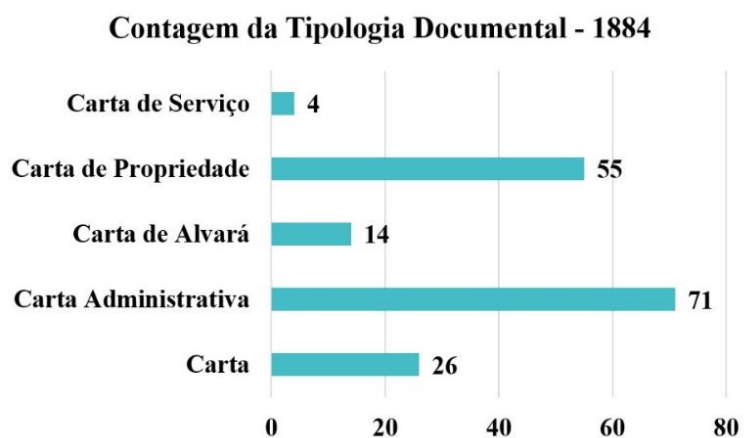
apurada do padrão escolhido. Assim sendo, a pesquisa definiu oito nomenclaturas que definem o “**tipo de documento**”. A primeira foi definida como “**carta**”. A tipologia definida como “**carta**” corresponde aos documentos dirigidos a órgãos públicos, relativos a questões de interesse privado e ou de associações civis. A partir dessa noção central – “**carta**”, foi realizado quatro novas divisões. Elas foram classificadas como: a) “**carta de serviço**”, que é uma nomeação para documentos correspondentes a ações ou medidas relativas a obras ou serviços públicos; b) “**carta administrativa**”, se refere a comunicação entre Instituições e Órgãos Públicos e demais questões referentes à Administração Pública; c) “**carta de propriedade**”, que corresponde a pedidos ou documentos referentes a quaisquer questões sobre terrenos particulares, bem como compras, aforamentos, transferências de terrenos; d) “**carta de alvará**”, documento que trata de solicitações para abertura de estabelecimentos de comércio bem como permissões para exercer profissões.

Para além das “**cartas**”, existem também outras três nomenclaturas: os “**mapas**”, que são constituídos por mapas ou plantas cartográficas, os “**relatórios sobre cemitério**”, que constituem relatórios demonstrativos de óbitos dos cemitérios e os “**periódicos**”, que é categoria para identificar jornais completos ou avulsos, bem como revistas ou até mesmo, encartes de revistas que podem ser encontrados de forma avulsa na documentação. Embora os anos analisados não possuam nenhum exemplar dessas classificações, elas aparecem em outros períodos e, portanto, foi necessário acolher essa tipologia.

Dos 340 documentos catalogados, os anos de 1844, 1869, 1872, 1874, 1876, 1879, 1881, 1882, anos com apenas um documento, caracterizam-se todos por serem “**cartas de propriedade**”. A tipologia documental definida para identificar os documentos entre os anos 1884 e 1885, e que possuem respectivamente 170 e 162 documentos, pode ser observada nos gráficos abaixo:

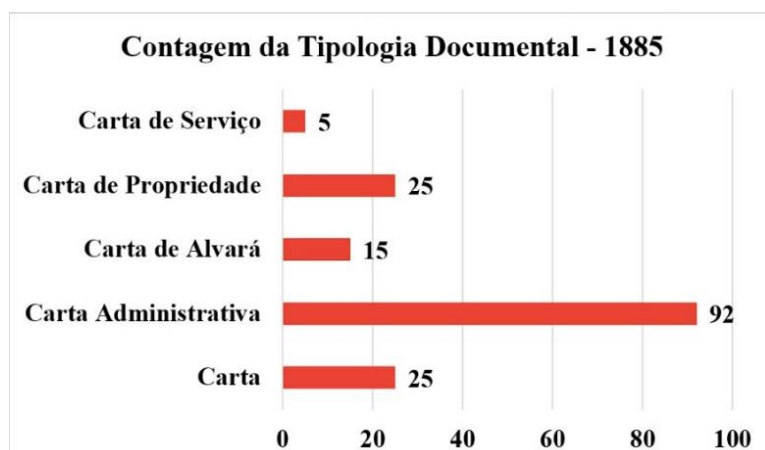


Imagem 2 – Gráfico da Tipologia Documental de 1884:



(Fonte: CDoc.H Litoral/Fundo do Arquivo Municipal de Paranaguá
Autoria: NASCIMENTO JUNIOR, O. L., 2023.)

Imagem 3 – Gráfico da Tipologia Documental de 1885:



(Fonte: CDoc.H Litoral/Fundo do Arquivo Municipal de Paranaguá
Autoria: NASCIMENTO JUNIOR, O. L., 2023.)

Finalizando o processo de organização dessa documentação, vale ressaltar que essas informações são fundamentais para o desenvolvimento de análise sobre o perfil dessa documentação. Pois auxiliam na percepção da face temática dessas fontes, bem como, servem de lente para a compreensão dos enredos em que se moviam as ações da Câmara Municipal de Paranaguá, além de evidenciar a ação dos indivíduos dessa cidade.

Conservação e Condição Física



Como observou-se anteriormente, a documentação do século XIX, presente no Arquivo Municipal de Paranaguá, encontrava-se em péssimas condições de acondicionamento. Aprofundando a discussão em torno desse assunto, tornou-se necessário o desenvolvimento de métodos de preservação arquivísticas, para assim dar-se início aos trabalhos de manuseio da documentação. Através de Spinelli², deve-se entender que a conservação preventiva:

É um conjunto de medidas e estratégias administrativas, políticas e operacionais que contribuem direta ou indiretamente para a conservação da integridade dos acervos e dos prédios que os abrigam. São ações para adequar o meio ambiente, os modos de acondicionamento e de acesso, visando prevenir e retardar a degradação. (SPINELLI, 2011, p. 4)

Então, retardar a degradação significa, para o material da pesquisa em questão, fazer com que os “agentes agressores” sejam controlados através desse processo administrativo e político composto por ações operacionalizadas. Dentro disso, pode-se destacar o processo de higienização, bem como a utilização dos EPI (Equipamento de Proteção Individual) durante o manuseio do material. O que é estritamente necessário para a proteção contra possíveis microrganismos, como fungos e bactérias ali presentes, bem como a proteção da documentação contra quaisquer meios orgânicos de desenvolvimento que esses microrganismos possam utilizar, como migalhas de comidas, fios de cabelos etc.

Para além de um trabalho técnico de manuseio dessa documentação, também se fez a análise interpretativa das suas condições físicas. Sendo assim, junto da extração das informações pertinentes ao conteúdo da documentação, foi desenvolvida na tabela, uma área relativa à condição física, que em catálogo mais especificamente é entendida a partir de três níveis: **Alta, Média e Baixa**. Levando, nesse momento, em consideração a coloração do papel, rasgos ou dobraduras, presença de fungos, manchas, ou marcas de animais, bem como a condição da respectiva tinta utilizada na escritura.

Partindo para uma definição sobre os níveis de conservação, os documentos que estão em **Alta conservação** são aqueles cuja integridade não afeta a leitura, pois possuem a coloração do papel clara, estão sem a presença de fungos e sem problemas com a tinta utilizada na documentação. Já os documentos com **Média conservação** correspondem a exemplares que possuem sujidades removíveis, rasuras moderadas que não dificultam o seu

² SPINELLI, Jayme. [et. all]. Manual Técnico de Preservação e Conservação de Documentos Extrajudiciais CNJ.



manuseio, coloração do papel escura, presença moderada de fungos, tinta abrasiva que se transfere de um lado ao outro do documento, bem como dobras na documentação. Por fim, os documentos com **Baixa conservação** correspondem a aqueles documentos danificados e/ou com pedaços faltando, que possuem dobras que dificultam a leitura, rasuras que dificultam o manuseio, tinta muito abrasiva que causa a corrosão do documento, bem como marcas de animais que se alimentaram do material e/ou presença intensa de fungos. Podemos observar na tabela abaixo a respectiva condição de cada exemplar:

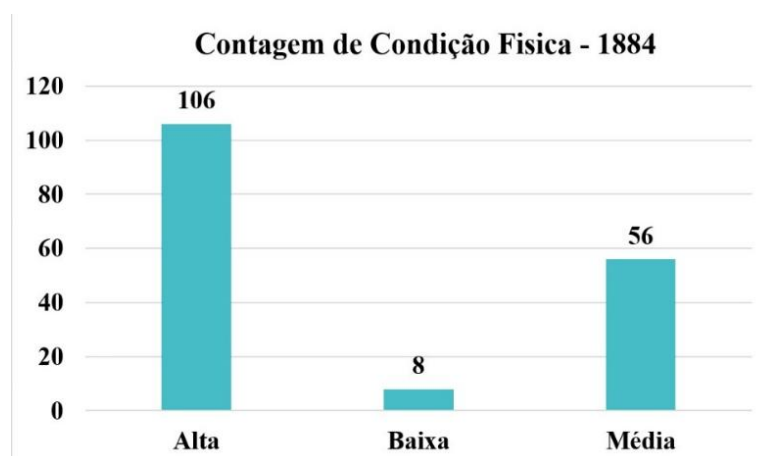
Tabela 2 – Condição Física:

Ano	Condição
1844	Baixa
1869	Alta
1872	Baixa
1874	Média
1879	Alta
1881	Média
1882	Média

(Fonte: CDoc.H Litoral/Fundo do Arquivo Municipal de Paranaguá
Autoria: NASCIMENTO JUNIOR, O. L., 2023.)

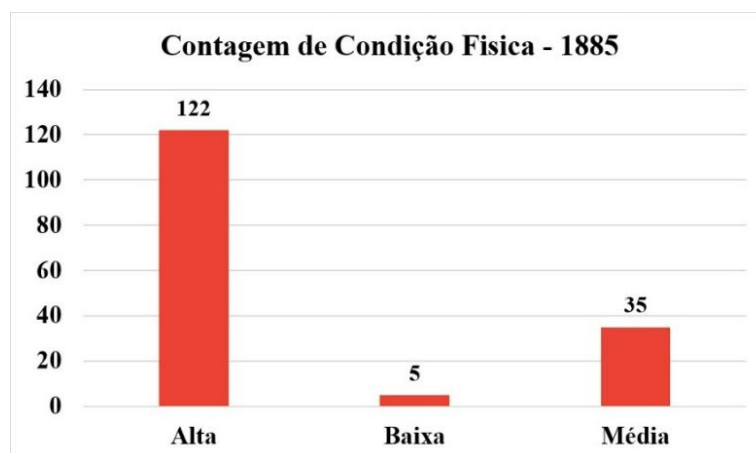
A respectiva tabela refere-se apenas aos anos que possuem apenas um documento. Sendo assim, os anos de 1884 e 1885, podem ser mais bem observados nos gráficos abaixo:

Imagem 3 – Gráfico de Condição Física 1884:



(Fonte: CDoc.H Litoral/Fundo do Arquivo Municipal de Paranaguá
Autoria: NASCIMENTO JUNIOR, O. L., 2023.)

Imagem 4 – Gráfico de Condição Física 1885:



(Fonte: CDoc.H Litoral/Fundo do Arquivo Municipal de Paranaguá
Autoria: NASCIMENTO JUNIOR, O. L., 2023.)

Embora essa documentação esteja em sua maioria com uma boa condição de conservação, periodicamente precisarão ser realizadas medidas preventivas para que não se desenvolvam os agentes que danificam a documentação.

Enredos e Temas

Essa organização documental acrescida da construção da ficha técnica proporcionou um diálogo com a documentação, resultando também no mapeamento de assuntos referentes ao período estudado. Começando pelo nicho mais evidente, o público-administrativo, pode-se obter informações sobre o aspecto organizacional do meio público, em específico o desenvolvimento urbano da cidade através da observação do aumento das regiões de foco populacional. No que concerne a esse aspecto, observa-se documentos pertinentes a compra de terrenos da Câmara Municipal, bem como suas transferências e vendas, além de cartas de aforamento. Embora esses documentos não representem a efetividade das compras, vendas e transferências, pode-se observar os interesses dos seus autores em determinadas regiões. Em sua maioria esses documentos apresentam as informações da localização dos ditos terrenos, embora esses tragam consigo um antigo padrão de nomenclaturas das ruas da cidade, o que dificulta a aproximação com as nomenclaturas atuais, porém, pode-se com certa dificuldade ainda assim, através de algumas similaridades, entender que o atual centro histórico, era o então centro urbano e comercial da cidade naquele contexto. Além disso, pode-se observar o



interesse de alguns indivíduos na atual região do Rocio, antes denominada Rocio Grande e Rocio Pequeno, através de algumas solicitações de compra de terrenos e solicitações de alvará, as quais podem servir de indício para interpretações sobre a extensão da cidade naquele momento.

As **cartas de aforamento** auxiliam na construção de conhecimentos sobre a malha viária, estrutura urbana de Paranaguá bem como na possibilidade de compreender padrões socioespaciais na emergente estrutura fundiária de Paranaguá. **A memória e a expansão do comércio** é outra potencialidade da documentação explorada. Esse conjunto de documentos relativos ao comércio se referem a solicitações para abertura de estabelecimentos, e/ou autorizações para exercício de profissões. Tabernas, relojoarias, firmas de construção, padarias, ‘casas de negócios e varejo’, ‘casa de molhados e mantimentos a varejo’, escritórios, hotéis, oficinas e ‘casa de jogos e bilhar’ são alguns exemplos de documentos que permitem um debate sobre o tema e sobre o crescimento do comércio na cidade. Essa documentação, **como as cartas de propriedade**, indicam o endereço dos ditos estabelecimentos, o que é um bom indício para poder entender as dinâmicas do movimento de expansão do comércio na localidade. A documentação do período estudado não traz muitas informações para além da localização e as profissões a serem exercidas, mas ainda assim se relacionadas aos documentos correlatos a cartas de propriedade, tem-se um bom indício sobre expansão urbana e populacional. Uma pesquisa posterior envolvendo os relatórios de presidente da província do Paraná permitiria um cruzamento de informações sobre o tema.

Para além da documentação pertinente a terrenos e alvarás, existem também outros documentos. Dentre esses, identificam-se circulares, atas de sessões, relatórios de prestação de contas, comunicados de transferências ou desistências de cargos políticos e/ou cargos em instituições públicas, assim como comunicados entre Câmaras Municipais e instituições públicas da cidade e/ou interprovinciais. Além disso foi possível identificar as movimentações desses órgãos e de seus funcionários, do mesmo modo que as relações políticas entre esses sujeitos. Outros documentos se referem à própria dinâmica da administração pública, seus padrões organizacionais, suas atividades institucionais bem como a atividade de seus agentes.



Além desses assuntos, há também informações sobre o desenvolvimento da infraestrutura da cidade, contidas em documentos relativos a construções de ambientes públicos como: cemitérios, açougues, escolas, pontes, trapiches e linhas férreas.

Além desses temas, vale destacar que um documento, assim como tantos, datado de 1885 chama a atenção. Trata-se de um discurso proferido em um evento de premiação de alunos ‘destaques’ das escolas primárias³. Período em que os professores particulares que lecionavam as primeiras letras eram custeados por particulares ou pela gestão pública. Naquele meio escolar estavam presentes indivíduos que pertenciam a uma elite local obviamente capaz de disponibilizar certo grau de letramento. Sendo assim, isolando do ensino as camadas mais baixas daquela sociedade que não poderiam arcar com os custos.

Quanto a presença de escravizados, a documentação é escassa. Contudo vale trazer um documento de 1885 que versa sobre um curso noturno particular onde os alunos possuíam entre 12 e 29 anos⁴. O respectivo documento estaria de certo modo, realizando a propagação do letramento numa tentativa de evitar o analfabetismo, ou como, o autor do discurso citado acima diz “o árido deserto da ignorância”. Documentos correlatos a imigração, também foram identificados, permitindo iniciar uma investigação sobre o imigrantismo visando o branqueamento da população no século XIX. Tema esse explorado por Célia Maria Marinho de Azevedo em “Onda Negra Medo Branco”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Memória, Arquivo e Documento

Por fim, vale dizer que consideramos as fontes estudadas, a partir dos conceitos de documento e fonte histórica, a partir das noções de Le Goff (1996) e Rousso (1954). No que concerne às definições de Jaques Le Goff do primeiro, existe uma memória coletiva e sua “sua forma científica, a história”. Para ele o que sobrevive do passado são dois tipos de materiais da memória coletiva:

³ Fonte do documento citado: BR CDOC.H PR PMPGUA CR-01. 885.01.01.162.

⁴ Fonte do documento citado: BR CDOC.H PR PMPGUA CR-01. 885.01.75.162.



[...] os documentos e os monumentos. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador. (LE GOFF, 1996, p. 1).

Através disso pode-se entender que todo esse “material da memória” – os documentos estudados, bem como o ambiente que esses estão inseridos – são frutos de escolhas. A preservação desse rol documental faz do conjunto dessas fontes documentos-monumentos. Nessa mesma direção Henry Rousso (1996), destaca que fontes são todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não;

[...] e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma sequência (sic) particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica. (ROUSSO, 1996, p. 2).

Entende-se a importância de criticar o meio em que estas fontes estão inseridas. Segue-se então esse entendimento por meio do que nos ensina Benito Schmidt (1943-1984), é colocar em prática a “função problematizadora” do historiador, isso ocorre obrigatoriamente através do desenvolvimento da:

[...] capacidade de voltar para os acervos aquele tipo de olhar [...] eminentemente histórico, que desnaturaliza os objetos (inclusive os papéis), seus arranjos, combinações, organizações e classificações, mostrando que tais operações, aparentemente desinteressadas, resultam de gestos, de escolhas, de omissões e de silenciamentos determinados pelas lutas sociais e políticas presentes em cada contexto histórico. (SCHIMIDT, 2008, p. 190).

Essa problematização é estritamente necessária para o ofício do historiador como um todo, pois a partir dela pode-se perceber as narrativas conflitantes na construção das “memórias coletivas” na localidade em questão. As quais acabam silenciando e inviabilizando as narrativas históricas referentes as populações marginais à sociedade. Favorecendo, assim, o ‘mito das origens’ e dos ‘grandes heróis’, na qual Paranaguá se encontra enredada. Exemplo disso é o recém “esforço” feito pela Prefeitura de Paranaguá na construção e disponibilização



de um espaço que guardasse e preservasse essa documentação invisibilizada, marginal, guardada em caixas inadequadas, aparentando um depósito de coisas velhas e descartáveis.

Outros autores como por exemplo, Michel Pollak (1948-1992), ensina que a memória coletiva é emblemática, e possui:

[...] caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva. Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. (POLLAK, 1989, p. 2).

Então, de acordo com Pollak, buscar entender como a “memória coletiva” da cidade de Paranaguá se configura e opera – seja por homenagens aos ‘grandes homens’ colocando seus nomes em ruas, praças e instituições públicas, bem como a construção de seus bustos nestes respectivos lugares; ou através de feriados religiosos e/ou datas comemorativas, sempre muito aclamadas por essa população – é entender que mecanismos políticos e ideológicos solidificaram o imaginário parnanguara e como essas narrativas ainda se manifestam nos dias de hoje. Porém a documentação estudada e investigada levou a uma porta de acesso para as esferas de poder, de gestão, da distribuição da organização urbana da cidade, dentre outros.

As fontes do fundo documental do Arquivo Público Municipal de Paranaguá, careciam de uma gestão que preservasse essa memória. O Centro de Documentação Histórica do Litoral, CDoc.H Litoral, adquire essa função de preservar o patrimônio documental que sobreviveu ao tempo em caixas guardadas em um ambiente impróprio e sujeito ao calor, umidade, infestação de traças, fungos e demais insetos bibliográficos. O trabalho de catalogação ocorreu acompanhado da higienização da respectiva documentação, o que oportunizou a longevidade dessa mesma. Por conseguinte, a preservação dessa documentação permite a sobrevivência de parte importante do patrimônio documental de Paranaguá, ora contabilizado 2.952 documentos relativos ao século XIX.

Conclui-se com isso que de fato, organizar, catalogar e analisar essa documentação do século XIX, é mais um passo significativo para o avanço do estabelecimento dessa documentação como objeto de pesquisa. Visto que, para além das dependências do Arquivo Público Municipal de Paranaguá, essas fontes se propõem a servir de base para novas



perspectivas, indagações e narrativas. Ademais, têm-se esperança de que esse estudo venha a servir como um sinônimo de expansão nas narrativas historiográficas pertinentes a Paranaguá, ao litoral e ao estado do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto 4.073, de 3 de janeiro de 2002.** Regulamenta a Lei n o 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: Acesso em: 05 de agosto de 2023.

BRASIL. **DECRETO Nº 8.539 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.** Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm. Acesso em 05 de agosto de 2023.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo.** São Paulo: Edusp, 2009.

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento.** In: História e memória. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Memória.** In: História e memória. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.
NORA, Pierre. **Entre a história e a memória.** A problemática dos lugares. In: Projeto História – São Paulo, 1993.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio.** Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, 1989.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 1-7, 1996.

SOUZA, Rosale de Mattos. **Caminhos da História – Sujeitos da memória: um constructo do conhecimento através do arranjo documental e da descrição arquivística.** Disponível em: https://www.aargs.com.br/IICNA/trabalhos/rosale_souza.pdf. Acesso em 05 de agosto de 2023.

SCHMIDT, Benito. **Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional.** Anos 90. Porto Alegre, V. 5, p. 187-196, dez 2008, 187-196. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7966/4754>. Acesso em 05 de agosto de 2023.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS DOS ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ DURANTE A PANDEMIA À LUZ DOS CONCEITOS EMANCIPATÓRIOS

Paloma Luci Tiliake (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranaguá, tiliakepaloma@gmail.com

Mary Sylvia Miguel Falcão - Orientadora
Unespar/Campus Paranaguá, mayfalcai@gmail.com

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

Compreendendo que o mundo enfrentou entre os de 2020 a 2021, uma das maiores catástrofes na saúde mundial, provocada pelo contágio da Covid-19. Embora esse cenário tenha afetado a saúde de milhões de pessoas ao redor do mundo, ela se manifestou em todos os campos das relações humanas. De acordo com Paludo (2020, p 45), no Brasil o impacto se deu em diversas “áreas e aspectos da vida social. Da crise sanitária até a crise econômica, no Brasil e no mundo, se torna difícil apontar espaços e relações sociais que não sofreram alguma mudança com a pandemia”. Em detrimento dessas afirmações, questionou-se a importância da participação da família no processo de ensino aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos, indagando até que ponto a participação dos pais/responsáveis atendeu aos princípios da gestão democrática.

A pergunta que norteou o estudo foi compreender até que ponto a pandemia, tendo exigido mais atenção dos pais em relação aos conteúdos escolares na vida dos filhos, se essa experiência contribuiu para alterar o conceito de participação como princípio da gestão democrática nas escolas, nesse caso os centros de educação infantil. Para isso, outras questões emergiram buscando compreender como e se, os mecanismos da gestão democrática institucionalizados nos Centros de Educação Infantil estavam presentes nas práticas de gestão e até que ponto elas contribuíram para minimizar as dificuldades apresentadas pelo distanciamento social. Importou saber quais foram os instrumentos de gestão criados para garantir as mediações entre instituição e pais, bem como a visão dos sujeitos pesquisados

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 1 de 20



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





sobre as formas de participação elaboradas nesse período. As concepções apresentadas pelos sujeitos da pesquisa foram cotejadas com os princípios da gestão democrática.

Ciente que as reflexões acerca das vivências que ocorreram nos CMEI's nesse período, ainda estão sendo construídas e analisada devido à proximidade temporal dos fatos. Para essa tarefa, o instrumento de coleta de dados elaborado se deu por meio de questionário aberto que de acordo com Mattar (1994), estimulam a cooperação dos pesquisados, tem menor influência sobre os sujeitos pesquisados tem menor força para influenciar as perguntas com alternativas previamente estabelecidas, pois elas apresentam comentários, explicações e esclarecimentos significativos para se interpretar e analisar as perguntas com respostas fechadas. O instrumento de coleta buscou contemplar a visão dos sujeitos as sobre a participação dos pais e ou responsáveis em dois momentos, a saber: antes e durante, com a intenção de confrontar essas manifestações com a realidade pandêmica. A escolha das instituições de ensino, podem ser caracterizadas como de realidades distantes, já que se considerou os indicadores do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), bem como o contexto territorial delas. Para esse estudo compreender os princípios da gestão democrática é fundamental no cotejamento com as práticas de gestão nos CMEI's (Centros de Educação Infantil) exibidas antes e durante a pandemia.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi de cunho qualitativa. Pois, nela se dá a primazia da compreensão como princípio do conhecimento, que prefere estudar relações complexas ao invés de explicá-las por meio do isolamento de variáveis. Uma segunda característica geral é a construção da realidade. A pesquisa é percebida como um ato subjetivo de construção. Assim, a descoberta e a construção de teorias são objetos de estudo desta abordagem, Bauer & Gaskell (2008).

O instrumento da coleta de dados foi um questionário aberto, pois, segundo Mattar (1994) diz que estimula a cooperação dos pesquisados, tem menor influência sobre os sujeitos pesquisados tem menor força para influenciar as perguntas com alternativas previamente estabelecidas. Num primeiro momento o instrumento se mostrou ineficaz ao ser aplicado num determinado grupo e precisou ser reelaborado para então ser aplicado nos CMEIs. A partir disto, foi possível apreender a visão dos sujeitos entrevistados e confrontá-las com os



princípios da gestão democrática, problematizados a partir da contemplação dos objetivos e das questões da pesquisa.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Lima (2001) afirma que a gestão democrática pode ser compreendida como “uma participação no processo de decisão, um ato de ‘ingerência’, e não a atitude do espectador que se limita a assistir ou, de mais ou menos longe, a contemplar” (LIMA, 2001, p. 33). A gestão democrática pode ser vista como a ação do homem sobre sua realidade é a condição essencial para sua humanização e se dá a partir das relações dele com a natureza, num processo que lhe permite a autoria da criação, da recriação e das decisões que dinamizam o seu mundo e lhe conferem a consciência do inacabamento¹.

Para Freire, a condição para a humanização do homem está na defesa intransigente da liberdade e da participação livre e crítica dos sujeitos sobre o mundo. Portanto, segundo Freire (2002, p. 20), “é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção que se instaura a necessidade ética [do ser humano]”. A gestão democrática é, nesse sentido, o campo das experiências concretas no qual essas experiências podem se dar (LIMA, 2002). Assim, não se pode discutir a participação sem compreendê-la numa perspectiva crítica e cidadã, como conceito constitutivo da gestão democrática; por sua vez, põe-se no campo oposto da regulação burocrática, que visa produzir na instituição uma participação consentida, tímida e despolitizada (ARROYO, 2008).

Desta forma, a ponderação acerca da gestão nas escolas/centros de educação infantil brasileiras deve passar não só por um tipo de democracia representativa que afasta os pais das decisões sobre a educação dos filhos, mas trazer ter como objetivo a participação como exercício cotidiano, no qual a comunidade escolar tenha autonomia para poder agir a partir da suas visões de mundo visando partilhar os elementos da sua cultura.

O COMPARTILHAMENTO DA CRIANÇA PEQUENA COMO PRESSUPOSTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

¹Segundo Paulo Freire (1999), somente entre homens e mulheres pode existir o inacabamento, que os leva a transcender o domínio da pura necessidade, ou do meramente biológico (animal), temporalizando os espaços geográficos. Ou seja, ao transformar sua realidade, o homem produz sua cultura, entendida como tudo que não é natural. Nesse processo, ele ascende como um ser situado e datado.



Compreendendo que a Educação Infantil (EI) é a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais públicos ou privados que tem por objetivo educar e cuidar crianças de 0 a 5 anos de idade . A criança é reconhecida como um sujeito histórico e de direitos que, “nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.” (BRASIL, 2010) Assim as diretrizes curriculares para a EI trouxe novos princípios para compor essa etapa:

1) os Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum, 2) Os Princípios Políticos do Direitos e dos Deveres da Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática, 3) Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade, da Qualidade, e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais. (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2009, p. 344)

Contribuindo com o tema, Bujes (2001) aponta que o conceito de infância está intimamente ligado as formas de organização do trabalho que passaram a agregar a força de trabalho feminina. A partir da inclusão das mulheres no mundo do trabalho, uma nova configuração de família emerge, considerando o papel da mulher como trabalhadora. Entretanto, por razões que se identificam com um conjunto de ideias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade e de como torná-la, através da educação, um indivíduo produtivo e ajustado às exigências desse conjunto social, BUJES (2001, p. 15).

Nessa perspectiva, a educação da infância tem seus primeiros passos no modo assistencialista, ou seja, ela surge como intuito de cuidar, alimentar, cuidar da higiene e o cuidado físico, As instituições de educação tinham como objetivo somente cuidar da criança e suprir suas necessidades básicas no seu início é que essas instituição eram vista como direito dos pais e não da criança (OLIVEIRA, 2005). Entretanto a a Constituição federal de 1988, muda essa condição ao definir a educação como direito subjetivo.

Partindo do pressuposto que as interação entre a família e os CMEI's devem visar o compartilhamento da educação da criança pequena no que se refere às suas especificidades. Em pesquisa realizada, Monção (2013) verificou que esse é um logo caminho a ser percorrido. Para autora o compartilhamento dos CMEI's com a família se dá numa perspectiva assistencialista, e sua expressão de dá nos aspectos a saúde, do desfralde e a



alimentação. O cuidado não é entendido como algo necessário à aprendizagem. E ainda que nas práticas pedagógicas que elas se apresentavam de modos diversos. A autora alerta que a partir da observação da existência de diferentes posturas pedagógicas observadas na mesma instituição, inviabiliza a organização do trabalho coletivo, como princípio da gestão democrática.

No que se refere à participação das famílias, segundo Monção (2013) as contradições assumidamente sob diversos contornos. Ou seja:

A participação na decisão emerge como uma dimensão central da gestão democrática das escolas, não apenas pelos fenômenos de participação ativa que são típicos dos processos de organização e mobilização democráticas, mas também porque a participação verdadeira exige muito mais do que o acesso à informação e o direito a ser informado, a publicidade democrática dos atos, as propostas e sugestões, as auscultações e outros processos eventualmente despojados de poder de decisão, que Maurício Tragtenberg (1989) designou de “participacionismo” (LIMA, 2014, p. 1072)

Há por parte dos professores manifestações práticas de impedir a participação da família nas tomadas de decisões, nessa medida não dá importância aos valores e percepções dos responsáveis pelas crianças. Um exemplo disso, pode ser observado nas reuniões prescritivas com esse segmento que se reduzem à informes repetitivos que não priorizam a voz dos pais.

Tendo em vista esses dados apresentados pela autora, compreende-se a falta de participação dos pais na instituição se torna inviável. Diferente da prática de gestão autoritária, a gestão democrática pressupõe um ambiente colaborativo no qual os sujeitos podem partilhar suas visões de mundo. Afirmar a educação da criança pequena como um direito, pressupõe compreender essa educação em acordo com os princípios da gestão democrática na qual a participação da família é fundamental (MONÇÃO, 2013). Mas que tipo de participação está se falando? Essa questão remete a alguns patamares, como ressaltados por Resende e Silva (2016, p. 34): “compreendendo-se ‘relação família-escola’ [...] como uma ligação ou associação entre essas duas instâncias, pode-se supor que tal ligação aconteça com diferentes níveis de envolvimento”.

Além disso,

O primeiro patamar é o de “mera recepção de informação”. Nesse patamar, os pais limitam-se a receber e responder comunicados, telefonemas e bilhetes da escola, podendo acompanhar os filhos também em casa, mas mantendo-se distantes do estabelecimento escolar e visitando-o somente quando solicitados ou em ocasiões festivas. O segundo patamar é caracterizado pela “presença nos órgãos de gestão da



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

escola”, sendo os pais entendidos como “parceiros menores da administração da instituição escolar” (LIMA, 2002, p. 147). Já no terceiro patamar, os pais apresentam um envolvimento direto na vida da sala de aula, sendo “encarados como parceiros ativo (sic), participantes na concepção, planificação, execução e avaliação de áreas importantes do currículo” (LIMA, 2002, p. 148).

Nele se entende que a participação é um tema com uma ampla gama de compreensões no espaço educacional, sendo importante, ao pesquisar esse campo, buscar entender de qual ou/e quais desses significados se aplicam a fala dos depoentes. Já que uma participação receptora de mensagens por parte dos professores (as) difere de uma participação com poder de escolha baseada no diálogo da instituição para com os pais. Nesse sentido, as autoras contribuem para a compreensão das formas pelas quais os sujeitos dos CMEI's interpretam a participação como princípio da gestão democrática.

Compreende-se que o impacto promovido pela pandemia incidiu de modo geral sobre todo o âmbito social. Na educação os pais tiveram que arcar com a mediação da aprendizagem dos filhos devido o distanciamento social provocado pela pandemia. Fato que impactou as tarefas desses sujeitos quer pela ausência de tempo, quer pela precariedade de formação necessária para dar suporte aos filhos no processo de aprendizagem, além do acesso aos recursos tecnológicos exigidos para esse período (INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022). Assim, pondera-se que a pandemia impôs a esses sujeitos atribuições importantes no que se refere à apropriação do conhecimento de seus filhos.

Diante do exposto é importante observar que o trato com a criança pequena exige especificidades que precisam ser compreendidas. Deixando claro o que se entende por gestão democrática, o objetivo passa a examinar o contexto educacional que se abateu sobre a educação, em virtude da pandemia no município de Paranaguá- PR.

A PANDEMIA E A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR

Após três meses desde o primeiro registro na China de março de 2020, a OMS declarou estado de pandemia do novo coronavírus, a partir da constatação da disseminação a nível mundial do Corona Vírus/Covid-19. A partir desse alerta, em março de 2020, estados e municípios começaram a adotar medidas e políticas de isolamento e distanciamento social para conter e reduzir as taxas de contágio, situação que impactou a vida da população. Em

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 6 de 20



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

agosto de 2020, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) publicaram no documento “Retratos da Educação no Contexto da Pandemia do Coronavírus: Perspectivas em Diálogo” que apresentou os resultado de estudos com o objetivo de levantar informações a respeito da conjuntura educacional brasileira, a partir de dados levantados junto às 27 secretarias estaduais (100% do universo) e a 3.978 secretarias municipais (71% do universo). Os resultados demonstraram que

[...] já na semana de 24 de março, 20, das 21 secretarias estaduais de educação (78% do universo) haviam emitido normativas sobre o fechamento das escolas por conta da pandemia. Na mesma condição encontravam-se 84% das 3.011 municipais que responderam à pesquisa, correspondentes a pouco mais da metade 55% dos 5.570 municípios do país. Dentre as 20 redes estaduais que responderam à pesquisa e haviam emitido normativas: 40% implementou a suspensão das aulas, 40% promoveu o adiantamento de férias/períodos de recesso. 20% havia disponibilizado atividades não presenciais para o cumprimento da carga horária letiva. Quanto às 2.520 redes municipais participantes do estudo que haviam emitido normativas: 63% implementou a suspensão das aulas, 27% promoveu o adiantamento de férias/períodos de recesso. 8% havia disponibilizado atividades não presenciais para o cumprimento da carga horária letiva. 1% apresentou outras situações. (UNDIME/CONSED, 2020, p. 12-13).

Dentre esses municípios, Paranaguá- PR também teve que lidar com os impactos da pandemia. O município fica localizado no litoral do Paraná, possui aproximadamente 157.378 mil habitantes tem 14.116 alunos matriculados na educação básica e 1153 professores distribuídos em 73 unidades de ensino. A partir da legislação produzida em nível nacional, o município de Paranaguá- PR, em acordo com o Plano de Contingência Nacional, editou o Decreto nº 1.909/2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo Coronavírus - Covid-19 no município. Dentre as medidas tomadas pela prefeitura estava a suspendeu as aulas na Rede Municipal de Ensino pelo prazo de 15 dias, sendo prorrogada por tempo indeterminado por meio do Decreto nº 1954/2020. (PARANAGUÁ, 2020).

De acordo com Xavier (2023) a partir da suspensão das aulas no município, em março foi publicada a Instrução Normativa nº 04/2020, que dispõe sobre as normas excepcionais do calendário escolar para o ano letivo de 2020. Essa instrução teve o caráter de retomar as atividades pedagógicas de modo remoto no Ensino Fundamental e EJA. Já na educação infantil a retomada das aulas em modo remoto de se deu a partir de julho de 2020, firmadas pela Instrução Normativa nº 05/2020, (PARANAGUÁ, 2020). Com a anuência do Conselho Municipal de Educação de Paranaguá, foi editada a Deliberação nº 01/2020, a qual

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 7 de 20



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





regulamenta normas excepcionais sobre atividades pedagógicas não presenciais para reorganização e cumprimento do calendário do ano letivo de 2020 da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para o Sistema Municipal de Educação de Paranaguá, em decorrência da legislação específica sobre a pandemia. (COMED, 2020).

Para atender a legislação a Secretaria Municipal de Educação Integral (SEMEDI) editou a instrução normativa n.º 06/2020, orientando às instituições educacionais municipais e aos profissionais do quadro do magistério, medidas para o acompanhamento das atividades pedagógicas não presenciais propostas. As escolas e Centros de Educação Infantil foram orientadas a organizarem o procedimento de busca ativa² prevendo a possibilidade de que estudantes pudessem abandonar os estudos. (XAVIER, 2023). As normas estabelecidas para a avaliação contemplavam “as devolutivas dos pais, mães ou responsáveis deveriam ser mensuradas na intencionalidade de registrar o desempenho alcançado pelos estudantes ao longo do período de excepcionalidade” (XAVIER, 2023, p 41). Observa-se aqui que a intenção foi consultar as famílias sobre o desempenho dos alunos.

Pode-se observar que o município teve que lidar, não diferente dos demais municípios brasileiros, com os impactos da pandemia no seu sistema de ensino. Nesse sentido busca-se observar no campo de pesquisa, a visão dos sujeitos.

A pesquisa de campo abrangeu três Centros de educação Infantil do município. O CMEI I, encontra-se na região central de Paranaguá, . O CMEI tem uma estrutura adequada atende 127 crianças nos dois turnos, nos dados de 2022 e atende crianças que moram ao entorno e, também, filhos de mães que trabalham na região central do município. O Projeto Político Pedagógico assegura a participação dos pais e visa a gestão democrática no plano de ação da com estratégias como, o fortalecimento da APMF (Associação de Pais Mestres e Funcionários) e em com reuniões trimestrais com os pais nas quais são feitas exposição dos trabalhos das crianças para o acompanhamento pedagógico das famílias. (PPP, CMEI I).

O CMEI II, está localizado em uma região periférica da cidade de Paranaguá. Atende os cinco bairros próximos, sendo majoritariamente as crianças são oriundas de famílias, com renda familiar de até um salário mínimo em média. Em seu Projeto Político Pedagógico, o CMEI aponta a necessidade de proporcionar a participação dos pais e da comunidade por

² Considerando a probabilidade de que ocorra evasão escolar, que seja realizado um esforço de busca ativa dos estudantes.



entender a importância disso, para a instituição e na formação da criança. O PPP salienta que trabalha a conscientização da família e comunidade sobre ser responsável de todos em relação a vida escolar das crianças e, ainda menciona que a participação é um ato de democracia. (PPP, CMEI II).

O CMEI III, encontra-se em uma região afastada do centro da cidade. A estrutura da instituição é ampla. O CMEI está localizado entre bairros mais carentes do município, atende crianças de 5 bairros diferentes. As crianças matriculadas são de famílias de trabalhadores da região, com renda média de até dois salários mínimos. O Projeto Político Pedagógico, retrata os princípios da gestão democrática como ponto de chegada para a gestão, segundo o documento a gestão defende sempre em diálogo aberto com a comunidade. (PPP, CMEI III).

Assim, passa-se a descrever os sujeitos da pesquisa. Tratam-se de 18 sujeitos, todas mulheres entre 27 e 61 anos de idade, autodeclaradas sendo 50% parda, 34% branca e 16% negra, com escolaridade entre ensino fundamental e mestrado. Passa-se agora a apresenta a visão desses sujeitos sobre a participação dos pais nos CMEI's.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao entrar nos resultados e discussões passa-se então a fazer necessário trazer os quadros sobre as questões feitas em questionário igualitário para todos os sujeitos da pesquisa.

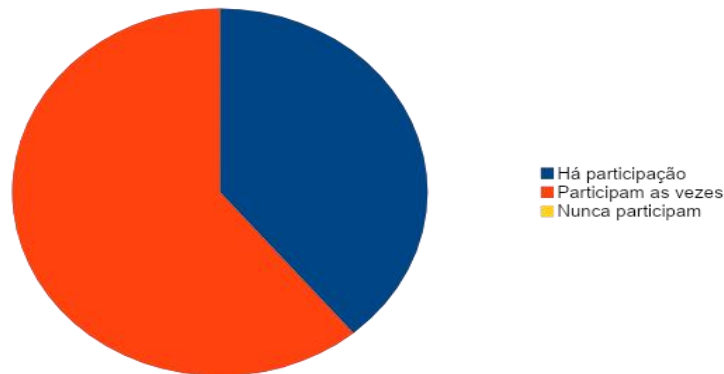
A visão dos sujeitos sobre a participação antes da pandemia

Considerando que , como foi anunciado anteriormente, para efeito a pesquisa visou confrontar a percepção dos sujeitos sobre a participação nos CMEI's, sendo assim o gráfico 1 demonstra que não há manifestações de não participação:

Gráfico 1 – A participação dos pais antes da pandemia



A participação dos pais antes da pandemia

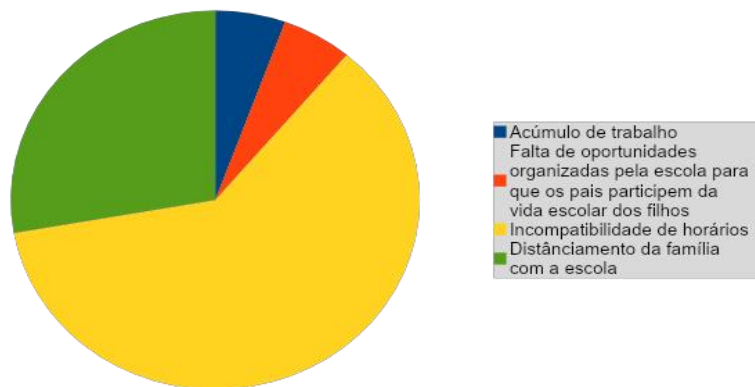


Fonte: Gráfico elaborado para este estudo, (Tiliake, 2023, p.10).

Os sujeitos afirmaram haver participação, entretanto, eles reconhecem na sua maioria que essa participação se dá de forma fragmentada, fato que leva a crer que não há uma efetiva participação dos pais. Indagados em relação à não efetividade da participação os sujeitos, os motivos variam, como se pode observar no gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 – Motivo da não efetividade da não participação dos pais nos CMEI's.

Motivo da não participação dos pais



Fonte: Gráfico elaborado para este estudo, (Tiliake, 2023, p.10).

Observou-se que 61% dos sujeitos apontaram para a incompatibilidade dos horários propostos inviabiliza a participação, uma vez que a maioria do pais que são trabalhadores não tem acesso à horários alternativos para participar, uma vez que os CMEI funcionam em geral entre as 8:00h e 18:00h o que inviabiliza a participação. Entretanto, observando os PPP's das instituições, vê-se neles a afirmação de que não medirão esforços para ampliar a participação dos pais nos centros infantis, principalmente se tratando da criança pequena. (MONÇÃO, 2013) Outras constatações podem ser feitas quando se observa que não há nas práticas de



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

gestão da instituição, ações que priorizem a efetiva participação dos pais. Foi observado que 27% dos sujeitos afirmam haver distanciamento entre os pais e CMEI.

Como pode-se observar nas afirmações do CMEI I, sobre o distanciamento dos pais com o CMEI, não havia sido dada essa opção, mas sim a opção para o distanciamento do CMEI com a família, essa troca foi feita pelos próprios sujeitos da pesquisa e sugere que eles não tem domínio sobre o seu PPP, ou que em última instância, a gestão democrática chega as instituições apenas no aspecto formal, pois nesse documento está expresso a garantia da participação, bem como o comprometimento da gestão da instituição em oferecer oportunidades para que os pais possam contribuir na gestão escolar.

Entretanto, um das mães entrevistados, afirma que neste CMEI não há oportunidades para que eles participem. Moções (2012) observa que há por parte da instituição a ideia que os pais não tem competências necessárias para contribuir na formação dos filhos. Entretanto, o PPP do CMEI I consta que ela, enseja a participação dos pais por meio de diversas estratégias. Outro fator apontado foi o acúmulo de trabalho dos pais. Na visão de 5,5% dos sujeitos ela é um empecilho para a participação. Compreende-se que tanto os pais quanto os professores e os gestores, há a naturalização do impacto do trabalho na participação dos pais nos CMEI's. Todavia o acúmulo de trabalho dos pais está condicionado pela relação de exploração do trabalho na sociedade capitalista, que adentra o espaço da instituição no que se refere ao acompanhamento da vida escolar dos filhos (MARX, 1978).

Apesar da escola reconhecer o acumulo de trabalho um fato, falta clareza aos gestores para a elaboração de propostas que dialoguem com esse fato de modo repensar as formas para trazer essa parcela da comunidade para dentro do CMEI. Tanto é que quando indagados como os entrevistados concebem as formas de participação, elas se mostraram do seguinte modo, conforme demonstra o gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3 – As manifestações dos sujeitos sobre as formas de participação dos pais nos CMEI's

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 11 de 20



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

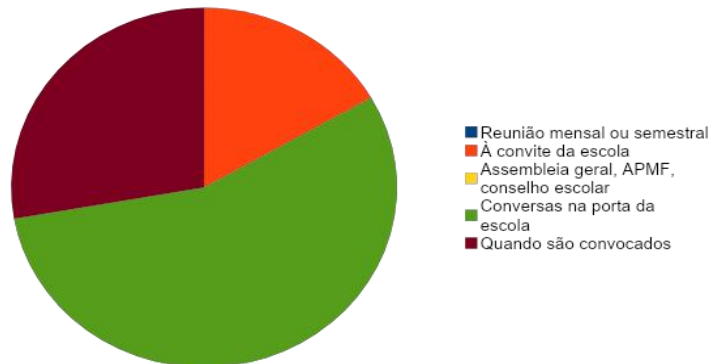
EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

As formas de participação



Fonte: Gráfico elaborado para este estudo, (Tiliake, 2023, p.12).

Esse gráfico evidencia que a concepção dos sujeitos no que se refere a participação varia levando a crer que nas formas apresentadas nenhuma das resposta considerou os mecanismos de gestão democrática previstos institucionalmente. Isso leva a crê que está havendo uma substituição de espaços coletivos de gestão por espaços individualizados que não atendem aos princípios democráticos. (PARO, 2005, LIMA, 2002) A participação dos pais se reduz a uma simples conversa “na porta da escola” sobre como foi o dia da criança é considerado pela maioria dos sujeitos como participação, demonstrando o caráter assistencialista da educação da criança pequena.

Observou-se que entre as questões apresentadas, uma se referia aos instrumentos de gestão democrática (APMF, Assembleia, Conselho escolar, PPP), entretanto, essa questão não foi respondida por nenhum dos sujeitos, o que leva a crer que há nesses CMEI’s um total desconhecimento sobre os instrumentos de gestão instituídos como espaços de construção coletiva. Fato que leva a crer que professores e gestores, não tem a participação como um princípio da democracia na qual o poder de decisão conjunta entre família e instituição sobre a educação das crianças, advêm.

Nota-se que nas porcentagens 55% dos sujeitos indicaram que as conversas na porta do CMEI seriam formas de participar. Outros 28% afirmam se dão por meio do ato institucional de convocação. 16% dos sujeitos deixam claro que entendem a que participação se dá à convite da escola. Entretanto, pode-se observar que as recomendações da gestão para a participação dos pais ficam direcionadas ao âmbito individual. Isso pode ser observado nas falas da mãe do CMEI I que afirmou que as recomendações recebidas para participar da vida escolar do filho se dariam por “conversas no particular com os pais, tanto telefone quanto na



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

porta da escola”. A professora do CMEI II segue na mesma linha, afirmando que o CMEI orienta aos pais “conversas no grupos de whatsapp e quando necessário a direção chama o responsável até o CMEI para conversar pessoalmente”. Já a gestora do CMEI II considera que as orientações sobre a participação devam se dar por meio de “reuniões da equipe pedagógica com os familiares”. Pode-se observar que predominam nos CMEI’s práticas que reduzem a envolvimento dos pais na gestão coletiva do CMEI. De acordo com Lima a gestão democrática:

Corre o risco de cristalização enquanto categoria pretensamente democrática e legitimadora, já relativamente desconectada de possíveis realizações efetivamente democráticas em termos de governo das escolas, transformando-se num slogan, num lugar-comum que todos invocam sem consequências de maior, mesmo quando a definição dominante de gestão democrática possa revelar a sua eventual desvitalização, ou erosão (...). (LIMA, 2014, p. 1.070).

No que se observa há uma visão majoritária na qual a participação não implica na melhoria da qualidade do desenvolvimento da criança pequena. Destaca-se a a visão do Gestor do CMEI I na qual a participação se configura pela simples dos pais ás reuniões acerca de assuntos sobre a vida das crianças, revelando aqui seu caráter meramente assistencialista (MONÇÃO, 2012), “pois só o poder de decidir confere pleno sentido às práticas de governo democrático das escolas, rompendo com encenações participativas, com rituais, processos e métodos formalmente democráticos, mas a que falta substantividade democrática” (LIMA, 2014, p. 1.072).

Não foi observado nos sujeitos entrevistados a compreensão sobre o caráter deliberativo dos pais sobre o processo educativo dos filhos. As recomendações sobre a efetividade da participação partem de orientações instrumentais nas quais o “ir a escola” ou “conversas na porta da escola” são consideradas formas de participação.

De acordo com Monção (2013) a compreensão sobre sobre a importância da gestão democrática na escola induzem nas manifestações da escola praticas de impedir a participação da família nas tomadas de decisões à medida em que não dão importância aos valores e percepções dos responsáveis pelas crianças, observa-se que para os sujeitos da pesquisa essas essas formas são válidas no que tange à participação nos Cmeis. As praticas de gestão observadas nos CMEI’s confronta com exercício da a participação como radicalização democracia (ARROYO, 2008).



Evidencia-se que os sujeitos dos CMEI's apresentam uma visão na qual prevalece a participação receptora de mensagens oriundas da instituição em contraposição à uma participação como poder de escolha baseada no diálogo da instituição com os pais (RESENDE E SILVA 2016).

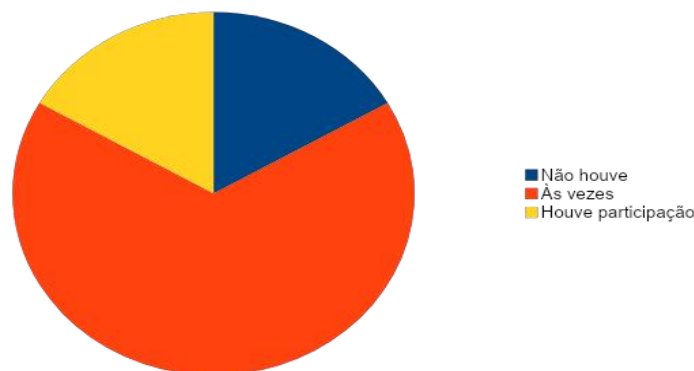
A falta de um conceito preciso sobre a gestão democrática contribui para a mistificação da participação que os sujeitos No CMEI apresentam e quando confrontam com os PPPs dessas instituições, pode se observar que de modo formal eles estão presentes nesse instrumento. Nesse sentido pode-se inferir que os PPP dos CMEI's perdem sua função como instrumento da gestão democrática. De forma idealizada a participação como ato primordial decidir junto fica relegada às formas de contato entre família e CMEI. Assim,

(...) é possível inventariar vários sentidos divergentes da categoria “gestão democrática das escolas”, não apenas marcados pela miscigenação de elementos teóricos e conceituais distintos, mas também por concretizações históricas e político educativas mais próximas, ou mais distantes, dos ideais democrático participativos, não raramente remetendo para situações de marcado hibridismo e mesmo para cenários de possível ruptura com os valores da democracia. (LIMA, 2014, p.1073)

Pode-se observar que antes da pandemia os sujeitos dos CMEI's elaboravam as suas práticas de gestão de forma alheia aos princípios da gestão democrática, esse hibridismo que se constitui nas praticas de gestão democrática se aprofundaram na pandemia, na qual a participação se deu de forma dramática que pode ser observado nos dados a seguir:

Gráfico 4 – A participação dos pais na pandemia

A participação dos pais na pandemia



Fonte: Gráfico elaborado para este estudo, (Tiliake, 2023, p.14).

Compreendendo esse momento em que a aproximação dos pais às instituições é exigida como mediadores do conhecimento, pode-se observar que a não participação no momento pandêmico observou-se 16,5% afirmaram que os pais não participaram da vida escolar dos filhos. 67% dos pesquisados dizem que a participação foi esporádica e 16,5%



que houve participação. Ao observar esses dados podemos inferir que na visão dos sujeitos paira uma “pseudoparticipação³” que relativiza o conceito de participação numa perspectiva crítica. Entretanto, a pandemia revela que o afastamento dos pais da instituição escolar de modo claro, pois:

as escolas [...] não conseguiram ensinar. Não só por falta de condições objetivas, porque sem a mediação presencial dos professores, muitos alunos não tinham alguém próximo para auxiliá-los com as atividades quando conseguiam lhes ter acesso, além disso esta condição que o período pandêmico tornou mais evidente os problemas já existentes na escola. (CARDOSO; FREITAS; TILIAKE, 2022, p. 250)

Um dos problemas foi marcado pela falta de participação dos pais nas vida escolar dos filhos. Entretanto pode-se observar que o não envolvimento dos pais com a aprendizagem dos filhos em relação ao anterior mudou pouca coisa em relação ao período anterior. Sabendo que a participação tem importância fundamental no aprendizado das crianças no que se refere ao cuidar e educar como princípio da prática educativa na educação infantil. Quando perguntados se a participação dos pais aumentou durante a pandemia, uma vez que eles eram a mediação possível entre CMEI e os alunos. Os sujeitos apresentaram as seguintes visões:

Gestor I afirmou que a participação *Não aumentou*. Indagou-se sobre os motivos na visão dela se deu em função do *trabalho e falta de conhecimento teórico dos pais para auxiliar nas tarefas de casa*. A mãe 1 afirmou que *Não aumentou, pois nesta sociedade capitalista os pais já não estavam participando e com a pandemia só piorou. Minha sobrinha é a prova viva disso, os deverem que foi mandado, quem fazia as tarefas eram os pais*. A Professora do CMEI II afirmou que a participação foi *razoável, porque muitos ainda só comparecem para expor problemas e não para saber como o desenvolvimento do seu filho está sendo*. A gestora do CMEI III afirmou a participação *Aumentou, para as famílias, no período da pandemia, a intenção da participação era “assistencial” devido a alimentação (entrega de cesta básica na instituição)*.

Ao se referirem se aumento da participação na pandemia observou-se nenhum dos CMEI’s houve manifestações que indicassem relações de diálogo entre pais e CMEI’s para decidir como proceder nesse tempo pandêmico. Observou-se que as os CMEI’s estabeleceram as práticas que achavam possíveis. Contudo, na maioria das falas de professores e gestores observa-se que o problema da participação dos pais é somente deles. Segundo professora 1

³ (LIMA, 2014, p. 1072)



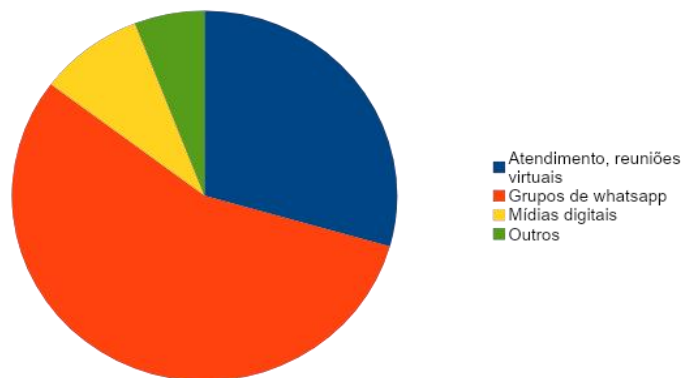
do CMEI I afirmou que “é nítido a falta da participação dos pais nos aspectos afetivos e cognitivo das crianças”. Essas falas buscam, em última instância, a culpabilização dos pais quando enfoca no erro do outro. Sem que se leve em conta que para que a participação ocorra é necessário que a instituição organize as formas, considerando-a como um ato político. Pois:

Na perspectiva de pais, professores e atendentes, as opiniões sobre as exigências, expectativas e responsabilidades de cada um parecem distancia-se, não caracterizando uma tendência para o envolvimento ativo e parceria. Desatenção e despreparo (tanto da creche quanto dos pais) e falhas na comunicação dificultam a partilha de informações, principalmente sobre a criança. Não há divisão de responsabilidades e a relação entre creche e família oscila entre uma conduta defensiva dos pais e ofensiva da creche. (Bhering e De Nez , 2002, p.67)

Fica evidenciado que os CMEI's a pseudoparticipação dos pais foi voltada exclusivamente para um participacionismo estéreo que remete as práticas do assistencialismo. Diferente dessa forma, a participação verdadeira exige muito mais do que o mero acesso à informação. Essas afirmações podem ser observadas no gráfico 5, a seguir quando se questiona sobre as formas para a participação dos pais organizadas durante a pandemia.

Gráfico 5 – formas de participação criadas na pandemia

Formas de participação criadas na pandemia



Fonte: Gráfico elaborado para este estudo, (Tiliake, 2023, p.16).

O Gráfico revela que 55,9% se deu em grupos de whatsapp, 29,4% para atendimento, reuniões virtuais, 8,8% para mídias digitais (como plataformas e facebook) e 5,8% para outros aparece as idas dos pais à instituição para a buscar as cestas básicas⁴, conforme a Gestora do Cmei III

No caso das famílias sem acesso a internet, fazíamos contato via ligação para agendar a entrega das propostas impressas e para fazermos a busca ativa. Inicialmente a entrega das propostas eram todas feitas em domicílio, levávamos até a casa das crianças as propostas e os kits alimentação. Posteriormente,

⁴ Os alunos passaram a receber cestas básicas distribuídas aos alunos matriculados em relação ao grau de vulnerabilidade das famílias, exibidos na pandemia.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

continuamos entregando nas residências apenas para aquelas que não tínhamos contato por ligação. As demais ligávamos para que fossem até o Cmei buscar/entregar. (GESTORA Cmei II, 2023)

Segundo os sujeitos pesquisados essa foi uma forma considerada como pelos pais do CMEI I como ida à escola como sinônimo de participação. Contudo, boa parte deles disseram que foi suficiente, por conta do momento vivido de pandemia. Entre os meios propostos para a participação dos pais na aprendizagem dos filhos, segundo afirmações dos pesquisados variaram entre entrega de cestas básicas, pegar material, ligação telefônicas e pedidos de participação, reuniões virtuais, busca ativa, mensagens de texto, chamadas de vídeo.

Um fato que chama muito a atenção a entrega das cestas básicas como o contato da família com o CMEI, entrega de cestas básicas e pegar as atividades impressas e ficar ciente das orientações repassadas. Essas formas foram encontradas pelo CMEI para fazer contatos com os pais que não se dariam de outra forma, em função da lacuna anteriores existente entre instituição e família.

Foi observado que os pais não foram convidados em momento algum para discutir os encaminhamentos dados pelos CMEI's as reuniões eram de caráter administrativos e verticalizados e não envolvia as decisões desses sujeitos. Por fim questionou-se a visão dos sujeitos o não envolvimento dos pais com o CMEI na pandemia na visão dos sujeitos. professores e gestores tem sobre a falta de participação dos pais segundo eles:

Os pais mantêm a mentalidade que a função da educação é apenas do CMEI; a escola sempre está aberta para receber os pais mas por parte da família não há interesse. Faltou interesse dos pais na participação na vida escolar de seus filhos, as instituições escolares estão fazendo o possível para que os pais tenham maior interesse e maior disponibilidade; que faltou força de vontade mesmo. Porque quando é do seu interesse (filho machucado) acham tempo de vir até a escola, mas quando é ao contrário eles não se interessam; Precisa partir dos pais essa participação e vontade e disponibilidade dos pais para estarem na escola; Interesse, parar de reclamar e só ver problemas, mas também se envolver com os filhos. (Questionário professores e gestoras elaborado para esse trabalho, 2023)

Essa afirmação, sugere que tanto CMEI quanto família entendem a importância de trabalharem juntos, de ter uma boa comunicação e que isso influencia de maneira positiva da criança. Entretanto isso se constitui numa via de mão-única, ao que parece os pais são culpabilizados, pela não participação embora a instituição não ofereça meios e organização para tal. Entretanto,

Entendida como autogoverno democrático, a gestão democrática das escolas assume uma feição política, em busca da sua autonomia, em regime de co-decisão e de interdependência com outras autoridades públicas, legitimando a descentralização do sistema escolar e a transferência de poderes, do centro para as periferias, através da

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 17 de 20



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

participação democrática dos atores escolares e do público em contato com a escola, numa perspectiva sociocomunitária. (LIMA, 2014, p. 1073)

Portanto, as preocupações aqui demonstradas assumem importância na medida em que cabe a participação se trata de uma política a ser observada pelos sujeitos escolares e não simplesmente um ato de ir à escola. É necessário repensar a gestão democrática como prática política necessária para a emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa evidenciou que a questão assistencialista da educação infantil, ou seja a dicotomia entre o cuidar e o educar apontou que ainda permanece nas práticas de gestão dos CMEI's, essa percepção contamina as professores, pais e gestores que passam a gerir suas ações de gestão cotidianas sobre essa perspectiva nas quais só o cuidado com a criança é importante no trato com as famílias. Foi evidenciado que a não participação dos pais e famílias no CMEI, na pandemia não se deu apenas pelas condições do distanciamento social, pois o distanciamento já estava presente antes dela. Isso porque a instituição ao não ter um conceito da dimensão política da gestão democrática, estabelece com os pais práticas de gestão meramente administrativas. Constatou-se que a instituição entende por participação se efetiva na simples ida ao CMEI e não como um princípio democrático. Outro ponto, observado nas falas dos sujeitos é o esvaziamento da prática política que envolve a gestão democrática na qual o conceito do que seja a participação, se evidencia pelo senso comum nas atividades de gestão. Assim, o conceito de participação, até onde pode ser observado é destituído do seu conteúdo político nas gestões dos CMEI's, que leva a não participação da família. Logo, os achados desta pesquisa, permitiram entender que a gestão democrática se estabelece nessas instituições de modo formal no que tange ao seu PPP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. **Gestão Democrática: recuperar sua radicalidade?** In: CORREIA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira. Políticas Educacionais e Organização do trabalho na Escola. São Paulo: Xamã, 2008. p. 39-56.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7ed Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 18 de 20



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





BHERING, E.; De Nez, T. B. **Envolvimento de pais em creche:** possibilidades e dificuldades de parceria. Psicologia: Teoria E Pesquisa, Santa Catarina, Vol. 18 n. 1, p. 063-073, maio, 2002. [https Disponível em ://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100008](https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100008)

BUJES, M. I. E. **Escola Infantil:** Pra que te quero? In: CRAIDY, C. M.; SILVA, G. E. P. (Orgs.). Educação Infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. Cap. 1, p. 13-22.

CARDOSO, Cristina; FREITAS, Mariah Clara Guimarães; TILIAKE, Paloma Luci. **A organização do trabalho pedagógico e o papel do pedagogo na gestão da escola em tempos de covid-19:** notas preliminares de pesquisa. Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar Matinhos, v. 15, n. 2, p. 242-254, jul./dez. 2022. ISSN 1983-8921 doi: <http://dx.doi.org/10.5380/diver.v15i2.86998>.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários à Prática Educativa. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LIMA, Licínio C. **A gestão democrática das escolas:** do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária? Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1067-1083, out.-dez., 2014.

LIMA, J A. **A presença dos pais na escola:** aprofundamento democrático ou perversão pedagógica? In: LIMA, J A. (Org.). Pais e professores: um desafio à cooperação. Porto: ASA, 2002. p.133-73.

LIMA, Licínio C. **Organização Escolar e Democracia Radical:** Paulo Freire e a governação democrática da escola Pública. São Paulo: Cortez, 2001

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing:** metodologia, planejamento, execução e análise, 2a. ed. São Paulo: Atlas, 1994, 2v., v.2.

MARX, Karl. **O capital** (inédito).São Paulo: Ciências Humanas, 1978. L. I, v. I e II.

MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes. **Gestão democrática na educação infantil:** o compartilhamento da educação da criança pequena. São Paulo, 2013. 269 p. Tese (Doutorado em Educação) - USP Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Nina Rosa Teixeira; ALMEIDA, Cristiane da Conceição Gomes de. **A formulação e a execução de políticas públicas de educação infantil:** uma análise de experiências em municípios baianos. Scielo Books, Gestão Educacional nos Municípios: entraves e perspectivas [online]. Salvador:EDUFBA, 2009. 366 p. ISBN 978-85-232-0586-7. Available from SciELO Books<<http://books.scielo.org>>.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

PALUDO, Elias Festa. **Os desafios da docência em tempos de pandemia.** Em Tese, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 44-53, jul/dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina.ISSN 1806-5023. DOI: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2020v17n2p44>

PARANAGUÁ. **Secretaria Municipal de Administração,** departamento de Atos Legislativos. Decreto N° 1.954, 20 de abril de 2020.

PARANAGUÁ. **Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.** Instrução Normativa N.º 05/2020, 07 de



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

julho de 2020.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RESENDE, Tânia de Freitas; SILVA; Gisele Ferreira da. **A relação família-escola na legislação educacional brasileira** (1988-2014). Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.24, n. 90, p. 30-58, jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v24n90/1809-4465-ensaio-24-90-0030.pdf>>. Acesso em: 8 de jul. 2023.

UNDIME/CONSED (Org). **Retratos da Educação no Contexto da Pandemia do Coronavírus**: Perspectivas em Diálogo. 2020.

XAVIER, Tenile Cibele do Rocio. **O território, a pandemia e a alfabetização nas turmas de 3º ano da rede municipal de Paranaguá**. Matinho, 2023. 66 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - UFPR Universidade Federal do Paraná.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 20 de 20



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

CANDIDATOS RELIGIOSOS EM CAMPANHA: ELEIÇÕES À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ EM 2022

Pedro Ducatti Guedes - (Fundação Araucária)

Unespar/Campus de Campo Mourão, pedroducatti20@gmail.com

Frank Antonio Mezzomo - Orientador

Unespar/Campus de Campo Mourão, frankmezzomo@gmail.com

Modalidade: Pesquisa

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC

Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa vinculada ao Programa de Iniciação Científica da Unespar, Campus de Campo Mourão, e que contou com bolsa da Fundação Araucária/PR, procuramos analisar as imbricações entre a religião e a política brasileira, tendo como campo empírico de análise a eleição para a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), realizada em 02 de outubro de 2022. Dado a amplitude do material de estudos, focamos nos candidatos católicos e de religiões afro-brasileiras, buscando identificar os artifícios e procedimentos adotados pelos candidatos durante o período eleitoral, principalmente daqueles que utilizaram de conteúdos religiosos, como apoio de figuras ou instituições eclesiais, além de temas e pautas voltadas à moralidade, cuja finalidade é compreender os valores e crenças acionados no decorrer do pleito.

De acordo com a pesquisa feita por Reginaldo Prandi, Renan Willian Santos e Massimo Bonato (2019), 67,2% dos católicos, 49,8% dos protestantes históricos, 48,6% dos pentecostais e neopentecostais, 77,4% dos espíritas e 62,2% dos adeptos das religiões afro-brasileiras afirmam que líderes religiosos não deveriam se candidatar a cargos políticos. Isso

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 1 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





demonstra que uma parte da população brasileira defende uma separação entre o Estado e as instituições religiosas. Tal constatação também é encontrada na pesquisa de Pickel (2017, p. 268-269), quando fala que “a maior parte da população vê a política e a religião como esferas que devem se manter separadas, e a influência de líderes religiosos em decisões governamentais não é vista com bons olhos”.

Entretanto, as fronteiras do Estado laico estão desde muito tempo sendo colocadas em questão. Mesmo após a ordenação da primeira constituição republicana no Brasil em 1891, que separava as instituições religiosas do Estado, a Igreja Católica continuou a exercer sua posição de influência na política. E nos tempos atuais encontramos frases de candidatos que falam “sou contra a destruição da família e a doutrinação nas escolas”, “luto contra o avanço do lobby LGBTQIA+”, “Nós cristãos, estamos falando de política hoje para não sermos proibidos de falar sobre Jesus amanhã”, e o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” é extensivamente compartilhado nas redes sociais, tanto de eleitores como de candidatos à ALEP.

Isso demonstra a importância das coletas e análises feitas nesta pesquisa de materiais produzidos pelos candidatos católicos e de religiões de matrizes africanas. Mesmo que seja evidenciado que houve uma queda nos números de seguidores do catolicismo que diminuíram de 73,6% em 2000, para 64,6% em 2010 e 50% em 2016 (IBGE, 2010; DATAFOLHA, 2016), e a baixa quantidade de candidatos de religiões de matriz afro. Todos esses candidatos fazem parte da política brasileira, utilizando de recursos religiosos e pautas morais para atrair eleitores, criar alianças e, até mesmo, combater pautas divergentes. As articulações desses políticos devem ser analisadas para podermos entender melhor as fronteiras permeáveis do Estado laico.

A temática das relações entre religião e política tem sido objeto de pesquisas do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder desde 2008, que colaboram com os debates acerca das configurações e arranjos político-religiosos ocorridos nas eleições municipais em Campo Mourão. Após essa investigação, a cada pleito eleitoral, seja municipal, seja estadual e



nacional, temos nos dedicados a debater tais movimentos que afetam a cultura, as identidades e as sociabilidades (MEZZOMO; PÁTARO, 2019; MEZZOMO; ANJOS, 2021).¹

Diante das discussões já apresentadas e da relevância do trabalho, empreendemos esta pesquisa buscando identificar os políticos religiosos que participaram do pleito de 2022 para o legislativo estadual do Paraná, analisando como esses utilizam de figuras religiosas em suas campanhas, empregando esses símbolos em estratégias de persuasão e legitimação de suas propostas, consciente ou involuntariamente.

MATERIAIS E MÉTODOS

Em primeiro momento, coletamos alguns dados dos 890 candidatos que concorreram ao cargo de deputado estadual no Paraná, produzindo uma planilha no Excel com informações como nome completo do candidato, título e número de urna, partido, coligação, presidenciável que declarou apoiar e vinculação religiosa. Para essa coleta utilizamos o site de divulgação de candidaturas e contas eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A partir desses elementos buscamos encontrar seus perfis nas redes sociais, principalmente no *Facebook* e *Instagram*, com o propósito de localizar aqueles que apresentassem expressões religiosas, participações em igrejas, versículos e mensagens bíblicas, pautas morais, entre outras, mesmo que não relacionadas à campanha.

Foram identificadas as informações dos candidatos que concorreram ao cargo de deputado estadual no Paraná, recorrendo ao site de divulgação dos participantes das contas eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Buscamos informações como nome completo do concorrente, título e número de urna, partido, coligação, presidenciável que declarou apoiar e vinculação religiosa. Com essas informações foi possível localizar as principais redes sociais ou blogs usados pelos candidatos. Partindo disso, realizamos uma triagem de cada indivíduo a fim de identificar aqueles que expressavam alguma forma de religiosidade em suas publicações, por exemplo: fotos em igrejas ou em cultos religiosos, versículos bíblicos ou textos religiosos, entre outros materiais. Chegamos a 145 candidatos, dos quais 49 são católicos, 83 são evangélicos, 2 são de matrizes africanas e 6 que não foi possível identificar a

¹Outros projetos do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder podem ser acessados em: <http://culturaepoder.unespar.edu.br/>



vinculação religiosa. O universo empírico da nossa pesquisa é composto pelos católicos e afro, totalizando 51 candidatos, como é demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Pertencimento religioso

Denominação religiosa	Quantidade de candidatos
Católicos	49
Evangélicos	83
Religiões Afro	2
Não identificados	6

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

Para a coleta dos materiais produzidos pelos nossos candidatos, utilizamos a função “Captura de tela”, presente nos sistemas operacionais Windows, principalmente para salvar imagens, fotos e posts publicados nas páginas do Facebook e Instagram. Já o programa SaveFrom.net utilizamos para realizar o download de vídeos e lives. Durante a coleta, criamos planilhas no Excel para a tabulação dos materiais dos candidatos, com informações como o nome do arquivo salvo, tipo do material, print ou vídeo, data de postagem, duração, no caso de vídeo, e o link da publicação. Procuramos capturar todos os materiais publicados entre 20 de julho e 03 de outubro de 2022, período que inicia a campanha eleitoral e um dia após as eleições. Esse trabalho resultou na coleta de 4.737 publicações salvas, que poderão ser usadas para análises e pesquisas futuras.

As eleições presidenciais de 2022 no Brasil contaram com 11 candidatos. Para o segundo turno, já que nenhum candidato obteve 50% + 1 votos no primeiro turno, foram polarizadas entre dois candidatos, Jair Messias Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). As eleições foram marcadas não somente por ataques entre os dois pleiteantes ao Palácio do Planalto, como entre os simpatizantes e militantes partidários, tendo sido identificados, em todo o território nacional, conflitos, agressões e mortes de eleitores. Bolsonaro recebeu um grande apoio da comunidade evangélica, participou de rodas de orações, recebeu pastores no Palácio da Alvorada e utilizou de lemas como “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e “Deus, Pátria e Família”. Já do outro lado, Luiz Inácio Lula da



Silva (PT), vencedor do primeiro e segundo turno, participou de eventos religiosos católicos e de matrizes africanas e se apresentou como “candidato que representa todas as religiões”. Não obstante a derrota de Bolsonaro, seu partido, o PL, teve um aumento significativo de cadeiras na Câmara dos Deputados e no Senado, elegendo 99 deputados e 8 senadores, muitos deles utilizaram os mesmos lemas religiosos.

No Estado Paraná, 9 candidatos tentaram a vaga de Governador, sendo Ratinho Júnior (PSD) reeleito no primeiro turno com 69,64% dos votos. Ratinho apresenta um perfil conservado, declarou apoio a Bolsonaro, utiliza do lema “Para frente Paraná” e diz combater a “velha política”. Enquanto o seu oponente direto, Requião (PT), recebeu e declarou apoio ao presidente Lula e utilizou os lemas “Quem é Requião é Lula” e “Volta Requião”, se referindo ao seu Governo findado em 2010 pelo PMDB.

Na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), 890 candidatos disputaram as 54 cadeiras disponíveis. Nas eleições de 2022, 80,50% do eleitorado compareceu às urnas, totalizando 6.130.878 votos válidos, 445.946 brancos e 238.865 nulos. Como podemos ver na Tabela 2, o partido que teve um ganho significativo foi o PSD, partido do Governador, que adquiriu mais 7 mesas para o partido, e vale ressaltar que 3 candidatos eleitos são católicos (Tabela 3), candidatos de alta ativação religiosa. O PT, partido do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, teve aumento de 3 cadeiras, enquanto o União Brasil permaneceu com as suas 7 vagas. Já o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, aumentou em 3 o número de eleitos e o PP aumentou em 2. Os restantes dos partidos demonstraram queda, sendo a mais significativa a do PSC que oscilou de 4 para zero.

Tabela 2 – Composição partidária da ALEP em 2018 e 2022

Partido	2018	2022
PSD	6	15
UNIÃO	7	7
PT	4	7
PL	2	5
PP	1	5



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

REPU	1	3
PSDB	3	2
MDB	3	2
PROS	2	2
PODE	1	2
PSB	5	1
CIDA	3	1
PDT	2	1
SD	0	1
PSC	4	0
PV	3	0
PATRI	1	0
PCdoB	1	0
PMN	1	0
PRTB	1	0
PTB	1	0

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

Dos 51 candidatos sondados pela pesquisa, somente 7 conseguiram uma cadeira na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), sendo eles: Cobra Repórter (PSD) com 60.730; Delegado Jacovós (PL) com 57.587 votos; Do Carmo (UNIÃO) com 53.229 votos; Evandro Araújo (PSD) com 35.432 votos; Gugu Bueno (PSD) com 44.852 votos; Luiz Fernando Guerra (UNIÃO) com 58.993 votos; e Márcio Pacheco (REPUBLICANOS) com 36.423 votos. Enquanto os demais candidatos, grande parte deles estão como suplentes, só aguardando o momento de assumir alguma cadeira.

Com o passar da pesquisa foi possível definir os candidatos que utilizaram com mais intensidade os recursos religiosos durante a campanha. Entendemos por mais ativações

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 6 de 14



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

religiosas aqueles candidatos que postam com mais frequência fotos em locais religiosos como igrejas ou terreiros, utilizam de linguajar religioso como: “Deus te abençoe”, “Axé”, versículos bíblicos e assim por diante. Também são considerados aqueles que publicam flyers e santinhos com figuras religiosas como santos, autoridades eclesiásticas e entre outros, e os candidatos que recebem apoio direto ou indireto de figuras religiosas como padres, bispos e/ou pastores. Os indivíduos selecionados não precisam cumprir todas essas ativações para entrar no recorte. Os 20 candidatos com mais ativações religiosas foram tabulados, procedimento que será estratégico para facilitar pesquisas e análises futuras da pesquisa. Desses participantes ao pleito, com alta movimentação religiosa, 2 encontraram problemas nas suas candidaturas e 4 reeleitos, enquanto o restante ficou como suplente.

Tabela 3 – Candidatos com mais ativações religiosas

Candidato	Vinculação religiosa	Partido	Votos	Condição
Ekedji Lú Ferreira	Matriz Africana	PDT	257	Não eleito
Juliana Mittelbach	Matriz Africana	PT	3.661	Suplente
Adelino Ribeiro	Católico	PSD	26.770	Suplente
Carlos Mariucci	Católico	PT	8.518	Suplente
Cid Clay Cabarrão	Católico	PP	3.328	Suplente
Cobra Repórter	Católico	PSD	60.730	Reeleito
Delegado Jacovós	Católico	PL	57.587	Reeleito
Diego Gouveia	Católico	SOLIDARIEDAD E	1.309	Suplente
Do Carmo	Católico	UNIÃO	53.229	Reeleito
Evandro Araujo	Católico	PSD	35.432	Reeleito
Felipe Passos	Católico	PSDB	3.167	Suplente



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Junior Maza	Católico	PTB	1.235	Suplente
Luiz Carlos Martins	Católico	PP	24.544	Suplente
Marcio Pacheco	Católico	REPUBLICANO S	36.423	Reeleito
Michele Thomazinho	Católico	REPUBLICANO S	12.827	Suplente
Paulo Janke	Católico	PP	1.870	Suplente
Professor Rafael Diehl	Católico	PROS	212	Suplente
Ricardo Zampieri	Católico	PTB	13.128	Não eleito
Sargento Santos	Católico	SOLIDARIEDAD E	5.265	Suplente

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

RESULTADOS DAS ANÁLISE DOS MATERIAIS

Por fim, com os candidatos com mais ativações religiosas delimitadas, foi possível fazer uma análise dos materiais e dos candidatos de maneira mais aprofundada. Buscando padrões entre as publicações dos candidatos, como pautas, estratégias de campanha, uso do capital religioso, entre outros pontos que apresentassem relevância para esta análise. Os principais materiais encontrados foram flyers, santinhos, jingles, fotos em igrejas, comícios, passeatas, lives e vídeos, sendo a grande maioria carregado de frases religiosas e pautas de cunho moral, entre outras características que os tornam relevantes para a pesquisa.

Fotos e Flyers

As fotos e os flyers representam a maior parte do material coletado. As fotos são matérias comuns dentro das redes sociais, porém é interessante notar de que forma esses candidatos religiosos utilizam esse recurso. Alguns publicam fotos para demonstrar seus encontros com apoiadores, como por exemplo, o deputado Cobra Repórter (PSD) que publicou diariamente fotos de eventos que ele participava, sempre ao lado de apoiadores, isso de certa forma o ajudou no engajamento em suas redes sociais, voluntariamente ou não. Essa

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 8 de 14



presença diária nas redes sociais criou uma imagem de uma pessoa carismática que está sempre presente nos municípios do Paraná. Outro exemplo interessante é do deputado Evandro Araújo (PSD), que também tinha essa conduta de postagens diárias, porém, em muitas dessas fotos tinha a companhia do Governador Ratinho Júnior. Já o Evandro Araújo, postou fotos ao lado de padres e Bispos católicos, sendo válido destacar o dia em que o deputado foi convidado a acompanhar a ordenação episcopal do monsenhor Marcos José dos Santos, onde abraçou e tirou fotos com todos os Bispos e padres presentes. Todas essas fotos, mesmo que sem intenção, acabam auxiliando na construção da imagem de um candidato religioso, que está sempre sendo “abraçado” pela Igreja e por seus eleitores.

Já os flyers, podem ser considerados a “vitrine” dos candidatos. Por ser um tipo vitrine, alguns dos candidatos já colocam elementos religiosos nos flyers, já para puxar a atenção do eleitorado religiosos. Um exemplo interessante é do candidato Felipe Passos (PSDB), que publicou flyers e banners, que mostra ele sendo abençoado pelo Papa Francisco e contendo a frase “Deus, Família e Pátria”, isso é demonstrado na Imagem 1. Outros candidatos utilizam os flyers para apresentar as suas pautas morais e no que acreditam, vale destacar os flyers da candidata Michele Thomazinho (Republicanos), que falam sobre pautas morais como “que é ser cristão”, “Cristão pode se envolver em política?”, demonstrado na Imagem 2, os seus flyers também falam sobre homeschooling e o combate ao “lobby LGBTQIA +”. Os Flyers também são usados para demonstrar quais outros candidatos eles estão apoiando durante as eleições.

Imagem 1 – Candidatos recebendo benção do Papa Francisco



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder



Imagem 2 – Cristão pode se envolver em política?



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

Vídeos e lives

Vídeos e lives são outros recursos existentes nas redes sociais, que também são apropriados de muitas formas pelos candidatos durante as campanhas. Alguns candidatos, postaram vídeos e lives mostrando o seu dia a dia, como o Cobra Repórter (PSD) que postou vídeos diários em seu carro falando sobre os acontecimentos do Paraná e da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). Outros publicaram vídeos de passeatas com músicas religiosas, como o candidato Lourival Neves Junior (PATRIOTA). Alguns outros só publicaram o vídeo de campanha feito para o horário eleitoral gratuito da TV. Mas muitos publicaram vídeos declarando e/ou recebendo apoio de outras figuras políticas ou religiosos, um bom exemplo é a candidata Michele Thomazinho (Republicanos), que durante toda campanha postou vídeos recebendo declarações de apoio de Eduardo e Jair Messias Bolsonaro, Eduardo Silveira e Ana Campagnolo, todos esses apoiadores se identificam com o espectro político de direita.

Já as lives, são usadas comumente pelos candidatos como ambiente para exporem algumas pautas morais ou para atacarem os seus adversários políticos, um exemplo é o candidato Tenente Coronel Medeiros (REPUBLICANOS), que fez uma live atacando o



presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores, já em outra, falou não usar dos púlpitos das igrejas para fazer campanha e que é contra pautas progressistas.

Pautas defendidas

Referente às pautas defendidas pelos candidatos analisados, são poucas as pautas que falam sobre educação, saúde e infraestrutura no geral. Comumente as pautas mais comentadas são de cunho moral, alguns dos candidatos como Evandro Araújo ou Cobra Repórter evitam de falar de pautas mais “radicais” como aborto e leaglização da maconha, buscam falar sobre projetos feitos em candidaturas passadas. Já outros, como Delegado Jacovos (PL) e o Eduardo Pedrozo (REPUBLICANOS), dizem defender a “família tradicional” e o buscam o fim do aborto, da legallização da maconha e dos partidos de esquerda. Eduardo Pedrozo compartilhou em suas uma “carta para o Brasil” onde mostra seu comprometimento de impedir o aborto no Brasil.

Já as pautas mais concretas, como a saúde, educação entre outras, são apresentadas pelos candidatos de maneiras superficiais, não demonstrando nenhum tipo de metodologia ou projetos para concretizar as suas pautas. Vale ressaltar que a liberdade de expressão religiosa é a pauta mais defendida tanto pelos candidatos de religiões afro, quanto os católicos. Porém, essa pauta é adotada de maneira diferente entre os candidatos, os de religiões afro adotam essa pauta em um discurso de resistência, buscando o direito de praticar a sua religião, já alguns dos católicos utilizam esse discurso para se legitimar dentro da política, usando de falas como “se o cristão não falar de política hoje, podem nos proibir de falar de Jesus amanhã e “a liberdade religiosa é para garantir os valores cristãos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo o Brasil se apresentando como uma República proclamada laica, a relação entre a religiosidade e a política não parecem fazer muita cerimônia para atuarem conjuntamente (MARIANO, 2011; GIUMBELLI, 2012), vários aspirantes políticos religiosos ou que utilizam da fé para montar suas campanhas assumem cadeiras no poder executivo e legislativo brasileiro. Em pesquisa realizada pelo G1, em conjunto com Tribunal Superior Eleitoral (TSE), demonstra um aumento na presença de religiosos na política brasileira, tendo



sido identificados 649 candidatos religiosos que concorreram a um cargo político em 2022, um aumento de 31% em comparação às eleições de 2018. Como visto durante esta pesquisa, muitos desses aspirantes políticos utilizaram do sagrado para embasar as suas pautas morais e políticas, para assim fazer acenos diretos ao eleitorado da doutrina correspondente.

Mesmo sendo os evangélicos os que dominam a cena política, lançando candidaturas de pastores, bispos ou fiéis, apoiados por suas igrejas e fazendo uso explícito de símbolos sacros nas campanhas (SEXUGI; MEZZOMO; PÁTARO, 2018). Porém, esses políticos encontrados durante a pesquisa demonstram que os católicos e os pertencentes de religiões de matriz africana não querem ficar fora do mundo político. Eles buscam fundamentar as suas pautas e construir as suas imagens utilizando o sagrado.

Porém, somente a utilização do espectro religioso não garante o êxito eleitoral, candidatos como o Cobra Repórter e Gugu Bueno parecem acionar de diferentes formas a figura do Governador Ratinho Jr em suas campanhas, com o intuito de chamar a atenção de outros tipos de eleitores, assim adquirindo, intencionalmente ou não, parte do eleitorado do Governador. Esse tipo de movimentação faz com que esses candidatos religiosos não fiquem limitados a um “nicho eleitoral”, “isso porque, há sempre outros grupos/setores – de natureza não necessariamente religiosa – com os quais se faz alianças, em vista de obter maior quantitativo de votos” (MEZZOMO; PÁTARO, 2019).

Como dito antes, esses candidatos apresentam diversas formas de utilizar o religioso dentro do sistema político e a presença desses candidatos vêm aumentando a cada ano eleitoral. Junto a esse aumento de religiosos na política vem a necessidade de manter os estudos sobre o tema, sempre buscando entender como as diferentes religiosidades se introjetam dentro da política do Paraná e do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.

BURITY, Joanildo. A cena da religião pública. Contingência, dispersão e dinâmica relacional. **Novos estudos CEBRAP**, n. 102, p. 89-105, 2015.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

CAMURÇA, Marcelo. **Um poder evangélico no Estado brasileiro? mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro.** Revista NUPEM, v. 12, n. 25, p. 82-104, jan./abr. 2020.

CARRANZA, Brenda. Evangélicos: o novo ator político. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI.** Rio de Janeiro: Konrad Adenauers Stiftung, 2020. p. 171-192.

DATAFOLHA. **44% dos evangélicos são ex-católicos.** Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1845231-44-dos-evangelicos-sao-ex-catolicos.shtml>>. Acesso em: 9 ago. 2023.

GIUMBELLI, Emerson. Crucifixos em recintos estatais e monumento do Cristo Redentor: distintas relações entre símbolos religiosos e espaços públicos. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto; CIPRIANI, Roberto; GIUMBELLI, Emerson (Orgs.). **A religião no espaço público: atores e objetos.** São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

IBGE. **Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. **Civitas**, v. 16, n. 4, p. 710-728, 2016.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio/ago., 2011.

MEZZOMO, Frank Antonio; ANJOS, Brandon. Religião e política nas eleições municipais: mobilizações e performances de católicos e evangélicos. **Revista Debates do NER**, v. 21, p. 90-121, 2021.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Religião católica, evangélica e afro-brasileira em disputa eleitoral: acionamento de elementos religiosos na campanha à Assembleia Legislativa do Paraná. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 456-485, 2019.

PICKEL, Gert; Secularization—an empirically consolidated narrative in the face of an increasing influence of religion on politics. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 36, p. 259-294, 2017.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan Willian; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. **Revista USP**, n. 120, p. 43-60, 2019.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 13 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

SEXUGI, F.; MEZZOMO, F. A.; PÁTARO, C. S. de O. À imagem e semelhança: simulacro e hagiografia nas propagandas eleitorais de políticos religiosos. **Todas as Letras**, v. 20, n. 1, p. 1-12, 2018.

VASCONCELLOS, Fábio. Cresce número de candidatos religiosos eleitos em 2022. Publicado em: **G1** 03/10/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/03/cresce-numero-de-candidatos-religiosos-eleitos-em-2022.ghtml>. Acesso em: 9 ago. 2023.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 14 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

TABUS CORPORAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA PEDAGOGIA DO MEDO

Renan Aparecido Pires de Andrade - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranavaí, andraderenan809@gmail.com

Meire Aparecida Lóde Nunes - Orientadora
Unespar/Campus Paranavaí, meire.lode@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado de inquietações sobre os tabus corporais, os quais se refletem diretamente nas aulas de Educação Física. No qual sérios problemas são enfrentados durante as aulas de Educação Física, gerando receios e preconceitos com relação ao objeto de estudo, o corpo. Problemas advindos de “[...] algumas atitudes dentre alunos e professores que seriam decorrentes de hábitos, costumes, maneiras de pensar e agir com relação a si mesmos e aos outros”. (COSTA, 2004, p.8). Atitudes que carregam as marcas dos tabus que são propagadas por toda a sociedade. Estes tabus são definidos por Amorim e Viana do seguinte modo:

A palavra tabu é um termo polinésio cujo significado diverge em dois sentidos contrários. Se por um lado significa “sagrado, consagrado”, por outro significa “misterioso, perigoso, proibido, impuro”. Assim, a palavra “tabu” traz em si o sentido de algo inacessível, expresso por proibições e restrições. (AMORIM; VIANA. 2003, p.25).

Baseando nesta definição, os tabus corporais são proibições ou restrições relacionadas ao corpo. Como exemplo, a exposição do corpo (na utilização de roupas de banhos ou esportistas justas demais nas aulas), questão de gênero (desconforto em praticar esportes ou atividades físicas que são masculinizados ou afeminados) e etc. (COSTA, 2004). Ademais, o autor elucidada que: “Os tabus podem vir a controlar atitudes e pensamentos, fazendo pessoas acreditarem que se praticarem algum ato diferente do que está posto como correto, estarão

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 1 de 21



cometendo erros, [...]” (COSTA, 2004, p.9).

Será que os tabus corporais têm relação com a pedagogia do medo propagada no período medieval?

A relevância deste estudo está pautada no entendimento da possível relação dos tabus corporais presentes na sociedade atual, enfrentados diariamente dentro das salas de aula, principalmente nas aulas de Educação Física que trabalha diretamente com o corpo, relacionados com a pedagogia do medo como meio de educar os corpos da sociedade medieval. Assim, podemos supor a possível raiz dos tabus corporais, sendo superados se realmente conhecermos a sua origem e as suas relações históricas.

Na literatura, Jacques Le Goff (2006) cita que o corpo na Idade Média tem sua história colocada no esquecimento, uma história que o corpo esteve ausente pelos historiadores, com seu foco no homem e em segundo plano a mulher, deixando de lado o corpo. Segundo o autor, essa amnésia pode ser compreendida por meio de uma concepção naturalista do corpo que não permite sua compreensão em movimentos sociais e históricos.

O recorte temporal na Idade Média se respalda no pensamento de Le Goff que observou uma revolução de conceitos, e subsequente, o cerne do controle pelo cristianismo das práticas corporais. Toda a mentalidade desta época fundamenta: “[...] a matriz de nosso presente. Muitas de nossas mentalidades e muitos de nossos comportamentos foram concebidos na Idade Média.” (LE GOFF, 2006, p. 29). Entre essas mentalidades se destaca a inferioridade do corpo em relação a supremacia da alma. O corpo, relacionado ao mal, tornou-se o fundamento da chamada “pedagogia do medo”. Esta ferramenta ideológica, pautada no medo da danação eterna, teve como objetivo a conversão dos não cristãos, instigando-os a abandonar suas crenças e costumes para seguir a religião cristã (FERNANDES, 2012). Neste viés, o corpo passa a ser veículo do pecado por ser a morada das paixões humanas que distancia o homem de Deus. Assim, o cristão deve travar diariamente um embate com seu maior inimigo, o corpo.

Martins (2019), cita que a Igreja vê o homem como um ser repleto de sentimentos, principalmente o “medo”, que acaba sendo fundamental para difusão da doutrina cristã. Este sentimento ganha formas nas ilustrações escatológicas presentes na Idade Média, contendo seres infernais como representantes do mal gerando uma culpabilidade entre toda a sociedade



medieval com inúmeras dificuldades, impossibilitando a vencer a si mesmo. Conforme citado por Delumeau: “Não é nada mais difícil de vencer que sua carne, sua vontade: já que por sua própria natureza ela é propensa a todos os males.” (DELUMEAU, 2003, p. 9).

Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa é verificar como se materializava visualmente a relação dos tabus corporais com a pedagogia do medo. Investigando por meio da literatura e a iconografia um possível resquício de permanência de controle corporal no período medieval encontrados atualmente. O trabalho é dividido em 3 seções que são fundamentadas a partir de objetivos específicos. A primeira seção busca compreender o contexto da Baixa Idade Média, com enfoque nos elementos: corpo, pecado e educação; a segunda seção se pauta em estudar o pecado como gerador do medo e na terceira seção analisa as representações dos castigos aplicados aos pecados corporais nas imagens do inferno da Baixa Idade Média.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido de acordo com as teorias advindas da História Social na concepção da longa duração. A história social propicia a construção do conhecimento por meio do diálogo entre os campos do saber. Essa ideia torna-se aparente quando Peter Burke cita o historiador norte-americano do século XIX Frederick Jackson Turner ao discutir o surgimento da história social: “Todas as esferas de atividade humana devem ser consideradas [...] Nenhum setor da vida social pode ser entendido isoladamente dos outros” (BURKE, 2012, p. 33).

Marc Bloch e Lucien Febvre abordaram a história seguindo essa lente de "troca" de informações, o que nos ajuda a pensar o nosso objeto de estudo, o corpo.

Reflexões são direcionadas pelas concepções da História das Mentalidades, a qual é compreendida como “[...] ponto de junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intelectual, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral (FRANCO JUNIOR, 2001, p.224).

Com relação a caracterização do estudo podemos indicar a pesquisa bibliográfica, a qual “explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. [...]



buscam conhecer e analisar contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema”. (RAUPP E BEUREN, 2003, p. 86). Esse tipo de pesquisa acontece por meio de etapas que são descritas a seguir: a escolha do tema, o levantamento bibliográfico preliminar, a formulação do problema, a elaboração do plano provisório de assunto, a busca das fontes, a leitura do material, o fichamento, organização lógica do assunto e a redação do texto (GIL, 2002).

A análise iconográfica desta pesquisa acompanha os pressupostos de Panofsky, que define a iconografia como um: “[...] ramo da história que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição a sua forma” (PANOFSKY, 1991, p.47). A proposta de Panofsky apresenta um conjunto de 3 etapas, que são descritas do modo seguinte: a primeira é denominada de pré-iconográfica (direcionadas as análises das linhas, cores e volumes) a segunda de iconográfica (destinada as descrições e classificações das imagens, estórias e alegorias) e a terceira de iconológica (designada as revelações dos valores simbólicos), de acordo com Panofsky (2007). Assim, deste modo, será realizado as duas primeiras etapas devido à complexidade da última já que visa revelar valores simbólicos que podem ser desconhecidos pelos próprios autores/artistas. A obra escolhida para este estudo pertence ao pintor Giotto di Bondone, denominada como “Juízo Final”, localizada na Cappella degli Scrovegni.

Contextualização Histórica da Baixa Idade Média.

Para esclarecermos o período que constitui nosso recorte temporal nos pautamos na classificação proposta por Hilário Franco Junior (2001): a Primeira Idade Média (séculos IV até meados de VIII), a Alta Idade Média (meados do século VIII e fins do século X), a Idade Média Central (século XI até o século XIII) e a Baixa Idade Média (século XIV até meados do século XVI).

A Baixa Idade Média, em que se encontra o foco desta seção, é definida como um período de péssimo [...] governo, extorsões, cobiça e violência dos grandes, guerras, assaltos, escassez, miséria e peste — a isto se reduz, quase, a história da época aos olhos do povo (HUIZINGA, 1978, p.21). Estes acontecidos levam a um surgimento de um sentimento com um teor de insegurança, ocasionados pelas [...] guerras, pela ameaça das campanhas dos



malfeitores, pela falta de confiança na justiça, era ainda por cima agravado pela obsessão da proximidade do fim do mundo, pelo medo do Inferno, das bruxas e dos demónios (HUIZINGA, 1978, p.21).

Estes acontecimentos não são específicos somente desta fase, mas resquícios de outros momentos da Idade Média, como afirma Franco Junior:

Mas é inegável que a psicologia coletiva medieval esteve constantemente (ainda que com flutuações de intensidade) preocupada com a proximidade do Apocalipse. Catástrofes naturais ou políticas eram frequentemente interpretadas como indícios da chegada do Anticristo. Havia uma difundida visão pessimista do presente, porém carregada de esperança no iminente triunfo do Reino de Deus (FRANCO JUNIOR, 2001, p.20).

Todavia, mesmo com a presença do pessimismo, fruto do imaginário medieval de outros tempos, a sua maior intensidade ocorreu no fim do período medieval, acometendo com adversidades em todos os sentidos. Na Baixa Idade Média encontra-se um constante declínio, desde o conceito de sociedade cristã até os valores da cristandade, começando, assim, a serem contestados. Em vista disso, Rodrigues ressalta que a “[...] secularização do sagrado bem como da sacralização do mundano teria, talvez, causado um incômodo existencial que levou homens e mulheres a questionar o caminho tornado pela cúria da Igreja” (n/d, p.133).

A afirmação citada pelo autor vai ao encontro da turbulência sofrida pela sociedade do medievo, reforçando ainda mais o pensamento do fim dos tempos, o que chamamos de juízo final, palco do julgamento dos pecadores perante a lei de Deus. Le Goff (2007) menciona que homens e mulheres eram guiados por revelações vindas dos céus sobre o fim do mundo. Visões representadas nos três cavaleiros do Apocalipse - a fome, a guerra e a peste - os grandes causadores das tamanhas desolações dos povos medievais (LE GOFF, 2007).

Em continuidade, o autor alude que estes elementos apocalípticos contribuíram para a formação do simbolismo¹ presente na mentalidade social da Idade Média. Ademais, o autor conta que em nenhum momento de toda a Idade Média as figuras apocalípticas estiveram tão presentes quanto na Baixa Idade Média. (LE GOFF, 2007). Para uma melhor alusão do assunto precisamos conhecer cada um dos cavaleiros apocalípticos, começando pela fome.

A fome é resultado de diversos acontecimentos climáticos. Para Le Goff ao descrever sobre este fato se baseia nos escritos de Emmanuel Le Roy Ladurie e Pierre Alexandre, indicando: “[...] uma piora do clima, particularmente na Europa do Norte, devido a um longo resfriamento e a grandes ondas de chuvas repentinas, que levou à volta aos anos 1315-1322 de



grande fome de aspectos extraordinários”. (LE GOFF, 2007, p.221) Outra causa ocorrida para o afloramento da fome foi o crescimento populacional, adjunto com o aumento de construções nos espaços urbanos, segundo Lóde-Nunes (2010).

Por outro lado, a guerra no período que abrange o século XIV ganha destaque e um grande interesse da sociedade do medievo. Lóde-Nunes constata que:

As guerras configuram-se como um fator de suma importância nas sociedades medievais, afetando todos os segmentos sociais, econômicos e políticos. Tais sociedades se organizavam para atender às necessidades da guerra, pois os combates eram sustentados por meio do pagamento dos exércitos. (LÓDE-NUNES, 2010, p.77).

Dentre os cavaleiros apocalípticos, destaca-se a peste que torna a morte inevitável. Conforme Franco Junior a peste é “Democrática e igualitária [...]” (2001, p.45), atingido a todos os homens sem exceção. Baschet (2004) aponta que o povo medieval compreende este evento catastrófico como “castigo divino”. Esta ideologia foi a mais aceita na Baixa Idade Média, que se baseia na ira de Deus sobre os homens pecadores, os castigando com a pestilência mortal.

Franco Junior enfatiza que “No século XIV, com a peste negra, completou-se o ciclo e surgiu o conceito da morte macabra, mórbida, destrutiva. A morte não era mais uma presença cotidiana, era o fim do cotidiano” (2001, p.222-223). Assim, a morte ganha destaque gerando uma mudança de pensamento.

A peste alimentou também uma nova sensibilidade e uma nova religiosidade. Até então, diante da morte, os homens e as mulheres temiam, essencialmente, o risco do inferno; agora uma primeira fase observou esse medo, que foi a própria morte, cujos horrores visíveis com a peste não tinham nada a invejar dos tormentos do inferno (LE GOFF, 2007, p.229-230).

Tendo esta premissa como precursora da mudança do pensamento religioso, originando o surgimento de um pessimismo (que julgaria todas as coisas pelo lado ruim). Este sentimento, em concordância com Baschet (2004), adentra nos corpos invadindo seus espíritos em sua vivência mundana, dando a sensação de aflição e de brevidade. O autor menciona que a “[...] obsessão da morte explode em todos os lugares, nas práticas funerárias assim como na literatura e na arte, onde os temas macabros, tal como o Triunfo da Morte, e, depois, as Danças macabras, ganham destaque” (BASCHET, 2004, p.252).

A respeito das danças macabras (manifestação contra a morte, que surge por conta dos acontecimentos mencionados anteriormente), nota-se a presença de todas as figuras do extrato



social daquele período. Le Goff (2007) indica que ninguém escapa da morte, independente da camada da sociedade, o qual pertença. Huizinga explica que:

A personagem dançante que é descrita como voltando quarenta vezes para conduzir os vivos, originalmente não representava a própria morte mas um cadáver: o homem vivo tal como ele será. Nas estâncias o homem que dança é chamado «o morto» ou «a morta». É uma dança dos mortos e não da morte, [...] (HUIZINGA, 1978, p.109).

Segundo Huizinga (1978), nunca a morte teve tanto valor quanto este período de declínio. Contudo, o medo não era da morte, e sim do pós-morte, isto é, o que aconteceria nos pós vida. O medo se torna uma figura onipresente possibilitando o exercício do que chamamos de “Pedagogia do Medo”.

A ‘pedagogia do medo’ consistia em um ensinamento através do medo, como o próprio nome já nos revela, era uma prática que consistia em usar medo como ferramenta de conversar, tornar as divindades veneradas em algo que gere medo, algo que faço os seus adoradores abandonarem tais deuses e virem para o lado da salvação e da bondade (FERNANDES, 2012, p.4).

Tendo em vista, que essa prática se tornou um meio de educar os corpos por meio do pavor e dos horrores do mal para aquisição de adeptos a doutrina do cristianismo. Em procedência a este fato, autor destaca que [...] à aplicação do medo como uma ferramenta de conversão e de transformação, ferramenta que possibilita uma formação e reestruturação dos dogmas do Cristianismo (FERNANDES, 2010, p.4). Sendo assim, permitindo o crescimento da força eclesiástica, que compõe de tal poder conseguiram moldar toda a sociedade a seu favor, por meio da ideologia da propagação do medo.

O Corpo na Baixa Idade Média: A Propagação do Medo

O pensamento social engendrado na Baixa Idade Média que possibilita a presença da pedagogia do medo destaca o papel dos pecados como determinante do comportamento humano no período. Para definirmos os pecados optamos pela classificação de Tomás de Aquino, que os chama de “vícios capitais”.

Tomás de Aquino (2004) conceitua os vícios capitais como conjunto de atos ou desejos que vão contra a vontade de Deus, comprometendo as ações de conduta dos homens. Em continuação, o autor faz menção que os sete pecados capitais são considerados como cabeças, os chefes dos pecados que deles derivam todos os outros pecados que são chamados de filhas destes pecados.



Os pecados capitais, segundo a perspectiva de Tomás de Aquino (2004), incluem uma sequência de sete vícios: a vaidade, a avareza, a inveja, a ira, a luxúria, a gula e acídia. A vaidade, ou soberba², é a distorção na procura de sua excelência; avareza é o desejo desenfreado pelo dinheiro; a inveja³, a não alegria da conquista do próximo; a ira, o impulso em busca de um bem vital; a acídia, uma tristeza apática que assola o coração; a gula é uma desordem de um desejo natural envolvendo o comer e o beber; e por último, a luxúria que é o desejo carnal (TOMÁS DE AQUINO, 2004).

Dentre os pecados capitais, abordaremos dois em específicos, os quais estão diretamente ligados ao assunto desta pesquisa, que são “os pecados carnis”, ou seja, a gula e a luxúria. De acordo com Pilla: Ambos, gula e luxúria, são reconhecidos como pecados da carne – ao contrário dos outros cinco, que seriam pecados contra o espírito –, estão sempre associados e devem ser combatidos veementemente (2018, p.220).

Seguindo esta premissa, entende-se que um pecado leva ao outro: “Entendia-se a partir de então que, com a “barriga cheia”, o homem entrega-se mais facilmente ao pecado da luxúria (PILLA, 2018, p.220). As práticas destes pecados suscitam a outros pecados: “o exercício da gula e da luxúria poderia suscitar a prática de outras ofensas a Deus, pois haveria uma verdadeira cadeia diabólica interligando os pecados” (FERREIRA, 2011, p.168).

Estes pecados levam a um embate constante com corpo por estarem associados aos desejos corporais. Desejos que fazem o corpo se perder em danação. Pensamento que se figura na seguinte passagem: “Um corpo com vontade, com desejos, condenado ao pecado” (MATOS, 2019, p.51). Com esse preceito, adjunto ao corpo como [...] símbolo do pecado (RANHEL, 2018, p.30), surge um novo inimigo entre os homens que engendra um pavor na sociedade medieval: o medo de si próprio.

Não é absolutamente um paradoxo, mas uma verdade certa, que não temos maior inimigo a temer do que nós mesmos; como assim?... Eu sou... mais temível para mim mesmo do que todo o resto do mundo, já que só cabe a mim dar morte a minha alma, e excluí-la do reino de Deus” (BOURDALOUE, 1830, p.128-129).

Corroborando com este pensamento, encontra-se o medo do pecado, com indicação de não parar a sua própria vigia para evitar o corrompimento da carne (DELUMEAU, 2003). Este sentimento se junta ao [...] “o horror” do pecado e a “obsessão” da danação (DELUMEAU, 2003, p,12), gerando uma culpa na sociedade medieval. Delumeau (2003),



citando um pensamento de Freud, menciona o surgimento de um sentimento repleto de culpa, colocando-o como o problema principal da humanidade. Levando a formação de uma “consciência culposa” entre a sociedade da Baixa Idade Média.

Alinhado a essa culpabilidade social se encontra os fatores que levaram a propagação do medo na Baixa Idade Média: o desprezo do homem e o desprezo do mundo. Sobre o desprezo do homem, Delumeau (2003), citando Plutarque, ressaltando que o homem é o mais miserável de todos os seres da terra, indicando uma grande depreciação do próprio homem, por levar a humanidade a ruína. Já sobre o desprezo do mundo, Delumeau traz como [...] um “vale de lágrimas”, um “deserto”, um “exílio” [...] (2003, p.29), um mundo que aprisiona o homem a um destino cruel.

Estes fatores se associam a constatação do pecado entre os homens, que está descrita na Bíblia, especificamente em Romanos (7.23): “mas, vejo, nos meus membros, outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros”. O versículo indica a fraqueza da carne tendenciado o homem ao pecado e a danação eterna.

É com estes discursos que a mentalidade do homem medieval se fundamenta, temendo o pecado e o julgamento podendo o levar para o inferno, sofrendo os tão temidos castigos eternos (DELUMEAU, 2003).

As Representações das Punições ao Pecador Medieval

Devido a mentalidade acerca do pecado, com a propagação do medo da danação eterna presente no imaginário da Idade Média, a população do medievo se depara com quatro questões fundamentais que são retratadas por Costa e Pereira: “Pensavam em seus Novíssimos – as quatro últimas coisas que, no pensamento teológico-católico-medieval, acontecem aos homens: a Morte, o Juízo, o Inferno e o Paraíso”. (2016, p.276).

Os dois primeiros itens a se pensar precede o destino das almas, que são certezas universais que acontecerão a todos, sem exceção alguma, já que a morte chegará para todos e todas as almas serão julgadas por Deus. (COSTA; PEREIRA, 2016).

Le Goff (2017) em sua obra “O Nascimento do Purgatório” destaca que os grandes nomes da Igreja Católica no século XII, como Ambrósio, Agostinho e Jerônimo afirmam que



o local de acontecimento o julgamento final das almas recebe o nome de purgatório⁴. Significando um espaço intermediário, ficando entre o céu e a terra (LE GOFF, 2017). Le Goff afirma que a crença de um lugar para almas aguardarem o seu julgamento é acompanhada por outros pressupostos que os antecede:

A crença no purgatório implica antes a crença na imortalidade e na ressurreição, pois algo de novo pode acontecer para um ser humano entre sua morte e sua ressurreição. Ela é um suplemento de condições oferecidas a certos humanos para alcançar a vida eterna. Uma imortalidade que se ganha ao longo de uma única vida. (LE GOFF, 2017, p.14).

As últimas questões carregam os possíveis destinos das almas, indo para o céu ou para inferno após o seu julgamento que será realizado por Cristo no Juízo Final. A cada julgamento o seu destino é definitivo e imutável: “[...] os que vão para o Inferno não vão para o Paraíso e, conseqüentemente, os que vão para o Paraíso não vão para o Inferno [...]” (COSTA; PEREIRA, 2016, p.276-277).

Os condenados sofrem castigos eternos correspondentes aos seus pecados, uma ideia expressa no pensamento Czachesz que é citada por Mattos (2020), que as punições seguem os mesmos preceitos da lei de Talião com parte registrada nas escrituras sagradas, em êxodo no capítulo 21, se referindo ao “olho por olho e dente por dente”.

Para a análise dos castigos eternos, em específico os castigos dados ao pecador condenado pela luxúria ou gula, escolhemos a obra o “Juízo Final” de Giotto di Bondone, pintada no início do século XIV na Capela Degli Scrovegni, em Pádua, na Itália.

Antes de analisarmos a obra precisamos conhecer mais sobre a vida de Giotto. Freitas relata aspectos importantes sobre a origem deste artista:” Nascido em Colle di Vespignano, Giotto di Bondone (1266/67-1337), que não era oriundo de uma linhagem de nobres, mas filho de um agricultor [...]” (2021, p.39).

Lóde-Nunes cita o contexto no qual surgiu o artista: “Giotto nasceu em um período de grandes transformações, compreendido como o apogeu do Ocidente Medieval [...] Foi nesse solo que floresceu a arte realista de Giotto.” (2015, p.104). O modo que Giotto retratava as suas pinturas revolucionou o mundo da pintura daquele período, criando uma nova perspectiva. (FREITAS, 2021). Suas obras traziam a valorização da “materialidade da vida”, que é referenciada por Lóde-Nunes (2015). A autora ainda enfatiza que o Giotto quebrou o paradigma de status social baixo impulsionando o surgimento de famosos pintores e a



valorização da arte de pintar. (LÓDE-NUNES, 2015).

Giotto pintava suas obras com uma antiga técnica de pintura chamada “afresco”. Tirello salienta que o afresco é a “[...] pintura realizada sobre argamassa ainda úmida [...]” (2006, p.104). Em continuidade, a parede onde receberá a técnica deverá ser preparada e essa composição causa uma duração prolongada das obras pintadas, como afirma o autor:

Nos afrescos modernos persistiram o uso das argamassas de cal e areia e o emprego de uma paleta cromática limitada, composta predominantemente de cores minerais resistentes à causticidade de seu próprio substrato; trata-se de preceitos executivos antigos que garantem bom resultados técnicos e durabilidade às obras. (TIRELLO, 2006, p.104).

A obra deste estudo está localizada na Capela Scrovegni em Pádua na Itália. A história da construção desta capela começa pelo motivo da péssima fama de Reginaldo Scrovegni, como destacado por Fernandes e Maschio: “A péssima fama da família Scrovegni provinha tanto da figura do pai de Enrico, como da atividade de ambos: a usura. No período medieval podemos observar uma repulsa acentuada por profissões que se vinculavam ao dinheiro.” (2011, p.162-163). Os autores trazem a descrição de Reginaldo Scrovegni condenado ao inferno por Dante, ilustrando gravidade da situação:

Dante descreve Reginaldo como um usurário no inferno, aproveitando-se das armas da família Scrovegni: uma porca azul e gorda. A associação entre a prática da usura e o ato de engodar era comum na baixa Idade Média. E como se não bastasse, Reginaldo carregou até a morte a fama de usurário “manifesto”, ou seja, de profissão. Sua ininterrupta avareza e ganância tornavam-no na prática um impenitente, o que agravava, e muito, a situação de sua alma frente ao Juízo Final. (FERNANDES; MASCHIO, 2011, p.161).

Após a morte de seu pai, Enrico Scrovegni herdou toda afortuna da família e consequentemente negativa popularidade também. Pensando nisso, Enrico como um rapaz inteligente resolveu fazer um investimento em uma construção afim de contornar a situação. Investiu uma parte de sua fortuna em uma capela para redimir a sua família e garantir respeito perante a sociedade. (LÓDE-NUNES; OLIVEIRA, 2016). Com a capela com sua estrutura já construída Enrico encomenda de Giotto pinturas religiosas para ilustrar as paredes daquela construção demonstrando a valorização do trabalho desempenhado pelo artista, como Fernandes e Maschio descreve se referindo a um pensamento de Vasari:

[...] quando foi chamado pela família Scrovegni para executar esta obra, já



era bastante reconhecido como pintor e teria efetuado essa encomenda com o auxílio dos discípulos de sua própria oficina, o que demonstra que os artistas deste período já haviam ultrapassado a barreira do anonimato. Giotto encontra-se entre os primeiros artistas medievais a ser patrocinado por uma burguesia urbana nascente, da qual partilhava certos valores, inclusive sendo um homem bem-sucedido financeiramente, o que não era comum entre os pintores do começo do século XIV. (FERNANDES; MASCHIO, 2011, p.167).

Os autores nesta citação ressaltam a importância que tinha Giotto como um pintor revolucionário para sua época, o primeiro a receber patrocínio dos burgueses, coisa que não acontecia. De acordo com Lóde-Nunes e Oliveira (2016) a construção homenageia Santa Maria da Caridade e também consagrada a Deus, temas que Giotto deveria retratar com a sua técnica de afresco nas paredes da capela. Giotto seguindo estes critérios decorou a capela, como afirma Lode-Nunes: “Giotto, valendo-se da técnica do afresco, cobriu as paredes da Capela de Arena com cenas da vida de Maria e de Cristo, tendo como motivo reflexivo a salvação humana.” (LÓDE-NUNES, 2015, p.140). O marco principal da reflexão de Giotto se encontra no afresco chamado o “Juízo Final”, alertando que todos passaram pelo julgamento final.

Análise dos Castigos Corporais da Obra o “*Juízo Final*” de Giotto di Bondone

A obra o “Juízo Final” de Giotto di Bondone, pintada na parede interna da entrada da Capela Scrovegni em Pádua com dimensões de 1000 x 840 m, alerta os fiéis a buscarem a salvação porque não tardará o julgamento final das almas.

Figura 1: Giotto di Bondone. O Juízo Final. Capela Arena, Pádua, Itália, 1306.



Fonte: Giotto di Bondone (2023).



A cena, de modo geral, segue a tradição iconográfica em que Cristo se encontra no centro como o juiz do julgamento com os eleitos (salvos) a sua direita e os condenados a sua esquerda. (QUÍRICO, 2009). A separação de salvos e de condenados indica a necessidade da recordação constante pelos fiéis de o julgamento que virá logo mais e os bons herdaram o paraíso enquanto os maus serão condenados aos castigos do inferno.

O foco de nosso estudo está no inferno, a morada eterna dos pecadores. A representação do inferno no afresco de Giotto está posicionada na parte inferior do lado direito da obra, como destacado na figura 2.

Figura 2: O inferno de Giotto di Bondone – Recorte Canto Esquerdo Inferior.



Fonte: Giotto di Bondone (2023).

O inferno é local dos castigos eternos, a porta de entrada dos pecadores que sofrerem com os mais diversos horrores, odores e gostos amargos e dores inimagináveis. (RIZO, 2013). A representação de Giotto nos revela o Diabo sentado no centro do mundo infernal. Ao devorar almas o Diabo se torna a porta de entrada dos pecadores que, imediatamente, são defecados e recolhidos pelos demônios que os aguardam para castigá-los conforme os pecados cometidos em vida.

Por meio do uso das cores presentes na obra, percebemos o peso do sofrimento que se espalha por todo o ambiente. As cores fortes deixam o clima mais pesado, cada uma delas nos revela um significado diferente. As cores que predominam a pintura são o vermelho escuro, o preto e o cinza.

O vermelho se relaciona com o sangue, que misturado ao marrom ganha uma tonalidade escura que simboliza o andar pelo caminho oposto da vida. O marrom é a cor da

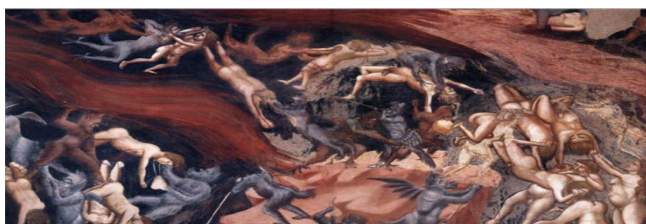


terra, simbolizando os elementos terrenos. (CHEVALIER; GHEEBRANT, 2001). A terra que nas suas profundezas, dentro de uma caverna habita o inferno. Rizo descreve o lugar como “[...] o temível, lugar de uma escuridão densa, quase substancial, onde não entra a luz do dia, habitam feras horríveis e se ouvem gritos lancinantes”. (2013, p.9). Um indicativo do inferno ser ilustrado dentro de cavernas rochosas.

Na imagem as cores colorem um rio de fogo⁵ que sai de baixo da imagem de Cristo, que ao julgar as almas, os culpados que se deixaram levar pelas coisas terrenas, não aceitando o sacrifício de Jesus no calvário, serão mergulhados no rio de fogo que os conduziram para o inferno para sofrerem as consequências dos seus pecados. Segundo Rizo “O rio inferior comporta um poder demoníaco e devastador, a agitação das suas águas significa o mal e a desordem, ele se torna o fluxo perene do suplício eterno.” (2013, p.6). Transformando-se em uma clara oposição a água da vida, trazendo tristeza e sofrimento.

O preto é associado ao mal e as travas, ganhando caráter de negatividade e o cinza remete a algo frígido, gelado. (CHEVALIER; GHEEBRANT, 2001). A cor preta ilustra o fundo escuro da caverna infernal. O cinza da ideia de o inferno ser gelado, figurando as cores dos rochedos da caverna, do Diabo e a maioria dos demônios. As almas humanas no inferno são retratadas pela cor bege, referindo a piedade. (CHEVALIER; GHEEBRANT, 2001). Os cabelos com tonalidades de marrom apontando a vivência mundana das almas. Por sequência, a figura 3 aborda outro ponto importante sobre os espíritos humanos no inferno.

Figura 3: A nudez dos corpos no Inferno – Recorte Canto Superior Direito.



Fonte: Giotto di Bondone (2023).

A grande maioria dos condenados estão sem vestimenta e os eleitos, pelo contrário, estão vestidos. Rizo menciona que: “Na Idade Média o corpo e a sexualidade eram tidos como expressão do pecado e, assim, os conceitos religiosos enfatizavam a elevação do poder



espiritual e mental, abstraindo-se das ações expressivas do corpo.” (2016, p.49). Dessa maneira a nudez na Idade Média era sinônimo de vergonha e pecado, sendo comum as ilustrações das figuras humanas estarem sem roupas no inferno. (GALARD, 2009). E cada pecante recebe o castigo eterno condizente com seus atos. como refere-se Quírico: “A punição, assim, está de alguma forma relacionada ao tipo de pecado cometido em vida”. (2009, p.139). A seguir, analisaremos alguns castigos vinculados a prática da gula e luxúria - nosso interesse neste estudo – iniciaremos com as penitências aos gulosos, como mostra a figura 4.

Figura 4: Os castigos a Gula – Recorte Canto Esquerdo da Parte Central.



Fonte: Giotto di Bondone (2023).

A figura 4 mostra seres infernais com instrumentos torturantes, castigando os pecadores. A respeito do assunto Quírico cita: “No afresco de Giotto, em Pádua, são mostrados instrumentos de tortura judicial coevos [...]”. (2009, p.140). O autor descreve a coerência na utilização dos instrumentos para torturar o pecador com o seu pecado.

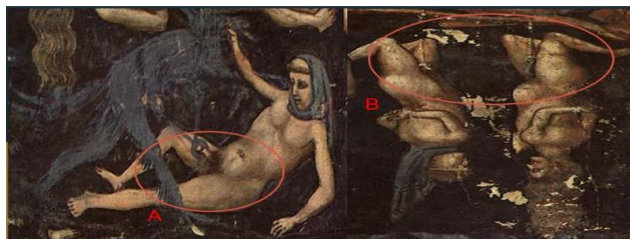
As punições aos glutões foram apontadas pela letra A e B para uma melhor organização e explicação de cada uma delas. O castigo com a letra A, mostra um demônio agachado girando uma manivela presa a um espeto enfiado pela boca e saindo pelo ânus da alma castigada, que está com as mãos e os pés amarrados e assada para ser devorada. Botelho descreve: “O guloso torna-se a própria comida (2017, p.44). Existindo a inversão dos papéis que ao invés de comer se torna o alimento. Segundo Botelho (2017) os pecadores que cometeram o pecado da gula seriam o banquete pela eternidade.

Além disso, o castigo da letra B, observa-se um demônio sentado em cima de uma alma, em uma das suas mãos segurando uma colher e a outra sufocando a gulosa. Sobre o fato Quírico salienta: “[...] condenados que, com as mãos atadas atrás do corpo, têm um cano enfiado à boca por um demônio, a partir do qual, possivelmente, a comida lhe será contínua e



eternamente fornecida – a punição pelo pecado da gula [...]”. (2009, p.191).

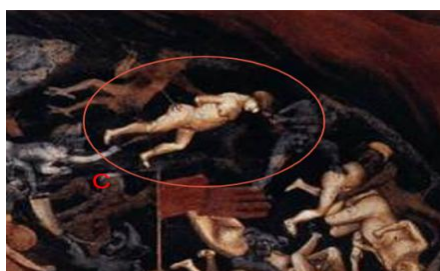
Figura 5: Os castigos a Luxúria - Recorte Canto Esquerdo da Parte Central



Fonte: Giotto di Bondone (2023).

No recorte da figura 5 está exposto duas ações punitivas, sendo identificadas como A e B. Na letra A o demônio segura um alicate pinçando o órgão genital masculino do punido (QUÍRICO, 2009). Uma ação agressiva e dolorosa efetuada sem nenhuma piedade, consequência da prática da luxúria na vida terrena. A letra B exhibe dois danados pendurados de cabeça para baixo em galho por seus órgãos sexuais, tendo as mãos atadas nas costas (QUÍRICO, 2009).

Figura 6: Punição a Luxúria - Recorte Canto Superior Esquerdo



Fonte: Giotto di Bondone (2023).

Ademais, a figura 6 expõe outra atitude tomada para penalizar a danação da luxúria, indicada pela letra C. O cenário da letra C, enfatiza uma danada sendo espeta e arrastada pelos cabelos por dois seres infernais. Ações descritas como “[...] puxões de cabelos são quase que exclusivamente aplicados às mulheres, podendo com isso, significar a punição do pecado da luxúria. [...] Demônios enfileirados seguram nos cabelos das danadas, [...]” (RIZO, 2016, p. 75). Outro fator evidente no modo de agir dos demônios, com características sexuais durante a



punição dos penalizados, não deixando de serem violentos e agressivos (RIZO. 2016). Assim, todas as penalizações aplicadas aos pecados corporais são terrivelmente assombrosas e assustadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, sugere-se com o estudo uma relação dos tabus corporais com os pecados capitais relacionados ao corpo (gula e luxúria), junção afirmada no controle corporal. Pecados utilizados pela Igreja Católica como meio de educação, controlando hábitos, atitudes e costumes da sociedade, com auxílio da pedagogia do medo, propagando o terror infernal e a danação eterna expostas pela figuração do inferno e dos castigos aplicados aos pecadores nas construções imagéticas. Elementos colaboradores do surgimento da culpabilização social medieval, refletindo em resquícios permanentes até os dias atuais, tornando o berço da criação dos tabus relacionado ao corpo. Tabus referentes ao corpo que permanecem em nossa atualidade como padrões estabelecidos socialmente, que punem quem não os seguem. Espera-se contribuir no entendimento da construção mental da sociedade sobre dualidade do homem e a inferiorização do corpo ao longo da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSO-GOLDFARB, A. M. **O que é história da ciência**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

AMORIM, A. K. DE A.; VIANA, T. DE C. Luto, tabu e ambivalência afetiva: a experiência de sofrimento no psíquico e na cultura. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 6, n. 4, p. 23–38, out. 2003.

ARAÚJO, C. A. A. et al. A ciência na visão dos professores e pesquisadores brasileiros. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.17, n.2, p.95-108, maio/ago. 2007. Disponível em: INFO _ n 02 - 2007.pmd (brapci.inf.br). Acesso em: 12 jan. 2023.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BOURDALOUE. **CEuvres complètes**. Paris, 1830. 16 v. Aqui, XIV, p. 128- I 29.



COSTA, F. **Anjinhos e Diabinhos: Tabus do Corpo observados nas aulas de Educação Física.** Monografia - Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

CHEVALIER, J; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos:** mitos sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

DARIDO, S. **Educação Física no Ensino Médio:** Reflexões E Ações. Motriz, 1999.

DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo:** a culpabilização no ocidente (séculos 13-18). Bauru, SP: Edusc, 2003.

FERNANDES, José Lucas Cordeiro. **Abençoados e Condenados: As representações nos escritos demonológicos medievais.** UECE, 2012. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/encontrointernacionalmahis/anais/trabalhos_completos/52-12632-18102012-162833.pdf. Acesso: 8 agost. 2022.

FERREIRA, L. S. O feminino, o pecado da luxúria e o sacramento do matrimônio no "Livro das Confissões". **Revista Aedos**, [S. l.], v. 3, n. 9, 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/22272>. Acesso em: 30 dez. 2022.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade média: nascimento do ocidente.** 2 ed. rev. e ampl. -- São Paulo: Brasiliense, 2001.

FREITAS, T. A. **As fronteiras do corpo proferidas na arte: uma análise dos corpos pendurados em "O Juízo Final" de Giotto di Bondone (1306).** 2021. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de de Pós-graduação em História. Rio Grande do Sul, 2021.

GALARD, J. Como o nu apareceu na pintura. **Discurso**, v. 39, n. 39, p. 9-24, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2009.68261>. Acesso em: 21 mar. 2021.

GIOTTO DI BONDONE. **Cappella degli Scrovegni:** Juízo Final. Disponível em: < Web Gallery of Art, searchable fine arts image database (wga.hu) >. Acesso em: 11 jun. 2023.

GIOTTO DI BONDONE. **Cappella degli Scrovegni:** Juízo Final: Recorte do inferno. Disponível em: < Web Gallery of Art, searchable fine arts image database (wga.hu) >. Acesso em: 11 jun. 2023.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

GIOTTO DI BONDONE. **Cappella degli Scrovegni**: Recorte do inferno: Canto Superior Direito. Disponível em: < Web Gallery of Art, searchable fine arts image database (wga.hu) >. Acesso em: 11 jun. 2023.

GIOTTO DI BONDONE. **Cappella degli Scrovegni**: Recorte do inferno: Canto Esquerdo da Parte Central. Disponível em: < Web Gallery of Art, searchable fine arts image database (wga.hu) >. Acesso em: 11 jun. 2023.

GIOTTO DI BONDONE. **Cappella degli Scrovegni**: Recorte do inferno: Canto Esquerdo da Parte Central. Disponível em: < Web Gallery of Art, searchable fine arts image database (wga.hu) >. Acesso em: 11 jun. 2023.

GIOTTO DI BONDONE. **Cappella degli Scrovegni**: Recorte do inferno: Canto Superior Esquerdo. Disponível em: < Web Gallery of Art, searchable fine arts image database (wga.hu) >. Acesso em: 11 jun. 2023.

HUIZINGA, J. **O Declínio da Idade Média**. São Paulo: Verbo - Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

LE GOFF, J; TRUONG, N. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

LE GOFF, J. **O nascimento do purgatório**. Petrópolis, Rio Janeiro: Vozes, 2017.

LÓDE-NUNES, M. A. **A Educação pela Sensibilidade: Uma análise Iconográfica do Pecado em Hieronymus Bosch**. 2010. Dissertação (mestrado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, 2010.

LÓDE-NUNES, M. A; OLIVEIRA, T. Os vícios e as virtudes na Cappella Degli Scrovrgni: Uma aproximação das questões filosóficas presentes no século XIII. **Notandum** – CEMOrOC - Feusp / IJI-Univ. do Porto 42 set-dez 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.42.6>

LUFT, C. P. **Mini Dicionário Luft**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

MATOS, A. C. C. O corpo, o amor e o pecado à sombra de Deus. **ACTIO NOVA: REVISTA DE TEORÍA DE LA LITERATURA Y LITERATURA COMPARADA**,

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 19 de 21



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Monográfico 3: 38-67 DOI: <http://doi.org/10.15366/actionova2019.m3.003>

MATTOS, C. E. Um inferno para ser visto: o Apocalipse de Pedro e os sofrimentos físicos dos condenados. **Revista Caminhando**. v. 25, n. 1, p. 87-100, jan./abr. 2020.

MARTINS, Eduardo Simões. **O medo como fonte de persuasão, manutenção e crescimento dos neopentecostalismos**. Marília: UNESP, 2009. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/4306>. Acesso em 5 de abril de 2022.

MOURA, F. N (coord.).O poder imaginário: diálogos com a antiguidade, o medievo e outras temporalidades. Imperatriz: Ethos, 2016. *In*: COSTA, R; PEREIRA, E. S. “**Ali haverá pranto e ranger de dentes: o Inferno na Arte e na Filosofia da Idade Média**”. 2016.

OMNÈS, Roland. **Filosofia da ciência contemporânea**. São Paulo: Unesp, 1996.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

PILLA, M. C. B. A. Dominando a própria carne: gula, temperança e boas maneiras à mesa nos manuais de civilidade (séculos XVI a XX). **Diálogos**, v. 22, n. 1, p. 218 - 228, 7 jul. 2018. Disponível em: Vista do Dominando a própria carne: gula, temperança e boas maneiras à mesa nos manuais de civilidade (séculos XVI a XX) (uem.br) . Acesso em 03 de janeiro de 2023.

QUÍRICO, T. **Inferno e Paradiso. Dante, Giotto e as representações do Juízo final na pintura toscana do século XIV**. 2009. 345 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

RANHEL, A. S. História do corpo na Idade Média: representações, símbolos e cultura popular | **Revista Veredas da História (ufba.br)**, v. 11, n. 1, p. 10-31, jul., 2018, ISSN 1982-4238, DOI: <https://doi.org/10.9771/rvh.v11i1.47892>

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Teoria e prática**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

v. 10 n. 10 (2016): RIOS - Revista Científica da Faculdade Sete de Setembro

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru: Edusc, 2001.

RIZO, S. O INFERNO NA ARTE: A PAISAGEM. **Revista Estética e Semiótica**, [S. l.], v. 3,

Página 20 de 21

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

n. 2, p. 1–38, 2013. DOI: 10.18830/issn2238-362X.v3.n2.2013.01. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/esteticaesemiotica/article/view/11906>. Acesso em: 25 jul. 2023.

RIZO, S. O corpo danado. **Revista Estética e Semiótica**. Brasília.V. 6. N.1. P.047-085. jan/jun 2016.

TIRELLO, R. A. Afresco de Fulvio Pennacchi na capela do Hospital das Clínicas da FMUSP: estudos científicos de caracterização material e executiva. **R. CPC**, São Paulo, v.1, n.1, p.103-120, nov. 2005/ abr. 2006 Disponível em: < Vista do Afresco de Fulvio Pennacchi na capela do Hospital das Clínicas da FMUSP: estudos científicos de caracterização material e executiva>. Acesso em: 23 mai. 2023.

ZIERER, Adriana (coord.). Mirabilia 12 Paraíso, Purgatório e Inferno: a Religiosidade na Idade Média. In: FERNANDES, F. R; MASCHIO, M. **Giotto e o Purgatório: a difícil missão de salvar a alma de um usurário**. Jan-Jun 2011/ISSN 1676-5818rg/10.1590/0104-0707201500115001

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 21 de 21



TERRITÓRIO CONTESTADO: UMA ANÁLISE ESPAÇO-TEMPO A PARTIR DA POPULAÇÃO CABOCLA

Ribamar Bernardes (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* União da Vitória, bernardespoetry@gmail.com

Diane Daniela Gemelli
Unespar/*Campus* União da Vitória, daiagemelli@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

Esse artigo é resultado da pesquisa “Território do Contestado, uma análise espaço-tempo a partir da população cabocla”, que tem por objetivo geral, compreender, com fundamento nos elementos da Guerra do Contestado e das narrativas construídas ao longo do tempo, como a população do Contestado paranaense se reconhece diante da territorialidade e do modo de vida caboclo. Como objetivo específico, buscou-se compreender, a partir das histórias orais narradas durante a realização das entrevistas, de que forma as narrativas construídas sobre a população cabocla no decorrer dos mais de cem anos do pós-guerra influenciaram para o autorreconhecimento e/ou invisibilidade e culpabilização dessa população.

Para tal intento buscou-se identificar histórias e memórias em torno da população cabocla e dos acontecimentos da Guerra do Contestado (1912-1916), investigar as territorialidades e o modo de vida dessa população e traçar um paralelo com as formas de ser e existir da população cabocla que atualmente vive no Contestado paranaense.

Assim, compreende-se a urgência da questão em vista da atualidade dos fatos e sua conexão com a Guerra, e por sua vez, com a própria formação territorial do país. A população cabocla, criminalizada no contexto da Guerra, permanece no espaço-tempo invisibilizada, culpabilizada e esquecida. Por isso, a defesa dessa população se impõe como tarefa no sentido de contribuir “com a justiça social, isto é, retirar a culpa colocada aos caboclos e às caboclas,



que foram vítimas de tamanha injustiça, seja de forma física, epistêmica e/ou discursiva” (Chmura; Gemelli, 2022, p. 58)

Portanto, o presente artigo irá discutir a problemática da representação social e do território, enquanto locus para verificação de tal representação, ao mesmo tempo que, a materialidade territorial. Remete à época do conflito, em sua patente modificação, e é exatamente esse processo, essa mudança no fazer territorial, que busca se encontrar em seu efeito último, ou seja, nas representações coletivas da realidade, desse grupo social, qual seja, a população cabocla na atualidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram usados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, recorte da área estudada (bairro Bela Vista – União da Vitória/Paraná), trabalhos de campo, realização de entrevistas com seis moradores da região e análise das narrativas contidas nas entrevistas, com base na história oral.

De início, foi realizada ampla consulta bibliográfica sobre o tema geral da pesquisa, a questão do Contestado e seus desdobramentos históricos e geográficos até a atualidade; depois, pautado nos objetivos específicos da pesquisa, a consulta bibliográfica se especializou na leitura de obras ou parte de obras, que promoveriam subsídios para composição da produção textual, a saber, principalmente o TCC – Trabalho de Conclusão de Curso de Márcia Chmura, uma vez que o projeto fora inicialmente executado pela estudante citada, tendo, em partes, resultado em seu trabalho no qual estão contidos os relatos das entrevistas realizadas no bairro Bela Vista.

Sobre a seleção do estudo de caso, destaca-se que o bairro é afastado/isolado dos demais espaços urbanos, ou seja, não há contiguidade territorial com a área urbana municipal, sendo que a partir do centro da cidade existem dois acessos para chegar ao bairro, ambos não pavimentados.

O bairro nos chamou atenção por alguns motivos, sendo o de maior destaque a falta de infraestrutura adequada como a condição das ruas, a falta de saneamento básico e a



precariedade das moradias dos moradores do bairro, que denotam a precarização das condições de existência social e a situação de pobreza que atravessa a vida dos moradores.

Ainda é preciso evidenciar que as pessoas entrevistadas no bairro Bela Vista residem no local em decorrência de uma ação da Prefeitura Municipal, que na década de 1980, realizou a realocação da população que morava nas proximidades da Ponte do Arco de União da Vitória, onde hoje localiza-se o Parque Ambiental do município, pelo fato de ser um local constantemente atingido pelas cheias do rio Iguçu, como aquela registrada em 1983. Cujas enchentes ocasionaram preocupação para as autoridades, pois atingiu muito da população que morava próximo às margens do rio.

Popularmente este bairro ficou conhecido como “Malvinas”, em referência à Guerra das Malvinas ocorrida em 1982 entre Argentina e Inglaterra em disputa pelo domínio territorial do arquipélago. O bairro Bela Vista formou-se no período da referida Guerra, de modo a relacionar a situação do bairro àquela da Guerra em voga, uma associação que estigmatiza o bairro e a população como perigosa e violenta.

Assim, este artigo procura responder três questões fundamentais, anteriormente citadas, que correspondem a cada uma das três partes nas quais o artigo está dividido: Narrativas sobre a população cabocla; História, memória e identidade social e Territorialidade cabocla.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Narrativas sobre a população cabocla

Se afirmarmos que o espaço geográfico é o lugar de interação recíproca entre os elementos naturais e sociais, e que as relações de poder entre indivíduos e/ou grupo de indivíduos demarcam fronteiras, formando e conformando, instituindo enfim, o território; e sendo de origem social e não natural, essas relações de poder, pode-se afirmar que o espaço em que vivem as pessoas cotidianamente, não é uma paisagem natural, antes construção social sobreposta à natural. Tal construção, portanto, é resultado de lutas desiguais que demarcam as tais fronteiras, criam propriedades, estabelecem formas de uso e ocupação do solo.

Da mesma forma, a narrativa acerca de um fato histórico, quando este se apresenta como fato verídico de interesse coletivo, tanto na época do ocorrido, quanto em épocas



vindouras; é também uma construção social sobreposta à verdade do fato, e da mesma forma que o espaço geográfico, as narrativas históricas, precisam ser continuamente afirmadas, pois trata-se de construções sociais sempre inacabadas, ou seja, as relações de poder nunca são definitivas. As narrativas históricas acerca de fatos históricos ao se apresentarem como hegemônicas, oficiais, precisam silenciar outras possíveis narrativas sobre o mesmo fato histórico, sendo, portanto, também alvo de disputa, que deve ser compreendida de forma análoga à disputa em torno das relações de poder, que fundamentam o território, pois referem-se exatamente às mesmas, constituindo assim o discurso hegemônico do grupo social dominante nessa relação de poder.

Nesse sentido, Raffestin (1993), alerta que o espaço e o território não são sinônimos, sendo que a formação do território se dá pela apropriação. Da mesma forma que o espaço é anterior ao território, pode-se afirmar que o fato histórico antecede a narrativa histórica, sendo esta também uma construção social que visa consolidar uma história oficial acerca do ocorrido. Esse discurso oficial tem como fundamento uma necessária relação de poder, que por sua vez, oferece uma solução de continuidade que tem por objetivo o domínio político, garantindo a manutenção da propriedade ao mesmo tempo que fornece um discurso, que normaliza um conflito social, fundado no questionável intuito de promover e manter a paz, ao custo do silenciamento, e consequente invisibilidade da população remanescente da Guerra, do Contestado.

A intenção que se verifica nessa perspectiva de estudo, era e é a de promover um discurso que atenuasse as graves circunstâncias de extrema violência que permeiam o conflito, visando a unidade pacífica da região com a eliminação de qualquer possibilidade de ressentimento coletivo que pudesse despertar o desejo de vingança e reacender a chama da revolta; apesar do discurso oficial não informar sobreviventes do lado revoltoso, era e sempre é preciso, através do exemplo, prevenir futuras insurgências que possam acionar outras contestações.

Portanto, o estudo acerca das narrativas históricas construídas sobre a Guerra do Contestado, é de fundamental importância para se compreender as questões citadas, de silenciamento e invisibilidade, e por causa e ao mesmo tempo consequência, do autorreconhecimento da atual população cabocla, pois ao contrário da narrativa oficial, há



uma população remanescente da guerra, que se estabeleceu, enquanto desdobramento do conflito, de forma precária na região contestada e em seu entorno.

Desta feita, se somam aos interesses dessa pesquisa, verificar o autorreconhecimento da população cabocla, enquanto população cabocla do Contestado e também verificar o sentimento de culpa, o constrangimento diante da identidade cabocla e dos fatos históricos relacionados a ela, resultado do processo de culpabilização sofrido por essa população, através do discurso oficial, oriundo das narrativas hegemônicas, por parte das autoridades políticas constituídas, reconhecido como único discurso válido, portanto incontestável, pois presume-se se tratar da expressão da verdade.

Esse discurso oficial primeiramente resulta de discursos jornalísticos e testemunhos sobrepostos. Os primeiros registros sobre o fato aparecem nos periódicos contemporâneos ao conflito. É importante focar o papel do jornal como formador da opinião pública da época, ao configurar-se como um dos meios de comunicação capaz de exercer tal desempenho. Outra característica desse período repousa no engajamento dos jornais às disputas político-partidárias, nacionais e regionais, sendo os periódicos utilizados como porta-vozes de grupos oposicionistas ou favoráveis ao governo. Sobre isso, Goss (2019, p. 34), diz que “na cobertura jornalística da Guerra do Contestado, as notícias sobre o fato espelham as versões oficiais, pois as fontes de informação limitam-se, quase sempre, aos documentos burocráticos - os relatórios militares e as manifestações de órgãos governamentais”.

Além do jornalismo, a outra forma de representação que irá inaugurar a produção textual sobre o fato histórico, são os testemunhos, relatos memorialistas ou autobiográficos. Da mesma forma que Euclides da Cunha, ao testemunhar o que viria ser o enredo de Os Sertões, sobre a Guerra de Canudos, alguns relatos testemunhais foram feitos e publicados. De obras como Campanha do Contestado (As operações da colina sul), de Herculano Teixeira de Assunção e Campanha do Contestado (3 volumes), de Demerval Peixoto. Depreende-se uma mesma característica presente nesses e noutros relatos de origem militar, a saber, uma forte influência de teses científicas, evolucionistas e deterministas, em voga na Europa daquele período, resultando na visão do caboclo, como atrasado, ignorante, miserável e fanático.



Para melhor compreender, como narrativas pautadas nas perspectivas citadas, se tornaram hegemônicas, o conceito de ideologia geográfica (Moraes, 2005) como sendo ideologia que expressa a consciência do espaço, num sentido político, é de grande valia, visto que as ideologias geográficas se consolidam através da valoração de certos discursos em detrimento ou silenciamento de outros possíveis. Discursos esses, que expressam as qualidades características, visões do espaço, do território, do lugar e de determinados grupos sociais, no intuito de implantar projetos que busquem requalificá-los por meio de uma nova ordenação ou da destruição, quando encontrada intransponível resistência.

A ideologia geográfica, usa a noção de sertão, para qualificar no caso da região do Contestado, a partir de características como o vazio demográfico, ou habitado por um povo não civilizado, inculto e fanático, justificando assim, a interferência militar, que travestida de missão libertadora, vem libertar das trevas da ignorância e do conseqüente atraso, essa população considerada rústica e hostil, nem que para isso, paradoxalmente, seja preciso exterminar toda a população.

E qual a consequência dessas narrativas, corporificadas, enquanto ideologia geográfica? Como resultado das narrativas oficiais construídas,

[...] criou-se um imaginário profundo na população regional, com conseqüências psicológicas importantes. A forte atuação do Estado depois da guerra, e até recentemente, vem discriminando por meio de várias imagens a população cabocla. Assim, a suposta inferioridade acaba por fazer parte do próprio imaginário da população local, que sente não só esse esquecimento, mas até a rejeição desta cultura pelo poder oficial. O exército e as elites chamam, até hoje, os caboclos de fanáticos e jagunços, denegrindo a imagem de um povo unido pela fé e sua cultura, que lutou pelo seu inexorável direito à vida e à terra (Fraga, 2016, p. 34).

Das entrevistas realizadas no bairro Bela vista em União da Vitória, Paraná, é possível afirmar que o comportamento geral dos entrevistados, além de suas próprias respostas dadas nas entrevistas, aponta para essa consequência psicológica no imaginário coletivo da população cabocla.

A própria identidade enquanto população cabocla é controversa, uma parte dos entrevistados assim se identificou traduzindo caboclo por “gente simples que trabalha com a terra”, outra acrescentou a fé como característica, outro apresentou aspectos negativos da



identidade e houve uma entrevistada que demonstrou constrangimento ao ouvir o termo (Chmura, 2022). Essa relação controversa com a própria identidade, sinaliza uma relação de inferioridade, de não pertencimento à sociedade, de participar de uma comunidade excluída, visto a não presença do Estado, na figura do poder municipal, da não existência de serviços públicos básicos, tais como água tratada, unidade de assistência à saúde, posto policial, área de lazer ou escola. Dessa situação decorre a sensação de invisibilidade.

A Guerra do Contestado, quando citada é vista como memória de tempo ruim, que deve ser esquecida, denotando esse sentimento de culpabilização, essa sensação de que foram responsáveis pela guerra que causou tamanho sofrimento para o próprio povo que a provocou. Essa realidade, do ponto de vista psicológico, é resultado das narrativas acerca da Guerra do Contestado e da população cabocla. E a manutenção desse sentimento geral de inferioridade, que dificulta o autorreconhecimento e facilita a invisibilidade e a culpabilização da população cabocla, se dá através da constante atualização destas narrativas que, por mais que o movimento acadêmico ligado à revisão historiográfica esteja presente há mais de 50 anos, ainda não conseguiu se impor como uma contranarrativa.

Nesse sentido, é notório, um certo redirecionamento nos mais recentes trabalhos de pesquisa sobre a guerra, mas ainda obras, como aquela da professora Irene Rucinski, em seu livro “Campanha do Contestado: no portal do paraíso”, que por mais precisos que sejam os fatos históricos citados pela autora, sobre as origens e atos relacionados ao conflito apresenta abordagem pautada na filosofia positivista, compartimentando as causas e não as relacionando e principalmente as igualando em termos de influência sobre o início do conflito e mais, mesmo citando a questão cabocla e o necessário reconhecimento da identidade cabocla como também formadora da população atual do Contestado, a coloca no mesmo plano das demais etnias. Lembrando que, conforme Fraga (2016), o termo caboclo não se refere a um conceito étnico-racial, antes sendo um estado de espírito, um modo de vida, sobretudo. Assim, Rucinski (2009) ao nivelar com as demais etnias, retira a especificidade e principalmente, a gravidade que envolve a questão acerca da identidade cabocla e de como, ao contrário das demais etnias, que por mais desvalorizadas que possam ter sido e mesmo ainda sendo, não pode se colocar no mesmo nível de comparação, visto que a população cabocla atual que vive em União da Vitória, mais especificamente no bairro Bela Vista, é uma população



remanescente de uma guerra genocida, pois buscava o extermínio de uma população inteira, assim como eliminar qualquer vestígio do seu modo de vida, da sua territorialidade, das relações que mantinha tanto com a natureza quanto entre os próprios caboclos (Fraga, 2013; 2016; Gemelli, 2018; Chmura, 2022).

Ainda sobre os desdobramentos no tecido social das narrativas oficiais que versam sobre a população cabocla, Chmura (2022, p. 61), alerta que:

As narrativas construídas perpassam tempos-espacos e a cada geração são lembradas, caracterizando o caboclo como sujeito ignorante, rebelde, bandido, criminoso, assassino. Por esse motivo, é importante lembrar da importância dos estudos acerca da Guerra do Contestado, para que sejam os caboclos vistos como participantes da guerra e não culpados por ela.

Portanto, se não for dado o enfoque preciso, toda narrativa que pretende ser histórica, irá reproduzir o discurso dominante, a narrativa hegemônica, a ideologia geográfica, sendo a perspectiva que privilegia a questão cabocla, também uma posição política, o que acarreta uma responsabilidade ainda maior, ao lidar com tais fatos históricos, narrativas históricas e revisões historiográficas.

História, memória e identidade social

A memória é fundamental para a formação de uma identidade, tanto individual quanto coletiva, “indubitavelmente, memória e identidade são indissociáveis. A memória é geradora de identidade, uma vez que atua na sua construção” (Menezes, 2021, p. 84).

E a construção da memória individual passa pela coletiva e vice-versa, em um processo contínuo e inacabado. A memória individual não se constrói com a pessoa isolada do meio social, pelo contrário, a identidade individual se forma através de relações de contraste, de diferença, distinção, constituindo um estado de alteridade, que faz com que a identidade de si surja necessariamente em relação ao outro, sendo a memória que possibilita ao indivíduo, o sentimento de pertencimento ao quadro social ao qual, por sua vez, deve sua existência, sentindo-se assim parte integrante do território.



Assim, Neto (2021, p. 23), afirma “que memória e territorialidade estão entrelaçadas em meio aos processos identitários”. A memória permite o reconhecimento do território e que a transmissão da identidade resultante desse reconhecimento, seja passada de geração em geração, formando uma conexão entre o presente e o passado, projetando uma manutenção dessa identidade, no futuro.

A memória é uma representação social. E de memórias é feito o imaginário coletivo, conceito que se coloca entre a realidade e a ficção, visto que o ato de lembrar implica uma ressignificação da memória, de modo que elementos ficcionais podem ser introduzidos, até de forma inconsciente (Menezes, 2021). Portanto, “a memória sendo perpassada de geração a geração acaba tendo elementos introduzidos e ou retirados, tudo vai depender da importância e da conotação que aquela memória tem ao sujeito que conta a história no seu tempo presente, o que destarte remete a ressignificação” (Chmura, 2022, p. 67).

No caso da população cabocla do Contestado, a memória, na época anterior e posterior à guerra, se transmitia através da fala, história oral que mantinha viva a memória. Para Chmura, (2022, p. 67) “A memória, então, tem uma relação com a história oral, pois geralmente é através das falas, das conversas que se mantém viva”. Sobre a história oral, Alberti (1999, p. 31), aponta que “o sucesso da história oral como metodologia de pesquisa no campo das Ciências Humanas e Sociais, é fenômeno bastante conhecido no meio acadêmico”.

Das entrevistas realizadas durante a pesquisa, se destaca a lembrança da memória do cemitério do Irani, por parte do terceiro entrevistado, cemitério destinado aos combatentes caboclos da Guerra do Contestado. Narra ele, que seus pais contavam sobre as mulheres e crianças ali enterradas, o que não consta em dado oficial algum, assim como histórias sobre a fuga mato adentro, envolvendo famílias inteiras ou o que restou delas (Chmura, 2022). Em consonância com Fraga (2016), se observa facilmente, como no relato do primeiro entrevistado, que histórias sobre a guerra foram passadas de geração em geração, mas que eram histórias tristes e que, portanto, ele não pretendia passar para o filho, na intenção de que se construa um futuro novo. Tal afirmação informa, o quanto constrange a população atual do Contestado, ser identificada como população remanescente do conflito.

Essa negação do passado, não é completa, visto a necessidade contínua de citá-lo, mesmo que negativamente e por isso faz pleno sentido não querer perpetuar tais histórias,



para que se construa uma identidade nova, fundada em outro passado, não nesse marcado pelo sofrimento e pela vergonha de se reconhecer como causador da guerra. Já foi abordado anteriormente, o quanto essa visão está pautada numa narrativa hegemônica, exatamente porque se trata de uma ideologia geográfica, conceito também citado anteriormente.

Em relação à identidade cabocla, percebe-se através das respostas dos entrevistados, como colocam, de forma concorrente duas narrativas. Uma narrativa que reflete o orgulho de ser caboclo, que afirma e enaltece os valores sociais que permeiam o modo de vida caboclo, e outra narrativa, que pode ser chamada de estrangeira, no sentido exposto no parágrafo anterior, pois se trata de uma ideologia geográfica. E essa narrativa “estrangeira” se torna hegemônica, através dos meios de comunicação, dos discursos oficiais de representantes do Estado e dos relatos militares editados em livros, constituindo uma ideologia que verifica o povo caboclo, como sendo, um povo não civilizado, inculto e fanático.

Dessa forma, o primeiro entrevistado afirma que “o caboclo bebia, surrava a mulher, era muito mal falado o caboclo” (Entrevistado 1, 2022). Quando perguntado se ele se considerava caboclo, interpretou no sentido racial e afirmou não saber, devido à mistura de raças. Porém, o terceiro, o quarto e o quinto entrevistados reconhecem a identidade cabocla, mas por motivos diversos. O terceiro entrevistado, conecta o trabalho constante em qualquer área à identidade, a quarta entrevistada acrescenta a fé, como elemento identitário, e a quinta entrevistada, por sua vez, relaciona à ignorância, ao não saber falar e à simplicidade, enquanto a sexta entrevistada, demonstrou constrangimento com a pergunta. Todas essas respostas/reações condizem com a teoria proposta e confirmam a relação controversa e concorrente entre narrativas acerca da população cabocla e o quanto as mesmas influenciam o autorreconhecimento da atual população do Contestado, de modo que, para Chmura (2022, p. 70) “o papel das narrativas oficiais construídas se torna um aparato para o silenciamento por parte da população cabocla, ou seja, influenciam na negação do ser caboclo, ainda hoje”.

Territorialidade cabocla



Território é uma das categorias de análise da ciência geográfica. Há diversas concepções em relação ao conceito de território, por parte de diversos autores. Afirma Souza (2000), que todo território é uma apropriação, e sendo ocupado, passa a se tornar fonte de raízes (memórias) e identidade. Assim, trata-se de um conjunto inseparável, o território e um certo grupo de pessoas vivendo nele, concluindo-se então, que o território é a própria sociedade (Chmura, 2022), de modo que a criação do território é uma necessidade do ser humano para que o processo de reprodução social e material da vida aconteça (Gross, 2019).

Bomfim (2009), expõe que o conceito de território passou de uma definição de rede, de fronteira, para uma compreensão enquanto lugar de pertencimento, lugar onde a vida é construída cotidianamente, sendo algo indispensável para o desabrochar das solidariedades identitárias que fundam e nutrem o imaginário coletivo.

O território, dessa forma torna-se o espaço de produção e reprodução da vida, tanto material quanto imaterial, simbólica, cultural. Dessa abordagem surge o território, como espaço de identidade ou de identificação, fundado na memória coletiva, no sentimento de pertencimento social, na maneira de ser e de existir a partir de um modo de vida e conduta que proporciona orientação para todos os integrantes da sociedade. Assim, o território é uma construção material e imaterial, construção de significantes e significados. É bem um lugar, antes de ser fronteira. A fronteira delimita o espaço a ser defendido (Medeiros, 2009).

Nesse sentido, o território do Contestado na época anterior ao conflito já era ocupado por uma população cabocla que ali vivia (Gemelli, 2018). A definição de caboclo não se baseia num conceito étnico-racial, sendo antes de tudo, um modo de vida, fundado numa territorialidade, conceito este que deriva das diferentes formas de uso e ocupação do território, tendo valor particular, pois se refere ao espaço vivido diariamente, incluindo as relações sociais entre os sujeitos, suas próprias relações existenciais, as relações com a natureza e as relações produtivas, permeadas, por relações de poder (Fraga, 2013; 2016; Gemelli, 2018; Gross, 2019; Chmura, 2022).

Dito isso, o conceito de territorialidade, se refere, portanto, a uma condição vital para a existência social e política do ser social. Em relação à territorialidade cabocla e como pode se observar sua permanência na atual população cabocla do Contestado, destaca-se a importância da roça cabocla, visto que essa sociedade deve ser entendida como formação econômica-



social, alicerçada no campesinato, e que portanto a terra, enquanto não apenas a produção agrícola, mas na relação total com a natureza, incluindo pesca, caça, criação de animais, extração de erva-mate, entre outras atividades, têm centralidade no existir caboclo (Tomporoski, 2013; Gemelli, 2018; Chmura, 2022).

Essa centralidade é percebida nos relatos das entrevistas realizadas no bairro Bela Vista. A atual população cabocla, atualiza esse modo de vida primordial, ao se relacionar com a terra, mesmo diante de uma posse tão precária, haja vista que dispõe de pequenos lotes de terra para morar e cultivar seus pequenos roçados (Chmura, 2022).

Voltando à roça cabocla primordial, para perceber sua atualidade, Vinhas de Queiroz (1966), afirma ser esta a característica principal do modo de vida do povo caboclo e aponta o milho como a principal produção da lavoura, junto ao feijão e por vezes a abóbora e a melancia. E do milho branco se fazia canjica, farinha e quirera. O milho amarelo e vermelho só era servido aos animais, porcos, galinhas e cavalos. E a farinha de milho com feijão, quirera e carne era o alimento diário. Ainda nos meses de frio, servia-se de pinhão, além de mel e algumas vezes, palmito.

De modo geral, pode-se afirmar, que todos os entrevistados, expressaram essa forte ligação com a terra, de uma forma espontânea, como extensão direta de suas próprias vidas. Todos os entrevistados relataram a centralidade da terra (Chmura, 2022). Em vista disso, Fraga (2016) corrobora ao afirmar que ser caboclo na região do Contestado, ainda hoje é um modo de vida, uma herança secular dos habitantes mais originais, é também uma identidade de origem camponesa, que se formou a partir da mestiçagem étnico-racial entre europeus (espanhóis e portugueses), negros e indígenas; mas a territorialidade cabocla ultrapassa os limites étnico-raciais, devendo ser representada pelo jeito de falar, de pensar o mundo, de reconhecer a figura e o significado do Monge João Maria e também pelo costume de dividir a comida, conectando-se à terra novamente.

Os frutos do trabalho com a terra e as ervas cultivadas com propósito medicinal se inserem na trama diária da sociabilidade cabocla, fundada na solidariedade. Entretanto, a passagem de uma forma de solidariedade para outra radicalmente diferente, remete à imposição de outro modo de vida, no caso em relação à população cabocla mais original, por parte de um Brasil na época, uma nascente república; na tentativa urgente de modernizar e



expandir geograficamente o capitalismo no país. Para tal, promove uma estratégia pautada na ideologia geográfica da época, que verificava o camponês da região do Contestado e sua territorialidade, seu modo de vida, sua relação com a terra e sua consequente produção agrícola com um entrave para o pleno desenvolvimento do progresso, para a conquista da modernidade.

Deriva da solidariedade, outra característica fundamental na territorialidade cabocla, a presença do que Tomporoski (2012) denomina como *pixirum*, que consiste na troca de dia de trabalho entre os integrantes do grupo social, ou seja, cooperação, ajuda mútua.

Nos relatos dos entrevistados, constante foi essa troca de miudezas entre os caboclos, desde mudas de plantas, ervas para chás medicinais ou porções de alimento (Chmura, 2022). É representativa da solidariedade cabocla essa prática, que derivou no *mutirão*, como é conhecido hoje no país, essa prática antiga dos habitantes mais originais e que persiste até hoje, proporcionando que o trabalho que uma pessoa sozinha levaria dias, semanas, possa ser realizado em conjunto, num tempo muitíssimo menor.

Assim, se verifica o quanto atual é a territorialidade cabocla, indo muito além de uma definição étnico-racial, o existir caboclo é também um estado de graça, um estado de fé, uma maneira sagrada de compreender e aceitar o mundo.

Nesse sentido, ao constatar através das entrevistas, a ausência de reclamações acerca da vida, bem como a não percepção de dificuldades na rotina por eles vivida, sinaliza para uma complexa rede de significados, que relacionam um reconhecimento controverso, aliado a um sentimento de invisibilidade, de não pertencimento, de uma culpabilização pelo simples fato de existirem, de estarem ali, num local habitado por pessoas que não os reconhecem como co-habitantes do local.

Desta feita, as consequências psicológicas no imaginário coletivo, são especulações acerca de um imaginário difuso, mas que deixa perceber o quanto é constrangedor, o quanto incomoda essa percepção de invisibilidade, ao ponto de questões que nos parecem urgentes, do ponto de vista social, de uma existência material minimamente digna, não lhes são necessárias. Com essa atitude, dá distância que lhes foi imposta, preferem mantê-la como forma de proteção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas construídas sobre a Guerra do Contestado e a influência e os desdobramentos materiais e imateriais, sobre a população do Contestado ao longo do tempo, bem como a relação destas narrativas com o autorreconhecimento, invisibilidade e culpabilização dessa mesma população; é a problemática central da pesquisa. Assim, indicou-se como reforço à pesquisa, investigar as histórias e memórias desse grupo social em torno da população cabocla e da Guerra do Contestado, bem como buscar traçar um paralelo entre as territorialidades, o modo de ser e de existir, da atual população e das mais originais, da época anterior à guerra.

Observou-se então, estreita ligação entre as narrativas e as representações coletivas da atual população do Contestado, possibilitando um sólido caminho elucidativo, que confirma a hipótese levantada pela pesquisa, qual seja, de que as narrativas hegemônicas construídas no espaço-tempo reverberam na forma como a população cabocla se reconhece atualmente no contestado paranaense, reforçando estigmas que, por sua vez, denotam no sentimento de culpabilização e no processo de invisibilização social.

Dessa forma, defende-se uma justa revisão historiográfica, que possibilite o estabelecimento de uma contra-narrativa que angarie capital simbólico no meio acadêmico e intelectual do país, para se apresentar como narrativa oposta à oficial e que busque dar conta de enumerar as responsabilidades do Estado, pela atual situação da população contestadense. Assim, promovendo publicamente essa discussão, para que a sociedade civil organizada, surja o devido e merecido apoio à causa do combate às nefastas consequências da Guerra do Contestado, guerra essa, que assim se mostra inacabada, reverberando até hoje, nas condições de existência da população que hoje habita, a região do Contestado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

ALBERTI, Verena. História oral e arquivos. *In*: SILVA, Zélia Lopes da (org). **Arquivos patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, p. 31-39, 1999.

BOMFIM, Natanael Reis. **Noção social de território**: em busca de um conceito didático em geografia: a territorialidade. Ilhéus, Editus, 2019.

CHMURA, Márcia. **Território Contestado**: Um estudo sobre a territorialidade, memórias e trajetórias de vida da população cabocla. (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia). Universidade do Estado do Paraná, União da Vitória, 2022.

FRAGA, Nilson Cesar. Um território de invisibilidade e miséria: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul. *In*: WEHLING, Arno (org.). **100 anos do Contestado**: memória, história e patrimônio. Florianópolis, MPSC, 2013.

FRAGA, Nilson Cesar. A Guerra do Contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida. *In*. FOETSCH, Alcimara Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; BUCH, Helena Edilamar Ribeiro (org.) **Geografia do Contestado**: 50 anos de fazer geográfico. Curitiba, Íthala, 2016.

GEMELLI, Diane Daniela. **“Onde planta o pinus não dá mais nada”**: degradação da natureza e do trabalho no Contestado e a necessidade da reunificação homem/mulher-natureza (terra-trabalho). (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

GEMELLI, Diane Daniela; CHMURA, Marcia. O povo caboclo no território Contestado: uma análise do processo de invisibilização. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 8, n. 1, Londrina, 2022.

GOSS, Fernando. **Discursos e narrativas da Guerra do Contestado**. (Dissertação de mestrado em Literatura) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

GROSS, Cristina Buratto. **Os “escolhidos e os escorraçados”, os povos tradicionais e a formação sócio-espacial de Santa Catarina**: rompimentos das invisibilidades de caboclos e caboclas do Contestado na serra acima, pescadores e pescadoras do litoral na serra abaixo. (Tese de doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

MENEZES, Victória Sabbado. **“Ainda somos os mesmos e vivemos como nossos...”** professores?: das narrativas (auto) biográficas docentes a ressignificação de (Geo) grafias. (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo, Hucitec, 2005.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 15 de 16



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

NETO, Jaime Bernardo. Sobre memória, identidade e territorialidade - reflexões a partir da geografia. **Geografia Ensino e Pesquisa**, v. 25, e02, Santa Maria, 2021.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado - vol. 1 - Raízes da Revolta**, vol. 3 - A grande ofensiva. Fundação Cultural, Curitiba, 1985.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Editora Ática, 1980.

RUCINSKI, Irene. **Campanha do Contestado: no portal do paraíso**. União da Vitória, UNIUV, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, Iná Elias de Castro; GOMES Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberti Lobato (Org). **Geografia conceito e temas**. 2ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Do antes ao depois: a influência da Lumber Company na deflagração do movimento sertanejo do Contestado e seu impacto na região fronteira entre Paraná e Santa Catarina. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 68-87, dez., 2012.

VINHAS de QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social**. São Paulo, Editora Ática, 1977.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 16 de 16



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

CONSEQUÊNCIAS DAS REFORMAS EDUCACIONAIS ATUAIS NO CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – ENSINO MÉDIO

Sabrina Soares da Silva - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Paranavaí, sabrinasoares19@hotmail.com

Rita de Cássia Pizoli Oliveir - Orientadora
Unespar/*Campus* Paranavaí, ritacpizoli@hotmail.com

Viviane da Silva Batista - Coorientadora
Unespar/*Campus* Paranavaí, viviane.batista@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

O currículo do novo Ensino Médio no Brasil, estabelecido pela Lei nº 13.415/2017, trouxe mudanças significativas no sistema educacional, impactando também o curso técnico de Formação de Docentes no Paraná. Este estudo se propõe a analisar as implicações dessa reforma curricular, utilizando o materialismo histórico como base teórica para entender como fatores econômicos influenciam as reformas educacionais e, conseqüentemente, o currículo.

Uma das preocupações é a redução das disciplinas que promovem a reflexão sociológica e filosófica, fundamentais para o pensamento crítico dos futuros educadores. Por outro lado, observa-se um aumento na carga horária de disciplinas relacionadas a competências, o que indica uma mudança para uma abordagem mais centrada na pedagogia das competências. Essa flexibilização curricular pode afetar negativamente a formação e contratação de professores devido à pressão por redução de custos. Esta pesquisa visa questionar as implicações sociais e educacionais dessa reforma e sua influência na formação de docentes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo investiga as implicações do novo currículo do Ensino Médio no curso técnico de

Realização

PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

técnico de

Página 1 de 15



Formação de Docentes, com foco na subárea de currículo dentro da Educação e Trabalho. Utilizando uma abordagem metodológica qualitativa, baseada no materialismo-histórico, a pesquisa se concentra na análise de fontes bibliográficas, como livros, artigos acadêmicos e documentos oficiais. O objetivo é compreender a relação entre a realidade econômica contemporânea e as reformas político-educacionais que afetam o currículo e a formação dos estudantes. O estudo examina os documentos educacionais relevantes, incluindo o Referencial Curricular para o novo Ensino Médio no Paraná, para avaliar as mudanças e implicações desse novo currículo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A VINCULAÇÃO DA RECENTE REFORMA EDUCACIONAL COM A ATUAL ESTRUTURA DO CAPITAL.

A relação entre a mais recente reforma educacional e a estrutura atual do capitalismo está intimamente ligada aos elementos essenciais do próprio sistema econômico e às suas instabilidades financeiras, isso cria situações desfavoráveis para aqueles que são beneficiados pelas políticas públicas. Em resposta a essa situação, o sistema capitalista procura estratégias em colaboração com o Estado, onde ocorre uma redução nos gastos financeiros nos serviços públicos por meio de leis e outros mecanismos, como cortes diretos nos investimentos destinados às políticas públicas.

De acordo com Frigotto (2011), as reformas neoliberais implementadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso enfatizam a preferência pela modernização através de uma abordagem monetarista. Sob o argumento de realizar ajustes, essas reformas promovem a privatização dos recursos nacionais e a expropriação do patrimônio. Isso resulta na diminuição da influência social do Estado e, ao mesmo tempo, amplia as garantias para o capital. Como consequência, a educação deixa de ser considerada um direito social e subjetivo, passando a ser tratada como um serviço sujeito a transações comerciais.

Segundo Frigotto (2011), a comercialização da educação motiva o Estado a se afastar das iniciativas de investimento educativo no âmbito público, esse deslocamento não somente se orienta em direção à privatização, mas também procura manter uma expressiva parcela da população



desorganizada e apolítica, resultando, por consequência, em reformas. Todavia, essas reformas não provocam mudanças estruturais substanciais na sociedade, já que não reconfiguram a organização de modo vantajoso para a população, nesse cenário, ao invés de ampliar os recursos públicos para políticas de alcance geral, o Estado opta por dividir suas intervenções em políticas direcionadas, enfatizando a produtividade e a abordagem mercantil.

Essa abordagem reflete-se na elaboração de projetos pedagógicos fundamentados na pedagogia das competências.

Pode ser afirmado que a abordagem de programar reformas que buscam harmonizar, em vez de desafiar, os interesses capitalistas, perpetua a dualidade estrutural no âmbito educacional. De acordo com Frigotto (2011), esse cenário resulta em uma disparidade significativa nas bases materiais da formação, nas condições laborais e na remuneração dos professores, o que conseqüentemente se traduz em uma qualidade de educação insuficiente para a grande maioria da população.

Dado que neste capítulo o cerne da nossa discussão é abordar a reforma educacional e a estrutura atual do sistema capitalista, é pertinente enfatizar que o trabalho educativo encontra-se em uma posição precária dentro do contexto da sociedade capitalista, é importante ressaltar o princípio da igualdade como base, antes de mergulhar em um contexto mais contemporâneo, tomando como exemplo a reforma do Ensino Médio, que foi oficializada pela Lei 13.415 em 16 de fevereiro de 2017, podemos observar modificações de grande relevância na Lei 9.394/96, mudanças que resultam em transformações profundamente interligadas às exigências do sistema capitalista de manter sua continuidade e sustentação na sociedade, onde suas crises econômicas são empregadas como argumento para justificar as reformas no campo educacional.

Aprovada a partir de uma medida provisória (MP 746/2016), a Lei 13.415 foi implementada de maneira autoritária durante a administração de Michel Temer. O propósito declarado era introduzir maior "flexibilidade" no currículo, mas essa abordagem, na realidade, representa um recuo para o sistema educacional do Brasil.

De acordo com Pedrosa, Arruda e Costa (2019), o contexto em que os cidadãos brasileiros se deparam em relação à recente reforma do ensino médio é desalentador, especialmente para os professores, eles agora se veem diante de um sistema educacional de caráter



pragmático e restritivo, que se alinha com as necessidades do mercado de trabalho. Essa educação passa a ser moldada por intervenções de organizações como o Banco Mundial, que apresentam propostas como:

[...] (i) a organização curricular com, base em ênfases/áreas de escolhas por parte dos estudantes, (ii) a obrigatoriedade ampliação progressiva da jornada escolar para no mínimo sete horas diárias para todos, além (iii) da proibição do ensino noturno para menores de 18 anos (BRASIL, 2013 *apud* PEDROSA; ARRUDA; COSTA, 2019, p. 3-4).

Tais intervenções têm um impacto direto no progresso dos estudantes, uma vez que conduzem à fragmentação do sistema educacional brasileiro. Além disso, exercem uma influência prejudicial sobre as políticas públicas, que deveriam estar a serviço dos interesses populares, uma vez que legalmente são responsáveis por proporcionar vantagens a esse grupo. Assim, nos deparamos com um cenário em que o país assume um papel mínimo em relação aos interesses da classe trabalhadora, enquanto se torna máximo em relação aos interesses econômicos.

No conjunto dessas medidas que retiram direitos da população, em especial dos trabalhadores, as ações no campo da política educacional configuram o desmonte e o retrocesso impostos à educação brasileira, reduzindo o direito constitucional à educação, em consonância com os pressupostos do Estado Mínimo e com as demandas do mercado e dos interesses privatistas (LINO, 2017 *apud* PEDROSA; ARRUDA; COSTA, 2019, p. 3).

Como resposta à redução de investimentos na educação e à retirada de direitos no Brasil, emergem os movimentos estudantis e as iniciativas sociais em prol do acesso a uma educação pública e de excelência. Essas manifestações estão presentes em diversas partes do país e promovem discussões sobre as recentes políticas adotadas. Esses grupos possuem estruturas políticas organizadas e empregam métodos como paralisações como forma de luta.

O Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio (MNDEM) defende um modelo educacional que seja igualitário e acessível a todos, rejeitando os cortes orçamentários na educação e reivindicando mais do que concessões mínimas por parte do Estado. Medidas como a (MP 746/2016) são percebidas como uma ameaça à educação pública, cujas Diretrizes Curriculares devem garantir uma formação que abrange aspectos intelectuais, emocionais, morais e sociais, proporcionando a capacidade de análise crítica tendo enfim a emancipação do indivíduo.

É importante salientar que o processo de impeachment ocorrido em 2015 culminou na ascensão de



Michel Temer à presidência, uma gestão que se inclinou a favor do sistema capitalista, em desacordo com as agendas defendidas pelos movimentos estudantis e sociais do país.

Por meio de manobras em conjunto com o Congresso Nacional, Michel Temer promoveu a Medida Provisória 746, datada de 22 de setembro de 2016. Essa medida visou a flexibilização do sistema educacional, distribuindo a carga horária sem atender a um mínimo estipulado, onde apenas as disciplinas de Português e Inglês são obrigatórias nos três anos do ensino médio, enquanto as demais são incorporadas como componentes curriculares. Além disso, foram introduzidos itinerários que têm contribuído para a falta de motivação dos alunos devido à inadequação curricular.

Cabe ainda considerar que vivemos em uma sociedade em que a burguesia é quem faz a leis e que os segmentos de execução da educação brasileira estão permeados por conceitos burgueses, que objetivam os lucros e apresentam grande despreocupação na formação humana, principalmente àquela destinada aos trabalhadores e trabalhadoras do país. Esse *modus operandi* impossibilita que o povo brasileiro obtenha consciência crítica e reconheça sua real função social enquanto cidadão, assim como esses “tais itinerários” que ficam a ser escolhidos pelos alunos, porém, a escolha realmente pertence aos dirigentes, ofertando os itinerários possíveis, nas escolas viáveis e com professores que tenham disponibilidade.

Dessa perspectiva, as ações tomadas em nome das políticas públicas contemporâneas têm reforçado o aspecto economicista e utilitarista do conhecimento, bem como o distanciamento de um modelo educacional que esteja, de fato, centrado na formação humana integral. Em 2020 as recessões na educação persistiram no governo do - Presidente Jair Messias Bolsonaro eleito em 2019 pelo partido Social Liberal, diante a um cenário de crise econômica e potencializado por uma crise sanitária. De acordo com Tumulo, Oliveira, Bandeira (2021), nesse contexto a educação pública, gratuita esteve na mira de projeções capitalistas que, junto com o Estado, articularam a sua manutenção.

[...] Os mecanismos para isso são os mais variados, indo desde a instauração e/ou aprimoramento de legislações que correspondam à avidez da classe capitalista em potencializar a exploração da força de trabalho (reforma trabalhista, reforma da previdência, a atual tentativa de aprovar a reforma administrativa etc.), até à sua progressiva isenção no investimento em setores que não compõem a sua finalidade basilar, como por exemplo, na saúde, na assistência social e na educação; ou seja, ele tem, progressivamente, se mostrado melhor naquilo que realmente o define: como Estado máximo em suas funções precípuas e Estado mínimo em funções que

não lhe competem



necessariamente (TUMULO; OLIVEIRA; BUENO, 2021, p. 121).

Para Tumulo, Oliveira e Bueno (2021), o Estado no sistema capitalista é um Estado que advém de uma classe dominante seja ela independente de quem governe. Por esse motivo, nos períodos de crise, em detrimento a manutenção do capital, as questões relacionadas à educação pública sofrem ataques diretos com reformulações de leis e cortes no orçamento.

Dessa forma, a própria crise humanitária se estabelece como condição para a saída da crise do capital. Em períodos assim, vê-se nas medidas para a saída da crise, os traços edificantes da sagacidade dos capitalistas e de seu Estado: descontos salariais, aumento da miséria, férias coletivas, demissões, anistia de dívidas, liberação de créditos, injeção monetária do Estado nos ramos industriais, corte de impostos, fusões, incentivos, etc. (TUMULO; OLIVEIRA; BUENO, 2021, p. 128).

Nesse percurso de crise e recessões ao que é público, as privatizações se tornam alicerces fundamentais para a sua superação, evidenciando o aumento de instituições educacionais privadas, acompanhados de uma educação à distância. Desse modo:

Nesse cenário, e pautados nos dados da realidade, é possível identificar a tendência de crescimento do capital de empresas da educação por meio da educação à distância e do ensino remoto. Ao mesmo tempo, é possível apontar para a tendência do movimento de isenção do Estado em oferecer educação pública e gratuita. Ensino à distância por meio de oferta privada parece ser o caminho que o capital tem traçado, especificamente, para a saída da atual crise, no que diz respeito à esfera educacional. Isso leva, necessariamente, à busca de ampliação desse setor, com o intuito de abocanhar as camadas educacionais ainda sob a responsabilidade do Estado. (TUMULO; OLIVEIRA; BUENO, 2021, p. 135).

Em síntese, o sistema capitalista persiste na busca contínua por sua perpetuação e expansão, unindo esforços com o aparato estatal e a classe dominante. Essa coexistência resulta em uma reprodução sólida, onde a população se mantém suscetível e adaptável às variáveis do sistema, por meio da precarização da educação. Essas estratégias nos remetem a momentos cruciais que revelam claramente os objetivos governamentais voltados à continuidade do sistema capitalista. Nesse cenário, torna-se evidente que a reforma do Ensino Médio não foi concebida para beneficiar os usuários desse sistema nem para fortalecer a educação pública.

O IMPACTO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E AS IMPLICAÇÕES PARA FORMAÇÃO DE DOCENTE DO PARANÁ.



Ensino Médio (EM) foi foco, nas últimas décadas, de grandes disputas e dualidades históricas, momentos em que os caminhos traçados forma, ora para o desenvolvimento intelectual de aprendizagem e ora voltados para a preparação da mão de obra para o mercado de trabalho. Sob essa perspectiva, Souza e Garcia (2022) sustentam que a Lei 13.415/17 aponta para uma crise no Ensino Médio, essa crise, à nossa análise, é uma resultante das múltiplas influências neoliberais que se intensificaram especialmente após a década de 1990.

Desse modo, o neoliberalismo atua no Brasil exercendo seu poder na educação por meio de organizações empresariais que financiam pesquisas, fóruns, produzem *marketing* e preparam o caminho para a elaboração e implantação de alterações que visam o mercado: “Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos pela Educação, Amigos da Escola.” (SOUZA E GARCIA, 2022, p. 3 *apud* MACEDO, 2014, p. 1540).

A Lei 13.415/17 foi promulgada em um contexto de urgência, o que os profissionais da educação viram como um "atropelamento" do Plano Nacional da Educação 2014-2024. De acordo com Souza e Garcia (2022), a reforma do Ensino Médio (EM) versa sobre a organização curricular, com a ampliação gradual da jornada escolar, podendo levar ao formato integral do EM, tendo como base os Itinerários Informativos. Os impactos resultantes da Medida Provisória nº 746/2016, que desencadeou diretamente na Lei nº 13.415/2017, foram sentidos sem o devido consenso das partes mais diretamente envolvidas, como professores, alunos e profissionais da educação. Isso provocou uma onda de paralisações e protestos em várias escolas estaduais. Mesmo em 2023, essa situação ainda gera considerável insatisfação e inquietação entre os profissionais do setor. Isso ocorre porque a Lei nº 13.415/2017 permanece em vigor, sem perspectivas de revogação sob a atual administração de Luís Inácio Lula da Silva, que assumiu a presidência em 1º de janeiro de 2023.

É crucial ressaltar que a reforma do Ensino Médio, conforme estabelecido pela Lei nº 13.415/2017, direciona-se predominantemente para a preparação dos alunos para o mercado de trabalho, em vez de priorizar o desenvolvimento do aprendizado. Sob essa ótica, é evidente que o plano educacional se orienta para a formação de profissionais destinados a ingressar em um mercado de trabalho marcado pela precariedade. Essa abordagem educacional prepara indivíduos para se tornarem profissionais flexíveis, em consonância com uma concepção de condições de trabalho altamente maleáveis. Essa situação está enquadrada em um contexto mais amplo



de reestruturação produtiva do sistema capitalista, que engloba a própria formação de professores.

Configura-se, então, nesse contexto, uma verdadeira ‘pedagogia da exclusão’. Trata-se de preparar os indivíduos para mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos. E, caso não consigam, a pedagogia da exclusão lhe terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição. Com efeito, além do emprego formal, acena-se com a possibilidade de sua transformação em microempresário, com a informalidade, o trabalho por conta própria, isto é, sua conversão em empresário de si mesmo, o trabalho voluntário, terceirizado, submetido em organizações não governamentais etc. Portanto, diante de toda essa gama de possibilidades ele não atinge a desejada inclusão, isso se deve apenas a ele próprio, a suas limitações incontornáveis. Eis o que ensina a pedagogia da exclusão (PEREIRA, 2019, p.37 *apud* SAVIANI, 2011, p. 429).

Os impactos da reforma no Ensino Médio não apresentaram desdobramentos distintos para o curso de formação de docentes no Paraná, conforme apontado por Pereira (2019). É notório que as demandas do neoliberalismo tiveram uma contribuição significativa para as alterações na formação desses futuros educadores, impondo a predominância do pensamento pós-moderno em relação ao conhecimento científico. Essa abordagem exerce influência na relativização da importância do conhecimento científico, podendo inclusive conduzir à negação da própria viabilidade de compreender a realidade.

Essa conjuntura tem criado as condições para que os cursos de formação de professores (assim como o atual modelo de ensino médio) sejam esvaziados de conteúdo, isso porque passam a ser descritos como conteudistas e “ultrapassados” para a configuração social vigente. O conhecimento científico é relativizado e perde sua importância, apenas o que mobiliza ações práticas é entendido como necessário. (PEREIRA, 2019, p. 38).

É importante enfatizar que, segundo Pereira (2019), a trajetória da formação docente sofreu um encurtamento em sua duração, o que decorre das abordagens flexíveis e das reformas educacionais. Esse curso de eventos chamou a atenção dos empresários do setor educacional, que prontamente se engajaram em debater e implementar alternativas para a formação inicial de professores por meio da modalidade de Ensino a Distância (EAD).

A mencionada Lei 13.415/17 trouxe consigo desafios que agravam o processo de formação de docentes. Essa lei, que se mostra contraditória e carente de propostas progressistas para o aprimoramento da formação docente, introduz abordagens distintas em relação às formas históricas de organização e gestão do trabalho. Essa abordagem tem como

objetivo



atender à divisão social e técnica do trabalho, uma vez que se deparam com demandas díspares e diversificadas de formação, as quais emergem ao longo das cadeias produtivas. Isso resulta em conflitos de interesse desiguais, buscando suprir a necessidade de um novo perfil de educador flexível, capaz de se adaptar às novas políticas delineadas para serem implementadas no ambiente escolar. Dessa maneira, o professor se vê incumbido de fornecer uma educação voltada para a preparação do trabalho flexível.

No que tange ao currículo, os desdobramentos da Lei 13.415/17 trazem elementos prejudiciais ao processo de formação de docentes. Incluem a redução de disciplinas, o aumento da carga horária e a promoção de parcerias público-privadas que envolvem o conceito de "notório saber". Esse último ponto, por sua vez, permite que profissionais não-docentes desempenhem funções de professores, particularmente em relação aos itinerários informativos de formação. Em outras palavras, isso demanda que os professores tenham uma formação de natureza mais generalista.

POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NO CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES – EM NO PARANÁ

A formação de professores é uma responsabilidade social e científica que requer o uso das ferramentas das ciências sociais para desenvolver ideias e espaços para um sistema público de formação de professores. Nesta seção traçamos um pequeno histórico do curso de Magistério no Estado do Paraná e, em seguida, problematizamos a atual reforma.

De acordo com Silva (2003), até os anos 70, a formação de professores para as primeiras séries era realizada nos Institutos de Educação, o que levou a problemas e deficiências no seu processo de implementação, as Faculdades de Filosofia, Letras e Ciências Humanas começaram a preparar professores para o Ensino Médio. A partir de então o pensamento humanista e tradicional refletiu sobre educação e predominou nessa época, mas os intelectuais conhecidos como escolanovistas apoiavam a modernização da educação. Durante o governo de Getúlio Vargas, houve disputas entre os liberais escolanovistas e os católicos tradicionalistas. Desse modo, Silva (2003) indica que, depois disso, houve campanhas em defesa da escola pública, gratuita e laica entre 1946 e 1961, além de transferência de fundos para instituições educacionais privadas autorizadas pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1961. Embora existam muitas perspectivas



sobre educação, ciência e pedagogia, o curso normal e os Institutos de Educação eram conservadores e elitistas.

Cabe destacar, ainda segundo Silva (2003), que durante a expansão do capitalismo brasileiro, surgiram contradições no campo do trabalho e das relações sociais devido à feminização do magistério, às condições de trabalho nas escolas e à precariedade das escolas rurais. Como afirma Silva (2003), a migração e a urbanização criaram novas demandas por educação escolar e serviços sociais que objetivaram a um projeto de educação e sociedade que duraram décadas sendo esses estabelecidos por militares e empresários associados ao capitalismo norte-americano em 1964.

Em 1968 a Reforma Universitária criou Faculdades de Educação e ampliou os cursos de pedagogia, mas com foco na administração escolar. O ensino se expandiu, contudo, o crescimento foi mais concentrado no setor público e incentivado no setor privado. A formação de professores em todos os níveis foi inadequada e foi separada da pesquisa científica. Para Silva (2003), essa situação foi agravada pela divisão dos cursos de licenciatura e bacharelado nas universidades.

A partir de 1971, o Paraná viu a reforma universitária de 1968 refletida com novos cursos de formação de professores, como licenciaturas curtas ou longas em Estudos Sociais, Ciências e Comunicação e Expressão. Essa reorganização enfatizou uma abordagem técnica na utilização do conteúdo no ensino e no trabalho. Os conteúdos dos livros didáticos foram influenciados por perspectivas sociais, ideológicas e políticas, seguindo os pontos de vista do positivismo, funcionalismo e autoritarismo, os burocratas responsáveis pelos planos educacionais e pelos currículos criaram visões simplificadas e ingênuas da sociedade e da natureza. Os cursos de ciência e educação foram separados, o que resultou em uma formação de professores com menos conteúdo. Aqueles que se formavam em disciplina como Matemática e História se dedicavam à pesquisa e ao ensino superior, enquanto os candidatos ao magistério se concentravam em Ciências e Estudos Sociais.

Segundo Bernstein (1996), a educação se profissionaliza para além das ciências de referência. Se analisarmos os PCNS-Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), de maneira geral, abordam muito 14 mais noções de competências do que o ensino de conteúdos ligados às ciências, “Educar é desenvolver competências.” Como a dimensão pesquisa está amparada em uma região do espaço da educação – universidades – ela está presente na formação (graduação/bacharelado). Mas, sem diálogo com a dimensão ensino.



Os mesmos profissionais pesquisam e ensinam, porém, sem refletir sobre essa tarefa. Essa fronteira passa a dificultar a reflexão sobre a dimensão do ensino da disciplina/ciência na escola e na formação de quem vai ensinar na escola. (BERNSTEIN, 2003 *apud* SILVA, 1996, p. 13).

Para Silva (2003), a comunicação entre ciência e ensino era limitada, apesar dos esforços das associações científicas e educacionais, a oferta de cursos de pós-graduação em educação aumentou a produção de pesquisas sobre o tema. As concepções de sociedade e educação mudaram devido aos estudos importantes divulgados nos anos 70 e 80 isso teve um impacto na formação dos professores e nas escolas e, nesse sentido, as críticas ao modelo de formação de professores aumentaram porque havia um foco excessivo na técnica do ensino, e isso prejudicou a imagem do professor como um pensador e produtor de práticas educacionais.

É importante observar que ao examinar os documentos e leis criados pelos responsáveis em fomentar as políticas educacionais no Paraná de 1971 a 2003, - evidenciou-se que as concepções diferentes sobre sociedade, educação, princípios pedagógicos, ensino médio, educação profissional e formação de professores tiveram um impacto significativo na configuração da educação pública do estado. As perspectivas positivistas, materialistas-históricas, liberais e relativistas afetaram tais conceitos, o que levou a uma atmosfera de discussão sobre esses temas importantes. Em resumo, as sugestões feitas durante esse período refletiram diferentes perspectivas sobre educação, pedagogia e ciência, o que influenciou de forma direta na reformulação dos currículos nos seus diversos níveis educacionais, incluindo o currículo do Curso de Formação de Docentes (SILVA, 2003).

Cabe ressaltar, de acordo com a autora, que o histórico de mudanças no currículo mostra que há uma complexa teia de conflitos e interesses em relação à educação humana pretendida e ao próprio currículo. Essas mudanças no currículo são resultado de retomadas de ideias que visam integrar a formação de professores e estudantes de nível médio.

Tendo feito essa retomada e a fim de pensarmos - sobre o atual currículo, precisamos entender que a “atual” etapa final da educação básica foi alterada pela então Lei 13.415/2017 (BRASIL, 2017) com o intuito de uma organização dos currículos, modificando a LDB de nº 9.394/1996 e criando uma nova relação entre o Ensino Médio e o ensino técnico profissional. O Ensino Médio, assim como o curso de formação de docentes experimentou mudanças significativas como resultado da reforma, a expansão gradual da carga horária foi para 1.400 horas anuais,



totalizando 4.200 horas, sendo umas das questões que foi a mais significativa deste processo, além disso, a política para o Ensino Médio em período integral foi estabelecida pela reforma e os sistemas educacionais têm cinco anos para aumentar a carga horária para, pelo menos, mil horas por ano. Outra questão pertinente é que o currículo agora é por itinerários formativos, oferecidos por diferentes arranjos curriculares de acordo com o contexto local e as possibilidades dos sistemas de ensino, sendo outra mudança significativa no currículo.

A compreensão das recentes alterações curriculares adotadas no Brasil só é possível perante a consideração da extensão mundial da lógica do capital, em todas as esferas da vida humana. No caso do Brasil, verifica-se a intensa participação de setores ligados às atividades econômicas nas discussões e na tomada de decisões referentes à BNCC. Branco et. al. (2018) elencaram a ação de organizações financeiras e instituições (inter) nacionais, como Itaú (Unibanco), Bradesco, Santander, Gerdau, Natura e Fundação Roberto Marinho, demarcando a perspectiva dos empresários e os interesses do capital na educação. (CAMARGO, FAVARO, 2021, p. 13). essa citação não é necessária aqui

A fragmentação dos itinerários formativos e a falta de obrigatoriedade da formação integrada levantam questões sobre a qualidade da formação profissional. A redução do período de formação de 4 para 3 anos, juntamente com a implementação do ensino à distância (EAD), pode sobrecarregar os estudantes e levantar preocupações sobre a profundidade do conhecimento adquirido.

Essa nova matriz curricular de 2022 reflete uma maior ênfase em disciplinas práticas e técnicas, alinhadas às demandas do mercado de trabalho e às necessidades do novo Ensino Médio. Isso se traduz em um aumento na carga horária de disciplinas voltadas para tecnologias educacionais, metodologias ativas e habilidades socioemocionais. As competências e habilidades também ganharam destaque, com disciplinas que preparam os futuros professores para planejar aulas, realizar avaliações formativas, utilizar recursos tecnológicos e adaptar os conteúdos curriculares.

A ênfase nas competências e habilidades, alinhadas às demandas do mercado de trabalho, é evidente na matriz curricular de 2022. No entanto, essa mudança veio com a redução das disciplinas humanísticas, como Sociologia e Filosofia da Educação, em favor de conteúdos mais relacionados à preparação para o mercado de trabalho, como o "Projeto de Vida" e "Educação Financeira.". A incorporação do EAD requer adaptação por parte de educadores e estudantes, e a redução do tempo de formação pode afetar a qualidade da



dos futuros professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisa a conexão entre a reforma educacional recente, promovida pela Lei 13.415/17, e o sistema capitalista, destacando como essa relação prejudica a qualidade e a acessibilidade da educação para a população em geral. Ela argumenta que as reformas educacionais são influenciadas pelas instabilidades financeiras do capitalismo, resultando em políticas públicas desfavoráveis, incluindo a redução de investimentos na educação pública em favor de parcerias público-privadas.

A comercialização da educação leva a desigualdades nas condições de educação, precariedade nas condições de trabalho dos professores e uma qualidade educacional insuficiente para a maioria da população. A reforma do Ensino Médio é vista como uma resposta à crise econômica, mas, na verdade, diminui os direitos e promove uma visão utilitarista do conhecimento.

Além disso, a pesquisa apresenta uma análise crítica das implicações da Reforma do Ensino Médio na formação de docentes no estado do Paraná. Ela discute como as mudanças promovidas pela Lei 13.415/17 refletem influências neoliberais, priorizando a preparação para o mercado de trabalho em detrimento do desenvolvimento intelectual e da aprendizagem.

A pesquisa ressalta a influência do neoliberalismo na definição de políticas educacionais, resultando na implementação apressada da reforma do Ensino Médio e em protestos contínuos. A ampliação da carga horária e a criação de itinerários formativos impactaram a formação de professores, focando na flexibilidade das habilidades profissionais e no ensino a distância em detrimento do conhecimento científico.

A experiência brasileira mostra que reformas autoritárias e desconectadas das necessidades da população tendem a agravar desigualdades sociais e educacionais, com uma crescente influência dos interesses empresariais no sistema educacional. No entanto, há resistência por parte de movimentos sociais que buscam uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Para superar os desafios impostos pela lógica capitalista na educação, é fundamental fortalecer a



mobilização social em busca de uma educação emancipadora, baseada no desenvolvimento humano integral e na formação de cidadãos críticos e conscientes. Além disso, é crucial garantir investimentos públicos adequados para uma educação inclusiva e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF: MEC, 2017.

DA PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR, F. T. – M. D. A. S. D.; DE DOCENTES – NORMAL, D. O. C. D. E. F.; MÉDIO., E. M. N. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/proposta_formacao_docentes.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023

ENSINO, P. D. N. M. P. C. E. D. A. P. D. R. PROJETOS CURRICULARES EM DISPUTA A PARTIR DA REFORMA DE 2017 E DA BNCC Joseane Vieira Cavalcante de Camargo Neide de Almeida Lança Galvão Favaro Universidade Estadual do Paraná - Unespar/Campus Paranavaí Programa: PIBIC/Fundação Araucária. 2017.

FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; SEMZEZEM, Priscila. Políticas sociais sob o capitalismo monopolista: rebatimentos no ensino superior brasileiro e na formação docente. In: ARAÚJO, Renan (Org.). Trabalho e educação: os dilemas do ensino público no Brasil. Curitiba: CRV, 2018.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VJmZWSR66pkB3948p76yRVx/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 22 Jul. 2022.

L9394. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 25 julho. 2023

Open Journal Systems. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/83313/46352>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

PARANÁ. Referencial Curricular para o novo ensino médio paranaense. Curitiba: SEED, 2021

PEDROSA, E. M. P.; ARRUDA, G. M.; DA SILVA COSTA, B. A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO: desdobramentos desqualificadores e excludentes. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1238_12385cca858b3fbf8.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

PEREIRA, Karla Cristina Prudente. A BNCC do Ensino Médio e suas implicações para formação e trabalho dos professores. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. Orientador: Renan Bandeirante de Araújo. Paranavaí, 2019.

TUMOLO Paulo Sergio; OLIVEIRA André Ricardo; BUENO, Juliane Zacharias. Da educação pública à educação privada: os rumos do ensino superior no Brasil. In: Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.13, n.1, p.119-137, abr. 2021.

Realização

PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



Apoio

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 15 de 15



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

O CORPO FEMININO NA IDADE MÉDIA: UM ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO DE MARIA MADALENA

Verusca Vanilza de Oliveira - (Voluntária)
Unespar/Campus Paranavaí, enzobiel17081@outlook.com

Meire Aparecida Lôde Nunes - Orientadora
Unespar/Campus Paranavaí, meire.lode@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário - PIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

A desigualdade entre homens e mulheres está presente em quase todas as áreas da sociedade. No esporte não é uma exceção, as mulheres foram banidas das Olimpíadas desde seu início na Antiguidade. Levou-se quase três mil anos para que elas pudessem participar dos jogos olímpicos, o que ocorreu apenas em 1936 em Berlim que as mulheres foram incluídas oficialmente como atletas.

Atualmente, é visível a presença de mulheres em todos os esportes, mas ainda há grandes diferenças entre homens e mulheres. Uma das diferenças recorrentes é a sexualização da mulher. As atletas femininas, na grande maioria dos esportes, são submetidas ao uso de roupas desconfortáveis, de maneira que seus corpos fiquem expostos. Nos Jogos Olímpicos de 2021, realizado em Tóquio, ocorreu um momento marcante: “Atletas da equipe alemã de ginástica artística se apresentaram com um traje considerado masculino, substituindo o tradicional collant por um macacão”. (LUDOPODIO, 2021, n.p.). Acontecimentos como esse se tornaram recorrente, nos fazendo questionar alguns pontos não apenas do corpo, mas sim da história do corpo feminino, pois “Apesar das grandes conquistas do movimento feminista, a sociedade se encontra constantemente em um processo de transformação, com modo de existência antigos e modernos” (LOUREIRO, 2014. p.15). Será que a permanência desses resquícios na sociedade contemporânea não é devido à falta de conhecimento de estudos sobre a história do corpo?

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 1 de 18



Esses questionamentos nos fazem retomar a literatura para estudar a construção mental sobre a sexualização do corpo feminino por meio da história do corpo.

As inquietações sobre o corpo no campo histórico são recentes. Le Goff (2006, p.9) explica que o corpo foi esquecido pelos historiadores “A história tradicional era, de fato, desencarnada. Interessava-se pelos homens e, secundariamente, pelas mulheres. Mas quase sempre sem corpo.” De acordo com o autor, a concepção naturalista do corpo não permitia inseri-lo histórico e cultural. Atualmente, entende-se que o corpo tem uma história: “Da ginástica e do esporte na Antigüidade greco-romana ao ascetismo monástico e ao espírito cavalheiresco da Idade Média, quanta mudança! Ora, onde há mudança no tempo, há história.” (LE GOFF, 2006, p.10). Aceitando o pensamento de que o corpo tem uma história, a qual foi negligenciada, cabe-nos o trabalho de nos debruçarmos nessa história para a construção de um conhecimento que supere a superficialidade presente em todos os segmentos sociais e em especial no campo da Educação Física. Percebe-se que mesmo tendo como objeto de estudo, o movimento corporal humano, os pesquisadores da Educação Física apresentam pouco interesse nos estudos acerca da história do corpo.

O recorte temporal delimitado na Idade Média segue a vertente apresentada por Le Goff, o qual afirma que ocorreu na Idade Média uma revolução dos conceitos e, conseqüentemente, das práticas corporais impulsionada pelo cristianismo. Entre as demais questões que podem justificar a importância do estudo do corpo na Idade Média ressalta-se o pensamento de que essa época se constitui “[...] como a matriz de nosso presente. Muitas de nossas mentalidades e muitos de nossos comportamentos foram concebidos na Idade Média.” (LE GOFF, 2006, p.29). O estudo do corpo na Idade Média nos coloca em um contexto de tensões entre territórios que se opõe como, por exemplo: o santo e o pecador; a razão e a fé; a salvação e a condenação; e, especialmente, o corpo e a alma.

Le Goff apresenta a ideia da fraqueza feminina por meio das palavras da monja Hildegarde de Bingen que, no século XII, afirmava que a mulher “[...] vê no homem aquilo que pode lhe dar força, assim como a lua recebe sua força do sol. Razão pela qual ela é submetida ao homem e deve sempre estar pronta para servi-lo.” (LE GOFF, 2006, n.p.). Na sociedade medieval hierarquizada, o homem sempre esteve em posição superior e a mulher inferior.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Mesmo entre as personagens bíblicas femininas pode-se verificar posições superiores e inferiores como de Eva e Maria: “De um lado, existe Eva, a tentadora e, mais particularmente, a pecadora, que provém de uma leitura sexuada do pecado original” (LE GOFF, 2006, p.143), em oposição está a Virgem Maria, a redentora. Entre essas duas personagens encontra-se Maria Madalena: “Mulher pecadora, prostituta salva pela palavra de Jesus. A ela sempre se vinculou a visão do erotismo feminino como algo possível de ser derrotado pela fé e pelos ideais de santidade e castidade. (RAMALHO, 2011, p.73).

A partir dessas questões a pesquisa possui como objetivo analisar a representação corporal de Maria Madalena na iconografia da Baixa Idade Média. Assim, ao estudarmos a representação corporal de Maria Madalena estamos na ambiguidade do feminino medieval do qual, supomos, carregar resquícios até os dias atuais. Com a realização da pesquisa espera-se identificar as questões do corpo feminino que levam as mulheres a serem sexualizadas na sociedade que estão inseridas. Contribuindo com o reconhecimento da Educação Física como um campo que pode dialogar com outras áreas do conhecimento, como as Ciências Humanas. Auxiliando a formação do acadêmico do curso de Educação Física para que esse tenha um posicionamento consciente frente a seu objeto de estudo/trabalho, o corpo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Neste momento, apresentar os materiais utilizados como fontes e embasamento teórico, além do método e metodologias utilizados durante o período de vigência da pesquisa científica. A pesquisa será desenvolvida seguindo os pressupostos teóricos proveniente da História Social na perspectiva da longa duração. Nós aproximamos da História Social por entendermos que os acontecimentos históricos devem ser pensados por meio do diálogo entre as áreas do conhecimento. “Este estudo, na área da História da Educação, é possível por entendermos a educação como um fenômeno social que ocorre dentro e fora das instituições formais de ensino, ou seja, por meio das relações humanas.” (LODE). Essa ideia fica-nos evidente quando Peter Burke (2012) ao tratar do surgimento da História Social cita o historiador norte-americano do século XIX Frederick Jackson Turner; “Todas as esferas de atividade humana devem ser

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 3 de 18



consideradas [...] Nenhum setor da vida social pode ser entendido isoladamente dos outros” (BURKE, 2012, p. 33).

Seguindo essa perspectiva de ‘intercambio’ de informações para fazer pesquisas em história, Marc Bloch e Lucien Febvre, ao ambicionarem uma história mais ampla e humana por meio da aproximação de disciplinas, nos auxilia a pensar nosso objeto de estudo – *o corpo* – inserido e interligado com as experiências humanas como um todo. Nesse sentido, as História do Corpo proposta neste estudo versam para: “uma história que estaria interessada em todas as atividades humanas e trabalharia com as ideias da antropologia, da economia, da psicologia e da sociologia” (BURKE, 2002, p. 30).

Com relação a caracterização do estudo podemos indicar a pesquisa bibliográfica, a qual “explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. [...] buscam conhecer e analisar contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema” (RAUPP E BEUREN, 2003, p. 86).

A pesquisa também se caracteriza como iconográfica seguindo as indicações de Erwin Panofsky, o qual entende a iconografia como “[...] ramo da história que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição a sua forma” (PANOFSKY, 1991, p.47). De acordo com essa proposta há três fases que devem ser seguidas: a primeira é denominada de pré-iconográfica, a segunda de iconográfica e a terceira de iconológica. Será realizado, nesse momento, as duas primeiras etapas devido à complexidade da última já que visa revelar valores simbólicos que podem ser desconhecidos pelos próprios autores/artistas. Deste modo, as obras selecionadas para análise pertencem ao artista Giotto di Bondone. As imagens apontam Maria Madalena em três momentos, na crucificação de Cristo; na retirada de Cristo da cruz; na ressurreição de Cristo.

Os objetivos específicos serão estabelecidos por seções. A primeira seção consiste em compreender o contexto medieval em que a dualidade do corpo se insere. A segunda seção consiste em estudar o conceito do corpo feminino na Idade Média. A última seção, investigar as características corporais de Maria Madalena expressa na arte da Baixa Idade Média.

Observações:



As citações diretas que contenham mais do que três linhas, deverão ser apresentadas em conformidade com a ABNT (NBR 10520/2002) em parágrafo especial, separado do texto por uma linha em branco antes e depois da citação, com recuo de 4 cm e tamanho da fonte 10, espaçamento entre linhas simples. (SOBRENOME, ano, p.).

As citações diretas, de até três linhas, serão integradas no texto e colocadas entre aspas duplas e toda vez que houver a ocorrência de supressão de texto antes, durante ou após a citação, esta deve ser indicada da seguinte forma: “[...] nonono nonono nonono nonono [...] nonono nonono nonono nonono nonono nonono [...]” (SOBRENOME, ano, p.). **Atenção**, nunca termine uma seção, ou subseção com citação.

O CORPO NA BAIXA IDADE MEDIA.

Ao longo da história, o corpo já passou por muitas modificações, porém, sempre foi o mesmo no ponto de vista biológico e anatômico. Mas, o que dizer de sua subjetividade, de como as pessoas o vem, ou de como nós mesmos nos vemos? Com certeza a compreensão de corpo já passou por muitas metamorfoses e diria que ainda existe muito tempo para se modificar. O corpo é um arquivo vivo repleto de conhecimentos e descobertas, ele pode ser estudado de diversas formas, por meio da medicina, da arte, da filosofia, da moda e dos costumes presente em uma sociedade em determinado período. Soares (2001, p. 4) menciona que “O corpo de cada um pode parecer extremamente familiar e concreto em certos momentos, mas, em outros, bastante desconhecido e abstrato” [...]. As ciências humanas nos possibilitam debruçarmos na literatura para aprofundar o conhecimento sobre o principal objeto de estudo, o corpo humano, principalmente para a área da educação física. Para ampliar o entendimento sobre o corpo consideramos entender como a concepção corporal era tratada em outras temporalidades, entender ainda os costumes em que estava inserido.

Ao estudarmos a história do corpo podemos observar que a concepção corporal presente na pré-história se modificou ao longo da sua história. O corpo do homem primitivo era visto como sua principal arma de defesa e de ataque, com o corpo o homem caçava, com o corpo o homem se defendia de ataques. Costa (2011) destaca que “O corpo do homem primitivo estava em sintonia e intimidade com o ambiente, com a satisfação das necessidades e a solução dos



problemas imediatos do cotidiano,” o autor ainda ressalta, que [...]no tempo em que não existiam tantos instrumentos, o corpo, em si, era o instrumento de mediação do homem com o mundo[...]. Em outras palavras, o corpo dos primitivos era composto por seus gestos grotescos, que, mais adiante foram se modificando com o caminhar de sua história.

Dá pré-história para a antiguidade, o corpo deixa de ser apenas um meio de sobrevivência passando a ser desejado e glorificado, o corpo era visto como o objeto da perfeição: “O grego desconhecia o pudor físico, o corpo era uma prova da criatividade dos deuses, era para ser exibido, adestrado, treinado, perfumado e referenciado, pronto a arrancar olhares de admiração e inveja dos demais mortais” (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011.p.24). O corpo passou a ser valorizado não apenas pela sua saúde, mas também pela sua capacidade atlética e pela sua fertilidade. Levando esses aspectos para o contexto corporal feminino, o mesmo não se era observado, apesar de qualquer pessoa ter o direito de transformar seu corpo, as mulheres não podiam exibir seus corpos como quisessem, exemplo disso eram as vestimentas que ao sair na rua deveria estar vestida para cobrir-se por inteiro. A mulher restava apenas uma opção [...]cumprir funções como obediência e fidelidade aos seus pais e maridos e a reprodução. Os prazeres eram do domínio masculino, não do feminino (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011.p.25).

A Idade Média é um período contundente para a história, no entanto, para uma melhor compreensão é de suma importância a identificação do período estabelecido para análise desse estudo. “A Idade Medieval, olhando a partir dos dias atuais, é sempre dividida em dois períodos: Alta Idade Média (do século V ao século X) e Baixa Idade Média (do século X ao século XV).” (XAVIER; CHAGAS; REIS, 2017. p. 311). Com base nos relatos publicados em documentos históricos, a Idade Média possui questões a serem destacadas, o corpo e seus paradoxos. “Na Idade Média o corpo é o próprio paradoxo, de um lado o corpo é criticado fielmente pelo cristianismo. Por outro lado, o corpo é glorificado fielmente por meio do corpo sofredor de Cristo” (FARHAT, 2008.p.18). Nesse período qualquer manifestação corporal ou preocupação com o corpo deveria ser proibida, acreditava-se que o corpo seria a própria arma para o pecado. Durante a Idade Média a concepção de corpo e a alma se separam, aonde a alma se prevalece superior frente ao corpo, ela se encontrava acima de qualquer prazer carnal, inibindo as manifestações corporais. Nesse sentido o corpo possuía o papel de pecador.



O período medieval foi uma época em que a sociedade se encontrava guiada pela Igreja, deste modo as palavras dos sacerdotes possuíam uma grande importância para a sociedade. Por meio das ideias transmitidas pela Igreja ela conseguiu estabelecer uma moralidade que pudesse definir os papéis de gênero na sociedade. Segundo Georges Duby a Idade Média é um período masculino, uma “idade dos homens” (*apud* SILVA, 2013,p.3). O que se identificou nesse momento histórico, é que os homens pertenciam a um sexo superior, onde apenas as vozes masculinas eram ouvidas.

Por meio da utilização de ideais que a igreja transmitia a sociedade, fez com que as pessoas pregassem o que a religião acreditava ser o certo e o errado, principalmente nas questões envolvendo o corpo da mulher e o corpo do homem. Os sacerdotes apontavam a mulher como a parte ruim da humanidade, pois segundo seus pensamentos a mulher era vista como a primeira pecadora, indo mais além, a mulher era tida como um instrumento que levaria o homem a cometer grandes pecados, pois foi a mulher intitulada Eva, no qual surgiu-se a partir da costela de Adão que levou ao homem a cometer o pecado originário, o pecado do fruto proibido. A partir do contexto histórico cristão, a mulher foi criada da costela do homem, tendo como função de ser auxiliar e submissa aos caprichos do sexo oposto, e não ser “a pior armadilha preparada pelo Inimigo” (DALARUN, 1993: 38). Diante dos pensamentos que acerca Eva, a igreja foi mais além, ela passou a ter um papel importante no campo moral da vida familiar, incluindo a forma de como as pessoas poderiam pensar, passando assim de seus aspectos religiosos. As pessoas que seguiam esses ideais acreditavam que deveriam abrir mão de muitas coisas se quisessem ser salvas.

Pode-se observar que desde as primeiras compreensões corporais os homens sempre estiveram a frente da mulher em vários pontos, como por exemplo ir na busca de conquistar o alimento para a família até mesmo submeter seus corpos em batalhas, o que fazia com que a mulher possuísse um papel nesses contextos históricos. A mulher cabia o papel de servir ao seu marido, lavando suas vestes, cozinhando, servindo sexualmente e obedecendo-o.

CORPO FEMININO DURANTE BAIXA IDADE MÉDIA



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Entre tantos aspectos do patriarcado ainda presentes em nossa cultura destaca-se a objetificação sexual, em que mulheres são tratadas como corpos que existem para o prazer sexual masculino (LOUREIRO, 2014). No livro “EVA E OS PADRES: damas do século XII” do autor GEORGES DUBY nos possibilita um olhar, mas amplo para com o corpo feminino. Nesse período as mulheres sofriam um olhar duplo, no qual em sua maioria se definia teoricamente pela sua posição na cadeia social.

O prelado, de fato, não considera todas as mulheres. Suas funções fazem com que se atenha a valer especialmente pelo topo da sociedade, pelos dirigentes, pelas casas nobres, e é lá que ela fala, aos nobres, não ao povo. Por conseguinte, mantem sob seu olhar as mulheres que habitam as grandes moradas, e quando lhes descreve os pecados femininos, é as damas, apenas, que fugista. (DUBY, 2001. p. 12, 13).

As damas e as donzelas, já mais sofreriam com olhares e julgamentos como uma prostituta. No entanto, observamos que essas mesmas mulheres teoricamente bem-vistas, são as mesmas que julgavam outras mulheres as intitulando de “sementes de guerra”, as pessoas acreditavam que essas mulheres propagariam o pecado pelo mundo, pois elas utilizavam de ferramentas como maquiagens e vestimentas e acessórios luxuosos para expor uma figura de mulher que fossem facilmente desejadas. NUNES (1978, p. 193) “As rameiras timbravam em se apresentar com grande luxo e esplendor de vestimentas e com excessivos enfeites.”. Acreditava-se que o ato das mulheres medievais ao enfeitar seus corpos com enfeites luxuosos ou com belíssimas vestimentas estariam dando um sinal de uma busca por futuros pretendentes. No entanto os sacerdotes viam esses acontecimentos como uma oportunidade de levar o homem a cair na tentação e por fim ir contra os ensinamentos sugeridos pelas igrejas, “Por elas, o pecado corre o risco de propagarse. Além do mais, as desordens que seus desvios provocam têm consequências mais graves. Das damas “brotam os ódios”; elas são “sementes de guerra.” (DUBY, 2001. p.13)

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 8 de 18



A mulher é pecadora, mas até que ponto isso deve ser levado em consideração? Ela começa a ser pecadora no momento em que questionam seus maridos, duvidando de questões que seriam teoricamente corretas. Georges Duby menciona que a mulher peca “Quando desafia o poder masculino irrationabilite, fora do razoável, do campo das relações sociais ordenadas, claras, quando age longe do olhar do esposo” (DUBY, 2001. p.30).

A mulher para não ser intitulada como prostituta deveria assumir seu papel corretamente, independentemente se for o papel de mãe, de filha, de irmã ou esposa desde que essa mulher se comportasse de maneira adequada e concordando com tudo que os homens da família decidissem, pois o simples gesto de contradição ao seu marido era tido como um ato de desobediência não somente ao seu marido, mas também ao seu criador, “Pecadora, a mulher ou apenas quando sai do seu papel, conseguindo ela própria seu prazer...” (DUBY 2001. pg,30). Perante isso, a história nos mostra o quão importante foi e seria o papel da mulher. Ainda durante o século XII o seu papel de submissão era evidente. Quando um casal fossem afirmar sua relação perante a Deus ambos haviam de fazer um juramento, onde constava que o homem seria fiel a mulher e jamais se deitaria com qualquer outra mulher enquanto sua esposa permanece viva. Por outro lado, a mulher deveria jurar ser uma boa esposa, por meio da gentileza sendo obediente ao seu esposo, jurava ainda ser submissa ao seu amo, concordando e o satisfazendo como ele bem quisesse, “De agora em diante, eu conservarei e o enlaçarei e lhe serei submissa, obediente e serviçal” (DUBY 2001. Pg,31).

A REPRESENTAÇÃO DO CORPO FEMININO: EVA, MARIA E MARIA MADALENA.

Os doutores da Igreja construíram uma moral que define os papéis sociais de gênero, visível nos arquétipos de Eva, a culpada pelo pecado da humanidade; Virgem Maria, a Mãe de Deus, assexuada e um exemplo de mulher a ser seguido; e Maria Madalena, a pecadora arrependida.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Eva se torna ainda mais presente na Idade Média, pois, a partir dos ideais religiosos, ela é tida como o exemplo de mulher a não ser seguida. Eva foi criada da costela de Adão, e por isso, a mulher estaria muito mais próxima de tudo o que é corporal e carnal, sendo mais suscetível ao pecado (BLOCH, 1995: 33-39). Mediante a tais pensamentos as mulheres passaram a ser vistas como Eva, ou seja, toda mulher poderia facilmente pecar e por consequência ser o instrumento que levaria o homem a cometer o ato de pecar. Eva a mulher enganada pela serpente, Adão o homem enganado por uma mulher, acontecimento que levou a sociedade medieval acreditar a quão poderosa poderia ser o gênero feminino, levando ao homem a erros e, também, ao pecado. Essa inferioridade da mulher pode ser retratada na seguinte narrativa, “Deus proibiu Adão e Eva de comerem da Árvore do conhecimento do Bem e do Mal, porém a serpente convenceu Eva a prová-la” (Gn. 3, 1-7). Os religiosos transmitiam a mensagem de que a mulher foi o lado fraco e levou Adão a cometer o pecado. Eva pecou por suas curiosidades infantis. Infantilidade essa também atribuída ao gênero feminino, “A curiosidade está, frequentemente, relacionada com a necessidade de ver, saciar o sentido visual” (FERREIRA. 2012. p .60). Além de sua curiosidade acredita-se que Eva permitiu por meio de seus olhos e de sua boca que o pecado fosse cometido sem ao menos pensar no que ocorreria com Adão com seu ato de desobediência. Ferreira (2012, p.61) destaca que, “[...] a fraqueza inicia-se pelo próprio corpo feminino, anatomicamente mais frágil que o do homem e assim mais aberto aos perigos do desejo, uma das maiores armadilhas para a humanidade.”

Eva e o exemplo de mulher a não ser seguida, no outro extremo temos a Virgem Maria. “Maria foi a redentora de Eva, que veio ao mundo com a missão de libertar Eva da maldição da Queda (BLOCH, 1995: 91). O modelo de mulher, a representação positiva do gênero feminino. “Maria é a santa caracterizada pelo seu silêncio. Mãe virgem do filho enviado por Deus, “por obra e graça do Espírito Santo”, institui-se “pelo Senhor como Seu corpo; nela, os fiéis, aderindo à cabeça que é Cristo, [...] (CONCÍLIO VATICANO II, 2000, Cap. VIII). A Virgem Maria, a mãe de Jesus, o exemplo de aceitação, ela possuía aspectos que todas as mulheres deveriam possuir, como por exemplo a castidade, a obediência, a boa mãe e principalmente o respeito perante o seu superior, “[...] Maria demonstra ser uma figura essencial para a divulgação de virtudes que recebem cada vez uma maior atenção da Igreja, como a castidade e a obediência (FERREIRA. 2012, p.68)”. Com tudo podemos compreender que o papel feminino

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 10 de 18



expresso pela figura da Virgem Maria exalta a mulher, mas, por outro lado também pune, pois permite que a mulher continue sendo a obediente, a mulher que tem fé, mas sofre ao mesmo tempo. “Eva simbolizava as mulheres reais, e Maria um ideal de santidade que deveria ser seguido por todas as mulheres para alcançar a graça divina, caminho para a salvação (DALARUN, s/d: 53). Em outras palavras a mulher deveria permanecer como um ser de fácil manipulação.

Nas duas faces temos Maria Madalena a seguidora de Jesus, o Cristo da religião cristã, “[...] ela é apresentada como uma mulher sábia, companheira próxima de Cristo e boa oradora”; preparados “[...] por grupos considerados heréticos, foram transmitidos por gerações e influenciaram, direta ou indiretamente, a visão medieval sobre esta personagem” (SILVA et al., 2002, p. 14). Madalena possui muito o que falar, ela foi um dos seguidores que se encontravam presente na crucificação e no enterro de Cristo. Madalena foi também a pessoa que proclamou a ressurreição de Jesus Cristo. No entanto quem é Maria Madalena? Madalena foi uma mulher que levou uma vida impiedosa, negligenciando a moralidade, [...] Maria ‘Madalena, uma história obscura que, por causa de Jesus, pôde tornar-se uma história de luzes, a história de Maria Madalena, a penitente (BÓER, 1999.n.p.) Durante a Idade Média, Maria Madalena recebia alta considerações por parte da humanidade que em determinados momentos chegava a rivalizar com a Maria mãe de Jesus. Ela se encontra viva e presente durante a Baixa Idade Média, seu corpo imaginado se projetam os temores e os desejos dos homens.

A história de Maria Madalena é um exemplo de conversão principalmente para os fiéis, pois, assim como a história relata, uma prostituta foi capaz de se tornar um exemplo de mulher, para os cristãos mostra o poder de um homem principalmente sobre a mulher, homem esse denominado como Jesus Cristo, no qual a tirou da vida mundana para uma vida glorificada. E com essa imagem de mulher pecadora que se arrepende e segue o mestre até o calvário, Maria Madalena veio demonstrar que todos os pecadores são capazes de chegar a Deus (DUBY, 1995: 37). Este é o significado da Santa Maria Madalena. “Ela personifica o chamado à conversão. A história de sua vida mostra aos crentes que há graças na união com Deus, mesmo para os que estavam afastados dele” (BÓER, 1999.n.p.). De ante os fatos apresentados referente as três figuras femininas, a análise imagética pode-se ser realizada pelo recorte da reprodução das



imagens do artista Giotto de Bondone (1266 – 1337). As imagens selecionadas apresentam Maria Madalena presente em três momentos da vida de Cristo, em primeiro momento na crucificação de Cristo, no segundo momento na retirada de Cristo da cruz e por último no momento da ressurreição de Cristo. A análise iconográfica se torna um fator importante para a elaboração de uma construção mental, visando identificar aspectos imagéticos que proporcione ao leitor entender como o corpo de Maria Madalena é importante na construção histórica sobre a concepção de corpo feminino presente na Baixa Idade Média.

Imagem A:



Fonte: Giotto de Bondone (2023)

Em um primeiro momento, podemos observar a presença da Virgem Maria e de Maria Madalena nos momentos da crucificação de Cristo, da retirada de Cristo da cruz e da ressurreição. Observa-se que nas três representações Maria Madalena está em uma posição submissa, Na Crucificação e na Ressurreição ela está ajoelhada aos pés do Mestre. Conforme Chevalier o joelho é a parte do corpo que representa força, portanto ajoelhar-se diante de alguém é um ato de adoração. [...] ajoelhar-se diante de alguém = fazer ato de vassalagem, adorar (CHAVALIER; GHEERBRANT, 1982. p.518).

No afresco que representa o momento em que Cristo foi retirado da Cruz sem vida, Maria Madalena lamenta a morte do Mestre acariciando seus pelos que estão sustentados em seu colo. Conforme a tradição medieval as partes do corpo possuem significados distintos, de acordo com Lê Goff (2006. p. 75) “[...] sobre a oposição entre o alto e o baixo, o interior e o



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

exterior, do que sobre a divisão entre a esquerda e a direita, a despeito do fato de que Cristo, no fim dos tempos, fará com que os justos se sentem à sua direita.

Imagem A: Recorte parte inferior da crucificação de Cristo



Fonte: Giotto de Bondone (2023)

Nesta imagem podemos identificar os personagens santificados por Giotto, entre eles a Virgem Maria, sua pureza pode ser visualizada por meio das suas vestimentas na qual os autores CHEVALIER e GHEERBRANT (1982) destacam que o azul é a “cor mais pura, em seu valor absoluto”, o mesmo azul se encontra presente ao fundo, azul esse responsável por representar o céu, essa junção acaba integrando Maria ao divino. Ao oposto dos aspectos apontados na vestimenta da Virgem Maria, temos o tom avermelhado da roupa de Madalena. O vermelho em tom claro é destacado com uma cor sedutora composta por uma força imensa, ela é irreduzível, assim como a força apresentada pela história de Madalena, [...] “seduz, encoraja, provoca” [...] (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1982. p.944). Temos também a simbologia da auréola, na qual podemos identificá-la na Virgem Maria e em Maria Madalena, ela “[..] representa o Sagrado, a santidade, o divino [...]” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1982 p.100). A auréola presente em Maria Madalena nos reafirma a representação de sua imagem como uma santa, um exemplo de mulher a ser seguida.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Por outro lado, temos o vermelho presente na vestimenta de Maria Madalena, o vermelho é “Universalmente considerado como o símbolo fundamental do princípio de vida, com sua força, seu poder e seu brilho [...] (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1982. p. 944). Giotto buscou refletir em suas pinturas uma imagem de Maria Madalena que realmente refletisse a sua história, ao posicionar Madalena ajoelhada ou aos pés de Cristo o artista passou a ideia de uma mulher arrependida em busca do perdão. Giotto transmite também a ideia do amor que Maria Madalena possuía por Cristo, pois ela sempre permaneceu ao seu lado.

Imagem C: Ressureição de Cristo



Fonte: Giotto de Bondone (2023)

Giotto representa nessa imagem o momento da ressurreição de Cristo, no lado inferior direito podemos identificar Cristo pelas marcas dos furos em seu pé, furos adquiridos no momento de sua crucificação. Maria Madalena se encontra presente nas duas cenas, mas esta talvez seja a cena, mas comentada na construção histórica da inferioridade da mulher, apesar de sua importância a sociedade católica não aceitava o fato de uma mulher ter anunciado a ressurreição de Cristo. Mesmo com a negação cristã a passagem bíblica comprova a sua presença na volta de Cristo assim como a imagem apresentada por Giotto.



Nisso ela se voltou e viu Jesus ali, em pé, mas não o reconheceu. Disse ele: "Mulher, por que está chorando? Quem você está procurando?" "Pensando que fosse o jardineiro, ela disse: "Se o senhor o levou embora, diga-me onde o colocou, e eu o levarei". Jesus lhe disse: "Maria!" "Então, voltando-se para ele, Maria exclamou em aramaico: "Rabôni!" (que significa "Mestre!"). Jesus disse: "Não me segure, pois ainda não voltei para o Pai. Vá, porém, a meus irmãos e diga-lhes: Estou voltando para meu Pai e Pai de vocês, para meu Deus e Deus de vocês". Maria Madalena foi e anunciou aos discípulos: "Eu vi o Senhor!" E contou o que ele lhe dissera (Jo 20, 14-18).

Imagem 2: O Manto de Maria Madalena



Fonte: Giotto de Bondone (2023)

Maria Madalena ao abandonar sua vida mundana e se aproximar-se de Cristo passa a ter um papel importante para a construção social feminina, ela se torna exemplo para outras mulheres e com isso torna-se possível a relação homem e mulher. “Maria Madalena passou a ser vista pelos gnósticos como um símbolo do “conhecimento verdadeiro” que tinham de Jesus, e como a verdadeira predileta de Cristo, da qual eles seriam seguidores.” (SANTOS, 2016. p.24) O manto utilizado por Maria Madalena representa a função do seu papel no contexto feminino. “Vestir o manto é sinal da escolha da **sabedoria** (o manto do filósofo). É também assumir uma dignidade, uma função, um papel de que a capa ou manto é emblema.” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1982 p.589). No contexto apresentado, o manto de Maria Madalena possui um detalhe a ser analisado a suas cores. Na imagem “A”, podemos observá-la ajoelhada sobre o manto que de início se mostra na cor verde, na imagem “B”, podemos visualiza-lo cobrindo suas pernas, dessa vez em um tom avermelhado, na imagem “C” podemos afirmar que o manto que a cobre é o mesmo presente nas imagens anteriores, a unificação do



vermelho com o verde é apresentada como sendo a “[...] complementação dos sexos: o homem fecunda a mulher, a mulher alimenta o homem; o vermelho é uma cor masculina e o verde uma cor feminina.” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1982 p.939). A utilização do manto pode ser caracterizada como o equilíbrio, mas também como a igualdade entre o homem e a mulher.

CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que o artista Giotto de Bondone buscou demonstrar em suas obras a superioridade do homem por meio de Jesus Cristo, sempre representado nas pinturas acima de todos incluindo as mulheres. Podemos observar também que o autor demonstrou em suas imagens o verdadeiro reflexo das personagens femininas na qual a Virgem Maria apesar de ser uma mulher ela sempre está posicionada acima da Maria Madalena. Isso mostra não apenas a inferioridade da mulher perante o homem como também entre as próprias mulheres.

A inferioridade entre a Virgem Maria e Maria Madalena apresentada pelo artista Giotto em suas obras de arte nos remete a situações presentes na contemporaneidade. O modo de identificação do certo ou errado relacionado a mulher pode ser resquícios das questões corporais de Maria e Madalena, mesmo em tempos modernos as mulheres possuem valores que devem ser seguidos, exemplo disso a castidade da Virgem Maria.

Vale ressaltar que falta de trabalhos envolvendo a temática é um dos motivos pelo qual a sociedade ainda sofre os resquícios apresentados na Baixa Idade Média, pois o homem não possui dados suficiente que possa levá-lo a compreensão corporal de si próprio.

Referencias:

- BARBOSA; Maria Raquel. MATOS; Paula Mena. COSTA; Maria Emília. **Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje**. SciELO, 2011.
- BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Tradução Ivo Storniolo et al. São Paulo: Edição Pastoral Paulus, 1990.
- BÓER, Esther de. **Maria Madalena: discípulo apostola e mulher**. Madras, 1999.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.



BLOCH, H. **Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental**. Editora 34, 1995.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática Lumen Gentium. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_1964121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 08 jan. 2019.

DARIDO, S. **Educação Física no Ensino Médio: Reflexões E Ações**. Motriz, 1999.

DALARUN, Jacques. Olhares de clérigos. In: DUBY, G; PERROT, M (dir). KLAPISCH - De CAMARGO, Wagner Xavier. **Protestos olímpicos: mulheres atletas contra roupas que sexualizam corpos. 01/09/2021**. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquivancada/protestos-olimpicos-mulheres-atletas-contra-roupas-que-sexualizam-corpos/>. Acesso em: 17/08/2022.

DUBY, Georges. **Heloísa, Isolda e outras damas do século XII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DALARUN, Jacques. Olhares de clérigos. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. Volume 2 – A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento/São Paulo: Ebradil, s/d, p. 29-63.

FERREIRA, L. S. **Entre Eva e Maria: a construção do feminino e as representações da luxúria no Livro das Confissões de Martin Perez**. Porto Alegre, 2012.

LUBER, Christiane. **História das mulheres no ocidente: a média**. Porto: Afrontamento, 1993, 2v.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções**. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

NUNES, R. A. C. **História da educação na Antiguidade Cristã**. São Paulo, 1978.

OLIVEIRA, T; NUNES, M. A. L. **EDUCAÇÃO E ICONOGRAFIA MEDIEVAL: ROSTO DE CRISTO DE COPPO DI MARCOVALDO E GIOTTO DI BONDONE**. Revista Contrapontos - Eletrônica, Vol. 12 - n. 3 - p. 317-326 / set-dez 2012.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

RAMALHO, Cristina. A circularidade cultural da imagem de Maria Madalena. in: FERRAZ, Salma. **Maria Madalena: das páginas da bíblia para a ficção, textos críticos**. Maringá: Eduem, 2011.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Teoria e prática**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS; G.M. de Castro. **A Roupas, a Moda e a Mulher na Europa Ocidental Medieval**. Brasília, 2006.

SANTOS, Wilgner Murillo da Conceição. **MULHER E APÓSTOLA, MESTRA E PROSTITUTA: As Representações Literárias de Maria Madalena**. Bhaia: FLIPA, 2016.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da et al. **Vida de Santa Maria Madalena: texto anônimo do século XIV**. Rio de Janeiro: SENAI, 2002. Coleção Idade Média em Textos 1.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

SOUSA; de M. O. SILVA; F. M. OLIVEIRA; V. M. S. **O Corpo na Idade Média: entre representações e sexualidade.** Aracaju, 2014.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 18 de 18



**O CONSERVADORISMO "CLÁSSICO" E O NEOCONSERVADORISMO
CONTEMPORÂNEO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE CLASSES:
PROXIMIDADES E DISTANCIAMENTOS**

Vitória Regina da Silva - (Unespar)
Unespar/Campus Apucarana, vitoriaregina9844@gmail.com

Elson Alves de Lima - Orientador
Unespar/Campus Apucarana, elson.lima@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

A pesquisa busca compreender o conservadorismo “clássico” e como esse contribuiu no engendramento da sociedade de classes capitalista. Assim como, procuramos captar melhor sobre a dinâmica do neoconservadorismo que, desdobrado do conservadorismo “clássico”, assume o neoliberalismo como sua tese central mais recente a defesa dos interesses da classe dominante em oposição aos interesses das classes trabalhadoras. Tais desdobramentos apontam para uma forma de governabilidade política com características autoritárias e reacionárias por parte daqueles governantes que recém haviam chegado ao poder em seus países: Donald Trump nos EUA e Jair Messias Bolsonaro no Brasil revelam a força do neoconservadorismo contemporâneo atuando em direção oposta à dos interesses dos movimentos e das forças sociais que se opõem às determinações do sistema capitalista vigente.

A opção pelo emprego do método de investigação do Materialismo Histórico e Dialético de Karl Marx (1818 -1883) foi pensada a partir do entendimento de que o mesmo consegue apreender de forma densa a problemática social, através de sua profundidade ao observar os fenômenos sociais, auxiliando-nos na captação da totalidade dos elementos que envolvem e compõem a realidade social complexa e em suas múltiplas contradições e determinações.

Sob a orientação do método de investigação acima, realizamos também uma pesquisa



básica, bibliográfica, teórica, documental, sob análise de conteúdo do material pesquisado, baseado em produções científicas das áreas das Ciências Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas respectivamente, entre obras científicas como: portal *Scielo*, Revistas *Katálysis*, *Ser Social*, *Revista em Pauta*, *Argumentun*, *Revista Temporalis*, *Serviço Social & Sociedade*, por meio da busca *booleana*¹ em portais de revistas científicas, tanto no formato eletrônico (*online*) quanto impresso, dentre outras.

Desta forma, intentamos por fomentar o processo de formação pessoal e profissional na área de conhecimento pretendida, no curso de Serviço Social da UNESPAR – Campus de Apucarana e em relação a uma maior aproximação ao objeto estudado.

MATERIAIS E MÉTODOS

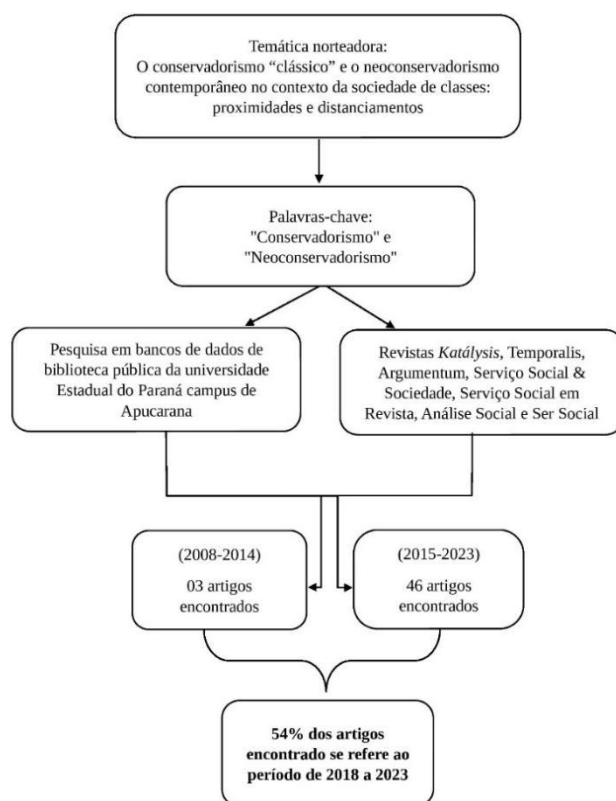
Como forma de aproximação e ao mesmo tempo de distanciamento em relação à pesquisa realizada, utilizou-se de um levantamento de dados que pode ser considerado seguro, ao lançarmos mão de um mapeamento acerca dos artigos que tratam da referida temática, através das revistas como: *Serviço Social & Sociedade*, *Katálysis*, *Temporalis*, *Ser Social*, *Serviço Social em Revista*, dentre outras.

Assim, realizamos também buscas na Biblioteca pública da Universidade Estadual do Paraná - Campus de Apucarana, quanto em documentos alojados junto à Rede Mundial de Computadores (Internet), de modo à melhor nos aproximarmos do objeto circunscrito. A fim de que pudéssemos oferecer constatações que ultrapassassem o “pseudoconcreto”, ou seja, aquela fase da análise de conjuntura que por ser restrita ao imediato, ao não despertar um processo dialético que permita enxergar a realidade complexa para além do aparente (KOSIK, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Figura 1: Etapas do processo de mapeamento dos artigos

¹ "As estratégias de busca (booleana) são baseadas na combinação entre a informação contida em determinados documentos e a correspondente questão de busca" (SAKS, 2005, p. 4).



Fonte: Elaborado pela própria autora².

Segundo o mapeamento dos artigos científicos selecionados e identificados com as palavras-chave destacadas, realizamos a busca, destacando-se o "conservadorismo" e "neoconservadorismo". Através da pesquisa bibliográfica realizada, visualizamos um aumento exponencial do número de artigos publicados entre o período de 2018 a 2023 e também um número significativo de produções científicas encontrado no ano de 2015.

Isso demonstra que, tendo em vista o avanço da ideologia neoliberal, com efeitos diretos no aumento da competitividade, observou-se a instauração a lógica corporificada do processo de financeirização da economia em escala global, alcançando o mundo capitalista como um todo, atingindo todas as relações sociais, exacerbado pela ambição e pela valorização meritocrática dos indivíduos.

² Esquema elaborado pela própria autora, acadêmica graduanda do quarto ano de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – *campus* de Apucarana, Vitória Regina da Silva, por meio do mapeamento dos artigos realizado junto com a também acadêmica Bianca Cristina Alberto, graduanda do terceiro ano do Curso de Serviço Social desta mesma universidade.



O governo federal, sob o comando do governo de Jair Messias Bolsonaro, demonstrou a força do neoconservadorismo contemporâneo e de como as elites dominantes não estão preocupadas com nenhum tipo de avanço civilizatório, apenas com seus lucros mais imediatos, atuando fortemente em prol da reprodução da lógica do capital. O bolsonarismo apresentou, de forma acabada, a ascensão de forças subterrâneas ao avanço da humanidade, através da vil exposição humana à morte (seja pela fome, miséria e desemprego, ou pela falta de oxigênio ou vacinas, quanto pela exposição às chacinas ou às armas). Bem como, criou uma política de Estado eliminacionista, sobretudo das camadas mais oprimidas da classe trabalhadora.

Tal processo nefasto, apresentado pelo bolsonarismo, resultou no massacre da grande maioria da população brasileira, contribuindo de forma explícita na desarticulação dos movimentos sociais, partidos e sindicatos de oposição ao modelo vigente, tanto e quanto pela enorme desmobilização política e social embasada no neoconservadorismo de ultradireita.

O que se observa de forma inegável é um maior número de produções impressas de que tratam da temática do conservadorismo e do neoconservadorismo, em relação aos quatro anos de vigência do governo de ultradireita de Bolsonaro. O governo foi considerado omissor por não atender minimamente aos anseios da população brasileira durante o avanço e o respectivo combate à pandemia mundial da Covid19, além de se posicionar, lutar e ficar ao lado e claramente defender os interesses dos proprietários dos meios de produção da classe burguesa brasileira e de garantir condições favoráveis ao avanço do capital, principalmente dos setores do agronegócio (grandes latifundiários), do mundo armamentista (liberação desenfreada de armas para a população, expandindo-se às facções criminosas), aos setores das forças de segurança (aumento exponencial de militares no poder, sob inúmeras benesses, recursos e salários), ao neopentecostalismo (apoio às igrejas e partilha do poder político a pastores fundamentalistas), bem como, ao setor financeiro (o governo alavancando a reprodução capitalista, sob a direção de um ministro da economia ultraliberal).

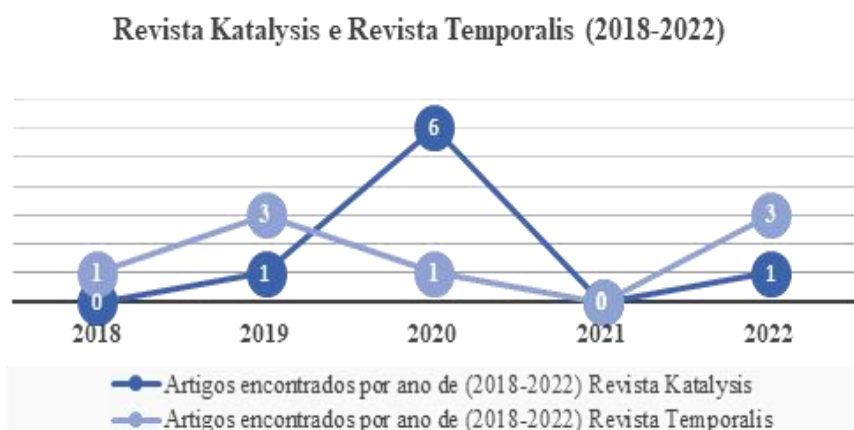
Nesta perspectiva, por meio da coleta de dados, detectamos no levantamento do número de artigos das revistas selecionadas, bem como aquelas reconhecidas pelo Serviço Social brasileiro, o reconhecimento das produções calcadas na realidade objetiva, junto ao contexto histórico-social e material da própria sociedade capitalista de classes. O que equivale



a dizer que não se "explica a prática segundo a idéia, explica a formação das idéias segundo a prática material" (MARX e ENGELS, 1998, p. 36).

Deste modo, mais especificamente, o maior número de publicações encontradas diz respeito ao período compreendido entre o ano de 2018-2022, composto por um líder de ultradireita que definiu os rumos da direção política brasileira de forma extremamente desastrosa. Neste contexto, foi possível observar que dentre as revistas pesquisadas, as que tiveram o maior número de publicações e que tratavam do assunto observado foram a Revista *Katálysis* e a Revista *Temporalis*. No gráfico abaixo é possível observar os índices por ano do número de publicações realizadas.

Gráfico 1 – Número de Artigos Encontrados: Revista *Katálysis* e Revista *Temporalis* por ano, entre o período compreendido de 2018-2022.



Fonte: Elaborado pela própria autora, 2023.

A presença do conservadorismo “clássico” no engendramento da sociedade de classes capitalista

O fim da ordem feudal foi constituído por um longo caminho de transição, agudizado pelas lutas dos senhores feudais contra os servos, apontando em direção a uma revolução social-burguesa, por meio do surgimento de uma nova camada de comerciantes que financiaram o Estado Absolutista com a finalidade de sua superação, a partir do uso de setores das forças armadas na superação do Antigo Regime. Tal processo culminou em condições favoráveis para o triunfo da burguesia, enquanto classe dominante.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

O desenvolvimento de novas forças produtivas, através da intercorrência do consumo e da mercadoria trazidas pelo novo modo de produção, foi fomentado a partir do desenvolvimento do capital mercantil, movido pelo dinheiro. Trata-se do modo de produção capitalista que ao se constituir condicionado na propriedade privada dos meios de produção e na dominação e exploração da força de trabalho humana, reduz as relações sociais em meras relações monetárias de mercadoria (NETTO, 2016). Numa clara aversão à evolução social burguesa, o conservadorismo clássico sustentado por Edmund Burke (1729-1797), constituía-se enquanto um fundamento ideológico e de posição marcadamente antirrevolucionária, por ideias clarificadas em seu livro: Reflexão sobre a Revolução em França de 1789, em que apresentou os fundamentos do conservadorismo clássico, sob um conteúdo contrário a qualquer tipo de revolução. Em geral, suas bases estão centradas na manutenção da ordem vigente, bem como no período da Revolução Gloriosa inglesa (1688-1689), na configuração da monarquia constitucional que, segundo Burke, se mostrou importante para conservar a ideia de liberdade que deu margem às leis naturais do homem, em sua visão liberal (SCRUTON, 2019).

Desse modo, o conservadorismo clássico se caracteriza pela tradição relacionada aos costumes; apresentando-se como defensor da propriedade privada individual; crítico ao excesso da ideia ou de negação da razão como forma de rejeição do racional, através do ceticismo. Entretanto, embora assuma esse discurso, segundo Souza (2016), as características do conservadorismo clássico não passam da busca por induzir os adeptos dessa ideologia a eliminar todo pensamento societário que se mostre como sendo um protagonista revolucionário, tal qual é o proletariado³.

No fim das contas, o que Burke construía era uma ideologia que preservasse os interesses da ordem dominante. Sobretudo, foi com a derrota do antigo regime feudal pós 1748, potencializado pelo sistema de troca em função do excedente e da expansão das atividades mercantis, que se tornou perceptível o abandono da sociedade pré-burguesa pela revolução burguesa, carregada por um conjunto de transformações societárias com modificações sociais, econômicas, políticas e de ordem também demográficas.

³ Conferir NETTO, Leila Escorsim. **O Conservadorismo Clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo. Editora Cortez; 2011.



Sob o peso da Primeira Revolução Industrial (1760-1860), entre o avanço do processo de industrialização e o extermínio dos pequenos proprietários rurais, sob a onda do novo modelo subordinado à adesão da maquinaria, pela via da intensificação nas formas de precarização das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, observou-se a elevação dos níveis de desigualdade social, alastrando-se por entre a pobreza, a fome e a miséria, enquanto fatores derivados dos conflitos oriundos da luta de classes.

Nesta proporção, ocorre o aumento das reivindicações advindas da nascente classe social do proletariado e das mobilizações sociais realizadas, gerando uma maior pressão política sob os detentores do poder estabelecido. Em resposta, o que se observa por sua vez, é que a burguesia dominante, pressionada pelas reivindicações trazidas pelo movimento operário, muda seu percurso ao caminhar em direção oposta às alternativas revolucionárias que vinham ocorrendo com frequência. Assim, a burguesia assenta-se de forma duradoura no poder, ao estabelecer sua condição de classe social dominante e hegemônica. A burguesia, agora atuando na condição de uma classe dominante, auxilia, reforça e reproduz a lógica do capital, ao mesmo tempo em que apoia, de forma recorrente, às tendências conservadoras, salvacionistas, eliminacionistas, preconceituosas, moralistas e fundamentalistas para manter-se no poder.

Em síntese, tanto em relação à burguesia como um todo, quanto em relação à camada da pequena-burguesia de forma específica, até então vistas como classes revolucionárias (ao substituírem o mundo feudal pelo do capital), adotam ideias oriundas do pensamento conservador antirrevolucionário, para a manutenção de seus interesses de classe. O que ocorreu, portanto, foi que os pequenos-burgueses (camponeses e pequenos comerciantes) foram suprimidos pela grande burguesia (dominante), pois pairavam entre “o proletariado e a [grande] burguesia” (MARX; ENGELS, 2016, p. 72).

O conservadorismo moderno, desdobrado do conservadorismo “clássico” de Burke, contrário a qualquer tipo de alternativa oriunda da revolução, se junta agora à burguesia. Por conseguinte, antes revolucionária, a burguesia busca então por manter sua dominação de classe, na nova ordem societária em que a mesma teria forjado.

O projeto utilizado pela classe burguesa para tornar-se hegemônica, foi o de remover sua roupagem emancipatória - de substituição do mundo feudal, da então aristocracia francesa,



pelo mundo do capital - ao hipervalorizar a propriedade privada dos meios de produção, onde o conservadorismo cumpriu um papel decisivo para que a burguesia encontrasse um terreno fértil na disseminação de seus interesses de classe, através da apropriação privada dos meios sociais de produção e conseqüente exploração e expropriação da força de trabalho vivo (Jamerson, 2016). Em suma, se pode notar que a burguesia adotou a convicção do uso dos valores, tradições e costumes do tradicionalismo conservador, favoráveis à sua hegemonia econômico-social, política e cultural, utilizando-se da lógica da defesa da ordem do modo de produção do capital, a partir do emprego da (sua) moral.

O neoconservadorismo desdobrado do conservadorismo “clássico” como forma de reprodução sistêmica do capital

Em face deste cenário exposto até aqui, o conservadorismo ocupa um papel ou um espaço privilegiado no ordenamento da sociedade capitalista de classes. O mesmo tem servido diretamente aos interesses burgueses, por sinalizar à burguesia, a acusação, inibição, cerceamento ou anulação de toda e qualquer classe social despojada de um espírito ou de um protagonismo revolucionário, enquanto propagadora da desordem e da instauração do caos.

Neste sentido, a Sociologia encontra em Émile Durkheim (1858-1917) e no Positivismo de Auguste Comte (1798-1857), o escopo teórico necessário à permanência da classe social burguesa junto ao sistema hegemônico de dominação de classes. Nesse caso, como forma de se garantir uma fundamentação científica que fosse conveniente com o poder dominante, a ciência durkheimiana e do positivismo foi utilizada como mecanismo de representação de uma abordagem científica, sustentada pela figura do conservadorismo, justamente por se fazer presente “na raiz da ciência social que é filha direta do conservadorismo pós-48, a sociologia” (Netto, Leila: 2011, p. 52 grifos da autora).

Por este caminho, concebemos que a burguesia na sociedade de classes, junto ao modelo de produção capitalista, não é capaz de aniquilar os conflitos de classes, mas contrariamente, contribui diretamente na criação de novos padrões de dominação. Posto que o conservadorismo, desde suas origens, apresenta um conjunto de concepções próprias e favoráveis às forças dominantes, ora colocando-se ao lado da monarquia absolutista, ora



colocando-se ao lado da burguesa. Assim sendo, seja o conservadorismo antiburguês ou o conservadorismo antiproletário, ambos revelam a face de um conservadorismo que está para a ordem do comando dominante (Souza e Oliveira, 2018).

Contudo, os resultados do processo histórico de desenvolvimento do capital, colocado pela incoerência entre a concentração de renda e a riqueza socialmente produzida, ecoam pelas crises sistêmicas do capital, que resultam no atual projeto de conciliação de classes, por meio do neoconservadorismo sob um novo formato, em que influem manifestações fascitizantes da ultradireita dirigidas às camadas mais empobrecidas da classe média, mas sobretudo, em relação à classe trabalhadora como um todo.

No Brasil, como linha auxiliar da burguesia, através da tentativa de combater os efeitos da crise sistêmica do capital, tanto o bolsonarismo quanto o próprio neoconservadorismo foram utilizados pelo capital, na contenção do ímpeto contestador dos setores organizados da classe trabalhadora, por meio de condutas autoritárias, reacionárias e fascistas contra os seus interesses. Tal fenômeno já vinha ocorrendo em vários países do mundo, a exemplo disso "em 2018, oito países da União Europeia (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália, Polônia, Hungria e Eslováquia) " foram governados por partidos de extrema direita (Traverso, 2021, p. 11).

Neste sentido, um elemento fundamental das novas características expressa pelo neoconservadorismo, têm sido a proliferação de notícias falsas, por meio das chamadas *fakes news*. Jamais deslocada da condição oriunda da desigualdade social, a ascensão de uma classe sobre outra, significa a restrição à ampla informação, enquanto acesso socializado a bens e produtos socialmente produzidos, de caráter coletivo. Assim, o manejo da informação fica limitado há apenas uma parcela da população que pode ou tem condições de acessar à rede mundial de computadores (Internet), e de se buscar por informações que não sejam distorcidas.

Por esta razão, vale considerar o papel que as redes sociais ocuparam na ascensão da ultradireita no mundo como um todo, nos últimos anos. A classe trabalhadora, sobretudo, sentiu-se agudizada pelas recorrentes crises econômicas e sociais do período marcado pela pandemia da Covid-19 de 2020-2022. Os grandes contingentes populacionais da classe trabalhadora mundial foram expostos ao contágio e à própria propagação do vírus, pois não tiveram a possibilidade da adoção da política do “fique em casa”, pois foram obrigados a



conviver entre espaços de trabalho pauperizados, precarizados, sob salários mais baixos e o risco iminente de morte pela doença.

Os operários fabris não foram suspensos da rotina de trabalho diária, tiveram cortes em seus salários e remunerações, observaram a extinção de seus postos de trabalho durante a crise sanitária da pandemia de Covid-19, inseridos em relações de trabalho informais, intermitentes, freelancers, uberizadas. Tal qual no setor urbano, a população dos segmentos rurais e periféricos enfrentavam a aglomeração dos espaços e dos setores mais contaminados com o vírus, perfilando as fileiras dos 705.054 mil mortos pela pandemia da Covid-19 (BRASIL, 2023).

Desta forma, ao isolamento social realizado, sobretudo pela pequena-burguesia, somou-se à propagação de informações falsas pela internet, utilizando-se da via cibernética, através das redes sociais, por meio de aplicativos como: *WhatsApp, Facebook, Instagram* dentre outros, capazes de produzirem as bases necessárias para a construção e a materialização ideológica do discurso de ódio que resultou em consequências nefastas à classe trabalhadora.

Ainda que o uso das redes sociais tenha sido um dos mecanismos imprescindíveis e utilizados pela campanha eleitoral do governo de ultradireita de Bolsonaro, eleito pelo voto popular, não foi este o único motivo de sua vitória nas urnas em 2018, na condição do mais novo presidente da República do Brasil. Nesse ínterim, os desdobramentos históricos revelaram a existência de grupos de direita e fascistas que vinham se constituindo ao longo da história mundial, como forma de uma ascensão neoconservadora, ultraneoliberal, revestida por características fascistizantes e que se desenvolveram mais intensamente em países periféricos, jamais deslocados dos polos de poder dos países capitalistas centrais.

O que se aponta por sinal, não é apenas um conjunto de ideologias absurdas advindas do bolsonarismo, mas algo que antecede a tal fenômeno, através do uso cibernético mais intenso como forma de propagação da ideologia neoconservadora, pois se trata de um processo histórico-social de avanço e de reprodução do próprio modo de produção capitalista, dentre seu esforço em superar as suas recorrentes crises de rentabilidade.

A adesão ao projeto classista da dominação burguesa passa a ser sustentado pela pequena-burguesia, agarrando-se às promessas de uma pretensa garantia de segurança, numa



falsa sensação de controle sobre o caos, oriundo da própria tentativa de saída da crise estrutural capitalista criada por ele próprio. Desta maneira, o conservadorismo contemporâneo ecoa por entre "um aglomerado ideológico mais ou menos coeso que é chamado de nova direita, na qual misturam-se ideais do conservadorismo, do libertarianismo e do reacionarismo" (Gallego: 2018, p. 35). Ou seja, o uso dos aparatos das mídias sociais esteve à disposição da chamada direita golpista o tempo todo. A sua utilização desenfreada foi responsável por espalhar a sua própria ideologia contra a maioria da população brasileira, asseverada por uma cultura "anticomunista" e "antipetista", escamoteando as várias e incontáveis crises por que passa o capitalismo, corroborando diretamente com a manutenção do poder das classes dominantes, no sentido de se garantir a retomada das taxas de lucro perdidas pelo próprio capital.

Diferentemente do antigo conservadorismo "clássico", o neoconservadorismo - pela via da ultradireita - recusa a democracia, ao flertar com o nazifascismo, na defesa acerca de um discurso de liberdade de expressão orquestrado diante da tentativa de expandir os maiores pesadelos da população em meio ao caos. Tal qual, causado não apenas pelo chamado "fantasma do comunismo", mas decorrente sobretudo do "socorro" à intrínseca crise de rentabilidade do capital, o que se demonstra é que nem mesmo a classe dominante burguesa possui controle sobre as leis gerais de acumulação, ditadas tão somente pelo capital.

Desde 2004, o Brasil vem constituindo uma classe dominante "unida" e dirigente, embora com suas divergências, educando e formando para o consenso intraclasses, na perspectiva de materializar no aparelho do Estado, o seu modelo, principalmente por meio de organizações como o Movimento Brasil Competitivo (MBC), como forma de articulação da grande burguesia (Gallego, 2018). Viabilizado também pelas manifestações reacionárias, o Movimento Brasil Livre (MBL) lançou algumas candidaturas aliadas aos partidos de ultradireita, configuradas por uma nova linhagem política ultraconservadora, balizada por uma figura irracional e caricata como Olavo de Carvalho pautado na concepção desconectada de qualquer referência histórica concreta.

Neste léxico, o bolsonarismo desencadeou uma cultura baseada no ódio de uma classe social dominante sobre as classes trabalhadoras, diante das particularidades da formação sócio-histórica brasileira, centrada no clientelismo, no coronelismo, além da escravização do



povo preto, imigrante e marginalizado. O anticomunismo petista, surgido antes mesmo dos jargões proferidos por Jair Messias Bolsonaro, acentuou a reação conservadora de ataque a um determinado grupo social da classe trabalhadora, por sua cor, raça, gênero e classe, através da criminalização dos movimentos sociais de oposição e de esquerda, balizados por uma ideologia reiterada por valores preconceituosos e discriminatórios que evidenciam a naturalização das formas desiguais, derivadas dos conflitos da luta de classes.

A conspiração anticomunista, corroborada pela ultradireita, reforça a ascensão do neofascismo, balizada pelo bolsonarismo, se coloca “[...] diante de um projeto societário ultraneoliberal, numa disputa ainda mais ávida do capital pelo fundo público” (Almeida, 2020, p.722), além de ser reforçada pelo conteúdo pró-capitalista trazido pela política de conciliação de classes que tem sustentado o atual governo de Lula (PT) e da frente ampla burguesa.

De formas nunca abandonadas à ascensão do (neo)fascismo como instrumento de sobrevivência do capital

As reações às estratégias do capital para camuflar as contradições oriundas do conflito das lutas de classe derivam de respostas imediatas e pontuais de cunho irracional. Aqui, o neoconservadorismo, em seu caráter fascista, configura-se enquanto uma corrente marcada por seu caráter violento. O resultado deste processo pode ser amplamente visualizado por meio dos ataques antidemocráticos ocorridos em oito de janeiro de 2023, em Brasília-DF, enquanto desfecho da crise política, sobretudo, advindo da vitória de Lula (PT) nas urnas por meio do voto popular, através do seu governo burguês de frente ampla não só como pretensão de derrotar a ultradireita, mas a de garantir a democracia burguesa por meio da lógica reformista de centro-esquerda (Cavalcante, 2023).

A ofensiva neoconservadora, atribuída à negação da razão, tal qual ocorreu em oito de janeiro de 2023, em Brasília-DF, asseverando a tentativa de golpe contra a posse de Lula, promovendo os atos golpistas desferidos contra os poderes constituídos da república brasileira, impulsionaram o conservadorismo contemporâneo, através do neofascismo, voltado aos interesses mais imediatos da classe dominante contra a classe trabalhadora. Ou seja, determinados agrupamentos suscitam o medo como forma de atuação política da ultradireita.



Assim, basta um olhar para as considerações que envolvem o próprio fascismo, como forma de atendimento aos interesses do capital em momentos de acirramento das contradições entre as classes sociais.

Neste âmbito, há de se apontar que a via neofascista não significa somente dizer que tais ações subsistem à dinâmica histórica da realidade burguesa fascista. Mas, para além disso, o neofascismo se mostra sob novas características, embora vinculado àquelas trazidas do fascismo do período entre guerras.

Enquanto isso é preciso esclarecer que o conservadorismo dispõe de um discurso confuso, linear, pautado pela incoerência entre apropriações retóricas, sob uma postura antirrevolucionária, quer seja do ponto de vista anticomunista quanto antipetista, ao não aprofundar teoricamente o que representa tais concepções, completamente distintas entre si. Além disso, o conservadorismo apresenta sua face violenta e irracional por ser conivente com os interesses da classe dominante e por se utilizar da dinâmica de cooptação de classes, da busca pelo consenso social, reforçando-se as posturas neofascistas, próprias das refrações da luta de classes, advindas do próprio movimento real e contraditório da sociedade de classes capitalista.

Eis que o neofascismo emerge aliado aos partidos mais conservadores, tal qual o do regime fascista de Mussolini na Itália, filiado aos partidos de direita e os mais conservadores. Assim, o seu alinhamento aos interesses da conservação da ordem societária do campo da ultradireita, está vinculado diretamente aos grupos das alas fascistas, lutando contra um adversário comum, isto é, o comunismo.

Mesmo que o conservadorismo preserve os interesses da classe dominante burguesa, a ordem capitalista ainda existiria sem o fascismo, pois prescindiria e se disporia de outras formas violentas para a permanência no poder. Assim, o fascismo apenas encontra espaço na sociedade burguesa à medida que se oferece enquanto um instrumento de manutenção deste modelo econômico e social. Portanto, o fascismo “foi pedra de toque da constituição do discurso lulista. [...] No Brasil deste século, o fascismo foi então uma arma linguística de construção discursiva lulista e tem sido também, [...] agora atualizada pelas redes sociais, com o bolsonarismo” (Avelar, 2021, p. 293). Os dois governos reformistas de Lula, as intervenções de Dilma Rousseff na economia, até o governo golpista de Michel Temer,



permitiram com que "os intelectuais acrílicos do lulismo tanto xingaram todos os outros sujeitos políticos de fascistas que o fascismo de verdade acabou aparecendo um dia" (Idem, 2021 p. 49).

O resultado do processo acima culminou com a chegada ao poder do governo fascista de ultradireita de Bolsonaro. Na tentativa de combater o bolsonarismo, foi formada uma frente ampla em que o governo Lula/Alckmin alcança o poder político burguês, articulando-se enquanto uma espécie de substituição dos governos de ultradireita por um governo de centro-direita (com apoio da centro-esquerda). Tal articulação política resultou num governo de conciliação de classes, ao servir diretamente aos interesses da burguesia nacional, diante do processo de colaboração de classes, utilizados contra os interesses das classes trabalhadoras no país.

O resultado deste alinhamento político, em âmbito federal, ao mesmo tempo tendo derrotado o bolsonarismo nas urnas, representa um alinhamento burguês, endossando a guinada à direita do governo lulista, à medida que reproduz a lógica neoliberal da defesa dos credores da dívida pública e, conseqüentemente, da lógica de reprodução do capital, mantendo-se um discurso de combate à ultradireita fascista, não pela via do aprofundamento da luta de classes, mas pelo viés deformado do reformismo.

As conseqüências deste processo atingem diretamente o Serviço Social - que está inserido nas relações da dinâmica do capital - e tem observado o recorrente encolhimento das políticas públicas e sociais, pela sua descontinuidade e falta de recursos, sendo intensificadas pelo ultraneoliberalismo que atua economicamente para atender os setores privilegiados do sistema do capital e em detrimento dos setores das classes trabalhadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, a restauração neoconservadora é o resultado das formas de respostas à crise estrutural do capital, na perpetuação da democracia burguesa, ao orquestrar as várias formas de opressão social. Neste contexto, a democracia burguesa é incapaz de responder aos interesses da classe trabalhadora frente aos múltiplos conflitos de classe.



A ofensiva neoliberal atinge o Serviço Social sob a lógica arraigada da perspectiva individualista, moralista e culpabilizante dos sujeitos pelas condições materiais vividas, através das leis tendenciais do capitalismo, como forma de garantia da acumulação capitalista, por meio da expropriação do trabalho vivo.

Assim, o Serviço Social é reconfigurado na lógica da reprodução da força de trabalho estabelecida pelo direito burguês, devendo compreender a sociedade contraditória de classes na qual está inserido. Esta mesma sociedade de classes, através das classes dominantes, visa a retomada das taxas de lucro do capital, originárias das recorrentes crises de superprodução e ou superacumulação do capital, provocando altos índices de inflação e desemprego de uma superpopulação absoluta e relativa, sob a ascensão do neoliberalismo draconiano pelo seu trâmite neoconservador, que de nada tem servido aos interesses das classes trabalhadoras.

A reconfiguração neoconservadora, posta na ordem do dia pelo capital, se apresenta enquanto uma sentença neoliberal ao trabalhador, agora plataformalizado, pejotizado pela escravidão digital, escancarando as contradições do capital mundial em tempos de barbárie, sobretudo nos países mais periféricos como o Brasil.

No que tange às aproximações e distanciamentos entre o conservadorismo "clássico" e o neoconservadorismo, nota-se que tal corrente assume um novo prefixo: o (neo). Tal prefixo carrega consigo o reforço à caracterização de um conservadorismo reacionário e autoritário que corrobora com a desmobilização dos movimentos sociais, inibindo a potência da pressão popular sobre as iniquidades do capital, aprofundada pela própria crise sanitária da pandemia da Covid-19. O neoconservadorismo reforça o corolário das formas nazifascistas interpostas pelos governos de ultradireita contra as classes trabalhadoras, reafirmando o reformismo burguês, diante do fracasso da superação da lógica de reprodução frente às inúmeras crises sistêmicas do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Idelber. **Eles em nós: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI** / Rio de Janeiro: Record, 2021, 1. Ed.



ALMEIDA, Guilherme Silva de. Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 720-731, set./dez. 2020.

BURKE, Edmund: 1729-1797. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Tradução de Renata de Assumpção Farias, Denis Fontes de Souza Pinto e Carmem Lidia Richter Ribeiro Moura. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

BRASIL. Ministério da Saúde. COVID19 – Painel Coronavírus. Brasília, 2023. Acesso em: 18 agosto de 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

CAVALCANTE, Sávio. **Jornal da UNICAMP: O dia 8 de janeiro como insurreição neofascista** | Unicamp. 13 de janeiro de 2023. Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/minuta-do-golpe>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2023.

COUTINHO, João Pereira. **A ideologia Conservadora: explicada a revolucionários e reacionários**. João Pereira Coutinho. - São Paulo: Três estrelas, 2014.

FIGUEIREDO, Tatiana Silva Poggi de. **Neofascismo em cena: o avanço conversador norte americano e o caso da National Alliance** / Tatiana Silva Poggi de Figueiredo. Dissertação (Mestrado em História Social da Universidade Federal de Fluminense), Niterói. 2008.

GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil** / Miguel, Luis Felipe [et al.] ; organização Esther Solano Gallego ; 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2018. recurso digital : il. (Tinta vermelha).

IASI, Mauro Luis. Boitempo. **De onde vem o conservadorismo?**. Publicado em 15 abril de 2015. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-oconservadorism>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2023.

KIRK, Russell. **Breve manual de conservadorismo**. /Russell Kirk; tradução: Ulisses Teles. – São Paulo: Trinitas, 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl, 1818-1883. **Manifesto do Partido Comunista**. / Karl Marx e Friedrich Engels; tradução de Sergio Tellaroli; pós-fácio de Marshall Berman. Revisão técnica Ricardo Musse. – 1ª ed. – São Paulo: Penguin Classic/Companhia da Letras, 2012.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte** / Karl Marx ; [tradução e notas Nélcio Schneider ; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo : Boitempo, 2011. (Coleção MarxEngels).



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

_____. 1818-1883. A ideologia alemã / Karl Marx e Friedrich Engels ; introdução de Jacob Goreneder] ; tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. - São Paulo : Martins Fontes, 1998. - (Clássicos)

MARTINS, Carlos Benedito, 1948 – **O que é Sociologia**. Carlos Benedito Martins – São Paulo: Brasiliense, 2004. – (coleção primeiros passos; 57) 61ª impressão da 1ed. de 1982.

NETTO, José Paulo. **Economia Política**: uma introdução crítica. Marcelo Bras. – 8. ed. –São Paulo: Cortez, 2012. – (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1).

NETTO, Leila Escorsim. **O Conservadorismo Clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo. Editora Cortez; 2011.

QUINTANEIRO, Tania. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Tania Quintaneiro. Maria Ligia de Oliveira Babosa, Márcia Gardênia de Oliveira. – 2. Ed. rev. amp. –Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 159 p. – (aprender).

ROSAS, Pablo Ornelas. **Fascismo Tropical**: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras. Vitória-ES: Milfontes, 2019.

SAKS, Flavia do Canto. **Busca Booleana**: Teoria e Prática. Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso de Gestão da Informação, setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) 2005.

SCRUTON, Roger. **Conservadorismo**: um convite à grande tradição. / Roger Scruton; tradução Alessandra Bonruquer. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019. recurso digital.

SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. **Tendências ideológicas do Conservadorismo** / Jamerson Murillo Anuniação de Souza. – Recife: Ed. UFPE, 2020. Originalmente apresentada como tese do autor (doutorado – UFPE. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Serviço Social, 2016).

TRAVERSO, Enzo. **As Novas formas do Fascismo**: populismo e a extrema direita. Les Nouveaux visagesdufascisme. Enzo Traverso.ÉditionsTextuel, 2017; Editora Âyiné, 2021. Tradução: Mônica Fernandes, Rafael Mello, Raphael Lana Seabra; Conversão para ebook: Cumbuca Studio.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 17 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

O FUNDO PÚBLICO A SERVIÇO DO CAPITAL E A AMEAÇA AOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

Caroline Rodrigues Correa de Melo - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Apucarana, carolrcmelo@gmail.com

Valdir Anhucci - Orientador
Unespar/*Campus* Apucarana, valdir.anhucci@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

O fundo público é um elemento crucial para a acumulação de riquezas da classe burguesa, enquanto se perdem os recursos que, segundo a Constituição Federal, deveriam ser destinados para as políticas sociais. Behring (2008), afirma que são criados instrumentos que objetivam a realocação dos recursos públicos para a reprodução do capital, causando a desproteção social da classe trabalhadora.

A disputa em torno do fundo público se acirra ainda mais em tempos em que a crise do capital se acentua, o que imediatamente determina a redução de investimentos necessários à manutenção e expansão dos direitos sociais. Dentre as estratégias do capital para se apropriar dos recursos públicos, destaca-se o endividamento dos Estados nacionais, em especial dos países periféricos.

No contexto atual, Silva (2011) reforça que o fundo público é apropriado pelo capital financeiro através da dívida pública, de forma que parte significativa dos recursos públicos é utilizado para remunerar o capital portador de juros. Sendo assim, no âmbito do capitalismo contemporâneo o fundo público passa a ser responsável pela “[...] transferência de recursos sob forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro, em especial para as classes dos rentistas, o que foi reforçado na atual crise do capitalismo” (SALVADOR, 2010, p. 61).

Nessa linha de análise, verifica-se que o acesso aos recursos públicos se dá em grande medida através da dívida pública, de forma que países periféricos como o Brasil precarizam

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 1 de 18



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





seus sistemas de proteção social para garantir as altas taxas de lucro do capital financeiro. É a partir desse contexto em que um vultuoso volume de recursos públicos deixa de ser investido nas diferentes políticas sociais, o que compromete o acesso aos direitos sociais por parte da classe trabalhadora. Na concepção de Boschetti (2012) para honrar rigorosamente o pagamento dos juros da dívida pública, o Estado brasileiro deve aumentar o superavit primário, tendo como consequência a redução dos recursos públicos voltados para o financiamento das políticas sociais.

Sob a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Estado brasileiro vem implementando uma política econômica totalmente voltada para atender as necessidades do capital portador de juros. Isso implica em praticar a imposição dos mais violentos ajustes fiscais, assim como a implementação de duras contrarreformas. É a partir dessa opção que “Honrar os juros e encargos da dívida é uma política pública obrigatória nos textos legais e estão vinculadas à soberania do país, enquanto a não obrigatoriedade ronda todas as demais políticas públicas de cunho socializante em que os cortes aparecem sempre no social (VIANA, 2014, p.53). Como pode ser constatado, a política de austeridade fiscal adotada pelo Brasil nas últimas décadas tem inviabilizado a implementação de políticas sociais previstas na Constituição Federal de 1988, como saúde, educação, assistência social, dentre outras políticas capazes de manter e ampliar o acesso aos direitos sociais por parte da população brasileira. Para saldar rigorosamente os compromissos com o capital financeiro, o Estado brasileiro descumpre, de forma sistemática, o cumprimento da implementação dos direitos sociais que estão previstos na atual carta constitucional.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada para pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, esse tipo de pesquisa procura entender uma dada realidade, a partir da compreensão das relações existentes entre diversos atores que vivem socialmente. Para a realização dessa pesquisa utilizar-se-á de um estudo bibliográfico, a partir da seleção e leitura de diversas obras e autores que tratam do tema proposto. Nessa perspectiva, destaca-se a importante tarefa de realizar um bom levantamento bibliográfico, se utilizando de livros, revistas e outros documentos impressos ou eletrônicos. Segundo Lakatos; Marconi (1992, p. 44) “a pesquisa



bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, [...]. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica”.

Ainda segundo Miotto; Lima (2007), a pesquisa bibliográfica se apresenta como um fundamental procedimento metodológico no processo de produção do conhecimento científico, sendo capaz “[...] de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas”. (MIOTTO; LIMA, 2007, p. 44).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A CRISE DO CAPITAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1970 E AS ORIENTAÇÕES DE CUNHO NEOLIBERAL COMO SAÍDA PARA A CRISE

Para discutir como o capital tem se apropriado do Fundo Público no Brasil e os desdobramentos dessas ações, é necessário primeiramente compreender como a crise de 1970 impactou a economia, tendo por consequência o rompimento com a fase capitalista conhecida como Estado de Bem-Estar social e o surgimento de uma nova fase, o neoliberalismo.

O capitalismo, que até então atravessa seus “anos de ouro”, começou a apresentar problemas, segundo Behring e Boschetti (2009), no final da década de 1960. Isso fez com que o crescimento econômico desacelerasse e a situação de pleno emprego, assim como das políticas sociais de perfil social-democrata perdessem a sua hegemonia.

A rigor, já nos finais da década de 60, as economias centrais começam a apresentar sinais de declínio do crescimento econômico, evidenciando o início da saturação daquele padrão de acumulação. A queda das taxas de lucro, as variações na produtividade, o endividamento internacional e o desemprego são indícios daquele processo (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011 *apud* FERNANDES, 2008, p.49).

É importante ressaltar que a razão da crise não foi o modelo de capitalismo que obtinha hegemonia neste determinado período histórico. As crises são uma contradição fundante do capitalismo e se apresenta pela contínua ampliação da produção e dos lucros, no entanto, estes não são compartilhados entre os partícipes da produção, pelo contrário, amplifica-se a apropriação privada pelos capitalistas. Tal fato tem por consequência a



concentração e centralização do capital, o crescimento do desemprego, o crescimento da pobreza e a queda das taxas de lucro.

Considerando essa contradição, o Capitalismo se apresenta de forma cíclica, sempre levando a uma crise geral para encerrar e começar um novo ciclo (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011). Para compreender melhor como este ciclo do capitalismo se estrutura, os autores colocam que as fases do ciclo do capitalismo são: um período de prosperidade, uma fase de superprodução, que ocorre por conta do desequilíbrio entre a alta capacidade de produzir e a baixa capacidade de compra da população, fazendo com que as taxas de lucro também diminuam. Isto leva a uma fase de crise e depressão, é neste momento que os investimentos na produção e no comércio são realocados no mercado financeiro ou enviados para o exterior. E, por fim, uma fase de recuperação econômica.

Podemos exemplificar os ciclos do capitalismo ao estudarmos seus 30 anos de expansão após a Segunda Guerra Mundial. Behring e Boschetti (2011) afirmam que os “anos de ouro” do capitalismo foi um período de altas taxas de lucro para as empresas, políticas sociais para os trabalhadores e de maior intervenção do Estado na economia, esta intervenção estatal apontava para dois objetivos: pleno emprego e maior igualdade social através da geração de empregos através da produção de serviços públicos, entre eles as políticas sociais. Houve, então, melhoras significativas na qualidade de vida dos trabalhadores que passaram a ter acesso ao consumo e ao lazer, assim como um sentimento coletivo de estabilidade no emprego causado pelo pleno emprego que existia nessa época, no entanto, todas essas melhorias acabaram por desmobilizar a luta dos trabalhadores. Contudo, esta fase capitalista conhecida como *Welfare State* começa a dar sinais de esgotamento a partir dos anos 1960 por vários fatores, entre eles, o avanço das tecnologias poupadoras de mão de obra que causaram um desemprego estrutural, a queda nas taxas de crescimento e na capacidade do Estado de mediar as relações entre capital e trabalho, além do crescimento das dívidas públicas e privadas que culminaram em uma recessão mundial nos anos de 1970.

De acordo com Behring e Boschetti (2009), a causa da crise da década de 1970 foi a superprodução, a grande capacidade de produção não encontra mercado consumidor causando um desequilíbrio econômico. As tentativas keynesianas de superação não tiveram êxito, ocasionando o dilema contemporâneo do capitalismo: recessão e inflação. Essa conjuntura



ofereceu condições para o despontar do neoliberalismo conservador na Europa e Estados Unidos em 1980, com políticas que objetivavam apenas a restauração do lucro. E para tal, desenvolve estratégias que são opostas ao pacto social do keynesianismo: aumento da exploração da força de trabalho, envio de capital para outros países, diminuição de investimentos na produção e no comércio ao passo que se eleva os investimentos no capital financeiro. Além disso, os Estados nacionais se abriram para o capital especulativo, e para isso - principalmente nos países periféricos - os governos abandonaram suas medidas protecionistas e diminuíram os gastos estatais a fim de gerar o superávit primário e, dessa forma, poder captar recursos para pagar o capital financeiro especulativo (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011).

Entre as estratégias neoliberais para superar a crise do Estado intervencionista, segundo Anderson (1996), era a presença de um Estado mínimo no que tange às políticas sociais e à intervenção econômica e ao passo que deveria intervir na mobilização dos sindicatos e da organização dos trabalhadores enquanto classe que, conforme o pensamento neoliberal, dispunham de um excesso de poder e privilégios por meio das políticas sociais. Como exposto por Behring e Boschetti (2009), para tolher a mobilização operária o neoliberalismo se utilizou da formação do exército industrial de reserva, que desencadeou um processo de desorganização política da classe trabalhadora, assim como da regressão dos direitos sociais já garantidos para esta população.

Anderson (1996) afirma que o neoliberalismo surgiu próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial, como uma resposta contrária ao Estado de Bem-Estar Social, no entanto, o amplo crescimento econômico dos “anos gloriosos” impossibilitara a expansão deste conceito, assim, com a crise iniciada na década de 1960 ofereceu as condições necessárias para o avanço desse ideal.

Os conceitos neoliberais determinam que o Estado não deve impor limites ao mercado, garantindo assim, liberdade econômica, dessa forma, a política neoliberal tem por objetivo defender a moeda, garantir a estabilidade dos preços e a livre concorrência por meio da desregulamentação e da flexibilização (Filgueiras,2006).

A perspectiva neoliberal tem como objetivo identificar a parcela mais pobre da população para criar formas de proporcioná-los alguma “melhoria social”, mas não de forma



universal, por isso, a única função das políticas públicas deve ser a redução da indigência (Sposati, 2011).

De acordo com Filgueiras (2006), a partir das políticas sociais, o neoliberalismo não procura diminuir as desigualdades sociais. Pois, os teóricos neoliberais acreditam que a diminuição das desigualdades acomoda os beneficiários da política e desencoraja a competição. Portanto, quando os capitalistas reconhecem a necessidade de alguma ação na área da assistência, as ações são voltadas para o indivíduo conforme a proposta de “renda mínima” de Friedman.

Ao reduzir os gastos com políticas públicas ocorre a substituição das políticas sociais por programas de combate à pobreza, estabelecendo a focalização em detrimento da universalização. Da mesma forma que a privatização dos serviços sociais também se apresentam como consequência desse corte de recursos, seja na forma de contratação direta, seja na precarização do serviço que obriga que as pessoas os comprem de forma privada, pela inserção de empresas privadas na gestão pública ou por meio da transferência de responsabilidade para organizações filantrópicas (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011).

Filgueiras (2006) destaca os governos de Thatcher e Reagan, na Inglaterra e Estados Unidos. Tais governos ampliaram a taxa de desemprego a fim de desqualificar os sindicatos, reduziram os gastos sociais e realizaram uma reforma fiscal que estabeleceu a redução da cobrança de impostos sobre os rendimentos mais altos. Em alguma medida é possível afirmar que foram bem-sucedidos, no entanto, os gastos que o Estado teve com o Estado de Bem-Estar Social não diminuíram com as novas estratégias capitalistas, isto porque, havia grandes gastos com desempregados, aposentados e com a dívida pública.

A nova face do capitalismo que estava surgindo neste contexto - o neoliberalismo - não possuía ideais apenas de cunho econômico, mas tinha pensamentos de cunho ideológico, pois, além de serem propagadas ideias anticomunistas, reforçadas pelo contexto histórico da Guerra Fria, havia um forte empenho de convencer a sociedade em geral de que as medidas neoliberais eram as corretas para controlar a economia mundial. O neoliberalismo “trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (ANDERSON, 1996, p. 12).



Destarte, a guerra fria foi um dos principais instrumentos para essa doutrinação ideológica capitalista, utilizando - se de uma narrativa que separava as visões políticas entre “os bons e os maus” para conquistar a hegemonia popular, consolidada com a queda do Muro de Berlim. Evento este tão simbólico que alguns economistas chegaram a defender que aquele “era o fim da história”.

De acordo com Biagi (2007), o medo da expansão comunista já existia desde antes do fim da Segunda Guerra Mundial. No entanto, após o fim da guerra, se fortalecia no imaginário público - sobretudo pela propagação do governo norte americano - a ideia de que a União Soviética era um agente agressivo e expansionista do comunismo mundial. Isto é, possuíam a intenção de impor uma dura política de dominação mundial e, por isso, deveria ser combatida. A queda do Muro de Berlim em 1989 e a dissolução do império soviético em 1991 fez com que os pensadores capitalistas entendessem que este inimigo a ser vencido não existia mais.

Apesar de ainda existir continuação para história e a possibilidade de superação para o capitalismo, as diferenças do embate contra a social-democracia e contra o “campo socialista” demonstra a intencionalidade das ações para o desaparecimento dos pensamentos socialistas. A social-democracia foi enfrentada pela evolução do próprio capitalismo a partir de uma reestruturação produtiva, no entanto as esquerdas do mundo inteiro foram enfraquecidas.

A “reforma do Estado” tem cunho político, econômico e ideológico e tem por objetivo abalar as estruturas da Social-Democracia, subtraindo os direitos conquistados pela classe trabalhadora. Tais ajustes estruturais que os Estados nacionais se submetem vem a partir de orientações e exigências das instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) para que os países recebam empréstimos e investimentos produtivos, e assim, tomar parte na dinâmica do capitalismo mundializado (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011).

Uma das consequências mais significativas da internacionalização, do ponto de vista político, reside no fato de que as forças produtivas ultrapassaram os limites do próprio Estado nacional, fato que foi protagonizado pelo desenvolvimento das empresas transnacionais, que passaram a produzir mais-valia simultaneamente em vários países, esquivando-se do controle das políticas estatais regionalizadas. Na realidade, os limites da intervenção estatal confrontaram-se com a ruptura dos limites nacionais operada pelas empresas multinacionais, que se instalaram em todo o mundo



(FERNANDES, 2008, p.51 *apud* MANDEL, 1990, p. 11-12, BELLUZZO e COUTINHO, 1982, p.9-11).

Os países denominados como “em desenvolvimento” serviram como propulsores para que os países de capitalismo maduro se desenvolvessem ainda mais, sem obter vantagens neste processo. Um exemplo disso é que ao mesmo tempo que os Estados Unidos eram beneficiados pelo mercado de petróleo, os países periféricos se prejudicaram por conta dos altos preços dos produtos importados (FERNANDES, 2008).

Dessa forma, um contingente significativo de países periféricos transformou-se em campo de absorção de investimentos produtivos, contribuindo para que o capital se reproduzisse a uma taxa de lucro mais elevada e num ritmo mais intenso, modificando, com base nisso, a condição de países eminentemente exportadoras de produtos primários (FERNANDES, 2008, p.57 *apud* Belluzzo e Coutinho, 1982, p.27).

No que se refere à América Latina, Sposati (2011) ressalta dois grandes marcos no final do século XX que prejudicaram o acesso às políticas públicas, as ditaduras militares e a subordinação ao neoliberalismo do Consenso de Washington. Assim, a autonomia dos países latino-americanos foi subordinada ao FMI, ampliando o compromisso dos países com o Estado Mínimo. E, como consequência, criou-se uma conjuntura de negação de direitos e de crescimento das desigualdades sociais. Concomitantemente, os direitos sociais passaram a ser um mercado lucrativo a partir da privatização - mesmo no campo da filantropia, que ganhou importante destaque na oferta de serviços relativos às políticas sociais. O que além de fragmentar tais políticas, resultou no descompromisso do Estado com o aumento de seu quadro de agentes institucionais.

Para guiar esse processo de adequação, os organismos de financiamento internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Banco Mundial (BM) se reuniram com funcionários do governo americano e economistas e governantes da América Latina no Consenso de Washington. Estabelecendo que os países devedores deveriam cumprir acordos em dez áreas: disciplina fiscal, redução de gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, regime cambial de mercado, abertura comercial, eliminação de controle sobre o investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação de leis trabalhistas e institucionalização da propriedade intelectual.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Logo após, em janeiro de 1993, também em Washington, aconteceu uma reunião com especialistas com o objetivo de propor caminhos para chegar ao êxito do que foi orientado anteriormente no Consenso de Washington. O plano de ajuste se dividia em três fases: a primeira se dirigia à estabilização macroeconômica, destruindo o sistema previdenciário para alcançar o superávit primário MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011). Para gerar o superávit primário o Estado faz uso da redução dos recursos investidos para as políticas sociais, prejudicando a sua execução, provocando a privatização e a desqualificação desses serviços que são direitos garantidos à população. “A crise econômica requereu, assim, medidas de ajustes, necessárias ao processo de reestruturação da economia, mas que intensificaram as relações sociais” (FERNANDES, 2008, p.55-56).

A segunda fase se refere às reformas estruturais a partir da desregulamentação dos mercados, a liberalização financeira e comercial e as privatizações. Por último, a terceira fase diz a respeito dos investimentos e crescimento econômico. Todas essas ações têm por fim último gerar o superávit primário, necessário para garantir o pagamento da dívida externa e aumentar a taxa de juros que paga o capital financeiro. As consequências para a classe trabalhadora vêm através da restrição de direitos trabalhistas e sociais (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011).

Ao passo que fortalece a hegemonia neoliberal e consolida, de fato, a mundialização do capital quando incorpora os países do antigo Bloco Soviético ao mercado capitalista. A entrada dos países do antigo Bloco Soviético na economia capitalista foi uma grande ferramenta neoliberal, abrindo-se para o setor econômico um novo campo a ser explorado. Os países que faziam parte do Bloco Soviético passaram a fazer parte da economia capitalista, abrindo assim um novo mercado consumidor para escoar as mercadorias excedentes na crise. Além de um novo contingente de força de trabalho qualificada, pois estes países ofereciam educação à população, e de mão de obra barata, pela ausência de leis trabalhistas (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011).

Tanto a entrada do Bloco Soviético no mercado produtivo como os acordos com os “países em desenvolvimento” através das agências internacionais levou a história a um novo estágio, a globalização. Este fenômeno conhecido como globalização é, para Filgueiras (2006), a radicalização de todas as características do neoliberalismo. Principalmente no tocante ao

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 9 de 18



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





livre mercado, porque ao se mundializar, o capital fica praticamente livre dos limites impostos pelos estados nacionais. Isto favorece a concentração de capitais e o domínio de poucas empresas em cada vertente de produção. Assim, a esfera financeira ganha um papel de destaque nas engrenagens capitalistas através do capital fictício, que será abordado posteriormente neste trabalho.

O AJUSTE FISCAL PROMOVIDO PELO ESTADO BRASILEIRO E O PAPEL DA DÍVIDA PÚBLICA NA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA O CAPITAL FINANCEIRO

Na seção anterior discutimos as estratégias neoliberais em um contexto mundial, agora, daremos maior enfoque para as ações do Estado Brasileiro no que se refere à realização do ajuste fiscal e da transferência de recursos públicos para o capital financeiro.

O cumprimento das orientações neoliberais, o Estado tende a transferir os recursos do fundo público para o capital financeiro e, para explicar como essa se dá essa dinâmica, Behring e Boschetti (2011) apontam que a aplicação do fundo público sofre um tensionamento desproporcional, demonstrando as contradições da sociedade de classes, de um lado trabalhadores lutando por investimento em políticas públicas e de outro, o capital garantindo que o Estado financie seu processo de acumulação. As autoras apontam que atualmente o fundo público é um importante participante da formação das taxas de lucro, isto revela a fragilidade do capitalismo que se mostra incapaz de se autorreproduzir, conforme pregam seus teóricos.

O fundo público contribui decisivamente para acentuar ainda mais a acumulação da riqueza das classes capitalistas em detrimento da destinação de recursos necessários à efetivação dos direitos sociais assegurados pela legislação brasileira. Para Behring (2008), estratégias têm sido criadas no sentido de redimensionar o fundo público com vistas a garantir as condições objetivas adequadas à produção e reprodução do capital. Esse direcionamento tem contribuído para a redução dos recursos públicos alocados para o atendimento das demandas do trabalho provocando "[...] desproteção e barbarização da vida social,



considerando que este é o mundo onde não há emprego para todos, donde decorre a perversa associação entre perda de direitos e criminalização da pobreza” (BEHRING,2008, p.46).

Conforme Silva (2011), o Fundo Público é composto por recursos provenientes do trabalho excedente, ou seja, da mais-valia extraída da exploração do trabalho alheio e dos tributos, que no Brasil é regressivo e sobrecarrega a classe trabalhadora. E, para capturar esses recursos, o capital tem usado do desmonte das Políticas Sociais e da financeirização da Seguridade Social, é nesta circunstância que o Fundo Público é apropriado pelo Capital Portador de Juros - através do Capital Fictício, que é a forma mais fetichizada do Capital Portador de Juros e que tem na dívida pública sua principal atuação.

Salvador (2011) define o fundo público como a capacidade que o Estado tem de mobilizar recursos a fim de intervir na economia, independente do meio que se utiliza para isso: política monetária e fiscal ou pelo orçamento público. No entanto, um dos papéis do fundo público nos dias atuais é a transferência de recursos públicos para o Capital Portador de Juros por meio de juros e da amortização da dívida pública. O conceito de Capital Portador de Juros é definido como “umas das formas em que ocorre a transformação do dinheiro como expressão autônoma de um montante de valor em capital, isto é, no valor cujo objetivo é conservar e gerar mais valor” (Salvador, 2011, p.101) e na prática funciona da seguinte maneira: O dono do dinheiro, interessado em valorizá-lo como Capital Portador de Juros, lança-o na circulação, tornando-o capital para si e para outros. Assim, o transfere com o valor que possui (valor de uso), para criar a mais valia (retornando para quem o despendeu inicialmente). Ou seja, não é dado em pagamento nem vendido, mas emprestado na condição de -após um prazo- voltar ao seu ponto de partida como mais valia acrescida sob forma de juros, portanto, mesmo improdutivo, tem papel essencial na circulação do capital industrial.

Silva (2011) explica este processo dizendo que o valor de uso do Capital Portador de Juros é sua utilização para impulsionar a produção de valor para que compre meios de produção e matéria prima, para que ao fim do processo de produção se adquira uma nova mercadoria, com valor acrescido pelo trabalho vivo (mais-valia) que retorna ao capital por meio dos juros.

Ainda, segundo Salvador (2011), o Capital Portador de Juros é alimentado pelos juros da dívida pública e pelas amortizações, que é o perdão das dívidas que determinadas empresas



possuem com o Estado. Da mesma forma, as instituições investidoras, como os fundos de pensão, os fundos coletivos de aplicação e a sociedade de seguros e bancos, são instrumentos de captação de recursos do fundo público, que deveria ser destinado para a seguridade social, para o mercado financeiro. Destarte, o Capital Portador de Juros é alimentado pelo Capital Fictício, que é uma ilusão social e não contribui em nada para a produção ou circulação da riqueza. O autor aponta três formas de Capital Fictício: dívida pública, o capital acionário e o capital bancário. Assim, O fundo público transfere altos valores para esses rentistas, o que restringe as políticas sociais e dificulta o crescimento econômico por concentrar riqueza e renda, não diferindo da histórica utilização do fundo público para socorrer as instituições financeiramente falidas durante as crises bancárias, com impostos pagos pela classe trabalhadora, causando o pressionamento das políticas sociais, especialmente as de seguridade social, que se transformam em “produto”.

Dessa forma, Silva (2011), nomeia este fenômeno como "oligarquia financeira", onde uma parte dos capitalistas vivem dos rendimentos desse modelo de capital. E, nesta conjuntura de mundialização do capital, essa parcela da sociedade orienta política e ideologicamente o Estado. E, de acordo com a correlação de forças que há na sociedade, pleitearão a utilização do Fundo Público em favor de seus interesses.

De acordo com dados da Auditoria Cidadã da Dívida, associação não governamental que se dedica a estudar os custos da dívida pública para a população brasileira, o orçamento federal executado no ano de 2022 pelo governo brasileiro foi da ordem de R\$ 4, 060 trilhões. Desse montante, o Brasil gastou com juros e amortização da dívida o valor de R\$ 1,879 trilhão, o que representa 46,30% de todo orçamento federal, o que significa dizer que aproximadamente metade dos recursos públicos do governo federal executados no ano 2022 foi destinado única e exclusivamente ao capital financeiro. Isso indica que a prioridade do Estado brasileiro é utilizar o fundo público para favorecer, em larga escala, os grandes bancos e especuladores financeiros. No entanto, ao privilegiar tais interesses, implementa-se no país diferentes estratégias voltadas para a liquidação dos direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores.

O avanço da utilização do fundo público em favor do capital financeiro se dá em especial a partir do aprofundamento da dívida pública e dominação dos rentistas em relação



aos Estados nacionais, obrigando-os a se adequarem às orientações neoliberais. De acordo com Behring (2021), a partir dos anos 1990 o Estado brasileiro passou por uma reestruturação a fim de se adaptar a lógica neoliberal, fundamentada pelo ajuste fiscal que tinha o objetivo de “corrigir distorções, reduzir custos, aumentar a eficiência e governança e diminuir o impacto do endividamento” (BEHRING, 2021, p. 168). Esta operação foi orientada para o mercado, com ênfase nas privatizações, no desprezo às conquistas constitucionais, além de ter por principal objetivo o ajuste fiscal.

De acordo com Behring (2021), Fernando Henrique Cardoso foi quem conduziu essa reorientação do Estado brasileiro, primeiramente em 1994 com o Plano Real e depois, em 1995, já como presidente, com o Plano Diretor da Reforma do Estado que apontava a Constituição de 1988 como “perdulária e rígida” e fundamentou todo período de ajuste fiscal permanente no país. Ações baseadas nesses argumentos atingiram diretamente, os já limitados, avanços trabalhistas que o país tinha conquistado durante o processo de modernização conservadora, mesmo que em um contexto autocrático, assim como justifica até os dias de hoje a regressividade dos direitos da classe trabalhadora.

Fernandes (2008) apresenta o seguinte argumento que era utilizado pelo capital: todos são atingidos pela crise, independente de classe. E, para sair da crise, será preciso unir esforços. Possivelmente por essa razão os movimentos sociais que surgiram no Brasil nos anos 90 possuem um discurso salvacionista, de natureza policlassista e suprapartidários. Ou seja, propõem uma aliança entre classes antagônicas.

Se o governo de Fernando Henrique Cardoso foi o expoente deste mecanismo, para Silva (2011), o governo Lula deu continuidade nesta política macroeconômica, tal continuidade se deu pela formação do superávit primário e pela elevação da carga tributária. A política macroeconômica de caráter neoliberal exige a realização de superávit primário como forma de acumular recursos públicos necessários para o cumprimento do pagamento da dívida pública.

Ao longo das últimas décadas, o governo brasileiro tem lançado mão de volumosos montantes de recursos do fundo público para destiná-los ao capital financeiro a partir da amortização da dívida pública e do pagamento de juros. No que tange a dívida pública, Silva (2011) afirma que durante o governo Lula houve uma redução sistemática até o início da crise



de 2009. Isso por conta dos saldos da balança comercial que permitiu que o governo aumentasse suas reservas em dólares e, assim pudesse pagar as parcelas da dívida externa, de maior prazo e menor juros. Contudo, a dívida interna aumenta, com prazos menores e juros mais elevados. Ou seja, o que elevou a dívida interna do país foram os juros exorbitantes e não os gastos com políticas públicas, como divulga o discurso neoliberal.

Com o intuito de minimizar as consequências dos gastos com a dívida no período do governo de Lula, foi criado a Desvinculação de Recursos da União (DRU), que naquele momento permitia a desvinculação de 20% dos recursos destinados às políticas de Seguridade Social, gerando assim, um superávit primário para o pagamento da dívida. Os frutos dessa política econômica para além do agravamento da Questão Social, se dá pela desconstrução dos direitos sociais e a focalização dos programas e políticas sociais existentes (Silva,2011).

É importante destacar que a DRU não foi um mecanismo inventado pelo Governo Petista, mas apareceu em sua proforma em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE) que, segundo a Agência Senado (2000), tinha por objetivo estabilizar a economia brasileira ao oferecer meios para que o equilíbrio fiscal fosse estabelecido permanentemente. Posteriormente, em 1996, esta manobra recebeu o nome de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 2000, com a aprovação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), sob o argumento de que o país ainda não teria alcançado o equilíbrio fiscal.

Behring (2021) traz as estratégias e instrumentos utilizados, após o fim dos governos petistas com o Golpe de 2016, durante o governo de Michel Temer. Entre as mais importantes ações de aprofundamento do neoliberalismo no país está o aumento da porcentagem de recursos públicos transferidos pelo Estado brasileiro ao capital financeiro através da DRU. Com o aumento de 20% para 30%, a DRU ampliou sua capacidade de drenagem dos recursos públicos em favor do grande capital. Com isso, o financiamento da Seguridade Social ficou ainda mais comprometido, na medida que mais recursos foram retirados das políticas sociais e canalizados para o os credores do Estado brasileiro.

De acordo com Behring (2021), os estudos orçamentários demonstram que a Seguridade Social se autossustentaria se seus recursos não fossem realocados através dos instrumentos de desvinculação orçamentária como o Fundo Social de Emergência (FSE), o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a Lei



de Responsabilidade Fiscal, EC do “Teto de Gastos”, entre outros, para se apropriar dos recursos financeiros do Estado, conforme as orientações internacionais. Além disso, existe uma colossal dívida empresarial para com a Previdência Social que, em 2019, estava em torno de R\$ 427,4 bilhões, não sendo considerada relevante pelas instituições competentes, enquanto são cortados os gastos com direitos sociais.

Boschetti e Teixeira (2019) apresentam os seguintes dados: os encargos da dívida acumularam 22,6% em 2018 em relação à 2016, assim como a amortização da dívida acumulou 11,3%, isto demonstra que existe um limite de recursos do fundo público apenas para as despesas com políticas sociais e não alcança o capital financeiro. Dessa forma, a consequência destes instrumentos para as políticas sociais está relacionada à restrição do aumento dos investimentos em saúde, educação, ciência, tecnologia e infraestrutura. Tal medida só não tinha a autorização de atingir as chamadas despesas obrigatórias que incluem a previdência e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), por isso, o interesse na contrarreforma da previdência, com o intuito de destituir direitos através da diminuição dos valores dos benefícios e do alargamento do tempo de contribuição, sempre com a finalidade de cortar gastos. Assim, as medidas neoliberais citadas ao longo deste trabalho fragilizam a concepção constitucional de Seguridade Social ampliada e dificultam o acesso às políticas sociais que na letra da lei são direitos assegurados. Para exemplificar como estes subterfúgios capturam os recursos da seguridade social, as autoras apontam que os valores absolutos dos recursos da seguridade apresentam crescimento até o ano de 2018, exceto 2017, no entanto, isso não implica no avanço das políticas que compõem a seguridade social. Considerando o teto de gastos e a supressão de 30% do orçamento pela DRU, a política de saúde foi a mais prejudicada, pois, obteve uma redução de 3,1% de recursos em comparação a 2015, enquanto assistência e previdência tiveram, respectivamente, um crescimento de 4,4% e 5,1% por conta da vinculação dos benefícios ao salário mínimo e à exigência legal de manter essas despesas, acabando por concentrar os cortes de gastos para as políticas de saúde e criando uma certa urgência em romper com as despesas obrigatórias através de contra reformas que visam a redução do valor e o aumento da dificuldade de acesso aos benefícios.

O ajuste fiscal tem sido uma importante estratégia dos governos de plantão para fazer superávit primário e garantir o cumprimento do pagamento da dívida pública. Nesse sentido,



ainda no início do governo golpista de Temer, Boschetti e Teixeira (2019) indicam a aprovação da Emenda Constitucional n.95, de 15 de dezembro de 2016, que estabeleceu o chamado “Teto de Gastos”. Trata-se de um instrumento que impunha um limite para as despesas primárias durante 20 anos, impactando diretamente os investimentos na seguridade social e as demais políticas, já que a partir desta Emenda Constitucional, a regra de vinculação orçamentária de aplicações mínimas nas áreas de saúde e educação deixou de vigorar. Isto implica na destruição do conceito constitucional de seguridade social ampliada, além de reduzir os direitos sociais enquanto cresce a dificuldade de acesso aos direitos que restaram.

Behring e Boschetti (2011) reiteram que os recursos da Seguridade Social, garantido através dos tributos recolhidos direta e indiretamente e sobre outras fontes da chamada base diversificada da Seguridade Social, tem sido apropriado pelo Governo Federal com o objetivo de criar o superávit primário, estabelecido após o acordo com o Fundo Monetário Internacional em 1998 a fim de garantir ao capital internacional a capacidade nacional de pagar a dívida pública, para tal, transferem os recursos da seguridade social para o mercado financeiro através do pagamento da dívida pública. Portanto, o ajuste fiscal é o instrumento utilizado pela classe dominante para enxugar os gastos com as políticas públicas, e o fazem principalmente por meio das contrarreformas e dos instrumentos de desvinculação orçamentária, enquanto o fundo público é apropriado indevidamente pelo capital financeiro por meio do pagamento de juros, encargos, amortizações da dívida pública e do perdão das dívidas do grande empresariado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que desde a década de 1990, com a consolidação do neoliberalismo no Brasil, os recursos públicos têm sido utilizados para alimentar os lucros do capital através da dinâmica do capital financeiro, assim como pelo perdão das dívidas dos grandes empresários.

Diante do exposto, depreende-se que o permanente ajuste fiscal que existe no Brasil desde a década de 1980 tem o objetivo de produzir superávit primário, a fim de realocar os recursos provenientes das políticas públicas para o mercado financeiro. Por consequência, os



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

cofres dos capitalistas engordam progressivamente, enquanto a classe trabalhadora é duramente atingida pela redução de gastos das políticas sociais, que conduz para a regressão de direitos, tal como para a focalização, atendendo apenas os mais pobres entre os pobres, dificultando o acesso a essas políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs) **Pós Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

BIAGI, O. L. **O IMAGINÁRIO DA GUERRA FRIA**. Revista de História Regional, [S. l.], v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2119>. Acesso em: 28 fev.2023.

Behring, Elaine. Boschetti, Ivanete. Capítulo 5: Política Social no Brasil Contemporâneo entre a inovação e o conservadorismo In: Behring, Elaine. Boschetti, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 147 - 190.

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 44-63.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanentemente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. 1. ed. São Paulo - SP: Cortez, 2021. cap. 7, p. 161 –175

BOSCHETTI, Ivonete Salete; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. O draconiano ajuste fiscal no Brasil e a expropriação de direitos da seguridade social. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. **Crise do Capital e Fundo Público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. 1. ed. São Paulo - SP: Cortez, 2019. cap. 3, p. 67-97.

Filgueiras, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. Em publicação: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006.

FERNANDES, Ana Elizabete Simões de Mota. A cultura social em tempo de crise: A cultura da crise no Brasil. In: FERNANDES, Ana Elizabete Simões de Mota. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2008. cap 2, p. 99 - 116.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia do trabalho científico. 4 ed.: São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 17 de 18



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. A (contra)reforma do Estado no regime de acumulação flexível (pós-1973). In: MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 5, cap. 2, p. 180-211.

SALVADOR, Evilasio. Crise do capital e o socorro do fundo público. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 35-63.

SILVA, Giselle Souza. **Dívida pública e política social no governo Lula: fundo público sob o jugo do capital portador de juros**. Ser social: revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, v. 13, n. 28, p. 81-103, jan./jun. 2011.

SPOSATI, Aldaiza. **Tendências latino-americanas da política social pública no século 21**. Revista Katálisis, Florianópolis -, v. 14, ed. 1, p. 104 - 115, jan/jun 2011.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 18 de 18



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

COOPERATIVISMO DE PLATAFORMAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA – SP

Fernanda Teodoro Delfino - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Paranavaí, fernandadelfino85@gmail.com

André Luís de Castro - Orientador
Unespar/*Campus* Paranavaí, ancastro@gmail.com

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

O cooperativismo é o termo que descreve a articulação de trabalhadores em uma organização regida por gestão democrática, que inclui a divisão dos lucros. As plataformas digitais têm sido a forma de unir essa organização com a tecnologia, proporcionando a interação de produtos e serviços para as pessoas. Para o Observatório do Cooperativismo de Plataforma (OCP, 2021), o cooperativismo de plataforma é um movimento que agrega as oportunidades oferecidas pelas tecnologias digitais com os princípios cooperativistas

A discussão sobre o cooperativismo de plataformas teve origem no meio acadêmico, no grupo de pesquisa liderado pelo professor Trebor Scholz, da Universidade The New School em Nova York. O cooperativismo de plataforma propõe um novo modelo de organização baseada em princípios do cooperativismo e implementada por meio de plataformas digitais (Scholz, 2016; Grohmann, 2018).

Segundo Chiarello (2010) podemos distinguir o cooperativismo em duas grandes vertentes: tradicional e popular. De acordo com Cruz 2006, o cooperativismo popular se dá pela gestão de forma autônoma pelos trabalhadores em que as tarefas de trabalho, a propriedade e os meios de produção, todos os conhecimentos gerados e o poder de decisão são compartilhados. As cooperativas populares em sua maioria é composta por trabalhadores marginalizados economicamente, onde seu capital é muitas das vezes esta a disposição e o esforço do trabalho, estes resultam na estruturação da economia solidária. (Oliveira, 2013). O

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 1 de 18



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





cooperativismo de plataforma tem mais semelhanças com o cooperativismo popular, pois envolve a participação ativa dos cooperados, promovendo a autogestão. Sua democracia interna é alcançada por meio de assembleias gerais democráticas. Seu caráter social visa melhorar as condições de vida dos cooperados, buscando linhas de crédito oficiais e crédito solidário. Também estimula a formação de trabalhadores politécnicos e adota uma estrutura organizacional de planejamento que parte de baixo para cima, ou seja, dos trabalhadores para a parte estratégica. Além disso, possui maior transparência nas informações da cooperativa para seus associados. No entanto, apresenta maior fragilidade no mercado, devido à sua limitada capacidade de capitalização.

Quando pensamos no cooperativismo de plataforma, seu foco principal é permitir que a tecnologia, aliada a uma abordagem cooperativista, proporcione soluções mais eficientes e eficazes para a sociedade como um todo. (OCP, 2021). O cooperativismo de plataformas pode preencher lacunas relacionadas a questões sociais no mundo do trabalho e, conseqüentemente, estão ligadas a problemas públicos e políticas públicas. Raeder (2015), propõe que o ciclo de políticas públicas é uma ferramenta analítica que contribui para facilitar o processo de identificação de problemas, formação da agenda decisória, desenvolvimento de programas, implementação de políticas e monitoramento e avaliação das ações implementadas. Portanto, é importante compreender como os problemas públicos são reconhecidos e entram na agenda governamental para se tornarem políticas públicas.

Este projeto de iniciação científica tem como objetivo entender como o cooperativismo de plataformas surgiu na agenda pública brasileira. Para isso, foi analisado o caso pioneiro do município de Araraquara-SP, que criou o aplicativo de transporte “Bib Mob” por meio de um programa de estímulo ao cooperativismo. Esse aplicativo permite a busca por motoristas baseada na localização e por ser uma cooperativa de trabalhadores promovida pelo setor público repassa parte maior dos resultados financeiros para os motoristas. Os objetivos específicos dessa pesquisa incluem: Identificar os atores participantes das iniciativas de cooperativismo de plataformas; investigar os desafios e oportunidades dessa inovação para a administração pública; identificar orientações gerais para programas públicos de estímulo ao cooperativismo de plataformas.



O cooperativismo de plataforma está relacionado a uma inovação organizacional e tecnológica no setor de serviços permitindo a criação de cooperativas que oferecem transportes com maior renda para os motoristas e custos reduzidos para os usuários. Essa inovação possibilita um modelo de negócios de serviços sem a intervenção das chamadas “*Big Techs*”. Compreender o caminho dessas inovações é importante para entender como outras podem ser introduzidas no setor público, facilitando seu estímulo por meio de programas e ecossistemas de inovação. Esse estudo contribuirá com futuros mapeamentos nos municípios do estado do Paraná.

Este artigo foi estruturado da seguinte maneira: inicialmente apresenta-se os conceitos teóricos básicos sobre o ciclo de políticas públicas, a agenda, e o cooperativismo de plataforma, a partir disto, foi apresentado o caso do município de Araraquara – SP. Posteriormente, foi realizada uma análise dos dados levantados. Por fim, foram apresentadas as considerações finais

MATERIAIS E MÉTODOS

COOPERATIVISMO DE PLATAFORMA

Segundo Scholz (2016), o cooperativismo de plataforma é uma vertente dos costumes individuais dentro da economia de compartilhamento, como evidenciado pela rivalidade de empresas como a Uber e a Amazon, trata-se de uma força global e em massa em prol a ideia de construção de pontes digitais, atendendo a demanda de pessoas que procuram serviços e aquelas que podem oferecê-los.

Conforme Diniz (2020) a economia de compartilhamento se dá pela rede de confiança estabelecida entre desconhecidos, estas relações sociais permitiram toda uma estruturação dessa rede de compartilhamento de serviços iniciando por locação de imóveis e cômodos por um tempo determinado, a exemplo o Airbnb e posteriormente pelo serviço de transporte remunerado privado, como na plataforma da Uber.



Para Andrade (2023), tem sido uma grande inovação a rede de compartilhamento pois traz uma economia sustentável ao meio ambiente, fazendo tendência a esta prática, a fim de combater o consumo demasiado das sociedades com o consumo compartilhado amenizando além dos impactos socioambientais, os custos, otimizando tempo e ofertando um mundo melhor.

A economia do compartilhamento inovou a forma de consumo, que impactou totalmente na forma do indivíduo viver. (Andrade 2023). Na economia do compartilhamento, as pessoas se tornaram ativos e, por sua vez, as empresas atuam em todos os aspectos dessa “economia de demanda” para otimizar a vida das pessoas, desde suas casas, carros, lazer e especialmente, o tempo. (Scholz, 2016).

Desta forma, esta seção discute o cooperativismo de plataforma, a fim de compreender qual o papel da administração pública nos desafios contemporâneos.

Para Scholz 2016, o cooperativismo contribui para construção de uma nova forma organizacional, econômica e social, estabelecendo “pontes digitais”. O que se relaciona com as demandas que surgem na agenda pública. Com a globalização, surgem contingências rotineiras que exigem que as organizações se adaptem à gestão da complexidade, ao aumento da capacidade de aprendizagem e à diversidade, resultando em um cenário impreciso e volátil. (Ulrich,1998).

O cooperativismo de plataforma tem o objetivo de transformar a estrutura de um dos fundamentos do sistema capitalista, que são as especificidades dos meios de produção. Por meio da aplicação dos valores do cooperativismo de plataforma, como coletividade e reciprocidade, busca-se uma mudança sustentável entre os trabalhadores e (Silva 2020).

O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO DE AGENDA

Para Capella (2017), a formação da agenda trata-se de trazer questões que buscam se tornar prioridades para a governança, podendo esta ser em qualquer instancia social como educação, economia, urbanização, saúde e bem-estar social.

Raeder (2015, p.130), com base no trabalho de Secchi (2013) e Sjoblom (1984) aborda o ciclo de políticas públicas, desenvolvendo os seguintes tópicos: (a) Percepção e definição de



problemas; (b) formação de agenda decisória; (c) formação de programas; (d) implementação das políticas; (e) monitoramento e avaliação das ações.

Para Secchi (2013), o primeiro tópico é a percepção de que existe um problema público e delimitá-lo, a fim de compreender como é constituído e buscar elementos para solucioná-lo. A segunda fase do ciclo é a formação da agenda decisória que é um conglomerado desses impasses levantados no tópico anterior vistos como relevantes pelos atores que estão cercados por estas políticas (Raeder,2015).

Conforme Secchi (2013) existem três tipos de agendas: (a) agenda da mídia; (b) agenda sistêmica ;(c) agenda institucional. A princípio a agenda de mídia refere-se a impasses que receberam grande atenção dos meios de comunicação e podem impactar fortemente as outras agendas. A agenda sistêmica ou também conhecida como agenda política é caracterizada por um conglomerado de problemas que pede intervenção pública segundo a sociedade ali habitante. Por último, mas não menos importante, temos a agenda institucional também conhecida como agenda formal que se refere a problemas que o governo já decidiu por intervir.

Agentes Visíveis e invisíveis administram a agenda decisória. Os agentes também denominados atores visíveis são: os partidos políticos, a mídia, as comunidades de pressão e outros. Sendo estes responsáveis por definir as prioridades dentro da agenda. Já os atores invisíveis são burocratas e acadêmicos, por exemplo, estes atuam mais presentes em consolidar um leque de opções técnicas para as questões delimitada pelo grupo anterior. (Raeder,2015)

Para Minicucci 2007, o processo de criar uma política pública se dá por meio da interação entre sua criação, implementação e seu processo de avaliação. O processo de Monitoramento e avaliação das políticas públicas pode ser aplicado em três etapas, sendo elas antes, durante e depois. Para Secchi 2013 é a conversão dos processos de interações em ações.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa. Para coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. Para Gil 2008, a pesquisa documental



pode ser compreendida como materiais que não possuem um tratamento ainda analítico como filmes, gravações, diários, documentos conservados em arquivos de órgãos público e privados: cartas pessoais etc. Já as entrevistas semiestruturadas compreende que é estruturada em cima de um roteiro. Foram realizadas duas entrevistas no início de setembro de 2023 com dois agentes públicos da Prefeitura Municipal de Araraquara, do Estado de São Paulo. Sendo estes Gerente do Programa Coopera Araraquara, Vivian Alves Pacheco e a Coordenadora Executiva de Trabalho e de Economia Criativa e Solidária, Camila Capacle Paiva, ambas atuam nos cargos públicos no presente mandato do prefeito Edinho Silva no ano de 2023.

Foram utilizados documentos como legislação e sites oficiais do município estudado e entrevistas semiestruturadas com gestores públicos. Também utilizados dados secundários disponíveis no site do Observatório do Cooperativismo de Plataformas (OCP). Para análise de dados foi utilizada a análise de conteúdo com a criação de categorias analíticas a partir dos dados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cooperativismo de plataforma na cidade de Araraquara, surge dentro de iniciativas da prefeitura municipal de promover o cooperativismo. O aplicativo Bib Mob na cidade de Araraquara foi adquirido pela cooperativa de transporte de Araraquara (COOMAPPA) a fim de buscar melhores condições de trabalho aos participantes da cooperativa, com a participação da prefeitura do município em 2019, esta ação é fruto do cooperativismo de plataforma com o objetivo de facilitar a mobilidade urbana (Jornal de Araraquara, 2021)

A empresa Bib Mob teve seus estudos iniciados em 2015 pelo CEO Leonardo Tavares, na cidade de São Francisco- Estados Unidos, como era o cenário atual de mobilidade urbana mundial. Estruturou um projeto que possibilitasse ganhos econômicos e sociais, que pudesse aplicar este projeto no Brasil. O App da empresa teve sua primeira versão lançada em solo brasileiro no ano de 2019, trazendo um significativo impacto por obter uma vasta categoria no mercado, como a modalidade mototáxi. O projeto do aplicativo foi adotado por prefeituras, cooperativas e empresários a fim de levar condições dignas a motoristas, entregadores



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

movimentando a economia local e promovendo o desenvolvimento social. (Bibi Mobilidade Transporte Inteligente 2023).

Além da Bib Mob, outras cooperativas surgiram, segundo o site oficial da prefeitura de Araraquara no dia 12 de junho de 2023, menciona a Cooperativa Motoristas de Araraquara Morada Car, que iniciou seus trabalhos em 2022 buscando através do cooperativismo e a autogestão melhores condições de trabalho. O Ceo Luiz Inside da Morada Car fez a seguinte afirmação sobre o cooperativismo de plataforma:

"O cooperativismo de plataformas de aplicativo veio para unir os motoristas e acabar com a exploração praticada pelos aplicativos internacionais que regem todo o mercado no Brasil. Na cooperativa Morada Car, os motoristas terão um local apropriado para fazer sua alimentação, descanso, atendimentos, dúvidas e orientações para o seu melhor bem-estar". (Prefeitura De Araraquara, 2023)

A Morada Car no cooperativismo e na autogestão de seu trabalho uma saída para que trabalhassem em melhores condições, com remuneração condizente a seu esforço e parcerias para a geração de diferentes tipos de auxílio aos trabalhadores e trabalhadoras. (Prefeitura De Araraquara, 2023)

Toda essa implementação destas políticas públicas tiveram colaboração da Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária (IPECS). Um programa desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Araraquara é a Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária (IPECS), desenvolvido pela coordenação de trabalhos e Economia criativa e solidária (CETECS) da Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo com finalidade de impulsionar a estruturação de forma sustentável de empreendimentos econômicos e solidários. (Prefeitura De Araraquara, 2023)

A Incubadora Pública De Economia Criativa E Solidária (IPECS) surgiu no ano de 2020 por meio do decreto nº 12.338/2020 que instaura a lei municipal nº7.145/2009, que estabelece a política municipal de trabalho e economia solidária no município. Com vínculo com a CETECS, a IPECS firma vínculos com a UNESP por meio do Núcleo de extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (NEPESC), bem como, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) a fim de promover o desenvolvimento de ações no

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 7 de 18



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





processo de incubação, estruturação, e sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários (Prefeitura de Araraquara, 2022)

Segundo o decreto nº 12.338/2020 no artigo 2, nas IPECS serão desenvolvidos, prioritariamente, ações nas seguintes áreas:

- I- Formação e incubação;
- II - apoio à capacitação técnica, tecnológica e profissional;
- III - apoio à constituição de espaços de intercâmbio e de redes solidárias de produção, consumo, comercialização, conhecimento e informação;
- IV - Apoio à pesquisa, inovação, desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas à finalidade do negócio;
- V - Assessoria técnica nas áreas de associativismo, cooperativismo, gestão financeira, contábil, econômica, jurídica, organização da produção, desenvolvimento de produtos, comercialização, cidadania, gestão coletiva/autogestão, relações interpessoais, formação de cadeias produtivas;
- VI - Apoio às políticas de investimento social e ao acesso a linhas de crédito, preferencialmente através das finanças solidárias (fundos rotativos solidários e bancos comunitários de desenvolvimento e cooperativas de crédito);
- VII - possibilidade de utilização, vinculada às estratégias de incubação, de bens públicos a títulos precários e temporário, desde que autorizada pela autoridade competente.

Segundo o portfólio das cooperativas e associações em processo de incubação da prefeitura de Araraquara desenvolvido no ano de 2022 a economia solidária entrou como uma política pública que visa o estímulo do cooperativismo na cidade a fim de reduzir a taxa de desemprego e a desigualdade social, bem como criar oportunidades de renda e o aumento da empregabilidade como enfrentamento da presente crise econômica no ano de 2022 (Prefeitura De Araraquara, 2022).

A cooperativa de transporte de Araraquara contou com ajuda da secretaria de economia solidaria e criativa através do projeto coopera Araraquara que funciona como uma incubadora de cooperativas, apesar de inicialmente terem participado do projeto, optaram por seguirem independentes. (Grohmann 2022)



A cooperativa então decidiu aderir a uma plataforma digital chamada Bibimob, que não teve suas gênesis nem pela cooperativa, bem menos pelo município. A Bibimob é um aplicativo que foi criado na região de San Francisco, este funciona por modelo de franquias (Grohmann 2022).

A prefeitura trouxe a relação com o app Bibimob através de um projeto denominado “app da cidade” que busca ser o app oficial do município. Apesar da adesão contratual ter sido realizada pelo município e relação direta com os princípios de cooperativismo, a apropriação tecnológica desenvolvida é privada, ou seja, não é uma plataforma de propriedade do poder público ou dos trabalhadores, esta relação se deu por meio de um projeto da empresa chamado “App da Cidade”. O projeto pretende que o BibiMob seja o aplicativo oficial do município a partir da criação de cooperativas e relação com políticas públicas. (Grohmann 2022).

Foram entrevistados dois agentes públicos da Prefeitura Municipal de Araraquara, do Estado de São Paulo. Sendo estes a Coordenadora Executiva de Trabalho e de Economia Criativa e Solidária, Camila Capacle Paiva e a Gerente do Programa Coopera Araraquara, Vivian Alves Pacheco, ambas atuam nos cargos públicos no presente mandato do prefeito Edinho Silva no ano de 2023.

A análise da pesquisa busca entender como o cooperativismo de plataformas surgiu na agenda pública brasileira, desta forma foram desenvolvidas 9 perguntas para cada entrevistado. Para tanto, trataremos os entrevistados pelos seus respectivos nomes, Camila Capacle Paiva e Vivian Alves Pacheco.

A primeira questão se refere de onde surgiu a ideia de implementar o cooperativismo de plataforma para uma demanda da agenda pública no município de Araraquara. Para Camila Capacle Paiva isto ocorre pelo longo histórico de implementações de políticas de economia solidária e de cooperativismo, que acontece desde o ano de 2001 quando a prefeitura auxiliou na criação da cooperativa cassa de catadores de materiais recicláveis. Em complemento, Vivian Alves Pacheco coloca que o início se deu através da procura de uma cooperativa de motoristas por aplicativo no início de 2021, com demandas daquele grupo ter um espaço próprio, algumas melhorias nas condições de trabalho, por exemplo como pontos fixos de embarques e desembarques.



Quanto quem foram os principais agentes que conduziram esse processo e como ele se deu. Segundo a Coordenadora Executiva de Trabalho e de Economia Criativa e Solidária:

“O prefeito municipal Edinho Silva foi procurado por alguns motos entregadores que queriam que a prefeitura auxiliasse a buscar alguma forma de sindicato para que eles pudessem criar um sindicato municipal para pleitear direitos trabalhistas que a categoria não tem né, a gente sabe que é uma categoria bastante vulnerável e bastante desprotegida legalmente das leis trabalhistas. Então estes moto entregadores procuraram o prefeito no sentido da prefeitura auxiliar nesta questão foi quando o prefeito apresentou pra eles a ideia de que a prefeitura não conseguiria auxiliar na criação de um sindicato mas que conseguiria auxiliar na questão de uma cooperativa por meio da nossa incubadora e foi quando esta temática começou a se aproximar né então, ele aproximou os moto entregadores da incubadora da economia e solidária e a gente começou esse diálogo de construção é de uma cooperativa de moto entregadores pensando no cooperativismo como uma estratégia de fortalecimento dessa categoria de união dessa categoria de trabalho e também de busca de alternativas de geração de trabalho e renda ao mesmo tempo acontecia um outro movimento aqui na cidade, um vereador procurou também a incubadora né, soube por notícias da criação da incubadora e procurou a incubadora junto com um grupo de motoristas de aplicativo que tinham formado recentemente uma cooperativa de motorista de aplicativo chamada COOMAPPA, então nós também aproximamos o diálogo com esta cooperativa já existente que foi criada fora da prefeitura né, foi criada pelos próprios trabalhadores que organizaram e pleiteando as mesmas questões de direitos trabalhistas e eles entenderam que eles criando uma cooperativa eles poderiam unir forças em busca destes direitos e aí essa cooperativa também de aproximou da incubadora, então foi desta forma que essas duas demandas de cooperativismo de plataforma, então a COOMAPPA uma cooperativa já constituída em 2020 que se aproxima da prefeitura e os motoristas, os moto entregadores que se aproximam com uma demanda de sindicato e que a prefeitura é traz eles pra dentro do projeto de cooperativismo como porta para o futuro e inicia com eles um processo de formação de uma cooperativa.”



Ela pontua ainda que a principal figura neste processo é o chefe do executivo municipal, Edinho Silva tanto para com os motoristas e moto entregadores, como posteriormente assume um papel de protagonista de conduzir os motoristas. Houve também o envolvimento da IPECS, secretária do governo, o próprio secretário de desenvolvimento econômico, também participando os cooperados. Raeder (2015) enfatiza que temos dois tipos de agentes, os invisíveis e os visíveis, estes que por sua vez administram a agenda pública. Observa-se o papel presente dos atores visíveis, que priorizam as demandas dentro da agenda pública. “A gente teve esse movimento dos trabalhadores de aplicativo, no sentido de buscar melhores condições, foi daí que estes grupos foram se organizando num coletivo buscando ajuda da prefeitura” diz a Gerente do Programa Coopera Araraquara, Vivian Alves Pacheco. Entende-se que a agenda pública ela surge de uma carência da população e se torna público aquele impasse, onde o governo junto a sociedade levam em pauta para um novo ciclo de agenda pública do município. Acrescenta a Gerente do Programa Coopera Araraquara:

“ A essa dinâmica eles que procuraram primeiramente a prefeitura o prefeito Mais especificamente e através desse diálogo foi sendo identificado quais eram as primeiras necessidades do grupo a principal delas seria ter um espaço próprio cedido outras com relação as melhores condições de trabalho e a questão que foi sendo construída da possibilidade de apoiar que eles tivessem um aplicativo próprio né primeiro pensando se daria para adquirir ou contratar o desenvolvimento disso até chegou a ser feito a cotação de contos seria e depois descobrindo que seria possível fazer esse desenvolvimento através mesmo da Coordenadoria de Tecnologia da Informação dentro da prefeitura servidores próprios da prefeitura”

Aos serem questionadas sobre se existiram outras iniciativas anteriores que foram inspiração para entrevistada Camila, a prefeitura conta com diversas iniciativas de cooperativismo ligadas ao cooperativismo de plataforma, a criação de aplicativos com a utilização de tecnologia da informação as duas cooperativas citadas acima foram as pioneiras. A mesma salienta que com a criação do projeto cooperativismo como porta pro futuro em 2018, o município começou a ter uma demanda maior na formação de cooperativas já em 2019 o fruto dessas ações resultou em 3 novas cooperativas a cooperativa Vitória multisserviços, a cooperativa Panela Unidas e a Cooper morada que era uma cooperativa na



área de construção civil dessas três a cooper morada não conseguiu se desenvolver, acabou sendo extinta depois no ano de 2023. Para Vivian a construção foi ali junto aos trabalhadores em conjunto a prefeitura, pois era inovador tanto para IPECS quanto para a Prefeitura de Araraquara instalar uma cooperativa e desenvolver uma plataforma digital considerando o cenário de Covid-19 no país.

Segundo a entrevistada Vivian, após a implementação do cooperativismo de plataforma representa que a prefeitura passa a oferecer uma plataforma alternativa aos trabalhadores daquele segmento, mas houve um período que a cooperativa COOMAPPA por conta própria, fez adesão do aplicativo BIBIMOB, por conta de a necessidade de trabalho dos motoristas trabalharem a taxa mais diferenciadas, onde o aplicativo oferecia estas diferentes condições. Inicialmente houve um impacto positivo, mas com o passar dos meses problemas técnicos do aplicativo e internos associativos que desmobilizou os cooperados “foi caindo a demanda e oferta dentro do aplicativo até o momento que ele caiu totalmente desuso” aponta a gerente do programa coopera Araraquara. Posteriormente esta cooperativa se desassocia da incubadora, pois não existia mais o interesse mútuo em continuar, segundo a entrevistada:

“Não havia um atendimento adequado a legislação por parte da cooperativa e a questões que eram necessárias arrumar para poder prosseguir o trabalho adequadamente então problemas de diálogo mesmo nessa relação que culminaram no meio do ano de 2022 na saída da cooperativa da incubadora porém essa cooperativa ela teve um processo de disponibilização interna bem grande e alguns desses dos seus participantes se reorganizaram conversaram novamente com a prefeitura e formaram uma nova cooperativa com os mesmos princípios iniciais de trazer melhores condições para categoria de retomar conversa sobre o aplicativo porque aquele que tinha sido adquirido para ser colocado em uso não tinha dado certo”.

Contrapartida, para segunda entrevistada a mudança visível foi que a prefeitura tem é uma grande aproximação das duas cooperativas, dando ênfase a cooperativa de motorista de aplicativo da controladoria de trânsito do município, que inicialmente era um consórcio, mas atualmente se tornou a Secretária Municipal de Trânsito, Transporte Com Mobilidade Urbana.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Para Scholz 2016, “as pessoas são como ativos, onde as empresas atuam na economia de demanda a fim de otimizar a vida das pessoas”. Quando estas demandas mudam, há a necessidade de reconfiguração das ações políticas implantadas. “eles são ativos enquanto movimento social digamos assim, eles pautam e conseguem quer voz perante o poder público e outros parceiros para representar seus cooperados e até mesmo a categoria como um todo” Salienta a entrevistada Vivian. Estudando o cooperativismo de plataforma pela ótica de Silva 2020, há a estruturação de um fundamento do complexo do capitalismo que tem como desígnio as especificidades dos meios de produção, pela construção dos valores que cercam o cooperativismo de plataforma em busca de uma mudança sustentável aos cooperados.

Quanto as principais dificuldades enfrentadas pelo município a Gestora do Programa Coopera Araraquara expõe que a maior necessidade das cooperativas que procuraram a prefeitura, além da questão das melhores condições de trabalho, é frequentemente a arrecadação de renda para os cooperados e para a incubadora tendo papel de formação existe um processo de capacitação, estruturação, em outras palavras, de construção, sendo este um trabalho contínuo e habitual o que muitas vezes estes resultados esperados demandam maior tempo, o que algumas vezes não é compreendido pelos cooperados que demandam urgentemente da renda e um aplicativo não poderia ser construído e aplicado com a urgência da demanda considerando a realidade apresentada, desta forma, há a importância da participação ativa dos cooperados nas reuniões para assim vencer o desafio tecnológico que o município estava exposto.

Para Camila Capacle Paiva, as principais dificuldades foram em relação a cooperativa Comapa que por conta própria implementou o aplicativo da Bibimob, pensando que iria ficar com 95% do valor da corrida para os motoristas com uma taxa administrativa de apenas 5%, o que ao longo dos meses se tornou insustentável para a manutenção do aplicativo que começou a apresentar problemas de GPS e de operacionalização do cartão de crédito. Com a insustentabilidade na manutenção do aplicativo com a cooperativa contribuindo com apenas 5% do repasse das corridas, houve muitos impasses entre os cooperados “a diretoria toda da cooperativa com exceção da presidente saiu da cooperativa se desfilou e muitos cooperados saíram e aí ao longo de um ano e meio essa cooperativa foi entrando num processo de fim”.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 13 de 18



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





Para os dois entrevistados os pontos fortes do cooperativismo dentro do município de Araraquara é de que o cooperativismo é visto como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento econômico. Sendo “um grande referencial Nacional de cooperativismo de economia solidária” acrescenta a Coordenadora Executiva De Trabalho E De Economia Criativa E Solidária.

Ao que se refere aos resultados desde o momento de implantação do cooperativismo de plataforma junto ao município, a entrevistada Vivian menciona que existe um papel mais ativo das cooperativas junto a incubadora a fim de estruturação de negócio para poder se estabelecer no mercado, além de uma estruturação como grupo das próprias cooperativas. E completa:

“Também enquanto a incubadora né visando o fomento cooperativismo em Araraquara a gente tá com essas duas cooperativas incubadas então elas são o foco do nosso trabalho com relação ao cooperativismo plataforma até porque elas ainda estão em construção né em consolidação buscando os caminhos então é através delas que a gente vai construindo essa temática na cidade, não vieram novos grupos ainda procurar com essa questão de plataforma em específico são esses dois mesmos e nesse momento é o trabalho que está sendo realizado”

Para entrevistada Camila, um dos resultados principais resultados é a criada da cooperativa Morada Express que é a cooperativa composta por motos entregadores que no ano de 2023 fizeram a reformulação estrutural e organizacional, onde a prefeitura cedeu este trabalho de assessoria técnica tanto na área financeira, quanto na implementação de um plano de negócio dando ênfase ao marketing a fim de provocar a entrada da cooperativa de fato no mercado em Araraquara, para além do aplicativo, em outras palavras, eles estão se estruturando enquanto aguardam o aplicativo ficar pronto para uso, “espera que seja lançado ainda esse ano e que dê bastante certo” Aponta Camila.

Ao que se refere às novas iniciativas, movimento em derredor ao cooperativismo aponta a Gerente do Programa Coopera Araraquara, que o pouco período de parceria com o aplicativo da Bib Mob permitiu um alcance sobre a temática do cooperativismo de plataforma a horizontes nacionais. A experiência do município serviu de modelo para outros, tendo



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

gestores do município participando de conferência internacional sobre cooperativismo de plataforma no Rio de Janeiro, encontro Brasileiro no Rio Grande do Sul e oficina para gestores público do governo Federal em Brasília em Julho de 2023. Possibilitando a troca de experiências com outros grupos.

Observa-se que o campo de experiências que Araraquara estabeleceu ao longo dos anos pela implementação ao cooperativismo de plataforma no município, repercutiu a demandas na agenda pública nacional. Ao estudarmos Secchi (2013), compreende-se o processo de elaboração do ciclo de políticas públicas, neste caso houve a percepção dos impasses no município de Araraquara, após entrou para pauta na agenda pública municipal, executaram a formação dos programas e a implementação dessa ferramenta do cooperativismo de plataforma como ação para minimizar estes impasses, e após todo o processo, o recolhimento destas experiências e o monitoramento, fez com que houvesse uma melhor avaliação destas ações, gerando impactos na sociedade local e devo salientar que com este processo, criar assim novas demandas na esfera do ciclo de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi entender como o cooperativismo de plataformas surgiu na agenda pública brasileira, investigando os desafios e oportunidades desta inovação para a administração pública, fazendo a identificação das orientações gerais para os programas públicos de estímulo ao cooperativismo de plataforma. Para isto Foi analisado o caso pioneiro do município de Araraquara, São Paulo.

O cooperativismo de plataforma entrou na agenda de políticas públicas do município de um lado por um histórico de políticas públicas para o cooperativismo desde 2001 e mais recentemente pela busca de trabalhadores do setor de algum suporte da prefeitura municipal para a organização sindical. Esse caso, demonstra a importância da capacidade do gestor público de formular e implementar políticas públicas robustas, que perdurem ao longo do tempo, sejam receptivas às necessidades da sociedade e estejam dispostas a buscar constantemente inovações.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 15 de 18



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





Na implementação do projeto, os resultados apontaram que ocorreram problemas inicialmente no projeto, especificamente no estabelecimento de parcerias entre a cooperativa e a empresa que forneceu o aplicativo de transporte. Após essa situação, os próprios cooperados a partir de aplicativo próprio conseguiram resultado melhor e diferenciado daqueles praticados pelas “*Big techs*”, a exemplo de empresas como Uber e 99. O que implica em maior atenção dos gestores públicos no desenho de novas políticas pública, tanto para a abertura a movimento de trabalhadores como para os recursos necessários. A análise do caso da cidade de Araraquara, localizada no interior do estado de São Paulo contribui para formulação de políticas por municípios paranaenses e de outros estados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Camila Izabel de .**Individual passenger transport: an analysis on the arrival of Uber in Brazil and the main advantages of this sharing economy.** UniALFA, Goiania, Goiás, Brasil,2023.

BIBI MOBILIDADE TRANSPORTE INTELIGENTE, **Serviço De Transporte Por Aplicativo bibi mob** Disponível em: <https://www.bibimobilidade.com/about-3>. Acesso em: 17 de Ago. de 2023.

BRUNS, Axel. **Wikipedia, Second Life, and Beyond: from production to produsage.** New York: Peter Land, 2008.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas Públicas. (Coleção Governo e Políticas Públicas).** Brasília, DF: ENAP.(2017).

CHIARELLO, C. L. FARID, E. **Singularidades na gestão de cooperativas tradicionais e populares: estudo de caso em cooperativas rurais do Paraná.** Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 12, n. 1, p. 98-112, 2010.

CRUZ, A. C. M. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul.** 2006.Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DINIZ, Bráulio Gomes Mendes. **O direito à mobilidade urbana na economia do compartilhamento: regulando com base em dados.** 2020. 155f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

DE OLIVEIRA, Emerson Dias. **O Cooperativismo Popular Como Expressão Da Economia Solidária: Conceitos E Desafios.** Geoinjá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Maringá, v. 5, n. 1 , p. 149-172, 2013

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



GROHMANN, Rafael. O “anti-Uber” de Araraquara: seus avanços e limites. Jornal outras palavras, Jornalismo de Profundidade e Pós-capitalismo.2022 Disponível em:<https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/o-anti-uber-de-araraquara-seus-vancos-e-limites/>. Acesso em:17 de Agosto de 2023.

JORNAL DE ARAQUARA. Araraquara terá seu próprio aplicativo de transporte urbano. Disponível em: (<https://jornaldeararaquara.com.br/araraquara-tera-seu-proprio-aplicativo-de-transporte-urbano/> 2021. Acesso em:17 de Ago. de 2023.

MENICUCCI, Telma. **A implementação da Reforma Sanitária: a formação de uma política.** In: Hochman, G.; ARRETCHÉ M.; MARQUES, E (Orgs.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro; Editora Fiocruz, p. 303-325, 2007

PETINELLI, Viniane. **As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010)** Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política , Minas Gerais, Brasil.2011

PREFEITURA DE ARAQUARA. **Cooperativas e associações em processos de incubação.** Coordenadoria Executiva de Trabalho e de Economia Criativa e solidária em conjunto da Secretária Municipal do trabalho, desenvolvimento Econômico e Turismo. Araraquara, São Paulo, Brasil. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUARA. **DECRETO Municipal Nº 12.338 DE 11 DE AGOSTO DE 2020.**

PREFEITURA DE ARAQUARA. **Morada Car convida motoristas a integrarem a cooperativa.**Disponível:<https://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/trabalho-desenvolvimento-economico-turismo/morada-car-convida-motoristas-a-integrarem-a-cooperativa>. Acesso em:17de ago. de 2023

RAEDER, S. T. O. (2015). **CICLO DE POLÍTICAS: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas.** *Perspectivas Em Políticas públicas*, 7(13),121–146. Recuperado de <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/856>

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de plataforma. Tradução e comentários de Rafael A. F. Zanatta.** São Paulo: Elefante, 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.**2. ed.São Paulo: Cengage Learning 2013.

SJOBLOM, G. **Problemi e soluzoni in politica.** Revista Italiana di Scienza Politica, v. 14, p. 41-85,1984

SILVA, Caroline; CRUZ, Ana; BARBOSA, Marcos; MACHADO, Débora. **Uso do Sistema de Controle Gerencial como Instrumento de Implementação da Estratégia: O Caso de uma Empresa Familiar.** Revista Contabilidade e Controladoria. v. 1, n.1, p. 59-66, jun, 2017.

SILVA, Wallace Antonio Dias. **O SURGIMENTO E FORTALECIMENTO DAS COOPERATIVAS DE ENTREGADORES DE APLICATIVOS NO BRASIL COMO REFLEXO DO COVID-19.** v. 1 n. 2 (2020): Revista Eletrônica Sapere Aude Edição Atual: Vol. Único, n. 2, 2020.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

OCP – Observatório do Cooperativismo de Plataforma. 2021. Disponível em: <https://cooperativismodeplataforma.com.br/> Acesso em: 23 de Mai. de 2023.

ULRICH, Dave. **A new mandate for human resources.** Harvard Business Review. p. 124-134, Jan/Feb 1998.

UYAR, Ali; & KUZHEY, Cemil. **Contingent factors, extent of budget use and performance: A structural equation approach.** Australian Accounting Review. v. 26, p. 91-106, mar 2016.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 18 de 18



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

A CATEGORIA “PAUPERISMO”: ANÁLISE A PARTIR DE APROXIMAÇÕES TEÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL

Jessika Naftali de Andrade da Silva - (CNPq)
Unespar/Campus Paranavaí, naftalijessika@gmail.com

Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção - Orientadora
Unespar/Campus Paranavaí, teone.assuncao@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

A pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no período de setembro de 2022 a agosto de 2023, teve como proposta compreender como a categoria “pauperismo” vem sendo apropriada nas produções teóricas do Serviço Social brasileiro dos últimos cinco anos. É consenso no interior da categoria profissional de Assistentes Sociais, que a Questão Social e suas múltiplas expressões é o objeto de intervenção da profissão, e, recorrente nos dias atuais, se coloca como um problema central no âmbito do Serviço Social. Neste sentido, o aprofundamento dos estudos sobre a categoria pauperismo foi fundamental, uma vez que foi necessário compreendê-la enquanto uma das expressões da Questão Social.

Desde as épocas mais remotas o sistema capitalista vem se consolidando enquanto capaz de ampliar, cada vez mais, a geração de riquezas e sua consolidação é contribuinte para a formação de uma sociedade desigual, vivenciada pela barbárie do empobrecimento. Se de um lado ocorre um desenvolvimento das forças produtivas e o acúmulo desenfreado de riquezas, do outro acirra-se a miséria e a barbárie que atinge diretamente a classe trabalhadora.

Inerente a sociedade capitalista, “pauperismo” e “questão social” é campo fértil de investigação do Serviço social, e se coloca necessário para a contínua investigação da categoria profissional de assistentes sociais. No entanto, o Serviço Social brasileiro vem tratando problemas como os das expressões da Questão Social, procura apreender suas manifestações de formas gerais e, na medida em que reivindica justiça e solidariedade social,

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 1 de 12



dispensa a necessidade de conhecer suas causas na totalidade. Essa perspectiva nos leva a indagar o papel do assistente social em apenas cumprir o que se apresenta pela garantia de direitos jurídicos em torno da profissão, sem questionar as causas estruturais do modo de produção capitalista que produz o pauperismo.

Para a construção do presente texto elencou-se como objetivo analisar sob qual referencial teórico a categoria de Assistentes Sociais apreende a pauperização, destaca, assim, que sua promoção por melhorias tem sido alvo da implementação de políticas sociais, como os Programas de Transferência de Renda. Isto marca um retrocesso onde as articulações são paliativas e traz em sua aparência um teor ilusório frente a “erradicação” da pobreza.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi a pesquisa bibliográfica em obras clássicas, como “O Capital: crítica da economia política”, livro I de Karl Marx; “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, de Friedrich Engels e “O Manifesto Comunista” de Friedrich Engels e Karl Marx, entendendo-se a importância da análise e a interpretação desses materiais.

Foram realizados fichamentos dos últimos materiais citados, que entoam características importantes para o desenvolver da pesquisa. Em síntese, no texto “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” (2008), José Paulo Netto¹ elucida, na nota de apresentação, a essencialidade que cabe a obra de Engels, como um clássico, pela abrangência com que a pesquisa empírica se articula com sua matriz teórica, e absolutamente inovadora, ao ponto de sinalizar, enquanto literatura europeia, os impactos que a “questão social” se fazia presente naquele contexto histórico na Inglaterra. Esta leitura proporcionou maior embasamento frente ao teor que se apoderou da ordem social vigente: a exploração, sinalizava naquele momento os primeiros vestígios do que viria a ser, permeando os próximos anos, uma nova realidade social caracterizada pela desigualdade e barbárie.

Complementando, no “O Manifesto Comunista” (Marx, Karl; Engels, Friedrich, 1998), nos apresenta que desde as mais remotas épocas de toda história, a sociedade

¹ Escritor e professor universitário brasileiro, conhecido sobretudo pela recepção e divulgação de Gyorgy Lukács no Brasil, posteriormente por seus estudos da obra de Karl Marx e também responsável por traduções de textos de autores clássicos como Friedrich Engels e Lenin.



é pautada na história das lutas de classes. Esse antagonismo não foi diferente na era feudal, muito ao contrário, foi nesse período que se acirrou as condições de opressão vivenciada pela sociedade da época, toda etapa de evolução da burguesia acompanhada pelo desenvolvimento político, que se estabeleceu no período manufatureiro enquanto soberania exclusiva no Estado representativo moderno. A burguesia trouxe um ato revolucionário para a sociedade, rasgando o homem feudal de suas ilusões religiosas, políticas e econômica, instaurando a exploração aberta, direta, reduziu as relações humanas em relações monetárias. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção nas mãos de poucos, centralizou a política na mão de um só governo, uma só lei, com base em um só interesse nacional: exploração do proletariado (Marx, Karl; Engels, Friedrich, 1998). Baseado no antagonismo entre as classes - dominante e oprimida - o desenvolvimento capitalista, coloca o proletariado cada vez mais em condições de pauperização.

Fica evidente que no teor antagonico entre as classes, a opressão da burguesia contra a classe trabalhadora legitimando a concorrência no interior da classe trabalhadora através do trabalho assalariado. Esse assalariamento é pago para atender a reprodução do trabalhador, na medida em que a exploração do homem pelo homem se perpetua através das relações sociais estabelecidas pelo capital (Marx, Karl; Engels, Friedrich, 1998).

Além dessas leituras, com o intuito de atender o objetivo da pesquisa, foi realizado o levantamento de materiais bibliográficos atualizados no trato do objeto proposto, como periódicos QUALIS/CAPES A1 dos últimos cinco anos expostos no item seguinte do nosso trabalho.

Através do aprofundamento sobre a temática, utilizou-se da categoria da totalidade concreta de Karl Marx através do método materialista histórico-dialético, visando fazer uma análise crítica e empírica da realidade social, entendendo que nada está dado, acabado ou estático, mas sim que ao desvelar sua gênese e estrutura é possível compreender que a realidade é dinâmica e se altera no decorrer de sua historicidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

A sobrevivência da humanidade, nunca esteve garantida nas concepções capitalistas, já que a história não é linear, e está em constante movimento, pautada por avanços e retrocessos, ela se expressa unicamente pelas manifestações no antagonismo das classes. Os desdobramentos que nos trazem até aqui, enfatiza as discussões estabelecidas, nos últimos anos, de uma possível erradicação da pobreza. Mas seria possível na ordem capitalista vigente erradicar a pobreza ou o pauperismo?

Tal questionamento nos levou a análise dos aspectos antagônicos do Estado, que se movimenta em atender as demandas da classe trabalhadora, porém, garante a produção e reprodução da estrutura social de dominação, e coloca a pauperização, cada vez mais, constitutiva da própria reprodução do capital, ao se acirrar proporcionalmente a grandeza que se acumula na fase neoliberal. Essas nuances são determinantes para a análise que a erradicação do pauperismo ou até sua regressão, é fato impossível nesse sistema, o que se coloca como real é a regressividade social, não obstante ao papel do Estado, o empobrecimento é naturalizado e posto como consequência do insucesso e incapacidade do indivíduo, no caso a classe trabalhadora.

Os resultados alcançados estão efetivados na análise obtida em relação a apropriação do Serviço Social frente ao pauperismo, e observamos que em sua maioria, evidencia o embasamento teórico fundamentado no materialismo histórico dialético. Nesse sentido faz se necessário retomar em síntese o desenvolvimento capitalista europeu anterior e durante ao século XIX, onde se intensifica a crescente massa trabalhadora exposta a pauperização.

Nosso caminho se volta a dissolução do feudalismo por meados do século XIV, onde emerge uma nova forma de organização comunitária e política, com base em sucedidos acontecimentos como: surgimento da moeda, desenvolvimento das cidades, das atividades comerciais, surgimento das manufaturas, e a concentração do homem nos centros urbanos (Marx, Karl; Engels, Friedrich, 2007).

Marca-se então o desdobramento de novas relações de propriedade, e o homem que antes tinha em sua base o campo, passa a se concentrar nas cidades, buscando melhorias para sua própria sobrevivência. Sendo, assim, exposto a toda exploração que se estabeleceu no interior de tais sociedades: relações sociais que passaram a organizar o trabalho coletivamente, colocando o trabalhador ora para a produção de mercadorias, ora se tornam trabalhadores

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 4 de 12



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

assalariados. Essa crescente onda manufatureira que eclodiu, reforçou a oposição capitalistas que emergiu, dividindo, de vez, os interesses nessa organização: burguesia x proletariados.

É impossível ignorar o fato que em “A Ideologia Alemã” Marx e Engels, destaca que “ o trabalho é, aqui, novamente o fundamental, o poder sobre os indivíduos, e enquanto existir esse poder tem de existir a propriedade privada” (2007), ato que anos após, Marx descreve em “O Capital” a fundamentação do trabalho enquanto essencial para a formação de sociedades e sua importância na própria existência humana. Esse parêntese reafirma o que foi se constituindo no próprio desenvolvimento do capitalismo durante a formação das cidades:

Nas cidades, a divisão do trabalho entre as diferentes corporações era ainda muito incipiente e, no interior dessas corporações, não era nem sequer realizada entre os diferentes trabalhadores. Cada trabalhador tinha de estar habilitado a executar toda uma série de trabalhos e tinha de ser capaz de produzir tudo aquilo que era possível ser produzido com suas ferramentas; o intercâmbio limitado e a fraca ligação das diversas cidades entre si, a escassez de população e a exiguidade das necessidades não permitiam que se instaurasse uma divisão do trabalho mais ampla, e, por isso, cada um que quisesse se tornar mestre tinha de dominar por inteiro seu ofício (Marx, Karl; Engels, Friedrich, 2007).

Denota-se que o capitalismo não surge do nada, mas se constitui enquanto produto de um longo processo histórico de desenvolvimento, onde as forças produtivas colocam o homem em condições de domínio apenas de sua própria força de trabalho, caminhando no sentido inverso ao da fruição da vida como aponta Marx no Manifesto Comunista. Ao contrário do que ocorria em outras formações sociais, na sociedade capitalista a miséria social não decorre da impossibilidade de produção de modo a suprir as necessidades da classe trabalhadora (Netto, 2011).

Fruto da interlocução capital/trabalho, mesmo sendo necessário na produção crescente de mercadorias, o uso da força de trabalho do proletariado não equivale a extração que se dá no ciclo de produção de valor, ficando o excedente, sempre, ao capitalista. Mas, como esse processo interfere na ascensão da pauperização?

As instabilidades que se ascenderam no capitalismo tardio neoliberal, principalmente nos países ditos subdesenvolvidos – em exemplo, a América Latina - acentuou a exploração desses trabalhadores, o deslocamento desses da zona rural para a zona urbana, engendrou importantes núcleos de população não só instável e em situação de pobreza, mas também

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 5 de 12



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

miserável do ponto de vista material e moral, dessa forma, vincula-se necessariamente ao aparecimento e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no mundo da política, intensificando particularidades que os diferenciam da realidade vivida pelos países do centro na década de 80 (Pastorini, 2010).

Dentre essas particularidades, destacamos as demandas encontradas no Brasil por parte da classe trabalhadora, frente a ascensão capitalista com um alto desenvolvimento tecnológico, base da internacionalização do neoliberalismo, acirrando uma população carente de benefícios sociais e implementações de medidas que amenizassem impactos neoliberais. Medidas, essas, colocadas em discussões na atualidade que não trazem elementos ou projetos novos para tal defesa, e a falta de questionamentos leva a normalidade dessas camadas, como já citados, sendo a pobreza fato dado.

Essa regressividade social na atualidade demarca que se de um lado temos a crescente massa de trabalhadores informais, desempregados, precarizados e paupérrimos ao redor do mundo, de outro temos uma emergência frente a concorrência milionária pelo acúmulo do capital, pela privatização e intensificação exploratória da força de trabalho.

Através do conhecimento adquirido durante este período a compreensão que fica evidente, é que o quadro paupérrimo que nos entrelaça, não se formou de forma aleatória na história do capitalismo, ele é fruto da luta de classes, portanto, estrutural ao capitalismo, que se estabelece enquanto um sistema incontrolável na acumulação de riquezas e tem seus equivalentes além das suas próprias necessidades básicas a sua reprodução que se constitui através da exploração da força de trabalho.

Pontua-se assim, nossa reflexão do compromisso interventivo que cabe aos assistentes sociais brasileiros, na busca constante e dialética do inconformismo da realidade vivida, sem perder de vista que a pauperização se agrava na mesma intensidade que progride o capital em sua fase neoliberal. Baseado nessas proposições destacamos no quadro abaixo, periódicos dos últimos cinco anos (2018-2022) que trazem a discussão pobreza no Serviço Social:

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 6 de 12



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Quadro I – Periódicos Qualis/Capes A1 – 2018/2022

REVISTA	ANO	TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES
KATÁLYSIS: Vº 25 N03: Desigualdade, Fome e Produção de Alimentos	2018	Avaliando impactos dos Programas de Transferência de Renda na América Latina;	Maria Ozanira da Silva e Silva / Valéria Ferreira Santos de Almada Lima
KATÁLYSIS: Vº 21 N02: Fronteira, migrações, direitos sociais e serviço social		As transferências condicionadas de renda na América Latina: lenitivos para a pobreza?	Gepherson Macêdo Espínola / Clóvis Roberto Zimmermann
KATÁLYSIS: Vº22 N01: Proteção social no capitalismo contemporâneo: contrarreformas e regressões dos direitos sociais	2019	Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza	Lauro Francisco Mattei
Temporalis: Vº 21 N41: Crise do capital e pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em Serviço Social	2021	Pandemia, crise do capital e o aprofundamento da pobreza da classe trabalhadora	Silvio Aparecido Redon/ Eliane Christine Santos de Campos
Temporalis: Vº22 N43: Luta de classes no Brasil e a ofensiva burguesa em tempos de golpes na América Latina	2022	(DES)financiamento da assistência social no Brasil em tempos de agudização da pobreza;	Gislayne Rocha de Santana / Tatiane Leal Dantas / Weslany Thaise Lins Prudêncio/ Nailsa Maria Souza Araújo
Serviço Social & Sociedade: N145		Contemporaneidade Programas de Transferência Monetária no Brasil: proteger ou mitigar a pobreza?	Maria Ozanira da Silva e Silva

Fonte: a pesquisa, 2023. Elaboração das autoras.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 7 de 12



Observou-se que em sua maioria, contemplam, o embasamento na teoria materialista histórica dialética, destacando a promoção por melhorias nas condições de vida da população, em suma a classe trabalhadora, tem sido alvo da implementação de políticas sociais, como os Programas de Transferência de Renda. Porém, essas implementações estão marcadas pelo retrocesso brasileiro, principalmente pós golpe de 2016, com a crise econômica e política no país, onde as articulações se tornaram mais imediatistas, pontuais, temporárias, com teor ilusório e paliativo frente a erradicação da pobreza.

Essa realidade, descrita no artigo “Contemporaneidade dos Programas de Transferência Monetária no Brasil: proteger ou mitigar a pobreza?” de Maria Ozanira da Silva e Silva (2022) demonstra, que o caos gerado pelo governo Bolsonaro e a substituição da estabilidade do Bolsa Família pela incerteza do Auxílio Brasil tiveram responsabilidade e bases institucionalizadas no retrocesso da proteção social brasileira. A falta de clareza existente e a incerteza, permite “o avanço do uso da focalização conservadora e controladora no campo das políticas sociais” sem a busca concreta de resultados estáveis,

Ao contrário, o Auxílio Brasil, como estruturado, representa um retrocesso ao reforçar a lógica de desempenho, destacando o “esforço” individual para superação da pobreza; ao minimizar obrigações do Estado, por exemplo, no que concerne à criação de creches, estimulando as creches do setor privado; por estimular a inserção de adolescentes, jovens e adultos no mercado de trabalho com recebimento de bônus e sem proteção social; ao propor a substituição de entrevistadores sociais pelo acesso direto com uso de aplicativo, desconsiderando a ampla rede do Sistema Único de Assistência Social em todos os municípios brasileiros (Silva, 2022).

O que nos levanta questionamentos frente as ações, iniciativas sociais e articulações sem clareza, quais seriam as motivações que levariam a substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil. Culminariam em um avanço, como no resto do mundo, num passo de implementação de uma Renda Básica para os brasileiros, ou apenas, atendimento a interesses políticos imediatistas do então presidente Jair Bolsonaro, pretenso candidato à reeleição em 2022? Essas instabilidades, além das dificuldades ao acesso e manutenção das famílias atribuídas aos benefícios, contribuem para o estabelecimento de uma sociedade cada vez mais paupérrima, colocando a superação desse sistema inevitável na garantia de direitos sociais.

Contribuinte ao entendimento da problemática exposta, nos elucida que as mudanças dos últimos anos impactaram veemente nas articulações no campo social, que coloca o capital



contraditório e distante na socialização das riquezas socialmente produzidas. Pelo contrário, as disputas milionárias ao redor do mundo, colocam a classe trabalhadora cada vez mais exposta a barbárie provocada pelo modo de produção capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa discussão apresenta a compreensão, sob o referencial marxista, a qual nos embasamos, a análise dialético-crítica do contexto capitalista em sua formação histórica, deixando em sua composição, uma realidade diversa que remete variações de formas e concepções econômicas, políticas e ideológicas que corroboram para a correlação de forças própria desse modo de produção em sua fase neoliberal.

A compreensão que fica evidente, é que o quadro paupérrimo que nos entrelaça, não se formou de forma aleatória na história do capitalismo, ele é fruto da luta de classes, portanto, estrutural ao capitalismo, que se estabelece enquanto um sistema incontrolável na acumulação de riquezas e tem seus equivalentes além das suas próprias necessidades básicas a sua reprodução, se constituindo através da exploração da força de trabalho.

Essa exploração fica clara, com a ascensão da pauperização no século XVIII, na Europa, culminando em novas mudanças que se instauraram até o atual cenário global do capitalismo neoliberal, em destaque ao Brasil, que ao longo do percurso histórico naturalizado socialmente. Sendo assim, a conclusão que se tem, é que o pauperismo não tem solução possível na ordem vigente. Ele é, antemão, necessário, ineliminável, e se faz presente.

Faz se aqui a necessidade emergencial da consciência de classe, que cabe ao próprio trabalhador, além da compreensão teórica dos fatos, a exemplo dos encaminhados nos mecanismos adotadas na atualidade, é necessário compreender a dinâmica do sistema capitalista em sua estrutura, em que as mazelas paupérrimas são essenciais para a produção e reprodução do capital e o fim das desigualdades sociais só será possível por meio da abolição da exploração capitalista.

Assim, após a leitura e análise dos periódicos relacionados a problemática aqui pautada, é, ainda, referenciada no Serviço Social suas bases da análise crítica da sociedade na teoria materialista histórica dialética, entretanto o entendimento passa pela compreensão do não concreto, e descarta a totalidade dos fatos enquanto resultado de um processo histórico.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

A necessidade da consciência de classe, que citamos, coloca ao profissional a responsabilidade de intervir em paradigmas capitalistas e conservadores, frente a culpabilização do indivíduo na dinâmica de sua própria existência, demarca que o capital tem o propósito apenas de permear o acúmulo de riquezas, sem colocar em pauta a verdadeira emancipação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Fabrício F. **As Concepções de pobreza na Sociedade Capitalista e suas formas de enfrentamento sob a perspectiva Liberal.** *In:* IX Jornada Internacional de Políticas Públicas: Civilização ou Barbárie: o futuro da Humanidade. São Luís, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_91_9165cbb7045edf83.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023

ASSUNÇÃO, Teone M. R. de S. R., Santos, A. **Serviço Social: Buscando Marx e dialogando com o marxismo.** *In:* Anais do Seminário internacional de Teoria Política do Socialismo: 100 anos de marxismo e movimento comunista no Brasil. Marília(SP) Unesp, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/IXSeminarioTPS/631981-SERVICOSOCIALBUSCANDO-MARX-E-DIALOGANDO-COM-O-MARXISMO>. Acesso em: 11 set. de 2023

BRANCO, Rodrigo C. **A Teoria marxista do pauperismo e o debate com o reformismo social-democrata.** Disponível em: https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessa02/_RodrigoCasteloBranco.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.** Trad. B.A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ESPÍNOLA, Gepherson M., Zimmermann, Clóvis R. **As transferências condicionadas de renda na América Latina: lenitivos para a pobreza?.** *In:* Katálysis, v. 21, n. 01, 2018, p.55–65. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/TXZkWJfMQd5rbNPGqbZndtC/?lang=pt>. Acesso em: 5 jul. de 2023.

LIMA, Rômulo A. **A lei geral de acumulação capitalista e as crises cíclicas.** *In:* Leituras de Economia Política. Campinas, (16): jun. 2010, p. 87-110. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3127/07%20ROMULO.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 10 de 12



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. FRIEDRICH, Engels. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo : Boitempo, 2007

MARX, Karl. FRIEDRICH, Engels. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MATTEI, L. F. **Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza**. In: *Katálysis*, v. 22, n. 01, 2019, p. 57 - 65. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/XVMxSPvRYVVj86YGbSj56N/#>. Acesso em: 5 jul. de 2023.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Trad. Fanny Tabak. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

NETTO, José P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 80-116.

REDON, S. A., Campos, E. C. S. de. **Pandemia, crise do capital e o aprofundamento da classe trabalhadora**. In: *Temporalis*, v. 21, n. 41, 2021, p. 256 – 269. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34060>. Acesso em: 5 jul. de 2023.

SANTANA, Gislayne R. de., Dantas, T. L., Prudêncio, W. T. L., Araújo, N. M. S. **(DES)financiamento da assistência social no Brasil em tempos de agudização da pobreza**. In: *Temporalis*, v. 22, n. 43, 2022, p. 90 –108. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38115>. Acesso em: 5 jul. de 2023.

SANTOS, Josiane S. **“Questão Social”:** Particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2017, p. 25-46.

SILVA, Maria O. da S. Lima, V. F. S. de A. **Avaliando impactos dos Programas de Transferência de Renda na América Latina**. In: *Katálysis*, v. 21, n. 02, 2018, p. 369 - 386. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/LQTjgr7rrnxxL8m47yMdqZK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 jul. de 2023.

SILVA, Maria O. da S. **Contemporaneidade Programas de Transferência Monetária no Brasil: proteger ou mitigar a pobreza?**. In: *Sev. Soc. Soc.*, v. 145, 2022, p. 53 - 71.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 11 de 12



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/JfW85vT8qvv9J6br7xVq5Bj/#>. Acesso em: 5 jul. de 2023

YAZBEK, Maria Carmelita. **Expressões da Questão Social Brasileira em Tempos de Devastação do Trabalho.** *In: Temporalis*, v. 21, n. 42, 2021, p. 16–30. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37164>. Acesso em: 16 abr. 2023.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 12 de 12



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

A CATEGORIA “QUESTÃO SOCIAL” E AS DIFERENTES COMPREENSÕES NO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO.

Jordhana da Silva Lima - (Unespar)

Unespar/*Campus* Paranavaí, natashaoliveira2205@gmail.com

Teone Maria Rios de souza Rodrigues Assunção - Orientadora

Unespar/*Campus* Paranavaí, teone.assuncao@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC

Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte dos resultados finais do processo de Iniciação Científica, intitulado, “A categoria ‘Questão Social’ e as diferentes compreensões no Serviço Social contemporâneo”. Neste sentido, visa tratar a categoria “questão social”, na perspectiva de classe, o que demanda analisá-la a luz da correlação de forças presente no modo de produção capitalista, em particular no atual contexto. Para isto, definiu-se como objetivo conceituar a Questão Social e analisar como se manifestam as compreensões acerca das suas expressões para a categoria profissional na atual fase de desenvolvimento capitalista para melhor compreensão dos desafios estruturais que se colocam para o serviço social contemporâneo.

A chamada Questão Social, indica a existência de problemas vivenciados coletivamente e afeta a classe trabalhadora de modo geral. Tendo em vista as contradições imanentes à lógica do capital, as mudanças impostas pelo quadro de crises impulsionam o movimento de reconstrução do padrão de acumulação. Os rebatimentos desse processo culminam em modificações nas suas relações que por sua vez refletem na progressiva precarização das condições de vida da classe trabalhadora, estabelecendo ponto incontornável nessa sociabilidade.

De acordo com José Paulo Netto, as transformações societárias afetam diretamente o conjunto da vida social, no modo de ser, pensar e agir, assim como o Serviço Social e as

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 1 de 16



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





demais profissões nas “[...] suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, sua funcionalidades etc” (NETTO, 1995, p.87).

Diante disso, entre as multiplas implicações das transformações societárias vale acentuar o caráter de importância do conhecimento da realidade social segundo os interesses de classe. Segundo Tonet (2018), à burguesia não importa o conhecimento dos mecanismos de produção e reprodução da forma atual da sociabilidade, estruturalmente marcada pela exploração do homem pelo homem, pela desigualdade social, com todas suas consequências e da qual à burguesia depende sua existência.

Entretanto, Tonet (2018) convoca à classe trabalhadora a possibilidade de compreender os fenômenos sociais e apreender com vista a totalidade os rebatimentos nesse momento da realidade social, em critério de importância, interessa ao proletariado o conhecimento, pois só assim pode instrumentalizar-se para uma transformação que pode mudar radicalmente os rumos do estágio atual da sociabilidade capitalista.

Reconhecemos, que o Serviço Social como categoria profissional e parte constitutiva da classe trabalhadora têm como orientação teórico-metodológica e ético-política, os esforços em superar o modo de pensar matrizado pela alienação estabelecida pelo sistema capitalista e que dificulta ao proletariado alcançar a consciência, numa dramática luta contra as mistificações que polarizam e reificam o pensamento dos diversos segmentos que compõem a classe trabalhadora.

Sendo assim, basta que pensemos nos pontos de fricção impostos pela dinâmica social contraditória e as tendências colocadas como horizonte teórico-metodológico e técnico-operativo dados pelo Projeto Ético-Político que ampara o serviço social, temos assim um “prato cheio” para as contadições no âmbito da difusão do conhecimento. O conhecimento e a produção de conhecimentos têm uma relação intrínseca com a realidade social, esses processos são determinados pelo desenvolvimento da sociedade em uma totalidade histórica, social e econômica.

“O capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação flexível, reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alternando ou seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação (mais “flexíveis”; do tipo “emprego precário”) ou criando novas estratificações entre os que trabalham (sexo, idade, cor, etnia)” (NETTO, p.92,1996).



É diante deste cenário de mudança das relações de produção que influenciam no aprofundamento da precariedade de vida da classe trabalhadora e adensamento das expressões da questão social, que a contemporaneidade é demarcada pela imediaticidade do conhecimento e da fragmentação da análise da realidade social, devido a estrutura de reprodução da vida social que afasta a classe trabalhadora do pensamento da totalidade, essência, e do reconhecimento do funcionamento da sociedade de classes.

Nesse sentido, torna-se uma das características dos mecanismos de conservação da ordem social vigente, segundo Tonet(2018) quanto mais ampliado e intensificado o fetichismo da mercadoria, maior é o fosso entre a consciência e a realidade efetiva.

Em resumo, entre as consequências deste modo de sociabilidade temos uma naturalização dos fundamentos da ordem capitalista, ou ainda, o adensamento da fragmentação, a efemeridade, a empiricidade como características naturalizadas da realidade social, em detrimento da essência, gênese, ordem ou hierarquia.

Diante disso, se estabeleceu como ponto central para o processo de pesquisa o levantamento de artigos publicados em revistas no período de cinco anos onde o objeto “Questão Social” seria tema de investigação destas produções científicas, tratadas sob a perspectiva teórico crítica, entretanto conforme analisado o conteúdo de algumas das produções apresentam um afastamento da compreensão marxista sobre as manifestações inerentes ao modo de produção capitalista. Dentre as hipóteses foi analisado que as compreensões sobre a “Questão Social” no Serviço Social brasileiro podem estar refletindo o processo de adensamento da pós-modernidade na produção do conhecimento.

MATERIAIS E MÉTODOS

O processo de pesquisa se deu através do referencial teórico marxista e marxiano, buscando elucidar a gênese da questão social através do funcionamento da sociedade capitalista. Para isso, houve em primeiro momento a participação em grupos de estudos, realizando leituras e discussões sobre os capítulos I, II e III da obra “O CAPITAL”- Karl Marx, através do Grupo de Estudos e Pesquisas “Trabalho e Educação na Sociabilidade do Capital”- GEPTESC (UNESPAR- Campus Paranavaí) na modalidade presencial em formato de curso de extensão no período de 05 Maio a 20 de Outubro de 2022.



Sequencialmente, houve a participação do grupo no ano de 2023, no mesmo período estabeleceu-se o contato com o Grupo de Estudos e Pesquisa “Trabalho e Capital Hoje” da Universidade Estadual de Londrina - UEL, na modalidade on-line onde, o estudo de obras como “O Estado na Sociedade Capitalista” – MILLIBAND, RALPH, subsidiaram o aprofundamento na perspectiva da teoria social crítica sobre a dinâmica da sociedade capitalista.

No primeiro semestre de iniciação científica, a revisão bibliográfica e fichamento da obra “O manifesto comunista” - MARX, KARL; ENGELS; FREDRICH, contribuiu para o contato com o cerne do pensamento marxiano, permitindo elaborar os seguintes trabalhos á luz da teoria social crítica.

A Construção do resumo expandido intitulado: QUESTÃO SOCIAL E PAUPERISMO APROXIMAÇÕES TEÓRICAS, que resultou na apresentação para o Evento de Extensão intitulado: VII Jornada de Serviço Social - Trabalhadoras do Brasil: somos e lutamos com elas, promovido pelo Colegiado do Curso de Serviço Social, desta Universidade Estadual do Paraná - Campus de Paranavaí, realizado nos dias 19, 20 e 21 de Outubro de 2022.

No segundo semestre de iniciação científica, o resumo intitulado: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: DESAFIOS ESTRUTURAIS PARA O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO, foi apresentado no IX Seminário Internacional de Teoria Política do Socialismo: 100 Anos de Marxismo e Movimento Comunista no Brasil, realizado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) no campus Marília- SP, resultando a publicação nos anais do evento na área temática: crítica do capitalismo contemporâneo.

Através do Resumo elaborado para o “ IX Seminário Internacional de Teoria Política do Socialismo: 100 anos de Marxismo e movimento Comunista no Brasil”, resultou o artigo completo cujo objetivo é submeter á revista *Katálysis*.

Seguindo o planejamento da pesquisa, houve o levantamento de artigos publicados em revistas no período de cinco anos onde o objeto “Questão Social” seria tema de investigação destas produções científicas, tratadas sob diversas perspectivas teóricas, dentre as hipóteses foi analisado que as diversas compreensões sobre a “Questão Social” no Serviço Social brasileiro podem estar refletindo o processo de adensamento da pós-modernidade na produção do conhecimento.



A Seleção dos artigos partiu do recorte de duas revistas Qualis A1 do Serviço Social, sendo elas respectivamente *Katálysis* e *Serviço Social & Sociedade*, ao todo foram revisados 10 artigos publicados no período de cinco anos cujo objeto seria a “questão social”. Entre os artigos selecionados, especificamente 6 artigos da revista *Katalysis* e 4 artigos da revista *Serviço Social & Sociedade*, foram contemplados como objeto de análise do processo de pesquisa, sendo fonte para a hipótese de prevalência dos aspectos pós-modernos na produção científica do Serviço Social brasileiro e se estabelecendo como um fenômeno contemporâneo, o que requer esforços para compreender seus atores e os principais impactos para a categoria profissional em sua direção interventiva e para a orientação intelectual que compõe o arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do Serviço Social.

Entre os materiais selecionados da revista *Katálysis* e *Serviço Social & Sociedade*, foram elencados os respectivos artigos:

Katálysis
MATOS , Rachel Araujo De ; ALBUQUERQUE, Cynthia Studart . “Questão social”, divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia. 1. ed. Florianópolis: R. Katálysis, .2023. p. 43-53 p. v. 26. ISBN ISSN 1982-0259
SILVA, Segislane Moésia Pereira Da ; MACIEL, Valnise Verás ; FRANÇA, Marlene Helena De Oliveira . Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. 02. ed. Florianópolis: Rev. Katálysis, 2020. p. 256-265 p. v. 23. ISBN ISSN 1982-0259.
LIMA, Rodrigo Silva. Uma interpretação marxista sobre a infância e os abrigos. 1.ed. Florianópolis: Rev. Katálysis, 2021. p.256-265. v.24. ISBN ISSSN 1982-025
SILVA, Sandra Regina Vaz Da; FAGUNDES, Gustavo . Clóvis Moura e a questão social no Brasil. 2. ed. Florianópolis Rev. Katálysis, 2022. 222-231 p. v. 25. ISBN 1982-0259.
FILHO, Olivio Jose Da Silva . Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo. 3. ed. Florianópolis: R. Katálysis., 2022. p. 469-477 p. v. 25. ISBN ISSN 1982-0259.
SILVA, Priscila Thayane De Carvalho; SILVA, Camila Ferreira Da . Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19. 1. ed. Florianópolis: R. Katálysis., 2023. p. 110-119 p. v. 26. ISBN ISSN 1982-0259.

Serviço Social & Sociedade
CUNHA, Ana Carolina Castro P. . Deficiência como expressão da questão social. São Paulo: Serv. Soc. Soc, 2021. p. 342-358 . v. 141.



GEDRAT, Dóris Cristina ; SILVEIRA, Eliane Fraga Da ; NETO, Honor De Almeida . **Perfil dos parceiros íntimos de violência doméstica: uma expressão da questão social brasileira.** 138. ed. São Paulo: Serv. Soc. Soc, 2020. p. 342-358.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel ; SANT'ANA, Raquel . **Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia.** 138. ed. São Paulo: Serv. Soc. Soc., 2020. p. 207-213. v. 2020.

CASTELO, Rodrigo ; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme De . **Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro.** São Paulo: Serv. Soc. Soc., 2020. p. 15-34 . v. 137.

Fonte: a pesquisa, 2023. Elaboração das autoras.

Diante das produções analisadas, buscou-se desvendar o tratamento da categoria ‘Questão Social’ na contemporaneidade e através das compreensões foi possível constatar uma discordância entre as teorias referenciadas (predominantemente marxista e marxiana) e como a construção dos objetos foram abordados. O processo de análise destes artigos serão descritos a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As discussões contemporâneas que envolvem a questão social no Serviço Social brasileiro, são para Netto (2011), ponto incontornável, neste sentido, é necessário enfatizar a importância de abordar o tema impondo-se contra a generalização do mesmo, e tratar a questão social sem generalizá-la é um desafio pois, o desvelar deste conceito depende de um contexto adverso no interior da estrutura social que, através de abordagens conservadoras naturalizam o capitalismo com suas contradições que emanam através de um estruturado discurso político-ideológico que contribui para o embaraço no entendimento do que de fato é a Questão Social.

Como retratado, nos trechos do artigo “Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo” (FILHO, 2022), a fome é localizada como manifestação estrutural do sistema capitalista. Entretanto, conforme descrito pelo autor ao dar ênfase a esta expressão da questão social associada ao cenário neoliberal, o entendimento da Questão Social toma um sentido equivocado ao ser tomada como um reflexo deste mecanismo ideopolítico do capital.

As relações entre fome e obesidade foram associadas com as raízes das contradições da comida como mercadoria, e observando como no neoliberalismo elas são



expressões da questão social, mas que também contribuem para a continuidade da venda da força de trabalho no modo de produção capitalista. Como duas fases de um mesmo elemento, são contradições inerentes ao modo de produção, principalmente como fases do capitalismo contemporâneo, como uma dupla carga da má alimentação. Má, não no sentido individual de uma má escolha dos alimentos pelo cidadão desinformado ou que não coloca sua saúde em primeiro lugar, mas má no sentido de que as novas formas de se produzir e consumir mercadorias estão cada vez mais estranhas aos seus produtores, deformam as relações sociais relativas ao comer, cujos efeitos vão desde a provação do consumo e da fome às doenças crônicas não transmissíveis (FILHO, 2022, p. 476).

Entre os artigos analisados, as discussões acerca da categoria “questão social” que se apresentam como destoantes da compreensão usual, ou seja a compreensão de que ela é uma materialização inerente as contradições estruturais do sistema capitalista, são localizadas também no artigo: “Questão social”, divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia (MATOS; ALBUQUERQUE, 2023)” a discussão centrada na perspectiva de gênero coloca à questão social um sentido diferente:

A “questão social” e suas expressões, como a desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho, impõe às mulheres a condição de subalternidade, comparando-se aos homens, ocupam os espaços mais precários e com menores salários. Inúmeras mulheres vivem em situação de subemprego ou desemprego, submetidas ao trabalho doméstico não remunerado, condição socialmente construída como espaço “natural” e de responsabilidade feminina (MATOS; ALBUQUERQUE, 2023, pg. 45).

Fundamentalmente, o discurso sobre as expressões da Questão Social tem por objetivo, legitimar ou compensar as desigualdades, reduzindo-se a uma visão assistencialista e “naturalizada”, desvirtuando-se da compreensão da realidade social que as revelam como estruturais e como parte constitutiva do modo de produção capitalista. Entretanto, através da teoria social crítica, podemos compreender que a reprodução da questão social e de suas expressões é intrínseca ao desenvolvimento das forças produtivas, conforme sinaliza José Paulo Netto,

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’- diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante (NETTO, 2001, p.45).

Seguindo nessa ótica, a forma como é abordado a ‘questão social’ sob os recortes de gênero se tornam insuficientes para compreender a categoria questão social, como uma das manifestações do processo de produção e reprodução estrutural da sociedade capitalista.



Conferindo de forma equivocada uma seletividade dos rebatimentos da ordem do capital ao critério “gênero”, se afastando da compreensão que se ampara na gênese da ‘questão social’: a subalternidade da classe trabalhadora aos mecanismos de exploração determinados pelas relações constitutivas à ordem do capital, uma vez que a questão social é determinada pela relação capital/trabalho como descrito por Engels.

Entre os anos trinta e cinquenta do século XIX, o brutal pauperismo das camadas trabalhadoras urbanas, derivado diretamente da produção capitalista, impactou a consciência social européia e deu origem a uma larga e copiosa documentação. Intelectuais dos mais diversos matizes – reacionários e conservadores, liberais e democratas, reformadores e revolucionários - ocuparam-se do que então era designado por todos como ‘questão social’ (ENGELS, 2010, p. 30).

Vale ressaltar, o equívoco ao delimitar a pesquisa sob os moldes da teoria social crítica de Marx quando a produção teórica de MATOS; ALBUQUERQUE (2023) expressam elementos que aludem à uma concepção “fatorialista” ou remetem a predominância abstrata de um conjunto de partes que se integram funcionalmente como um todo.

O contexto pandêmico adensou as expressões da “questão social” e das desigualdades de gênero, próprias da divisão sexual do trabalho, produzindo rebatimentos severos à saúde mental das mulheres, algo percebido na experiência da residência multiprofissional em saúde, na ênfase saúde mental coletiva, vivenciada no CAPS II de Aracati. (MATOS; ALBUQUERQUE, p.46,2023).

Conforme explicitado por Netto(2006), a teoria social marxiana é orientada a analisar a sociedade burguesa como uma totalidade, como um sistema dinâmico e contraditório e que visa apanhar o movimento constitutivo da sociabilidade sob os elementos estruturantes de classe (a crítica da economia política), da funcionalidade do poder (a crítica do Estado) e das formulações jurídico-políticas (a crítica da ideologia).

Entretanto, conforme analisado no artigo ao focalizar a compreensão da questão social a perspectiva de desigualdade entre gêneros e se afastar da compreensão de classes, os rebatimentos da dinâmica social do capital, perdem seu eixo estruturante que é a reprodução de desigualdades como forma de legitimar a exploração de uma classe sobre a outra.

Conforme, Netto (2011) Um traço distintivo da teoria marxiana é que ela toma a sociedade (burguesa) como uma totalidade: não como um conjunto de partes que se integram funcionalmente (um todo), mas como um sistema dinâmico e contraditório de relações articuladas que se implicam e se explicam estuturalmente.



Nesse sentido, o distanciamento da “questão social”, como cerne das relações de produção e reprodução do sistema do capital se expressa através da abordagem utilizada para a construção do artigo “Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie”(SILVA, MACIEL, FRANÇA, 2020):

Em todo o desenvolvimento do sistema capitalista, até sua atual fase, ao atingir todos os continentes construindo uma cultura na busca incessante pela propriedade privada gerando contradições inerentes ao sistema, podemos notar que sua essência baseia-se na desigualdade. Desigualdade essa produtora de conflitos, violência, pauperismo, fascismo entre tantas outras expressões que, por sua vez, empregadas sob um viés conservador, tornam-se instrumentos utilizados pelo capital para manutenção de sua hegemonia, em especial, em nossa atual conjuntura, gestando uma verdadeira barbárie social e humana, ou nas palavras de Yamamoto (2011), uma verdadeira ‘banalização do humano’(SILVA; MACIEL; FRANÇA; 2020, p.257).

Retratando a “questão social” como construção histórica, o artigo se contrapõe ao trata-la como teor de antagonismo de classes ao enfatizar a questão do termo “humano”. Além disso, na continuidade do artigo, os autores colocam:

O método de abordagem é de natureza dialética; visa elucidar como o sistema capitalista se desenvolve e perpassa diversos contextos históricos, todavia, mantendo seu caráter destruidor do sujeito humano genérico (SILVA; MACIEL; FRANÇA; 2020, p.257).

Sendo estabelecido como referencial a teoria marxista, a abordagem utilizada para o artigo se contradiz ao afastar-se da “questão social” como expressão do antagonismo de classes e se alicerçar no viés político ideológico apenas. De acordo com Marx (2017), o viés ideo-político é engredado para que as condições gerais de reprodução da sociedade de classes sejam mantidas e a luta de classes seja evitada. Portanto, os interesses materiais são determinantes e quaisquer que sejam as consequências “morais” neste modo de sociabilidade são insuficientes a materialidade das relações.

Segundo Santos(2012), a forma histórica do capitalismo no século XIX protagonizado pela grande indústria, impulsionou desdobramentos no processo de intensificação da divisão social do trabalho.

Era flagrante a ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de morbidade, mortalidade da população infantil e adulta, habitações em locais insalubres, doenças, fome, baixos salários (SANTOS, 2012, p.37).

Esse marco na conjuntura sócio-histórica, para Netto(2001), intensificou um quadro antagonico, onde, à medida que se consolidava a capacidade social de produzir riqueza, bens e



serviços, mais aumentava o contingente de membros despossuídos de condições materiais para garantia da subsistência.

Na descrição de Engels, podemos localizar algumas das manifestações imediatas da questão social. Fundamenta-se através da perspectiva do autor, a inevitável característica da ordem social estabelecida, frente ao desenvolvimento da propriedade privada dos meios de produção, essas expressões são agudizadas e são incorporadas pelo imenso contingente que detêm apenas sua força de trabalho.

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que o ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer á sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para manter vivo, se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a policia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia (ENGELS, 2010,p.69)

No recorte dos artigos da revista *Serviço Social & Sociedade*, podemos analisar que as compreensões da categoria “questão social” são diversas porém, sofrem contradições ao tratarem sobre a categoria o que implica um reflexo do impedimento da sua elucidação.

Como descrito no artigo “Perfil dos parceiros íntimos de violência doméstica: uma expressão da questão social brasileira” (GEDRAT ; SILVEIRA ; NETO 2020), a questão social nesta compreensão se evidencia sob o conceito de “gênero”, estabelecendo uma análise equivocada sob o surgimento da propriedade privada e a luta de classes com a expressão de subordinação do gênero feminino:

Em uma perspectiva analítica de matriz marxista, sabemos que não são as ideias que determinam a realidade, mas, ao contrário, podemos concluir que é insuficiente transformar as ideias. É fundamental a intervenção coletiva nas relações materiais que como estruturais determinam as ideias dominantes. A subordinação da mulher aos homens está associada à instauração da propriedade privada e da luta de classes. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, a condição social da mulher é considerada, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes (GEDRAT ; SILVEIRA ; NETO, p. 351-352).

Entretanto, a inconsistência dessa afirmação se revela através da comparação de luta de classes e questão de gênero, sob o referencial marxista, a ‘questão social’ é estabelecida como estrutural sendo a questão de gênero uma de suas manifestações mas, não sendo o fio condutor das relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista.



A questão social, assume diante as progressivas mudanças da ordem societária, diversas conotações, como a miserabilidade, a fome, a morbidade, e a medida que se alteram as relações entre capital e trabalho há o acirramento dessas expressões e, junto disso, a potencialização das contradições imanentes ao sistema capitalista.

Neste cenário, se evidencia o caráter histórico das relações sociais e o antagonismo entre as classes. Para Pereira(2001), o destaque das mudanças sociopolíticas através da incorporação das demandas da classe trabalhadora na agenda pública, configuram um novo caráter na dominação capitalista.

Conforme descrito por MARX (2017), as demandas da classe trabalhadora são atenuadas através das instituições democráticas não como forma de eliminar os extremos capital e trabalho mas sim para harmonizar os contrastes de interesses, sem transformar seu caráter estrutural, ou seja: desigual e contraditório.

Tais contradições sob a lógica do capital, impõem mudanças frente ao quadro de crise sistêmica de superprodução capitalista, as quais impulsionam o movimento de reconstrução do padrão de acumulação. Os rebatimentos desse processo culminam em modificações nas suas relações e por sua vez refletem na progressiva precarização das condições de vida da classe trabalhadora. NETTO (1997)

Diante da precariedade das condições de vida da classe trabalhadora, é importante destacar as repercussões ocorridas no curso do século XIX . Segundo Santos(2012), houve a ocorrência de inúmeros protestos de diferentes segmentos no interior da classe trabalhadora, a predominância desse fenômeno nos países da Europa ocidental, revela o reconhecimento da necessidade política e bem como seu protagonismo no enfrentamento daquelas condições.

Para Pereira(2001), o efetivo reconhecimento da Questão social advém deste embate político que é determinado pelas contradições imanentes da relação capital- trabalho. Contudo, o enfrentamento dessas questões por parte do Estado teria como caráter minimizá-las e reduzi-las, sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa.

Segundo Netto(2001), o Estado têm sua intervenção político-prática na questão social através de uma ação moralizante, com base nos ideais conservadores tendo por objetivo preservar a propriedade privada dos meios de produção.



Diante disso, para suprimir as próprias mazelas cíclicas da ordem social vigente, a resposta sócio-política engendra a dinâmica que cada vez mais reflete a hipertrofia da esfera de produção. Justificando as mazelas sociais, através do discurso que naturaliza a subordinação de uma classe sobre outra, ou ainda, concedendo intervenções focalizadas nas expressões da questão social, objetivando manter a ordem e conciliação entre as classes conforme denota Pereira,

Foi o caso do desemprego, usado como componente-chave para debilitar, entre outros, os sindicatos. Com esse expediente foi possível manter os trabalhadores em permanente estado de tensão e de aceitação de todo tipo de precariedade laboral e de sobrevivência (PEREIRA, 2021,p.40).

Como assinala Netto(1995), a medida que o capital se vê compelido a encontrar alternativas para as crises advindas da dinâmica de reprodução, novos processos visando reajustar a ordem, deflagram novas tensões e colisões, construindo a contextualidade em que se desenvolvem as transformações societárias.

É absoluto o reconhecimento das transformações no mundo do trabalho e suas implicações na produção e reprodução da questão social. Destarte, o capitalismo em seu cenário mundial, impõem hoje uma ampla fragilização da classe trabalhadora, culminando objetivar a reorganização produtiva a defesa de um estado mínimo para o investimento social além da redução das funções do Estado.

O capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação flexível, reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alternando o mercado de trabalho, seja alternando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação [mais ‘flexíveis’; do tipo ‘emprego precário’]seja criando novas estratificações entre os que trabalham [sexo, idade, cor, etnia] (NETTO, p.92,1996).

Esses fatores têm seus rebatimentos no atual cenário de agravamento das múltiplas expressões da questão social assinalando o acirramento das desigualdades sociais, tornando-se latentes a exclusão social acirrada pelo afastamento do Estado às demandas sociais, as quais são estruturais na dinâmica de reprodução das relações sociais.

Essas manifestações da questão social, demarcam que não se alicerça apenas nas crises, tensões, riscos, vulnerabilidades, discriminações, elas se acirram segundo o que observa Pereira (2001), diante do estágio mais maduro e conflituoso do antagonismo entre as classes.



Portanto, não ocasionalmente para salvaguardar a crise do modo de produção, a ascensão da ideologia da classe dominante estabelece o foco do seu discurso para o âmbito político, deslocando o Estado como gerador das crises ou ainda, individualizando e responsabilizando a classe trabalhadora, e esse caráter é analisado através das produções teóricas no cenário contemporâneo.

Nesta perspectiva, o potencial emancipatório da classe trabalhadora no capitalismo se encontra frequentemente comprometido na medida em que há a predominância do movimento de des-sindicalização assim como o surgimento de novos movimentos sociais que demandam novos direitos, onde não se comportam instâncias políticas capazes de universalizar e articular a pluralidade de interesses da classe trabalhadora.

Esse movimento de erosão e desqualificação sócio-política, contribui para um bem estruturado projeto societário, que contém e reverte avanços sociais para priorizar a configuração das relações de exploração do capital.

Compõe-se desta forma, amplas determinações que originam-se na relação capital-trabalho e tem seus diferentes desdobramentos para a realidade social. Ainda segundo Netto(1997), os desafios envolvendo a divisão sócio técnica do trabalho, seja em níveis de conhecimento, modalidades de formação e de práticas, ou sistemas institucionais-organizacionais fomentam os dilemas contemporâneos para o reconhecimento dos diversos segmentos da classe trabalhadora como um bloco hegemônico desta lógica.

É diante desta conjuntura que a questão social é incorporada pelas transformações societárias e ganha assim, diversas conotações ou particularidades. Na perspectiva de Netto(1997), a dinâmica não perde de vista a inscrição história, as expressões da questão social são compreendidas no interior das inflexões do movimento do capital que porta o complexo de contradições, possibilidades e limites.

Diante desta fragmentação, o distanciamento do reconhecimento do conjunto da sociedade como classe também configura desafio estrutural para a superação das manifestações da questão social. Sob a possibilidade de que a sociedade se apodere do desafio de organização como classe trabalhadora, ocupando os espaços institucionais com orientação às ações políticas capazes de frear o discurso conservador vigente.



Mas, a concretização deste cenário perpassa diretamente sobre a atual vertente ideopolítica, que está muito além dos controles e das capacidades de intervenção do Serviço Social, pois como categoria profissional inserida na divisão sociotécnica do trabalho as múltiplas determinações da sociabilidade inferem por exemplo no arcabouço teórico-metodológico que guia a intervenção técnico operativa da profissão, como vimos nos exemplos acima.

Somente uma perspectiva teórico-crítica que permita apreender o movimento histórico que se contém nas transformações societárias em curso e a negatividade que ela comporta, perspectiva vinculada a um projeto social anticapitalista sem vincos utópicos, românticos, pode assegurar que os componentes socioeconômicos emancipadores que a cultura profissional recentemente abrigou sejam potencializados e atualizados (NETTO,1997,p.128).

Há ainda o reconhecimento e defesa do Serviço Social como conjunto da classe trabalhadora e dentro desta relação, compreende-se que os obstáculos em ocupar os espaços institucionais como espaço profissional implica na consequência latente na atual fase do capitalismo, que ampara a intensificação da precariedade das condições de trabalho independente de quais sejam os segmentos da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do processo de pesquisa, foi possível analisar as diversas compreensões sobre a categoria ‘questão social’ nas produções do Serviço Social brasileiro sendo fonte para a hipótese de prevalência dos aspectos pós-modernos na produção científica do Serviço Social brasileiro.

O que se expressa como um convite para não medir esforços em compreender como este quadro de crise da ‘questão social’, se estabelece como um fenômeno contemporâneo que impõe uma conjuntura adversa que tem frequentemente sinalizado os principais impactos para a categoria profissional em sua direção interventiva e para a orientação intelectual que compõe o arcabouço teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social.

O que se coloca como desafio para o Serviço Social está vinculado na tensão entre as mudanças globais na esfera produtiva da ordem do capital. Com isso, quer se dar a devida



importância ao processo de “politização” das expressões da questão social que perpassa o domínio do econômico e transforma a ótica dessas mazelas intrínsecas a ordem do capital.

Nesta ótica, constitui-se como desafio estrutural para o Serviço Social contemporâneo o atual modelo de reprodução das relações sociais que impulsionadas por uma ideologia de precarização da vida social e destituição dos espaços sócio ocupacionais, fomentando o esvaziamento intelectual que norteia a categoria profissional e a reprodução e acirramento das manifestações da questão social.

Portanto em consonância a isso, destaca-se que para além da retração do Estado na intervenção sobre as expressões da questão social, constitui-se como cerne dos desafios para a supressão destas mazelas o próprio modo de produção vigente e a busca por alternativas que visem superá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Ana Carolina Castro P. . Deficiência como expressão da questão social. São Paulo: Serv. Soc. Soc, 2021. p. 342-358 . v. 141.

CASTELO, Rodrigo ; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme De . Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. São Paulo: Serv. Soc. Soc., 2020. p. 15-34 . v. 137

ENGLES, Friedrich 1820-1895. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra / Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto - [Edição revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010.

FILHO, Olivio Jose Da Silva . Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo. 3. ed. Florianópolis: R. Katálysis., 2022. p. 469-477 p. v. 25. ISBN ISSN 1982-0259.

GEDRAT, Dóris Cristina ; SILVEIRA, Eliane Fraga Da ; NETO, Honor De Almeida . Perfil dos parceiros íntimos de violência doméstica: uma expressão da questão social brasileira. 138. ed. São Paulo: Serv. Soc. Soc, 2020. p. 342-358.

LIMA, Rodrigo Silva. Uma interpretação marxista sobre a infância e os abrigos. 1.ed. Florianópolis: Rev. Katálysis, 2021. p.256-265. v.24. ISBN ISSN 1982-025

MATOS , Rachel Araujo De ; ALBUQUERQUE, Cynthia Studart . “Questão social”, divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia. 1. ed. Florianópolis: R. Katálysis, .2023. p. 43-53 p. v. 26.



NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da Questão Social. In: Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS. Ano II:, nº3- Janeiro a Junho de 2001. p.41-50.

NETTO, José Paulo O que é marxismo. São Paulo: Brasiliense, 2006 - Coleção primeiros passos : 148 1^ª reimpr. da 9 ed. de 1994. ISBN 8S-11-01148-X

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectivo da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social e sociedade nº50. São Paulo: Cortez, Abr/1997, p. 87-132.

PEREIRA, Potyara A. Questão social, Serviço Social e a proeminencia das desigualdades antagonizadas. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 31-43, jul./dez. 2021.

PEREIRA, Potyara A. Questão Social, Serviço Social e direitos de cidadania . - ABEPSS.ANO II; nº3-Janeiro a Junho de 2001.p.51-61.

SANTOS, Josiane Soares. Questão social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez editora, 2012.

SILVA, Segislane Moésia Pereira Da ; MACIEL, Valnise Verás ; FRANÇA, Marlene Helena De Oliveira . Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. 02. ed. Florianópolis: Rev. katálysis, 2020. p. 256-265 p. v. 23. ISBN ISSN 1982-0259.

SILVA, Priscila Thayane De Carvalho; SILVA, Camila Ferreira Da . Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19. 1. ed. Florianópolis: R. Katálysis., 2023. p. 110-119 p. v. 26. ISBN ISSN 1982-0259.

TONET, Ivo. Método Científico: uma abordagem ontológica. 02 .ed.- Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel ; SANT'ANA, Raquel . Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. 138. ed. São Paulo: Serv. Soc. Soc., 2020. p. 207-213. v. 2020.



**LEVANTAMENTO, ANÁLISE E COMPARATIVO DOS INDICADORES
ECONÔMICOS E SOCIAIS DOS 11 MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE
GOIOERÊ - PR.**

Kailayne Soares Ribeiro - (Voluntária)
Unespar/Campus Campo Mourão, kailayneribeiro15@gmail.com

Sérgio Luiz Maybuk - Orientador
Unespar/Campus Campo Mourão, sergio.maybuk@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário - PIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

O presente artigo vai desenvolver uma temática envolvendo os indicadores econômicos e sociais, assunto que deve estar sempre em pauta constantemente sendo analisado pelos gestores públicos especialmente os municipais, além evidentemente de pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento, especialmente os que se dedicam às Ciências Sociais Aplicadas nas Universidades.

Em um conceito genérico, temos como definição de indicadores socioeconômicos como instrumentos utilizados para acompanhar e orientar os formuladores das políticas públicas. Logo, há uma necessidade de se estudar com profundidade os indicadores socioeconômicos de um município para identificar como está o avanço no mesmo e sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social.

No Estado do Paraná inclusive, poderá ser visto no decorrer do artigo a utilização de outro indicador próprio e abrangente conhecido como Índice Iparades.

Na temática sobre indicadores sociais, é possível se pesquisar e encontrar variadas composições com dados estatísticos, históricos e demais formas que possibilitam evidenciar, as fases em que determinado indicadores se encontram, considerando valores e objetivos, além de analisar seus impactos. Pois, os mesmos auxiliam a planejar e orientar os programas governamentais, estes contribuem para o desenvolvimento e melhorias dos municípios. É



necessário se ter a ciência de que Indicadores econômicos e sociais podem contribuir de maneira significativa no planejamento e a na orientação de programas governamentais.

As perguntas de pesquisa do presente no artigo são: Quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião? E comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios?

O objetivo Geral: Identificar quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião e comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios. Os Específicos para o presente artigo: Identificar os conceitos e características dos indicadores econômicos e sociais; Identificar, analisar e comparar os indicadores econômicos e sociais dos municípios de Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste, Ubiratã. Além desta introdução, o presente artigo terá os seguintes tópicos; Materiais e Métodos, Fundamentação Teórica, Resultado e Discussões, Considerações Finais e as referências.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento do artigo utilizou-se uma análise qualitativa, através da leitura de outros artigos científicos como demonstra as referências a seguir, visando um conhecimento descritivo da microrregião de Goioerê, além do uso de alguns autores sendo Bresser- Pereira (2008), Gil (2008), Marconi e Lakatos (2003) Cervo, Bervian e Silva (2007) e outros que tratam sobre indicadores socioeconômicos. Partindo-se de um outro segmento, utilizou-se a análise quantitativa, sendo o levantamento de dados que foram retirados dos sites do IBGE, IPARDES, para analisar os índices dos municípios: Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste e Ubiratã, assim podendo identificar quais os indicadores mais favoráveis para cada município.



O objetivo de se estudar os indicadores socioeconômicos de um município é procurar identificar e analisar profundamente, como os mesmos estão contribuindo para o avanço do desenvolvimento econômico na localidade analisada.

De acordo com Bresser-Pereira (2008), destaca-se que o desenvolvimento econômico é um objetivo político fundamental nas sociedades modernas, pois busca o bem-estar da população. Para alcançar o desenvolvimento econômico, é necessário dentre outras ações, fundamentalmente, reduzir a pobreza e a desigualdade, evitando a concentração excessiva de renda e riqueza. Desenvolvimento econômico pode ser atingido quando uma sociedade passa a não ver miséria na população e está se torne menos heterogênea sem concentração de renda e riqueza muito elevadas.

Segundo Siedenberg (2003), a política de desenvolvimento vai sempre depender da análise de índices e indicadores sociais e econômicos, que permitem identificar os pontos fortes e fracos de uma estratégia de desenvolvimento. Um aspecto relevante relacionado a essa análise é a crescente urbanização, que demanda recursos para financiar programas nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura, habitação, água tratada, esgoto, lixo, entre outros.

Ainda de acordo com Siedenberg (2003), é preciso analisar o fenômeno da urbanização crescente pois esta se associa em parte a problemas como exclusão social e pobreza. É necessário analisar e planejar adequadamente as políticas públicas para lidar com essas questões.

Nesse aspecto de grande relevância para o estudo da temática dos indicadores socioeconômicos que é a crescente urbanização e sua problemática decorrente, segundo Mascarenhas (2006) e Dowbor (1994), o aumento de uma população urbana de forma crescente, indica que se torna imprescindível uma reserva de recursos que possibilite concretizar o financiamento de programas que venham resultar na solução para o aumento da demanda nas áreas da saúde, educação, assistência social, infraestrutura em geral, habitação, água tratada, esgoto, lixo.

Para Mascarenhas (2006) e Jannuzzi (2001) os indicadores sociais são medidas quantitativas que têm significado social e podem contribuir na quantificação e formação de



conceitos sociais abstratos, com interesse teórico ou programático. Um exemplo disso é o indicador da taxa de geração de empregos.

Siedenberg (2003), um dos primeiros e mais importantes indicadores é o PIB, que mede o nível quantitativo de desenvolvimento de uma nação. No entanto, o PIB nunca foi considerado completo e por sua vez, não satisfazia outras áreas do conhecimento, pois nem sempre apenas o crescimento econômico proporciona um desenvolvimento mais amplo. Mesmo assim, a partir do PIB, surgiu a necessidade da busca permanente por indicadores mais completos, que levassem em consideração outros aspectos do desenvolvimento socioeconômico.

Para Siedenberg (2003) e Nohlen e Nuscheler (1993), nas primeiras décadas de 1970, começou a ganhar intensidade no meio acadêmico a necessidade de novos indicadores de desenvolvimento socioeconômico e tais debates estavam relacionados com os trabalhos das agências especializadas da ONU e Unesco.

Assim, após debates e discussões ao longo do tempo, surgiu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que diferentemente do PIB, não mede não apenas o crescimento econômico, mas também aspectos relacionados à qualidade de vida da população. Esse índice permite quantificar e medir aspectos relacionados à qualidade de vida em um município, Estado ou país.

Com a evolução das pesquisas, como poderá ser visto na pesquisa tabulada e analisada do presente artigo, há também experiência de outro indicador próprio mais abrangente no Estado do Paraná conhecido como Índice Iparides.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Serão apresentados e analisados alguns indicadores econômicos e sociais que demonstram serem importantes para identificar os níveis de desenvolvimento e desempenho entre todos os municípios da microrregião de Goioerê. Alguns indicadores ficaram de fora considerando a limitação de espaço no artigo.

O método de classificação do projeto partiu de uma análise de cada tabela a seguir onde mostra os municípios com bons ou ruins desempenhos.



A seguir apresenta-se a Tabela 1 – População estimada referência ano 2021. O número de população por si só, evidentemente, não se caracteriza como indicador econômico, mas este índice é de importância para nossa análise visto que, se a economia de um município demonstra condições de renda, trabalho e qualidade de vida suficientes para atrair pessoas ou não permitindo a saída das mesmas.

Tabela 1 - População estimada – 2021

Município	População Estimada – Habitantes
Altamira do Paraná	1.429
Boa Esperança	3.991
Campina da Lagoa	13.888
Goioerê	28.734
Janiópolis	4.948
Juranda	7.244
Moreira Sales	11.966
Nova Cantu	4.827
Quarto Centenário	4.420
Rancho Alegre D'Oeste	2.602
Ubiratã	20.809

Fonte: IparDES - IBGE – Elaborado pelos autores

Como é possível analisar os municípios com população mais baixa são 1º Altamira do Paraná 1.429 hab., 2º Rancho Alegre D'Oeste 2.602 hab., 3º Boa Esperança 3.991. Os municípios de maiores populações são em 1º Goioerê 28.734 hab., Ubiratã 20.809 hab., e Campina da Lagoa 13.888. Percebe-se diferença bem significativas entre os municípios.

A seguir apresenta-se a Tabela 2 – Taxa de crescimento geométrico populacional segundo o tipo de domicílio - 2010. A taxa de crescimento populacional geométrico é um indicador que mostra o quão rápido uma população está aumentando. É chamada de "geométrico" porque o crescimento é multiplicado por um fator constante em cada período. Essa taxa é usada para entender como uma população cresce ao longo do tempo e pode ajudar na previsão de quantas pessoas viverão em uma determinada área em um futuro próximo. É um indicador importante para planejamento e gestão de recursos, pois ajuda a entender o impacto do crescimento populacional nas necessidades de infraestrutura, serviços públicos, etc.

Tabela 2 - Taxa de crescimento geométrico populacional segundo o tipo de domicílio - 2010



Cidades	Urbano	Rural	Taxa de crescimento (%)
Altamira do Paraná	0,08	-7,78	-4,74
Boa Esperança	0,23	-2,88	-1,22
Campina da Lagoa	-0,11	-4,13	-1,00
Goioerê	0,28	-3,18	-0,25
Janiópolis	-0,78	-3,91	-2,11
Juranda	0,13	-2,70	-0,62
Moreira Sales	0,57	-3,98	-0,61
Nova Cantu	0,47	-5,74	-2,85
Quarto Centenário	0,81	-3,04	-0,93
Rancho Alegre D'Oeste	1,09	-6,37	-0,90
Ubiratã	0,43	-4,41	-0,47

Fonte: Ipardes - IBGE – Elaborado pelos autores

Na tabela 2, é possível analisar os municípios com taxa de crescimento geométrico mais baixos são 1º Altamira do Paraná -4,74%, 2º Nova Cantu -2,85%, 3º Janiópolis. Já os mais altos 1º Goioerê – 0,25%, 2º Ubiratã 0,47% e Moreira Sales 0,61%. Percebe-se que independente de mais baixo ou mais altos, o resultado é péssimo pois denota diminuição da população.

A seguir apresenta-se a Tabela 3 – Receitas municipais segundo as categorias - 2021 . Uma receita municipal é um documento que descreve detalhadamente todas as fontes de arrecadação de um município. Pode ser entendida como o conjunto de recursos financeiros que uma cidade recebe para custear suas despesas e investimentos. As receitas municipais são vitais para o funcionamento das cidades, pois são utilizadas para a manutenção e melhoria dos serviços públicos prestados à população, como saúde, educação, transporte, segurança, entre outros. Também são destinadas a investimentos em infraestrutura urbana, como pavimentação, saneamento básico, construção e manutenção de prédios públicos.

Tabela 3 - Receitas municipais segundo as categorias - 2021 em R\$

Cidades	Receitas correntes	Receitas de capital	Receitas correntes intraorçamentárias	Total
Altamira do Paraná	23.332.020,03	9.000,00	1.261.644,31	24.602.664,34
Boa Esperança	30.981.411,36	1.262.587,67	855.848,57	33.099.847,60
Campina da Lagoa	55.659.891,22	5.684.633,85	-	61.344.555,07
Goioerê	107.654.169,69	4.588.563,60	-	112.242.733,29



Janiópolis	29.135.229,36	1.703.947,66	5.161.242,70	36.000.419,72
Juranda	33.644.183,71	6.164.250,09	-	39.808.433,80
Moreira Sales	46.851.657,60	3.462.453,63	2.678.031,66	52.992.142,89
Nova Cantu	-	-	-	-
Quarto Centenário	28.550.139,16	1.712.631,12	-	30.262.770,28
Rancho Alegre D'Oeste	20.959.549,80	1.518.158,45	-	22.477.708,25
Ubiratã	97.899.954,08	3.642.836,52	-	101.542.790,60

Fonte: IparDES – STN/SICONFI – Elaborado pelos autores

Analisando as receitas com desempenho alto são 1º Goioerê R\$ 112.242.733,20, 2º Ubiratã R\$ 101.542.790,60, 3º Campina da Lagoa com R\$ 61.344.555,07. Se for comparado esse resultado com o quadro de população, a classificação é exatamente a mesma. População maior propicia receita maior e quase sempre na mesma proporção, excetuando-se população alta com muita pobreza na sua composição. No caso de menores receitas aqui apresenta-se Rancho Alegre D'Oeste com R\$ 22.477.708,25 (segunda menor população) e Altamira do Paraná R\$ 24.602.664,34 (primeira menor população).

A Tabela 4 – Valor adicionado fiscal segundo os ramos de atividade 2021. O Valor Adicionado Fiscal é um indicador econômico utilizado pelos governos para calcular a parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que será destinada a cada município. Quanto maior a proporção na composição total de Produção total de Indústria e Comércio e Serviços, mais desenvolvido é o município.

Tabela 4 - Valor adicionado fiscal segundo os ramos de atividade 2021

Cidades	Produção primária	Industria	Comércio e serviços	Recursos/autos	Total - valor (r\$ 1,00)
Altamira do Paraná	77.031.946	2.925.386	22.308.297	-	102.265.629
Boa Esperança	321.571.765	4.472.869	89.806.714	-71.500	415.779.848
Campina da Lagoa	483.028.423	61.046.186	121.817.769	-	665.892.378
Goioerê	400.852.386	112.340.606	425.254.394	1.945	938.449.331
Janiópolis	203.738.629	6.680.842	61.103.443	197.700	271.720.614
Juranda	340.390.883	9.958.322	196.254.950	1.549.998	548.154.153
Moreira Sales	276.802.424	10.808.245	120.064.374	864.928	408.539.971
Nova Cantu	344.347.491	32.240.109	64.172.302	-	460.759.902
Quarto Centenário	432.083.368	4.719.851	35.135.862	9.663	471.948.744
Rancho Alegre D'Oeste	267.177.378	6.693.566	33.557.891	81.034	307.509.869
Ubiratã	1.024.104.150	775.579.431	299.466.140	-	2.099.149.721



Fonte: Ipardes – STN/SICONFI – Elaborado pelos autores

Analisando o total do valor adicionado fiscal, os três melhores valores foram: 1º Ubitatã R\$ 2.099.149.72, 2º Goioerê R\$ 938.449.331 e 3º Campina da Lagoa R\$ 665.892.378. Os três melhores em Produção Primária Ubitatã R\$ 1.024.104.150, 2º Campina da Lagoa R\$ 483.028.423 e 3º Quarto Centenário R\$ 432.083.368. Os três melhores em Indústria em 1º Ubitatã R\$ 775.579.431, 2º Goioerê R\$ 112.340.606 e 3º Nova Cantu R\$ 32.240.109. Os três melhores em Comércio e Prestação de Serviços em 1º Goioerê R\$ 425.254.394, 2º Ubitatã R\$ 299.466.140 e Juranda R\$ 196.254.950. No critério de desenvolvimento (Indústria e Comércio e Serviços) Ubitatã aparece com um primeiro e um segundo lugares, Goioerê aparece com um segundo e primeiro lugares.

Na Tabela 5 – Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes segundo os ramos de atividades – 2020. O PIB é usado como um indicador importante para avaliar o tamanho e a “saúde” da economia de um país, pois reflete a atividade econômica e o crescimento ou declínio da produção.

Tabela 5 - Produto interno bruto (PIB) a preços correntes segundo os ramos de atividades - 2020

Cidades	Valor (r\$ 1.000,00)
Altamira do Paraná	83.778,38
Boa Esperança	276.239,93
Campina da Lagoa	550.889,52
Goioerê	1.019.366,77
Janiópolis	250.313,57
Juranda	400.996,92
Moreira Sales	291.460,39
Nova Cantu	307.690,42
Quarto Centenário	341.466,17
Rancho Alegre D'Oeste	223.267,90
Ubitatã	1.601.596,78

FONTE: MTP – Ipardes. Elaborado pelos autores.

Analisando-se a tabela, têm-se que os melhores resultados são: em 1º Ubitatã com R\$ 1.601.596,78, em 2º Goioerê com R\$ 1.019.366,77, em 3º Campina da Lagoa com R\$ 550.889,52. O mais baixo de todos Altamira do Paraná R\$ 83.778,38.



O próximo indicador é um dos maiores avanços dentre os indicadores econômicos, ou seja, o da tabela 6 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – 2010, criado como uma forma de medir o progresso humano, levando em consideração não apenas o crescimento econômico, mas também outros fatores que afetam a qualidade de vida das pessoas, que envolve renda, educação e saúde e seus derivados. Indica Qualidade de Vida, não na sua integridade mas bem próximo do real. Quanto mais próximo de 1 melhor é o resultado do município ou de um país, se fosse o caso.

Tabela 6 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – 2010

Municípios	IDH-M
Altamira do Paraná	0,667
Boa Esperança	0,720
Campina da Lagoa	0,704
Goioerê	0,731
Janiópolis	0,696
Juranda	0,708
Moreira Sales	0,675
Nova Cantu	0,658
Quarto Centenário	0,710
Rancho Alegre D'Oeste	0,704
Ubiratã	0,739

FONTE: Iparades - IBGE . Elaborado pelos autores.

Analisando-se a tabela têm-se que, os melhores resultados são: em 1º Ubiratã com 0,739, em 2º Goioerê com 0,731, em 3º Boa Esperança com 0,720. O município de menor IDH Nova Cantu 0,658.

O próximo indicador a ser apresentado e analisado é a Tabela 7, que trata da Renda média domiciliar per capita – 2010. É uma medida estatística que representa a média dos rendimentos de todos os membros de um domicílio em uma determinada área geográfica, como um país, Estado, cidade ou bairro. Essa medida é frequentemente expressa em termos de moeda local (por exemplo, dólares, euros, reais, etc.) e é usada para avaliar o padrão de vida e o nível socioeconômico de uma população em uma determinada área.

Tabela 7 - Renda média domiciliar per capita - 2010

Município	Renda Média Domiciliar per Capita em R\$
Altamira do Paraná	504,11
Boa Esperança	567,54



Campina da Lagoa	533,99
Goioerê	689,61
Janiópolis	571,73
Juranda	537,44
Moreira Sales	523,75
Nova Cantu	442,46
Quarto Centenário	719,34
Rancho Alegre D'Oeste	521,59
Ubiratã	637,35

FONTE: Ipar-des - IBGE - Censo Demográfico . Elaborado pelos autores.

Analisando esta tabela, os melhores resultados são: em 1º Quarto Centenário com R\$ 719,34, em 2º Goioerê com R\$ 689,61, em 3º Ubiratã com R\$ 637,35, em 4º Janiópolis com R\$ 571,73 e em 5º Boa Esperança com R\$ 567,54. Percebe-se que a renda per capita menor entre todos os municípios é de Nova Cantu com R\$ 442,46.

O próximo indicador também tem sua importância social, mas que sem dúvida afeta também o econômico que é o da tabela 8 - Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais – 2010. A taxa de analfabetismo é um indicador que mede a proporção da população com idade específica para a educação formal que não sabe ler e escrever em um nível básico. Geralmente, esse indicador é expresso como uma porcentagem da população total ou da população de uma determinada faixa etária.

Tabela 8 - Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais - 2010

Município	De 15 anos ou mais (%)
Altamira do Paraná	17,57
Boa Esperança	13,31
Campina da Lagoa	13,03
Goioerê	10,64
Janiópolis	17,66
Juranda	12,24
Moreira Sales	15,83
Nova Cantu	17,2
Quarto Centenário	12,76
Rancho Alegre D'Oeste	13,83
Ubiratã	9,63

FONTE: Ipar-des - IBGE - Censo Demográfico – Elaborado pelos autores.



Analisando-se a tabela, percebe-se que os melhores resultados são: em 1º Ubitatã com 9,63%, em 2º Goioerê com 10,64%, em 3º Juranda com 12,24%. O pior resultado é Altamira do Paraná 17,57% .

O indicador é o Índice Iparades de desempenho municipal (IPDM – 2020) - O IPDM criado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) com o objetivo de avaliar o desempenho e o desenvolvimento dos municípios paranaenses em diversas áreas, incluindo economia, educação, saúde e infraestrutura. É um índice que mede o desempenho dos 399 municípios do Estado do Paraná.

Tabela 9 - Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) – 2020

Município	Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM)
Altamira do Paraná	0,7598
Boa Esperança	0,7843
Campina da Lagoa	0,7132
Goioerê	0,7499
Janiópolis	0,7447
Juranda	0,7389
Moreira Sales	0,7002
Nova Cantu	0,7378
Quarto Centenário	0,7749
Rancho Alegre D'Oeste	0,771
Ubitatã	0,8290

FONTE: Iparades – Elaborado pelos autores

Analisando-se a tabela, percebe-se que os melhores resultados são: em 1º Ubitatã com 0,8290, em 2º Boa Esperança com 0,7843, em 3º Quarto Centenário com 0,7749.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do artigo foram respondidas as perguntas de pesquisa “Quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião?” “E comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente



entre os municípios? Além de respondidos o objetivo geral que era identificar os indicadores mais relevantes dos municípios da microrregião e fazer um comparativo entre eles.

Em termos de classificações entre primeiros e segundo lugares Ubitatã aparece 11 vezes (7 primeiros lugares e 4 segundos lugares). Goioerê aparece 10 vezes (4 primeiros lugares e 6 segundos lugares). Quarto Centenário (um primeiro lugar), Campina de Lagoa (um segundo lugar) e Boa Esperança (um segundo lugar).

Desse modo, estes indicadores são uma ferramenta importantíssima de política pública, onde o indicador com bom resultado deve ser mantido ou aperfeiçoados e indicador ruim melhorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008. Acessado em dezembro de 2022.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades** - Acessado em dezembro de 2022.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – **Perfil dos Municípios** – Acessado em dezembro de 2022.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MASCARENHAS. Carlos Cezar de. **Indicadores sociais e econômicos como instrumento de gestão e desenvolvimento das cidades: uma aplicação no município de Jacareí**. **Dissertação de Mestrado**. Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté - 2006. Acessado em dezembro de 2022.

NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. **Handbuch der Dritten Welt. Grundprobleme**, Theorien, Strategien. Band 1. 1., durchgesehener Nachdruck der 3. Auflage. Bonn, 1993.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico uma síntese**. DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO -- Editora Unijuí • ano 1 • n. 1 • jan./jun. • 2003

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 13 de 13



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO ENERGIA SOLAR COMO CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA E AMBIENTAL NO BRASIL E NA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Kamilly Ferreira de Sene - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Campo Mourão, kamilly.tg@outlook.com

Sérgio Luiz Maybuk - Orientador
Unespar/*Campus* Campo Mourão, sergio.maybuk@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de atender as exigências de estudo sobre a energia solar e seus benefícios econômicos e ambiental no Brasil e para a microrregião de Campo Mourão.

Temos um módulo geral a ser discutido no qual visa identificar a viabilidade econômica e ambiental da utilização da energia solar e identificar a utilização da mesma na microrregião de Campo Mourão.

Nessa linha, ainda há quatro objetivos específicos que foi redigido de forma precisa: Identificar os conceitos e características da implantação dos equipamentos e captação; Analisar os impactos ambientais que poderão ser evitados com a implantação dos captadores de energia solar; Identificar e analisar os custos e benefícios econômicos da implantação dos sistemas de geração própria de energia elétrica em telhados, fachadas e pequenos terrenos; Identificar o quantitativo aproximado da implantação dos equipamentos e captação da energia solar nos municípios da microrregião de Campo Mourão. Além desta introdução, serão apresentadas a Fundamentação teórica, Materiais e Métodos, Resultados e Discussões, Considerações Finais e Referências.

MATERIAIS E MÉTODOS

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 1 de 15



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Com base nas diretrizes propostas por Gil (2008), Marconi e Lakatos (2003), e Cervo, Bervian e Silva (2007), a metodologia adotada neste artigo envolveu uma pesquisa abrangente. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica rigorosa abordando a temática da energia solar e sua correlação com a responsabilidade ambiental. Essa revisão se apoiou em fontes especializadas, artigos científicos e obras relevantes como pilares de conhecimento.

Em relação à metodologia adotada, é importante mencionar que, ao tratar de questões nacionais, considerou-se a combinação da produção de energia solar e energia fotovoltaica. Embora essas duas fontes de energia tenham origens distintas, após serem geradas, desempenham papéis fundamentais tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental. Para uma compreensão mais clara, é válido destacar a diferença entre energia fotovoltaica, que gera eletricidade diretamente a partir dos raios solares, e energia solar, que utiliza o calor solar para aquecer líquidos. No entanto, ambas representam formas de energia gerada e são de grande importância para o país. É também relevante observar que o termo "painel solar" ou "placa solar" é frequentemente usado como sinônimo, sendo a nomenclatura mais popular para se referir a essas tecnologias.

A abordagem metodológica será predominantemente quantitativa, permitindo uma análise detalhada do fenômeno em foco. Isso contribuirá significativamente para uma compreensão mais completa da interseção entre energia solar e responsabilidade ambiental. Foram realizadas duas pesquisas com fonte primárias, uma com uma empresa especializada na instalação de equipamentos e placas solares e outra com uma consumidora. Ambas as pesquisas serão detalhadas nos Resultados e Discussões.

A energia solar é transformada em calor na atmosfera, criando diferenças de temperatura que impulsionam a circulação atmosférica e influenciam o ciclo da água. De acordo com Nascimento e Alves (2016), o sol tem o maior potencial de energia que sustenta a terra, sendo uma fonte que age indiretamente em quase todas as demais formas de energia (hidráulica, biomassa, eólica, combustíveis fósseis e energia dos oceanos).

A energia solar, uma alternativa inesgotável, desponta em um cenário de constante degradação ambiental provocada pela atividade humana. Esse processo se desencadeia pelo aquecimento desigual da atmosfera, dando origem à circulação atmosférica e ao ciclo da água, viabilizando seu aproveitamento em parques eólicos e, posteriormente, na geração hidrelétrica.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 2 de 15



Do ponto de vista social e econômico, conforme o Portal Solar (2023), a energia solar assume importância ao possibilitar o acesso à luz solar para populações de baixa renda, enquanto estimula melhorias no saneamento básico e em serviços essenciais. Essa abordagem visa empoderar essas comunidades frequentemente marginalizadas, concedendo-lhes informações e sistemas acessíveis que contribuem para a melhoria da qualidade de vida.

No contexto da produção de energia, segundo Martins et al. (2017), a necessidade contínua de crescimento econômico no Brasil impõe uma crescente demanda por energia, o que levou a uma reavaliação da perspectiva econômica sob a ótica da sustentabilidade ambiental. Essa abordagem busca equilibrar as necessidades econômicas com a preservação do meio ambiente, impulsionando a inovação e o desenvolvimento de tecnologias que aproveitam os recursos naturais.

Nesse cenário energético, a energia solar desempenha um papel crucial. De acordo com Martins et al. (2017), ela pode expandir a matriz elétrica brasileira, convertendo a energia solar em energia térmica ou elétrica, contribuindo significativamente para a oferta energética.

Quanto aos registros de produção, conforme dados da Brasil-Aneel (2022), em março de 2022, o Brasil superou a marca de 10 gigawatts (GW) de potência instalada em micro e minigeração. Esse montante pode contribuir no atendimento de aproximadamente 20 milhões de pessoas, em termos de residências em torno de 5 milhões.

Em âmbito regional, Estados como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul lideram em micro e minigeração distribuída, de acordo com dados da Brasil-Aneel (2022). Esses Estados, situados nas regiões sudeste e sul do Brasil, destacam-se pela adesão significativa à geração distribuída de energia solar.

É relevante observar que a fonte mais utilizada para micro e minigeração distribuída é a solar fotovoltaica, representando 99% da capacidade instalada total, conforme a Brasil-Aneel (2022). Isso se soma aos 4,88 GW de potência instalada em usinas solares de grande porte, evidenciando o crescimento exponencial da energia solar no Brasil.

Sob uma perspectiva econômica, a energia solar teve um impacto significativo no Brasil, como indicam os dados da Absolar (2022). Ela atraiu investimentos em torno de R\$ 100 bilhões, gerou em torno de R\$ 25 bilhões em impostos e criou aproximadamente 500



mil empregos nos últimos 10 anos. Além disso, contribuiu na diminuição em torno de 25 milhões de toneladas de carbono, promovendo a sustentabilidade ambiental.

Nessa “onda” positiva de utilização da energia solar, destaca-se a iniciativa do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) (2022) de construir a maior usina solar fotovoltaica já implantada por um órgão público brasileiro na cidade de Campo Mourão-PR, aproveitando a abundância de luz solar na região. Além dos benefícios econômicos, essa ação contribuirá para a utilização de energia limpa e sustentável, melhorando o meio ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo do nosso estudo foi analisar a implementação e o aumento do uso de sistemas de energia solar em residências e empresas na cidade de Campo Mourão no período de 2016 a 2022. A análise subsequente se baseia em dados coletados ao longo desses anos a partir de uma amostra representativa do sistema.

Tabela 1 – Agentes

AGENTE	QTD GD	AGENTES	
		UCs REC	CRÉDITOS
COPEL-DIS	2.339		3.220
Total	2.339		3.220

POT INSTALADA (kW)

COPEL-DIS	22.908,82
Total	22.908,82

Fonte: (ANNEL, 2023) elaborada pelos autores.

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL) é a principal distribuidora de energia no Estado do Paraná, e ela desempenha um papel significativo na geração distribuída (GD) de energia por meio da captação da radiação solar. Atualmente, a GD no município de Campo Mourão (polo regional) totaliza 2.339 unidades de energia renovável por energia solar.

Tabela 2 – Ano da Conexão



ANO DA CONEXÃO			
ANO	QTD GD	UCs REC CRÉDITOS	POT INSTALADA (kW)
2023	427	535	4.212,14
2022	910	1.273	7.943,21
2021	561	824	5.080,14
2020	260	395	2.822,12
2019	131	143	2.450,38
2018	31	31	238,85
2017	13	13	133,98
2016	6	6	28,00
Total	2.339	3.220	22.908,82

Fonte: (ANNEL, 2023) elaborada pelos autores

A análise dos dados referentes à geração distribuída de energia no período de 2016 a 2022 revela uma notável evolução na capacidade de geração solar em Campo Mourão. Ao observarmos a potência instalada (kW) nesses anos, fica evidente a tendência de crescimento substancial ao longo desse período.

Um dos pontos mais destacados dessa análise é a taxa de aumento entre 2016 e 2017, com um crescimento de 378,50%. Em 2017 para 2018, com um aumento de 78,27%, indicando uma demanda crescente pelos sistemas de energia solar. No ano de 2018 para 2019, nota-se um aumento percentual de 925,91%, sugerindo uma intensa e rápida expansão e adoção da geração distribuída de energia solar na região.

De 2019 para 2020 manteve-se a tendência de crescimento, embora em um ritmo mais moderado, houve um aumento de 15,17%. Em seguida, de 2020 para 2021, a capacidade instalada aumentou em 80,01%, sinalizando uma continuação da trajetória de crescimento. Ao final em 2021 para 2022, observou-se um aumento de 56,35%, indicando que a expansão da geração distribuída de energia solar permaneceu robusta.

A maior variação registrada ocorreu entre os anos de 2018 e 2019, com uma expansão de 925,91%. Esse salto impressionante representa um ponto de virada significativo, sinalizando uma adoção maciça da energia solar na região.



Por outro lado, a menor variação foi observada de 2019 para 2020, com um aumento mais modesto de 15,17%. Mesmo em um cenário de menor expansão, a energia solar continua a desempenhar um papel importante no fornecimento de energia.

A média das variações percentuais na potência instalada durante esse período é de aproximadamente 273,67%. Esse número representa a taxa média de aumento ano a ano, indicando um progresso substancial na adoção da energia solar em Campo Mourão. Essa média reflete o compromisso contínuo da comunidade local em abraçar fontes de energia limpa e renovável.

Esses dados refletem um cenário de progresso notável na adoção da energia solar em Campo Mourão, demonstrando que a capacidade instalada vem crescendo consistentemente, o que pode ser atribuído a uma maior conscientização sobre a importância das fontes de energia renovável e à sua viabilidade econômica e no futuro melhoria ambiental.

Tabela 3 – Classe de Consumo

CLASSE DE CONSUMO			
CLASSE	QTD GD	UCs REC CRÉDITOS	POT INSTALADA (kW)
Comercial	368	591	7.143,42
Industrial	102	139	2.566,23
Poder Público	1	1	10,00
Residencial	1.712	2.238	10.203,26
Rural	155	250	2.973,91
Serviço Público	1	1	12,00
Total	2.339	3.220	22.908,82

Fonte: (ANNEL, 2023) elaborado pelos autores.

Ao examinarmos a capacidade total de potência instalada (kW) na cidade de Campo Mourão, encontramos um valor impressionante de 22.908,82 kW. Essa potência é distribuída em diversas categorias que desempenham um papel essencial no fornecimento de energia na região.

Na categoria comercial, a capacidade alcança 7.143,42 kW, demonstrando a relevância da energia solar para negócios locais. Na categoria industrial, a capacidade instalada é de



2.566,23 kW, contribuindo para as operações industriais da cidade. O setor público conta com 10,00 kW, atendendo às necessidades das instituições governamentais.

No entanto, é na categoria residencial que observamos a maior distribuição de potência instalada, totalizando 10.203,26 kW. Esse dado chama a atenção para o forte interesse e adoção da energia solar por parte dos moradores de Campo Mourão, que buscam fontes de energia limpa e sustentável para suas residências e contribuem para o futuro ecologicamente mais correto.

Além disso, a classe rural contribui com 2.973,91 kW, atendendo às necessidades energéticas das áreas rurais da região, e a classe de serviço público possui 12,00 kW para garantir a operação de serviços essenciais.

Essa distribuição diversificada da potência instalada ressalta o compromisso de Campo Mourão com a adoção de fontes de energia sustentáveis, sendo a área residencial a que mais se destaca nesse movimento em direção a um futuro energético mais verde e eficiente.

Tabela 4 – Fonte de Geração

COMBUSTÍVEL	QTD GD	FONTE DE GERAÇÃO	
		UCs REC	CRÉDITOS POT INSTALADA (kW)
Radiação solar	2.339	3.220	22.908,82
Total	2.339	3.220	22.908,82

Fonte: (ANNEL, 2023) elaborado pelos autores

O foco dessa análise é a fonte de geração solar por radiação, e os dados que coletamos revelam informações valiosas sobre a geração distribuída (GD) na cidade de Campo Mourão. No total, registramos uma capacidade de geração distribuída de 2.339 unidades consumidoras (UCs), beneficiando um total de 3.220 UCs com créditos de energia. Além disso, a potência instalada (kW) na região alcança um impressionante valor de 22.908,82 kW.

Tabela 5 – Modalidade de Geração



MODALIDADE DE GERAÇÃO

MODALIDADE	QTD GD	UCs REC CRÉDITOS	POT INSTALADA (kW)
Autoconsumo remoto	534	1.415	6.150,23
Geracao na propria UC	1.805	1.805	16.758,59
Total	2.339	3.220	22.908,82

Fonte: (ANNEL, 2023) elaborado pelos autores

Nesta análise, observamos que a geração distribuída (GD) se divide em duas categorias distintas: Autoconsumo Remoto e Geração na Própria Unidade Consumidora (UC). No Autoconsumo Remoto, identificamos a presença de GD em 534 unidades consumidoras (UCs), beneficiando um total de 1.415 UCs com créditos de energia, resultando em uma potência instalada total de 6.150,23 kW.

Por outro lado, na categoria de Geração na Própria UC, encontramos GD em 1.805 unidades consumidoras (UCs), beneficiando diretamente um total de 1.805 UCs com créditos de energia. Essa modalidade apresenta uma potência instalada significativamente maior, totalizando 16.758,59 kW.

É notável que a maior concentração de potência instalada reside na categoria de Geração Própria na UC, refletindo um forte engajamento e adoção da geração distribuída de energia entre os próprios consumidores. Esse dado ressalta a importância da capacidade de autossuficiência energética nas unidades consumidoras da região.

Além disso, conduzimos uma pesquisa com uma empresa do setor que presta serviços em Campo Mourão e na sua microrregião. Também realizamos uma pesquisa com uma consumidora que chamaremos de Maria, nome fictício usado para preservar sua identidade, atendendo ao pedido de anonimato.

Os autores do artigo enviaram para dois engenheiros eletricitistas da Empresa Sunclear Energia Solar um questionário que aceitaram responder as seguintes questões:

- Como funciona o processo de geração de energia e a relação com a distribuição na Copel?
- Existe algum incentivo federal ou estadual de subsídio para os consumidores adquirirem as placas e demais equipamentos necessários?



- Qual o custo médio de instalação das placas e demais equipamentos necessários?
- Qual o percentual de desconto médio na fatura de energia a partir da instalação?
- Quanto tempo em meses, demora para o contratante pagar o investimento?
- Qual a vida útil dos equipamentos?
- Em caso de algum estrago e seja possível consertar, qual o custo médio para conserto?
- No Paraná existe algum órgão que registra todas as instalações que são feitas? É possível consulta pública?
- A empresa tem algum histórico de órgão oficial sobre o crescimento das instalações para captação de energia solar na última década?
- Desde o início da empresa, qual o percentual de crescimento das instalações em residências ou empresas na COMCAM ou no Estado do Paraná?

Os autores do artigo também enviaram para uma consumidora, Maria, que aceitou responder as seguintes questões:

- Qual valor do investimento nas placas solares?
- Qual a vida útil das placas solares?
- Em média, quanto de redução está tendo na fatura?
- Qual tempo, em meses que vai quitar o investimento?
- Qual foi o interesse em instalar as placas solares?

Como funciona o processo de geração de energia e a relação com a distribuição na Copel?

A geração de energia solar é baseada na captura da radiação solar, através de painéis solares, e transformá-la em energia elétrica. A luz solar é composta por partículas de luz conhecidas como fótons. Quando estes fótons atingem as placas solares, eles excitam elétrons na superfície da célula, liberando-os e permitindo que circulem livremente. Esta corrente elétrica é coletada por terminais elétricos na célula e, em seguida, é enviada para o inversor solar, que inverte a corrente contínua em corrente alternada, a qual usamos no nosso sistema elétrico residencial/industrial. A COPEL (Companhia Paranaense de Energia) é responsável pela geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e no caso da energia solar, as Unidades Consumidoras geram a energia e utilizam a infraestrutura de transmissão e distribuição da COPEL.



Existe algum incentivo federal ou estadual de subsídio para os consumidores adquirirem as placas e demais equipamentos necessários?

Sim, existem incentivos federais e estaduais. No nível federal, há vários programas e incentivos disponíveis, como o Crédito Fiscal de Investimento, que permite aos proprietários de sistemas de energia solar de pequeno porte receberem um crédito fiscal de 30% do custo total do sistema. Em nível estadual, muitos estados oferecem incentivos, como descontos no imposto sobre a propriedade, créditos fiscais, incentivos financeiros e programas de financiamento, para incentivar os consumidores a instalarem sistemas de energia solar.

Qual o custo médio de instalação das placas e demais equipamentos necessários?

O custo de instalação de um sistema de energia solar varia dependendo de diversos fatores, como o tamanho do sistema, a localização, a qualidade dos equipamentos e a complexidade da instalação. De maneira geral, o custo médio para instalar um sistema residencial de energia solar pode variar de R\$ 10.000 a R\$ 40.000, dependendo das variáveis.

Qual o percentual de desconto médio na fatura de energia a partir da instalação?

O percentual de desconto na fatura de energia elétrica após a instalação de um sistema de energia solar pode variar dependendo de vários, como eficiência do sistema, a quantidade de energia gerada e o tamanho do sistema. Em média, é possível obter uma redução de 60 a 80% na fatura de energia elétrica.

Quanto tempo em meses, demora para o contratante pagar o investimento? O tempo necessário para recuperar o investimento de um sistema de energia solar depende de alguns fatores, como o tamanho do sistema, o custo da instalação, as tarifas de energia elétrica e a eficiência do sistema. Em média, o tempo de retorno do investimento pode variar de 3 a 10 anos, mas pode ser mais curto ou mais longo dependendo do total investido.

Qual a vida útil dos equipamentos?

A vida útil dos equipamentos de energia solar depende de alguns fatores, incluindo a qualidade dos materiais utilizados, as condições climáticas e de instalação, e a manutenção



regular. Em geral, as placas solares têm uma vida útil de cerca de 25 a 30 anos, enquanto os inversores de 10 a 15 anos. Outros componentes como a estrutura de fixação nos telhados são em torno de 30 anos, e demais equipamentos como as caixas de proteção CC e CA entre 1 a 10 anos.

Em caso de algum estrago e seja possível consertar, qual o custo médio para conserto?

Esse custo depende de vários fatores, como a complexidade do problema, a disponibilidade das peças e a mão de obra especializada. De modo geral, esse custo pode oscilar entre R\$ 100 até alguns milhares de reais, dependendo do equipamento e do estrago.

No Paraná existe algum órgão que registra todas as instalações que são feitas? É possível consulta pública?

No estado do Paraná, não há um órgão específico que registre todas as instalações de energia solar. No entanto, é possível consultar informações sobre as instalações de energia solar através da COPEL, que é responsável por gerenciar a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado.

A empresa tem algum histórico de órgão oficial sobre o crescimento das instalações para captação de energia solar na última década?

Não, mas pode ser consultado no site da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Desde o início da empresa, qual o percentual de crescimento das instalações em residências ou empresas no Estado do Paraná?

De acordo com o nosso período na empresa, do início de 2021 até hoje, o crescimento de instalações de energia solar em residências/indústrias subiu em média 200% nesse período.

Questionário aplicado a empresa Sunclear – Energia Solar e respondido pelos dois engenheiros elétricos que pediram para registrar apenas os seus primeiros nomes Natan e Hugo. Elaborado pelos autores.

Os engenheiros elétricos forneceram informações técnicas sobre a geração de energia solar, enquanto a pesquisa mostrou que existem incentivos federais e estaduais para a adoção de painéis solares. Os custos de instalação variam, mas são considerados viáveis. O desconto médio na fatura de energia após a instalação é de 60 a 80%, e o retorno do investimento varia



de 3 a 10 anos. A vida útil dos equipamentos é estimada em 25 a 30 anos. O custo de conserto é variável. Não existe um órgão específico para registrar todas as instalações no Paraná, mas a Copel pode fornecer dados mediante solicitação. Não há histórico oficial de crescimento das instalações, mas os números mostram um aumento significativo, especialmente na região de atuação da empresa, com um crescimento de 200% em um ano, superando a média nacional de 70%. A pesquisa inclui uma tabela 3 com respostas detalhadas da consumidora entrevistada.

Em sequência apresentamos o questionamento à consumidora que possui as placas solares instaladas na sua residência e que se dispôs a atender os/as pesquisadores/as e que as respostas serão apresentadas na íntegra.

Qual valor do investimento nas placas solares?

R\$16.000,00 com a instalação.

Qual a vida útil das placas solares?

25 anos.

Em média, quanto de redução está tendo na fatura?

Pagamos apenas a taxa mínima, varia entre 80 a 100 reais. Antes nossa conta de energia variava entre R\$190,00 até uns R\$350,00.

Qual tempo, em meses que vai quitar o investimento?

Foi feito pagamento a vista.

Qual foi o interesse em instalar as placas solares?

Interesse em economizar.

As análises das respostas às perguntas revelam informações valiosas. A primeira pergunta e sua resposta são essenciais para estimar o tempo de retorno do investimento em energia solar. A segunda pergunta indica que a vida útil dos equipamentos é considerada boa.



A terceira pergunta revela descontos significativos na fatura de energia, com cálculos detalhados de desconto em valores absolutos e percentuais. A média dos descontos é de 63,45%. Multiplicando o desconto mensal pelo ano, sugere-se a possibilidade de compensar aumentos nas faturas ao longo do tempo. Um cálculo simples indica um retorno do investimento de aproximadamente 7,4 anos após a instalação dos painéis solares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como principal objetivo a análise da implementação e aumento da utilização de sistemas de energia solar em residências e empresas no município de Campo Mourão, no período compreendido entre 2016 e 2022. Os dados foram coletados de uma amostra representativa do sistema, revelando uma notável evolução na capacidade de geração solar ao longo desse intervalo de tempo, com destaque para um crescimento substancial nos anos de 2017, 2018 e 2019. A maior variação percentual ocorreu entre 2018 e 2019, com um impressionante aumento de 925,91%.

Além disso, a pesquisa abordou a distribuição da potência instalada em diferentes categorias, sendo a categoria residencial a líder na adoção da energia solar. Os resultados também demonstraram uma capacidade total de potência instalada de 22.908,82 kW e destacaram que a geração distribuída beneficia tanto unidades consumidoras de autoconsumo remoto quanto aquelas que geram energia na própria unidade consumidora, sendo que esta última apresenta uma potência instalada significativamente maior. Esses resultados refletem o comprometimento da comunidade local com a energia solar como fonte sustentável e eficiente de energia.

No decorrer deste estudo, foram exploradas as questões de pesquisa: "É economicamente e ambientalmente viável o uso da energia solar para geração de eletricidade?" e "Qual é o nível de adoção dessa tecnologia nos municípios da região de Campo Mourão?" Estas perguntas foram respondidas com base em informações obtidas de uma empresa especializada, contribuindo para alcançar o objetivo geral da pesquisa: "Identificar a viabilidade econômica e ambiental da energia solar e avaliar sua adoção nos



municípios da região de Campo Mourão." Adicionalmente, foram abordados objetivos específicos, incluindo a análise das características da implantação de equipamentos de captação de energia solar, a avaliação dos custos e benefícios econômicos da geração de energia própria e o monitoramento da evolução da implementação dessa tecnologia na região.

Entre as principais conclusões do estudo, destaca-se o notável crescimento da geração de energia solar no Brasil, com um aumento de 69,56% apenas entre 2021 e 2022, e uma média anual de crescimento de 83,88% nos últimos 5 anos. Esse crescimento foi impulsionado por fatores como linhas de financiamento mais robustas, prazos de pagamento mais longos, taxas de juros mais baixas e redução dos custos dos painéis solares.

Os custos de implantação de painéis solares variam de R\$ 10.000,00 a R\$ 40.000,00, com uma média de redução de 60% a 80% nas contas de energia elétrica. O período médio de retorno do investimento varia de 3 a 10 anos, enquanto a vida útil dos painéis solares é estimada em cerca de 25 a 30 anos. Além disso, observou-se um crescimento notável na instalação de painéis solares na região de Campo Mourão, com um aumento de aproximadamente 200% de acordo com a empresa pesquisada.

Em suma, fica evidente que a adoção contínua dessa forma de energia contribuirá para a preservação do meio ambiente, reduzindo a necessidade de construção de novas usinas hidroelétricas e minimizando o impacto ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

Martins, F. R., Pereira et. al, E. B., (2017). **Atlas brasileiro de energia solar**. INPE - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações das Minas e Energia – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

<https://www.portalsolar.com.br/mercado-de-energia-solar-no-brasil.html> acessado em 2023.
Acessado em fevereiro de 2023.

https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/223/1372545_LEONARDO%20%20AT%20%20LIO%20%20ARTIGO%20CIENCIA%20E%20TECNOLOGIA%20E%20ENERGIA%20RENOVAVEL%201380933.pdf?sequence=1&isAllowed=y - Oliveira, Leonardo Atílio de. Mècher, Leonardo. Meio Ambiente: energias renováveis. Acessado em fevereiro de 2023

http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2016/anais/arquivos/0859_1146_01.pdf – Nascimento, Raphael Santos. Alves, Geziele Mucio. Fontes alternativas e renováveis de energia no brasil: métodos e benefícios ambientais. Acessado em fevereiro de 2023.

<https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2022/brasil-ultrapassa-marca-de-10-gw-em-micro-e-minigeracao-distribuida> . Acessado em fevereiro de 2023.

<https://exame.com/esg/energia-solar-cresce-1-gw-por-mes-e-pode-alcancar-o-dobro-de-itaipu-em-fevereiro/> . Acessado em fevereiro de 2023.

<https://www.absolar.org.br>. Acessado em fevereiro de 2023.

https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/11KI/content/tjpr-recebe-terreno-em-campo-mourao-onde-sera-construida-a-primeira-usina-fotovoltaica-do-poder-judiciario-no-estado/18319?inheritRedirect=false - Reportagem TJPR –Acessado em fevereiro de 2023.

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2VmMmUwN2QtYWFiOS00ZDE3LWI3NDMtZDk0NGI4MGU2NTkxIiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBiMSIsImMiOiJ9> – Acessado em agosto de 2023.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 15 de 15



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E GERENCIAMENTO EMPRESARIAL: UM ESTUDO SOBRE UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS E FERRAMENTAS DE GESTÃO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR

Maria Eduarda Yoshitani de Andrade - (Unespar)
Unespar/*Campus* de Campo Mourão - mariaedyoshitani@gmail.com

Adalberto Dias de Souza - Orientador
Unespar/*Campus* de Campo Mourão - adalbertodias.unespar@gmail.com

Marcos Junior Ferreira de Jesus - Coorientador
Unespar/*Campus* de Campo Mourão - marcos_junio@hotmail.com

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento
Tecnológico e Inovação - PIBITI
Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema empreendedorismo e inovação no Brasil, tem notável expansão a cada ano, evidenciado pelo crescente número de publicações sobre a temática e a abertura de espaço para discussão em importantes congressos de administração. A criação de empresas duradouras e a necessidade de diminuir as altas taxas de mortalidade desses empreendimentos foram os principais fatores que causaram a popularização do assunto no país.

E esse interesse cresce em conjunto com o número de abertura de novos empreendimentos, conforme dados do Sebrae (2021), em 2021 o Brasil registrou um recorde no número de abertura de novos negócios, atingindo a média de 682,7 mil de microempresas e 121,9 mil empresas de pequeno porte.

Deve ser ressaltado que, durante as últimas décadas, o desenvolvimento econômico do Brasil conta com uma grande participação das micro e pequenas empresas, conforme o Sebrae-SP (2021), um estudo elaborado pelo Sebrae e pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, apontou que as MPEs alcançaram 30% do valor do Produto Interno Bruto (PIB) do país em

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 1 de 24



2020, confirmando o movimento consistente e crescente da importância dos pequenos negócios no país.

No entanto, destaca-se negativamente neste cenário a elevada taxa de mortalidade nos empreendimentos brasileiros. De acordo com uma pesquisa conduzida pelo Sebrae (2014), constatou-se que aproximadamente 30% das novas pequenas e médias empresas abertas no Brasil não conseguem subsistir além de seus dois anos iniciais, enquanto quase 40% desses empreendimentos sucumbem antes de completarem cinco anos de atividade.

Entre as causas desse elevado índice de mortalidade precoce das MPEs destaca-se o despreparo técnico e administrativo para o empreendimento, a má gestão do negócio, a não utilização de instrumentos de auxílio ao gerenciamento e a falta da qualidade empreendedora. Além disso, é importante considerar que os empreendedores muitas vezes enfrentam dificuldades em obter acesso a recursos financeiros, tecnológicos e para sua capacitação e formação profissional.

O estudo do Sebrae (2014), ainda confirma que a falta de gestão empresarial é um dos principais motivos que levam as empresas a mortalidade. Essa preocupação também foi abordada por outras pesquisas sobre o tema, como os estudos de Zanotelli e Ceruti (2020) e Santos, Dorow e Beuren (2016), que igualmente identificaram a carência de instrumentos gerenciais nas empresas que investigaram.

Adicionalmente, Feil e Haberkamp (2020) verificam nas MPEs investigadas em uma pesquisa que seus gestores atribuem grande importância para os instrumentos que auxiliam as práticas gerenciais, no entanto, a utilização dessas ferramentas nas empresas estudadas não é efetuada da maneira adequada pelos mesmos.

Assim, diante do exposto, emerge a necessidade de investigar sobre a utilização de técnicas e ferramentas de apoio ao gerenciamento empresarial em micro e pequenas empresas do município de Campo Mourão. Para isso, será identificado quais técnicas e ferramentas de gestão são utilizadas pelos gestores dos pequenos negócios objetos de estudo, bem como, o grau com que fazem o uso desses instrumentos.

As técnicas e ferramentas analisadas no estudo são das áreas: financeira, de compras, recursos humanos, mercadológica e de estratégia e inovação. Com destaque para área de inovação, que contribui de diversas maneiras para o empreendimento. Motohashi (1998)



afirma que a inovação, por meio do progresso tecnológico, promovendo a produtividade, a demanda pelos novos produtos e a melhora na eficiência, é um elemento vital para o crescimento de qualquer empreendimento.

Dessa forma, espera-se, por meio desta pesquisa, que ao identificar os principais destaques, tanto positivos, quanto negativos, do gerenciamento das MPEs de Campo Mourão, propiciar aos empreendedores a oportunidade de analisar a forma como estão conduzindo seu empreendimento e seus modelos de atuação e de gestão, para que possam identificar seus pontos fortes e, principalmente, as áreas que necessitam aprimoramento. Também se espera, poder avançar no conhecimento acerca dos temas relacionados ao estudo da atuação empreendedora no contexto das micro e pequenas empresas brasileiras.

MATERIAIS E MÉTODOS

O Empreendedorismo e o Empreendedor

Empreendedorismo é uma livre tradução da palavra *entrepreneurship* da língua inglesa e originada da palavra francesa *entrepreneur* (*entre* = entre ou intermediário e *prende* = fazer, tomar ou assumir algo) que, na afirmação de Dornelas (2021) quer dizer aquele que assume riscos e começa algo novo. Segundo Fillion (1999), o termo foi originalmente usado para descrever uma pessoa que comprava insumos e os vendia para outra pessoa, o *entrepreneur* era, então, uma pessoa que identificava uma oportunidade de negócio e assumia o risco de fazer estas vendas.

Muitas são as definições de empreendedorismo, para Joseph Schumpeter (1949) “o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais” (apud DORNELAS, 2021, p.29).

Kirzner (1973) em outra perspectiva diz que o empreendedor é aquele capaz de criar um equilíbrio, encontrando uma posição clara e objetiva, ou seja, uma oportunidade, mesmo em um ambiente caótico e turbulento identificando oportunidades.



Para Dornelas (2021) o empreendedorismo é o envolvimento das pessoas e dos processos que, em conjunto transformam ideias inovadoras em oportunidades e ao fazer a implementação destas oportunidades de maneira adequada, tem-se a criação de um negócio de sucesso. O autor ainda complementa dizendo que essa criação requer assumir riscos calculados.

Chiavenato (2021) também define o empreendedorismo, para ele é o processo pelo qual os indivíduos com ideias inovadoras perseguem oportunidades mesmo sem ter a totalidade dos recursos necessários para aproveitá-las. Chiavenato (2021) ainda define o empreendedor como a pessoa que inicia ou dinamiza um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente, trazendo ao mundo novas soluções.

Diante das definições apresentadas, torna-se evidente que o ato de empreender implica na habilidade de identificar oportunidades e convertê-las em empreendimentos bem-sucedidos, e sempre assumindo riscos calculados. Essa perspectiva ressalta a importância do pensamento estratégico e da capacidade de análise do empreendedor para avaliar cuidadosamente as oportunidades e os cenários para tomar decisões adequadas.

O Empreendedorismo no Brasil e as Micro e Pequenas Empresas

No Brasil, o interesse pelo empreendedorismo começou a se intensificar no final da década de 1990, contudo o marco na consolidação do tema e de sua relevância ocorre a partir dos anos 2000 (DORNELAS, 2021). Dornelas (2021) ainda explica, que a popularidade da temática se dá pela preocupação com a criação de pequenas empresas duradouras e a necessidade da diminuição das taxas de mortalidade desses empreendimentos.

O crescente número de criações de novos negócios no país ocorre a partir dos anos 2000, conforme destacado por Dornelas (2021) esse crescimento é motivado pelo elevado índice de desemprego no país, sem alternativas as pessoas criam seus próprios negócios mesmo sem experiência no ramo, nem com todos os recursos necessários.

Hoje, de acordo com dados de junho de 2023 do Mapa de Empresas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC do Governo Federal, o Brasil



conta com mais de 21,4 milhões de empresas ativas, desse total 93,77% (20,1 milhões) correspondem à micro e pequenas empresas.

Conforme o Sebrae-SP, um estudo elaborado pelo Sebrae e pela Fundação Getúlio Varga (FGV), revelou que as MPEs alcançaram 30% do valor do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2020, confirmando o movimento consistente e crescente da importância dos pequenos negócios na geração de empregos e arrecadação de impostos no país.

De acordo com o Sebrae-SP (2020), em relação à geração de empregos formais, a importância das MPE é ainda mais significativa para a economia. Os pequenos negócios são responsáveis por mais da metade dos empregos formais no país. Segundo o presidente do Sebrae, Carlos Melles, de 2006 a 2019, as micro e pequenas empresas foram responsáveis pela criação de cerca de 13,5 milhões de vagas de trabalho.

Com estas evidências, fica claro que as MPEs assumem um papel fundamental para o progresso econômico e social do Brasil. Além de serem responsáveis pela geração da maioria dos empregos formais, desempenham um papel crucial na distribuição de renda, na arrecadação de tributos e no desenvolvimento regional. Seu impacto abrangente se estende a diversos fatores que impulsionam a economia e contribuem para o crescimento do Produto Interno Bruto do país.

No entanto, é importante destacar que, em contrapartida ao cenário atual com 20,1 milhões de micro e pequenas empresas em atividade no Brasil, dados do Mapa de Empresas referentes a junho de 2023 revelam que 164.049 empresas foram encerradas até o momento. Essa quantidade de empresas extintas chama a atenção para a dinâmica do ambiente empresarial e destaca a relevância de investigar as possíveis causas por trás desses encerramentos.

No Brasil, em especial, um estudo realizado pelo Sebrae em 2014, aponta que os principais motivos que levam as MPEs a mortalidade são: 1) Planejamento prévio; 2) Gestão empresarial; 3) Comportamento empreendedor. O estudo revela que ao abrir a empresa, parte dos empreendedores não levantou informações importantes sobre o mercado e mais da metade não realizou o planejamento de itens básicos antes do início das atividades da empresa.



Isso é confirmado pelo estudo de Sales et al. (2008), que objetivando demonstrar os fatores condicionantes da mortalidade das MPEs, constataram que 78% das 32 empresas estudadas não sobreviveram mais de dois anos. Quanto ao planejamento, constatou-se que 53% das empresas dedicaram de um a três meses, 38% de três a seis meses e somente 9% mais de doze meses para o planejamento inicial. A pesquisa também revelou que apenas 16% realizaram pesquisa de mercado e 25% fizeram análise de viabilidade econômico-financeira antes da abertura da empresa, o que pode contribuir para a mortalidade dos negócios.

A ausência dos fatores mencionados tem seu impacto evidenciado em um estudo conduzido pelo Sebrae em 2014, que aponta que 24,4% das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) encerram suas atividades com menos de dois anos de existência, podendo esse número alcançar 50% para os estabelecimentos com menos de quatro anos. Diante desse cenário, torna-se essencial a adoção de medidas que visem fortalecer a sobrevivência e o desenvolvimento desses empreendimentos no país.

Gerenciamento Empresarial

Sabe-se que o gerenciamento empresarial se faz importante, independente do porte ou atividade do empreendimento, assim, seria desejável que o número de novos empreendimentos fosse proporcional ao número de gestores capacitados. Caso contrário, continuarão surgindo empresas que, devido à falta de uma gestão adequada de suas operações, não conseguirão manter-se no mercado por mais de dois anos.

Filion (1988) afirma que os empreendedores devem não apenas estabelecer as ações necessárias para suas atividades, mas também identificar o que precisam aprender para realizar essas ações com êxito. Tal abordagem enfatiza a importância de uma base sólida de conhecimentos e habilidades gerenciais para a eficiência e sucesso das operações empreendedoras.

Dornelas (2021) destaca a importância do conhecimento gerencial para o empreendedor, ressaltando que este deve possuir habilidades abrangentes em três áreas distintas: pessoais, técnicas e gerenciais. As habilidades pessoais envolvem a presença de traços inovadores e criativos. Já as habilidades técnicas envolvem competências como a



capacidade de redação, a habilidade de captar informações, ser um bom comunicador, saber liderar e trabalhar em equipe.

Por fim, as habilidades gerenciais abrangem as áreas cruciais envolvidas na concepção, desenvolvimento e gestão da empresa (Dornelas, 2021). Neste estudo, destaca-se as habilidades gerenciais nas áreas de recursos humanos, finanças, compras, marketing e estratégia e inovação, áreas fundamentais para o sucesso do empreendedor e para a condução eficiente e bem-sucedida do empreendimento.

Lacombe (2021) é enfático ao afirmar que “a existência de pessoas de bom nível, bem selecionadas, treinadas e integradas e que trabalham como equipe tem um valor inestimável”. Veloso (2007) evidencia em seu estudo que a implementação de práticas de recursos humanos é um fator determinante na performance organizacional.

Kotler e Keller (2012) estabelece que a administração de marketing é “a arte e a ciência de selecionar mercados-alvo e captar, manter e fidelizar clientes por meio da criação, entrega e comunicação de um valor superior para o cliente”. Maso (2010) destaca que o marketing é essencial para a satisfação do cliente, importante para compreender o comportamento e as necessidades do consumidor e fundamental a cooperação que busca manter-se no mercado e ser competitivo.

Para Kuazaqui (2016) além de atender as necessidades humanas, o marketing é agregador de valor aos produtos que comercializa. Pinargote-Montenegro (2019) também evidencia que a gestão do marketing além de atrair consumidores, permite a diferenciação, a avaliação das ameaças e oportunidades, das tendências de mercado, sendo um aliado para garantir a rentabilidade da empresa.

Toledo e Ruiz (2011) ressaltam a importância da presença de um marketing estratégico nas organizações a voltado para a elaboração e implantação de estratégias de crescimento no nível corporativo e de crescimento e posicionamento de mercado no âmbito do domínio competitivo, que contribua para o alcance de desempenho superior das organizações e ofereça um potencial adequado de crescimento e rentabilidade.

Finanças é a arte e também a ciência do gerenciamento de fundos financeiros de um empreendimento (GITMAN, 2010). De acordo com Cheng e Mendes (1989) a gestão financeira está preocupada com a administração das entradas e saídas de recursos monetários



provenientes da atividade operacional da empresa, ou seja, com a administração do fluxo de disponibilidade da empresa.

Para Chiavenato (2022) esta área da organização tem como objetivo básico a maximização do lucro, ainda evidencia que é comum mortes de empresas em seus primeiros anos de vida, por não terem uma visão clara sobre a gestão financeira, à vista disso se mostra relevante que o empreendedor compreenda a importância da gestão financeira e de suas ferramentas gerenciais.

Cielo e Cielo (2007) são enfáticos quando afirmam que um gestor financeiro precisa se envolver com as mudanças que ocorrem no mercado financeiro e adotar métodos que permitam um melhor planejamento num ambiente de crescente competitividade. Esses métodos envolvem instrumentos que apoiam o gerenciamento.

Para Simões e Michel (2004) o termo compra é definido como a aquisição de uma coisa ou de um direito, pelo qual se paga determinado preço. As atividades relacionadas a compras envolvem uma série de fatores como seleção de fornecedores, qualificação dos serviços, determinação de prazos de vendas, previsão de preços, serviços e mudanças na demanda, entre outros.

A gestão de compras é uma atividade fundamental para o bom gerenciamento das empresas e que influencia diretamente nos seus estoques e no relacionamento com os clientes, estando também relacionada à competitividade e ao sucesso da organização (SIMÕES; MICHEL, 2004).

Simões e Michel (2004) ainda ressaltam os benefícios de uma gestão de compras eficiente, podendo trazer maior agilidade nas operações efetuadas pela organização e uma qualidade crescente nas aquisições. Além disso, contribui significativamente para o alcance dos objetivos estratégicos e das metas da organização.

A gestão dessas áreas, finanças, pessoas, mercadologia e compras podem ser feitas com o apoio de ferramentas e técnicas gerenciais. Marques (2020) enfatiza que as técnicas e ferramentas de gestão empresarial podem desempenhar um papel fundamental na tomada de decisões, no planejamento estratégico da organização e na análise de problemas, resultando em soluções pertinentes para a gestão eficaz da empresa.



O Sebrae (2021) também ressalta a importância dessas técnicas e ferramentas para o gerenciamento de uma organização e afirma que com as ferramentas certas, cada função dentro de um negócio pode ser executada com mais qualidade e rapidez, dando aos funcionários e ao gestor muito mais tranquilidade e eficiência. Também evidencia que essas ferramentas não são destinadas apenas ao controle dos processos empresariais, mas também podem fazer gestores conhecerem melhor seu próprio negócio.

Zanotelli e Ceruti (2020) em uma pesquisa qualitativa verificam o grau de utilização de instrumentos para gestão de processos e pessoas em cinco empreendimentos, onde dois dos gestores adotam instrumentos apenas de gestão de processos e os outros três gestores não utilizam nenhum tipo de instrumento de gestão, evidenciando a carência na gestão.

A importância da utilização atribuída aos instrumentos gerenciais também foi apontada no estudo de Santos, Dorow e Beuren (2016), o estudo investigou 41 empresas, os resultados da pesquisa evidenciam as demonstrações contábeis não são utilizadas e os principais métodos de custeio são desconhecidos, artefatos como planejamento estratégico, orçamento, retorno sobre investimento, são desconhecidos ou não utilizados pelos gestores, embora reconheçam a sua importância.

Um estudo realizado por Feil e Haberkamp (2020) também com o objetivo de analisar o nível de importância e da utilização de ferramentas gerenciais e operacionais em MPEs, aponta que o nível de importância atribuído às ferramentas operacionais e gerenciais pelos gestores é bastante considerável, contudo, em aproximadamente 70% das 105 empresas estudadas a utilização dessas ferramentas não é feita da maneira adequada.

É relevante enfatizar novamente que a ausência de uma gestão eficaz configura-se como um dos fatores determinantes para a mortalidade das empresas, conforme evidenciado em um estudo previamente mencionado realizado pelo Sebrae. Esse estudo aponta que a falta de práticas adequadas de gestão empresarial figura como uma das principais razões que levam ao fechamento das empresas.

Sob esta perspectiva, torna-se evidente que, embora haja um reconhecimento da importância dos instrumentos e técnicas gerenciais por parte dos gestores, sua efetiva aplicação ainda se constitui como um desafio para a grande maioria das empresas. Esse



cenário reforça a necessidade de conduzir mais pesquisas que abordem a relevância dessas ferramentas no apoio ao gerenciamento empresarial.

Empreendedorismo e Inovação

Como um conceito fundamental para a explicação do desenvolvimento econômico, Schumpeter (1934) introduz a inovação como sendo “a introdução comercial de um novo produto ou “uma nova combinação de algo já existente” criados a partir de uma invenção que por sua vez pertence ao campo da ciência e tecnologia”.

Nesta linha, Freeman (1994) define a inovação como a introdução de um novo produto, processo, sistema ou dispositivo. Já na visão de Dornelas (2020) a inovação tem a ver com mudança, fazer as coisas de forma diferente ou criar algo novo, de transformar o ambiente onde se está inserido.

Para Peter Drucker (1985) “a inovação é a ferramenta-chave dos gestores, o meio pelo qual exploram a mudança como uma oportunidade para um negócio ou serviço diferente. É passível de ser apresentada como uma disciplina, de ser ensinada e aprendida, de ser praticada”.

Conforme Tidd e Bessant (2015), o cenário competitivo tem passado por transformações, favorecendo as organizações que têm a capacidade de mobilizar conhecimento e avanços tecnológicos, além de conceber a criação de novidades em suas ofertas e na maneira como as desenvolvem e lançam no mercado.

Assim, a inovação desempenha um papel fundamental para o sucesso dos empreendimentos, conforme afirmado por Tidd e Bessant (2015). Pesquisas sugerem que a introdução de novos produtos no mercado está fortemente correlacionada ao desempenho das empresas, possibilitando conquistar e manter fatias de mercado e aumentar a lucratividade.

Motohashi (1998) reforça essa perspectiva, destacando que a inovação impulsionada pelo progresso tecnológico é essencial para promover a produtividade, estimular a demanda por novos produtos e aprimorar a eficiência dos empreendimentos, tornando-se um elemento vital para seu crescimento.



Pinto, Henriques e Martinhos (2014) também enfatizam que a inovação confere maior competitividade às empresas, diferenciando-as dos concorrentes e permitindo que superem estratégias baseadas apenas em baixos preços. Em essência, a inovação atua como um catalisador para o desempenho econômico-financeiro, refletido em termos de quota de mercado, rentabilidade e crescimento.

Nesse contexto, Tidd e Bessant (2015) destacam que a inovação é impulsionada pelo empreendedorismo, um misto de visão, paixão e esforço que transforma ideias em realidade. O poder transformador da inovação, seja em produtos, processos ou serviços, provém dos indivíduos, que, atuando de forma independente ou dentro de organizações, são os verdadeiros agentes da mudança e tornam a inovação possível.

Essas perspectivas reforçam a interligação entre a inovação, o empreendedorismo e o potencial humano, e como esses fatores impulsionam o progresso e o sucesso dos empreendimentos, conferindo-lhes uma vantagem competitiva crucial no mercado dinâmico atual.

Nesta linha, Marques (2004) apresenta que as empresas inovadoras têm melhor desempenho e uma maior apetência para crescer no mercado. Estudos de Mansfield (1962) e Klomp e Van Leeuwen (2001) também apresentam que empresas consideradas inovadoras apresentam maiores taxas de crescimento, e que a inovação contribui significativamente para o desempenho geral de venda, produtividade e crescimento do nível de emprego.

Frente a essas colocações, podemos afirmar que a inovação é um recurso essencial para qualquer empreendimento, aumenta o desempenho empresarial, a competitividade, a produtividade e a demanda por novos produtos. Desta forma, é essencial que os tenham a empreendedores tenham a inovação como um foco e que invistam em instrumentos gerenciais que auxiliem os processos inovadores e estratégicos de suas empresas.

PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS

A fim de identificar e analisar as práticas gerenciais dos empreendimentos de micro e pequeno porte, a operacionalização empírica desta pesquisa foi desenvolvida a partir do método descritivo, de acordo com GIL (2022) as pesquisas descritivas têm como objetivo a



descrição das características de determinada população ou fenômeno e também permitem identificar possíveis relações entre as variáveis.

A abordagem da pesquisa, por sua vez, classifica-se como quali-quantitativa, isto é, foram combinados elementos da pesquisa quantitativa e da qualitativa, sendo realizada a análise dos dados a partir de sua quantificação, utilizando-se de gráficos, e também a partir de suas explicações e motivos de forma mais subjetiva.

Inicialmente o estudo foi realizado com pesquisas bibliográficas, tendo como base, artigos, teses, dissertações e livros, sobre os conceitos de empreendedorismo, gerenciamento empresarial e inovação, visando compor a fundamentação teórica para suporte e estudo, conforme VERGARA (1998) este procedimento fornece instrumental analítico que permite realizar qualquer tipo de pesquisa.

Observando em muitos estudos a carência de uma gestão adequada nas empresas, foi realizado um levantamento empírico, para identificar se essa carência também está presente nos empreendimentos do Paraná, assim foi analisado o grau de utilização de técnicas e ferramentas de gestão pelos administradores paranaenses.

Esse levantamento foi realizado por meio de uma pesquisa do tipo survey, com formulário eletrônico pela plataforma Google Forms. A população amostral do estudo compreende micro e pequenas empresas do município de Campo Mourão, Paraná, para a delimitação da amostra, foi utilizado o critério de conveniência e aleatório, onde não apresenta nenhum procedimento estatístico, ou seja, foram contatadas as empresas pela facilidade de acesso a elas. Desta forma, a amostra foi composta por 11 MPes.

O formulário foi dividido em duas partes. A primeira parte foi destinada a obtenção de informações pessoais a respeito dos respondentes e sobre a empresa, então foi questionado, seu nome, cargo na empresa, e e-mail e telefone para contato, sobre a empresa foi questionado sua localização, ramo de atividade, número de funcionários para identificação de seu porte e tempo de existência.

A segunda parte do formulário buscou identificar as técnicas e ferramentas de apoio ao gerenciamento empresarial utilizadas pelas empresas objetos de estudo, para isso foi exposto uma variedade de instrumentos da área de recursos humanos, marketing, finanças, compras, e estratégia e inovação.



Para obter o grau de uso de cada técnica e ferramenta gerencial, os respondentes tinham cinco opções de resposta para assinalar: 1) Implantada e utilizada com frequência; 2) Implantada, mas não utilizada; 3) Em processo de implantação; 4) Não implantada; 5) Não conheço a ferramenta.

Para contatar as empresas, foi feita comunicação com a associação comercial de Campo Mourão e, também, diretamente com algumas empresas próximas. Foram recebidas 18 respostas, mas para este estudo, foi dada preferência as 11 micro e pequenas empresas localizadas no município de Campo Mourão.

Por fim, uma vez que a coleta e o preparo dos dados foram feitos, o processo de análise e interpretação dos dados foi iniciado. Para isso, foi realizada a exposição dos dados coletados com os objetivos propostos e ao tema, para assim esclarecer o material da pesquisa e dar um significado mais amplo aos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dados dos respondentes e das empresas

Neste tópico será evidenciado o cargo dos respondentes e algumas informações sobre as empresas, questionadas na primeira parte do formulário. Quanto ao cargo dos respondentes, os que mais se evidenciam são de proprietário ou sócio e de profissionais da área administrativa, representando 27,3% e 18,2% respectivamente, outros cargos como diretor, secretária, auxiliar de logística e auxiliar de seguros aparecem apenas uma vez.

Com relação à localização das empresas, todas estão localizadas na cidade de Campo Mourão, estado do Paraná. Quanto ao ramo de atividade das empresas, sete são do setor de comércio, três são prestadoras de serviços, uma é indústria e uma delas não se identificou. Para identificar o porte da empresa, foi questionado seu número de funcionários, desta forma identificamos que 81,8% (9) são microempresas e 18,2% (2) são empresas de pequeno porte. E por fim, quanto ao tempo de existência das empresas, 63,6% (7) estão há mais de três anos no mercado e 36,4% (4) estão entre um e três anos no mercado.

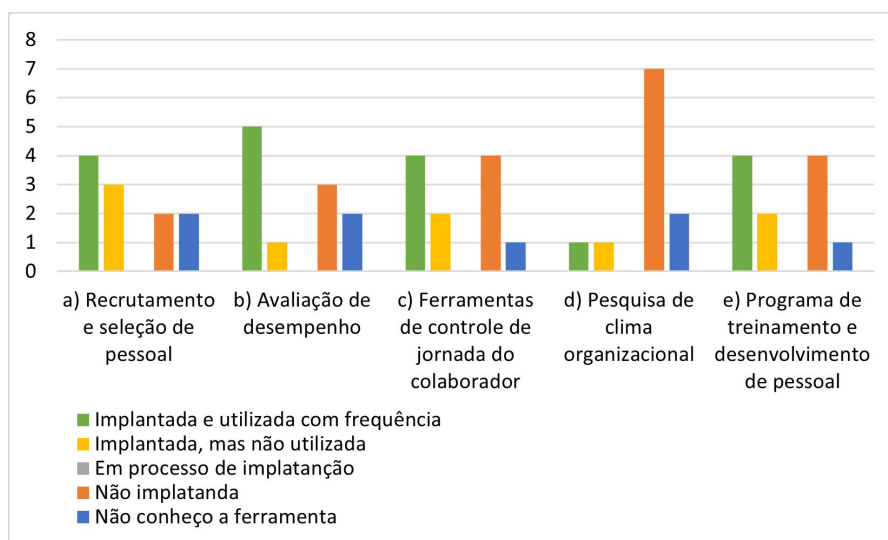


Grau de utilização de técnicas e ferramentas de gestão

Neste tópico, será abordado os resultados da segunda parte do formulário que revelam qual o grau de utilização das técnicas e ferramentas para gestão de pessoas, de finanças, mercadológica, de compras, de estratégia e inovação pelos gestores das micro e pequenas empresas de Campo Mourão. Por se tratar de uma pesquisa quali-quantitativa, além de apresentar as explicações dos dados, serão combinados gráficos, para facilitar a visualização dos instrumentos analisados.

Através dos gráficos, além de conseguir observar o grau de utilização dos instrumentos pelos empreendedores, será possível identificar quais são os mais e os menos utilizados, que demandam maior atenção. Ao final, também será viável identificar as áreas das MPEs com maiores carências desses instrumentos.

Gráfico 1 – Grau de utilização de instrumentos para a gestão de pessoas.



Fonte: Os autores (2023)

Conforme o Gráfico 1, a técnica de avaliação de desempenho é utilizada por 45,4% das empresas, sendo a ferramenta de gestão de pessoas mais utilizada pelos gestores, demonstra que as organizações reconhecem a importância de avaliar o desempenho de seus colaboradores como parte integrante do processo de gestão.

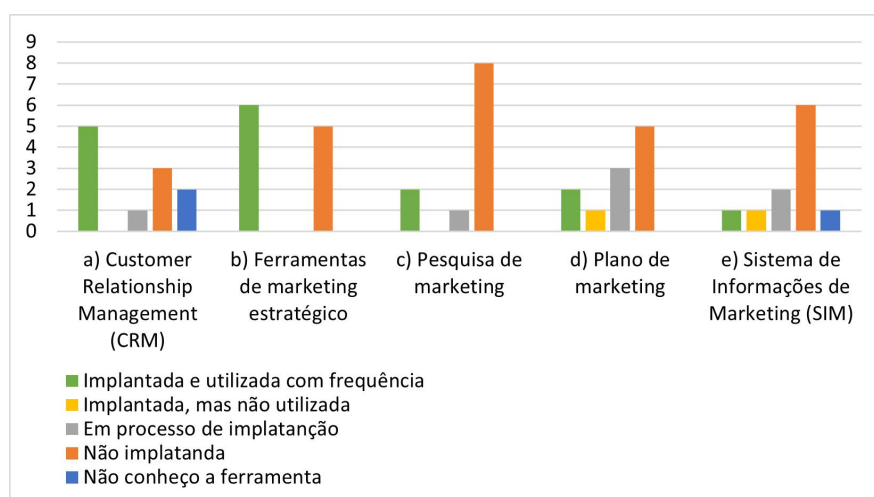


Em seguida, temos a técnica de recrutamento e seleção de pessoal, as ferramentas de controle de jornada do colaborador e o programa treinamento e seleção de pessoal, utilizadas por 36,4% dos empreendedores, como evidenciado por Lacombe (2021) é essencial ter colaboradores bem selecionados, treinados e integrados e que trabalham como uma equipe, e as empresas estão compreendendo essa importância.

Por fim, apresentando menor grau de utilização, a pesquisa de clima organizacional é utilizada apenas por uma das onze empresas. Veloso (2007) destaca que a implementação de práticas de recursos humanos é um fator determinante na performance organizacional e na criação de um ambiente de trabalho saudável e produtivo, assim se faz necessário uma maior atenção no uso dessa técnica.

Ao analisar individualmente as respostas dos gestores, observa-se que 8 das 11 empresas objetos de estudo utilizam com frequência pelo menos uma ferramenta para gerir a área de recursos humanos, contudo 3 empresas não utilizam nenhuma ferramenta para a gestão desta área. Assim, é notável que as organizações estejam reconhecendo cada vez mais a importância das pessoas em seus processos e no sucesso de seus negócios.

Gráfico 2: Grau de utilização de instrumentos para a gestão mercadológica.



Fonte: Os autores (2023)

O Gráfico 2 mostra que as ferramentas de marketing estratégico são as mais utilizadas pelas MPEs, sendo implantadas e utilizadas por 54,5% dos gestores, evidenciando a importância que os gestores dão para o marketing estratégico, com fundamento, já que a partir



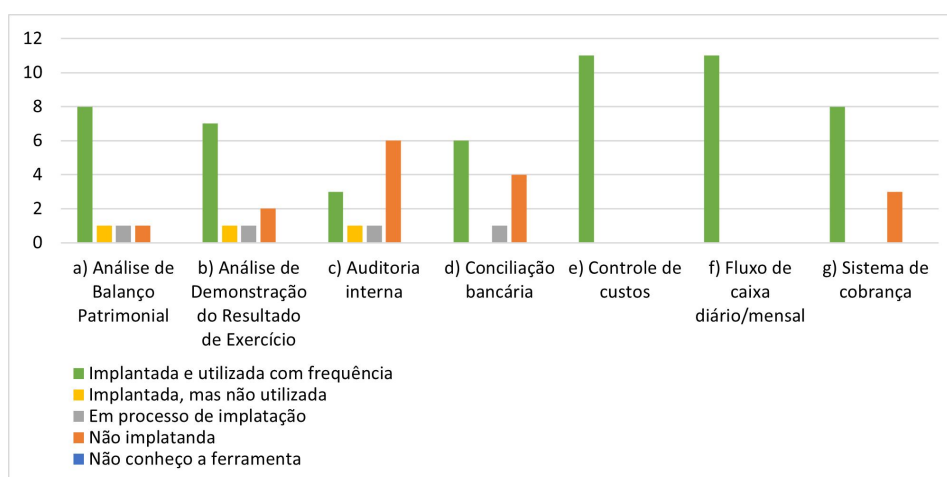
dele é feito a elaboração e implantação de estratégias de crescimento e posicionamento de mercado, garantindo vantagem competitiva para a empresa, conforme evidenciado por Toledo e Ruiz (2011).

Em seguida há o Customer Relationship Management (CRM), que é utilizado por 45,4% deles. Depois a pesquisa de marketing e o plano de marketing, com uso em 18,2% das empresas. E por fim, sendo utilizada por apenas uma das MPEs temos o Sistema de Informações de Marketing (SIM).

Quando analisado individualmente as respostas dos gestores quanto ao uso das ferramentas de marketing, nota-se que 7 as 11 empresas utilizam pelo menos uma das seis ferramentas questionadas, contudo 4 empresas não utilizam nenhum tipo de ferramenta para a gestão mercadológica, apresentando certa deficiência.

Desse modo, há a necessidade de que os gestores deem uma maior atenção a essas ferramentas, conforme evidenciado por Maso (2010), Kotler e Keller (2012) e Kuazaqui (2016), a administração do marketing é essencial para atrair e fidelizar empresas, sendo de suma importância para os pequenos negócios.

Gráfico 3: Grau de utilização de instrumentos para a gestão financeira.



Fonte: Os autores (2023)

Observa-se com o gráfico 3 que o controle de custos e o fluxo de caixa diário e mensal são as ferramentas mais utilizadas pelos gestores, 100% deles usam esses instrumentos para a gestão financeira das MPEs. Seguido da análise de Balanço Patrimonial e o sistema de cobrança, sendo implantadas e utilizadas para gerir 72,7% das empresas.

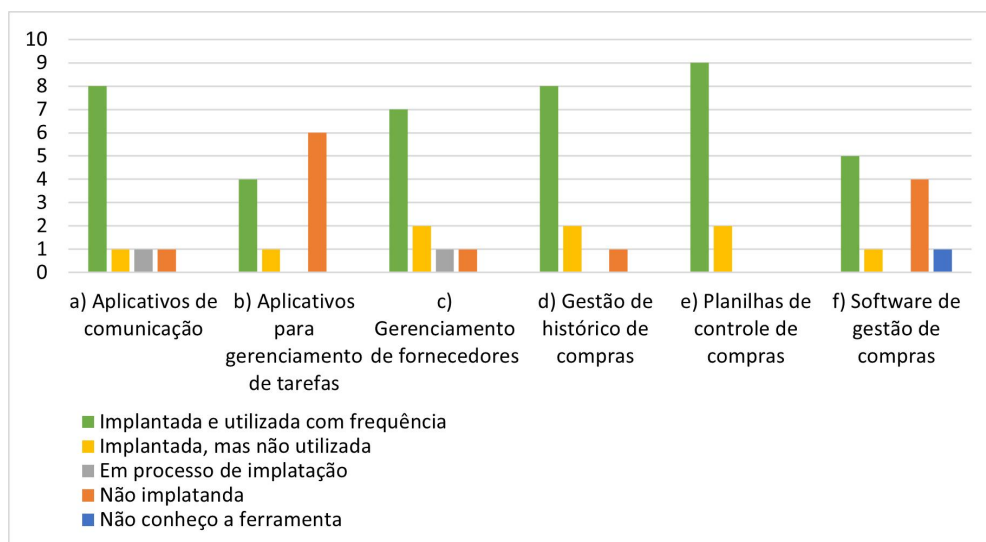


Em seguida temos a análise de Demonstração do Resultado do Exercício sendo utilizada por 63,6% dos gestores e a conciliação bancária por 54,5% deles. Por fim, temos a auditoria interna, com menos grau de uso, sendo utilizada por 27,3% das MPEs.

Analisando as respostas dos gestores individualmente, temos um resultado bastante positivo, nota-se que todas as onze empresas objetos de estudo utilizam pelo menos duas ferramentas para a gestão financeira e 3 das 11 empresas utilizam todas as sete ferramentas questionadas. Assume-se que os gestores estão fazendo um bom gerenciamento dos recursos financeiros de suas empresas.

Como vimos, o gerenciamento de fundos financeiros da empresa tem como objetivo a maximização do lucro, conforme Chiavenato (2022). Adicionalmente, Cielo e Cielo (2007) diz que é essencial que os gestores adotem métodos que permitam um melhor planejamento num ambiente de crescente competitividade. O resultado aponta que os gestores compreendem a importância da gestão dessa área, bem como, dos instrumentos de apoio e facilitam a gestão.

Gráfico 4: Grau de utilização de instrumentos para a gestão de compras.



Fonte: Os autores (2023)

Nota-se com o Gráfico 4 que as planilhas de controle de compras é a técnica para gestão de compras mais utilizadas entre os gestores das MPEs, sendo utilizada por 81,8%



deles. Seguido dos aplicativos de comunicação e a gestão de histórico de compras, utilizados por 72,7% das empresas.

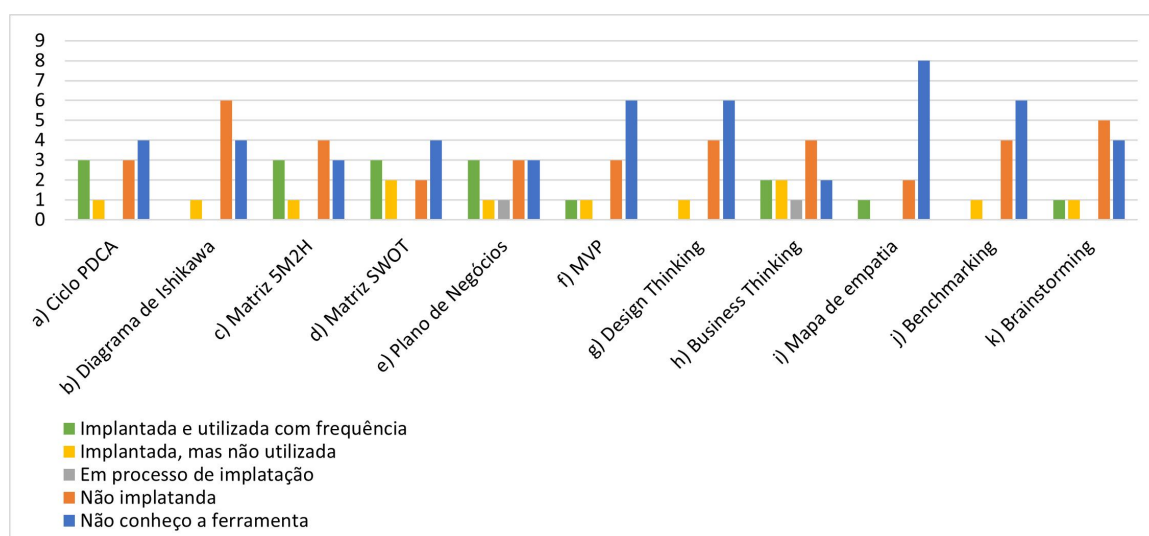
Enquanto o gerenciamento de fornecedores é utilizado por 63,6% e o software de gestão de compras por 45,4 delas. E por fim, com menor uso entre as MPEs, os aplicativos para gerenciamento de tarefas, que são utilizados por 36,7% delas.

Analisando individualmente as respostas dos gestores, também nota-se um resultado positivo, 9 das 11 empresas utilizam com frequência pelo menos três ferramentas para a gestão de compras, dessas 9 empresas, 5 fazem uso de cinco ferramentas e uma faz uso de todas as ferramentas. Contudo, 2 das empresas não utilizam nenhuma das ferramentas para gerir a área de compras.

Conforme apresentado por Simões e Michel (2004) a gestão de compras é fundamental para um bom gerenciamento das empresas, que influencia diretamente os estoques e o relacionamento com os clientes, assim, estando também relacionada ao sucesso da empresa.

Desse modo, é importante que os gestores utilizem cada vez mais estas ferramentas de apoio no seu empreendimento, que vão auxiliar na seleção de fornecedores, qualificação dos serviços, determinação de prazos de vendas, previsão de preços, serviços e mudanças na demanda, garantindo um bom desempenho empresarial.

Gráfico 5: Grau de utilização de instrumentos para a gestão de estratégia e inovação.



Fonte: Os autores (2023)



De início, já se observa no Gráfico 5 resultados bastante negativos quanto ao uso das ferramentas de gestão estratégica e de inovação. Se tem uma quantidade de MPEs que não implantam e não conhecem as ferramentas muito superior as que implantam e utilizam.

A ferramenta Mapa de Empatia não é conhecida por 72,7% dos gestores, dos quatro que conhecem apenas um faz uso da ferramenta. 54,5% dos gestores das MPEs não conhecem as ferramentas MVP, Design Thinking e Benchmarking, dos cinco gestores que conhecem o MVP apenas um faz uso, e dos gestores que conhecem o Design Thinking e Benchmarking nenhum faz uso. Também temos o Diagrama de Ishikawa que não é utilizado por nenhum dos gestores e 36,4% deles não conhecem a ferramenta.

Sendo utilizados por 27,3% (3) dos gestores das empresas, temos o Ciclo PDCA (36,4% dos gestores não conhecem a ferramenta), a Matriz 5M2H (27,3% não conhecem, a Matriz SWOT (36,4% não conhecem) e o Plano de Negócios (não é conhecido por 27,3% dos gestores). Por fim, temos o Business Thinking, ferramenta utilizada por 2 das 11 empresas, e o Brainstorming que é utilizado por apenas uma das empresas e não é conhecido por 36,4% dos gestores das MPEs.

Quando analisado individualmente as respostas dos gestores, se observa que 5 das 11 (45,4%) empresas não utilizam nenhuma das técnicas e ferramentas apresentadas para a gestão da área estratégica e de inovação. Apenas uma empresa faz uso razoável dos instrumentos, esta faz a utilização de 6 ferramentas, e as outras 5 empresas variam o uso de 1 a 3 ferramentas.

Tidd e Bessant (2015), Motohashi (1998) e Pinto, Henrique e Martinhos (2014) concordam que a inovação desempenha um papel fundamental para o crescimento e sucesso do empreendimento, ela promove a produtividade, estimula a demanda e aprimora a eficiência do empreendimento.

Nesta linha, estudos de Klomp e Van Leeuwen, Mansfield (1962) e Marques (2004) comprovam que empresas inovadoras, que gerenciam e propiciam a inovação, apresentam maiores taxas de crescimento. Desta forma, é evidente que essa deficiência no uso de instrumentos de estratégia e inovação pelos gestores das MPEs precisa ser revertida e a área estratégica e de inovação precisa ser vista com sua devida importância.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste estudo foi apontar as práticas gerenciais das micro e pequenas empresas do município de Campo Mourão, para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica para dar suporte ao estudo, abrangendo os conceitos-chave relacionados ao empreendedorismo, a gestão e a inovação. Posteriormente, conduziu-se uma pesquisa quantitativa e qualitativa com micro e pequenas empresas do município.

A pesquisa bibliográfica realizada revelou que as habilidades gerenciais são imprescindíveis para o sucesso das empresas, e envolve as áreas de criação, desenvolvimento e gerenciamento do empreendimento, como marketing, administração, finanças, produção, recursos humanos, inovação.

No entanto, com a pesquisa empírica foi identificado que carências nas habilidades gerenciais dos gestores, das MPEs de Campo Mourão, em algumas áreas. Analisando os resultados, observamos que embora as áreas de recursos humanos, marketing, finanças e compras apresentam graus consideráveis de utilização de ferramentas de gestão, ainda existem limitações enfrentadas por alguns gestores.

Também observamos que a área financeira foi a que apresentou resultados mais positivos quanto ao uso dos instrumentos de apoio à gestão empresarial, apontando que os gestores compreendem a importância da gestão dessa área, bem como, da utilização de instrumentos de apoio e facilitam essa gestão.

Por outro lado, a área de inovação e estratégia demonstraram limitações ainda mais significativas nas empresas estudadas. Estudos anteriores, como de Ferreira et al. (2007), Marques (2004), Mansfield (1962) e Klomp e Van Leeuwen (2001) destacam a inovação como um dos fatores determinantes para o crescimento e o desempenho empresarial a longo prazo, mas a realidade das empresas analisadas indica que a área continua precária e sem muita atenção dos gestores.

Portanto, mesmo com estudos como de Feil e Haberkamp (2020), Zanotelli e Ceruti (2020) e Santos, Dorow e Beuren (2016), anteriormente apresentados, que demonstram a importância dos instrumentos gerenciais como fator de sucesso para a empresa, encontra-se um grande desafio a ser superado pelos administradores e empreendedores de Campo Mourão.



Esses achados reforçam a necessidade de pesquisas futuras, essencialmente para identificar os motivos subjacentes ao não uso de técnicas e ferramentas de apoio ao gerenciamento empresarial, que como já visto, pode causar a mortalidade dessas empresas, tão importantes para o crescimento econômico do país, e também há a necessidade de identificar as dificuldades enfrentadas pelos gestores na condução de seus negócios.

Ademais, espera-se que este e futuros estudos possam auxiliar os administradores e empreendedores no desenvolvimento de suas competências administrativas necessária e dar suporte na condução eficiente do gerenciamento dos empreendimentos, objetivando o sucesso das micro e pequenas empresas brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação: Citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

CIELO, Ivanete Daga; CIELO, Luis Carlos. A importância dos conhecimentos em gestão financeira para os profissionais de secretariado executivo. **Revista Expectativa**, v. 5, n. 1, 2007.

CHENG, Ângela; MENDES, Márcia Martins. A importância e a responsabilidade da gestão financeira na empresa. **Caderno de Estudos**, p. 01-10, 1989.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional**: a dinâmica do sucesso das organizações. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão Financeira**: uma abordagem introdutória. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**: O Capital Humano nas Organizações. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.



DORNELAS, José. **Empreendedorismo Corporativo**: como ser um empreendedor, inovar e se diferenciar da sua empresa. 4. ed. São Paulo: Empreende, 2020.

DRUCKER, Peter F. The discipline of innovation. **Harvard business review**, v. 63, n. 3, p. 67-72, 1985.

FEIL, Alexandre André; HABERKAMP, Angela Maria. Análise do nível de importância e das variáveis intervenientes na utilização de ferramentas gerenciais em micro e pequenas empresas. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 14, n. 3, p. 120-133, 2020.

FILION, Louis Jacques. Empreendedores e proprietários de pequenos negócios. Revista USP – **Revista da Administração**, São Paulo, p.5-28, 1999.

FILION, Louis Jacques. **The strategy of successful entrepreneurs in small business**: vision, relationships and anticipatory learning. Ph.D. Thesis, University of Lancaster, Great Britain. 1988. (UMI 8919064) [Volume 1:695p. e Volume 2:665p.].

FREEMAN, C. Innovation and growth. In: ROTHWELL, R; DODGSON, M. (Ed) **The Handbook of Industrial Innovation**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 1994. p. 78-93.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

GOVERNO FEDERAL. Painéis do Mapa das Empresas. **Gov.br**, 2023. Disponível em: <Painéis do Mapa de Empresas — Empresas & Negócios (www.gov.br)>.

KIRZNER, I. **Competition and entrepreneurship**. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

KLOMP, L; VAN LEEUWEN, G. Linking innovation and firm performance: a new approach. **International Journal of the Economics of Business**, v. 8, n.3, p. 343-364, 2001.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de Marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

KUAZAQUI, Edmir. **Marketing e suas aplicações**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016.

LACOMBE, Francisco. **Recursos Humanos: princípios e tendências**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MANSFIELD, E. Entry, Gibrat's law, innovation, and the growth of firms. **American Economic Review**, v. 52, n. 5, p. 1023-1051, 1962.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

MARQUES, Carla Susana da Encarnação. O impacto da inovação no desempenho econômico-financeiro das empresas industriais portuguesas. Tese de Doutorado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2004.

MARQUES, José Roberto. Conheça algumas das ferramentas administrativas. **Ibc**, 2020. Disponível em: < Conheça algumas das ferramentas administrativas - Portal (ibccoaching.com.br)>.

MASO, Luciano. Marketing de relacionamento: O que é? Para que serve? Qual sua importância para o cliente. **Revista de administração e ciências contábeis do IDEAU**, v. 5, n. 10, p. 1-20, 2010.

MOTOHASHI, K. Innovation strategy and business performance of Japanese manufacturing firms. **Economics of Innovation and New Technology**, v. 7, n. 1, p. 27-52, 1998.

PINARGOTE-MONTENEGRO, Karen Gisela. Importancia del Marketing en las empresas. **Revista Científica FIPCAEC (Fomento de la investigación y publicación científico-técnica multidisciplinaria)**. ISSN: 2588-090X. Polo de Capacitación, Investigación y Publicación (POCAIP), v. 4, n. 10, p. 77-96, 2019.

PINTO, António; HENRIQUES, Carla; MARTINHO, Ana Maria. O impacto da inovação na rentabilidade empresarial. O caso do setor têxtil português. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, v. 13, n. 2, p. 61-71, 2014.

SALES, Rodrigo Lacerda; DE BARROS, Aloisio Antonio; DE ARAÚJO PEREIRA, Cláudia Maria Miranda. Fatores condicionantes da mortalidade dos pequenos negócios em um típico município interiorano brasileiro. **Revista da micro e pequena empresa**, v. 2, n. 2, p. 38-55, 2008.

SANTOS, V., DOROW, D., BEUREN, I. Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. **Revista Ambiente Contábil**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, América do Norte, 8, jan. 2016.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle**. Nova Brunsvique: Transaction Publishers, 1934. v. 55.

SEBRAE. Brasil alcança recorde de novos negócios, com quase 4 milhões de MPE. **Sebrae**, 2021. Disponível em: < Brasil alcança recorde de novos negócios, com quase 4 milhões de MPE - Sebrae >.

SEBRAE-SP. **Causa Mortis**: o sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros cinco anos de vida. 2014. Disponível em: <CAUSA MORTI das empresas (sebrae.com.br)>.

SEBRAE-SP. Pequenos negócios já representam 30% do PIB. Sebrae seu negócio, 2020.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 23 de 24



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Disponível em: <Pequenos negócios já representam 30% do PIB - Seu Negócio - Sebrae - SP (sebraeseunegocio.com.br)>.

SIMÕES, E.; MICHEL, Murillo. Importância da gestão de compras para as organizações. **Revista científica eletrônica de ciências contábeis**, v. 2, n. 3, p. 1-7, 2004.

TIDD, Joes; BESSANT, John. **Empreendedorismo e Inovação**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

TIDD, Joes; BESSANT, John. **Gestão de Inovação**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

TOLEDO, Geraldo L.; RUIZ, F. **Gestão de marketing**. São Paulo: Pearson, 2011.

VELOSO, Ana Luísa de Oliveira Marques. **O impacto da gestão de recursos humanos na performance organizacional**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal).

ZANOTELLI, Carlos Alberto; CERUTTI, Bernardete Bregolin. Gestão de micro e pequenas empresas: Um estudo no vale do Taquari/RS. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 12, n. 1, 2020.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 24 de 24



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

TRABALHO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA: CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL DOCENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Mariana Cardoso dos Santos - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranavaí, marianacardosoborda@gmail.com

Thaís Gaspar Mendes da Silva - Orientadora
Unespar/Campus Paranavaí, thais.silva@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa resultado de estudos de Iniciação Científica teve por objetivo identificar as condições de trabalho do assistente social, docente da educação superior, em tempos de trabalho remoto no contexto da pandemia da Covid-19” e como objetivos específicos compreender as transformações ocorridas no trabalho a partir do amadurecimento do sistema capitalista e as consequências para os trabalhadores; discutir o tema trabalho e condições de trabalho, em especial, dos docentes da educação superior; e compreender elementos do contexto da pandemia da Covid-19 e as implicações ao trabalho docente remoto, com ênfase nos docentes assistentes sociais.

Para atingir o objetivo proposto, na revisão bibliográfica discutiu-se inicialmente a crise estrutural do capital, a partir da década de 1970 e as mudanças no mundo do trabalho ocorridas a partir do amadurecimento do sistema capitalista, pontuando o seu agravamento no contexto pandêmico e as consequências para os trabalhadores docentes da educação superior, principalmente no cenário Ensino Remoto Emergencial (ERE), dando ênfase ao trabalho docente do assistente social.

Na sequência apresenta-se dados de uma pesquisa realizada pela ABEPSS (2021) sobre o impacto do ensino remoto emergencial, exibindo os principais prejuízos causados pelo Ensino Remoto Emergencial. E, por fim, a partir dos artigos selecionados dos anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, procura-se apontar elementos que impactaram o

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 1 de 17



trabalho docente do assistente social, tais como o adoecimento mental, dificuldade no uso imperativo da tecnologia para o desenvolvimento do trabalho e nas intensas jornada de trabalho.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa (LIMA; MIOTO, 2007) e pesquisa documental, tendo como fonte os anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado em outubro de 2022, por ser o maior evento nacional da categoria profissional dos assistentes sociais e seu tema em 2022 “Crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina” estar relacionado ao tema da pesquisa. A edição possui 1293 trabalhos publicados.

Foram utilizadas como palavras-chave na busca nos títulos dos resumos: trabalho docente (3 artigos); ensino remoto emergencial (3 artigos); docente (7 artigos) e condições de trabalho (7 artigos). O quadro abaixo (1) identifica os trabalhos.

Quadro 1. Identificação de palavras-chave nos títulos dos resumos dos artigos dos Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2022).

Palavra-chave	Artigo
Trabalho docente (3 artigos)	1187 - A precarização do trabalho docente: uma análise das condições de trabalho dos/as professores/as substitutos/as dos cursos implementados a partir do REUNI na Universidade Federal da Bahia.
	848 - Universidade operacional e precarização do trabalho docente no contexto dos professores substitutos da Universidade Estadual do Ceará.
	1105 - Serviço Social e o trabalho docente: desafios da atuação nas universidades federais brasileiras.
Ensino remoto emergencial (3 artigos)	92 - Ensino remoto emergencial - (ERE) e seus desdobramentos na vida dos docentes do curso de Serviço Social.
	1212 - Desafios dos estudantes do ensino médio profissionalizante no ensino remoto emergencial durante a pandemia de Covid 19.
	284 - Relato de experiência sobre a monitoria e o estágio de docência em Serviço Social durante o ensino remoto emergencial.
Docente (7 artigos)	92 - Ensino remoto emergencial - (ERE) e seus desdobramentos na vida dos docentes do curso de Serviço Social.
	1187 - A precarização do trabalho docente: uma análise das condições de



	trabalho dos/as professores/as substitutos/as dos cursos implementados a partir do REUNI na Universidade Federal da Bahia.
	848 - Universidade operacional e precarização do trabalho docente no contexto dos professores substitutos da Universidade Estadual do Ceará.
	1105 - Serviço Social e o trabalho docente: desafios da atuação nas universidades federais brasileiras.
	254 - Entre a pesquisa e o conhecimento: vivências e experiências da prática como docente do curso de graduação em Serviço Social no modelo presencial e remoto.
	1060 - Os desafios do ensino remoto durante a pandemia Covid-19: relato de experiência do estágio docente na graduação em serviço social na UFBA.
	1385 - Mulheres negras docentes no Serviço Social: trajetórias de resistência do ingresso à permanência.
	Condições de trabalho (7 artigos)
1607 - Modernização ou precarização? as condições de trabalho dos terceirizados no serviço de limpeza do campus central da UERN.	
97 - O serviço social no contexto pandêmico: impactos nas condições de trabalho dos assistentes sociais no centro de referência de assistência social.	
316 - Condições de trabalho de assistentes sociais na saúde em tempos de pandemia.	
80 - As condições de trabalho da(o) assistente social: história e desafios.	
1072 - Condições de trabalho do(a) assistente social: possibilidades para a inserção na pesquisa acadêmico-científica.	
1535 - A intensificação da precarização das condições de trabalho no contexto da pandemia de Covid-19 e suas repercussões no trabalho do/a assistente social.	

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2022).

Importante destacar que ao realizar o cruzamento dessas palavras algumas aparecem em concomitância com outras e desse cruzamento e da leitura dos resumos resultou em 06 artigos para o estudo, que discutem ou se aproximaram do tema proposto pela nossa pesquisa. São eles: 1105; 92; 254; 284; 1060 e 1535. Destaca-se que os artigos 1105 e 92 aparecem em duas palavras-chave, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**SIPEC**

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Quadro 2. Artigos selecionados - Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2022).

Palavra-chave	Artigo
Trabalho docente	1105 - Serviço Social e o trabalho docente: desafios da atuação nas universidades federais brasileiras. Autoras: Kércia Rocha Andrade e Daniele Correia.
Ensino remoto emergencial	92 - Ensino remoto emergencial - (ERE) e seus desdobramentos na vida dos docentes do curso de Serviço Social. Autores: Mirian Maria De Oliveira e Marfcos Paulo Teodoro.
	284 - Relato de experiência sobre a monitoria e o estágio de docência em Serviço Social durante o ensino remoto emergencial. Autores: Polyana Carvalho Da Silva, Geovanna Gonçalves Dos Santos, Mariana Tavares Sousa, Camilla Eduarda Santos De Battisti, Daniela De Oliveira Paiva, Carina Berta Moljo e Daniela Leonel De Paula Mendes.
Docente	92 - Ensino remoto emergencial - (ERE) e seus desdobramentos na vida dos docentes do curso de Serviço Social. Autores: Mirian Maria De Oliveira e Marfcos Paulo Teodoro.
	1105 - Serviço Social e o trabalho docente: desafios da atuação nas universidades federais brasileiras. Autoras: Kércia Rocha Andrade e Daniele Correia.
	254 - Entre a pesquisa e o conhecimento: vivências e experiências da prática como docente do curso de graduação em Serviço Social no modelo presencial e remoto. Autora: Cintia Rugno de Aguiar dos Santos.
	1060 - Os desafios do ensino remoto durante a pandemia Covid-19: relato de experiência do estágio docente na graduação em serviço social na UFBA. Autores: Jamile Santos Brito, Zildení Martins de Oliveira e Angela Ernestina Cardoso de Brito.
	1535 - A intensificação da precarização das condições de trabalho no contexto da pandemia de Covid-19 e suas repercussões no trabalho do/a assistente social. Autoras: Ana Carolina Da Silva Bitencourt e Daniela Ribeiro Castilho.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2022).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O MUNDO DO TRABALHO E A PANDEMIA DO COVID-19

Para a crise estrutural do capital que se verificou a partir da década de 1970 foram dadas respostas contundentes no sentido de superação da eminente crise cíclica, com vistas à autopreservação de sua intrínseca necessidade acumulativa (ANTUNES, 2007). Assim, esse processo chamado de reestruturação produtiva, que diz respeito a uma série de mudanças no



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

modo de produção capitalista se caracteriza pela flexibilização das relações trabalhistas, pelo incremento tecnológico em substituição do trabalho vivo, pela mundialização da economia e sua desregulamentação.

Para o professor José Paulo Netto “não existe capitalismo sem crise” isso porque na mesma medida em há o acúmulo de riqueza pela burguesia, ocorre também o empobrecimento cada vez maior da classe trabalhadora. Desse modo, o autor afirma que a crise do capital não é algo novo e que elas não representam a ruína do sistema capitalista, e sim demonstram que o sistema está passando por um processo de transformação ou evolução (NETTO, 2011).

De acordo com Boschetti e Behring (2021) as crises evolutivas no sistema capitalista são também conhecidas como crises cíclicas e acontecem desde o início do capitalismo em intervalos não determinados de tempo, foram inclusive objeto de discussão realizado por Marx em seus estudos, entendidas como parte da estrutura do sistema capitalista que antecedem determinada mudança ou mesmo a sua evolução.

Essas mudanças e evoluções provocam alterações societárias e mudanças no mundo do trabalho, impulsionam o processo de reestruturação produtiva e precarização do mundo do trabalho. As mudanças recentes que assolam a classe que vive do trabalho trazem como características atuais do mundo do trabalho, a flexibilização e precarização das condições e relações de trabalho.

No Brasil, no tocante as contrarreformas, pautada nos preceitos da reorganização do Estado para atender às necessidades do capitalismo em crise, atacam frontalmente os direitos conquistados na Constituição Federal de 1988 e são impulsionados por medidas como a Emenda Constitucional nº 95/2016, as reformas trabalhista e previdenciária e a mais recente Emenda Constitucional 109/2021, que deixaram as políticas sociais com menos recursos e os direitos trabalhistas mais flexíveis e precarizados.

Diante de políticas públicas e relações trabalhistas já precárias e precarizadas pelas políticas neoliberais de austeridade que produzem efeitos econômicos, políticos e sociais na vida dos brasileiros, o aparecimento da doença pelo coronavírus (Covid-19) decretada no Brasil em fevereiro de 2020, alterou a vida cotidiana da população brasileira e agravou e

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 5 de 17



trouxe implicações e consequências para o mundo do trabalho e para as políticas públicas, dentre elas, a educação.

O Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decretado pela Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020 do Ministério da Saúde (MS, 2020) resultante da infecção humana pelo Covid-19 acarretou mudanças significativas em diversas atividades, como na educação (suspensão do ensino presencial em grande parte das instituições e adoção do Ensino Remoto Emergencial); no transporte coletivo (momentos de suspensão total e outros momentos parcial), trabalho *home office*, teletrabalho e trabalho remoto.

Para Boschetti e Behring (2021, p. 68-69), ao discutir a crise do capital e desigualdade social no Brasil, apontam que

Inegavelmente a pandemia da covid-19 implicou um curto-circuito no processo de produção e reprodução do capital, ao provocar a suspensão forçada da produção, distribuição e troca mundial de mercadorias, confirmando a atualidade da análise da lógica do capital e sua lei geral de acumulação desvendada por Marx em *O capital*, em seus três livros. Quando as mercadorias não estendem seu olhar lânguido ao dinheiro e as metamorfoses entre D-M-D' são inviabilizadas, impõem-se as tendências de crise, com mercadorias e dinheiro em alqueive: crise de superprodução e de superacumulação. Se o capitalismo tende a situações cíclicas de desequilíbrios e curtos-circuitos em seu sociometabolismo, a pandemia, sem dúvida, é um catalisador potente de tais tendências. A crise do capital, sistêmica e estrutural, expressa, essencialmente, a contradição insolúvel do capitalismo, assentada na produção social e apropriação privada da riqueza, sustentada na exploração da força de trabalho e apropriação do trabalho excedente pelos capitalistas. A crise do capital é sempre uma crise de superprodução e superacumulação, elementos indissociáveis das relações de produção capitalista nos termos de Marx, como vimos. Mandel (1990) aponta que a manifestação das crises se expressa na superprodução, que revela a separação entre a produção de mercadorias e a existência de poder de compra disponível para adquiri-las ao preço desejado pelos proprietários, ou seja, aquele capaz de fornecer o lucro médio esperado e, para alguns, superlucros (BOSCHETTI; BEHRING, p. 68-69, 2021).

PANDEMIA DO COVID-19 E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

A crise sanitária, política e econômica no contexto de pandemia provocada pelo coronavírus causador da doença do Covid-19 evidenciou as mais profundas contradições da sociabilidade capitalista: a concreta desigualdade social que reproduz injustiças e mortes. O



papel desempenhado pelo governo de Jair Bolsonaro confirmou que as suas estratégias estiveram vinculadas a um plano voltado para os interesses do capital, constituído por meio de contrarreformas e ajustes no âmbito das políticas e direitos sociais.

Outro elemento evidente é forma adotada pelo governo federal durante o ápice da pandemia para seu enfrentamento, pautada pelo negacionismo e pelo movimento anti vacina, o que computou ao Brasil um período de trágico de sua história no tocante ao número de mortes em decorrência da Covid com quase 700 mil mortes¹.

O distanciamento social no Brasil, recomendado pelas autoridades sanitárias com o objetivo de conter o avanço da pandemia desde o início contou com uma política federal que buscou incessantemente afirmar uma nova normalidade. Esse processo camuflou o crescente movimento de desqualificação das políticas sociais.

Quanto ao cenário brasileiro quando a pandemia chega ao Brasil é descrito por Almeida (2018) apud Boschetti e Behring (2021, p. 74)

[...] encontra um país com 12,6 milhões de desempregados(as). Esse dramático número encobre a condição de desigualdade de gênero e raça que atinge as mulheres e negros(as). Entre os(as) desempregados(as), 64,8% são pretos e pardos, conforme designação da PNAD/IBGE, enquanto os(as) que são brancos(as) correspondem a 34,2%. As mulheres são a maior parte (64,7%) da força de trabalho e também são maioria entre a população sem emprego - 53,8%. A taxa de desemprego entre as mulheres foi de 13,1% contra 9,2% entre os homens. O nível da ocupação dos homens foi de 65%, enquanto o das mulheres foi de 46,2% (IBGE, 2019). Assim, as mulheres negras compõem a principal força de trabalho desempregada, precarizada e com baixos salários, o que revela a natureza estruturalmente racista e patriarcal do capitalismo brasileiro (ALMEIDA, 2018 apud BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p. 74).

No caso da Educação Superior, a Portaria Ministerial do Ministério da Educação (MEC) nº. 343 de 2020, autorizou, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais em andamento por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação por ensino à distância.

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE)

¹ Atualmente, os dados recentes registram 705.172 mortes confirmadas (BRASIL, 2023. Painel Coronavírus. Atualizado em: 08/09/2023).



O ensino remoto emergencial, segundo Farage (2021, p. 55) deve ser compreendido como um dos elementos do processo de contrarreforma da educação em curso no Brasil e em toda a América Latina”. Além de impulsionar um novo modelo de educação “[...] é fruto de uma modalidade de trabalho docente adequado ao processo de reestruturação produtiva e precarização do mundo do trabalho que esvazia o sentido do fazer profissional dos professores universitários”.

Aliado a isso, tem-se ainda as mudanças recentes no mundo do trabalho que assolam a classe que vive do trabalho e o assistente social trabalhador, independente do espaço profissional em que está inserido. Fazem parte das características atuais do mundo do trabalho, a flexibilização e precarização das condições e relações de trabalho.

Na lógica do trabalho remoto, segundo o mesmo autor se institui “[...] uma perspectiva de esvaziamento do trabalho do professor, impondo um fim nos limites entre o espaço público e o privado” e “intensificando o trabalho por meio de longos períodos de acesso aos meios tecnológicos que acabam por gerar e/ou intensificar o adoecimento docente” (FARAGE, 2021, p. 61).

Outros elementos que o trabalho remoto traz a luz à discussão das condições de trabalho relacionam-se a necessidade de reorganização da vida e respostas cotidianas a demandas do trabalho doméstico - cuidado com crianças, pessoas com deficiência e idosos; efeitos que adoecem os indivíduos gerados pelo distanciamento social; o alto grau de exposição dos docentes com aulas gravadas e disponibilizadas em plataformas digitais ou mesmo a possibilidade de gravação sem autorização; e outros.

No caso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a entidade se manifestou em nota sua posição contrária à Portaria Ministerial do Ministério da Educação MEC nº. 343 de 2020, que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais durante a situação de pandemia do Covid-19. Segundo a ABEPSS (2020),

A proposta de realização online das atividades desconsidera a excepcionalidade da situação e que radicalmente modifica a dinâmica de vida de docentes e discentes na qual todos os membros familiares encontram-se em casa e, que isso traz sobrecargas particularmente às



mulheres (maioria do nosso corpo discente e docente); desconsidera as formas de acesso à internet dos discentes mais pauperizados; desconsidera a dimensão pedagógica que a relação presencial possibilita no processo formativo; desconsidera as dimensões sociais e psicológicas de adaptação à nova realidade, sendo elementos importantes no processo ensino aprendizagem (ABEPSS, 2020, p. 268).

Ainda, a nota ABEPSS (2020) apresenta a seguinte preocupação:

Ao mesmo tempo a ABEPSS também analisa com muita preocupação o silêncio da CAPES no que se refere aos prazos para defesas e qualificações; bem como o preenchimento do banco de dados da Plataforma Sucupira. ABEPSS entende que a pós-graduação não está dissociada de todas as problemáticas que atravessam a reorganização da vida acadêmica, neste tempo de pandemia. A médio prazo entendemos que as orientações da PORTARIA nº 343 podem representar ainda mais uma precarização e desmonte da carreira docente, dos técnicos-administrativos em educação, da formação profissional das/os discentes independente do curso e das condições de infraestrutura das instituições (ABEPSS, 2020, p. 268).

Sobre as repercussões das reformas e regressões de direitos à trabalhadora, que inclui a categoria profissional dos assistentes sociais, docentes da educação superior, Farage (2021) pontua que esta:

[...] i) equipara a lógica de gerenciamento do setor público ao setor privado, sem manter direitos previstos na CLT e retirando direitos do funcionalismo; ii) será regulamentada por lei complementar em vários dos pontos anunciados na PEC nº 32/2020, o que sinaliza um perigo, pois pode aprofundar a retirada de direitos, inclusive para os atuais servidores públicos, uma vez que a tramitação de lei complementar é muito mais simplificada e aligeirada no Congresso Nacional; iii) afeta a estabilidade do conjunto dos servidores públicos das três esferas, com exceção dos “cargos típicos de Estado”; iv) retira direitos conquistados como: licença-prêmio, anuênios e outros; v) possibilita a contratação de militares da ativa para funções públicas na saúde e no magistério; vi) impõe um caráter autoritário, prevendo poderes ao presidente da República, por meio de decreto, de alterações estruturais nos serviços públicos. Ao reestruturar as políticas públicas, terá incidência na formação profissional dos futuros assistentes sociais (FARAGE, 2021, p. 60-61).

Segundo a publicação da ABEPSS (2021), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) se posicionou e denunciou o desmonte da educação superior e do trabalho docente provocado pelo Ensino Remoto Emergencial. O



Andes (2020) apud ABEPSS (2021, p. 39) enfatiza que o ERE que “engloba atividades síncronas e assíncronas que permitem a transposição de aulas presenciais para virtuais, sem apoio pedagógico e estrutura adequada” e desconsidera que grande parcela da população brasileira possui acesso precário ou não tem acesso à internet.

A educação, no que abrange o ensino superior, no âmbito das Graduações e das Pós-Graduações, em tempos de confinamento, acelerou um processo que já estava em curso, de introdução mais intensiva de tecnologia na relação educativa, que apresenta tendências de se generalizar e se tornar permanente (CATINI, 2020). Uma das alterações radicais na adoção do ensino e do trabalho remotos pelas Unidades Formativas foi o local. Mudaram-se para o espaço doméstico, denominando-se “Ensino Remoto Emergencial” e, para outros, “ensino a distância”. Nessa mesma lógica, o trabalho também está sendo realizado em casa, denominando-se “teletrabalho”, “home office”, “trabalho remoto”, “trabalho a distância”. Nos últimos anos, obteve-se um enorme desenvolvimento com a popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). A possibilidade de poder trabalhar em qualquer lugar tem sido tomada como uma grande panaceia: uma modalidade capaz de resolver todos os problemas do trabalho e do ensino que só apresenta vantagens àqueles interessados (CATINI, 2020, ROCHA; AMADOR, 2018 apud ABEPSS, 2021, p. 27).

É oportuno trazer a defesa da ABEPSS sobre a “incompatibilidade da modalidade de Ensino à Distância com a formação da/o assistente social, nos moldes do atual projeto ético-político”. Segundo a entidade, “em momentos de calamidade as atividades acadêmicas devem ser suspensas para que sejam retomadas, com a sua devida qualidade, em uma conjuntura adequada” (ABEPSS, 2020, p. 268).

E por fim, podemos dizer que os principais prejudicados desse processo são a classe trabalhadora e discentes que, de acordo com ANDES (2021, p. 16) apud ABEPSS (2021, p. 39)

[...] além de precisarem reestruturar sua vida cotidiana, estão sobrecarregados com o enfrentamento dessa nova realidade, em que a busca pela sobrevivência e pelo cuidado dos seus é imperativa, especialmente, àquelas e aqueles mais vulneráveis, a saber: mulheres, negros e negras, moradores das periferias e favelas, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outros povos tradicionais ANDES (2021, p. 16) apud ABEPSS (2021, p. 39).

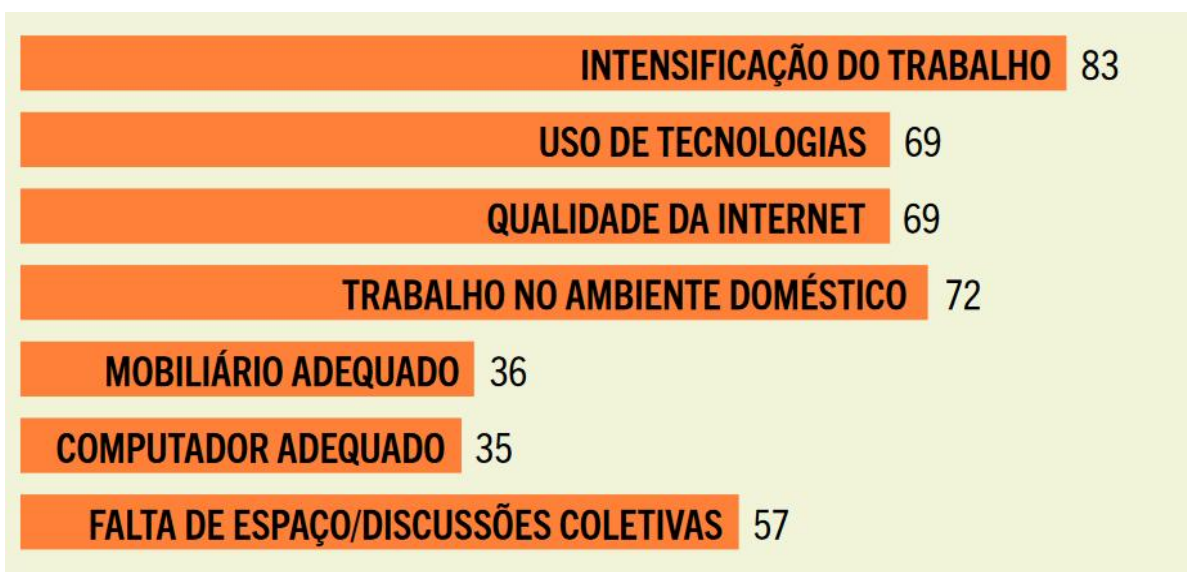


CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL, DOCENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, EM TEMPOS DE TRABALHO REMOTO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19.

Em pesquisa realizada pela ABEPSS (2021) sobre o impacto do ensino remoto emergencial, apresentou-se os principais prejuízos identificados causados pelo Ensino Remoto Emergencial aos docentes da educação superior.

Como demonstrado na figura 1 abaixo, a pesquisa realizada pela ABEPSS (2021) cita como principais dificuldades encontradas nas condições de trabalho docentes foram: a intensificação do trabalho (86,5%); as dificuldades de conciliar com o ambiente doméstico (75%); dificuldades com o uso das tecnologias e de qualidade de internet, ambas sinalizadas por 71,9% dos respondentes. Indicaram ainda: falta de espaço e discussões coletivas, 59,4%; e a falta de mobiliário (37,5%) e computador adequado (36,5%) (ABEPSS, 2021, p. 58).

Figura 1. Principais dificuldades encontradas nas condições de trabalho docente



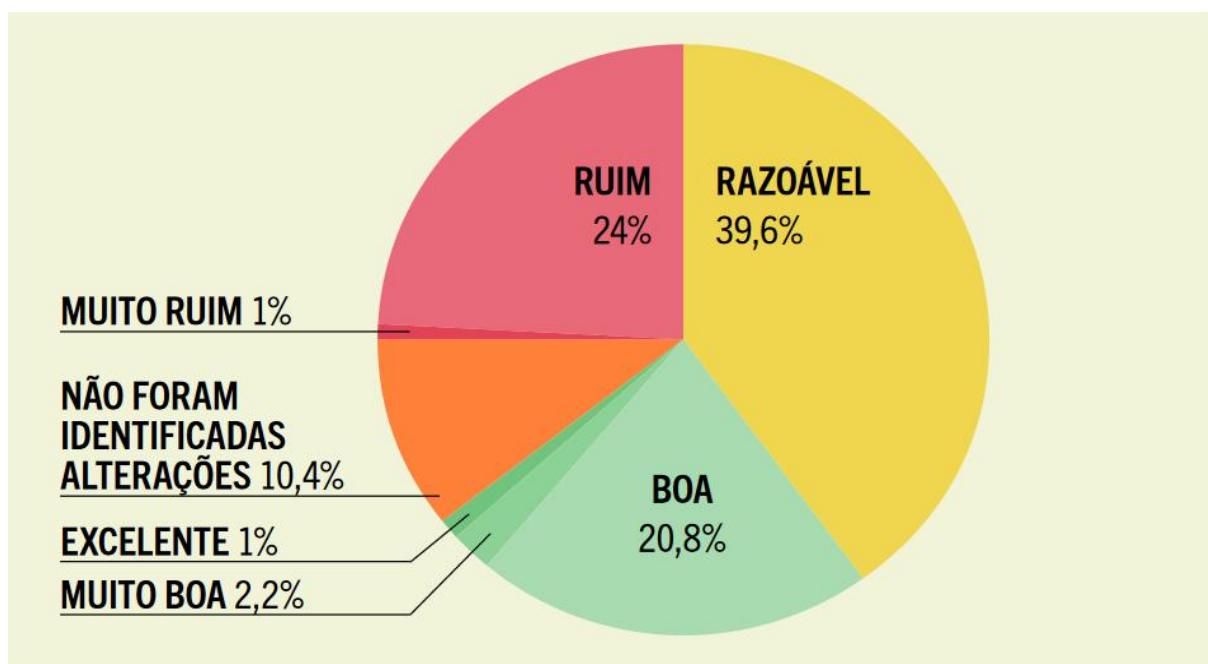
Fonte: ABEPSS (2021, p. 58).

Sobre as condições de saúde mental, a figura 2 extraída do levantamento da ABEPSS (2021) demonstra que 39,6% do corpo docente se encontra com saúde mental razoável; 24% com saúde mental ruim; 20,8% boa e 10,4% do corpo docente disseram que não foram vistas



alterações na saúde mental; 2% assinalaram que a saúde mental dos docentes está muito boa e 1% excelente.

Figura 2. Condição de Saúde mental dos docentes



Fonte: ABEPSS (2021, p. 59).

Nos artigos selecionados dos anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o artigo que mais se aproxima da discussão proposta no nosso trabalho é o intitulado “Ensino remoto emergencial - (ERE) e seus desdobramentos na vida dos docentes do curso de Serviço Social” de autoria de Mirian Maria de Oliveira e Marfcos Paulo Teodoro (2022). Nele, os autores analisam os processos desgastantes do ERE e a instalação do projeto de sucateamento das universidades públicas, precarização e responsabilização do trabalho docente.

Iniciam o artigo apresentando a definição do ERE e o contexto de sua ação, a pandemia do Covid-19 e trazem os desafios a atuação docente do assistente social, dentre eles, o adoecimento mental. Segundo eles, um dos problemas foi a questão da adoção da tecnologia como ferramenta indispensável ao trabalho e “muitos docentes tiveram que se reinventar, não só nas estratégias de ensino, mas principalmente no quesito tecnologia” (OLIVEIRA, TEODORO, 2022, p. 3).



São várias preocupações em pauta: as desigualdades já existentes, sendo aprofundadas nesse momento com o trabalho docente remoto. Questiona-se se esses profissionais estão, de fato, prontos para assumirem a era digital sem maiores problemas. A qualidade do ensino e da formação, nesse caso, adentrando, ora aqui na formação em Serviço Social, será, de fato, tranquila a implementação de uma nova modalidade de ensino? (OLIVEIRA, TEODORO, 2022, p. 5).

No trabalho intitulado “Serviço Social e o trabalho docente: desafios da atuação nas universidades federais brasileiras”, os autores Andrade e Correia (2002) não restringem a discussão das condições de trabalho ao contexto da pandemia e do ERE e mesmo fora do recorte temporal analítico da conjuntura pandêmica, apontam inúmeros desafios a atuação docente do assistente social nas universidades públicas.

Segundo as autoras “as condições do trabalho docente dos cursos de Serviço Social das universidades públicas federais estão cada vez mais submetidos à lógica da mercadoria”. Apresentam como um dos desafios a contratação de professores temporários, que ocasiona a “sobrecarga de trabalho dos professores, intensificação do processo de disputa de performances, precarização das condições de trabalho, desmobilização da categoria profissional, dificuldade de criar consciência de classe e esses desafios repercutem na perda da qualidade do ensino superior público”.

O artigo de Silva, Santos, Sousa e *et. al.* (2022) “Relato de experiência sobre a monitoria e o estágio de docência em Serviço Social durante o ensino remoto emergencial”, aponta também o uso da tecnologia como um dos problemas enfrentados no exercício da docência durante o ERE. Citam como exemplo, o caso de uma docente que “precisou reformular todo o conteúdo programático, a fim de adequá-lo ao ensino remoto, sendo necessária, para isso, a incorporação de novas tecnologias” (p. 5). Além disso, apontam que o ERE gerou uma solidão acadêmica para os docentes e discentes e finalizam apontando que é evidente que o ERE possui limitações, revelando que o ensino presencial continua sendo a única opção possível para um ensino público, gratuito e de qualidade.

O artigo “Entre a pesquisa e o conhecimento: vivências e experiências da prática como docente do curso de graduação em Serviço Social no modelo presencial e remoto”, de Santos (2022) aborda as vivências e experiências acerca de como a pesquisa se faz essencial no processo de formação acadêmica, na aquisição do conhecimento, assim como denota o quanto



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

a prática profissional é reveladora dessas trajetórias. Apesar de não estar relacionado diretamente ao tema da nossa pesquisa, a autora aponta elementos da prática docente no modelo remoto. Como ao demais trabalhos, identifica como desafio o domínio da tecnologia pelos docentes.

Brito, Oliveira e Brito (2022) em “Os desafios do ensino remoto durante a pandemia Covid-19: relato de experiência do estágio docente na graduação em serviço social na UFBA” apesar de discutirem as experiências vivenciadas no estágio docente, realizado durante a Pandemia Covid-19 e não as condições de trabalho em si, as autoras citam Iamamoto (2025) e pontuam que a atividade docente no Serviço Social não escapa da precarização imposta pela racionalidade neoliberal e intensificada pelo contexto pandêmico aos trabalhadores/as, pois observou que há uma sobrecarga de atividades atribuída, como: intensa jornada de trabalho, acúmulo de orientações, palestras, aula na graduação e pós graduação, captação de recursos entre outras (BRITO, OLIVEIRA, BRITO, 2022, p. 8).

O trabalho “A intensificação da precarização das condições de trabalho no contexto da pandemia de Covid-19 e suas repercussões no trabalho do/a assistente social”, de Bitencourt e Castilho (2022) discorre sobre os impactos da intensificação da precarização das condições de trabalho no cenário da pandemia da Covid-19, no trabalho do/a assistente social. Não aborda somente o trabalho docente, mas traz reflexões acerca das condições de trabalho no cenário da pandemia da Covid-19. Apresenta um capítulo específico sobre o tema que discorre sobre o alargamento das expressões da “questão social”, a medida em que há aumento das jornadas de trabalho, redução do quantitativo de profissionais, uso escasso e até mesmo a ausência de equipamentos de proteção individual (EPI's) e riscos exacerbados de contágio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou identificar os principais prejuízos causados pelo Ensino Remoto Emergencial e elementos que impactaram o trabalho docente do assistente social, tais como o adoecimento mental, dificuldade no uso imperativo da tecnologia para o desenvolvimento do trabalho e nas intensas jornada de trabalho, durante a pandemia do Covid-19. No entanto, apontou que esses elementos não são novos, eles fazem parte de um

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 14 de 17



processo de contrarreforma da educação em curso no Brasil. A pandemia os impulsionou, como impulsionou também um novo modelo de educação adequado ao processo de reestruturação produtiva e precarização do mundo do trabalho que esvazia o sentido do fazer profissional dos professores universitários.

Destacamos que diversas universidades, nas quais há o curso de graduação em Serviço Social redigiram suas insatisfações em notas públicas decorrentes as dificuldades com o ERE, chamado por alguns de “novo normal”. Isso demonstra que debates e formas de enfrentamento coletivas à contrarreforma das políticas sociais e flexibilização dos direitos trabalhistas que se agravaram no contexto da pandemia, aqui falando especificamente do ERE, se colocaram e se colocam como debate da categoria profissional, uma vez que, compõem a discussão conjuntural e estrutural da educação e do trabalho docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Nota da associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social acerca dos impactos da pandemia/covid-19 e as medidas para a Educação. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 279-284, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/31002>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

ANDRADE, Kércia Rocha; CORREIA, Daniele. Serviço Social e o trabalho docente: desafios da atuação nas universidades federais brasileiras. **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022**. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001105.pdf>. Acesso em: 10 junho de 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

BITENCOURT, Ana Carolina Da Silva; CASTILHO, Daniela Ribeiro. A intensificação da precarização das condições de trabalho no contexto da pandemia de Covid-19 e suas repercussões no trabalho do/a assistente social. **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022**. Disponível em:



<https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/ finais/0000001535.pdf>. Acesso em: **10 junho de 2023**.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? In: **Serviço Social & Sociedade** [online], n. 140, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.238>. Acesso em: 10 de março. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Ministerial do Ministério da Educação MEC nº 343**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 22 set. de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020**. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0188_04_02_2020.html. Acesso em: 10 de maio de 2023.

BRASIL. **Painel Coronavírus**. Atualizado em: 08/09/2023, 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 08 de set. 2023.

BRITO, Jamile Santos; OLIVEIRA, Zildeni Martins de; BRITO, Angela Ernestina Cardoso de. Os desafios do ensino remoto durante a pandemia Covid-19: relato de experiência do estágio docente na graduação em serviço social na UFBA. **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022**. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/ finais/0000001060.pdf>. Acesso em: **10 junho de 2023**.

ELIAS, Michelly; ALVES, Elaene. Desafios da formação profissional em Serviço Social no contexto brasileiro da pandemia da covid-19. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 144, p. 71-90, maio/set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rd9LSdk5sw3QyGgKfWBgf9y/>. Acesso em 22 novembro 2022.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/vqzxmknYDzYpLKH5rwG4Ttc/?format=pdf>. Acesso em 11 março 2023.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 março. 2023.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Mirian Maria de; TEODORO, Marfcos Paulo. Ensino remoto emergencial - (ERE) e seus desdobramentos na vida dos docentes do curso de Serviço Social. **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022. Disponível em:** <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000092.pdf>. Acesso em: 10 junho de 2023.

SANTOS, Cintia Rugno De Aguiar Dos. Entre a pesquisa e o conhecimento: vivências e experiências da prática como docente do curso de graduação em Serviço Social no modelo presencial e remoto. **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022. Disponível em:** <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000254.pdf>. Acesso em: 10 junho de 2023.

SILVA, Polyana Carvalho da; SANTOS, Geovanna Gonçalves dos; SOUSA, Mariana Tavares, *et. al.* Relato de experiência sobre a monitoria e o estágio de docência em Serviço Social durante o ensino remoto emergencial. **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022. Disponível em:** <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000284.pdf>. Acesso em: 10 junho de 2023.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 17 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





**ATIVO IMOBILIZADO: ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE A EVIDENCIAÇÃO
CONTÁBIL E A GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Natalia Viana Banczynski - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranaguá, nataliabanczynski@outlook.com

Raphael Vinicius Weigert Camargo - Orientador
Unespar/Campus Paranaguá, raphael.camargo@unespar.edu.br

Rita de Cássia Correa Pepinelli Camargo - Coorientadora
Unespar/Campus Paranaguá, rita.camargo@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

O crescimento econômico, acompanhado da dispersão do capital social, ocasionou transformações notáveis na estrutura organizacional das empresas. Antunes e Costa (2007) afirmam que este cenário afastou os proprietários face à administração dos seus negócios, resultando na dissociação entre o detentor do capital e aquele que o administra (CONDÉ; ALMEIDA; QUINTAL, 2015).

Esta separação entre propriedade e controle é discutida pela Teoria da Agência, proposta por Jensen e Meckling (1976), como uma relação de agência. Para os autores, a relação de agência é estabelecida quando o possuidor(es) do capital (principal (is)) confere(m) ao(s) gestor(es) (agente(s)) o controle dos seus investimentos (JENSEN; MECKLING, 2008).

Jensen e Meckling (2008) afirmam que esta lacuna trouxe riscos às empresas, vez que as ações do agente podem divergir das condutas esperadas pelo principal. Silva (2014) corrobora ao declarar que o agente pode agir de maneira diversa à potencialização dos resultados do principal. Estas incongruências são definidas como ‘problema de agência’ e decorrem da natureza individualista do agente (BORGES; SERRÃO, 2005)

Destaca-se, também, a assimetria informacional. Pindyck e Rubinfeld (2013) mencionam que o gestor possui mais informações quanto à empresa do que os sócios. A



assimetria surge quando o agente não reporta às partes interessadas todos os eventos materiais acerca da entidade ou quando o principal tem dificuldades para monitorar as condutas do agente (NASCIMENTO; REGINATO, 2008; SCHMIDT *et al.*, 2005).

Jensen e Meckling (2008) afirmam que o principal pode reduzir estes conflitos a partir de mecanismos de fiscalização das ações do agente. Nesta direção, emerge a Governança Corporativa (GC), a qual integra práticas de controle e supervisão da gestão. Conforme Borges e Serrão (2005), a GC busca harmonizar as relações entre os diversos atores interessados nos resultados de uma companhia, não limitando-se aos acionistas e gestores, mas envolvendo também clientes, fornecedores e outros *stakeholders*.

Para Arruda, Madruga e Freitas Junior (2008) a GC amplia o valor e o retorno das empresas ao garantir o cumprimento eficiente dos objetivos corporativos. Ainda, contribui para a redução da percepção de risco do investidor e dos custos de capital, expandindo o potencial de captação de recursos externos dessas empresas (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006; SILVA *et al.*, 2011).

Na perspectiva da Teoria da Agência, a GC objetiva solucionar os conflitos de interesse decorrentes da separação entre propriedade e controle. Azevedo (2010) explica que a GC surgiu em razão da necessidade de proteger os *stakeholders*, sobretudo, os que se encontram distantes da realidade das organizações, bem como devido aos gastos oriundos do desalinhamento entre proprietário e administrador.

Almeida *et al.* (2010) destacam que a GC, através do controle gerencial e dos resultados empresariais, inibe as ações oportunistas do gestor, restringindo as expropriações dos sócios. Além disso, por meio dela, diminui-se a distância entre os investidores e os seus negócios, reduzindo a assimetria informacional (ERFURTH; BEZERRA, 2013).

Diante disso, Oliveira *et al.* (2014) mencionam que a GC incentiva a divulgação de informações contábeis ao mercado. Silva (2014) enfatiza que ela deve garantir, mediante o processo de evidenciação, a transparência das companhias. Segundo Dantas *et al.* (2005), a evidenciação viabiliza a compreensão do desempenho das empresas e da sua solidez.

A evidenciação contábil ocorre através das demonstrações financeiras e, apresenta natureza compulsória ou facultativa. Ademais, abrange informações patrimoniais, financeiras e gerenciais, quantitativas e qualitativas, bem como favoráveis e desfavoráveis às companhias



(CRUZ; LIMA, 2010; SUZART, 2016). Segundo Jensen e Meckling (2008), estes relatórios podem ser utilizados pelo principal para verificar as decisões gerenciais.

No Brasil, a B3 criou segmentos de GC para incentivar a evidência das companhias abertas. Os níveis variam de acordo com o volume de práticas de GC que devem ser cumpridas pelas empresas. A listagem está disposta na seguinte ordem: Mercado Tradicional, Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. O Mercado Tradicional abrange empresas menos comprometidas com os mecanismos de GC, enquanto o Novo Mercado representa as companhias que possuem elevada observância à estas práticas.

No que tange as indústrias listadas na B3, estas tornam-se mais transparentes quando evidenciam o ativo imobilizado. Esta classe de ativos se destina a servir as atividades das companhias, afetando os seus resultados e a sua continuidade operacional (ASSAF NETO, 2020; PADOVEZE, 2018). Silva e Arruda (2017) afirmam que o imobilizado representa grandes investimentos, relacionando-se com a capacidade de produção industrial, sendo, por este motivo, essencial às avaliações dos investidores.

Macedo e Silva (2019) ressaltam que estes bens se encontram de forma mais expressiva no patrimônio das empresas industriais. Szuster e Fernandes (2009, p. 6) afirmam que isto ocorre “[...] em função das dimensões das instalações industriais, valor e porte das máquinas e equipamentos para o desenvolvimento das atividades”.

No âmbito da legislação, a definição do tratamento contábil obrigatório aos imobilizados foi atualizada em 2009 por meio do deferimento da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral 27 – Ativo Imobilizado (NBC TG 27), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Segundo o CFC (2017, p. 1), a norma objetiva possibilitar que os “[...] usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações”.

Conforme a NBC TG 27 (R4), o ativo imobilizado é um bem tangível do qual se tem expectativas de se utilizar nas operações normais da empresa por mais de um período, seja na produção de mercadorias e serviços, em atividades gerenciais ou aluguel a outros (CFC, 2017). Assim, entre os imobilizados, pode-se citar as máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, imóveis e as jazidas minerais (PADOVEZE, 2018).



A primeira etapa para o controle do imobilizado é o seu reconhecimento. Um ativo é reconhecido como imobilizado somente se for possível definir o seu custo de forma segura e que ganhos serão auferidos pela entidade através do seu uso (CFC, 2017). O imobilizado também deve apresentar caráter duradouro e não se destinar à venda (MARION, 2022).

Santos *et al.* (2022) afirmam que o imobilizado é mensurado, primeiramente, pelo seu custo e, depois, este valor deve ser confrontado com os saldos de depreciação e *impairment*. Segundo o CFC (2017), custo é o valor gasto para adquirir um ativo ou construí-lo, incluindo, entre outros elementos, os tributos irre recuperáveis, frete e, gastos para instalação e preparação do local que irá receber o ativo.

Quanto à depreciação, Padoveze (2018, p. 252) define como a “[...] perda de valor dos bens imobilizados pelo tempo, por uso, desgaste ou obsolescência”. Conforme a NBC TG 27 (R4), ela deve ser reconhecida ao longo da vida útil do ativo - tempo estimado que a empresa pretende fazer uso ou o nível de produção que se espera do bem (CFC, 2017).

Além da depreciação, o imobilizado também sofre perda por *impairment*. O *impairment* é reconhecido quando o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável (PADOVEZE, 2018). As empresas devem avaliar o *impairment* ao final de cada exercício, a fim de apurar possíveis reversões (SANDE; NEIVA, 2021).

Destarte, visando limitar as perdas decorrentes da discricionariedade dos gestores na elaboração das demonstrações contábeis à classe do imobilizado, é preciso adotar práticas de GC, em especial, a evidenciação contábil. As informações requeridas pela NBC TG 27 (R4), encontram-se nos itens nº 73 a 79 e, envolve, em sua maior parte, as políticas contábeis de mensuração e as variações no valor contábil do imobilizado.

Todavia, apesar da GC possuir como pressuposto basilar a transparência, alguns estudos constataram que o nível de GC das empresas não influencia a evidenciação do imobilizado (OUTI *et al.*, 2022), bem como identificaram deficiências no grau de divulgação destes ativos (VIVIANI *et al.*, 2014). Antunes e Costa (2007) declaram que as organizações aderem aos níveis diferenciados de GC devido às expectativas de retorno financeiro atreladas às suas ações e não pela busca do empresariado em adotar de fato os princípios da GC.

Assim, neste estudo busca-se responder a seguinte questão: **Qual a relação entre o grau de evidenciação dos ativos imobilizados e o nível de GC apresentado pelas**



empresas do setor de bens industriais com ações negociadas na B3? O objetivo geral é avaliar a relação entre o grau de evidenciação dos ativos imobilizados e o nível de GC apresentado pelas empresas do setor de bens industriais com ações negociadas na B3.

Com isso, estabeleceu-se como objetivos específicos: a) Mensurar o nível de evidenciação dos ativos imobilizados das indústrias listadas na B3; b) Identificar o nível de GC das indústrias listadas na B3; e c) Relacionar o nível de evidenciação dos ativos imobilizados com os níveis de GC das indústrias listadas na B3.

Esta pesquisa se justifica pela verificação do nível de transparência das indústrias de capital aberto. Isso, pois, tanto menor o volume de informações divulgadas, maiores são as possibilidades de manipulação das demonstrações contábeis, resultando em perdas financeiras aos investidores, seja pelo aumento do custo de capital ou dos riscos reputacionais (ANTUNES; COSTA, 2007; OCDE, 2016).

Em contrapartida, uma maior evidenciação garante a veracidade dos relatórios, tal como propicia um ambiente confiável e atrativo ao investidor, contribuindo, portanto, para o aumento das fontes de capitalização e para a valorização das ações negociadas pelas empresas (ERFURTH; BEZERRA, 2013; OCDE, 2016). Assim, espera-se contribuir tanto para a análise da evidenciação do imobilizado, como para avaliar se o nível de GC proporciona um incentivo significativo para o seu aumento.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se, quanto aos objetivos, como descritivo. Segundo Gil (2002, p. 42), as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” Assim, o presente estudo analisa a evidenciação do imobilizado das indústrias de capital aberto e a sua relação com os níveis de GC da B3.

Ainda, esta pesquisa é definida como quantitativa. Lima *et al.* (2022) afirmam que estudos quantitativos utilizam bases numéricas para investigar a associação entre variáveis. Neste trabalho, mensurou-se o índice de evidenciação do imobilizado, a fim de possibilitar a vinculação aos segmentos de GC da B3.



Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo documental. Conforme Martins e Theóphilo (2016), a pesquisa documental apoia-se em dados coletados através de documentos. Esta pesquisa faz uso de Notas Explicativas (NE) disponibilizadas pelas empresas do setor de bens industriais no site oficial da B3. Quanto às indústrias listadas na B3 em 2022, identificou-se uma população de 120 companhias que, após serem submetidas à amostragem aleatória, originou uma amostra de 44 empresas industriais.

Tendo isso em vista, das 44 empresas que constituíam a amostra inicial, apenas a HETA foi excluída, pois não apresentava imobilizado. A amostra final é formada por dezesseis (16) companhias do Mercado Tradicional (MT), uma (1) companhia do Bovespa Mais (MA), quatro (4) companhias do Nível 1 (N1), duas (2) companhias do Nível 2 (N2) e vinte (20) companhias do Novo Mercado (NM).

A coleta de dados foi realizada durante o mês de maio e junho de 2023. As informações acerca do imobilizado foram coletadas através de NE publicadas pelas companhias no ano de 2022. Para a coleta, elaborou-se um *checklist* fundamentado nos itens de divulgação requeridos pela NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, os quais totalizaram 27 requisitos (CFC, 2017).

Quadro 1 – Checklist de evidenciação do Ativo Imobilizado

Classe	Item	Evidenciação obrigatória segundo a NBC TG 27 (R4)	Fundamentação
Ativo imobilizado	1	Critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto	73a
	2	Métodos de depreciação utilizados	73b
	3	Vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas	73c
	4	Valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável) no início e no final do período	73d
Conciliação do valor contábil	5	Adições	73e (i)
	6	Ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em um grupo classificados como mantido para venda e outras baixas	73e (ii)
	7	Aquisições por meio de combinação de negócios	73e (iii)
	8	Provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado	73e (v)
	9	Reversão de perda por redução ao valor recuperável de ativos, apropriada no resultado	73e (vi)
	10	Depreciações	73e (vii)
	11	Variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis da moeda funcional para a moeda de apresentação, incluindo conversão de uma operação estrangeira para a moeda de apresentação da entidade	73e (viii)



Classe	Item	Evidenciação obrigatória segundo a NBC TG 27 (R4)	Fundamentação
	12	Outras alterações	73e (ix)
Outras informações	13	Existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita	74a
	14	Valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção	74b
	15	Valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados	74c
	16	Valor das indenizações de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido desvalorizados, perdidos ou abandonados, incluído no resultado	74d
Depreciação	17	Depreciação, quer reconhecida no resultado, quer como parte do custo de outros ativos, durante o período	75a
	18	Depreciação acumulada no final do período	75b
Natureza e efeitos das estimativas contábeis	19	Valores residuais	76a
	20	Custos estimados de desmontagem, remoção ou restauração de itens do ativo imobilizado	76b
	21	Vidas úteis dos ativos imobilizados	76c
	22	Métodos de depreciação	76d
Evidenciação complementar sobre perdas, valor contábil e valor justo	23	Ativos imobilizados que perderam o seu valor, além das informações exigidas no item 73e(iv)-(vi)	78
	24	Valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso	79a
	25	Valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação	79b
	26	Valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso ativo e não classificados como mantidos para venda	79c
	27	Valor justo do ativo imobilizado quando este for diferente do valor contábil apurado pelo método de custo	79d

Fonte: Elaborado pelos autores com base na NBC TG 27 (R4) (2017).

Para a aplicação do *checklist*, fez-se uso da seguinte escala de pontuação: a) um (1) se a informação estava presente na NE; b) zero (0) se a informação estava ausente ou incompleta na NE; e c) N/A se a informação era facultativa à empresa. Logo após, procedeu-se à mensuração do índice de evidenciação do imobilizado, semelhante ao modelo adotado no estudo de Mapurunga, Ponte e Holanda (2014) conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – Fórmula para o cálculo do Índice de Evidenciação

$$\text{Índice de Evidenciação} = \frac{\sum I_d}{\sum I_a}$$

Legenda: I_d = Itens Divulgados; I_a = Itens Aplicáveis (total de itens do *checklist* do Quadro 1 menos o total de itens não aplicáveis à companhia).

Fonte: Adaptado de Mapurunga, Ponte e Holanda (2014).

A partir da tabulação dos dados através do Microsoft Office Excel[®], deu-se início ao tratamento e análise das informações coletadas. A priori, verificou-se a evidenciação de cada item do *checklist* e sua relação com os níveis de GC. Posteriormente, observou-se o grau de conformidade das companhias à NBC TG 27 (R4) individualmente, segmentadas pelas categorias de GC e, por último, calculou-se a média, mínimo, máximo e desvio padrão do índice de evidenciação de cada nível de GC.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise inicial envolveu a mensuração do percentual de atendimento de cada item que compõe o *checklist* de evidenciação, segmentados por categorias de GC, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Percentual de atendimento de cada item do *checklist* segmentados por categoria de GC

Item	MT			MA			N1			N2			NM		
	NC	ND	PA (%)	NC	ND	PA (%)	NC	ND	PA (%)	NC	ND	PA (%)	NC	ND	PA (%)
1	16	16	100	1	1	100	4	4	100	2	2	100	20	19	95
2	16	15	93,75	1	1	100	4	4	100	2	2	100	20	20	100
3	16	15	93,75	1	1	100	4	4	100	2	2	100	20	20	100
4	16	12	75	1	0	0	4	4	100	2	2	100	20	17	85
5	16	15	93,75	1	1	100	4	4	100	2	2	100	20	20	100
6	16	15	93,75	-	-	-	4	4	100	2	2	100	20	20	100
7	-	-	-	-	-	-	1	0	0	1	1	100	8	7	87,5
8	2	2	100	-	-	-	1	1	100	-	-	-	7	5	71,43
9	2	2	100	-	-	-	2	2	100	-	-	-	4	3	75
10	16	14	87,5	1	1	100	4	4	100	2	2	100	20	20	100
11	8	2	25	-	-	-	3	2	66,67	2	1	50	15	11	73,33
12	13	13	100	-	-	-	4	4	100	2	2	100	17	17	100
13	14	11	78,57	-	-	-	4	4	100	2	2	100	20	19	95
14	12	12	100	-	-	-	4	4	100	2	2	100	19	19	100
15	-	-	-	-	-	-	1	1	100	-	-	-	2	2	100
17	16	11	68,75	1	1	100	4	4	100	2	2	100	20	20	100
18	16	14	87,50	1	1	100	4	4	100	2	2	100	20	18	90
20	-	-	-	-	-	-	2	1	50	1	1	100	2	2	100
21	-	-	-	-	-	-	1	1	100	1	1	100	2	1	50
24	2	0	0	-	-	-	1	0	0	1	0	0	-	-	-
25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	100
26	2	0	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	-	-	-
27	2	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2	50

Legenda: NC = Número de Empresas Consideradas; ND = Número de Divulgações; PA (%) = Percentual de Atendimento.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)



Além disso, calculou-se o nível de divulgação total do item, obtendo-se os resultados apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Nível de evidenciação total do item

NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO TOTAL DO ITEM			
Item	NC	ND	PA (%)
1	43	42	97,67
2	43	42	97,67
3	43	42	97,67
4	43	35	81,4
5	43	42	97,67
6	42	41	97,62
7	10	8	80
8	10	8	80
9	8	7	87,5
10	43	41	95,35
11	28	16	57,14
12	36	36	100
13	40	36	90
14	37	37	100
15	3	3	100
17	43	38	88,37
18	43	39	90,7
20	5	4	80
21	4	3	75
24	4	0	0
25	2	2	100
26	3	0	0
27	6	2	33,33

Legenda: NC = Número de Empresas Consideradas; ND = Número de Divulgações; PA (%) = Percentual de Atendimento.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Observou-se que nenhum item foi atendido por todas as empresas da amostra. Os requisitos que obtiveram maior grau de atendimento (em função do número de companhias consideradas) foram atendidos por 42 empresas, atingindo 97,67% de divulgação. Entre eles destaca-se os itens 1, 2, 3 e 5. O requisito 1, correspondente aos critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto, não foi divulgado apenas por uma empresa do NM. Já o item 2, relativo aos métodos de depreciação utilizados, bem como o item 3, referente às vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas e o 5, que trata das adições, não foram evidenciados por companhias do MT.



Os itens 16, 19, 22 e 23, que se referem, respectivamente, ao valor das indenizações de terceiros por itens do imobilizado que tenham sido desvalorizados, perdidos ou abandonados, incluído no resultado, valores residuais, métodos de depreciação e, dos imobilizados que perderam o seu valor, além das informações exigidas no item 73e(iv)-(vi), não se aplicaram a nenhuma empresa da amostra.

Os itens 14, 12, 15 e 25 apresentaram 100% de evidenciação. O item 14, que trata do valor dos gastos reconhecidos no valor contábil do imobilizado durante a sua construção, foi divulgado por 37 companhias. Logo após, encontra-se o requisito 12, referente às outras alterações, atendido por 36 empresas. O item 15, relativo ao valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de imobilizados, foi evidenciado por apenas 3 indústrias e o requisito 25, que se relaciona ao valor contábil bruto do imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação, aplicou-se apenas à 2 companhias do NM.

Além dos itens 1, 2, 3 e 5, os requisitos 6, 10 e 18 também apresentaram percentuais de atendimento significativos. O item 6, que trata dos ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em um grupo classificados como mantido para venda e outras baixas, obteve 97,62% e o item 10, relacionado às depreciações, foi evidenciado por 95,35% das empresas. Ambos não apresentaram divulgação máxima devido à desconformidade de empresas do MT. O requisito 18, referente à depreciação acumulada no final do período, não foi divulgado por duas empresas do MT e do NM, atingindo 90,70% de atendimento.

Estes achados estão em conformidade com os estudos de Viviani *et al.* (2014), Macedo e Silva (2019), Costa, Sprenger e Kronbauer (2019) e Outi *et al.* (2022), visto que também verificaram maior evidenciação para as informações básicas acerca da classe do imobilizado, em especial, dos itens relacionados aos critérios de mensuração do valor contábil bruto, depreciação e vidas úteis. Por outro lado, tais constatações divergem dos resultados encontrados por Belarmino (2021), em que os métodos de depreciação, tal como as vidas úteis ou as taxas de depreciação, estão entre os requisitos menos divulgados.

Os itens 24, 26 e 27 apresentaram os menores níveis de evidenciação. O requisito 24, relativo ao valor contábil do imobilizado que esteja temporariamente ocioso, aplicou-se ao MT, N1 e N2, e o item 26, referente ao valor contábil de imobilizados retirados de uso ativo e não classificados como mantidos para venda, ao MT e N2. Todavia, ambos os requisitos não



foram atendidos pelas companhias consideradas, atingindo 0% de evidenciação. O item 27, relacionado ao valor justo do imobilizado quando este for diferente do valor contábil apurado pelo método de custo, obteve 33,33% de divulgação, tendo sido aplicável ao MT e NM.

Estes resultados diferenciam-se dos que foram obtidos por Viviani *et al.* (2014) e Outi *et al.* (2022). Isso, pois, Viviani *et al.* (2014) identificaram que as informações sobre aquisições por meio de combinação de negócios, provisões para perdas de ativos, reconhecidas nos resultado e reversões de perda por redução ao valor recuperável de ativos, apropriada no resultado, tiveram baixa divulgação, enquanto Outi *et al.* (2022) constataram que, em conjunto com o último requisito mencionado, o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de imobilizados, foram os menos evidenciados. Em contrapartida, este estudo verificou para todas estas informações níveis de evidenciação acima de 80%.

Quanto ao nível de atendimento de cada item conforme os níveis de GC, observa-se que o MA, N1 e N2, apesar de apresentarem percentuais abaixo do esperado para alguns itens, obtiveram 100% de evidenciação para a maioria dos requisitos considerados. Por outro lado, o MT, seguido do NM, dispuseram de maiores variações nos percentuais de divulgação, apresentando um grau mais elevado de desatendimento em relação aos requisitos do *checklist*.

Além disso, constata-se na Tabela 1 que o grau de divulgação não se eleva paralelamente aos segmentos de GC. Apesar do NM ser o nível mais elevado de GC, ainda assim apresentou comportamento próximo ao do MT, bem como itens com grau de evidenciação menores quando comparados ao N1 e N2. Ainda, os sete itens mais divulgados não obtiveram evidenciação máxima devido ao não atendimento de empresas do NM e do MT.

A Tabela 3 apresenta o grau de evidenciação de cada empresa que compõe a amostra, distribuídas de acordo os níveis de GC, bem como o *ranking* segundo o índice de divulgação.

Tabela 3 – Nível de evidenciação das indústrias conforme o segmento de GC

Empresas	Segmento de GC	Itens Aplicáveis	Itens Divulgados	ID (%)	Ranking
ABEV	MT	16	15	93,75	5º
BALM	MT	12	9	75	20º
BAUH	MT	11	10	90,91	9º
BDLL	MT	11	11	100	4º
CAMB	MT	13	13	100	2º
EALT	MT	13	11	84,62	14º
EPAR	MT	14	12	85,71	13º
ESTR	MT	11	5	45,45	22º



Empresas	Segmento de GC	Itens Aplicáveis	Itens Divulgados	ID (%)	Ranking
INEP	MT	13	9	69,23	21º
JOPA	MT	12	10	83,33	16º
MTSA	MT	11	9	81,82	17º
MWET	MT	12	10	83,33	16º
ODER	MT	11	9	81,82	17º
SNSY	MT	13	11	84,62	14º
TEKA	MT	16	13	81,25	18º
TKNO	MT	12	12	100	3º
NUTR	MA	8	7	87,5	11º
CEDO	N1	13	13	100	2º
FRAS	N1	14	14	100	1º
GOAU	N1	15	13	86,67	12º
USIM	N1	18	16	88,89	10º
CMIN	N2	18	15	83,33	15º
TASA	N2	13	13	100	2º
AGXY	NM	13	13	100	2º
BEEF	NM	14	13	92,86	7º
BRFS	NM	13	13	100	2º
ENEV	NM	15	14	93,33	6º
FHER	NM	14	13	92,86	7º
GRND	NM	14	14	100	1º
INTB	NM	14	13	92,86	7º
JALL	NM	16	15	93,75	5º
LUPA	NM	16	15	93,75	5º
MDIA	NM	15	14	93,33	6º
MYPK	NM	14	13	92,86	7º
NTCO	NM	14	14	100	1º
PMAM	NM	13	10	76,92	19º
PTBL	NM	14	14	100	1º
ROMI	NM	13	12	92,31	8º
RRRP	NM	14	13	92,86	7º
SOMA	NM	14	12	85,71	13º
TUPY	NM	14	13	92,86	7º
VSTE	NM	14	12	85,71	13º
VULC	NM	14	14	100	1º

Legenda: ID (%) = Índice de Divulgação

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Verificou-se que nenhuma empresa divulgou todos os requisitos do *checklist*. As companhias que atenderam a mais itens foram a ABEV (MT), USIM (N1), CMIN (N2), JALL (NM) e a LUPA (NM). Em 1º lugar estão a FRAS (N1), PTBL (NM), NTCO (NM), GRND (NM) e a VULC (NM), com 14 itens atendidos. A CAMB (MT), CEDO (N1), TASA (N2), AGXY (NM) e a BRFS (NM) também obtiveram evidenciação máxima, mas com 13 itens divulgados. Além delas, apenas a TKNO (MT) e a BDLL (MT), evidenciando 12 e 11 itens, apresentaram 100% de divulgação.



É possível constatar que as quatro últimas colocações são preenchidas por companhias no NM e do MT. A PMAM (NM), encontra-se em 19º lugar, com 76,92% de evidenciação, seguida da BALM (MT) com 75% e da INEP (MT) com 69,23% de divulgação. A ESTR (MT) apresentou o menor ID, situando-se em último lugar, com 45,45% de conformidade. Assim, embora empresas do NM devessem estar em posições mais elevadas no *ranking*, identificou-se a sua presença entre os menores índices de evidenciação.

Nota-se, também, que há companhias do NM equiparadas às empresas do MT. Em 5º lugar estão a ABEV (MT), LUPA (NM) e a JALL (NM) com índice de divulgação (ID) de 93,75%. Além disso, em 13ª posição estão a EPAR (MT), VSTE (NM) e a SOMA (NM) com 85,71%. Observa-se, ainda, que empresas do N1 e do N2 também alcançaram níveis de evidenciação semelhantes ao do NM. Por outro lado, constata-se que na 6ª, 7ª e 8ª posição encontram-se apenas empresas do NM.

Ainda que o MT seja considerado o nível mais básico de GC, algumas empresas que o compõem apresentaram ID acima de companhias do MA, N1, N2 e do NM. A BAUH (MT), por exemplo, localizada em 9º lugar, está acima da NUTR (MA), USIM (N1), CMIN (N2) e da PMAM (NM). Aliás, empresas do MT, como mencionado anteriormente, também dispuseram de 100% de evidenciação, junto aos demais segmentos de GC.

Quanto às empresas do segmento N1 percebe-se que estas também ultrapassaram companhias do NM, bem como do N2, como evidenciado pela GOAU. De outro modo, a NUTR, da categoria MA, também apresentou ID acima de empresas do N1, N2 e do NM. Por fim, avaliando o nível de evidenciação de todas as empresas consideradas, verifica-se que, mesmo que algumas tenham demonstrado deficiências em termos de evidenciação, cerca de 90,70% da amostra (39 empresas), atingiu ID acima de 80%.

Comparativamente, o estudo de Outi *et al.* (2022), observou que das 68 empresas que constituíram a sua amostra, apenas 79,41% apresentou ID superior a 80%. Além disso, foi possível verificar uma melhora quanto ao nível de adesão à NBC TG 27 (R4) por todos os níveis de GC desde Outi *et al.* (2022), vez que constatou-se um aumento de 30,07% no menor ID apresentado pelo MT, 20,83% pelo MA, 6,67% pelo N1, 12,5% pelo N2 e 1,92% pelo NM. Assim, os resultados deste estudo, além de corroborarem os apresentados por Outi *et al.* (2022), também revelaram uma evolução no grau de evidenciação dos imobilizados.



A Tabela 4 dispõe os resultados encontrados aplicando-se a estatística descritiva para o estudo do grau de divulgação de cada segmento de GC. Foram calculados a média aritmética, mínimo, máximo e desvio padrão dos ID de cada categoria.

Tabela 4 – Estatística descritiva aplicada ao ID de cada segmento de GC

Níveis de Governança Corporativa	Evidenciação			
	Média	Mínimo	Máximo	Desvio padrão
Mercado Tradicional	0,8380	0,4545	1,0000	0,1346
Bovespa Mais	0,8750	0,8750	0,8750	-
Nível 1	0,9389	0,8667	1,0000	0,0711
Nível 2	0,9167	0,8333	1,0000	0,1179
Novo Mercado	0,9360	0,7692	1,0000	0,0586

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Verifica-se que a maior média pertence a categoria N1, cujo ID é de 93,89%. Em segundo lugar encontra-se o NM, com 93,60%. Por outro lado, a menor média é representada pelo MT (83,80%). Desta forma, percebe-se que apesar de representar o modelo de GC mais elevado, as empresas do NM não estão aderindo integralmente às práticas de evidenciação, enquanto outros segmentos de listagem que, *a priori*, apresentam nível de transparência abaixo do NM, estão ocupando posição de destaque quanto ao ID do imobilizado.

Estes resultados divergem dos obtidos por Belarmino (2021). Em seu trabalho, a autora verificou que o NM dispôs da maior média (96,86%), enquanto o N1 se encontra na segunda colocação (94,78%). Por outro lado, os achados deste estudo são congruentes aos de Outi *et al.* (2022), em que o NM não dispôs da maior média de evidenciação.

O menor mínimo encontra-se no MT, com ID de 45,45%, seguido do NM, com 76,92%. Em contrapartida, as empresas do MA, N1 e N2 apresentaram ID acima de 80%. Novamente, observa-se inconsistências acerca dos níveis de evidenciação dos segmentos de GC da B3, visto que o MA reflete o maior mínimo, enquanto o NM possui o segundo menor, o que contraria o ordenamento dos níveis de GC.

Em relação ao ID máximo, observa-se que apenas a categoria MA não apresentou empresas com 100% de evidenciação. Assim, todos os demais níveis de GC dispuseram ao menos de uma companhia com ID máximo. Contrariamente, Outi *et al.* (2022) verificaram que o MA, N1 e o NM não alcançaram o percentual máximo, embora o MT tenha se



destacado, assim como neste estudo. Este cenário reitera a evolução dos níveis de divulgação do imobilizado por todas as categorias de GC.

Por fim, o MT apresentou o maior desvio padrão, isto é, os ID das empresas encontram-se mais dispersos em torno da média obtida neste segmento. Por outro lado, as empresas do NM dispuseram de ID mais próximos da média de evidenciação desta categoria, alcançando, assim, o menor desvio padrão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida com a finalidade de avaliar a relação entre o grau de evidenciação do ativo imobilizado e os níveis de GC das indústrias de capital aberto listadas na B3. Assim, buscou-se compreender se o volume de informações divulgadas pelas empresas apresentava crescimento linear à medida que transitava-se do segmento MT, MA, N1, N2 e NM, nesta ordem.

Os resultados obtidos apontam não haver relação significativa entre as variáveis do estudo. Esperava-se que as empresas do MT apresentassem os menores graus de divulgação para o imobilizado, visto que é considerado o nível mais básico de GC da B3 e, por outro lado, que o NM se destacasse em relação às demais categorias. Todavia, não foi possível observar estes padrões de evidenciação ao longo das análises.

Constatou-se que o MT e o NM apresentaram maiores variações nos percentuais de atendimento dos itens de divulgação da NBC TG 27 (R4), enquanto os segmentos MA, N1 e N2 alcançaram, em quase todos os requisitos considerados, evidenciação máxima. Ainda, verificou-se que algumas empresas do MT dispuseram de níveis de evidenciação acima de companhias do MA, N1, N2 e NM e que apesar das empresas do NM se situarem em posições mais elevadas no *ranking*, algumas delas tiveram percentuais menores do que de empresas do MT e do MA, bem como se equipararam às companhias do MT, N1 e do N2.

Quanto à média dos graus de evidenciação do imobilizado de cada categoria de GC, esta também demonstrou a inexistência de relação entre as variáveis estudadas. Verificou-se que a média dos índices de divulgação não se elevaram gradativamente do MT, MA, N1, N2



ao NM. Constatou-se inversões nestas posições, de modo que o crescimento da média se estabeleceu na seguinte ordem: MT, MA, N2, NM e N1.

Todavia, ressalta-se que 90,70% da amostra, cerca de 39 empresas, apresentou índices de evidenciação acima de 80%. Ou seja, mesmo que haja deficiências em relação à alguns requisitos de divulgação, tal como empresas com níveis abaixo do esperado, foi possível notar um desempenho consistente de grande parte da amostra.

Para estudos futuros, indica-se investigar a evidenciação de outras classes de patrimoniais, assim como o índice de divulgação de empresas dispostas em setores de atuação diferenciados da B3 e em períodos mais prolongados, a fim de verificar se os resultados obtidos pela presente pesquisa se restringem apenas ao ativo imobilizado, tal como para acompanhar os níveis de divulgação das companhias abertas com o passar dos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. A. *et al.* Evolução da Qualidade das Práticas de Governança Corporativa: Um estudo das empresas brasileiras de capital aberto não listadas em bolsa. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 5, p. 907-924, 2010.

ANTUNES; G. A.; COSTA, F. M. Governança e qualidade da informação contábil: Uma investigação utilizando empresas brasileiras que aderiram ou não aos níveis diferenciados de governança da BOVESPA. *In*: ENCONTRO DA ENANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro, RJ.

Anais [...] Maringá, PR: ANPAD, [21--], p. 1-16. Disponível em:

https://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=NzkxMw==. Acesso em: 30 jan. 2023.

ARRUDA, G. S.; MADRUGA. S. R.; FREITAS JUNIOR; N. I. A governança corporativa e a teoria da agência em consonância com a controladoria. **Revista de Administração**, Santa Maria, v. 1, n.1, p. 71-84, 2008.

ASSAF NETO, A. **Estruturas e Análise de Balanços**: Um enfoque econômico-financeiro. São Paulo: Atlas, 2020.



AZEVEDO, H. **Código de conduta**: Grau de adesão às recomendações do IBGC pelas empresas listadas na BM&FBovespa. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

BELARMINO, A. P. Disclosure de Ativos Imobilizados: uma análise comparativa dos diferentes níveis de governança corporativa da B3. **RAGC**, [S.l.], v. 9, n. 39, p. 54-69, 2021.

BORGES, L. F. X.; SERRÃO, C. F. B. Aspectos de governança corporativa moderna no Brasil. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 111-148, 2005.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 27 (R4), de 22 de dezembro de 2017**. Altera a NBC TG 27 (R3) que dispõe sobre ativo imobilizado. Disponível em:
[https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG27\(R4\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG27(R4).pdf). Acesso em: 28 nov. 2022.

CONDÉ, R. A. D.; ALMEIDA, C. O. F.; QUINTAL, R. S. Fraude contábil: Análise empírica à luz dos pressupostos do triângulo da fraude e dos escândalos corporativos. **Gestão & Regionalidade**, [S.l.], v. 31, n. 93, p. 94-108, 2015.

COSTA, D. M.; SPRENGER, K. B.; KRONBAUER, C. A. Conformidade na Evidenciação do Ativo Imobilizado: um estudo sob a ótica da Teoria Institucional. **REUNIR: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 49-61, 2019.

CRUZ, C. V. O. A.; LIMA, G. A. S. F. Reputação corporativa e nível de *disclosure* das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 6, n.1, p. 85-101, 2010.



DANTAS, J. A. *et al.* A dualidade entre benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2005.

ERFURTH, A. E.; BEZERRA, F. A. Gerenciamento de resultados nos diferentes níveis de governança corporativa. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 33-42, 2013.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Teoria da Firma: Comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de Administração de Empresas**, [S.l.], v. 48, n. 2, p. 87–125, 2008.

LIMA, A. P. *et al.*; WINQUES, K. (Org.). **Nos caminhos da iniciação científica: Guia para pesquisadores em formação**. Joinville: Faculdade Ielusc, 2022.

MACEDO, F.; SILVA, L. A. Análise do nível de *disclosure* quanto à aplicação do Pronunciamento Técnico CPC27: Um estudo aplicado nas empresas de capital aberto do Brasil, Argentina e Chile. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 76-90, 2019.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança Corporativa: Nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 17, Edição Comemorativa, p. 65-79, 2006.

MAPURUNGA, P. V. R.; PONTE, V. M. R.; HOLANDA, A. P. Fatores explicativos da aderência das firmas brasileiras ao *disclosure* relativo às informações por segmento. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 33, n. 1, p. 53-69, 2014.



MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2022.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: Uma relação necessária. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 3, p. 25-47, 2008.

OCDE (2016), **Princípios de Governo das Sociedades do G20 e da OCDE**, Éditions OCDE, Paris. Acesso em: 13 jun. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264259195-pt>.

OLIVEIRA, K. P. S. *et al.* Governança Corporativa, Assimetria e Qualidade da Informação Contábil no Mercado Brasileiro de Capitais. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 14., 2014, São Paulo, SP. **Anais [...]** São Paulo, SP: FEA - USP, 2013, p. 1-16. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/387.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

OUTI, A. *et al.* Relação entre a evidenciação de ativos imobilizados e os diferentes níveis de governança corporativa de empresas com ações negociadas na B3. **RAGC**, [S.l.], v. 10, n. 44, p. 81-97, 2022.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade introdutória e intermediária. São Paulo: Atlas, 2018.

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. **Microeconomia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

SANDE, S.; NEIVA, A. **Contabilidade geral e avançada**. Rio de Janeiro: Método, 2021.



SANTOS, A. *et al.* **Manual de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2022.

SCHMIDT, J. L. S. *et al.* Evidenciação de Ativos Intangíveis: Uma forma de minimizar os problemas causados pela seleção adversa. In: ENCONTRO DA ENANPAD, 29., 2005, Brasília, DF. **Anais [...]** Maringá, PR: ANPAD, [21--], p. 1-16. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=NDYx. Acesso em: 01 mar. 2023.

SILVA, A. R.; ARRUDA, M. P. Aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado – na produção da indústria cerâmica. **Revista de Informação Contábil**, João Pessoa, v. 11, n. 3, p. 24-46, 2017.

SILVA, A. L. C. **Governança corporativa e sucesso empresarial**: Melhores práticas para aumentar o valor da firma. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, W. V. *et al.* A influência da adesão às práticas de governança corporativa no risco das ações de empresas de capital aberto. **Revista Universo Contábil**, [S.l.], v. 7, n. 4, p.82-97, 2011.

SUZART, J. A. S. Índices de evidenciação: Quando um mais zero não é igual a um. **Contabilometria – Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 3, n. 1, p. 52-70, 2016.

SZUSTER, N.; FERNANDES, F. S. Comparação entre redução ao valor recuperável de ativos e reavaliação de ativos. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 45, p. 5-13, 2009.

VIVIANI, S. *et al.* Evidenciação do ativo imobilizado nas empresas do setor de bens industriais da BM&FBovespa. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 33, n. 3, p. 21-34, 2014.



**AS ALTERNATIVAS DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EXISTENTES,
CONSIDERANDO AS QUESTÕES ECONÔMICAS E OS IMPACTOS AMBIENTAIS
E A ANÁLISE DAQUELAS APLICADAS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE
CAMPO MOURÃO**

Natália Vitória da Silva Borges Aion - (Voluntária)
Unespar/Campus Campo Mourão, natyvik251@gmail.com

Sérgio Luiz Maybuk - Orientador
Unespar/Campus Campo Mourão, sergio.maybuk@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário - PIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de parte de uma pesquisa de Projeto de Tempo Integral Dedicado Exclusivo e de um projeto de iniciação científica.

A elaboração de um trabalho acerca da destinação de resíduos sólidos é frequentemente encarada pelos gestores públicos, sendo municipais principalmente, mas também por outras esferas governamentais incluindo a Universidade Pública, em iniciativas do Ministério Público ou também por defensores do Meio Ambiente.

De acordo com um estudo de 2012 do Banco Mundial, no período em questão, já se apurava que cerca de 3 bilhões de pessoas no mundo viviam em ambientes urbanos e, em média, cada uma delas produzia cerca de 1,2 Kg de resíduos por dia. Levando-se a aproximadamente 1,3 bilhão de toneladas de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) geradas anualmente e com previsão de aumento de 0,9 bilhões de toneladas até 2025.

Em consideração do vasto crescimento populacional e econômico ocorridos em países em desenvolvimento, naturalmente a produção de resíduos sólidos tende a crescer, pois, com mais renda obtida, maior a quantidade de resíduos sólidos produzidos com a aquisição de produtos industrializados, dentre outras utilizações. Esse aumento da produção tende a surtir efeitos econômicos e financeiros aos municípios e outras esferas governamentais, bem como impactos econômicos, ambientais e sociais à população.



Dessa maneira, o presente artigo tem por objetivo geral o questionamento a respeito das alternativas de destinação dos resíduos sólidos existentes, dentre as quais, qual seria as economicamente e ecologicamente mais viáveis, nos municípios da região da Comcam (Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão-PR). Além desta introdução, será apresentada a Fundamentação teórica, Materiais e Métodos, Resultados e Discussões, Considerações Finais e Referências.

MATERIAIS E MÉTODOS

A partir das considerações de Gil (2008), Marconi e Lakatos (2003) Cervo, Bervian e Silva (2007) a metodologia de pesquisa que foi utilizada no presente artigo, revisões bibliográficas do tema Resíduos Sólidos por meio de sites especializados, artigos científicos e livros. Foram utilizadas fontes secundárias e devidamente analisadas dentro de uma perspectiva de pesquisa com características, descritiva, qualitativa e quantitativa.

O levantamento de dados ocorreu direcionado aos municípios da Mesorregião Região Centro Ocidental Paranaense, que possui duas microrregiões (a de Campo Mourão e a de Goioerê). Para a presente pesquisa foi foco de pesquisa, exclusivamente a de Campo Mourão que tem os seguintes municípios: Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa.

Para a resposta às perguntas de pesquisa - Qual é a geração de resíduos sólidos e seu aproveitamento ecológico nos municípios da microrregião de Campo Mourão-PR. E quais os custos das coletas de tais resíduos sólidos?

Foram identificados os conceitos e características da temática dos Resíduos Sólidos, e para os levantamentos de dados secundários, utilizou-se sites especializados nos órgãos oficiais, IBGE, IparDES e especialmente SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento e SINIR – Sistema Nacional de Informação Sobre a Gestão de Resíduos Sólidos.

É necessário especificar que para os levantamentos de dados nos sites oficiais, foram utilizados os mais recentes, há casos que infelizmente os dados são de 2010 porque o Censo que deveria ocorrer em 2020 só veio a se concretizar após a finalização dos trabalhos da proposta de iniciação científica em 2023.



O descaso por parte da administração pública e também da sociedade em geral torna o problema de destinação de resíduos sólidos ainda mais agravante seguindo a lógica do crescimento populacional, principalmente levando em consideração que com o crescimento populacional há uma maior expansão territorial urbana. A partir disso é notável o grande problema de infraestrutura e maiores demandas de serviços relacionados ao resíduos sólidos por parte da população. Isso traz um grande destaque à necessidade de planejamento público para melhorias na forma de descarte, conscientização da população e também de destinações mais úteis a tais resíduos sólidos.

De acordo com Rodrigues et. al (2014), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), da Lei Nº 12.305/2010 traz um conjunto de metas e ações adotadas pelo Governo Federal em cooperação com Estados, Municípios e até mesmo o Distrito Federal, para uma melhor destinação e gerenciamento ambientalmente corretos dos resíduos sólidos. Dentre essas ações, se destaca a reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e o aproveitamento energético, que nesse contexto, ainda devem seguir suas normas operacionais específicas para evitar danos ambientais e riscos à saúde e segurança.

Rodrigues et. al (2014) cita que da mesma Lei, se fazia a obrigação dos municípios de acabar com os lixões a céu aberto, sujeito a caracterização de crime ambiental no caso do descumprimento do prazo. Contudo, em uma publicação de agosto de 2020, o Jornal da USP informa que o fim dos lixões foi adiado por falta de cumprimento por parte dos municípios e menciona novos prazos que foram prorrogados de acordo com o tamanho territorial de cada região. Essa particularidade salienta ainda mais a dificuldade encontrada pelas esferas governamentais de resolver de maneira mais eficiente os problemas ambientais que veem constantemente sendo tratados de maneira indevida.

Por sua vez, Jucá (2003) comenta que, no Brasil, de acordo com a PNSB (2000), se coletava cerca de 228.413 toneladas de resíduos sólidos todos os dias, sendo 54,83% domiciliares. De acordo com ele, naquela época, os aterros sanitários eram responsáveis pela maior parte da destinação dos resíduos em esfera global, e no Brasil, tais aterros eram operados pela iniciativa privada por meio de terceirização das prefeituras. Passados mais de uma década a situação não é muito diferente.



Segundo Carvalho et. al (2019), o Banco Mundial (2012) apresenta que a primeira consequência do aumento de produção de resíduos sólidos é o aumento nos custos de coleta e tratamento, podendo atingir cerca de US\$ 375,5 bilhões em 2025. A responsabilidade cabe à má gestão do RSU que causa impactos importantes para a economia, saúde e meio ambiente, gerando dessa maneira custos econômicos superiores aos custos de tratamento.

“Sem infraestrutura adequada e com um avanço tímido dos processos e tecnologias de reciclagem, tratamento térmico e compostagem, os lixões se tornam o mais importante método de disposição final do RSU” (CARVALHO, 2019, p.42).

Algo inconveniente e até inaceitável que mesmo considerando diversos avanços tecnológicos tão expressivos e com capacidades exploratórias em todo o mundo, ainda se insista na opção de descarte em lixão. Isso torna visível a incapacidade de gestão, tanto a nível municipal quanto a nível Estadual, e a falta de aptidão por parte do planejamento governamental de garantir sucesso no avanço do cumprimento das políticas públicas de resoluções já instauradas no Brasil.

Considerado a falta de planejamento e até descaso indicado anteriormente, é preciso encontrar soluções que diminuam o descarte inadequado. Para Maybuk (2019) conforme inevitavelmente se amplia esse problema da constante geração de lixo (resíduos sólidos urbanos), se requer campanhas de conscientização permanente e ampliação de descarte adequado, especialmente por meio da coleta seletiva e utilização naquilo que for possível da logística reversa, ambas ações que além de melhorarem o meio ambiente ainda podem ser objeto de geração de renda e economia de custos.

Considerando que tal problemática requer soluções que não partem apenas do poder público, se relaciona com relação à uma mudança de mentalidade e nesse sentido, Schenini (2005) explica que o crescimento da consciência sustentável do consumidor final, acabou trazendo aos fornecedores uma responsabilidade maior, a conhecida postura verde, a qual permitia que tais empresas seriam mais competitivas que as tradicionais. O referido autor ainda dá ênfase que também o desenvolvimento da reciclagem de materiais ocorre devido à legislação ambiental, voltada para que as empresas sejam responsáveis em controlar todo o ciclo de vida dos produtos e o impacto que podem causar ao meio ambiente.



Na mesma temática, outra contribuição é do autor Stock (1998) que afirma que a logística reversa tem o papel de contribuir com o retorno dos produtos, na alternativa de redução na fonte, reciclagem, substituição de materiais, reuso de materiais, disposição de resíduos etc. É necessário também refletir sobre essa questão e utilização da logística reversa ainda proporciona ganhos econômicos, ou na redução de custos ou ainda também na geração de novas fontes de rendas a partir de algo que era apenas um problema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos se dispõe pela Lei Nº 12.305, de Agosto de 2010. Em seu artigo 1º estabelece os principais objetivos e diretrizes relativos à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos, incluindo os perigos e, atribuindo responsabilidade aos geradores e ao poder público e seus instrumentos econômicos aplicáveis. Seus incisos incluem a especificação das pessoas as quais essa lei se aplica, tanto em âmbito físico como jurídico, ainda informando que dejetos radioativos possuem sua própria legislação específica.

Outras normas dispostas são estabelecidas pelos órgãos Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

Dentro dos princípios da lei, o artigo 6º inclui a prevenção e a precaução, a ecoeficiência mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas trazendo qualidade de vida e redução do impacto ambiental, contemplando a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade. Já disposto no artigo 7º os objetivos se prescrevem para a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental, a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamentos dos resíduos sólidos, bem como



a disposição final adequadas dos desejos, e, na tentativa de adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas em um esforço para diminuir os impactos ambientais.

DESTINAÇÃO DE RSU NA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Para se entender a correlação entre os municípios analisados, faz-se necessário a apresentação de informações gerais sobre a microrregião de Campo Mourão-PR e as tendências de comportamento municipal na tentativa de encontrar respostas acerca dos objetivos expressos nesta pesquisa.

As informações descritas a seguir foram obtidas a partir do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), Sistema Nacional de Informação sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR), bem como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 1 – Informações Gerais sobre a microrregião de Campo Mourão

Municípios	Área Territorial	População Total Estimada	Habitantes por km ²
Araruna	495,14 km ²	14.488	29,37
Barbosa Ferraz	536,27 km ²	10.795	20,04
Campo Mourão	754,43 km ²	99.432	132,64
Corumbataí do Sul	163,35 km ²	3.760	22,88
Engenheiro Beltrão	474,05 km ²	12.454	26,64
Farol	290,94 km ²	3.039	10,51
Fênix	231,03 km ²	4.492	19,19
Iretama	569,51 km ²	10.684	18,73
Luiziana	908,29 km ²	6.690	7,30
Mamborê	787,72 km ²	13.452	17,07
Peabiru	451,53 km ²	13.346	28,48
Quinta do Sol	335,24 km ²	5.001	15,33
Roncador	743,68 km ²	11.251	15,16
Terra Boa	308,32 km ²	17.568	54,75

Fonte: IBGE (Tabela elaborada pelos autores)



A Tabela 1 apresenta os dados retirados do IBGE e tabelados para melhor visualização. É possível notar que o município de Campo Mourão, mesmo sendo o polo da microrregião, não é a maior em quesito territorial. Isso pode ser o começo do indicativo de uma problemática de superpopulação versus a limitação de espaço para realização de coleta e cuidado com os resíduos produzidos pela população. Luiziana por exemplo, possui a maior área territorial, mas a quinta menor população, podendo levantar o questionamento acerca do quanto o espaço territorial e a densidade populacional podem influenciar a eficiência no manejo do RSU.

A tabela a seguir apresenta os dados sobre a coleta dos resíduos sólidos urbanos nos municípios da microrregião de Campo Mourão.

Tabela 2 – Coleta de Resíduos Sólidos

Município	Massa total coletada (Ton/Ano)	Massa coletada per capita em relação à população total atendida (kg/hab.ano)	Taxa de aproveitamento do material da coleta seletiva
Araruna	129,60	8,96	99,97%
Barbosa Ferraz	1.260	116,72	S/INFO
Campo Mourão	24.024,10	241,62	93,09%
Corumbataí do Sul	2.069,83	550,48	70,00%
Engenheiro Beltrão	3.201	257,03	96,67%
Farol	253,3	83,35	60,00%
Fênix	448	99,73	S/INFO
Iretama	1.258	117,75	69,79%
Luiziana	894	133,63	57,14%
Mamborê	3.079	228,89	96,77%
Peabiru	1.583,40	118,64	86,14%
Quinta do Sol	727	145,37	42,00%
Roncador	999	88,79	S/INFO
Terra Boa	3.013	171,5	11,03%

Fonte: SINIR (Tabela elaborada pelos autores)

Para o cálculo da massa per capita em relação à população total atendida, foi realizado com a quantidade de massa total coletada ton/ano*1000g/população total estimada. Através



desses dados fornecidos pelo SINIR é possível observar um grande desequilíbrio em relação a quantidade de toneladas de resíduos produzidos por habitante, apontado na Tabela 2, e a quantidade de habitantes em cada região, mostrados na Tabela 1.

A tendência de geração de resíduos é comumente influenciada pela densidade demográfica já que com uma maior população, maior será a quantidade de lixo gerado. Contudo, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a quantidade de habitantes de um município e seu espaço geográfico são fatores influentes para a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) determinar a verba destinada para tal região. No planejamento realizado pelas esferas governamentais, são analisadas as demandas e necessidades municipais e determinado o valor de repasse de verbas conforme o indicado.

A grande questão a ser pensada, com base nisso, é a dificuldade de expansão de planejamento para as Secretarias do Meio Ambiente promoverem maiores campanhas e controle de danos do excedente de produção de resíduos sólidos urbanos nos municípios. O município polo Campo Mourão, justamente por centralizar a oferta de bens e serviço aos demais municípios, demanda verbas exponencialmente para suprir as necessidades das demandas, tal que, como maneira de ofertar o melhor serviço possível, pode acabar deixando certos segmentos e secretarias a espera de recursos significativos para focar no planejamento ambiental, em razão da necessidade de suprir evidentes carências.

De acordo com o Sistema Nacional de Informação sobre a Gestão de Resíduos Sólidos a destinação ambientalmente adequada dos resíduos se dá pela reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e reaproveitamento energético, de maneira que se evite danos à saúde pública e à segurança. O SINIR traz também que dentro da região de Campo Mourão, ainda há municípios que estão em situação inadequada quanto a disposição final dos resíduos sólidos e, que, adentro da microrregião, as cidades de Quinta do Sol, Fênix e Luiziana encontram-se nessas situações inadequadas, e a cidade de Corumbataí do Sul não disponibilizou suas informações.

IMPACTO ECONÔMICO DA PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E COLETA SELETIVA.



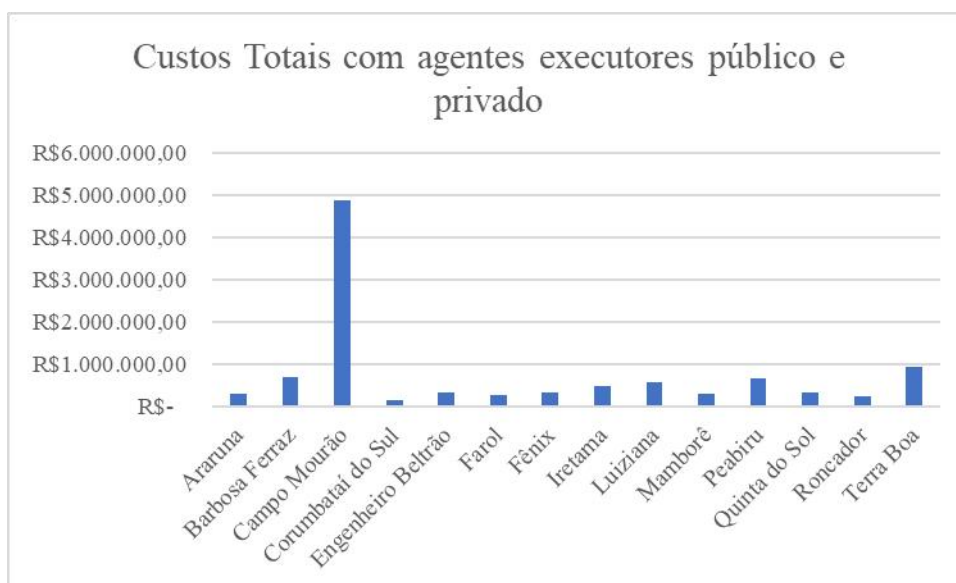
A tendência de fornecimento de serviços de coleta e destinação dos municípios, em sua maioria, é realizada através de empresas privadas terceirizadas que prestam serviços de coleta, manejo e tratamento dos resíduos. Para a realização do serviço da coleta seletiva, gera-se um gasto para os municípios com agentes executores público e privado que são acrescidos também pelos gastos com limpeza pública.

Tabela 3 – Autossuficiência da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Município	Soma de Custos totais com agentes executores público e privado	
Araruna	R\$	295.792,30
Barbosa Ferraz	R\$	697.481,06
Campo Mourão	R\$	4.885.079,75
Corumbataí do Sul	R\$	155.056,08
Engenheiro Beltrão	R\$	334.008,49
Farol	R\$	272.348,72
Fênix	R\$	331.141,06
Iretama	R\$	490.200,00
Luiziana	R\$	592.303,00
Mamborê	R\$	316.603,05
Peabiru	R\$	675.366,37
Quinta do Sol	R\$	336.384,46
Roncador	R\$	236.535,71
Terra Boa	R\$	954.515,33
Total Geral	R\$	10.572.815,38

Fonte: SNIS, SINIR (Tabela elaborada pelos autores)

Gráfico 1 – Autossuficiência da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos



Fonte: SNIS, SINIR (Gráfico elaborado pelos autores)

É possível identificar uma tendência de gastos com executores público e privado muito maiores no município polo de Campo Mourão do que em comparação com outros municípios da microrregião. Em âmbito territorial, como visto na Tabela 1 e já apontado anteriormente, o município polo não é a maior em expansão territorial, mas por sua expressiva população, acaba gerando mais custos com coleta e manejo do RSU.

Os custos com agentes executores público e privado abrangem a coleta de resíduos sólidos urbanos indiferenciada e seletiva, a coleta de resíduos sólidos de serviços de saúde, varrição, e demais serviços inclusive administrativos e com unidade de processamento. Como uma forma de auxiliar a arrecadação de verbas suficientes para custear os gastos com os executores, taxas administrativas para serviços de tratamento do esgoto, lixo e limpeza pública são incluídas no boleto do IPTU.

No município de Roncador-PR, somente para exemplo de uma localidade menor, em uma parceria com a prefeitura da cidade, foi implementado o convênio com a Associação de Catadores Reci-Roncador, para a prestação de serviços de coleta seletiva e separação de materiais recicláveis. Além dos benefícios ambientais que a associação proporciona se torna uma alternativa economicamente mais viável para o município, tanto em relação aos custos operacionais que a coleta e destinação geram, quanto em mão de obra para a realização do serviço.



Esse projeto partiu da iniciativa denominada Lixo 5.0 visando a implantação de projetos-piloto em municípios paranaenses de novas tecnologias de tratamento de resíduos sólidos, indo de separadores mecânicos a rotas térmicas com geração de energia. O projeto busca melhorar a maneira como é feito o tratamento de resíduos sólidos nas cidades paranaenses de maneira que se elimine o aterramento de resíduos e os lixões.

Já o município de Campo Mourão, realiza a destinação de seus resíduos sólidos para o Aterro Sanitário de Campo Mourão, que obteve ao final de 2020 a licença de operação junto ao Instituto Água e Terra (IAT). De acordo com a prefeitura municipal de Campo Mourão, o aterro sanitário é o destino final das toneladas de lixo produzidos pela população, que possui controle de chegada de resíduos que são monitorados por vídeo, com ticket de pesagem e compartilhado em tempo real com a administração municipal e Ministério Público Estadual.

Além disso, no município ainda existe a Associação dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços da Vila Guarujá (Associguá), que é responsável pela realização do tratamento dos materiais reciclados chegando a cerca de 30 a 35 toneladas de material por mês. Por ser uma associação com poucos colaboradores, na limitação em razão da quantidade de resíduos que são recebidos, o excedente passa para a Cooperativa de Resíduos Solidários (Cooperresíduos), que atua também no auxílio para o tratamento dos recicláveis.

Ressalta-se por fim que, apesar da criação do Aterro Sanitário de Campo Mourão e da parceira da prefeitura com a Associguá e a Cooperresíduos para o descarte e tratamento dos recicláveis, o município ainda não possui um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, como definido pela Política Nacional dos Resíduos Sólidos, Lei Nº 12.305/2010 em seu Art. 19, incisos I ao XIX.

Importante também se destacar como ocorre a relação com a Coleta seletiva.

Tabela 4 - Coleta e recuperação dos resíduos sólidos urbanos, uma tabela importante de informações registradas pelas próprias prefeituras no SNIS.

Tabela 4 - Coleta e recuperação dos resíduos sólidos urbanos

Município	Massa total coletada (tonelada)	Massa total recuperada pela coleta seletiva (tonelada)	Massa total não recuperada (tonelada)	Percentual de coleta seletiva
Araruna	4.572	372	4.200	8.14
Barbosa Ferraz	1.260	N.INF	N.INF	N.INF



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Campo Mourão	26.054	900	25.154	3.45
Corumbataí do Sul	1.325	7	1.318	0.53
Engenheiro Beltrão	3.204	290	2.914	9.05
Farol	294	21	273	7.14
Fênix	448	N.INF	N.INF	N.INF
Iretama	1.392	134	1.258	9.63
Luiziana	947	20	927	2.11
Mamborê	3.079	270	250	8.77
Peabiru	2.687	38	2.649	1.41
Quinta do Sol	787	7	766	0.89
Roncador	1.229	213	1.016	17.33
Terra Boa	6.290	374	5.916	5.94

FONTE: SNIS e SINIR – Elaborado pelos autores.

*MASSA TOTAL RECUPERADA: quantidade de materiais recuperados/ quantidade total de materiais recolhidos na coleta seletiva.

Analisando-se primeiramente a massa total coletada em toneladas, em ordem entre os municípios com as maiores quantidades, tem-se Campo Mourão com 26.054 ton., Terra Boa com 6.290 ton., Araruna com 4.572 ton., Engenheiro Beltrão com 3.204 ton. e Mamborê com 3.079 ton.. Destaque do primeiro para o segundo colocado é de 314,21%. O de menor valor é o do município de Farol com 294 ton.

Analisando-se sobre a massa total recuperada pela coleta seletiva em toneladas, o que deveria ser o máximo possível, em ordem entre os municípios com maiores quantidades tem-se Campo Mourão com 900 ton., Terra Boa com 374 ton., Araruna com 372 ton., Engenheiro Beltrão com 290 ton. e Mamborê com 270 ton.. Destaque do primeiro para o segundo colocado é de 140,64%. Os municípios de menor massa recuperada são Corumbataí do Sul e Quinta do Sol com 7 ton.

Analisando-se referente a massa total não recuperada, o que deveria ser o mínimo possível, em ordem entre os municípios com maiores quantidades tem-se Campo Mourão com 25.154 ton., Terra Boa com 5.916 ton., Araruna com 4.200 ton., Engenheiro Beltrão com 2.914 ton. e Peabiru com 2.649 ton. Destaque do primeiro para o segundo colocado com 325,18% e o município de menor valor é o de Mamborê com 250 ton.

E finalmente nessa tabela, um dos indicadores mais importantes proporcionalmente em cada município, que é o percentual de coleta seletiva em relação à massa total coletada. Em ordem entre os municípios com maiores percentuais tem-se Roncador com 17.33%, Iretama com 9.63%, Engenheiro Beltrão com 9.05%, Mamborê com 8.77% e Araruna com



8.14%. Do primeiro para o segundo colocado uma diferença de 79.95%. O município de menor percentual Corumbataí do Sul com 0.53%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do artigo foram respondidas as perguntas de pesquisa “Qual é a geração de resíduos sólidos e seu aproveitamento ecológico nos municípios da microrregião de Campo Mourão-PR. E quais os custos das coletas de tais resíduos sólidos?”

Foi atendido o objetivo Geral: Identificar qual é a geração de resíduos sólidos e seu aproveitamento ecológico nos municípios da microrregião de Campo Mourão-PR. E quais os custos das coletas de tais resíduos sólidos nos municípios de Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa.

Em termos de custos para coletar e destinar os resíduos sólidos, na ordem de maiores despesas entre os municípios tem-se Campo Mourão com R\$ 4.885.079,75, Terra Boa com R\$ 954.515,33, Barbosa Ferraz com R\$ 697.481,06, Peabiru com R\$ 675.366,37 e Luiziana com R\$ 592.303,00.

Em termos de massa total coletada em toneladas, em ordem entre os municípios com as maiores quantidades tem-se Campo Mourão com 26.054 ton., Terra Boa com 6.290 ton., Araruna com 4.572 ton., Engenheiro Beltrão com 3.204 ton. e Mamborê com 3.079 ton.

Em termos de massa total recuperada pela coleta seletiva em toneladas, em ordem entre os municípios com maiores quantidades tem-se Campo Mourão com 900 ton., Terra Boa com 374 ton., Araruna com 372 ton., Engenheiro Beltrão com 290 ton. e Mamborê com 270 ton. Considerando a massa total não recuperada, em ordem entre os municípios com maiores quantidades tem-se Campo Mourão com 25.154 ton., Terra Boa com 5.916 ton., Araruna com 4.200 ton., Engenheiro Beltrão com 2.914 ton. e Peabiru com 2.649 ton. E ainda em termos de percentual de coleta seletiva em relação à massa total coletada. Em ordem entre os municípios com maiores percentuais tem-se Roncador com 17.33%, Iretama com 9.63%, Engenheiro Beltrão com 9.05%, Mamborê com 8.77% e Araruna com 8.14%.



Foi possível verificar que na microrregião de Campo Mourão-PR, infelizmente a recuperação da massa de resíduos sólidos ainda é muito baixa. É necessário que as políticas públicas em todas as esferas de governo, sejam voltadas para conscientização da população para o trato adequado com o lixo, reduzir o que for necessário no consumo, reutilizar o que for possível e reciclagem quando os resíduos sólidos já estão gerados. É preciso também transformar lixo em trabalho e renda, especialmente pela utilização das pequenas cooperativas.

O presente artigo poderá servir para reflexão de gestores e também estimular novas pesquisas na mesma temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, LEI 12.305/2010 – **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Presidência da República, Brasília. Acesso em 5 de novembro de 2020. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: . Acesso em setembro de 2023.

CARVALHO, Ruy; TAVARES, André; SANTOS, Glicia; BAJAY, Valdir. **Oportunidades enterradas. geração elétrica a partir do biogás de resíduos sólidos urbanos**. EDUFES. Vitória-ES - 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

JUCÁ, José Fernando Thomé. **Disposição final dos resíduos sólidos urbanos no Brasil**. 5o Congresso Brasileiro de Geotecnia Ambiental REGEO - 2003 – Porto Alegre, RS.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MAYBUK, Sérgio Luiz. **Procedimentos de coleta convencional e seletiva de resíduos sólidos, na temática da economia e meio ambiente, nos municípios de Araruna-PR, Engenheiro Beltrão-PR e Terra Boa-PR**. in: Ender V Seminário de avaliação e disseminação do Grupo de Pesquisa GERA SEMAGE, 2019, Campo Mourão.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

SCHENINI, P. C. (ORG). **Gestão Empresarial Sócio Ambiental**. Papa Livro: Florianópolis, 2005.

STOCK, J. R. **Development and Implementation of Reverse Logistics Programs**. UnitedStates of America: Council of Logistics Management, 1998.

<https://campomourao.atende.net/cidadao/noticia/aterro-sanitario-e-o-destino-final-das-65-toneladas-de-lixo-por-dia-que-a-populacao-de-campo-mourao-descarta> . Acessado em setembro de 2023.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 15 de 15



PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS: ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE A EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL E A GOVERNANÇA CORPORATIVA

Natalie Christine Lopes Costa (Voluntário)
Unespar/Campus Paranaguá, natalielopescosta2@gmail.com

Raphael Vinicius Weigert Camargo - Orientador
Unespar/Campus Paranaguá, raphael.camargo@unespar.edu.br

Rita de Cássia Correa Pepinelli Camargo - Coorientadora
Unespar/Campus Paranaguá, rita.camargo@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica - PIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

A fim de melhorar a transparência das companhias, contribuir com os *stakeholders* e melhorar a convergência da contabilidade brasileira com a internacional, deixando-a padrão, tornou-se necessário dar visibilidade à evidenciação das mesmas. De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2009, p. 01):

[...] considerando a importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais, seja em função do aumento da transparência e da segurança das nossas informações contábeis, seja por possibilitar o acesso, a um custo mais baixo, das empresas nacionais às fontes de financiamentos externas.

Desta forma, a primeira versão da norma contábil sobre Provisões, Passivos e Ativos Contingentes foi aprovada pela CVM através da deliberação nº 489 de 2005, entretanto, foi revogada sendo substituída pela vigente, nº 72 de 2022. No âmbito do Conselho Federal de Contabilidade, a norma que trata desse assunto é a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25. A mesma determina o uso de procedimentos para registro, mensuração e a obrigatoriedade da divulgação das provisões e contingências pelas companhias brasileiras de capital aberto, e demais formas societárias a partir de 2010.

Iudícibus e Marion (1999, p. 53) comentam que a evidenciação é um recurso da contabilidade, tendo por finalidade “[...] fornecer informação estruturada de natureza



econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade”. Assim, o fornecimento de informações é relevante, pois faz com que a entidade seja transparente e evidencie que está de acordo com as normas vigentes, além de contribuir para a aproximação de novos investidores e crescimento da empresa. Consoante a Neves e Bonfim (2021, p. 19) “O *disclosure* é uma ferramenta indispensável nas entidades, seja ela realizada de forma legal ou voluntária”. Portanto, vale destacar também que além da evidenciação compulsória, há a voluntária, que contribui ainda mais para os usuários internos e externos, a fim de mostrar ainda mais sua transparência no meio corporativo. Lima et al. (2009) ressalta que as informações podem ser compulsórias, ou seja, aquelas exigidas pelas comissões de valores mobiliários ou associações de cada país. E, Costa et. al (2017) aborda que o *disclosure* também pode ser voluntário, que são aqueles não exigidos por lei. Desta forma, além da obrigatória, há a voluntária, que contribui ainda mais com os *stakeholders*, deixando as informações mais completas. Entretanto, Souza et al. (2019, p. 35) em seu estudo ressalta que “observou-se que as informações divulgadas pelas empresas não atenderam, em média, aos itens exigidos pelo CPC 25, ou seja, não estão divulgando completamente o que é proposto pela norma.” Além disso, em outros estudos, foi possível perceber que há mais divulgação das provisões do que das contingências.

Em vista dos fatos, torna-se relevante buscar analisar se as empresas melhoraram na divulgação dessas informações, mais precisamente as exigidas pela NBC TG 25 (R2). Conforme Leite (2018), as provisões são diferentes de outros passivos, como contas a pagar ou fornecedores, isso explica devido à incerteza do valor a ser desembolsado futuramente, bem como seu prazo. Assim, apesar da provisão ser uma obrigação como um passivo, não pode ser englobado junto a este por conta das suas incertezas, todavia é reconhecido no balanço com uma estimativa confiável do valor e provável ocorrência de desembolso.

Ainda segundo Leite (2018), passivos e ativos contingentes são reconhecidos como possíveis e incertos, pois não há probabilidade de saída de benefícios econômicos. Desse modo, as contingências não são reconhecidas no balanço devido à impossibilidade de ter uma estimativa de valor e saber a ocorrência de sua saída, entretanto, são divulgadas em nota explicativa. Sobretudo, tanto para as provisões quanto para as contingências, de qualquer



forma, seja reconhecida ou divulgada, devem ser evidenciadas. Com isso, para Almeida e Batista (2016), a evidenciação das provisões e contingências contribui para redução da assimetria informacional, diminuindo as incertezas e contribuindo com os usuários. Logo, a evidenciação coopera para os usuários da contabilidade, contribuindo em vários aspectos para o crescimento da organização, como para os investidores e para uma tomada de decisão assertiva.

Todavia, há problemas na organização com relação ao principal e agente. Conforme Nossa, Kassai e Kassai (2000, p. 3), “sempre que se fala de principal e agente está se referindo à proprietário/acionista e administrador/gestor (membros da equipe administrativa), respectivamente.” Isso explica-se por meio da Teoria da Agência, que busca compreender as relações destes agentes nas organizações. Segundo Nossa, Kassai e Kassai (2000, p. 3), “a teoria do agenciamento busca explicar as relações contratuais entre os membros de uma organização, considerando que estes são motivados exclusivamente pelos seus interesses”. Seguindo essa linha de pensamento, o conflito de interesses entre o principal e o agente implica em uma série de problemas nas empresas, assim, essa teoria busca explicar essas relações que acarretam divergências, conflitos e custos de agenciamento. Jensen e Meckling (1976) definem que os custos de agência são as despesas de monitoramento pelo principal, ou seja, despesas com cobertura de seguros e de perdas residuais. Consoante ao autor, os custos de agenciamento nada mais são do que custos que envolvem se o agente está fazendo em conformidade o que lhe foi delegado pelo principal. Entretanto, esses custos podem ser amenizados através de controles e incentivos ao administrador, como, por exemplo, ferramentas de governança corporativa.

Segundo Oliveira *et al.* (2004, p. 3):

Governança Corporativa consiste numa aplicação de práticas, na administração da empresa, decorrentes do relacionamento entre acionistas, auditores independentes, diretores, conselheiros fiscais e conselheiros de administração, com o objetivo de dinamizar o desempenho e participação de todos que estão ligados direta e indiretamente na gestão empresarial, para que, conseqüentemente, todos (empresa e interessados) se beneficiem dos bons resultados.

Assim, a governança corporativa se torna relevante nas organizações, uma vez que contribui para amenização dos conflitos entre principal e agente e o crescimento da empresa



de forma sistêmica. Consoante a Oliveira (2007), as boas práticas de Governança Corporativa estão fundamentadas em três pilares, são eles a transparência, equidade e prestação de contas. Desta forma, dando enfoque na transparência, percebe-se que o uso de boas práticas de governança corporativa favorece o crescimento da organização como um todo, trazendo novos investidores, favorecendo a continuidade dos acionistas já existentes, bem como para decisões corretas da gerência devido à transparência das demonstrações contábeis.

Neste sentido, a Brasil, Bolsa e Balcão (B3) adota níveis diferenciados para classificar as empresas que adotam a Governança Corporativa e que negociam suas ações, os quais a presente pesquisa utiliza, conforme a seguinte ordem: Mercado Tradicional, Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. O Mercado tradicional representa o nível mais básico em relação às práticas de governança, na sequência seguem as demais com seus níveis de aderência às práticas, e o Novo Mercado representa o nível máximo de exigência de práticas diferenciadas.

De acordo com a NBC TG 25 R2 (2017, p. 2):

O objetivo desta norma é estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Consoante ao objetivo da norma se nota que a mesma contribui com os usuários, pois informações de perda ou ganhos futuros fazem com que os *stakeholders* tenham cautela a fim de ter uma boa tomada de decisão na empresa, podendo observar se é bom investir na organização e também avaliá-la de perto. Assim, essa pesquisa evidencia a importância da evidenciação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, bem como a relação destas com a governança corporativa e consequentemente as desvantagens da sua falta.

Em vista dos fatos mencionados, esta pesquisa se propõe a responder a seguinte questão de pesquisa: **Qual a relação entre o nível de governança corporativa e a evidenciação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes das empresas com ações negociadas na B3?**



O objetivo dessa pesquisa é avaliar a relação entre o nível de governança corporativa e a evidenciação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes das empresas com ações negociadas na B3.

Este estudo justifica-se pela necessidade de verificar se as empresas com ações negociadas na B3 estão divulgando as informações obrigatórias previstas na NBC TG 25 (R2) sobre as provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Bem como, ampliar os anos pesquisados em estudos anteriores, contribuir com o desenvolvimento da ciência e com os *stakeholders* das organizações.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho se define como uma pesquisa documental, que conforme Gil (2002, p. 45), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico”. Isto porque se utilizou das Demonstrações Financeiras Padronizadas, mais precisamente as notas explicativas das empresas listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) do período de 2022. Quanto aos objetivos, ocorreu por meio de uma pesquisa descritiva, segundo Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Em que foi examinada a relação da governança corporativa com a evidenciação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes de empresas com ações negociadas na B3. E, para abordagem ao problema utilizou-se de uma pesquisa quantitativa, que segundo Fonseca (2002, p. 20), “a pesquisa quantitativa recorre a linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre as variáveis etc.”. Neste enquadramento foi analisada cada empresa da amostra e quantificada a média/percentual de evidenciação, bem como por nível de governança corporativa.

A população utilizada no estudo definiu-se com empresas industriais de capital aberto que negociam ações na B3, a bolsa de valores brasileira. A população do estudo é composta por um total de 120 empresas. A delimitação da amostra se deu por 44 empresas em níveis variados de governança corporativa a partir da amostragem aleatória simples, com confiabilidade de 90% e margem de erro de 10%.



Desta forma, foi observado a NBC TG 25 (R2) e seus requisitos para divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Em seguida, foi elaborado um *checklist* com base na norma e suas exigências (Quadro 1). Assim, por meio do mesmo foi possível analisar o nível de divulgação das empresas que negociam ações na B3 contidas na amostra. No Quadro 1 é apresentado o *checklist* utilizado para coleta de dados.

Quadro 1 – *Checklist* de divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Item	Descrição	Fundamentação	
Provisões	1	A empresa divulga o valor contábil no início e no fim do período?	84 A
	2	A empresa divulga provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes?	84 B
	3	A empresa divulga valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período?	84 C
	4	A empresa divulga valores não utilizados revertidos durante o período?	84 D
	5	A empresa divulga o aumento durante o período no valor descontado a valor presente (pela passagem do tempo e pelo efeito de qualquer mudança na taxa de desconto)?	84 E
	6	A empresa divulga uma breve descrição da natureza da obrigação?	85 A
	7	A empresa divulga o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes?	85 A1
	8	A empresa divulga uma indicação das incertezas sobre o valor ou cronograma dessas saídas e as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros?	85 B
	9	A empresa divulga o valor de qualquer reembolso esperado (Declarando o valor de qualquer ativo reconhecido por conta disso)?	85 C
Passivos Contingentes	10	A empresa divulga, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente?	86
	11	A empresa divulga, quando praticável, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, a estimativa do seu efeito financeiro?	86 A
	12	A empresa divulga, quando praticável, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída?	86 B
	13	A empresa divulga, quando praticável, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, a possibilidade de qualquer reembolso?	86 C
	14	A empresa divulga, conforme itens 84 a 86 se a provisão e os passivos contingentes possuem mesmas circunstâncias de ligação entre eles?	88
Ativos Contingentes	15	A empresa divulga, quando for provável a entrada de benefícios econômicos, uma breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço?	89
	16	A empresa divulga, quando praticável o ativo contingente, uma estimativa dos seus efeitos financeiros conforme os princípios da provisão?	89 A
Informações Adicionais	17	A empresa divulga, quando algumas das informações exigidas pelos itens 86 e 89 não forem divulgadas por não ser praticável fazê-lo?	91
	18	A empresa divulga, caso itens 84 a 89 possam prejudicar a entidade, informações da natureza geral da disputa, juntamente com o fato de que as informações não foram divulgadas, com o devido motivo de ser prejudicada por conta disso?	92

Fonte: Elaborado pelos autores com base na NBC TG 25 (R2).



Após a elaboração do *checklist*, passou-se para a próxima etapa, a coleta e tratamento dos dados. A coleta foi feita por meio das notas explicativas de 2022 das empresas da amostra que estão disponíveis no site da B3. Desta forma, aplicando-se o *checklist* pode-se perceber o nível de evidenciação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes de cada empresa. Assim, os dados foram tabulados por meio da planilha do Microsoft Excel[®], em que 1 ponto foi atribuído para quem evidencia o item da norma, 0 para quem não evidencia, e N/A para quando não se aplica, sendo desconsiderado no cálculo de evidenciação.

Feita a tabulação, observou-se a cada empresa a quantidade de itens atendidos, calculando e elaborando o percentual das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes de forma geral e específica das empresas. Portanto, os dados foram analisados por meio da estatística descritiva, e os percentuais atendidos foram relacionados com a governança corporativa da organização, para analisar se o nível de governança corporativa contribui com o nível de evidenciação da NBC TG 25 (R2). Outrossim, também foi calculado os percentuais de atendimento e a média de itens atendidos para cada nível de governança corporativa, contribuindo para uma análise ainda maior.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na tabela 1 pode-se observar a quantidade de itens atendidos, os itens considerados, em que foram excluídos os que não se aplicavam à organização e seu respectivo percentual de cada empresa da amostra, nas quais estão separados conforme o nível de governança corporativa da B3.

Tabela 1 – Evidenciação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes por empresa

Panel A: Média percentual de Evidenciação das Empresas do Mercado Tradicional (MT).

Empresa	Itens atendidos	Itens considerados	Percentual de evidenciação
SANSUY S.A. INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS	5	10	50,00%
WETZEL S.A.	6	9	66,67%
BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS	9	11	81,82%
METISA METALÚGICA TIMBOENSE S.A.	8	10	80,00%
JOSAPAR-JOAQUIM OLIVEIRA S.A. - PARTICIP	2	10	20,00%
HÉRCULES S.A. FÁBRICA DE TALHERES	0	8	0,00%
BAUMER S.A.	5	8	62,50%



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A.	7	11	63,64%
EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.	7	10	70,00%
TEKNO S.A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO	9	13	69,23%
AMBEV S.A.	12	13	92,31%
MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A.	6	10	60,00%
ELÉCTRO ACO ALTONA S.A.	9	11	81,82%
TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A.	8	10	80,00%
CONSERVAS ODERIK S.A.	2	8	25,00%
CAMBUKI S.A.	7	11	63,64%
INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES	8	11	72,73%

Painel B: Média percentual de Evidenciação das Empresas do Nível Bovespa Mais (MA).

Empresa	Itens atendidos	Itens considerados	Percentual de evidenciação
NUTRIPLANT INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	6	11	54,55%

Painel C: Média percentual de Evidenciação das Empresas do Nível 1 (N1).

Empresa	Itens atendidos	Itens considerados	Percentual de evidenciação
FRAS-LE S.A.	9	10	90,00%
USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS	10	11	90,91%
CIA FIAÇÃO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	6	11	54,55%
METALÚRGICA GERDAU S.A.	7	11	63,64%

Painel D: Média percentual de Evidenciação das Empresas do Nível 2 (N2).

Empresa	Itens atendidos	Itens considerados	Percentual de evidenciação
CSN MINERAÇÃO S.A.	7	12	58,33%
TAURUS ARMAS S.A.	10	12	83,33%

Painel E: Média percentual de Evidenciação das Empresas do Novo Mercado (NM).

Empresa	Itens atendidos	Itens considerados	Percentual de evidenciação
M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	9	11	81,82%
PARANAPANEMA S.A.	8	11	72,73%
3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.	5	10	50,00%
LUPATECH S.A.	10	10	100,00%
PBG S/A	8	12	66,67%
VESTE S.A. ESTILO	2	8	25,00%
ROMI S.A.	7	11	63,64%
GRUPO DE MODA SOMA S.A.	8	12	66,67%
NATURA &CO HOLDING S.A.	8	9	88,89%
ENEVA S.A.	8	12	66,67%
IOCHPE MAXION S.A.	8	11	72,73%
JALLES MACHADO S.A.	6	11	54,55%
AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.	6	12	50,00%
INTELBRAS S.A. IND DE TELECOMUNICAÇÕES ELETRÔNICA BRASILEIRA	8	10	80,00%
GRANDENE S.A.	10	11	90,91%
BRF S.A.	8	11	72,73%
MINERVA S.A.	7	10	70,00%
FERTILIZANTES HERINGER S.A.	6	10	60,00%
VULCABRAS S.A.	7	10	70,00%
TUPY S.A.	10	10	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).



Conforme a Tabela 1, em que mostra a média percentual dos itens de evidenciação de cada empresa, é possível notar a divergência entre os níveis de governança corporativa. Por exemplo, no Mercado Tradicional (MT), o qual possui o menor nível de governança, possui empresas que evidenciaram 92,31% (AMBEV S.A.), 81,82% (BARDELLA S. A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS) e 80,00% (METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S. A.). Entretanto, em um nível maior de GC como o Bovespa Mais (MA), evidenciou 54,55% (NUTRIPLANT INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A.). Percebe-se também que o Nível 1 (N1) evidenciou mais que o Nível 2 (N2), enquanto o primeiro está na faixa dos 90%, o segundo está na faixa dos 54%. Vale ressaltar também que no Novo Mercado (NM), o nível mais alto possui uma empresa que evidenciou 25,00% (VESTE S. A. ESTILO), uma porcentagem significativamente menor em relação aos outros níveis mencionados, o que mostra a divergência entre os níveis. Assim, foi elaborado um cálculo de média aritmética para o percentual de atendimento médio por nível de governança corporativa e a média de itens atendidos do nível, conforme se pode visualizar na Tabela 2.

Tabela 2 – Evidenciação por nível de Governança Corporativa

Nível de Governança Corporativa	Quantidade de Empresas Analisadas	Média de Itens Atendidos	Média do Percentual de Evidenciação
Mercado Tradicional (MT)	17	10,23	61,14%
Bovespa Mais (MA)	1	6,00	54,55%
Nível 1 (N1)	4	10,75	74,78%
Nível 2 (N2)	2	12	70,83%
Novo Mercado (NM)	20	10,6	70,15%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Conforme análise das Tabelas 1 e 2 pode-se perceber que a menor média percentual dos itens atendidos consoante aos requisitos da NBC TG 25 (R2) foi o do nível Bovespa Mais (MA), enquanto a maior média percentual foi o do Nível 1 (N1). Entretanto, vale ressaltar que era de se esperar que o Mercado Tradicional (MT), o qual enquadra empresas que possuem menos práticas de governança corporativa, teria o menor nível de percentual atendido. E, que o Novo Mercado (NM), o qual enquadra empresas que possuem maiores práticas de governança corporativa, teria o maior nível de percentual atendido, todavia não ocorreu.

As Tabelas 3 e 4 mostram de forma mais detalhada os resultados separados por item da *checklist*. A Tabela 3 apresenta a quantidade de empresas que evidenciaram cada item



separado por nível governança corporativa e a Tabela 4 apresenta os percentuais médios desses itens atendidos.

Tabela 3 - Itens atendidos por nível de Governança Corporativa

Item	Empresas Consideradas	Total	MT	MA	N1	N2	NM
1	44	42	15	1	4	2	20
2	39	39	13	1	4	2	19
3	33	29	10	0	3	1	15
4	31	31	9	1	3	2	16
5	3	2	1	0	0	0	1
6	43	29	11	1	3	0	14
7	41	17	11	0	1	0	5
8	43	20	12	1	1	1	11
9	4	3	0	0	0	2	1
10	44	30	9	0	4	2	15
11	41	39	12	1	4	2	20
12	5	5	2	0	1	1	1
13	2	2	1	0	0	0	1
14	0	0	0	0	0	0	0
15	28	9	2	0	2	1	4
16	24	10	2	0	2	1	5
17	35	1	0	0	0	0	1
18	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A Tabela 3 apresenta os itens do *checklist* que foram mais e menos evidenciados pelas empresas. Os itens mais atendidos foram os das provisões (do item 1 ao item 9) e os itens 10 e 11 dos passivos contingentes, já a partir do item 12 ao 18 ao qual engloba os passivos contingentes e ativos contingentes, foram menos evidenciados pelas empresas. Pode-se perceber também que houve divergências entre os níveis, por exemplo, no Mercado Tradicional houve maiores divulgações de alguns itens pelas empresas do que no Novo Mercado (item 8 e 12). Posteriormente, a Tabela 4 apresenta a média percentual desses itens e se há relação com os níveis de governança corporativa, excluindo os itens que não se aplicam às empresas.

Tabela 4 – Percentuais de atendimento a cada item do *checklist* por nível de governança corporativa.

Item	Total	MT	MA	N1	N2	NM
1	95,45%	88,24%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2	100,00%	76,47%	100,00%	100,00%	100,00%	95,00%
3	87,88%	58,82%	0,00%	75,00%	50,00%	75,00%
4	100,00%	52,94%	100,00%	75,00%	100,00%	80,00%



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Item	Total	MT	MA	N1	N2	NM
5	66,67%	5,88%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
6	67,44%	64,71%	100,00%	75,00%	0,00%	70,00%
7	41,46%	64,71%	0,00%	25,00%	0,00%	25,00%
8	46,51%	70,59%	100,00%	25,00%	50,00%	55,00%
9	75,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	5,00%
10	68,18%	52,94%	0,00%	100,00%	100,00%	75,00%
11	95,12%	70,59%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
12	100,00%	11,76%	0,00%	25,00%	50,00%	5,00%
13	100,00%	5,88%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
14	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
15	32,14%	11,76%	0,00%	50,00%	50,00%	20,00%
16	41,67%	11,76%	0,00%	50,00%	50,00%	25,00%
17	2,86%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
18	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Com base na tabela 3 e 4, pode-se notar que nenhum item foi atendido 100,00% por todas as empresas da amostra. O item 14 (em que aborda caso haja mesma circunstância de ligação entre as provisões e passivos contingentes) e o item 18 (em que trata sobre problemas em evidenciar algumas informações por conta de disputas com outras entidades) evidenciaram 0,00% em todos os níveis de governança corporativa. O que era de se esperar, pois são ocorrências mais esporádicas nas empresas. Também, é de se destacar que a partir do item 12 em diante, houve uma diminuição dos itens atendidos pelas empresas.

Outrossim, analisando os níveis de governança de forma mais isolada consoante os itens atendidos na Tabela 3, é possível notar que não há relação direta entre os níveis de governança corporativa e evidenciação. Percebe-se também que não há uniformidade entre os níveis como deveria ocorrer. Em que empresas do mercado tradicional deveriam ter menos itens atendidos e empresas do novo mercado mais itens atendidos, por exemplo. Destaca-se que os itens 2, 4, 12 e 13 foram os mais atendidos. Os níveis MA, N1 e N2 obtiveram maior percentual, isto é, de 100,00%, em relação ao NM, em que somente uma empresa apresentou tal percentual. Vale ressaltar que o Novo Mercado é o grupo que possui menos empresas que apresentaram itens não divulgados do *checklist*, diferente dos níveis MT, MA, N1 e N2.

Na Tabela 5 é demonstrado o percentual de evidenciação por empresa, do maior para o menor, classificando-se itens atendidos, itens considerados, porcentagem de evidenciação e nível de governança.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Tabela 5 – Classificação das empresas pelo nível de evidênciação

Classificação	Empresa	Itens Atendidos	Itens Considerados	% de evidênciação	Nível
1º	LUPA	10	10	100,00%	NM
1º	TUPY	10	10	100,00%	NM
2º	ABEV	12	13	92,31%	MT
3º	GRND	10	11	90,91%	NM
3º	USIM	10	11	90,91%	N1
4º	FRAS	9	10	90,00%	N1
4º	INTB	9	10	90,00%	NM
5º	NTCO	8	9	88,89%	NM
6º	TASA	10	12	83,33%	N2
7º	BDLL	9	11	81,82%	MT
7º	EALT	9	11	81,82%	MT
7º	MDIA	9	11	81,82%	NM
8º	MTSA	8	10	80,00%	MT
8º	TEKA	8	10	80,00%	MT
9º	INEP	8	11	72,73%	MT
9º	PMAM	8	11	72,73%	NM
9º	MYPK	8	11	72,73%	NM
9º	BRFS	8	11	72,73%	NM
10º	BAUH	7	10	70,00%	MT
10º	BEEF	7	10	70,00%	NM
10º	VULC	7	10	70,00%	NM
11º	TKNO	9	13	69,23%	MT
12º	MWET	6	9	66,67%	MT
12º	SOMA	8	12	66,67%	NM
12º	ENEV	8	12	66,67%	NM
13º	EPAR	7	11	63,64%	MT
13º	CAMB	7	11	63,64%	MT
13º	GOAU	7	11	63,64%	N1
13º	PTBL	7	11	63,64%	NM
13º	ROMI	7	11	63,64%	NM
14º	BALM	5	8	62,50%	MT
15º	ESTR	6	10	60,00%	MT
15º	FHER	6	10	60,00%	NM
16º	CMIN	7	12	58,33%	N2
17º	NUTR	6	11	54,55%	MA
17º	CEDO	6	11	54,55%	N1
17º	JALL	6	11	54,55%	NM
18º	SNSY	5	10	50,00%	MT
18º	RRRP	5	10	50,00%	NM
18º	AGXY	6	12	50,00%	NM
19º	ODER	2	6	33,33%	MT
20º	VSTE	2	8	25,00%	NM
21º	JOPA	2	10	20,00%	MT
22º	HETA	0	8	0,00%	MT

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).



Conforme a Tabela 5 é notório perceber que os níveis de governança não possuem relação direta com os níveis de evidenciação. Entretanto, observa-se que as duas empresas que atingiram 100,00% de evidenciação são do Novo Mercado, o qual enquadra empresas com nível de governança maior. E, o menor nível de evidenciação, a saber, 0,00%, pertence ao Mercado Tradicional, o qual enquadra empresas com menor ou nenhum nível de governança. A segunda colocação pertence ao nível Mercado Tradicional, logo, do terceiro lugar ao décimo sétimo se enquadram as empresas com os diferentes níveis de governança.

A partir do décimo oitavo lugar que se observa percentuais iguais ou menores a 50,00%, enquadrando também níveis do Novo Mercado e Mercado Tradicional, o que fica claro que um nível inferior a um nível superior possui valores semelhantes no que tange a evidenciação de suas empresas, fazendo com que haja uma confirmação de ausência de relação clara entre os níveis de governança e a evidenciação. Isto denota a possibilidade de haver outras características que expliquem o comportamento da evidenciação além da governança propriamente dita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi avaliar a relação entre o nível de governança corporativa e a evidenciação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes das empresas com ações negociadas na B3. Apesar de a governança corporativa ter relação com boas práticas na empresa para aumentar seu nível de evidenciação e sua transparência, bem como diminuir os custos de agenciamento explicados pela teoria da agência, o estudo mostra que a governança não possui relação direta com o nível de evidenciação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Esse fato é confirmado pela alternância nos níveis de governança corporativa das empresas enquadradas na B3 e suas respectivas evidenciações. Pode-se perceber também que os itens mais atendidos foram os das provisões (do item 1 ao item 9) e os itens 10 e 11 dos passivos contingentes, já a partir do item 12 ao 18 ao qual engloba os passivos contingentes e ativos contingentes, foram menos evidenciados pelas empresas.



Assim, pode-se dizer que esse estudo contribui com as Ciências Sociais Aplicadas para área da Contabilidade e Finanças, pois evidencia as práticas de evidenciação das empresas industriais com capital aberto da B3, bem como seus respectivos níveis de Governança Corporativa que podem ser melhorados. Vale ressaltar também que ao analisar as notas explicativas, muitas empresas dão prioridade para as provisões, as quais em sua maioria continham maiores informações, deixando de levar em consideração as contingências ou não fazer sua evidenciação adequada. Com isso, acarretam-se problemas para os *stakeholders* que veem a organização com uma imagem de pouca transparência e que por este motivo podem deixar de investir na mesma.

Por fim, para estudos posteriores, sugere-se investigar a evidenciação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes em outros períodos. Também, recomenda-se considerar outras características no estudo, aumentar a quantidade de empresas analisadas ou considerar outros ramos de atividade empresarial, não se limitando apenas ao ramo industrial. Assim, será possível identificar se houve melhora na evidenciação em relação ao nível de governança corporativa, bem como se há alteração ou não na evidenciação considerando outras variáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, K. K. N.; BATISTA, F. F. Provisões Contingentes Ambientais e seus Reflexos no Endividamento das Empresas de Alto Impacto Ambiental Após Adoção do CPC 25.

Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 46-65, jan./abr. 2016.

Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/42372/provisoes-contingentes-ambientais-e-seus-reflexos-no-endividamento-das-empresas-de-alto-impacto-ambiental-apos-adocao-do-cpc-25/i/pt-br>. Acesso em: 11 ago. 2023.

COSTA, I. L. S.; CORREIA, T. S.; MACHADO, M. R.; LUCENA, W. G. L. Disclosure dos Passivos Contingentes: Análise Comparativa entre Empresas de Mercado Aberto no Brasil e na Austrália. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 69, p. 54-66, mai./ago. 2017.

Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/46943/disclosure-dos-passivos->



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

[contingentes--analise-comparativa-entre-empresas-de-mercado-aberto-no-brasil-e-na-australia-/i/pt-br](#). Acesso em: 12 ago. 2023.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 25 (R2), de 24 de novembro de 2017**. Altera a NBC TG 25 (R1) que dispõe sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26\(R5\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26(R5).pdf). Acesso em: 5 jan. 2023.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM n. 594/09**. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/deliberacoes/deli0500/deli594.html>. Acesso em: 5 mai. 2023.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM n. 489/05**. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/deliberacoes/deli0400/deli489.html>. Acesso em: 11 ago. 2023.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM n. 72/22**. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol072.html>. Acesso em: 11 ago. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 1999.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Amsterdã, n. 3, p. 305-60, nov. 1976. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X). Acesso em: 12 ago. 2023.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 15 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





LEITE, J. R. **Evidenciação de provisões e passivos contingentes (IAS 37/CPC 25): análise comparativa entre Brasil e França.** 2018. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão para a competitividade. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/24516>. Acesso em: 11 ago. 2023.

LIMA, G. A. S. F.; LIMA, I. S.; COELHO, A. C. D.; FÁVERO, L. P. L. Avaliação da Relação do Nível de evidenciação com o custo da dívida das empresas brasileiras utilizando análise de correspondência. In: 16º Congresso Brasileiro de Custos, 03 a 05 de novembro de 2009. **Anais [...]**. Fortaleza, 2009.

NEVES, C. G. F.; BONFIM, M. P. Panorama das provisões e passivos contingentes das empresas brasileiras de capital aberto. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 82, p. 18-24, set./dez. 2021. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/65717/panorama-das-provisoes-e-passivos-contingentes-das-empresas-brasileiras-de-capital-aberto-/i/pt-br>. Acesso em: 4 mai. 2023.

NOSSA, V.; KASSAI, J. R.; KASSAI, S. A Teoria do Agenciamento e a Contabilidade. In: XXIV Encontro da ANPAD - ENANPAD, 24., 2000, **Anais [...]**. Florianópolis - SC: ANPAD, 2000.

OLIVEIRA, D. P. R. **Governança Corporativa na Prática.** São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, M. C.; RIBEIRO, M. S.; SAMPAIO, M. S. A.; CARVALHO, F. A. Os efeitos da adoção dos conceitos e das práticas de governança corporativa na transparência das informações evidenciadas por empresas brasileiras do setor de papel e celulose. In: 4º Congresso USP, Controladoria e Contabilidade, 07 a 08 de outubro de 2004. **Anais [...]**. São Paulo, SP: USP, 2004.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

SOUZA, M. M.; MARTINEZ, A. L.; MURCIA, F. D.; BASTOS, S. A. P. Os Determinantes do Cumprimento das Normas de Disclosure das Provisões e das Contingências Ativas e Passivas na B3. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 14, n. 2, p. 17-39, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.20234. Acesso em: 24 out. 2022.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 17 de 17



**LEVANTAMENTO, ANÁLISE E COMPARATIVO DOS INDICADORES
ECONÔMICOS E SOCIAIS DOS 14 MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE
CAMPO MOURÃO**

Patrick Celestrino dos Santos - (Voluntário)
Unespar/*Campus Campo Mourão*, patrick-santos11@outlook.com.br

Sérgio Luiz Maybuk - Orientador
Unespar/*Campus Campo Mourão*, sergio.maybuk@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário - PIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

O presente artigo vai tratar de uma temática que se volta para os indicadores econômicos e sociais, interesse que deve estar sempre em voga e sendo discutido por todos os gestores públicos especialmente os que respondem pelos municípios. Também na academia, particularmente das áreas de Ciências Sociais Aplicadas incluindo outras áreas nas Universidades.

Em um conceito mais conhecido, temos como definição de indicadores socioeconômicos aqueles que são instrumentos utilizados para de alguma forma acompanhar e orientar todos aqueles que formulam as políticas públicas. Sendo assim, há sempre uma necessidade de se debruçar com profundidade nos estudos dos indicadores socioeconômicos de um município para identificar como está o avanço no mesmo e sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social.

No Estado do Paraná inclusive, poderá ser visto no decorrer do artigo a utilização de outro indicador próprio e abrangente conhecido como Índice Iparides.

No estudo sobre indicadores sociais, é possível se pesquisar e encontrar variadas estruturas com dados estatísticos, históricos e demais formas que possibilitam evidenciar, as fases em que determinado indicadores se encontram, considerando valores e objetivos, além



de analisar seus impactos. Tais indicadores sociais auxiliam no planejamento e orientação dos programas governamentais, estes contribuem para o desenvolvimento e melhorias dos municípios. É necessário se ter a ciência de que Indicadores econômicos e sociais podem contribuir de maneira significativa no planejamento e a na orientação de programas governamentais.

As perguntas de pesquisa do presente no artigo são: Quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião? E comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios?

O objetivo Geral: Identificar quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião e comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios. Os Específicos para o presente artigo: Identificar os conceitos e características dos indicadores econômicos e sociais; Identificar, analisar e comparar os indicadores econômicos e sociais dos municípios de Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa. Além desta introdução, o presente artigo terá os seguintes tópicos; Materiais e Métodos, Fundamentação Teórica, Resultado e Discussões, Considerações Finais e as referências.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento do artigo utilizou-se uma análise qualitativa, através da leitura de outros artigos científicos como demonstra as referências a seguir, visando um conhecimento descritivo da microrregião de Goioerê, além do uso de alguns autores sendo Bresser- Pereira (2008), Gil (2008), Marconi e Lakatos (2003) Cervo, Bervian e Silva (2007) e outros que tratam sobre indicadores socioeconômicos. Partindo-se de um outro segmento, utilizou-se a análise quantitativa, sendo o levantamento de dados que foram retirados dos sites do IBGE, IPARDES, para analisar os índices dos municípios: Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana,



Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa. Assim podendo identificar quais os indicadores mais favoráveis para cada município.

O objetivo de se estudar os indicadores socioeconômicos de um município é procurar identificar e analisar profundamente, como os mesmos estão contribuindo para o avanço dos do desenvolvimento econômico na localidade analisada.

De acordo com Bresser-Pereira (2008), destaca-se que o desenvolvimento econômico é um objetivo político fundamental nas sociedades modernas, pois busca o bem-estar da população. Para alcançar o desenvolvimento econômico, é necessário dentre outras ações, fundamentalmente, reduzir a pobreza e a desigualdade, evitando a concentração excessiva de renda e riqueza. Desenvolvimento econômico pode ser atingido quando uma sociedade passa a não ver miséria na população e está se torne menos heterogênea sem concentração de renda e riqueza muito elevadas.

Segundo Siedenberg (2003), a política de desenvolvimento vai sempre depender da análise de índices e indicadores sociais e econômicos, que permitem identificar os pontos fortes e fracos de uma estratégia de desenvolvimento. Um aspecto relevante relacionado a essa análise é a crescente urbanização, que demanda recursos para financiar programas nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura, habitação, água tratada, esgoto, lixo, entre outros.

Ainda de acordo com Siedenberg (2003), é preciso analisar o fenômeno da urbanização crescente pois esta se associa em parte a problemas como exclusão social e pobreza. É necessário analisar e planejar adequadamente as políticas públicas para lidar com essas questões.

Nesse aspecto de grande relevância para o estudo da temática dos indicadores socioeconômicos que é a crescente urbanização e sua problemática decorrente, segundo Mascarenhas (2006) e Dowbor (1994), o aumento de uma população urbana de forma crescente, indica que se torna imprescindível uma reserva de recursos que possibilite concretizar o financiamento de programas que venham resultar na solução para o aumento da demanda nas áreas da saúde, educação, assistência social, infra-estrutura em geral, habitação, água tratada, esgoto, lixo.



Para Mascarenhas (2006) e Jannuzzi (2001) os indicadores sociais são medidas quantitativas que têm significado social e podem contribuir na quantificação e formação de conceitos sociais abstratos, com interesse teórico ou programático. Um exemplo disso é o indicador da taxa de geração de empregos.

Siedenberg (2003), um dos primeiros e mais importantes indicadores é o PIB, que mede o nível quantitativo de desenvolvimento de uma nação. No entanto, o PIB nunca foi considerado completo e por sua vez, não satisfazia outras áreas do conhecimento, pois nem sempre apenas o crescimento econômico proporciona um desenvolvimento mais amplo. Mesmo assim, a partir do PIB, surgiu a necessidade da busca permanente por indicadores mais completos, que levassem em consideração outros aspectos do desenvolvimento socioeconômico.

Para Siedenberg (2003) e Nohlen e Nuscheler (1993), nas primeiras décadas de 1970, começou ganhar intensidade no meio acadêmico a necessidade de novos indicadores de desenvolvimento socioeconômico e tais debates estavam relacionados com os trabalhos das agências especializadas da ONU e Unesco.

Assim, após debates e discussões ao longo do tempo, surgiu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que diferentemente do PIB, não mede não apenas o crescimento econômico, mas também aspectos relacionados à qualidade de vida da população. Esse índice permite quantificar e medir aspectos relacionados à qualidade de vida em um município, Estado ou país.

Com a evolução das pesquisas, como poderá ser visto na pesquisa tabulada e analisada do presente artigo, há também experiência de outro indicador próprio mais abrangente no Estado do Paraná conhecido como Índice Iparides.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Serão apresentados e analisados alguns indicadores econômicos e sociais em que se entendeu, serem importantes para identificar níveis de desenvolvimento entre todos os municípios da microrregião de Campo Mourão.



A seguir apresenta-se a Tabela 01 – População estimada referência ano 2021. O número de população por si só não se caracteriza como indicador econômico, mas comparando-se com outros, sim. Se a economia de um município demonstra condições de renda, trabalho e qualidade de vida, acaba atraindo pessoas ou não incentivando a saída das mesmas.

Tabela 1 - População estimada - 2021

Município	Habitantes
Araruna	14.029
Barbosa Ferraz	11.287
Campo Mourão	96.102
Corumbataí do Sul	3.038
Engenheiro Beltrão	13.962
Farol	2.995
Fênix	4.734
Iretama	10.029
Luiziana	7.217
Mamborê	12.900
Peabiru	14.017
Quinta do Sol	4.444
Roncador	9.447
Terra Boa	17.304

Fonte: IparDES - IBGE – Elaborado pelos autores.

Na tabela em questão, observa-se que as três maiores populações são as seguintes: Em primeiro lugar, Campo Mourão, com 96.102 habitantes; em segundo lugar, Terra Boa, com 17.304 habitantes; em terceiro lugar, Araruna, com 14.029 habitantes. O município de Farol possui a menor população, com apenas 2.995 habitantes.

O próximo conjunto de dados a ser apresentado e analisado refere-se à Taxa de Crescimento Geométrico Populacional, segmentada segundo o tipo de domicílio em 2010. Esses dados são fundamentais para compreender como a população está distribuída entre



diferentes tipos de domicílios e como a taxa de domicílios o crescimento populacional varia em relação a esses tipos.

Tabela 2 - TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO POPULACIONAL SEGUNDO TIPO DE DOMICÍLIO - 2010

CIDADES	Urbano	Rural	TOTAL - TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Araruna	1,38	-2,89	0,26
Barbosa Ferraz	-0,16	-3,46	-1,08
Campo Mourão	1,01	-2,33	0,80
Corumbataí do Sul	0,63	-4,42	-2,1
Engenheiro Beltrão	0,99	-5,78	-0,13
Farol	0,37	-3,23	-1,31
Fênix	0,41	-3,1	-0,29
Iretama	0,05	-1,54	-0,65
Luiziana	1,4	-2,81	-0,30
Mamborê	-0,03	-2,08	-0,82
Peabiru	0,48	-1,35	0,10
Quinta do Sol	0,99	-5,73	-1,23
Roncador	0,42	-4,23	-1,65
Terra Boa	1,56	-2,37	0,75

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

Na tabela mencionada, é possível observar as três maiores taxas de crescimento geométrico populacional da seguinte forma: Em primeiro lugar, Campo Mourão, com 0,80%; em segundo lugar, Terra Boa, com 0,75%; em terceiro lugar, Araruna, com 0,26%. O menor desempenho foi de Roncador -1,65.

O próximo conjunto de dados a ser apresentado e analisado refere-se às receitas municipais segmentadas segundo as categorias em 2021. Esses dados são fundamentais para compreender a estrutura de financiamento dos municípios, as fontes de receita e como essas receitas são alocadas para atender às necessidades locais.

Tabela 3 - RECEITAS MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS – 2021

CIDADES	Receitas correntes	Receitas de capital	Receitas correntes intraorçamentárias	TOTAL - VALOR (R\$ 1,00)
Araruna	54.845.691,63	2.289.979,59	-	57.135.671,22



Barbosa Ferraz	42.900.051,23	4.825.525,09	-	47.725.576,32
Campo Mourão	416.595.111,29	27.654.188,03	15.090.615,95	459.339.915,27
Corumbataí do Sul	20.048.375,89	2.328.624,45	-	22.377.000,34
Engenheiro Beltrão	49.735.599,55	2.405.933,82	-	52.141.533,37
Farol	22.905.327,20	620.238,39	-	23.525.565,59
Fênix	25.679.634,59	1.542.780,80	-	27.222.415,39
Iretama	49.818.321,77	4.623.856,46	-	54.442.178,23
Luiziana	39.140.185,91	395.799,05	-	39.535.984,96
Mamborê	61.665.391,34	4.774.350,46	-	66.439.741,80
Peabiru	55.649.959,52	2.864.190,61	-	58.514.150,13
Quinta do Sol	26.822.779,79	775.477,29	-	27.598.257,08
Roncador	52.240.688,09	3.854.231,54	3.325.584,86	59.420.504,49
Terra Boa	79.268.182,54	1.235.389,11	5.660.701,32	86.164.272,97

FONTE: STN/SICONFI NOTA 1: Dados sujeitos à alteração pela fonte. NOTA 2: São consideradas as receitas menos as deduções (FUNDEB, Transferências Constitucionais e Outras Deduções).

Na Tabela 3, é evidente que as três maiores receitas municipais se distribuem da seguinte forma: Em primeiro lugar, Campo Mourão, com R\$ 459.339.915,27; em segundo lugar, Terra Boa, com R\$ 86.164.272,97; em terceiro lugar, Mamborê, com R\$ 66.439.741,80. A menor receita é a de Corumbataí do Sul R\$ 22.377.000,34.

O próximo indicador a ser apresentado e analisado é o Valor Adicionado Fiscal, segmentado segundo os ramos de atividades em 2020. Esse indicador é essencial para compreender a contribuição de diferentes setores da economia para a arrecadação de impostos e para avaliar a saúde financeira dos setores produtivos. Quanto maior a proporção na composição total de Produção total de Indústria e Comércio e Serviços, mais desenvolvido é o município.

Tabela 4 - VALOR ADICIONADO FISCAL SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES – 2021



CIDADES	Produção primária	Indústria	Comércio e em Serviços	Recursos / Autos (1)	TOTAL - VALOR (R\$ 1,00)
Araruna	359.071.939	222.337.491	118.564.723	1.109.727	701.083.880
Barbosa Ferraz	192.989.878	10.365.944	58.044.131	-	261.399.953
Campo Mourão	626.387.978	947.149.490	1.339.966.144	419.034	2.913.922.646
Corumbataí do Sul	75.898.137	2.569.733	30.906.485	-	109.374.355
Engenheiro Beltrão	363.850.544	19.470.082	208.740.322	142.718	592.203.666
Farol	216.158.414	2.500.467	50.930.170	9.983	269.599.034
Fênix	183.097.932	3.281.627	81.359.927	-	267.739.486
Iretama	222.262.165	20.340.574	65.248.506	-	307.851.245
Luiziana	556.595.823	20.104.635	194.216.370	1.995.715	772.912.543
Mamborê	809.825.789	25.287.129	345.640.261	291.773	1.181.044.952
Peabiru	310.503.596	39.285.128	86.870.348	899.307	437.558.379
Quinta do Sol	265.840.937	265.840.937	104.980.140	-	375.217.937
Roncador	508.523.970	42.313.770	198.631.704	21.649	749.491.093
Terra Boa	412.601.843	209.633.978	122.947.761	319.030	745.502.612

FONTE: SEFA (1) Recursos: é o valor proveniente de decisões judiciais incorporados ao valor adicionado de municípios. Autos: é o valor pago (ou base de cálculo da lavratura) em autos de infração, no ano de referência.

Ao examinar a Tabela 4, identificamos os maiores valores de adição fiscal da seguinte forma: Em primeiro lugar, Campo Mourão, R\$ 2.913.922.646; em segundo lugar, Mamborê, com R\$ 1.181.044.952; em terceiro lugar, Luiziana, com R\$ 772.912.543. Na Produção Primária os três maiores são em 1º Mamborê R\$ 809.825.789, em 2º Campo Mourão R\$ 626.387.978 e 3º Luiziana R\$ 556.595.823. Na indústria em 1º Campo Mourão 947.149.490, em 2º Quinta do Sol R\$ 265.840.937 e em 3º Araruna R\$ 222.337.491. No Comércio e Serviços em 1º Campo Mourão R\$ 1.339.966.144, em 2º Mamborê R\$ 345.640.261 em 3º Engenheiro Beltrão 208.740.322.

No critério de desenvolvimento (Indústria e Comércio e Serviços) Campo Mourão aparece com três primeiros e um segundo lugar, Mamborê aparece com um primeiro e dois segundo lugares.

O próximo indicador a ser apresentado e analisado é sobre o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes segundo os ramos de atividades – 2020. Não há dúvida que este é um dos indicadores que indicam mais prosperidade. Ele é o resultado de tudo o que foi produzido em produtos e serviços e a partir dele, trabalho, renda, arrecadação de impostos, melhorias em geral, embora é importante que seja bem distribuído sem concentração de renda nas mãos de poucos.



Tabela 5 - Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes segundo os ramos de atividades – 2020

Município	PIB a preços correntes em R\$ 1.000,00
Araruna	533.492,388
Barbosa Ferraz	281.720,155
Campo Mourão	4.587.663,740
Corumbataí do Sul	82.028,587
Engenheiro Beltrão	553.561,885
Farol	217.147,261
Fênix	212.030,842
Iretama	303.132,785
Luiziana	499.504,679
Mamborê	787.180,168
Peabiru	425.195,456
Quinta do Sol	243.862,348
Roncador	538.514,871
Terra Boa	528.216,834

FONTE: Iparades - IBGE . Elaborado pelos autores.

Ao examinar a tabela, podemos identificar os melhores resultados da seguinte forma: Em primeiro lugar, Campo Mourão, com um total de R\$ 4.587.663,740; em segundo lugar, Mamborê, com R\$ 787.180,168. O município de menor PIB é Corumbataí do Sul R\$ 82.028,587

O próximo indicador é um dos maiores avanços dentre a literatura dos indicadores econômicos, ou seja, o da tabela 6 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – 2010 que envolve renda, educação e saúde e seus derivados. Indica Qualidade de Vida, não na sua integridade mas bem próximo do real. Quanto mais próximo de 1 melhor é o resultado do município ou de um país, se fosse o caso.

Tabela 6 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – 2010

Municípios	IDH-M
Araruna	0,704
Barbosa Ferraz	0,696



Campo Mourão	0,757
Corumbataí do Sul	0,638
Engenheiro Beltrão	0,730
Farol	0,715
Fênix	0,716
Iretama	0,665
Luiziana	0,668
Mamborê	0,719
Peabiru	0,723
Quinta do Sol	0,715
Roncador	0,681
Terra Boa	0,728

FONTE: Ipardes - IBGE . Elaborado pelos autores.

Ao examinar a tabela, observam-se os resultados mais destacados da seguinte forma: Em primeiro lugar, Campo Mourão, com um índice de 0,757; em segundo lugar, Engenheiro Beltrão, com 0,730; em terceiro lugar, Terra Boa, com 0,728. O município de menor de IDH Corumbataí do Sul 0,638.

O próximo indicador a ser apresentado e analisado é a Tabela 7, que trata da Renda média domiciliar per capita – 2010. É evidente que média significa que uns ganham bem mais e outros bem menos, mas quanto maior a média, melhor.

Tabela 7 - Renda média domiciliar per capita – 2010

Município	Renda Média Domiciliar per Capita em R\$
Araruna	561,62
Barbosa	499,45
Ferraz	
Campo	833,05
Mourão	
Corumbataí	406,62
do Sul	
Engenheiro	607,60
Beltrão	



Farol	516,93
Fênix	503,40
Iretama	605,35
Luiziana	480,72
Mamborê	607,00
Peabiru	724,97
Quinta do	579,17
Sol	
Roncador	488,11
Terra Boa	649,44

FONTE: Ipardes - IBGE - Censo Demográfico . Elaborado pelos autores.

Ao analisar a tabela, destacam-se os melhores resultados da seguinte forma: Em primeiro lugar, Campo Mourão, com uma renda per capita de R\$ 833,05; em segundo lugar, Peabiru, com R\$ 724,97; em terceiro lugar, Terra Boa, com R\$ 649,44. O município com menor renda média é Corumbataí do Sul 406,62.

O próximo indicador também tem sua importância social mas que sem dúvida afeta também o econômico que é o da tabela 8 - Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais – 2010. É quase inadmissível que numa região tão desenvolvida e privilegiada quanto à região sul do país, ainda existam pessoas analfabetas. No caso, para ver o ranking de desenvolvimento entre os municípios, quanto menor o percentual, melhor.

Tabela 8 - Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais - 2010

Município	De 15 anos ou mais (%)
Araruna	9,84
Barbosa Ferraz	15,79
Campo Mourão	7,31
Corumbataí do Sul	19,22
Engenheiro Beltrão	9,69
Farol	14,87
Fênix	13,26
Iretama	16,79
Luiziana	14,63
Mamborê	10,98



Peabiru	10,42
Quinta do Sol	16,49
Roncador	15,55
Terra Boa	8,67

FONTE: Ipar-des - IBGE - Censo Demográfico – Elaborado pelos autores.

Ao analisar a tabela, fica evidente que os resultados mais favoráveis são os seguintes: Em primeiro lugar, Campo Mourão, com uma taxa de 7,31%; em segundo lugar, Terra Boa, com 8,67%; em terceiro lugar, Engenheiro Beltrão, com 9,69%. O município de pior índice é Corumbataí do Sul 19,22%. É importante notar que mesmo Campo Mourão, que possui o melhor resultado, ainda apresenta uma taxa considerada ruim, uma vez que não se justifica um índice de mais de 7% de pessoas analfabetas em um município dessa dimensão.

Finalmente, será apresentado um importantíssimo indicador econômico e social criado por um dos mais importantes Institutos de Pesquisa Econômica do país, que é o paranaense Ipar-des. O indicador é o Índice Ipar-des de desempenho municipal (IPDM – 2020) - O IPDM é um índice que mede o desempenho dos 399 municípios do Estado do Paraná, considerando três dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; saúde e educação. Sua elaboração se baseia em diferentes estatísticas de natureza administrativa, disponibilizadas por entidades públicas. Portanto mais completo que o consagrado IDH-M aprovado no mundo todo, mas que é adotado somente no Paraná.

Tabela 9 - Índice Ipar-des de Desempenho Municipal (IPDM) – 2020

Município	Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM)
Araruna	0,7555
Barbosa	0,7239
Ferraz	
Campo	0,8064
Mourão	
Corumbataí	0,7096
do Sul	
Engenheiro	0,7519
Beltrão	



Farol	0,6506
Fênix	0,7143
Iretama	0,7146
Luiziana	0,7380
Mamborê	0,7604
Peabiru	0,7449
Quinta do Sol	0,7289
Roncador	0,7216
Terra Boa	0,7643

FONTE: Ipardes – Elaborado pelos autores

Ao examinar a tabela, notam-se os resultados mais destacados da seguinte maneira: Em primeiro lugar, Campo Mourão, com 0,8064; em segundo lugar, Terra Boa, com 0,7643; em terceiro lugar, Mamborê. O município de menor indicador é Farol 0,6506.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do artigo foram respondidas as perguntas de pesquisa “Quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião? “E comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios? Além de respondidos o objetivo geral que era identificar os indicadores mais relevantes dos municípios da microrregião e fazer um comparativo entre eles.

Em termos de classificações entre primeiros e segundo lugares Campo Mourão aparece 12 vezes (10 primeiros lugares e 2 segundo lugares). Terra Boa aparece 3 vezes (3 segundos lugares). Quinta do Sol (um segundo lugar).

Desse modo, estes indicadores são uma ferramenta importantíssima de política pública, onde o indicador com bom resultado deve ser mantido ou aperfeiçoados e indicador ruim melhorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008. Acessado em dezembro de 2022.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades** - Acessado em dezembro de 2022.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – **Perfil dos Municípios** – Acessado em dezembro de 2022.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MASCARENHAS. Carlos Cezar de. **Indicadores sociais e econômicos como instrumento de gestão e desenvolvimento das cidades: uma aplicação no município de Jacareí**. **Dissertação de Mestrado**. Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté - 2006. Acessado em dezembro de 2022.

NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. **Handbuch der Dritten Welt. Grundprobleme, Theorien, Strategien**. Band 1. 1., durchgesehener Nachdruck der 3. Auflage. Bonn, 1993.

SIEDENBERG. Dieter Rugar. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico uma síntese**. DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO -- Editora Unijuí • ano 1 • n. 1 • jan./jun. • 2003 .

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 14 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





A DEMOCRACIA BURGUESA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Rafaela Mello Cardamoni - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Apucarana, rafaellacardamoni@gmail.com

Valdir Anhucci – Orientador
Unespar/*Campus* Apucarana, valdir.anhucci@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

A democracia desempenha um papel crucial no processo de emancipação da classe operária Lenin (2010) . No entanto, é imperativo compreender que a democracia não deve ser encarada como um limite intransponível, mas sim como parte integrante da transição do feudalismo para o capitalismo e do capitalismo para o comunismo. O autor enfatiza que a democracia implica em igualdade, destacando, portanto, a importância da luta proletária em prol da igualdade e do princípio fundamental da mesma. No entanto, Lenin ressalta que, em sua concepção, a democracia se limita à igualdade formal, o que pressupõe afirmar que

[...] logo após a realização da igualdade de todos os membros da sociedade quanto ao gozo dos meios de produção, isto é, igualdade do trabalho e do salário, erguer-se-á, então, fatalmente, perante a humanidade, o problema do progresso seguinte, o problema da passagem da igualdade formal à igualdade real baseada no princípio: “De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades”. (LENIN, 2010, p. 119).

No âmbito de um Estado capitalista, surge a crucial questão de quem a democracia realmente beneficia: o capital ou os trabalhadores. Parte-se do pressuposto de que o processo democrático em uma sociedade capitalista é marcado pela disputa de diferentes interesses, o que poderia abrir um campo de possibilidades para que as massas populares possam lutar pelo atendimento de suas demandas. Ao fazer referência a Lenin, Saes (1998) ressalta a dupla possibilidade presente na democracia burguesa. Por um lado, as instituições políticas



democráticas podem servir como um instrumento burguês de dominação ideológica sobre o proletariado. Por outro lado, essas mesmas instituições democráticas podem se constituir enquanto fator responsável por desenvolver a consciência revolucionária do proletariado. Na medida em que uma possibilidade se concretiza, a outra é excluída, considerando um determinado tempo e lugar. No que se refere à primeira possibilidade da democracia burguesa, fica claro seu papel de servir fundamentalmente como um instrumento de dominação política da burguesia, já que é grande o potencial das instituições democráticas em desorganizar os trabalhadores, prejudicando assim sua luta política.

A democracia no âmbito da sociedade capitalista se caracteriza como modelo necessário à manutenção do modo de produção capitalista. Trata-se de uma democracia a serviço da classe dominante, sempre com o objetivo de atender aos interesses da referida classe. Para Lênine (1975), no âmbito da república democrática, a sociedade capitalista nos oferece uma democracia mais ou menos completa. Tal democracia se encontra comprimida pelos limites impostos pelo modo de produção capitalista, se caracterizando como uma democracia voltada para uma minoria que se restringe aos ricos. Dessa forma, “a liberdade da sociedade capitalista continua sempre, mais ou menos, a ser o que era a liberdade nas repúblicas da Grécia antiga: liberdade para os escravistas [...]”. (LÉNINE, 1975, p. 43).

Para Lênine (1975), a democracia para a maioria da população se dará a partir da transição do capitalismo para o comunismo, o que implica em dizer que é somente com a sociedade comunista, e, superada a sociedade de classes que poderá haver liberdade. “Só então será possível e se tornará realidade uma democracia verdadeiramente completa, uma democracia sem quaisquer restrições”. (LÉNINE, 1975, p. 47). Atingido tal estágio, a democracia inicia um processo de extinção movida pela razão dos homens que se tornaram livres da exploração capitalista. Trata-se de estabelecer hábitos de respeito às regras elementares de convivência, sem qualquer imposição, de forma que as mesmas sejam respeitadas “[...] sem violência, sem constrangimento, sem submissão, sem este aparelho especial de coerção que se chama Estado”. (LÉNINE, 1975, p. 47)

Nessa perspectiva, a discussão sobre democracia se torna relevante na medida em que sua clareza conceitual e o conhecimento acerca dos aspectos práticos que envolvem o regime



democrático precisam ser estudados com maior criticidade, no sentido de superar equívocos que estão presentes no âmbito desse debate.

MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem metodológica adotada para esta pesquisa é fundamentada na perspectiva qualitativa, que se concentra em compreender e analisar aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Como destacado por Minayo (1994), a pesquisa qualitativa explora o universo dos significados, motivações, crenças e valores, penetrando em um nível mais profundo das relações e fenômenos que não podem ser simplesmente traduzidos em números e estatísticas.

Neste contexto, a pesquisa visa a compreensão das interações entre diversos atores sociais que habitam um determinado contexto. Para alcançar esse objetivo, será realizada uma pesquisa bibliográfica abrangente, envolvendo a seleção e análise de diversas obras e autores relevantes para o tema proposto. É essencial ressaltar que a pesquisa bibliográfica vai além de uma simples revisão de literatura, como indicado por Lakatos e Marconi (1992). Ela constitui o primeiro passo crucial em qualquer investigação científica, pois estabelece uma base sólida de conhecimento sobre o tema.

Além disso, é importante diferenciar a pesquisa bibliográfica da revisão de literatura. Enquanto esta última é um pré-requisito para qualquer pesquisa, a pesquisa bibliográfica implica em uma abordagem sistemática e organizada na busca por soluções, sempre alinhada ao objeto de estudo Miotto; Lima (2007). Conforme os mesmos autores, a pesquisa bibliográfica desempenha um papel fundamental no processo de produção do conhecimento científico, sendo capaz de gerar hipóteses e interpretações valiosas, especialmente em temas menos explorados, que podem servir como ponto de partida para futuras investigações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A democracia deveria ser em seu núcleo mais puro e verdadeiro, um termo que se refere *exclusivamente* ao “poder do povo” Lebedev (1975). Ainda de acordo com Lebedev as



demais interpretações e análises acerca da questão são obviamente necessárias para qualquer forma de aprofundamento na temática, principalmente quando há o questionamento se esse poder do povo, dentro da sociedade capitalista realmente se concretiza. Se distanciar do fato de que a democracia não está estruturada em seu formato verdadeiro é desconsiderar que democracia adquiriu uma multiplicidade de aceitações, portanto fugir disso é se afastar de sua premissa originária, ainda que a mesma tenha se estruturado de forma ilusória.

Guevara (1965) explica que democracia genuína é aquela que transcende os limites estabelecidos pela mera representação política, buscando a participação ativa e direta do povo em suas decisões. Nessa perspectiva, se critica a democracia utilizada no sistema capitalista, sendo necessário ressaltar que a verdadeira democracia é aquela que não apenas respeita a diversidade de opiniões, mas também coloca o poder nas mãos dos trabalhadores, permitindo que eles influenciem diretamente o curso dos acontecimentos e alcancem a plena realização de seus interesses coletivos.

Nos conceitos leninistas, a própria essência da palavra 'democracia' deve retomar sua premissa originária: o poder do povo. O poder, inserido dentro da realidade do capitalismo, conecta-se de forma intrínseca ao poder político, tornando a política indissociável de uma relação direta com o Estado. Entretanto, esse Estado reflete diretamente os interesses da manutenção da sociedade de classes e da dominação burguesa. Correlacionar a democracia a essa estrutura é, portanto, desvinculá-la de sua própria etimologia de "poder do povo" (LEBEDEV, 1975)

Empregar democracia como um termo para designar algo que não corresponda a essa soberania do povo é referir-se a uma democracia falaciosa, a qual deve ser questionada, como aponta Tonet em suas reflexões

Criticar a democracia, no sentido marxiano do termo criticar, não significa apenas apontar falhas e defeitos. Muito mais do que isso, significa fazer a crítica do mundo que lhe deu origem e ainda lhe dá sustentação; apreender a sua natureza, a sua função na reprodução do ser social e, a partir daí, a sua importância, mas também os seus limites essenciais. E, como consequência, a necessidade da sua plena e total superação. (TONET, 2018 p.3)

Na afirmação, Tonet (2018) critica a democracia sob a perspectiva marxista, a qual transcende meras análises superficiais de falhas e defeitos. Refletir sobre o assunto, traz a



necessidade de questionar o sistema que a viu nascer e ainda a sustenta, compreendendo sua verdadeira natureza e função na reprodução da sociedade. Ao realizar essa análise, torna-se evidente a valorização da democracia, mas também a identificação de suas limitações essenciais. Isso leva à inevitável conclusão de que é necessária uma transformação completa e abrangente.

Marx (2016) descreve a democracia como um obstáculo à verdadeira emancipação humana em sua estrutura. Segundo o autor, a democracia burguesa é apenas uma forma de dominação usada pela burguesia hoje em dia. Ela não consegue garantir plenamente os direitos humanos nem tornar o poder político verdadeiramente do povo. A classe que governa se separa da sociedade e está acima dela. Portanto, a democracia burguesa não consegue conceder direitos significativos aos trabalhadores.

Partindo desse ponto de análise, se destaca a necessidade da compreensão do surgimento desse formato de democracia, sua conexão com o sistema que lhe deu origem, o capitalismo, e a essencialidade de retornar sempre, quando necessário, cuja base deveria ser a mais concreta e consistente: poder ao povo. Ambas reflexões apresentadas de Marx (2016) e Tonet (2018) denunciam essa essencialidade que a democracia defende, colocando o sistema capitalista e sua manutenção como principal objeto de interesse dessa democracia estabelecida.

Segundo Tonet (2018), ao longo da história, e salve reforço, mesmo na sua construção a democracia se concretizou como uma ferramenta base para defesa da sociedade capitalista. Seu surgimento na Grécia antiga não é de *invenção* da *genialidade* grega, mas sim resultado de determinadas relações sociais, dentro da situação concreta das forças produtivas e das relações de produção. A própria criação da democracia, em suas bases históricas, se relaciona diretamente ao capitalismo. A partir desse entendimento, surge a necessidade de uma superação completa da democracia burguesa, visando alcançar uma forma mais autêntica e inclusiva de governo, onde o poder seja verdadeiramente exercido pelo povo, em uma busca por justiça social e emancipação das massas oprimidas.

Ao distorcer o verdadeiro significado da democracia, aceitamos a ideia de que a democracia estabelecida dentro do capitalismo é a única opção. No entanto, quando percebemos essa realidade imposta e entendemos a estrutura por trás dela, vemos a



necessidade de superar esse modelo de democracia. Assim, pode-se buscar o ideal de 'poder do povo' como o guia da discussão. (TONET, 2018)

Lebedev (1975), em sua introdução a democracia socialista de Lenin, reflete sobre a realidade da intenção e propagação que o termo democracia adquire ao longo da história, trazendo consigo uma multiplicidade de aceitações. Refletir sobre isso permite manter o foco central. Quando se questiona e discute diferentes interpretações da democracia, sua estrutura original deixa de ser considerada como algo fixo ou incontestável. Diante disso, pode-se atestar que essa democracia estabelecida dentro do cenário capitalista abre diversas possibilidades de questionamento acerca de sua fidelidade com o ideal de democracia como significado direto de poder do povo, justamente devido a pluralidade que adquiriu e sobre qual se estruturou.

Lenine (1985) classificava como uma alta atribuição para funcionalidade da democracia, a sua base econômica, a liberdade de fato para os sujeitos da sociedade participarem ativamente da democracia.

A democracia representativa é uma ilusão sob o sistema capitalista. Enquanto a classe dominante detiver o controle dos meios de produção e, portanto, do poder econômico, qualquer democracia formal será manipulada em seu benefício. A verdadeira democracia só pode ser alcançada quando os meios de produção forem socializados e o poder econômico estiver nas mãos das massas trabalhadoras. Somente então a democracia será genuína, e o Estado se tornará um instrumento para a emancipação da classe trabalhadora, em vez de um mecanismo de opressão nas mãos da classe dominante. (ENGELS, 1999. p 31)

O apontamento de Engels (1999) demonstra a correlação da democracia com a burguesia e sua estruturação dentro do sistema capitalista. É apontado a ilusão da democracia representativa enquanto a estrutura econômica continua nas mãos da classe dominante. A essência da reflexão reside na percepção de que a verdadeira democracia só pode ser alcançada por meio da socialização dos meios de produção. Aprofundamento que também pode ser observado nos escritos de Lebedev (1975)

[...] a democracia burguesa - que declara igualdade a todos os cidadãos perante a lei de uma maneira formal, isto é, sem encarar as possibilidades reais de cada um - submete os indivíduos a exigências de não prejudicarem os interesses do Estado, a propriedade privada e terceiras pessoas, etc - que não contribuem para o desenvolvimento da consciência cívica do indivíduo - a democracia socialista



pressupõe que os cidadãos dão provas de atividade social, de iniciativa, que contribuem para a coisa pública consoante as suas forças e as suas capacidades (LEBEDEV, 1975, p. 17)

O apontamento de Lebedev (1975), destaca a diferença fundamental entre a democracia burguesa, que estabelece igualdade formal perante a lei, mas não considera as reais possibilidades de cada indivíduo, e a democracia socialista, que requer a participação ativa e contribuição proporcional dos cidadãos para o bem comum. Enquanto a primeira pode limitar a consciência cívica, a segunda busca promover uma sociedade participativa e engajada, fomentando o desenvolvimento coletivo.

A compreensão desse afastamento aqui defendido da democracia com seu ideal, dá-se como expressa Coutinho (1979) pelo fato do Estado capitalista criar uma relação profundamente entrelaçada e dependente com um formato de ideal democrático.

O conjunto das liberdades democráticas em sua forma moderna (o princípio da soberania e da representação popular, o reconhecimento legal do pluralismo etc.) tem em sua gênese histórica nas revoluções burguesas, ou mais precisamente, nos amplos movimentos populares que terminaram por abrir espaço político necessário à consolidação e reprodução da economia capitalista (COUTINHO, 1979, p. 34)

Como Coutinho (1979) aponta, a democracia se torna uma ferramenta mutável, durante um processo histórico de estabilização do capitalismo, para que o mesmo se encaixe na defesa do sistema capitalista.

A aparente universalidade do sistema, na realidade, é uma forma essencial de proteger os interesses particulares de certas classes dominantes, como enfatizado por Tonet (2018). Essa máscara de universalidade camufla a dinâmica de poder subjacente, permitindo que as engrenagens do capitalismo trabalhem em prol de determinados grupos, em detrimento de uma visão mais inclusiva e equitativa da sociedade.

Engels e Marx (2016) denunciam a realidade mutável do sistema dentro da conjuntura política, onde a democracia se encaixa, em uma análise sócio-histórica do estabelecimento do capitalismo.



Cada uma das etapas do desenvolvimento da burguesia acompanhou-se de um processo político correspondente. Ela foi inicialmente um grupo oprimido sob o jugo dos senhores feudais, organizando a própria defesa e sua administração na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributado pelo rei. Posteriormente, na época da manufatura, tornou-se um contrapeso à nobreza da monarquia descentralizada ou absoluta, fundamento essencial das grandes monarquias. Com a criação da grande indústria e do mercado mundial, a burguesia conquistou finalmente a dominação política exclusiva no moderno Estado parlamentar. Um governo moderno é tão somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa. (ENGELS, MARX, 2016, p. 26-27)

Engels e Marx (2016), apresentam o processo histórico do desenvolvimento da burguesia e seu correspondente processo político. Essa análise histórica evidencia a evolução da burguesia e sua crescente influência na política, culminando na consolidação do Estado parlamentar como um instrumento de poder em suas mãos. Esse levantamento das etapas feito por Marx e Engels permite a correlação dessa citação aos fatos já apresentados, podendo assim prontamente notar que, a democracia vigente na maioria dos Estados onde o capitalismo atua, é utilizada como uma das ferramentas para dominação política.

Ao confrontar a noção de democracia burguesa, é inegável que ela nada mais é do que a forma política que reflete a dominação exercida pela classe burguesa nos dias atuais. Sua própria essência revela a impossibilidade de efetivação plena dos direitos humanos e do verdadeiro poder político como expressão do povo. Afirmção que pode ser amparada nos escritos de Marx (1999)

A democracia burguesa é meramente a forma política que a dominação da burguesia assume hoje em dia. A própria essência da democracia burguesa é a impossibilidade da realização completa dos direitos humanos, a impossibilidade da realização do poder político como poder do povo. A própria classe que faz os negócios de Estado se divorcia da sociedade e se coloca acima dela. Por isso, a democracia burguesa não pode dar um único direito que tenha sentido real e substancial para o trabalhador. Na melhor das hipóteses, ela pode oferecer-lhe uma série de concessões insignificantes e puramente formais, esvaziadas de conteúdo pela lei. (MARX, 1999, p.71)

Como registrado por Marx (1999), a dominação política é essencial para formação do governo moderno, que como exposto é o comitê da burguesia. A democracia então presente no sistema capitalista de nada se caracteriza com a qual deveria ser a real democracia, tendo-se uma adaptação forçada de um conceito que deveria representar soberania popular. Marx (2011), descreve a democracia burguesa como uma forma política que reflete a dominação da



classe burguesa. Sua essência impede a realização completa dos direitos humanos e do poder político do povo, uma vez que a classe dominante se coloca acima da sociedade. A democracia burguesa, portanto, não oferece direitos reais e substanciais ao trabalhador, mas apenas concessões formais e vazias de conteúdo, limitadas pela lei.

Tonet (2018) reflete sobre a realidade histórica de estabelecimento do estado e da democracia junto de suas funções na estrutura capitalista, apontando a realidade do aparato jurídico-político na sustentação do sistema e sua conexão direta com a democracia.

A concorrência generalizada, sem nenhuma delimitação, levaria à guerra de todos contra todos que inviabilizaria a reprodução social. Por isso mesmo, se tornou necessário estabelecer determinados limites, essencialmente constituídos pelo aparato jurídico-político estatal. A concorrência não é anulada, já que isso significaria a morte do capitalismo, mas regulamentada. É este aparato jurídico-político, sempre movente e movido, que cria a ilusão de que é o Estado, com esse aparato jurídico-político, que cria a sociedade como sociedade, vale dizer, como algo que pode reproduzir-se de maneira organizada. Este conjunto de instrumentos jurídicos e políticos constitui a democracia moderna. Ela tem seu fundamento ontológico no capital e, portanto, jamais pode opor-se radicalmente a ele. Deste modo, não é difícil compreender tanto a existência quanto às limitações dos choques que acontecem entre capital e democracia. (TONET, 2018, p.14)

Os registros de Tonet (2018) possibilitam a correlação entre a estrutura estatal, a defesa da burguesia e o papel intrínseco desempenhado pela democracia nessa relação.

Como Tonet (2018) aponta, há uma ligação profunda entre o sistema jurídico-político e a economia. Mesmo quando o governo democrático tenta regular o capitalismo, essa forma de democracia e sua relação com o estado nunca podem ser plenamente bem-sucedidas, porque entram em contradição com os interesses do capital, favorecendo os criadores do sistema - a burguesia. “Isso fica demonstrado pelas contradições existentes entre elas e especialmente pelo fato de que, num determinado momento, as reivindicações democráticas entram em choque com a lógica de reprodução do capital.” (TONET, 2018, p.13)

Silva (2017) registra, que com a burguesia no poder e com o desenvolvimento do Estado surge a necessidade de uma aparência de neutralidade perante o mesmo, esse processo necessita da “conquista do poder de manipulação da opinião pública e através dela consolida seu domínio político” (SILVA, 2017, p. 63) que como relatada parte de um encadeamento histórico. O sistema capitalista percebe ao longo de sua estruturação que só se manterá estabelecido enquanto manter o poder político, pois através deste consegue o domínio sobre a



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

realidade da sociedade. Utiliza-se do poder conquistado para benefício da burguesia e sustentação da separação de classes.

Ao utilizar uma estrutura que inicialmente e em suas aparências mais populares parece representa o poder do povo, o capital traz a possibilidade de criar uma imagem central para o sistema capitalista ilusória e de falsa proteção a todos, criando a falsa noção da “possibilidade de que pela política democrático-burguesa seria possível resolver as mazelas do capital, sem ultrapassar o próprio capital.” (CHAGAS, 2014, p.79)

No discurso, o sistema capitalista se apoia na ideia da democracia, que representa a vontade popular e os princípios de igualdade e liberdade. No entanto, na prática, o sistema não segue esses princípios e mantém uma falsa imagem de igualdade e liberdade. Isso serve como uma estratégia de defesa do sistema, evitando reconhecer que os problemas do sistema são, na verdade, causados pelo próprio sistema. Assim, a democracia é usada como um escudo de defesa, sendo responsabilizada pelos problemas, como observado por Chagas (2014).

Poder-se-ia perguntar se a política democrática e o Estado burguês têm condições de resolver os males sociais; se eles podem resolver a questão fundamental que é a questão do homem em sociedade? Se eles podem acabar com a exploração do trabalho alheio, a desigualdade e a injustiça? Para Marx, o Estado jamais encontrará em si e na organização da sociedade o fundamento dos males sociais, já que a sua base, a sociedade civil, e sua organização política, o Estado (organizador da razão política, da vontade política), são a fonte desses males sociais. A política democrático-liberal e o Estado não têm fins próprios, não são autônomos, pois eles têm como meta salvaguardar os interesses particulares da sociedade civil, cujo alicerce fundamental é a propriedade privada. Assim, onde quer que existam partidos políticos, cada um deles encontra a razão de todo mal, não na política democrático-burguesa, liberal, não no Estado, mas na presença do partido adversário que ocupa o poder estatal. Até os partidos de “oposição” ou de “esquerda”, circunscritos na lógica do capital, procuram a causa do mal social não na essência, na natureza, do Estado, mas em quem está o ocupando-o, ou seja, numa forma específica de Estado, que eles buscam substituir por outra forma de Estado.” (CHAGAS, 2014, p.76)

O capital usa a democracia de sustentação e defesa para jamais assumir a culpa por algo que o mesmo criou e reproduz, a conexão intrínseca entre esses dois sistemas coloca o questionamento plausível da necessidade da democracia como um todo “Deste modo, para os revolucionários, é imperativo deixar bem claro que a verdadeira liberdade humana está para além da democracia e, obviamente, para além do capital.” (TONET, 2018, p.01). Se torna

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 10 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





necessário a compreensão do verdadeiro culpado das mazelas da sociedade - o capitalismo - para buscar sua superação. Chagas (2014), ajuda a complementar os pensamentos expostos.

Enquanto a burguesia entende o pauperismo como um malogro da política, os liberais acusam os conservadores, e estes incriminam aqueles de serem a causa da miséria geral. Nenhuma dessas posições, todavia, vislumbra a origem dos males sociais no âmbito da sociedade civil burguesa e de sua organização política, baseada na política democrática e no Estado burguês, mas tão-somente em fatores externos à sociedade civil e ao Estado, como na escassez de recursos naturais (na natureza), ou no próprio indivíduo, na sua falta de interesse e de educação (no indivíduo), ou na falta de benevolência (no sentimento), ou em falhas administrativas, burocráticas (na administração), gestadas pelos partidos adversários; assim, nenhuma delas aspira, realmente, a uma transformação plena, efetiva, da sociedade. (CHAGAS, 2014, p.75, 76)

Lênin (1975) na proletária nº 4 faz uma reflexão sobre a relação que a burguesia constrói com a democracia, colocando em análise justamente essa contradição profunda entre os objetivos de ambos nessa conexão que se cria. A burguesia como apontado quer sua sustentação e o domínio sobre as relações da sociedade. É utilizado para isso a democracia mas não em seu verdadeiro formato, criando uma contradição fundamental entre o afã da democracia que tem como seu objetivo proteger a propriedade privada trazendo a tona a desastrosa situação da utilização da democracia para proteção dos representantes e partidários da burguesia liberal.

[...]Marx e engels sugeriram que, se em todas as coletividades cindidas em classes sociais antagônicas existe uma organização especial de aparência "universalista", mas de fato voltada para defesa do interesse geral de uma única parte (classe exploradora) da coletividade, o modo de organização e de desempenho dessa função conservadora pode variar, correlatamente à variação na forma de exploração do trabalho. (SAES, 1987, p.18)

O ponto apresentado por Saes (1987) ajuda a demonstrar como a questão da falsa igualdade, da falsa representação precisa ser utilizada pela classe dominante. A necessidade de uma representação com uma aparência universalista cai sobre a democracia, o sufrágio universal ajuda a manter o discurso de que o poder está na mão de todos, ajuda a disfarçar a realidade de que o modo organizacional possui defesa e suporte apenas de uma classe, da burguesia.



O discurso utilizado na defesa do Estado e da democracia como aponta Lenin (2010), não leva em conta que esse mesmo sistema exclui, propositalmente a realidade, onde não prega de seus ideias tão divulgados, abrindo diversas brechas para se contestar a realidade do conceito de cidadão e o fato de que a classe trabalhadora não é respaldada pelas defesas apresentadas para o Estado e a democracia, os discursos servem portanto apenas de defesa sem nenhum real respaldo.

Colocar em prática aquilo que é dito nos discursos da burguesia é colocar em prática a real democracia, e praticar a democracia real seria acabar com o sistema que se sustenta por sua falsa versão “uma vez que a democracia implica um Estado em que existe alguma forma de igualdade política, [grifos do autor] entre o povo” (HELD, 1987, p.03) e isso não ocorre na democracia hoje estabelecida.

Não é por completa ignorância que este disfarce apresentado se populariza, o discurso se torna convincente e aceitável, primeiro por utilizar das vantagens da democracia de forma disfarçada, levando a população a crer que esta sim com o poder de escolha nas mão, mas como já apresentado “A democracia política [...] não seria mais em última instância e por sua própria natureza, do que uma nova forma de dominação burguesa.” (COUTINHO, 1979, p. 34)

Quando o primeiro método de disfarce não é eficaz, a burguesia muitas vezes recorre ao uso do medo, conforme destacado por Chagas (2014). O interesse da classe dominante está sempre em sua própria proteção, e para garantir isso, ela elabora discursos que sugerem que a ausência de uma democracia estabelecida resultaria em uma ditadura. Esse discurso é persuasivo, uma vez que parte do pressuposto de que, mesmo as democracias mais imperfeitas, ainda são preferíveis a qualquer forma de ditadura

Quando o capital encontra progressão sem muitas contradições a democracia possui espaço para se expandir junto a ele, porém quando a reprodução capital entra em crise - resultado de sua própria natureza - o capital não poupará de seus recursos jurídico-políticos para sua recuperação não descartando o uso da ditadura mais brutal como aponta Tonet (2018).

Lenin (1977) faz uma reflexão incisiva sobre a democracia burguesa, retratando-a como uma mera fachada camuflando a ditadura da classe dominante.



A democracia burguesa é uma fachada para a ditadura da classe dominante. Enquanto a propriedade privada dos meios de produção existir, a democracia será limitada e manipulada pelas elites capitalistas. A verdadeira democracia só pode ser alcançada por meio da revolução proletária, que abolirá a propriedade privada e colocará o poder nas mãos dos trabalhadores. A democracia do proletariado é a ditadura da maioria sobre a minoria exploradora, e somente por meio dessa ditadura pode-se alcançar uma sociedade sem classes, onde o poder do Estado se extinguirá e a verdadeira democracia florescerá. (LENIN, 1977, p. 62)

Lenin (1977), portanto, reflete que a democracia do proletariado representa a ditadura da maioria sobre a minoria exploradora, e é somente por meio dessa ditadura que uma sociedade livre de classes pode ser alcançada, onde o poder do Estado se dissolverá e a verdadeira democracia prosperará. Essa reflexão incita uma análise crítica sobre o atual sistema político e econômico, imaginando uma realidade mais justa e equitativa, onde os interesses da maioria prevaleçam sobre os privilégios das elites, e onde a democracia se transforme em uma força genuína para o bem comum.

Saes (1987) aprofunda a discussão brevemente apontada acima, da democracia como ferramenta de capacidade para luta da classe trabalhadora. Mantém-se a democracia do sistema capitalista, até o ponto que lhes convém e a retiram assim que sua posição começa a parecer desfavorável para continuação do sistema vigente, mesmo que a resposta para isso seja a violência da ditadura do sistema capitalista. O autor relata que para muitos intelectuais a ditadura da burguesia já até se faz presente.

O questionamento central que aqui se demonstra é que se tratando de democracia, deve haver sempre o questionamento acerca da democracia verdadeira, separando-a da democracia de classes, em busca de seu real propósito igualitário, como indicado por Coutinho (1979) para se tratar dessa democracia se vê necessário falar da democracia socialista que essa sim se resume a uma democracia pluralista, de massas, uma democracia organizada.

A burguesia tem medo da liberdade total e da democracia integral, porque sabe que o proletariado consciente, isto é, o proletariado socialista, utilizará a liberdade para lutar contra o domínio do capital. por isso, o que a burguesia quer, no fundo, não é a liberdade total, absoluta soberania do povo, mas um tratado com reação, um ajuste com a autocracia. A burguesia quer o parlamento para assegurar o domínio do capital e não o da burocracia; e, ao mesmo tempo, quer a monarquia, o exército permanente, a conservação de certas prerrogativas da burocracia, a fim de impedir



que a Revolução vai até o fim, a fim de impedir que o proletariado se arme, entendendo por armamento tanto fuzil como a liberdade total (LENIN, 1975 p. 59)

O apontamento de Lenin (1975) leva a compreender como as necessidades e os desejos da burguesia se desconectam com verdadeiro propósito de liberdade e de democracia como representação real do povo, vale lembrar que não se pode conceber a democracia excluindo a luta de classes, somente através da mesma e com a compreensão de que a democracia na estrutura atual serve a uma classe, e apenas ao interesse da mesma e de seu estado, através disso compreende-se a realidade da democracia da burguesia assimilando que uma democracia que teme a autocracia do povo não é uma democracia.

O levantamento que pode se obter e sempre manter em ótica discutindo democracia é que mesmo quando o capital repetir palavra de ordem dizendo ser eleito por todo o povo e criando uma suposta legitimidade isso não será realidade, uma vez que no seu núcleo desvirtua-se totalmente desse sentido e significado real, não utilizando de fato da democracia e sim da palavra de ordem para enganar o povo mediante ao seu uso. “Falamos da liberdade, falamos da representação popular, discursamos sobre a assembleia constituinte, mas esquecem-se sempre, a cada hora e cada minuto, que todas essas coisas boas não passam de frases vãs, se não existirem garantias sérias” (LÊNIN, 2016, p. 53) - sendo somente através da revolução pelo povo, que essas promessas serão garantidas, através da força da classe do povo que tiveram a consciência desses direitos e compreenderam o que essa suposta democracia realmente representa.

Lenin (1977) enfatiza que a democracia verdadeira não se restringe apenas à igualdade formal de direitos e ao fim dos privilégios oficiais, mas, fundamentalmente, implica a igualdade real e efetiva para a esmagadora maioria da população mundial. Essa igualdade de fato somente será alcançada através da completa abolição do sistema de salários e do capital. Para Lenin (1977), a genuína democracia não se resume à mera reforma do sistema, mas requer uma revolução social e econômica que erradique as estruturas de exploração inerentes ao capitalismo, criando uma sociedade onde todos possam desfrutar de uma verdadeira igualdade e liberdade. "A democracia para a imensa maioria da população do mundo significa não só a ausência de privilégios oficiais e direitos iguais, mas também a igualdade de fato,



que não pode ser realizada sem a abolição completa do salário e do capital." (LENIN, 1917 p.17)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada sobre a democracia no contexto de um Estado capitalista, torna-se evidente que a natureza desse regime político está intrinsecamente ligada aos interesses da classe dominante, a burguesia. A democracia burguesa desempenha um papel complexo e contraditório. Por um lado, serve como um mecanismo de dominação ideológica sobre o proletariado, ao mesmo tempo em que pode catalisar o despertar da consciência revolucionária dessa classe.

Essa dualidade reflete a capacidade das instituições democráticas de manipular as forças sociais em benefício da burguesia, desorganizando os trabalhadores e, conseqüentemente, dificultando sua luta política. Nesse sentido, o processo democrático no contexto capitalista é permeado pela tensão entre diferentes interesses, evidenciando que a democracia, tal como a conhecemos, não opera de maneira neutra, mas é moldada pelas relações de classe predominantes na sociedade.

A compreensão da democracia como um campo de disputa de interesses é fundamental para que as massas populares possam se posicionar de forma consciente e assertiva. Ao perceberem que a estrutura democrática atualmente estabelecida pode ser tanto um obstáculo quanto uma ferramenta de transformação, os trabalhadores podem direcionar sua energia para a busca de mudanças efetivas.

É imprescindível ressaltar, contudo, que a democracia no contexto capitalista apresenta suas limitações inerentes. Ela é intrinsecamente condicionada pelo modo de produção vigente, o que impõe barreiras à realização plena dos direitos e à efetiva participação das massas na tomada de decisões. É somente na transição para um sistema pós-capitalista, que se vislumbra a possibilidade de uma democracia genuína.

Portanto, a análise crítica da democracia no contexto do Estado capitalista não se limita a uma mera reflexão teórica; ela nos convida a uma compreensão mais profunda da natureza dessa democracia. Isso, por sua vez, pode ajudar a informar a participação cidadã e a



ação política, com o objetivo de buscar aprimoramentos no sistema democrático existente em prol de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAGAS, F. Eduardo. **A crítica à política em Marx**. In: Revista Dialéticos, Ano 2, n.5, Agosto a Dezembro 2014, p. 64-80.

COUTINHO, N. Carlos. **A Democracia Como Valor Universal**. In: Encontros com a civilização Brasileira, v. 9. et al. Rio de Janeiro: 1979, p. 36-47.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Pocket ed. Porto Alegre: L&PM, 2016. 144 p.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1876. Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook. eBooksBrasil.com. Notas incluídas nesta edição. Fonte Digital: RocketEdition de 1999 a partir de html em www.jahr.org.

GUEVARA, Che. **Socialismo e o Homem em Cuba**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000156.pdf>. Acesso em: 26 de agosto de 2023.

HELED, David. **Modelos de democracia**. 3ª ed. Cambridge: 1987. 458 p.

LÊNIN, V. I. **Democracia Socialista**. 1969, Agência de Direito de Autor da URSS (VAAP), Moscovo. Tradução: Lisboa; Avante, 1975. p. 166.

LÊNIN, V. I. **Ilusões constitucionais**. São Paulo: Kairós Livraria Editora Ltda, 1985. 181 p.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução: A doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução**. Edição em Português da Editorial Avante, 1977, t2, pp 219-305.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas de Nélio Schneider; prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

SAES, Décio. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987. Série Princípios. 93 p.

SILVA, E. P. B. da. **Para uma teoria crítica da democracia: o conceito de esfera pública em Habermas e Fraser**. In: Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, [S. l.], p. 61–77, 2017. Disponível em:



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/6680>. Acesso em: 20 Jan. 2023.

TONET, I. **O fim da democracia burguesa**. In: Revista Novos Rumos, [S. l.], v. 55, n. 2, 2018. DOI: 10.36311/0102-5864.2018.v55n2.09.p119. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8555>. Acesso em: 07 abr. 2023.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 17 de 17



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

AVALIAÇÃO DE MÉTODOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NA UNESPAR: CAMPUS DE APUCARANA, CAMPO MOURÃO E PARANAGUÁ

Vinicius dos Santos Skrzyszowski (Unespar)
Unespar/Campus Paranaguá, viniciusdsnts78@gmail.com

Sebastião Cavalcanti Neto
Unespar/Campus Paranguá, sebastiao.cavalcanti@unespar.edu.br

Fernando Henrique Lermen
Unespar/Campus Paranaguá, fernando.lermen@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento
Tecnológico e Inovação - PIBITI
Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

Devido à importância da energia para o crescimento econômico de qualquer nação é crucial, promover o uso crescente de fontes de energia renovável e sustentável na sociedade se torna imprescindível (Amin et al. 2021). Isso se torna ainda mais vital quando consideramos que os edifícios consomem aproximadamente 30% de toda a energia global (International Energy Agency, 2018). Dado o impacto significativo que isso representa para a economia e a sociedade, o tópico das energias renováveis tem ganhado destaque na academia, bem como na implementação de práticas sustentáveis em instituições universitárias.

Numerosos estudos têm se concentrado na adoção de sistemas de energia renovável híbrida, e essa área se estende naturalmente para os *campi* universitários, que podem ser vistos como microssociedades dentro das cidades. Conforme apontado por Kolokotsa (2018), os campi universitários podem ser considerados como "cidades em miniatura". Isso destaca a importância de expandir as iniciativas tecnológicas relacionadas a energias renováveis e sustentáveis para esses ambientes.

De acordo com Ávila et al. (2019), as universidades são tão diversas quanto as cidades em termos de ocupação de espaços e atividades. Portanto, os *campi* universitários podem ser vistos como comunidades autônomas ou bairros dentro das cidades. Nesse contexto, as universidades têm a responsabilidade de liderar pelo exemplo na implantação de fontes de

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 1 de 19



energia renovável e sustentável, aumentando a adoção de práticas de consumo limpo e desempenhando um papel inspirador para toda a comunidade.

As instituições de ensino superior desempenham um papel crucial nas sociedades modernas e devem assumir a liderança na avaliação da eficiência energética, buscando se tornar "universidades inteligentes e sustentáveis" (Rinaldi et al., 2018; Maciá Pérez et al., 2021; Arnaldo Valdés et al., 2022). A definição de uma universidade sustentável geralmente abraça os três pilares da sustentabilidade: ambiental, econômico e social. Universidades têm a responsabilidade de contribuir para a mitigação dos impactos ambientais, a promoção da saúde e bem-estar e a disseminação desses valores em escala global (Alshuwaikhat & Abubakar, 2008; Cole, 2003).

Além disso, Cortese (2003) identifica a educação, a pesquisa, as operações e a extensão como partes integradas de uma universidade sustentável. Ambas as abordagens convergem para a ideia de que uma universidade sustentável desempenha um papel fundamental na promoção da indissociabilidade dos aspectos ambientais, econômicos e sociais, levando em consideração os impactos que ela mesma gera e enfrenta.

O objetivo deste estudo de pesquisa é utilizar análises estatísticas multivariadas para identificar qual dos *campi* da UNESPAR, incluindo Paranavaí, Curitiba I, Curitiba II e União da Vitória, apresenta maior viabilidade para a adoção de energias renováveis. Como contribuição teórica este estudo oferece uma abordagem pioneira para avaliar a viabilidade da adoção de energias renováveis em diferentes *campi* universitários, potencialmente servindo como um modelo para avaliações semelhantes em outras instituições de ensino superior, ao mesmo tempo que destaca a importância da aplicação de análises estatísticas multivariadas para uma avaliação minuciosa e holística, considerando diversas variáveis simultaneamente, enriquecendo assim o campo de pesquisa em sustentabilidade energética.

MATERIAIS E MÉTODOS

Aprofundar nossa compreensão das condições climáticas locais é de suma importância, pois esse conhecimento é crucial para avaliar com precisão o potencial de implementação de fontes de energia renovável, incluindo sistemas solares e eólicos, além de possibilitar a



identificação de estratégias específicas de eficiência energética (Giorgi & Lionello, 2008). Portanto, a metodologia detalhada a seguir fornecerá insights fundamentais sobre como os dados climáticos foram coletados e rigorosamente analisados, com o objetivo de embasar as decisões estratégicas, promovendo a adoção de fontes de energia mais sustentáveis e, assim, contribuindo para a construção de um futuro mais eco consciente em todos os campi da UNESPAR.

Coleta de dados

Na metodologia do estudo, a seleção dos campus da UNESPAR, incluindo Paranavaí, Curitiba I, Curitiba II e União da Vitória, foi cuidadosamente realizada com base na representatividade geográfica e na diversidade das condições climáticas. O contato estabelecido com o SIMEPAR garantiu o acesso direto a uma fonte confiável de dados climáticos, sendo esses dados coletados de maneira sistemática e consistente ao longo do período de 2019 a 2022. A escolha desse intervalo temporal permitiu abranger diferentes estações e variações climáticas, enriquecendo assim a análise da viabilidade de energias renováveis nos campi universitários.

A coleta de dados climáticos e de solo incluiu uma ampla gama de parâmetros, como temperatura para entender as variações sazonais, umidade relativa do ar para avaliar as condições de conforto, precipitação para estudar padrões de chuva, velocidade do vento para identificar potenciais fontes de energia e radiação solar para avaliar a disponibilidade de energia solar em cada campus. Essa abordagem metódica e abrangente na coleta de dados garantiu uma base sólida para as análises subsequentes.

Todas essas etapas metodológicas foram projetadas para fornecer uma compreensão profunda das condições climáticas em cada campus da UNESPAR, visando a criação de um modelo confiável para avaliar a viabilidade da implementação de fontes de energia renovável e, assim, contribuir para o avanço da sustentabilidade energética no contexto universitário.

Análise dos dados



Na seção de análise de dados, adotou-se uma abordagem ampla e minuciosa, com o objetivo de selecionar o campus para a implementação de energias renováveis e identificar as melhores práticas e estratégias específicas relacionadas à escolha das fontes de energia renovável mais adequadas.

Para a priorização dos campi, foram realizadas análises estatísticas multivariadas que consideraram uma série de variáveis climáticas relevantes, tais como temperatura, umidade relativa do ar, precipitação, velocidade do vento e radiação solar, ao longo do período de 2019 a 2022. Essas análises permitiram uma visão holística das condições climáticas em cada campus da UNESPAR, identificando aqueles que apresentam um potencial mais favorável para a implementação de fontes de energia renovável.

O software *Rstudio* desempenhou um papel central e fundamental ao longo de todo o processo de análise de dados. Esse software forneceu as ferramentas essenciais para a condução de análises estatísticas avançadas. Especificamente, os gráficos de boxplot gerados no *Rstudio*, os quais auxiliaram na visualização das distribuições das variáveis climáticas em cada campus.

O boxplot é uma ferramenta versátil na análise exploratória de dados, permitindo que pesquisadores, analistas e tomadores de decisão obtenham uma visão profunda das características, tendências e variações nos dados, independentemente do domínio ou aplicação específica (Kronthaler & Zöllner, 2021).

Esses gráficos proporcionaram uma representação visual rica em informações das condições climáticas durante o período de análise. Com base nisso, os boxplots viabilizaram uma investigação aprofundada das particularidades climáticas distintas de cada campus.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

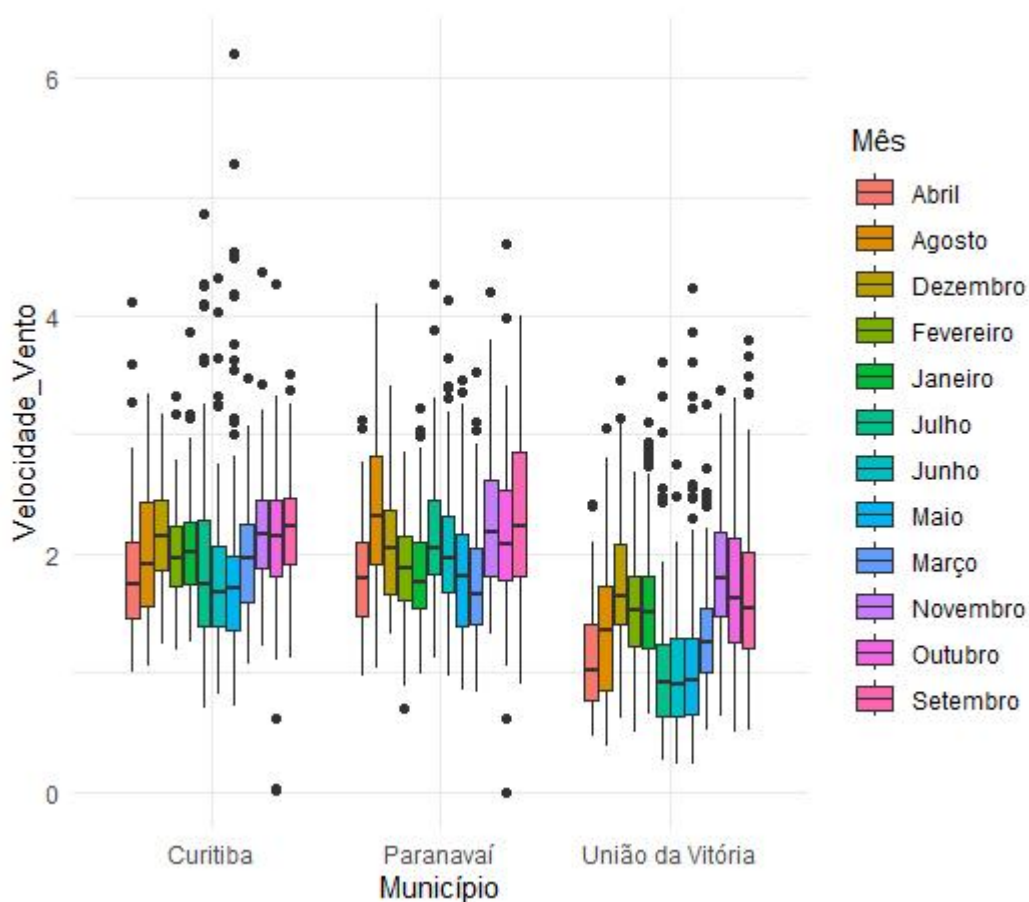
Nesta seção, será apresentada uma análise abrangente dos resultados derivados da investigação de dados, destacando suas implicações cruciais para a promoção da sustentabilidade energética em todas as instituições de ensino superior estudadas. Durante esta exposição, iremos detalhar as principais descobertas que emergiram de nossa análise minuciosa e como esses resultados impactam diretamente a jornada em direção a fontes de



energia mais limpas e eficientes em universidades de todo o país. Por meio dessas análises, pretendemos esclarecer as oportunidades e desafios que surgem ao considerar a adoção de energias renováveis e estratégias de eficiência energética em instituições acadêmicas, fornecendo assim uma base sólida para decisões informadas e ações concretas em prol de um futuro mais sustentável.

Neste estudo, apresentamos um gráfico de boxplot que ilustra de forma eficaz os índices de vento em três cidades de nosso foco de pesquisa, é importante ressaltar que os dados de Curitiba I e Curitiba II foram recebidos de forma unificadas. Portanto, através deste gráfico, é possível visualizar a distribuição e a variação das velocidades do vento em cada uma dessas localidades desde janeiro de 2019 até o final de novembro de 2022. Cada caixa no gráfico representa a variação interquartil dos dados, permitindo-nos identificar tendências nas condições de vento, como a mediana, a extensão das velocidades do vento e a presença de valores discrepantes. Essa representação visual fornece informações valiosas para nossa análise, contribuindo para uma compreensão mais profunda das características climáticas únicas de cada cidade e, assim, orientando nossas decisões em relação à sustentabilidade energética. A partir disso, é possível identificar os índices de velocidade do vento, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Índices de Velocidade do Vento



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Ao conduzir uma análise detalhada do gráfico da Figura 1 que representa os dados de velocidade do vento nas três cidades em nosso estudo, torna-se nitidamente perceptível que Curitiba se sobressai com um índice de ventos consideravelmente mais elevado em comparação com as outras duas localidades. Segundo Krüger et al. (2011), essa diferença significativa na velocidade do vento entre Curitiba e as demais cidades ocorre devido à localização geográfica no sul do Brasil, com variações de altitude, incluindo colinas e serras, que criam canais de vento que aumentam a velocidade do ar em áreas específicas de Curitiba, onde diferentes massas de ar se encontram. Além disso, os efeitos locais, como edifícios, construções urbanas e vegetação, podem criar microclimas e áreas de ventos mais intensos na cidade, contribuindo para a maior incidência de ventos em Curitiba.

Além disso, é importante notar que, ao examinar a dispersão dos dados de velocidade do vento entre União da Vitória e Paranavaí, observamos que essas duas cidades exibem uma variabilidade consideravelmente mais elevada do que Curitiba. Isso significa que, embora



União da Vitória e Paranavaí possam ter velocidades médias de vento mais baixas do que Curitiba, elas também experimentam uma ampla gama de velocidades de vento ao longo do período de análise.

No que diz respeito a União da Vitória, é relevante ressaltar que seus índices de vento notavelmente menores em comparação com as outras duas cidades são atribuídas a uma série de fatores geográficos e climáticos altamente específicos e distintivos. A localização geográfica, com suas características topográficas peculiares, bem como a influência das massas de ar que predominam na região, exercem um papel de extrema significância na determinação da velocidade do vento observada.

A área em que União da Vitória está localizada pode ser caracterizada por topografia relativamente irregular, com a presença de colinas, vales e áreas montanhosas. Essas características topográficas podem criar barreiras naturais ao fluxo do vento, resultando em uma diminuição da velocidade do ar (Zhang et al. 2021).

No entanto, uma observação importante e que merece destaque, resultante dessa análise detalhada, é que, apesar da diferença significativa entre as cidades em relação às velocidades do vento, é evidente que nenhuma delas atinge o mínimo necessário para viabilizar a aplicação eficaz de energia eólica. Conforme ressaltado por Nipo (2007), é essencial que ocorra uma média de velocidades do vento consistentemente superior à marca mínima de 8 metros por segundo (8 m/s) para que a geração de energia eólica possa ser considerada viável.

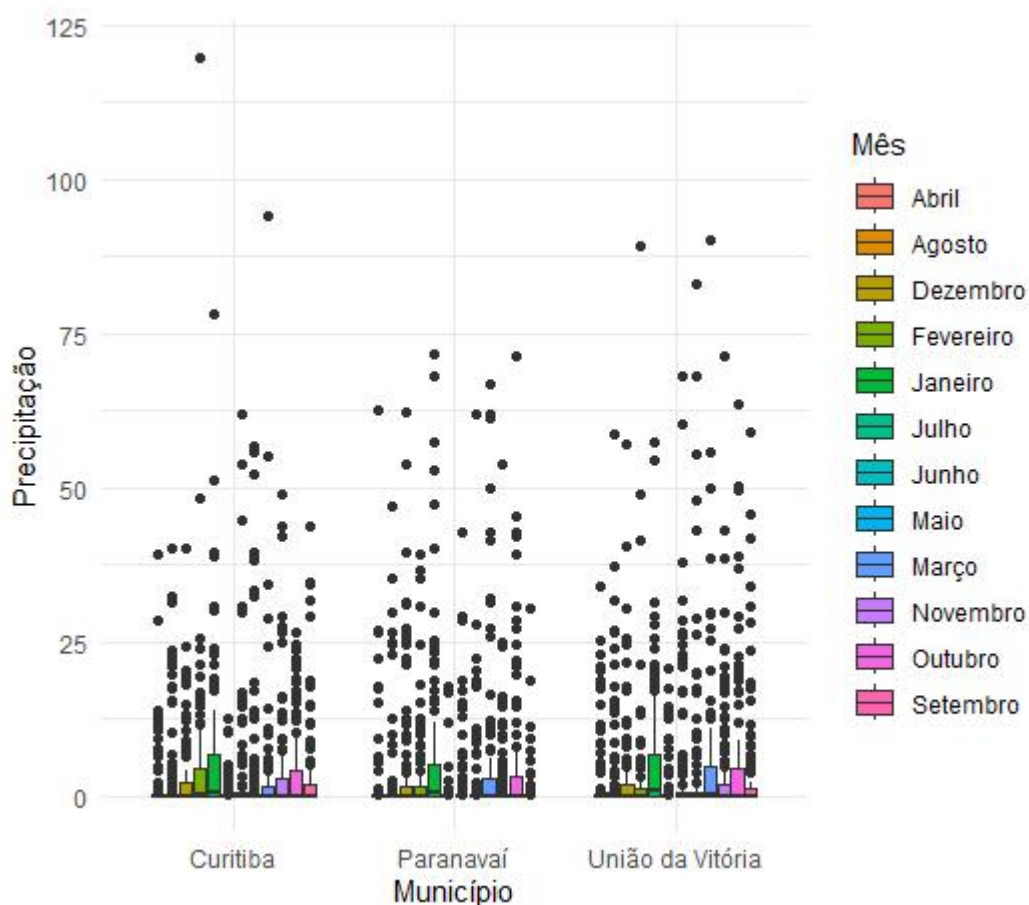
Embora Curitiba apresente um índice de ventos mais robusto, ainda não atende à condição mínima necessária para aproveitar plenamente o potencial da energia eólica. Essa constatação é crucial ao considerar a implementação de fontes de energia renovável, como a energia eólica, uma vez que a velocidade do vento desempenha um papel fundamental em sua eficácia.

A seguir, é apresentado à disposição dos dados pluviométricos das três cidades de estudo. Esses dados são de extrema importância, pois fornecem informações cruciais sobre a distribuição das chuvas ao longo do período analisado em cada localidade. A análise dos índices de precipitação em todas as três cidades é fundamental para nossa pesquisa de sustentabilidade energética, uma vez que a disponibilidade de recursos hídricos desempenha



um papel significativo na consideração de fontes de energia renovável, como a hidrelétrica, bem como nas estratégias de gestão de recursos e adaptação às condições climáticas locais. Portanto, é possível identificar os índices de precipitação na Figura 2 a seguir.

Figura 2 – Índices de precipitação



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

A análise dos dados do boxplot dos índices de precipitação nas três cidades da pesquisa revela que, em termos gerais, as precipitações não apresentam diferenças significativas entre Curitiba, Paranavaí e União da Vitória. Os gráficos de boxplot demonstram que os valores de precipitação ao longo do período de estudo tendem a seguir padrões similares nas três localidades, com sobreposição significativa nas distribuições.

No entanto, é importante notar que Curitiba apresenta índices de precipitação ligeiramente mais elevados em alguns meses específicos. Isso pode ser observado nas caixas



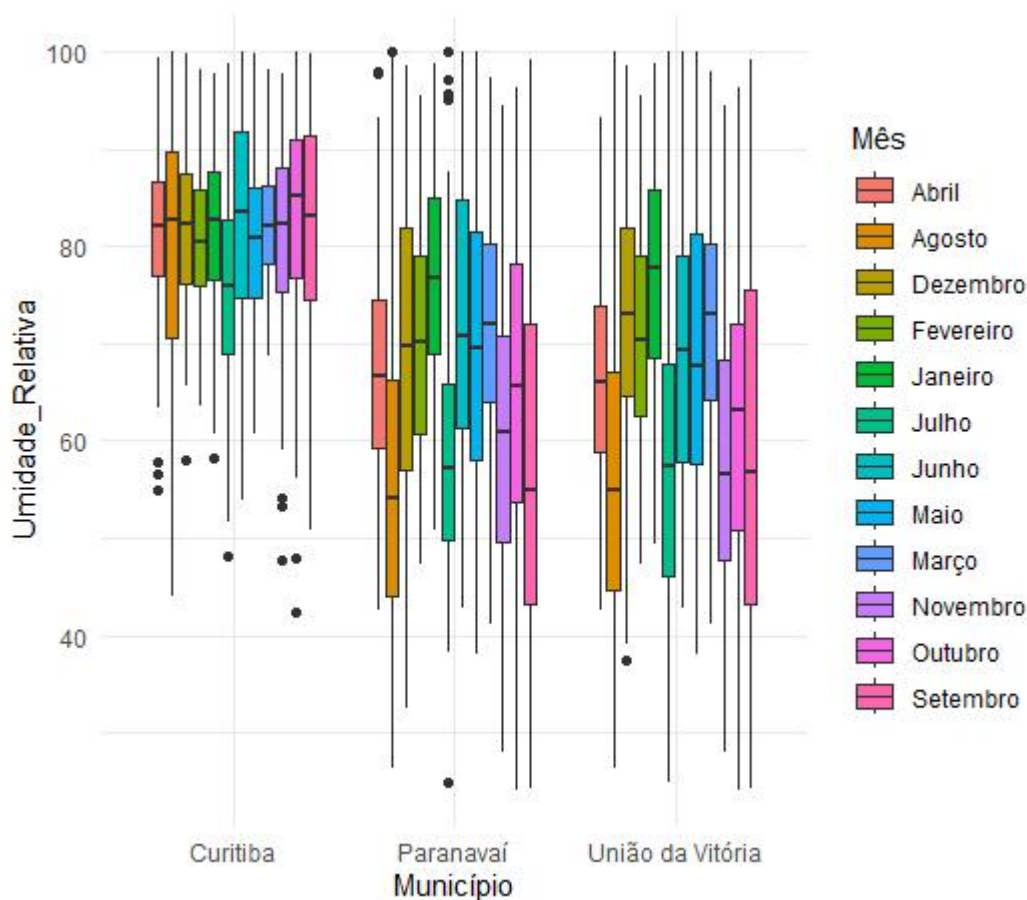
dos gráficos de boxplot, onde a mediana das precipitações em Curitiba está um pouco acima em determinados meses em comparação com as outras cidades.

Essas diferenças, embora existam, não são substanciais o suficiente para indicar uma disparidade significativa nas precipitações entre as cidades ao longo do período analisado. Portanto, em termos de índices de precipitação, não há evidências claras de que uma cidade se destaque consideravelmente em relação às outras duas. A partir disso, embora haja algumas variações nos índices de precipitação entre as três cidades, nenhuma delas apresenta quantidade suficiente de precipitação para viabilizar a aplicação de uma fonte de energia renovável de origem hídrica.

É importante ressaltar também que o fato de Curitiba possuir um índice de chuva ligeiramente maior em alguns meses implica que a cidade pode passar mais tempo com o céu nublado ou parcialmente nublado. Esse padrão climático pode prejudicar a passagem da radiação solar para a superfície terrestre, afetando a disponibilidade de luz solar direta. Segundo Alonso-Montesino et al. (2019), a presença frequente de nuvens ou nebulosidade pode impactar a viabilidade da energia solar, uma vez que a captação de energia fotovoltaica depende da quantidade de radiação solar incidente.

Nesse contexto, mesmo que Curitiba registre índices de precipitação ligeiramente superiores, essa particularidade climática pode restringir a eficácia e a uniformidade da geração de energia solar na cidade, uma vez que a presença frequente de nuvens ou nebulosidade pode reduzir a quantidade de radiação solar direta disponível para captação pelos painéis fotovoltaicos, afetando a confiabilidade da fonte de energia solar em Curitiba. É possível identificar os índices de umidade relativa do ar na Figura 3 a seguir.

Figura 3 – Índices de umidade relativa do ar



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

A Figura 3 ilustra de forma clara e informativa o boxplot dos índices de umidade relativa do ar nas três cidades da pesquisa. Em primeiro lugar, podemos observar que Curitiba se destaca por apresentar índices de umidade relativa do ar mais constantes e elevados ao longo do período analisado. Isso é evidenciado pelo fato de que a caixa do boxplot de Curitiba é mais extensa, indicando uma variação menor entre os quartis dos dados. Essa consistência nos níveis de umidade relativa do ar sugere um padrão climático relativamente estável na região.

Por outro lado, as outras duas cidades, Paranavaí e União da Vitória, exibem boxplots com maior dispersão e uma distribuição mais ampla dos dados. Isso é evidenciado pela maior extensão vertical dos boxes e pela presença de valores discrepantes (outliers) representados por pontos fora dos limites dos boxes. Esses outliers indicam picos mais elevados e variações significativas nos índices de umidade relativa do ar em comparação com Curitiba.



No entanto, é importante notar que, apesar dessas variações e picos mais elevados, tanto Paranavaí quanto União da Vitória mantêm valores médios de umidade relativa do ar inferiores aos de Curitiba. Isso significa que, embora essas duas cidades possam experimentar variações climáticas mais pronunciadas, a média geral de umidade relativa do ar é menor em comparação com Curitiba, onde os valores permanecem mais constantes e elevados.

A umidade relativa do ar desempenha um papel significativo na eficiência da geração de energia solar e eólica, influenciando diretamente as condições climáticas que afetam essas fontes de energia limpa. Em relação à energia solar, ambientes com alta umidade relativa pode apresentar maior dispersão da luz solar, o que reduz a quantidade de radiação solar direta que atinge os painéis solares. Essa redução na radiação solar pode impactar a eficiência da captação de energia solar em uma determinada região. No que diz respeito à energia eólica, a umidade relativa do ar também desempenha um papel relevante. Isso ocorre porque a umidade afeta a densidade do ar; o ar úmido é menos denso que o ar seco. Essa diferença na densidade do ar pode influenciar a velocidade do vento, um fator crítico na geração de energia eólica (Al-Dousari et al. 2019).

Além disso, a análise dos índices de umidade relativa do ar é fundamental para o planejamento e a previsão da geração de energia renovável. Ela fornece informações valiosas que permitem aos operadores de sistemas de energia eólica e solar ajustar suas operações com base nas condições climáticas previstas. Isso possibilita a maximização da produção de energia durante períodos ideais e a redução da produção quando as condições são menos favoráveis, contribuindo para um uso mais eficiente e confiável das fontes de energia limpa (Yousif et al. 2019).

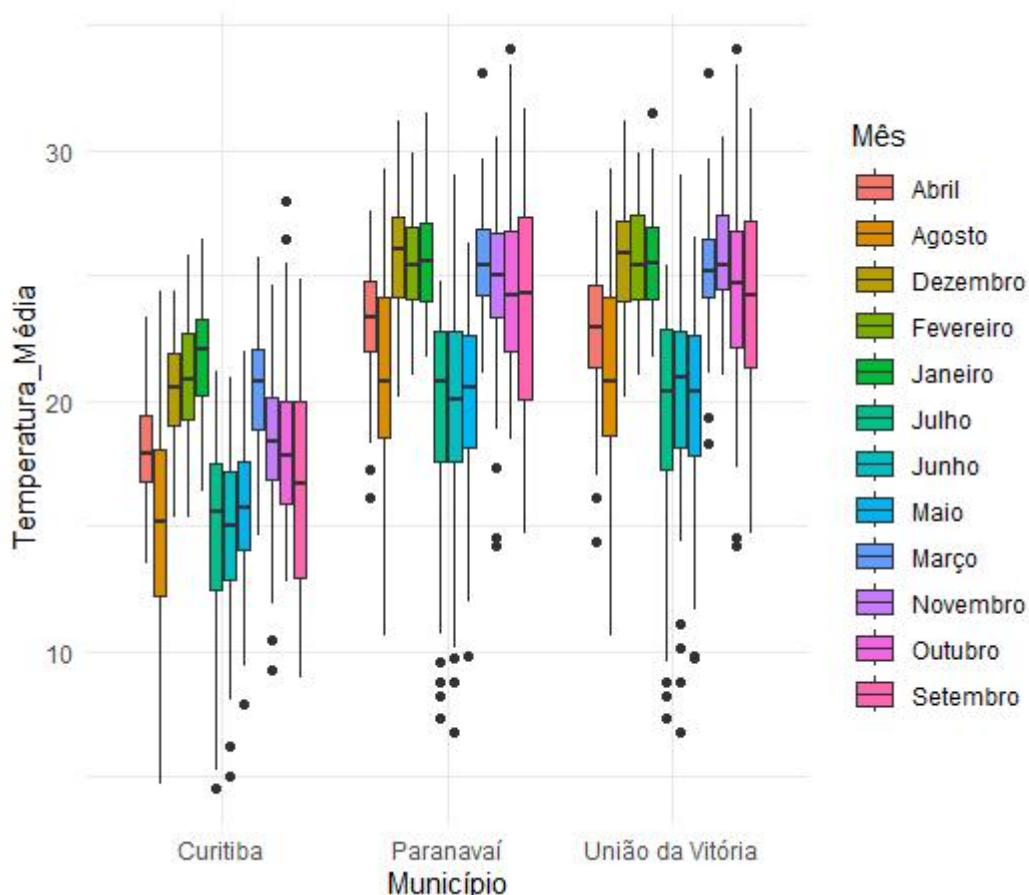
Desse modo, a consistência e os níveis médios de umidade relativa do ar em Curitiba podem tornar a geração de energia renovável mais estável e eficaz na cidade, enquanto em Paranavaí e União da Vitória, as variações climáticas podem representar desafios adicionais na implementação dessas fontes de energia limpa.

A seguir, será demonstrado os índices de temperatura média registrados nas três cidades em estudo. Esses dados desempenham um papel crítico na análise da viabilidade das fontes de energia renovável, uma vez que a temperatura média influencia diretamente a



eficiência e o potencial de diversas tecnologias limpas, como a energia solar e a energia geotérmica. Os dados necessários para essa análise estão representados na figura 4.

Figura 4 – Índices de temperatura média



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

A análise dos índices de temperatura média revela padrões distintos. Curitiba, localizada em regiões mais elevadas, geralmente apresenta temperaturas médias mais baixas em comparação com as outras duas cidades, com variações menos significativas ao longo do ano. Por outro lado, Paranavaí e União da Vitória demonstram maior similaridade em seus dados de temperatura média. Ambas as cidades experimentam temperaturas médias mais elevadas, com variações sazonais mais pronunciadas. Essa semelhança pode ser explicada pela sua proximidade geográfica e pelo fato de estarem localizadas em regiões mais quentes do estado do Paraná.



A temperatura média de uma região desempenha um papel fundamental na eficiência dos sistemas de energia solar. Em locais com temperaturas extremamente altas, os painéis solares podem superaquecer, o que resulta em uma redução na eficiência da conversão da luz solar em eletricidade. Esse superaquecimento não apenas diminui a produção de energia, mas também pode reduzir a vida útil dos painéis solares. Por outro lado, em regiões de clima muito frio, os painéis solares podem ser menos eficazes devido à redução na atividade química das células fotovoltaicas em temperaturas mais baixas (Adeh et al. 2019).

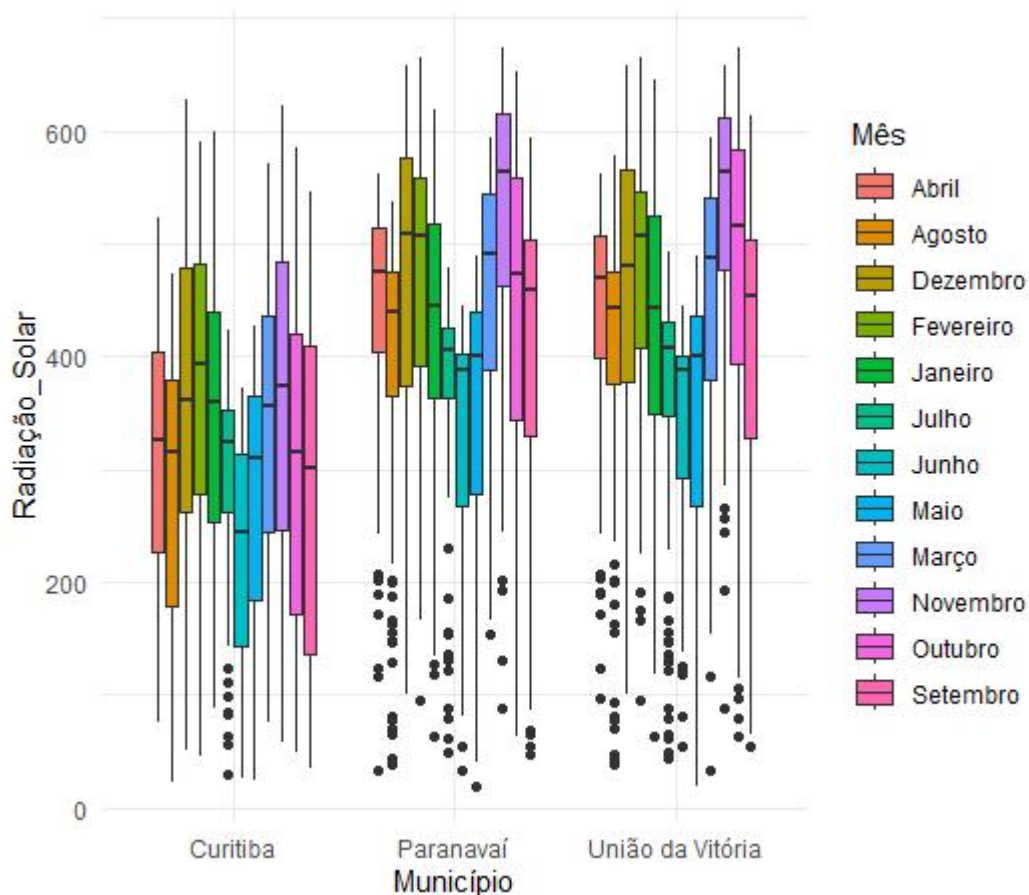
Essas diferenças nos índices de temperatura têm implicações significativas para a viabilidade das fontes de energia renovável em cada cidade. Paranavaí e União da Vitória, com temperaturas mais elevadas e, conseqüentemente, maior incidência de luz solar, podem ser mais propícias para a geração de energia solar fotovoltaica. Já Curitiba, devido às suas temperaturas mais baixas, pode demandar adaptações tecnológicas específicas para tornar a energia solar uma opção eficiente.

Por fim, ao realizar a análise da temperatura média em uma região, torna-se possível estimar com maior precisão o desempenho dos painéis solares nesse ambiente. É de suma importância estabelecer um equilíbrio térmico adequado para assegurar que a temperatura não exerça impactos adversos na eficiência da geração de energia solar. Para regiões de clima mais quente, podem ser necessárias medidas como a implementação de sistemas de resfriamento para evitar o superaquecimento dos painéis. Por outro lado, em áreas com climas mais frios, é essencial considerar o uso de tecnologias que sejam otimizadas para funcionar de maneira eficaz em temperaturas mais baixas, de forma a garantir um desempenho ideal.

A seguir será iniciado uma análise detalhada e abrangente dos índices de radiação solar, abordando cada cidade individualmente: Curitiba, Paranavaí e União da Vitória. A radiação solar é um fator crucial na avaliação da viabilidade de sistemas de energia solar fotovoltaica, pois determina a quantidade de energia solar disponível para conversão em eletricidade. Portanto, entender como a radiação solar varia nessas diferentes regiões desempenha um papel fundamental na identificação de locais propícios para a implementação de fontes de energia renovável e na formulação de estratégias sustentáveis de geração de energia. Os dados avaliados estão dispostos na Figura 5.



Figura 5 – Índices de radiação solar



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Ao analisar os índices de radiação solar das três cidades, notamos algumas tendências notáveis. Paranavaí e União da Vitória apresentam dados de radiação solar bastante semelhantes, com médias consistentemente maiores em comparação com Curitiba. Essa semelhança nos níveis de radiação solar entre as duas cidades pode ser atribuída à localização geográfica favorável, que as coloca em regiões com maior exposição à luz solar ao longo do ano.

Curitiba, por outro lado, registra índices de radiação solar inferiores em comparação com as outras duas cidades. Isso pode ser resultado de sua localização geográfica e de sua topografia, que podem causar maior incidência de nuvens e menor exposição direta ao sol. Essas condições climáticas menos favoráveis podem impactar a eficiência e a viabilidade da energia solar fotovoltaica na região.



Segundo Salvador et al. 2019, a produção de energia por meio de células fotovoltaicas apresenta um considerável potencial. No entanto, sua implementação requer investimentos substanciais que devem ser cuidadosamente avaliados, considerando fatores como o retorno sobre o investimento. É relevante destacar que, no contexto brasileiro, a geração de energia a partir de fontes renováveis, como a solar, ainda representa uma parcela relativamente pequena em comparação com outras fontes convencionais de energia. Portanto, além dos benefícios ambientais inerentes à produção de energia solar, há incentivos financeiros e estratégicos que podem encorajar a adoção de sistemas de microgeração de energia solar, mesmo em pequena escala.

A energia solar fotovoltaica surge como uma das opções mais destacadas no amplo panorama das fontes de energia renovável globalmente disponíveis, tornando-se uma alternativa atraente em diversas situações que demandam uma transição energética. De acordo com as conclusões de Lakhani et al. (2014), as duas configurações mais comuns para a implementação de sistemas de energia solar fotovoltaica envolvem a instalação em telhados de edifícios e a colocação de painéis fotovoltaicos diretamente no solo. A escolha entre essas abordagens deve ser orientada por uma análise abrangente, levando em consideração diversos fatores que impactam tanto a infraestrutura do edifício quanto o ecossistema circundante. Conforme as pesquisas conduzidas por Li et al. (2017), a implementação de sistemas solares em edifícios pode assumir diversas formas, pois esses sistemas podem ser integrados posteriormente à estrutura existente ou mesmo substituir elementos do edifício original.

A análise aprofundada dos índices de radiação solar dessas três cidades revela importantes implicações no cenário da energia renovável. A constância das condições climáticas em Paranavaí e União da Vitória, com níveis de radiação solar relativamente consistentes e mais elevados, cria um ambiente propício para a geração de energia solar fotovoltaica. Essas regiões podem aproveitar de forma mais eficaz o potencial da energia solar devido à disponibilidade sustentada de luz solar ao longo do ano.

Por outro lado, a situação em Curitiba, com seus índices de radiação solar mais baixos, demanda uma abordagem mais estratégica para a implantação da energia solar. Aqui, a escolha de tecnologias e sistemas mais eficientes e a consideração de estratégias de



otimização se tornam cruciais para maximizar a produção de eletricidade a partir da energia solar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, Curitiba se destaca como um local onde a energia solar fotovoltaica, quando complementada por sistemas eficazes de armazenamento de energia, se mostra uma escolha sólida devido à sua maior disponibilidade. A cidade, com sua característica de menor radiação solar em comparação com regiões mais ensolaradas, pode maximizar o aproveitamento da energia solar por meio de tecnologias de armazenamento, permitindo a utilização da energia gerada nos momentos de menor exposição solar.

Adicionalmente, a viabilidade da energia eólica em Curitiba depende da velocidade média do vento na região. Se essa velocidade atingir um nível adequado, a energia eólica pode ser uma opção atrativa para diversificar a matriz energética da cidade, contribuindo para uma abordagem mais sustentável e resiliente no fornecimento de energia. Portanto, ao considerar as condições específicas de Curitiba, a combinação de energia solar fotovoltaica com sistemas de armazenamento de energia permanece como uma escolha robusta, enquanto a energia eólica representa uma alternativa promissora, sujeita às condições de vento locais.

Em Paranavaí, a fonte de energia renovável mais promissora é a energia solar fotovoltaica. A alta incidência de radiação solar na região de Paranavaí torna a energia solar fotovoltaica uma escolha altamente eficiente e favorável. Com a capacidade de converter a luz solar diretamente em eletricidade por meio de painéis solares, essa fonte pode atender às demandas locais de maneira sustentável, reduzindo a dependência de fontes não renováveis.

Em União da Vitória, a seleção das fontes de energia renovável mais adequadas destaca-se pela energia solar fotovoltaica e pela energia hidrelétrica. A região desfruta de uma alta incidência de radiação solar ao longo do ano, tornando a energia solar fotovoltaica altamente eficiente e sustentável. A utilização de painéis solares bem orientados e sistemas de armazenamento pode garantir um fornecimento estável de eletricidade. Além disso, a energia hidrelétrica é uma opção relevante, contudo, sua viabilidade depende da disponibilidade de recursos hídricos adequados e a consideração dos impactos ambientais.



Uma das limitações notáveis deste estudo reside na curta periodicidade dos dados climáticos, que abrange o período de 2019 a 2022. Esse intervalo de tempo relativamente limitado não permite capturar variações climáticas de longo prazo ou tendências que podem influenciar de forma significativa a viabilidade das fontes de energia renovável ao longo dos anos. Mudanças climáticas graduais, ciclos de variações climáticas e eventos extremos que ocorrem em escalas de tempo mais amplas não foram abrangidos pela análise, o que poderia afetar as estimativas de disponibilidade de recursos naturais, como radiação solar e velocidade do vento.

Além disso, outra limitação importante é a falta de consideração de eventos climáticos extremos que podem ocorrer durante o período de análise. Eventos como secas prolongadas, tempestades intensas ou alterações climáticas de médio e longo prazo podem ter um impacto significativo na disponibilidade e confiabilidade das fontes de energia renovável. Portanto, estudos futuros que incluam dados mais abrangentes e considerem uma gama mais ampla de cenários climáticos podem proporcionar uma avaliação mais precisa e completa das opções de energia renovável nas regiões de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEH, Elnaz H. et al. **Solar PV power potential is greatest over croplands**. Scientific reports, v. 9, n. 1, p. 11442, 2019.

AL-DOUSARI, Ali et al. **Solar and wind energy: Challenges and solutions in desert regions**. Energy, v. 176, p. 184-194, 2019.

ALONSO-MONTESINOS, J. et al. Intra-hour energy potential forecasting in a central solar power plant receiver combining Meteosat images and atmospheric extinction. **Energy**, v. 188, p. 116034, 2019.

ALSHUWAIKHAT, Habib M.; ABUBAKAR, Ismaila. An integrated approach to achieving campus sustainability: assessment of the current campus environmental management practices. **Journal of cleaner production**, v. 16, n. 16, p. 1777-1785, 2008.

AMIN, Azka et al. Globalization, sustainable development, and variation in cost of power plant technologies: A perspective of developing economies. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 28, n. 9, p. 11158-11169, 2021.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

ARNALDO VALDÉS, Rosa Maria; GÓMEZ COMENDADOR, Victor Fernando. Iniciativa das Universidades Europeias: Como as Universidades Podem Contribuir para uma Sociedade Mais Sustentável. **Sustentabilidade**, v. 14, n. 1, pág. 471, 2022.

ÁVILA, Lucas Veiga et al. Barriers to innovation and sustainability in universities: an international comparison. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, 2019.

COLE, Lindsay. **Assessing Sustainability on Canadian University Campuses: Development of Sustainability Assessment Framework**. 2003. Tese de Doutorado. Royal Roads University.

ENERGY, IEA Global. CO2 Status Report 2017. International Energy agency. 2017c. 2018.

GIORGI, Filippo; LIONELLO, Piero. **Climate change projections for the Mediterranean region**. *Global and planetary change*, v. 63, n. 2-3, p. 90-104, 2008.

KOLOKOTSA D, Yang J and Siew Eang L. 5.20 energy management in university campuses. **In: Comprehensive Energy Systems**, 2018; 808–826.

KOLOKOTSA D, Yang J and Siew Eang L. 5.20 energy management in university campuses. **In: Comprehensive Energy Systems**, 2018; 808–826.

KRONTHALER, Franz; ZÖLLNER, Silke. **Data analysis with RStudio**. An Easygoing Introduction, p. 7-131, 2021.

KRÜGER, E. L.; MINELLA, F. O.; RASIA, F. Impact of urban geometry on outdoor thermal comfort and air quality from field measurements in Curitiba, Brazil. **Building and Environment**, v. 46, n. 3, p. 621-634, 2011.

LAKHANI, Raksha; DOLUWEERA, Ganesh; BERGERSON, Joule. Internalizing land use impacts for life cycle cost analysis of energy systems: A case of California's photovoltaic implementation. **Applied Energy**, v. 116, p. 253-259, 2014.

LI, Li; QU, Ming; PENG, Steve. Performance evaluation of building integrated solar thermal shading system: Active solar energy usage. **Renewable Energy**, v. 109, p. 576-585, 2017.

MACIÁ PÉREZ, Francisco; BERNA MARTÍNEZ, José Vicente; LORENZO FONSECA, Iren. Modelagem e Implementação de Universidades Inteligentes: Uma Estrutura Conceitual de TI. **Sustentabilidade**, v. 13, n. 6, pág. 3397, 2021.

NIPO, Daniel Ferreira. **Controlador de carregamento de baterias para turbinas eólicas de pequeno porte**. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 18 de 19



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

RINALDI, Chiara et al. Universities and smart specialization strategy: From third mission to sustainable development co-creation. **International journal of sustainability in higher education**, 2018.

SALVADOR, Douglas S. et al. Potential of technology parks to implement Roof Mosaic in Brazil. **Journal of Cleaner Production**, v. 235, p. 166-177, 2019.

YOUSIF, Jabar H. et al. Analysis and forecasting of weather conditions in Oman for renewable energy applications. **Case Studies in Thermal Engineering**, v. 13, p. 100355, 2019.

ZHANG, Shaowei et al. A CFD study of wind assessment in urban topology with complex wind flow. **Sustainable Cities and Society**, v. 71, p. 103006, 2021.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

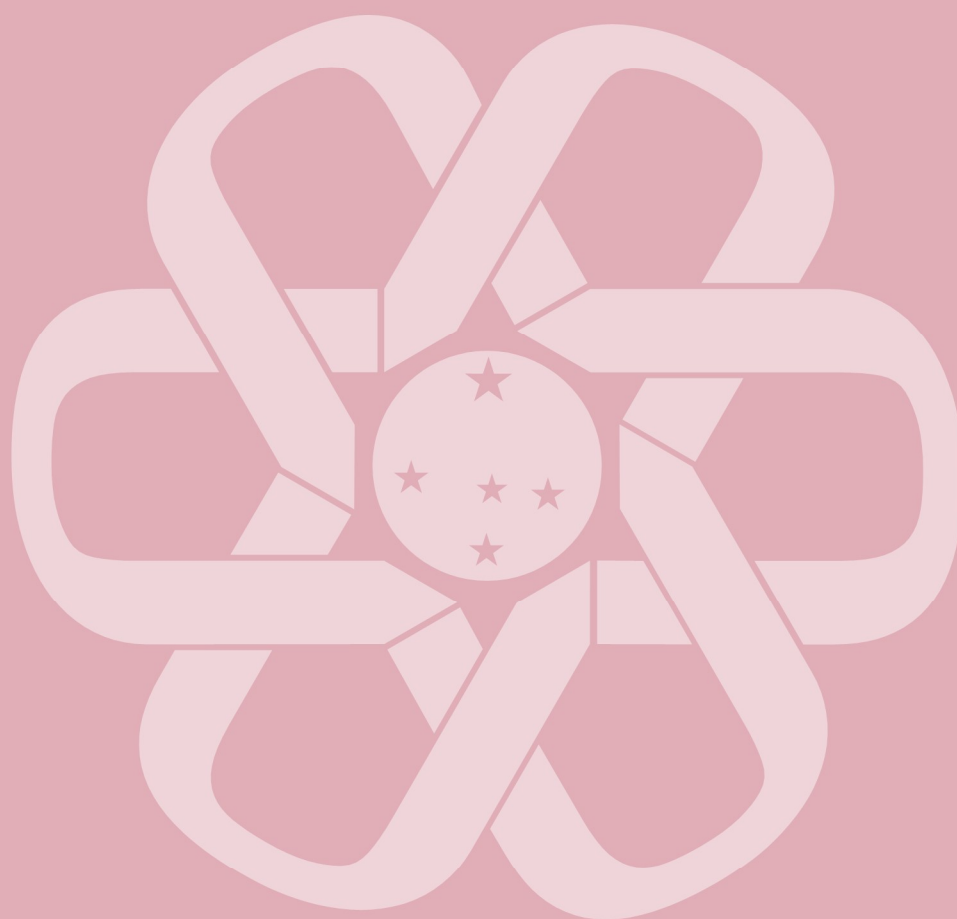


PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 19 de 19

ENGENHARIAS





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

INDÚSTRIA 4.0 (I4.0) E SUSTENTABILIDADE (S4.0): UM DIAGNÓSTICO EM EMPRESAS E/OU PROJETOS DE PESQUISA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) DE CAMPO MOURÃO

Juliane Bassette - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Campo Mourão, julianebassette37@gmail.com

Rony Peterson da Rocha - Orientador
Unespar/Campus Campo Mourão, ronypeterson_eng@hotmail.com

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Engenharias

INTRODUÇÃO

A crescente demanda global por produtos e serviços, a competitividade das cadeias de abastecimento, especialmente em questão dos avanços tecnológicos de hardwares e softwares têm efeito na evolução dos sistemas de manufatura e logística industrial (SANTOS, 2018). No que diz respeito a indústria, a base existente de automação informatizada e uma visão de negócios direcionada à transformação digital faz nascer a conceito de Indústria 4.0, cujo nome veio de um projeto da indústria alemã, denominado Plattform Industrie 4.0 (Plataforma Indústria 4.0), que foi lançado em 2011 na Feira Hannover (SACOMANO, et. al. 2018, p. 28).

Atualmente, diversas tecnologias têm surgido e estão sendo otimizadas, assim como novos conceitos de gestão empresarial que estão ganhando espaço devido essas tecnologias da Indústria 4.0, que trata-se de uma combinação de evolução dos sistemas ciber-físicos (Cyber-physical systems – CPS), da internet das coisas (Internet of things – IoT), da inteligência artificial, dos sistemas autônomos, da manufatura aditiva (impressão 3D), do Big Data, entre outras tecnologias e conceitos (SANTOS, 2018).

Em paralelo ao desenvolvimento das tecnologias, as ações sustentáveis estão sendo cada vez mais desejadas e procuradas pelas organizações e seus stakeholders, que estão cada vez mais engajados ambientalmente, fazendo com que tais organizações percebam os benefícios e as vantagens competitivas que estão atreladas à prática de atividades pró-ambientais (SACOMANO, et. al. 2018, p. 114).

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 1 de 17



Uma maneira de reduzir os efeitos causados pelo processo produtivo é através da integração da sustentabilidade nas empresas. O conceito de sustentabilidade abrange a preservação das condições ecológicas necessárias para sustentar a vida humana em um nível de bem-estar específico, garantindo assim o futuro das gerações vindouras (LELÉ, 1992 apud SILVIA, 2019), sendo uma abordagem eficaz para enfrentar os desafios ambientais a promoção da inovação tecnológica e no crescimento responsável da produção industrial, conforme afirmam Misoscky e Bohm (2012).

O conceito de Triple Bottom Line (TBL) é relevante dentro deste contexto, pois examina a sustentabilidade a partir de uma perspectiva tridimensional, abordando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Ele também busca explorar de maneira mais ampla as contribuições para uma convergência entre a produção, as necessidades da sociedade e os recursos disponíveis (ELKINGTON, 1997).

Um exemplo que ilustra a preocupação das organizações com questões relacionadas à sustentabilidade são os compromissos estabelecidos em relação aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Organização das Nações Unidas (ONU). Esses objetivos têm como propósito mobilizar a população global para empreender ações visando combater a desigualdade de renda, preservar o meio ambiente e garantir a melhoria da qualidade de vida da população (PNUD, 2019 apud., MIERLO, et al., 2020).

No entanto, apesar da revolução em curso na Indústria 4.0, que está reconfigurando processos de produção em diversas indústrias, é importante notar que algumas delas ainda não atingiram o nível de maturidade necessário para implementar plenamente essas tecnologias avançadas, inclusive no que diz respeito à sustentabilidade. Portanto, torna-se crucial desenvolver um modelo de maturidade que permita avaliar a situação atual das indústrias que estão buscando se adequar aos princípios e requisitos da Indústria 4.0, com um foco especial na integração de práticas sustentáveis. Esse modelo fornecerá um ponto de partida para que essas indústrias possam avançar tecnologicamente, digitalmente e de forma sustentável, ajudando a determinar o grau de adoção da Indústria 4.0 em seu contexto específico.

No contexto da sociedade industrial e empresarial de grande porte, observa-se um claro enfoque nas inovações sustentáveis e na adaptação a novas tecnologias, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável de produtos e serviços. Isso está moldando um mercado de fornecimento e emprego renovado, que se torna mais competitivo e enfatiza sua responsabilidade ambiental e social. Sob essa perspectiva contemporânea, o presente estudo



teve como objetivo central a criação de um modelo de avaliação de maturidade relacionado às tecnologias da Indústria 4.0 com ênfase na sustentabilidade, focando em empresas localizadas na região da cidade de Campo Mourão, no estado do Paraná.

CONCEITOS FORMADORES DA INDÚSTRIA 4.0 E DA SUSTENTABILIDADE

Indústria 4.0

O termo 'Indústria 4.0' teve origem na Alemanha no ano de 2011. A quarta revolução industrial, também conhecida como Indústria 4.0, é impulsionada por tecnologias emergentes e disruptivas de informação e inteligência. Essas novas tecnologias estão viabilizando níveis cada vez mais elevados de eficiência na produção (Bai et al., 2020).

Para Sacomo (et al., 2018, p. 32), Indústria 4.0 pode ser definida como um sistema produtivo, integrado por computador e dispositivos móveis interligados à internet ou à intranet, que possibilita a programação, gerenciamento, controle, cooperação e interação com o sistema produtivo de qualquer lugar do globo em que haja acesso à internet ou à intranet, buscando, assim, a otimização do sistema e toda a sua rede de valor, ou seja, empresa, fornecedores, clientes, sócios, funcionários e demais stakeholders. Wang (et al., 2016 apud SANTOS, 2018), diz que A proposta da Indústria 4.0 é transformar a indústria tradicional em um sistema de manufatura reconfigurável e implantar a fábrica inteligente. Essa transição é fundamental para capacitar a produção de lotes menores e atender à demanda personalizada dos consumidores.

A Indústria 4.0 abrange um conjunto de tecnologias e conceitos relacionados à cadeia de valor de uma organização (HERMANN, PENTEK e OTTO, 2015). Nas fábricas inteligentes da estrutura modular da Indústria 4.0, os sistemas ciberfísicos (cyber-physical systems - CPS) supervisionam os processos físicos, criando uma representação virtual do mundo físico e sendo capazes de tomar decisões descentralizadas. Através da Internet das Coisas (Internet of Things - IoT), os CPS se comunicam e colaboram entre si e com seres humanos em tempo real. Através da Internet de Serviços (IoS), serviços internos e externos à organização são disponibilizados e utilizados pelos participantes da cadeia de valor (SACOMO et al., 2018, p. 33).

Desenvolvimento sustentável

Conforme Palma (et al., 2017 apud. MARACAJÁ, 2020), a sustentabilidade envolve o empenho em reduzir os efeitos adversos nas esferas ambiental, social e econômica, que formam um tripé, abrangendo questões como mudanças climáticas, poluição e utilização responsável dos recursos. Esse conjunto de princípios tem o propósito de servir como referência para que empresas, indivíduos e agentes em geral possam avaliar suas contribuições individuais e coletivas em prol de um desenvolvimento efetivo, que promova dignidade humana e igualdade para todos os cidadãos, assegure a geração de riquezas no presente e não comprometa o acesso das gerações futuras aos recursos naturais (NORONHA et al., 2022).

Nesse contexto, Barbosa (2007, p.14 apud. NORONHA et al., 2022) afirma que além dos três pilares da sustentabilidade, as empresas adotam práticas sustentáveis que abrangem temáticas como desenvolvimento sustentável, responsabilidade corporativa, responsabilidade social empresarial, desempenho social corporativo, inclusão social, e outras discussões relacionadas.

O conceito de desenvolvimento sustentável começou a surgir no Relatório de Brundtland (1987) e era definido como: “O processo que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.”(Brundtland, 1987 apud. ASSIS, 2012).

Conforme Costanza (1991 apud. BELLEN, 2003), o conceito de desenvolvimento sustentável envolve a interação dinâmica entre o sistema econômico humano e um sistema mais amplo, o ecológico, que possui uma taxa de mudança mais lenta. Para garantir a sustentabilidade, essa relação deve permitir o crescimento e desenvolvimento contínuos da vida humana e sua cultura, levando em consideração que as atividades humanas não ultrapassem fronteiras apropriadas, de forma a preservar a diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico que sustenta a vida.

O Desenvolvimento Sustentável (DS) refere-se à integração das dimensões econômicas, sociais e ambientais, de modo que as atividades de produção de bens e serviços devem levar em consideração a preservação da diversidade, o respeito à integridade dos ecossistemas e a redução de sua vulnerabilidade. Além disso, busca-se a harmonização dos



ritmos de renovação dos recursos naturais com as taxas de extração necessárias para o funcionamento do sistema econômico (DIAS, 2015).

Triple Bottom Line (TBL)

A expressão "triple bottom line" foi cunhada pela primeira vez em 1994 por John Elkington, que fundou a empresa de consultoria britânica SustainAbility (DIAS, 2015). De acordo com Elkington (1997), o desenvolvimento sustentável é baseado no conceito do tripé da sustentabilidade ou Triple Bottom Line, que representa a convergência das esferas social, econômica e ambiental. Essa interação entre as três áreas pode ser visualizada na figura 1.

Figura 1: Triple Bottom Line



Fonte: Elkington (1997).

Elkington (1997), afirma que o desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado apenas com dois elementos. Os critérios econômicos, ambientais e sociais, quando combinados, são capazes de promover o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, percebe-se que a adoção de práticas sustentáveis não apenas resulta em retornos financeiros a médio e longo prazo, mas também garante uma imagem corporativa diferenciada e desperta maior interesse por parte dos investidores.

A Indústria 4.0 e a Sustentabilidade 4.0



Devido ao fato de ser um conceito relativamente recente, a implementação da Indústria 4.0 enfrenta diversos desafios e riscos que ainda não são amplamente compreendidos, especialmente quando se trata de sustentabilidade (GERMANO, MELLO E MOTTA, 2022.). Pham (et al., 2019, p. 6661) diz que "Os efeitos reais da Indústria 4.0 na dimensão da sustentabilidade ainda são incertos e pouca atenção tem sido dada aos riscos em particular".

Além de melhorar a utilização de matérias-primas por meio da manufatura aditiva e possibilitar uma produção mais precisa e sob demanda através de outras tecnologias envolvidas no processo, a Indústria 4.0 desempenha um papel importante na sustentabilidade, oferecendo contribuições econômicas, ambientais e sociais em toda a sua cadeia de valor (SANCHES, CARVALHO E GOMES, 2018). Noronha (et al. 2022) diz que

“A revolução 4.0 também pode ser articulada como ferramenta facilitadora para os debates de cunho social, político e ambiental, ampliando e transformando as oportunidades de mercado com função de modificar a forma de consumir e produzir, e auxiliar os diferentes tipos de público em suas escolhas como consumidor.”

A digitalização oferece oportunidades para aumentar a eficiência energética. Isso pode ser alcançado por meio da substituição de tecnologias, utilização de softwares e algoritmos para otimização energética, e adaptações nos processos de negócios. As redes inteligentes (smart grid) permitem tomar decisões em tempo real para escolher fontes de energia com menor emissão de carbono quando o limite máximo estabelecido é atingido (SACOMANO, et al. 2018, p. 118).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a classificação da presente pesquisa, utilizou-se Gil (2002).

A presente pesquisa classifica-se como quantitativa e qualitativa em relação a sua abordagem. Na análise qualitativa, buscou-se identificar quais tecnologias da indústria 4.0 podem ser utilizadas no âmbito da sustentabilidade para formular o instrumento de análise e a percepção dos especialistas acerca do instrumento, enquanto na análise quantitativa os dados referente a percepção dos especialistas foram coletados por meio de um segundo instrumento (questionário) e analisados por meio de procedimentos estatísticos, No que se refere aos seus objetivos, apresenta características exploratória, que é um tipo de pesquisa que busca o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, no caso da pesquisa aqui apresentada, a criação de um instrumento de análise para verificar o nível de maturidade de empresas em



relação as tecnologias da Indústria 4.0 pautadas na sustentabilidade e a validação da mesma com especialistas.

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como bibliográfica e survey. Bibliográfica pois fez-se necessário a pesquisa de materiais publicados anteriormente com o intuito de se aprofundar o conhecimento sobre o tema e survey, pois para a validação do instrumento de análise, fez-se a verificação com professores especialistas acerca da estrutura e conteúdo do instrumento de análise. Quanto a sua natureza, é dada como aplicada.

Inicialmente, para conhecimento e fundamentação teórica sobre as tecnologias da indústria 4.0 e suas aplicações na sustentabilidade, realizou-se uma revisão bibliográfica em artigos, livros, teses e dissertações em base de dados científicos como Abepro, Science Direct, Web of Science, Scielo e ResearchGate.

Os modelos para análise da maturidade utilizados nesta pesquisa foram os propostos por Santos (2018) e por Silva (2019). Os modelos em questão são abordagens descritivas que servem como uma metodologia para avaliar os níveis de maturidade das tecnologias adotadas na indústria, sendo o modelo de Santos (2018) voltado para o uso de tecnologias da I4.0 e o modelo de Silva (2019) para as práticas sustentáveis. No entanto, é importante notar que os modelos de análise de maturidade propostos neste estudo não oferecem diretrizes para a implementação de melhorias por parte da organização avaliada.

Um modelo de maturidade descritivo pode ser definido como um sistema concebido para analisar a maturidade atual, fornecendo uma representação precisa do estado atual, sem oferecer insights sobre possíveis melhorias na maturidade ou estabelecer uma conexão direta com o desempenho da organização (Santos, 2018)

O modelo de Santos (2018) consiste em quatro elementos fundamentais, que são as dimensões, as capacidades de transformação, os níveis de maturidade e as questões de avaliação. No contexto deste modelo, as dimensões identificadas incluem: Estrutura, Cultura e Organização, Equipes de Trabalho, Fábricas Inteligentes, Processos Inteligentes e Produtos e Serviços Inteligentes. Essas dimensões representam categorias que agrupam os principais aspectos a serem desenvolvidos para a implementação da Indústria 4.0 em uma organização, abrangendo áreas como recursos humanos, produtos, tecnologia, processos, orientação estratégica e administração empresarial.

Ao analisar a dimensão "Estratégia, Estrutura e Culturas Organizacionais", concentramos nossa atenção nas responsabilidades da alta administração ao incorporar



elementos relacionados à estrutura e à cultura organizacional, que são considerados cruciais no contexto do desenvolvimento da Indústria 4.0.

A dimensão "Equipes de Trabalho" envolveu a avaliação das competências da força de trabalho, bem como os investimentos relacionados à oferta de qualificação para os colaboradores.

No que diz respeito à dimensão "Fábricas Inteligentes", foram exploradas questões relacionadas à aplicação de tecnologias da Indústria 4.0, tais como sensores, atuadores, Internet das Coisas (IoT), computação em nuvem, Radio-Frequency Identification (RFID), sistemas embarcados e uso de inteligência artificial.

A dimensão "Processos Inteligentes", conforme descrita pelo autor Santos (2018), se concentra na avaliação da aplicação de processos autônomos, no uso de algoritmos avançados para aprendizado contínuo das máquinas, auto-otimização e autoconfiguração.

Por fim, a última dimensão, "Produtos e Serviços Inteligentes", tem como objetivo avaliar produtos que incorporam sistemas embarcados, recebem feedback de uso, realizam coleta de dados e integram-se com ambientes e parceiros da cadeia produtiva.

Por sua vez, o modelo de Silva (2019) utiliza das dimensões da sustentabilidade, que são três ao todo, ambiental, social e econômica. Essas dimensões representam os pilares da sustentabilidade, abrangendo área como recursos humanos, meio ambiente e financeiro.

A dimensão “ambiental” diz respeito aos efeitos que se manifestam nos sistemas naturais, sejam eles vivos ou não, englobando ecossistemas, solos, atmosfera e recursos hídricos. Dentro dessa dimensão ambiental, encontramos várias categorias importantes, tais como matérias-primas, energia, gestão da água, biodiversidade, emissões de poluentes, tratamento de efluentes e resíduos, produtos e serviços ecologicamente conscientes, conformidade com normas ambientais, logística de transporte e questões gerais relacionadas ao impacto ambiental.

A dimensão “econômica” considera os efeitos da organização nos sistemas econômicos em níveis local, nacional e global. Os indicadores econômicos destacam o movimento de capital entre partes envolvidas e os principais impactos econômicos da organização. As categorias relacionadas incluem desempenho econômico, impactos econômicos diretos, empregos gerados, produtos e serviços, conformidade e logística de transporte.



Por fim, na dimensão “social”, os indicadores de desempenho social abrangem práticas laborais, direitos humanos, interações com a sociedade e responsabilidade. As métricas de práticas laborais seguem orientações da OIT e da OCDE. Já os indicadores de direitos humanos envolvem a capacitação de funcionários e equipes de segurança nessa área. As categorias sociais relacionadas incluem emprego, relações trabalhistas, saúde e segurança no trabalho, treinamento e educação, entre outras.

Para o instrumento de análise, foram utilizadas as dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental), elaborando questões específicas para cada dimensão, abordando a implementação de tecnologias de forma geral e específicas, ações de implementação e sua aplicabilidade em atividades específicas. Essas questões tem como propósito avaliar o grau de implementação das tecnologias por empresas e determinar seu nível de maturidade em relação às tecnologias da Indústria 4.0 aplicadas na sustentabilidade. Os níveis de maturidade foram classificados na escala Likert de 0 a 5, considerando que os níveis 0 e 4 representam evoluções incrementais em relação ao nível máximo, enquanto o nível 5 representa o ponto mais avançado em cada dimensão do modelo, conforme a Figura 2.

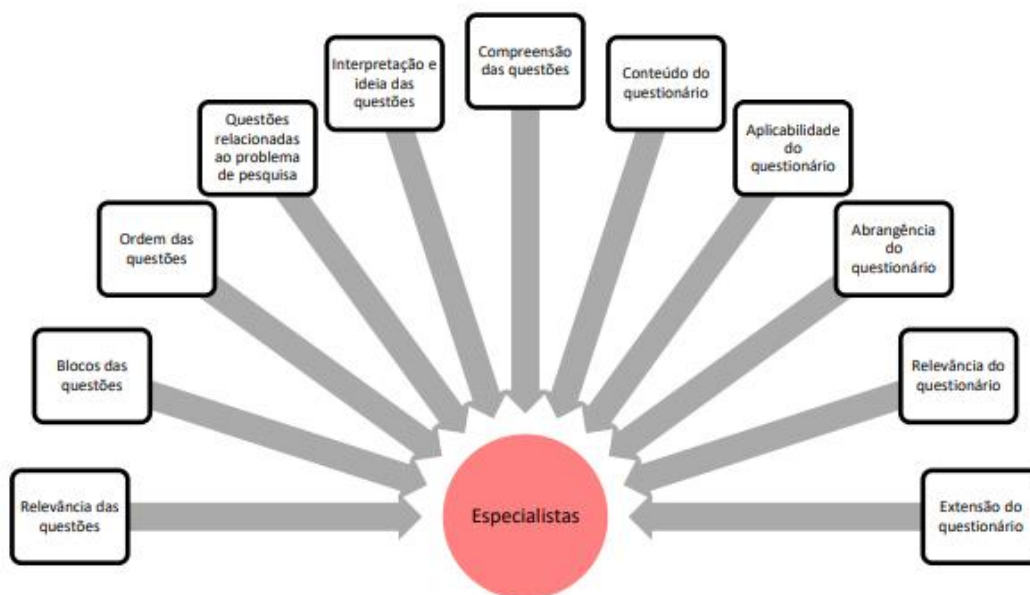
Figura 2: Escala Likert



Fonte: Adaptado de Allen e Seaman (2007, p. 1) apud Silva (2019).

Com o intuito de adequar os itens ao contexto principal da pesquisa, o instrumento foi enviado para 5 especialistas nas áreas da Indústria 4.0 e da Sustentabilidade para sua validação, por meio de um questionário feito por meio do Google Forms. Os construtos teóricos do questionário de validação foram estruturados visando a avaliação em relação a questões do contexto das perguntas e estruturas, conforme a Figura 3, seguindo também a escala Likert.

Figura 3: Aspectos analisados na esfera especialistas do questionário



Fonte: Ribeiro (2016).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao todo, o questionário de validação obteve 3 respostas, sendo o instrumento de análise validado por 3 especialistas. O primeiro construto avaliado foi em relação a classificação geral do questionário, abrangendo sua apresentação introdutória, ordem, divisão e relevância das questões.

A Figura 4 apresenta a classificação média de cada aspecto do primeiro construto em forma de gráfico radar.



Figura 4: Validação do âmbito de classificação do instrumento de análise.



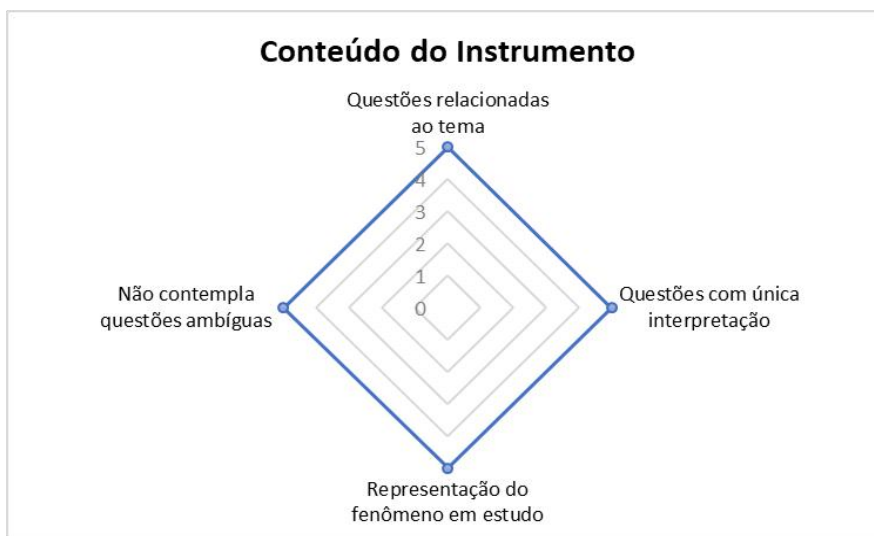
Fonte: Autoria Própria (2023).

Ao observar o gráfico da Figura 4, podemos ver que a introdução e a forma como é dividido (suas dimensões) possui média 5, sendo consideradas assim como excelente, enquanto a ordem e relevância das questões obtiveram pontuação 4, porém ainda sendo consideradas ótimas pelos especialistas que avaliaram.

O segundo construto abrangia questões relacionados ao conteúdo das questões do instrumento de análise, podendo ser visto na Figura 5 as médias avaliadas para tal construto.



Figura 5: Validação do âmbito de conteúdo do instrumento de análise

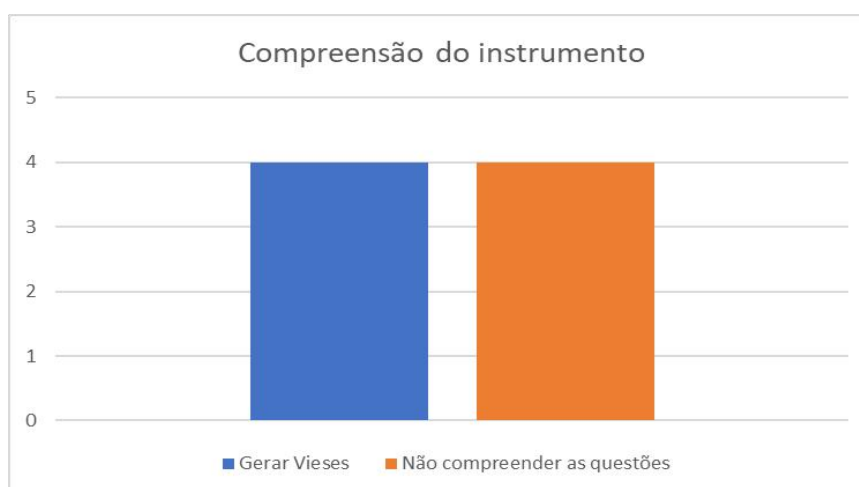


Fonte: Autoria própria (2023).

Conforme mostra a Figura 5, todos os aspectos abordados nesse construto receberam nota 5, ou seja, os especialistas concordam totalmente que o instrumento não contempla questões ambíguas, somente questões que são relacionadas com o tema em estudo e com uma única interpretação, representando assim claramente as tecnologias da I4.0 pautadas na sustentabilidade.

Já no terceiro construto, as questões foram direcionadas para a compreensão acerca do instrumento de análise, sendo retratadas as médias de avaliação na Figura 6.

Figura 6: Validação do âmbito de compreensão do instrumento de análise.



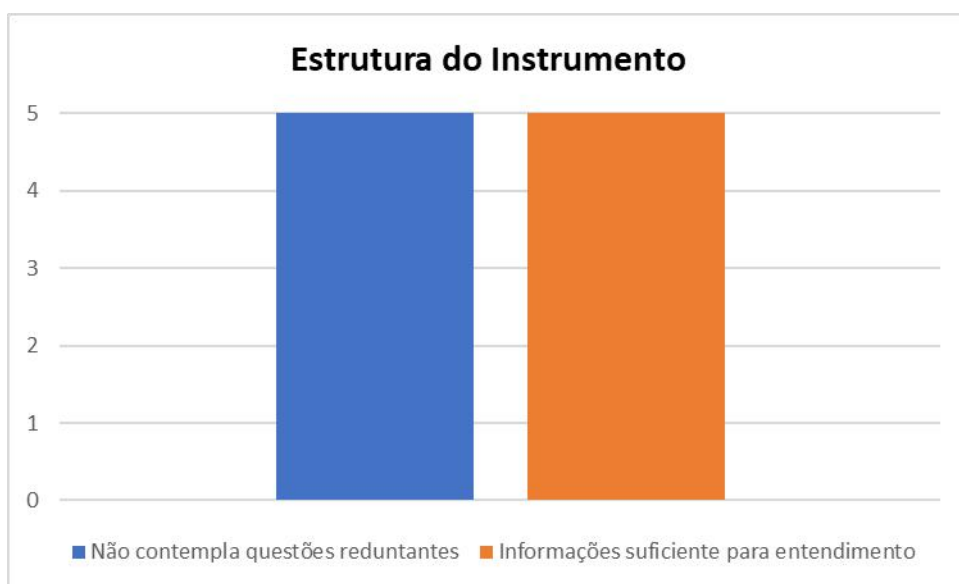
Fonte: Autoria própria (2023).



Na figura 6, podemos notar que os especialistas consideram improvável o instrumento gerar vieses ou incompreensão ao ser aplicado para profissionais da área, obtendo assim média 4 na escala Likert.

Em relação a estrutura do instrumento, os especialistas consideram não haver questões que são redundantes ao tema estudado, possuindo ainda informações disponíveis suficientes para facilitar o entendimento do respondendo, obtendo avaliação 5, conforme apresentado na Figura 7

Figura 7: Validação do âmbito estrutural do instrumento de análise.

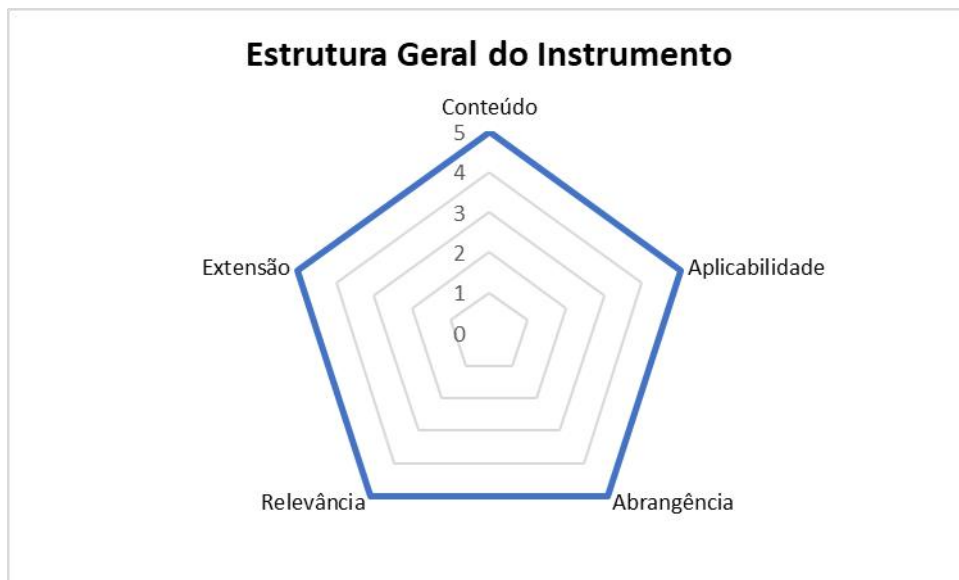


Fonte: Autoria própria (2023).

Por fim, no construto da estrutura geral do instrumento, os especialistas consideram o instrumento como satisfatoriamente confiável e consistente em todos seus âmbitos, sendo eles a extensão, conteúdo, aplicabilidade, relevância e abrangência, conforme a Figura 8.



Figura 8: Validação do âmbito da estrutura geral do instrumento de análise.



Fonte: Autoria própria (2023).

Desta maneira, após avaliados todos os aspectos do instrumento de análise e feitas algumas correções necessárias para melhoras tais aspectos em sua compreensão e estrutura, os especialistas puderam validar o mesmo, considerando-o apto a ser aplicado nas empresas de Campo Mourão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo o desenvolvimento de um instrumento de análise para se fazer diagnósticos do nível de maturidade das tecnologias da Indústria 4.0 pautadas na sustentabilidade em empresas de Campo Mourão, desenvolvendo o mesmo a partir dos modelos de Santos (2018) e Silva (2019).

Com o instrumento pronto, fez-se sua validação com especialistas das respectivas áreas de conhecimento estudadas, sendo tal instrumento aprovado para ser utilizado. Sendo assim, esta pesquisa poderá auxiliar as empresas que queiram identificar possíveis oportunidades para implementação de tecnologias sustentáveis em seus processos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

ANDRADE, M., *et al.* Uma Revisão Sistemática Sobre a Interação Entre Indústria 4.0 e Sustentabilidade. **XXV SIMPEP: Simpósio de Engenharia de Produção**, São Paulo, p. 1-14, 7 nov. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>.

ASSIS, Bruna F. S. Pereira *et al.* Metodologia Para Análise de Maturidade de Inovações Sustentáveis. **Sistemas e Gestão: Revista eletrônica**, Niterói, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 416-427, 2012. DOI 10.7177/sg.2012.v7.n3.a10. Disponível em: <https://www.revistasg.uff.br/sg/article/view/V7N3A10>.

BAI, Chunguang *et al.* Industry 4.0 technologies assessment: A sustainability perspective. **International Journal of Production Economics**, [s. l.], v. 229, 2020. DOI <https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2020.107776>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0925527320301559#sec2>.

BELLEN, H. M. V. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 1, p. 01-14, mar. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/>.

CARVALHO, Andriele De Prá *et al.* A relação da indústria 4.0 com a sustentabilidade: uma revisão. **Revista e-TECH: Tecnologias para Competitividade Industrial**, Florianópolis, v. 15, n. 2, 2022. DOI <https://doi.org/10.18624/etech.v15i1.1197>. Disponível em: <https://etech.emnuvens.com.br/revista-cientifica/article/view/1197>

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade: Origem e Fundamentos; Educação e Governança Global; Modelo de Desenvolvimento**. Editora Atlas S.S., São Paulo, Grupo GEN, 2015. *E-book*. ISBN 9788522499205. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522499205/>.

ELKINGTON, John. **Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. United Kingdom: Capstone, 1997. 402 p. ISBN 1-900961-27-X.

ESTENDER, Antonio Carlos; PITTA, Tercia T. Moreira. O Conceito do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Terceiro Setor**, Guarulhos, v. 2, n. 1, p. 22-28, 2008. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/viewFile/399/484>.

GERMANO, Aline. X. S.; MELLO, José. Andrade. V. B. .; MOTTA, Wladmir. H. . Contribuição das tecnologias da indústria 4.0 para a sustentabilidade: uma revisão sistemática. **Palavra Clave (La Plata)**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e142, 2021. DOI: 10.24215/18539912e142. Disponível em: <https://www.palavraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/pce142>.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p. ISBN 85-224-3169-8

MARACAJÁ, Kettrin F. B.; OLIVEIRA, Barbara R. S.. Indústria 4.0 e sustentabilidade: um estudo de caso sobre o processo de reciclagem de paletes de uma grande empresa em Campina Grande - PB. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande- PB, v. 21, n. 2, p. 01-22, 2020. DOI 10.18391/req.v21i2.5624. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 15 de 17



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

MIERLO, Karen Godoi van. Automação e o Desenvolvimento Sustentável: Estudo de caso em uma indústria alimentícia. **ConBRepro**: X Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção, [s. l.], 2020. Disponível em: https://aprepro.org.br/conbrepro/2020/anais/arquivos/09272020_170951_5f70f58baf17e.pdf

NORONHA, Matheus E. Soares de *et al.* Sustentabilidade 4.0. **Journal of Urban Technology and Sustainability**, São Paulo, v. 5, n. 1, ed. 51, p. 1-6, 2022. DOI 10.47842/juts.v5i1.51. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327631267_Sustentabilidade_40.

PHAM, Trang Thi *et al.* Industry 4.0 to Accelerate the Circular Economy: A Case Study of Electric Scooter Sharing. **Sustainability**, Taiwan, n. 6661, ed. 11, p. 1-16, 2019. DOI <https://doi.org/10.3390/su11236661>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/23/6661>.

PORTILHO, Fátima. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 3, p. 01-12, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/>.

RIBEIRO, Guilherme Fernando. **CLASSIFICAÇÃO DE MÉTODOS DE PREVISÃO DE DEMANDA PARA NOVOS PRODUTOS: ESTUDO NO SISTEMA BRASILEIRO DE FRANQUIAS**. Orientador: Prof. Dr. Aldo Braghini Junior. 2016. 172 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Ponta Grossa-PR, 2016. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2299>.

SACOMANO, José B.; GONÇALVES, Rodrigo F.; BONILLA, Sílvia H. **Indústria 4.0 : conceitos e fundamentos**. [Digite o Local da Editora]: Editora Blucher, 2018. *E-book*. ISBN 9788521213710. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521213710/>.

SANCHES, Bianca C.; CARVALHO, Emily S.; GOMES, Fabio Fonseca Barbosa. A Indústria 4.0 e Suas Contribuições à Sustentabilidade. **Revista Engenharia e Tecnologia Aplicada**: UNG-Ser, Guarulhos, v. 2, n. 1, p. 48-55, 2018. DOI 10.33947/2595-6264-v2n1-3673. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/engenhariaetecnologia/article/view/3673>

SANTOS, Reginaldo C. **Proposta de modelo de avaliação de maturidade da Indústria 4.0**. Orientador: José Luís Ferreira Martinho. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão Industrial) – ISEC Engenharia, Coimbra, 2018. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/25346/1/Reginaldo-Carreiro-Santos.pdf>.

SILVIA, Fernanda L. **MODELO DE MATURIDADE PARA A SUSTENTABILIDADE NAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)**. Orientador: Prof. Dr. Álvaro Guillermo Rojas Lezana. 2019. 31-221 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214976>.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 16 de 17



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

SOARES, Séfora Maria Nunes; GOHR, Cláudia Fabiana. Indústria 4.0 no Contexto da Sustentabilidade: revisão sistemática da literatura e proposta de agenda de pesquisa. **XXIII ENGEMA**, Paraíba, 2021. Disponível em: <https://engemausp.submissao.com.br/23/arquivos/310.pdf>.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

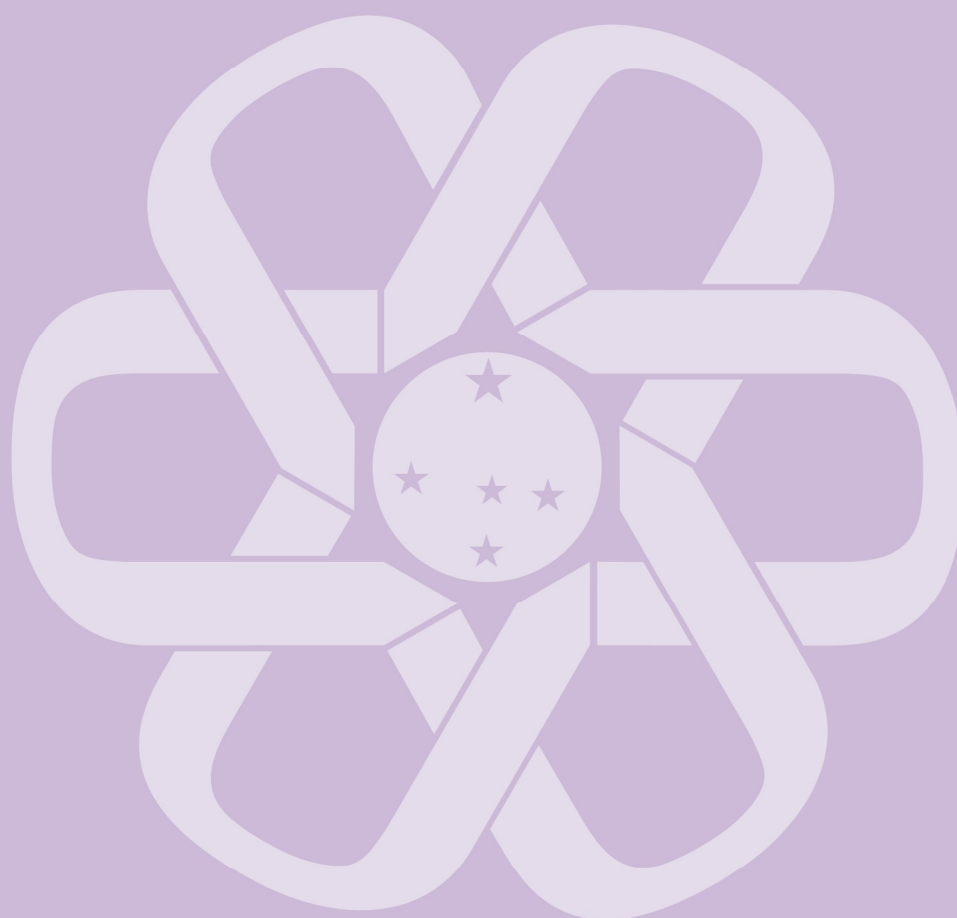


PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 17 de 17

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES





AS VESPAS, DE ARISTÓFANES: RINDO QUE SE APRENDE

Anne Caroline Machado Soares - (Voluntária)
Unespar/Campus Paranavaí, annemachadoac@gmail.com

Thaís Regina Gimenes Chagas - Orientadora
Unespar/Campus Paranavaí, thais.chagas@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário - PIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

O gênero comédia foi criado e desenvolvido pelos atenienses em 500 a. C, durante as festividades em honra a Dionísio, patrono do drama. Os atenienses desfrutavam das comédias em duas ocasiões no ano, conforme Duarte (2005): durante as Grandes Dionísias, na primavera; e durante as Leneias, no inverno. Dessa forma, apesar de datar tempos remotos, a comédia grega antiga é bastante conhecida nos dias atuais.

Nesse sentido, Segundo Jaeger (1994), a filosofia artística que se instalou no séc. VI, considerou que a tragédia e a comédia eram uma mesma manifestação originária da tendência humana à imitação. A tragédia, porém, estava ligada à tendência artística nobre a imitar os grandes homens, já a comédia, imitava os impulsos naturais – a tendência em imitar o que é ruim, censurado e infame.

As tragédias representam uma peça teatral com um final infeliz e baseiam-se nas histórias trágicas e mitológicas que representavam a morte, o medo, o terror. A notória diferença entre a comédia e a tragédia são as personagens, pois na tragédia grega os personagens são deuses, heróis e reis, enquanto na comédia, são pessoas comuns.

A comédia grega antiga aparece, em sua maioria, associada ao universo popular, fazendo referência aos costumes cotidianos e aos estereótipos das personagens consideradas “inferiores”. Nela, os heróis podiam ser um bobo ou um fingidor, pois ao contrário da tragédia em que os personagens eram figuras nobres, nas comédias eram pessoas comuns da *polis*.



Além disso, é importante destacar que apesar do humor envolvido nas peças, as comédias passam mensagens e trazem reflexões ao criticar as instituições, crenças e costumes atenienses.

Um dos maiores pensadores da humanidade e precursores do gênero cômico, Aristóteles (384 a. C - 322 a. C), realizou críticas e apontamentos sobre o novo gênero que havia surgido. Destrée (2010) alega que muitos intérpretes veem a comédia na obra *Poética* de Aristóteles como um subproduto da arte, mas discorda de tal afirmação, já que não há comprovações da inferioridade da comédia em *Poética*.

Aristófanes (447 a. C - 385 a. C), nascido na cidade de Atenas (Grécia), foi um grande comediógrafo do século V a. C e um dos principais poetas da comédia grega antiga. Apesar de sua vida ser pouco conhecida, Aristófanes provavelmente teve uma formação requintada, pois apresenta grande conhecimento cultural em suas obras. Recriou a vida da sociedade antiga ateniense e abordou em suas sátiras, diálogos sobre temas importantes da época como a Guerra do Peloponeso, discussões filosóficas, o papel da mulher na sociedade ateniense, métodos de educação etc.

Escreveu mais de quarenta peças, sendo que onze delas foram preservadas na íntegra: *Acarñenses* (425 a. C.), *Os Cavaleiros* (424 a. C.), *As Nuvens* (423 a. C.), *As Vespas* (422 a. C.), *A Paz* (421 a. C.), *As Aves* (414 a. C.), *Lisístrata* (411 a. C.), *Tesmoforiantes* (411 a. C.), *As Rãs* (405 a. C.), *Assembleia de mulheres* (392 a. C.) e *Pluto* (388 a. C.). Suas obras criticam, de maneira cômica, as mazelas sociais e os conflitos da sociedade ateniense.

Diferente da tragédia, a comédia tem um efeito excitante e relaxante sob o imaginário do leitor, por causar emoções como ironia, inversão de valores, apreciação do absurdo e do caos. Para se provocar o riso, portanto, pode-se utilizar do mais fino humor, que envolve elementos emocionais, sociais e intelectuais – como fazia Aristófanes – ou partir para um humor grosseiro. Obras como *As Rãs*, *As Vespas*, *Lisístrata*, *A Paz* e *Os Acarñenses* foram bastante elogiadas pelos gregos, pois o autor foi considerado como aquele que retirou cenas de vulgaridade tão comuns à comédia. Em sua obra, é observado elementos em que o único objetivo é fazer o espectador rir.

A obra que analisamos neste trabalho, *As Vespas*, retrata de forma humorada, o cotidiano de um pai (Filoclêon) viciado em condenar e ir à tribunais atenienses. Dessa



maneira, a obra faz uma crítica política sobre as instituições de poder e sobre aqueles que detinham o poder. Além disso, ela rompe com os padrões da educação passada de pai para filho e mostra uma educação passada de filho (Bdeliclêon) para pai (Filoclêon).

Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa foi contextualizar a história política da Grécia no ano V a. C. e entender como a educação ateniense buscava formar o cidadão para a vida na *polis*. Além disso, se fez importante analisar, através da obra *As Vespas*, o papel político e pedagógico da peça e observar como Aristófanes educa e denuncia as mazelas sociais através do riso. A atemporalidade e a profundidade do tema principal da peça, a corrupção das instituições judiciárias atenienses, propiciam uma gama de estudos e exemplos de conduta ilegal e ilegítima para as civilizações ocidentais. Esses fatores constituem os fundamentos que justificam a realização desta pesquisa, para que se ratifique ou refute a crítica publicada por Aristófanes contra Filocleão na comédia *As Vespas*.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa desenvolvida foi de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e bibliográfico, através de estudo aprofundado no tema da pesquisa. A pesquisa qualitativa é realizada para encontrar percepções, fazer suposições e pré-julgamentos e foi efetivada por meio de consulta aos textos e publicações de autores que versam sobre a temática do projeto. Para os fins do presente estudo, analisamos a comédia aristôfanica a fim de entender as relações de poder em Atenas e observar a educação através da comédia grega antiga, a partir da leitura de estudos teóricos que entendem a comédia como produto da arte e sociedade daquele período.

Em um primeiro momento, foi realizada a leitura e o fichamento da obra *As Vespas*, de Aristófanes para uma melhor compreensão do objeto de análise. Em seguida, foram realizadas leituras e fichamentos de textos de importantes estudiosos, sendo eles: *A Comédia na Poética de Aristóteles*, de Pierre Dêstre (2010); *O dono da voz e a voz do dono: a parábase na comédia de Aristófanes*, de Adriane Duarte (1998); *Paideia: a formação do homem grego*, de Jaeger (1994); *O riso no mundo antigo*, de Pompeu, Araújo, Pires (Org.) (2012); *Dois comédias: Lisístrata e as Tesmoforiantes*, de Duarte (2005); *Comédia e riso: elementos*



cômicos nas obras de Aristófanes, de Rosa (2009). A seguir apresentaremos, de forma geral, o assunto de cada um desses textos.

A obra *A Comédia na Poética de Aristóteles* (2010), de Pierre Destreé descreve a comédia na ótica do precursor deste gênero, Aristóteles, e retrata os preconceitos por parte dos intérpretes de acharem que a comédia é *mimesis* de “pessoas inferiores”. De acordo com o autor, a comédia é, no entanto, um espetáculo “perfeitamente adequado, para homens adultos moralmente bons em uma cidade perfeita”. (DESTREÉ, 2010, p. 06)

Na sequência, Adriane Duarte retrata, em *O Dono da Voz e a Voz do Dono* (1998), o embate de gerações que há na obra *As Vespas* e como Bdeliclêon faz o papel de professor de seu pai, daquele que precisa reeducar, e como isso interliga a obra ao autor, mesmo que de maneira indireta.

Para Jaeger, em *Paidéia: a formação do homem grego* (1994), a comédia, sempre considerada inferior à tragédia, passou a ter importância quando o Estado passou a considerá-la como parte da manutenção das representações corais dos cidadãos ricos. Por isso, é importante pensarmos na comédia como parte da representação política, histórica e social daquela época. Nesse sentido, para o autor, a Comédia Grega no séc. V é a representação histórica mais completa deste tempo. O autor também retrata que os homens só conseguem entender o estilo de comédia ímpar de Aristófanes quando se libertam do preconceito de acharem que a comédia aristofânica é tida somente como a I fase da comédia burguesa.

Já em *O riso no mundo antigo*, de Pompeu, Araújo e Pires (2012), os autores analisam a relação entre a comédia e o riso, e como os elementos podem provocar desde o mais fino ao mais grosseiro humor. A partir disso, os autores analisam também o fato de o riso mudar de acordo com o tempo, já que os homens não riem da mesma coisa e mudam conforme o período.

Em *Duas comédias: Lisístrata e as Tesmoforiantes*, Duarte (2005), no capítulo “Aristófanes e a Comédia Grega Antiga”, retrata o contexto de surgimento da comédia grega e como ela era retratada nas festividades que aconteciam em Atenas. Os atenienses desfrutavam das comédias em duas ocasiões: durante as Grandes Dionísias, na primavera, e durante as Leneias, no inverno.



Por fim, em *Comédia e riso: elementos cômicos nas obras de Aristófanes*, de Da Rosa (2009), aborda sobre as características presentes nas comédias gregas e como elas têm efeito sobre o público. Assim, a autora aponta que diferente da tragédia, a comédia grega possui um efeito excitante e relaxante sobre o imaginário do leitor, pois faz uso de elementos que propiciam o riso, como o linguajar, a música, os trejeitos das personagens, entre outros aspectos.

As atividades desenvolvidas deram suporte ao desenvolvimento da pesquisa. Em um segundo momento, partindo da leitura/fichamento do material coletado, fizemos a transcrição e a análise de trechos importantes da peça a fim de analisar a comédia aristofânica que, ao lado de sua função essencialmente lúdica, assumiu a função pedagógica na educação e na formação da consciência crítico-reflexiva do cidadão ateniense.

A metodologia adotada no desenvolvimento do trabalho demonstrou que a literatura é um instrumento essencial para a constatação da história do pensamento jurídico e para a formação do homem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A comédia grega, como dito anteriormente, era expressão de costumes e crenças atenienses e, por sua vez, não se limitou aos assuntos políticos, mas abrangeu todos os problemas que afetavam os cidadãos da *polis*. Em muitas obras, é possível observar as críticas de Aristófanes às instituições de poder, pois “para Aristófanes não era uma luta contra o Estado, mas sim uma luta em prol do Estado contra os detentores do poder”. (JAEGER, 1994, p. 424)

Na obra *As Vespas*, é possível notar uma narrativa de deturpação institucional vivenciada pelos atenienses no séc. V a. C: a corrupção do poder judiciário. Nesse sentido, há, na obra, o caráter político, mas sobretudo educativo: o filho que tenta de todas as formas educar o próprio pai e o poeta que tenta educar os espectadores. Assim, a figura de Bdcliclêon (filho) é associada à Aristófanes, que precisa reeducar e domar o público, já a figura de Filoclêon é atribuída ao público, que precisa ser reeducado pelo próprio poeta.



A obra *As Nuvens* não agradou tanto ao público da época, por isso *As Vespas* torna-se uma resposta do poeta à primeira obra e aos espectadores. Na segunda peça, logo no prólogo encenado pelo escravo Xantias, fica evidente a interferência de Aristófanes na fala da personagem: “Minha fala tem uma intenção; sem menosprezar a sagacidade de vocês, há mais sentido em minhas palavras que um truque banal de comédia” (ARISTÓFANES, 2004, p. 13). Esse direcionamento ao público, repleto de juízo de valor por parte de Aristófanes, presta “ora para classificar o poeta, ora para desqualificar a maior parte dos espectadores”. (DUARTE, 1998, p. 75)

Na peça, há outras falas que ficam evidente o vínculo entre Bdeliclêon e o autor. Isso é visto em uma das façanhas de Bdeliclêon, quando descreve a tarefa de provar a Filoclêon e a seus colegas, a sua miserável condição: “De fato, curar uma doença crônica numa cidade como esta é uma tarefa difícil, ousada e superior às forças de um poeta cômico”. (ARISTÓFANES, 2004, p. 37)

A educação ocupou lugar na comédia junto à política, e demonstrou sua importância naquele tempo. Aristófanes, sendo o maior representante da comédia grega, que se manifestava através da literatura contra os conflitos existentes em Atenas após a batalha do Peloponeso, trouxe às suas obras conflitos políticos e lições educacionais que criticam e formam a sociedade ateniense. Dessa forma, através da comédia, foi possível conhecer as causas que procedem a luta pela educação: “Ao empregar a sua força para se tornar guia daquele processo, a comédia converte-se, por sua vez, numa das grandes forças educacionais do seu tempo. É necessário prová-lo nas três esferas fundamentais da vida pública: a política, a educação e a arte. (JAEGER, 1994, p. 422)

Estando a comédia repleta de elementos que despertam o riso, percebe-se o intuito da obra em criticar, ao mesmo tempo, em que utiliza o cômico para satirizar a corrupção e o fascínio pelo poder por trás dos tribunais. Assim, logo no começo da peça *As Vespas*, em uma conversa entre a personagem Sosias e Xantias, escravos de Filoclêon, Xantias dirige-se ao público para descrever a “doença” de Filoclêon, que é fascinado em julgar:

Se vocês estão ansiosos por saber, façam silêncio: vou dizer qual é mesmo a doença do meu senhor: é a paixão pelos tribunais. A paixão dele é julgar; ele fica desesperado se não consegue ocupar o primeiro banco dos juízes. A noite ele não goza um instante de sono. Se por acaso fecha os olhos, o próprio espírito fica



olhando para a clepsidra. A paixão dele pelo voto no tribunal é tão grande que faz ele acordar apertando três de seus dedos, como se oferecesse incenso aos deuses, em dia de lua nova. (...) Logo depois do jantar ele pedia as sandálias, corria para o tribunal em plena noite e adormecia lá, colado a uma coluna como uma ostra à concha. (...) Com receio de não ter a pedrinha para o voto, ele tinha no jardim de sua casa um canteiro de pedrinhas, que renovava sem parar. Este era a sua loucura. (ARISTÓFANES, 2004, p. 14)

É possível observar neste trecho a obsessão de Filoclêon pelos tribunais. Suas falhas tentativas de fuga, trouxe à peça a inversão de valores educacionais, pois é o filho quem se preocupa em manter o pai aos seus cuidados e educá-lo. O confronto entre pai e filho se dá ao longo da obra devido ao embate de opiniões: enquanto Bdeliclêon tenta convencer o pai de que os jurados são apenas peças dos governantes, Filoclêon tenta mostrar ao filho que não há ninguém com mais poder do que os próprios juízes “Que criatura é mais feliz, mais afortunada que um juiz?” “Que vida é mais gostosa que a dele? Que animal é mais temível, principalmente na velhice?” (ARISTÓFANES, 2004, p. 34). Nesta fala de Filoclêon, mostra como o juiz é visto na obra como um ser deturpado, movido pelo vício em julgar e tendo total desprezo pela ética e moral.

Diante dessa obsessão de Filoclêon em julgar e condenar, o filho decide que ele deve abandonar os tribunais: “é isto mesmo. Vou cuidar dele e lhe darei tudo que convém a um homem da sua idade; ele terá farinha de cevada, uma túnica, um manto bem fino, uma prostituta para fazer massagens no peru e nos rins dele. Mas ele deve ficar caladinho, não vai dizer uma palavra nem que seja para me agradecer”. (ARISTÓFANES, 2004, p. 44)

Assim, ao longo da peça, nota-se o descontentamento de Bdeliclêon com as atitudes do pai e as suas tentativas de tentar convencê-lo de que ele foi enganado e persuadido pelo tribunal: “Fale o quanto você quiser; um dia você perceberá a inutilidade dessa maravilhosa prepotência; você terá de ser muito lavado depois de tanta sujeira!” (ARISTÓFANES, 2004, p. 40). Em um dos embates com seu pai, Bdeliclêon continua “e você, meu pai, seduzido por palavras como estas, se submete ao império dessa gente. Eles extorquem uma porção de talentos das cidades, fazendo ameaças a elas. Você se contenta em roer o resto do reinado deles”. (ARISTÓFANES, 2004, p. 38)

Apesar do filho tentar a todo custo “abrir os olhos” do pai para que ele veja a corrupção por trás das instituições, este não lhe dá ouvidos, por isso Bdeliclêon é acusado de



tiraniam pelos juizes-vespas, amigos de Filoclêon, como no trecho que se segue: “Essas intenções agradam ao povo; e eu, porque desejo proporcionar a meu pai a boa vida de Mórico e afastá-lo dos processos, das delações que tiram o sono dele, sou acusado de conspiração e de ser partidário da tirania”. (ARISTÓFANES, 2004, p. 63)

Bdeliclêon observa a maneira prepotente do pai de achar que tem muito poder, apesar deste ser meramente um servo do Estado. Em suas falas, é possível observar que Bdeliclêon tenta alertá-lo: “Você é escravo dos outros e pensa que está reinando” (ARISTÓFANES, 2004, p. 36). Isso é reflexo da maior parte do povo de Atenas, que não pertencia à Aristocracia, mas aliava-se à gestão política da época.

Em outro momento da peça, Bdeliclêon alerta o pai sobre o ofício da magistratura: “e não é uma verdadeira servidão ver todos esses intrigantes que exercem as magistraturas e seus adutores presenteados com salários de marajás? Enquanto isto, você se contenta com os três óbolos que lhe pagam”. (ARISTÓFANES, 2004, p. 42-43). O pai fica confuso com essas afirmações do filho de que ele serviria apenas de manobra aos interesses políticos de uma minoria da sociedade e assim o filho arremata com a seguinte fala: “[...] na realidade eles querem que você seja pobre, e vou lhe dizer a razão disto: é porque você conhece a mão que te alimenta, e ao menor sinal você se lança sobre o inimigo que ela escolhe para ser atacado por você”. (ARISTÓFANES, 2004, p. 43)

Nessa ocasião, quando ele foi retirado da convivência nos tribunais e repatriado à vida doméstica, Bdeliclêon dita o que o pai deve fazer e tenta corrigi-lo em suas falas e atitudes, uma vez que Filoclêon não sabia se comportar socialmente: “BDELICLÊON: Chega! É melhor você ir se deitar em sua cama a fim de pensar sobre o que é preciso fazer para ser um bom conviva e ter boas maneiras. FILOCLÊON: Como eu tenho de ficar? Explique, afinal!” (ARISTÓFANES, 2004, p. 63)

Nesse trecho da peça, o filho “testa” Filoclêon perguntando-o o que ele iria falar em uma conversa “séria num grupo de homens sabidos e bem educados?” (ARISTÓFANES, 2004, p. 61), porém suas respostas impróprias não o agradam, então Bdeliclêon prescreve o que o pai deve dizer e fazer:

BDELICLÊON: Estenda as pernas, e como um bom atleta perfume seu corpo embaixo do manto; depois faça o elogio dos vasos de bronze, olhe para o teto,



admire as tapeçarias da sala. Peça água para lavar as mãos; mande trazer as mesas; janta-se; depois de lavar bem as mãos, passa-se às liberações. (ARISTÓFANES, 2004, p. 63)

Aristófanes encena o conflito entre a figura do pai e do filho, aos quais possuíam formação cívica diferente uma da outra. Aliás, não somente na antiguidade, mas em todas as gerações humanas, sempre houve e haverá conflito civilizatório, haja vista que os padrões culturais de uma época tendem a modificar-se com a dinâmica social. A vida se adequa às características próprias de cada época, geração. Enquanto a geração de Filocleão, que representava a aristocracia, defendia a desigualdade social e divisão da sociedade entre senhores e escravos; a geração de Bdelicleão, que representava a democracia formal, defendia ainda a igualdade entre iguais de uma mesma classe social. As duas gerações chegaram ao novo regime democrático de Atenas com concepções adversas sobre as instituições socializadoras da *polis* (a educação, a justiça, as relações sociais, a família).

Essa relação invertida, daquele que precisa educar e daquele que precisa ser educado, traz elementos risíveis à obra, pois traz um diálogo cômico entre pai e filho. O uso de jogos de palavras e inversão de papéis usados para ridicularizar as convenções sociais é bastante usado em *As Vespas*. Segundo Rosa (2009), fazendo referência a Aristóteles, existem elementos próprios que causam o riso: abuso da ingenuidade alheia, a enganação, a linguagem própria, a obscenidade, o duplo sentido das falas, o travestimento, o pronunciamento direto com o público, a mentira e a brutalidade. Pode-se observar alguns desses elementos quando Filocleôn tenta fugir pela chaminé e usa de um linguajar específico para fazer o público rir, e da enganação para escapar de Bdeliclêon:

BDELICLÊON: Por Poseidon! Quem está fazendo barulho na chaminé? Ei! Você aí, quem é você?
FILOCLÊON: Sou a fumaça que está saindo...
BDELICLÊON: A fumaça? De que lenha?
FILOCLÊON: De figueira... (ARISTÓFANES, 2004, p. 15)

Em muitas cenas, é possível destacar o uso da brutalidade. A indução à confusão causada pelos juízes-vespas em diversas cenas da peça ao direcionarem suas falas à Bdeliclêon provoca o riso, através da desconstrução, pois deixa de ser uma conversa entre



homens que deveriam se portar civilizadamente perante à sociedade, devido à figura importante que estes representam:

CORIFEU: Você será também nossa vítima. Sigam todos naquela direção; vamos atacá-lo com nossos ferrões, todos nós em formação compacta, com o coração cheio de ressentimento e de raiva, pois ele agora sabe por que enxame será atacado!

XANTIAS: Se se trata de combater, começo a ter medo, pois só de ver estes ferrões eu fico apavorado.

CORIFEU: Solte este homem, ou garanto que o seu lombo vai invejar a carapaça das tartarugas! (ARISTÓFANES, 2004, p. 28-29)

Assim, de acordo com Rosa (2009), o riso não precisa ser compreendido, pois é marcado pela ruptura de padrões de uma situação inesperada. Um gesto, uma frase ou escolha podem ser transformados em motivo de graça, dependendo de seu manejo dentro da obra.

O autor também faz o uso de uma linguagem vulgar, utilizando de termos chulos como “mijar”, “peidar”, “peru”, com único objetivo de levar o espectador para perto da peça e fazê-lo rir. De acordo com Rosa (2009), quanto mais ordinárias e hilárias forem as falas das personagens, mais graça e proximidade com o público terá, como pode ser observado nesse trecho: “BDELICLÊON: Do que você vai falar? FILOCLÊON: De minhas coisas. Primeiro vou dizer como a Lamia, sentindo-se apertada, soltou um peido. Depois, como Cardopíon, agarrando a mãe...” (ARISTÓFANES, 2004, p. 61)

Dessa forma, destacamos, na comédia *As Vespas*, o seu valor pedagógico: Filocleão, quando influenciado pela conduta social ajustada do filho, deu início a sua reabilitação como ser humano e como cidadão, desprendendo-se do velho homem. Filocleão, com muito esforço do filho Bdelicleão, pôde começar a entender que a profissão dos homens não pode sobrepor-se à vida nem à razão de ser das instituições democráticas da sociedade ateniense. Esse empreendimento de Bdelicleão visou, portanto, à reeducação e reinserção pessoal, social, política e cultural do personagem Filocleão, que, perante o poder político nefasto de Cleão, simbolizava a alienação por que passava a massa populacional de Atenas quanto ao exercício de direito à cidadania. Filocleão não observou as sutilezas da ação nociva de demagogos e políticos contra o bem comum da sociedade e das instituições democráticas. No contraponto da deseducação da maioria da sociedade, figurou a educação exercida por Bdelicleão, que encarnou a personalidade pedagógica de Aristófanes, quando tentou reeducar o pai, para



retirá-lo da escravidão política. Podemos dizer, assim, que Aristófanes protagonizou o personagem Bdelicleão como resgatador do pai, Filocleão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comédia grega antiga estava ligada às festividades religiosas ao deus Dionísio. Ao contrário das tragédias, que retratavam histórias com finais infelizes, as comédias tinham o intuito de provocar o riso nos espectadores, ao mesmo tempo em que criticava a vida e sociedade atenienses. A comédia, portanto, “superou-se a si própria e estendeu a liberdade de expressão, a *parrhesia*, até as coisas e instâncias que mesmo as constituições mais livres consideram tabu” (JAEGER, 1994, p. 421). Aristófanes, ao denunciar estes conflitos através de suas obras, traz uma visão humorística de problemas que se perpetuaram até a contemporaneidade.

A educação ateniense buscava formar o cidadão para a vida produtiva na Cidade-Estado. No cume das reformas políticas, sociais e econômicas, a comédia aristofânica mostrou-se como instrumento de crítica e sátira às instituições públicas, aos abusos de poder, à vida do cidadão na *polis*. Assim, ao retratar, em *As Vespas*, os juízes como indivíduos facilmente corrompíveis e manipuláveis, dispostos a aceitar subornos e tomar decisões injustas, Aristófanes mostra o seu descontentamento com o sistema judiciário da época e faz críticas à corrupção e à falta de justiça em Atenas.

Desse modo, Aristófanes não se limitou apenas à comicidade suscitada pelas encenações nas plateias. Ele exerceu, também, o papel de conscientizar politicamente a sociedade das más ações que os políticos habituais, os formadores de opinião pública e as pessoas que faziam da calúnia uma profissão de vida. Dessa forma, as contribuições de Aristófanes não influenciaram somente o teatro grego, mas as comédias de modo geral. Esse legado resiste até os dias atuais em que as obras aristofânicas são estudadas e encenadas.

REFERÊNCIAS

ARISTÓFANES. *As vespas; As aves; As rãs*. Tradução do grego; introdução e notas de Mário da Gama Kury. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Eudoro de Souza. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1999.

ROSA, M. D. **Comédia e Riso: elementos cômicos na obra de Aristófanes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009.

DUARTE, A. da S. Duas comédias: Lisístrata e as Tesmoforiantes. Trad. Apresentação e notas Adriane da Silva Duarte. *In: Aristófanes e a comédia grega antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. O dono da voz e a voz do dono: a parábase na comédia de Aristófanes. *In: Mexendo no vespeiro: a reeducação do público em As Vespas*. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 1998. (Tese de Doutorado)

JAEGER, W. W. **Paidéia: a formação do homem grego**. Tradução de Artur M. Parreira; adaptação para a edição brasileira Monica Stahel; - 3º ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1994.

POMPEU, A. M. C.; ARAÚJO, L. L.; PIRES. R. B. **O riso no mundo antigo**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012. p. 19-27.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 12 de 12



ESTUDO DE CASO SOBRE DIAGRAMAS, EXPERIÊNCIAS E PROCESSOS DE CRIAÇÃO EM PROPOSTAS PARA O PROJETO CIDADE

Ariane Alves Oliveira Mendes Ribas - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba II, ariane.alves26@gmail.com

Professora Dr^a. Denise Bandeira - Orientadora
Unespar/Campus Curitiba II, denise.bandeira@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
PIBITI: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

O conceito de diagrama de acordo com o pesquisador e arquiteto Montaner (2017), surge como uma nova ferramenta projetual e, especialmente, para a criação em artes, autores como Duarte (2012), Basbaum e Penna (2016) e, também, Torrezan (2017), defendem que essa prática pode contribuir para experimentações tanto na aplicação e na experiência artística quanto em práticas pedagógicas de ensino de arte.

Tendo em vista, principalmente, investigar junto aos estudantes do 1º. Ano do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, turma da manhã (AVM), do Campus Curitiba II (UNESPAR), como os grupos compreendem e utilizam o conceito do diagrama em seus estudos acadêmicos e quais procedimentos podem ser, inclusive, implementados na produção artística pessoal, tanto de alunos quanto de professores.

Para implementar essas questões, realizou-se um estudo de caso e, ao longo de seis meses entre os anos de 2022 e 2023, com acompanhamento dos alunos do 1º AVM nas aulas da disciplina Fundamentos da Representação Gráfica (FRG), visando a observação do processo do Projeto Cidade. Esse Projeto contempla uma avaliação coletiva e interdisciplinar com foco em pesquisa e produção artística, se desenvolve a partir da escolha pelos grupos de um local da cidade.



Sendo uma avaliação interdisciplinar, os alunos têm diferentes pré-requisitos para atender em cada disciplina ofertada e que integra o Projeto Cidade, tanto para apresentar resultados quanto para atingir objetivos específicos durante a elaboração do trabalho.

Neste estudo de caso, optou-se por acompanhar principalmente dois grupos distintos de alunos, desde a decisão sobre o tema até a apresentação final do Projeto. Nessa etapa, foi possível compreender quais os objetivos, o repertório e quais eram os apontamentos para o encaminhamento de cada projeto, elementos que foram apresentados pela professora Rosanny Teixeira, coordenadora do Projeto e responsável pela disciplina de FRG, cujo conteúdo é o foco central. E no contexto investigativo de sala de aula, foram realizados questionários aplicados aos dois grupos e, também, para dois dos professores envolvidos no Projeto. As questões tratam do conhecimento, uso e do entendimento do conceito de diagrama e, também, se havia alguma prática de síntese no âmbito da criação e/ou conceitual para a realização do Projeto.

Outrossim, destaca-se o uso constante dos meios digitais nas produções dos alunos, que compreende uma gama ampla de opções e resultados. Ainda, conforme as respostas dos questionários, foram observados quais os meios adotados e motivos para as opções, juntamente sobre a discussão à respeito dos diagramas e qual foi a aplicação desse conceito durante o processo do Projeto.

No período de acompanhamento sobre o processo criativo dos alunos em sala de aula, durante a pesquisa exploratória, foi possível observar e identificar quais processos permaneceram ou foram alterados até a apresentação final dos grupos. Ademais, considerando um dos conceitos do diagrama e sua relação com os mundos virtuais, foi possível propor, como um dos resultados deste estudo, uma criação poética com uso de um programa de edição e Inteligência Artificial (IA):

O trabalho diagramático é projetivo, pois abre novos (ou mais acuradamente, “virtuais”) territórios para a prática, bastante próximo do modo como Deleuze descreve a pintura diagramática de Francis Bacon, como que ultrapassando o viés óptico da arte abstrata, assim como a gestualidade manual do ato de pintar. (SOMOL, 2021, p. 25, grifo do autor)



Com a intenção de delimitar as opções, recorreu-se aos mecanismos de buscas na internet pelas palavras-chave interligadas, arte abstrata e pintura diagramática, obtendo-se uma expressão compatível com o uso da IA.

Portanto, para responder ao conceito de diagrama, foram realizados dois estudos, primeiro com a utilização de palavras-chave e a própria interpretação da máquina e, em seguida, a partir da máquina, se obteve com um dos possíveis resultados, uma criação sobre sensações que foram experimentadas por mim enquanto observadora dos trabalhos do Projeto Cidade. As cores e as formas trazem as sensações da minha memória, como um resultado de não reprodução do visível, mas de tornar visível, uma imagem de um lugar que não existe embora tenha sido representado pela máquina.

Neste estudo e, em especial, sobre a proposta da minha intervenção que tem uma relação completamente diferente daquela executada pela máquina, destacam-se as análises diagramáticas de Deleuze sobre as obras do pintor irlandês Francis Bacon (1909 -1992) ao comentar o processo de criação do artista, a pesquisadora Silva completa essa apreensão do modo de criação: “Nesse aspecto, a pintura deve extrair a figura do figurativo, ou seja, da pura representação e do que ela deve significar, remetendo-a ao campo das forças e das sensações.” (2015, p. 27).

MATERIAIS E MÉTODOS

O Projeto Cidade foi iniciado como uma proposta de ensino na disciplina de FRG para os alunos do Curso de Licenciatura em Artes Visuais em 1998. Depois da sua primeira oferta, o Projeto vem se modificando de acordo com as perspectivas curriculares e metodológicas e, desde 2014, se desenvolve como uma proposta interdisciplinar entre várias disciplinas que compõem a grade do primeiro ano (turmas Manhã e Noite).

As diversas edições do Projeto têm sido realizadas a cada período letivo e pelo seu cunho interdisciplinar, ao longo dos últimos vinte anos, reuniu múltiplos interesses de pesquisa e temas sobre a cidade de Curitiba (PR), combinando diferentes modos de registros, dinâmicos e cujos resultados espelham processos de criação que combinam arte e tecnologia.



Considerando o longo Projeto Cidade e seu impacto para o Curso, foi de importância a observação das aulas de FRG ministradas pela professora Rosanny Teixeira. Essa pesquisa exploratória em sala de aula na disciplina de FRG, foi iniciada em 16 de setembro e terminou no dia 18 de dezembro de 2022, data em que foi realizada a apresentação final sobre o Projeto, com presença e apontamentos de todos os professores envolvidos.

De acordo com o recorte para esta investigação, foram selecionados dois grupos considerando os temas que mais se enquadram na proposta de trabalho da pesquisa e para melhor foco sobre o processo. Especialmente, durante o processo de realização do trabalho, foi realizada uma aula sobre mapas mentais, cuja finalidade foi relacionar e relatar experiências dos participantes dos grupos, com os espaços da cidade, como uma experiência sensorial e muito próxima da diagramática.

Imagem 1 e 2 – Mapa mental sobre projeto cidade



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2022).

Os diagramas (fig. 1 e 2) foram realizados em aula com os alunos do 1º.AVM, apontam reflexões sobre o Projeto Cidade, intenções e interesses, além do processo quanto ao desenvolvimento do tema. E, principalmente, destaca-se um enfoque nas sensações que foram relatadas pelos grupos na experiência com o local. Em uma das aulas ministradas, relatei as minhas experiências como aluna da disciplina e com a realização do Projeto, que ocorreu no ano de 2020, comentando sensações e processos durante o período que correspondeu à pandemia do Covid-19.



Grupo 1: Hospital Psiquiátrico Bom Retiro

Hospital Psiquiátrico Bom Retiro, sanatório fundado em 1945 na cidade de Curitiba, cujo imóvel foi vendido e a edificação parcialmente demolida em dezembro de 2012.

As ruínas do antigo hospital foram escolhidas pelos membros do grupo 1, por terem certa relação pessoal e conhecimento sobre a área da psiquiatria, além de ser um local que chamava à atenção, enquanto se deslocavam em seus trajetos individuais pela cidade.

O histórico do hospital, como um local que abrigou terapias traumáticas, adotadas nos tratamentos psiquiátricos, tais como eletrochoque, como punição ou tentativa de cura das enfermidades dos pacientes, mas que poderia levá-los à morte.

Um desses relatos inspirou o filme *Bicho de sete cabeças* e, por isso, o grupo em sua proposta, além de evocar o assunto, tratou do tema discutido no livro de Foucault, *Vigiar e Punir* (1987). A apresentação final do projeto foi feita com as contribuições dos alunos, juntamente com a visualização das produções poéticas realizadas dispostas em sala de aula. No grupo 1, o foco foi o vídeo exibido, com narração por parte dos alunos, filmado no terreno e em espaços do edifício abandonado, mostrando detalhadamente os fragmentos da arquitetura em ruínas e outros elementos, evidenciando a passagem do tempo, desde o período em que funcionava o hospital até sua demolição.

No vídeo, foram incluídas as próprias produções dos alunos, juntamente com a narração sobre a história pesquisada sobre o local. As produções resultaram em colagens com palavras, mapas e fotos, detalhando algumas cenas do hospital: pichações, correntes, azulejos e documentos (fichas médicas, prontuários) dos antigos pacientes que frequentavam a instituição, espalhados pelo local.

O grupo 1 investigou também os sentimentos dos moradores da vizinhança e a relação com o antigo hospital, sabendo-se que organizaram uma ação contra a construção de um mercado nesse terreno. O local detém um espaço amplo com um bosque e, portanto, os moradores defendiam a ideia de transformá-lo em um parque, esse movimento dispõe de uma página no *facebook* intitulada como “*A causa mais bonita da cidade*”. A ideia do grupo de moradores, ex-pacientes e qualquer um que se identifique com a causa, em defesa do uso do espaço, luta para ressignificar e transformar esse local da cidade, com um propósito artístico e de uso coletivo, que possa beneficiar a população.



Imagem 3 – Grupo de Facebook sobre a “A causa mais bonita da cidade”



Fonte: Facebook (2023).

Essa ação coletiva se posicionou contrariamente às práticas de tratamento dos pacientes e aos propósitos que historicamente representavam as condutas do antigo hospital e, também, contra a construção de um supermercado, o que vai culminar na destruição da área com o bosque.

Esse movimento se opõe ao que o edifício representava e o que se infringiu aos pacientes, durante a existência da instituição e sua antiga finalidade. Dentre outros procedimentos para tratamento de saúde mental, já que se tratava de uma concepção de higienização da cidade com o intuito de excluir o diferente. A desocupação do local foi uma das consequências de uma política do estado, para que os hospitais psiquiátricos de Curitiba fossem transferidos para a cidade de Piraquara (PR), considerando a distância da capital, o que deixaria esses locais fora da visão da própria população e dos turistas.

Após a apresentação final desse Projeto pela equipe, foi feito um levantamento de palavras chaves sobre o projeto final, e colocado em um diagrama da mesma forma que foi feita em sala de aula, com apontamentos próprios e observações levando em consideração o que o grupo apresentou e os apontamentos dos professores presentes.



Imagem 4 – Mapa mental sobre O hospital Bom Retiro



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2022).

O trabalho proposto pelo Grupo 2: Antigo Hotel Tassi

O antigo Hotel Tassi é uma edificação localizada na região da Praça Eufrásio Correia. O imóvel foi inaugurado inicialmente como “Hotel Estrada de Ferro” em 1890 e seu tombamento teve início em 1985.

As ruínas do antigo Hotel Tassi se encontram cobertas por tapumes, não permitindo a visualização do prédio, o que acabou sendo motivo de curiosidade para os participantes do segundo grupo. O local chamou atenção durante o trajeto de ônibus que costumam percorrer. No entanto, com a presença do *shopping* nas imediações, observou-se que o antigo hotel, antes muito notável, caiu em esquecimento pelas pessoas que circulam na região.

O projeto proposto pela equipe foi realizado digitalmente, com apresentação de colagens com imagens digitais que evidenciam o contraste e sobreposição entre o passado e presente do hotel (*fig 2 e 3*), além de mapeamentos da região, com o enfoque sobre os três pilares da importância daquela região: o hotel, a praça Eufrásio Correia e a antiga estação de trem, que atualmente se tornou um shopping movimentado, cuja construção e usos contribuíram para o esquecimento dos outros pontos citados pela equipe no Projeto Cidade.



Imagem 5 – Produção digital sobre o Hotel Tassi

Porções do agora



Colagem digital sobre uma fotografia de 1977 inserindo elementos do nosso cotidiano. BOLONHA, Thiago. Porções do agora. 2022. Colagem digital sobre fotografia.

Fonte: <https://art.bolognha.com/cidade> (SILVA, Frederico Muraro da; SANTOS, Thiago Henrique Gomes de,2022).

Imagem 6 – Produção digital sobre o Hotel Tassi



Intervenção digital em fotografia do interior do Hotel Tassi atualmente. MURARO, Frederico. Vestígios. 2022. Desenho digital sobre fotografia.

Fonte: <https://art.bolognha.com/cidade> (SILVA, Frederico Muraro da; SANTOS, Thiago Henrique Gomes de,2022).

Importante ressaltar que em uma das intervenções, foram distribuídos panfletos (fig 4) com o nome do antigo Hotel informando a data de um suposto *check-in*, além de conter um *QR code* direcionando para o site com informações pesquisadas sobre o local e disposição das representações gráficas realizadas pelos discentes.



Imagem 7 – Panfleto entregue durante a apresentação do Projeto



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2022).

A intervenção foi feita em frente às ruínas do Hotel, onde uma mala de viagem foi disposta junto ao panfleto, com um dos integrantes do grupo perguntando às pessoas que passavam, onde ficava o Hotel Tassi. Todo o processo foi gravado de longe pelo outro integrante, e como resultado, as pessoas questionadas não sabiam o que era ou onde ficava o Hotel Tassi. As negativas dos passantes e a mala parada no meio da calçada não foram itens de memória suficientes ou para a curiosidade em observar e escanear o QR code no panfleto. No entanto, uma pessoa pareceu curioso com a presença inusitada da mala, um gari que estava trabalhando no local, visivelmente confuso pelo objeto deixado no local.

Finalmente, igualmente ao grupo 1, foi feito um segundo diagrama com as palavras chaves da apresentação sobre o Hotel Tassi, com palavras recorrentes ao longo da apresentação observada, junto de observações próprias e dos professores.



Imagem 8 – Mapa mental sobre o Hotel Tassi



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2023).

Questionário

Observou-se que ambos os grupos escolhidos interligaram tanto o aspecto geográfico do espaço pesquisado, com a presença (ou ausência) humana quanto à relevância histórica dos locais, além de quais meios levariam ao abandono dessas edificações. Também, o meio digital para elaboração e apresentação dos resultados foi majoritariamente escolhido como opção e, também, para divulgação dos trabalhos finais. A proposta sobre o Antigo Hotel Tassi foi inteiramente apresentada de forma digital e acompanhada por um site de fácil acesso para o público geral. Contudo, o meio audiovisual foi utilizado em ambos os trabalhos.

Além disso, foi elaborado um questionário de seis perguntas relacionadas com o uso do meio digital e de diagramas ao longo do Projeto Cidade. O questionário foi respondido tanto pelos alunos observados quanto por dois professores que acompanharam o projeto: a professora Rosanny da disciplina de FRG e a professora Mauren que ministra a disciplina de Laboratório de Materiais.



O questionário contém questões similares para ambos os grupos, alunos e professores, sobre o panorama geral do processo do Projeto Cidade, como: quais são os documentos e mídias usadas no desenvolvimento da pesquisa; onde são encontrados e indicações das professoras; qual a finalidade do uso desses documentos, se ao longo do processo a ideia inicial do projeto se modifica; como esses documentos auxiliam na criação poética no trabalho etc. No formulário é perguntado sobre quais foram as informações fundamentais para o desenvolvimento do projeto, de acordo com os objetivos das equipes e, essencialmente, qual a relevância da tecnologia durante o desenvolvimento do projeto, quais foram os aplicativos, ferramentas e quais os usos e por quais motivos.

Por fim, destaca-se as perguntas sobre o uso de diagramas, se alunos o utilizaram em algum momento do projeto, ou se foi indicado e utilizado em sala por parte dos professores.

Após a coleta das respostas das duas equipes, é notável algumas repetições entre todos os entrevistados mesmo com a maior experiência com o projeto por parte dos professores. O diagrama abaixo foi obtido com as respostas em comum e diferenças com palavras chaves presentes nas listas de respostas, a legenda abaixo simplifica quais foram as perguntas realizadas que embasaram as respostas e quais finalidades esses termos tem no panorama geral do projeto cidade

Imagem 9 – Legenda sobre o Diagrama

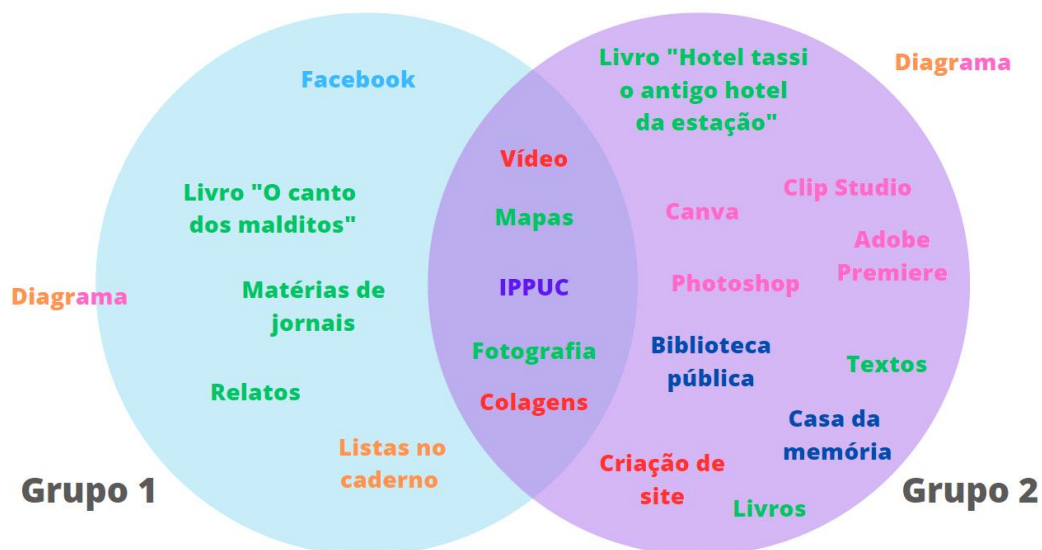
- **Documentos e mídias**
- **Locais para coleta**
- **Coleta digital**
- **Programas e ferramentas**
- **Produção**
- **Organização de informação**
- **Redes Sociais***
- **Conceitos**

***tanto para coleta de dados e para
plataforma de apresentação do
Projeto Cidade**

Fonte: arquivo pessoal dos autores (2023).

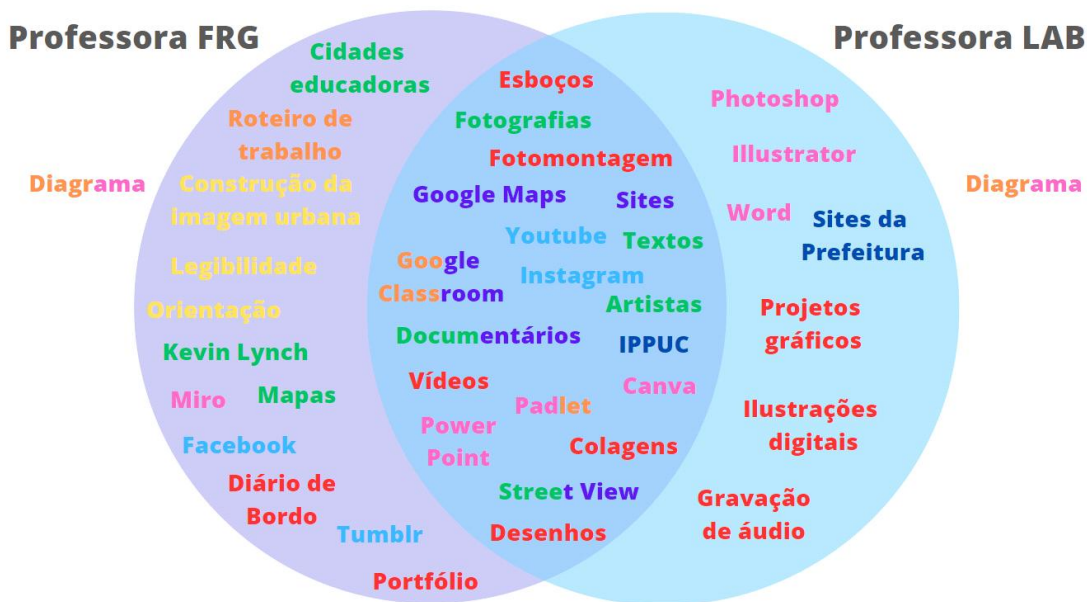


Imagem 10 – Diagrama sobre os Grupos



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2023).

Imagem 11 – Diagrama sobre o questionário com professores



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2023).



Num panorama geral, observa-se que o uso da tecnologia é essencial para o desenvolvimento das etapas ao longo do projeto. No diagrama (Fig. 9 e 10), foram reunidas as ferramentas e aplicativos utilizados pelos grupos e com orientação dos docentes, também, se destacam os sites e plataformas para consulta ou pesquisa, com os documentos de processo, registro das investigações, práticas de levantamento e as principais linguagens artísticas que resumem os resultados.

Aspectos do uso de um programa de Inteligência artificial

Tendo visto como a tecnologia desempenha um importante papel durante o Projeto Cidade, surgiu um interesse de experimentação com a inteligência artificial (IA) como forma de processo durante a produção poética, juntamente de mapas mentais e diagramas. O uso da IA com gerador de imagens utiliza de *prompts*, portanto é possível criar um diagrama com palavras-chaves sobre o tema de produção, e após isso colocar as palavras no gerador de imagens como um caminho possível para criação em poéticas visando o projeto cidade.

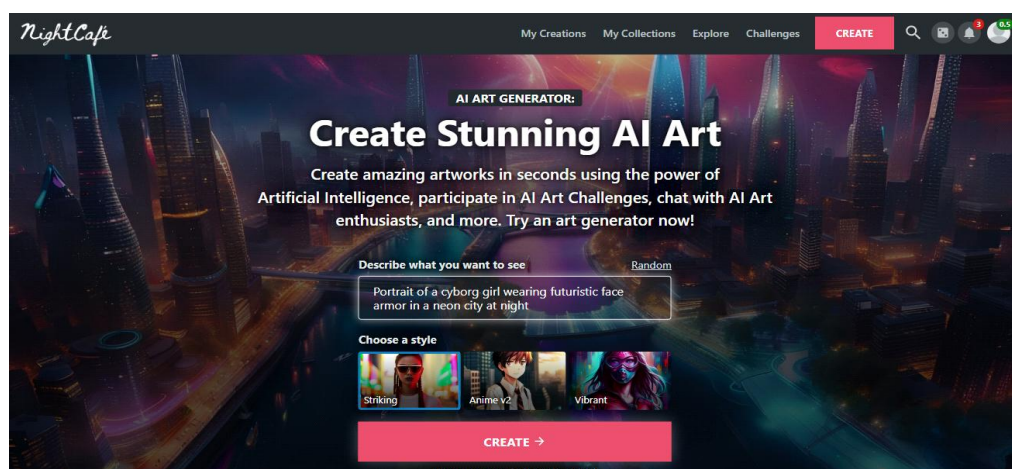
No Projeto Cidade, os estudantes e os professores atuam em contato com o urbano, a arquitetura, a história e política, “Compreender a arquitetura como campo ampliado - discursivo material - de ação, de plasticidade político-cultural, e de contaminação com outros territórios das artes uma obra que pretende neutralizar a narração, a ilustração, a figuração (Silva, 2015, p.18).

O Projeto visa principalmente a experiência e sensações dos alunos, além de uma pesquisa elaborada sobre o local escolhido, mas sim o ponto de vista e relação pessoal. Justamente, a criação poética dentro do trabalho se torna subjetiva e muitas vezes tendo diversas opções e ideias para desenvolvimento, com possíveis caminhos e prováveis desistências. Portanto, é cabível a utilização de novas ferramentas que ampliem o potencial criativo durante o trabalho, como assevera a pesquisadora enquanto avalia o uso do diagrama na pintura seguindo a abordagem de Deleuze: “Nesse aspecto, a pintura deve extrair a figura do figurativo, ou seja, da pura representação e do que ela deve significar, remetendo-a ao campo das forças e das sensações.” (Silva, 2015, p. 28)



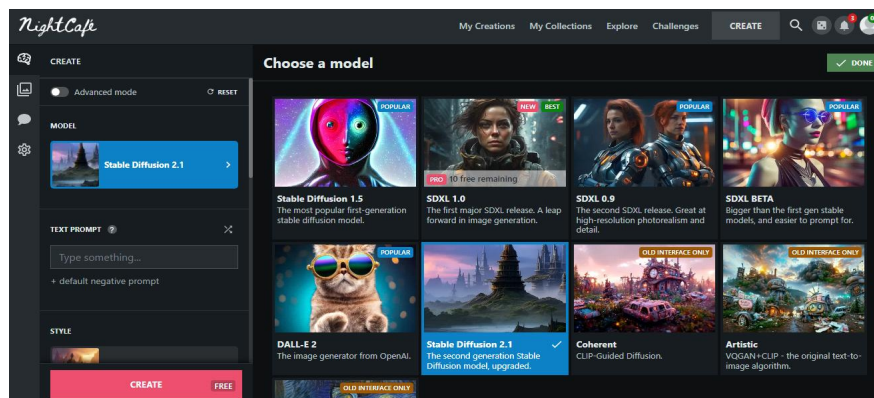
A criação de imagens foi feita utilizando o site *NightCafé*, que oferta opções utilizando um número limite de créditos disponibilizados pela opção completamente gratuita. No site estão disponíveis diferentes IA's que apresentam estilos estéticos distintos e, neste estudo, se optou por utilizar o *Stable Diffusion*.

Imagem 12 – Interface do site *Nightcafé*



Fonte: *Nightcafe* (Ariane Alves, 2023).

Imagem 13 – Interface de criação do site *Nightcafé*



Fonte: *Nightcafe* (Ariane Alves, 2023).

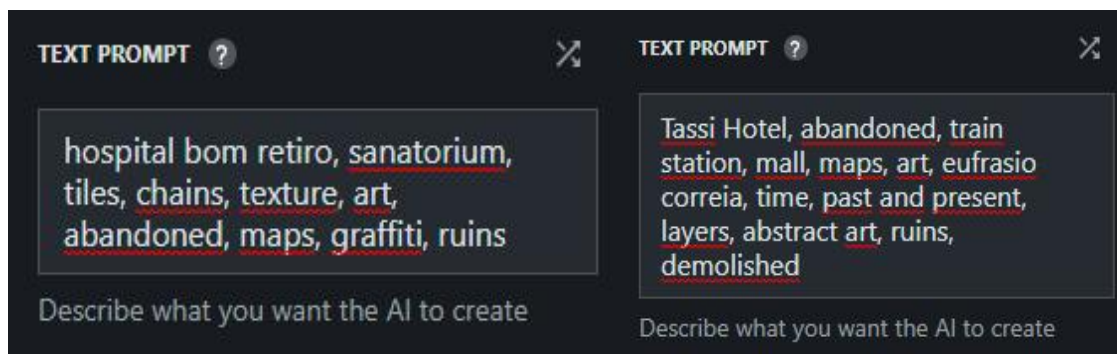
A noção de diagrama conforme o aporte de Deleuze (2007) e dos pesquisadores Montaner (2017), de Duarte (2012) e, também, de Basbaum e Penna (2016), foi importante para ampliar o entendimento do conceito de diagrama.



Além disto, se destaca a contribuição de autores que discutem as questões metodológicas de pesquisa em arte, como Silva em sua análise sobre o diagrama na pintura feita sobre o texto de Deleuze, o que pode se desdobrar para o uso da IA: “Ir contra o senso comum, ir contra o padrão no processo de criação. As forças e provocações desses processos que instigam outras formas de pensar e experimentar” (2014, p.18). Sendo um método que não se tem muito controle inicial sobre o que está sendo gerado, ampliando possibilidades do esperado, e permitindo novos pontos de vista a partir do que se criou.

Neste estudo, foram gerados dois temas de imagens: um sobre o Antigo Hotel Tassi, e outro sobre o Hospital Bom Retiro. Ambos os temas foram criados a partir das palavras usadas nos diagramas no início deste artigo, escritas em inglês com intuito de diminuir os erros de interpretação por parte da IA.

Imagem 14 – Prompt dentro do site Nightcafé



Fonte: Fonte: *Nightcafé* (Ariane Alves, 2023).

O autor Deleuze (2007) conforme avaliado pela pesquisadora Silva (2014), busca o pensamento da diferença em contraposição ao pensamento subordinado à representação, um pensamento que necessita de uma imagem para representar, privilegia a identidade, o pensador propôs escapar dessa submissão. Ao analisar a concepção do diagrama na pintura, o autor pretendia criar conceitos para que fosse possível desenvolver um pensamento apartado de um suporte representacional, na obra do pintor Bacon, encontrou uma pintura que escapa ao figurativo (representação), mas vai ao encontro de uma abstração ou potencializa a própria figura como expressão.



Tendo em vista, o valor de expressão, escapar do senso comum, neste estudo, foi considerado a utilização de inteligência artificial, usando as palavras chaves colocadas no diagrama sobre os grupos que participaram com temas desenvolvidos durante o Projeto Cidade. Neste caso, a escolha foram palavras sobre as minhas próprias interpretações sobre os temas, justificando-se que a minha visão sobre esses trabalhos aconteceu durante as aulas que observei e, por isso, a proximidade com o tema foi menor do que a dos próprios alunos enquanto realizadores das propostas. Assim sendo, fiz anotações sobre minhas impressões tendo a expectativa de produção e, também, tendo como repertório os trabalhos produzidos pelos alunos. Ao incluir as palavras para uso da inteligência artificial pude observar muitas diferenças sobre minhas expectativas e em comparação com o trabalho das equipes e, ao mesmo tempo, certas semelhanças. Algumas noções prevalecem significados de senso comum, por exemplo “abandonado” que traz ideia e conceitos muito próximos do imaginário e da própria expectativa. Com o programa utilizado, o processo de comando é escrever um *prompt* na caixa, assim obtendo várias imagens, podendo também modifica-lo, com isso gerando novas imagens que possam se aproximar do resultado desejado. No entanto, a premissa da intervenção para o diagrama, é justamente a livre criação da IA como uma forma ou um conceito de algo que não necessariamente está pronto, mas sofrerá modificações por ser apenas uma parte do processo.

Resultados da experiência com IA, sobre o grupo 1: Hospital Bom retiro

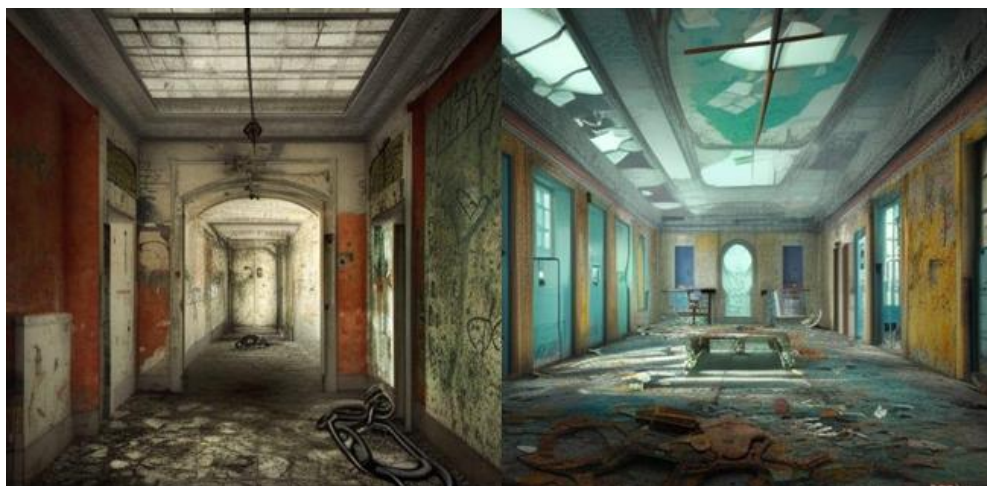
Imagem 15 e 16 – Produção por IA sobre o Hospital Bom Retiro



Fonte: *Nightcafe* (Ariane Alves, 2023).



Imagem 17 e 18 – Produção por IA sobre o Hospital Bom Retiro



Fonte: *Nightcafe* (Ariane Alves, 2023).

Imagem 19 – Produção por IA sobre o Hospital Bom Retiro



Fonte: *Nightcafe* (Ariane Alves, 2023).



Resultados da experiência com IA, sobre o grupo 2: Antigo Hotel Tassi

Imagem 20 e 21 – Produção por IA sobre o Hotel Tassi



Fonte: *Nightcafe* (Ariane Alves, 2023).

Imagem 22 e 23 – Produção por IA sobre o Hotel Tassi



Fonte: *Nightcafe* (Ariane Alves, 2023).

Imagem 24 – Produção por IA sobre o Hotel Tassi



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023



Fonte: *Nightcafe* (Ariane Alves, 2023).

Os resultados obtidos como comentado anteriormente, apresentam várias noções do senso comum, assim sendo uma dificuldade para a geração de imagens específicas como a de lugares de Curitiba. No entanto, pela facilidade de criação se torna uma ferramenta de fácil acesso além de auxiliar com o processo de criação de diversas maneiras, é possível observar como é o imaginário popular de um prédio abandonado, as cores utilizadas e enquadramentos possíveis, mas o que torna a criação mais interessante é a forma de como as muitas vezes a IA amálgama alguns objetos ou distorce a perspectiva, criando assim, uma imagem que se aproxima mais de sensações e não apenas representação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto Cidade oferece aos alunos um primeiro contato fundamental com a pesquisa e poéticas, ainda que se modifiquem as propostas todos os anos e surjam inovações durante as várias ofertas, é imprescindível o estudo e interesse em novas plataformas e novas maneiras de criação, principalmente que incluam o uso da tecnologia.

Tendo em vista as entrevistas realizadas, o Projeto acontece de forma aberta, porém com orientação dos professores das disciplinas incluídas e, para que os estudantes se sintam

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 19 de 21



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





livres para exploração e criação independente, é relevante a inserção de conceitos como o de diagrama ou de Inteligência Artificial.

É perceptível o aumento e interesse do uso da tecnologia pelos grupos, sendo importante a apresentação de novos modos para a realização do trabalho, que possam além de aumentar o repertório de possibilidades dos alunos, também para instigar o uso dos conceitos aprendidos para futuras pesquisas ou trabalhos, uma vez que é na graduação que se inicia a discussão e o compartilhamento de experiências e também vai ser possível aprender novas maneiras de produzir e estudar arte.

REFERÊNCIAS

BASBAUM, Ricardo; **PENNA**, João Camillo. Diagrama (manifestações), 2016.

DELEUZE, Gilles. Pintura: el concepto de diagrama. Buenos Aires: Cactus, 2007.

DUARTE, Rovenir Bertola. Radicalizando por diagramas. Por favor, devagar no mar agitado das novidades. Arqtextos, São Paulo, ano 12, n. 143.06, Vitruvius, abr. 2012 Disponível em: . Acesso em nov. 2021.

MONTANER, Josep Maria. Do diagrama às experiências; rumo a uma arquitetura de ação. São Paulo: G. Gili, 2017.

SALLES, Cecília de Almeida. Redes da Criação. São Paulo: Horizonte, 2006.

SILVA, Cintia V. da. Diagrama e catástrofe: Deleuze e a produção de imagens pictóricas. In: Viso: Cadernos de estética aplicada, v. VIII, n. 15 (jan-dez/2014), pp. 66- 79.

SOMOL, Robert E. Dummy Text ou a Base Diagramática da Arquitetura Contemporânea. In: Risco. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo - EESC USP. (Online), V 19, 1-29. P. 2021.



Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/187325> > Acesso em agosto de 2023.

TORREZAN, Gustavo Henrique. Entre Gilles Deleuze e Michel Foucault, o diagrama como ferramenta para pensar o jogo de forças na exposição de artes. Tese (doutorado) 271 fls. Programa de Pós-graduação de Artes Visuais. UNICAMP, 2017.

VIDLER, Anthony. What is a Diagram anyway? In: CASSARÀ, S. (ed.). Peter Eisenman Feints. Milano: Skira, 2006, p. 19-27. Disponível em: Acesso em out. de 2021.

D'Angelis, C. K. V., & Moreno Sperling, D. (2021). Dummy Text ou a Base Diagramática da Arquitetura Contemporânea. *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)*, 19, 1-29.



MATERIAIS DE SOLFEJO E DE RITMO PARA LEITURA BÁSICA À PRIMEIRA VISTA

Bianca Hernacki Amante - (CNPq)
Unespar/*Campus* Curitiba I, bi.hamante@gmail.com

Cristiane Hatsue Vital Otutumi - Orientadora
Unespar/*Campus* Curitiba I, cristiane.otutumi@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Nesse texto apresentamos alguns dos resultados alcançados no período de iniciação científica, que teve como objetivo geral analisar os eixos pedagógicos de dois livros didáticos utilizados comumente nas nossas aulas de Percepção Musical (Curitiba I/Embap). E, como objetivo específico, identificar seus principais conteúdos, elaborando o detalhamento das informações desses livros em um texto síntese - itens importantes para a pesquisa da docente.

Na primeira fase foram realizadas atividades de conhecimento e estudo da literatura sobre Percepção Musical, com artigos sugeridos pela orientadora bem como por buscas no banco de teses e dissertações da CAPES. Após esse período de leitura sobre o tema, foram feitas buscas de aplicativos de celular sobre teoria e percepção musical visando facilitar e organizar informações de leitura musical e ritmo nos aplicativos para celulares (sistemas operacionais Android e iOS) - sobretudo como forma prática de apresentar à orientanda técnicas de pesquisa e levantamento de dados. E, então foram realizadas as análises do livro de ritmo: "Método Prince - Leitura e Percepção - Ritmo, vol. 1", de Adamo Prince (1993); e de solfejo: "A New Approach to Sight Singing", de Sol Berkowitz, Gabriel Fontrier, Leo Kraft (1997), seguido de um diálogo final dos resultados. Nesse texto daremos ênfase ao ponto central de análise desses livros.



MATERIAIS E MÉTODOS

Fase de desenvolvimento das análises de livros de ritmo e de solfejo

Nesta fase foram realizadas análises de métodos utilizados nas aulas de Percepção Musical na Embap, sendo esses os documentos:

- Método Prince - Leitura e Percepção - Ritmo, vol. 1 (1993). Autor: Adamo Prince. Rio de Janeiro, Editora Lumiar, (6a. edição);
- A New Approach to Sight Singing (1997). Autores: Sol Berkowitz, Gabriel Fontrier, Leo Kraft. Nova Iorque, Editora W. W. Norton & Company, (4a. edição).

Cientes de que ambos os livros são volumosos em quantidade de exercícios e, verificando o tempo exíguo de uma IC: optou-se por dar ênfase à análise do volume 1 do livro de ritmo - Adamo Prince (o primeiro volume de uma coleção de 3), e de outra parte, optou-se por analisar a primeira seção do capítulo 1 do livro de Solfejo - de Berkowitz et al (que possui 5 capítulos com total de 329 páginas). O critério de escolha também dá visibilidade à parte dos materiais que são amplamente utilizados no primeiro ano da graduação em Música da nossa unidade (Curitiba I/Embap).

Outro ponto a ser observado no desenvolvimento da análise é que se optou por: a) pesquisar e apresentar brevemente os autores; b) ler, discutir e apresentar brevemente o livro por completo; c) apresentar detalhadamente os elementos musicais de ambos os livros. Para o livro de ritmo: aspectos importantes foram destacados da dissertação de Mourim (2015), ofertando um diálogo mais próximo com o autor, além do tratamento do seu material. Para o livro de solfejo: pelo fato de ser uma literatura em outro idioma, escolhemos dar ênfase às diretrizes dos autores, traduzi-las e indicá-las, além do tratamento do material em si.

Descrição geral do livro de leitura rítmica: Método Prince - Leitura e Percepção - Ritmo, vol.1

O livro analisado foi o Método Prince - Leitura e Percepção - Ritmo, volume 1 (de 3 volumes), escrito por Adamo Prince e lançado no ano 1993 pela Editora Lumiar. Houve seis edições lançadas em 221 páginas estruturadas em prefácio, introdução e três capítulos (chamados de "partes") de conteúdo de leituras.



O autor Adamo Prince (Rio de Janeiro, 1954) é músico, professor, escritor e poeta. Foi concedido a Prince em 2017 o título acadêmico de Notório Saber em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, instituição em que no passado buscou cursar graduação mas, em desacordo com o sistema de ensino tradicional, não concluiu (MOURIM, 2015, p.32). Atualmente trabalha nas áreas de: composição, arranjo e produção de materiais de ensino nas áreas de leitura e percepção, ritmo, som, harmonia e arranjo.

Prince é autor dos livros Método Prince: Leitura e Percepção - Ritmo, Volumes 1, 2 e 3; A Tempo: Método de Ritmo; Linguagem Harmônica do Choro; Arranjos de Base: Blues; A Arte de Ouvir: Percepção Rítmica; Manchas Visuais no Teclado; Tratado de harmonia e improvisação, além de ter pesquisado, transcrito e revisado songbooks publicados pela Lumiar Editora e Irmãos Vitale. Seus métodos podem ser encontrados de forma online, por exemplo, com o curso “Método Prince online” criado por Prince e pelo músico Pedro Prazeres. Citamos aqui uma gravação da trajetória artística, o álbum Na Varanda (2008, Spotify), com obras autorais para violão solo.

O livro Método Prince - Leitura e Percepção - Ritmo, vol.1 (1993) é bilíngue, publicado em português e inglês e ambos idiomas compartilham espaços proporcionais nas páginas do livro. O prefácio (p. 9-10) foi escrito por Ian Guest, em que destaca pontos do livro, como a importância de se estudar rítmica em separado ao som e o treinamento em leitura à primeira vista cuja quantidade de exercícios disponíveis pode evitar que a repetição até a memorização ocorra. Ian Guest (1993) pontua a necessidade de praticar a leitura de duas linhas de ritmo executadas por voz e mão, comparando com a prática musical em grupo: [...] Dividir a atenção entre duas atitudes simultâneas é, além da leitura polirrítmica em muitos instrumentos, imposição fundamental a todo músico que toca em grupo [...] (GUEST in PRINCE, 1993, p. 9-10).

Na introdução do livro, o autor Adamo Prince traz conceitos e elementos rítmicos (p. 11-20) e instruções para realização dos exercícios (p. 21-26). Trabalhando com fórmula de compasso simples, em cada um dos capítulos o autor apresenta figuras rítmicas em destaque no topo superior de cada página. Identificamos que cada capítulo possui sua sequência de padrões rítmicos (chamados pelo autor de “clichês visuais”) que são postos em prática nos exercícios de leitura e percepção. Estas sequências são rerepresentadas conforme surgem



novos elementos (ligaduras, pausas, leituras a uma e duas vozes), aumentando aos poucos o nível de dificuldade de execução. As primeiras duas grandes seções de cada capítulo são dedicadas à leitura de frases rítmicas, enquanto as duas seções finais de cada capítulo são dedicadas à prática da percepção em sala de aula, onde é indicado pelo autor que o professor execute uma frase rítmica e o estudante ouça, memorize, repita e escreva a uma ou duas vozes, com exercícios que apresentam a sequência de padrões rítmicos do capítulo.

O Método Prince é conhecido nacionalmente, sendo utilizado em aulas de percepção e teoria musical em universidades brasileiras e como bibliografia de estudo para concursos. Segundo Mourim (2015):

[...] as instituições que recomendam ou adotam o material produzido por Prince são: a Universidade de São Paulo (USP); o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG); a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR); o Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília (CEP-EMB); a Fundação Clóvis Salgado (FCS) a Universidade Federal de Uberlândia (UFU); a Universidade Federal de Alagoas (UFAL); a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); a Universidade Federal de São Carlos (Ufscar); a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); a Universidade Estadual Paulista (Unesp); o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC); a Universidade Sagrado Coração (USC); a Universidade de Integração Latino-Americana (Unila); o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS); o Exército Brasileiro; a Universidade Federal do Maranhão (UFMA); e a Prefeitura de Uberlândia. (MOURIM, 2015, p.13-14).

Os livros escritos por Adamo Prince são objetos de pesquisa na dissertação de mestrado de Roberta Mourim (2015) e são citados por Ermelinda Paz no livro *Pedagogia Musical Brasileira no Século XX*.

Descrição do primeiro capítulo do Método Prince, vol.1 (1993)

O primeiro capítulo do livro *Método Prince - Leitura e Percepção - Ritmo, Vol. 1* (p. 25-61) é dedicado às figuras: semibreve, mínima e semínima em fórmulas de compasso 2/4, 3/4 e 4/4 (conforme quadro 1). O autor inicia o capítulo com uma seção dedicada à prática de pronúncia das figuras rítmicas onde sugere ler os exercícios utilizando duas sílabas para leitura: “tã” para a semibreve, mínima, mínima pontuada e ligaduras para e “tá” para semínimas, explorando a sonoridade mais curta e percussiva da consoante “T” em português.



No Quadro 1 podemos encontrar figuras destacadas do primeiro capítulo do livro, em ordem de aparição. São trinta e duas diferentes combinações entre as figuras semibreve, mínima e semínima e suas pausas aplicadas pelo autor em exercícios de leitura a uma voz (p. 27 a 35), leitura a duas vozes simultâneas (p.37-44), treino de percepção a uma voz (p. 45-53) e a duas vozes simultâneas (p.54-61).

Quadro 1 - Figuras destacadas do primeiro capítulo do livro em ordem de aparição

Fonte: Método Prince vol. 1 (Adamo Prince, 1993, p 27-35).

Na seção de exercícios de leitura rítmica (p.27-44) cada página do livro tem quatro frases musicais de oito compassos em que as figuras rítmicas em destaque são colocadas em prática. A dificuldade destes exercícios aumenta progressivamente, assim como a quantidade de elementos (ritornelo, casas de repetição, etc) na partitura. A partir da página 36 o livro contém exercícios de leitura a duas vozes simultâneas, começando com exercícios curtos com ritornelos, com função de preparação para os exercícios seguintes. A segunda metade do



capítulo é voltada à prática da percepção, onde é indicado que o professor execute as frases rítmicas e que o aluno ouça, memorize, repita e escreva, a uma (p.45 a 53) e duas vezes (p.54 a 61). Nesta parte, cada página tem de doze a dezoito exercícios rítmicos de quatro compassos, em 2/4, 3/4 e 4/4, agregando os elementos pausas e ligaduras ao final de cada seção.

Descrição do segundo capítulo Método Prince, vol.1 (1993)

O segundo capítulo do livro (p. 62 a 105) inicia indicando a colcheia como sua figura em destaque, estando os exercícios propostos nas fórmulas de compasso 2/4, 3/4 e 4/4. Para a pronúncia das figuras rítmicas, Prince sugere “ta” para colcheias e “tã” para semínimas, semínimas pontuadas e ligaduras, como anteriormente. O capítulo inicia com exercícios de leitura rítmica a uma voz (p.65 a 75), seguido pelas seções de duas vozes alternadas (p.77-84) e duas vozes simultâneas (p.85-92). As páginas destas seções possuem quatro frases musicais de oito a doze compassos. A parte do treino de percepção a uma voz (p. 93-98) é seguida das seções de duas vozes alternadas (p.98 a 101) e simultâneas (p.101 a 105). O segundo capítulo possui treze figuras destacadas, dispostas em ordem de aparição no quadro 2. As três primeiras figuras têm a duração de uma semínima e as dez seguintes têm a duração de duas semínimas. As figuras destacadas deste capítulo são compostas por colcheias e suas pausas, semínimas e semínimas pontuadas e nos exercícios são retomados elementos do capítulo anterior, como a semínima e sua pausa, mínima e mínima pontuada.

Quadro 2 - Figuras destacadas do segundo capítulo do livro em ordem de aparição

Fonte: Método Prince (Adamo Prince, 1993, p 65-75).



Na seção de leitura a uma voz o autor apresenta uma, duas ou três figuras rítmicas destacadas e cinco frases rítmicas de oito a doze compassos por página. A última frase rítmica das páginas 66 a 71 contém doze compassos e a cada página o autor insere novos elementos como: anacruse, ritornelo, casas de retorno e repetição de compassos. Prince parece seguir uma lógica de agregar elementos e formas de ler e praticar percepção musical a cada nova parte exposta. Neste capítulo o autor propõe como novo elemento os exercícios de leitura (p.77 a 84) e percepção (p. 98 a 101) a duas vozes alternadas entre boca (voz) e mão. São apresentados exercícios preparatórios (p. 76) para esta seção, com “fórmulas de mão e boca” aplicadas a frases rítmicas de um compasso, havendo diferentes indicações de execução das frases entre boca e mão. Esta seção (p.77 a 84) dispõe de quatro frases rítmicas com oito compassos cada, ordenadas nas fórmulas de compasso 2/4, 3/4 e 4/4. A seção de leitura a duas vozes simultâneas (p.85 a 92) apresenta por página três frases rítmicas em 2/4, 3/4 e 4/4 de oito compassos cada, surgindo nível ascendente de dificuldade os elementos anacruse, ritornelo, casas de retorno e repetição de compassos. O autor volta a expor a ordem dos exercícios de leitura na seção de treino de percepção a uma e duas vozes alternadas e simultâneas (p. 93 a 105). Nesta seção são apresentadas de uma a seis figuras destacadas ao topo e de doze a dezesseis frases rítmicas de quatro compassos por página, sendo indicado pelo autor que o professor execute e o aluno ouça, memorize, repita e escreva a frase.

Descrição do terceiro capítulo: Método Prince, Vol.1

O terceiro capítulo do livro Método Prince - Leitura e Percepção - Ritmo - Vol. 1 (p. 106 a 221) foca na figura da semicolcheia e assim como nos capítulos anteriores, estão Página 7 de 19 Apoio: nas fórmulas de compasso 2/4, 3/4 e 4/4. Prince sugere para a leitura em voz alta das figuras em destaque (p. 108) a pronúncia das sílabas “ta” para as semicolcheias posicionadas em tempos fortes (1º e 3º), “ca” para semicolcheias posicionadas em tempos fracos (2º e 4º), “cã” para colcheias e semínimas com dupla pontuação e para a leitura das ligaduras indica “tã” ou “cã”, conforme a última sílaba da figura rítmica. Na parte de instruções de leitura a uma voz (p. 21 a 24), no ponto 4, Prince indica utilizar “[...] a marcação constante das semicolcheias na mão direita, com os dedos polegar, indicador, médio e anelar [...]” (PRINCE, 1993, p. 22) para auxiliar a leitura em um primeiro momento, descontinuando



conforme o leitor se familiariza com o sistema de figuras rítmicas destacadas e combinadas. Estas figuras destacadas são compostas por semicolcheias, colcheias, colcheias pontuadas, semínimas com dupla pontuação e suas respectivas pausas. As figuras rítmicas destacadas se organizam em cada página por pares com as ordens dos elementos trocadas, por exemplo: se a primeira figura é composta por uma pausa de colcheia e uma colcheia em um tempo valendo uma semínima, a seguinte terá os mesmos elementos em outra ordem (uma colcheia seguida de uma pausa de colcheia).

Quadro 3 - Figuras destacadas do terceiro capítulo em ordem de aparição

Fonte: Método Prince (Adamo Prince, 1993, p. 109-126).

Na seção de leitura a uma voz (p. 109-136) o autor apresenta quatro frases rítmicas de oito, doze e dezesseis compassos por página, enquanto na seção de exercícios de leitura a duas vozes alternadas (p. 137-161) encontramos quatro ou seis frases rítmicas de quatro ou



oito compassos por página. Os exercícios de leitura a duas vozes simultâneas (p. 162-186) aparecem em seguida, com três frases rítmicas com oito a dez compassos por página. Neste capítulo o autor insere nos exercícios elementos gráficos como: da capo (D.C.), fade in, fade out, anacruse, ritornelo, casas de retorno e repetição de compassos.

A segunda metade do terceiro capítulo é voltada à prática da percepção rítmica, assim como nos dois capítulos anteriores. É indicado pelo autor no livro que o professor execute as frases rítmicas e que o aluno ouça, memorize, repita e escreva, a uma (p. 187 a 200) e duas vozes alternadas (p. 201 a 212) duas vozes simultâneas (p. 213 a 221). Nesta seção de percepção, cada página tem seis, oito ou doze exercícios rítmicos de dois ou quatro compassos, com exercícios que agregam pausas e ligaduras ao final de cada seção. As frases rítmicas deste capítulo estão escritas nas fórmulas de compasso 2/4, 3/4 e 4/4.

Descrição geral do livro de solfejo: A New Approach to Sight Singing (1997)

O livro analisado se chama A New Approach to Sight Singing (Uma nova abordagem para o solfejo, tradução nossa) e foi escrito por Sol Berkowitz, Gabriel Fontrier e Leo Kraft. Livro publicado em língua inglesa pela Editora W. W. Norton & Company, está em sua sétima edição, sendo a primeira edição publicada em 1960. Nesta pesquisa utilizamos como referência a quarta edição do livro, de 1997, que possui 329 páginas estruturadas em cinco capítulos.

Trata-se de um livro de solfejo que tem como proposta principal exercitar a leitura melódica e o solfejo com aumento progressivo de complexidade de execução. Atualmente o livro está em fase de pré-venda da sétima edição a ser publicada em 2024, com cinco autores: Sol Berkowitz, Gabriel Fontrier e Leo Kraft, Perry Goldstein e Edward Smaldone e, em comparação com a quarta edição (referência para esta investigação) a sétima edição conta com revisões de conteúdo e modificações no número de capítulos do livro, segundo o site da editora (W.W. NORTON, 2023). A quarta edição foi escolhida por ser a que temos disponível e a que tem sido utilizada em sala de aula na disciplina Percepção Musical, ministrada pela Prof. Dra. Cristiane Otutumi.



Sol Berkowitz (Ohio/EUA 1922-2006) foi músico, compositor, escritor e professor universitário. Mestre em Música pela Columbia University, Berkowitz compôs para musicais, programas de televisão, ópera e balé, além de atuar como docente na Aaron Copland School of Music (parte da Queens College da Universidade de Nova Iorque) até sua aposentadoria, em 1999. Gabriel Fontrier (Bucareste/Romênia, 1918-1998) foi músico, compositor e professor na Queens College, de 1947 a 1983. Leo Kraft (Nova Iorque/EUA, 1922-2014) foi músico, compositor e professor na Queens College entre os anos 1947 e 1989.

O prefácio traz informações gerais sobre o livro, comenta sobre as melodias utilizadas em um dos capítulos, provenientes da literatura musical, questões de organização do livro. Encontramos esta definição do livro no prefácio:

Este livro é uma compilação de materiais musicais compostos especificamente para o estudo do solfejo, além de contar com um capítulo dedicado a melodias provenientes do repertório de música erudita e folclórica. O domínio do solfejo é essencial para performers, estudiosos, compositores e professores - para todos os músicos ou amadores inteligentes. Em um mundo ideal, alunos de instrumento e canto aprenderiam a solfejar desde o começo, mas na prática poucos recebem essa instrução. O treinamento do solfejo geralmente é menos prestigiado do que a prática de performance e os estudos acadêmicos. Entretanto, as aulas de solfejo se tornaram uma parte essencial das ementas de escolas no ensino médio, conservatórios, colleges e universidades. [...] (BERKOWITZ, FONTRIER, KRAFT, 1997, p. ix. Tradução nossa.)

O capítulo um contém duas páginas iniciais e em seu primeiro parágrafo os autores apresentam a seguinte indicação:

Antes de cantar uma melodia (ou performar musicalmente de qualquer forma) é necessário compreender o panorama do sistema de notação musical que utilizamos hoje. O pentagrama com as claves, fórmulas de compasso, indicação de andamento e marcações de expressão constituem um código musical com todos os elementos que devem ser codificados simultaneamente, a fim de transformar em música o que foi escrito. (BERKOWITZ, FONTRIER, KRAFT, 1997, p. 1. Tradução nossa.)

Na primeira página do capítulo um os autores trazem indicações pertinentes à execução dos exercícios, por exemplo, com indicações de como estabelecer a tonalidade:

[...] As melodias na seção I são tonais. Cada uma é escrita em um tom específico e o aluno deve estabelecer este tom antes de começar a cantar. A tônica (diferente da primeira nota da melodia) deveria ser tocada no piano ou diapasão e cantada pelo estudante. Então a escala da tonalidade deve ser cantada, ascendente e descendente, seguido de um arpejo contendo tônica, terça, quinta e oitava, cantadas para estabelecer uma sensação de tonalidade da melodia. [...] (BERKOWITZ, FONTRIER, KRAFT, 1997, p. 1. Tradução nossa)



O capítulo dois inicia com um parágrafo que resume os conteúdos que serão trabalhados:

A experiência de cantar uma parte enquanto escuta outra desenvolve aquele senso de independência, essencial para um performer que faça parte de um conjunto. Ouvir a relação harmônica e contrapontística entre sua linha melódica e outra pode ajudar a manter uma entonação e rítmica mais precisas. Para práticas adicionais, é útil tocar uma voz ao piano e cantar outra. Estes duetos podem também ser utilizados para ditados. [...] (BERKOWITZ, FONTRIER, KRAFT, 1997, p. 105. Tradução nossa.)

O capítulo três se apresenta indicando sua proposta: desenvolver a habilidade de Sing and play (cantar e tocar) com a leitura dos exercícios. Os conteúdos trabalhados no capítulo três são resumidos no seguinte parágrafo:

Estes exercícios oferecem uma experiência introdutória em cantar melodias feitas para voz com acompanhamento do piano. Este capítulo trabalha os mesmos desafios melódicos apresentados no capítulo um, agora com acompanhamento; cada seção termina com uma série de temas e variações para voz e piano. Estas peças curtas devem ser cantadas e tocadas pela mesma pessoa. Entretanto, as partes do piano foram mantidas em um nível mínimo de dificuldade. A ênfase está na linha melódica e sua relação com o acompanhamento. O piano é especialmente útil para superar potenciais dificuldades com a entonação. Estudantes com pouca habilidade ao piano podem utilizar os duetos do capítulo dois para exercitar mais cantar e tocar ao mesmo tempo. Sugerimos que alguns dos exercícios sejam apresentados como tarefa para o estudo em casa, entre uma aula e outra. A experiência adquirida durante o estudo deste capítulo prepara o estudante para explorar alguns dos tesouros mais ricos presentes na literatura musical. (BERKOWITZ, FONTRIER, KRAFT, 1997, p. 141. Tradução nossa.)

O capítulo quatro inicia na página 234 e vai até a página 259. Na página 234 os autores resumem o conteúdo do capítulo, como podemos encontrar no parágrafo a seguir:

Temas e variações oferecem a oportunidade de cantar composições musicais mais extensas. As variações demandam um maior espectro de habilidades musicais em comparação com as melodias do capítulo um. A natureza do material e os níveis de dificuldade se comparam com as dificuldades presentes no capítulo um. (BERKOWITZ, FONTRIER, KRAFT, 1997, p. 234. Tradução nossa.)

O capítulo cinco se apresenta determinando sua proposta:

As melodias do capítulo cinco vêm de duas fontes: o repertório de concerto dos últimos dois séculos e meio e a literatura da música folclórica de diferentes terras. Estas melodias oferecem uma ampla diversidade de estilos, assim como várias diferentes abordagens em relação ao fraseado, dinâmica e interpretação. Muitas das melodias foram editadas para estar com o fraseado e a articulação das melodias em capítulos anteriores. Alguns foram adaptados para se adequar melhor ao solfejo. As quatro seções deste capítulo são coordenadas com as seções dos capítulos anteriores. (BERKOWITZ, FONTRIER, KRAFT, 1997, p. 260. Tradução nossa.)



Na seção Typical class do prefácio os autores sugerem uma ordem de estudo para utilizar o livro em aulas de uma hora para uma turma de primeiro ano no ensino médio (freshman):

- 1) Começar cantando um grupo de melodias do capítulo um, seção I;
- 2) Ler os duetos do capítulo dois, seção I;
- 3) Melodias sem acompanhamento do capítulo três, seção I;
- 4) Uma das variações presentes no capítulo quatro, seção I;
- 5) Melodias da literatura, do capítulo cinco, seção I.

Descrição específica da seção I, excerto do capítulo 1


Nesta pesquisa optamos por analisar a seção I (p. 3 - 27), excerto do capítulo um (p. 1 - 75) pois são os materiais mais utilizados nas turmas do 1o. ano da graduação. Nas páginas 1 e 2 são encontradas indicações para realização prévia ao estudo, sendo elas:

- 1) encontrar a tonalidade da melodia;
- 2) definir um andamento para execução;
- 3) escolher um entre os modos de cantar melodias sem texto (utilizando dó fixo, dó móvel, números dos graus da escala ou uma sílaba para cantar todas as alturas);
- 4) observar ligaduras e articulações, estruturando o fraseado;
- 5) respeitar os valores de cada figura rítmica;
- 6) verificar cada melodia buscando o ponto mais agudo e o mais grave; observar a dinâmica e articulação disposta; fazer arpejos sobre a tessitura da melodia; cantar uma ou mais vezes aquecimentos na tonalidade e andamento do exercício; marcar o compasso com padrões de regência enquanto canta. Na página 2 são sugeridas quatro melodias para aquecimento na clave de sol e nas fórmulas de compasso 4/4 e 3/4 (BERKOWITZ, FONTRIER, KRAFT, 1997, p.1-2, tradução nossa).

A seção I está localizada entre as páginas 3 e 27 e contém 141 melodias a uma voz em que são trabalhadas as figuras rítmicas semibreve, mínima, semínima e colcheia, com diferentes indicações de dinâmicas. As melodias estão nas claves de sol, fá e dó nas fórmulas de compasso 2/4, 3/4 e 4/4. Na página 3 encontramos a informação de que a ênfase dos



conteúdos trabalhados nas primeiras melodias está nos aspectos básicos de tonalidade, utilizando assim escalas e sequências de acordes de fácil reconhecimento nos modos maior e menor. Segundo os autores, as frases musicais encontradas no livro são simétricas e curtas (visando rápida assimilação das melodias) e diferentes elementos gráficos musicais vão sendo, aos poucos, inseridos: a clave de dó surge no exercício 33b, o modo menor começa a ser trabalhado na melodia 47 e a fórmula de compasso composto 6/8 aparece a partir da melodia 59c. Encontramos esta sequência de indicações dos autores sobre a obra e adicionamos dados observados:

- 1) Os exercícios de solfejo nº1 a nº8 estão na clave de sol e fá e apresentam movimento por graus conjuntos e a maior tessitura encontrada é de uma oitava. São melodias de quatro compassos nas tonalidades: fá maior, sol maior e si bemol maior;
- 2) Os exercícios de solfejo nº9 a nº12 estão na clave de sol e fá e são formados por duas frases, com quatro ou oito compassos, nas tonalidades: ré maior, si bemol maior, mi bemol maior e sol maior. Autores indicam observar a nota mais aguda de cada frase melódica.
- 3) Os exercícios de solfejo nº13 a nº15 estão na clave de sol e fá e são formados por três frases (duas frases curtas e uma mais longa) com oito compassos nas tonalidades: ré maior, si bemol maior e fá maior;
- 4) Os exercícios de solfejo nº16 a nº24 estão na clave de sol e fá e apresentam saltos dentro da tríade (tônica, 3ª, 5ª e 8ª), possuem quatro, seis ou oito compassos e estão nas tonalidades: lá maior, sol maior, mi bemol maior e ré maior;
- 5) Os exercícios de solfejo nº25 a nº32 estão na clave de sol e fá apresentam a figura rítmica , possuem quatro, oito ou dezesseis compassos e estão nas tonalidades si bemol maior, lá bemol maior, fá maior e sol maior;
- 6) O exercício de solfejo nº33 consiste na mesma melodia escrita na clave de sol (33a), clave de dó (33b) e clave de fá (33c). Possui oito compassos e está na tonalidade dó maior (foco é apresentação das três claves);
- 7) Os exercícios de solfejo nº34 a nº43 estão em clave de dó, possuem quatro, oito ou dezesseis compassos; apresentam as indicações de dinâmica (crescendo, diminuendo,



- staccato, tenuto) e estão nas tonalidades si bemol maior, mi maior, lá bemol maior, lá maior, ré maior e sol maior;
- 8) Os exercícios de solfejo nº44 a nº46 estão em clave de sol, dó e fá e possuem oito e dez compassos. Destacamos a melodia 46 onde as semicolcheias começam a aparecer no livro. Apresentam indicações de dinâmica (rallentando, fermata, a tempo) e estão nas tonalidades ré maior e si bemol maior;
 - 9) Os exercícios de solfejo nº47 a nº53 estão em clave de sol, dó e fá, apresentam quatro, cinco e oito compassos em modo menor, nas tonalidades sol menor e mi menor;
 - 10) Os exercícios de solfejo nº54 a nº58 estão em clave de sol, dó e fá, apresentam 8 compassos em modo menor, nas tonalidades fá suspenso menor, fá menor, mib maior;
 - 11) O exercício de solfejo nº59 consiste na mesma melodia, em clave de sol, escrita em três fórmulas de compasso: 3/4 (59a), 2/4 (59b) e 6/8 (59c) (diferentes ênfases de leitura da frase rítmica), apresentam quatro e oito compassos, em mib maior;
 - 12) Os exercícios de solfejo nº60 a nº67 são escritos em clave de sol, dó e fá e na fórmula de compasso 6/8, apresentam quatro, cinco e oito compassos, nas tonalidades ré maior, ré menor, mi maior e mi menor;
 - 13) Os exercícios de solfejo nº68 a nº112 se diferenciam por melodias que se iniciam pela 5ª da tríade da tônica (nº73 a nº76), depois pela 3ª da tríade (nº77 a nº 81). Mas, também iniciam em anacruse (nº82 a nº85). A partir da melodia 86 há saltos de arpejos que caminham para o IV grau, em ambos os modos maior e menor;
 - 14) Os exercícios de solfejo nº113 a nº128 são escritos em clave de sol, dó e fá nas fórmulas de compasso 2/4, 3/4, 4/4 e 6/8 e apresentam seis, oito e doze compassos, em diferentes tonalidades, nos modos maior e menor. Entre as melodias 113 e 117 há saltos de arpejos no V grau;
 - 15) Os exercícios de solfejo nº129 a nº141 são escritos em clave de sol, dó e fá nas fórmulas de compasso 2/4, 3/4, 4/4 e 6/8. Estas frases melódicas trabalham os modos dórico, frígio, mixolídio e eólio e possuem de quatro a doze compassos.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ambos os livros possuem uma perspectiva progressiva de elementos a serem apresentados aos estudantes durante a aquisição da leitura e a prática da percepção auditiva e/ou teoria. Embora em poucos momentos eles mencionem o vínculo com a percepção, é evidente que esse trabalho é conduzido para que a habilidade de leitura, escrita e auditiva seja treinada pelo leitor. Nesse aspecto, Adamo Prince é quem faz mais menções à prática da percepção e também confirma a importância da escuta, da memorização e da escrita musical. Página 14 de 19 Apoio: (visivelmente por meio da técnica de ditado musical) durante seções exclusivamente pensadas para isso (ver páginas finais dos capítulos 1, 2 e 3).

Outro ponto interessante é haver orientações claras no início do livro e outras indicações no decorrer dos capítulos - transparecendo cuidado e sensibilidade com a aprendizagem dos leitores.

Prince (1993) e Berkowitz et al (1997) destacam quais elementos estão disponíveis para aquela etapa da prática (por meio de frases de orientação ou imagens de padrões no início da página). Eles todos fazem sugestões de diferentes modos de estudo (marcações com as mãos, sílabas, regência e modificando itens dos exercícios), embora cada material o faça de maneiras próprias.

Por estarem imersos em culturas diferentes - observando a experiência de Prince (1993) com a realidade brasileira e a de Berkowitz et al (1997) no universo norte americano e europeu, cada um dos materiais potencializa elementos do seu cotidiano. É possível notar o "ritmo brasileiro" explicitado em gêneros pelos exercícios que quase transparecem "levadas" da Bossa Nova, do Samba, do Choro (sem mencioná-las pelo autor). De outro modo, são passíveis de observar a presença da rítmica mais simples (e gradual) das melodias dos solfejos, além da proporção de melodias propositais de trechos da literatura européia.

As características dessas estruturas trazem um eixo pedagógico cuidado, orientado e detalhado do material musical. Oferecendo à comunidade de colégios e universidades uma riqueza de dados para músicos amadores e aqueles em desenvolvimento profissional.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisitando a proposta da pesquisa que teve como objetivo geral analisar os eixos pedagógicos dos livros didáticos utilizados nas aulas de Percepção Musical (Curitiba I/Embap), identificando seus principais conteúdos e elaborando o detalhamento das informações: é possível observar os benefícios desse processo:

- Visão geral e pormenorizada dos capítulos dos livros;
- Conhecimento contextual de seus autores;
- Estudo sobre a utilização e as edições dos livros (Brasil e exterior);
- Pontos em comum das estruturas didáticas;
- Pontos diferenciais de cada método.

Isso trouxe à tona uma visão ampliada dos materiais, além de preparar um texto síntese sobre cada um deles. O desafio maior foi delinear-los entre a macro e micro ação de análise (alternância de observações e levantamento de aspectos). Entretanto, firmamos um olhar que mesclou o universo de elementos musicais (importante para professores e estudantes da disciplina de Percepção e outras práticas musicais na universidade), e o estudo da literatura. Além disso, também houve o empenho de se atualizar os modos de estudo por meio do levantamento de apps. Dessa forma, ainda que haja muitos modos de observar esses mesmos materiais, vimos como produtivas essas análises - desejando que sejam expostas e dialogadas com estudantes e professores de outras instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERKOWITZ, Sol; FONTRIER, Gabriel; KRAFT, Leo. **A new approach to sight singing**. Nova Iorque: W. W. Norton, 4ª edição, 1997.

MOURIM, Roberta. **Método Prince: registros e análises da pedagogia de um mestre sem diploma**. 2015. 177f. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

PAZ, Ermelinda A. **Pedagogia musical brasileira no século XX: metodologias e tendências**. Brasília: Musimed, 2000.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

PRINCE, Adamo. **Método Prince - Leitura e Percepção - Ritmo**, vol. 1 - Rio de Janeiro: Lumiar, 6ª edição, 1993. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=khtQt535EzkC&lpg=PP1&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>. Acessado em: 02 ago. 2023.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 17 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





**A PARÓDIA DOS TRIBUNAIIS ATENIENSES EM AS VESPAS, DE
ARISTÓFANES**

Bruno Dantas França - (Voluntário)
Unespar/Campus de Paranavaí, brunodantas147@gmail.com

Thaís Regina Gimenes Chagas - Orientadora
Unespar/Campus de Paranavaí, thaís.chagas@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário - PIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

A introdução deve apresentar os elementos constitutivos do problema e da problemática de pesquisa, além dos objetivos a serem trabalhados no decorrer do texto. Pode ainda conter o recorte teórico e temporal do objeto de investigação além da fundamentação teórica que embasou a pesquisa de Iniciação Científica. Na Grécia Antiga, os antigos gregos começaram a apresentar comédias em festivais chamados de *festas dionisiacas*, em 486 a. C., que eram celebrações de caráter cívico religioso, ou seja, conciliavam aspectos da política e da identidade de Atenas, servindo como fator de agregação da sociedade ateniense. As festas dionisiacas eram uma homenagem ao deus grego Dionísio, considerado deus do vinho e do teatro. O festival tornou-se rapidamente associado à comédia e à sátira política.

Segundo Aristóteles (1999), a comédia se molda da imitação de pessoas inferiores, no entanto, isso não quer dizer que os personagens das comédias sejam inferiores em todos os aspectos. Diante da concepção grega, uma comédia não era capaz de evocar medo ou pena do público, pois essas emoções são próprias da tragédia. A manifestação poética é uma prática que se refere principalmente a Aristóteles, o qual a projetava inerentemente as propagações artísticas.

A comédia grega antiga, que, conforme Cardoso (2011), desenvolveu-se no séc. V a. C., era poderosamente satírica e poucos estavam a salvo de suas farpas; os dramaturgos zombavam regularmente de instituições governamentais, de pessoas comuns ou da alta casta social. Nesse sentido, compreende como cognoscível a comédia como um sentimento



doloroso que é compensado pelo prazer causado pela dor no outro – o que nos remete à ideia de *catarse* de Aristóteles. Para Platão (2012), o riso também é causado pela realidade social e pelo assentimento de quem se julga mais rico, mais virtuoso, mais bonito etc.

Como principal representante da comédia grega antiga, temos Aristófanes (447 a. C – 385 a. C), nascido na cidade de Atenas na Grécia e considerado o maior representante da comédia da Grécia Antiga, que, de acordo com Kury (2004), escreveu 44 peças teatrais que se perderam ao longo do tempo, restando apenas 11 que chegaram aos nossos dias: *Acaruenses* (425 a. C.), *Os Cavaleiros* (424 a. C.), *As Nuvens* (423 a. C.), *As Vespas* (422 a. C.), *A Paz* (421 a. C.), *As Aves* (414 a. C.), *Lisístrata* (411 a. C.), *Tesmoforiantes* (411 a. C.), *As Rãs* (405 a. C.), *Assembleia de mulheres* (392 a. C.) e *Pluto* (388 a. C.).

As comédias de Aristófanes ofereciam comentários sobre questões sociais e políticas contemporâneas. Um tema frequente de suas peças era a Guerra do Peloponeso. Sua peça mais famosa, *Lisístrata* (411 a. C.), apresenta mulheres instituindo uma greve de sexo para convencer os homens a acabar com a guerra, podendo ainda mencionar outras peças como *As Nuvens* (423 a. C.), uma sátira sobre o uso indevido de argumentos filosóficos dirigidos principalmente contra Sócrates, e *As Rãs* (405 a. C.), uma sátira sobre o drama grego centralizado contra Eurípides.

Aristófanes presenciou algumas dessas transformações como a derrota ateniense ante as tropas espartanas e ciente e consciente dos fatos históricos e sociais que grassavam em sua Cidade-Estado e conhecedor das influências que a arte cênica, a política, a educação e a crítica exerciam na sociedade, Aristófanes denunciou-os radicalmente, por meio de suas peças cômicas.

Posto isso, esta pesquisa teve como o objeto de estudo a peça de Aristófanes, *As Vespas*, enfocando as duas partes constituintes: a corrupção da instituição judiciária pela ação do político profissional, Cleão; e a reeducação pessoal, social e cultural de Filocleão. A comédia *As Vespas* foi encenada em uma das festas dionisíacas do ano 422 a. C., intitulada *Leneias*. Aristófanes, de forma estratégica, mesclou seu veio artístico ao político e ao educativo, para, pelo canal da comicidade, apresentar à plateia da comédia o quadro deplorável da instituição judiciária, quer na imagem institucional quer no desempenho funcional de julgar com equidade e justiça as causas intersubjetivas do povo ateniense.



As Vespas (442 a. C.), considerada uma das peças teatrais mais importantes que se sobressaiu na passagem do tempo, perpassa em um cenário ordinário do exterior de uma casa de Atenas. O comediógrafo procura escarnecer o mau funcionamento das instituições democráticas tradicionais, centrando-se mormente nos tribunais que apresenta na pessoa de Filócleon e do próprio coro. Percebe-se logo no começo da peça o teor característico de Aristófanes quanto a escrita, evidenciada pela exposição do personagem chamado Filoclêon (que significa amigo de Clêon, orador, general, político controvertido, demagogo corrupto), caracterizado como um fanático pelas sessões do tribunal. A comédia é uma expressiva e cáustica crítica à organização do poder judiciário de Atenas e à corrupção e demagogia de que padecia o sistema na época de Aristófanes. O enredo começa com diálogo entre Xântias e Sósias, os dois escravos de Filoclêon, comentando a responsabilidade do trabalho que eles estavam empreendendo para manter o Velho Heliasta preso em casa e distante dos tribunais.

Aristófanes, ao longo da comédia, satiriza a figura e a conduta errônea de Filocleão, e, dessa forma, denuncia a farsa com que a política nociva de Cleão atuava nos diversos setores da vida pública de Atenas e da vida privada dos cidadãos. O juiz heliasta, Filocleão, nunca depositava na urna o voto da absolvição de nenhum condenado, mas, de forma reiterada, o voto da condenação, sem atentar para o direito e a justiça manifestados na causa.

A essência da comédia é centrada no humor que a crítica aristofânica dirigiu contra as instituições democráticas de Atenas, pelo fato de ela haver-se deixado depauperar institucional e funcionalmente pela ação demagógica de Cleão. O conteúdo de *As Vespas*, excetuando a paródia feita a autoridades, instituições e pessoas do povo, é um verdadeiro manual de ensino ético, moral, político e jurídico para a vida privada e pública das sociedades ocidentais que têm a tradição cultural grega por modelo.

A luz dessas reflexões iniciais, o presente projeto de pesquisa teve como principal objetivo estudar a crítica à corrupção das instituições jurídicas pelo poder político a fim de promover uma reflexão sobre as mazelas e os preconceitos, que persistem nos dias atuais. A concretização formal desse viés cômico-crítico acompanha a comédia, ressaltando desvios coletivos risíveis da sociedade, características superficiais tipificadas que marcam semelhanças com o real sem as marcações de personalidades individualizadas de heróis, tal



como ocorre nas tragédias. Isso demonstra que é preciso compreender o texto dramático, especificamente a comédia, que foi objeto deste trabalho, como um instrumento de debate das grandes questões da humanidade e não apenas como forma de entretenimento.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa desenvolvida foi de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e bibliográfico, através de estudo aprofundado no tema da pesquisa. A pesquisa qualitativa é realizada para encontrar percepções, fazer suposições e pré-julgamentos e foi efetivada por meio de consulta às obras e publicações de autores que versam sobre a temática do projeto.

As atividades desenvolvidas, em um primeiro momento, foram de caráter bibliográfico, em que as leituras teóricas de diversos estudiosos do tema deram suporte ao desenvolvimento da pesquisa, sendo eles Aristóteles (1999), Jaeger (1994), Cardoso (2011), Adriane Duarte (2005; 1998) e Pompeu, Araújo, Pires (2012) para citar alguns nomes. A primeira parte deste projeto foi de investigação da história política de Atenas entre os séculos IV e V a. C. a fim de contextualizar a obra e a biografia de Aristófanes com as novas concepções que emergem do regime democrático, tal como do desenvolvimento da comédia como manifestação artística que problematiza o mito e a condição humana.

Partindo da leitura e dos fichamentos dos principais textos teóricos que deram suporte ao desenvolvimento dessa pesquisa, a segunda parte consistiu na transcrição literária com base nos teóricos estudados para uma melhor compreensão do texto dramático, exemplificando com excertos da comédia de acordo com os objetivos da pesquisa a fim de destacar que a comicidade apresentada na obra tem uma função educativa, política e jurídica. A metodologia adotada no desenvolvimento do trabalho demonstrou que a literatura é um instrumento essencial para a constatação da história do pensamento jurídico e para a formação do homem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



Os dramaturgos usam as peças teatrais para retratar problemas sociais por meio do riso e utilizam diversas formas para arquitetar suas criações. O esquema de confronto social e individual desenvolvido desde a Grécia antiga foi assim estruturado como ponto de partida para o estudo da comédia.

Aristófanes teve a argúcia artística de montar dentro da comédia principal a sátira à corrupção das instituições judiciárias atenienses do século V a. C., uma série de comédias secundárias, mas de um valor moral, filosófico, jurídico e pedagógico. O enredo começa com o diálogo entre Xântias e Sósias, os dois escravos de Filocleão, comentando a responsabilidade do trabalho que eles estavam empreendendo para manter o Velho Heliasta preso em casa e distante dos tribunais, como afirma o escravo Xântias:

Se vocês estão ansiosos por saber, façam silêncio: vou dizer qual é mesmo a doença do meu senhor: é a paixão pelos tribunais. A paixão dele é julgar; ele fica desesperado se não consegue ocupar o primeiro banco dos juízes. A noite ele não goza um instante de sono. Se por acaso fecha os olhos, o próprio espírito fica olhando para a clepsidra. A paixão dele pelo voto no tribunal é tão grande que faz ele acordar apertando três de seus dedos, como se oferecesse incenso aos deuses, em dia de lua nova. (...) Logo depois do jantar ele pedia as sandálias, corria para o tribunal em plena noite e adormecia lá, colado a uma coluna como uma ostra à concha. (...) Com receio de não ter a pedrinha para o voto, ele tinha no jardim de sua casa um canteiro de pedrinhas, que renovava sem parar. Este era a sua loucura. (ARISTÓFANES, 2004, p. 14)

O senso de justiça em *As Vespas* manifesta-se pela ação dos dois escravos de Filocleão, Xântias e Sósia, e por Bdelicleão. Os escravos Xântias e Sósia, não obstante sua condição sub-humana em Atenas, agiram para conter a mania funesta de Filocleão por tribunais.

A participação de Xântias e Sósia foi mais de natureza física, para tolher o direito de locomoção do Velho heliasta, não com o ânimo de frustrar-lhe a convivência social entre seus iguais, mas com o objetivo de auxiliar a Bdelicleão na profilaxia das vicissitudes do pai. Bdelicleão, filho de Filocleão, agiu com senso de justiça quando intelectualizou as formas de restauração das condutas morais, culturais e sociais do pai.

Dessa forma, os juízes heliastas, mesmo não sendo magistrados de carreira, agiram com a consciência formada em torno dos amplos poderes que a função judicante lhes outorgava.

Bdelicleão observou a mania do pai pelo exercício diário da profissão de juiz heliasta e a difícil empresa que ele iria executar para trazê-lo de volta à vida salutar de cidadão



ateniense. Ele tenta de forma radical curar seu pai de sua mania judicatória, segregando-o em sua própria casa: “Depressa! Venha já um de vocês aqui! Meu pai entrou no forno! Ele sumiu como um rato que se esconde num buraco! Um de vocês dois tome cuidado para evitar que ele fuja pela chaminé, e o outro fique impedindo a saída pela porta!” (ARISTÓFANES, 2004, p. 15)

As impressões deixadas na comédia quanto aos relacionamentos familiares tornam-se ainda mais evidentes quanto às ideias do debate “pai contra filho” ao decorrer da peça, pois, para o pai, o tribunal é bom porque lhe traz vantagens pessoais, para o filho, Bdeliclêon, o tribunal é ruim porque os jurados são meros instrumentos dos governantes. Todavia, compreende que o filho quer, ao que faz perceptível, dar uma condição de vida melhor para seu pai.

Definindo-se como uma família de posses, pois a figura do filho retratada possui poder para presentear bons momentos, boas sandálias, mesa farta, festas e bons encontros. Ainda que a situação seja encarada de forma humorada, esta não nivela nem oculta as ascendências que complicam às demandas sociais que se perpetuam no júri de Atenas, assim assentimos com Pompeu, Araújo e Pires (2012, p. 19-17) ao proferir que “o melhor humor, é aquele que inclui elementos emocionais, sociais e intelectuais, que pode ser usado para provocar o riso”. A descrição da passagem, a seguir, da relação entre pai e filho na tentativa de Bdeliclêon efetuar uma mudança no comportamento do pai quanto à compulsão pelo julgo:

FILOCLÊON: Por favor! Eu lhe imploro! Me deixe sair! Não me deixe morrer de fome aqui!

BDELICLÊON: Não, meu pai! Nunca vou deixar! Juro por Poseidon!

FILOCLÊON: Então vou roer a rede com meus próprios dentes.

BDELICLÊON: Dentes? Você não tem mais dentes...

FILOCLÊON: Sou mesmo um infeliz! Se eu pudesse matar você!...

Mas, com quê? Depressa! Uma espada ou uma sentença condenatória!

BDELICLÊON: Este homem quer dar algum golpe baixo...

(ARISTÓFANES, 2004, p. 16-17)

Os integrantes do coro (velhos jurados como Filoclêon) chegam em frente à sua casa, fantasiados de vespas (interligando ao nome da peça), antes do amanhecer para levá-lo com eles ao Tribunal e o ajudam como podem em sua tentativa de escapar da prisão domiciliar a que o filho a sujeita.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Em diversas passagens da peça, é possível extrair o prazer pessoal de Filoclêon na condenação e sua obsessão com o tribunal e com o poder que lhe é legitimado na arte de julgar. Tais extrações são facilmente perceptíveis em diálogos como: “Que é que vocês estão querendo fazer? Vocês não vão mesmo me deixar julgar? Dracontidas vai ser absolvido!” (ARISTÓFANES, 2004, p. 19). A necessidade de julgar é exteriorizada a um ponto extremo, perpassando cenários de debates que agregam aos fortalecimentos de ideias e pressuposições.

Diante das particularidades obsessivas do juiz, uma discussão entre Filoclêon e Bdeliclêon quanto aos méritos e defeitos da instituição do júri, questionamentos escondidos que comumente são levantados durante a peça, na qual Filoclêon a defende alegando os benefícios de se sentir superior aos cidadãos, do prestígio e da honra de assumir tal ofício:

BDELICLÊON: Quero tomar nota de tudo que ele vai dizer, para não esquecer.

FILOCLÊON: E vocês, que iriam dizer se eu morresse?

CORO: A tropa de velhotes não serviria para mais nada. Seríamos ridicularizados nas ruas e chamados de anjos de procição e de arquivos para processos. Você, então, Filoclêon, que vai defender nossa soberania, mostre altivamente toda a sua eloquência.

FILOCLÊON: Desde o comecinho vou provar que nosso poder não se curva diante de nenhuma soberania. Que criatura é mais feliz, mais afortunada que um juiz? Que vida é mais gostosa que a dele? Que animal é mais temível, principalmente na velhice? Mal me levanto da cama os homens mais importantes me escoltam até o tribunal; desde que apareço sou docemente paparicado por mãos que roubaram o dinheiro do tesouro da cidade; o culpado cai aos meus pés, dizendo com voz lamentosa: ‘Tenha piedade de mim, meu pai, pelos trambiques que pude praticar no exercício de funções públicas, ou no abastecimento do exército!’ Pois ele não saberia nem que existo, se eu já não tivesse absolvido ele uma vez. (ARISTÓFANES, 2004, p. 34)

Para Kury (2004), Bdeliclêon formula que na realidade os jurados são meros instrumentos dos governantes, que desviam em benefício próprio o grosso da arrecadação destinada a alimentar o povo necessitado.

De acordo com Brandão (1978), Aristófanes condena e satiriza não somente o sistema, mas o regime democrático de Atenas com todos os seus vícios característicos. Durante a peça, Bdeliclêon tem que domar os juízes - as vespas - assim como Aristófanes tem que lidar com vespas da vida real: os espectadores e juízes de concursos dramáticos. Segundo Duarte (1998, p. 76), “de todos os heróis aristofânicos, Bdeliclêon é certamente aquele que mais se assemelha ao seu criador: é jovem, urbano, educado”. O vínculo que é construído aos dois

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 7 de 12



personagens mais enigmáticos da peça ainda se encontra em um reflexo real do que era esporadicamente visível em uma sociedade em períodos de conflitos.

Na peça, após Bdeliclêon discutir com os juízes e tentar convencer Filoclêon sobre o verdadeiro caráter dos juízes-vespas, ele tenta se reconciliar com os juízes “a censura dá lugar ao elogio na sizígia epirremática, pois, para vencer, é preciso fazer as pazes com os juízes. O coro de juízes-vespas, ao contrário dos jovens e aristocráticos cavaleiros, está fortemente identificado com os espectadores e reflete seu ponto de vista”. (DUARTE, 1998, p. 82)

Diante da caracterização daqueles que intermeiam o poder judiciário de Atenas, as vespas, ou como mencionado, juízes-vespas, comparando a picada de uma vespa, que de imediato não se sente nada, porém após um tempo há uma dor, percebe-se o funcionamento da dicotomia do que fora a elite ajuizadora de tempos ao comportamento da censura e do funcionamento público ao servimento dos cidadãos. A política e o Estado consideraram por assim como “dever de honra dos cidadãos ricos a sua manifestação das suas representações corais, alimentando sua distribuição como objeto pertencente à cultura” (JAEGER, 1994, p. 418). No entanto, por que não cabe ao poder do júri “eliminar” e sim “decidir” conflitos sociais? O fato de que as denominadas vespas têm como “função fundamental” a decisão de conflitos não quer dizer que a sua função seja a eliminação de conflitos, o que atenua o desconforto social, pois a problematização cômica que Aristófanes induz em sua obra, se expande ao ponto de não haver solução congruente ou que beneficie o lado justo daqueles que possam vir a ser prejudicados.

Aristófanes satirizou, portanto, no texto da comédia *As Vespas*, diretamente os tribunais do júri de Atenas. A sátira teve por alvo específico o corpo de juízes de que fazia parte Filoclêon, pelo fato de eles não exercerem a magistratura como legítimos representantes da justiça, mas em troca do pagamento de três óbolos por sessão de que participassem. Além da sátira dirigida contra os juízes heliastas, Aristófanes valeu-se do contexto de condição periculosa deles no tribunal. Nessa passagem, o poeta fez uma segunda sátira dos juízes, quando os paramentou com vestimenta que os tornaram semelhantes às vespas, por causa do ferrão que portavam sobre o traseiro: “Mas esta raça de velhos imbecil, parece com as vespas quando elas zangam. Eles também têm embaixo da barriga um ferrão penetrante e picam todo mundo com ele; eles dançam zumbindo e atacam como se fossem centelhas”.



(ARISTÓFANES, 2004, p. 24). Vestidos com uma indumentária própria que os identificava como insetos que possuíam o poder de picar mortalmente a pessoa contra quem investissem.

A paródia contra o corpo de juízes do tribunal heliasta simbolizava a ameaça de morte que eles representavam para a sociedade, em vez de julgá-la e submetê-la a uma condenação ou absolvição, segundo a concepção de justiça equitativa e o senso de justiça de Atenas.

Outra paródia que Aristófanes dirigiu ao judiciário ateniense retrata o julgamento do Cão Labes, que furtou um queijo da despensa:

FILOCLÊON: Quem é este acusado? A que pena ele está sujeito?

XANTIAS: Como se fosse o promotor. Ouçam agora a acusação: “O cachorro da vila de Cidatenéia acusa Labes, da vila de Aixone, de haver contra toda a justiça devorado sozinho um queijo da Sicília”. Que sua pena seja a de usar uma coleira bem apertada!

FILOCLÊON: Ou então uma morte de cão, se ele for condenado.

BDELICLÊON: Aqui está Labes, o outro acusado.

FILOCLÊON: Ah! Bandido! Ele tem mesmo a pinta de um ladrão, e se orgulha de me tapear, rangendo os dentes. Onde está o queixoso, o cachorro de Cidatenéia? (ARISTÓFANES, 2004, p. 48-49)

Essa passagem suscita na lembrança da plateia o julgamento a que foi submetido o general Laques, contra o qual foi movida a acusação da prática do crime de peculato, quando se encontrava em operação militar na Sicília. A incriminação de laques se deveu à falta de justiça da parte dele, por não haver compartilhado o dinheiro público com os soldados que integravam o contingente que ele comandava. Parodiando o comportamento injusto de laques, marcado pelo roubo de dinheiro público e falta de senso de justiça, Aristófanes projetou a personalidade antijurídica, antidemocrática e antissocial do general ateniense no Cão Labes.

Finalmente, o leitor de *As Vespas* não pode deixar de observar que o contexto histórico da Grécia, no ano 422 a. C., quando a peça foi encenada nas Leneias, era de início do declínio do regime democrático e profundas transformações sociais, política e econômicas em decorrência da Guerra do Peloponeso.

Um termo que também é discutido na peça é a banalização da palavra “tirania”. O personagem Bdeliclêon reclama que toda vez que alguém não gosta de alguma coisa, diz que está sendo cometido contra ele um ato tirânico. Algo que vai de encontro com termos que hoje se fazem uso recorrentes e que acabam por perder o verdadeiro significado de uso, utilizado de forma tão banal recorrentemente e que simplesmente acabam perdendo qualquer sentido



mais sério. A comédia permite mostrar que as “vespas viciadas” em condenar e banalizar palavras ou expressões não são uma novidade social, pois penduram até a contemporaneidade.

Ao final da peça, Bdcliclêon então resolve reeducar o pai para a vida social e melhorar as suas roupas e costumes, passando a levá-lo a jantares. Os resultados foram desastrosos, pois Filoclêon embriaga-se, insultando um juiz em um banquete. A resposta veio em forma de bravata do convidado, dizendo: “você pode ter certeza de que amanhã pagará por tudo isso que está fazendo, abusando desta falta de vergonha de mocinho pretensioso. Viremos todos nós, os juízes, intimar você a comparecer no tribunal!” (ARISTÓFANES, 2004, p. 67).

Diante das análises realizadas, observamos que os estudos acerca da comédia grega antiga demonstram associações que perpassam os dias atuais em situações e temas da nossa sociedade, tais como a política, o ensino, os preceitos morais, a ética dentre outras ricas temáticas presentes na peça. Nesse sentido, a comédia antiga grega, notadamente a de Aristófanes, se caracteriza por uma crítica incisiva e até grotesca do poder público e da

própria sociedade ateniense do século V a. C. Fica evidente a denúncia, a partir do humor de Aristófanes, que desvela os desmandos sociais, políticos, jurídicos e religiosos de sua época, conclamando a sociedade ateniense a desenvolver uma consciência criticamente reflexiva a fim de preservar os valores e as instituições democráticas da *polis*.

Assim, para que o texto possa realmente basear uma reflexão sobre os contornos atuais da atividade jurisdicional, é necessário, redimensionar o enredo e a crítica para um cenário mais contemporâneo, pois, *As Vespas*, enquanto sátira, retrata um período demasiado antigo e outra realidade social. Atualmente, a necessidade/ânsia pelo julgamento encontra lugar também entre os próprios jurisdicionados, que confiam e legitimam apenas o Poder Judiciário como poder soberano, o dono da verdade suprema, que deve decidir e resolver os seus problemas. Desse modo, é correto afirmar que a magistratura continua representando, para a maioria, uma posição privilegiada, significado de poder e representação de uma elite, pois o juiz é um dos agentes políticos melhor remunerados pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Diante do exposto, fica evidente, na peça, que o juiz deve ser aquele que ouve as duas partes e decide com firmeza, mas não de forma arbitrária. É claro que não é tarefa fácil julgar, mas isso deve ser feito com clareza e independência. É interessante que essa decisão tenha em vista o contexto histórico-social e os anseios da população. Desse modo, o conteúdo de *As Vespas*, excetuando a paródia feita a autoridades, instituições, pessoas do povo, é um verdadeiro manual de ensino ético, moral, político e jurídico para a vida privada e pública das sociedades ocidentais que têm a tradição cultural grega por modelo.

Aristófanes, centrado na depauperação institucional do poder judiciário, instruiu o enredo de sua comédia sobre dois eixos temáticos distintos: a comicidade e a educação de Filoclêon e da sociedade ateniense. A comicidade foi levada a efeito pelo riso crítico suscitado na plateia; e a educação, pela recapacitação social e política de Filoclêon. Nessa ocasião, quando ele foi retirado da convivência nos tribunais e repatriado à vida doméstica, onde passou a viver um tribunal particular, criado e dirigido pelo filho Bdeliclêon.

Nesse contexto teórico e prático do riso, a comédia antiga, encontrou, também, na sátira, outro aliado para seu desempenho crítico na denúncia de ações e fatos ridículos do cotidiano social ateniense. Assim, a comédia aristofânica mostrou-se a via mais capaz de propiciar à sua plateia um clímax de purificação de sentimentos cauterizados por uma vicissitude política, social ou moral que se instaura na sociedade. Essas observações nos levam a crer que o texto literário ultrapassa o plano estrutural, alcançando o valor, as intenções que a obra tem para o público leitor – de despertar, emocionar, sensibilizar ou até mesmo revoltar, humanizando o homem de maneira plena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓFANES. *As vespas; As aves; As rãs*. Tradução do grego; introdução e notas de Mário da Gama Kury. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Eudoro de Souza. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1999.

BRANDÃO, J. de S. *Teatro grego: tragédia e comédia*. Petrópolis: Vozes, 1978.

CARDOSO, Z. de A. *A literatura latina*. 3a. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2011.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

DUARTE, A. da S. Duas comédias: Lisístrata e as Tesmoforiantes. Trad. Apresentação e notas Adriane da Silva Duarte. *In: Aristófanes e a comédia grega antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. O dono da voz e a voz do dono: a parábase na comédia de Aristófanes. *In: Mexendo no vespeiro: a reeducação do público em As Vespas*. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 1998. (Tese de Doutorado)

JAEGER, W. W. Paideia: a formação do homem grego. Trad. Arthur M. Parreira; adaptação para a edição brasileira Monica Stahel; rev. do texto grego Gilson César Cardoso de Souza. *In: A comédia de Aristófanes*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994, 414-440.

POMPEU, A. M. C.; ARAÚJO, O. L. de.; PIRES, R. B. (Org.). O riso no mundo antigo. *In: As formas do riso e a comédia grega antiga*. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2012, p. 19-25.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 12 de 12



O HORROR E OS CONTOS DE FADAS EM “O LABIRINTO DO FAUNO” DE GUILLERMO DEL TORO

Bruno Emanuel Frediani Oliveira - (Fundação Araucária)

Unespar/*Campus* Curitiba II, bfrediani@outlook.com

Fabio Luciano Francener Pinheiro - Orientador

Unespar/*Campus* Curitiba II, fabio.francener@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa - PIC/Fundação Araucária
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Ambos oriundos da literatura, o horror e os contos de fadas se retroalimentaram por muitos anos. Entretanto, com a chegada do cinema, esses gêneros acabaram por seguir caminhos distintos. Enquanto o horror, surgido como um gênero literário séculos antes do irmãos Lumière, também advindo da contação oral de histórias, acabou por se tornar um gênero de nicho, os contos de fadas ganharam apelo popular por meio das grandes produções da Disney.

O horror sempre foi um dos mais instigantes gêneros de qualquer arte, mesmo sendo nichado e por muitos vezes atrelados a coisas ruins ou de baixa qualidade, sempre foi uma porta para a criatividade dos realizadores. Em mais de 100 anos de cinema, o gênero já renovou diversas vezes, mas o grande marco foram os filmes de monstro que se popularizaram principalmente na década de 30, com grandes clássicos, como Drácula e Frankenstein, ambos de 1931.

Fã de carteirinha do monstrengo verde, Guillermo del Toro sempre colocou seus pés no horror na hora de criar uma história, mesmo que seus filmes não sejam necessariamente assustadores, monstros estão sempre presentes, normalmente fazendo um contraponto com a própria monstruosidade dos seres humanos.



Por outra via, o cineasta abraça histórias fabulescas que trazem tons de encantamento e inocência, temos a sensação de lermos um livro antigo enquanto vemos os seus filmes. É sobre isso que este artigo vai tratar, fazer uma análise histórica e narrativa de como del Toro cria seus monstros, empregando elementos de horror e contos de fadas, para criar uma história sua e ao mesmo tempo nossa.

MATERIAIS E MÉTODOS

O intuito desta pesquisa foi investigar e localizar o horror e os contos de fadas, a fim de compreender como ambos aparecem mesclados na filmografia do diretor mexicano Guillermo del Toro. Para uma pesquisa mais completa, foi escolhido como foco principal o longo “O Labirinto do Fauno”, de 2006. Para atingir os resultados desejados, todos os filmes da carreira do diretor foram assistidos, além de clássicos do cinema de horror, como “Drácula”, de 1931, e “Frankenstein”, também de 1931.

A pesquisa também se apoia em referências bibliográficas diferentes, que contemplam livros e artigos sobre contos de fadas, suas histórias, origens e variações de acordo com cultura, época e região. Pesquisas de terceiros sobre o cinema de del Toro e análises dos códigos e convenções do gênero de horror.

Para esclarecer todos os pontos abordados, o filme selecionado foi abordado de forma descritiva em que foi possível destrinchar os principais elementos fantásticos presentes na obra, traçando assim paralelos com outras obras que trazem simbolismos e metáforas que também se apresentam na narrativa de “O Labirinto do Fauno”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Guillermo del Toro e sua Filmografia



“Santos padroeiros de nossa bem-aventurada imperfeição”, foi assim que Guillermo del Toro definiu os monstros em seu discurso no Oscar de 2018, ocasião em que “A Forma da Água” - indicado a 13 categorias na premiação - levou para casa 4 estatuetas, incluindo melhor filme e diretor, e essa máxima permeia toda sua carreira, o diretor se apoiou nessa crença, que acabou se tornando seu próprio sinal de autoria,

Antes mesmo de dirigir seu primeiro longa-metragem, o cineasta brincava com fantasia, horror e comédia em curtas como é o caso de “Geometria”, lançado em 1987, em que um menino faz pacto com o diabo buscando nunca mais falhar em geometria novamente. Em 2010, o curta foi incluído junto ao filme “Cronos”, como um extra em sua versão na Criterion Collection¹.

“Cronos” foi lançado em 1993, filme de estreia de Guillermo del Toro, foi um sucesso de crítica, o longa foi do prêmio Ariel de Oro - uma espécie de Oscar mexicano - em várias categorias, o que projetou o cinasta para o mercado internacional, e, claro, para Hollywood. Em 1997, “Mutação” chegou aos cinemas, com uma recepção morna e diversas interferências do est dio, o cineasta resolveu voltar às raízes e em 2001 lanç o “A Espinha do Diabo”.

Como um novo sucesso de crítica em mãos, del Toro foi convidado para dirigir a sequência de “Blade”, que chegaria ao cinema em 2002, filme que levou o diretor a dirigir uma adaptação de “Hellboy” em 2004, história em quadrinhos favorita do diretor - que voltou para dirigir uma continuação em 2008, intitulada “Hellboy II - O Exército Dourado”.

A aclamação e consagração com os críticos viriam em 2006, com o sucesso estrondoso de ‘O Labirinto do Fauno’, filme que abocanhou indicações e estatuetas na cerim nia do Oscar em 2007. Nos anos seguintes, del Toro lanç aria ‘Círculo de Fogo’, em 2013, e “A Colina Escarlate”, em 2015.

Em 2017, “A Forma da água” fez uma limpa nas premiações, recebendo 13 indicações ao Oscar e levando quatro estatuetas - como já mencionado no começo deste capítulo. Em 2021, “O Beco do Pesadelo”, se tornou mais um de seus filmes aclamados e indicados ao Oscar. Seu trabalho mais recente é o, também, aclamad ssimo e premiado “Pinóquio”, sua versão em stop-motion do livro de Carlo Collodi, que chegou à Netflix em dezembro de 2022.

¹ Empresa estadunidense de distribuição de *home videos*, com enfoque na distribuição, licenciamento e restauração de filmes clássicos e contemporâneos.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Os Contos de Fadas

Originalmente concebidos como entretenimento para adultos, os contos de fadas eram contados em reuniões sociais, nas salas de fiar, nos campos e em outros ambientes onde os adultos se reuniam - não nas creches(...). É por isso que muitos dos primeiros contos de fada incluíam exibicionismo, estupro e voyeurismo. Em uma das versões de *Chapeuzinho Vermelho*, a vovozinha faz um *striptease* para o lobo, antes de pular na cama com ele. Numa das primeiras interpretações de *A bela adormecida*, o príncipe abusa da princesa em seu sono e depois parte, deixando-a grávida. E no conto *A Princesa que não conseguia rir*, a heroína é condenada a uma vida de solidão porque, inadvertidamente, viu determinadas partes do corpo de uma bruxa. (CASHDAN, 2000, p. 20)

Lendo essa citação, é comum sentirmos que algo está fora do lugar, afinal, crescemos acompanhando as aventuras de belas princesas que encontram o amor verdadeiro, contos com patos se tornando belos cisnes, histórias cheias de cores e magia, feitas para encantar desde a mais jovem das crianças até o senhorzinho mais velhinho. Porém, antes da Disney e antes de Charles Perrault, os contos de fadas eram um pouco mais agressivos e muito menos simpáticos.

Surgido da tradição oral, é impossível traçar uma linha única de surgimento dos contos de fadas, visto que cada local tem seu próprio folclore e seus próprios mitos, para nós aqui no ocidente, é comum conhecermos as versões europeias dessas histórias, trazidas com colonizadores. Porém o que se tem registro de fato é que cada local, cada cultura, cada povo possui histórias similares que muito provavelmente foram trocadas quando em contato com outros povos e outras culturas.

Tome o exemplo do antropólogo norte americano Frank Hamilton Cushing. No final do século 19, ele viveu entre os zunis, uma tribo indígena norte-americana, a fim de estudá-los e contou a um deles uma fábula italiana. Cerca de um ano depois, ele voltou a entrar em contato com a tribo, ouviu de outros membros dos zunis a mesma história - o enredo manteve-se o mesmo, mas as referências e a linguagem estavam totalmente localizadas e a fábula havia se tornado parte da cultura zuni.

Para nos aprofundarmos nessa ideia, uma pequena historinha: Era uma vez uma menina chamada Ye Xian, que viveu durante a dinastia Tang na China. O pai dela tinha duas

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 4 de 14



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

esposas e duas filhas, uma de cada esposa. A mãe de Ye Xian morreu, e logo depois o pai. A madrasta a maltratava, demonstrando preferência pela própria filha.

Ye Xian era uma ceramista de talento e passava todo o tempo no torno, aperfeiçoando seu dom. As pessoas vinham de longe para comprar seus potes. Seu único amigo era um peixe dourado que ela adorava. A madrasta ficou com ciúme, pegou o peixe, comeu e botou as espinhas debaixo de um monte de esterco. Ye Xian encontrou as espinhas e as escondeu em seu quarto. As espinhas de peixe lançavam raios mágicos que atribuíam um brilho especial a seus potes.

Houve uma grande festa, mas a madrasta proíbe Ye Xian de participar. Quando a madrasta e a irmã saíram, Ye Xian se vestiu com um belo manto de penas de martim-pescador e um par de sapatos dourados que eram leves e elegantes.

Na festa, ela conversou brevemente com o nobre senhor guerreiro local, que ficou muito impressionado com sua beleza. A madrasta a reconheceu e a perseguiu. Ye Xian correu para casa, mas perdeu um dos sapatos, que foi encontrado pelo nobre guerreiro. Ele ordenou que todas as moças de seu reino o experimentassem, mas o sapato era muito pequeno. O sapateiro que fizera os sapatos apresentou-se e contou ao nobre senhor guerreiro que pertenciam a Ye Xian, que havia trocado um de seus potes pelos sapatos dourados. Com seu próprio talento e esforço, Ye Xian havia comprado os sapatos que acabaram levando ao seu casamento com o nobre senhor guerreiro. Os dois viveram felizes para sempre.

Essa é a história de Ye Xian, retirada do livro “Cinderela Chinesa” de Adeline Yen Mah. História anotada na China por volta de 850 d.C., cerca de mil anos antes de Perrault mostrar ao mundo sua versão.

Cinderela é provavelmente uma das narrativas mais universais que existem. Há dezenas de versões espalhadas pelo mundo, e quase todas contêm as características que conhecemos tão bem: uma mocinha maltratada, uma madrasta demoníaca, as irmãs malvadas, a ajuda sobrenatural para que ela fique linda e se encontre com um pretendente nobre. (HUECK, 2016, p.22)

Outras versões da Cinderela, rodaram o mundo de era em era, o fato é que cada cultura, cada povo traz um detalhe novo para a trama que só faz sentido no momento histórico vivido. Os sapatinhos de cristal, por exemplo, foram encaixados à trama devido a uma cultura

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 5 de 14



implementada durante a Dinastia Tang, na China, a qual dizia que: uma mulher nobre e valorosa tem os menores pés possíveis - isso deu início a uma prática conhecida como pés-de-lótus, que consistia em amarrar os pés para evitar seu crescimento.

Os elementos mais famosos para nós, o sapatinho de cristal, a carruagem de abóbora, foram introduzidos na versão de Charles Perrault - versão essa usada como base para o filme da Disney. Perrault era um membro da corte do Rei Luís XIV, rei que andava pelas ruas da França em uma carruagem glamurosa e arredondada.

No Sistema de Classificação Aarne-Thompson², Cinderela é uma das histórias mais populares por causa da quantidade de enredos semelhantes coletados ao redor do mundo. Além das diversas variações exóticas, a história da princesa que dorme nas cinzas (daí seu nome, pois “Cinderela” vem de “cinzas”) tem uma narrativa irmã, muito menos conhecida, mas que é ainda mais antiga e escabrosa. É a que conhecemos em português como Pele de Asno (na coletânea de Perrault) ou Mil Peles (na dos irmãos Grimm). (HUECK, 2016, p. 26)

O enredo dos contos de fadas está intrinsecamente ligado ao período em que se passa, podendo ter contextos muito mais violentos e sombrios, como as versões presentes na idade média, muito antes sequer se existir um conceito de infância, ou leves como as que seriam colecionadas em volumes voltados para as crianças por Perrault, séculos mais tarde.

Conhecedor e apreciador dessas obras, Guillermo del Toro se aproveita disso e torna o contexto uma ferramenta poderosa ao localizar seu conto de fadas em “O Labirinto do Fauno” no período da Guerra Civil Espanhola, não tendo outra saída a não ser uma história melancólica, violenta e densa, mesmo pelos olhos infantis de Ofélia, o universo de contos de fadas, utilizado como uma espécie de fuga e luta contra a realidade, se apresenta tão hostil quanto à guerra lá fora. Reflexos de seus medos e traumas.

O Labirinto do Fauno

² Criado em 1910, é um sistema utilizado para classificação de contos, agrupando-os em Contos de Animais, Contos de Fadas, Contos Religiosos, Contos Realística, Contos do Ogro Estúpido, Piadas e anedotas e contos de fórmula. Dentro de cada grupo, eles são subdivididos por temas até o tipo individual.



A trama do longa-metragem se passa na Espanha, em 1944, poucos anos após a Guerra Civil³. As tropas rebeldes que ainda resistem ao governo fascista de Franco se escondem pelas florestas. Uma narração introduz o conto de uma princesa que vivia em um reino subterrâneo de magia, mas sua curiosidade a levou um dia até o mundo dos humanos e lá ela perdeu sua memória e eventualmente morreu, deixando apenas sinais de sua passagem.

Aqui conhecemos Ofélia, uma menina fascinada por livros e histórias de contos de fadas, órfã de pai, ela viaja para o interior com sua mãe, Carmen, que está grávida do general Vidal, um comandante das tropas fascistas do governo espanhol. Chegando ao acampamento, conhecemos outros personagens importantes, como Mercedes, que se torna amiga e confidente de Ofélia. Nos arredores da casa em que agora moram, a menina encontra um labirinto e lá dentro um Fauno, que a diz ser a reencarnação da Princesa Moana - aquela que fugiu do mundo subterrâneo - e para provar quem realmente é, ela deveria realizar três tarefas antes da lua cheia.

Na primeira tarefa, Ofélia precisa enfrentar um sapo gigante que está vivendo nas raízes de uma árvore, impedindo ela de crescer. Uma vez realizada a tarefa, a menina agora tem posse de uma chave que será importante para a segunda tarefa. Aqui ela adentra o covil de uma criatura conhecida como Homem Pálido, uma vez ali, ela não deve comer nem beber nada que está no banquete, deve abrir uma pequena porta e pegar a adaga que está lá dentro. Sua última missão consiste em derramar algumas gotas de sangue inocente sobre o portal no centro no labirinto, ao se recusar em derramar sangue de seu irmão recém-nascido, e sendo morta por seu padrasto. Ofélia acaba por derrubar seu próprio sangue, e prova ser digna de retornar ao seu mundo perfeito, seu corpo na Terra morre, mas sua alma é digna do reino de seu pai no submundo.

O final agri-doce do filme, del Toro faz questão de não nos dizer o que é real e o que é fantasia, deixando provas de que tudo pode estar acontecendo realmente ou só na cabeça de Ofélia, deixando aberto ao espectador conectar os pontos.

³ A Guerra Civil Espanhola, que transcorreu entre 1936 e 1939, foi um conflito armado que envolveu facções políticas e militares na Espanha durante o período da chamada Segunda República. Terminou com ascensão do General Franco ao poder.



O Homem Pálido

O longa é recheado de personagens e cenas inesquecíveis, mas uma em particular é a mais lembrada, a do covil do Homem Pálido. Apresentado no filme, ele não tem uma história aprofundada, nós vamos apenas lampejos do que ele faz em seu covil, pinturas retratando ele matando e devorando crianças, assim como um monte de sapatinhos jogados no canto da sala.

O livro oficial de "O Labirinto do Fauno", escrito por Cornelia Funke, expande essa mitologia. Conhecido como 'menino pálido' por ser muito branco e não gostar de andar ao sol, desde criança ele já apresentava traços psicopatia, matava insetos, aves, gatos e eventualmente, aos 13 anos, fez sua primeira vítima humana, seu irmão mais novo, de quem ele tinha ciúme obsessivo. Conforme os anos foram passando, o rapaz acabou indo trabalhar com um padre torturador da igreja católica durante os anos de inquisição espanhola.

Tornando-se um perito na arte de torturar, eventualmente o rapaz testou seus métodos no próprio padre que o ensinou, e caindo ainda mais em um buraco de trevas, o jovem devora o coração do padre e acaba por se tornar uma lenda local, que vaga pelas florestas cometendo homicídios com requintes de canibalismo. Um dia, segundo narram as lendas, ele cometeu um crime tão cruel, que nem seus olhos conseguiram testemunhar, sendo assim, eles caíram de seu rosto.

As eras foram passando, a guerra chegou, a Espanha foi devastada, pessoas vivendo na miséria, crianças passando fome. O Homem Pálido atraía crianças famintas, filhas da guerra, para seu covil com o mesmo lindo banquete que vemos Ofélia sendo tentada no filme.

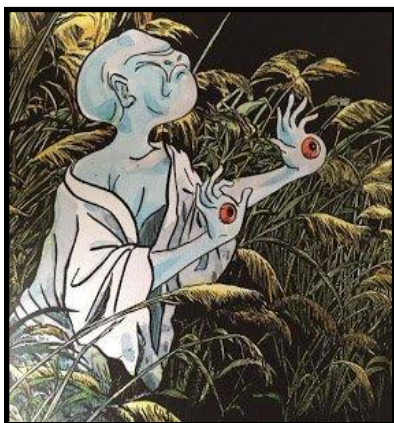
As raízes originais, entretanto, da personagem, em nada têm a ver com a Espanha ou mesmo a Europa. Del Toro encontrou suas inspirações no folclore japonês, numa criatura chamada Tenome, um ser que se parece com um velhinho cego, que costuma vagar por terrenos baldios e cemitérios durante a noite.

Segundo as lendas japonesas, o primeiro Tenome foi um velhinho humano normal, cego, que foi roubado, espancado, e deixado para morrer em meio a uma estrada. Antes de morrer, este velhinho disse "se eu apenas pudesse ter visto seus rostos! Se eu apenas tivesse olhos que funcionassem, mesmo que fossem nas palmas de minhas mãos!". Após a morte



violenta, Tenome voltou como um youkai⁴, um entidade maligna em busca de vingança, porém não distingue aqueles que cruzam seu caminho.

Imagem 1 - Representação de um Tenome



Fonte: Google Images

Imagem 2 - 'O Homem Pálido'



Fonte: O Labirinto do Fauno (Warner Bros., 2006)

Folclores, Mitos e Simbolismos

Outros personagens do longa também tem suas origens ou presença marcada em mitos, folclores e contos de fadas. Com um rico repertório cultural, del Toro passa por mitologias diversas para trazer a atmosfera do universo construído ao redor de “O Labirinto do Fauno”, tornando essas literaturas algo propriamente seu.

As mais clássicas e que nomeiam o gênero, as fadas, aparecem aqui como ajudante de Ofélia. As fadas estão presentes em diversos folclores ao redor do mundo, como as narrativas dos povos celtas, por exemplo. Costumam ser retratadas como seres etéreos, de aparência humana, mas com poderes mágicos e asas para voar. No filme, inicialmente elas se apresentam com a forma de um bicho-pau, que se molda para se encaixar no que a protagonista entendia como uma fada.

⁴ Yōkai (demônio, espírito, ou monstro) também escrito como Yōkai, é uma classe de criaturas sobrenaturais, existindo uma grande variedade no folclore japonês.



Imagem 3 – Ofélia, interpretada por Ivana Baquero, conversa com o inseto



Fonte: O Labirinto do Fauno (Warner Bros., 2006)

Imagem 4 – O inseto se transforma em uma Fada



Fonte: O Labirinto do Fauno (Warner Bros., 2006)

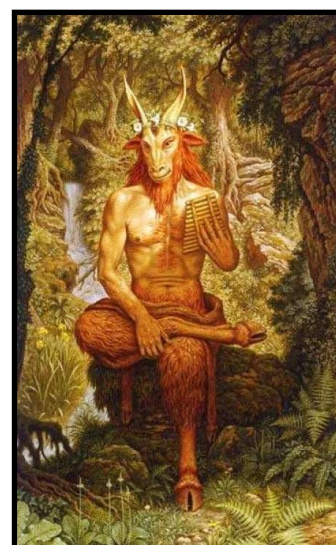
Mais uma criatura presente e famosa e que descende da mitologia greco-romana, é o fauno. O ser que dá nome ao filme tem diversas representações, de Rei mítico do Lácio até uma forma de sátiro. Sua representação mais famosa tem a ver com essa última, na forma do deus grego Pã, o deus dos bosques, dos rebanhos, dos campos e dos pastores. No filme, serve como guia e mentor de Ofélia, entregando todos os desafios e explicando as formas como o mundo age.

Imagem 5 – O Fauno no filme



Fonte: O Labirinto do Fauno (Warner Bros., 2006)

Imagem 6 – O Fauno na Mitologia



Fonte: Google Images



A árvore é a primeira tarefa dada para Ofélia, lá ela terá que enfrentara um sapo gigante que está sugando a vida de uma velha árvore. Com o formato de um útero, a árvore aqui representa a vida, a fertilidade, o acolhimento, criando um paralelo da Ofélia com seu desejo de estar com a mãe em um lugar de segurança e acalento.

O sapo já recebeu vários significados em obras distintas. É muito comum ele ser relacionado com mudança - vide a transformação de sapo em príncipe - fertilidade, abundância, entre outros. Porém aqui temos um significado muito mais atrelado a pontos negativos. O sapo no filme representa a abundância individual, o veneno e a morte. Seu propósito no filme é ser um símbolo de repressão masculina. Tendo a velha árvore como sua moradia, ele a impede de crescer e florescer, funcionando como subtexto para a narrativa de Ofélia na obra e sua jornada de criança sonhadora e inocente em um local seguro à interrupção de sua vida pelo General Vidal, seu padrasto e vilão do filme.

Imagem 7 – Árvore Moribunda



Imagem 8 – Sapo Gigante que mora na Árvore



Por fim, falarei de um personagem que não está diretamente atrelado a um conto em específico, sua representação é mais metafórica e referencia diversas histórias. O General Vidal faz um papel reconhecível em diversas narrativas. Para chapeuzinho, ele é o lobo mau,



para Cinderela, é a madrasta malvada. Ele representa o mau completo. Ele é o sapo que impede a árvore de crescer. O Homem Pálido que mata criancinhas.

No mundo mitológico, podemos traçar paralelos com a Grécia Antiga. Na obra de Hesíodo, Cronos, deus do tempo, principalmente em sua forma mais destrutiva, certa vez recebeu de um oráculo a maldição de que um dia seria destronado por um de seus herdeiros, aterrorizado, o titã devorava todos os seus filhos, exceto Zeus que se salvou quando foi escondido de seus olhos. Zeus, eventualmente se vingou e destronou seu pai.

Em “O Labirinto do Fauno”, o cruel general, está sempre preocupado com o tempo e hora de sua morte, em diversas cenas é visto com um relógio em suas mãos. Em determinado momento é sabido que seu relógio pertencia a seu pai que marcou o horário de sua morte para que seu filho soubesse como morre um homem. O personagem é uma representação do fascismo espanhol e do mundo opressivo, que reproduz ideias tolas como morrer com honra pela pátria e conceitos fechados e deturpados sobre masculinidade e sociedade.

Assim como Cronos, que tem seu mundo abalado com a previsão do oráculo, o General se livra da garota quando percebe a ameaça representada, e morre num ato de vingança de um grupo de rebeldes contra o governo enquanto segura seu filho no colo. O titã e Vidal são o tempo que trazem morte e destruição, mas incapazes de evitar seus próprios destinos.

Imagem 9 – General Vidal



Fonte: O Labirinto do Fauno (Warner Bros., 2006)

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Apesar de ter cenas apavorantes, o horror em "O Labirinto do Fauno" se constrói nas relações entre os personagens humanos. É mais assustador imaginar uma criatura com olhos nas mãos ou testemunhar um homem ser espancado até a morte com uma garrafa? O monstro aqui, assim como em boa parte da filmografia de del Toro, é um reflexo da realidade e frieza do mundo humano.

General Vidal é a pior criatura dentre os monstros do filme, diferente dos outros, ele age de forma inesperada, ele não tem expressões, dificilmente demonstra o que está sentindo na frente dos outros, e o pior dele é ser um reflexo da nossa sociedade real, um personagem que vive em 1944, de um filme de 2006, que diz muito sobre o mundo de 2023, o que faz total sentido com a filmografia e carreira do diretor. Dois de seus filmes se passam nos anos que circulam a Guerra Civil Espanhola, del Toro nunca teve medo de levar sua voz contra o os horrores do fascismo, sendo atirar na cabeça de um general franquista, ou mesmo com um boneco de madeira dançando e rindo da cara de Mussolini.

Guillermo del Toro, traz todas essas conexões do horror, da sociedade em que vivemos e os contos de fadas, e seu maior êxito é ressuscitar esses contos na forma como foram concebidos originalmente, aqui em "O Labirinto do Fauno", o diretor estabelece uma ligação da história com o sentido mais primordial dos contos de fadas: aquele em que a tragédia não é poupada, como pontua Leonardo Mastelini em seu artigo Abraçando a escuridão, a tristeza e a brutalidade em: O Labirinto do Fauno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASHDAN, Sheldon. **Os 7 Pecados Capitais nos Contos de Fadas**. Editora Campus, 2000.

CORSO, Diana; CORSO, Mario. **A Psicanálise na Terra do Nunca**. Editora Artmed, 2016.

DAVISSON, Zack. Yurei - **The Japanese Ghost**. Chin Music Press Inc. 2005.

GUSTAVO, Luís. **Guillermo del Toro: onde a fantasia, o terror e a humanidade se encontram**. Cinema com Rapadura, 2018

SEGAL, Timothy. **Pan's Labyrinth: A subjective view on childhood fantasies and the nature of evil**. National Library of Medicine, 2009.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

HUECK, Karin. **O Lado sombrio dos contos de fadas**. Super Interessante, Editora Abril, 2016.

DEL TORO, Guillermo; FUNKE, Cornelia. **O Labirinto do Fauno**. Editora Intrínseca, 2017.

MASTELINI, Leonardo. **Abraçando a escuridão, a tristeza e a brutalidade em: O Labirinto do Fauno**. Jornalismo Júnior - ECA - USP, 2015.

PASTOR, Brígida M.. **La Bella y La Bestia en el cine Laberíntico de Guillermo del Toro: El Espinazo del Diablo (2001) y El Laberinto del Fauno (2006)**. ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura, 2011.

WEBER, Eugen. **Fairies and hard facts: the reality of folktales**. *Journal of the History of Ideas*. Vol. 42, Nº 1, Jan. - Mar., 1981, University of Pennsylvania Press.

YASMIN, Karoline. **Era uma vez... As origens dos contos de fadas**. Comunica UEM, 2019.

YEN MAH, Adeline. **A Cinderela Chinesa**. Editora Seguinte, 2006.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 14 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





**CINEMA COMO INSTRUMENTO DE POESIA: DE LUIS BUÑUEL A EVERLANE
MORAES**

Daniela Klem Ribeiro - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Curitiba II, daniela.ribeiro.44@estudante.unespar.edu.br

Beatriz Ávila Vasconcelos - Orientadora
Unespar/*Campus* Curitiba II, beatriz.vasconcelos@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o pensamento do cineasta Luis Buñuel sobre poesia e os desdobramentos de suas ideias para compreender o cinema da cineasta brasileira Everlane Moraes como um cinema de poesia. O objetivo é buscar reunir subsídios para perceber o modo como cineastas teorizam acerca da imagem e como aderem a determinados regimes de imagem em seus filmes, provocando modos de ver, tipos de atenção e formas de experiência que instauram uma imagem e um cinema de poesia.

Primeiramente será feita uma sistematização das ideias de Buñuel sobre poesia em seus textos escritos, especialmente do texto “Cinema: instrumento de poesia”, de 1958, fazendo uma contextualização destas ideias na trajetória biográfica e artística de Buñuel, detendo-nos especialmente no cenário da arte e do cinema surrealista. Em um segundo momento, pretende-se verificar como as ideias de Buñuel de um cinema poético se materializam em filmes da cineasta Everlane Moraes, nos quais ecos das ideias de Buñuel sobre um cinema como instrumento de poesia se fazem, mas ganhando novos contornos e tensões a partir da moldura do afro-surrealismo.

Espera-se, com esta pesquisa, contribuir para uma melhor compreensão do pensamento de um cineasta que foi fundamental para a criação de uma linguagem de



poesia no cinema. Para além disso, foi interesse desta pesquisa investigar como e se os pensamentos de um cineasta europeu da modernidade se prestam a analisar uma obra contemporânea racializada, quais as possibilidades de conexão e quais os deslocamentos necessários que surgem deste confronto entre as ideias de Buñuel e o cinema de Everlane, e como as ideias de um cinema poético elaboradas pelo cineasta espanhol podem adquirir novos contornos na compreensão sensível de uma cinematografia que desafia os limites de uma arte branca e europeia.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa prioriza metodologicamente o estudo de fontes primárias – isto é a própria filmografia e os escritos de Luis Buñuel, acrescidos de informações sobre sua biografia, a fim de compreender as teorizações deste cineasta sobre poesia, neste sentido, alinha-se com a abordagem Teoria de Cineastas (GRAÇA, BAGGIO, PENAFRIA, 2022), na qual o próprio pensamento do autor é estudado por suas manifestações verbais, mas também compreendendo a sua produção artística como atos de teoria. Ambos – declarações verbais e filmes de Buñuel – são tomados aqui como fontes para compreender o seu pensamento sobre o cinema de poesia. A mesma metodologia é utilizada para o estudo da cineasta Everlane Moraes, compreendendo seus próprios escritos e filmografia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1.1. BUÑUEL E O SURREALISMO

As relações de Buñuel com o surrealismo estão presentes em sua obra como algo que está para além da adesão a uma tendência artística. O surrealismo estava para Buñuel como a respiração está para o corpo humano, algo natural, vital e necessário. Natural, pois suas obras já tinham indícios surrealistas antes mesmo do seu conhecimento daquilo que viria a ser chamado escola surrealista, vital pois foi no esforço tortuoso de encontrar-se e de expressar sua arte que Buñuel, de forma natural, trazia sua essência surrealista à tona. Necessário, pois



seus escritos e seus filmes foram um marco para a história cinematográfica e para apresentação dos pensamentos do autor.

A chegada de Buñuel a Paris em 1925 trouxe muitas experimentações que corroboram para sua formação enquanto artista e para a sua sensibilidade. Em contato com André Breton, Buñuel começa a fazer parte do grupo surrealista de Paris e traduz as suas referências para as telas, realizando seu primeiro trabalho, *O Cão Andaluz*, em 1929, em parceria com Salvador Dalí. Para Breton, a imaginação é dada como a maior liberdade de espírito concedida. Em *O Manifesto Surrealista*, Breton, amparando-se na trilha aberta por Freud para o conhecimento da psique humana, reivindica o acesso ao inconsciente no processo de criação, fugindo dos limites do que foi imposto como civilização e progresso, o bom senso.

Talvez esteja a imaginação a ponto de retornar seus direitos. Se as profundezas de nosso espírito escondem estranhas forças capazes de aumentar as da superfície, ou contra elas lutar vitoriosamente, há todo interesse em captá-las, captá-las primeiro, para submetê-las depois, se for o caso, ao controle de nossa razão. (BRETON, p. 4)

A nossa razão é baseada em que, se não temos acesso às profundezas de quem somos? Segundo o autor, é através do contato com o nosso inconsciente e subconsciente que o processo da imaginação poderá aflorar, a ponto que impacte a superfície, o que produzimos, e assim, que a originalidade venha à tona. Ele denuncia todo um esforço da civilização burguesa para impedir os processos imaginativos, tal como acontece com as crianças, que, durante sua fase de crescimento, logo cedo são cortadas do mundo maravilhoso, do mundo imaginário. Breton reivindica uma escrita de contos maravilhosos também para adultos, de forma que o contato do ser humano com a imaginação e o maravilhoso não seja jamais interrompido.

O maravilhoso será o elemento, seja ele qual for, que comoverá a sensibilidade humana por um tempo. Breton os liga à inquietação humana, aquilo que está, como já citado por ele, nas profundezas do espírito. A proeza que o artista conseguiu de trazer à superfície, algo que estava em seu profundo. É a reconexão com seu próprio eu, seja este encontro agradável ou não.

O maravilhoso não é o mesmo em todas as épocas; participa obscuramente de uma classe de revelação geral, de que só nos chega o detalhe: são as



ruínas românticas, o manequim moderno ou qualquer outro símbolo próprio a comover a sensibilidade humana por algum tempo. Nestes quadros que nos fazem sorrir, no entanto sempre se pinta a inquietação humana, e é por isso que os levo a sério, que os julgo inseparáveis de algumas produções geniais, as quais, mais que as outras, estão dolorosamente impregnadas dessa inquietação. São os patíbulos de Villon, as gregas de Racine e os divãs de Baudelaire. (BRETON, 1924, p. 8)

O filme *O cão andaluz* (1929) tem a estética do surrealismo com referências de Freud (inconsciente psíquico). Buñuel utiliza-se da estética do sonho, elementos oníricos, a natureza do sonho, mas explica que o filme em si não é a descrição de um sonho, mas o mecanismo de produção dos sonhos, isto é, o “automatismo psíquico inconsciente”, é tomado por ele como base do processo criativo no filme Buñuel utiliza-se deste dispositivo do automatismo psíquico para liberar a mente criativa dos ditames de uma moral ou de uma estética e permitir que seus personagens sejam animados por impulsos, fontes irracionais, que, para Buñuel, são as fontes da poesia:

No filme, a estética do surrealismo funde-se com as descobertas de Freud, respondendo ao princípio geral dessa escola, que define o surrealismo como "um automatismo psíquico inconsciente, capaz de devolver à mente a sua função real, fora de qualquer controle exercido" pela razão, pela moral ou pela estética». Embora tenha usado elementos oníricos, o filme não é a descrição de um sonho. Pelo contrário, o ambiente e os personagens são realistas. A diferença fundamental com outros filmes consiste no fato de que as funções de seus protagonistas são animadas por impulsos, cujas principais fontes se confundem com as irracionais, que são, por sua vez, as da poesia. Às vezes, esses personagens agem de forma enigmática, assim como o complexo patológico-psíquico pode ser enigmático. (BUÑUEL, 2000, p. 25)

Em *A idade do Ouro* (1930), segundo filme realizado por Buñuel, pode-se perceber as referências surrealistas e, como dito pelo próprio autor, sua influência desde sua infância/adolescência pelo erotismo, mas agora respaldado pelo surrealismo e as influências freudianas. Segundo Buñuel, o filme reflete um romance com a intensidade do surrealismo: com os instintos humanos e seus sentimentos. Pode-se dizer, segundo a formulação feita pelo próprio autor, que há referências do seu inconsciente no filme, ou seja, uma possível expressão imagética dos seus pensamentos e de sua psique em níveis mais profundos e inconscientes, pois como relatado, o instinto sexual e o sentimento de morte formam a substância do filme.



Buñuel tem um dos seus pontos de inspiração/expressão o pessimismo. A descrença na sociedade juntamente com a ciência, ou melhor, sua utilização, o fim para a sua evolução. Afirmar que em seus enredos, sempre escolheu o homem contra o próprio homem. Elegendo-os, como o mesmo cita, quatro cavalheiros do apocalipse: a explosão populacional, a tecnologia, a ciência e a informação. Em seu texto publicado em 1958, *El cine, instrumento de poesia*, pela revista *Universidad de México*¹, Buñuel disserta sobre o cinema, criticando a produção majoritária de seu tempo por optar por uma fórmula conformista que se resume à repetição de histórias que já estavam cansadas de serem contadas nos romances do século XIX, transformando-se, assim, num “irmão pobre” do teatro, impedindo todas as possibilidades reais que a poesia – para ele, verdadeira essência do cinema – proporciona.

1.2 – CINEMA COMO INSTRUMENTO DE POESIA SEGUNDO BUÑUEL

Tomando o Neorrealismo como contra-modelo do cinema pelo qual ele propugnava, Buñuel encontra na poesia o elemento essencial que irá permitir ao cinema ampliar a realidade, dar novos óculos para apresentar as peculiaridades da vida que não são percebidas no cotidiano. A poesia é por ele referenciada como óculos para a percepção de uma realidade não vista, supra-cotidiana, e é nisto, para Buñuel, que está a potência do cinema.

“O cinema parece ter sido inventado para expressar a vida subconsciente, tão profundamente presente na poesia; porém, quase nunca é usado com este propósito. Das modernas tendências do cinema, a mais conhecida é a chamada neo-realista. Seus filmes apresentam aos olhos do espectador fatias da vida real, com personagens tomados das ruas, exteriores e interiores autênticos. Salvo exceções - entre as quais cito muito especialmente *Ladrões de Bicicleta* - o neo-realismo nada fez para ressaltar em seus filmes o que é próprio do cinema, quero dizer, o mistério e o fantástico. De que adianta toda essa roupagem se as situações, as motivações que animam os personagens, suas reações, os próprios argumentos, estão calcados na literatura mais sentimental e conformista?” (BUÑUEL, 2018, p.336)

Na conferência, *Cinema: instrumento de Poesia*, Buñuel deixa evidente o que a potência do cinema está justamente em ser uma linguagem capaz de dar uma imagem do inconsciente, do onírico, da imaginação. Diferentemente de qualquer outra forma de arte, o

¹ O texto *El Cine, Instrumento de Poesia* foi pela primeira vez enunciado em forma de uma conferência de Buñuel proferida na Universidad Autonoma do Mexico, em 1953, e posteriormente foi transcrito e publicado pela Revista Universidad del Mexico, nº 4, 1958.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

cinema traz consigo uma forma única de adentrar e despertar o imaginário. Isto, para Buñuel, é explicado por ser o cinema o meio de expressão mais próximo do funcionamento da mente humana em estado de sonho (BUÑUEL, 2018).

“Começa então na tela, e no interior da pessoa, a incursão pela noite do inconsciente; como no sonho, as imagens aparecem e desaparecem mediante fusões e escurecimentos; o tempo e o espaço tornam-se flexíveis, prestando-se a reduções ou distensões voluntárias; a ordem cronológica e os valores relativos da duração deixam de corresponder à realidade; a ação transcorre em ciclos que podem abranger minutos ou séculos; os movimentos se aceleram.” (BUÑUEL, 2018, p. 336)

Para Buñuel o aspecto realista da imagem cinematográfica tende a oferecer uma visão banal, utilitária das coisas, imagem que precisa ser suplantada pelo trabalho do cineasta na direção de subverter a visão comum (para Buñuel, burguesa) e abrir a possibilidade de uma visão nova, capaz de, pelo fantástico, fornecer uma imagem singular, marcada por uma carga afetiva e subjetiva próprias, o que era uma busca de todo o cinema e toda a arte surrealista, como bem observa Cañizal:

O cinema, já nos seus primeiros balbucios, libertara as linguagens dos gestos e dos objetos das amarras utilitárias. Em particular, o cinema surrealista encarnou e encarna uma constante luta contra a sacrossanta perseverança do uso conservador dos signos contra os lacres utilizados para engarrafar a significação e imobilizá-la nos parâmetros de uma ordem social hipócrita. (CAÑIZAL 2006, p. 148)

O famoso plano presente em *Um Cão Andaluz*, filme de Buñuel considerado por Eduardo Cañizal um dos únicos autênticos exemplares de um cinema surrealista, em sentido mais estrito², nos fornece quase que um ícone daquilo que Buñuel, e de forma geral todos os surrealistas, tinham como pauta de sua arte, que era justamente o “corte” de um olhar condicionado e banalizado pelas convenções burguesas e a abertura para uma nova visão, capaz de incorporar as imagens das dimensões inconscientes e interiores do ser humano.

² Além de *Um Cão Andaluz*, Cañizal menciona ainda neste pequeno rol de filmes estritamente surrealistas *A idade de ouro* (1930), também de Luiz Buñuel, e *A Concha e o Clérigo* (1928), de Germaine Dullac (Cf. CAÑIZAL 2006, p. 153)



Figura 1: Imagem ícone do Surrealismo. Fotograma de *Um cão Andaluz* (1930), de Luiz Buñuel.

Daí a crítica de Buñuel aos neo-realistas, cujo compromisso com o real o incomodava:

"O mais admirável no fantástico," disse André Breton, "é que o fantástico não existe; tudo é real." Tempos atrás, em conversa com o próprio Zavattini, expunha-lhe meu desacordo com o neorealismo: juntos, à mesa de refeição, o primeiro exemplo a ocorrer-me foi o de um copo de vinho onde bebia. Para um neo-realista, disse-lhe, um copo é um copo e nada mais; nós o veremos ser tirado do armário, enchido de bebida, levado à cozinha onde a empregada o lava e talvez o quebre, o que pode ou não custar-lhe o emprego, etc. Mas este mesmo copo, visto por seres diferentes, pode ser milhares de coisas, pois cada um transmite ao que vê uma carga de afetividade; ninguém o vê tal como é, mas como seus desejos e seu estado de espírito o determinam. Luto por um cinema que me faça ver este tipo de copo, porque este cinema me dará uma visão integral da realidade, ampliará meu conhecimento das coisas e dos seres e me abrirá o mundo maravilhoso do desconhecido, de tudo o que não encontro nem no jornal nem na rua." (BUÑUEL 2018, p. 337)

Para André Breton, o exercício da poesia foi compreendido como incitador e externalizador das inquietações humanas. E a utilização da poesia, na perspectiva dos surrealistas, tinha como maior efeito, justamente, reconhecer a absurdidade da própria vida (BRETON, 2004). Já Buñuel adentra uma crítica entre a possibilidade e a realização do universo cinematográfico, introduzindo a poesia como um mundo libertador para a tela enquanto janela, a qual pode ser “aberta”, possibilitando o deslocamento daquilo que veda, o retirar do véu da vida comum para um mundo de infinitas possibilidades através da psique humana. Para Buñuel, adentrar no mundo inconsciente, não é o fim em si mesmo, mas sim,



um artifício para evidenciar a complexidade do homem, destruindo as convenções criadas e trazendo à tona a natureza das relações em toda a sua amplitude. Entendo que Buñuel encontrou no surrealismo e na poesia aquilo do qual, desde menino, sua mente já se ocupava: questionar as ordens existentes, descobrir a natureza das coisas, sair e tirar as pessoas de suas zonas de conforto, confrontar a sociedade, como um abrir da caixa de pandora, revelando o secreto, os desejos mais íntimos e os pensamentos mais profundos, sejam eles ruins ou não, mas pertencentes ao universo que é o universo do ser humano. Ele encontra esse refúgio (e esta libertação) na poesia, uma linguagem que não precisa ser explicada, que se multiplica em interpretações, que vai de encontro a cada cosmovisão de acordo com as vivências de cada um.

Nas mãos de um espírito livre, o cinema é uma arma magnífica e perigosa. É o melhor instrumento para exprimir o mundo dos sonhos, das emoções, do instinto. O mecanismo produtor das imagens cinematográficas é, por seu funcionamento intrínseco, aquele que, de todos os meios da expressão humana, mais se assemelha à mente humana, ou melhor, mais se aproxima do funcionamento da mente em estado de sonho. (BUÑUEL, 2018, p.336)

A poesia acaba sendo, segundo Buñuel, o elemento essencial para um fazer cinematográfico relevante e verdadeiro, correspondente a uma verdade interior do cineasta e não a convenções externas a ele, um fazer cinematográfico, enfim que seja fiel a si mesmo, transformando em imagens o instinto humano e seus sentimentos. O entendimento sobre o cinema sofre uma metamorfose quando o cineasta o entende enquanto instrumento de poesia, como um auxílio para trazer à tona uma dimensão maior e mais autêntica da experiência humana.

1.3 – O CINEMA POÉTICO DE EVERLANE MORAES

A análise do pensamento de Luiz Buñuel sobre o cinema como instrumento de poesia serve neste artigo também para provocar a percepção do cinema da realizadora brasileira Everlane Moraes como um cinema com a mesma potência poética e libertadora.

Everlane Moraes, natural de Cachoeira (BA), nascida em 21 de novembro de 1987, cresceu na capital sergipana, no Quilombo da Caixa D'água. Filha do artista plástico José Evandro Santos, sua primeira relação com o estudo da arte foi através das artes plásticas, passando também por Filosofia das Artes. Em 2015, ingressou na *Escuela de Cine y TV de*



San Antonio de Los Baños (EICTV), em Cuba, e através desse percurso acadêmico, tem conseguido, por meio dos seus filmes, expressar pela linguagem cinematográfica suas reflexões, pensamentos e entendimento sobre a diáspora.

[...] O que eu mais gosto de estudar, real, é a questão da linguagem cinematográfica, a linguagem das artes em si ou o pensamento em torno da expressão artística de maneira geral, universal, mais especificamente trazendo o recorte para a diáspora. Hoje o meu desejo é estudar filosofia africana, pois no meio disso tudo, quando a gente estuda filosofia, a gente estuda também sociologia, antropologia, fenomenologia, todas essas *logias* que giram em torno da imagem, giram em torno do social, giram em torno da cultura. Eu gosto, acho que tudo isso se complementa. (MORAES, Everlane, 2021)

Atualmente, Everlane conta com nove filmes em sua filmografia, sua última realização foi na ficção, como co-diretora, *Histórias (Im)possíveis* (2023). Durante uma entrevista com Lygia Pereira, fruto de uma pesquisa de mestrado que reflete sobre os olhares agenciados por diretoras negras no cinema brasileiro e publicado no site *Verberenas*, Everlane, expôs sobre como sua especialização em documentários e sua ampla bagagem em artes visuais e filosofia trouxe uma liberdade em seu processo de criação.

Sua primeira produção foi o docuficção *Caixa D'Água, Qui-Lombo É Esse?* (2013). O filme situa-se no bairro Getúlio Vargas, também conhecido como Maloca, fundado por José Andreino e, atualmente, é conhecido como o segundo quilombo urbano do Brasil. Através de sua vivência na região e relatos de moradores, Everlane resgata a memória histórica do bairro por meio das narrativas dos habitantes descendentes de pessoas negras escravizadas. Por intermédio deste primeiro trabalho, já é possível perceber a identidade artística de Everlane que traz à tona a percepção da sua vivência, os traços visuais plásticos, mas para além disso, a sensibilidade diaspórica dos relatos, da oralidade. É mediante a sensibilidade, e possíveis características surrealistas, que Everlane inicia a construção da sua identidade fílmica.

Dentro do acervo de seus trabalhos foi selecionado o filme *Pattaki* (2019) como objeto fílmico a ser analisado para a percepção dos elementos oníricos presentes. A forma como Everlane transpassa suas vivências, fé, sentimentos e subjetivações recorrendo ao imagético, um modo, assim como Buñuel, que lhe permitiu, por meio de um percurso desviante da linguagem clássica, acessar expressões do seu eu. O curta-metragem *Pattaki*, gravado em



Cuba, foi idealizado enquanto um relato mitológico, segundo a própria criadora. Um filme recheado de personagens e elementos que compõem camadas significativas. A água, o peixe, o aquário, tudo faz parte do conjunto imagético do subconsciente ancestral de Everlane. O movimento do fluir da água dentro do cotidiano da mulher preta, que remete a água do mar. Um fluxo que não para, segue em seu ciclo de escoamento e retorna ao mar, que leva sua água e a traz de volta. Everlane traz, através de planos longos, o exercício da contemplação, e dentro da própria tela a ação da observação. Os olhos como lente da admiração, tanto pertencentes à mise-en-scène quanto ao espectador que se deixa ser afetado pela imagem à sua frente, uma espécie de encontro com elementos internos do eu e os que estão na superfície.



Imagem 2 – Frame do filme *Pattaki* (2019)

O poético está presente na imagem através de possibilidades simbólicas e afetivas. A ideia do peixe fora do seu habitat natural, sem ar ou dentro de um aquário limitado, trazendo a sensação de sufocamento e de estar preso numa realidade, pode remeter ao entendimento da diáspora vindo através do imaginário da realizadora.

O surrealismo, pela ótica de Buñuel, acompanha um ciclo que vem de dentro para fora, do movimento de trazer à tona o que está interiorizado no subconsciente. Elementos oníricos, o maravilhoso ganhando vida. Seguindo este fluxo, a expressão através do viés surrealista para o artista negro torna-se um meio no qual toda subjetividade de sua vivência, que há anos recebe uma tentativa de silenciamento e destruição, ganha protagonismo. O exercício de Everlane em *Pattaki* pode ser entendido como a forma poética de representação de uma vivência negra, que se apodera do entendimento do poder do cinema como linguagem que



possibilita o acesso ao inconsciente e ao maravilhoso, em suas camadas mais profundas, capaz de confrontar uma linguagem hegemônica na qual o lugar dos sujeitos negros é estreito e subalterno.

Não é possível afirmar que o trabalho de Everlane beba, intencionalmente, da fonte dos movimentos surrealistas. Não há declarações dela sobre esta filiação, mas é possível através de suas afirmações sobre o seu próprio filme concluir que, assim como Buñuel, sua expressão surrealista é algo intrínseco ao seu eu, parte de sua forma de observação da vida, da expressão do seu imaginário poético pela imagem. Entretanto, diferentemente de Buñuel, Everlane Moraes bebe da fonte da sua relação com a fé e ancestralidade como elemento onírico em *Pattaki*. Trazendo também elementos do movimento Afro-Surrealista, que se difere do surrealismo por trazer ao presente elementos do passado, místicos e sobre a negritude.

O surrealismo tendo seu início, enquanto movimento, nos anos 30 e composto, majoritariamente, por pessoas brancas e europeias, teve em paralelo o movimento de jovens escritores negros nascidos em colônias da França, que discutiam sobre o termo negritude - vindo do francês *négritude* - utilizado “para exprimir algo novo que sentiam sem que houvessem antes encontrado termo apropriado para defini-lo” (OLIVEIRA, Waldir, 2001). A essência do que temos hoje sobre a noção de “negritude” não teve apenas sua formação na Europa, mas contando também com outros movimentos e influências que ocorreram na América. Waldir Freitas Oliveira, escritor e um dos fundadores do Centro de Estudo Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, analisa a possibilidade de parte do sentido da palavra ter vindo do movimento *New Negro*, surgido nos Estados Unidos, no início do século XX, no qual grandes artistas tiveram participações significativas, incluindo o nome de Aimé Césaire, um dos nomes mais influentes dentro do afro-surrealismo. Com todas estas colaborações e intervenções, a etimologia da palavra conduz ao sentimento de orgulho pelas suas origens, uma bandeira de luta, um selo de identidade étnica.

A definição de *négritude* dada por Leopold Sedar Senghor, conforme nos informa Waldir Freitas Oliveira (2011), revela uma conceitualização que é possível enxergar com evidência em *Pattaki*.



[...] uma nova maneira de ver e entender o mundo, um certo tipo de “existencialismo”, uma filosofia “enraizada na Terra-Mãe, que desabrocha ao sol da Fé e pressupõe presença na vida.... no mundo.... participação do sujeito com o objeto.... comunhão do Homem com as forças cósmicas, do Homem com os outros homens.... e, além disso, com tudo o que existe, do seixo à Deus”. (OLIVEIRA, 2001, p. 411)

Negritude é assim a representação figurativa do que está além dos olhos. Portanto, as obras de Everlane não correspondem apenas a uma observação e entendimento psíquico, mas à sua tentativa de materializar visualmente o seu divino particular, encontrando uma multiplicidade entre o que é divino e o que é terreno; entre o onírico e a realidade. Neste ponto encontra-se a essência do movimento Afro-Surrealista, a maneira como se unifica a realidade vivida com o onírico, com o absurdo, com o inconsciente. No filme de Everlane Moraes é possível perceber essa aproximação através do gênero também, a docuficção. Ao mesmo tempo em que se faz possível enxergar cenas do cotidiano, uma senhora negra enchendo um balde d’água, a documentação a partir da observação, vislumbramos o exagero, a ausência do limite imposto pela consciência, a inundação do que se sente, o incômodo que parte do que é real, das questões sociais.

As críticas que o Surrealismo traz dos processos criativos do séc. XX, Breton questiona a separação de realidades, o onírico e o racional, e deixa a entender que ambos caminham juntos e são interdependentes. É dentro dessa problemática da falta de multiplicidade das produções artísticas que se chega ao manifesto Afro-Surrealista. Sua proposta é a de que, por essência, a produção branca não atinge essa utopia surrealista de Breton, pois suas produções saem apenas do imaginário, enquanto a produção racializada é resultado de sua realidade, transformada em expressão absurda e onírica. Em síntese, a necessidade da produção europeia de se colocar, a força, em estado absurdo, é o cotidiano do indivíduo racializado. (DOS SANTOS; ROCHA, 2022)

Reconhecer a importância do movimento Afro-Surrealista cria um diálogo sobre as apropriações narrativas e a criação de novas percepções que incluem as subjetividades de pessoas racializadas. A estética surrealista coloca-se no papel de revelar as dimensões mais profundas do ser humano, mas a partir de uma cosmovisão branca europeia. Logo trata-se da subjetividade de uma população em específico. Criando um paralelo entre o pensamento de Buñuel sobre o cinema enquanto instrumento de poesia e os escritos de bell hooks são perceptíveis os efeitos que Everlane Moraes traz em seus filmes.



Existe uma conexão direta e persistente entre a manutenção do patriarcado supremacista branco nessa sociedade e a naturalização de imagens específicas na mídia de massa, representações de raça e negritude que apoiam e mantêm a opressão, a exploração e a dominação de todas as pessoas negras em diversos aspectos. Muito antes da supremacia branca chegar ao litoral do que hoje chamamos Estados Unidos, eles construíram imagens da negritude e de pessoas negras que sustentam e reforçam as próprias noções de superioridade racial, seu imperialismo político, seu desejo de dominar e escravizar. (hooks, 2019, p.29)

Everlane toma posse de sua subjetividade e a revela em tela, criando a conexão com camadas mais profundas de sua psique, unindo o passado e o presente, mas indo além, trazendo junto com as imagens geradas o reconhecimento da população negra e sua relação com a liberdade e o exercício da sua fé e ancestralidade. André Breton, na escrita do Manifesto Surrealista, aborda sobre o universo do maravilhoso, o contato do profundo do ser com a sua superfície.

Em Pattaki, pode-se afirmar que o que acontece é a personificação do contato do profundo do ser (reconhecimento do corpo negro), sua superfície (sociedade) e o divino (ancestralidade). O entendimento da diretora vai na direção de reconhecer que se faz necessário a construção de uma nova percepção, conceber uma nova cosmovisão, na qual, o corpo negro não seja violado, mas sim, ganhe sua magnitude através da conexão com suas origens. Everlane reconhece o poder que a arte/ a poesia opera na produção de novos olhares, tanto daqueles que veem quanto dos que são vistos. A escritora bell hooks traz de forma muito potente este debate sobre o poder que o olhar tem enquanto resistência e a criação de novas narrativas.

O “olhar” foi e é um lugar de resistência para o povo negro colonizado ao redor do globo. Os subordinados em relações de poder aprendem com a experiência que existe um olhar crítico, que “olha” para documentar, que é opositivo. Na luta pela resistência, o poder do dominado para garantir o agenciamento ao reivindicar e cultivar a “consciência” politiza as relações “do olhar” – aprende-se a olhar de um certo modo para resistir. (hooks, 2019, p. 184)

Pode-se afirmar, debruçando-se nos pensamentos de Buñuel sobre o exercício da poesia no cinema, que os filmes de Everlane são poéticos a partir, justamente, da utilização do



seu encontro com o subconsciente, o sagrado e a sua superfície. Seu cinema busca a poesia no mesmo sentido com que Buñuel a buscava, isto é, “no sentido libertador, de subversão da realidade, de limiar do mundo maravilhoso do subconsciente, de inconformismo com a estreita sociedade que nos cerca” (BUÑUEL, 2018, p. 334). Os elementos filmicos utilizados como expressão artística nos levam à subversão da realidade pautada no senso comum, que é aprisionador para as subjetividades de pessoas negras. O efeito conquistado a partir do exercício poético da observação de *Pattaki* não é mero desligamento dos sentidos, mas sim, uma conexão com o que está adormecido, trazendo deste modo sensorial, as questões que a realizadora quer abordar e propondo uma libertação do olhar, um confronto “com a estreita sociedade que nos cerca” (BUÑUEL 2018, p. 334).

Um dos elementos mais presentes em *Pattaki* é a água. Seja a água do mar, da torneira, no aquário, ela faz-se presente na maioria das cenas. Buñuel, ao dissertar sobre elementos presentes em filmes, defende a ideia da presença da afetividade nos sujeitos e componentes pertencentes àquela realidade, permitindo ser visto por diferentes pessoas e trazendo novas perspectivas e subjetivações: “Mas este mesmo. Assim, o cineasta luta por um cinema que o faça ver.” (2018)

O argumento de Buñuel sobre a poesia presente nos filmes se dá também pela forma como a cosmovisão de cada ser é construída, não somente pela idealização comum sobre algo, mas justamente, pela percepção das suas subjetividades que são uma construção do seu eu, das informações apreendidas na sociedade e nas relações familiares. Esta subjetivação é muito particular, tornando-se um universo que pode ser entendido e expressado. Analisar *Pattaki* é constatar a poesia presente nos elementos filmicos. A água deixa de ser apenas uma substância química, e torna-se símbolo, afeto, representação do que há de mais profundo num ser, a abertura do mundo maravilhoso defendido por Buñuel e Breton.

Pode-se assim afirmar que, Everlane modula seus conhecimentos, percepções e pensamentos expressando-os em seus filmes., utilizando da plasticidade filmica e dando vida por intermédio da imagem, sendo que a plasticidade, como observa Brandão (2017), desafia a realidade por dispensar a neutralidade no seu âmago. A plasticidade de Everlane desafia a realidade ao confrontá-la através da sua percepção afrodiaspórica, por meio do entendimento de quem se é, das suas origens. Não há neutralidade em suas obras, pois são fruto do



desdobramento do movimento de sua interiorização. O exercício de Everlane em suas realizações tem a habilidade de uma lupa em ampliar realidades e cosmovisões, utilizando a poesia como óculos para apresentar um universo não visto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar a dinâmica de analisar uma obra contemporânea racializada a partir dos pensamentos de um cineasta europeu da modernidade traz muitas reflexões quanto ao contexto e o público referenciado, percebendo o movimento de distanciamento e apagamento enquanto projeto social aos trabalhos e histórias da população negra em diáspora. Entretanto, o regime de compreensão dos pensamentos dos realizadores em temporalidades e contextos geográficos diferentes e o reconhecimento dos processos que estão para além de movimentos artísticos, possibilita a percepção do fazer negro mesmo não estando num posicionamento de protagonismo frente à história imperialista contada no mundo ocidental.

Ao debruçarmo-nos sobre o movimento artístico surrealista e afro surrealista para o entendimento do possível diálogo entre Buñuel e Everlane, há a compreensão de que são dois realizadores que estão além dos limites de uma tendência artística, e que se pautam em suas próprias vivências, dando vazão às suas experiências, memórias, sonhos e subjetividades. Todavia, é relevante salientar acinesia específica do afro surrealismo, pelo qual se pauta o cinema de Everlane, criando modos e espaços de expressão para a população artística negra apropriar-se de suas próprias narrativas, tendo suas camadas próprias e suas subjetividades marcadas por outros contornos que não estão dados na experiência europeia de Buñuel, como, por exemplo, a integração do aspecto onírico (marca do surrealismo) com a fé e a ancestralidade das populações afro-diaspóricas (marca do afro-surrealismo). Não obstante, em ambas as experiências, permanece o reconhecimento do poder do olhar para o próprio mundo interno como forma política de existir, de confrontar racionalidades estreitas, de ver e ser visto em sua inteireza, integrando a subjetividade e as dimensões inconscientes à sua experiência de mundo e à sua criação artística. Assim como Buñuel foi um marco na história do cinema, mostrando como o cinema como instrumento de poesia, em seu contato com o universo psíquico, com o onírico e o maravilhoso ampliam a expressão artística e política



desta arte, do mesmo modo Everlane Moraes, buscando o acesso a este universo subjetivo e inconsciente da ancestralidade, abre uma nova perspectiva de experiência artística e de vida para a população negra através de seu cinema. Conclui-se, assim, que, tal como em Buñuel, Everlane cria um cinema poético no contato com o mundo dos sonhos, e que, através deste seu olhar renovado é possível enxergar um universo maravilhoso que tanto tentaram aniquilar. Percebe-se que tanto Buñuel como Everlane, em seus contextos sociais, geográficos e subjetivos específicos, afirmam um cinema como instrumento de poesia capaz de nos libertar “da estreita realidade que nos cerca” e de nos abrir ao mundo do maravilhoso onde podemos encontrar nossas verdadeiras potências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Lucas. **A plasticidade da arte**. [S. l.]: Comunidade, Cultura e Arte, 20 dez. 2017. Disponível em: <https://comunidadeculturaearte.com/a-plasticidade-da-arte/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRETON, André. Manifesto do surrealismo. [S. l.: s. n.]: 1924. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/manifesto_surrealista.pdf. Acesso em: 6 fev. 2023.

BUÑUEL, Luís. **Escritos de Luís Buñuel**. 1ª Ed. Madrid: Página de Espuma, 2000.

BUÑUEL, Luis. Cinema: Instrumento de Poesia. In: XAVIER, Ismail. **A experiência do cinema**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CAIXA D'ÁGUA: Qui-lombo é esse? Direção: Everlane Moraes. 2013. Disponível em: <https://vimeo.com/120696501>. Acesso em: 30 jun. 2023.

CARRIÈRE, Jean-Claude. Prefácio. In. BUÑUEL, Luís. **Escritos de Luís Buñuel**. 1ª Ed. Madrid: Página de Espuma, 2000.

DOS SANTOS, João Luiz; ROCHA, Gabriel Pinheiro Mota. “**À noite todos os gatos são pardos**”: os processos de produção de um filme de terror negro psicológico. Trabalho de conclusão de final de curso (Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Audiovisual) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/34402/1/2022_JoaoLuizSantos_GabrielRocha_tcc.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

HOOKS, Bell. **Olhares Negros: Raça e Representação**. 1. ed. São Paulo: Ed. Elefante, 2019



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

OLIVEIRA, W. F. **Leopold Sedar Senghor e a Negritude**. Afro-Ásia, Salvador, n. 25-26, 2001. DOI: 10.9771/aa.v0i25-26.21018.

Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21018>.

Acesso em: 20 jul. 2023.

PATTAKI. Direção: Everlane Moraes. 2019. Disponível em: <https://vimeo.com/278871467>.

Acesso em: 30 jun. 2023.

PAZ, Octávio. **O Arco e a Lira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PEREIRA, Lygia. **A Beleza está dentro de nós, que olhamos**: Entrevista com Everlane Moraes. 2021. Disponível em: <https://www.verberenas.com/article/a-beleza-esta-dentro-de-nos-que-olhamos-entrevista-com-everlane-moraes/>. Acesso em: 6 jul. 2023.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 17 de 17



CENTRO DE ARTES VISUALES MUSEO DEL BARRO

Dante Krol Simba - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Curitiba I, danteksimba@gmail.com

Katiucya Perigo - Orientadora
Unespar/*Campus* Curitiba I, katiucya.perigo@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Falar de museus na América Latina permeia discorrer sobre as diversas estruturas coloniais que delimitam o nosso continente. Em sua maioria, essas instituições são produtos de uma cadeia imperialista que se firmou a partir do século XIX, em um modelo exportado que se apoia em separar-se do outro para delimitar a si mesmo. Porém, dentro dos países latinos, recém-saídos da independência na virada do século XX, essa receita europeia acabou sendo adaptada, criando instituições focadas em construir uma identidade nacional ao passo que excluía comunidades e recortava o passado a deleite do colonizador (DE CARLI, 2004, p 57). Seu objetivo era a aproximação com a metrópole, elevando a colônia a um patamar de igualdade que nunca se concretiza considerando as amarras do império, causando um distanciamento natural entre as experiências museológicas europeias e latino-americanas.

Nas colônias, os museus tinham a missão de serem centros de cultura elitizada, apoiando a política vigente e afastando, mesmo que simbolicamente, as comunidades minoritárias que as compõem. Perpetuando a violência sistêmica direcionada a povos indígenas, camponeses e escravizados, o museu se colocava como uma extensão do Estado, compactuando com a desumanização dessas populações em ode ao culto à conquista europeia (SMITH, 2018).

Esse movimento, porém, é contestado veementemente principalmente nos últimos 50 anos. Ações como a da Mesa Redonda de Santiago, em 1972, e a Declaração de Oaxtepec, em 1984, são resultados de uma crítica ao sistema tradicional museológico, seja em suas questões práticas, seja em suas questões políticas.



Nesse contexto, várias experiências se desdobram dentro do território americano, se apoiando em uma descolonização dos processos museológicos. Entre eles, concebido dentro do cenário político paraguaio, o Centro de Artes Visuales/Museo del Barro se destaca pelo trabalho com tipologias de acervo discordantes, com o desafio de mantê-las em um mesmo patamar respeitando suas individualidades. No entanto, até que ponto um museu pode se delimitar como uma ação decolonial? Quais os limites da ressignificação dos conceitos de museu, obra, arte e exposição? O presente artigo se propõe como forma de discutir essa colocação institucional dentro do cenário artístico paraguaio através de uma retomada dessa arte fora do eixo europeu de produção, tomando como estudo de caso as produções atreladas ao Museo del Barro e sua relação com seu acervo indígena, assim como a forma escolhida pela entidade para comunicar esses objetos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para conclusão deste ensaio foi desenvolvida uma pesquisa não só sobre a instituição em questão, mas também sobre seu contexto histórico e social dentro de uma cadeia epistemológica que se desconstrói em face ao colonialismo. Para tanto, foram levantadas bibliografias descritivas em relação a ditadura paraguaia – com foco na Comissão da Verdade formulada após o fim do regime Stronista – e também sobre as etnias retratadas dentro da parcela indígena do acervo do CAV/MdB, fazendo assim um recorte com foco no povo Ishir dentro do território paraguaio. Em consonância, para embasamento teórico das contestações apresentadas no ensaio, foi utilizado principalmente os textos de Tício Escobar, um dos fundadores do museu, e os trabalhos de Linda Tuhiwai Smith no que se refere à pesquisa sobre povos indígenas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A arte paraguaia e a instituição do Centro de Artes Visuales/ Museo del Barro

Localizado na periferia de Asunción, capital do Paraguai, o Centro de Artes Visuales/ Museo del Barro é uma experiência museológica particular, construída com foco de perpetuar a cultura visual paraguaia. Contudo, antes de compreender que museu é esse, é necessário



entender o delicado tecido histórico do país e como ele afeta suas instituições, principalmente as de arte.

Durante o final do século XIX e início do século XX, uma série de confrontos internos e externos acabaram por desestruturar a sociedade paraguaia, comprometendo a economia nacional e enfraquecendo o Estado. Entre esses conflitos, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Brasil no século XIX, e a Guerra do Chaco contra a Bolívia nos anos de 1930, foram marcos na forma como o Paraguai manejava suas relações internacionais, consequentemente modificando o projeto político vigente. Ambos os embates tiveram motivações econômicas fortes, seja a necessidade de escoamento de produtos, seja domínio por matéria prima, traçando um projeto claro: o objetivo do Estado, apoiado pela burguesia em sua maioria, era a reconstrução financeira do país após repetidas épocas de recessão, reintegrando o território. Todavia, tais intentos não tiveram o sucesso esperado.

Resta então à burguesia a liderança do cenário cultural local, considerando os escassos financiamentos estatais nesse período (ESCOBAR, 2021, p 44). Logo, a produção paraguaia seria conduzida pelos interesses dessa elite, submissa às suas inconstâncias e sem o resguardo governamental ou um plano de trabalho congruente. A arte paraguaia do início do século XX se concentra então em dois polos principais: uma arte popular campesina, reduzida ao artesanato; e uma arte pseudo acadêmica, naturalista, praticada principalmente por estrangeiros chegados da Europa pelas rotas de Buenos Aires (ESCOBAR, 2021, p 56). Portanto, durante décadas, não houve um projeto artístico estatal como houve no Brasil, as intervenções artísticas — e consequentemente museais — resguardadas a um cenário privado. Em outras palavras, a responsabilidade de fomento da cena cultural se tornou encargo da burguesia paraguaia, que via mais lucro em manter relações com a Baía do Rio da Prata e a cena artística argentina, descentralizando o capital cultural para o exterior.

Com a chegada da ditadura de Stroessner o cenário artístico paraguaio recebe outro golpe; agora a censura fechava ainda mais os poucos locais de expressão aos quais os artistas utilizavam. Instituída em agosto de 1954, o regime militar do Partido Colorado se caracterizou pela ausência de estruturas irregulares e/ou secretas para a manutenção do estado de terror vigente; ou seja, todas as ações destinadas ao controle da população eram protagonizados por estruturas parapoliciais e paramilitares (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2008, p 30). A



presença do Estado absoluto unipartidário não se restringia a ataques pontuais, mas se estendia por uma cadeia de controle informacional que delimita um inimigo a ser expurgado, um "outro" que seria responsável pelo desmoronamento do tecido social. Dessa forma, se justificou a constante violação dos direitos humanos contra a população durante 35 anos, a fim de manter uma pseudo sociedade tradicional coesa capaz de superar os períodos intermináveis de crise política nacional (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2008, p 43).

Nesse contexto de opressão que não se restringiu ao Paraguai, várias experiências museais pela América Latina se propuseram como alternativas, onde o CAV/Museo del Barro encontra suas origens.

Iniciado em 1972 através de um projeto de exposições itinerantes de Carlos Colombino e Olga Blinder denominado "Colección Circulante", a construção do CAV/MdB se caracteriza como uma ação conjunta de diversos estudiosos e artistas opositores ao governo ditatorial de Stroessner. (COBOS, 2014, p 39). Durante toda a década de 1970, a experiência artística de ambos, acompanhada depois pela presença de Tício Escobar e Osvaldo Salerno, foi pautada pela subversão de um formato museológico corrente, com capital cultural restrito a uma elite, e consequentemente a chancela do que é ou não arte. Com capital particular, a doação do espaço físico por Colombino e a arrecadação de acervo de outros colecionadores, em 1979 o museu se afirma com o nome atual e uma sede nas imediações de Asunción (COBOS, 2014, p. 40). Assim como o projeto que originou a instituição, a planta do prédio retoma a essa construção conjunta, com diferentes setores anexados a uma estrutura central não linear, criando uma identidade própria. Tal especificidade arquitetônica reflete as diferenças artísticas dos fundadores e o casamento de interesses tão diversos.

Imagem 1 - Parcela da exposição do Centro de Artes Visuales/Museo del Barro





(Fonte: página do museu no Instagram¹)

O acervo foi construído em três momentos principais. A princípio, o prédio da Isla de Francia onde se encontra o CAV atualmente foi designado exclusivamente para o Museo Paraguayo de Arte Contemporáneo, com obras visuais do projeto itinerante de Colombino e Blinder.

Contudo, durante a década de 1980, outros dois projetos independentes acabaram se alocando dentro desse espaço, demandando adaptações. São eles o Museo del Barro, imaginado por Osvaldo Salerno, contando com peças de arte popular e campesina, principalmente cerâmicas; e o Museu de Arte Indígena, projeto de Ticio Escobar (COBOS, 2018, p 444). Sem uma pretensão pragmática tradicional, as três coleções se propõem a ofertar um ambiente onde o erudito, o urbano e o indígena podem coexistir, sem hierarquias em sua heterogeneidade, como um espelho do cotidiano paraguaio.

Especificidades de um museu latino-americano, o caso Museo Del Barro

Com uma visão expandida do que é arte no contexto latino-americano, os fundadores idealizaram a instituição como um refúgio às artes marginalizadas. Segundo a própria Comissão da Verdade Paraguaia “(...) o discurso utilizado constantemente pelo regime stronista foi a defesa dos valores “critãos e ocidentais” em vista da “barbárie comunista” (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2008, p. 44, tradução do autor)², que ampliado ao desejo do Estado, atacava diretamente os sujeitos integrantes desse acervo – em especial as populações marginalizadas e artes visuais produzidas por artistas de esquerda. Se manter operante nesse cenário invariavelmente foi uma fuga, ainda que não haja muitos materiais referentes a tal assunto. Contudo, levando em consideração o modus operandi do sistema, baseado na censura e exemplo, agir entre as estruturas elitistas paraguaias permeou lidar com o constante horror da retaliação. Após o fim da ditadura em 1989, essa visão de perpetuação de uma memória e presença ameaçadas pelo Estado se prolongou dentro da instituição, adicionando discussões críticas às exposições como o questionamento sobre o conceito capitalista de produção da arte.

¹ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CIyAIFbju7w/?utm_source=ig_web_button_share_sheet Acesso em: 30 jul 2023.

² El discurso utilizado constantemente por el régimen stronista fue la defensa de los valores 'cristianos y occidentales' frente a la 'barbarie comunista' (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2008, p 44).



A valorização da sociedade paraguaia do final do século XX era um assunto fixo no discurso expográfico; fazendo uso da ação chanceladora que o museu possui sobre a arte, ou seja, seu poder rotulador sobre a museália, a missão de descolonizar o discurso tradicional fica clara. (COBOS, 2013, p. 168). Diferente do padrão europeu do século XIX, onde as instituições eram construídas com objetivos explícitos embasados em uma ideologia nacionalista, com coleções centrais e histórico contínuo delimitado em momentos claros, os museus da América Latina não aplicam esse modelo (COBOS, 2018, 439). Pelo contrário, o tecido sociocultural latino que circunscreve o nascimento de instituições culturais, nesse caso as museológicas, é diferente, causando um distanciamento entre a teoria composta pelo colonizador e a prática vivenciada pelo colonizado. Compreender o CAV/MdB é compreender a sociedade paraguaia em suas bases raciais, históricas e materiais; mais do que isso, é compreender também as relações que esses elementos possuem entre si.

A abertura de um salão expositivo com intenções de se dissociar com o modelo imperial se caracteriza então como um ato político, criando a gênese de um diálogo com a comunidade que compõem a narrativa museal. Em aspectos museográficos, a Coleção de Arte Indígena que integra o CAV/MdB representa bem essa tentativa de fugir do padrão europeu museológico de exposição etnográfica fetichista.

Com mais de 90% dos objetos sendo oriundos de uma coleção particular construída por Tício Escobar, ou seja, de uma forma análoga ao projeto tradicional, essa coleção faz parte da estratégia institucional para quebrar com o discurso esperado. Tal aquisição teve como objetivo central o diálogo dessas peças com a arte erudita e popular em pé de igualdade, não apenas a perpetuação de um acúmulo de exotocidades do mundo não ocidental, mantendo certa responsabilidade nessa patrimonialização. Como descrito no próprio catálogo da coleção:

Assim, as peças que integram a coleção de arte indígenas não estão exibidas em linguagem etnográfica, folclórica ou histórica, mas estritamente artística, ainda que, através de diferentes níveis de mediação, as exposições se encontrem abertas a leituras pluridisciplinares e vinculadas com a problemática social dos setores indígenas (CENTRO DE ARTES VISUALES, 2008, p. 7, tradução do autor).³

³ Así, las piezas que integran la colección de arte indígena no están exhibidas en clave etnográfica, folclórica o histórica, sino estrictamente artística, aunque, a través de distintas instancias de mediación, las exposiciones se encuentran abiertas a lectura pluridisciplinarias y vinculadas con la problemática social de los sectores indígenas (CENTRO DE ARTES VISUALES, 2008, p. 7).



A proximidade costurada entre museu e comunidades indígenas vem desde os tempos da criação do museu, com convênios universitários e encontros recorrentes com os povos representados. O sistema de catalogação utilizado age em conjunto com a montagem das exposições, abrindo diálogo para que os próprios indígenas sejam responsáveis por demonstrar a exposição correta das peças, como citado em vários materiais disponibilizados nas redes sociais da instituição e dentro do próprio catálogo de arte indígena (CENTRO DE ARTES VISUALES, 2008, p 5). De todo modo, essa relação entre indivíduo e objeto é um dos pontos principais da identidade da instituição em sua gestão de acervo, que tem compromisso com as lutas por direitos indígenas desde sua origem. Ou seja, o foco dessa gestão dos objetos é visando uma participação dos povos indígenas na documentação, pesquisa e exposição (ESCOBAR, 2021, p 6).

Simultânea às características institucionais particulares do museu e da constituição do seu acervo, há a discussão sobre a localização dessas peças dentro do mundo da arte. Ainda que sua missão seja declarada como “(...)um cenário onde se expõem principalmente as diversas expressões visuais do Paraguai e da Ibero-América e se manifesta o caráter multicultural e multiétnico do país”(MUSEO DEL BARRO, [s.d.], tradução do autor)⁴, uma série de argumentos devem ser construídos pensando nessa ressignificação da arte. Primeiramente deve-se levar em conta como se percebe uma coleção antropológica, categoria onde objetos indígenas são comumente catalogados. Como Gonçalves coloca:

Na melhor das hipóteses, encontraríamos menção a coleções e museus como fontes de dados para a pesquisa etnográfica, sobretudo dados relativos à chamada “cultura material”. Ou ainda, essas coleções e museus poderiam também ser entendidos como uma espécie de “prolongamento do campo”, a desempenhar um papel importante na formação dos etnólogos (como sugere Lévi-Strauss). Num e noutro caso, não se questiona o papel desempenhado por essas instituições na construção de uma determinada forma de representação do outro. (GONÇALVES, p. 45)

Ou seja, há um descolamento entre o objeto retirado, a reserva técnica e o povo ao qual foi concebido, atuando como representante ou substituto dessas comunidades. Essa representação nem sempre comunica informações verídicas pois são traduzidas pelo olhar do

⁴ “(...) una escena en donde se exponen, principalmente, las diversas expresiones visuales del Paraguay e Iberoamérica y se manifiesta el carácter pluricultural y multiétnico del país”(MUSEO DEL BARRO, [s.d.]



coleccionador e suas convicções de mundo que, muitas vezes, não são as mesmas das culturas indígenas.

A inserção dessas peças dentro do museu se dá em um processo violento de expropriação da cultura alheia para fins de colecionamento individual, sem a participação dos povos originários na catalogação, acondicionamento ou exposição. Novamente, esse tipo de atividade se estabelece com um claro objetivo de retirar a real presença indígena de dentro dos museus, utilizando-se de réplicas do senso comum ocidental para reafirmar discursos de segregação (SMITH, 2018). Ainda que as missões e valores de uma instituição sejam ligadas com discussões sobre identidade, isso não necessariamente significa um respeito pelos povos indígenas, muito menos que sua presença é requisitada fora do eixo do exótico, demandando uma malha crítica sobre as ações dentro e fora dessas entidades.

Para Clifford, uma das questões da arte indígena dentro de museus de arte contemporânea é a exotificação do objeto, com o uso da alteridade como chamativo para o público e a colocação do acervo em posições de destaque sob uma visão simplista da curadoria (CLIFFORD, 1994, p. 73). Mais do que isso, a retirada de acervos indígenas de coleções etnológicas para coleções de arte significaria uma redução de sua capacidade informativa, reduzindo a cultura material de um povo sob análises estéticas ocidentais vigentes. Logo, o problema estaria no trato com tais bens culturais, não no objeto em si, mas na narrativa que é colocado dentro dos anteprojetos curatoriais das instituições, alheios à inteligibilidade de seu contexto ao dialogar com outros elementos expositivos.

Nessa conjuntura, um embate de discursos se faz presente, distanciando as informações coletadas em campo e aquelas compartilhadas em salões expositivos. Além disso, há também o fetiche inerente dessa atividade que utiliza acervos etnográficos como um paliativo para comunidades que não existem mais, uma forma de se "conectar ao passado" sem necessariamente reviver as questões que trouxeram os objetos para dentro do museu.

O acervo de arte indígena do CAV/MdB pode se diferenciar pela intenção de seu colecionador principal. Uma das discussões centrais de Tício Escobar em seus textos é a caracterização da arte pelas vistas do colonizador, tanto em sua dimensão simbólica quanto



em sua conceituação. Delimitar uma “arte popular”⁵ não é possível sem sua contrapartida “erudita”, ou ainda, sem separar as Belas Artes das Artes Aplicadas. Só é possível circundar o campo da arte através de um processo de mistificação do objeto, construindo um culto ao seu redor e verbetes que se autoalimentam ao mesmo tempo que excluem outras expressões culturais. (ESCOBAR, 2021, p. 85-86).

Logo, para Escobar, o conceito de arte – e seu desdobramento físico que adentra o museu: a obra de arte – é parte de uma construção ocidental, fruto de uma cadeia de pensamento estético iluminista que valoriza o objeto em razão da sua falta de funcionalidade. Novamente, aqui cabe ressaltar que o trajeto epistemológico ocidental não é um conceito universal, resultando em um processo de desvalorização da chamada “arte popular” pela sua não conformidade com o modelo ideal (ESCOBAR, 2021, p. 92-93). Quando adquirida pelas instituições do mundo da arte, tais objetos produzidos por comunidades marginalizadas passam a ser um problema: catalogar como cultura material seria reduzi-los ao olhar antropológico; contudo, catalogar como arte seria admitir que um contraponto à arte erudita hegemônica existe. Excedendo suas características estéticas, o objeto da “arte popular”, aqui também compreendendo a arte indígena, não é independente do corpo social que o concebe, muito menos é comparável ao produto do ocidente.

Nesse cenário, um tratamento diferente deve ser dado às peças. Pela própria natureza do sistema colonialista, a objetificação dos povos indígenas é algo comum às instituições tradicionais, o museu incluso. Ainda que os espaços museológicos latino-americanos tenham se constituído por um processo distinto da Europa, as características latentes em ambos são as relações de poder entre colecionador e colecionado. Essa disparidade de tratamento é resultado de uma estrutura de silenciamento, objetificação e desumanização do Outro, submetendo indivíduos e comunidades a personagens pré estabelecidos pelo colonizador, em um eterno jogo de "falar pelo outro" (SMITH, 2018, p. 148). Portanto, é de responsabilidade institucional mais do que a ressignificação da museália, mas a reestruturação das relações de

⁵ Aqui o termo “arte popular” é mantido entre parênteses em concordância com os textos do próprio autor, segundo o popular não possui uma definição fixa, mas sim flexível em relação aos estados da arte da estética ocidental. Em outras palavras, apenas é popular aquilo que não se conforma dentro das definições europeias de arte, para tanto, que são excluídas sistematicamente da epistemologia dominante. São exemplos de “arte popular” a arte indígena, campesina, religiosa e o artesanato sem origem certa, mas que mesclam o culto, a tradição e a habilidade única de cada artesão, geralmente apagada dentro da classificação das artes aplicadas. (ESCOBAR, 2021, p. 99)



poder entre coleção e colecionados. O questionamento central se estabelece: teria o museu do Barro tal consciência e estaria realmente questionando a forma de aquisição dessas peças? Nas artes essa disparidade se perpetua, em partes pela forma de inserção desses objetos no circuito artístico. É indispensável considerar a forma como objetos foram coletados de seus territórios de origem, mas mais do que isso, é importante pensar nas informações coletadas nesse processo, afinal é trabalho do antropólogo compreender as funções visíveis e invisíveis dos testemunhos materiais dessas culturas (SALUM, 2008, p. 55). Esse contexto não pode ser retirado na transição entre antropologia e arte. Lagrou menciona que:

Dessa forma, os colecionadores de arte ‘primitiva’ muitas vezes só reconheciam peças incomuns, ‘espetaculares’ e de uso não cotidiano como candidatas a serem incluídas nas coleções de arte não ocidental, desconhecendo o fato de a maior parte da produção artística indígena se encontrar no campo da chamada ‘arte decorativa’ de uso cotidiano, assim como desconsiderando a realidade da avaliação nativa da qualidade das peças, que nem sempre segue a lógica da valorização do incomum. (LAGROU, 2009, p. 29)

Em frente a essas problemáticas da área, uma das mudanças epistemológicas é justamente essa separação entre arte e artefato. Reconhecer que outras culturas não possuem a mesma construção histórica que estabeleceu o mercado de arte e os conceitos delimitadores da obra de arte é o princípio de um diálogo. (LAGROU, 2009, p. 34)

Possuir objetos de contemplação sem utilidade é uma especificidade ocidental que não se sustenta em outras culturas. Fazer acepção dos objetos durante a montagem de uma exposição levando esse parâmetro em conta é uma das formas do colonialismo de rebaixar a arte indígena ao artesanato, e é por esse meio que o Cav/MdB assume papel de transgressor, quebrando com o projeto expográfico tradicional (GOTTI, 2022, p. 8). Entre as ações que convergem com esse conceito decolonial de trabalho está a coexistência de obras de arte erudita e arte indígena dentro de uma mesma exposição e pavilhão, além do discurso sustentado dentro de intervenções externas nas mídias do museu.

Pensando nessa necessidade de presença indígena dentro do espaço museal, o Cav/MdB desdobra suas atividades para nichos específicos de atuação. Utilizando as redes sociais para comunicação das exposições e das peças do acervo, a equipe se prontifica a



estabelecer uma relação inicial com comunidades presentes dentro do acervo, expondo essas etnias em um ambiente de aprovação da arte.

Estudo de caso: o manto Ishir e a presença do museu fora do espaço físico

Uma das recentes ações do museu foi uma série de vídeos sobre partes da coleção, pontuando seus aspectos físicos e conceituais. Em específico o vídeo *Arte Plumario: Ishir y Ayoreo* se destaca pela apresentação de partes do acervo indígena pela voz de Lia Colombino, então diretora da instituição.

A etnia Ishir é parte do tronco linguístico Zamuco e ocupava inicialmente as regiões do Chaco Boreal, na fronteira com a Bolívia e o Brasil. Assim como outras etnias indígenas latino-americanas, possuem uma história principalmente oral, que se estende antes da chegada dos colonizadores, ainda que seu principal contato seja a partir do século XIX (CORDEU, 2008a, p. 56). Tal contato é derivado de um processo de assimilação de povos originários através da negação de direitos e evangelização, auxiliado pelos financiamentos nas áreas industrial e agrícola. Pela proximidade das comunidades com o ambiente desejado pelo capital, foram alvos de diversos conflitos territoriais, em especial durante a Guerra do Chaco entre 1932 e 1935. A presença do colonizador se faz presente em um cenário de desestruturação, com o avanço da indústria de exploração e invasão de terras indígenas. Somado a isso, a utilização do povo Ishir como mão de obra disponível rapidamente estabeleceu uma hierarquia social corroborada pelo Estado para propósitos de ocupação, velando um processo de genocídio latente.

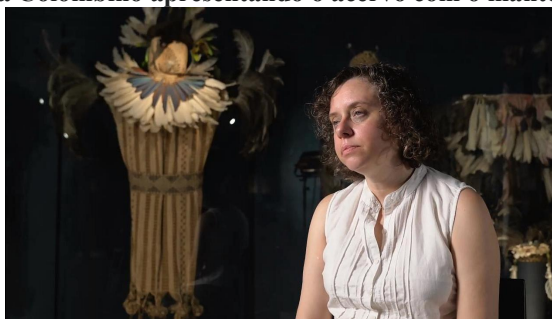
Todavia, ainda que o plano de apagamento da etnia fosse eficiente, a memória de tempos da guerra permaneceu presente através da história oral – relatos esses compilados no livro *Mala Guerra*, organizado por Nicolas Richard e apoiado pelo CAV/MdB. Nesses testemunhos é clara a negligência do Estado paraguaio, que se perpetua desde o século XIX, acompanhada pela prática comum do invasor de colecionar partes das culturas que não lhe pertencem a fim de exposição. Dessa forma, paralelo as ações de tomada de direitos indígenas – apossamento de terras, segregação racial e espacial, condições de trabalho precárias, etc – há um contínuo caminho de catalogação de seus ritos, tradições e cultura material a fim de contemplação, como é o caso de um manto cerimonial Ishir alocado no Museo Etnografico de



Buenos Aires. Assim como outros povos, a desumanização sistêmica se debruça através das mais diversas instituições, restringindo um conhecimento ancestral ao rótulo de exótico (SMITH, 2018, p. 85-86). Contudo, a presença desses objetos, ressaltando as plumárias demonstradas no vídeo produzido pelo Museo del Barro, só é possível por conta das especificidades culturais desse povo.

O povo Ishir se caracteriza por uma visão única de mundo, baseada em uma forte relação entre vida e morte, com uma separação entre gêneros desde seu mito de criação. A conexão com o sagrado acontece através de vários rituais simbólicos protagonizados pelos homens da comunidade, iniciados já na adolescência. Não só os procedimentos, mas as danças, músicas e, nesse caso, adereços feitos para a ocasião se transformam em uma ponte de comunicação com o panteão, gerenciando a vida dentro do território. Entre os objetos produzidos, os mantos plumários participantes dos ritos de iniciação dos rapazes são parte integrante do acervo do CAV/MdB.

Imagem 2 - Lia Colombino apresentando o acervo com o manto Ishir ao fundo



(Fonte: Canal do CAV/MdB⁶)

No vídeo produzido pelo museu, tal indumentária é apresentada fora do seu ambiente de produção, porém, também sob a intenção de ressignificação desses objetos. Mais do que artefatos, a fala de Lia Colombino coloca esses mantos como parte de um processo social de encontro com o ocidente.

Ainda que confeccionados para momentos sagrados, reciclando produtos de uso cotidiano na comunidade, a efemeridade de tais peças hoje confronta a dimensão comercial a qual os povos originários são submetidos. As peças se flexionam entre a tradição e a necessidade econômica de cada comunidade, demonstrando o encaixe dessas culturas dentro

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uzme7DI5WXE> Acesso em: 12 abr 2023.



do sistema capitalista atual – como por exemplo as diversas peças compradas por Tício Escobar em suas viagens pelo Paraguai e posteriormente incorporadas na coleção do Museo del Barro.

Retratando os deuses, esses mantos também se aproximam do estético, mais um dos motivos pelos quais foram adquiridos pela instituição. Como Lia explica na mesma entrevista, a composição única de cada um deles se apropria de objetos comuns e recolhidos pelo território que ocupam, criando representações físicas de pilares conceituais da mística Ishir sem perder os elementos visuais que conectam a história ao ambiente que povoa seu passado. Todavia, retirados de sua origem, esses artefatos perdem sua função original, recebendo em troca a alcunha de objetos de museu – ou museália – possibilitando sua interpretação artística quando confrontado com uma curadoria direcionada a essa área. Indo além, é através desse processo de resignificação que a presença indígena pode ser repensada dentro do museu, expandindo a imagem desumana que mantém esses povos como elemento curioso, escondendo suas camadas de subjetividade.

É citada no vídeo a exposição "*El sueño amenazado*", realizada em 1989, ocasião do recebimento da coleção de arte indígena do museu e ano final da ditadura, onde autoridades Ishir teriam sido convidadas para demonstrar a correta disposição das peças. Contudo, não foi possível encontrar maiores informações sobre o evento, apenas que segue um dos valores da instituição que é a curadoria participativa e uma fotografia compartilhada nas redes sociais da instituição.

Presença real de povos indígenas no museu

Expor o acervo é um dos elementos que delimita uma instituição museológica; ao lado da pesquisa e salvaguarda, é dever desse tipo de instituição a comunicação das suas narrativas. É através desse método de transmissão informacional que o museu age como médium, um ambiente limiar entre informação e usuário (RIBEIRO SOUZA, CAL, 2016, p 8). Sobretudo, a partir da introdução das plataformas digitais dentro dos ambientes de guarda, a informação antes contida dentro de um pequeno espaço territorial, passa a ser globalizada e disponibilizada para além das fronteiras nacionais. Contudo, essa democratização é seguida de uma responsabilidade da instituição sobre a narrativa a ser exposta.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

O museu quando atuante dentro da discussão da qualificação da cultura material indígena como arte, também é participante da valoração econômica dessas peças dentro do mercado de arte.

O conceito positivista de museu perpassa uma ideia de local de preservação cultural e conectado ao sagrado. Quando museus europeus se apropriam dessa ideia de valorização durante o século XIX, se vestem de um status de sacralidade da memória e identidade nacional, criando mitos que delimitam um pertencimento individual (RIBEIRO SOUZA, CAL, 2016, p 10-11). A internet como artifício é uma brecha para contestação dessa estrutura formal, para participação do público e construção de narrativas fora do museu que fujam do discurso desses equipamentos tradicionais; afinal, o acervo deixa de ser exclusivo a uma localidade, podendo ser acessado independente do lugar. Contudo, até que ponto esse compartilhamento realmente é um elemento de democratização? Pois há uma diferença entre comunicar esses povos e realmente trazê-los para os processos museais, no sentido de uma participação conjunta que edifique uma política institucional verdadeiramente inclusiva.

A reivindicação de espaços de poder também é de interesse de tais povos, muito além de apenas uma representação traduzida pelo olhar ainda colonizado do museu (SMITH, 2018). Acima de tudo, uma ação decolonial não é produzida pela elite dominante, mas sim pela revisão e reconstrução dessas estruturas coloniais que se perpetuam em ode da violência, nesse caso específico, contra povos originários que não abarcam a história artificial criada pelo Estado. Contar sua própria história nos dias atuais diverge essencialmente da metodologia antropológica utilizada pelo colonizador na primeira metade do século XX, e faz parte da missão social do museu compreender essas mudanças, propondo um modelo reconfigurado de seu método de pesquisa.

Em relação aos mantos do povo Ishir é preciso primeiro entender que sua entrada no museu acompanha sua reescrita na área simbólica: além de objeto de ritual, eles agora protagonizam a esfera da museália, recebendo um subtexto de importância dentro das cadeias sociais hegemônicas (BRULON, 2020, p 14).

Pensando na área da Museologia, essa pressão por uma real presença minoritária dentro das instituições museológicas pode ser traçada desde a Mesa Redonda de Santiago em 1972 e, mais importante, vista nas ações da Nova Museologia e da Museologia Social na

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 14 de 17



América Latina desde então. Expandindo para além do objeto, essas vertentes da Museologia tradicional ficam em um trabalho conjunto entre território e comunidade, pensando o patrimônio pelas suas conexões com os indivíduos que fazem uso dele (PAIVA, ALVES, 2019, p 54). A participação da comunidade se faz obrigatória, com a missão de contextualizar e coletar esses conhecimentos de forma ética, para então expô-los com respeito. Como exemplifica Bruno Brulon:

Assim, a descolonização do pensamento museológico significa a revisão das gramáticas museais, propiciando que patrimônios e museus possam ser disputados por um maior número de atores, materializando os sujeitos subalternizados no bojo de um fluxo cultural intenso que leve à composição de novos regimes de valor, a partir da denúncia dos regimes de colonialidade imperantes. (BRULON, 2020, p 5)

Ou seja, dentro do processo de descolonização de instituições museológicas, é indissociável a presença de grupos minoritários que sistematicamente foram segregados desses espaços de visibilidade. É nesse contexto que se pode discorrer sobre a Museologia em sua dimensão crítica, em uma de suas várias vertentes decoloniais. As ações propostas são embasadas pela reescrita de procedimentos padrões museológicos de forma a abarcar as especificidades de acervos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro das ações mais recentes do CAV/MdB que podem ser enquadradas dentro dessa linha de pensamento estão os materiais disponíveis em vídeo e posts em redes sociais que retratam essa presença indígena. Entretanto, essas ações pontuais parecem insuficientes para afirmar as tendências inclusivas do museu, considerando que as mudanças devem ser estruturais.

O processo de descolonização não se concretiza de forma linear, ainda mais considerando a condição política da América Latina em relação aos poderes imperialistas. O Centro de Artes Visuales Museo del Barro pode se posicionar como uma entidade contra-hegemônica, porém, a reescrita de uma narrativa secular demandará tempo e recursos para além da abertura para os reais proprietários do espaço. Em outras palavras, levando em conta que as engrenagens que movem a arte paraguaia não são comparáveis com a disposição museal europeia, vale conceituar o CAV/MdB como uma experiência, ainda em



transformação, porém com potencial para diversos diálogos com uma comunidade que já foi próxima durante a constituição do seu acervo.

Dessa forma, não só o acervo, mas a instituição em si se transforma em uma possibilidade de contestação da estrutura padrão de se fazer museologia, com a potência de embasar diversas ações identitárias dentro da chave de construção de um ser paraguaio multiétnico e plural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020, p. 1-30. e1.

CENTRO DE ARTES VISUALES/MUSEO DEL BARRO. **Catálogo Museo de Arte Indígena**. 1ª ed. Asunción: Calle Grabadores, 2008. 1570 p.

CLIFFORD, James. Colecionando arte e cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 23, p. 69-83, 1994.

COBOS, Carla Pinochet. Formas alternativas de hacer un museo. Las experiencias del Museo del Barro(Asunción) y el Micromuseo (Lima). **VIII Congreso Chileno de Antropología**. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, Arica. 2013. Disponível em: <https://www.academica.org/viii.congreso.chileno.de.antropologia/18>

COBOS, Carla Pinochet. Hacer crecer un museo: arquitectura y guión curatorial en El Centro de Artes Visuales / Museo del Barro, Paraguay. **Revista 180**, s.l., n° 33, p. 36-41. 2014. Disponível em: <http://revista180.cl/index.php/revista180/article/view/52>

COBOS, Carla Pinochet. Critical Deviations in Latin American Museums: The Experiences of the Museo del Barro in Asunción, Paraguay and the Micromuseo in Lima, Peru. In: GREET, Michele; TARVER, Gina McDaniel (org). **Art Museums of Latin America: Structuring Representation**. 1ª ed. New York: Routledge, 2018. 476 p.

COMISIÓN DE LA VERDAD. **Informe Final: Las Responsabilidades en las Violaciones de Derechos Humanos**. Asunción: J C Medina, 2008. 92 p.

CORDEU, Edgardo Jorge. Los Chamacoco o Ishir: Etnohistoria, sociedad y cosmovisión. In: CENTRO DE ARTES VISUALES/MUSEO DEL BARRO. **Catálogo Museo de Arte Indígena**. 1ª ed. Asunción: Calle Grabadores, 2008. 1570 p.

CORDEU, Edgardo Jorge. La memoria ishí (chamacoco) de la Guerra del Chaco. In: RICHARD, NICOLAS (comp.). **Mala Guerra: Los indígenas en la Guerra del Chaco (1932-1935)**. - Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibro & CoLibris, 2008. 422 p.

DE CARLI, G. Vigencia de la nueva museología en América Latina: conceptos y modelos. **Revista ABRA**, v. 24, n. 33, p. 55-75, 31 dez. 2004.



ESCOBAR, Ticio. **Contestaciones: Arte y política desde América Latina**. 1ª Ed. Buenos Aires: CLACSO, 2021. 722 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 252 p.

GOTTI, Sophia. Equally Present Temporalities: Craft and the Contemporary at the Museo del Barro, Paraguay. **The Journal of Modern Craft**, s.l., v. 0, n° 0, p. 1-18. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17496772.2022.2127056>. Acesso em 16 abr 2023.

JAEGER, Aldryn Brandt.; CARVALHO, Ana Maria Albani. A museália e as suas dimensões: simbólica e econômica. In: **Seminário Brasileiro de Museologia**, 2021, Brasília. 4º Seminário Brasileiro de Museologia - Democracia: Desafios para a Universidade e para a Museologia. Brasília: Universidade de Brasília; Faculdade de Ciência da Informação, 2019. p. 1565-1578.

LAGROU, Els. **Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação**. 1ª ed. Belo Horizonte: C / Arte, 2009. 128 p.

MUSEO DEL BARRO. Centro de Artes Visuales/Museo del Barro, [s.d.]. Objetivos. Disponível em: <https://www.museodelbarro.org/museo/objetivos>. Acesso em: 26 maio 2023.

PAIVA, Isadora dos Santos; ALVES, Fátima. Da museologia social ao inventário participativo: patrimônio, território e desenvolvimento. **Cadernos NAUI**, v. 8, n. 15, jul-dez 2019.

RIBEIRO SOUZA, Lucimery; CAL, Danila. Museu como medium: reflexões sobre as interfaces entre comunicação e museologia. **Dispositiva**, v. 5, n. 2, p. 85 - 102, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/12692>. Acesso em 30 de jun 2023.

RUSSI, Adriana; ABREU, Regina. “Museologia colaborativa”: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 17-46, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832019000100002>. Acesso em 20 maio 2023.

SALUM, Marta Heloisa Leuba. O homem e sua obra, e, os objetos e os homens: da relação homem-matéria. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, s. 7, p. 49 - 61, 2008.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. 1ª ed. Curitiba: UFPR, 2018. 239 p.



A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE CINEMA ACERCA DA PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL

Dara Oliver Andia - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba II, dara-2405@outlook.com

Solange Straube Stecz - Orientadora
Unespar/Campus Curitiba II, solange.stecz@gmail.com

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

A preservação audiovisual é um tema de grande importância, ela é responsável por garantir que os arquivos audiovisuais, como filmes, programas de televisão e até gravações históricas, mantenham seu formato original de forma que ainda seja possível o seu acesso, preservando essas memórias para que no futuro o seu conteúdo esteja disponível para pesquisas, estudos, difusão e valorização cultural.

No Brasil, a principal instituição responsável pela preservação é a Cinemateca Brasileira, localizada na capital do estado de São Paulo, ela é responsável pela guarda e preservação do acervo cinematográfico nacional, outras cinematecas espalhadas pelo Brasil também possuem a estrutura para a preservação de arquivos, porém em menor escala comparada a Cinemateca Brasileira. Outras instituições, como arquivos públicos e museus (especialmente museus da imagem e som), também desempenham um papel fundamental no processo da preservação.

"Arquivos filmicos são frágeis e precisam ser preservados e protegidos. Nós precisamos zelar por isso para que futuras gerações possam traçar esse extraordinário desenvolvimento centenário da linguagem visual, desde o seu início." (Martin Scorsese, renomado diretor e fundador da a Film Foundation – Filmmakers For Film Preservation)



No entanto, apesar dos esforços dessas instituições, a preservação audiovisual no Brasil enfrenta desafios significativos. Entre eles, a falta de recursos financeiros, sem eles a manutenção e conservação dos acervos fica precária e assim o armazenamento e digitalização dos materiais não ocorrem da maneira correta, além de ocorrer a diminuição do corpo de profissionais especializados. A falta de políticas públicas também é um fator que auxilia na precarização da preservação, pois além dos profissionais não receberem salários e infraestruturas ideais para o trabalho, a conscientização e educação sobre o tema fica em falta. Reconhecer a importância da preservação do patrimônio audiovisual e realizar práticas de conservação no dia a dia é algo que não está no consciente coletivo da população brasileira.

Sendo assim, essa pesquisa se tem como objetivo principal coletar dados sobre como os professores universitários se relacionam com a preservação dos trabalhos realizados no âmbito da universidade. Com isso, foi realizado um recorte a partir de professores universitários que articulam com áreas de produção audiovisual. Dos vinte professores do Curso de Cinema e Audiovisual da Unespar selecionamos quatro, ligados às disciplinas de realização audiovisual, para realização de entrevistas visando estudar casos específicos de relação com a preservação dos trabalhos universitários e suas carreiras.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para esse levantamento foi a construção de um questionário enviado à quinze professores do Curso de Cinema e Audiovisual da Unespar e respondido pelos doze. O levantamento, utilizando um questionário, teve o propósito de mapear a percepção e os hábitos dos docentes de cinema e audiovisual em relação ao papel da preservação em suas atividades profissionais. A amostra foi composta por professores com titulação de mestre e doutor, representando igualmente 50% cada, e apresentando uma média de idade de 48 anos. Ao serem indagados sobre a compreensão da preservação audiovisual e sua importância, todos os professores responderam de maneira precisa e acurada, reconhecendo a importância do papel da preservação no meio acadêmico e cinematográfico.



Após o preenchimento do formulário, um total de quatro professores foram selecionados para participar de uma entrevista, durante a qual aspectos específicos relacionados à preservação em suas carreiras seriam abordados.

Os professores selecionados foram: Alexandre Rafael Garcia, Luiz Fernando Severo, Ulisses Galetto e Fábio Allon.

A média de idade dos entrevistados é de 55 anos, com três deles detendo o título de doutorado e um possuindo mestrado. No que diz respeito ao início de suas trajetórias no campo audiovisual, três professores iniciaram suas carreiras no começo dos anos 2000, enquanto um deles deu início a sua atuação no ano de 1979.

Um deles iniciou sua carreira docente na década de 1990, enquanto dois começaram a lecionar no ano de 2009, e um em 2016. Os professores atuam no campo do audiovisual no âmbito da graduação em cinema e audiovisual, na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), uma instituição de ensino vinculada ao governo do Estado do Paraná. É válido ressaltar que a grade curricular atual dessa instituição contempla uma disciplina específica dedicada à temática da Cultura da Preservação, que foi inserida no currículo em 2018, treze anos depois da criação do curso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os professores que responderam o formulário, quando indagados sobre o método de armazenamento das produções audiovisuais, tanto em sua forma bruta quanto finalizada, a maioria dos participantes apontou o uso de unidades de disco rígido (HD) como o principal meio de armazenamento. Entretanto, ao serem questionados acerca da forma ideal de armazenamento desses materiais, não houve consenso entre os entrevistados. Muitos afirmaram desconhecer a resposta, enquanto outros mencionaram reconhecer a baixa durabilidade e fragilidade dos disco rígido (HD), embora ainda os utilizem como a principal fonte de armazenamento.

Além disso, alguns mencionaram o armazenamento na nuvem como uma opção secundária, funcionando como uma cópia de segurança adicional. No que se refere aos materiais conexos, a maioria dos participantes compreende que tais materiais englobam elementos associados a



uma produção audiovisual, tais como fotografias, boletins de câmera, notas de roteiro, entre outros. Entretanto, constata-se que menos da metade dos participantes efetua a preservação desses materiais.

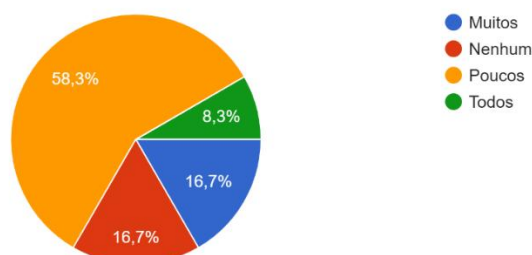
Em relação aos trabalhos desenvolvidos no contexto universitário, todos os participantes afirmaram reconhecer a importância da preservação desses materiais. Quando indagados sobre os motivos dessa importância, duas respostas predominantes emergiram. Um grupo significativo associou essa preservação à salvaguarda da memória, enquanto outro grupo destacou a relevância desses trabalhos para a constituição do repertório do curso e sua progressão.

Entretanto, quando questionados sobre se eles próprios preservam os trabalhos acadêmicos por eles realizados, observou-se que a maioria dos participantes preserva apenas uma quantidade limitada de trabalhos. Em segundo lugar, surge uma parcela considerável que declara não preservar nenhum de seus trabalhos acadêmicos. A minoria dos participantes relatou preservar todos os trabalhos realizados ao longo de sua trajetória universitária.

IMAGEM 1 – Gráfico gerado pelo Google Formulários.

Você tem seus trabalhos realizados na universidade?

12 respostas



FONTE: Pesquisa realizada com os docentes do curso de Cinema e Audiovisual da UNESPAR.

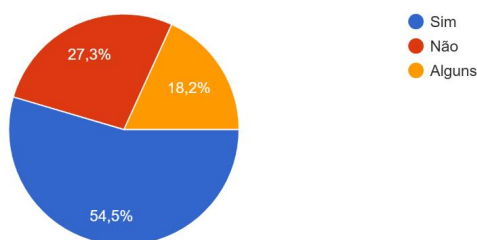
Entre aqueles que optam por preservar seus trabalhos acadêmicos, constata-se que a maioria realiza esse procedimento utilizando unidades de disco rígido (HD). Além disso, mais da metade dos participantes disponibiliza seus trabalhos em plataformas digitais, tais como YouTube e Vimeo, com acesso aberto. Ao questioná-los sobre os motivos para permitir o livre acesso, muitos afirmaram que, após a exibição em festivais, optam por disponibilizá-los



para visualização pública. Entretanto, menos da metade dos participantes acredita que seus trabalhos despertariam interesse para consumo.

FIGURA 1 – Gráfico gerado pelo Google Formulários.

Eles estão disponíveis em alguma plataforma digital?
11 respostas



FONTE: Pesquisa realizada com os docentes do curso de Cinema e Audiovisual da UNESPAR.

ESTUDOS DE CASO.

“A preservação audiovisual nada mais é do que a preservação da história do que nós fazemos. É engraçado, né? Porque as pessoas não se dão conta. Isso acontece com todo mundo. Elas não se dão em conta que as coisas mais simples que a gente produz nas nossas vidas, elas podem ter uma importância muito grande para a posteridade, para simplesmente identificar um tempo.” (Ulisses Quadros Galetto – Professor da Universidade Estadual do Paraná)

Quando perguntado aos professores selecionados para realizarem entrevistas de estudo de caso o que eles entendem por preservação audiovisual, não foi apenas o sentido material do processo que foi comentado, como preservar filmes e fitas, mas também, na visão dos entrevistados, a preservação vai além de resguardar o material, ela também pode ser descrita como preservar o cinema mantendo viva uma memória. A forma de armazenamento, para haver uma facilidade de acesso para as gerações futuras, foi um tópico comentado por todos os entrevistados. Por unanimidade entre os entrevistados, também foi abordado que não existe um conteúdo específico que deva ter uma importância no momento de preservar, eles afirmam que qualquer material deve ser preservado e que no atual momento é impossível determinar o que vai ser definido como importante no futuro.



Contudo, a importância da preservação audiovisual se mostrou clara a partir das falas dos entrevistados, esse processo foi relacionado com a preservação de uma cultura e contexto político da sociedade, permitindo que no futuro as pessoas tenham matérias para que se possam analisar o passado com segurança. Além disso, foi abordada a importância da preservação desses materiais na sua forma bruta, para haver a possibilidade para um reuso do mesmo em outras produções ou até a reestruturação da obra original.

Os professores foram questionados sobre o entendimento do termo “materiais conexos a uma produção”, houve um consenso sobre eles serem matérias que sejam relacionados a uma produção, porém que não seja o filme em si. Exemplos como fotos de bastidores, boletins de câmera ou som, argumento e entre outros, todos esses materiais foram associados como auxílios para entender a obra em si e sua preservação foi considerada de extrema importância.

Além disso, a forma de armazenamento do material bruto e final de uma produção foi um tema debatido com os entrevistados, a maioria dos profissionais que responderam ao questionário afirmaram que armazenam suas produções em disco rígido (HD), porém sabem da sua fragilidade. Com os entrevistados as respostas foram diversas, quando os foram questionados sobre o tema, metade afirmou que realiza o armazenamento em duas fontes diferentes, em HDs e nuvem, sempre analisando o estado do disco rígido e trocando quando necessário. Outro entrevistado afirmou que considera SSD a forma mais segura comparada ao disco rígido (HD), pois o acesso do SSD não é por agulha e o último entrevistado acredita que a película é a forma mais segura, quando armazenada corretamente.

Os professores entrevistados afirmaram que sentiram uma mudança na forma que enxergam a preservação após assumirem seus cargos como docentes. Foi consenso entre os entrevistados que existe uma responsabilidade em não apenas transmitir conhecimentos sobre o tema, mas também de incentivar os alunos a preservarem seus trabalhos universitários, atitude que não acontece com muita frequência por conta da dificuldade de reconhecer a importância daquele material. Com isso, muitos professores acabam realizando a preservação daqueles trabalhos de forma autônoma, pois ainda sentem dificuldade em explicar que aquele trabalho, no futuro, irá fazer parte da história do curso e assim, mostrar seus avanços e conquistas. Além disso, os professores entrevistados possuem todos os seus trabalhos



realizados no seu período como estudantes universitários, a maioria se encontra no formato digital, como a nuvem, disco rígido (HD) e plataformas online como YouTube ou Vimeo.

A partir dessas perguntas, foram realizados estudos de caso relacionando a carreira dos professores com o tema preservação audiovisual. O primeiro entrevistado: Alexandre Rafael Garcia, havia realizado recentemente uma série de vídeos que dialogassem com o seu trabalho na sala de aula, esse material seria responsável por explicar conceitos básicos do cinema de forma didática. Quando fora questionado sobre a relação desse projeto com a preservação, foi afirmado que, desse projeto, ocorreu a preservação de todos os materiais conexos. Com a utilização de trechos de filmes, o professor ressaltou que essa prática só é possível quando se preserva e digitaliza filmes, para facilitar o acesso e uso. Nesse mesmo projeto, os realizadores também preservaram os trechos dos filmes utilizados e afirmam que todos esses arquivos estão em dois locais diferentes, em um disco rígido (HD) e na nuvem, além dos próprios vídeos que se encontram nesses dispositivos, eles também foram disponibilizados no YouTube, para fácil acesso.

O mesmo professor também foi sócio de uma produtora fundada com os seus colegas de faculdade, nela são realizados filmes de ficção, curtas-metragens, filmes institucionais e livros. Nessa produtora existe uma preocupação com a preservação das produções, o professor afirma que essa preocupação vem da formação acadêmica da equipe, pois durante o período que eles se encontravam na faculdade havia professores com a preocupação de passar ensinamentos sobre a importância da preservação e como realizá-la. Além do seu trabalho na produtora, o primeiro entrevistado ministrou aulas em um colégio particular, localizado na cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, essas aulas aconteciam no período após as aulas obrigatórias. O objetivo da disciplina que ele ministrava era a realização de curtas-metragens feito pelos estudantes, em que as idades variavam entre 10 a 18 anos. Nesse espaço o professor também trazia o tema preservação nas suas aulas, porém o foco estava na prática, ele incentivava que os alunos guardassem os materiais produzidos de forma que eles pudessem acessá-los no futuro, porém o professor também realizou a preservação desses materiais por conta própria e afirma que, mesmo após anos fora da instituição que ministrava essas aulas, ainda existe uma procura dos ex-alunos para revisar esse material.



O segundo entrevistado: Ulisses Galetto, começou sua carreira de realizador de forma amadora, mas poucos anos depois já estava trabalhando de forma profissional. No início da sua carreira, o professor tinha uma certa dificuldade em perceber que havia uma importância no seu material a ponto de ser preservado, ele afirma que havia uma suposição pela sua geração de realizadores que apenas grandes filmes de “eras de ouro” do cinema mereciam ser preservados. Além disso, na época havia um desejo de realizar muitas produções, então muitos filmes após finalizados e divulgados acabavam sendo deixados em condições impróprias de armazenamento. O professor afirma nunca ter participado de um projeto onde existiu uma preocupação com a preservação dos materiais produzidos. Segundo o professor, ele sofreu as consequências desses atos uma vez que, após um período considerável, constatou a perda de alguns desses filmes. Após anos de procura, depois que achados, os filmes passaram por alguns processos de restauração e digitalização. O segundo entrevistado recorreu a editais de financiamento para viabilizar tais processos, enfrentando, conforme apontado pelo professor, uma série de desafios, incluindo a identificação de profissionais capacitados para realizar a digitalização com a qualidade requerida, que assim foi concluída.

O terceiro entrevistado: Luiz Fernando Severo, concentra sua atuação profissional no âmbito da pós-produção de som desde o ano de 2005, acumulando um vasto acervo de materiais relacionados a seus projetos. O docente relata que adquiriu o conhecimento do sistema que utiliza atualmente para preservação por meio de um estúdio cinematográfico de renome em Hollywood, que prioriza a salvaguarda de todas as etapas do processo de pós-produção. Porém, a percepção da importância da preservação lhe foi apresentada na sua formação como historiador, que veio antes da sua carreira como realizador. O professor afirma que exerce a preservação de todos os materiais de todas as áreas da sua vida, de exames médicos a vídeos de ensaios de sua banda.

O último entrevistado: Fábio Allon, possui uma carreira em torno da realização de curtas-metragens e um longa-metragem, onde existe a preservação de todos os materiais conexos, brutos e finais dessas produções. O mesmo professor também realizou um projeto de extensão na universidade que atua como professor atualmente (Universidade Estadual do Paraná), o objetivo desse projeto consistiu em recolher de forma abrangente todos os exercícios realizados em sala de aula desde o início do curso. O professor relata que esse



projeto apresentou significativos desafios, uma vez que muitos dos ex-alunos não possuíam mais seus trabalhos ou optavam por não os enviar, uma vez que não percebiam sua importância em preservá-los. Ao longo dos anos, foram dedicados esforços na recuperação dessas produções acadêmicas, e o docente expressa sua insatisfação em relação aos resultados obtidos. Contudo, foi possível resgatar um considerável número de trabalhos que, atualmente, são armazenados em um disco rígido (HD), na nuvem e disponibilizados em um canal do YouTube, facilitando assim o acesso a tais materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a preservação audiovisual no Brasil é um desafio complexo, que envolve tanto questões técnicas quanto aspectos políticos e financeiros. É fundamental serem estabelecidas políticas públicas consistentes, que garantam recursos adequados para a preservação, e que se promova a conscientização da sociedade sobre a importância desse patrimônio. Somente assim será possível preservar a memória audiovisual brasileira e torná-la acessível às gerações presentes e futuras. Essas perspectivas de profissionais do cinema ao redor do mundo destacam a importância da preservação audiovisual como um meio de proteger, valorizar e transmitir a riqueza cultural e artística das obras cinematográficas ao longo do tempo. A preservação audiovisual é vista como uma salvaguarda essencial para o patrimônio cinematográfico global.

Neste estudo, foi realizado um levantamento por meio de questionário visando mapear a percepção e os hábitos dos professores de cinema e audiovisual em relação à preservação audiovisual e seu papel nas atividades profissionais. No que se refere ao armazenamento, a maioria dos participantes indicou o uso de disco rígido (HD) como principal fonte de armazenamento, porém, reconhecendo a baixa durabilidade e fragilidade do meio, por conta desse fator, muitos utilizam a nuvem como segunda fonte de armazenamento. Em questão de visibilidade, a maioria usa plataformas digitais como YouTube ou Vimeo para facilitar a forma de acesso ao material.

O estudo que envolveu quatro professores selecionados por meio do formulário e foram entrevistados em vídeo sobre aspectos específicos relacionados à preservação em suas



carreiras no campo audiovisual, ressaltou que há uma compreensão da preservação audiovisual, indo além da preservação material de filmes e fitas. Eles destacaram a preservação como uma maneira de manter viva a memória e a cultura do cinema. A facilidade de acesso para as gerações futuras foi mencionada como um tópico importante por todos os entrevistados. Foi consenso entre eles que todos os materiais audiovisuais devem ser preservados, sem que se possa determinar antecipadamente o que será considerado importante no futuro. Além disso, ressaltou-se a importância da preservação dos materiais brutos para possibilitar o reuso em outras produções ou a reestruturação da obra original.

Os professores discutiram também a preservação de materiais conexos a uma produção, como fotos de bastidores, boletins de câmera, argumentos, entre outros. Esses materiais foram considerados auxílios para entender a obra, principalmente no futuro, por isso foram considerados de extrema importância a sua preservação. Quanto ao armazenamento, a maioria dos entrevistados utiliza o disco rígido (HD), mesmo reconhecendo sua fragilidade. Metade dos entrevistados realiza o armazenamento em duas fontes diferentes, incluindo disco rígido (HD) e nuvem, enquanto outro entrevistado considera os SSDs mais seguros. Um dos entrevistados afirmou que a película é a forma mais segura de armazenamento, quando feito corretamente.

Os professores entrevistados destacaram que assumir cargos de docência os fez enxergar a preservação de forma diferente. Eles sentem a responsabilidade de transmitir conhecimentos sobre preservação e incentivar os alunos a preservarem seus trabalhos universitários, mesmo que isso ainda não seja comum devido à dificuldade de reconhecer a importância desses materiais, percepção que existe entre outros docentes também. Muitos professores realizam a preservação dos trabalhos dos alunos de forma autônoma, pois acreditam que esses trabalhos farão parte da história do curso, mostrando seus avanços e conquistas. Os professores entrevistados também preservam seus próprios trabalhos realizados durante sua formação universitária, principalmente no formato digital, utilizando nuvem, disco rígido (HD) e plataformas online. A íntegra das entrevistas está disponível nos anexos. E os vídeos serão disponibilizados online.

No contexto universitário, todos reconhecem a importância da preservação dos trabalhos acadêmicos, duas razões predominantes foram identificadas: a salvaguarda de



memória e a utilização futura desses trabalhos para a constituição de repertório do curso e sua progressão. Porém, a maioria dos participantes preserva apenas uma quantidade limitada de seus próprios trabalhos universitários e menos da metade acredita que exista um interesse no consumo desses materiais. Esses resultados destacam a importância de compreender a percepção e os hábitos dos profissionais de cinema e audiovisual em relação à preservação audiovisual, evidenciando a necessidade de estratégias e políticas que promovam o interesse pelo consumo, levando, conseqüentemente, os indivíduos a valorizarem a preservação de seus próprios trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AC ENTREVISTA HERNANI HEFFNER: **Um dos guardiões da memória do cinema brasileiro.** Redação ArteCult.com, out. 2021. Disponível em: <ARTECULT.COM>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CARVALHO, Walter. **Walter Carvalho fala sobre novas tecnologias e diz que o cinema nunca vai acabar.** Repórter do Portal EBC - Brasília - Agência Brasil, 21 set. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2015-09/cinema-walter-carvalho-fala-sobre-novas-tecnologias-e-diz-que-o-cinema-nunca-vai-acabar>. Acesso em: 5 jun. 2023.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Exposição celebra 50 anos da animação em Pernambuco.** Publicado em: 10 nov. 2022. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2022/11/exposicao-celebra-50-anos-da-animacao-em-pernambuco.html>. Acesso em: 7 jun. 2023.

Dia Mundial do patrimônio audiovisual. A preservação de acervos sonoros. Aspectos e desafios. Transmitido ao vivo em 27 de out. de 2021. Com Vitor Graize (Pique-Bandeira filmes – Acervo Guilherme Santos Neves), Caetano Dable Corrêa (Acervo Djalma Corrêa), Cecília de Mendonça (Acervo Djalma Corrêa), Juliana Maia (Ouvindo Histórias. Depoimentos sobre a Cinemateca do MAM) e Marco Dreer (Especialista em preservação audiovisual e digital). Mediação: Ines Aisengart Menezes (Preservacionista audiovisual). MAM Rio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hiC3kKDRy4U>. Acesso em: 20 mai. 2023.



EBERT, Carlos. **Cinema Para Sempre? Associação Brasileira de Cinematografia.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2023. Disponível em: <https://abcine.org.br/site/cinema-para-sempre/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

FLORES, Virgínia. **A preservação audiovisual no Brasil e o descaso com a cultura e a memória.** Publicado em: 27 ago. 2021. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/noticias/preservacao-audiovisual-no-brasil-e-descaso-com-a-cultura-e-a-memoria-e-tema-do-que-pasa>. Acesso em: 7 jun. 2023.

GENESTRETI, Guilherme. **Diretor não quer só a cópia digital, diz Martin Scorsese.** Folha de S.Paulo, 29 set. 2015. Disponível em: <https://www.film-foundation.org/folha-de-s-paulo>. Acesso em: 1 jun. 2023.

LUSA. **Martin Scorsese apela à preservação da arte e mostra-se preocupado com futuro do cinema.** Diários de notícias, 19 out. 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/martin-scorsese-apela-a-preservacao-da-arte-e-mostra-se-preocupado-com-futuro-do-cinema-10034400.html>. Acesso em: 3 jun. 2023.

MOREIRA, Francisco Sérgio. **Anteprojeto de criação de uma unidade modelo para a conservação e restauração e materiais audiovisuais.** [contracampo.com.br](http://www.contracampo.com.br). Disponível em: <http://www.contracampo.com.br/34/anteprojeto.htm>. Acesso em: 5 jun. 2023.

RIHAN, Ricardo. **Cinematecas Brasileiras.** [telaviva.com.br](http://www.telaviva.com.br), 28 jul. 2020. Disponível em: <https://telaviva.com.br/28/07/2020/cinematecas-brasileiras/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

TOLEDO, Mariana. **Preservação audiovisual é problema sistêmico no Brasil e na América Latina.** [Tevaviva.com.br](http://www.tevaviva.com.br), 7 out. 2021. Disponível em: <https://tevaviva.com.br>. Acesso em: 30 mai. 2023.

UNESCO. **Convenção Para A Salvaguarda Do Patrimônio Cultural Imaterial.** Paris, 17 out. 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

A CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO: A REFERENCIAÇÃO TEXTUAL EM COMENTÁRIOS CRÍTICOS

Edison Luis Almeida da Silva - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Paranaguá, dinholuis393@gmail.com

Daniela Zimmermann Machado - Orientadora
Unespar/*Campus* Paranaguá, daniela.machado@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

As redes sociais, como o Facebook, o Instagram e o X são, atualmente, um suporte muito utilizado para trocar experiências diversas por meio das mídias, por exemplo, fotos e vídeos, e das trocas de mensagens, sejam elas por escrito ou por áudio, com outros usuários, além da postagem de comentários em publicações para expressar opiniões sobre determinado assunto, da usufruição de jogos, da divulgação de produtos e também da busca por empregos, como aponta Juliana Diana (2017). Com isso em mente, pode-se reconhecer as funções argumentativas e referenciais presentes nos textos deixados pelo público, gerando debates e outras polêmicas por intermédio de respostas criadas pelos próprios usuários dessas plataformas.

Desse modo, os objetivos por toda a extensão deste artigo são: a) apresentar a relação entre a argumentação e a referenciação em textos diversos, bem como suas funções; b) identificar as funções argumentativas por meio da referenciação em comentários por nós selecionados, postados pelos usuários do Instagram, acerca de notícias publicadas pela BBC Brasil. Essas metas serão cumpridas e discutidas com o uso das obras de Machado (2013) e de Cavalcante (2003), no que tange o estudo da referenciação textual, os estudos de Guimarães (2021) contribuem para a compreensão da argumentação, elemento também abordado em nossa escrita. Nas seções deste documento, aborda-se os materiais, os métodos, as discussões e os resultados.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 1 de 12



MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo contextualiza-se a partir de respostas selecionadas diretamente do perfil da BBC Brasil, no Instagram, considerando-as objetos de estudo para atingir a compreensão do recurso da argumentação e da referenciação dentro do gênero textual “comentário”, bem como a utilização de materiais de Machado (2013) e de Cavalcante (2003). Dessa maneira, julga-se viável destacar alguns desses comentários com o objetivo de realizar observações quanto aos assuntos propostos, baseando-se no corpo principal do referencial teórico aqui apresentado. Tais proposições abordam sobre os tópicos de expressões referenciais, podendo-se percebê-los ao analisar o que os indivíduos dissertam nos espaços de interação das publicações diversas da rede social em questão. O projeto exige um processo de pesquisa fundamentado na linguística textual, especialmente no estudo dos fenômenos de referenciação, área do conhecimento explorada neste documento, por conta do contato com a linguagem verbal dos usuários do Instagram e sua semântica no campo linguístico.

De acordo com o material de Guimarães (2021), a argumentação representa um ponto de vista com o objetivo de convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou ouvinte. Esse convencimento é feito mediante a apresentação de razões, em face da evidência das provas com base em um raciocínio coerente e consistente (GUIMARÃES, 2021, s/n).

Tendo essa afirmação como suporte, um indivíduo precisa ter uma opinião formada sobre determinado assunto que queira argumentar, da mesma forma que um conhecimento suficiente, a fim de fazê-lo com excelência. Ademais, o autor ressalta que é necessário que o posicionamento seja mantido para não haver contradições no desenvolvimento da argumentação, trazendo exemplos, comparações com outras possibilidades da situação que está sendo abordada, dados e, por fim, referências. Nos comentários, esse passo a passo também ocorre, porém de maneiras diversas, visto que, na internet, há uma liberdade maior para se expressar, não precisando ter um conhecimento técnico aprofundado para o escrever, focando-se a comunicação entre os usuários muitas vezes a partir do *internetês*, diferentemente de quando faz-se necessário redigir um texto argumentativo em um tom mais formal. Inclusive, para Antunes (2009, p. 75-76), “intencionalidade” significa ter uma fala que faça sentido e “aceitabilidade”, por sua parte, captar os sentidos daquele que fala. Logo, o que



realmente importa, no caso dos comentários críticos, é a compreensão mútua do que está sendo desenvolvido ou debatido nas publicações. Reforçando o tópico com as ideias de Santos e Bonifácio (2015),

As práticas de linguagem orais ou escritas realizam-se por meio de gêneros textuais variados [...] Assim, para interagir como os seus interlocutores, nas diversas situações comunicativas, o indivíduo precisa ter conhecimentos linguísticos e também conhecer a funcionalidade, as especificidades e as intenções desses gêneros. (SANTOS e BONIFÁCIO, 2015, p. 109).

Como já mencionado, é de extrema importância o conhecimento da linguagem virtual para que o usuário consiga se comunicar com outras pessoas e compartilhar seus pensamentos acerca de determinado assunto que seja de seu interesse, adicionando informações coerentes no espaço de troca de ideias.

A referência, por sua vez, “é um dos processos da coesão textual, e é fundamental para a progressão temática e para a construção do sentido do texto” (Machado, 2013, p. 101), tendo, para que o texto faça sentido com todas as informações postas dentro dele, as expressões referenciais, que, segundo Cavalcante (2003), são todas as maneiras de se marcar um referente, sendo um exercício cooperativo, classificado, principalmente, em dêitico e anafórico, mesmo que não existam somente esses tipos referenciais. Os dêiticos, como indica a autora, não trazem continuidades ao que já foi trabalhado no texto, senão novidades (novos termos para o discurso). Já os anafóricos referenciam termos que, anteriormente, apareceram na escrita, “ou porque foram explicitamente evocados ou porque são dali inferíveis” (Cavalcante, 2003, p. 106), dando sequência ao que foi dito usando-se o mesmo ou um novo termo com o intuito de substituí-lo.

Além disso, a fim de explicar a relação entre a argumentação e a referência em sua obra, Machado (2013) salienta que:

A referência não se restringe, pois, somente a não repetir formas de expressão referencial, mas ajuda a organizar o texto, a argumentar, a resumir, a introduzir novas informações, a definir, a veicular vozes diferentes ou pontos de vista discursivos, a chamar a atenção do leitor — isso para citar apenas algumas (MACHADO, 2013, p. 112).



Em outras palavras, a referenciação tem muitas utilidades para auxiliar aquele que lê a entender o conteúdo do texto escrito e sua estrutura. Dado o exposto, a pesquisadora aborda as retomadas que ocorrem em um discurso, que “permitem que se conheça o novo com base em um já conhecido” (Machado, 2013, p. 112), sendo elas por a) anáfora direta ou correferencial, utilizando-se: a repetição e a sinonímia (marcas de coesão), a substituição (adicionando-se pronomes) e a elipse (ocultando-se o sujeito ou parte da frase sem perder o sentido); b) por anáfora indireta ou não correferencial, que consiste em apresentar-se um elemento novo, mas que complementa a âncora (primeiro elemento utilizado e que será referenciado) por uma retomada associativa. Utilizar essas expressões referenciais é um fator importante, porque “Todo texto coerente precisa trazer essa rede de relações, indo e voltando ao assunto discutido, e o léxico contribui para essa manutenção” (Machado, 2013, pg. 118).

Por sua vez, as atividades, que foram realizadas no período de setembro de 2022 a setembro de 2023, contaram com: a) a participação no grupo de estudos, que aborda o tema “Texto e Ensino”; b) a realização de leituras teóricas e levantamento bibliográfico sobre a referenciação textual; c) a análise investigativa em artigos e obras de conceitos teóricos nas áreas de estudo do texto e do discurso, como a correferenciação, a anáfora direta e a anáfora indireta; d) quatro textos selecionados para análise, sendo eles: *Referenciação* (Daniela Machado), *Expressões referenciais - uma proposta classificatória* (Mônica Cavalcante), *Sequências textuais no ensino de língua portuguesa - uma proposta interacionista sociodiscursiva* (Maristela Santos e Maria Bonifácio) e *Língua, texto e ensino - outra escola possível* (Irané Antunes); e) a seleção de 12 (doze) comentários retirados de publicações do Instagram, no perfil da BBC News Brasil (@bbcbrasil); f) a produção de um texto teórico sobre a pesquisa e a análise realizadas; g) a elaboração de resumos para participação em eventos acadêmicos; h) a participação de encontros de orientação. Tendo ciência de todos esses conceitos colocados e dos materiais e métodos, é possível partir para a realização da análise dos comentários críticos selecionados na próxima seção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



Os critérios de análise e sua realização no corpus da pesquisa tiveram como base as seguintes teorias trabalhadas: a) a leitura de materiais acerca do tema; b) a seleção de cadeias anafóricas; c) os tipos de anáforas; d) os efeitos de sentido da referenciação no texto. Os textos são do gênero “comentário”, previamente selecionados no perfil da BBC News Brasil, já mencionado anteriormente, e todos têm as características argumentativas e referenciais necessárias para a realização dessa análise.

Publicações e comentários

Os comentários, como já mencionado, foram selecionados por nós e são de três matérias do perfil da BBC News Brasil (@bbcbrasil), direto da rede social Instagram. Cada publicação tem um tema que não se relaciona com os outros, permitindo-nos uma exploração diversificada, uma vez que, com assuntos diferentes, há discussões diferentes. Para manter os autores dos comentários em segurança, optamos deixá-los como anônimos, referenciando-os como “Pessoa 1”, “Pessoa 2”... quando for necessário, além de descrevermos o modo que seus argumentos foram postos.

Matéria 1: Esporte

A primeira matéria selecionada, intitulada “Brasil é eliminado da Copa do Mundo 2022 pela Croácia nos pênaltis das quartas-de-final” e publicada em 9 de dezembro de 2022 no perfil do Instagram da BBC News, aborda a derrota do time brasileiro na Copa do Mundo 2022 e menciona que o Brasil quase venceu, mas o jogo deu empate nos últimos minutos, tornando-se necessário realizar os pênaltis. Isso, com certeza, gerou bastante impacto para todos os torcedores, que expuseram suas seguintes opiniões nessa publicação:

Comentário 1: *Se o Brasileiro chorasse pela saúde e pela educação, o tanto que chora por futebol, seríamos um país de primeiro mundo!*

Como observado, o primeiro comentário se organiza a partir de uma conjunção condicional “Se...” e, em seguida, a autora usa uma elipse em “o Brasileiro”, pois oculta o



termo “povo” (o [povo] Brasileiro). Seguindo, traz mais uma elipse em “o tanto que [ele] chora...”. Além disso, utiliza o recurso de anáfora direta quando repete a palavra “futebol”, recuperada da própria matéria do Instagram. Novamente, a elipse é usada em “[nós] seríamos”. Ao final do comentário, quando menciona “país”, existe a chamada não correferenciação, pois, mesmo que o Brasil não tenha sido mencionado pela autora do comentário, dá-se a entender que está se referindo a ele.

Comentário 2: *A Croácia tinha 12 jogadores, o juiz estava junto com eles.*

Nesse segundo comentário, a autora relaciona o termo “Croácia” com “jogadores” e com “juiz”, havendo uma anáfora indireta (associação). Quando “eles” é empregado, ocorre uma substituição pronominal, ou, em outras palavras, uma anáfora direta.

Comentário 3: *Tinha que ter poupado ele no jogo anterior e ter colocado ele como primeiro bater de pênalti.*

No comentário apresentado, a autora utiliza o recurso de elipse ao mencionar “[a equipe] tinha” e “[ela tinha que] ter colocado...”. Ademais, nas duas vezes que usa o termo “ele”, dá a entender que se refere ao jogador Neymar Júnior, sendo uma anáfora indireta por não haver mencionado antes o seu nome, mas recuperável pelo contexto. Ao fim, recupera-se o termo “pênalti” da matéria.

Comentário 4: *Eu estava torcendo, mas para quem viveu o 7x1 isso aí não é nada. Vida que segue. Kkkkkkkk*

A autora, nesse último comentário selecionado sobre a matéria de esporte, utiliza a elipse ao afirmar que “Eu estava torcendo [para o time brasileiro]”. Além disso, faz referência ao “7x1”, uma intertextualidade ao placar da Alemanha contra o Brasil na Copa do Mundo 2014, considerada uma anáfora indireta, uma vez que essa informação não havia sido posta



anteriormente nem pela autora nem pela notícia, senão por associação. Ao usar o termo “isso aí”, recupera-se o assunto da matéria em forma de anáfora direta.

Matéria 2: Animais

Publicada em 16 de dezembro de 2022 no perfil do Instagram da BBC News, “Aquário com 1.500 peixes se rompe em hotel de Berlim”, segunda matéria selecionada, relata a tragédia que ocorreu na capital da Alemanha, no Hotel Radisson Blu. De acordo com as informações fornecidas pela corporação, mais de cem espécies estavam no aquário, porém somente cita que duas pessoas acabaram machucadas por pedaços de vidro do aquário. O acontecimento comoveu muitos usuários negativamente, que deixaram seus pensamentos nos comentários da notícia:

Comentário 1: *Tivessem deixado os peixes no mar não tinha acontecido isso...*

É possível notar que, logo no início do primeiro comentário, a autora faz o uso da elipse, ocultando uma conjunção e um pronome: “[Se eles] tivessem deixado...”. Em seguida, retoma (por repetição) o termo “peixes”, trabalhado na própria matéria, e inclui “mar”, ou seja, uma anáfora indireta, visto que isso não foi mencionado anteriormente, todavia pode-se associar com a palavra “peixes”. Ao final, o pronome relativo “isso” retoma todo o ocorrido.

Comentário 2: *Houve renovação do aquário em Julho de 2020. Aham que pode ter sido por causa das baixas temperaturas dos últimos dias. Os vidros do aquário eram resistentes mas, nada é perfeito. A maior tragédia foi a morte dos 1500 peixes. Estão investigando e, se eu bem conheço os alemães, não vão aquietar enquanto não acharem as causas. A tragédia ainda poderia ter sido pior porque muitas vezes classes de escolas com crianças visitavam o local, faziam excursões nesse local. Muito triste.*

A autora do segundo comentário deixou uma reflexão mais longa, utilizando diversas expressões referenciais. Em “Houve renovação do aquário [...]”, o último termo repete o que



foi dito na matéria, assim como em “Os vidros do aquário [...]”, “A maior tragédia”, “1500 peixes” e “A tragédia”. Ademais, há o uso da elipse em “[Eles] Acham que [isso] pode ter sido...”, “[Eles] Estão investigando [...]”, “[...] [eles] não vão aquietar enquanto [eles] não acharem as causas”, “[classes de escolas com crianças] faziam excursões nesse local” e “[Isso é] Muito triste”. A anáfora indireta ocorre em “Os alemães”, termo não utilizado anteriormente, mas associado à Alemanha. Por fim, uma anáfora direta de substituição ocorre com o uso da palavra “local” (que é também repetida em sequência), referenciando-se ao aquário que se estourou.

Comentário 3: *Lugar de peixe é no mar! Cada animal deve viver em seu habitat..não são objetos de decoração ou troféus de valentia...passou da hora de evoluir!!!*

No terceiro comentário, a autora apresenta uma anáfora indireta, relacionando o aquário e os peixes com a palavra “mar”, assim como a palavra “animal”. Ela também escreve duas elipses ao afirmar que “[Eles] não são objetos de decoração [...]” e “[...] passou da hora de [a situação] evoluir”.

Comentário 4: *Aí eu me pergunto: pra quê um negócio desses? Deixa os peixes lá nos rolê deles, ou faz um lago bem grande pra eles. Sempre achei aquário um negócio muito agonizante*

O quarto comentário mostra o uso da anáfora direta em “um negócio desses”, uma descrição definida e altamente argumentativa, que refere-se à existência de um aquário; isso também ocorre com o uso dos pronomes “deles” e “eles”. A autora, além disso, cria elipses em “[Você] Deixa os peixes [...]”, “[Você] faz um lago” e “[Eu] Sempre achei [...]”. É feita uma anáfora indireta ao ser posto o termo “rolê deles”, associando-se à vida dos peixes fora de um aquário. A repetição do termo “aquário” também está presente no comentário, retomando o conteúdo da matéria.

Matéria 3: Comida



“A ciência por trás do polêmico sabor que divide apreciadores de pizza do mundo”, título da terceira e última matéria selecionada por nós, publicada em 20 de janeiro de 2023 no perfil do Instagram da BBC News, informa sobre a polêmica do abacaxi na pizza (chamada “havaiana”), que divide opiniões entre usuários da rede social e causa pequenos debates, e conta um pouco da história desse sabor que muito se discute, além de explicar o porquê do sentimento de satisfação ao misturar o doce com o salgado. Confira as argumentações, que separamos, a seguir:

Comentário 1: *Sim, pizza com abacaxi é mto bom, nem tem o que questionar. O problema, que ngm fala, é botar ketchup na pizza... um crime*

Resposta 1: *amo ketchup na pizza. Só deixa mais apetitosa*

Resposta 2: *ketchup só estraga o sabor das coisas. Pra não falar que sou injusta, só funciona com batata frita hahaha*

Resposta 3: *falou tudo*

Há, no primeiro comentário, um posicionamento sobre o que o usuário acha do tema (e do ketchup, visto que há uma opinião bastante explícita acerca desse assunto). Para se explicar, ele utiliza o termo “pizza com abacaxi” e “pizza”, retomadas da matéria com o uso da repetição. Também ocorre a elipse em “[...] [Isso é] um crime”. Além disso, como anáfora indireta, ele introduz o molho “ketchup”, associando-o a um elemento que pode fazer parte da pizza.

Na primeira resposta a esse comentário, ocorre a retomada por repetição dos termos “ketchup” e “pizza”. Ademais, há o uso da elipse em “[Eu] amo [...]” e “[O ketchup] Só deixa [a pizza] mais apetitosa”.

Mais uma pessoa se junta ao debate e adiciona a segunda resposta. A retomada da palavra “ketchup”, por repetição, também acontece aqui. Ao fazer o uso do termo “das coisas”, a pessoa se refere não somente a pizzas, mas a diversos outros alimentos, usando as anáforas direta e indireta. A elipse aparece em “Pra [você] não falar que [eu] sou injusta, [o ketchup] só funciona com batata frita [...]”.



No último comentário, há a elipse “[Você] falou [...]” e o termo “tudo”, referenciando, em anáfora direta, tudo o que foi dito sobre o ketchup nas comidas.

Comentário 2: *Ah mano tô nem aí, comeria com ketchup ainda kkkkk*

Nesse segundo comentário, um usuário se expressa com o uso da elipse: “[...] [Eu] tô nem aí, [eu] comeria [a pizza havaiana] [...]”. Além disso, traz um novo termo para a discussão: “ketchup”, entrando no caso da anáfora indireta, associando essa palavra ao tema principal da matéria. Chamamos aqui a atenção para a argumentação que está sendo construída: ao colocar o termo “ketchup”, ele, além de sugerir que não se importa com o sabor do alimento e com os ingredientes que a compõe, afirma que adicionaria molho, o que, provavelmente, é de sua preferência ao comer uma pizza.

Comentário 3: *Tem pizza de brócolis, então a de abacaxi não merece julgamento*

O usuário do terceiro comentário selecionado traz o termo “pizza” e “abacaxi” diretamente da matéria, retomando os termos por repetição. Ademais, usa a função de elipse ao afirmar que “[...] a [pizza] de abacaxi não merece julgamento”. Vemos aqui uma construção argumentativa interessante, ao afirmar que “a de abacaxi não merece julgamento”, ele afirma que a de brócolis seria “menos saborosa”.

Comentário 4: *não é muito comum na minha região, no mais, sou mais as tradicionais mesmo, como marguerita e napolitana com muuuuito azeite*

No último comentário, o usuário faz, além da negação, o uso da elipse: “[A pizza havaiana] não é muito comum na minha região [...]”. Em seguida, também apresentando a função de elipse, escreve que “[...] [Eu] sou mais as [pizzas] tradicionais mesmo”. Os termos “marguerita” e “napolitana com muuuuito azeite” se encaixam nas anáforas indiretas, pois se constrói numa relação associativa aos sabores de uma pizza, e vemos que tais sabores se relacionam com os tradicionais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da realização da análise desta pesquisa, foi possível perceber que a argumentação e a referenciação funcionam perfeitamente em conjunto, pois elas organizam e sustentam posicionamentos tanto em situações formais quanto no dia a dia das pessoas, como foi observado nos doze comentários selecionados (quatro comentários para cada uma das matérias) do Instagram, além de suas respostas, possibilitando a expressão individual e os debates entre os usuários dessa rede social acerca de temas variados.

Além disso, foi uma experiência muito interessante e enriquecedora notar as expressões referenciais e as retomadas dentro de comentários, que são textos livres, uma vez que são questões usualmente automáticas para os indivíduos, visto que utilizam tantas técnicas ligadas à referenciação sem nem ao menos notarem que as estão utilizando, afinal, a referenciação é um fenômeno intrínseco à língua e aos seres humanos, assim como a argumentação. Constatamos, portanto, que a última, com base nos dados percorridos pelo artigo, é auxiliada em sua construção a partir da referenciação, das escolhas lexicais, das descrições definidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino - outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 75-76.

BBC NEWS | BRASIL. **Brasil é eliminado da Copa do Mundo 2022 pela Croácia nos pênaltis das quartas-de-final**. 9 dez. 2022. Instagram: bbcbrasil. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C19MXBMpXjg>. Acesso em: 16 dez. 2022.

BBC NEWS | BRASIL. **Aquário com 1.500 peixes se rompe em hotel de Berlim**. 16 dez. 2022. Instagram: bbcbrasil. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CmOwZGUudeK>. Acesso em: 16 dez. 2022.

BBC NEWS | BRASIL. **A ciência por trás do polêmico sabor que divide apreciadores de pizza do mundo**. 20 jan. 2023. Instagram: bbcbrasil. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnphX9vNHKR>. Acesso em: 15 fev. 2023.

DIANA, Juliana. Redes Sociais. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/redes-sociais/>. Acesso em: 1 mai. 2023.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

_____. **Expressões Referenciais – uma proposta classificatória.** In: CAVALCANTE, M.; BRITO (orgs). Gêneros Textuais e Referenciação. Grupo Prototexto. Fortaleza, 2004. _____. GUIMARÃES, Alexandre. **O que é argumentar? em Redação.** Descomplica, [s.d.]. Disponível em: <https://descomplica.com.br/d/vs/aula/o-que-e-argumentar/>. Acesso em: 29 abr. 2023.

MACHADO, Daniela Zimmermann. **Referenciação.** In: COSTA, I. B. et al. A tessitura da escrita. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 101-123.

SANTOS, M. F.; BONIFÁCIO, M. A. L. **Sequências textuais no ensino de língua portuguesa: uma proposta interacionista sociodiscursiva.** In: AZEVEDO, I. C. M. Práticas dialógicas de linguagem: possibilidades para o ensino de língua portuguesa [on-line]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2018, p. 109-124.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 12 de 12



ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES MÚSICOS NA CIDADE DE CURITIBA¹

Fernando Aparecido Ribeiro Silva - (CNPq)
Unespar/*Campus* Curitiba II, fndnapa@gmail.com

Prof^a Dr^a Laize Guazina - Orientadora
Unespar/*Campus* Curitiba II, laize.guazina@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Músicos são uma categoria de trabalhadores que costumam ter pouco reconhecimento social quando se trata do mundo do trabalho. A profissão de músico, regulamentada pela Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960 (BRASIL, 1960), que criou a Ordem dos Músicos do Brasil, hoje tem recebido mais atenção no meio acadêmico. Com isso, pouco a pouco novas pesquisas têm trazido à tona dados que permitem compreender como essa classe se mobilizava historicamente em busca de melhores condições de trabalho.

As mobilizações coletivas realizadas pelos(as) trabalhadores(as) musicistas em busca de oportunidades relacionadas ao trabalho, vistas no período da pandemia de COVID-19 (GUAZINA, 2021. ABREU; GUAZINA, 2022), não são um fenômeno atual. Conforme demonstrado por Esteves (1996), Requião (2020) e Simões (2011; 2016), esforços realizados por estes trabalhadores já buscavam modificar suas realidades laborais a partir da formação de entidades associativas, sobretudo a partir do início do século XX no Brasil. Essa trajetória organizativa remete a própria história da formação da classe trabalhadora no país, uma vez que tais entidades serão parte dos esforços dos trabalhadores para conseguirem melhores condições de trabalho e de vida.

Conforme Esteves (1996), a história do Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro, instituição fundada em 1941, inicia no Centro Musical do Rio de Janeiro, inaugurado em 1907.

¹ Este trabalho contou com o apoio de uma bolsa CNPq, instituição a qual agradecemos.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

O Centro Musical reunia músicos no Rio de Janeiro e buscava estabelecer algum tipo de regulação sobre as relações e condições do trabalho musical, além de desenvolver estratégias para proporcionar suportes previdenciários e de atendimento em saúde para os músicos.

A partir desse aval concedido a todas as categorias profissionais, inclusive liberais, foi criado o Centro Musical do Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1907. Apesar de ter sido registrada como sociedade civil e não como sindicato, a associação tinha muito a ver com todo esse movimento de organização dos trabalhadores do Rio e São Paulo. Tanto que alguns de seus objetivos eram defender e promover o engrandecimento da classe, “com a obrigação de um por todos e todos por um”, discutir e representar aos poderes da República sobre questões de interesses da corporação, e adotar uma tabela estabelecendo os honorários dos professores de música. É provável que tenha sido a primeira entidade de músicos, no Brasil, a tentar regular o mercado de trabalho, ditando os valores mínimos da remuneração. (ESTEVEZ, 1996: 16)

Um percurso muito próximo a esse foi apontado por Simões (2011), a partir de sua pesquisa sobre a trajetória do Centro Musical Porto-alegrense, surgido em 1920, considerado pela autora como uma “associação de caráter sindical, que mantém ações assistencialistas e previdenciárias” (SIMÕES, 2011, p.7). Essa associação será precursora do Sindicato Musical de Porto Alegre, fundado em 1934 (SIMÕES, 2016). Sendo assim, a partir do século XX, tanto no Rio de Janeiro quanto no Rio Grande do Sul ocorrem mobilizações de trabalhadores músicos por meio de suas associações precursoras e organizações sindicais propriamente ditas, buscando transformações no mundo do trabalho da música.

O Centro Musical de São Paulo foi outra entidade de classe de músicos ativa a partir do mesmo período. Segundo Freire (2020), ela foi fundada em 1º de março de 1913, tendo sido reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 15 de julho de 1935. Para o autor,

(...) A fundação da entidade classista em meio à conjuntura já assinalada sugere a existência de um núcleo organizativo formal, expressando os modos de sindicalização e assistencialismo dos músicos. Em certa medida, pode-se dizer que o fenômeno da sindicalização dos músicos, aqui sinalizado, expressou uma via particular da tomada de consciência de classe em si, o poder da ação coletiva e reivindicatória. (FREIRE, 2020, p. 429)

A partir da literatura musicológica é possível compreender que existem indícios de que Curitiba também teve um movimento de trabalhadores músicos que buscou interferir coletivamente na organização de seu mercado de trabalho. Conforme exposto por Giller (2013, p. 100):

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 2 de 15



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





(...) um olhar mais atento por parte da sociedade demonstra esse fator paradoxal entre a efervescência no campo de trabalho e a insuficiência de leis trabalhistas que pudessem apoiar a vida artística. [...] Os músicos curitibanos parecem ter tentado modificar este quadro. Para tanto, formaram, no final da década de 1920, a União Jazz Band uma agremiação que reunia “todos os Jazz bands da capital com o objetivo de unificar os músicos e defender os interesses da classe”. (A REPÚBLICA, 1929, p. 5) [...].

Giller afirma que "a diversificação das atividades no meio artístico em Curitiba foi intenso nesse tempo" (GILLER, 2013, p. 99), o que aumentou a demanda de trabalho dos músicos. Porém, apesar do aumento da demanda, segundo a autora "não existiam leis para dar suporte à profissão de músico" (GILLER, 2013, p. 99). Para a mesma pesquisadora, com essa transformação cultural e com novos hábitos dentro dos centros urbanos, seguindo o exemplo parisiense, Curitiba passava por transformações no início do século XX. Tudo isso ampliou as formas de entretenimento cultural da cidade, com mais opções de divertimento. Desse modo, Giller (2013) afirma que o mercado de trabalho dos músicos em Curitiba foi estimulado, como em outras cidades do Brasil, reforçando "a colocação do músico popular na rota de uma profissionalização artística" (GILLER, 2013, p.45).

Segundo Giller (2013), as *jazz bands* começaram a surgir em Curitiba na década de 1920. Eram grupos que, pouco a pouco, começaram a ser vistos nos bailes de clube e famílias da elite em associações e grêmios. Nesse mercado de trabalho atuavam “músicos que integravam regionais de choro, *jazz bands*, fanfarras, bandas, conjuntos de câmara e orquestras" (GILLER, 2013, p. 80).

Mesmo com a efervescência cultural e o aumento do campo de trabalho para os músicos, tais trabalhadores não tinham leis que garantissem melhores condições de trabalho. Giller define bem esse processo ao afirmar que "(...) ainda àquela altura, não existiam leis para dar suporte à profissão de músico. As políticas trabalhistas não sustentavam esse universo diversificado e veloz da vida do músico" (GILLER, 2013, p. 99). Além disso, para a sociedade da época, ser músico podia ser algo mal visto.

Considerando esse cenário histórico, esta pesquisa teve como objetivo geral identificar informações sobre as organizações de classe de trabalhadores músicos atuantes na cidade de Curitiba a partir do início do século XX. Foram focalizadas as entidades formadas por trabalhadores músicos organizados em sindicatos e em associações de perfil pré sindical,



caracterizadas por mobilizarem pautas trabalhistas, ainda que não se constituíssem como sindicatos propriamente ditos. Os objetivos específicos propuseram a) identificar o perfil institucional dessas organizações; b) identificar seu período de atividade e atuação; c) identificar suas pautas e integrantes.

Para tanto, esta pesquisa foi delimitada como qualitativa, exploratória e documental (GIL, 2012). Sua principal fonte de informações foi a Hemeroteca Digital Brasileira, que permite a busca por palavras-chave em jornais digitalizados publicados no Brasil. A Hemeroteca foi utilizada por ser um importante meio de acesso a informações sobre o tema pesquisado e que pudessem contribuir para a indicação de direções para os próximos passos de pesquisa.

METODOLOGIA

A busca na Hemeroteca foi realizada entre os anos de 1900 e 2023, exclusivamente em veículos jornalísticos do Paraná. Devido a grande quantidade de informações disponíveis e o tempo de vigência da pesquisa, optamos por levantar material documental somente nesse local de busca.

Para fazer a coleta dos materiais na Hemeroteca Digital, primeiro delimitamos as palavras chaves de acordo com o tema abordado. A partir disso, foram encontrados 93 registros, abrangendo o período que vai de 29 de março de 1931 a 02 de novembro de 1989. Os jornais acessados foram: O Dia - 1923 a 1961; Diário da Tarde - 1899 a 1983; Correio do Paraná - 1932 a 1965; O Estado - 1936 a 1938; Diário do Paraná - 1955 a 1983; Correio de Notícias - 1977 a 1979; Última Hora, ano II - 1959 a 1964.

As informações coletadas foram provenientes de pequenas notas nos jornais, como anúncios de bailes e convocações para assembleias, além de matérias e outras informações que se mostrassem pertinentes. As informações foram tabuladas, sendo registrados: a data em que foi realizada a coleta; o veículo jornalístico; a página ou o intervalo de páginas do jornal em que a informação se encontrava; título; autor(a) (quando houvesse); natureza da publicação (nota, matéria, etc.); entidade(as) citada(s); elaboração do resumo da notícia e das palavras-chave; evento(s) citado(s); local(is) citado(s); data(s) citadas; pessoas e suas funções



citadas; além do *print* da publicação. Em seguida, as informações foram organizadas em ordem cronológica e revisadas, para então serem analisadas.

Um fenômeno constante observado no processo de levantamento de informações foi a variabilidade de formas de escrita dos nomes das entidades, especialmente a respeito da União das Jazz Bands. O nome da entidade foi encontrado com as seguintes variações: "União dos Jazz-Bands", "União de Jazz Bands", "União B. dos Jazz Bands", "Sociedade B. União dos Jazz Band", "União B. dos Jazz Bandes", "União Beneficente dos Jazz Bands", "União Benef. dos Jazz Bands" e ainda "União Jazz Bands".

UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

O intuito desta pesquisa não é abordar a história da formação da classe trabalhadora no país, mas é necessário considerar que esse era um pano de fundo para as mobilizações dos trabalhadores músicos e suas organizações de classe. Conforme Mattos (2009), a história da formação da classe trabalhadora no Brasil é longa, remetendo ao período da escravidão. Para o autor (MATTOS, 2009), a República Velha (1889 - 1930) foi um período em que conviveram trabalhadores escravizados e trabalhadores livres, que constantemente uniam esforços pelas lutas abolicionistas. Nos primeiros anos do século XX havia uma classe operária assalariada em formação. Nesse momento, em um "Brasil de quase quatro séculos de escravidão, construir uma identidade de classe para os trabalhadores esbarrava na ideia negativa do trabalho" (MATTOS, 2009, p.34). Para o autor, a República Velha foi um momento de muitas mudanças no mundo do trabalho, com um processo de formação da classe trabalhadora muito conturbado. Esse foi um período marcado por greves, pela atividade de associações mutuais e pela formação dos primeiros sindicatos no Brasil, com o objetivo de obter condições de trabalho mais dignas. Sobre a trajetória sindical na República Velha, Mattos afirma:

Nas várias propostas, é certo que os objetivos materiais e de transformação social do movimento operário não foram alcançados. Entretanto, em meio à luta sindical, os trabalhadores conseguiram um objetivo de natureza cultural, cujo alcance político é dos mais amplos: afirmaram a dignidade do trabalho, denunciando a sua exploração pelos capitalistas, e construíram uma identidade positiva de classe para os trabalhadores, impondo-se perante o restante da sociedade. (MATTOS, 2009, p.59)



Se na República Velha houve grande mobilização para os trabalhadores se organizarem e assim formarem uma identidade de classe, na Era Vargas (1930 - 1945) veremos um momento significativo para o estabelecimento dos sindicatos no país. Nesse período, durante o Estado Novo, houve um esforço do Estado para criar uma nova legislação para o sistema do trabalho, assim como para controlar os sindicatos.

Dois pontos nos interessam muito nesse período. O primeiro é o estabelecimento das "leis trabalhistas", que "regulavam jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, pisos salariais" (MATTOS, 2009, p. 62). O outro ponto relevante para esta discussão, é o da legislação sindical:

A legislação sindical, que instituiu o modelo do sindicato único por categoria e região (monopólio da representação) a estrutura vertical por categorias (sindicatos locais, federações regionais e confederações de abrangência nacional), e a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com o poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções. (MATTOS, 2009, p.63).

Com isso, o governo Vargas fazia com que a maioria dos sindicatos se adequasse a esse novo modelo de sindicato único. No período de 1930 a 1934, no qual houve a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), "originou-se a quase totalidade das leis que foram depois reunidas e sistematizadas, em 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)." (MATTOS, 2003, p. 9). Segundo o autor,

O processo de reconhecimento dos sindicatos foi progressivo. Em 1931 e 1932, apenas 115 sindicatos foram criados segundo as novas regras. Entre 1932 e 1934 a pressão ministerial, somada à demanda das bases pelos benefícios da lei, foi bastante forte, o que explica que 141 sindicatos tenham sido criados em 1933. No entanto, os sindicatos sob influência de comunistas ou trotskistas (a primeira das dissidências do PC) e dos poucos anarquistas que restaram ainda resistiam à "Carta sindical" — nome dado ao registro que oficializava a entidade no MTIC. (MATTOS, 2003, p. 8 - 9)

A chamada Carta Sindical ou também Lei de Sindicalização, Lei 19.770, de 19 de março de 1931 (BRASIL, 1931), foi promulgada na Era Vargas. Sua elaboração tinha relação com a *Carta del Lavoro* do governo Mussolini, contendo influência fascista, segundo Campinho (2006). Considerando esse pano de fundo histórico, a seguir abordaremos os resultados desta pesquisa.



AS ENTIDADES DE TRABALHADORES MÚSICOS NAS NOTÍCIAS DE JORNAL

Dada a característica exploratória da pesquisa e as fontes com as quais trabalhamos, as informações encontradas por meio da Hemeroteca Digital Brasileira se caracterizam por, em geral, serem notas curtas (na sua maioria) ou matérias jornalísticas que permitiram traçar um "mapa" de informações sobre organizações de trabalhadores músicos em Curitiba. É importante lembrar que propomos identificar informações sobre entidades e seus agentes a partir da ideia de serem trabalhadores músicos organizados em sindicatos ou em associações de perfil pré sindical, caracterizadas por mobilizarem pautas trabalhistas. Nesse esforço foram identificados locais, pessoas e atividades que ocorriam em associações formadas por músicos, que parecem ter tido caráter mutual, e sindicatos de músicos.

Em vista do volume de informações levantadas durante a pesquisa, a seguir serão abordadas algumas daquelas que foram consideradas mais relevantes.

As associações de trabalhadores

A primeira nota² encontrada sobre a União dos Jazz Band apareceu no jornal O Dia, de 29 de março de 1931. Nessa publicação, a Sociedade Cruzeiro do Sul Jazz-Band convidava seus associados para o baile comemorativo de seu primeiro ano de fundação, para o qual a "União dos Jazz Bands, gentilmente concedeu outros conjuntos que tomarão parte neste festival." (O DIA, 1931, p. 5). As notícias dão a entender que a entidade organizava e/ou agenciava grupos para atuação em clubes, como notícias seguintes também dão a entender.

Ocorriam assembleias gerais ordinárias com os sócios da União dos Jazz Bands. Uma nota no jornal O Dia, de 10 de junho de 1932 informava: "De ordem do Sr. Presidente são convidados Srs. Sócios Para a Assembléia Geral ordinária a realizar-se dia 14 do corrente às 20hs no Salão do Teuto Brasileiro. O Secretário Delcio Rinaldi." (O DIA, 1932, p.3). Durante a pesquisa foram encontradas várias publicações dessa natureza.

² Todas as transcrições documentais apresentadas neste texto foram realizadas mantendo-se a grafia contida nos originais.



Há indícios de que a União dos Jazz Bands era uma entidade de caráter mutualista, conforme essa notícia encontrada no jornal O Dia de 29 de junho de 1933, que informa um esforço pela “caixa social” - estratégia que, em geral, visava apoiar necessidades de caráter assistencial para os sócios.

Realizar-se-á domingo próximo, dia 2, com início às 15 horas, uma grande matinée dansante, promovida pela União dos Jazz Bands nos amplos salões da Sociedade Handwerker. O produto dessa matinée será em benefício da caixa social da União.” (O DIA, 1933, p.5).

É possível inferir que essa caixa social seria também para cobrir velórios de seus associados e missas de 7º dia, como em uma notícia encontrada em 20 de agosto de 1932, no jornal O Dia:

A União de Jazz Bands, convida os srs. sócios bem como os srs. estudantes de agronomia para missa de 7º dia que por alma de seu sócio Manoel de Lima Rosa, falecido em Apiahy, manda celebrar no dia 24 do corrente às 7,30 horas na igreja do Senhor Bom Jesus. Secretário Décio Rinaldi. (O DIA, 1932, p.5).

Além dessas, encontramos uma publicação pelo aniversário da União B. dos Jazz Bands, em 6 de março de 1937. Um indício de que ela existiu por alguns anos:

Em regosijo á passagem do 5º aniversário de fundação da União Beneficente dos Jazz Bands, esta sociedade levará a efeito hoje, nos amplos salões do Theatro Hauer, um grande baile comemorativo á data. Dois optimos conjuntos musicaes, para maior realce da festividade, abrilhantarão a partida dansante. (O ESTADO, 1937, p.3).

O movimento associativo dos músicos também pode ser visto em outras notícias, com várias entidades que vão sendo citadas nos anos posteriores. A seguir, iremos discutir sobre os resultados encontrados acerca dos sindicatos de músicos em Curitiba e de algumas conexões aparentes com outros lugares do Brasil. Essas conexões trazem evidências sobre diversas mobilizações da classe trabalhadora dos músicos em várias capitais na mesma época e que existiam ressonâncias dessas notícias na capital do Paraná.

Os sindicatos



É de agosto de 1931 a nota que revelou a primeira entidade sindical que encontramos por meio desta pesquisa: "Segunda feira, 31 do corrente, na sede da União dos Operários do Paraná será fundado o Sindicato dos Músicos de Curityba." (O DIA, 1931, p.4). Vale notar que nesse mesmo ano havia sido publicado o Decreto nº 19.770, de 19 de março (BRASIL, 1931), que "Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências", assinado por Getúlio Vargas. Notícias posteriores informam que havia um sindicato de mesmo nome com atividade na década de 60, ainda que não tenha sido possível acessar informações que demonstrassem claramente a continuidade da entidade.

Em 19 de março de 1938, outra notícia do mesmo jornal O Dia afirma: "Fundou-se ontem nesta capital o Sindicato dos Músicos do Paraná, entidade essa que será o órgão oficial da laboriosa classe." (O DIA, 1938, p.2). A matéria também continha os nomes da primeira diretoria, uma espécie de "junta governativa que dirigirá o sindicato até o seu reconhecimento oficial: Presidente - Bento Mossurunga, Secretário - George Frank e Tesoureiro - Guilherme Tiepelmann." (O DIA, 1938, p.2).

É importante notar que Bento Mossurunga, um dos grandes nomes da música paranaense, teve uma relação importante com o Centro Musical do Rio de Janeiro, tendo participado como membro de algumas diretorias dessa entidade (ESTEVES, 1996). Anos mais tarde, parece ter participado da fundação do Sindicato dos Músicos do Paraná em 1938, conforme informações explicitadas por nossa pesquisa.

Outra importante notícia encontrada no jornal O Dia foi publicada no dia 10 de dezembro de 1943, com o título "Sindicato dos Músicos", que relata:

Em sessão realizada a 19 de julho ultimo, na sede da Delegacia Regional do Trabalho, em cumprimento a lei de sindicalização, foi fundada a associação Profissional dos Músicos do Paraná. A primeira diretoria ficou assim constituída: Presidente: Emílio Guetter; Secretário: João Hasselmann; Tesoureiro: Germano Ari Mueller. (O DIA, 1943, p. 3).

Há pontos interessantes a observar nessa notícia. A princípio, poderia ser tratar de uma informação a respeito da fundação de uma “associação”. Contudo, como o título aponta, seguido da informação do cumprimento da a Lei de Sindicalização, é possível inferir que se tratasse, de fato, de um sindicato.



Importante frisar aqui que, como demonstram as notas jornalísticas citadas, vários traços de institucionalização e legalização podem ser percebidos, trazendo informações sobre ações do cotidiano dessas entidades. O mesmo se dá no exemplo seguinte, publicado no jornal Diário da Tarde que, em 21 de outubro de 1964 anuncia que o "Sindicato dos Músicos realizará eleições dia 23: nova diretoria":

Estão marcadas para sexta-feira próxima, dia 23, as eleições do Sindicato dos Músicos Profissionais de Curitiba, para escolha da nova diretoria da entidade e conselho fiscal. Concorrerá ao pleito a seguinte chapa: Diretoria - Ladislau R. Ferreira; Ivo Branco; Denerval Horácio; Marcos Maleswischik e Cícero do Nascimento. [...] A Delegacia Regional do Trabalho através da seção sindical tomou as providências visando a realização do pleito (DIÁRIO DA TARDE, 1964, p.7).

Em 29 de outubro de 1977, no jornal Correio de Notícias, encontramos uma publicação intitulada "Sindicato para Músicos". Essa nota demonstrava o esforço para a criação de mais uma entidade sindical:

Está sendo criado em Curitiba o Sindicato dos músicos no Paraná. O presidente da comissão de formação da entidade, Hugo Pereira, que também é músico profissional, diz que a criação do Sindicato é resultado de uma política de defesa ao trabalho do músico, que vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Trabalho. Atualmente a comissão está passando por um período de formulação de estatuto e arregimentação de interessados. (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1977, p.11).

Já na década de 80, aparecem indícios sobre o Sindicato dos Músicos Profissionais no Estado do Paraná - Simupar. Em uma breve matéria datada de 13/14 de fevereiro de 1988 (edição de final de semana "Bom Domingo"), do jornal Correio de Notícias, encontramos informações sobre as atividades de fiscalização nos bailes carnavalescos daquele ano:

O Simupar - Sindicato dos Músicos Profissionais no Estado do Paraná - científica os presidentes de clubes, sociedades e diretores de conjuntos musicais sobre a fiscalização que será intensiva durante os bailes carnavalescos. [...] Frisou ainda o presidente do Simupar 'durante os festejos carnavalescos o corpo de fiscais estará visitando todos os estabelecimentos onde forem proibidos bailes carnavalescos, com a finalidade de evitar que sejam cometidas irregularidades quanto aos direitos da categoria'. (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1988, p.19).

Segundo essa notícia, o Simupar parecia ter uma atuação presente no que diz respeito a fiscalizar e garantir os direitos de seus associados, bem como tinha apoio da Delegacia Regional do Trabalho para suas atividades de defesa da categoria. Reforçando a ideia de



fiscalização, outra notícia do mesmo jornal, datada em 26 de fevereiro de 1988, intitulada “Músicos”, afirmava:

O Presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais do Paraná, João Bento de Lacerda, alerta aos proprietários das casas de diversão pública de Curitiba, aos chefes de conjuntos a bandas musicais que somente deverão ser contratados os músicos que estejam quites com o pagamento da contribuição sindical do exercício de 1988, mesmo que eventualmente. O Dirigente lembrou que o até é necessário para o bom andamento dos trabalhos. Citando a legislação sindical, João Bento disse que "a contribuição sindical é devida ao Sindicato pelos que participam da categoria ou profissional e/ou das profissões liberais representadas. (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1988, p. 9).

Ainda sobre o Simupar, encontramos uma publicação em meio a uma coluna denominada “Luzes da Cidade” (como parte uma coluna maior, denominada “Social & serviços”) assinada por “Luiz Antonio”. Tratava-se de uma espécie de propaganda para quem quisesse seguir na carreira artística que continha também o endereço da entidade:

Quem desejar seguir na carreira artística, como músico profissional ou temporário deve comparecer a sede do Sindicato dos Músicos Profissionais no Estado do Paraná (Simupar), à rua Visconde de Guarapuava, 2907. O telefone é (041) 223-0641. [...] (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1988, p. 21).

Outra notícia encontrada no jornal Correio de Notícias, em 27 de junho de 1989, sob o título "O Paraná dá exemplo em defesa dos Músicos" aborda uma articulação direta entre o Simupar e a Ordem dos Músicos do Brasil, em nível federal e em sua regional do PR. As informações explicitam que uma mesma pessoa, João Bento de Lacerda, ocupava cargos nos quadros dessas entidades de modo concomitante.

“O Paraná é considerado estado padrão, quanto a organização e defesa dos direitos dos músicos, cantores e compositores”. A declaração é do maestro João Bento de Lacerda, reeleito presidente do Conselho Regional da Ordem dos Músicos no Brasil (OMB-PR) e vice-presidente do Conselho Federal. [...] O maestro acrescentou que o Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Paraná (SIMUPAR) - para o qual também foi reeleito Presidente -, e a OMB-Pr zelam pelos direitos dos associados. [...]. (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1989, p. 12).

Uma nota de 16 de agosto de 1989, no jornal Correio de Notícias, com o título “Atenção Compositores Musicais” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1989, p.4), informa uma



outra entidade em atividade no Paraná: o Sindicato Nacional dos Compositores Musicais do Paraná.

O delegado regional do Sindicato Nacional dos Compositores Musicais do Paraná, Marcos Araújo, realizou no último dia 4, a primeira reunião para o debate do projeto de lei, que visa a fusão dos interesses de várias classes sindicais, como: Sindicato dos Músicos, Sindicato dos Artistas, Sindicato dos Jornalistas e Sindicato dos Radialistas. [...]. (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1989, p.4)

Nas décadas seguintes não foram encontrados dados sobre sindicatos de músicos nas fontes pesquisadas na Hemeroteca Digital. É possível que as entidades tenham diminuído significativamente ou mesmo encerrado suas atividades.

Notícias de sindicatos de outras capitais

Ao pesquisar sobre as organizações de trabalhadores da música em Curitiba, foi encontrado também notícias sobre sindicatos de outros estados, principalmente quando eram fatos de grande repercussão. Um exemplo disso é uma matéria encontrada no Jornal Diário da Tarde, na data de 12 de fevereiro de 1954, disposta como manchete de segunda página, intitulada: “Inteira Solidariedade dos Músicos Paulistas À Grève das Orquestras Cariocas”. Em seu subtítulo, a publicação informava que “Estão recebendo os presidentes dos clubes que realizam bailes de carnaval uma circular do sindicato dos músicos profissionais do Rio de Janeiro comunicando aquela decisão” (DIÁRIO DA TARDE, 1954, p.2). A matéria explicitava os conflitos relativos ao aumento da cobrança de direitos autorais sobre os compositores populares, em um momento em que se aproximava o carnaval.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de os músicos não terem a representação de um sindicato dificulta em muito o esforço pela garantia dos seus direitos trabalhistas. Conforme Guazina (2021), a classe trabalhadora musical, por sua informalidade, fica aquém de seus direitos e proteções sociais, o que tem se mostrado como um problema histórico:



O assalariamento de músicos e musicistas, que foi uma prática recorrente entre as décadas de 1930 e 1960 no Rio de Janeiro 19, conforme descrito por Requião (2020a), hoje se torna cada vez mais raro. Isso significa que esses(as) trabalhadores(as) têm também menos acesso a direitos e proteções sociais, os quais costumam estar atrelados ao trabalho formal (com “carteira assinada”), como férias, descanso semanal remunerado (o chamado “repouso remunerado”), 13º salário e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). (GUAZINA, 2021, p.12).

Por isso a importância de se reunir informações e compreender o tema das organizações de trabalhadores músicos se torna tão relevante. Esse debate precisa, cada vez mais, estar presente nas universidades para que possamos debater e buscar melhores condições de trabalho.

Os resultados desta pesquisa demonstraram que existem muitos indícios que de existiram várias entidades de classe atuantes em Curitiba entre o período entre as décadas de 1930 e 1990, com notável atividade durante a primeira metade do século XX. Pela natureza das informações disponibilizadas na Hemeroteca Digital Brasileira, neste momento não é possível desvendar plenamente as conexões entre as informações ou compreender melhor esse cenário, pois isso demanda novas outras fontes de pesquisa. Mas desde já é possível afirmar que Curitiba era uma das cidades no Brasil em que existiam movimentações envolvendo entidades de classe de músicos, cujas atividades parecem ter sido similares àquelas existentes no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Ainda que inicial, esta pesquisa se mostrou como um valioso passo para enriquecer a discussão sobre as organizações de trabalhadores músicos na cidade de Curitiba e no Brasil. Ao mesmo tempo, trouxe contribuições para os próximos passos a serem realizados no estudo deste tema. Para um momento futuro, será importante ampliar as fontes de pesquisas para que possam trazer luzes à história das entidades aqui citadas, ampliando também a compreensão sobre o trabalho dos músicos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Lucas Passarelli de; GUAZINA, Laíze Soares. A Produção Musical Curitibaana em Tempos de Covid-19: Um levantamento em sites de divulgação cultural. In: **ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESPAR**, III, 2022, Curitiba. Curitiba: Unespar 2022. p.888-902. Disponível em: <https://sipec.unespar.edu.br/files/anais/Anais-EAIC-&-EAITI-2022.pdf> Acesso em: 10/09/2023.



BRASIL. Lei no 3.857, de 22 de dezembro de 1960. Cria a Ordem dos Músicos do Brasil e Dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Profissão de Músico e dá outras Providências. Diário Oficial da União: Brasília, 23 dez. 1960. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3857.htm.

BRASIL. Decreto nº19770, DE 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/3/1931, Página 4801 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07/08/2023.

CAMPINHO, Fábio. Sindicalismo de Estado: controle e repressão na era Vargas (1930-1935). **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006. p. 1-22, 2006.

ESTEVES, Eulícia. **Acordes e acordos: a história do Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro 1907-1941**. Rio de Janeiro: Multiletra, 1996.

FREIRE, Breno Ampáro Alvares. Dissonâncias perfeitas: O protagonismo dos músicos de orquestra rumo à institucionalização da categoria em São Paulo (1913-1949). **Projeto História**, São Paulo, v. 68, p. 421-439, 2020.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2012.

GILLER, Marília. **O Jazz no Paraná 1920 e 1940: um estudo da obra O Sabiá, Fox Trot Shimmy de José da Cruz**. Tese (Mestrado em Música) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GUAZINA, Laíze. As configurações do trabalho musical e a pandemia da Covid-19: precarização, luto, resiliência e redes de cooperação. **Opus**, Curitiba, v.27 n.3, p.1-27, set/dez. 2021.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O Sindicalismo brasileiro após 1930 (Descobrimos o Brasil)**. Zahar. Edição do Kindle. 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

REQUIÃO, Luciana. Mundo do trabalho e música no capitalismo tardio: entre o reinventar-se e o sair da caixa. **Opus**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 1-25, maio/ago. 2020.

SIMÕES, Julia da Rosa. **Ser músico e viver da música no Brasil: um estudo da trajetória do Centro Musical Porto-alegrense (1920-1933)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.



SIMÕES, Julia da Rosa. **Na pauta da lei: trabalho, organização sindical e luta por direitos entre músicos porto-alegrenses (1934-1963)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

Hemeroteca Digital Brasileira

ANTONIO, Luiz. Luzes da Cidade. **Correio de Notícias**, Curitiba, 08 abr. 1988, p.21.

Atenção Compositores Musicais. **Correio de Notícias**, 16 ago. 1989, p.4.

Fundado o Sindicato dos Músicos do Paraná. **O Dia**, 19 mar. 1938, p.2.

Inteira Solidariedade dos Músicos Paulistas À Grève das Orquestras Cariocas. **Diário da Tarde**, 12 fev. 1954, p.2.

Músicos. **Correio de Notícias**, Curitiba, 26 fev. 1988, p.9.

Paraná dá exemplo em defesa dos músicos. **Correio de Notícias**, 27 jun. 1989, p. 12.

Simupar. **Correio de Notícias**, Curitiba, 13/14 fev. 1988, p.19.

Sindicato de Músicos realizará eleições dia 23: Nova Diretoria. **Diário da Tarde**, Curitiba, 21 out. 1964, p.7.

Sindicato dos Músicos. **O Dia**, 10 dez. 1943, p. 3.

Sindicato dos Músicos de Curityba. **O Dia**, 30 ago. 1931, p. 4.

Sindicato para músicos. **Correio de Notícias**, Curitiba, 29 out. 1977, p.11.

Sociedade Cruzeiro do Sul Jazz Band. **O Dia**, Curitiba, 29 mar. 1931, p.5.

Sociedades. **O Estado**, Curitiba, 06 mar. 1937. p.3.

União dos Jazz Bands. **O Dia**, Curitiba, 10 jun. 1932, p.3.

União de Jazz Bands, **O Dia**, 20 ago. 1932, p. 5.

União dos Jazz Bands. **O Dia**, Curitiba, 29 jun. 1933, p. 5.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

IMAGENS DE MULHERES BRUXAS E FEITICEIRAS E A CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO

Gabriel Rodrigues Angeli - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranaguá, gabriel_angeli@hotmail.com

Cristiane Pagoto - Orientadora
Unespar/Campus Paranaguá/cris.pagoto@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Este trabalho de Iniciação Científica, desenvolvido no período de 2022-2023, tem como objetivo central uma investigação sobre a representação feminina, sobretudo de mulheres consideradas bruxas ou feiticeiras. Por meio de estudo e levantamento teórico realiza-se uma descrição histórica e social do modo como as mulheres foram e continuam sendo discriminadas por conta de um discurso ainda alicerçado em pensamentos e ideias patriarcais. A pesquisa procura, também, interligar a crítica feminista e o desenvolvimento do capitalismo, mostrando uma história feminina muitas vezes esquecida ou diminuída e que ao longo dos séculos elegeu a mulher emancipadora, libertadora e questionadora como perigosa, criando, assim, um imaginário da bruxa ligada ao feminino.

A pesquisa busca refletir e elucidar algumas questões sobre a mulher representada como bruxa ou feiticeira. Quem é ela? Quais os seus atributos? Qual a sua história e sua permanência na contemporaneidade? Tais perguntas nos levam a pensar na imagem da bruxa como pertencente a um imaginário e inscrita numa tradição mítica. Todas as sociedades, ao longo dos séculos, retrataram as suas bruxas, ora mantendo reverência e respeito a elas, ora descrevendo seus medos e receios. Tal percurso discursivo institui um imaginário sobre bruxas e feiticeiras. “Se a feiticeira e suas múltiplas representações aparecem daí por diante como um arquétipo de nossa cultura inscrita na literatura, na pintura, na ópera, é porque no

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 1 de 16



início teve vida; e na qualidade de ser humano suspeito ou perseguido, pertence ao registro da palavra” (GABORIT; GUESDON; CAPORAL, 1997, p. 348).

Como palavra, pertencente a um discurso literário ou não, as mulheres consideradas perigosas, bruxas ou feiticeiras, fundaram uma tradição. Nos tempos pagãos, anteriores ao cristianismo, as bruxas eram consideradas agentes de harmonia. Eram mulheres, jovens e sexuadas, dotadas de poderes relativos à vida e à morte, concebidas como Deusas Mães. Mas com o domínio das sociedades patriarcais, estas mulheres vão pouco a pouco perdendo seu *status* positivo e recebendo outros atributos, dos quais a figura positiva, o corpo sexuado, equilibrado, vão pouco a pouco fragmentando-se e transformando-se em valores negativos sob a pressão dos homens e das religiões, e poucos são os textos que deixarão entrever esta idade de ouro do mito. Talvez o auge da representação negativa atribuída às bruxas tenha ocorrido durante séculos de domínio cristão e inquisidor. Muitas mulheres, apenas por serem jovens e belas, ruivas ou vivendo sozinhas, eram consideradas perigosas, noivas do diabo ou feiticeiras malignas, sendo que muitas vezes eram assim referidas por discursos masculinos. Mas não somente o discurso religioso e patriarcal construiu a imagem da bruxa como um ser perigoso e maligno, também foi fundamental a instauração do capitalismo e de sua ascensão, como aponta Silvia Federici (2017). Segundo a pesquisadora italiana, o sistema capitalista destituiu a liberdade e o poder feminino sobre os seus corpos ao transformá-los em máquinas reprodutoras de trabalhadores e em corpos dóceis e obedientes, próprias para a consolidação da família burguesa.

De seres plenos de poderes, e reverenciadas por isso, passam a ocupar um lugar demoníaco. Mas qual o lugar da bruxa? Quais são as leituras que os contemporâneos podem fazer dessas mulheres? Qual a sua história e quais os seus valores? Esta pesquisa buscará delinear e refletir sobre algumas respostas, levando-se em conta que as bruxas atravessam, sobretudo, o discurso feminista. A pesquisa, portanto, visa compreender como a construção imaginária da mulher bruxa ou feiticeira revela aspectos móveis, ora positivos ora negativos, e que a permanência do mito se entrelaça a aos discursos patriarcais, religiosos e capitalistas, recriando e atualizando imagens ancestrais.

MATERIAIS E MÉTODOS



O trabalho utilizou de pesquisa bibliográfica e de análise textual. Como aporte teórico, foram realizadas leituras e levantamentos de dados históricos e sociais, dos seguintes autores: Silvia Federici, Martha Robles e Lauro Machado Coelho, André Vauchez, Ítalo Mereu, Gioacchino Volpe, Ernest W. McDonnell, Carol Neel, Margaret L. King, Leopoldina Fortunati, David E. Underdown, Anthony Fletcher, John Stevenson, e Friedrich Engels.

O trabalho tem início com uma breve contextualização da conjuntura na qual as mulheres se encontravam ainda no início das reformas heréticas, contemplando sua saída da igreja católica e seu acolhimento por diversas seitas, nas quais obtiveram diversas liberdades e um tratamento igual ao dos homens, a seguir o presente artigo aborda a contra investida que a igreja aplicou sobre as seitas e principalmente nas próprias mulheres, retirando todas as suas liberdades individuais há pouco conquistadas e anulando quaisquer direitos que as mulheres tinham, afetando de sua vida financeira até mesmo o direito sobre seus próprios corpos. Passa-se então a discutir a demonização das liberdades femininas e das próprias mulheres, o que acarreta na criação de um imaginário voltado para a deturpação de práticas exercidas por mulheres durante séculos, como as parteiras e as curandeiras, juntamente com a criação de leis e novas formas de tortura para punir essas mulheres das mais variadas formas de crueldade. Em virtude dos dados apresentados, o trabalho agora debate ocorrências deste mesmo tema do imaginário feminino e a estigma a mulheres independentes, dentro de outras áreas, como literatura e música, começando pela análise de La Straniera, ópera em dois atos com música de de Vincenzo Bellini e libreto de Felice Romani, após isso será abordado o romance histórico da escritora Maryse Condé, "Eu, Tituba: Bruxa Negra de Salem", onde o Julgamento das bruxas de Salem é abordado de uma forma ficcional e mais subjetiva, focando em uma das mulheres julgadas, uma mulher negra, escravizada e com um conhecimento ancestral. Por fim, são feitas algumas considerações finais, onde todos os aspectos do tema serão retomados e chegarão a uma conclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apoiado na premissa de repensar o desenvolvimento capitalista a partir de uma perspectiva feminista, observando como a evolução desse mesmo sistema impactou na forma



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

como mulheres eram vistas ao longo dos séculos, e assim, traçar paralelos comparativos com outras literaturas e expressões artísticas de diferentes períodos e localidades, este artigo tem seu foco principal nas leis sangrentas implementadas na Europa entre os séculos XVI e XVII, que acarretaram na intensificação da violência contra as mulheres, bem como as consequências das mesmas a longo prazo, além de buscar reflexos e/ou manifestações desses eventos em diferentes literaturas ao longo dos séculos. Para isto, deve-se deixar claro as condições sociais nas quais as mulheres e os hereges de forma geral eram vistos na Europa medieval e, mais tarde, no mundo inquisidor do século XVI e XVII.

Sabe-se, embora muito pouco, que as diversas seitas hereges europeias (valdenses, espirituais, apostólicos, cátaros etc.) surgiram ainda em meados do século XIII, florescendo por mais de 300 anos em diversos países da Europa, como França, Itália e Alemanha, e que incontestavelmente foram o maior movimento de oposição da idade média, o que pode ser comprovado pela ferocidade com a qual suas respectivas doutrinas foram combatidas pela igreja católica, que chegou a convocar cruzadas contra diversas seitas hereges, bem como o fizeram desde o século XI contra os "infiéis" que ocupavam a chamada Terra Santa. Mesmo com a queima em massa de hereges em fogueiras e numa tentativa de erradicar terminantemente a presença, os ideais e crenças destes mesmos, o próprio Papa Gregório IX, em 1233, criou o instrumento súpero da Igreja, a instituição mais perversa e sanguinária que toda a história da repressão estatal já conheceu: a Santa Inquisição. Inicialmente as perseguições se davam com incursões diretas a reuniões de hereges, que eram realizadas em colaboração com as autoridades públicas, porém com o passar do tempo, já quando cátaros e valdenses foram forçados à clandestinidade, eram convocados a comparecer ante um tribunal sem que as razões pelas quais a convocação ocorrerá fossem sequer reveladas. A inquisição ainda contava com um sistema de "delação premiada" onde os "réus" eram libertados em troca da delação de seus cúmplices hereges e se prometessem manter suas confissões em segredo além disso, posto que os acusadores podiam manter suas identidades em segredo, quando um herege era preso, nem o próprio e nem sua congregação teria como saber se alguém de seu próprio círculo o delatara. Não eram informadas aos investigados as acusações e os mesmos eram tratados como se a culpabilidade já houvesse sido demonstrada, e tudo era baseado em uma cultura torpe de suspeitas que girava em torno de denúncias

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 4 de 16



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





anônimas e detenções preventivas (cf. MEREU,1979) Segundo André Vauchez (1975), um grande medievalista francês, o "sucesso" da Inquisição se deu justamente pelos seus procedimentos, que criaram cicatrizes indizíveis em nosso sistema legal, até nossos dias, justamente porque operavam sob uma institucionalização da suspeita.

É válido lembrar também que o movimento herético por sua vez proporcionou uma estrutura de natureza comunitária e porte internacional. Se levarmos em consideração que a grande maioria dos hereges era de trabalhadores e que foi por meio dessas seitas que foram denunciadas hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas, especialmente por parte do clero.

A heresia popular da época tinha muitas influências das religiões orientais que, trazidas a Europa por cavaleiros cruzados e mercadores, acabavam por ser majoritariamente um desvio da norma ortodoxa católica do que propriamente um movimento social protestante que tinha por meta uma sociedade mais democratizada, posto que se equivalia a "teologia da libertação", que seguia a crença de que Deus já não mais se utilizava do clero para dialogar com o seu rebanho, pois o próprio clero se corrompeu pela ganância e por diversos outros comportamentos escandalosos.

Sob a égide de um "Novo Testamento", os hereges sugeriram que o Cristo não tinha posses e apenas seguindo veementemente o caminho de Jesus a igreja poderia reaver seu poder espiritual, bem como o descarte de formas exteriores de adoração (templos, imagens, símbolos) e deixava claro que sacramentos feitos por padres pecaminosos não possuíam nenhuma legitimidade, o que colocava sobre todas as outras coisas a crença/fé interior, o que levou também a negação da existência do próprio purgatório, que durante séculos serviu a igreja como uma forma de lucro, pois foi com a ideia propagada da existência deste "pré paraíso" que muitos nobres pagavam por missas e indulgências, o próprio perdão pelos seus pecados.

A CAÇA ÀS MULHERES

Agora de volta a ótica da Santa Inquisição, porém agora mais voltada a suas consequências ao sexo feminino, serão expostas algumas considerações.



Há uma série de documentos que narram episódios no qual trabalhadoras de Flanders (Ypres) se voltaram contra os seus senhores, o que as levou a não só serem enforcadas como rebeldes, mas também queimadas pela Inquisição como hereges, enquanto em outro episódio, conforme destaca Volpe (1971) um grupo de tecelãs foram ameaçadas de excomunhão pela igreja simplesmente por não terem entregue suas encomendas dentro do prazo ou até mesmo por não o ter feito segundo as expectativas de seus contratantes.

Uma das principais questões a serem levantadas para um melhor entendimento é: Quem foram as mulheres designadas como bruxas ao longo da história? E para responder tal questão é importante retomarmos novamente a ótica do movimento herético, posto que um de seus mais significativos aspectos é a posição social elevada na qual as mulheres eram colocadas, enquanto que na igreja as mesmas eram menos do que nada. Para os hereges, durante a Idade Média, as mulheres eram iguais, com os mesmos direitos, principalmente entre as seitas dos valdenses, e tinham permissão para ministrar os sacramentos, para pregar a comunhão e até mesmo para batizar novos fiéis, o que significa que também havia a possibilidade de alcançarem posições no sacerdócio, o que justifica, sem nenhuma surpresa, porque as mulheres estiveram mais presentes na história da heresia que em qualquer outro aspecto ou área da Idade Média. Vale lembrar também que os cátaros (uma heresia medieval que se desenvolveu, principalmente, no sul da França e partes da Itália a partir do século XII.) adoravam uma figura feminina, denominada Senhora do Pensamento que, posteriormente, viria a influenciar a maneira com que Dante Alighieri, o grande poeta toscano, concebeu sua amada Beatriz Portinari.

A heresia também permitia que homens e mulheres dividissem moradias, já que não temiam que isso viesse a despertar pensamentos e/ou comportamentos promíscuos. Viviam livremente, coexistindo como irmãos e irmãs, o que mais tarde levou a mulheres criarem seus próprios grupos, como as beguinas, por exemplo, que eram laicas de classe média que mantinham seu trabalho longe do controle masculino e mantinham uma gigantesca distância da subordinação monástica, como afirmaram McDonnell (1954) e Neel (1989).

De fato, é possível afirmar categoricamente que a presença forte e imponente de mulheres em seitas hereges foi a razão para a ocorrência da "Revolução Sexual", embora alguns pesquisadores afirmem que alguns homens usassem da bandeira do "amor livre" para



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

adquirirem favores sexuais com maior facilidade. Entretanto, é sabido que as mulheres tentavam com frequência sua capacidade de produtiva, pois vastas são as menções a contraceptivos e até mesmo ao aborto, práticas essas combatidas e punidas durante a caça às bruxas, acusando mulheres com o conhecimento desses métodos de contracepção de usarem "poções para a esterilidade" ou *maleficia*, no latim, o curioso é que, antes da inquisição, a igreja lograva indulgência a essa mesma prática, por questões econômicas é claro, posto que as mulheres podiam estabelecer um limite de gestações. O que nos leva a um trecho do *Decretum* do bispo de Worms quando questionado sobre este ritual de *maleficia*: "Fizeste o que algumas mulheres estão acostumadas a fazer quando fornicam e desejam matar suas crias, agir com suas *maleficia* e suas ervas para matar ou cortar o embrião ou, se ainda não o tiverem concebido, conspirar para que não o concebam?" (Burchardus Wormaciensis, 985)

A igreja, inclusive, perdoaria o "pecado" da contracepção estipulando que culpadas, por dez anos, cumprissem penitência. As autoridades eclesiásticas inclusive chegaram a fazer uma ressalva de que haveria, sim, diferença entre uma mulher que usou do malefício motivada por severas dificuldades econômicas para aquelas que o fizeram para esconder um "crime de fornicação", ou seja, a igreja tinha, sim, uma visão quase empática para com as mulheres e seu direito de controlar suas gestações. O que mudou drasticamente quando este mesmo controle sobre a reprodução foi encarado como uma ameaça consideravelmente preocupante para a estabilidade econômica e social, como o que ocorreu anteriormente com a catástrofe demográfica causada pela peste negra, que destruiu mais de um terço da população europeia entre os anos de 1347 e 1352, assim como posteriormente esses aspectos sexuais foram grotescamente deturpados segundo formas que viriam a representar os sabás das bruxas, sendo que meados do século XIV, os inquisidores não se satisfaziam apenas em acusar os hereges de sodomia e "licenciosidade sexual", também os acusavam de cultuar animais (o que algumas seitas realmente o faziam) e de praticar o *bacium sub cauda*, isto é, beijo sob o rabo, além de serem acusadas de sacrificarem crianças, se lançarem em voos noturnos e realizarem rituais orgiásticos.

Fato é que, nesta mesma época, que os inquisidores relataram a existência de uma seita chamada de luciferianos, que adoravam diretamente ao diabo e foi justamente este processo que coincidiu com a transição da perseguição contra a heresia para a caça às bruxas

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 7 de 16



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





e, por sua vez, a imagem do herege deixou de ser a de um homem protestante para a figura de uma mulher. A transição foi tão severa que, no início do século XIV, a bruxa se transformou na principal figura de perseguição à heresia, uma espécie de arquétipo do mal ou de tudo o que devia ser combatido. Tal pensamento, por sua vez, foi exacerbado pelo surgimento, desenvolvimento e ascensão do capitalismo que objetivou, primordialmente, um controle dos corpos femininos e de sua liberdade reprodutora, conforme será apresentado na sequência.

O CAPITALISMO E O CONTROLE DOS CORPOS FEMININOS

O desenvolvimento do capitalismo por meio da crise do poder feudal gerou consequências em todas as partes do mundo e em diversos povos, consistia basicamente de tornar o corpo um instrumento de trabalho, o que levou a sujeição das mulheres a serem tratadas como reprodutoras, tendo seu poder e influência destruídos.

Silvia Federici (2017), afirma que o sistema capitalista “demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho” (p. 119), o que exigiu a destruição da liberdade e do poder femininos, e que foi realizado por meio da associação à feitiçaria e à sua eliminação através de perseguição, marginalização e morte nas fogueiras. Neste sentido, o acúmulo de capital não representou apenas uma divisão entre trabalhadores e capitalistas, foi também uma construção de hierarquia baseada no gênero e na divisão sexual do trabalho. E assim o capitalismo erigiu um novo modelo de corpos femininos: a esposa passiva, dócil, obediente e silenciosa.

Em menos de um século após a chegada de Colombo no continente Americano, o mundo ainda sofria com uma baixa densidade populacional, que só poderia ser revertida pelas mulheres, o que gerou a criação de diversas políticas de crescimento populacional, levando a igreja a abandonar a tradicional exaltação à castidade, exaltar o casamento, a sexualidade feminina, bem como as reformas vieram acompanhadas de ideologias que colocavam o trabalho no centro da vida de cada indivíduo, posto que naquela época a grandeza de uma cidade ou de um país não dependia do tamanho de suas muralhas, mas exclusivamente da quantidade de residentes que ali viviam. Seguindo essa mesma lógica, a



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

cidade de Londres, que já era uma metrópole no século VIII e XV, quando ainda era denominada Londínio ou simplesmente Lunden, era assim citado por Shakespeare para o rei britânico Henry IV: "A força e a riqueza de um rei estão na quantidade e na opulência de seus cidadãos". (SHAKESPEARE, 1597, p. 179)

Na Inglaterra e na França, por exemplo, o Estado adotou leis pró-natalistas que justamente com a assistência pública formaram o embrião de uma política reprodutiva totalmente capitalista, na qual o casamento era bonificado e o celibato era punido, usando como base leis criadas e aplicadas pelo antigo Império Romano com o mesmo propósito, o aumento populacional e, foi a partir deste período, do auge do mercantilismo na segunda metade do século XIII, que a família foi colocada num patamar de instituição-chave, pois assegurava a transmissão de propriedade e produzia uma força de trabalho. Este foi o primeiro registro onde o Estado supervisiona a sexualidade e a procriação da vida familiar.

Entretanto, lembremo-nos do controle que as mulheres reivindicaram e ganharam sobre seus corpos graças a insurgência herética dos séculos passados, um direito adquirido a duras penas como este não seria facilmente retirado ou sequer negociável, o que levou a igreja a travar uma verdadeira guerra contra as mulheres por meio da caça às bruxas que demonizou de forma incisiva qualquer forma de controle de natalidade ou de qualquer ato sexual não pro criativo. Assim, a igreja passou a acusar mulheres que abortavam de sacrificar seus filhos para o demônio, o que anulou o tratamento que as mulheres mais pobres recebiam com indulgências. Neste período mercantilista, tais delitos eram considerados severos e eram punidos com pena de morte, sentenças muito mais duras do que qualquer outro crime masculino.

Como citada por Federici, segundo a historiadora Margaret King, em Nuremberg do século XVI, a pena para infanticídio materno era afogamento. Em 1580 a pena foi alterada para decapitação, o que, no mesmo dia, causou a morte de 3 mulheres que tiveram suas cabeças cortadas e pregadas para exposição. Nessa mesma época foram criados métodos de vigilância para assegurar que nenhuma mulher pensaria em se opor às normas da igreja. Na França, em 1556 foi publicado um decreto real que obrigava as mulheres a registrarem cada gravidez e punia-as se o bebê morria antes do batismo, não importando se eram culpadas ou inocentes da morte da criança. Na Inglaterra e Escócia haviam estatutos e verdadeiros órgãos

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 9 de 16



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





de espionagem que cercava mães solteiras, impedindo-as de receber qualquer apoio, e até mesmo hospedar uma mãe solteira era ilegal e fazer amizade com uma era sujeito a uma grande crítica da opinião pública, não era uma atitude vista com bons olhos.

Conforme Silvia Federici (2017), entre os séculos XVI e XVII, mais mulheres foram executadas por infanticídio do que por qualquer outra acusação, exceto bruxaria, que também era centrada no assassinato de crianças. Tal fato gerou uma onda de insensatez, muitas suspeitas começaram a recair sobre as parteiras, o que levou a entrada de médicos homens nos ambientes de partos, uma prova do medo que as autoridades tinham do infanticídio, não confiando em qualquer mulher que ficasse sozinha com crianças, rotulando as parteiras de incompetentes e sujeitas a falhas médicas, empurrando-as para a marginalização, enquanto os médicos homens, seguindo a ideia de magos alquimistas renascentistas, eram vistos como "aqueles que realmente davam a vida". Isto repercutiu em outra prática muito adotada em seu tempo, a de priorizar a vida do feto sobre a vida da mãe, ou seja, enquanto tradições como mulheres se reunindo em volta da cama da nova mãe e parteiras conduzindo o parto foram combatidas e dizimadas, práticas como médicos conduzindo o procedimento e parteiras sendo colocadas sob vigilância aumentaram substancialmente.

Ao longo dos séculos XVI e XVII as mulheres foram completamente excluídas de todas as áreas da vida social, um longo e tortuoso processo de degradação social com a finalidade de tirar a autonomia das mulheres, desvalorizando sua força de trabalho, suas vozes, "domesticando-as". As constantes erosões nas leis que davam direitos às mulheres foram uma parte importante, foram ceifados os seus direitos a realizarem atividades econômicas, fazer contratos, representar a si mesmas em tribunais. Na Itália, os tribunais que atendiam denúncias contra abusos cometidos contra elas foram extintos, na Alemanha, mulheres viúvas tinham um "tutor" designado a elas para administrar sua vida financeira, além de proibirem que mulheres solteiras vivessem sozinhas ou com outras mulheres e, para as mulheres das classes mais baixas, não havia a possibilidade de viverem nem mesmo com suas próprias famílias, o que pode ser considerado um processo de infantilização legal. No caso dos países mediterrâneos, a mulher chegou a ser expulsa de diversos ambientes, principalmente das ruas, e sozinhas corriam o risco de serem ridicularizadas ou atacadas



sexualmente. Já na Inglaterra, foram dissuadidas a sentar-se em frente a suas casas, de visitar seus pais com frequência depois do casamento e até mesmo de encontrar suas amigas. Naquela época a palavra *gossip* (fofoca) significava amiga, porém ganhou fortes conotações negativas.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A LITERATURA

A reconfiguração das relações de gênero através da nova divisão sexual do trabalho pode ser observada no extenso discurso encontrado tanto na literatura acadêmica como popular sobre a natureza das virtudes e vícios femininos. Este discurso representa uma via primária para a redefinição ideológica das relações de gênero durante a transição para o capitalismo e é historicamente conhecido como *la querelle des femmes*. O interesse renovado nesta questão indica que as normas anteriores em torno do gênero estavam sendo desmanteladas e a sociedade estava a reconhecer a reconstrução de elementos básicos da política sexual. Este discurso pode ser dividido em duas tendências: a criação de novos padrões culturais que destacam as diferenças entre homens e mulheres através do estabelecimento de arquétipos mais femininos e masculinos (FORTUNATI, 1984).

Por outro lado, existia uma crença estabelecida de que as mulheres eram inerentemente inferiores aos homens. Esta percepção baseava-se na noção de que as mulheres eram excessivamente emocionais e sexualmente motivadas e não tinham capacidade para governar a si próprias. Como resultado, considerou-se necessário que as mulheres estivessem sujeitas à autoridade masculina.

A denúncia de mulheres acusadas de bruxaria foi um tema que transcendeu as fronteiras religiosas e intelectuais. Humanistas, reformadores protestantes e contra reformadores católicos trabalharam todos juntos numa campanha persistente e fanática para degradar as mulheres, utilizando sermões e obras escritas como suas principais ferramentas.

No passado, as mulheres eram frequentemente acusadas de serem irracionais, egocêntricas, imprudentes e desperdiçadoras de recursos. A voz feminina foi particularmente condenada e vista como uma ferramenta de desafio. A principal culpada era a esposa rebelde, que, junto com outros rótulos pejorativos como “faladora”, “feiticeira” e “prostituta”, era o



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

foco principal de dramaturgos, autores populares e moralizadores. *The Taming of The Shrew* (A Megera Domada, 1593), de William Shakespeare, foi um manifesto de seu tempo, se observado pelo sentido de nosso debate, pois a celebração desenfreada por diversas peças de teatro e panfletos do castigo para a insubordinação feminina à autoridade patriarcal é muito presente.

De fato, a literatura inglesa dos reinados de Elizabeth I e James I utilizou desenfreadamente essa temática patriarcal de punição por insubordinação, pois se pode observar uma típica obra desse gênero, *Tis a Pity She's a Whore* (1633), de John Ford – Pena que ela é uma prostituta, na tradução – na qual, ao final da peça, três das quatro personagens femininas são assassinadas e executadas de forma doentia, uma espécie de "homicídio didático".

Há também outras obras que compartilham da mesma temática, como *Arraignment of Lewed, Idle, Forward, Inconstante Women* (1615), [A denúncia de mulheres indecentes, ociosas, descaradas e Inconstantes], de John Swetnam e *The Parliament of Women* (1646), O Parlamento das mulheres, na tradução, que é basicamente uma sátira contra as mulheres de classe média, que são retratadas de forma muito ocupadas, criando leis para conquistar a supremacia sobre seus maridos. Sem mencionar as diversas outras obras e panfletos em que mulheres são vistas como uma verdadeira ameaça para o sistema patriarcal, sendo representadas discutindo e brigando com vizinhos, mulheres solteiras que se recusam a se dedicar ao serviço doméstico, esposas que dominam seus maridos e batem neles, tudo isso sendo bem mais representado neste período do que no período anterior e no período posterior.

Nesse mesmo período, novas leis foram introduzidas, novas formas de tortura feitas especificamente para punir e controlar o comportamento de mulheres dentro e fora de casa, o que confirma, veementemente, as palavras de Federici (2017): o "vilipêndio literário" que as mulheres sofreram, bem como sua ligação com um projeto político que visava deixá-las sem autonomia nem poder social. Na Europa, na chamada "Era da Razão", focinheiras eram colocadas em mulheres que fossem acusadas de serem desbocadas, e assim, como cães, eram exibidas nas ruas. Prostitutas eram açoitadas ou enjauladas, sofrendo com simulações de afogamentos, enquanto a pena de morte era instaurada como punição para mulheres condenadas como adúlteras, como relata Undertown (1958, p.117).

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 12 de 16



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





Não é um exagero afirmar que as mulheres eram tratadas com a mesma hostilidade e distanciamento que eram concedidos aos "índios selvagens", conforme pode ser lido na literatura produzida após a Conquista das Américas, e essa semelhança não ocorre por acaso. Em ambos os cenários, a desvalorização literária e cultural tinha como objetivo apoiar um projeto de expropriação. Conforme muitos estudos na área, a demonização dos povos indígenas americanos foi utilizada para justificar sua escravidão e a exploração de seus recursos. Na Europa, a agressão direcionada às mulheres foi usada para justificar apropriação de seu trabalho pelos homens e a criminalização de seu controle sobre a reprodução. A resistência, nesse contexto, era frequentemente punida com extermínio. As estratégias empregadas contra as mulheres europeias e contra os sujeitos coloniais não teriam sido bem-sucedidas sem a sustentação de uma campanha de terror. No caso das mulheres europeias, foi a caça às bruxas que exerceu o papel principal na construção de sua nova função social e na degradação de sua identidade social.

A queda do matriarcado, como alude Engels em *A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado* (1884), foi em decorrência da caça às bruxas, que provocou um desmoronamento social, econômico, cultural e político na vida das mulheres. A descrição das mulheres como seres diabólicos, demoníacos bem como as práticas humilhantes e desumanas as quais incontáveis mulheres foram submetidas deixaram marcas inextinguíveis na psique coletiva e em seu senso de possibilidades, destruindo assim todo um universo de práticas femininas e de relações coletivas que haviam sido basilares para o poder das mulheres na Europa pré-capitalista, bem como a condição para sua resistência na luta contra o feudalismo.

Foi a partir desta derrota que um novo modelo de feminilidade surgiu, o da mulher/esposa ideal: passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas, o que teve início no século XVII, depois das mulheres terem sofrido quase dois séculos de terrorismo estatal, embora na época de caça às bruxas as mulheres tenham sido retratadas como insubordinada, rebeldes, selvagens, insaciáveis e incapazes de autocontrole. No século XVII, o cânone foi revertido, pois a partir dessa reversão as mulheres passaram a ser retratadas como seres passivos, assexuados, mais



obedientes e morais que os homens, inclusive capazes de exercer uma influência positiva sobre eles.

A cruzada contra as mulheres deixou marcas profundas não só na história das sociedades, mas também em todas os campos das artes, o que pode ser observado ao analisar a ópera *La Straniera*, de Vincenzo Bellini, na qual o libreto, escrito por Felice Romani conta a história de Alaíde, uma mulher eremita que vive na fronteira do reino e, por seu estilo de vida, cercada de plantas, vivendo sozinha, é vista como bruxa, sendo amaldiçoada pelos aldeões e até mesmo perseguida por caçadores, a ela é creditada a "feitiçaria" que fez com que o conde Arturo de Ravenstal abandonasse seu casamento com Isoletta, filha de um nobre senhor, para perseguir Alaíde, perdidamente apaixonado pela moça. A ópera termina em uma tragédia, onde o compositor coloca a figura de Alaíde como uma pobre mulher, perseguida sem motivos, recebendo a alcunha de bruxa por despertar em Arturo sentimentos, enquanto faz de tudo para negar o que sente pelo jovem conde, como pode ser notado nos seguintes versos:

Arturo de Ravenstal: "Serba, serba i tuoi segreti / "Guarda, guarda os teus segredos..., mas é em vão proibir-me de te amar."

Alaíde: "Taci, taci, è l'amor mio / condannato sulla terra. Associarti non poss' io/ Al destin che mi fa guerra."/ "Calma, calma, meu amor está condenado nesta terra; não posso associá-lo a um destino que é tão hostil para comigo" (Felice Romani, 1829, p. 20/21)

Vê-se aí o conflito, pois enquanto Arturo está apaixonado por Alaíde, e está nutre profundos sentimentos por ele, a moça não pode de entregar, pois sabe que sofrerá com a perseguição dos aldeões e do pai de Isoletta.

Voltando agora para a perspectiva literária, a demonização e/ou estereotipação das mulheres foi tema de diversas obras ao longo dos séculos, ecoando desde peças teatrais do período elizabetano até os contos de fadas. Mais recentemente esse tema voltou a ser abordado, mas de uma forma diferente: sob a perspectiva de denúncia, a escritora guadalupense Maryse Condé em seu livro *Eu, Tituba: Bruxa Negra de Salem*, reconta de maneira ficcional a história real do julgamento das bruxas de Salem, pela perspectiva da única negra condenada, uma protagonista em diáspora que carrega consigo as marcas da escravidão e da resistência quilombola, dotada de um conhecimento ancestral, passado para ela por intermédio de Man Yaya, uma velha escrava que fugiu de seus opressores e vivia



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

pacificamente na floresta, prestando ajuda como curandeira, após a morte de Yaya a protagonista sempre mantém contato, tendo por ela muito respeito e vendo uma espécie de guia para a vida.

Tituba era filha de uma escrava que foi estuprada por um marinheiro inglês, e anos mais tarde perdeu sua mãe quando a mesma tentou se defender de mais um abuso sexual. A criança cresceu com uma imagem de insurgência em sua mente, de se rebelar, de não se curvar a ninguém. Após a morte de sua mãe e de seu padrasto, Tituba foge e é criada por Man Yaya, que não só a ensina tudo o que sabe sobre curas e outros rituais, mas também corrobora para o espírito, a visão independente de Tituba, que herda a casa, os bens e os dons de Man Yaya após sua morte, e assim ela vive até se apaixonar por um jovem escravo, que a domina, a faz se distanciar dos seus guias espirituais, de sua solidão na floresta e a convence a se casar com ele, o que implica em seu batismo no cristianismo, por insistência da dona de seu esposo, o escravo John Indien. A pior consequência foi quando, por ocorrência da venda do casal para o pastor puritano Samuel Parris, uma figura real, que leva Tituba e seu marido para Boston e, posteriormente, para Salem, onde Samuel conduzirá o julgamento das bruxas. Tituba acaba por ser acusada de bruxaria e é presa, em sua cela ela tem contato com outras mulheres acusadas da mesma prática, inclusive mulheres grávidas, o que pode ser remetido a constante desumanização das pessoas escravizadas e das mulheres acusadas de bruxaria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do que foi apresentado e debatido, fica claro que a estigma às mulheres data de muitos séculos atrás, e que foi pautada puramente por interesses políticos e econômicos, que acabaram por construir uma imagem engessada das mulheres de várias gerações a seguir, não só criando uma infâmia para certas práticas e atitudes para mulheres mas também imputando às mesmas tarefas e posturas não condizentes com valores contemporâneos, nem mesmo com suas próprias individualidades, como a imagem de "obediente", "recatada" e "do lar", mulheres que se calam e obedecem a seus maridos e a uma sociedade moldada para oprimi-las e silenciá-las. As manifestações abordadas na música e na literatura são provas concretas de que o terrorismo estatal sofrido pelas mulheres deixou marcas muito profundas

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 15 de 16



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

em nossa sociedade, e servem também de aviso, como formas contundentes de alerta para que as novas gerações sejam capazes de compreender melhor os eventos passados e suas consequências, mas também para auxiliar uma reflexão sobre seu próprio tempo, na tentativa de buscar semelhanças e questioná-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLINI, Vincenzo; ROMANI, Felice. **La Straniera**. Disponível in: <<https://www.operarias.com/bellini/la-straniera/>>. Acesso em 15 Ago 2023.

COELHO, Lauro Machado. **A ópera italiana**. Perspectiva: São Paulo: 2003.

CONDÉ, Maryse. **Eu, Tituba, bruxa negra de Salem**. 7. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GABORIT, Lydia; GUESDON, Yveline; CAPORAL, Myriam. As feiticeiras. In: BRUNEL, Pierre (Org.). **Dicionário de mitos literários**. Tradução de Carlso Sussekind et. al. Rio de Janeiro, 1997, p. 348-360.

ROBLES, Martha. **Mulheres, mitos e deusas: o feminino através dos tempos**. São Paulo: Aleph, 2006.

VAUCHEZ, André. **Espiritualidade da Idade Media Ocidental - Séculos VIII – XIII**. Lisboa: ESTAMPA, 1995.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 16 de 16



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

“JORNAL TRIBUNA DE CIANORTE”: ENUNCIADOS E ENUNCIÇÕES DE 1981 A 1991

Helena Tramontini Marques - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Campo Mourão, helenamarquestramon@gmail.com

Adriana Beloti - Orientadora
Unespar/Campus Campo Mourão, dribeloti@gmail.com

Frank Antonio Mezzomo - Coorientador
Unespar/Campus Campo Mourão, frankmezzomo@gmail.com

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trabalhou com os exemplares do *Jornal Tribuna de Cianorte*, de 1981 a 1991, para resumir a matéria principal, identificada pela manchete, e estudá-la, a partir do conceito de enunciado, a fim de recuperar as respectivas enunciações, com destaque ao cronotopo. No que se refere ao primeiro objetivo, os resumos constituirão uma produção mais ampla, a ser desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa – GP – *Cultura e Relações de Poder* (Unespar/CNPq). Um aspecto a ser ressaltado, em relação a esta etapa, é o diferente vocabulário e o grau de complexidade que algumas notícias apresentavam. Por desconhecer alguns termos específicos, principalmente, das notícias do campo jurídico e criminal, foi necessário recorrer ao dicionário da Língua Portuguesa, para melhor compreensão e consequente escrita adequada do resumo. Além disso, algumas notícias possuíam informações distintas das apresentadas nas respectivas manchetes e, também, muitas faziam menção a pessoas e fatos próprios do tempo e espaço definido, cronologicamente, na delimitação do *corpus*, o que demandou investigar alguns acontecimentos, para melhor escrever o resumo¹.

¹ Compreende-se o resumo como um texto síntese e objetivo, a respeito de outro texto/conteúdo, com a característica de ser inteligível por ele mesmo.



Para cumprir os objetivos propostos, a pesquisa pautou-se na concepção dialógica de linguagem, fundamentada na teoria enunciativo-discursiva oriunda do Círculo de Bakhtin (VOLOCHINOV; BAKHITN, 1916; BAKHTIN, 2011[29179]; VOLÓCHINOV, 2018). “Essa concepção é chamada dialógica porque propõe que a linguagem (e os discursos) têm seus sentidos produzidos pela presença constitutiva da intersubjetividade (a interação entre subjetividades) no intercâmbio verbal, ou seja, as situações concretas de exercício da linguagem.” (SOBRAL, 2009, p. 32). Portanto, a enunciação não é monológica, mas determinada pelas condições materiais de seu contexto sócio-histórico e ideológico e, assim, nenhuma palavra é neutra.

Tal concepção assegura a tese de que o extraverbal do enunciado, aquilo que se dá no campo extralinguístico, é determinado e determinante à materialidade linguístico-discursiva, cuja concretude é visualizada, linguisticamente, no texto. Os enunciados proporcionam, então, a interação verbal, social e ideológica, relacionando as escolhas linguísticas aos discursos que são produzidos, os quais, segundo Bakhtin, são: “[...] concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. [...] refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo [...]” (2011[1979], p. 261). Assim, há uma enunciação definida e cada enunciação é diferente, por isso o enunciado é concreto e único.

Esses enunciados concretos são os “[...] *tipos relativamente estáveis* de enunciados [...]”, chamados por Bakhtin (2011[1979], p. 262, grifos do autor) de gêneros do discurso. É a enunciação, ou seja, a condição sócio-histórica e ideológica, que define o gênero a ser usado, de acordo com o projeto de dizer do interlocutor, isto é, conforme a finalidade de cada ato enunciativo. Nesse sentido, o texto, concreto, é compreendido como enunciado, que remete a uma enunciação específica. Recuperar, a partir das marcas linguísticas, os aspectos extralinguísticos, significa relacionar o material – textual – ao discursivo, às condições de sua produção, que refletem e refratam suas significações.

Teórica e metodologicamente, o conceito de cronotopo interessa a esta pesquisa, por se referir ao tempo e espaço. Bakhtin (1988) propõe-se a analisar como essas duas categorias estão representadas nos textos, compreendidas como indissociáveis, tanto na relação de uma com a outra, quanto na determinação dos enunciados. Depreende-se, portanto, que as



situações de produção dos discursos são, em sua gênese, cronotópicas, cujas características materializam-se, linguisticamente, nos enunciados delas advindos.

Nesse sentido, esta pesquisa, por meio dos enunciados concretos, quais sejam, os textos da matéria principal de cada edição do *Jornal Tribuna de Cianorte*, entre os anos de 1981 e 1991, buscou recuperar as respectivas enunciações, dedicando-se, a partir do conceito de cronotopo, a delinear os campos de atividade humana próprios de cada enunciado. Para tanto, tomou-se o jornal como materialidade linguístico-discursiva do campo jornalístico, cuja principal finalidade, em geral, é informar ou divulgar *algo*, seja um fato, um evento ou um acontecimento.

MATERIAIS E MÉTODOS

O *corpus* desta pesquisa foi tratado, registrado e arquivado, com o rigor próprio do tratamento arquivístico, pelos integrantes do GP *Cultura e Relações de Poder*² (Unespar/CNPq). Fundado, em 1966, no município homônimo, o periódico intercalou publicações diária, semanal e quinzenal. Caracteriza-se como um dos jornais mais antigos da Mesorregião Noroeste do Paraná e, por isso, é registro da constituição sócio-histórica dos espaços, pessoas e fatos que são noticiados, expressando valorações da sociedade de cada período, por meio dos textos que materializam a dinâmica social, política, econômica, cultural, religiosa e ideológica da cidade, região, estado e país.

As edições dos anos de 1981 a 1991 são tomadas como documento e patrimônio histórico, nesta pesquisa, para estudar o texto da manchete à luz do conceito de enunciado e, portanto, relacionando às enunciações possíveis e diversas (BAKHTIN, 2011[1979]), bem como aos cronotopos de cada exemplar (BAKHTIN, 1988). Mais que se dedicar ao aspecto linguístico-textual-discursivo, para classificar o gênero do texto, por exemplo, o estudo volta-se aos significados produzidos na relação enunciado-enunciação.

No trabalho com o objeto, a investigação dedicou-se a: i) identificar; ii) ler e compreender; iii) resumir a matéria principal, constatada como a de destaque pela manchete do jornal; iv) registrar as características do cronotopo de tal matéria, quais sejam: tempo e

² O acervo do Grupo conta com edições desde a fundação do *Jornal Tribuna de Cianorte* até 2021, com mais de três mil exemplares, desse período.



espaço concernentes ao assunto abordado no texto. Trabalhou-se a partir do banco de registros do referido GP, procedeu-se à confirmação e, então, à leitura do texto principal. Nesta etapa, a fim de compreender³ o conteúdo apresentado no texto, lançou-se mão de diferentes recursos, como: anotações, grifos, destaques, busca pelo significado de palavras desconhecidas e pelos fatos noticiados ou referenciados.

Elemento de destaque em todo veículo jornalístico, o verbete “manchete” (chamada, entrada, *flash*, mancheteinha, rubrica, vinheta, título) é definido pelo Dicionário de Gêneros Textuais, da seguinte forma:

[...] pode se referir ao título principal, de maior destaque, em letras grandes, no alto da primeira página do jornal ou revista, alusivo à mais importante entre as notícias ou reportagens contidas na edição ou ao título de maior destaque no alto de cada página. Geralmente, é um enunciado breve, mas de grande força enunciativa, que chama a atenção do leitor para o fato de maior destaque e até pode atrair o leitor para a leitura da matéria jornalística destacada. Como enunciado curto e objetivo, sintetiza com precisão a informação mais importante do texto e sempre procura expressar o aspecto mais específico do assunto, não o mais geral. Por essa característica fundamental, a manchete/título é uma espécie de *link* que o leitor tem para decidir se vai ler ou não o texto integral (COSTA, 2014, p. 162, grifo do autor).

A pesquisa entende o jornal como suporte de diversos outros gêneros discursivos. Segundo Menegassi (2017, p. 24), “[...] o texto circula sempre num determinado espaço, num determinado veículo.”, ou seja, nesse campo material, da esfera jornalística, que cumpre suas finalidades e funções, são materializadas, por exemplo, notícias, reportagens, anúncios, *cartuns*, charges, editoriais, cartas do leitor, entre outros gêneros possíveis e típicos do jornal. Pelo fato de a maioria das matérias principais corresponder a notícias, buscou-se as seguintes informações: “o quê?”, “quem?”, “quando?”, “onde?”, “como?” e “por quê?”.

Para os estudos da linguagem, todo texto é materializado por meio de um gênero discursivo, que cumpre finalidades e funções sociais e interativas próprias, e, a partir de seu conteúdo, estilo linguístico e organização composicional, depreende-se as especificidades de seu campo de circulação. Na esfera jornalística, o fim da censura

³ Recorre-se, neste caso, aos níveis de leitura apresentados por Orlandi (2006), em perspectiva discursiva e, portanto, a compreensão corresponde ao nível mais aprofundado de leitura.



imposta pelo Estado e pela Igreja, além da alfabetização das massas, apresentam-se como aspectos voltados à popularização da imprensa, que se tornou “[...] um bem necessário, uma vez que a circulação e o conhecimento dos fatos e das opiniões adquiriram valor social.” (ROMUALDO; SANTANA, 2017, p. 156).

Tal aspecto tem relação com o que se observou ao longo do *corpus*, tanto no que se refere ao número de edições/ano quanto aos conteúdos apresentados, predominantemente, voltados aos campos político, econômico e, muitos deles, relativos a fatos policiais/criminais. A ideia comum identifica o sensacionalismo em muitos veículos midiáticos e, no jornal impresso, não é diferente. De acordo com Romualdo e Santana (2017), o tom sensacionalista predominante nos jornais, com o objetivo de atingir as massas, deve-se ao aumento da circulação impressa e à consequente concorrência. Posteriormente, para se distanciar desse caráter e, então, com recursos de cientificidade, passou-se ao viés mais objetivo, em busca da imparcialidade. Contudo, as escolhas linguístico-discursivas não são neutras e, especificamente, no que se refere ao jornal, concebê-lo como fonte documental permite compreendê-lo como parte dos processos sócio-históricos e não, meramente, registro de acontecimentos (DARNTON, 1990). Portanto, é possível depreender as valorações que constituem as relações sociais, que remetem ao cronotopo próprio de cada enunciado, permitindo, ainda, relacionar às respectivas enunciações.

Um dos objetivos do estudo foi a produção textual escrita de resumo da notícia principal. Para isso, atentou-se à identificação e registro, breve e sintético, das informações principais do texto, a fim de cumprir, adequadamente, a escrita parafrástica, própria desse gênero. Importante ressaltar que, conforme Brasileiro (2021, p. 239), o resumo “[...] desenvolve as habilidades de leitura e produção objetivas, seleção de informações, síntese e respeito à propriedade intelectual, uma vez que a ideia original deve ser preservada e referenciada.”. Logo, a adequada compreensão do texto é fundamental à produção de um resumo que, efetivamente, cumpra suas finalidades e funções sociais e interativas.

Nesse sentido, a pesquisa debruçou-se sobre a manchete de cada edição do *Jornal*, tanto para produzir seu resumo quanto para identificar características do cronotopo correspondente. Assim, registrou-se, quantitativamente, a abrangência e os campos de



atividade humana. A seguir, apresenta-se o Quadro 1, referente à abrangência dos assuntos abordados na matéria principal:

Quadro 1 – Informações quantitativas da abrangência⁴

Ano	N. edições	Abrangência			
		Local	Regional	Estadual	Nacional
1981	51	41	10	7	6
1982	51	51	7	2	1
1983	51	46	8	3	1
1984	51	46	10	1	7
1985	50	43	11	3	1
1986	85	71	15	4	10
1987	61	46	12	14	3
1988	51	41	12	5	5
1989	42	36	9	1	3
1990	48	42	4	2	4
1991	100	76	26	7	9
Total	641	545	124	49	50

Fonte: Os autores (2023).

Neste Quadro, observa-se o aumento do número de edições/ano nos onze anos do acervo em estudo, nesta pesquisa. Predominantemente, a matéria principal, identificada pela manchete do *Jornal*, aborda assuntos da cidade de Cianorte. Muitos desses textos contemplam, por exemplo, as relações entre entes políticos estaduais – governador e deputados – e locais – prefeito e vereadores – e, portanto, foram computadas nessas duas categorias da abrangência – espacial – do assunto contido na matéria principal.

Os campos de atividade humana identificados nos assuntos do texto principal foram: político, econômico, social/cultural, educacional, policial/criminal, comercial, saúde/sanitário, jurídico, segurança pública, esportivo, ambiental, entre outros. Os números constam no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Informações quantitativas dos campos de atividade humana⁵

Campos	Anos											Total
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	
Político	33	33	32	39	28	38	29	21	20	18	36	327

⁴ A soma de todas as categorias da abrangência não corresponde ao total de edições, porque, em algumas situações, classificou-se em mais de uma localização, devido ao assunto da matéria.

⁵ A soma de todas as categorias dos campos não corresponde ao total de edições, porque, em algumas situações, classificou-se em mais de um campo, devido ao assunto da matéria.



Econômico	8	2	5	8	1	7	6	6	3	1	11	58
Social cultural /	7	--	9	12	24	43	21	17	15	17	30	195
Educacional	4	--	10	4	5	10	2	4	2	3	3	47
Policial criminal /	4	7	5	3	4	3	7	7	12	18	31	101
Comercial / Empresarial	2	2	--	1	1	4	1	1	1	2	1	16
Saúde sanitário /	1	3	2	--	1	1	3	3	--	3	5	22
Jurídico	1	6	--	--	--	1	4	5	3	6	4	30
Segurança pública	--	2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2
Esportivo	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	4	5
Ambiental	--	--	1	--	--	1	1	1	2	--	3	9
Urbano	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	1
Industrial	--	--	--	--	1	1	--	--	--	--	1	3
Religioso	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	1
Midiático / Jornalístico	--	--	--	--	--	3	--	1	--	--	--	4
Agrícola	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	1

Fonte: Os autores (2023).

A partir dos vários campos de atividade humana correspondentes ao assunto da matéria principal, identifica-se que há, relativamente, pouca diversidade de conteúdo temático, com predomínio do campo político. O período cronológico do objeto deste estudo remete aos anos finais da ditadura militar no país, o que sugere a relação enunciado-enunciação convergente a tal preponderância. Para exemplificar alguns dos campos contemplados, apresenta-se as manchetes abaixo:

Quadro 3 – Exemplos de campos de atividade humana relativos às manchetes

Ed./ano	Campo	Manchete ⁶	Referência
737/1981	Político	Em Cianorte grande recepção a N. Braga	Visita do governador do estado
794/1982	Político	Dr. Lélis, candidato a prefeito de Cianorte	Candidato a prefeito do município
861/1983	Econômico	Foi decretada a maxidesvalorização	Maxidesvalorização do cruzeiro para reajuste salarial
951/1984	Social / cultural	Psicólogo sugere trabalho para desenterrar a cultura	Encontro de Psicologia e necessária valorização da cultura
993/1985	Educacional	Dia D: Sai a lista com as propostas	Debate promovido pelo MEC, quanto ao sistema de ensino vigente
1079/1986	Econômico	O pacote do susto	Novo pacto econômico lançado pelo governo
1101/1987	Social	Andorinha - Patrimônio público protegido por lei	Atração das andorinhas, no verão

⁶ Todas as manchetes foram transcritas exatamente como constam nos originais do *Jornal*.



1182/1988	Jurídico	Werner nao foi julgado	Adiamento de julgamento
1309/1989	Político	Secretário da saúde realiza inaugurações em Cianorte	Inauguração de obras no município
1357/1990	Comercial	Condomínio Textil: Mais um investimento da Capital do Vestuário	Investimento no município
1446/1991	Sanitário	Surto colocam cianortenses em risco	Possível surto de dengue

Fonte: Os autores (2023).

Para exemplificar a análise do *corpus*, elegeu-se as matérias relativas à mulher, pois, no decorrer do tempo-espaço do objeto da pesquisa, percebeu-se o aumento no número de manchetes relativas a este grande tema, especialmente, voltadas a questões de violência. Por se pautar na concepção enunciativo-discursiva de linguagem e definir o cronotopo como uma das categorias de análise, a escolha do tema relaciona-se, também, a elementos extralinguísticos, justamente, pelas condições sócio-históricas e ideológicas de produção desses enunciados – manchetes e respectivas matérias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O *Jornal Tribuna de Cianorte* foi tomado, nesta pesquisa, como enunciado concreto e único e, assim, sua matéria principal, objeto de investigação, compreendida em seus elementos linguístico-discursivos, materialidade que permitiu retomar as respectivas enunciações. “Os enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional.” (BAKHTIN, 2011[1979], p. 261). Estes elementos, tanto caracterizam o gênero, quanto são determinados pelas condições específicas de cada campo de atividade humana.

O recorte temático definido para as discussões corresponde ao tema “violência contra a mulher”, com dez matérias principais voltadas a esse enfoque. Registra-se que a maior ocorrência, nove de dez, deu-se na segunda metade do intervalo de tempo dos exemplares trabalhados. A seguir, apresenta-se o Quadro 4, com as respectivas informações:



Quadro 4 – Informações das matérias relativas ao tema “violência contra a mulher”

Data	Edição	Manchete	Abrangência
5/7/1981	751	Marido mata mulher: 4 tiros pelas costas	Local
29/6/1986	1037	A justiça fêz-se cumprir?	Regional
1/11/1987	1130	Mesmo depois de 15 anos homicida foi condenado a 8 anos	Local
9/7/1989	1292	Suicida morre afogada em poço	Regional
6/8/1989	1296	Tentativa de furto: dois elementos presos em flagrante	Local
25/3/1990	1326	Mulher encontrada morta: de quem é o cadáver?	Regional
24/3/1991	1396	Pai estupra filha menor	Regional
12/9/1991	1445	Apenas 11 anos: 17 facadas	Regional
27/10/1991	1458	Pai mata filha	Regional
22/12/1991	1474	Pai tenta estuprar filha de 8 anos	Regional

Fonte: Os autores (2023).

Este recorte temático não é o que possui maior abrangência ou destaque no jornal, tendo em vista que o maior número de manchetes e notícias estava atrelado ao campo político do município e da região. Diante disso, pode-se inferir e refletir a respeito do fato de que, durante aquele período, o aparecimento da mulher, independentemente de sua condição social, em veículos jornalísticos, como este, era raridade. No caso d’*A Tribuna de Cianorte*, manchetes e notícias referentes a casos de violência e feminicídio são as mais frequentes, quando se trata do aparecimento da mulher no jornal.

Para compreender a ausência da mulher nesse “recorte” tempo-espaial, é necessário abordar o contexto sócio-histórico e político em que o jornal de Cianorte estava inserido e a maneira como este conteúdo temático – “mulher” – era tratado na época. Ainda na década de 1980, o cenário político era dominado pelo regime militar, que durou de 1964 até 1985, marcado fortemente pela repressão e pela censura, não deixou de atingir a vida das mulheres brasileiras. De acordo com Maria Amélia de Almeida Teles, em seu livro *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*,

A censura foi adotada desde os primeiros dias da ditadura e se manteve em todo o período ditatorial. Aliás, a misoginia da ditadura andava de mãos dadas com a censura. Houve, de maneira especial, a censura aos assuntos referentes às mulheres, sob alegação da defesa da família, da moral e dos bons costumes (TELES, 2017, p. 218).



Desde a década de 60 e 70, as mulheres brasileiras não deixaram de movimentar-se perante o governo ditatorial. As circunstâncias da época propiciaram a aquisição de uma certa autonomia, visto que as mulheres

Vivenciaram alterações na vida cotidiana, no mercado de trabalho, com a redução do número de filhos e, de forma veloz, precisaram obter mais escolaridade, o que transformou suas relações com os homens e com outras mulheres e mudou muito a dinâmica de suas vidas (TELES, 2017, p. 216).

Todavia, essas transformações na ordem social não foram capazes de solidificar a equidade de direitos na vida das mulheres e, para além disso, tais transformações foram permeadas de dificuldades. As mulheres precisaram enfrentar condições que as oprimiam, em todos os âmbitos da vida, para se ajustarem às novas circunstâncias, tanto no campo do trabalho quanto na vida social. Ademais, ao encontro dessas novas transformações na vida das mulheres, o movimento feminista adquiriu visibilidade, o que promoveu maior reflexão acerca da condição da mulher e as violências diárias às quais o gênero era submetido e ainda é, atualmente.

Então, é em um contexto repleto de acontecimentos e transformações que o objeto desta pesquisa está inserido. Os primeiros cinco anos (1981 a 1985) das edições coincidem com o final da ditadura militar, mas não deixam de refletir a censura imposta pelo regime, pressupondo que a falta de notícias/manchetes relacionadas às mulheres, nesse jornal, em específico, esteja relacionada, diretamente, com a censura promovida pelo regime. Também, às inúmeras dificuldades e impedimentos que as mulheres tinham, excluindo-as da vida social, econômica e política, o que já leva, conseqüentemente, à pouca circulação e informação a respeito de mulheres.

O campo de atividade humana correspondente a esses exemplos é o *policial / criminal* e o recorte temático representa 10% do total de matérias desse campo. Duas notícias parecem distanciar-se de tal campo: i. “Suicida morre afogada em poço” (de 9/7/1989); ii. “Tentativa de furto: dois elementos presos em flagrante” (de 6/8/1989), no entanto, a vítima da tentativa de furto foi uma mulher e, em relação à notícia do suicídio, é possível relacionar à condição de vida da mulher.



Ainda que não se trate, especificamente, de violência contra a mulher, trecho da notícia permite a interpretação apresentada acima:

“[...] Segundo pai da vítima, [...] sua filha estava sendo assistida por médicos desta cidade por estar com problemas mentais que inclusive no dia anterior tentou matar sua própria mãe com uma faca e que esta não foi a primeira tentativa de suicídio havendo outras mais. [...] era separada do marido e mãe de três filhos, todos do sexo masculino e menores, havendo um com apenas dois anos de idade. [...]” (JORNAL TRIBUNA DE CIANORTE, 9/7/1989, p. 1).

Observa-se o destaque da notícia a reproduzir informações do pai, a informar que a vítima era divorciada e mãe de “três filhos, todos do sexo masculino”, ou seja, três referências ao gênero masculino. Além do fato de especificar, em possível tentativa de justificar o suicídio cometido pela mulher, que ela estava em tratamento médico, por “problemas mentais”. É de conhecimento geral a crítica, histórica e recorrente, especialmente, a partir do campo dos movimentos feministas, a tais caracterizações de uma mulher.

Esta manchete correlaciona-se, por exemplo, a situações jornalísticas recentes de tratamento inadequado, do ponto de vista da igualdade de gênero, ao noticiar o falecimento de mulheres, com uma manchete classificada como “machista” e “preconceituosa”, pela massa e, então, retificada, na sequência:

Folha de São Paulo, 7/8/2023, falecimento de Aracy Balabanian:

Manchete primeira: “Atriz já fez aborto e não quis casar”.

Manchete retificada: “Aracy Balabanian explicou em biografia que sua carreira não comportava filho”.

Folha de São Paulo, 8/5/2023, falecimento de Rita Lee:

Manchete primeira: “Rita Lee rebelde desde a infância, se deixou guiar por drogas e discos voadores”.

Manchete retificada: “Drogas tiveram papel político na trajetória de Rita Lee, rebelde desde a infância”.

Folha de São Paulo, 2/2/2023, falecimento de Glória Maria:

Manchete primeira: “Glória Maria tinha quantos anos? Apresentadora fazia de tudo para esconder a idade”.

Manchete retificada: “A rara glória de ser atemporal”.



O gênero notícia veiculado em jornal tem como propósito enunciativo, principalmente, relatar fatos de relevância social, acontecidos recentemente. Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, muitos jornais e revistas têm predomínio de suporte *on-line*, o que permite, como no caso dos últimos exemplos, retificar, rapidamente, aquilo que foi inadequado. Quando se trata, no entanto, do *corpus* desta pesquisa, além de não ser possível a retificação, é necessário compreender os exemplos como característicos do contexto sócio-histórico e ideológico do tempo e espaço específicos de sua produção, ou seja, as manchetes são enunciados concretos e únicos que permitem recuperar as respectivas enunciações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tomar as manchetes e respectivos textos principais do *Jornal Tribuna de Cianorte*, do período de 1981 a 1991, como enunciados concretos e únicos, que refletem e refratam as situações enunciativas próprias, esta pesquisa estudou o *corpus* à luz do conceito de cronotopo, a fim de recuperar as condições sócio-históricas e ideológicas, especificamente, tempo-espaciais, de sua produção, de modo a conectá-las aos significados de cada manchete e texto.

Além de relacionar a materialidade linguístico-discursiva aos aspectos extralinguísticos, também foram produzidos os resumos de cada matéria principal, a fim de compor, posteriormente, produção vinculada ao GP *Cultura e Relações de Poder*, que poderá servir de fonte de pesquisa à comunidade. Pondera-se que tal aspecto contribui com o resgate e registro da história do município de Cianorte e da região, especialmente, além de fatos referentes à abrangência estadual e nacional. Por esse motivo, um dos objetos da pesquisa foi categorizar as matérias principais quanto a sua abrangência.

No que diz respeito ao recorte temático elegido para exemplificação das análises enunciativas, ainda que não corresponda ao campo discursivo de maior recorrência quantitativa, avalia-se que é representativo do tempo-espaço próprio do recorte cronológico que delinea o objeto de pesquisa. Nesse sentido, tratar do grande tema “violência contra a mulher” situado, cronotopicamente, por meio do material de investigação, possibilita



compreender os textos da matéria principal, efetivamente, como enunciados concretos e únicos, à luz da concepção enunciativo-discursiva de linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Editora da UNESP, 1988.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011[1979].

BRASILEIRO, A. M. M. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Contexto, 2021.

COSTA, S. R. **Dicionário de gêneros textuais**. 3. ed. rev. ampl.; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MENEGASSI, R. J. Aspectos sobre o gênero discursivo. In: ANTONIO, J. D.; NAVARRO, P. (Orgs.). **Gêneros textuais em contexto de vestibular**. Maringá: Eduem, p. 17-42, 2017.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ROMUALDO, E. C.; SANTANA, S. C. de. A notícia. In: ANTONIO, J. D.; NAVARRO, P. (Orgs.). **Gêneros textuais em contexto de vestibular**. Maringá: Eduem, p. 153-176, 2017.

SOBRAL, A. **Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

VOLOCHINOV, V. N.; BAKHTIN, M. **Discurso na vida e discurso na arte** (sobre poética sociológica). Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza [para fins didáticos]. Versão da língua inglesa de I. R. Titunik a partir do original russo. 1926.

VOLÓCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.



POESIA E EROTISMO EM BATENDO PASTO, DE MARIA LÚCIA ALVIM

Jean Cleber Marcondes Lourenço - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Campo Mourão, jeancleber600@gmail.com

Sandro Adriano da Silva - Orientador
Unespar/*Campus* Campo Mourão, sandro.silva@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Nascida em 1932, em Araxá, Maria Lúcia Alvim é irmã de dois outros poetas: Maria Ângela Alvim, e o caçula Francisco Alvim. A obra *Batendo pasto* (2020), objeto de nosso estudo, foi escrita em 1980, mas permaneceu inédita até 2020, quando, por incentivo dos poetas Paulo Henrique Britto e Ricardo Domeneck, a poeta decidiu publicar (FLORES, 2020, p. 29). Ao todo, Maria Lúcia Alvim publicou cinco livros de poemas inéditos: *XX Sonetos* (1959), *Coração incólume* (1968), *Pose* (1968), *Romanceiro de Dona Beja* (1979) e *A Rosa Malvada* (1980). em 1989, lançou uma coletânea denominada *Vivenda* (1959-1989). Ao tratar de alguns aspectos da poética e da situação obra alviniana, o pesquisador e poeta Guilherme Gontijo Flores:

Com meia dúzia de livros, em geral todos curtos, ela foi capaz de operar um aprofundamento subjetivo que deixa no chão a maior parte da geração de 45 e, ao mesmo tempo, uma fusão entre voz lírica e a construção de personagens variados, tudo isso com um domínio singularíssimo de sonoridades múltiplas (da melopeia camoniana aos ruídos mais nervosos), e o desenvolvimento de imagens e conceitos agudos [...] que vão construindo uma imagem de afetos tensos, cortantes, contraditórios, que nos dominam e espantam (Flores, 2020, p. 23-24)

Alvim entregou ao poeta e amigo Paulo Henrique Britto, a obra *Batendo pasto* (2020), com a condição de que deveria ser publicada após a sua morte. Domeneck e Britto, ao verem a riqueza poética da obra, tentaram convencê-la, com sucesso a publicar o livro. Então, em



2020, a poeta conseguiu ver a sua obra publicada. O silenciamento editorial que a autora sofreu foi quebrado com a publicação de *Batendo pasto* (2020), e a poeta teve a oportunidade de ver sua obra ser disseminada, pouco antes de falecer, em 3 de fevereiro de 2021, por decorrência de complicações relacionadas à Covid-19. No mesmo ano, seu livro recebeu, na categoria *poesia*, o *Prêmio Jabuti*.

Batendo pasto: uma descrição da obra

A obra apresenta-se em 7 seções: *êxtase*, com 24 poemas; *coluna*, com apenas um poema; *mimese*, com três poemas, *torrencial*, com dois poemas, *cinco sonetos encapuchados*, com 5 poemas; *litanias da lua e do pavão*, com apenas um poema; e *balaio de gato*, com 19 poemas. Vale mencionar que, com exceção dos poemas da seção *cinco sonetos encapuchados* e *balaio de gato*, os poemas das outras seções não apresentam títulos, desse modo, para fins de sumarização, foram inseridos *incipit* (títulos editoriais). A lírica alviniana, em *Batendo pasto* (2020), se constrói a partir de elementos expressivos dentre os quais se destacam a metáfora natural, zoomórfica, fitomórfica e erótica, além da sinestesia, aliteração, assonância, entre outros. Tais figuras e recursos evidenciam os apelos sensoriais perseguidos pelo eu lírico feminino, sobretudo na seção *êxtase*, em que a recorrência de imagens campestres, evocada no próprio título do livro, podem ser caracterizadas como um *neobucolismo* que designaremos de *erótico*, como se verá. Todo esse aparato de linguagem servirá às temáticas do corpo e do gozo, que, por sua vez, podem ser interpretadas à luz das três acepções de erotismo defendidas por Bataille (2020): o *erotismo dos corpos*, o *erotismo dos corações* e o *erotismo do sagrado*. Além disso, o aspecto gráfico-visual de alguns poemas, revelado no aproveitamento da página, na disposição das estrofes e versos, indicam um diálogo da poeta com a tradição poética ocidental, desde as experiências poéticas de Mallarmé (Friedrich, 1978) e a poesia pós-Geração de 45 no Brasil (Bueno, 2007).

A fim de lançar um olhar sobre essas questões na obra em análise, o presente trabalho se baseia, nas teorizações de Raymond Williams (1989), sobre o conceito de *neobucolismo*, como metáforas campestres que exploram “a tranquilidade, a inocência, a abundância simples do interior: o refúgio metafórico, mas também real” (p. 40). Parte-se aqui da concepção de poesia defendida por Paz (1994), como um “testemunho de sentidos” que operam a



imaginação (p.11), levando em consideração a relação visceral entre erotismo e linguagem poética. Após uma análise acurada da obra como um todo, constatou-se a confirmação da hipótese levantada no projeto inicial, qual seja, a que *Batendo pasto* corrobora uma chave de leitura interpretativa pela perspectiva temática do erotismo. Com efeito, atendendo a necessidade de delimitação, o presente trabalho tomará como recorte os poemas da seção *êxtase*, que foram considerados fundamentais para a evidenciação do neobucolismo erótico como elemento irradiador de sentidos para a lírica alviniana, na obra. A escolha dessa seção justifica-se pela recorrência dos elementos poéticos arrolados acima em favor do tema.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, em cotejo com a análise e interpretação dos *corpora* (poemas). Em síntese, as leituras realizadas e suas contribuições para a pesquisa ampliaram os horizontes de compreensão das relações entre erotismo e poesia. A começar pela leitura da obra *O banquete*, de Platão, interessou à pesquisa a perspectiva filosófica do tema, a partir das variações do amor que reverberarão na literatura ocidental, como ponto de confluência entre erotismo, amor e o belo. Como afirma Schuller (2011), a concepção platônica amor refere-se à liberdade, pois “o erotismo discursivo de Platão acontece na travessia dialética do corpo verbal. Paródico na construção dos discursos, Platão se alista na marcha da discursividade inventiva” (p. 11). O erotismo refere-se a exercício poético, espiritual, material, que leva a uma forma de conhecimento de si, da experiência com o corpo e com a alteridade. Essa concepção alinha-se a de Georges Bataille (2021) nos termos em que há uma relação de continuidade e erotismo. A continuidade, como reprodução, coloca em evidência seres descontínuos, o que significa a morte. Para o pensador, “A reprodução leva à descontinuidade dos seres, mas põe em jogo sua continuidade, ou seja, está intimamente ligada à morte” (Bataille, 2021, p. 37). Na reprodução dos indivíduos assexuados, formam-se dois novos, a partir de apenas um. Nesse caso, o primeiro deixa de existir, morre, mas, ao deixar de ser, perpassa a continuidade. Enquanto no caso sexuado, o óvulo e o espermatozoide que são descontínuos se fundem, para a formação de um novo indivíduo, a sua continuidade. No erotismo, “[...] O que está sempre em questão é



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

a substituição do isolamento do ser, de sua descontinuidade, para um sentimento de continuidade profunda” (Bataille, 2021, p. 39). A partir disso, o autor separa o erotismo em três formas: o *erotismo dos corpos*, o *erotismo dos corações* e o *erotismo do sagrado*. Nesses termos, o erotismo dos corpos reserva a si mesmo a descontinuidade. O erotismo dos corações, por sua vez, pauta-se em uma espécie de paixão, pressupondo a reciprocidade dos indivíduos. Enquanto o erotismo sagrado se trata de uma busca à uma continuidade metafísica, necessariamente religiosa. Para o filósofo, “a poesia conduz ao mesmo ponto que cada forma do erotismo, à indistinção, à confusão de objetos distintos. Ela nos conduz à eternidade, à morte e, pela morte, à continuidade [...]” (Bataille, 2021, p. 48).

Essa visão coaduna -se com a de Octávio Paz, em seu ensaio *A dupla Chama* (1994), no qual defende que a poesia se constitui como um *testemunho de sentidos*, de tal forma que é um reflexo dos sentimentos e dos apelos sensoriais do eu-lírico. Então, é possível pensar na poesia como uma “erotização da linguagem”, nas palavras do autor: “a relação entre erotismo e poesia é tal que se pode dizer, sem afetação, que o primeiro é uma poética corporal e a segunda uma erótica verbal. Ambos são feitos de uma oposição complementar.” (Paz, 1994, p. 12). Dessa forma, o erotismo seria a transformação da sexualidade em metáfora. Observa-se, também, nessa perspectiva que as duas coisas ocorrem por meio da imaginação, que segundo o ensaísta mexicano “é a potência que transfigura o sexo em cerimônia e rito e a linguagem em ritmo e metáfora.” (Paz, 1994, p. 12). É importante, também, separar o erotismo da pornografia. A princípio, a definição do segundo está muito ligada à noção de “bons costumes” e “exploração da sexualidade”. Mas, ao extrapolar esse conceito, denota-se que é um conceito relacionado à comercialização da sexualidade humana. De tal modo que, para Castello Branco (1983),

[...] ao contrário do erotismo, que corresponde a uma modalidade não utilitária de prazer exatamente porque propõe o gozo como fim em si, a pornografia estará sempre vinculada a outros objetivos: o prazer depende do pacto com a ideologia que ela veicula (p. 75).

Assim, percebe-se as diferenças de produção e propagação das obras eróticas e das obras pornográficas. O erotismo, enquanto arte, busca o gozo erótico, a partir da metaforização da sexualidade humana.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 4 de 20



Na lírica de Maria Lúcia Alvim, em *Batendo pasto* (2020), a autora utiliza-se de imagens da fauna e da flora para produzir metáforas de sentido erótico, tal como pode se observar no poema “Magia tuas setas/ cepto sebo/ tarde cruciante como um xale/ tisonada/ impunemente” (2020, p. 57). Nesse caso, percebe-se a concepção de *erotismo dos corações* de Bataille e a transposição da sexualidade em metáfora proposta por Paz. Além disso, a utilização de elementos naturais encaixa-se nas teorizações de Raymond Williams sobre a retomada dessas imagens constituir um *neobucolismo*. Para o autor, o bucolismo se construiu desde a época de Virgílio, na antiguidade clássica. Mas, com o passar do tempo e, conseqüentemente, a mudança dos modos de produção e de estrutura social, retomou-se o bucolismo de uma nova forma: o neobucolismo. Assim, tomou-se o refúgio na natureza, em suas formas puras e idealizadas, ao sistema capitalista. De tal modo que o autor explica que “a vida do homem gentil rural é, portanto, celebrada em oposição explícita à vida da corte e da cidade” (Williams, 1989, p. 46). A literatura neobucólica, então, buscaria relacionar ao campo o silêncio, a tranquilidade, um refúgio espiritual, todas formas opostas da vida nas cidades modernas e, no caso de *Batendo pasto* (2020), contemporâneas.

Partindo dessas teorizações sobre *erotismo* e *neobucolismo*, propõe-se, para a análise interpretativa da obra alviniana, a junção desses conceitos, levando em consideração que a recorrência de ambos se emaranha para constituição das imagens e efeitos de sentido. Também, recorre-se a Octávio Paz, que explica essa relação:

No seio da Natureza o homem criou um mundo à parte, composto por esse conjunto de práticas, instituições, ritos e idéias que chamamos cultura. Em raiz, o erotismo é sexo, natureza [...]” (1994, p. 17)

Assim, considera-se a formação de uma espécie de *neobucolismo erótico*, que seria a tomada e construção das imagens e simbologias eróticas, na contemporaneidade, por meio de elementos da fauna e da flora. Isso ocorre porque, em *Batendo pasto* (2020), os sentidos são construídos e reconstruídos por meio dos dois conceitos, de tal forma que são, para fins analíticos e interpretativos, inseparáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



De saída, convém lembrar que as relações entre poesia e erotismo encontram-se numa mesma dimensão de complementariedade, de tal modo, a constituir a metáfora de uma “dupla chama”, como afirma Paz (1994). Para o poeta, ambo são “testemunhos dos sentidos” (p. 11), numa “fusão de ver e crer” (p. 11), o que culmina na constatação de que “a relação entre erotismo e poesia é tal que se pode dizer, sem afetação, que o primeiro é uma poética corporal e a segunda uma erótica verbal. Ambos são feitos de uma oposição complementar” (12). Paz entende o erotismo como uma transfiguração da dimensão sexual, e, nisso, guardaria com a poesia um elemento comum, a metáfora (p. 12). A palavra poética abarca modos de experiência de prazer com o texto, tanto na produção quanto na recepção, uma vez que, como afirma Barthes (2005), um espaço de fruição é criado, pois “o prazer do texto é semelhante a esse instante insustentável, impossível, puramente romanesco, que o libertino degusta ao termo de uma maquinação ousada, mandando cortar a corda que os suspende, no momento em que goza (p.12).

A experiência erótica é marcada por uma forma de transcendência, pois “o erotismo [...] suspende a finalidade da função sexual. [...] A metáfora erótica, indiferente à perpetuação da vida, interrompe a reprodução” (Paz, 1994, p. 13). Da mesma forma, a poesia, interrompe a fixidez de uma automatização da linguagem cotidiana, para se transformar em fluxo, estranhamento, desautomatização da linguagem (Toma...). Na história da lírica ocidental, essa forma de amor erótico deitará suas raízes desde a Idade Média, numa forma obsessiva de conhecimento pela experiência mística, como ocorrerá com os hereges cátaros, entre o sagrado e o profano (Rougemont, 2003, p. 103). O próprio título da seção *êxtase* já fornece uma ambiguidade semântica, visto que a palavra “êxtase” é comum ao domínio da religiosidade, como sinônimo de “ascese”, e da sexualidade, remetendo ao gozo espiritual. O primeiro poema da seção traz uma relação entre a imagem fálica e uma demanda de falar, ao explicitar o erotismo, a partir do aspecto gráfico-visual que “desenha” a imagem da ave, revelando um experimento formal (Flores, 2020, p. 30):

Pousa

ó pombo

que me conheces a fundo!

Speak to me



Stay with me

Speak

A simbologia do pombo/pomba remete a um sentido de amor carnal (Chevalier, 2012), uma vez que “ave de Afrodite, representa a realização amorosa que o amante oferece ao objeto de desejo” (p. 728), denotando uma intimidade entre o desejo da eu lírico e o falo evocado, numa relação visceral. A recorrência da expressão e o apelo desejante das expressões “Speak to me” (“fale comigo”)/ “Stay with me” (“fica comigo”) reforçam esse sentido pungente e remetem ao “multilinguismo com inglês e francês, que já havia se talhado nos livros anteriores e aparece desde o primeiro poema aqui” (Flores, 2020, p. 30).

No poema seguinte, o erotismo é criado pela metáfora bucólica e ambigualmente fálica e vulvar, acrescido da ideia da morte:

Umbigo de bananeira
os lábios dela
por onde nasci

Ladeada de lágrimas
espargindo seu nome
depositei sobre o túmulo
uma a uma

Na sequência, a recorrência da imagem vulvar tonifica o tema do erotismo do corpo, num jogo claramente intertextual com a figura feminina bíblica de Dalila, que, na narrativa do *Livro dos Juízes*, capítulo 16, seduz o guerreiro Sansão (Bíblia de Jerusalém, 1995, p. 402-403), além de, a exemplo do poema anterior, apelar pela voz como elemento de prazer. O desejante corpóreo feminino reclama o desejante do poético, em uma voracidade sensorial que faz entrelaçar desejo e imagem, encenando o voyeurismo do eu lírico que encontra na natureza a metáfora de uma sexualidade transfigurada em êxtase de um neobucolismo erótico.



No poema “[Mon coeur s’ouvre a ta voix]”, o campo semântico e metafórico e a disposição dos versos apontam para um investimento gráfico-visual sugere uma genitalização feminina da imagem:

Mon coeur s’ouvre a ta voix

tarântula

recrocita a solidão

estrelas, como nunca.

Vala

Volúpia

D a l i l a

Nesse poema, a disposição gráfico-visual remete à vulva, além das simbologias atribuídas textualmente como a tarântula, que é um elemento da fauna, vala e volúpia. O desejo, enquanto ponto nuclear da construção dos sentidos eróticos, é percebido desde o primeiro verso, que significa, em português, “Meu coração se abre a tua voz”. Observa-se, também, que o espaço entre as palavras “Vala” e “Volúpia” não somente são um recurso gráfico-visual, mas, além disso, sugerem uma relação de distanciamento, lacuna, como a primeira sugere, entre a vulva e a experiência erótica. Defere-se, portanto, um desejar a pessoa na qual o coração abre-se. Para Platão, isso é possível, apenas, porque “aquele que não se julga deficiente não experimenta qualquer desejo daquilo de que não se sente deficiente” (2012, p. 63). No poema “[Morcegos são filhos...], um erotismo difuso nutre-se de uma tonalidade gótica, pelo fluxo da descrição, evidenciando o aspecto erótico do vampirismo e investindo na aliteração do fonema “x”, ao simbolizar a sonoridade ato do onanismo feminino, que, como aponta Chevalier (2012), é “ligado a práticas eróticas” (p. 620):

Morcegos são filhos indesejados da noite

Eu os incito

fluxo e refluxo

Pendurados



na parte mais alta do meu coração

Outra simbologia vulgar encontramos no poema que segue:

Manhã sem rusga
Pequeno depósito de agrura na poça
Exorbitei de alegria
A abóbada celeste não dá vazão
Silos de silêncio
Ó ser astral
O capim é minha grande reserva interior
A esperança
O desleixo

O eu lírico recorre a um jogo de imagem entre a *poça*, metáfora do desejo erótico e a experiência com o corpo, como no verso “o capim é minha grande reserva interior”, remetendo a uma forma de liberdade e uso do prazer, uma vez que o modo de vivência pode ser um “desleixo”, um experimentar livre. Habita nessa relação com a matéria vegetal um processo de subjetividade, de projeção da experiência poética. E ressalta-se nessa relação a dimensão do silêncio. O silêncio mormente tomado como limite, diante do qual qualquer falar – incluindo o falar poético – seria, em sua dimensão de palavra, uma transgressão, elabora-se como algo inerente à matéria natural, e não se esgota nela, evocando a linguagem em sua potência de imagem (natural) e à generosidade que resulta da presença.

No poema que vem na sequência, na forma de haicai, o neobucolismo erótico é marcado por uma metáfora zoomórfica da experiência da cópula animal, em sua simplicidade de rito *in natura*. Constrói-se uma metáfora do curral, sendo neobucólico por metonímia, ou seja, toma-se os animais que, geralmente, ficam dentro, como um lugar em que se expressa o erotismo:

Curral



é onde o real
passa por cima

O próximo poema da seção não descreve propriamente um ato, mas sugere um juízo de valor que o eu lírico atesta em sua experiência com o corpo, como algo íntimo e da dimensão do prazer e do delírio, como indica o campo semântico, metaforizado na relação com a natureza:

Sagrada rotina
A ti me arrocho
Desatinar é um solipsismo
Tosco
Me empolga lembrar no escuro!

Nesse poema, exalta-se o aspecto libertino da rotina, o aspecto profano. Ao falar sobre a libertinagem do erotismo, Octavio Paz afirma que o libertino “[...] quase sempre se opõe com paixão aos valores e às crenças religiosas ou éticas que postulam a subordinação do corpo a um fim transcendente. O aspecto fescenino faz fronteira, em um de seus extremos, com a crítica e transforma-se em uma filosofia; no outro extremo, com a blasfêmia, o sacrilégio e a profanação, formas contrárias à devoção religiosa (Paz, p. 24, 1994). O erotismo dos corações, também, é evocado pela utilização da metáfora de arrochar, pela utilização do pronome oblíquo “te” e pela imagem evocada em “Me empolga lembrar no escuro.” Essa pulsão lírico-erótica é intensificada no poema que vem a seguir, revelando um *pathos* direcionado à imagem fálica. O poema explicita o desejo pela reiteração e ênfase do campo semântico:

Fiz menção
de ajoujar a dor
aparatos da paixão
quero mais
altos padrões da cólera



mais mais
a eternidade, com seu ar velado,
estrugia
redobro as abas do corpo
glande

Tratando do erotismo bucólico a partir de metáfora fitomórfica e do recurso da sinestesia, o próximo poema apresenta um eu lírico desejanste e um corpo tocado e tocante, transgredindo códigos e tabus morais por uma forma de prazer que também é dor – metáfora de êxtase:

Amoitado em meu corpo
o amor
quente quente
flor de marianeira
a sofrear
bolor

Também o poema “[Figueira brava]” apresenta metáforas um neobucolismo erótico que funde eu lírico e simbolismo natural:

Figueira brava
provei tua doçura
morácea
tuas flores invisíveis encerradas em
receptáculo carnoso
alvacentas
diáfanas
tua pela castanho-violácea
vermelho-carmesim/a tua polpa

Assim, o desejo corporifica-se na palavra e o jogo imagético, “enlaçado nas imagens, o desejo enlaça nosso ser à exterioridade (coisas, corpos, os outros), carregando nossa interioridade



(sentimentos, emoções, impregnando este último com os afetos” (Chauí, 1990, p. 49). No poema que segue, “[Figueira-mansa]” esse sentido se espraia:

Figueira-mansa
escamosa
solitária
tenho as costas perfuradas por dois olhos
minhas artérias pubescentes
pulsaram o batismo do teu nome
árvore-corpo
pojando

Segundo o dicionário de símbolos de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, a simbologia da figueira remete ao poder, à vida, à fecundidade e ao conhecimento superior (1982, p. 427-428). Os versos “Figueira-Brava/ provei tua doçura” (Alvim, 2020, p. 49) apontam desde o início a presença de um neobucolismo erótico. O cunho erótico desse poema é denotado pelo desejo pulsante do eu lírico, que persegue às imagens metaforizadas do falo, remetendo ao que Octávio Paz defende sobre a relação entre o erótico e a linguagem: “o erotismo é, em si mesmo, desejo – um disparo a um mais além” (1994, p.19). Essa imagética bucólica também pode ser lida na chave do “erotismo dos corações”, proposto por de Bataille. Mas, o desejo não se restringe apenas o falo, toma-se por metonímia o ser desejado como um todo. O verso “Figueira-mansa” contrasta o primeiro do poema, apresentando assim duas facetas da imagem fálica do objeto de desejo. O poema, na forma de dístico, que sucede o poema acima, explora a temática do erotismo na imagem zoomórfica do báculo, espécie de leitão, em um eu lírico marcado pela primeira pessoa:

Meus olhos são como dois bacorinhos
feridos de morte

A relação entre a pulsa de vida (erotismo) e de morte (tânatos), aparece para alimentar esse *pathos* do eu lírico, como para dizer que a busca do desejo e da palavra poética são



frequentados por uma dupla força. Chevalier (2012, p. 734), lembra que a simbologia do porco incorpora voracidade, tendências obscuras e sensualismo; no poema, nota-se, nesse sentido, uma impossibilidade tensiva de vivenciar o erótico.

No poema “[Onda de capim-gordura]”...

O poema “[Língua]”, também contém como tema a expressão do erotismo, como um fenômeno humano e, no caso de Batendo pasto, feminino:

Língua
clystére d’ extases
Traulitada
as tuas mãos

A metáfora da língua, toma dois rumos: enquanto órgão símbolo da fala e sua utilização no sexo. No verso “clystére d’ extases”, o primeiro termo, no francês, indica uma “lavagem intestinal” (Larousse, 2003, p. 277), e, quando acrescido do segundo, aponta para uma intensa experiência erótica, reforçada, especialmente pelo adjetivo “traulitada”, que indica um “golpe forte” (Houaiss, n.p.). Evoca-se a metáfora da língua como o instrumento a realizar essa lavagem que faz a eu lírico atingir o ponto máximo, o êxtase, além das mãos do outro. Nota-se, nesse poema, um grande apelo ao erotismo dos corações, proposto por Bataille, tendo em vista que “toda operação do erotismo tem por fim atingir o ser no mais íntimo, no ponto em que o coração desfalece” (2021, p. 41).

Em “[Passei o dia engabelando meu corpo]”, a imagem da vulva toma-se por inferência, diferentemente do poema anterior:

Passei o dia engabelando meu corpo
de cá pr’a lá
de lá pr’a cá
Ensopei três sentimentos berrantes
gabolice



Chispa, Chocalho

no frege das ferraduras

Neste caso, a metáfora do onanismo é evocada. Remete, também, ao auto êxtase que a eu lírico proporciona a si mesma, de tal forma que esse poema se enquadra na acepção de erotismo dos corpos de Bataille. Para o filósofo, O erotismo dos corações tem de qualquer modo algo de pesado, de sinistro. Ele reserva a descontinuidade individual, e isso se dá sempre um pouco no sentido de um egoísmo cínico” (Bataille, 2021, p. 42-43). Georges Bataille, ao falar sobre o real no erotismo, afirma que “A experiência erótica ligada ao real é uma espera do aleatório, é a espera de um ser dado e das circunstâncias favoráveis” (2021, p. 46). Assim, para o pensador, “o erotismo sagrado, dado na experiência mística, quer apenas que nada atrapalhe o sujeito” (2020, p. 46). Dessa forma, mesmo na serenidade, continuidade do campo, a barulheira do curral, dos animais, passa por cima e mostram a realidade.

Em “[Bacurau]”, Chevalier (2012, p. 704) aponta um simbolismo amplo e por vezes difuso do peixe, sendo um dos sentidos relacionados ao psiquismo e à diluição. O olhar está diretamente ligado à sedução e ao deixar-se seduzir pela imagem do objeto de desejo. Implicitamente, aqui, o eu lírico, portanto, parece remeter ao mito de Narciso e seu ineludível olhar para si mesmo. O poema apresenta uma nova relação do eu lírico com a natureza, agora pensada a partir da noção de temporalidade. O eu lírico confessa uma comparação com peixe em relação à aceitação da passagem do tempo e seu movimento:

Bacurau

feito eu

foste solapando o tempo

- Amanhã eu vou...

- Amanhã eu vou...

No poema “[O amor]” No poema “[O amor]” é tomado na dimensão da volúpia pelo sujeito lírico, que nunca comporta placidez; ao contrário, só reforça a intensidade:

O amor



soltou do meu corpo
como o tamoeiro da canga
desgovernou
todo um tempo
de amanho

Nota-se a recorrência da relação entre o erotismo e a utilização de elementos da fauna como metáforas para o erotismo. Neste caso, percebe-se a relação entre o fenômeno erótico e a morte, levando em consideração que “se a união dos amantes é o efeito da paixão, ela evoca a morte, o desejo de assassinato ou suicídio” (Bataille, 2021, p. 44). Então, nesses termos, “o que designa a paixão é um halo de morte” (Bataille, 202021, p. 44). Em “[É tarde carícia]”, o eu lírico lança um olhar contemplativo diante da cena minimal, na qual reconhece e metaforiza o neobucolismo erótico da natureza, especialmente marcado pelo campo semântico das palavras “carícia” e “armistício”:

É tarde carícia
a gota de orvalho
susta na folha
o armistício

Em “[Magia tuas setas]”, o erotismo é sugerido pelas imagens fálicas que advêm do campo semântico de “setas”, “cepo” e “sebe” e pela ideia de orgasmo, marcado pela metáfora da “magia”. O desejo é intensificado pelas imagens da “tarde cruciante” e pelo adjetivo “tinsnada”; e o eu lírico aventa a liberdade de experimentação do corpo, além de qualquer censura, como indica o advérbio “impunemente”:

Magia tuas setas
cepo sebe
tarde cruciante com o um xale
tinsnada
impunemente



O neobucolismo erótico assume um aspecto pitoresco e quase cômico no poema “[O amor]”, descrevendo uma cena rural tocada de lirismo infenso, sem deixar de tensionar aspecto das relações de gênero metaforizadas no universo animal:

O amor
do galo e da galinha
ele
bélico
ela
abúlica

Vê-se como a escolha semântica (seta, cepo, sebe) formam imagens naturais que projetam a forma de um erotismo sutil. Nos versos finais do poema, “tarde cruciante como uma xale / tismada / impunemente”, o eu lírico assume esse erotismo numa postura de liberdade da experiência, remetendo ao que Castello Branco (1983) defende como expressão do desejo, e, nesse caso, de um desejo feminino livre. A ênfase da palavra poética e da voz como elementos marcados por densidade erótica no poema “[Imolava palavras para te encantar]”, remetendo, além de cenas árcades, a um diálogo com a lírica trovadoresca:

Imolava palavras para te encantar
tunda cabriola carapiá
Estão cheias de leite
pétreas reses
Galli-Curci

Creio piamente em teu amor, monsenhor

O peso semântico do verbo “amolar”, que aponta para o sacrifício, marca o poema de uma inusitada violência poética, com a qual o eu lírico condensa a metáfora do amor, o cantar de amigo, o trabalho com a linguagem. Na sequência, o poema “[Aquele que um dia fará meu caixão]” reforça a imagem do feminino que se funde ao natural e a partir do qual é percebido



como sujeito do desejo. novamente, a dupla face amor/morte, comparece como modo de apresentar como o amor e morte, como opostos, se sobrepõem na contradição do erótico. A vida é apresentada numa gradação e na plasticidade das imagens fitomórficas, como dos ipês, sendo testemunhada pela natureza. O verbo “sazonar” é tomado como recurso para metaforizar a passagem do tempo:

Aquele que um dia fará o meu caixão
de antemão tem as medidas:

menina-carapina

surrupiano

Viu crescer, prometer, viu sazonar.

Quando o roxo dos ipês configurou-se

no horizonte

aquele que fará o meu caixão

numa cestinha depôs amor

e morte

O poema “[Lasca por lasca]”, por sua vez, reforça essa violência erótico-poética, especialmente, pelo campo semântico dos verbos. Nota-se a ênfase das imagens fitomórficas e do processo de identificação do sujeito lírico com a natureza.

Lasca por lasca

fava por fava

fui pedindo, fui rasgando, fui doando

lóbulo mindinho

esses rajados de pele, esses crestados

o estalido da cabiúna

O galo alvorescente

dourou



O aspecto metapoético retorna no poema “[Poesia]”. Nele, nota-se como o eu lírico metaforiza o fazer poético a uma experiência com a natureza naquilo que ela guarda de brutal e violenta:

P o e s i a
un sourire et un regard figés¹
- nestas paragens os recursos do medo
são tão escassos!
ferroa ferroa

Em “[Inverno]”, o eu lírico feminino confessa a experiência antagônica que resulta da dificuldade da estação, em face do desejo:

Inverno
encafifada
engrouinhada
à poeira peço referências
Orfandade:
escapela

A seção encerra-se com um dístico. Nele, o eu lírico apresenta uma espécie de síntese dos temas, alçando o erotismo à categoria do insondável, como algo pelo qual se luta, com uma nota de ironia e, mais uma vez, trazendo a imagem zoomórfica do pássaro:

Pleitear o Mistério me eixou desfigurada.
- Ninguém, viu, tiziu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹ “Um sorriso e um olhar petrificado” (Trad. nossa).



A obra *Batendo pasto* apresenta-se como uma forma de enunciação do desejo, a partir de um complexo conjunto de metáfora da natureza, que, como vimos, pode ser lida na chave de um neobucolismo erótico. A própria história do livro, guardado por décadas, parece metaforizar uma contenção da palavra que, uma vez liberada (publicada), reverbera esse movimento da palavra poética e erótica.

Todas as seções da obra, a despeito das diferentes formas poéticas que apresenta, indicam o erotismo como tema comum e dominante. Sua figuração se dá por diferentes recursos poéticos e estilísticos, especialmente a metáfora, objeto desse breve estudo. A metáfora busca como referencial elementos da natureza, tanto na dimensão fitomórfica, quanto zoomórfica, nas quais o eu lírico projeta seu erotismo, e, em alguns momentos, ocorrendo uma verdadeira fusão de corpos entre ele e a natureza.

Malgrada a síntese apresentada, até por questão de delimitação, aventou-se mostrar como essa dicção lírica de Maria Lúcia Alvim encaminha um tema tão caro à literatura de autoria feminina, especialmente se considerarmos sua produção nos longínquos anos 1980. Com isso, o trabalho buscou minimamente contribuir para a recepção da poeta e da obra em foco, passando em revista um olhar mais amplo mas não menos tributário de uma poesia intensa, viva e pulsante, como seus temas e formas fazem sentir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Maria Lúcia. **Batendo pasto**. Minas Gerais: Relicário, 2020.

BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1995.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. **O que é erotismo**. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Col. Primeiros Passos).

CHEVALIER, Jean. Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Trad. Vera da Costa e Silva *et al.* 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

DOMENECK, Ricardo. Os percursos de um livro inédito de Maria Lúcia Alvim. In: ALVIM, FLORES, Guilherme. Gontijo. Maria Lúcia Alvim no rol do esquecimento: a vida e a vida da poesia. In: ALVIM, M. L. **Batendo pasto**. Minas Gerais: Relicário, 2020. p. 23-31.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

LAROUSSE. Pratique. Dictionnaire du français au quotidien. Quebec, 2003.

PAZ, Octavio. **A dupla chama**. Trad. Wladir Dupont. São Paulo: Siciliano, 1994.

PLATÃO. **O Banquete**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2012.

ROUGEMONT, Denis de. História do amor no ocidente. Trad. Paulo Brandi; Ethel Brandi Cachapuz. 2.ed. São Paulo: Ediouro, 2003. (Clássicos de Ouro Ilustrados).

WILLIAMS, Raymond. Bucólico e antibucólico. In: _____. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 27-55.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 20 de 20



MELODRAMA E METALINGUAGEM NO CINEMA DE PEDRO ALMODÓVAR

João Roberto de Freitas Júnior - (Fundação Araucária)

Unespar/Campus Curitiba II, joaorf27@gmail.com

Fabio Luciano Francener Pinheiro - Orientador

Unespar/Campus Curitiba II, falupin@gmail.com

Modalidade: Pesquisa

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC

Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Surgido no final do século XVIII, no teatro popular, o melodrama é um gênero no qual o aspecto central é o inevitável e constante enfrentamento da personagem principal contra as agruras de uma sociedade que tenta restringi-la, sempre em um tom hiperbólico, transmitindo uma moral e geralmente se utilizando de personagens femininas.

Assim como também é visto no cinema de Pedro Almodóvar nos filmes *Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos* (1988), *De Salto Alto* (1991) e *Tudo Sobre Minha Mãe* (1999), que além desses elementos do gênero também usufruem da metalinguagem. Este último, serve como ponto de identificação entre as personagens e a ficção que consomem e participam na diegese.

De tal forma que Pepa, protagonista de *Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos* é confrontada a dialogar com seu namorado traidor em série por meio de um comercial de TV em que ela dubla ouvindo o retorno de sua voz. Enquanto Manuela em *Tudo Sobre Minha Mãe* faz o caminho inverso, é após encenar tantas vezes a doação de órgãos que a realidade se concretiza, seu filho falece em um acidente de carro, o que vai desencadear em uma relação próxima com Maria, um tipo de duplo. No longa *De Salto Alto* a dinâmica acontece entre duplos também, mas agora com a protagonista projetando a saudade que sente de sua mãe, uma atriz famosa, na drag queen Letal, uma sócia de sua mãe nos palcos.



Embora a inspiração do melodrama no cinema de Pedro Almodóvar seja algo bastante abordado e discutido, há poucos trabalhos que correlacionem esses elementos com a metalinguagem que também é aspecto da obra do autor. Busco discutir o quanto a catarse, a comiseração, e a identificação gerada pelo melodrama também se encontra na forma como as personagens se relacionam com a ficção dentro da narrativa.

Portanto esse artigo promove a análise dos elementos do melodrama na obra do autor, suas características, e correlaciona a relação estabelecida entre suas personagens e a ficção em que elas consomem e participam, proposta pela metalinguagem em seus filmes, que muitas vezes funciona como uma forma de ensaio encenado sobre situações que as afligem na vida.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi feita uma pesquisa qualitativa a partir da observação e análise da filmografia de Pedro Almodóvar e de outros diretores que trabalharam em filmes do gênero como Douglas Sirk, Rainer Werner Fassbinder, King Vidor e Toddy Haynes. Os filmes de Almodóvar foram estudados sob a perspectiva de encontrar relações entre o gênero e a metalinguagem, outra característica recorrente do autor.

O trabalho se apoia ainda em uma pesquisa bibliográfica que contemplou livros sobre melodrama no teatro e no cinema, entrevistas e livros de ficção publicados pelo diretor como *Patty Diphusa* em que já podemos analisar o interesse do autor pela metalinguagem, e artigos acadêmicos relacionados com o tema.

Foi utilizada a abordagem qualitativa e descritiva para estabelecer comparações entre filmes selecionados entre a obra melodramática de Almodóvar que se distinguem também pelo uso de elementos metalinguísticos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Gênero



Nas culturas ocidentais, os estudos sobre gênero na ficção remontam pelo menos, à antiguidade clássica a partir da Poética de Aristóteles, no qual o filósofo analisa peças teatrais e poemas de sua época e os classifica em três grupo: epopeia, comédia e a tragédia. Parte das características atribuídas a essa última divisão se relaciona com a arte da representação dramática (sendo “drama” palavra grega para “ação”) e, tem elementos semelhantes séculos com um subgênero posterior: o melodrama, popularizado por peças do teatro francês no século XVIII e cuja as características reverberam no cinema de Pedro Almodóvar, cineasta com filmografia iniciada na década de 1970.

Vale assinalar que gênero, como forma de classificação, separa ou une determinadas obras de acordo com elementos diferentes ou semelhantes, além de permitir ainda uma relação de mutação e hibridação. Assim, precisamos sobre três ideias:

Em primeiro lugar, que, virtualmente, a partilha de uma dada característica implica a pertença de um filme a um gênero; em segundo, que toda a obra pode, em princípio, ser integrada num determinado gênero; e, em terceiro, que uma obra pode exibir sinais ou elementos de diversos gêneros. Semelhança ou afinidade tornam-se, portanto, os princípios de reconhecimento e distribuição genérica dos filmes. (NOGUEIRA, 2010, p. 9)

Aristóteles descreveu Epopeia considerando sua forma, poemas épicos, e seu conteúdo, histórias que narram grandes feitos de seus protagonistas, longe do ambiente doméstico em aventuras com extensa duração.

Em relação às comédias, sobreviveram poucos fragmentos com estipulações do autor, uma vez que parte da obra se perdeu. Contudo, a partir de sua análise e considerações a respeito da tragédia, gênero popular do teatro da época, é possível traçar paralelos com os componentes do melodrama.

A tragédia se passa em um espaço de tempo menor e geralmente se concentra em um único espaço cênico, o mais comum sendo um palácio. O protagonista bem-intencionado supera diversos conflitos com suas peripécias, e comete um erro, não intencional, chamado de *hamartia* ou erro aristotélico. Essa falha o atira em desgraça e nos evoca o *páthos*, qualidade daquilo que estimula no espectador o sentimento de comiseração pela personagem patética.



Segundo o conceito aristotélico de *mimesis* o ser humano desde a mais tenra idade aprende a se socializar e a se comportar por meio a imitação.

É por meio dos padrões de comportamento e vivências observadas nos adultos que a criança interpreta o mundo – no duplo sentido deste verbo, tanto no significado de “exame” quanto de “encenação”. Dessa forma, para o autor, a ficção também tinha esse jogo bilateral, pois, se por um lado o ator representaria o ser social, a sociedade também se relacionaria com a ficção.

Como aponta (NOGUEIRA, 2010), os personagens presentes nos diferentes gêneros da ficção apresentam traços distintos entre si: retrata seres melhores que nós, os comuns mortais; a comédia porque se refere a seres piores que nós; o drama porque ilustra a vida de seres iguais a nós, ou seja, do cidadão comum, e é nessa perspectiva que nasce o melodrama.

Melodrama

O melodrama data do final do século XVIII com a ebulição social e a revolução francesa como um gênero popular. Surgiu como uma forma mais eloquente e hiperbólica do drama, tinha música como acompanhamento e os gestos dos atores em suas peças eram mais explícitos e diretos, até se valendo da metonímia no caso das obras inaugurais. A ação é a força motriz dessas histórias, que abrangem revelações, reviravoltas e estripulias.

Diferente da tragédia, as personagens do melodrama após inumeráveis peripécias recebiam um final feliz, e apesar de assim como o drama, o subgênero apresentar histórias sobre o cidadão comum, estes eram revestidos de uma moralidade inabalável, recompensada com um final feliz.

A pesquisa então, associa essa característica clássica do gênero com o arco de diversas personagens do autor como Manuela, protagonista de *Tudo Sobre Minha Mãe*, filme de Almodóvar que estreou em 1999. Apesar de séculos que separam o início no teatro e a carreira do diretor, este artigo tem como intenção investigar em suas personagens essa característica do melodrama em que a virtude triunfa sobre todos os males e como isso se



relaciona com a catarse e a relação espectador e ficção dentro da obra por meio da metalinguagem.

No melodrama clássico entre suas particularidades estavam cenas com monólogo que pode ser dividido em dois tipos: o recapitulativo e o patético. O primeiro servia para contextualizar eventos que haviam acontecido antes da história sendo contada.

Já o segundo, era menos funcional, embora fosse mais importante, uma vez que tratava do ponto de reconhecimento em que o personagem nos suscitava a ter a experiência de páthos, seja o da vítima que lamenta e invoca a providência, ou o do vilão, que após mentir para todas as personagens confessa seus erros ao público. Um exemplo que espelha essa característica será abordado mais à frente na análise do filme *De Salto Alto*, de Pedro Almodóvar, lançado em 1991.

A relação maniqueísta presente no melodrama é fator de algumas especulações sobre a diminuição da criminalidade como gostava de contar o escritor francês Charles Nodier. De acordo com o relato de THOMASSEAU (2012), esse autor contava a história de alguém que confrontado pelo convite de outrem para praticar um crime respondeu “você então nunca viu representar uma peça de Pixérécourt¹”. Para além do tom exagerado da anedota precisamos levar em consideração como esse artifício tinha efeito e foi decisivo para a transição do melodrama do teatro para o cinema que não se deu de forma ingênua, como aponta XAVIER (2003), e tinha como intuito reforçar e veicular mensagens morais.

Os personagens do melodrama clássico eram as protagonistas, normalmente mulheres, mas, em alguns casos, crianças desabrigadas ou órfãs, sempre inocentes e perseguidas por um vilão obstinado, completamente mal e por meio do qual se reforçava preconceitos da época, pois geralmente os antagonistas eram ateus e estrangeiros. Junto deles havia, de um lado, o personagem cômico que, por sua vez, acompanhava a protagonista, e do outro lado, um laçao que ajudava o vilão em suas maquinações. Somava-se a isso um pai nobre, um personagem misterioso que revelava uma informação vital para a peripécia, e um animal de estimação presente para despertar a simpatia do público. Todos eles se mantinham empenhados na ação da narrativa, a qual refletia uma mensagem: quanto maior o perigo igualmente maior será a piedade, a aflição e, por fim, o alívio.

¹ René-Charles Guilbert de Pixérécourt, dramaturgo francês ativo no século XIX, conhecido por seus melodramas.



Pedro Almodóvar

Nascido na Espanha, o diretor de cinema Pedro Almodóvar começou sua carreira nos anos de 1970 filmando vários curtas-metragens e um longa, a maior parte nunca tendo sido lançados no Brasil. Mas é na década de 1980, poucos anos após o fim da ditadura de Francisco Franco, que Almodóvar ganha espaço e visibilidade produzindo quase um filme por ano.

Ainda assim, a relação do diretor com os produtores era bastante tumultuada, o que gerava conflito entre o filme que ele queria fazer e as propostas impostas a ele. Essa perturbação ao trabalho foi crucial para a carreira de Augustin Almodóvar, irmão de Pedro, formado em química e com histórico em metalúrgica, quem logo assumiu a função de produtor de seus filmes, cargo esse que ele desempenha até o momento, na produtora dos filmes do diretor, a El Deseo.

Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos

Nesse novo contexto de liberdade criativa é que Pedro Almodóvar lançou, em 1988, o projeto que lhe traria êxito no mercado internacional, o longa-metragem *Mulheres à Beira de Um Ataque de Nervos*, protagonizado por Carmen Maura, uma atriz atuante de longa data na filmografia do diretor. Um longa que reflete bem a proposta do diretor de um melodrama moderno “com um forte toque de comédia musical e gotas de comicidade”, como aponta Antonio Holguín.

No filme, Pepa, interpretada por Maura, é uma mulher inconformada por ter sido abandonada por seu amante com quem trabalha em um estúdio de dublagem. A solução que ela encontra é fazer uma receita de gaspacho, um prato que seu amante gosta, mas recheado de compridos soníferos para que ele durma e não a deixe mais.

Uma comédia com toques melodramáticos, o filme conta com uma mise-en-scène colorida que cria uma atmosfera *kitsch* particular da obra do diretor. Por exemplo, o apartamento de Pepa é decorado com animais em uma evocação à arca de Noé. Se a relação



amorosa dela está desmoronando, é nessa representação bíblica que a história encontra a ironia desses casais de animais, pois Pepa pretende salvá-los enquanto todo o resto desmorona.

Logo no início, a protagonista sonha com o seu amante que fala em um microfone para flertar com várias mulheres diferentes que passam por ele, de diferentes nacionalidades, como se não houvessem limites numéricos e espaciais para as suas traições. A voz é um componente muito importante no filme, não apenas pela natureza do trabalho dos personagens, mas porque serve como forma de distanciamento, pois o telefone no universo almodovariano ironicamente serve como objeto de incomunicação, como aponta PAIVA (2010).

Da mesma forma, existe uma cena metalinguística em que Pepa no trabalho precisa contracenar com o seu namorado, mas ele não está lá. Ela fala no microfone recebendo o sinal da voz dele gravada durante uma cena de romance. Esse dispositivo revela o seu descontentamento ao colocar a personagem em uma situação difícil. Primeiro, por interpretar uma cena de amor em um contexto de separação, e segundo, por ter de contracenar com voz dele mesmo em sua ausência.

Imagem 1 – Cena de *Mulheres à Beira de Um Ataque de Nervos*



Fonte: *El Deseo*, 1988.

Como explica FERRAZ (2019), a metalinguagem trata do significado duplo da palavra “sobre”, ao mesmo tempo que a metalinguagem é sobre a própria obra, ela também é sobre no sentido de que está para além da obra. Nesse sentido, a ficção elaborada pelo trabalho de dublagem dentro do filme aponta para o próprio filme, e serve como meio de explicitar os sentimentos da protagonista que precisa lidar através da ficção com o seu problema também ficcional.



Logo temos duas camadas de espectador e suas possíveis relações com as obras ficcionais, a primeira delas é a nossa se relacionando com os filmes de Pedro Almodóvar, nos relacionando com o *pathos* de suas personagens. Em segundo nível temos essas personagens lidando com algum tipo de ficção ou até elas mesmas ficcionalizando uma parte de suas vidas, emulando e mimetizando desejos. Podemos verificar esse mesmo *modus operandi* no melodrama *De Salto Alto* por exemplo, de 1991.

De Salto Alto

Nesse filme, acompanhamos Rebeca, filha de uma grande atriz da Espanha, Becky Del Páramo, que abandonou a filha para fazer carreira no México. Anos depois, a atriz retorna e a filha está casada com um de seus antigos namorados, além disso, apesar da boa vontade de Rebeca e a tentativa de se aproximar da mãe, descobrimos que existe ainda muito rancor e mágoa nessa relação por parte da filha.

As questões de representação se dão em duas personagens aqui, em Rebeca que casada com o ex-namorado de sua mãe tenta emular a ela, e Femme Letal, a amiga travesti de Rebeca que faz shows nos quais imita Becky Del Páramo. Note que a falta que a mãe faz reflete na tentativa de Rebeca ser como ela, em um casamento turbulento e pouco afetivo com um ex-affair de sua mãe, e em Letal que através da ficção e da representação é uma figura exterior a Rebeca e que serve como reflexo de sua mãe. Becky, quando está diante de uma foto de Letal, diz “eu tenho uma igual, com as mesmas plumas, a mesma postura” e lê no cartaz “Letal: a verdadeira Becky” e inconformada pergunta “a verdadeira Becky não sou eu?”, e tem a confirmação vindo da filha que a conta que ia ver o show para matar as saudades dela.



Imagem 2 – Cena de *De Salto Alto*



Fonte: El Deseo, 1991.

Becky, Rebeca e seu marido vão assistir ao show de Femme Letal que transa com Rebeca no camarim após pedir que lhe ajudasse depois do espetáculo. O filme se desenrola no assassinato do marido de Rebeca que é investigado pelo Juiz Dominguez, uma das facetas do personagem que também se apresenta Femme Letal, além de ter outros dois alter egos, o informante Hugo e o filho Eduardo que supostamente é o seu nome verdadeiro.

É o que Paul Julian Smith (1994) chama de “a cadeia de simulações”, já que o filme está interessado nessas encenações dos personagens, como aponta o autor, em dado momento Letal diz a Rebeca “posso converter-me no que você quiser... me diga que tipo de homem você gosta e nele vou me converter”, essa frase encontra reverberação em outra cena em que conversando com a mãe Rebeca confessa que passou a vida toda a imitando. Os personagens se expressam em novos personagens, Rebeca como uma sombra da própria mãe, Letal como esse reflexo de Becky, e Becky tentando desempenhar o papel de mãe.

Então, a investigação tem início, mas logo Rebeca confessa sua culpa em rede nacional, algo muito próximo dos monólogos patéticos do melodrama clássico. Como aponta Almodóvar em entrevista com Frederic Strauss:

Ela é ao mesmo tempo a origem e o fim de sua própria moral. (...) Em sua primeira confissão Rebeca mostra que está completamente sozinha, que a objetiva da câmera de televisão é a única com quem pode falar, e também pe a verdade da informação, pois ela diz as coisas que aconteceram, atinge o extremo desse tipo de discurso. Ao se confessar, pune-se a si mesma, e o



espetáculo patético da autopunição chega até sua mãe, que também sente isso como punição, Rebeca se confessa e ao mesmo tempo acusa diretamente a mãe e o marido: utiliza sua confissão para outro fim que não sua própria acusação. (STRAUSS, 2008, p. 133)

Ela expia sua culpa através da televisão se tornando uma figura patética porque apesar disso, o juiz que está investigando o caso e está envolvido emocionalmente com ela não acredita.

Rebeca repete ainda mais duas vezes a sua confissão, uma para o próprio juiz, e outra com a sua mãe, uma confissão dupla, já que a filha a conta que trocou os remédios de um antigo parceiro da mãe para que esse morresse ao dormir na estrada e deixasse o caminho livre para que Becky seguisse sua carreira viajando para o México com a filha, promessa que como soubemos ela não cumpriu.

O filme termina com Becky no leito de morte forjando uma prova para ser incriminada do crime no lugar da filha e poder dar a liberdade a ela, buscando no salvamento da filha um tipo de recompensa pelos anos de abandono. Ironicamente Rebeca não consegue dizer suas últimas palavras pois sua mãe já estava morta na cama. Simbolicamente, ainda que tenha salvado a filha da prisão, Becky a abandona novamente.

Tudo Sobre Minha Mãe

Se em *Mulheres à Beira de Um Ataque de Nervos* temos alguns elementos do melodrama misturados com a comédia e em *De Salto Alto* acompanhamos a resolução entre uma mãe ausente e sua filha, personagens de moral questionável, em *Tudo Sobre Minha Mãe*, filme de 1999, a protagonista Manuela remete às protagonistas do melodrama tradicional do século XVIII por sua resiliência e naturalidade em ajudar as pessoas a sua volta mesmo que ela carregue o maior fardo que uma mãe pode ter: a morte de seu filho.

Esteban é filho de Manuela, uma enfermeira que coordena o setor de transfusão de órgãos de um hospital. Como nunca soube nada sobre o pai, ele pretendia pedir que a mãe contasse toda história em seu aniversário. Naquela noite ambos vão assistir à peça *Um Bonde Chamado Desejo*, que Manuela conta a ele que fez uma montagem no passado, ela no papel



de Stela e seu pai como Kowalski. Esteban decide esperar na saída do teatro por Huma, a intérprete da protagonista Blanche, pois queria um autógrafo, e em decorrência dessa escolha, Esteban é atropelado por um carro e morre antes de saber a verdade sobre quem o geriu junto com Manuela.

Aqui temos uma cena que apesar de não apelar para o exagero do gênero é bastante potente no que diz respeito a trabalhar o *páthos* da personagem. O plano gira no ar como se a objetiva fosse a última visão de Esteban, uma mãe desesperada, inconsolável em meio a chuva, este último elemento sendo retomado mais adiante no texto.

Imagem 3 – Cena de Tudo Sobre Minha Mãe



Fonte: El Deseo, 1999.

Esteban então passa pelo processo de doação de órgãos. Aqui, o diretor se vale da metalinguagem e da repetição da representação em seus personagens, pois Manuela trabalha no hospital atuando em vídeos sobre doação, fazendo o papel do familiar da vítima. É interessante notar como Almodóvar coloca Manuela, assim como Pepa, para ser confrontada com uma ficção, mas no sentido inverso. Se Pepa lidou com uma ficção romântica em uma realidade turbulenta, Manuela tem que lidar com a realidade trágica apesar de ter “treinado” tantas vezes a mesma situação na ficção.

Essa metalinguagem, da história dentro da história, e que também fala sobre a própria trama pode ser vista em mais dois exemplos na narrativa. O primeiro é que, antes de morrer, Esteban começa a escrever um relato sobre sua mãe homônimo ao título do filme, e ele explica ser uma homenagem ao título original em inglês de *A Malvada* (*All About Eve*), um filme sobre uma atriz que pouco a pouco tenta tomar o espaço de uma veterana.



Após a morte do filho, Manuela decide voltar a Barcelona para reencontrar com a pessoa que a engravidou de Esteban, agora uma mulher trans chamada Lola, que também não sabia ter um filho, e contar-lhe não apenas sobre o menino, mas a respeito de sua morte. Essa viagem funciona como uma viagem do tempo, pois além da busca de Lola, ela reencontra a montagem da peça e se torna próxima de Huma, o que sem querer desperta os ciúmes de Nina, a atriz que faz Stela, e que assim como Bette Davis em *All About Eve* a acusa de estar tentando roubar seu papel.

A convivência naquele novo, mas familiar ambiente, do teatro se estreitam até que ela conta sobre o que aconteceu com seu filho e como Huma, sem saber, fazia parte daquela tragédia. Almodóvar trabalha aqui com o som da chuva despertando a memória de uma sobre o rosto de Esteban molhado através do vidro do seu carro, assim como Blanche, a personagem que ela faz no teatro, ouve o som de uma música sempre que lembra de uma tragédia do passado.

Nessa peça existe a segunda forma de metalinguagem do filme, pois apesar de não querer tomar o trabalho de Nina, por uma série de acontecimentos, Manuela tem a oportunidade de reviver o papel de Stela, também a de uma mãe em uma situação tóxica com seu marido machista e violento, papel esse que reflete a condição dela no passado quando fugiu de Barcelona para Madri sem contar a Lola que estava grávida, diferente de Stela que no final da peça ainda decide continuar casada com Kowalski.

Almodóvar em suas entrevistas com Strauss conta que Lola foi baseada em uma história que ele ouviu e guardou pois ele julgava uma “manifestação perfeita do caráter irracional do machismo”. Manuela em dado momento do filme questiona sobre o passado “como alguém pode ser tão machista com um par de peitos como aquele?”. Dessa maneira, assim como Stela é um reflexo ficcional de Manuela, Kowalski também é de Lola, apesar do primeiro ser um homem cis, e a segunda uma mulher trans.

Além desses personagens, há Agrado, que tem esse nome por sempre querer agradar as pessoas, frase que remete a Blanche que repete na peça que sempre dependia da bondade das pessoas, e irmã Rosa, uma moça que faz trabalho social ajudando principalmente transexuais em estado carente.



Irmã Rosa conhece Lola antes dos eventos mostrados no filme e logo descobrimos que, assim como Manuela no passado, está grávida dela. Se antes as personagens eram confrontadas com algum tipo de representação ficcional, assim como a própria Manuela na montagem da peça, desta vez a própria encontra em irmã Rosa um duplo, quase uma representação do próprio passado se repetindo em sua frente, mas com uma pessoa real e soropositivo, que precisa de todos os cuidados e que a vida, Manuela não pode simplesmente ignorar como as personagens no fim de uma peça.

Ao final do filme, irmã Maria falece, e Manuela adota seu filho, que também se chama Esteban. Manuela encontra Lola, que está em um estágio avançado de HIV, conta tudo sobre o seu filho, e o apresenta ao novo Esteban. Volta para Madri, pelo mesmo túnel do começo do filme, com Esteban no colo, a mesma viagem que fez da primeira vez quando fugiu de Lola, 17 anos no passado, com o primeiro Esteban no ventre. Há ainda uma última viagem, dois anos depois, para Barcelona que serve como desfecho feliz para os personagens, o bebe Esteban está bem de saúde, Agrado continuou trabalhando com Huma, que continua fazendo sucesso no teatro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme podemos analisar no texto, o melodrama é um gênero que evoca sentimentos de comiseração no espectador, por vezes fazendo os espectadores se relacionar de forma empática com os problemas dos personagens, e refletir nos seus próprios. Da mesma forma, o diretor Pedro Almodóvar traz esse sentimento de piedade e reconhecimento do espectador, assim como também, nas suas próprias personagens que são defrontadas por representações metalinguísticas, sejam elas ficcionais ou reais, revivendo e reelaborando partes de suas próprias vidas.

Portanto, o que se pode verificar nos filmes do autor são duas dimensões da relação espectador e obra; a primeira delas está associada ao gênero melodrama, suas características principais tem o interesse em evocar sentimentos na plateia desde sua fundação no teatro francês. A segunda, é a relação dentro da obra, dos personagens com uma ficção que acontece dentro da diegese, sempre relacionada a alguma angústia presente no personagem. Essa



camada, metalinguística, traz o personagem para um ponto de identificação com o público. Devido a essa relação narrativa, o espectador que da mesma forma que os protagonistas dos filmes, também está envolvido com a ficção.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMODÓVAR, Pedro. **Patty Diphusa**. Trad. Luiza Beraba. 2. ed. – Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2006.

ARISTÓTELES. **Poética**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

FERRAZ, Paulo Procópio. **As Metalinguagens de Barthes**. Remate de Males, v.39, n.2, pp. 849-866, 2019.

HOLGUÍN, Antonio. **Pedro Almodóvar**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994.

NOGUEIRA, Luis. **Manuais de Cinema II - Gêneros Cinematográficos**. Colvilhã: Livros Labcom, 2010.

PAIVA, Mónica Luísa Morgadinho. **Melodrama à Beira de um ataque de nervos: para uma análise constrativa entre o mundo conceptual de Douglas Sirk e a sua apropriação no cinema de Pedro Almodóvar**. 2010. Tese (Mestrado em Estudos Anglísticos) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2010.

SMITH, Paul Julian. **Desire Unlimited: The Cinema of Pedro Almodóvar**. London: Verso, 2014.

STRAUSS, Frédéric. **Conversas com Almodóvar / Frédéric Strauss**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

THOMASSEAU, Jean-Marie. **O Melodrama**. São Paulo: Perspectiva, 2012.



**PREPARAÇÃO PARA A PERFORMANCE DA ROSSINIANA Nº2 PARA VIOLÃO
DE MAURO GIULIANI - DESAFIOS TÉCNICOS E ESTILÍSTICOS
PROVENIENTES DAS ÓPERAS DE ROSSINI**

João Vitor de Albuquerque Lucas - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba 1, jv.a.lucas@gmail.com

Fabio Scarduelli - Orientador
Unespar/Campus Curitiba 1, fabioscarduelli@yahoo.com.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

As 6 *Rossinianas* do compositor italiano Mauro Giuliani (1781-1829) representam um dos maiores desafios de performance no repertório clássico-romântico do violão: “as Rossinianas são essencialmente peças instrumentais virtuosas derivadas da tradição operística, nas quais a intenção é recriar uma cena de ópera de Rossini através da construção de uma atmosfera psicológica adequada” (ZANGARI, G. 2013). O presente artigo buscou explicitar o processo de preparação da Rossiniana nº 2, desvendando a resolução de aspectos técnicos e estilísticos desafiadores. Tendo essa composição fortíssimas raízes na ópera italiana e diversas citações diretas à música operística de Rossini, pudemos analisar comparativamente o material composicional de Giuliani e o de Rossini, observando questões estilísticas que poderiam passar despercebidas. A ferramenta metodológica utilizada contribuiu principalmente para o entendimento do nosso processo de resolução de desafios técnicos. *Insights* das nossas sessões de estudo podem contribuir para o entendimento de como funciona o processo de estudo de uma peça de tamanha magnitude.

MATERIAIS E MÉTODOS



Neste trabalho foi utilizado como principal recurso metodológico a autoetnografia, metodologia de recolhimento de informações apropriada da sociologia que, como aparece em López-Cano e Opazo (2014):

Consiste no recolhimento e análise posterior de dados pessoais a fim de compreender fenômenos socioculturais. Na investigação musical, o estudo autoetnográfico realizado pelo próprio músico prático produz conhecimento que vai além da produção nascida apenas do estudo musicológico, na medida em que permite o pesquisador/instrumentista recolher dados a partir de sua própria experiência, testando hipóteses e realizando observações do antes, durante e depois do processo da prática ao instrumento.

Essa metodologia foi, na prática, realizada através de um caderno ou diário de estudos, uma ferramenta de registro minucioso do processo de estudo e resolução de problemas. As três principais frentes de observação foram: desafios técnicos, desafios musicais/interpretativos e rendimento das sessões de estudo relacionado ao estado psicológico desses recortes temporais. Dessa forma, o diário tornou-se uma importante fonte de informação ao demonstrar o processo de resolução de dificuldades técnicas, o amadurecimento do discurso musical, além de indicar como essas questões foram afetadas pelos eventos alheios ao estudo propriamente dito. Vejamos um exemplo:

Quadro 1 - Recorte do caderno de estudos

6 de fevereiro, segunda-feira
<ul style="list-style-type: none">● Digitação e pequena prática da seção final do “<i>Piu Mosso</i>” (página 7)
1. as escolhas de digitação foram essencialmente pensadas para levar a resultados musicais
<ul style="list-style-type: none">- Na mão esquerda a prioridade foi a manutenção do <i>legato</i> e o mínimo de movimentação possível.- Na mão direita foi escolhido o padrão “p a m i”, buscando destacar a melodia do baixo (<i>linha 2</i>).- Na <i>linha 3</i>, compasso 3, resolvemos fazer as notas do baixo oitavado todas na quarta corda, preservando o timbre mais brilhante.
2. Uso do metrônomo com andamentos alternados



- Alternando os andamentos no metrônomo (exemplo 45, 60 e 40 bpm) mudamos o foco do acerto, o que parece ter acelerado o processo de assimilação.

→ Estava tranquilo e a sessão foi objetiva e frutífera.

Fonte: Caderno de Estudos

É importante destacar que as propostas de resolução de problemas técnicos não são, de fato, finais. O caderno traz o registro do que foi pensado no dia e dessa forma é um documento autoetnográfico, ou seja, uma ferramenta que ao passar por análise fornece ao pesquisador *insights* do processo de prática da obra.

Em análise posterior foi possível observar que, exceto em trechos muito específicos e desafiadores, os desafios musicais não se desligaram dos técnicos durante o seu tratamento, dado que as escolhas de digitação foram em geral voltadas ao esclarecimento do discurso musical. Um dos trechos que exigiram atenção especial foi a seção da página 5 (a partir do *Allegretto innocente*) até a página 7 (até a barra dupla da quarta linha), correspondente ao tema “*Arditi all’ire*” da ópera “*Armida*”. Nesse caso, além de ter sido necessário criar exercícios para resolver problemas técnicos, também foi feito um trabalho de técnica pura, utilizando conhecidos métodos de técnica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de os desafios técnicos (passagens difíceis de executar, mais ligadas ao aspecto físico) e estilísticos estarem muitas vezes conectados, o processo de compreensão e resolução deles é um pouco diferente. Como será visto mais para frente, algumas questões estilísticas não foram consideradas desafios técnicos e o contrário também procede. Decidimos então, separar a discussão em duas partes, uma que desvenda especialmente a parte mecânica das mãos associada às decisões tomadas durante o processo de estudo e a outra que investiga as semelhanças e diferenças dos textos de Giuliani e Rossini, além da utilização de gravações de referência, enriquecendo a análise.

DESAFIOS TÉCNICOS



A Rossiniana nº 2 é reconhecida junto das outras Rossinianas como uma obra extensa e de grande dificuldade técnica. O processo de estudo foi bastante trabalhoso e, para análise neste trabalho, foram selecionados alguns recortes da peça que apresentaram acentuada dificuldade:

Tabela 1 - Trechos de desafio técnico

	TRECHO	PROBLEMÁTICA
1	Página 2, linha 3, compasso 2, tempo 2 até o compasso 3, tempo 1	Leveza da mão esquerda, sincronia entre as mãos e equilíbrio de vozes
2	Página 3, linhas 5 e 6, terças descendentes arpejadas	Agilidade, precisão da mão esquerda (legato) e cruzamento de dedos da mão esquerda
3	Página 4, linha 7, primeiro compasso	Inúmeras mudanças de apresentação da mão esquerda
4	Página 5, linha 2, compasso 3	Ligados e staccato
5	Página 5, linha 6, compasso 3	Ornamentos
6	Página 5, linha 7, compasso 3	Ligados 2-4 em região aguda e escala
7	Página 6, fórmula de arpejo	Andamento acelerado
8	Página 6, linha 2, compasso 4 e linha 3 compasso 1	Notas repetidas e translados longitudinais
9	Página 8, linha 1, compasso 2, tempo 2	Melodia com mudança de posição constante



10	Página 8, última linha, compassos 2 e 3	Mudança de apresentação da mão esquerda depois de um longo trecho relativamente estático
11	Página 10, linha 6, compasso 1, tempos 2 e 3	Escala em fusas e ornamento
12	Página 10, última linha, compasso 3, tempo 3	Escala em fusas e staccato
13	Página 11, penúltima linha, compassos 2 e 6	Arraste de terças, ornamento e afinação do baixo
14	Página 13, linha 4, compassos 5 e 6	Mudança de apresentação da mão esquerda no meio de um trecho rápido
15	Página 13, linha 6, compasso 3 e 4 e linha 7	Ligados com corda solta, staccatos e controle das vozes

Fonte: caderno de estudos

Desses 15 trechos tecnicamente complexos foram selecionados 4 para discussão mais aprofundada. Eles correspondem aos itens 1, 7, 9 e 15 da lista acima. O que aproxima um trecho ao outro é a agilidade requerida, mas eles diferem bastante entre si em suas particularidades.

Trecho 1

Figura 1



Fonte: Le Rossiniane, II Parte. Vienna: Artaria, 1822, p.2.

A figura 1 corresponde ao primeiro trecho da tabela e apresenta uma sequência de notas que se assemelha aos embelezamentos vocais, comuns nas óperas de Rossini. Trata-se de um trecho em que o andamento não precisa ser mantido na guia do metrônomo mas, em nossa visão, o local que melhor acomoda uma retenção do andamento vem no segundo tempo do compasso seguinte. Isso implica na execução dessas notas de maneira ligeira, necessitando então uma reflexão técnica aprofundada. Dentre as possibilidades analisadas, a que melhor atendeu às nossas expectativas foi a adição de ligados técnicos, tornando a digitação de mão direita extremamente simples (dedo indicador no Lá, médio no Si e anelar no Mi) e facilitando a leveza da mão esquerda, promovendo justamente a agilidade e maior relaxamento das mãos na execução. A duração da nota do baixo também teve que ser pensada, dado que o traslado transversal do dedo 1 (mão esquerda) da sexta corda para a segunda é muitíssimo complicado se o valor do baixo for executado exatamente como a partitura indica. Não julgamos adequado abafar o baixo logo antes da execução do Lá que vem em seguida e pensamos então em uma solução que atendesse às demandas estéticas pretendidas e que fosse tecnicamente executável a médio prazo. A solução encontrada foi retirar o dedo 1 da nota Fá no momento em que o dedo 4 ataca o Ré, deixando o baixo então com metade do seu valor grafado. Além disso, para aproximar o dedo 1 da segunda corda, foi decidido atacar o Fá agudo com este mesmo dedo, deixando então a mão melhor posicionada para o acorde que vêm a seguir.

Trecho 2

Figura 2



Fonte: Le Rossiniane, II Parte. Vienna: Artaria, 1822, p. 6.

A figura 2 é um recorte do item número 7 da tabela e a grande dificuldade desse trecho encontra-se no controle e resistência dos dedos da mão direita. Tratando-se da variação de um dos temas de ópera que M. Giuliani retirou das óperas de G. Rossini, a forma como essas notas são tocadas reflete diretamente no reconhecimento claro ou não do tema anteriormente tocado. É fundamental que o intérprete conduza as terças e o baixo de maneira coerente e isso se mostrou uma tarefa um tanto trabalhosa.

Um dos fatores que tornaram esse trecho (que representa boa parte da variação) mais exigente que a maioria foi o andamento e, ao analisar o diário de estudos, observou-se que desde a leitura inicial foi buscada uma digitação voltada a um andamento ágil. “Foquei em compreender (ou imaginar) como esse movimento soaria no andamento final, a fim de desenvolver uma digitação leve e fluida” (02/11/22, trecho do caderno de estudos). Após a leitura, o trecho foi revisitado para estudo sistemático e aprofundado no dia 20 de junho de 2023. Digações foram revisadas, algumas refeitas, e dois fatores foram centrais para o aperfeiçoamento técnico e interpretativo. O primeiro foi a elaboração de uma rotina de técnica que envolvia a prática de escalas de acordo com o método “Escola Moderna do Violão” de Isaías Sávio, acompanhada dos Estudos 3 e 7 de H. Villa-Lobos, estudos que, entre outras coisas, trabalham ligados e escalas. A própria abordagem sobre o Estudo nº7 foi bastante minuciosa, tendo sido elaborado um simples exercício sobre o arpejo da seção que se inicia no compasso 14, exercício que isolava a mão direita enquanto se solfejava a melodia aguda. O segundo fator foi a insistência no trabalho desse trecho por duas semanas seguidas (de 20/07 a 01/07/23), reforçada por duas masterclasses na Oficina de Música de Curitiba, uma com o violonista Fernando Lima e outra com a violonista Cecília Siqueira. Foi por eles apontado que, apesar de naquele momento possuímos um domínio técnico da seção, faltava-nos a “liberdade” necessária para que a interpretação atingisse um outro patamar. Para se aproximar do que nos foi falado, foi recomendada a escuta e familiarização com a música de Mozart. A



partir daí, apesar de entender que a técnica necessária para tocar o movimento deveria ser continuamente praticada, adicionamos ao estudo a escuta e apreciação da música de Mozart, além da já realizada escuta das óperas de Rossini, o que trouxe uma familiaridade maior com a sonoridade esperada para a música desse estilo.

Trecho 9

Figura 3



Fonte: *Le Rossiniane*, II Parte. Vienna: Artaria, 1822, p. 8.

A figura 3, correspondente ao item 9 da tabela, pertence a variação do tema “*Non piu mesta*” e parece ser o correspondente na Rossiniana nº2 de Mauro Giuliani aos embelezamentos vocais escritos por G. Rossini no rondó que fecha o segundo ato da ópera “*La Cenerentola*”. Para entender como abordar essa variação foi “no primeiro momento buscada uma compreensão do texto identificando a melodia e como ela se relacionava ao tema” (13/02/23, caderno de estudos) e utilizada uma gravação¹ da obra original de G. Rossini como referência. Dos dias 13 a 17 de fevereiro foi realizado um estudo sistemático, tendo sido traçado um objetivo para o período de uma semana: a execução completa do “Maestoso e Variação” (páginas 7-9 da edição fac-símile) no andamento de 80 bpm. Esse sistema de estudo “consiste em uma meta clara, objetiva e exige manutenção da regularidade” (17/02/23, caderno de estudos). Apesar de termos tido uma semana complicada devido a questões pessoais, como registrado no caderno, “isso não parece ter afetado o estudo da peça”. Atribuímos o sucesso das sessões à abordagem metódica de estudo.

Entre as estratégias utilizadas, consideramos duas as principais: utilização do metrônomo e isolamento da linha melódica. O metrônomo foi uma ferramenta importante

¹ Gravação da *Orchestra e coro del Teatro Comunale de Bologna* sob o selo DECCA.



tanto quando utilizado com andamentos progressivos, como quando utilizado com andamentos alternados. A alternância entre andamentos lentos e rápidos foi um atalho principalmente na compreensão do texto, mas também foi útil para elaborar, desde o início, digitações que fossem funcionar no andamento final traçado para aquela semana. Quanto ao isolamento da linha melódica, este nos permitiu “atingir o resultado sonoro pretendido” (17/02/23, caderno de estudos) para a melodia e foi seguido do isolamento do acompanhamento e posterior junção dos dois. Apesar de ter ocorrido de forma cíclica, o ponto central dessa técnica de estudo foi a definição do som pretendido para a melodia e a conseguinte experimentação e prática desta isoladamente. Os parâmetros para elaboração da digitação foram a preservação do *legato* e timbre da linha melódica e isto levou ao que chamamos no começo da semana de “uma digitação um pouco difícil de tocar”. Essa dificuldade observada deriva de duas mudanças de posição no período de execução de cinco semicolcheias, uma do Ré para o Fá (tocados na segunda corda) e a outra do Lá para o Fá (na primeira corda). Essa questão se repete no compasso seguinte (com notas diferentes) e depende de uma ótima coordenação nos movimentos da mão esquerda para ser executada num andamento acelerado. Ao percebermos isso, focamos a nossa atenção na leveza da mão esquerda e entendemos que, por mais que houvesse grande movimentação da mesma devido às mudanças de posição, a apresentação dela não mudava muito nessa movimentação. Essa realização não tornou o trecho mais simples, mas ao ter analisado quais seriam os movimentos necessários para a execução e quais eram mais simples do que pareciam, a prática consciente com metrônomo levou ao cumprimento da meta estipulada ao fim do período.

Trecho 15

Figura 4



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023



Fonte: Le Rossiniane, II Parte. Vienna: Artaria, 1822, p. 13.

Por fim, a figura 4 representa um trecho que pertence à coda da Rossiniana nº2, sessão que não faz referência a uma ópera específica de G. Rossini. É um trecho de muita dificuldade técnica por apresentar ligados descendentes de corda solta, staccato na voz central e um difícil equilíbrio entre as vozes. Não é possível afirmar que conseguimos dominar tecnicamente essa seção, mas elaboramos algumas estratégias para trabalhá-la. Inicialmente, havia sido pensada uma digitação de mão esquerda que seria mais fácil de realizar mas não tinha sido levado em conta que o andamento final seria bastante acelerado. Ao praticar e se aproximar do andamento desejado foram encontrados entraves e essa questão foi levada à aula de violão. Então, no dia 24/08/23 foram discutidas várias ideias de como esse trecho poderia ser resolvido. O primeiro ponto discutido foi que, apesar de a maior parte das dificuldades se encontrarem na mão esquerda, a prática isolada do padrão da mão direita também era necessária, especialmente devido às articulações que foram adicionadas aos baixos (todos os baixos dos 3 primeiros compassos da linha 2 da figura 4 estão sendo articulados, o que traz um interessante contraste e gera um efeito de preenchimento harmônico no último compasso da segunda linha). Em seguida foi repensada a digitação e chegamos então à conclusão de que, ao manter o dedo 2 como guia na voz central, a estabilidade da mão esquerda seria muito maior, facilitando então a execução a andamentos mais acelerados. Acreditamos que ao praticar o trecho com auxílio do metrônomo em andamento progressivo a partir dessas reflexões, alcançaremos em breve um ótimo domínio técnico.



QUESTÕES ESTILÍSTICAS: APRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE TEMAS EM GIULIANI E ROSSINI

Ao se abordar as Rossinianas é importantíssimo entender a quais partes das óperas de Rossini cada parte das peças de Giuliani se referem. Não só isso, também é essencial captar as emoções evocadas por Rossini, a fim de compreender melhor seu universo estilístico e aplicá-lo na execução das Rossinianas. Brian Jeffery (2002) resume detalhadamente de onde vieram as referências e, para estudo aprofundado da obra em questão, é necessário conhecer ao menos parte das óperas utilizadas nas *pout-pourris* de Giuliani.

Sendo nosso objeto de estudo a Rossiniana nº2, listamos abaixo as óperas e trechos referenciados nesta obra:

Tabela 2 - Trechos de Giuliani localizados em Rossini

Ária	Ópera	Ato	Personagem	Trecho em Giuliani
<i>Deh, calma o ciel</i> ²	Otello	2	Desdemona	Andantino Sostenuto (página 4)
<i>Arditi all'ire da cavatina Ah! No! sia questo</i>	Armida	1	Goffredo	Allegretto innocente (página 5)
<i>Non piu mesta</i>	La Cenerentola	2	Cenerentola	Maestoso (página 7)
<i>Di piacer mi balza il cor</i>	La Gazza Ladra	1	Ninetta	Maestoso ³ (página 10)
<i>Fertilissima Regina da cavatina Miei rampolli femminini</i>	La Cenerentola	1	Don Magnífico	Allegretto (página 11)

Fonte: JEFFERY, Brian. *Mauro Giuliani: Le Rossiniane Opus Numbers 119–124 for Solo Guitar*. Tecla Editions: London, 2002.

² Giuliani utilizou o tema “Deh, calma, o ciel” da ópera Otello também no seu Op.101 na forma de tema variado.

³ Não há indicações nesse tema como há nos outros. É possível, portanto, que a indicação seja a mesma usada anteriormente, “Maestoso”, descartando a necessidade de grafar a informação novamente.



Percebe-se que Giuliani escolhe sessões de diferentes óperas e, analisando o texto, não foi encontrada muita relação entre o que acontece nessas diferentes seções. O que faz bastante sentido é a organização por caráter ou afetos das peças, e acreditamos que cabe ao intérprete levar em consideração o texto das óperas a fim de reforçar cada um deles.

Listamos também as partituras e gravações de ópera utilizadas como consulta:

Tabela 3 - Fontes de consulta(links): partituras e gravações

Ária	Página na Partitura (fac-simile)	Gravação
<i>Deh, calma o ciel</i>	Páginas 244-246 do Atos 2-3 de <i>Otello</i>	https://open.spotify.com/track/51wGRdyR15UyBP9y1jCkVq?si=cda88dd947934d51 (início na minutagem 3'14'')
<i>Arditti all ire</i>	Páginas 72-87 do Ato 1 de <i>Armida</i>	https://open.spotify.com/track/11JsSJjSkZglR3csr3zK2d?si=e0280f97b4b044b4
<i>Non piu mesta</i>	Página 272-290 do Ato 2 de <i>La Cenerentola</i>	https://open.spotify.com/track/52YXekNG4JiRZqrFOoEOyg?si=2fdcd1d82c5347cd
<i>Di piacer mi balza il cor</i>	Página 116-120 do Ato 1 de <i>Le Pie Voleuse (La Gazza Ladra)</i>	https://open.spotify.com/track/2Ya8HY9MxiSKVGI0mnlaw?si=c0798a2cd19142ca
<i>Fertilissima Regina</i>	Página 156-163 do Ato 1 de <i>La Cenerentola</i>	https://open.spotify.com/track/0DM5PLu5r2yD6xFX7Nfqry?si=c04fd70c272c4d6b (início na minutagem 3'44'')

Fonte: caderno de estudos

A escuta de interpretações da obra de Rossini levou a algumas reflexões. A primeira é de que Giuliani parece tomar certas liberdades quanto à ornamentação e não fazer uma separação muito precisa entre vozes. Na página 4, primeira pauta, último compasso, por exemplo, Giuliani não faz diferenciação gráfica entre a linha a ser cantada e a linha da flauta, dando a entender que as duas seriam a mesma coisa. Vejamos as figuras 5 e 6:



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Figura 5



Fonte: Le Rossiniane, II Parte. Vienna: Artaria, 1822, p. 4.

Figura 6



Fonte: ROSSINI, Gioacchino: *Otello*, atos 2-3. Napoli: Manuscrito, p. 244

Não acreditamos que seja possível afirmar que a intenção dele era uní-las ou não, mas sabendo de informações como essa, podemos tomar decisões mais conscientes de como tratar

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 13 de 20



o texto. Novamente, no Allegretto da página 11, Giuliani opta por incluir apenas a parte orquestral da seção “Fertilissima Regina”, excluindo a linha vocal de sua obra. Esta parece ter sido uma decisão arbitrária (a linha vocal seria uma oitava abaixo da que está na Rossiniana, a linha que aparece corresponde a de um outro instrumento, como mostram as figuras 7 e 8).

Figura 7



Fonte: GIULIANI, Mauro: *Le Rossiniane*, II Parte. Vienna: Artaria, 1822, p. 11.

Figura 8



Fonte: ROSSINI, Gioacchino: *La Cenerentola*, ato 1. Napoli: Manuscrito, p.136⁴ e 156.

⁴ A figura 8 foi montada com a junção das páginas 136 e 156.



Assim como ocorreu com os trechos técnicos, algumas seções da música foram mais desafiadoras em questões estilísticas. A fim de elaborarmos interpretações coerentes com o caráter dos trechos de óperas de Rossini, buscamos as partituras originais, *libretti* e gravações de selos conhecidos. Dessa forma foi possível emular o mundo da ópera na interpretação da Rossiniana, como veremos a seguir.

Dos trechos mais desafiadores estilisticamente listamos:

Tabela 4 - Desafios Estilísticos

	REFERÊNCIA EM ROSSINI	LOCALIZAÇÃO NA PARTITURA	DESAFIO
1	Non piu mesta da ópera La Cenerentola	Página 7, linha 5 , compassos 1 a 4 tempo 3	Emular a articulação da voz na melodia
2	Di piacer mi balza il cor da ópera La Gazza Ladra	Página 10, linha 2 , último compasso a linha 4 tempo 2	Emular a textura orquestral
3	Di piacer mi balza il cor da ópera La Gazza Ladra	Página 10 , do compasso 2, tempo 3 da linha 5 ao primeiro acorde da linha 7	Organização do fraseado melódico

Fonte: caderno de estudos

Discutiremos abaixo como foi o processo de estudo dos 3 trechos referenciados na tabela.

Trecho 1

Os primeiros compassos do *Maestoso* (página 7) em Giuliani correspondem ao tema do rondó que fecha o segundo ato e a ópera *La Cenerentola*. A personagem que canta no final do segundo ato é a *Cenerentola* e na história este é um momento de comemoração, representado pelo “não mais cantar sozinha na frente do fogo”, referência ao começo da história. Giuliani nos dá uma dica de interpretação (*Maestoso*), mas é assistindo a ópera que se alcança um profundo conhecimento do significado desse final.



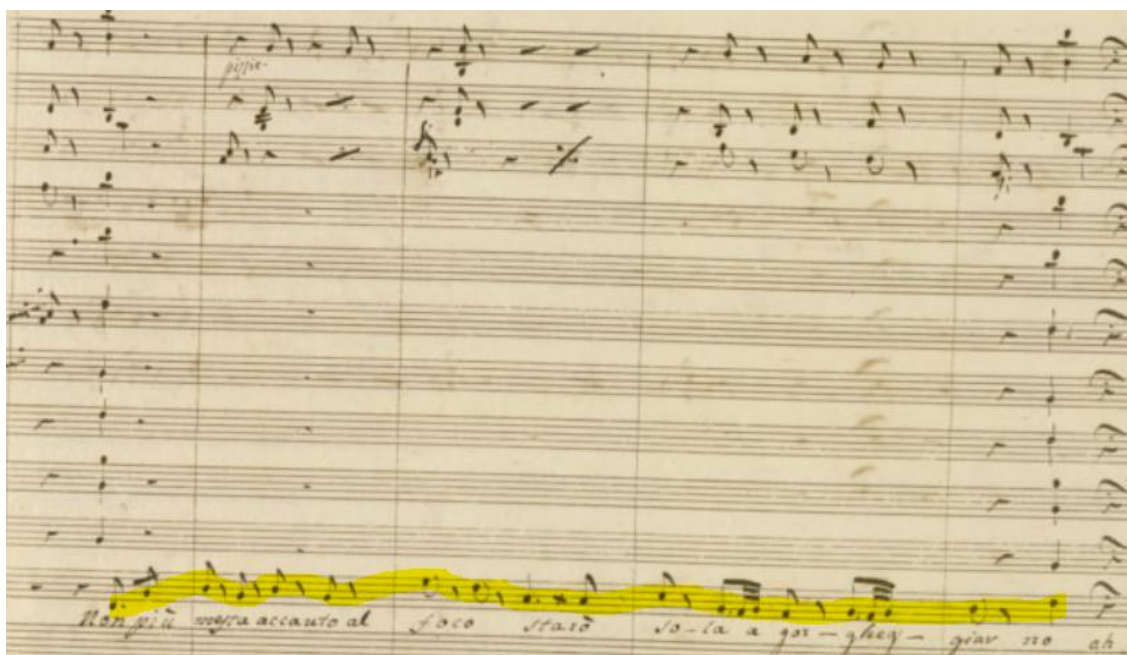
Após a escuta de uma gravação de referência⁵ e a análise do manuscrito de Rossini, foi possível perceber que a articulação da melodia na ópera é diferente da grafada na partitura de Giuliani, como demonstram as figuras 9 e 10.

Figura 9



Fonte: Le Rossiniane, II Parte. Vienna: Artaria, 1822, p. 7.

Figura 10



Fonte: ROSSINI, Gioacchino: *La Cenerentola*, ato 2. Napoli: Manuscrito, p. 273

Supõe-se que, devido aos temas de Rossini serem muito populares na época, não haveria a necessidade de grafar determinados detalhes. Ao acessar essas fontes, pudemos então nos aproximar muito mais das emoções que Rossini gostaria de evocar naquele momento e, por fim, dar mais credibilidade a interpretação deste tema na Rossiniana nº2.

⁵todas as gravações de referência estão listadas na seção “REFERÊNCIAS”



Trecho 2

Di piacer mi balza il cor é parte de uma cavatina cantada pela personagem *Desdemona* na ópera *La Gazza Ladra*. O trecho em questão faz referência a uma parte orquestral do tema de Rossini, sendo necessária a compreensão da linha orquestral para a interpretação do trecho. O entendimento veio através da análise da partitura e da escuta do trecho da ópera, e as ideias foram implementadas: “Aplicação de ideias interpretativas vinda da análise anterior - agilidade nas figuras do primeiro compasso, 4ª pauta da página 10.”(03/05/23, caderno de estudos). Além das figuras ligeiras, temos, no início do trecho, baixos d’Alberti e decidimos que “deveria ser *non legato*, por dar mais destaque à linha superior.”(14/04/23, caderno de estudos). O acorde que fecha a seção é o equivalente a um *tutti* orquestral. Devido a isso, decidimos destacá-lo do restante do trecho ao executá-lo como um arpejo com a polpa do polegar, o que ao invés de destacá-lo apenas pela dinâmica, o destaca também pelo timbre.

Trecho 3

Ainda parte da cavatina citada no trecho 2, o terceiro trecho foi inicialmente enquadrado como uma seção de desafio técnico: “percebendo que o trecho é muito mais difícil que o resto, estipulei um andamento mais lento (que anteriormente) para a sessão inteira” (16/04/23, caderno de estudos). O que primeiramente nos deu uma dica de como interpretar o trecho foi a gravação do violonista Goran Krivokapić da Rossiniana n°2: “percebi que ele se dá muita liberdade (em relação ao tratamento do tempo), especialmente nas sessões com muitas notas” (17/04/23, caderno de estudos). Essa dica inicial de interpretação só foi confirmada mais pra frente, ao percebermos que é comum em Rossini a presença de momentos em que o cantor exhibe as suas habilidades através de complexos trechos escalares. Essas “*cadenzas*” costumam envolver uma flexibilização do tempo e, com isso, a dificuldade técnica das escalas do trecho em questão diminui muito, tornando-se um desafio estilístico de emular os caprichos vocais. Acreditamos que a familiarização com a



linguagem de Rossini a partir da escuta atenta foi essencial para executarmos as escalas de maneira adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da presente pesquisa pudemos atingir um elevado grau de compreensão e domínio técnico da Rossiniana nº 2, resultado que poderá ser demonstrado através da performance da obra. Esperamos que ao desconstruirmos o processo de estudo, tenhamos trazido ideias de prática deliberada que possam expandir as ferramentas de estudo do leitor, além de demonstrarmos que estratégias sistemáticas tendem, de fato, a produzir resultados. Entendemos também que como nos foi útil, essa pesquisa pode ser relevante também para outras obras musicais, especialmente as compreendidas no chamado “período clássico-romântico” e, quem sabe, no entendimento geral de que a música (como um todo) está inserida num contexto e que portanto, a compreensão deste nos leva a uma prática mais significativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Textuais

JEFFERY, Brian. *Mauro Giuliani: Le Rossiniane Opus Numbers 119–124 for Solo Guitar*. Tecla Editions: London, 2002.

LÓPEZ-CANO, Rubén e OPAZO, Úrsula San Cristóbal. *Investigación artística en música*. Barcelona, 2014.

ZANGARI, Giuseppe: *Mauro Giuliani (1781-1829): Instrumental and Vocal Style in Le Sei Rossiniane*. Sidney, 2013.

Partituras⁶

GIULIANI, Mauro: *Le Rossiniane, II Parte*. Vienna: Artaria, 1822.

⁶ Todas as partituras podem ser encontradas no [Imslp](https://www.imslp.org/).



ROSSINI, Gioacchino: *Armida*, ato 1. Napoli: Manuscrito, p. 72-87

ROSSINI, Gioacchino: *La Cenerentola*, ato 1. Napoli: Manuscrito, p.156-163⁷

ROSSINI, Gioacchino: *La Cenerentola*, ato 2. Napoli: Manuscrito, p. 272-290

ROSSINI, Gioacchino: *Le pie voleuse*.⁸ Paris: Castil-Blaze, p. 116-120.

ROSSINI, Gioacchino: *Otello*, atos 2-3. Napoli: Manuscrito, p. 244-246

Gravações

GIULIANI, Mauro: *Rossiniana n.º2*. Intérprete: Goran Krivokapić. In: **Le Rossiniane**. [SI]: Naxos, p2020, 1 álbum. Faixa 2. Link: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/56P3XrBi4Z9nBl23sGzmag?si=d13a6af09bc845b8>

ROSSINI, Gioacchino: Act 3^º : *M'ascolta*. Maestro: Antonino Fogliani. In: **Rossini: Otello**. [SI]: Naxos, p2010, 2 discos. Disco 2, faixa 13, minutagem: 3'14''. Link: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/51wGRdyRl5UyBP9y1jCkvq?si=11c30d50063e44f4>

ROSSINI, Gioacchino: *Arditti all'ire*. Maestro: Danieli Gatti. In: **Rossini: Armida - The Sony Opera House**. [SI]: Sony Classical, p1994, 1 álbum (55 músicas). Faixa 4. Link: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/11JsSjSkZglR3csr3zK2d?si=5a3251189c7d41a5>

ROSSINI, Gioacchino: *Cavatina: Di Piacer mi balza il cor*. Maestro: Alberto Zedda. In: **Rossini: La gazza ladra (live)**. [SI]: Naxos, p2015, 3 discos. Disco 1, faixa 6. Link: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/2Ya8HY9MxiSKVGlf0mnlW?si=f0e12c1a7576476c>

ROSSINI, Gioacchino: *Miei rampolli femminini*. Maestro: Riccardo Chailly. In: **Rossini: La Cenerentola**. [SI]: Decca, p1993, 2 discos. Disco 1, faixa 7, minutagem 3'44''. Link: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/0DM5PLu5r2yD6xFX7Nfqry?si=eb840b67ce64483a>

ROSSINI, Gioacchino: *Non più mesta*. Maestro: Riccardo Chailly. In: **Rossini: La Cenerentola**. [SI]: Decca, p1993, 2 discos. Disco 2, faixa 20. Link: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/52YXekNG4JiRZqrFOoEOyg?si=5963a00ee14f4385>

⁷ A letra no manuscrito não é a mesma da gravação. Já na publicação da Ricordi (também disponível no Imslp) a letra é a mesma da gravação - páginas 143-149.

⁸ Não localizamos a ária na partitura em italiano.

⁹ Na errata de Brian Jeffery está indicado o Ato II de Otello quando na verdade o tema encontra-se no ato III. No Imslp, no entanto, encontramos o arquivo como Atos II e III na versão em Italiano e provavelmente por isso Jeffery referencia o tema dessa forma.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Playlist com todas as gravações:

<https://open.spotify.com/playlist/2RZxYqYWaddZuB4UvKUnML?si=015e8821c2164ea>

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 20 de 20



O HORROR E O FANTÁSTICO EM *LEGIÃO*, DE SALVADOR SANZ

João Vítor Possari dos Santos - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba I, possari40@gmail.com

Fabricio Vaz Nunes - Orientador
Unespar/Campus Curitiba I, fabricio.nunes@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar as características da história em quadrinhos *Legião*, de Salvador Sanz (2013, com publicação no Brasil em 2014), a partir dos conceitos do fantástico e do horror cósmico. A análise visa demonstrar como este quadrinho se constitui, narrativa e imageticamente, à luz dos referenciais teóricos de H. P. Lovecraft sobre o que é o horror cósmico, assim como de autores como David Roas, Rosalba Campra e Noël Carroll sobre os gêneros do fantástico e do horror.

Sanz, artista emergente dos anos 2000 dentro da tradicional cultura dos quadrinhos argentinos, tão intrinsecamente ligada aos grandes polos de divulgação europeus, surge em uma leva que conta com quadrinistas como Lucas Nine e Enrique Breccia. Esta nova geração veio a suceder alguns dos grandes nomes da linguagem do século XX, como Hector Oesterheld (1919 - 1977), Alberto Breccia (1919 - 1993), Solano López (1928 - 2011) e José Muños (1943 - atual). Assim, quase que por osmose, como uma continuidade de uma tradição bastante arraigada nos quadrinhos argentinos, Sanz vem desenvolvendo a sua trajetória pensando a nona arte através do horror cósmico “Lovecraftiano”. A literatura de Lovecraft é uma importante influência sobre Sanz, tanto que o quadrinista ilustrou, com maestria, contos como “O chamado de Cthulhu” e “O habitante das trevas”, desenvolvendo uma linguagem visual para o horror cósmico do escritor estadunidense.



Para os fins da análise, empregaremos autores como Roas, Campra e Carroll, além do próprio Lovecraft. Contudo, tais autores se limitam a falar sobre a linguagem literária, de forma que empregaremos, além deles, teóricos dos quadrinhos, como Beatriz Sequeira Carvalho, Antonio Luiz Cagnin e Thierry Groensteen, para entender como o fantástico de Sanz se configura dentro da linguagem das histórias em quadrinhos. Buscamos entender, ao final, como e por quais motivos *Legião* pode ser considerada pertencente ao gênero do fantástico e do horror e como o mesmo se encaixa como um dos principais quadrinhos dentro de seu nicho na América Latina.

MATERIAIS E MÉTODOS

Em síntese, *Legião* começa quando em uma exposição a artista Azul apresenta uma pintura feita com uma cor jamais vista antes, o “ultramal”, e é cumprimentada por uma escultora, Alicia Parodi, de forma estranha. Logo em seguida, um musicista perde a noção de tempo e toca quase que inconscientemente por 24h ininterruptas até que um amigo o encontra e o mostra como o céu estava escuro e maligno. Aos poucos, acontecimentos sobrenaturais vão se sucedendo, como um grande rosto no céu em cima do Mar da Plata, Argentina, e uma chuva de sangue começa a cair em cima de prédios populares de Buenos Aires, como o Shopping Abasto e o Planetário Galileo Galilei. Um porteiro de prédio acorda ouvindo muitos gritos, depois um silêncio, quando vai à rua nota monstros rastejantes arrastando grandes quantidades de partes de corpos humanos pela cidade.

Ainda atordoado, o musicista faz o caminho de casa quando percebe muitos gritos e pessoas correndo em sua direção, policiais atirando no que surgia do escuro, em vão, pois ainda assim foram mortos por uma figura demoníaca com partes humanas e uma cabeça sendo de ossos e carne humana em decomposição, montado em algo semelhante a um cabrito maior que o carro que está logo abaixo deles. O musicista então se esconde em uma caixa d'água onde por acaso estavam escondidos o porteiro, Azul e mais um rapaz chamado Leo. Passam-se horas e o grupo saiu do local encontrando uma cidade em ruínas e um grande arranha céu sendo construído rapidamente ao longe.



Em busca de roupas e abrigo eles encontram uma única casa que não havia sido invadida. Ao entrar, se deparam com um papagaio narrando os motivos pelos quais a Legião - nome do conjunto de monstros que invadiu a cidade - foi invocada: "uma melodia nunca deveria ser tocada, uma cor nunca deveria ser vista e uma forma nunca deveria ter sido esculpida". Azul acha uma escultura idêntica ao desenho de sua pintura, assim como uma foto de Alicia. Encontra também um livro antigo com escritos que mostram que Alicia sabia o que viria a acontecer.

No meio da noite a Legião os encontra, eles tentam fugir com o carro que estava na garagem, porém o carro é destruído, Leo tem sua cabeça cortada na altura do maxilar no meio da perseguição. O carro capota e é arremessado em um grande rio com vários animais mortos ao pé do imenso monumento que estava sendo construído pela legião. Os 3 sobreviventes navegam em um elefante em direção ao monumento; chegando perto, duas coisas são percebidas sobre a construção: primeiro, a semelhança do monumento com a escultura de Alicia; segundo, que o monumento é feito de partes de pessoas, como pernas, cabeças e braços em formações extremamente geométricas.

Azul é puxada para cima por uma criatura de oito pares de braços e o musicista e o porteiro são atacados e levados logo em seguida por um dos demônios da Legião.

O musicista e o porteiro acordam com Azul tendo seus braços, que estavam arrancados do corpo e amarrados, colocados em sua cabeça, com intuito de captar suas lágrimas que eram a cor ultramal. Percebe-se então que Alicia está entre os membros da Legião, só que vestida como se fosse um deles: compreende-se, então, que ela arquitetou toda a invocação dos demônios e que a arte para eles é um motor para a destruição. A Legião venera a arte profana que os trouxe ali, com a coroação da cor, a ampliação da escultura e por fim obrigando o musicista, chamado de príncipe escarlata, a tocar novamente a música que os guiou até ali. Tudo isso para fascinar o grande rosto que está no céu de Buenos Aires

Tendo em vista a obra analisada, foi necessário compará-la com as demais obras de Sanz que foram traduzidas para o português e publicadas Brasil, sendo elas: *Mega*, *Angela della morte*, *Noturno* e a trilogia *O esqueleto*, para entender as características que as circundam e que poderiam convergir para caracterizar *Legião* dentro do fantástico e do horror. Pode-se notar então que, de modo geral, algumas características se tornam recorrentes, como



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

os cenários apocalípticos ou pós-apocalípticos ambientados em um fundo conhecido, normalmente a própria capital da Argentina, Buenos Aires. Como demonstraremos mais à frente, essa aproximação com o real é extremamente importante para o fantástico. Contudo, em todas as obras de Sanz este mundo real desmorona com a presença do desconhecido e do inconcebível. Tal desconhecido, que podemos definir como multidimensional, é de certa forma sempre trazido à tona por uma espécie de ritual, com elementos relativamente comuns que são levados ao extremo do incompreensível. Na narrativa de *Mega*, são bolos em formato de continentes que, ao serem cortados, determinam cortes e catástrofes nos continentes reais. Em *Noturno*, é usada uma piscina cheia de ovos para que seja feito o ritual de abertura dos caminhos entre o mundo real e o mundo sobrenatural e ameaçador. Já em *Legião*, é arte, nas modalidades da pintura, da escultura e da música que invocam a presença dos seres demoníacos e a conseqüente destruição do mundo real.

Pode-se perceber também, por se tratar de uma HQ, particularidades imagéticas importantes para a adequação do fantástico e do horror para esta linguagem, como a ambientação atmosférica que conduz o ritmo das histórias, levada pela cor, tonalidades e preenchimentos das páginas. As ilustrações realistas dos cenários e prédios reais expostos no quadrinho, assim como o fantástico e o horrendo se construindo imageticamente de forma orgânica como monstros de existência dubitável, como diz Noël Carroll e destrincha-se mais à frente “o monstro é um personagem extraordinário num mundo ordinário” (p. 32). Sem deixar de mencionar o abuso nos desenhos das perspectivas superiores para que se dê o ar de inalcançável ao estranho e as viradas de páginas contendo na página seguinte uma cena impactante.

A partir desta sintetização da temática e das características do material analisado, foi necessário buscar elementos teóricos para a compreensão da obra de Sanz dentro do fantástico e do horror. Para tanto, empregamos a teorização de David Roas em seu livro “A ameaça do fantástico” (2014), em que o autor fala sobre a importância do real para que o fantástico funcione, e principalmente sobre a ameaça que sempre se mostra presente nesse gênero narrativo. Além de Roas, outra autora importante para a teorização do fantástico foi Rosalba Campra (2008), que demonstra como se dá a construção poética do real no gênero, além de trazer a importância do silêncio no mesmo, a partir da qual podemos fazer uma analogia com

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 4 de 25



o silêncio nos quadrinhos. Outro autor empregado nesta análise foi Noël Carroll (1999), que providenciou as principais fagulhas para entender que o horror se constrói no imaginário do leitor e na “imundície” dos monstros apresentados. Buscamos também compreender o horror cósmico através do livro do próprio Lovecraft, “O horror sobrenatural na literatura”, encontrando suas influências sobre *Legião*.

Cabe também destacar que a grande maioria desses referenciais teóricos são de autores que citam a literatura como ponto central. Buscamos, a partir da tese de mestrado de Beatriz Sequeira de Carvalho (2017) e consecutivamente em autores como Antonio Luiz Cagnin (2014) e Thierry Groensteen (2015) a validação dos quadrinhos como linguagem de pesquisa própria e autônoma que será analisada mais à frente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ameaça sobre a realidade

Pode-se identificar a descendência “osmótica” em relação ao horror cósmico presente nos quadrinhos argentinos a partir de *O eternauta*, de Oesterheld e Solano López, e à tradição que se desenvolve a partir da literatura de Lovecraft nas produções de Salvador Sanz, considerando-se as declarações do próprio autor estadunidense, em seu texto *O horror sobrenatural na literatura* quando o mesmo diz que, no verdadeiro horror “Há que estar presente uma certa atmosfera de terror sufocante e inexplicável ante forças externas [...], uma suspensão ou derrogação particular das imutáveis leis da Natureza” (LOVECRAFT, 1987, p.12).

Em *Legião* podemos notar esta presença sufocante no ponto em que as hordas da legião, incansavelmente e de forma incompreensível, invadem Buenos Aires. A chuva de sangue e o rosto no céu do Mar da Plata são bons exemplos da suspensão das leis da natureza.



SIPEC

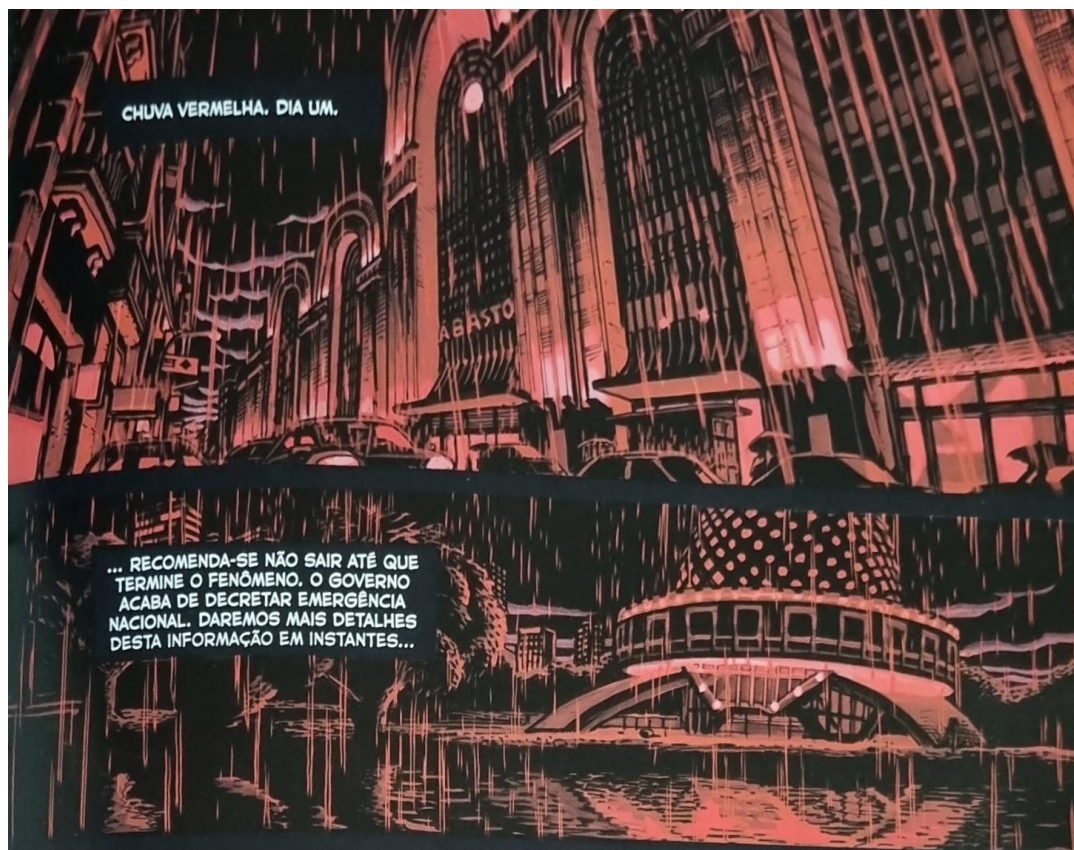
EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Figura 1



Fonte: *Legião* (Salvador Sanz, 2014, p. 9).

Além disso, segundo a teoria de Roas, podemos entender *Legião* como uma narrativa fantástica a partir de alguns pontos importantes para o autor. Roas destaca a importância do real para a construção da situação fantástica: aqui “para que a história narrada seja considerada fantástica, deve-se criar um espaço similar ao que o leitor habita” (ROAS, 2013, p.31). A construção detalhada de um mundo ficcional realista faz com que o leitor se sinta seguro e, em seguida, quando ocorrer a transgressão do mundo real pelo sobrenatural, o leitor é levado a uma sensação de perda e incompreensão, como diz Roas, “Porque o objetivo fundamental de toda narrativa fantástica é questionar a possibilidade de um rompimento da realidade empírica” (ROAS, 2013, p.53). Nos gêneros realista e maravilhoso não ocorrem rompimentos com a realidade; no texto realista sendo os acontecimentos dentro de uma certa normalidade, semelhantes ao que ocorre no mundo real; no maravilhoso, há um mundo



Figura 2



Fonte: O Shopping Abasto, Buenos Aires. Foto: santiaGO!, chile. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Buenos_Aires_-_Avenida_Corrientes_-_Abasto_shopping.jpg. Acesso em: 22 ago. 2023

Figura 3



Fonte: O Planetário Galileu Galilei, Buenos Aires. Foto: Rodrigo Quezada B. Disponível em: <https://brasileirosporbuenosaires.com.br/visitando-o-planetario-galileo-galilei/>. Acesso em: 22 ago. 2023

ficcional que é conivente com acontecimentos que seriam impossíveis na realidade, mas tais



acontecimentos não são problemáticos, pois ocorrem dentro das “regras” deste mundo ficcional. No fantástico, ao contrário, o rompimento da realidade é problemático e ameaçador, trazendo consigo o medo.

Sanz trabalha muito bem o real em seu quadrinho, principalmente com o uso das imagens. No decorrer das páginas, o artista apresenta ao leitor a cidade de Buenos Aires com fidelidade: na página 6, por exemplo, o Mar da Plata e sua costa são fiéis à realidade, assim como estruturas arquitetônicas como prédios e ruas, incluindo até mesmo o Planetário Galileo Galilei e o Abasto Shopping, construções que existem de verdade na cidade, na página 9.

É possível ainda notar a presença de elementos comuns e reais que de forma a fugir do natural causam o mal e assim assombram pois “[...] dirigem-se ao intelecto mais que à fantasia impressionista, cultivam uma magia esclarecida mais que a tensão maligna ou a verossimilhança psicológica” (LOVECRAFT, 1987, p. 29), ou seja, mais do que um monstro arrastando correntes, essa história traz a tensão e o medo despertado, na humanidade, diante do desconhecido. Deveras potentes, estes elementos aparecem quase que de maneira igual em Lovecraft e em Sanz, como é o caso da cor narrada no conto *A cor que caiu do céu* e o “Azul ultramal” em *Legião*, respectivamente.

Ao mesmo tempo que o leitor se familiariza com a Buenos Aires descrita, a narrativa de *Legião* leva o leitor a confrontar tal realidade construída com o elemento fantástico, que ameaça a ordem natural das coisas. Em *Legião*, edifícios realmente existentes em Buenos Aires, como o Shopping Abasto e o Planetário Galileo Galilei são apresentados detalhadamente, para então serem alvejados por uma chuva de sangue (figs. 1-3).

No geral, partindo da teorização de Roas, podemos considerar a existência do fantástico nesta narrativa pela ameaça que irrompe na realidade, ameaçando a sua própria existência: “tanto o fantástico tradicional como o fantástico contemporâneo se baseiam em uma mesma ideia: produzir incerteza diante do real.” (ROAS, 2013, p.73). De fato, Sanz constrói toda a narrativa em torno da representação exata do mundo real que será subvertido, um mundo “onde a arte é só uma força destrutiva” (SANZ, 2014, p. 42).



Figura 4



Fonte: *Legião* (Salvador Sanz, 2014, p. 18)

Rosalba Campra compactua com essa ideia de importância do real no gênero fantástico, afirmando que o real tem que ser bem construído para que o leitor, assim, seja convencido da sua verossimilhança:

[...] el hecho fantástico es, por definición, inverosímil. Lo fantástico debe entonces, para ser aceptado como verdadero dentro del mundo del relato – o por lo menos para que el lector se interrogue sobre su posibilidad de verificación –, encontrar formas de validación de lo que propone como su verdad. (CAMPRA, 2008, p.68).



Reiterando aqui a importância da construção dos cenários e localidades do nosso mundo real, feitas por Sanz em *Legião* como forma dessa validação descrita por Campra. Sanz inclui até mesmo elementos pequenos, mas que corroboram com os detalhes da imersão, como o letreiro da cerveja Quilmes - tradicional cerveja argentina - na página 18, ao fundo de uma *splash page* (página de histórias em quadrinhos que ocupam a página inteira) de um dos demônios que invadem Buenos Aires (fig. 4).

Mais à frente será abordada a importância do horror artístico em *Legião* principalmente pelo viés teórico de Noel Carroll, contudo podemos adiantar seu conceito de “certo ser possível” que concorre com a ideia de uma boa construção do real para que a veracidade do medo sobrenatural. Neste conceito, o autor diz que “[...] o objeto particular do horror artístico [...] é um pensamento” (Carroll, 1990, p. 47); ou seja, o horror apresentado aos leitores não se dá pela figura explicitados demônios, pela barbárie, assassinatos e tortura, cometidas pelos mesmos, ou pela crença de sua existência, mas pelo “[...] conteúdo do pensamento, ou seja, de que [...] *poderia* existir e fazer essas coisas terríveis” (Carroll, 1990, p. 47. Grifos nossos). Logo, só a construção de um real sólido, quando ameaçado pelo irreal, poderia provocar tais pensamentos,

O silêncio: uma marca importante para o fantástico e para os quadrinhos

Um ponto importante para a percepção do fantástico literário se dá através da ausência. Campra (2008) expressa essa noção de ausência através do conceito de silêncio, que é empregado e escolhido pelo autor do gênero para que em suas narrativas sempre haja a lacuna do inexplicável na realidade, confundindo, assim, o senso lógico do leitor diante das leis que regem a realidade comum.

Existen, sin embargo, silencios incolmables, cuya imposibilidad de resolución es experimentada como una carencia por parte del lector y que estructuran el cuento en sus características de “género”. Este es el tipo de silencio que encontramos en el cuento fantástico: un silencio cuya naturaleza y función consiste precisamente en no poder ser llenado. El sistema prevé la interrupción del proceso comunicativo como condición de su existencia: el silencio en la trama del discurso sugiere la presencia de vacíos en la trama de la realidad. (CAMPRA, 2008, p. 112).



Exemplos deste “silêncio” acontecem com frequência em *Legião*, dando mais uma pista do fantástico nesta obra. A cor apresentada na narrativa logo na primeira página é uma cor que foge ao espectro de cores visíveis ao olho humano, e, portanto, impossível de ser representada, ou seja, se faz ausente para o leitor. O rosto que parece, imgeticamente, ser formado por nuvens, localizado em cima do Mar da Plata, é uma incongruência da realidade que o autor escolhe manter em silêncio, ou seja, sem qualquer explicação, deixando que o leitor se intrigue com o impossível.

Os leitores de HQs (histórias em quadrinhos) convivem com esse silêncio rotineiramente: são as sarjetas, espaços geralmente em branco situados entre cada quadro da página de uma história em quadrinhos. Os pequenos espaços encontrados entre um quadro e outro possibilitam a construção do espaço-tempo e do movimento. De acordo com Scott McCloud,

nada é visto entre os dois quadros, mas a experiência indica que deve ter alguma coisa lá! [...] Os quadros das histórias em quadrinhos fragmentam o tempo e o espaço oferecendo um ritmo recortado de momentos dissociados. Mas a conclusão nos permite conectar esses momentos e concluir mentalmente uma realidade contínua e unificada. (McCLOUD, 2005, p.67).

Contudo, em *Legião*, configurando-se como um quadrinho fantástico, Sanz utiliza-se do silêncio já existente na lógica da própria HQ para subverter a realidade esperada pelo leitor e citada por McCloud. Um exemplo disso está nas páginas 4 e 5, onde o musicista já citado aparece tocando uma música com começo e fim, induzindo o leitor a acreditar, pela passagem entre as sarjetas, que a duração temporal tenha sido longa mas não impossível, quebrando as expectativas de realidade do leitor quando Sanz explica, através do texto, que o instrumento foi tocado por vinte e quatro horas ininterruptas (fig. 5).

Sobre este jogo de realidade e quebra de expectativa, explica Campra: “Mientras en el absurdo la carencia de causalidad y de finalidad e s una condición intrínseca de lo real, en lo fantástico deriva de una rotura imprevista de las leyes que gobiernan la realidad.” (CAMPRA, 2008, p. 133).

Figura 5



Fonte: *Legião* (Salvador Sanz, 2014, p. 4-5.)

Os traços do horror

O horror é um gênero literário que frequentemente aparece ligado ao fantástico assim como ao gótico. Alguns dos melhores exemplos da articulação dos dois gêneros são os contos de Edgar Allan Poe, assim abordados por Lovecraft: “Naturalmente os contos de Poe se enquadram em várias classes [...] um resíduo substancial representa a literatura do horror sobrenatural em sua forma mais aguda, e dá ao seu autor um lugar permanente e inexpugnável como deidade e fonte de toda a ficção diabólica moderna” (LOVECRAFT, 1987, p.36). Um dos autores teóricos que melhor define estes gêneros é Noël Carroll, já citado anteriormente; para ele, o horror aqui referenciado não se trata apenas de sustos e situações que deixam as pessoas com medo, por isso passa a denominá-lo de forma diferente, chamando-o de “horror artístico” (CARROLL, 1990, p. 27).

Visto que *Legião* pode ser considerada uma das obras que abarcam o horror e o fantástico, pode-se pensar na influência do horror artístico na obra com a finalidade de causar



a ameaça ao leitor, esta que, explicitada anteriormente, é entendida por Roas como necessária para a potencialidade do gênero fantástico. Carroll, por outro lado, vê o horror artístico relacionado à presença do monstruoso:

[...] o horror artístico é um estado emocional em que, essencialmente, um extraordinário estado físico de agitação é causado pelo pensamento de um monstro, em virtude dos detalhes apresentados por uma ficção ou por uma imagem, pensamento esse que também inclui o reconhecimento de que o monstro é ameaçador e impuro. (CARROLL, 1990, p. 54).

Figura 6



Fonte: *Legião* (Salvador Sanz, 2014, capa)

Para Carroll, o horror artístico é construído a partir do monstruoso como o elemento que rompe as categorias que organizam o mundo real: “o que horroriza

Figura 7



Fonte: *Legião* (Salvador Sanz, 2014, p. 17)



é o que fica *fora* das categorias sociais e é, forçosamente, desconhecido” (Carroll, 1990, p. 54. Grifo no original). Os principais antagonistas monstruosos na história proposta por Sanz se configuram como uma horda de demônios, que, à primeira impressão, surgem do nada em uma realidade possível - a Buenos Aires reconhecível pela arquitetura e por algumas construções conhecidas, como o Shopping Abasto e o Planetário Galileo Galilei. Estes demônios possuem características repugnantes, como as cabeças de animais penduradas em suas montarias (fig. 6) e até mesmo línguas, orelhas e ossos agregados em seus corpos (fig. 7), ameaçando assim os personagens.

Os monstros são vistos como violações da natureza e como anormais, e isso se torna claro pela reação dos protagonistas. Eles não só sentem medo desses monstros; acham-nos repelentes, repugnantes, nojentos, repulsivos e impuros. São antinaturais no sentido de que são desajustados metafísicas e, por conseguinte, provocam repulsa nos personagens de ficção e, por sua vez, devem supostamente provocar uma resposta correspondente no público. (CARROLL, 1990, p. 77).

A repulsa e o medo dos monstros em *Legião*, portanto, devem ameaçar também os leitores de *Legião*. Atentando um pouco mais para a construção destes antagonistas em *Legião*, a teoria do horror de Carroll ajuda a entender os monstros apresentados por Sanz. Segundo o teórico, existem cinco tipos de construção das criaturas monstruosas: periculosidade, fusão, fissão, magnificação e massificação, dentro das quais é perceptível três deles em *Legião*, sendo a periculosidade o mais fácil de ser notado, visto a tamanha crueldade dos demônios, bastando verificar que os mesmos desmembram, matam e mutilam qualquer humano encontrado sem ao menos se pronunciar, incluindo os protagonistas. Um exemplo do horror explícito causado por esses é a cabeça de um dos personagens, que é arrancada na altura no maxilar (fig. 8).

Figura 8



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023



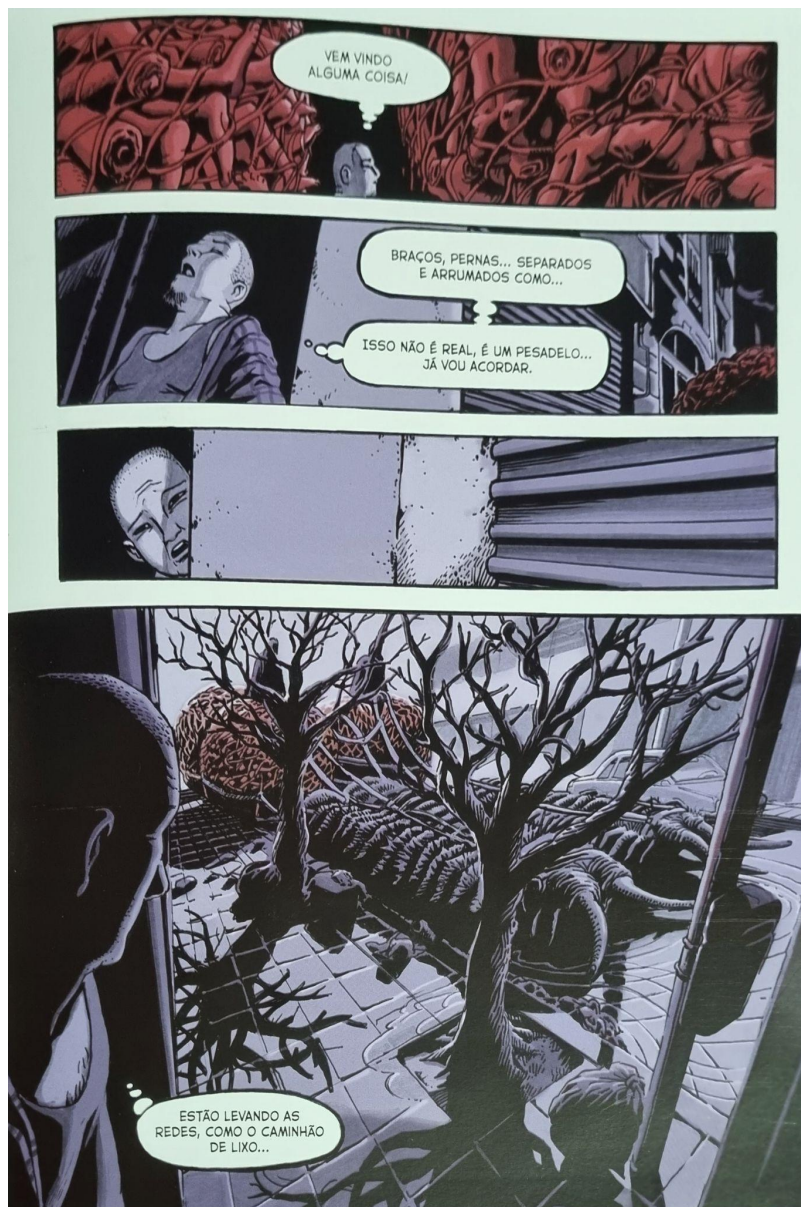
Fonte: *Legião* (Salvador Sanz, 2014, p. 31-32)

Outro tipo de construção encontrado em *Legião*, e talvez a mais importante, é a fusão. Segundo Carroll, “Uma figura de fusão é um composto que une atributos considerados categoricamente distintos e/ou discordantes do esquema cultural das coisas, de modo não ambíguo, numa entidade espaço-temporal discreta.” (CARROLL, 1990, p. 64).

A fusão assim, produz, monstros construídos a partir de categorias opostas, como vivo/morto, como são os zumbis, ou então humano/animal, o como por exemplo no conto de



Figura 9



Fonte: *Legião* (Salvador Sanz, 2014, p. 13.)

Lovecraft, *O chamado de Cthulhu*, com seu monstro principal sendo uma hibridação, incluindo partes de polvo e crustáceo junto com características humanoides. Por sua vez, em *Legião* pode ser encontrado em todos os principais monstros a fusão: os demônios possuem corpos humanoides, incluindo ossadas humanas anexadas nas partes exteriores seu corpo, incluindo ornamentos formados por cabeças de gatos decepadas, misturando assim características vivas e mortas, animais e humanas, ao mesmo tempo, em uma única figura.



Por último e não menos importante aparece momentos de magnificação (Carroll, 1990, p. 71), em que Sanz apresenta entidades, seres e objetos com caráter já asqueroso ou impuro e, de alguma forma, os impulsiona para ampliarem suas características repulsivas através do seu tamanho agigantado. É possível notar a magnificação nos seres animaiscos rastejantes, que remetem a centopeias ou larvas que foram engrandecidos em milhares de vezes, e que por sua vez arrastam grandes redes de partes de corpos decepadas pelas ruas da cidade, na página 13 (fig. 9).

Figura 10



Fonte: *Legião* (Salvador Sanz, 2014, p. 25)

Outro exemplo da magnificação na narrativa de *Legião* é a grandiosa torre feita pelos demônios, que emula em proporções muito maiores a escultura criada para invocá-los. Sanz apresenta ao leitor, na página 25 (fig. 10), tal escultura feita pela personagem Alice Parodi, e que mais adiante, na página 34 (fig. 11), é mostrada em um plano geral (conceito da fotografia/cinema utilizado pelos quadrinhos para mostrar uma imagem que mostra uma área de ação relativamente ampla), com perspectiva de cima para baixo, convertida em uma enorme construção reconhecida mesmo distância como sendo a mesma escultura, porém



ampliada para uma escala monumental. A sucessão dos quadros efetua a aproximação, em uma espécie de zoom, lentamente mostrando, na página 35, como a construção é feita a partir de um empilhamento geométrico de partes de corpos humanos como braços, pernas e cabeças (fig. 11). Neste caso, empregando a teoria de Carroll, pode-se dizer que há uma relação cujo objeto teve seus atributos exagerados tendo em vista o “[...] efeito sobrenatural da variedade inspiradora de assombro” (CARROLL, 1990, p. 57). Sanz, de maneira quase poética, com o emprego da lenta aproximação gradativa, mostra a impossibilidade moral de tal construção ser feita na realidade, com tamanha crueldade chegando ao ponto de enlouquecer os personagens.

Figura 11



Fonte: *Legião* (Salvador Sanz, 2014, p. 34-35)

Neste último exemplo, além da magnificação, ocorre um outro fato interessante e recorrente na construção da poética do horror artístico: a aparição de um ou mais objetos geradores de repulsa e/ou fobia, no lugar dos monstros (CARROLL, 1990, p. 73). No



exemplo acima, a escultura feita por Alice é esse objeto que é considerado como repugnante, assumindo, de certa forma, o lugar de seus construtores; o mesmo acontece no conto *O habitante das trevas* do escritor H.P Lovecraft, no qual o monstro não se faz diretamente presente: é o objeto, no caso a caixa com o cristal ancestral, que faz as vezes do algoz do horror.

Logo, é a construção do medo através da ideia passada ao leitor de que, em seu imaginário, o mesmo possa pensar serem possíveis tais situações de horror, repulsa e fobia (conceito de “certo ser possível” comentado acima), por meio dos monstros impossíveis, repugnantes e perigosos, que faz *Legião* ter aspectos do horror artístico tão intrinsecamente ligadas ao fantástico em sua construção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Horror e fantástico na linguagem dos quadrinhos

O gênero fantástico assim como o gênero do horror artístico, citados anteriormente, são amplamente discutidos e desdobrados na teoria. Entretanto, de forma majoritária seus exemplos e teorizações trazem a literatura como ponto de partida central, tendo apenas, às vezes, algo como o cinema em discussões mais contemporâneas. Com isso, a linguagem das HQs fica deixada de lado e se torna pouco abordada. Visto que *Legião* é uma HQ, que aqui é entendida pertencente ao gênero do fantástico e ao horror, é importante discutir a possibilidade desta compreensão qualificando a HQ como linguagens possíveis.

A tese de mestrado de Beatriz Carvalho (2017) nos permite compreender, através de grandes pensadores das histórias em quadrinhos como Antônio Luiz Cagnin e Thierry Groensteen, que os quadrinhos são um meio autônomo e que apesar de compartilharem semelhanças com outras linguagens, como os enquadramentos do cinema, os textos da literatura, etc, diferem de qualquer outra linguagem, contemplando assim as mais diversas possibilidades narrativas. “Os quadrinhos podem, então, ser estudados sob todos os aspectos e



formas [...] podem surgir em várias tipologias, como a ficção científica, as sátiras e as aventuras” (CARVALHO, 2017, p. 136).

O pesquisador Belga Thierry Groensteen pode ser usado para embasar essa ideia, a partir da compreensão dos quadrinhos como um “sistema”, ou seja, um “[...] conjunto original de mecanismos produtores de sentido” (GROENSTEEN, 2015, p. 10). As HQs são vistas por Groensteen como produto de diversos códigos, sendo eles mais presentes nas HQs como os balões de fala e as onomatopeias ou então compartilhados de outras linguagens com os planos do cinema e as imagens da ilustração, que se portam como um conjunto próprio ao olhar para esses códigos como uma coisa só dentro das HQs, sendo o resultado final que possibilita a criação múltipla e plural de ideias.

Carvalho então se utiliza do conceito de “campo” de Pierre Bourdieu para explicar que os quadrinhos possuem seu próprio espaço de criação e de autonomia para tal, um campo específico, com suas normas e regras particulares. Dessa forma, mesmo que este campo esteja englobado também dentro de um campo maior, o da produção cultural, e que de alguma forma compartilhe elementos de outros campos, o mesmo se consolida autonomamente quando passa a ser protagonista de suas próprias produções. Nas palavras de André Carvalho: “Os elementos que permitem a existência de um campo são aqueles que permitem a existência de regras próprias e autônomas do campo em relação aos demais.” (CARVALHO, 2013, p.3). Sendo então “só a partir do momento em que reconhecemos o campo como único, com suas próprias leis e peculiaridades, que este debate pode florescer cada dia mais, estabelecendo os quadrinhos como um objeto culturalmente valorizado e legítimo” (CARVALHO, 2017, p.143).

Apegando-se ao florescimento deste debate, é possível pensar agora em alguns pontos do fantástico e do horror através da ótica das Histórias em Quadrinhos. Vale aqui retomar o silêncio narrativo trazido por Rosalba Campra no capítulo anterior, caracterizado pelos possíveis momentos de tensão e pré-acontecimentos, assim como pelos momentos de incompletude cognitiva do impossível trazidos pelo fantástico. As HQs traduzem tais momentos tanto nas narrativas comuns como nas sarjetas entre um quadro de imagem e outro.



Figura 12



Fonte: *Legião* (Salvador Sanz, 2014, p. 7-8)

As imagens sequenciais por sua vez têm papel fundamental na existência dos quadrinhos, sendo, para Antonio Luiz Cagnin (2014), a imagem, nesse caso o desenho, o elemento principal deste campo. As imagens contam grande parte da história de forma gráfica, sendo elas utilizadas como verbos de ação e formas de identificação de personagens e monstros, como é o caso de *Legião*. Se para o fantástico é importante a construção do real para que ao mesmo tempo sejam apresentadas as situações que o *ameaçam*, a imagem, segundo Cagnin, é “o meio do caminho do real e do imaginário, do documento e da ficção, ela fascina e também *amedronta*” (CAGNIN, 2015, p. 14. Grifos nossos). No quadrinho de Sanz é bem possível ver essas características da imagem ligadas ao fantástico, notando que tanto os momentos de construção do real, como os exemplos já citados do Shopping Abasto, o Planetário Galileo Galilei e o logo da cerveja Quilmes, assim como os antagonistas e os fenômenos surreais são apresentados através das imagens sequenciais que regem a história.



Outros elementos característicos das HQs são empregados por Sanz a fim de construir o fantástico e o horror dentro desta linguagem. Exemplo disso são os fenômenos importantes acontecendo nas viradas de página, como é o caso da página 7, onde a personagem se questiona sobre o sangue que aparece na roupa do varal e na virada para a página 8, em que aparecem as gotas de chuva de sangue pingando e, logo em seguida, encharcando a personagem (fig. 12). Outra possibilidade que os quadrinhos permitem e Sanz abusa é a construção formal dos quadros que contêm as imagens. A variação dos quadros em *Legião* permite a Sanz alongar ou encurtar mais os acontecimentos, ampliando o potencial de suspense, silêncio narrativo ou realidade, características típicas do fantástico, tal como ampliar quadros para enfatizar monstros e situações repugnantes ou perigosas típicas do horror.

As histórias em quadrinhos são, portanto, um campo/linguagem/sistema possível para a construção do horror fantástico, e como buscamos demonstrar na obra *Legião*, possuem seus próprios mecanismos, estratégias e armadilhas para contar qualquer tipo de narrativa, podendo assim ser estudado e defendido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na narrativa proposta em *Legião* todos os fatos sobrenaturais, monstros e mortes tem como ponto de ignição a produção artística. A música: logo no começo da história, um musicista toca sua guitarra normalmente até que é interrompido por um amigo que logo lhe conta que ele estava tocando inconscientemente por 24h seguidas. A cor nas artes visuais: o “ultramal”, cor criada e apresentada em exposição, tendo como suporte uma pintura, realizada pela artista chamada Azul Cobalto, na página 2. Também das artes visuais, a escultura: a forma modelada pela escultora Alice Parodi, que mais a frente será o modelo para a construção do monumento grandioso da Legião. Como afirma o papagaio encontrado pelos fugitivos da invasão demoníaca na casa que, como será revelado, pertence a Alice Parodi:

Existe uma melodia, nunca deveria ser tocada... ..Uma cor, nunca deveria ser vista, uma forma, nunca deveria ser esculpida. As três descobertas foram feitas, já não há mais volta: a passagem foi aberta. Eles ouviram a música



proibida. Eles amam a arte proibida. E agora encontraram as ferramentas para construí-la. O desenho, a música... (SANZ, 2014, p. 24).

No último capítulo da HQ, “Uma música”, é percebido o desfecho trágico da história, em que, de forma cruel, todos os demônios ali presentes “agradecem” as obras profanas que os trouxeram até ali. Eles glorificam as obras de arte destrutivas, coroando a pintora Azul Cobalto com seus próprios braços, fazendo com que suas lágrimas, pigmento para a criação da cor ultramar, sejam captadas, transformando a escultura em um monumento colossal já citado anteriormente e obrigando o príncipe escarlate (o musicista) a tocar mais.

Com isso, Sanz produz uma metalinguagem, assim como uma confirmação deste quadrinho como passível de compartilhar ideias com o gênero do horror e do fantástico. Mesmo que na narrativa, como demonstrado, sejam as artes mais tradicionais – a pintura, a escultura e a música – que trazem o mal e o medo ao mundo, para o leitor o que traz o surreal, o mal, o medo, o inexplicável, ou seja, a ameaça para a realidade, é a história em quadrinhos, com seu jeito particular, tão potente quanto as outras linguagens artísticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAGNIN, Antonio Luiz. *Os quadrinhos: um estudo abrangente da arte sequencial: linguagem e semiótica*. São Paulo: Criativa, 2014.

CAMPRA, Rosalba. *Territorios de la ficción – lo fantástico*. Sevilla: Editorial Renacimiento, 2008.

CARROLL, Noël. *A filosofia do horror ou paradoxos do coração*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

CARVALHO, André Pereira de. O campo dos quadrinhos no Brasil sob a ótica bourdieusiana. In: 2as. JORNADAS INTERNACIONAIS DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS. *Anais das 2as. Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos*. São Paulo: ECA/USP, 2013.



Disponível em: <https://anais2ajornada.eca.usp.br/anais2asjornadas/anais/3%20-%20ARTIGO%20-%20ANDRE%20PEREIRA%20DE%20CARVALHO%20-%20HQ%20E%20SOCIEDADE.pdf>. Acesso em: 23 out. 2016.

CARVALHO, Beatriz. *O processo de legitimação cultural das histórias em quadrinhos*. Tese (mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

EISNER, Will. *Quadrinhos e arte sequencial*. Tradução: Alexandre Boide e Luís Carlos Borges. 4ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

GROENSTEEN, Thierry. *O sistema dos quadrinhos*. Tradução: Érico Assis. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial Editora, 2015.

HISTORIETA CERO, CLUB DE LECTURA: Charla con Salvador Sanz sobre Legión y Mega. Spotify, 8 ago. 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0Ko9u8IvBkkdHOxMObwIZ0>. Acesso em: 03 mar. 2023.

LOVECRAFT, H.P. *O chamado de Cthulhu*. Tradução: Mariana Costa. São José, SC: Skript, 2020 [ilustrações de Salvador Sanz].

LOVECRAFT, H.P. *O habitante das trevas*. Tradução: Mariana Costa. São José, SC: Skript, 2021 [ilustrações de Salvador Sanz].

LOVECRAFT, H.P. *Os melhores contos de H.P. Lovecraft*. Tradução: Marsely de Marco e Fátima Pinho. São Paulo: Pandorga, 2018.



McCLOUD, Scott. *Desvendando os quadrinhos*. Tradução: Hécio de Carvalho e Marisa Paro. São Paulo: M.Books, 2005.

RAMOS, Paulo. *Bienvenido: um passeio pelos quadrinhos argentinos*. Campinas: Zarabatana Books, 2010. 175 p.

ROAS, David. *A ameaça do fantástico: aproximações teóricas*. Tradução: Julian Fuks. São Paulo: Unesp, 2014.

SANZ, Salvador. *Mega*. Tradução: Claudio Roberto Martini. Campinas, SP: Zarabatana Books, 2021.

SANZ, Salvador. *Noturno*. Tradução: Claudio Roberto Martini. Campinas, SP: Zarabatana Books, 2021.

SANZ, Salvador. *O esqueleto: o fim de todas as espécies*. Tradução: Claudio Roberto Martini. Campinas- SP: Zarabatana Books, 2019.

SANZ, Salvador. *O esqueleto: o início*. Tradução: Claudio Roberto Martini. Campinas, SP: Zarabatana Books, 2015.

SANZ, Salvador. *Legião*. Tradução: Paulo Ramos. Campinas, SP: Zarabatana Books, 2014.

SANZ, Salvador. *Angela della morte*. Tradução: Paulo Ramos. Campinas, SP: Zarabatana Books, 2012.



A CULTURA DIGITAL NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS DA UNESPAR, CAMPUS DE PARANAÍ

José Carlos Bertacchi Júnior - (Voluntário)
Unespar/Campus Paranavaí, jose.junior.69@estudante.unespar.edu.br

Marcelo José da Silva - Orientador
Unespar/Campus Paranavaí, marcelo.silva@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário - PIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Ao longo de quase cinco séculos a estrutura da educação no Brasil foi basicamente a mesma, ou seja, o professor – figura central do saber e do aprendizado, o aluno – sujeito a ser “ensinado” pelo professor, o quadro, o giz, o caderno e o lápis. Não se verifica muita evolução na área educacional quando no mesmo período o homem desceu ao fundo dos mares e viajou para além dos planetas próximos. Até pouco tempo parecia haver um total distanciamento entre as práticas culturais nas quais crianças e adolescentes encontravam-se engajados em seu dia-a-dia e as práticas cotidianas desenvolvidas no âmbito escolar. Como se a escola, de modo geral, preparasse os alunos para uma realidade alheia àquela na qual estes encontram-se inseridos. No entanto, a suspensão das aulas presenciais e a adoção do ensino remoto emergencial (ERE) provocou uma diminuição do espaço entre estas práticas.

A necessidade de adoção das tecnologias digitais para a condução do processo educacional revelou que a falta de infraestrutura técnica a permitir a inclusão tecnológica nas escolas, e conseqüentemente, nas salas de aula era apenas a ponta do iceberg. Submersos, e em proporção ainda maior, estavam ocultos o desconhecimento teórico, a falta de metodologia apropriada e a ausência de orientação pedagógica dos e para os atores principais no contexto escolar, os professores e as professoras.

As evidências sugerem que a ausência de contato dos professores em formação inicial, e/ou continuada, com discussões teóricas basilares acerca da cultura digital estão entre os



fatores que dificultam a implementação de práticas voltadas à educação online, criação de material didático digital, utilização das ferramentas digitais com viés pedagógico, e ao desenvolvimento e aprimoramento dos (multi)letramentos, (COPE, KALANTIZIS 2000), incluindo o letramento digital, letramento informacional, o letramento midiático, entre outros.

Considerando a formação inicial como momento importante para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à interação na cultura digital, compreendido aqui para além dos aspectos técnicos, este estudo, cujo objetivo é verificar se, e como, a cultura digital está contemplada no Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português/Inglês da UNESPAR, campus de Paranavaí, se justifica por contribuir para as pesquisas sobre cultura digital e educação, demonstrando, de modo específico, a presença ou ausência do tema no Projeto Pedagógico (PP) do Curso de Letras Português/Inglês da Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Paranavaí. O estudo irá proporcionar uma visão de quais ações pedagógicas características da cultura digital são desenvolvidas na formação docente, no curso de Letras, do *campus* de Paranavaí.

Posteriormente, será delimitado um referencial para se entender o que é a cultura digital e o porquê dela está tão entranhada nos jovens-alunos – *millenials* ou na geração X – sendo que realizada essa delimitação será tratado de como os professores vêm sendo formado nas universidades, ou seja, com pouco ou nenhum contato com ensino tecnológico quando, na verdade, os novos professores deveriam estar sendo *letrados* no ensino tecnológico para que possam utilizar a tecnologia a seu favor e de uma maneira muito mais pedagógica.

Ao final, o Projeto Pedagógico (2022) do curso de Letras Português-Inglês da Universidade Estadual de Paranavaí – UNESPAR, *campus* de Paranavaí, será analisado sob a perspectiva da cultura digital para se verificar se o novo Projeto Pedagógico (2022) está em consonância a cultura digital, se está sendo trabalhado com os futuros professores o uso das tecnologias em sala de aula ou se não há qualquer menção da cultura digital e dos usos de tecnologias.

Em conclusão, se buscará evidenciar se o atual Projeto Pedagógico (2022) do curso de Letras Português-Inglês da Universidade Estadual de Paranavaí – UNESPAR, *campus* de Paranavaí está sendo modernizado ou se a formação os novos professores permanecerão como se fosse a cem ou duzentos anos atrás.



MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem desta pesquisa é qualitativa (CRESSWELL, 2007), pois se preocupa em analisar evidências linguístico-semiótico para confirmar as evidências. As fontes de pesquisa serão documentais e não tratadas analiticamente, sendo divulgadas ao público, seja por meio impresso ou por meio digital.

O objetivo desta pesquisa é a análise do novo projeto pedagógico, o currículo e as ementas do curso de Letras Português-Inglês da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, *campus* de Paranavaí. Embora a conclusão do novo projeto pedagógico tenha se dado em novembro de 2022, mas como não ocorreu a aprovação do pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) a cópia do novo projeto pedagógico foi disponibilizada pelo próprio Colegiado de Letras com objetivo de viabilizar a presente pesquisa.

Como forma de analisar a existência de menção da cultura digital e de tecnologias no novo Projeto Pedagógico (2022), no currículo e nas ementas do curso de Letras Português-Inglês foi utilizado um sistema simples de busca textual por meio de frases curtas ou termos simples. Os termos utilizados foram “tecnologia”, “digital”, “mídias”, “multimídias”, “tecnologias de informação” e “cultura digital”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo dos mais de 5000 anos de história da civilização humana, as transformações tecnológicas foram sempre dadas a pequenos passos, o que somente se modificou nos últimos 260 anos. Após a década de 1760, com a primeira Revolução Industrial, marcada pelo desenvolvimento da máquina à vapor, as transformações tecnológicas se intensificam. A partir deste período a civilização viu o mundo sair de uma situação predominantemente agrária para uma sociedade urbana, do viajar a cavalos para explorar o espaço e as profundezas dos oceanos, enfim, um notável progresso se deu nesse pequeno espaço de tempo.

Todavia, uma revolução de igual ou maior importância está em curso: a revolução tecnológica digital. A cada dia surgem novos conhecimentos, novos instrumentos, novos



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

equipamentos e novos avanços para a sociedade. A velocidade com que as transformações digitais ocorrem traz consequências para os diferentes setores da sociedade. Os avanços trazidos pelas novas tecnologias digitais modificaram a forma de comunicação, e igualmente provocou modificações socioculturais.

Segundo Antonio Junior (2014, p. s/n) “os avanços tecnológicos foram responsáveis por alterações nos mais diversos campos de atividades, inclusive mudanças sócio-culturais”. Com essa modificação sociocultural somos apresentados a uma nova forma de cultura, uma cultura que é nativa do meio tecnológico, do meio digital, e não que foi encampada pela tecnologia. Nasce assim a cultura digital, filha da revolução tecnológica e digital em que a sociedade está imersa. A cultura digital é nascida na era digital e, segundo Garofalo (2018, p. s/n) “originária do ciberespaço e da linguagem da internet que busca integrar a realidade com o mundo virtual”.

Na mesma perspectiva, Bortolazzo (2020, p. 375) assevera que “cultura digital é um conceito que descreve certo modo de vida permeado pelas tecnologias digitais e que vem moldando, significativamente, a maneira dos sujeitos conduzirem suas vidas, seja via comportamento, seja via consumo ou comunicação”.

Nessa cultura o jovem é o protagonista, além de ocorrer uma grande atuação nas redes sociais. Segundo Garofalo (2018, p. s/n) “essa nova cultura tem apelo emocional e induz ao imediatismo de respostas e informações, privilegia análises superficiais e traz diferentes dos modos de dizer e argumentar”.

É evidente que os jovens são os nativos da cultura digital (Millenials e Geração Z) e os integrantes das gerações anteriores (Geração X, Baby Boomers) que formam a grande massa de professores ainda em atuação têm que correr atrás para aprender e entender o que é essa cultura digital. E é por esta razão que o ensino nas universidades deve ser pensado de modo que forme um professor apto para atender a este público.

Esse tema ganha especial atenção após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC porque está intimamente ligada com o que os jovens buscam e utilizam no seu dia a dia.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 4 de 15



A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC E A CULTURA DIGITAL

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. (BRASIL, 2017, p. 7), e, está prevista a sua criação desde a Constituição de 1988 no artigo 210 que diz que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

A BNCC é um dos primeiros, se não o primeiro, documento a mencionar a cultura digital no âmbito educacional do Brasil e o faz de maneira extensiva, pois a sua concepção se deu dentro da revolução tecnológica, ou seja, ela teve incorporada na sua criação uma visão de que a tecnologia deve estar presente dentro da sala de aula não apenas como um instrumento auxiliar, uma mera possibilidade, mas como algo efetivo e que deve ser utilizado pelos docentes para conceber e utilizar em suas aulas, inclusive, como forma de desenvolver competências nos alunos.

É importante frisar que a BNCC traz consigo uma definição do que é “cultura digital” e a insere dentro das competências gerais que os alunos devem desenvolver, vejamos:

Cultura digital: envolve aprendizagens voltadas a uma participação mais consciente e democrática por meio das tecnologias digitais, o que supõe a compreensão dos impactos da revolução digital e dos avanços do mundo digital na sociedade contemporânea, a construção de uma atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais, aos usos possíveis das diferentes tecnologias e aos conteúdos por elas veiculados, e, também, à fluência no uso da tecnologia digital para expressão de soluções e manifestações culturais de forma contextualizada e crítica (BRASIL, 2018, p. 473-474).

Evidentemente a BNCC se preocupou sobremaneira com esse aspecto, pois os jovens, que são os alunos, estão imersos nessa realidade até mais do que os próprios professores – baby boomers ou geração X – que têm que aos poucos adquirir essa cultura o que já não acontece com os jovens, nativos digitais.

Especificamente dentro da área das linguagens a BNCC enfatiza “procura contemplar a cultura digital, diferentes linguagens e diferentes letramentos, desde aqueles basicamente



lineares, com baixo nível de hipertextualidade, até aqueles que envolvem a hipermídia” (BRASIL, 2018, p. 69-70).

E ela avança no mesmo tema dentro da prática de leitura afirmando que o aluno deve desenvolver a capacidade de “refletir sobre as transformações ocorridas nos campos de atividades em função do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação” (BRASIL, 2018, p. 72)

E, ainda, que deve desenvolver a “reconstrução e reflexão sobre as condições de produção e recepção dos textos pertencentes a diferentes gêneros e que circulam nas diferentes mídias e esferas/campos de atividade humana” (BRASIL, 2018, p. 73) ao analisar várias formas de compreensão de texto que estão disponíveis na internet possibilitando uma melhor participação dentro da cultura digital.

Na Língua Inglesa, a BNCC estabelece no que se refere a cultura digital que “a contextualização das práticas de linguagem (...) permite aos estudantes explorar a presença da multiplicidade de usos da língua inglesa na cultura digital, (...), como também ampliar suas perspectivas em relação à sua vida pessoal e profissional” (BNCC, 2018, p. 484).

Nascida na era digital a BNCC está amplamente permeada dos valores da cultura digital e de como ela deve ser utilizada para a formação dos estudantes nos ensinos fundamental e médio, inclusive como forma de proporcionar conhecimento que possa ser utilizado numa futura profissão que este aluno venha a seguir.

Dessa maneira, a formação do futuro docente deve estar alinhada com a BNCC até para que esse docente possa ajudar no desenvolvimento das capacidades relacionadas a cultura digital em seu futuro aluno.

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A CULTURA DIGITAL

A formação dos professores é parte essencial para que haja uma mudança de paradigma na educação brasileira, em especial, no que tange a forma como as aulas são ministradas. Essa mudança possibilitará que a educação brasileira deixe o período colonial e avance para um a modernidade.



Fantin (2012, p. 62) enfatiza que “diversos pesquisadores do campo da educação e da comunicação, tais como Bazalgette, Gonet, Rivoltella e Belloni, há tempo enfatizam a necessidade de o currículo da formação de professores contemplar a comunicação, a mídia e a tecnologia”. Essa necessidade aumenta a cada dia, pois novos alunos, são nativos digitais e não entendem como uma aula ainda é realizada apenas com quadro, giz, caderno e lápis. A pergunta que fica desses alunos é cadê a tecnologia? E a resposta, normalmente, dada é que a escola não tem condições, não tem laboratórios, o acesso à internet é difícil, ou seja, são colocados empecilhos para que as tecnologias sejam utilizadas em sala de aula.

A Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)” (BRASIL, 2019) é enfática ao estabelecer que:

Art. 8º Os cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica devem ter como fundamentos pedagógicos: (...) IV - emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo (BRASIL, 2019).

Essa necessidade de emprego das inovações tecnológicas é reforçada no Grupo I – base comum – que o professores em formação devem ter a “compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade” (BRASIL, 2019) (grifo nosso).

E, para o Grupo II – conteúdos específicos da área – que este profissional em formação deve desenvolver a “vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na Educação Básica” (BRASIL, 2019) (grifo nosso).

A BNC-Formação, ainda, prevê que dentro da “dimensão da prática profissional” o futuro docente deverá que desenvolver dentre a competência específicas de “planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens” a habilidade de “realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa” (BRASIL,



2019), evidencia-se, assim, que o futuro docente deve estar alinhado com as novas tecnologias e deve desenvolver capacidades para o seu uso em sala de aula. Assim, se os professores devem estar alinhados com as novas tecnologias, cumpre ao Estado garantir, na rede pública, o acesso a essas novas tecnologias para o uso em aula.

Ruiz esclarece que:

(...) apesar de haver, no meio educacional, vozes que afirmam que o uso de tecnologia na sala de aula de línguas é apenas mais uma forma de atribuir um fator de engajamento ou diversão às aulas, o uso das tecnologias digitais de forma pedagógica pode atender a objetivos de comunicação específicos, revolucionando o modo como o aprendiz age sobre a linguagem (RUIZ, 2022, p. 207-208).

Esses objetivos específicos de comunicação que Ruiz (2022) menciona é a forma com que o jovem-aluno está imerso no mundo digital e, conseqüentemente, numa cultura digital, onde este jovem não consegue compreender como uma aula não pode ser ministrada sem o uso da tecnologia, como se ainda fossem os anos 1800.

Entretanto, para que esse uso da tecnologia seja proveitoso e de forma pedagogicamente correta “a formação docente inicial e continuada tem um papel importante” (RUIZ, 2022, p. 208), já que sem elas o professor que não é um nativo digital já que integrante de outra geração (Baby boomers ou Geração X) utilizarão a tecnologia como um suporte para suas aulas explanativas, mas não como um instrumento efetivo de aprendizagem.

É por essa razão que Ruiz (2022, p. 208) afirma que “precisa haver reformulação das perspectivas dos professores, para que tanto apropriar-se das tecnologias digitais para fins didáticos quanto aprofundar-se nos usos delas beneficiem de fato os alunos”, ou seja, não basta disponibilizar aos professores a tecnologia é preciso que eles sejam capacitados para que apropriando-se daquela tecnologia possa usar com efetividade em suas aulas e, assim, extrair o máximo proveito para os alunos.

Ruiz citando Ribeiro, é incisivo que esse professor não precisa ser um expert na tecnologia, mas que precisa entender como funcionam. Vejamos:

(...) aprender a programar (controlar) essas tecnologias e não ser programado (controlado) por elas. Ser um professor situado pedagogicamente no século XXI, não significa saber usar todas as plataformas digitais e, sim, entender como funcionam essas tecnologias, ou seja, compreender que existe um sistema, uma



filosofia, uma cultura digital que se apresenta mais do que um mero recurso, como uma nova cultura de comunicação, de contato, de informação, de mudanças sociais e, claro, como uma nova cultura de aprendizagem e ensino (...) (RIBEIRO, 2014, p. 180-181 *apud* RUIZ, 2022, p. 208).

Todavia, Ruiz (2022) reconhece que a parte mais difícil do processo é o letramento do professor nas novas tecnologias que o permita utilizar em sala de aula. Essa dificuldade está no fato de que este professor que hoje precisa se adequar as novas tecnologias não foi alfabetizado ou letrado com o uso dessas tecnologias ou mesmo durante a sua formação universitária foi oportunizado um conhecimento sobre tecnologias e seus usos didáticos.

Especificamente com relação aos professores de línguas, Ruiz assevera que:

(...) a questão-chave sobre a formação de professores de línguas para o uso da tecnologia no ensino se constitui na necessidade de fomentar nos professores habilidades e conhecimentos sobre tecnologia como ferramenta e máquina, ultrapassando os limites tecnicistas dessa formação e aplicando a tecnologia para um ensino crítico, democrático, que considere as novas práticas sociais e comunicativas que a língua é capaz de produzir, aliadas às tecnologias (...) (RUIZ, 2022, p. 209).

A tecnologia deve ser compreendida e assimilada para que seja bem utilizada em sala de aula, para que os professores – *baby boomers* ou geração X – possam a utilizar não como um adendo, mas como algo efetivo e que trará contribuição pedagógica para o aprendizado do aluno – *millennials* ou geração Z – nativo digital.

Portanto, as universidades na formação do novo professor devem considerar, verdadeiramente, a inserção em seus currículos de metodologias e técnicas de ensino com auxílio ou mesmo pela tecnologia e não apenas como uma forma suporte para as aulas, forma como a tecnologia é trata até hoje pela grande maioria dos professores.

O PPC DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS-INGLÊS DO CAMPUS PARANAÍ

O novo Projeto Pedagógico de Curso do curso de Letras Português-Inglês da Universidade Estadual do Paraná, campus de Paranavaí, foi aprovado pela Resolução nº 059/2022 – CEPE/UNESPAR. O documento analisado está estruturado em nove capítulos principais, mais referências e anexos, podendo ou não serem subdivididos em tópicos. A estrutura básica de capítulos está assim sequenciada: introdução, dimensão histórica,



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

organização didático-pedagógica, concepção, finalidades e objetivos, metodologia e avaliação, perfil do profissional – formação geral, estrutura curricular, ementário das disciplinas e descrição das atividades, quadro de servidores, referências e anexos.

Na introdução está estabelecido que “o objetivo de adequar a matriz curricular do curso às novas demandas institucionais, orientações legais e anseios do Colegiado do curso, visando adequá-lo à realidade e às transformações pelas quais passam o sistema educacional brasileiro” (UNESPAR, 2022, p. 4). Informa o atendimento à Resolução CNE/CP nº 02/2019 (BNC-Formação) reformulando as ementas e atualização do referencial bibliográfico do curso, a fim de torná-lo mais alinhado às exigências atuais e discussões contemporâneas (UNESPAR, 2022).

O PPC do curso de Letras, campus Paranavaí, dentro das suas concepções, finalidades e objetivos traz as suas definições de linguagem, na qual é possível identificar que houve a opção pelo dialogismo de Bakhtin, e, no âmbito da literatura ficou caracterizado que “o papel da universidade é essencial, por propiciar o contato de estudantes de diferentes classes sociais, etnias e culturas (...) com o texto literário em toda a sua pluralidade e diversidade” (UNESPAR, 2022, p. 21). Quanto aos procedimentos metodológicos, o documento orienta para que o ensino seja realizado de forma “contextualizada, interdisciplinar, valorizando as ideias que deram origem àqueles conhecimentos e ao seu processo histórico-evolutivo, considerando ainda a articulação e a interação com outras ciências e com temas emergentes que se colocam na atualidade” (UNESPAR, 2022, p. 28).

O egresso do curso de Letras, Unespar-Paranavaí, deverá demonstrar capacidade linguística e discursiva tanto na Língua Portuguesa, quanto na Língua Inglesa, e em diversas situações, reflexão analítica e crítica da língua, proficiência de literatura, entre outras capacidades enumeradas. Para este objetivo o curso de licenciatura em Letras português/inglês, da Unespar campus Paranavaí, estabelece uma carga horária total de 3200 horas, divididas em séries anuais em um total de quatro anos de curso.

Enfim, o PPC (2022) do curso de Letras Português-Inglês, da Unespar, campus Paranavaí, contempla todos os requisitos previstos em lei para a sua validade e aprovação, apresentando integralmente o curso, os seus objetivos, suas finalidades, desenvolvimento e o perfil do profissional concluinte.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 10 de 15



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





RESULTADOS

A metodologia adotada para este trabalho foi a de pesquisa bibliográfica. Em relação aos procedimentos técnicos, os estudos são adequados da seguinte forma. Bibliografia porque é baseada em material preparado (por exemplo, livros e artigos científicos) (GIL, 2008), posteriormente foi utilizada uma abordagem deste estudo é qualitativa (CRESWELL, 2007), porque se trata de analisar evidências linguístico-semióticas para confirmar suas hipóteses, utilizando um *corpus* de pesquisa.

Após a leitura da introdução do PPC está evidente a vontade do Colegiado de Letras, *campus* de Paranavaí, de adequar o curso às novas exigências impostas pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC e às novas tecnologias, contudo ao realizar um tratamento nos dados constantes no Projeto Pedagógico de Curso (2022) como descrito na metodologia foi identificado que o termo “digital” aparece por três vezes no texto, o termo “mídia” por uma vez, o termo “multimídia” não aparece no texto, “tecnologias de informação” por uma vez e o termo “cultura digital” aparece por apenas uma vez.

Como a busca pelos termos não gerou grande resultado para a pesquisa se passou a investigar a uma leitura completa do novo Projeto Pedagógico de Curso (2022) do curso de Letras. Ao realizar uma leitura aprofundada, em especial, do perfil do egresso, ou seja, o perfil daquele que está se formando e adentrando ao mercado de trabalho fica evidente que a única menção ao conhecimento de tecnologias e o letramento do egresso se dá dentro das “habilidades previstas na Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC-Formação” (UNESPAR, 2022, p. 37), especialmente no item 5 das competências gerais onde é estabelecido pela BNC-Formação que o docente deverá:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens (...) (UNESPAR, 2022, p. 37).

É notório que o novo Projeto Pedagógico (2022) não contempla um aprofundamento nos conhecimentos do futuro docente utilizar e criar tecnologias digitais de informação, pois



abrange essa perspectiva de forma genérica, ou seja, não há um *letramento* (RUIZ, 2022) desse futuro professor que “não significa saber usar todas as plataformas digitais e, sim, entender como funcionam essas tecnologias” como esclarece Ribeiro citado por Ruiz (RIBEIRO, 2014, p. 180-181 *apud* RUIZ, 2022, p. 208).

Avançando nessa análise quando se chega ao tópico 7.2.5 – resumo da oferta fica evidente que a competência didática “compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade” (UNESPAR, 2022, p. 51) deve estar distribuída nas disciplinas de Didática, Psicologia da educação, Linguística aplicada ao ensino da língua materna, Linguística aplicada ao ensino da língua inglesa, Metodologia e prática do ensino de língua portuguesa, Metodologia e prática do ensino de língua inglesa.

Contudo, ao se analisar as ementas constantes no Projeto Pedagógico (UNESPAR, 2022) fica evidente que a cultura digital ou tecnológica está presente de forma genérica, vejamos na tabela 1:

Tabela 1 – Disciplinas e o caráter genérico da cultura digital nas ementas

Disciplina	Ementa
Didática	“(…) novas Tecnologias e suas implicações para o ensino (…)”.
Fundamentos do ensino de literatura	“(…) mídias e meios: literatura e tecnologias (…)”.
Linguística aplicada ao ensino de Língua Inglesa	“(…) uso de novas tecnologias (…)”

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

É emblemático que em pleno século XXI com o aprofundamento da cultura digital e a necessidade do professor estar *atenado* com as novas tecnologias para o uso em sala de aula enquanto leciona que o curso de Letras da Unespar-Paranavaí trate o assunto de forma tão genérica nas ementas dos cursos.

E essa constatação – de que o tema é tratado de forma genérica – se reflete no Anexo I do Projeto Pedagógico de Curso (UNESPAR, 2022) onde sequer consta nos objetivos do estágio uma menção a cultura digital ou tecnologia, ou seja, nem nos estágios é objetivo preparar o futuro docente para a nova realidade do ensino no qual a tecnologia se faz presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O objetivo deste trabalho foi verificar a se, e como, a cultura digital está contemplada no Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português/Inglês da UNESPAR, campus de Paranavaí. Assim, esperava-se ao final do trabalho concluir que o curso de Letras Português-Inglês da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, campus de Paranavaí, por meio de seu Projeto Pedagógico Curricular (2022) tivesse atualizado a forma como os futuros docentes estão sendo preparados para o mercado de trabalho, ou seja, que este novo projeto contemplasse um verdadeiro ensino prático com as novas tecnologias em sala de aula, que levasse o futuro docente nas palavras de Ribeiro citado por Ruiz (RIBEIRO, 2014, p. 180-181 *apud* RUIZ, 2022, p. 208) que “existe um sistema, uma filosofia, uma cultura digital que se apresenta mais do que um mero recurso, como uma nova cultura de comunicação, de contato, de informação, de mudanças sociais e, claro, como uma nova cultura de aprendizagem e ensino”.

Entretanto, o que se constatou ao final dos trabalhos foi que embora o Projeto Pedagógico de Curso (2022) do curso de Letras da Unespar-Paranavaí registre a presença da cultura digital ela é tratada de forma superficial e sequer é mencionada como objetivo do estágio obrigatório como forma de fazer com que o futuro docente enquanto realize as atividades práticas tenha contato com essa cultura e com os meios tecnológicos que podem auxiliar em sua futura profissão. Numa análise aprofundada do Projeto Pedagógico de Curso (2022) pode-se chegar a dizer que ele não atende integralmente as determinações da BNC-Formação, pois não desenvolve plenamente no futuro docente as capacidades ligadas à cultura digital, situação que deve ser revista numa futura reformulação do PPC.

É evidente que o curso de Letras da Unespar-Paranavaí na elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (2022) perdeu uma grande oportunidade de fazer com que os novos graduandos, futuros docentes, tivessem um contato maior ou mesmo uma imersão na cultura digital e com tudo o que ela pode oferecer e assim formar um novo profissional mais preparado para o mercado de trabalho e para as novas tecnologias.

Portanto, a cultura digital no Projeto Pedagógico de Curso (2022) é tratada de forma genérica e aparenta ter sido incluída por se tratar de uma das competências gerais da BNC-Formação, ou seja, a sua inclusão ou mera menção se deu por conta de uma obrigação legal



frente a imposição dos conselhos superiores do Ministério da Educação para as universidades, verdadeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIO JUNIOR, W. **Educação, tecnologias e cultura digital**. Livro eletrônico (Kindle). Bauru: edição do autor, 2015.

BORTOLAZZO, S. F. Das conexões entre cultura digital e educação: pensando a condição digital na sociedade contemporânea. **ETD - Educação Temática Digital**. Campinas, SP, v.22, n.2, p. 369-388, abr./jun., 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP). Resolução CNE/CP nº 02 de 22 de dezembro de 2017. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em 19 jul. 2023.

COPE, B.; KALANTZIS, M. **Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures**. London: Routledge, 2000.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Luciana de Oliveira da Rocha – 2ed – Porto Alegre: Artmed, 2007.

CULTURA DIGITAL: saiba o que é, diferenças e importância. **Educamundo Educação sem fronteiras**. Belo Horizonte. 09 jan. 2023. Disponível em <https://www.educamundo.com.br/blog/cultura-digital#:~:text=A%20cultura%20digital%20%C3%A9%20o,tecnologias%20s%C3%A3o%20incorporadas%20na%20sociedade>. Acesso em 10 jun. 2023

CULTURA DIGITAL: saiba o que é, seus aspectos e importância. **XP Educação**. 02 maio 2022. Disponível em <https://blog.xpeducacao.com.br/cultura-digital/#>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FANTIN, M.; RIVOLTELLA, P. C. (orgs.). **Cultura digital e escola: pesquisa e formação de professores**. Campinas: Papyrus, 2012.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

GAROFALO, D. Cultura Digital: o que é e quais ferramentas podem ser utilizadas. **Nova Escola**, 12 set. 2018. Jornalismo. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/12552/cultura-digital-o-que-e-e-quais-ferramentas-podem-ser-utilizadas>. Acesso em: 10 jun. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RUIZ, E. D. (org). **Tecnologias digitais, linguagens e escola**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR). **Projeto pedagógico Letras - Português/Inglês e Respectivas Literaturas Campus de Paranavaí**. Paranavaí. Unespar, 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 059/2022 – CEPE/UNESPAR, de 17 de novembro de 2022**. Aprova a reestruturação do PPC do curso de Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas do Campus de Paranavaí – Unespar – para ingressantes a partir de 2023. Paranavaí: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2022. Disponível em https://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cepe/resolucoes/2022/resolucao-no-059-2022-2013-cepe-unespar. Acesso em 19 jul. 2023

VEIGA, I. P. A. (coord.). **Repensando a Didática**. 21ª ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2004.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 15 de 15



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC
EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR
30-out a 01-nov de 2023

VIAGEM, PAISAGEM E IDENTIDADE NAS NARRATIVAS DE JOÃO GUIMARÃES ROSA

Lucas Gabriel Verdiano dos Santos - (Unespar)
Unespar/*Campus* Paranaguá, lucas_gabrielverdiano@hotmail.com

Cristiane Pagoto - Orientadora
Unespar/*Campus* Paranaguá, cris.pagoto@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Este trabalho de Iniciação Científica, desenvolvido no período de 2022-2023, teve como objetivo central uma investigação sobre o tema da viagem, da paisagem e da identidade presente na narrativa “Duelo”, que integra o livro *Sagarana*, de João Guimarães Rosa. O estudo expõe uma problemática diante do entrelaçamento destes três conceitos que convergem para o sentido de travessia.

Várias narrativas rosianas são marcadas pela temática da viagem, por isso trata-se de um leitmotiv importante na produção do autor. Por meio da leitura de vários teóricos, a pesquisa objetiva analisar como o deslocamento no tempo e no espaço cria e recria novos horizontes de paisagens, de subjetividades e de pensamentos.

A leitura de “Duelo” busca aquilo que Roland Barthes define como vocação para a escritura, como travessia no sentido de texto indevassável, dinâmico e aberto, algo que “não pode parar; [pois] o seu movimento constitutivo é a travessia” (BARTHES, 2004, p. 67). Travessia como a de Riobaldo, e como as de Turíbio Todo e Cassiano Gomes, protagonistas de “Duelo”, na qual viagem e paisagem se confundem com o existir, com o “homem humano”, e que revelam os enigmas intrincados das chegadas e partidas, dos caminhos do sertão, dos indivíduos que nele atravessam

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 1 de 15



A travessia inesgotável pela leitura do texto coloca o leitor diante de um dilema bastante atual: diante de um mundo construído quase todo virtualmente, qual a função de convocar os estudos da paisagem para o cerne do debate literário? Se o advento da sociedade da informação, da fascinação por imagens e por um mundo virtual, pelo ciberespaços, tudo isso que pode ser nomeado de antipaisagem faz com que indivíduos modernos percam o contato com o mundo que nos rodeia, então, a função da literatura e dos estudos da paisagem é nos reconectar com o real, no sentido pleno de interação e de colaboração.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho utilizou-se de pesquisa bibliográfica e de análise textual. Como aporte teórico, para os estudos da paisagem, apoiou-se nos estudos de Michel Collot, em *Poética e Filosofia da Paisagem* (2013); para entender os aspectos transcendentais da viagem, foram utilizados os conceitos propostos por Benedito Nunes em “A viagem”, presente no livro *A Rosa o que é de Rosa* (2013); e para a definição de identidade a teoria elaborada por Stuart Hall (2006).

Realizada a primeira etapa da pesquisa, o levantamento teórico, passou-se à leitura de algumas narrativas de Rosa que abordam como temática principal a viagem. “Duelo” foi a narrativa que melhor apresentou uma intersecção entre os três elementos teóricos selecionados para análise. Após a leitura da narrativa, são apresentados alguns sentidos possíveis, sempre buscando investigar como os temas relacionados à viagem dialogam com a paisagem e a identidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para empreender uma investigação aprofundada e construir uma argumentação substancial sobre o tema proposto, é essencial iniciar com uma análise criteriosa das definições associadas a cada um dos tópicos que serão examinados: viagem, paisagem e identidade. Compreender as definições literais de cada assunto é apenas o primeiro passo; é igualmente crucial adentrar nas suas concepções teóricas subjacentes.



Delinear as bases teóricas de cada um permitirá uma exploração mais profunda das suas implicações e significados. Ao compreender as teorias que os sustentam, torna-se possível entender as conexões entre esses temas aparentemente distintos e identificar possíveis áreas de intersecção. Isso, por sua vez, oferecerá uma oportunidade valiosa para a construção de uma narrativa coesa e significativa.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DA PAISAGEM NA VIAGEM

Sabe-se que a mera compreensão das teorias individuais não é suficiente. A verdadeira experiência de pesquisa e de argumentação surge quando se incorpora diferentes conceitos estudados em um quadro coerente. Integrar essas ideias aparentemente separadas pode resultar em perspectivas surpreendentes e, ainda, na identificação de padrões que não seriam discerníveis de outro modo. Esse processo de síntese é o que irá orientar a tese, conferindo-lhe profundidade e substância. Portanto, a travessia intelectual para a compreensão plena do tema não se limita apenas a definir os termos em seu sentido mais básico. Em vez disso, é um mergulho profundo nas teorias que os sustentam e, em última análise, na habilidade de entrelaçá-las em uma concepção coesa de conhecimento. Esse processo não apenas fortalece a argumentação, mas também enriquece a compreensão global dos tópicos em estudo. Os temas a serem estudados, conforme já mencionados, são: paisagem, viagem e identidade. Temas que estão presentes em diversas obras rosianas e que atravessam a narrativa escolhida: “Duelo”.

Paisagem

No âmbito da percepção comum, a paisagem é frequentemente entendida como o espaço geográfico que se estende até o horizonte, quando contemplada a partir de um determinado ponto de vista. Contudo, na esfera literária, a concepção de paisagem adquire uma dimensão mais rica. Ela se transforma em um espaço inspirador no qual ocorre uma interação singular entre o observador e o "outro" – esse "outro" representa o ambiente externo, desencadeando uma jornada introspectiva no indivíduo.



Tal interação se traduz em uma simbiose entre o subjetivo e o externo, que se entrelaçam de forma orgânica na mente daquele que observa. A paisagem deixa de ser uma mera imagem estática para se converter em uma força dinâmica que molda e é moldada pelo olhar subjetivo. Assim, a transformação da paisagem se espelha na perspectiva do observador, ao mesmo tempo em que a transformação do observador se reflete na percepção da paisagem.

Dessa forma, a paisagem transcende sua representação física e adquire uma dimensão psicológica e emocional. Ela se converte em um portal para a exploração interior do indivíduo, um catalisador que desencadeia reflexões e conexões profundas. Essa relação dinâmica entre o sujeito e a paisagem enriquece a experiência humana, possibilitando uma dança constante de influências entre o exterior e o interior.

Em resumo, além de ser um espaço visual, a paisagem se transforma em um cenário de troca subjetiva e significativa entre o observador e o ambiente que o cerca. Essa interação não apenas modifica a perspectiva da paisagem, mas também molda a percepção e a compreensão do observador, criando um ciclo de influências que enriquecem a experiência vivida e a interpretação do mundo ao seu redor.

Conforme afirma Michel Collot (2013), talvez seja necessário pensar que paisagem é um espaço amorfo que se molda baseando-se na perspectiva do sujeito observador. Local onde existe uma “troca”, levando em consideração que a forma que a paisagem pode ser vista depende da maneira que o observador a enxerga, mudando conforme suas experiências vividas e visão de mundo, assim como a paisagem pode ensinar o sujeito que a observa. Não existe paisagem sem espectador, pois ela é, em última instância, uma construção subjetiva que emerge da interação entre os dois. A paisagem não é apenas um cenário objetivo, mas sim uma experiência que emerge da relação entre o sujeito e o mundo.

É necessário entender que a paisagem é um lugar, um espaço geográfico existente no mundo real, mas, também, é um local pensante e independente, que pode estar fora da cobertura cultural. Isso ocorre porque ela não é apenas moldada pelas intervenções humanas e pela cultura que a rodeia, mas também possui autonomia própria, que transcende as influências culturais e pode existir em sua forma bruta e natural. Mesmo em locais pouco afetados pela atividade humana, a paisagem mantém suas características e sua capacidade de gerar sensações e pensamentos no observador



Collot cria a ideia de um “pensamento-paisagem” (COLLOT, 2013 p.17), que, segundo o autor, acontece quando o indivíduo, em contato com a paisagem, tem a oportunidade de perceber a si mesmo enquanto contempla o mundo exterior, isto porque ela “não apenas dá a ver, mas também a pensar”. Isso significa que o indivíduo passa por uma experiência metafísica por meio da reflexão a respeito da natureza primacial do ser. A paisagem revela uma experiência entre sujeito e objeto, mostrando que ambos são inseparáveis.

Uma obra literária que elucida essa tese é Sidarta, de Herman Hesse. Em determinado momento, o protagonista da obra, que dá título ao romance, tem contato com um senhor balseiro que dedicou a vida a levar passageiros ao outro lado de um rio. Curioso com sua grande sabedoria, Sidarta pergunta qual é a fonte de tanto conhecimento e o balseiro responde:

Quem me ensinou a escutar foi o rio e ele será teu mestre também. O rio sabe tudo e tudo podemos aprender com ele. Olha, há mais uma coisa que a água já te mostrou: que é bom descer, abaixar-se, procurar as profundezas. O rico e nobre Sidarta converte-se num remador; o erudito brâmane Sidarta torna-se balseiro. Também isso te sugeriu o rio. O resto, ele te ensinará ainda. (HESSE, 2021, p. 196)

Herman Hesse apresenta a paisagem e a imagem do rio como uma entidade que possibilita um determinado desenvolvimento do personagem principal. Todavia, isso não ocorre por conta de o rio ser uma fonte que passa sabedoria a quem procura, mas, porque o contato com a paisagem proporciona uma viagem ao interior de si mesmo. O rio não é representado como uma fonte de sabedoria direta, mas como um catalisador para a exploração das profundezas da mente

Nesse caminho, o horizonte também emerge como um elemento de primordial significância no âmbito da filosofia e da poética da paisagem. A representação da imagem do horizonte não somente incita a concepção de um deslocamento direcionado a um desfecho, mas também evoca a noção completa de um objetivo a ser alcançado. Esta temática, ricamente presente nas obras de João Guimarães Rosa, revela-se como um elemento recorrente, frequentemente entretido à presença dos horizontes, ao mesmo tempo em que aborda, de maneira ininterrupta, a essência subjacente de uma jornada a ser empreendida.



Tendo o percurso como uma metáfora, as narrativas rosianas tendem a propor uma acurada exploração da trajetória, que emergem como um empenho voltado ao desenvolvimento subjetivo inerente à natureza humana.

Por fim, no que se diz a respeito à paisagem, a mesma deve ser entendida como um espaço que habita no literal/geográfico, mas, que se molda com base no subjetivo de um sujeito observador. E que um não existe sem o outro, pois, para que exista um ponto a ser observado, é necessário alguém que a observe.

Identidade

Para entender aspectos sobre a identidade e conectá-los com o tema da viagem e da paisagem, é necessário entender sobre as mudanças que o conceito teve durante as épocas. Com isso, Stuart Hall (2006) afirma que tal definição passou por três mudanças com o passar do tempo. Isso permitirá visualizar como o entendimento da identidade não é apenas uma evolução conceitual, mas também uma chave para desvendar as variações da interação entre o indivíduo. Ao compreender a metamorfose da identidade ao longo dos anos, é possível explorar como a viagem e a paisagem desempenham papéis dinâmicos na formação e na expressão daquilo que se entende como "quem somos". Tais fases, definidas por Hall (2006) são: sujeito do Iluminismo, sociológico e pós-moderno. As primeiras percepções que são tidas sobre a identidade e concepção de sujeito tendem a mostrar que a ideia se baseava em um indivíduo completamente centrado e unificado. Sendo assim, o sujeito do Iluminismo nascia com um ideal formado e, ao longo do tempo, não mudava, apenas desenvolvia essa individualidade. Resumindo-se em um sujeito totalmente unificado, autônomo e dotado de razão.

Com o crescimento do mundo moderno, a complexidade da sociedade mostrou que o indivíduo não é autossuficiente, e que parte de suas características, valores e ideais eram baseados no contexto social em que ele estava inserido. Fomentando a ideia de que a identidade é moldada a partir da interação entre sujeito e sociedade, o que definiu o sujeito sociológico. Essa variação provocou uma série de criações identitárias e teorias idealistas. Com o início da pós-modernidade, e com o processo de globalização, o aspecto que se refere



ao sujeito e a sua identidade sofre uma mudança brusca em sua concepção, fazendo surgir o sujeito pós-moderno. Essa mudança sugere que o indivíduo não é unificado, mas sim fragmentado em diversas partes que correspondem a toda a sua carga social, cultural e intelectual. Não existe sujeito que seja absolutamente centrado nos ideais que lhe são supostamente propostos, apenas um sujeito totalmente amorfo, baseado em uma extensa carga que segue sua existência e o seus arredores. O sujeito pós-moderno é poupado de uma identidade fixa e estável para uma identidade baseada em influências diversas.

A pós-modernidade como uma caracterização de um processo indefinido de rupturas e fragmentações compõe a estrutura natural de um conjunto de identidades disformes que se encontram em um eterno “deslocamento” social.

Esses aspectos mostram que a personalidade do indivíduo é criada a partir de experiências, isso faz com que, durante sua vida, traços definidos mudem. Levando isso para o aspecto literário, é de se entender que um determinado personagem tenha a possibilidade de mudar no decorrer da obra. Juntando essa ideia com o que foi visto sobre a paisagem, pode-se afirmar que a identidade do indivíduo tende a ser influenciada e que o contato entre humano e paisagem também é um contato cultural, social e interno.

Viagem

A viagem tende a ser um tema bastante presente em diversas áreas das ciências humanas. Trata-se de um evento que pode ser importante para a formação de uma determinada mentalidade ou ideal. Na associação básica do termo, a viagem é o ato de partir de um lugar para outro, relativamente distante. Na literatura, a viagem também é um assunto recorrente, que aborda os aspectos introspectivos do sujeito, pois o leitor tem a chance de se aproximar, de alguma forma, do pensamento do personagem durante o processo em questão.

Em *Dom Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes, o leitor é introduzido a fundo nessa questão, uma vez que Dom Quixote parte para uma viagem em busca de um objetivo maior, baseado no seu ideal aventureiro. E, na narrativa posta, a viagem assume um papel fundamental a respeito de tudo que embarca a identidade e a evolução do protagonista,



tendo em vista que determinados contatos ocasionados pelo percurso tendem a confrontar as ideias do sujeito, fazendo com que, assim, haja uma travessia existencial do personagem.

Com isso posto, deve-se partir para a fragmentação do conceito. A viagem é um evento composto por três partes: o estar, o ir e o chegar. Todas elas compõem um conjunto de experiências que formam o que ela significa. Somando todo esse aspecto com um ideal subjetivo, a viagem pode compor um sistema de formação identitária muito maior, se olhada por um ponto de vista mais metafórico.

Guimarães Rosa, em suas obras, compreende que a viagem é um evento composto por três partes, e claramente mostra que apenas o “estar” e o “chegar” (que representam respectivamente o início e o fim da jornada), recebem uma atenção significativa. No entanto, Rosa também argumenta que o ato de “ir”, de se encaminhar em direção a outro lugar, carrega consigo um aspecto anabólico, um crescimento no processo de existência do indivíduo. Essa fase de “ir” pode ser compreendida como uma travessia, termo que Rosa utiliza de modo marcante na conclusão de sua obra Grande Sertão: Veredas.

Para entender do que se trata o termo, Benedito Nunes (2013) defende a ideia de que a viagem é um processo tão humano, que é inseparável do indivíduo, e que, por conta de uma troca que acontece durante esse transcurso, o ser humano e a viagem se “confundem” em uma experiência metafísica.

Nesse sentido, o Sertão de Guimarães Rosa coloca-se no mesmo plano da Mancha de Cervantes e da Dublin de Joyce. É o espaço que se abre em viagem, e que faz a viagem se converter em mundo. Sem limites fixos, lugar que abrange todos os lugares, o Sertão congrega o perto e o longe, o que a vista alcança e o que só a imaginação pode ver. [...] É o lugar “onde os pastos carecem de fechos”, mas é, também, “onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar”: a vida solta, com seus perigos, que ainda não se aprendeu a viver, algo indefinível, vazio algumas vezes outras cheio de forças violentas que se desencadeiam, da parte de Deus ou do Demo. (NUNES, 2013, p. 79)

Com isso, a viagem, este leitmotiv rosiano, acontece na paisagem sertaneja, o sertão sem horizontes, sem fronteiras delimitadas, que, por isso, se converte num mundo ilimitado, lugar de viagens transcendentais, metafísicas e míticas, em que o protagonista pode encontrar o maravilhoso, os perigos, as encruzilhadas, casos de amor e de ódio, a existência, enfim. Daí, Nunes afirmar que



“Existir e viajar se confundem” (2013, p. 80) e que as paisagens presentes nas narrativas de Rosa são meios de travessia humana.

A MUDANÇA DE IDENTIDADE E A VIAGEM SOB AS PAISAGENS DE “DUELO”

A narrativa “Duelo”, de Guimarães Rosa, engloba todos os aspectos teóricos e filosóficos que abordam a ligação dos temas da viagem, paisagem e identidade, além de tratar sobre o que é a travessia rosiana.

Pela perspectiva em terceira pessoa, e com um narrador onisciente, “Duelo” inicialmente conta uma história sobre vingança e fuga, que no meio se converte em viagem e acaba como travessia. Uma narrativa que é vista sob duas perspectivas: a primeira delas é a de Turíbio Todo, um seleiro que, ao ver sua esposa com outro homem, decide vingar-se, mas, por engano, acaba matando o irmão do alvo. O segundo ponto de vista é o de Cassiano Gomes, um militar com boa fama, exímio atirador e amante de Dona Silvana, esposa de Turíbio.

O foco principal da história é a perseguição de Cassiano Gomes a Turíbio Todo, o assassino de seu irmão. É durante essa caçada que os temas sobre viagem, paisagem e identidade se mostram presentes, transformando-a em uma travessia.

O tópico da viagem é o tema principal da obra, pois Turíbio Todo foge de Cassiano Gomes, o qual busca vingança. Nesse contexto, o leitor é colocado em uma situação em que a viagem e a paisagem se entrelaçam na narrativa; o sertão de Guimarães Rosa se mostra presente, assim como em *Grande Sertão: Veredas*, e, como tal, é representado por um caráter mítico e metafísico. Durante a caçada, o sertão-paisagem é descrito como um mundo mágico, no qual o duelo entre as forças do bem e do mal, do amor e do ódio, da vingança e do perdão vão entrelaçando os fios narrativos assim como os caminhos dos dois protagonistas. Nesta viagem-travessia para, conforme observa Nunes (2013, p. 82), um fatum mais flexível que o da tragédia grega, assim é que embora Turíbio Todo e Cassiano Gomes jamais podem se encontrar, a narrativa termina com a intervenção de um terceiro, o capiau Timpim Vinte-e-Um, para dar fim a contenda, já quando tudo parecia em paz devido a morte de Cassiano. A escrita faz com que o retrato do sertão soe mágico ao leitor, sem utilizar nenhum método além de representá-lo como ele realmente é. Por exemplo:



...Altos são os montes da Transmantequeira, belos os seus rios, calmos os seus vales; e boa é a sua gente... Mas, homens são os homens; e a paciência serve para vãos andares, em meados de maio ou no final de agosto. Garruchas há que sozinhas disparam. E é muito fácil arranjar-se uma cruz para as sepulturas de beira de estrada, porque a bananeira-do-campo tem os galhos horizontais, em ângulos retos com o tronco, simétricos, se continuando dos lados, e é só ir cortando, todos, com exclusão de dois. E... quê? O tatu-peba não desenterra os mortos? Claro que não. Quem esvazia as covas é o tatu-rabo-mole. O outro, para que iria ele precisar disso, se já vem do fundo do chão, em galerias sinuosas de bom subterrâneo? Come tudo lá mesmo, e vai arrastando ossadas para longe, enquanto prolonga seu caminho torto, de cuidadoso sapador. (ROSA, 2017, p. 146)

Passagens como a descrita acima mudam a perspectiva da obra, fazendo com que, conseqüentemente, ocorra a mudança na perspectiva do leitor sobre determinado ambiente. Dessa forma, se o espaço demonstra-se calmo e sereno, assim não são os homens, que podem disparar armas, matar gentes e enterrá-las. Collot (2013, p. 45) corrobora essa ideia ao afirmar: “a paisagem não poderia se reduzir a um puro espetáculo. Ela se oferece igualmente aos outros sentidos, e tem relação com o sujeito inteiro, corpo e alma. Não apenas se dá a ver, mas também a sentir e a ressentir.” Durante a narrativa, Cassiano Gomes é obrigado a parar e achar abrigo no Alto do Mosquito, onde habitava um povoado pequeno e pacato. Sua parada deve-se a um problema cardíaco que o assolava. É no Alto que o narrador apresenta a paisagem baseada na perspectiva de Cassiano, e isso faz com que a sua subjetividade tome presença:

A paisagem era triste, e as cigarras tristíssimas, à tarde. Passavam uns porcos com as cabeças metidas em forquilhas, para não poderem varejar as cercas das roças. Passavam galinhas, cloqueando, puxando ninhadas para debaixo do marmelinho. E almas-de-gato, voando para os ramos escarlates do mulungu. (ROSA, 2017, p. 161)

Cassiano é acometido por um sentido de impotência, e não é somente devido a doença cardíaca, como também pela paisagem triste e pacata, sossegada e quase que imóvel no tempo. Olhar/contemplar a paisagem faz com que Cassiano vá mudando a sua identidade, corroborando com o conceito de pensamento-paisagem proposto por Collot (2013), no sentido



de que a paisagem é um encontro entre o lugar e o observador, que faz ver e pensar. Como descrito também pelo autor francês, a paisagem é: “uma comunicação íntima entre o dentro e o fora” (COLLOT, 2013, p. 52), um percurso atravessado pela convergência entre indivíduo e paisagem.

Com isso, o aspecto da identidade também se faz presente, visto que a viagem muda ambos os personagens. Conforme Hall (2006), a identidade na pós-modernidade toma um caráter confuso, incerto e fragmentado, que é baseado no mundo que rodeia o indivíduo. E, conforme a viagem-caçada acontece, experiências ocorridas pelo ambiente que os cercam mudam os personagens e os seus ideais. Turíbio Todo sente saudade de sua esposa, mas decide partir para São Paulo na busca por dinheiro; enquanto Cassiano Gomes para no Alto do Mosquito e começa a mudar sua perspectiva. Ele percebe que a raiva que antes vinha por vingança torna-se uma raiva derivada de impotência, decorrente da incapacidade de conquistar seu objetivo.

Isso é o que forma a travessia rosiana, onde todo o processo de deslocamento acontece no mundo exterior, mas também no interior do indivíduo, mudando a sua perspectiva, e com essa perspectiva, mudando a si mesmo e ao mundo à sua volta. “A paisagem é como uma vivência que é manipulada pela memória”. (FIGUEIREDO. 2013, p. 43). Entender a paisagem é entender um evento metafísico, totalmente abstrato, mas ainda assim material e compreensivo.

Ainda no Alto do Mosquito, o leitor é apresentado ao capiau Timpim Vinte-e-Um, que carrega esse apelido por ser o vigésimo primeiro filho de sua mãe, sendo o mais novo deles. Pai de três filhos, em que dois estão mortos e um luta pela vida em meio a um ambiente hostil e precário, Vinte-e-Um é apresentado como uma imagem de pureza, lealdade e gratidão. Cassiano Gomes, antes de morrer por conta da sua condição cardíaca, também muda o seu pensamento sobre aquele ambiente e consegue achar conforto mesmo no fim da vida.

Antes de partir, Cassiano expressa sua empatia por Vinte-e-Um e ajuda financeiramente seu filho. Dessa maneira, ele passa o legado de vingar a morte do seu irmão ao capiau, o qual também busca cessar a frustração de seu amigo e compadre. Isso envolve Vinte-e-Um em um processo de travessia: de indivíduo pacato – aquele que apanha do irmão



mais velho porque a mãe ensinara que não se pode “levantar a mão p’ra irmão mais velho” (ROSA, 2017, p. 162) – transforma-se em assassino e vingador.

Enquanto isso, Turíbio Todo recebe a mensagem da morte de seu rival e decide retornar à casa e à esposa. Mas, é perceptível que essa ida a São Paulo mudou a maneira como via as coisas: o sertão, que antes era rico e vivo para o mesmo, se tornou um lugar pacato e até mesmo sem vida: “– Por que é que uns como você não vão também trabalhar lá? Podiam ganhar dinheiro, aprender a viver. Isto, por aqui, não é vida, é uma misériamagra de fazer dó!... Se você quiser ir, eu explico tudo direito, te ajudo com dinheiro, até”. (ROSA, 2017, p. 167)

Antes, Turíbio Todo valorizava a vida e a diversidade da natureza, no entanto, restou apenas um espaço vazio e que, para ele, não poderia mais ser qualificado como vida. Toda sua concepção sobre o existir naquele lugar mudou. Antes do ocorrido, Turíbio concebia uma existência tranquila, achava graça nos pequenos animais, buscava tranquilidade e não necessitava tanto do material, por isso não corria atrás do mesmo. Mas, baseado nas suas experiências, andanças e viagens, ocorre uma mudança de identidade, e isso faz com que o sertão, que antes era rico, se transforme em um espaço indiferente e sem importância

Nos galhos mais altos do landi, um saguim, mal penteado e careteiro, fazia gatimanhas, chiando e dando pinotes. Os cavaleiros estacaram. Turíbio Todo tirou o revólver e apontou. Mas o macaquinho se escondia por detrás do pau, avançando, de vez em quando, só a carinha, para espiar. E Turíbio se enterneceu, e tornou a pôr a arma na cintura (ROSA, 2017, p. 167).

É nesse nomadismo rosiano que se pode entender a junção entre ser humano e viagem; é nele que se consagra a travessia e a mudança baseada na experiência de deslocamento, articulada pelo contato com a paisagem e com o mundo em si. É com a concepção de que é possível aprender com a viagem que Rosa vitaliza o sertão e os seus personagens. É por meio da mudança de perspectiva que o autor demonstra que a transformação pode acontecer com todos, apenas modificando os ideais do observador. E é dessa maneira que Guimarães Rosa mostra que o mundo é subjetivo e amorfo.

O conto se encerra com Vinte-e-Um indo terminar o ofício que Cassiano Gomes o deixou. Enquanto Turíbio Todo volta em busca de sua esposa, tem o seu encontro com o



capiam, que, com dor no coração, receio, e somente por promessa, mata Turíbio Todo, finalizando a obra. É importante perceber que todo esse processo e as situações ocorridas na vida de Vinte-e-Um fazem com que a sua concepção sobre o que é o mundo e sobre si mesmo mudem.

Nesse desfecho, é vislumbrada a convergência dos indivíduos em uma jornada de travessia, onde as reviravoltas da vida têm o poder de redefinir completamente os caminhos planejados. Surge a ideia de que as consequências das dificuldades e derrotas talvez possuam um apelo mais profundo do que as conquistas e vitórias. Como mencionado por Rosa, a verdadeira essência da experiência não está na partida nem na chegada, mas sim se revela plenamente durante o percurso da travessia.

“Duelo” emerge como uma narrativa que entrelaça diversas facetas, abarcando temáticas que abrangem o espectro do amor, vingança, paisagem, viagem e identidade. No cerne deste conto há uma incursão introspectiva no âmago dos protagonistas; um esforço para definir a metamorfose do caráter proteano do ser. O enredo se desdobra como uma exploração de um acontecimento que adentra o território metafísico, figurando como uma experiência iminente para todo indivíduo inserido no tecido social. Por meio de suas páginas, “Duelo” delibera sobre a essência do Ser, focalizando em seu processo contínuo e ininterrupto, uma reflexão que captura a eternidade desse fenômeno essencial. A narrativa apresenta a teoria rosiana sobre esse evento que acontece em vida, e sobre como é uma situação inevitável para todo indivíduo

Guimarães Rosa foi um dos principais autores a representar o regionalismo brasileiro, na terceira fase do modernismo, e é com esse caráter que as suas obras buscam explorar a percepção de mundo dos personagens em questão. Entender a maneira que Rosa explica os seus ambientes é entender que a perspectiva sobre o mundo é individual e variável, e que a mudança é um projeto único e constante. Unir todos os temas estudados em um único evento auxilia a compreender e a desvendar o que é a travessia que Rosa tanto se refere. “Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A narrativa “Duelo”, de Guimarães Rosa, encapsula e ilustra de maneira significativa a teoria rosiana sobre travessia, um evento essencial que ocorre na vida de dos personagens. A narrativa mergulha nas complexidades da existência humana ao explorar a interseção dos temas viagem, paisagem e identidade.

Rosa, conhecido por sua habilidade em representar o sertão brasileiro com profundidade e simbolismo, não apenas descreve paisagens geográficas, e sim as carrega de significado subjetivo. A paisagem, para ele, não é apenas um cenário físico, mas um portal para a exploração interior do indivíduo. Como o narrador onisciente do conto que ao descrever o Alto do Mosquito, por exemplo, descreve também a tristeza da paisagem reflete o estado emocional do protagonista Cassiano Gomes, criando uma interação dinâmica entre o sujeito e o ambiente.

A jornada dos personagens nesse contexto não é apenas uma viagem física, mas também uma travessia interior. A narrativa mostra que a viagem muda não apenas o ambiente ao redor, mas também os próprios viajantes. Turíbio Todo, inicialmente um homem simples e não ambicioso, é influenciado por sua viagem a São Paulo e volta com uma visão alterada do sertão, agora visto como um lugar pacato e sem vida. O militar Cassiano Gomes, em sua busca por vingança, experimenta uma transformação interna, pois sua raiva inicial se transforma, ao ser obrigado a fazer uma pausa no Alto do Mosquito, em impotência diante das circunstâncias. A perseguição desenfreada encontra, enfim, repouso, e caminhante e paisagem fundem-se numa mesma tranquilidade.

A identidade, conforme delineada por Hall, é vista como algo em constante evolução e influenciado pelo contexto social e experiências pessoais. Os personagens de “Duelo” ilustram essa dinâmica ao passarem por mudanças profundas em suas identidades durante suas respectivas jornadas, até mesmo o capiau Vinte-e-Um, inicialmente retratado como um homem simples e leal, depois levado a assumir o legado de vingança de Cassiano Gomes e, assim, se transforma em um agente de mudança.

Dessa forma, “Duelo” é mais do que uma história de vingança e caçada; é uma exploração rica e poética da complexa relação entre indivíduos, paisagem e identidade que convergem na travessia e revela a profunda interconexão entre o mundo exterior e o interior.



SIPEC
EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR
30-out a 01-nov de 2023

Guimarães Rosa convida os leitores a contemplarem a natureza efêmera da vida e a constante transformação do ser humano em sua jornada por meio do mundo físico e interior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes: 2004.

COLLOT, Michel. **Poética e Filosofia da Paisagem**. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros. **Paisagem em três lições**. In: ALVES, Ida & FEITOSA, Márcia (Orgs.). **Literatura e paisagem: perspectivas e diálogos**. Niterói: Eduff, 2010, p. 43-52

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006

HESSE, Herman. **Sidarta**. 68 ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

NUNES, Benedito. **A viagem**. In: _____. **A Rosa que é de Rosa**. Rio de Janeiro: DIFEL Editora, 2013.

ROSA, João Guimarães. **Sagarana**. 72. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 15 de 15



ESTUDO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO: PRINCÍPIOS E FASES DA METODOLOGIA

Maiuly Figueiredo de Castro - (Unespar)
Unespar/Campus Curitiba I, maiulycastro08@gmail.com

Prof. Dra. Cristiane H. V. Otutumi - Orientadora
Unespar/Campus Curitiba I, cristiane.otutumi@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta pesquisa foi estudar os princípios e fases da metodologia proposta por Laurence Bardin ao longo do livro *Análise de Conteúdo*. A justificativa do projeto se relacionou com a experiência empírica da professora ao observar como têm sido aplicados os procedimentos da Análise Conteúdo no âmbito da pesquisa em Música. Nesse sentido, acompanhando uma utilização muitas vezes pouco estruturada ou resumida da análise de conteúdo, tornou-se indispensável para nós uma análise documental do próprio livro.

Foram encontrados na literatura uma gama de aspectos problemáticos dessa falta também em outras áreas do conhecimento, tais como Administração, Educação, Psicologia, etc. Devido à grande quantidade de trabalhos que têm embasamento em Bardin nas diferentes áreas do conhecimento, essa iniciativa (que nos parecia pontual da nossa área) tomou novas perspectivas e, portanto, contém uma abordagem qualitativa cujo objetivo específico foi aprofundar o conhecimento sobre o histórico e fases dessa técnica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a consolidação do trabalho, foram realizadas leituras reflexivas entre orientanda e orientadora em uma abordagem qualitativa, com anotações de cada parte do livro. Foram renomeados os capítulos para facilitação da comunicação entre as pesquisadoras – já que os títulos originais citam várias vezes o termo “parte”. Após algumas complicações reorganizamos, chamando-as de capítulos e subcapítulos. Foram lidos textos que dialogam sobre a problemática



do uso da metodologia em pesquisas de diferentes áreas e, por fim, elaborado um texto em tópicos com a síntese dessas informações.

Livro utilizado (após verificação de algumas edições, decidimos por duas mais atuais):

· Análise de Conteúdo – Laurence Bardin (edições de 2021 e 2020), Edições 70 Lda, chancela de Edições Almedina, Portugal. Título original: L'Analyse de Contenu (1977). Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira observação a ser feita é que a má utilização da análise de conteúdo como método de tratamento de dados não se restringe à alguma área do conhecimento específica. Diferentes autores têm feito registros desses caminhos tratados sem a devida transparência nos procedimentos, nas escolhas categoriais e na inferência dos dados coletados.

Durante a leitura do livro de Bardin (2020) foram refletidos sobre os contextos da análise, os tipos de documentos e como explorá-los, refletir sobre os momentos de foco na elaboração das hipóteses, bem como sobre os processos históricos que direcionaram novas atitudes, novos questionamentos dos analistas e novas perspectivas de indicadores de análise - geralmente provenientes de debates em congressos e encontros acadêmicos nos EUA e na Europa.

Portanto, os apontamentos realizados sobre os textos dos capítulos 1, 2 e 3 foram essenciais para a elaboração do quadro síntese final das etapas do método. Aliás, nesse quadro foram elencados os principais elementos e palavras-chave que revelam ao leitor a trilha de etapas para a análise ser cumprida, entretanto, é indispensável a leitura do livro - fonte principal.

A ANÁLISE DE CONTEÚDO DE BARDIN E ALGUMAS PROBLEMÁTICAS DA ATUALIDADE

A Análise de Conteúdo (AC) no Brasil tem sido estudada por diferentes autores e, dentre os estudos, focalizamos o levantamento de Sampaio et al (2021), com a investigação de artigos na base da Scielo entre os anos de 2002 e 2019 em várias áreas. Sampaio et al (2021) chegaram ao universo de 3.484 artigos sendo que a maioria deles tiveram origem nas Ciências da vida (em destaque educação física, enfermagem e saúde coletiva) e em seguida a área de Humanidades (administração, ciência política, ciências contábeis, comunicação, educação, psicologia, sociologia, dentre outros). Os autores identificaram características de usos da Análise de



conteúdo bem como problemáticas no uso da metodologia. É possível observar que há:

- Falta de descrição dos procedimentos da Análise de Conteúdo e critérios de organização e seus indicadores;
- Preocupantes níveis de transparência na seleção de documentos e fontes aplicáveis nos trabalhos encontrados;
- Desenvolvimento inadequado das categorias de análise, embora citem o uso da metodologia AC;
- Não seguimento dos preceitos de Bardin como o rigor da objetividade e melhor interpretação de dados.

A exemplo do que foi destacado nos tópicos acima há diferentes demonstrações das fontes com referências a outros autores que pesquisaram em seus próprios campos de atuação. Na Psicologia, há vários artigos sem descrição das operações de AC:

[...] Castro, Abs e Sierra, por sua vez, observaram, nos **83 artigos de 6 periódicos indexados na base SciELO (Psicologia)**, que, via de regra, os trabalhos **não oferecem descrição de nenhuma das operações** de AC, tais como critérios de organização, indicadores e procedimentos de inferência. (SAMPAIO et al, 2021, p.4, grifos nossos).

Já na área de Administração - ensino e pesquisa, é possível verificar a falta de transparência nas etapas de trabalho com a AC:

[...] Ao analisar a qualidade dos artigos, Seramim e Walter indicaram que 75% **não deixavam claras as etapas** definidas por Bardin, sendo que 18 artigos apenas citam que utilizaram AC, “mas não é possível identificar como o método foi aplicado no contexto do trabalho” (p. 262). (citados por SAMPAIO et al, 2021, p.4, grifos

Também da Administração, com um levantamento proveniente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), Silva, Cunha, Gaspari e Moura (2017) dizem verificar a falta de preparo dos pesquisadores para utilização da Análise de Conteúdo: [...] havia uma aparente **falta de preparação dos pesquisados no uso da técnica**, uma vez que, do corpus analisado, apenas dois papers realmente a aplicavam de forma plena. (citados por SAMPAIO et al, 2021, p. 4, grifos nossos). Além disso, Gomes et al(2020) [...] indicaram que os trabalhos analisados não seguiram adequadamente os preceitos de Bardin em termos do rigor da **objetividade** e de melhor **interpretação** dos dados. (citados por SAMPAIO et al, 2021, p. 5, grifos nossos).

No final de sua explanação sobre o panorama de uso da metodologia de Análise de conteúdo, Sampaio et al (2021, p.5) afirmam que:



[...] Diversos estudos aqui revisados identificaram uma predominância de Bardin como autora mais citada da técnica. Não obstante, esses levantamentos confirmam que grande parte dos trabalhos não segue o método proposto pela autora, não indicando, por exemplo, as unidades de registro, fases do processo de codificação ou contexto utilizados.

É importante frisar também outros dados levantados nesse trabalho de 2021: a reflexão

- Os dados confirmam a utilização dominante de Bardin como referência da Análise de Conteúdo, e seu livro como fonte predominante, com alta intensidade no Brasil;
- Essa recorrência traz um alerta sobre a necessidade de atualização dos procedimentos de pesquisa, da própria atualização da técnica e das maneiras de agregar novas formas de análise (e de dados) como softwares, programas e aplicativos tecnológicos nessa metodologia.

Dessa forma, os autores terminam sublinhando que: [...] Não é que a análise de conteúdo como técnica em si esteja ultrapassada. Talvez o que esteja desatualizado seja a discussão metodológica, em nível mais amplo, e os próprios manuais, no sentido mais específico. (SAMPAIO ET AL, 2021, p.17). Vale destacar que os autores também incentivam pesquisas futuras que busquem pôr em prova suas próprias conclusões sob novas bases de dados.

ANOTAÇÕES E REFLEXÕES DO LIVRO (edição de 2020)

Fizemos a leitura do livro desde o início, do prefácio até os últimos ensinamentos do capítulo 3 em que se dá ênfase à teoria e ao método. Entretanto, para uma comunicação mais assertiva entre pesquisadores foi resolvido fazer anotações e reflexões mais detalhadas nesse projeto de IC da parte 1 (fases e teoria, com o critério de que fossem evidenciados aspectos processuais da elaboração do método). Nesse sentido, no texto 3.5 a descrição se torna breve e em forma de quadro síntese, para dar segmento à reflexão final da leitura. Como há repetição do termo "partes" para diferentes textos do Sumário, fizemos uma organização dele para nos facilitar os apontamentos - ver anexo.

Após redimensionar os capítulos, foi escolhido fazer a leitura cronológica, como promove a sequência do livro. A ideia foi: a) fazer a leitura e b) sintetizar os subtextos com uma visão panorâmica com um elenco básico de tópicos principais trazidos pela autora.

Portanto, seguem os itens dos capítulos iniciais e seus respectivos pontos de destaque.

Anotações e reflexões sobre a Introdução e Prefácio



Os textos iniciais do livro foram escritos pela própria Laurence Bardin. Eles trazem a contextualização do tema, buscando expor a situação histórico-social da época em que foi escrito, como e em qual circunstância da vida pessoal da autora surgiu a primeira ideia para sua escrita.

Após, inicia-se uma breve explanação de como a autora vê a Análise de Conteúdo, como esta última se comporta nos diferentes meios e temas. Os textos de Introdução e Prefácio também deixam claro a intenção e os objetivos do livro enquanto material auxiliar de estudo, reforçando todos os seus processos de raciocínio.

Por tópicos, é possível ter uma visão geral da Introdução e Prefácio, que compreendem os seguintes temas:

- Contextualização histórico-social e problemáticas encontradas pela autora;
- Exposição da capacidade multidisciplinar da Análise de Conteúdo;
- Definição do termo Análise de Conteúdo;
- Objetivo do trabalho e
- Breve descrição dos temas a serem abordados ao longo do livro.

No primeiro texto, a **Introdução**, a autora traz o começo de uma abordagem histórico-social, em que ela enuncia o surgimento das primeiras preocupações com a Análise de Conteúdo, os ambientes nos quais começaram a apresentar necessidades que posteriormente seriam supridas por métodos de análise de conteúdo:

[...] em meados dos anos 1970, assistiu-se a um período extremamente fértil de desenvolvimento das ciências sociais e humanas.[...] O método da análise dessas comunicações ainda não existia, mas a explosão comunicacional, bem como o interesse em compreendê-las, já estava presente. [BARDIN, 2020, p. 7].

Em outro momento, neste mesmo texto, é explicado as modificações feitas na atualização do livro em 1987 que, segundo Bardin, “foram bem recebidas pelos leitores”. Ao descrever tais mudanças, ela destaca a retirada do tópico “análise automática do discurso”, de Pêcheux; a adição de um novo capítulo com atenção voltada para a realização de entrevistas e uma “síntese sobre as experiências de análise proposicionais do discurso da equipe de Ghiglione”, segundo a autora.

Já no texto do **Prefácio**, também escrito por Bardin, ela inicia descrevendo os múltiplos fatores incluídos na temática da análise de conteúdo, dentre os quais está a dualidade de dois extremos: “Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” [BARDIN, 2020, p. 11].



Adiante, ela explica de maneira resumida todos os temas a serem abordados ao longo do livro, sendo eles:(BARDIN, 2020, p. 12):

- Descrever a evolução da análise de conteúdo, delimitar o seu campo e diferenciá-la de outras práticas (primeira parte: história e teoria¹).
- Pôr o leitor imediatamente em contato com exemplos simples e concretos de análise, decompondo pacientemente o mecanismo dos processos (segunda parte: práticas).
- Descrever a textura, ou seja, cada operação de base, do método, fazendo referência à técnica fundamental a análise de categorias (terceira parte: métodos²).
- Apresentar, indicando seus princípios de funcionamento, outras técnicas diferentes nos seus processos mas que respondem à função da análise de conteúdo (quarta parte: técnicas).

Anotações e reflexões sobre o capítulo 1, parte 1 - história e teoria

Neste capítulo destacamos os itens dos subtemas entre colchetes para não desidentificar o modo como a autora propõe o Sumário. Portanto, resolvemos apresentar os títulos entre aspas para que o leitor possa encontrar os tópicos de assuntos se comparado ao livro (em suas diferentes edições).

[item 1] *“Instrumento de análise de comunicações”*

Ao explicar sobre a chamada "pré-história" da Análise de Conteúdo, a autora chama atenção ao fato de que "[...] os textos já eram abordados de diversas formas", tendo em vista a uma "atitude interpretativa", segundo Bardin, que surgiu naturalmente nos séculos anteriores ao século XX. Inicialmente, essas interpretações tinham caráter religioso, na análise de textos bíblicos e outros misteriosos. De qualquer forma, era passível de interpretação tudo aquilo que possuía duplo sentido designificação, como explica a autora:

Por detrás do discurso aparente geralmente SIMBÓLICO e POLISSÊMICO, esconde-se um sentido que convém desvendar. (BARDIN, L., 2020, p. 16).

O principal objetivo das pesquisas feitas nesse tempo era a verificação de valor e autenticidade dos textos, baseada em "processos técnicos de validação", como cita Bardin.

[item 2] *"Definição e relação com as outras ciências"*

Com o foco geográfico sobre a América, especificamente sobre os Estados Unidos, a autora leva a exposição histórica para o início do século XX, quando a análise de conteúdo tem progressão significativa de desenvolvimento, que dá-se na área jornalística:



Desencadeia-se um fascínio pela contagem pela medida (superfície dos artigos, tamanho dos títulos, localização na página). (BARDIN, 2020, p. 17).

Tal progressão durou cerca de quarenta anos, segundo a autora. Logo em seguida à Primeira Guerra Mundial surge a interpretação e estudo de propagandas, que foi fortemente amparado por H. Lasswell, que Bardin intitula como o primeiro nome da análise de conteúdo. Por conta do *behaviorismo*, Laurence afirma que ocorreu uma rejeição da introspecção em favor da objetividade, ou seja, a preferência por fatos quantitativos a qualitativos dentro da psicologia comportamental, tratando-os com rigor e cientificidade.

[item 3] "1940-1950"

Mais tarde, mas ainda nos Estados Unidos, tem-se o forte destaque das ciências políticas, que, segundo a autora, teve forte acentuação pela Segunda Guerra Mundial. Dentro desse período, chegou-se à conclusão de que "25% dos estudos empíricos que relevam da técnica de análise de conteúdo pertencem à investigação política".

Seguindo na área da política, Bardin afirma que tem-se um aumento do "número de investigadores especializados em análise de conteúdo", e, dentre eles — os investigadores especializados — estão os criadores do livro *The Language of Politics: Studies in Quantitative Semantics* (1949).

No discurso da autora, ela descreve formas e objetos em que a análise de conteúdo foi aplicada, contanto dois grandes exemplos: a análise do romance (obra literária) *Black Boy*, de Richard Wright e a análise das Cartas de Jenny, de Jenny Gove Masterson (pseudônimo da autora). A primeira análise citada tem caráter estatístico, decodificando o livro sob a descrição de uma simbologia pré definida por R. K. White (analista). A segunda análise pode ser de interesse psicossociológico, que ao ser analisada por A. L. Baldwin apresentou-se como "[...] uma <<análise da estrutura da personalidade>> (*personal structure analysis*), tendo por objectivo funcionar como um <<componente da perspicácia mais ou menos brilhante do clínico>>" (BARDIN, 2020, p. 20).

A autora finaliza a explicação histórico-social dos anos 1940-50 nos Estados Unidos mostrando falas de B. Berelson, que definem a análise de conteúdo de forma quantitativa, porém já mostrando prévias de uma preocupação com a dualidade entre a objetividade e a subjetividade. Em seguida, Bardin relata certa ignorância francesa em aceitar os avanços americanos na área da



pesquisa e análise de conteúdo, mostrando insatisfação com a paisagem social que se mostrou até meados de 1974, quando vê-se algum progresso na maneira francesa de pensar, que abre os ideais para a sistematização da análise de conteúdo, enfatizando ainda mais o rigor da objetividade nos métodos utilizados para a pesquisa.

É o período significativo de uma prática com uma metodologia nascente, onde as exigências de rigor e de objetividade pressentidas adquirem um caráter obsessivo, suscetível de encobrir outras necessidades ou possibilidades.(BARDIN, 2020, p. 21).

[item 4] "*1950-1960: EXPANSÃO E PROBLEMÁTICA*"

Para a autora, quem narra essa trajetória histórica, esse período foi: "[...] caracterizado pela expansão das aplicações da técnica a disciplinas muito diversificadas e pelo aparecimento de interrogações e novas respostas no plano metodológico". (BARDIN, 2020, p 21). A expansão se dá a partir do início dos anos 50 pelo fato de haver diferentes congressos interessados na *Psicolinguística*. Foi na Allerton House Conference (1955), em Illinois (USA) e contribuições de outros eventos e publicações, que se multiplicou o interesse na análise conteúdo, trazendo também novas perguntas: "A análise de conteúdo entra, de certo modo, numa segunda juventude. A etnologia, a história, a psiquiatria, a psicanálise, a linguística, acabam por se juntar à sociologia, à psicologia, à ciência política, aos jornalistas, para questionar estas técnicas e propôr a sua contribuição" (BARDIN, 2020, p. 22).

Dois modelos acabam tendo direções contrárias: a) de comunicação **instrumental** (por A. George e G. Mahl); b) de comunicação **representacional** (por G. E. Osgood). A seguir uma básica explicação:

[...] representacional significa que o ponto importante no que diz respeito à comunicação é o revelado pelo conteúdo dos itens lexicais nela presentes, isto é, que algo nas palavras da mensagem permite ter indicadores válidos sem que se considerem as circunstâncias, sendo a mensagem o que o analista observa. Grosso modo, "instrumental" significa que o fundamental não é aquilo que a mensagem diz à primeira vista, mas o que ela veicula, dados o seu contexto e as suas circunstâncias" (BARDIN, 2020, p.22).

Seguindo essa perspectiva de pensamentos, no plano metodológico houve a divergência entre a abordagem quantitativa e a qualitativa. Dessa forma, o que se destaca na quantitativa é a "frequência com que surgem certas características do conteúdo"; sendo que na qualitativa é a "[...] presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem" (p.23).



Enfim, os diálogos proporcionaram um certo fator de equilíbrio já que:

[...] Por um lado, a exigência de objectividade torna-se menos rígida, ou melhor, alguns investigadores interrogam-se acerca de regra legada pelos anos anteriores, que confundia objectividade e cientificidade com a minúcia da análise de frequências. Por outro, aceita-se mais favoravelmente a combinação de compreensão clínica, com a contribuição da estatística. Mas, para além do mais, a análise de conteúdo já não é considerada exclusivamente com um alcance descritivo (cf. os inventários dos jornais do princípio do século), pelo contrário, toma-se consciência de que a sua função ou o seu objetivo é a *inferência*. Que esta inferência se realize tendo por base indicadores de frequência, ou, cada vez mais assiduamente, com a ajuda de indicadores combinados (cf. análise das co-ocorrências), tomando-se consciência de que, a partir dos resultados da análise, se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações". (p.23).

[Item 5] "*De 1960 a 1975: Computadores e Semiologia*"

Neste período o computador teve uma significativa contribuição para as discussões e produções relativas aos procedimentos com a adição dessa nova ferramenta auxiliar de análise. Segundo a autora: "[...] o computador vem oferecer novas possibilidades, mas a realização de um programa de análise exige um acréscimo de rigor em todas as fase do procedimento". (p.24), como por exemplo: "[...] exige-se uma preparação dos textos a tratar e, por conseguinte, uma definição mais precisa das unidades de codificação, e tornar operacionais procedimentos de análise automática das unidades de contexto, quando o sentido de uma unidade de registro é ambíguo". (p.25).

Dentre as contribuições do uso do computador nas análises segundo a autora, são a facilidade da utilização de testes estatísticos, e a possibilidade de tratamentos com muitas variáveis. Em 1967, um congresso na Filadélfia (The Annenberg School of Communications), destaca a autora, foi muito discutido o tema. Mas, um outro fator trouxe à tona os desafios da análise de conteúdo: o 'território semiótico', "[...] portador de um novo dinamismo, vem, através dos seus novos objectos (a imagem, a tipografia e a música, por exemplo) perturbar omovimentos relativamente linear da análise de conteúdo". (BARDIN, 2020, p.26).

[Item 6] "*Atualidades (da edição de 2020)*"

De maneira a trazer a análise de conteúdo a um contexto mais atualizado, a autora apresenta as tendências de estudo em meados dos anos 70, que se concentram em transpor os conteúdo de



análise de conteúdo já conhecidos para a informática, ao passo que também observou-se tentativas de avanço em áreas como a lexicometria, enunciação, linguística, etc.

Anotações e reflexões sobre o capítulo 1, parte 2 - História e Teoria

"Parte 2 - Definição e relação com as outras ciências"

[item 1] "*O rigor e a descoberta*"

De um modo geral, a autora destaca 2 objetivos importantes dos métodos da análise de conteúdo: 1) a superação da incerteza ('será a minha leitura válida e generalizável?'); 2) o enriquecimento da leitura ('poderá a leitura aumentar a produtividade e apertinência?').

Diante das diferenças e colocações expostas no item anterior, observamos que aqui a autora comenta: a análise de conteúdo da mensagens [...] "deveria ser aplicável - com maior ou menor facilidade, é certo - a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte (do tam-tam à imagem, tendo evidentemente como terreno de eleição o código linguístico)" (p. 31).

Outro ponto levantado são as funções da análise (podem ou não dissociar-se: 1) função heurística - quando a AC enriquece o que é explorado ('para ver o que dá'); 2) função administração de prova: quando a AC para servir de prova, ou seja, "[...] hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de directrizes, apelaram para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação" (p.31) (invalidação).

A autora termina esse breve item estimulando perguntas que nos fazem pensar sobre como utilizaremos a análise de conteúdo, para que finalidade, quais as fronteiras do estudo e

de sua aplicação. E isso nos parece muito útil para refletir e auxiliar no campo de prática metodológica com Música.

[item 2] "*O campo*"

Segundo Bardin, "A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações." (p.33), porém ela afirma que a AC é um único meio de análise que é adaptável ao vasto campo das comunicações, possuindo, assim, diversas formas. Alguns exemplos de aplicação da análise de conteúdo, são: (BARDIN, 2020, p. 33)



- desmascarar a axiologia subjacente aos manuais escolares;
- radiografar a rede de comunicações formais e informais de uma empresa a partir das ordens de serviço ou das chamadas telefônicas;
- medir a implicação do político nos seus discursos; pôr em relevo o esqueleto ou a estrutura da narrativa das histórias humorísticas;
- etc.

Para a autora, os textos ou códigos a serem explorados e interpretados pela análise de conteúdo, se dividem em seus níveis de complexidade, cujo efeito é tido pelo nível de estabilidade do código e explorações já feitas.

[...] quanto mais o código se torna complexo, ou instável, ou mal explorado, maior terá de ser o esforço do analista, no sentido de uma inovação com vista à elaboração de técnicas novas. (BARDIN, 2020, p. 34).

Pelo ponto de vista do analista principiante, encontrar material de referência cujo objeto de análise seja o mesmo ou ao menos semelhante ao seu, pode servir de grande ajuda. Portanto Bardin critica aqueles autores analistas que apenas mostram todos os seus resultados, sem preocupação em também indicar os processos de análise seguidos durante a pesquisa, meio este que Bardin intitula como uma “hesitante alquimia” (p.34).

Ao memorar a imensidão do campo aplicável à AC, Laurence afirma que todos os códigos e comunicações deveriam ser passíveis da interpretação da análise de conteúdo. Com isso, a autora cita P. Henry e S. Moscovici (1968), que diz que “tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo” (BARDIN, 2020, p.34).

Apesar de se apoiar nos autores, Bardin tem uma opinião diferente em relação à abrangência das aplicações de AC, afirmando que seu campo vai muito além, em áreas da não-linguística:

Ora, quaisquer que sejam as dificuldades de aplicação ou de transposição das técnicas da análise de conteúdo para as comunicações não linguísticas e os exageros a que por vezes conduz a recente moda da semiologia, parece difícil recusar-se ao vasto campo das comunicações não linguísticas (ao qual se aplica, por comodidade, os termos do campo semiológico ou semiótico) os benefícios da análise de conteúdo. (BARDIN, 2020, p. 35).

Por fim, a autora exemplifica seu pensamento na configuração de um quadro ilustrativo cujo objetivo é mostrar algumas das amplas aplicações da análise de conteúdo (ver Bardin, 2020, p.36).

[item 3] "*A descrição analítica*"



L. Bardin afirma que a descrição analítica “funciona segundo procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2020, p.37) e a intitula como uma fase de “tratamento da informação”.

Embora a AC possa ter uma face voltada para a área dos significados, a autora coloca o tratamento *descritivo* da informação como sendo a primeira fase do procedimento da descrição analítica.

Dentre as múltiplas descrições válidas para a análise de conteúdo, Bardin volta a citar B. Berelson, que possui uma técnica de validação com cinco regras da *fragmentação objetiva*, que a autora qualifica como “raramente aplicáveis”. Tais regras são: (Bardin, 2020, p. 38):

- homogêneas: poder-se-ia dizer que “não se mistura alhos com bugalhos”;
- exaustivas: esgotar a totalidade do “texto”;
- exclusivas: um mesmo elemento do conteúdo não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes;
- objectivas: codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais;
- adequadas ou pertinentes: isto é, adaptadas ao conteúdo e ao objectivo.

Com isso, Bardin classifica dois processos importantes ainda dentro da fragmentação objetiva: as “unidades de codificação” e as “unidades de contexto”.

Unidades de codificação, segundo a autora, são as unidades de registro, aquelas que de acordo com o material ou código analisado podem ser “[...] a palavra, a frase, o minuto [...]” (p.38). A depender da dificuldade de organização dos sentidos dos códigos analisados, têm-se necessárias as unidades de contexto, que sendo “[...] superiores à unidade de codificação, as quais, embora não tendo sido tomadas em consideração no recenseamento das frequências, permitem contudo compreender a significação dos itens obtidos, repondo-os no seu contexto”(p.38).

Os métodos e procedimentos descritos pela autora tornam-se úteis em certas ocasiões, entretanto em casos como a análise de imagens ou textos não linguísticos, estes procedimentos tornam-se inacessíveis, na maior parte das vezes. Contudo, o método é muito utilizado e também nomeado como o “método das categorias”, segundo Bardin. Possui caráter taxonómico, com o objetivo de “[...] introduzir ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente”.

Mais a frente, a autora discorre um caso fictício para exemplificar uma aparente desordem que, com alguns critérios de classificação, torna-se ordenada, possibilitando assim o tratamento dos dados obtidos. Tais *critérios de classificação* dependem “[...] daquilo que se procura ou que se espera encontrar” (p.39).



Em último lugar, a autora discorre sobre um outro tipo de análise: a análise estrutural (proveniente da análise categorial supracitada), que define a estrutura-tipo do objeto analisado e também algumas regras de associação, equivalência ou exclusão.

[item 4] "*A inferência*"

Nesse subtítulo a autora apresenta a definição de inferência a partir da metáfora de que o "analista é um arqueólogo", por exemplo: [...] trabalha com vestígios: os 'documentos' que pode descobrir os suscitar" (BARDIN, 2021, p.41). Dessa forma, "o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio" (BARDIN, 2021, p.41).

De acordo com a autora, o analista trabalha com índices, procedimentos, sendo a *descrição* (enumeração das características do texto, resumida após tratamento) a etapa anterior à interpretação (significação concedida a estas características); e a inferência a etapa que faz mediação entre elas.

Para dar parâmetro a inferência, é possível acompanhar o que ela vem à responder:

- Causas da mensagem (antecedentes da mensagem): o que levou a determinado enunciado?
- Efeitos da mensagem (consequências que o enunciado vai provocar).

[item 5] "*A análise de conteúdo e a linguística*"

Neste item, Bardin enuncia as principais divergências entre a análise de conteúdo e a linguística, bem como sua semelhança com outras subáreas (a semântica, a sociolinguística, a lexicologia, a estatística linguística e a análise do discurso).

Para diferenciar os dois primeiros — AC e linguística — a autora cita com grande peso F. de Saussure, quando diz que "a distinção fundamental proposta por F. de Saussure entre *língua e fala*, e que fundou a linguística, marca a diferença. O objeto da linguística é a língua [...] enquanto que o da análise de conteúdo é a fala" (Bardin, p. 45), tendo a primeira um aspecto *social* e a segunda *individual*.



Em uma comparação com um jogo de xadrez, feita por Saussure, a linguística "[...] estabelece o manual do jogo da língua" e a análise de conteúdo "tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado [...]" (p.45). Em outras palavras, agora por Bardin:

[...] A linguística estuda a língua para descrever o seu funcionamento. A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras as quais se debruça. A linguística é um estudo *da* língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades *através* das mensagens. (BARDIN, 2020, p. 45).

Na correlação da análise de conteúdo com outras subáreas da linguística, a autora discorre sobre as definições da semântica (estudo dos significados), da sociolinguística (correlação entre estruturas linguísticas e sociais), da lexicologia (ciência do vocabulário), da estatística linguística (aplicação das estatísticas ao vocabulário) e da análise do discurso (possui muita semelhança com AC, mas seu objetivo vai além do objeto puramente linguístico, como cita a autora).

Por fim, a autora enfatiza:

[...] Estas ciências podem ser úteis à análise de conteúdo [...], mas a sua analogia é puramente técnica e limitada. (BARDIN, 2020, p. 46)

[item 6] "*A análise de conteúdo e a análise documental*"

A autora define a análise documental como: "[...] uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência" (BARDIN, 2021, p.47). Dessa forma, o objetivo da análise documental é o armazenamento sob uma forma viável, facilitando o acesso com informações (quantitativas e qualitativas); portanto, é uma fase preliminar da construção de um banco de dados.

São documentos diferenciais da análise documental e da análise de conteúdo: 1) a análise documental trabalha com documentos, já a análise de conteúdo trabalha com mensagens; 2) a análise documental "faz-se, principalmente, por classificação-indexação; a análise categorial temática é, entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo" (p.48); 3) como visto antes, o objetivo da análise documental é "a representação condensada da informação, para consulta e armazenamento; o da análise de conteúdo é a manipulação de mensagens [...] para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem" (p.48).

Anotações e reflexões sobre o capítulo 2 – Práticas



Neste capítulo, a autora traz uma abordagem representativa, exemplificando situações que ilustram os mecanismos da análise de conteúdo. Para um melhor entendimento, Bardin utiliza como exemplo um teste por associação de palavras. Neste teste foram averiguadas relações entre palavras e estereótipos. Na coleta de dados surgiram diversas outras palavras, de classificações diferentes, portanto têm-se necessário o tratamento dos dados: a classificação, que é iniciada com critérios simples como semelhança e repetição. Em seguida, são elaborados gráficos e tabelas mais precisos utilizando os números de repetições como forma de organização; após isso uma nova classificação por critérios semânticos e em último lugar estão as análises dos dados.

Nos diferentes itens (de subtemas) das práticas, a autora vai encaminhando sugestões de procedimentos e delineando com o leitor as possibilidades de direção das análises. Assim, são feitas análises com exemplo de respostas abertas (item 2), análise de comunicação de massa (horóscopo, item 3), análise de entrevista (férias e telefone, item 4) - que remetem a um grau profundo de elementos, combinações coordenadas deles e de percepções e formulações de hipóteses.

Anotações e reflexões sobre o capítulo 3 – Método

Nesses apontamentos decidiu-se expor os procedimentos principais do método como forma didática e demonstrar brevemente os pontos abordados por Bardin. Portanto, em síntese, é possível apresentar por um breve quadro:

Figura 1 Método de Análise de Conteúdo (Bardin, 2020) - fases e procedimentos principais

ETAPAS	MACRO AÇÃO	MICRO AÇÃO	LOCALIZAÇÃO no livro
Fase 1	Organização	Contato e escolha dos documentos	p.121
	Pré Análise	Hipótese, amostra homogênea, representatividade	
	Exploração do material	Fase duradoura: execução das decisões tomadas. Codificação, Decomposição, Enumeração	
	Tratamento	Operações estatísticas, quadros, diagramas, figuras e modelos = põem destaque às informações obtidas na análise	destaque para o quadro síntese da p.128
Fase 2	Codificação	Dados são transformados em unidades que explicitam as características do conteúdo	p.129



	Unidades de registro (UR) e de contexto (UC)	UR: palavra, tema, objeto, personagem, acontecimento, documento; UC: dimensão maior que a UR. Critérios: custo e pertinência.	
	Regras de enumeração	[modo de contagem] Presença ou Ausência; Frequência; Intensidade; Direção; Ordem; Co-ocorrência.	
	Análise quanti e quali	<i>#quanti</i> : funda-se na frequência de aparição de elementos na mensagem; resulta em dados descritivos; mais objetiva; observação mais controlada; <i>#quali</i> : a compreensão do sentido é essencial; é mais maleável e adaptável aos índices não previstos ou à evolução das hipóteses; é válida em elaborações de deduções. <i>#uma</i> abordagem não rejeita a outra.	
Fase 3	Categorização	Classificação de elementos: diferenciação e reagrupamento	p.145
	Princípios	<i>#critério</i> : semântico, sintático, léxico e expressivo; <i>#categorias boas</i> precisam de qualidades: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade/fidelidade, produtividade.	p.147
	Exemplos de conjuntos categoriais	a. análise de valores; a. análise dos fins e dos meios; a. análise da interação; a. análise de um estado psicológico	
	Índices para computadores	[a autora cita diferentes programas, dicionários de índices para análise de conteúdo]	
Fase 4	Inferência	interpretação controlada	p.163
	Pólos de análise	[a) emissor, b) receptor, c) mensagem, d) o médium - instrumento, suporte material do código) <i>#níveis de análise</i> : os significantes e os significados. Planos: <i>#o código</i> : indicador de realidades subjacentes; <i>#a significação</i> : o que a mensagem oferece.	
	Processos e variáveis da inferência	[destacamos o quadro da p.170 em que há exemplos de variáveis da inferência em diferentes temáticas de análise de conteúdo]	p.170

Fonte: as autoras

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O objetivo geral desta pesquisa foi estudar os princípios e fases da metodologia proposta por Laurence Bardin ao longo do livro *Análise de Conteúdo*. Ao verificarmos com Sampaio et al (2021) que havia problemáticas sobre a utilização da AC em diferentes áreas do conhecimento, vimos a necessidade de imersão nos capítulos 1 ao 3 do livro. Pela alta densidade de informações de Bardin (2020), foram realizados encontros de leitura, de discussão e de apontamentos durante as orientações - que extrapolaram as horas de dedicação previstas na IC.

Entretanto, é possível verificar que: a) a AC é uma metodologia com procedimentos e fases claras, mas com viés flexível de possibilidades de mini ações (tomadas de decisão sobre a elaboração das hipóteses, a escolha dos materiais/documentos, o tipo de perspectiva de observação, a abordagem quali ou quantitativa; b) a ac pode ser compreendida em um escopo de trabalho quantitativo como de qualitativo, sendo possível verificar frequência de termos de modo mais objetivo, ou refletindo sobre sua significação - mais subjetivo; c) as mini tomadas de decisões (na escolha de como tratar as unidades de registro e contexto) podem mudar substancialmente as análises, portanto, é imprescindível o estudo aprofundado dos critérios de elaboração de categorias e as sugestões da autora em relação à dimensão das URE UC - que promovem a apresentação mais efetiva das características do que se é analisado.

Enfim, há uma série de benefícios na reflexão com o livro. Há uma evidente lacuna nas leituras e citações superficiais realizadas do livro na literatura acadêmica. Acreditamos que esse breve estudo possa incentivar novos estudantes da graduação em música e demais leitores interessados a compreender e a utilizar com mais propriedade a análise de conteúdo, revisitando o livro referencial e usufruindo de seus exemplos práticos e reflexões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e actualizada. Edições 70: Portugal, 2021.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes; CODATO, Adriano Nervo; MARIOTO, Djiovanni Jonas França; BITTENCOURT, Maiane; NICHOLS, Bruno Washington. Uma técnica parada no tempo? Mapeamento da produção científica baseada em análise de conteúdo na SciELO Brasil (2002-2019).



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

LETRAMENTOS ACADÊMICOS CIENTÍFICOS, *ENGLISH AS A MEDIUM OF INSTRUCTION (EMI)* E INTERNACIONALIZAÇÃO: PERSPECTIVAS EM DIÁLOGO NA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL

Maria Clara Gulhotti - (CNPq)

Unespar/Campus Campo Mourão, mariaclaragulhotti2@gmail.com

Maria Izabel Rodrigues Tognato - Orientadora

Unespar/Campus Campo Mourão, maria.tognato@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC

Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Levando-se em conta a importância de se estudar concepções como as de Letramentos Acadêmico-Científicos (LEA; STREET, 1998, 2014), de *English as a Medium of Instruction (EMI)* (TAMTAM *et al.*, 2013; BRADFORD, 2016) e de internacionalização, como um dos princípios da Universidade propostos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (Unespar, 2018) e suas relações como contribuições para o Ensino Superior, no caso deste trabalho, envolvendo o contexto da graduação, desenvolvemos nossos estudos. Além disso, ao longo de nosso processo de formação, mais especificamente, no campo da iniciação científica, temos entendido a importância do desenvolvimento dos Letramentos Acadêmico-Científicos como contribuição à formação dos estudantes do Ensino Superior, não somente como profissionais, mas também enquanto pesquisadores. Por essas razões, investigamos as concepções referentes aos Letramentos Acadêmico-Científicos, ao *EMI* e à internacionalização, além das percepções de estudantes do contexto de formação docente inicial, a partir de um estudo de iniciação científica desenvolvido no período de 2022 a 2023. Com isso, consideramos nossa pesquisa fundamental à formação dos futuros professores e pesquisadores, uma vez que contribui para uma maior compreensão das temáticas tratadas, bem como para a formação humana, social e profissional dos estudantes no Ensino Superior.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 1 de 17



Para tanto, pautamos nosso estudo nos Novos Estudos do Letramento (STREET, 1984; BARTON; HAMILTON, 1998) por envolver um conjunto de práticas sociais pelo uso de diferentes formas de linguagem e/ ou diferentes culturas, autorizando a conceituação plural de letramentos (GEE, 1999); na proposta do *EMI*, enquanto perspectiva global e estratégica para a internacionalização (TAMTAM *et al.*, 2013; BRADFORD, 2016; MACARO; AKINCIOGLU; HAN, 2020), por se tratar de um método de ensino bilíngue por meio do qual as universidades oferecem disciplinas acadêmicas em contextos nos quais a primeira língua da maioria dos alunos não é o inglês. Nesse sentido, segundo Tamtam *et al.* (2013, p.22), este método tem por objetivo “oferecer aos estudantes uma mistura de aprendizagem de língua e de conteúdos de outras áreas do conhecimento”, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da comunicação científica, tendo o inglês como meio de instrução, em diferentes áreas do conhecimento.

Diante do exposto, organizamos este trabalho pelas seguintes partes constitutivas: introdução, materiais e métodos, envolvendo a explicitação da metodologia utilizada, na qual constam os procedimentos metodológicos de nossa pesquisa, tanto no que concerne à geração de dados quanto de análise, os resultados e a discussão das análises dos resultados e, por fim, as considerações finais.

MATERIAIS E MÉTODOS

No que concerne aos procedimentos metodológicos, quanto à natureza da pesquisa nos pautamos na abordagem qualitativo-interpretativista (BORTONI-RICARDO, 2008) analisando os dados e relacionando-os ao contexto sócio-histórico mais amplo da formação docente inicial de modo a contribuir para uma maior compreensão dos dados obtidos. Nessa perspectiva, tomando por bases alguns textos científicos, desenvolvemos um estudo bibliográfico, identificando os elementos constitutivos de cada um dos textos selecionados para nossos estudos, considerando-se seus objetivos geral e específicos, as teorias norteadoras destas pesquisas, os procedimentos metodológicos referentes tanto à coleta e geração de dados, quanto aos procedimentos de análise, os resultados destes estudos envolvendo as



contribuições e limitações, bem como as referências dos textos estudados, no sentido de aprofundar nossos estudos acerca das temáticas tratadas nesta pesquisa.

Assim, além do trabalho de sistematização das pesquisas encontradas e de seus elementos constitutivos, como objetivo mais amplo, investigamos as concepções acerca dos Letramentos Acadêmico-Científicos, do *EMI* e da internacionalização, enquanto política institucional, a partir de um estudo bibliográfico e as percepções de estudantes do contexto de formação docente inicial no sentido de se entender as possíveis contribuições de tais perspectivas ao contexto investigado. A partir deste objetivo geral, sistematizamos nossos objetivos específicos, a saber:

- 1) Identificar concepções acerca dos Letramentos Acadêmico-Científicos, *EMI* e internacionalização no contexto de formação docente inicial, a partir de estudo bibliográfico;
- 2) Investigar as percepções de estudantes acerca das concepções e perspectivas tratadas neste estudo;
- 3) Identificar as possíveis relações entre as concepções dos Letramentos Acadêmico-Científicos, *EMI* e internacionalização;
- 4) Indicar as possíveis contribuições das concepções estudadas para o contexto de formação docente inicial;
- 5) Apontar as contribuições e/ou limitações deste estudo pelas percepções do(a) próprio(a) pesquisador(a) a partir de diários de aprendizagem e de formação.

Para uma maior visualização acerca dos procedimentos metodológicos desenvolvidos com o estudo proposto, sistematizamos os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos e/ou critérios de análise utilizados, conforme ilustra o Quadro 1.

Quadro 1 – Procedimentos metodológicos de nossa pesquisa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONJUNTO DE DADOS	PROCEDIMENTOS/CRITÉRIOS DE ANÁLISE
1) Identificar concepções acerca dos Letramentos Acadêmico-Científicos, <i>EMI</i> e internacionalização no contexto de formação docente inicial, a partir de estudo bibliográfico;		



2) Investigar as percepções de estudantes acerca das concepções e perspectivas tratadas neste estudo;	- Estudos bibliográficos. - Questionários para estudantes. - Percepções dos participantes da pesquisa.	- Plano global/macroestrutura dos dados coletados (BRONCKART, 1997/2009). - Conteúdo temático (SOT) (temas) e de segmentos de tratamento temático (STT) (subtemas) (BULEA, 2010).
3) Identificar as possíveis relações entre as concepções dos Letramentos Acadêmico-Científicos, <i>EMI</i> e internacionalização;		
4) Indicar as possíveis contribuições das concepções estudadas para o contexto de formação docente inicial;	- Diários de aprendizagem e de formação do(a) próprio(a) pesquisador(a). - Percepções da própria pesquisadora.	
5) Apontar as contribuições e/ou limitações deste estudo pelas percepções do(a) próprio(a) pesquisador(a) a partir de diários de aprendizagem e de formação.		

Fonte: As autoras, com base em Silva, Gulhoti, Tognato e Stutz (NO PRELO, 2023).

Para as análises, nos pautamos em um dos procedimentos do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) (BRONCKART, 1997/2009), que são o SOT – Segmento de Orientação Temática (temas), geralmente o tema da própria pergunta de um questionário ou entrevista e o STT – Segmento de Tratamento Temático (subtemas) (BULEA, 2010), considerados desdobramentos gerados pelo tema da pergunta do questionário ou entrevista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico, apresentamos os resultados obtidos a partir do estudo bibliográfico e das percepções de alguns estudantes pela busca de concepções relacionadas às perspectivas teóricas mencionadas em nossa pesquisa, a saber: Letramentos Acadêmico-Científicos, *EMI* e Internacionalização. Assim, primeiramente, no que tange aos estudos bibliográficos, sistematizamos as definições encontradas sobre as temáticas tratadas em nosso projeto de pesquisa, conforme ilustra o Quadro 2.

Quadro 2 – Concepções das temáticas tratadas na pesquisa

<i>EMI</i>	LETRAMENTOS ACADÊMICOS E CIENTÍFICOS	INTERNACIONALIZAÇÃO
Uso de “inglês como meio de instrução para a	“Uma perspectiva sócio-histórico-cultural, a partir dos denominados Novos Estudos do Letramento	“Uma oportunidade de expansão e de



comunicação científica, que pode envolver diferentes campos do saber ou áreas de estudo. Em outras palavras, a perspectiva do EMI tem como intuito contribuir para a comunicação científica dos trabalhos, estudos e pesquisas acadêmicas e científicas dentre os estudantes, estudantes e docentes por meio da publicação em periódicos e apresentações orais em eventos acadêmicos e científicos, independente da área de conhecimento do estudante. O objetivo é que as pesquisas sejam comunicadas e compartilhadas. Por essas razões, para a participação em um contexto que ofereça cursos de EMI, não é necessário dominar a língua inglesa, no caso da língua em foco. Além disso, elementos constitutivos da pesquisa acadêmica e científica podem ser compartilhados de modo que a linguagem utilizada permita a comunicação entre os participantes do contexto de EMI." (TOGNATO; BORNHOLDT; ZANCO, 2022, p.259)

(STREET, 1984; BARTON; HAMILTON, 1998; GEE, 1996; FISCHER, 2007). Daí a importância de prepararmos os estudantes a oportunidades acadêmico-científicas, visando ao seu desenvolvimento intelectual e profissional. Ademais, corroboramos o defendido por Gee (1996), em relação aos processos socioculturais, considerados muito mais que eventos cognitivos internos, sendo uma perspectiva sociocultural, “envolvendo um conjunto de práticas sociais por meio do uso de diferentes formas de linguagem em uma única ou diferentes culturas, autorizando, com isso, a conceituação do letramento em uma versão plural, daí denominada de letramentos” (TOGNATO, 2021, p.165). A nosso ver, a perspectiva dos Letramentos Acadêmico-Científicos é fundamental à formação humana, social e profissional, uma vez que propicia o desenvolvimento intelectual, acadêmico e científico dos estudantes do Ensino Superior, seja no contexto de graduação ou de pós-graduação. Nessa perspectiva, Santos (2007), usa o termo letramento científico com o objetivo de estabelecer uma ligação entre o que é aprendido de forma científica na escola e os aspectos sociais que podem constituir esta aprendizagem. Segundo o autor, o letramento científico insere o estudante nas escritas acadêmicas, porém, propiciando uma contextualização a partir de sua cultura e de suas práticas sociais. Nesse contexto, Magalhães e Cristovão (2018, p.56) explicitam que Santos (2007) utiliza o termo letramento científico com o intuito de dar destaque ao aspecto social do conhecimento científico aprendido na escola. Para o autor, letramento científico apresenta múltiplas dimensões: um conjunto de práticas sociais que inserem o aluno em atividades de leitura e escrita das ciências; uma contextualização do conhecimento científico na vida cotidiana sem reduzi-lo a mero conhecimento prático acrítico; uma aprendizagem da ciência como fator cultural, uma aprendizagem da ciência atrelada a valores; uma defesa da aprendizagem da linguagem científica simultaneamente à apropriação do conhecimento. Essa perspectiva dá grande relevância ao conhecimento científico numa perspectiva de contextualização social, sem reduzi-la, segundo o autor, a um aplicacionismo prático, mas enfatizando o valor cultural do conhecimento. (MAGALHÃES; CRISTOVÃO, 2018, p. 56). [...] (MAGALHÃES; CRISTOVÃO, 2018, p. 57). Além disso, as autoras (2018, p.58) destacam que, para MottaRoth, letramento científico não se resume apenas em aprender a ler e a escrever, mas a quatro extensões mais abrangentes, a saber: 1) o conhecimento dos produtos da ciência e da tecnologia, dos sistemas

engajamento intelectual, profissional e científico por meio do intercâmbio de conhecimentos, considerando-se os aspectos interculturais e sociais, entre redes colaborativas, envolvendo a mobilidade de professores, agentes universitários e estudantes, tanto no país como no exterior. Nesse sentido, destacamos o papel estratégico da internacionalização, apontado por Stallivieri e Miranda (2017, p.591), ao salientar que “A promoção da internacionalização da educação superior, no âmbito governamental, necessita ter um significado estratégico para o país”, pois as universidades precisam ser modernizadas e inovadas, “a partir da cooperação internacional entre diferentes países e, conseqüentemente, buscar a promoção do desenvolvimento nacional” (STALLIVIERI; MIRANDA, 2017, p. 591). (TOGNATO; BORNHOLDT; ZANCO, 2022, p.263)



simbólicos que as expressam e constroem, dos seus procedimentos, produtores e usuários (DURANT, 2005); 2) a atitude diante da experiência material ou mental, a abertura para mudança de opinião com base em novas evidências, a investigação sem preconceito, a elaboração de um conceito de relações de causa e consequência, o costume de basear julgamentos em fatos e a habilidade de distinguir entre teoria e fato (MILLER, 1983, p. 31); 3) a compreensão e a produção de textos e discursos que projetam opiniões sobre ciência e tecnologia, pautadas pelo entendimento das relações entre ciência e tecnologia e o mundo em que se vive (SANTOS, 2007); e, 4) a capacidade de fazer escolhas políticas que inevitavelmente advêm da consciência do impacto da ciência e da tecnologia na sociedade (MAGALHÃES; CRISTOVÃO, 2018, p. 58). (TOGNATO; BORNHOLDT; ZANCO, 2022, p.263).

“Uma perspectiva sócio-histórico-cultural, apoiada nos denominados Novos Estudos do Letramento (Street, 1984; Barton; Hamilton, 1998; Gee, 1996; Fischer, 2007). Segundo outros autores (Gee, 1996; Lankshear et al. 2002), tais estudos do letramento tomam essa prática como processos socioculturais muito mais que estados ou eventos cognitivos internos. De acordo com Dionísio (2007, p. 26), a perspectiva do letramento refere-se a um “conjunto flexível de práticas culturais definidas e redefinidas por instituições sociais, classes e interesses públicos em que jogam papel determinante as relações de poder e de identidades construídas por práticas discursivas que posicionam os sujeitos” ao uso dos textos e tecnologias por meio das quais tais textos são veiculados. [...] Nesse sentido, Gee (1996) ainda caracteriza essa perspectiva como sociocultural, que envolve um conjunto de práticas sociais por meio do uso de diferentes formas de linguagem em uma única ou diferentes culturas, autorizando, com isso, a conceituação do letramento em uma versão plural, daí denominada de letramentos. [...] Segundo Kleiman (2005, p. 21), tal perspectiva “abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas da escrita nas sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas, como a alfabetização universal, a democratização do ensino, o acesso às fontes aparentemente ilimitadas de papel, o surgimento da internet” (Kleiman, 2005, p. 21). [...] Assim, tomamos a concepção de letramento para além da concepção de alfabetização (Conceição, 2013), partindo do princípio que o letramento, vinculado à concepção do trabalho com a linguagem como prática social, está relacionado ao agir



	integrado a diferentes situações de comunicação em que o indivíduo possa estar inserido nos diversos contextos sociais em que vive. Ademais, no que diz respeito à relação entre escrita, letramento(s) e gêneros textuais, Araújo e Bezerra (2013, p. 9), defendem que as relações humanas ocorrem por meio de textos, os quais são organizados em gêneros, que circulam em uma determinada “comunidade linguística e exigem a aquisição de habilidades de escrita por partes desses indivíduos, isto é, letramento(s), ou a condição letrada para determinados fins”. (TOGNATO, 2021, p.165)	
--	--	--

Fonte: As autoras.

Ao realizar a leitura destes textos, aprofundamos nossos estudos a respeito das concepções, a saber: Letramentos acadêmicos científicos, *English as medium of instruction (EMI)* e Internacionalização, a fim de obtermos uma maior compreensão sobre suas definições e possíveis relações. Com isso, identificamos os elementos constitutivos de algumas pesquisas realizadas, tomando por base um quadro sugerido pela professora orientadora, conforme ilustra o Quadro 3, como um instrumento que pode nos auxiliar na organização dos conteúdos dos textos lidos.

Quadro 3 – Elementos constitutivos de pesquisas estudadas

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO ESTUDO BIBLIOGRÁFICO/TEXTOS	TEXTO 1 <i>English as a medium of instruction (EMI)</i> e letramentos acadêmico-científicos na pós-graduação pela internacionalização	TEXTO 2 <i>EMI (ENGLISH AS A MEDIUM OF INSTRUCTION) COMO ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA</i>	TEXTO 3 O ensino de um gênero textual oral e a elaboração de uma ferramenta didática
OBJETIVO GERAL e/ou ESPECÍFICOS	Este trabalho propõe um debate social acerca das concepções de <i>English as a Medium of Instruction (EMI)</i> , Letramentos Acadêmico-Científicos e Internacionalização, e sua articulação no Ensino Superior, com foco na pós-graduação stricto sensu.	O objetivo geral deste artigo é analisar o EMI como estratégia de internacionalização em casa do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (PPA/UEM) . Além disso, o trabalho busca fornecer subsídios para superar a falta de consciência e entendimento sobre os processos e práticas de internacionalização das Instituições de Ensino Superior, e pode ser útil dos pontos de vista teórico e prático.	O objetivo geral deste artigo é analisar o EMI como estratégia de internacionalização em casa do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (PPA/UEM) . Além disso, o trabalho busca fornecer subsídios para superar a falta de consciência e entendimento sobre os processos e práticas de internacionalização das Instituições de Ensino Superior, e pode ser útil dos pontos de vista teórico e prático



<p>TEORIAS NORTEADORAS (Apontar nome da perspectiva teórica ou teórico-metodológica, autor(es) principais, data(s) –ano(s) de referência)</p>	<p>Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) (BRONCKART, 1997/2009), do <i>EMI</i> como estratégia para a internacionalização (TAMTAM; GALLAGHER; NAHER; OLABI, 2013; VERDU, 2019), dos Letramentos Acadêmicos e Científicos (STREET, 1984, 2010; LEA; STREET, 1998, 2014; PASQUOTTE-VIEIRA; FIAD, 2008; FISCHER; PELANDRÉ, 2010; FIAD, 2011, 2016; MOROSINI, 2011; BAZERMAN; MORITZ, 2016; CRISTOVÃO; VIEIRA, 2016; MAGALHÃES; CRISTOVÃO, 2018) e da Interdisciplinaridade pelo viés da Teoria da Complexidade (ALVARENGA, 2011; MORIN, 2003, 2005).</p>	<p>Não mencionado no artigo.</p>	<p>As teorias norteadoras do texto são:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Perspectiva teórico-metodológica do Interacionismo Sociodiscursivo, desenvolvida por Bronckart (2006, 2008a, 2008b, 2009, 2013)2. Estudos de Didáticas das Línguas, propostos por Schnewly e Dolz (2004)3. Metodologia da Engenharia Didática, desenvolvida por Dolz (2016)4. Conceitos de Gestos Didáticos, propostos por Schnewly e Dolz (2009)
<p>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS :</p> <ol style="list-style-type: none">a) Geração de dados ou instrumentos de coleta de dados;b) Critérios de análise.	<p>Questionários <i>online</i>, via <i>Google Forms</i>, junto a estudantes e docentes de pós-graduação, da Unespar, Campus de Campo Mourão-PR. Para as análises, pautaram-se nos segmentos de organização temática (SOT) (temas) e de segmentos de tratamento temático (STT) (subtemas) (BRONCKART, 2008; BULEA, 2010).</p>	<p>Os dados foram coletados por meio de documentos e observação participante.</p> <ol style="list-style-type: none">a) Os documentos foram coletados por meio dos sites da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Escritório de Cooperação Internacional (ECI) da UEM. A observação participante foi realizada em eventos promovidos pelo PPA/UEM, como palestras, seminários e workshops.b) A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo. Os documentos coletados foram analisados por meio de categorização temática, enquanto a observação participante foi analisada por meio de categorização de eventos e de participantes. A análise dos dados foi realizada com base em três categorias: (1) estratégias de internacionalização em casa, (2) EMI como estratégia de	<ol style="list-style-type: none">a) Os dados foram gerados por meio de uma pesquisa de campo realizada em uma escola pública de ensino médio, com a participação de 25 alunos e 1 professor. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: questionários, gravações em áudio e vídeo das produções orais dos alunos, registros escritos das atividades realizadas em sala de aula e observações participantes.b) Os critérios de análise foram definidos com base nos objetivos específicos da pesquisa e nos aportes teóricos utilizados. Foram considerados aspectos como: a compreensão dos objetivos da comunicação oral em eventos científicos, a organização e estruturação do discurso, o uso adequado de recursos linguísticos e não linguísticos, a interação com o público e a capacidade de argumentação. Além disso, foram analisados os gestos didáticos do professor e as



		internacionalização em casa e (3) desafios e oportunidades do EMI como estratégia de internacionalização em casa .	particularidades implícitas às práticas de ensino. Para a análise dos dados, foram utilizadas técnicas como a análise de conteúdo e a análise de sequências didáticas.
RESULTADOS (POSSÍVEIS): a) Contribuições; b) Limitações.	Os resultados apontam para possíveis avanços das práticas formativas institucionais. Trata-se de iniciativas que vão sendo construídas no contexto da PósGraduação, a partir da necessidade de maiores avanços nas práticas formativas pelo uso do inglês como meio de instrução nesta comunidade acadêmica com vistas ao desenvolvimento de uma política de internacionalização da instituição.	a) Entre as contribuições do estudo, destacam-se a identificação das estratégias de internacionalização em casa desenvolvidas pelo PPA/UEM, a análise do EMI como estratégia de internacionalização em casa e a identificação de desafios e oportunidades relacionados a essa estratégia . Além disso, o estudo pode ser útil para outras instituições de ensino superior que desejam implementar o EMI como estratégia de internacionalização em casa . b) Entre as limitações do estudo, destaca-se o fato de que a pesquisa foi realizada em uma única instituição de ensino superior, o que pode limitar a generalização dos resultados para outras instituições. Além disso, o estudo não abordou a perspectiva dos alunos em relação ao EMI como estratégia de internacionalização em casa, o que poderia fornecer informações adicionais sobre a eficácia dessa estratégia.	a) Entre as contribuições do estudo, destacam-se: - A elaboração de uma ferramenta didática para o ensino do gênero comunicação oral em eventos científicos, que pode ser utilizada por professores de diferentes áreas do conhecimento; - A identificação das capacidades discursivas envolvidas na comunicação oral em eventos científicos, o que pode auxiliar na formação de alunos mais críticos e reflexivos; - A análise das particularidades implícitas às práticas do professor na sequência de ensino, que pode ajudar a aprimorar a formação docente; - A validação da ferramenta didática proposta por meio de uma pesquisa de campo, que demonstrou sua eficácia na promoção do letramento acadêmico dos alunos. b) Entre as limitações do estudo, podem ser apontadas: - O tamanho reduzido da amostra, que pode limitar a generalização dos resultados; - A aplicação da ferramenta didática em apenas uma escola, o que pode restringir a sua aplicabilidade em outros contextos; - A necessidade de aprimoramento da ferramenta didática, com a inclusão de novas atividades e recursos, para torná-la ainda mais eficaz.
REFERÊNCIAS (Indicar o(a) ou os(as) autor(a) ou autores do texto lido.)	TOGNATO, M. I. R.; BORNHOLDT, M. B.; ZANCO, P. T. da S.. <i>English as a medium of instruction (EMI) e letramentos acadêmico-científicos na pós-graduação pela internacionalização. Revista Interfaces</i> . Vol. 13 n. 2, 2022.	VERDU, F. C. <i>EMI (English As A Medium Of Instruction) Como Estratégia de Internacionalização em Casa: Um estudo de caso num programa De pós graduação em administração Em: EnANPAD 2017, São Paulo / SP - 01 a 04 de Outubro de 2017. P. 1-8.</i>	BUENO, L.; BACAN ZANI, J. O ensino de um gênero textual oral e a elaboração de uma ferramenta didática. Entretextos , Londrina, v. 19, n. 1, p. 43–63, 2019. DOI: 10.5433/1519-5392.2019v19n1p43. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/ind ex.php/entretextos/article/view/



			37033. Acesso em: 11 set. 2023.
--	--	--	---------------------------------

Fonte: Elaborado pela orientadora e preenchido pela pesquisadora em formação.

No que diz respeito ao questionário¹ aplicado *online* via *Google Forms* junto a estudantes da graduação, tomando por base um estudo anterior a este projeto, utilizamos as perguntas do Quadro 4, conforme apresentado a seguir.

Quadro 4 - Questionário a estudantes da graduação

<ol style="list-style-type: none"> 1. O que você entende por Inglês como Meio de instrução (<i>English as Medium of Instruction – EMI</i>)? 2. O que você sabe sobre Letramentos Acadêmico-Científicos? 3. Como você caracterizaria a perspectiva da internacionalização? 4. Quais aspectos podem indicar possíveis relações entre dos Letramentos Acadêmico-Científicos, <i>EMI</i> e internacionalização nos contextos de graduação e pós-graduação. - Considerando o âmbito da Unespar, responda às seguintes perguntas: 5. Você conhece alguma ação realizada, seja no contexto de graduação ou de pós-graduação, pela perspectiva do <i>EMI</i>? Se sim, aponte quais são estas ações. 6. Quais experiências, envolvendo Letramentos Acadêmico-Científicos, você já viu sendo realizadas em contextos de graduação e de pós-graduação na instituição? 7. Quais ações já foram realizadas em sua instituição envolvendo a internacionalização? 8. O que você acrescentaria sobre estas três perspectivas do Inglês como Meio de instrução (<i>English as Medium of Instruction – EMI</i>), dos Letramentos Acadêmico-Científicos e da internacionalização?
--

Fonte: As autoras, com base em Silva, Gulhoti, Tognato e Stutz (NO PRELO, 2023).

Em relação às respostas dos alunos, três alunos da graduação, do curso de Letras, participaram, sendo um do segundo ano e dois do terceiro ano de Letras, como mostra o Quadro 5.

Quadro 5 – Percepções dos estudantes de graduação sobre as temáticas propostas

<i>EMI</i>	Letramentos Acadêmico-Científicos	Internacionalização	Relações entre as 3 perspectivas: LAC, <i>EMI</i> e Internacionalização
Língua estrangeira que permite a integração socio-cultural do indivíduo pela globalização (E1)	Conhecimentos provenientes da linguagem pela escrita, em especial, de gêneros textuais do meio acadêmico. (E1)	Processo de comunicação e relacionamento entre falantes de língua estrangeira. (E1)	Não soube responder. (E1)

¹ Este projeto, vinculado a uma pesquisa mais ampla, foi submetido ao CEP da Unespar e foi aprovado pelo CAAE 56254622.3.0000.9247, sob o número do Parecer 5.339.563 em abril de 2022.



Língua Inglesa como meio de comunicação/instruções/ordens (E2)	Atividades que promovem entendimento e capacitação sobre uso de linguagens do âmbito acadêmico da universidade. (E2)	Processo que promove colaborações acadêmicas, científicas e culturais entre instituições de ensino superior (E2)	Os letramentos acadêmico-científicos capacitam a comunidade interna universitária para a produção científica e, quando interligados com o <i>EMI</i> , é possível redijir artigos científicos em inglês, além da possibilidade de participar em eventos científicos de língua inglesa pela relação com universidades de países de língua inglesa ou universidades de países que não possuem inglês como língua principal. (E2)
Uso da língua inglesa para ensinar disciplinas acadêmicas em países onde não é o idioma principal de comunicação. (E3)	Capacidade de compreender e interpretar linguisticamente os fatos, acontecimentos ou processos formativos produções de textos acadêmicos. (E3)	Integração das dimensões internacional e intercultural nas funções de ensino, de pesquisa e de extensão no ensino superior. (E3)	Letramentos Acadêmico-Científicos, <i>EMI</i> e internacionalização como relações entre os aspectos dos textos acadêmicos e científicos na língua inglesa, como o gênero textual Resumo (<i>Abstract</i>) e apresentações orais em eventos internacionais. (E3)

Fonte: As autoras, com base no estudo anterior (SILVA, 2022) e em Silva, Gulhoti, Tognato e Stutz (NO PRELO, 2023).

Para as análises destas respostas dos estudantes, conforme apresentado no projeto de pesquisa inicial, nos pautamos em um dos procedimentos do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) (BRONCKART, 1999/2022), que são o SOT – Segmento de Orientação Temática (temas). Com isso, identificamos os seguintes SOT e STT nas percepções dos estudantes em resposta ao questionário aplicado no estudo anterior, conforme ilustra o Quadro 6 a seguir.

Quadro 6 – Temas e subtemas evocados nas percepções dos estudantes

SOT (Temas)	STT (Subtemas)		
	ESTUDANTE 1	ESTUDANTE 2	ESTUDANTE 3
Letramentos Acadêmicos-Científicos	- Conhecimentos da linguagem pela escrita; - Gêneros textuais.	- Atividades de linguagem no âmbito acadêmico.	- Capacidade de compreender e interpretar linguisticamente.; - Produções de textos acadêmicos.
Internacionalização	- Processo de comunicação e relacionamento com o falante de outras línguas.	- Colaborações acadêmicas, científicas e culturais.	- Dimensões internacional e Intercultural nas funções de ensino, pesquisa e extensão.



Relações entre as 3 perspectivas : LAC, EMI e Internacionalização	- Não soube responder	- Letramentos acadêmico-científicos capacitando a comunidade interna universitária para a produção científica; - <i>EMI</i> , redigindo artigos científicos em inglês; - Participação em eventos científicos; - Globalização.	- Textos acadêmicos e científicos na língua inglesa; - Resumo (<i>Abstract</i>); Apresentações orais em eventos internacionais.
--	-----------------------	--	---

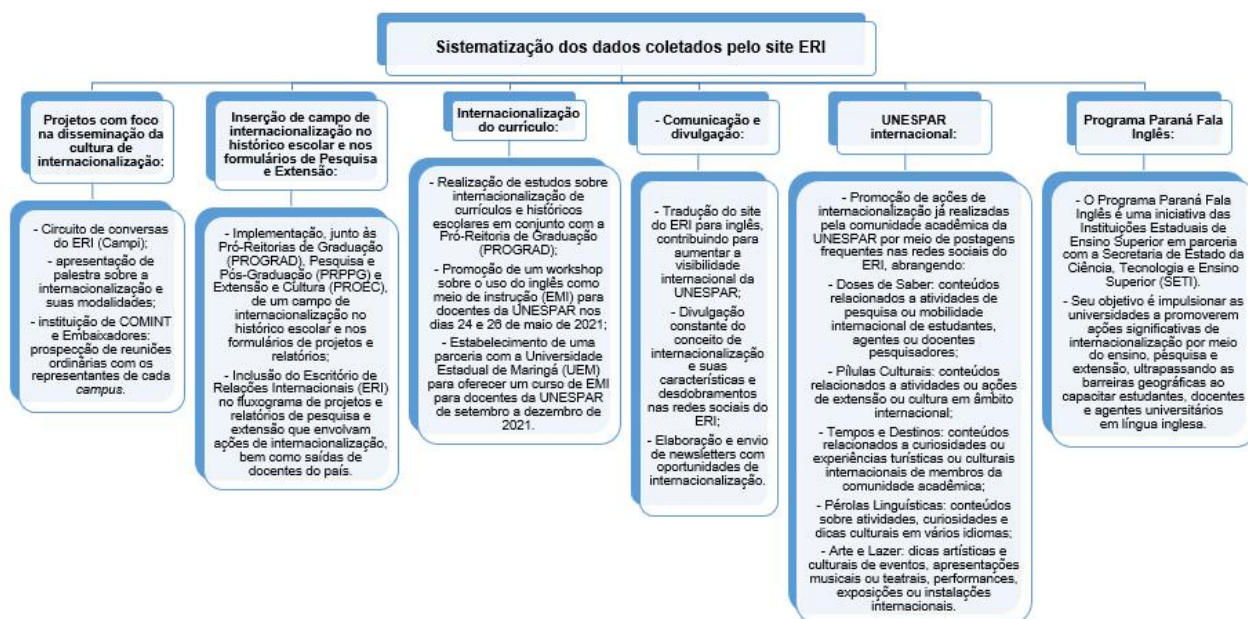
Fonte: As autoras, com base no estudo anterior (SILVA, 2022) e em Silva, Gulhoti, Tognato e Stutz (NO PRELO, 2023).

Os dados acima nos indicam uma compreensão sobre as concepções apresentadas, no entanto, a nosso ver, há que se considerar a importância de ações relacionadas a estas temáticas no contexto do Ensino Superior no sentido de propiciar um aprofundamento das questões abordadas para que os estudantes possam vivenciar maiores oportunidades de aprendizagem, de formação e desenvolvimento.

Na sequência, para complementar nossos estudos e investigação acerca das ações relacionadas à internacionalização, buscamos por informações no site do ERI – Escritório de Relações Internacionais da Unespar² – Universidade Estadual do Paraná, de modo a sistematizar o que já tem sido realizado em relação a esta perspectiva. Para isso, organizamos os dados encontrados conforme mostra a Figura 1 a seguir.

Imagem 1 – Ações da Unespar relacionadas à internacionalização

² As informações pesquisadas no site do ERI encontram-se disponíveis em: <https://eri.unespar.edu.br>.



Fonte: As autoras.

Com isso, constatamos que muitas ações tem sido realizadas no âmbito da Unespar, porém, destacamos a importância de se oferecer muitas outras ações e em espaços diferenciados no contexto institucional de modo a contribuir mais efetivamente à expansão da internacionalização, bem como das ações relacionadas à perspectiva do *EMI* e dos Letramentos Acadêmico-Científicos.

No que tange ao quinto e último objetivo específico, acerca das contribuições e/ou limitações deste estudo pelas percepções da própria pesquisadora em relação ao contexto de formação docente inicial, apresentamos as perguntas que nos motivaram a desenvolver nossas reflexões, sugeridas pela orientadora, referentes ao nosso processo de estudos com a Iniciação Científica, ilustradas a seguir, conforme Silva (2022) e Silva, Gulhoti, Tognato e Stutz (NO PRELO, 2023).

a) Como tem sido participar do processo de pesquisa envolvendo a temática proposta sobre *ENGLISH AS A MEDIUM OF INSTRUCTION (EMI) E LETRAMENTOS ACADÊMICO-CIENTÍFICOS NA PÓS-GRADUAÇÃO PELA INTERNACIONALIZAÇÃO?*

b) O que essa experiência tem acrescentado a você como pessoa, professora e pesquisadora em formação inicial? Quais as possíveis contribuições desta experiência, deste processo de estudo para a sua formação? Justifique sua resposta.

c) Quais são as possíveis limitações vivenciadas ao longo dessa experiência de pesquisa?



d) Se você pudesse iniciar este processo de estudo e pesquisa novamente, o que poderia ser transformado e melhorado? Justifique sua resposta.

Na sequência, apresentamos nossas reflexões sobre nossa participação neste projeto de fevereiro de 2023 até o mês de agosto de 2023, tomando por base as perguntas acima.

Participar da pesquisa acerca do tema *EMI (English as a Medium of Instruction)* tem sido uma experiência enriquecedora e desafiadora. Com a pesquisa, tive a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos da internacionalização, principalmente em meio acadêmico, utilizando o inglês como meio de instrução. Um dos aspectos mais importantes que posso ressaltar é o estudo acerca da perspectiva das universidades com a chegada da internacionalização, e como elas têm agido para suprir às demandas que surgiram. Com a pesquisa, tenho aguçado minha capacidade de habilidades críticas, me colocando mais em contato com políticas educacionais e práticas pedagógicas, o que faz com que eu me desenvolva e reflita sobre as questões envolvidas. Além disso, tenho aprendido a integrar diferentes perspectivas e teorias em pesquisas e na sala de aula, por conta da pesquisa lidar com abordagens interdisciplinares. A pesquisa não só mudou minha perspectiva acadêmica e pessoal, mas como também minha visão como professora em uma sala de aula, me tornando adaptável em um mundo em constante mudança.

Como limitação, poderíamos considerar o uso de outra língua na hora de pesquisar, o inglês, mas a utilização da mesma cotidianamente enriqueceu muito meu aprendizado e vocabulário. De qualquer forma, pesquisar em inglês foi e tem sido um desafio intrigante. Outro aspecto seria a falta de interesse de participantes do meio acadêmico, dificultando a sistematização de dados para a pesquisa.

Para tornar a experiência da pesquisa ainda melhor, usaria participantes mais diversificados, incluindo alunos e professores de outros cursos, com diferentes níveis de proficiência. Seguindo essa linha, abrangeria, também, artigos de universidades de diferentes países, para identificar tendências e variações significativas em relação ao entendimento do EMI por outras universidades de diferentes países.

Fonte: A pesquisadora em formação.

A partir da análise das reflexões acima, no que se refere à identificação dos SOT e STT, enquanto pesquisadora em formação, destacamos os seguintes dados gerados:

Quadro 5 – SOT e STT evocados nas reflexões da pesquisadora em formação

SOT (Temas)	STT (Subtemas)
Participação no processo de pesquisa	<ul style="list-style-type: none">Experiência enriquecedora e desafiadora;Oportunidade de aprofundamentos dos conhecimentos sobre as temáticas tratadas;Pesquisa em inglês como desafio intrigante.
Contribuições no processo de pesquisa	<ul style="list-style-type: none">Uso do inglês como meio de instrução, possibilitando enriquecimento do aprendizado e do vocabulário;Estudo sobre o papel da universidade e da internacionalização;Desenvolvimento da capacidade de habilidades críticas;Contato com políticas educacionais e práticas pedagógicasMotivação para o desenvolvimento pela reflexão sobre as questões envolvidas;Aprendizagem sobre a importância de se integrar diferentes perspectivas e teorias em pesquisas na sala de aula, por conta da pesquisa lidar com abordagens interdisciplinares;



	<ul style="list-style-type: none">• Mudança da perspectiva acadêmica e pessoal, bem como da visão como professora em uma sala de aula, entendendo a importância de se tornar adaptável em um mundo em constante mudança;
Limitações no processo de pesquisa	<ul style="list-style-type: none">• Uso de outra língua no momento da pesquisa;• Falta de maior participação do meio acadêmico, dificultando a sistematização de dados para a pesquisa
Possíveis transformações no processo de pesquisa	<ul style="list-style-type: none">• Diversificação de participantes, incluindo alunos e professores de outros cursos, com diferentes níveis de proficiência;• Leitura de artigos de universidades de diferentes países, para identificar tendências e variações significativas.

Fonte: As autoras.

Em outras palavras, em relação a nossa participação neste processo de pesquisa de iniciação científica e suas contribuições, consideramos como uma experiência enriquecedora e desafiadora, que tem nos proporcionado muitas aprendizagens, embora reconheçamos a necessidade da continuidade destes estudos a fim de aprendermos sempre mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos permitiu obter uma compreensão mais ampliada acerca das concepções tratadas e suas relações, as quais, a nosso ver, são fundamentais ao nosso processo de formação acadêmica, científica e profissional. Nesse sentido, aprofundamos nosso entendimento sobre as concepções estudadas para o contexto de formação docente inicial. Além disso, este estudo nos permitiu identificar a compreensão das percepções dos participantes do estudo sobre a temática investigada e a importância das perspectivas do *EMI*, *LAC* e da Internacionalização para a aprendizagem, o desenvolvimento do estudante pelo seu engajamento na universidade.

Diante do exposto, nossa experiência de pesquisa nos permitiu refletir sobre as contribuições e/ou limitações deste estudo pelas percepções e reflexões do(a) próprio(a) pesquisador(a), a partir de um diário reflexivo e a contribuição da experiência desta pesquisa para nosso processo de formação docente inicial enquanto professora e pesquisadora. Com isso, esperamos que este nosso trabalho contribua para que outros estudos sejam desenvolvidos de modo a expandir e aprofundar a compreensão das temáticas tratadas na



discussão proposta a partir de nossa investigação e experiência com o processo de iniciação científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTON, D.; HAMILTON, M. **Local literacy: reading and writing in one community.** London and New York: Routledge, 1998.

BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa.* São Paulo: Parábola. 135p. 2008.

BRADFORD, A. Toward a typology of implementation challenges facing English-Medium instruction in higher education: evidence from Japan. **Journal of Studies in International Education**, 2016.

BRONCKART, J-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo.** Trad. Anna Rachel Machado e Pericles Cunha. São Paulo: EDUC, 1997/2009.

BUENO, L.; BACAN ZANI, J. O ensino de um gênero textual oral e a elaboração de uma ferramenta didática. **Entretextos**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 43–63, 2019. DOI: 10.5433/1519-5392.2019v19n1p43. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/37033>. Acesso em: 11 set. 2023.

BULEA, E. **Linguagem e efeitos desenvolvimentais da interpretação da atividade.** Tradução de Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin e Lena Lúcia Espínola Rodrigues Figueirêdo. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

GALLAGHER, F.; TAMTAM, A. **O impacto da linguagem de instrução na qualidade do ensino de ciências e engenharia na Líbia: estudo qualitativo.** European Scientific Journal edição de novembro de 2013 vol.9, No.31 ISSN: 1857 – 7881 (Impresso) e - ISSN 1857-7431.

GEE, J. P. **Social linguistics and literacies. Ideology in Discourses.** 2.ed. London/Philadelphia: The Farmer Press, 1999.

LEA, M. R.; STREET, B. V.. **Student writing in higher education: an academic literacies approach.** Studies in Higher Education, London. June, v.23, n.2, p157, 16p., 1998.

LEA, M. R.. O modelo de "letramentos acadêmicos": teoria e aplicações. **Filol. Linguíst.** Port., São Paulo, v.16, n.2, p.477-493, jul./dez.2014.

MACARO, E.; AKINCIOLU, M.; HAN, S. **English medium instruction in higher education: teacher perspectives on professional development and certification.** Int J Appl Linguist, 2020.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

MAGALHÃES, T. G.; CRISTOVÃO, V. L. L. Letramento científico, gêneros textuais e ensino de línguas: uma contribuição na perspectiva do interacionismo sociodiscursivo. **Raído**, Dourados, MS, v.12, n.30, jul./dez. 2018.

MOROSINI, M. C. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, v.27, n.01, 93-112, 2011.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Trad. Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

SILVA, T. A. J. da; GULHOTI, M. C.; TOGNATO, M. I. R.; STUTZ, L. Letramentos acadêmicos na formação inicial de professores de línguas: escrita e oralidade pela internacionalização. **Revista Educação e Linguagens**. (NO PRELO, 2023).

STEVENS, P., B. (1983). Ambivalência, modernização e atitudes linguísticas: francês e árabe na Tunísia, **Revista de Desenvolvimento Multilíngue e Multicultural**. (4), 2-3, pp 101-114.

STREET, B. V. **Literacy in theory and practice**. London: Cambridge University Press, 1984.

TAMTAM, A.; GALLAGHER, F.; OLABI, G., A.; NAHER, S. Implementing English Medium Instruction (EMI) for Engineering Education in Arab world and Twenty First Century Challenges, **International Symposium for Engineering Education**, University College Cork: Ireland, 2010.

TAMTAN, A.; GALLAGHER, F.; NAHER, S.; OLABI, G., A.. The impact of language of instruction on quality of science and engineering education in Libya: qualitative study of faculty members. **European Scientific Journal**, November 2013. Vol.9, No.31.

TOGNATO, M. I. R. A internacionalização no Ensino Superior pelos letramentos acadêmicos: uma perspectiva necessária. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 13, n. 28, p. 159-176, jan./abr. 2021.

TOGNATO, M. I. R.; BORNHOLDT, M. B.; ZANCO, P. T. da S.. English as Medium of Instruction (EMI) e Letramentos Acadêmico-Científicos na Pós-Graduação pela Internacionalização. **Revista Interfaces**, v. 13, p. 257-275, 2022.

UNESPAR. **PDI –Plano de Desenvolvimento Institucional: 2018-2022**. Paranavaí: Unespar, 2018.

VERDU, F. C. Emi (english as a medium of instruction) como estratégia de internacionalização em casa: um estudo no programa de pós-graduação em administração da universidade estadual de Maringá. **Revista Práticas em Gestão Pública Universitária**, ano 3, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2019.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 17 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





A PLATAFORMA “INGLÊS PARANÁ”: DA RECONFIGURAÇÃO PEDAGÓGICA AO ESVAZIAMENTO DO ATO DE ENSINAR

Maria Jozirene Almeida da Silva - (Unespar)
Unespar/Campus Paranavaí, almeidamariajosi@gmail.com

Marcelo José da Silva - Orientador
Unespar/Campus Paranavaí, marcelo.silva@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Até pouco tempo parecia haver um total distanciamento entre as práticas culturais nas quais crianças e adolescentes encontravam-se engajados em seu dia-a-dia e as práticas cotidianas desenvolvidas no âmbito escolar. Como se a escola, de modo geral, preparasse os alunos para uma realidade alheia àquela na qual estes se encontram inseridos. No entanto, a suspensão das aulas presenciais e a adoção do ensino remoto emergencial (ERE) provocou uma diminuição do espaço entre estas práticas.

O contexto pandêmico e a migração para o ambiente online trouxeram avanços no processo de integração das tecnologias digitais às práticas educacionais em todos os níveis. Obviamente, não sem antes transpor algumas dificuldades. O primeiro obstáculo a ser superado foi a falta de infraestrutura das instituições educacionais para a implementação do ERE. Ao mesmo tempo em que os professores receberam treinamentos técnicos para conduzir as aulas nas salas de aulas virtuais, disponibilizadas por meio de parceria com a empresa Google, a saber: o *Google MEET*, solução para videoconferência, e o *Google Classroom*, plataforma utilizada como ambiente virtual de aprendizagem.

Do ponto de vista da integração das tecnologias digitais ao ensino e aprendizagem o período foi bastante profícuo, com uma evolução no desenvolvimento do letramento digital dos professores da rede pública, na busca por novos conhecimentos e novas formas de fazer no ambiente virtual e na conscientização da necessidade de trazer para o ambiente escolar a



cultura digital. Discussões frequentes no âmbito da linguística aplicada e dos estudos de ensino de línguas mediado por computador (*computer assisted language learning- CALL*).

Adicionalmente, testemunhamos durante esse período o surgimento de um novo nicho de mercado pautado pelas empresas de tecnologia. Inúmeras soluções tecnológicas como sites, plataformas e aplicativos começaram a ser apresentados como soluções educacionais, quando na verdade não haviam sido concebidas com este fim. Na mesma esteira, em uma visão mercantilista da educação (LAVAL, 2019), algumas das soluções apresentadas pelo Estado no período pandêmico, momento considerado de exceção, passaram a ser oferecidas no retorno ao ensino presencial, embora não como complemento ao trabalho desenvolvido em sala de aula ou como uma possibilidade de reconfiguração do trabalho docente, mas como uma prática que promove o esvaziamento do ato de ensinar (Duarte, 1998).

A pesquisa empreendida se justifica pela necessidade de pensarmos, a partir da priorização do trabalho com a plataforma Inglês Paraná, a integração das tecnologias digitais no âmbito educacional por uma perspectiva crítica da tecnologia educacional (APPLE; JUNGCK, 1990), o ensino da língua inglesa pelo viés do inglês como commodity (JORDÃO, 2004), e dos objetivos do ensino de língua inglesa na escola pública a partir dos documentos oficiais.

Como objetivo geral discutimos as implicações da utilização, em sala de aula, da plataforma educacional de língua inglesa “Inglês Paraná”, para o trabalho docente. Para tanto, discutimos a mercantilização da educação e a visão do ensino de inglês como commodity e a integração das tecnologias digitais na educação, apresentamos a plataforma a partir de notícias e materiais disponíveis na internet e analisamos as implicações do uso da plataforma para o trabalho docente. É preciso refletir sobre o avanço de tecnologias que substituam o professor por uma plataforma de ensino de inglês em sala de aula, ou o esvaziamento da função docente e a reconfiguração do papel do professor como mero monitor, ou controlador de acesso dos alunos à plataforma.

MATERIAIS E MÉTODOS



Este estudo foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, por não abordar aspectos que possam ser tratados quantitativamente e não descartar a subjetividade do pesquisador na análise dos dados. Quanto à sua natureza e objetivo caracteriza-se como uma pesquisa básica descritiva, cujo objetivo é verificar, analisar e interpretar os dados referentes ao seu objeto de estudo.

Inicialmente, lançando mão dos procedimentos da pesquisa bibliográfica, descrita por Gil (2008, p. 50) como uma pesquisa “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, buscamos conhecer conceitos e definições que nos permitam discutir a mercantilização da educação, o ensino de inglês como mercadoria e a integração das tecnologias na educação.

Na sequência, efetuamos pesquisa por meio de buscadores na internet para localizar notícias, tutoriais, propagandas governamentais e outros materiais de divulgação e orientação relacionados à plataforma educacional de língua inglesa “Inglês Paraná” que nos permitissem apresentar a plataforma. Por fim, a partir do referencial teórico levantado e da leitura crítica do material coletado analisamos as implicações do uso da plataforma em sala de aula para o trabalho docente.

A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA

A mercantilização do ensino é um fenômeno que desperta crescente preocupação na área educacional. Esse processo consiste na transformação da educação em uma mercadoria, na qual aspectos econômicos ganham cada vez mais relevância em detrimento de valores intrínsecos à aprendizagem e ao desenvolvimento humano. Nesse contexto, é fundamental refletir sobre os desafios e implicações que essa mercantilização traz consigo, como uma ênfase excessiva em resultados quantitativos, notas e classificação em *rankings*.

Um dos principais desafios da mercantilização do ensino é a perda do sentido e da essência da educação. Ao tornar a educação um produto comercializável, coloca-se em risco sua finalidade primordial: formar indivíduos críticos, autônomos e capazes de contribuir para o progresso da sociedade. O foco excessivo nos resultados pode comprometer, sobremaneira,



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

a qualidade do ensino, reduzindo-o a uma mera transmissão de conhecimentos, sem espaço para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, criatividade e reflexão.

Quando a educação se submete às forças do mercado, há um risco de que o conhecimento seja moldado pelos interesses econômicos e corporativos, em detrimento da busca pela verdade e do avanço científico. A liberdade acadêmica e a autonomia das instituições de ensino são colocadas em xeque, podendo resultar em uma visão limitada e restrita do mundo, com pouca abertura para o debate de ideias e a pluralidade de perspectivas.

Segundo Sousa e Coimbra, 2020,

a mercantilização da educação é fruto do processo de liberalização comercial e de globalização de produtos e serviços, intensificada nas últimas décadas sob os auspícios dos governos que adotaram o dogma neoliberal e dos organismos internacionais que favoreceram sua fusão (SOUSA e COIMBRA, 2002, p. 63)

Outro aspecto importante a ser considerado é o surgimento de pressões e demandas inadequadas no ambiente escolar. Quando a educação se torna um mercado competitivo, instituições de ensino são levadas a buscar diferenciais para atrair alunos e obter lucros. No entanto, o fenômeno da mercantilização da educação não está restrito apenas às instituições de ensino privadas. Ele está a ocorrer de forma cada mais explícita na educação pública. Apesar de não contemplar o caráter do lucro, nas instituições públicas de ensino a boa colocação nos *rankings* nacionais são utilizadas como propaganda política de governos estaduais e municipais. Não é difícil encontrarmos anúncios divulgando a colocação do estado ou município nos diferentes mecanismos de avaliação da educação.

A proliferação de instituições de ensino privadas, muitas vezes competindo entre si para atrair alunos e enfatizando os aspectos financeiros em detrimento da qualidade pedagógica, e, a influência crescente de empresas e corporações no ambiente educacional, por meio da oferta de material didático e plataformas digitais são exemplos práticos dessa mercantilização.

Para Coll e Monereo,

por trás dessas posturas, frequentemente se escondem, em nosso juízo, os interesses de grupos econômicos que aspiram a criar novos consumidores e a

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 4 de 15



usurpar, de passagem, o poder que, embora enfraquecido, continuam tendo os sistemas de educação formal. (COLL e MONEREO, 2010, p. 40)

Nesta lógica de mercantilização da educação o ensino de língua inglesa adquiriu o status de *commodity*, ou seja, mercadoria ou bem e produto a ser comercializado. Jordão (2004) ao se referir a texto de Kachru (1998) enfatiza que a língua inglesa se tornou objeto de desejo, *commodity*, notadamente pela quantidade de escolas e variedade de cursos. Ao ser considerada uma língua global (Crystal, 2003), impulsionada pela globalização e pela necessidade de comunicação internacional, o ensino de língua inglesa originou um mercado altamente lucrativo. Ainda segundo Jordão,

em tempos de globalização, o mercado virou sujeito: ele dita regras sociais, estabelece o risco país, normatiza comportamentos, regula as bolsas de valores, abre e fecha estabelecimentos, impõe padrões para a educação e até assume qualidades humanas /.../ Este sujeito-Hidra está atualmente em vias de inserir a educação na Organização Mundial do Comércio, a fim de que possa ser efetiva e oficialmente regulada pelas leis do mercado, como um serviço e não como um bem público. (JORDÃO, 2004, p. 1)

Corroborando esta visão, Almeida (2020, p. 16) ao comentar Cameron (2012) afirma que “os recentes processos de globalização econômica elevam o inglês ao patamar de uma mercadoria altamente valorizada”. Alguns aspectos, de fato, se assemelham a conceitos da ciência econômica, como oferta e demanda, padronização, preços e concorrências e foco na utilidade e resultados. Da mesma forma, o ensino de inglês é padronizado para atender às demandas do mercado. A percepção da língua inglesa como mercadoria, dentro de uma visão de mercantilização da educação é ampliada, em alguns aspectos, como resultado da inserção das tecnologias digitais na educação.

INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

As tecnologias digitais, doravante TDIC, estão cada vez mais presentes no processo de ensino e aprendizagem. Alguns fatores contribuem para essa incorporação. O acesso maior e com melhor qualidade à tecnologia como computadores, tablets, smartphones e internet; as inúmeras ferramentas e recursos digitais, como aplicativos, softwares educacionais,



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

plataformas de aprendizado online, jogos educacionais e vídeos, entre outros, podem favorecer o enriquecimento das aulas e para o desenvolvimento de práticas de aprendizagem inovadoras.

No entanto, a real integração das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem pressupõe mudanças consideráveis no currículo que favoreça a utilização das TDIC como recurso pedagógico à disposição dos professores. No entanto, como assevera Valente (2008, p. 22) a escola “tenta ‘se modernizar’, porém com soluções pontuais, limitando-se a pequenas alterações, sem repensar o todo”. Para o autor, as escolas ainda utilizam o método convencional de ensino e reserva pequenos espaços para o desenvolvimento de atividades inovadoras utilizando as tecnologias.

Oliveira, Costa e Moreira (2001, p. 63) ao analisarem a utilização do *software* educativo nas escolas afirmam que “é lamentável observar que uma abordagem mecanicista vem fundamentando a utilização do SE [software educativo] pelas instituições de ensino, ratificando a continuidade da prática docente empirista”. Tal afirmação nos parece pertinente também quando pensamos na utilização das plataformas digitais nas escolas. A efetiva incorporação das tecnologias digitais na educação requer planejamento envolvendo objetivos de aprendizagem claros, considerando ainda como o uso das tecnologias vai se relacionar de forma significativa à prática pedagógica.

A integração das tecnologias deve estar alinhada ao currículo, complementando e aprimorando os objetivos e conteúdos curriculares. Quando o trabalho com as TDIC é desenvolvido de forma paralela ao currículo, seja pela utilização em atividades extracurriculares ou como um “apêndice” se percebe o que afirmam Coll, Mauri e Ornuia (2010, p. 66): “a capacidade efetiva dessas tecnologias para transformar as dinâmicas de trabalho, em escolas e processos de ensino e aprendizagem nas salas de aula, geralmente fica muito abaixo do potencial transformador e inovador que normalmente lhes é atribuído”.

É preciso ter em mente que o engajamento dos alunos, a aprendizagem, o progresso acadêmico e o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao uso das tecnologias ocorrem de forma gradual. Isso requer da comunidade escolar planejamento, alinhamento do uso das TDIC ao currículo, experimentação de diferentes abordagens e avaliação do processo que permita a mudança de rumos. É fundamental ainda que os professores tenham liberdade para

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 6 de 15



incorpora-las em suas aulas de acordo com o nível e o ritmo dos alunos. Ou seja, não basta a simples introdução das tecnologias na escola sem o reconhecimento da necessidade de uma nova reconfiguração pedagógica com vistas a emancipação e autonomia de professores e alunos.

CONHECENDO A PLATAFORMA INGLÊS PARANÁ

O uso de plataformas online e recursos digitais tem se tornado cada vez mais comum nas salas de aula, tanto no ensino público como no privado. O que se configurava como uma tendência tornou-se realidade em uma velocidade não imaginada, sobretudo no âmbito da educação pública, com a pandemia causada pelo COVID-19. No estado do Paraná, com o retorno das aulas presenciais o Estado lançou no 3º trimestre de 2021 o Programa Inglês Paraná. Segundo informação no site Escola Digital (https://professor.escoladigital.pr.gov.br/inglês_parana) “o programa conta com uma plataforma, que oferece um curso on-line completo de Língua Inglesa, seguindo o Quadro Comum Europeu de Referências para Línguas (CEFR), contemplando habilidades da BNCC e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa do [...] currículo”.

A plataforma Inglês Paraná, conforme a notícia, consiste em um curso de inglês completo, do básico ao avançado, dividido em 16 níveis de proficiência, sendo que 3 níveis da plataforma correspondem a um nível do CEFR, ou seja, concluir o nível 3 da plataforma equivale ao nível A1 do CEFR. O curso pode ser acessado pelos alunos a partir do 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio, de forma digital online e offline, por meio do computador ou aplicativo de celular. Segundo notícia veiculada na Agência Estadual de Notícias, no dia 26/10/2021, a plataforma digital, Inglês Paraná tem como objetivo “estimular e facilitar o aprendizado do inglês para os alunos da rede estadual paranaense”.

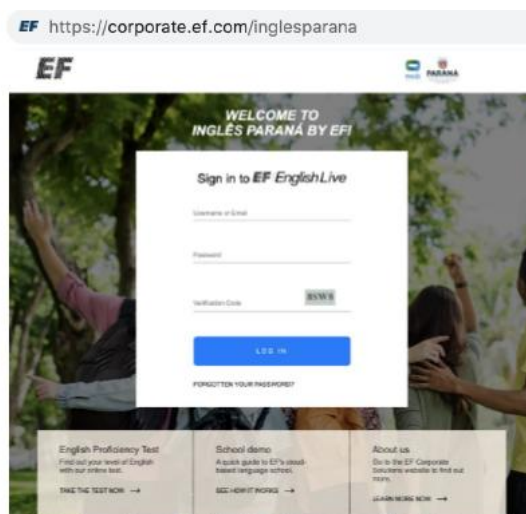
Figura 1: Tela para acesso à plataforma



2) Para fazer o Login, acesse pelo link do e-mail ou pelo site

corporate.ef.com/inglesparana;

- *Em breve*, o login também poderá ser feito pelo site inglesparana.pr.gov.br;



Fonte: Live de apresentação da Plataforma pela Seed no Youtube

Ao acessar o curso pela primeira vez, conforme Figura 1, o aluno realiza um teste de proficiência para nivelamento, obrigatório e padrão para todos os alunos da EF no mundo. A partir do resultado o estudante é direcionado para um dos 16 níveis disponíveis, avançando para o nível seguinte ao concluir as lições, atividades e testes de cada nível. Apesar do direcionamento é possível iniciar os estudos em nível anterior ao indicado, mas não em nível posterior.

Figura 2: Estrutura da Plataforma Inglês Paraná

General English		Business	Industry		
01 Beginner	02 Beginner	Correspondence	Automotive	Law	Police and Immigration
03 Beginner	04 Elementary	Management	Aviation	Logistics	Project Management
05 Elementary	06 Elementary	Meetings	Banking and Finance	Maritime	Society and Leisure
07 Intermediate	08 Intermediate	Negotiations	Construction	Medical Industry	Telecommunications
09 Intermediate	10 Upper Intermediate	Presentations	Sciences	Military	Travel Industry
11 Upper Intermediate	12 Upper Intermediate	Social skills	Hospitality Industry	Office	Research
13 Advanced	14 Advanced	Telephoning	Insurance Policy	Oil and Gas Industry	Steel and Mining
15 Advanced	16 Upper Advanced		IT Industry	Pharmacy	

Fonte: Live de apresentação da Plataforma pela Seed no Youtube.



Como pode ser observado na Figura 2 a plataforma disponibiliza um curso de inglês geral com 16 níveis, e cursos específicos adicionais. Na versão atual da plataforma foi acrescentado um curso de inglês para viagem. O acesso aos cursos extras é possível a partir da conclusão do nível 6 do inglês geral. Importante enfatizar que apenas o inglês geral está vinculado às disciplinas, de acordo com a seguinte distribuição: 6º ano - nível 1, 7º e 8º anos - nível 2 e 9º ano - nível 3.

Cada nível é composto por 6 unidades contendo 4 lições, desta forma, para conclusão de um nível o estudante deverá realizar 24 lições. As lições são voltadas para as 4 habilidades básicas de aprendizagem da língua inglesa: escuta, leitura, escrita e fala. De modo geral, com pequenas variações, as atividades são apresentadas por meio de vídeos para trabalhar escuta, vocabulário e fala, sendo que para a falta é feito uso de reconhecimento de voz, conforme Figura 3. As questões são no formato de múltipla escolha ou arrastar-e-soltar, com correção automática. Isso implica que a execução pode se dar por tentativa e erro. A leitura é trabalhada por meio da legenda nos vídeos e pequenos parágrafos. As lições apresentam ainda uma seção com explicações gramaticais e exercícios estruturais.

Figura 3: Configuração da unidade 1- nível 7

The screenshot shows the SIPEC platform interface for Unit 1, Level 7. The top navigation bar includes 'INGLÊS GERAL 7-INTERMEDIÁRIO', 'Unidade 1 O futuro', and 'VISÃO GERAL DA UNIDADE'. Below the navigation bar, there is a progress indicator showing five lessons: 'Conversando sobre o meio ambiente', 'Conversando sobre a tecnologia do futuro', 'Debatendo mudanças nos negócios', 'Escrevendo sobre a vida no futuro', and 'Objetivo'. A tooltip indicates '21 dias restantes' and 'Você pode mudar sua meta de estudos aqui'. Below the progress indicator, there is a section for 'LIÇÃO 1 CONVERSANDO SOBRE O MEIO AMBIENTE' with a list of lessons and their descriptions:

Nº	Título	Descrição	Ação
1	Vocabulário	O meio ambiente	Começar
2	Gramática	Primeira condicional	Continuar
3	Conversação	Pronunciando o sufixo '-ion'	
4	Expressões	Comunicando mudanças ao longo do tempo	
5	Tarefa final	Conversando sobre o meio ambiente	

Fonte: Live de apresentação da Plataforma pela Seed no Youtube.



Para o trabalho em sala de aula a Plataforma Inglês Paraná está vinculada ao Registro de Classe Online (RCO), por meio de módulo denominado RCO+Aulas. Segundo informações no site https://professor.escoladigital.pr.gov.br/rco_mais_aulas, “na ferramenta *on-line*, é possível encontrar links para videoaulas, *slides* e listas de exercícios, que podem ser editadas ou complementadas por materiais de sua preferência”. No entanto, a plataforma pode ser acessada pelos estudantes a qualquer momento para dar continuidade a aprendizagem fora da sala de aula. Para a implantação da plataforma, desenvolvida pela empresa *English First Corporation Education* (EF), o governo estadual investiu cerca de R\$ 13 milhões.

A PLATAFORMA INGLÊS PARANÁ E O TRABALHO DOCENTE

Na seção anterior descrevemos a Plataforma Inglês Paraná e o modo como ela está inserida nas aulas de língua inglesa no ensino público do Paraná. Conforme descrito, a utilização da plataforma se tornou compulsória na disciplina, inclusive estando diretamente relacionada ao planejamento anual por meio do RCO+aulas. Neste cenário é possível pensar na interferência que o uso desta tecnologia digital tem causado no trabalho do professor.

Inicialmente, devemos destacar o caráter da obrigatoriedade de uso da plataforma. Do ponto de vista da integração das tecnologias no contexto escolar é imprescindível que isso ocorra a partir da necessidade verificada pelos docentes e que tenham objetivos bem estabelecidos, a fim de colaborar com o processo de ensino e aprendizagem. Segundo Oliveira, Costa e Moreira (2001, p. 10), “não se pode permitir, contudo que as NT’s sejam disseminadas simplesmente como um resultado da pressão das empresas produtoras de computadores ou dos programas por elas utilizados”. E parece ser exatamente o que está a ocorrer com a utilização da plataforma Inglês Paraná quando sabemos da existência de acompanhamento do uso da plataforma por instância superiores e como meio de classificar alunos, professores e escolas.

Um exemplo dessa utilização é a notícia veiculada em 27 de outubro de 2021, no jornal online Paraná Centro (www.jornal.paranacentro.com.br),

o Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã realizou, na Câmara de Vereadores de Ivaiporã, a cerimônia de entrega de premiação aos professores de língua inglesa que



se destacaram e obtiveram mais horas de estudos individual e uso com estudantes em sala de aula na plataforma Inglês Paraná, no período de 3 de agosto a 21 de setembro de 2021.

Na ocasião, que contou inclusive com a presença de vereadores da cidade, foi mencionado que “o NRE ficou em 1º lugar no Estado no número de acessos na Plataforma Inglês Paraná”. A utilização da plataforma como meio de ranquear os alunos com base na quantidade de níveis realizados, e também classificar professores, escolas e núcleos regionais com base na quantidade de acessos dos alunos traz várias e sérias implicações para o trabalho do professor e o processo de ensino e aprendizagem como pressão excessiva por resultados e competição entre alunos.

Outro ponto a ser enfatizado é a adoção de uma plataforma comercial de ensino de inglês, inicialmente constituída para o ensino corporativo, como pode ser verificado na Figura 2 onde vemos corporate.ef.com/inglesparana como sendo o endereço eletrônico para acesso, como material didático básico para o ensino do idioma na escola pública. Tradicionalmente o ensino na educação pública faz uso de livros didáticos selecionados após avaliação pelos docentes das disciplinas quanto à conformidade com a Base Nacional Comum Curricular e demais direcionamentos para o ensino.

Assim, é possível prever que a obrigatoriedade do uso de uma plataforma comercial de aprendizagem de inglês, pensada para o ambiente corporativo, pode ter várias implicações para a prática do professor de língua inglesa na escola pública. A primeira delas está relacionada à divergência de conteúdo. O professor pode enfrentar o desafio de alinhar o conteúdo da plataforma com o currículo da disciplina. Isso pode exigir um esforço adicional para adaptar e integrar o conteúdo da plataforma ao plano de ensino estabelecido, garantindo que os objetivos de aprendizagem e as competências esperadas sejam abordados de maneira coerente.

A adoção da Plataforma Inglês Paraná como material didático limita a participação ativa do professor no planejamento, na avaliação e no acompanhamento da aprendizagem dos alunos, limitando a autonomia do professor e sua capacidade de adaptar o conteúdo às necessidades dos alunos, bem como de utilizar sua experiência e expertise profissional para tomar decisões pedagógicas. A partir dessas limitações há um esvaziamento do papel do professor como agente educacional, pois, se a plataforma é baseada em aulas gravadas ou



exercícios autoguiados, a interação direta entre professor e aluno pode ser reduzida. Isso pode levar a uma diminuição da presença do professor como facilitador, orientador e mediador do processo de aprendizagem. Para Sousa e Coimbra,

percebe-se a tendência de que, gradativamente, as funções intelectuais atribuídas ao professor no processo educacional sejam simplificadas e transferidas para as plataformas de ensino, gerando uma precarização e, conseqüentemente, a desvalorização mais acentuada do trabalho docente. (SOUSA e COIMBRA, 2020, p. 65)

Ao avaliar os alunos com base no número de níveis concluídos, a ênfase pode ser colocada no avanço rápido e na quantidade de atividades realizadas, em vez da qualidade e aprofundamento da aprendizagem. Isso pode levar a uma abordagem superficial, em que os alunos buscam concluir o maior número possível de níveis sem realmente desenvolver habilidades sólidas no idioma. Outra possível implicação está na desvalorização da diversidade de ritmos de aprendizagem. É sabido que cada aluno tem seu próprio ritmo de aprendizagem e necessidades individuais. Ao utilizar uma plataforma para classificar os alunos com base em seu progresso, pode-se desconsiderar a diversidade de ritmos de aprendizagem e colocar todos em uma mesma métrica de desempenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal nesse estudo era discutir as implicações para o trabalho docente do professor de língua inglesa a partir da utilização da plataforma “Inglês Paraná” como parte do currículo. Para isso, por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscamos na internet materiais relacionados à plataforma destinados a divulgação da plataforma, orientação oficial aos professores e professoras e propaganda governamental.

A pesquisa revelou resultados significativos quanto aos aspectos mercadológicos que envolvem o ensino de língua inglesa; a questões relacionadas a integração das tecnologias em sala de aula e, principalmente; às implicações do uso da plataforma para o trabalho docente com a introdução de uma lógica de mercado predominando sobre os princípios educacionais e



objetivos pedagógicos. Essas influências deixam de priorizar uma educação que promova o desenvolvimento pleno dos alunos.

Diante dos resultados obtidos na pesquisa percebe-se que a implantação da plataforma para aprendizagem de língua inglesa nas escolas públicas confere ao idioma a qualidade de mercadoria, ou *commodity*, como algo que pode ser adquirido para consumo. Ainda mais se considerarmos tratar-se de uma plataforma adquirida junto a uma empresa de ensino de idiomas, voltada em sua origem para uso corporativo. É latente a dicotomia entre a proposta para o ensino de língua inglesa nos documentos oficiais brasileiros e a proposta subjacente da plataforma.

Em se tratando de uma plataforma para o ensino de inglês é preciso considerar possíveis limitações no desenvolvimento de habilidades linguísticas causadas pela restrição da escuta a pequenos diálogos; pela fala resumida a repetição ou leitura de palavras e pequenas frases com ênfase na pronúncia correta; pela escrita focada apenas no vocabulário e pequenas sentenças, sem considerar os diferentes gêneros textuais; e, pela leitura superficial de pequenos textos para resolução de atividades de múltipla escolha. É preciso considerar que o objetivo da aprendizagem da língua inglesa, preconizado nos documentos oficiais, é capacitar o aprendiz para a interação social, seja de forma escrita ou oral.

Os resultados também demonstram haver implicações quanto a integração das tecnologias em sala de aula. Plataformas digitais e recursos online podem oferecer uma série de benefícios, como acesso a materiais atualizados, flexibilidade de estudo fora do ambiente escolar, a possibilidade de acompanhar o progresso individual do aluno, entre outros. No entanto, é importante garantir que essas plataformas sejam bem integradas ao currículo e que os professores estejam devidamente capacitados para utilizá-las de maneira eficaz.

Para o(a) professor(a) a introdução de uma plataforma de inglês, com conteúdo e abordagem diferentes daqueles presentes nos livros didáticos e orientações oficiais leva a uma reconfiguração do seu papel. O(a) docente se sente pressionado a integrar a sua prática à plataforma, o que significa abdicar do seus conhecimentos metodológicos e concepção pedagógica. Além do que, a utilização compulsória da plataforma restringe a autonomia do professor em relação ao planejamento, seleção de conteúdo, recursos e estratégias haja vista a necessidade de seguir uma sequência pré-definida pela plataforma.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Por se tratar de um estudo bibliográfico essa pesquisa traz algumas limitações, como por exemplo, verificar se na prática de sala de aula as conclusões alcançadas aqui podem ser verificadas. Portanto, pesquisas posteriores que busquem verificar a percepção dos professores em relação ao uso da plataforma “Inglês Paraná” e a efetividade da aprendizagem dos alunos por meio do uso da plataforma podem complementar o presente estudo. Entretanto, com base na discussão prévia apresentamos algumas recomendações aos professores que se encontram trabalhando no cenário apresentado: a) manter o foco na aprendizagem dos alunos, b) familiarizar-se com a plataforma para integra-la de forma mais efetiva ao seu planejamento, c) manter sua autonomia pedagógica fazendo uso de recursos e atividades que considera relevante para o processo de ensino-aprendizagem, d) lembrar-se que o seu conhecimento, experiência e dedicação são fundamentais para o sucesso da aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Ensino online do Paraná é o mais abrangente e chega a 99% dos alunos.** 06/07/2020. Disponível online em <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Ensino-online-do-Parana-e-o-mais-abrangente-e-chega-99-dos-alunos>. Acesso em 06/06/2023.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Com plataforma digital, programa Inglês Paraná facilita aprendizado do idioma na rede estadual.** 26/10/2021. Disponível online em <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-plataforma-digital-programa-Ingles-Parana-facilita-aprendizado-do-idioma-na-rede>. Acesso em 06/06/2023.

ALMEIDA, R. S. **Globalização do inglês: impactos mercadológicos e reflexos na formação de professores no Brasil.** Campinas: Pontes Editores, 2020.

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná. **Caderno de debates da 8ª conferência estadual de educação da APP.** 12 e 13 de agosto de 2022.

APPLE, Michael & JUNGCK, Susan. "No hay que ser maestro para enseñar esta unidad: la enseñanza, la tecnología y el control en el aula". **Revista de Educación**, 291, 1990, pp. 149-172.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 14 de 15



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

CASTRO, J. H. F. de. O fazer docente em tempos de pandêmicos para além das aulas remotas: produção de conteúdo e disponibilização em espaços virtuais. In.: MAGALHÃES, J. et al (ORG). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021, p. 196-215.

COLL, C.; MONEREO, C. Educação e aprendizagem no século XXI: novas ferramentas, novos cenários, novas finalidades. In.: COLL, C.; MONEREO, C. **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

COLL, C.; MAURI, T.; ONRUBIA, J. A incorporação das tecnologias da informação e da comunicação na educação: do projeto técnico-pedagógico às práticas de uso. In.: COLL, C.; MONEREO, C. **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUARTE, N. **Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar**. Cad. CEDES, vol. 19, n. 44, Campinas/SP, abri de 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

JORDÃO, C. M. A língua inglesa como “commodity”: direito ou obrigação de todos?. **VIII Congresso Luso-afro-brasileira de ciências sociais**. Coimbra. 2004. Disponível online em <<https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/grupodiscussao32/ClarissaJordao.pdf>>. Acesso em 18/03/2022.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. – São Paulo: Boitempo, 2019.

NÓVOA, A. **Escolas e professores: proteger, transformar, valorizar**. Colaboração Yara Alvim. Salvador: SEC/IAT, 2022.

OLIVEIRA, C. C. de; COSTA, J. W. da; MOREIRA, M. **Ambientes informatizados de aprendizagem: produção e avaliação de software educativo**. Campinas: Papirus, 2001.

PARANÁ. **Inglês Paraná**. Disponível online em <https://www.educacao.pr.gov.br/Outra-Historia/Pagina/Ingles-Parana>. Acesso em 06/06/2023.

SOUSA, A. P. R. de. COIMBRA, L. J. P. A educação e as novas tecnologias de informação e comunicação no contexto da pandemia do novo coronavírus: o professor “R” e o esvaziamento do ato de ensinar. **Revista Pedagogia cotidiano ressignificado**, vol. 1, n. 4, jul. 2020.

VALENTE, J. A. A escola como geradora e gestora do conhecimento: o papel das tecnologias de informação e comunicação. In.: GUEVARA, A. J. H.; ROSSINI, A. M. **Tecnologias emergentes: organizações e educação**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 15 de 15



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

O ENSINO DE ESPANHOL EM UM VIÉS INTERCULTURAL COM ÊNFASE NA LITERATURA AMERÍNDIA PLURILÍNGUE

Marina Zavadzki - (Voluntária)

Unespar/Campus União da Vitória, marinazavadzki1502@yahoo.com

Caio Ricardo Bona Moreira - Orientador

Unespar/Campus União da Vitória, caiorbmoreira@gmail.com

Modalidade: Pesquisa

Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário - PIC

Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo destacar a força poética de diferentes povos indígenas que vivem na Argentina, bem como fazer uma demonstração da riqueza multicultural e do plurilinguismo existente no país. Tal poética ameríndia encontra-se compilada na coletânea *Con Nuestra Voz*, produzida pelo Ministério da Educação da Argentina, a qual entrelaça textos plurilíngues escritos por membros de povos originários em línguas indígenas e em espanhol, reunidos em seis volumes: *Cantamos, Compartimos, Creamos, Enseñamos, Estamos y Recordamos*.

Trata-se de observar, por meio de análises qualitativas e biográficas, como a coletânea pode contribuir para o ensino de Língua Espanhola sob o viés da interculturalidade e em diálogo com as orientações que os documentos oficiais da educação básica trazem para o ensino de língua estrangeira moderna. Intenta-se, aqui, analisar como um professor de línguas pode promover práticas docentes interculturais enriquecedoras que tratem da cultura, dos direitos, da justiça e da educação dos povos indígenas da América Latina. Infelizmente, ainda há uma grande reprodução de estereótipos em relação às identidades originárias no ensino de línguas da educação básica, daí a importância de uma maior visibilidade dos povos indígenas latino-americanos, e consequentemente de suas contribuições sociais, literárias e culturais.

Por meio de uma análise de conteúdo pretende-se reconhecer a resistência dos povos originários, de suas escritas, considerando que eles têm vivenciado um longo processo de silenciamento. Durante séculos, eles ocuparam lugares invisíveis na história, submetidos a

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 1 de 23



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





maus tratos, marginalização e abusos. Nesse sentido, o trabalho atenta para a diversidade étnica da América Latina, composta por mais de 45 milhões de pessoas indígenas e à Lei Federal nº 11.645/2008, que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro e indígena no currículo escolar. Sendo a língua espanhola um dos componentes curriculares da educação básica, há de se observar como ela pode corroborar com a aplicabilidade da lei.

Espera-se, por fim, despertar uma reflexão em torno da decolonização de saberes, de um ensino de língua intercultural e da necessidade de reconhecer os povos indígenas como contribuintes em diversas esferas da sociedade rompendo com a reprodução de estereótipos nas aulas de línguas. Ademais, o presente trabalho consiste em promover o conhecimento de uma poética alternativa ao cânone tradicional da literatura, valorizando as produções indígenas da América Latina e tornando-a um recurso no ensino da literatura nas aulas de língua espanhola por meio de uma proposta de sequência didática.

MATERIAIS E MÉTODOS

No presente estudo, primeiramente foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo como fundamentação teórica leis federais e os documentos oficiais da educação, afim de entender como está caminhando o ensino da língua espanhola no Brasil. Constatou-se que o idioma passou a ter um maior interesse na década de 90, quando o país firmou o Tratado da Mercosul¹, que estabeleceu relações político-comerciais com os países vizinhos que utilizam o espanhol como língua materna.

Na década de 90, a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) incluía a língua inglesa como disciplina obrigatória no ensino fundamental (anos finais) e no ensino médio, podendo ser ofertada mais uma língua estrangeira, de preferência a língua espanhola. Porém, essa oferta se dava em caráter optativo e apenas para o ensino médio, o ensino fundamental ficava restrito à língua inglesa.

¹ O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um processo de integração regional conformado inicialmente pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ao qual recentemente incorporaram-se a Venezuela e a Bolívia, esta última em processo de adesão. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras/>. Acesso: jan. 2023.



O cenário parece avançar quando em 2005 o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, junto ao Ministro de Educação, Fernando Haddad, sancionam a Lei n. 11.161, que torna a oferta da língua espanhola obrigatória no currículo do ensino médio. Entretanto, a matrícula era facultativa para o aluno, isto é, a escola era obrigada a ofertar a disciplina, mas o aluno poderia decidir entre cursá-la ou não. Os estabelecimentos de ensino tinham cinco anos a partir da data da publicação da lei para implementar a disciplina na grade regular. Contudo, a língua espanhola não apresentou muitas mudanças no currículo do ensino médio das escolas públicas, devido as imprecisões da própria lei. Assim, em muitos estados o idioma passou a ser ofertado em contraturno pelos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), fazendo com que um menor número de alunos tivesse acesso ao idioma.

Apesar da ausência de uma forte política linguística, a partir do momento que o idioma passou a ser inserido no currículo, ao mesmo tempo se iniciou uma maior preocupação em formar profissionais habilitados na área, tendo uma maior oferta das licenciaturas em Letras/Espanhol nas instituições de ensino superior, assim como, pesquisas de caráter pedagógico e discussões sobre o ensino de espanhol foram surgindo com o objetivo de obter excelência no processo de ensino-aprendizagem.

Sabe-se que a Base Nacional Comum Curricular, um dos principais documentos que orienta o ensino da educação básica brasileira, contempla apenas o inglês como língua estrangeira no currículo dos anos finais do ensino fundamental e médio. Assim, nesta pesquisa há que adaptar os procedimentos do ensino da língua inglesa ao ensino da língua espanhola. Os encaminhamentos que a BNCC oferece são centrados, sobretudo, na valorização da diversidade existente nos países de língua estrangeira, além de ressaltar a importância da cultura no ensino-aprendizagem, buscando romper com aspectos relativos à “‘correção’, ‘precisão’ e ‘proficiência linguística’” (BRASIL, 2018, p. 242). O documento ainda propõe uma “reflexão crítica sobre diferentes modos de ver e de analisar o mundo, o(s) outro(s) e a si mesmo” (BRASIL, 2018, p. 242). Também há a proposição de um eixo intitulado “dimensão intercultural”, que propõe novas reflexões acerca de língua, identidade e cultura nas aulas de língua inglesa (nesse caso a língua espanhola) e dialoga com a proposta de ensino da presente pesquisa:



A proposição do eixo Dimensão intercultural nasce da compreensão de que as culturas, especialmente na sociedade contemporânea, estão em contínuo processo de interação e (re)construção. Desse modo, diferentes grupos de pessoas, com interesses, agendas e repertórios linguísticos e culturais diversos, vivenciam, em seus contatos e fluxos interacionais, processos de constituição de identidades abertas e plurais (BRASIL, 2018, p. 245).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) também orientam um ensino focado no conhecimento e no respeito às culturas dos países que têm a língua estrangeira como língua materna:

Conceber-se a aprendizagem de Línguas Estrangeiras de uma forma articulada, em termos dos diferentes componentes da competência linguística, implica, necessariamente, outorgar importância às questões culturais. A aprendizagem passa a ser vista, então, como fonte de ampliação dos horizontes culturais. Ao conhecer outra(s) cultura(s), outra(s) forma(s) de encarar a realidade, os alunos passam a refletir, também, muito mais sobre a sua própria cultura e ampliam a sua capacidade de analisar o seu entorno social com maior profundidade, tendo melhores condições de estabelecer vínculos, semelhanças e contrastes entre a sua forma de ser, agir, pensar e sentir e a de outros povos, enriquecendo a sua formação (BRASIL, 2000, p. 30).

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM, 2006) vão de encontro a mesma ideia, mas, além de propor ao ensino a reflexão sobre o outro, propõe também sobre o “nós”, ou seja, o aluno deve valorizar diferentes culturas, mas também valorizar a cultura na qual ele mesmo está inserido:

[...] os objetivos a serem estabelecidos para o ensino de Língua Espanhola no nível médio devem contemplar a reflexão – consistente e profunda – em todos os âmbitos, em especial sobre o “estrangeiro” e suas (inter)relações com o “nacional”, de forma a tornar (mais) conscientes as noções de cidadania, de identidade, de plurilingüismo e de multiculturalismo, conceitos esses relacionados tanto à língua materna quanto à língua estrangeira. Para tanto, é necessário levar em conta não só a língua estrangeira, mas, também, a realidade local/regional onde se dá o seu ensino (BRASIL, 2006, p. 149).

A partir de estudos e análises, conclui-se que os documentos oficiais da educação reconhecem a importância da língua estrangeira em ampliar o contato com outras maneiras de conhecer, relacionar culturas, fazer novas interpretações de construção de significados e não apenas transmiti-los, pois, o sentido da linguagem não está só no sistema linguístico, mas no contexto de interação verbal. Assim, dentre os métodos existentes, tomamos como



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

possibilidade a abordagem comunicativa para propor um ensino eficaz da língua espanhola em sala de aula. Essa, no lugar de centrar-se o estudo somente na gramática normativa, o que não implica no abandono da leitura como instrumento de aprendizagem, pretende agregar o valor comunicativo na didática da aprendizagem. Nesse contexto, o ensino de uma língua estrangeira deve se direcionar aos discursos sociais que a compõem, fazendo com que o aluno seja capacitado para se comunicar em diferentes contextos comunicativos, de acordo com as intenções de comunicação, podendo expressar-se de acordo com a sua necessidade. Isso se concretiza com a diversidade de gêneros textuais, isto é, os alunos devem reconhecer que há muitas formas de produção e circulação de textos em nossa e em outras culturas, e que nelas podem ser encontradas muitas práticas de linguagem. Couto (2016) diz:

No cenário educacional brasileiro, atualmente, os debates sobre os processos de ensino-aprendizagem de LE voltam-se, mais fortemente, para a teoria dos gêneros discursivos e para uma perspectiva intercultural. Ambas as vertentes também se apresentam nos documentos oficiais e não se contrapõem; ao contrário, podem ser exploradas concomitantemente nas aulas de Espanhol (COUTO, 2016, p. 39).

Nesse sentido, além do presente trabalho estar centrado na perspectiva discursiva, ele vai de acordo com a Lei n. 11.645/2008² que trata da obrigatoriedade do ensino e história das culturas afro e indígena no currículo escolar. Assim, os textos literários escritos por membros de povos originários e que se encontram na coletânea *Con Nuestra Voz*, surgem como grandes aliados para a aplicabilidade da Lei Federal, para abordar a questão da interculturalidade sob a perspectiva discursiva-dialógica e também abrir um importante espaço para a literatura no ensino da língua espanhola. Em relação à literatura, Couto (2016) afirma:

A literatura é um eixo importante para tratar a interculturalidade, além de se revelar como um amplo espaço para atividades curriculares interdisciplinares. Assim, as discussões sobre o uso do texto literário nas aulas de LE abrangerão variadas perspectivas, como: cultural, política, histórica e estética. (COUTO, 2016, p. 92-93).

² “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. (BRASIL, 2008)



A literatura indígena é construída por diversas vozes e ao levá-las para a sala de aula estamos incluindo vozes que, por muito tempo, permaneceram caladas, mas, merecem estar presentes nas aulas de línguas. “O estudo da literatura indígena conduz a uma reflexão sobre o outro, o diferente, e sua inclusão/exclusão na sociedade contemporânea, no espaço urbano e na produção literária global e local” (THIÉL, 2012, p.15).

Importante ressaltar que a literatura também ocupa o seu lugar na BNCC na área de linguagens, mais especificamente na etapa do ensino médio, onde faz parte do campo artístico-literário. Dentre as competências específicas ali propostas, ganham destaque para essa pesquisa, as competências 2 e a 6, que destacam a importância das questões identitárias, da valorização e do respeito à diversidade na apreciação das obras artísticas literárias:

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 2 - Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p. 492).

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 6 - Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas (BRASIL, 2018, p. 496).

Com o objetivo de aprofundar o olhar em torno da decolonização dos saberes, valorizando a literatura ameríndia, a interculturalidade e a perspectiva discursiva-dialógica de língua no ensino de espanhol, a coletânea *Con Nuestra Voz* surge como um importante material a ser analisado. Assim, uma pesquisa de cunho qualitativo foi realizada em torno da coletânea, a qual foi elaborada em 2015 pela Modalidade de Educação Intercultural Bilingue e o Plano Nacional de Leitura da Argentina. A coletânea plurilíngue abarca variados textos escritos por membros de povos originários do país, desde alunos, professores e outras pessoas falantes de línguas indígenas e pertencentes às comunidades étnicas. Apresenta seis volumes de textos e agrupa dezenove universos linguísticos com traduções em Língua Espanhola. Em



cada volume há textos que foram agrupados levando em consideração as semelhanças entre os aspectos linguísticos, históricos e culturais de determinados povos indígenas.

Um dos objetivos do Ministério da Educação da Argentina por trás da elaboração do material é enriquecer o processo de ensino-aprendizagem nas escolas do país e possibilitar que alunos e docentes indígenas tenham acesso, e, conseqüentemente, produzam conhecimento em sala de aula através de materiais didáticos que destaquem e reflexionem sobre suas próprias culturas. Já, o segundo objetivo é dar visibilidade à riqueza linguística e cultural existente no país, de modo a reconhecê-lo como diverso e plural, bem como, fomentar o conhecimento e reconhecimento das identidades indígenas ali presentes.

Con Nuestra Voz é uma coletânea que busca, recupera e valoriza as produções literárias indígenas, e que além de servir como um material de conhecimento e desfrute é um importante material de ensino. Ao abordar a coletânea nas aulas de língua espanhola, além de dar visibilidade às produções poéticas ameríndias, estaremos valorizando as línguas dos originários, considerando que se trata de uma coleção plurilíngue. Não se pode esquecer-se das marcas deixadas pela colonização, a qual exterminou com várias línguas indígenas ao impor a língua espanhola deixando os povos originários sem poder de escolha, isto é, eles tiveram que se adaptar a língua do colonizador para sobreviver e não perder suas origens. Durante muitos anos o colonizador silenciou as vozes indígenas, logo as línguas originárias foram marcadas por exclusão, discriminação e desigualdade. No entanto, a arte narrativa desses povos continuou com sua expressão, primeiro pela tradução oral, passando mais tarde para a escrita em busca de memória e preservação.

Nos últimos anos muitos povos indígenas têm redobrado suas lutas pela visibilidade e pela conquista de seus direitos e várias ações legislativas o acompanham visando a uma reparação histórica. Thiél (2012) faz um importante apontamento em relação ao trabalho dos educadores:

Como educadores, temos de nos deparar com a questão da inclusão social e cultural, bem como com o silenciamento ou a invisibilidade dos grupos indígenas ao longo da história, que devem ser revistos. Além disso, devemos nos preocupar com a construção de repertório de nossos alunos, bem como com o desenvolvimento de um olhar crítico sobre a literatura (THIÉL, 2012, p. 11).



A coletânea *Con Nuestra Voz* vem a ser uma das ações para compor um repertório cultural e crítico aos alunos, fruto de um processo de consultas, discussões e decisões que fomentam um debate sobre como trabalhar com as línguas e as culturas indígenas. Ademais, para realizar o trabalho em torno de questões indígenas nas aulas de língua espanhola, nos embasamos no conceito de interculturalidade proposto por Catherine Walsh (2006. p. 21):

Más que un simple concepto de interrelación, la interculturalidad señala y significa procesos de construcción de cono conocimientos "otros", de una práctica política "otra", de un poder social "otro", y de una sociedad "otra"; formas distintas de pensar y actuar con relación a y en contra de la modernidad/colonialidad, un paradigma que es pensado a través de la praxis política.

A interculturalidade é aqui entendida como um processo permeado por diálogos, encontros e aprendizagem entre as múltiplas vozes pertencentes ao mundo hispânico. Entretanto, ela vai muito além da descoberta ou tolerância em relação ao que é diferente, o seu conceito está associado à valorização da diversidade como fonte de aprendizagem e, sobretudo, ao respeito entre essas diferenças.

No caso da língua espanhola, estamos falando de 21 países que possuem o espanhol como língua oficial, cada um com sua enorme diversidade cultural e linguística, sendo necessário considerar e abordar em nossas práticas docentes toda essa diversidade existente e para isso há uma gama de produções literárias. Não é somente a literatura espanhola que deve ganhar destaque nas aulas de espanhol, mas também a literatura argentina, boliviana, mexicana, boliviana, etc. A partir da compreensão da interculturalidade temos a possibilidade de repensar nossas práticas docentes a partir do pensamento “outro”. Esse pensamento “outro” apresentado aos alunos por meio das diversas culturas, é que faz o conceito de interculturalidade entrar em diálogo com a ideia de descolonização do conhecimento, que segundo Mignolo pode ser entendida como:

Un pensamiento que desnaturaliza la matriz colonial del poder que abarca e incluye la rede la metafísica occidental, de la cual se ocupó ya el pensamiento deconstructivo. La des-construcción limitó su tarea a una totalidad imaginaria, cuya “imaginación” fue efecto de la constitución imperial de los países capitalistas y cristianos occidentales. (MIGNOLO, 2006. p. 9).



Por meio da consideração do autor somos levados a uma profunda reflexão de como os paradigmas e as perspectivas de natureza ocidental ainda norteiam o pensamento da América Latina. Assim, trabalhar sob a perspectiva intercultural significa entender a língua como cultura e ter acesso a novos paradigmas, isto é, além dos hegemônicos.

Assim, a língua passa a ser compreendida como uma mediadora entre diferentes mundos culturais, conseqüentemente, possibilita formar o aluno como cidadão mais consciente e crítico diante da pluralidade e heterogeneidade do mundo em que vivemos. Aliás, abordar a literatura sob um viés intercultural é um importante meio para se obter uma nova perspectiva de mundo por meio de comparações com outras culturas, compreendendo que existem outras perspectivas de realidade, distanciando-se, assim, de um ponto de vista determinado. Nesse sentido, faz-se necessário levar para a sala de aula uma literatura de resistência, selecionar textos literários das chamadas minorias, apresentar um ponto de vista de um(a) escritor(a) indígena, de modo a evidenciar a diversidade existente entre culturas, crenças e hábitos diferentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados alcançados, destacam-se as leituras das produções escritas que provêm da oralidade dos povos indígenas e que abarcam várias autorias, em diversas línguas, e com traduções em espanhol reunidas em seis volumes de textos escritos. Ademais, foram realizadas análises qualitativas e biográficas relacionadas à produção, organização e temática da coletânea, e, por meio dela, também foi realizada uma pesquisa descritiva que tem como objetivo explicitar o interesse do Ministério de Educação da Nação (Argentina) na produção do material, bem como, se há indígenas envolvidos na organização.

Não somente isso, mas também foram realizadas outras leituras teóricas sobre a questão da interculturalidade nas aulas de língua espanhola, sobretudo, reflexões sobre a literatura indígena, sendo possível ter um norte maior em como trabalhá-la em sala de aula, além das leituras dos documentos oficiais da educação que apresentam informações em relação aos métodos a serem utilizadas no ensino de língua estrangeira e os objetivos de



aprendizagem a serem alcançados, sobretudo, levando em consideração a aplicabilidade da Lei 11.645/2008, que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro e Indígena em todo o currículo escolar.

Houve, a partir da pesquisa, a tentativa de instigar a disseminação de produções literárias ameríndias no âmbito escolar nas aulas de línguas, utilizando a coletânea *Con Nuestra Voz* como um importante material de ensino, enfocando aspectos positivos que rompam estereótipos e ressaltem a importância das autorias indígenas, a resistência dos povos originários e os saberes construídos e transmitidos de geração em geração.

A partir de uma análise de conteúdo foi entrelaçada a análise dos livros com a questão do ensino, discutindo estratégias de trabalho, isto é, como os textos da coletânea podem guiar o ensino da língua espanhola em um viés intercultural, qual abordagem deve-se utilizar e quais atividades são possíveis criar. Como resultado a pesquisa proporcionou uma sequência didática sobre a literatura indígena na perspectiva intercultural para as aulas de língua espanhola que pode ser utilizada por professores de espanhol na educação básica.

UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA COM BASE NA COLETÂNEA *CON NUESTRA VOZ*

No ensino de línguas sob a perspectiva discursiva é importante selecionar com atenção os textos a serem trabalhados, pois são eles que guiarão todo o nosso trabalho. Por meio deles se pode explorar as questões discursivas, linguísticas e aspectos culturais. Para o desenvolvimento da sequência, primeiramente, foi realizada a leitura de todos os livros da coleção *Con Nuestra Voz*, havendo a seleção aleatória de um poema a ser analisado e contemplado nessa proposta didática. O poema está presente no livro *Con Nuestra Voz Estamos* e foi escrito pelo poeta Fábio Inalef, pertencente ao povo indígena Mapuche – Tehuelche, que falam a língua Mapudungun ou Mapuzungun, e que possui o título “Me declaro vivo”. Neste trabalho, o gênero poema foi escolhido por aliar a estética da poesia ao engajamento social necessário para desencadear um processo de reflexão sobre os povos indígenas da Argentina.

Um caminho produtivo para a elaboração de materiais didáticos para as aulas de línguas é o uso de sequências didáticas, conceituadas como “conjunto de atividades escolares



organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual” (DOLZ, 2010, p. 82). Segundo o professor Joaquim Dolz há quatro etapas pelo menos na estrutura da Sequência Didática que devem ser seguidas: *a apresentação da situação, a produção inicial, os módulos e a produção final*. Essa estrutura vai permitir “aos alunos apropriarem-se das noções, das técnicas e dos instrumentos necessários ao desenvolvimento de suas capacidades de expressão oral e escrita, em situações de comunicação diversas” (DOLZ, 2010, p. 96). Portanto, a elaboração de um material sobre o gênero poema por meio de uma sequência didática nas aulas de Língua Espanhola como Língua Estrangeira poderá dar visibilidade aos povos indígenas e às suas produções literárias, proporcionando discussões e reflexões sobre o tema entre os alunos. Assim, apresentamos uma prática intercultural com base no poema “Me declaro vivo”:

SECUENCIA DIDÁCTICA – POEMA

Me declaro vivo – Fábio Inalef

Tema: Identidad y resistencia Mapuche a partir del poema “Me declaro vivo”.

Objetivo general: Demostrar la fuerza del pueblo indígena Mapuche por medio de su literatura, destacándolo no solo en Argentina, como también fuera de su país de origen.

Objetivos específicos:

- Reconocer la importancia de la lengua española como representación de la diversidad cultural y lingüística;
- Reflexionar acerca de la unión de diferentes comunidades indígenas visando la sobrevivencia de sus respectivas culturas;
- Apoyar y promover lenguas y pueblos indígenas;
- Acercar a los alumnos de la realidad de los países hispanohablantes;

Destrezas lingüísticas: Comprensión lectora, comprensión auditiva, expresión oral y expresión escrita.

Contenido discursivo: Poema.

Contenido lingüístico - comunicativo: Presentación personal en español (verbo ser en presente de indicativo).

Contenido cultural: La literatura indígena Mapuche de Argentina.



Presentación de la situación:

Etapa de pre-lectura: Consiste en activar los conocimientos previos de los alumnos sobre el tema de la clase antes de realizar la lectura del género.

- ¿A ti te gusta leer? ¿Qué tipo de texto? (romances, poemas, periódicos, revistas)
- ¿Ya leíste textos en otros idiomas además del portugués? Si sí ¿comprendisteis? ¿Cuál era la temática?
- ¿Ya leíste alguno texto escrito por indígenas o conoce algún escritor indígena? (Explicar que en esta clase van a conocer un escritor indígena que escribe en lengua indígena y en español).
- ¿Qué pasa en su mente cuando escucha la palabra indio e indígena? (En este momento es posible que surjan algunas visiones estereotipadas por parte de los alumnos, el profesor tiene la función de romper los estereotipos acerca de las culturas indígenas. También, en este momento el profesor puede problematizar los términos “indio” e “indígena”, pues “indio” es un término genérico y colonizador que representa un proceso de no reconocimiento de los pueblos que existían antes mismo de que llamamos de Brasil y remite a la idea eurocéntrica que son retrasados, todos iguales, en el sentido de que las diferencias lingüísticas y culturales son desconsideradas. Por eso, el término “indio” viene siendo cuestionado por los pueblos originarios hace algún tiempo y la adopción del término “indígena” es indicada como la definición más correcta, pues quiere decir originario, aquel que está allí antes de los otros.

Presentación del proyecto de comunicación: En esta etapa los alumnos van a hacer la lectura de tres poemas bilingües (español y mapudungun) escrito por la Anahi Rayen Mariluan, docente de música y compositora perteneciente al pueblo indígena Mapuche. A través de la lectura y discusión los alumnos van hacer la tentativa de reconocimiento del género. (El profesor también puede contextualizar el soporte donde se encuentran estos poemas: Colección de textos *Con Nuestra Voz*, producida en Argentina).



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Anahi Rayen Mariluan

Docente de música y compositora | Colegio Amuyen 45 | San Carlos de Bariloche | Provincia de Río Negro

Con origen

Pide el pequeño viento
amanecer toda la vida
vuelve la brisa
amanecer; vida
Fuerza nueva
Vuelve el pequeño alba
buena mañana
fuerza nueva
Sale el sol, sale el sol
hay buena fuerza



Tuwün engü

Pichi kürüf ngillatuy
liwen itrofilmongen
eñun kürüf wiñotuy
liwen, mongen
we newen
pichi wün wiñotuy
Küme liwen
we newen
tripay antü tripay antü
küme newen müley



Tierra

Mi origen está en la tierra
Mi fuerza está en la tierra
Vengo de la tierra
Esta tierra es nuestra tierra
Él lo sabe
Tú lo sabes
Es nuestra tierra



Mapu

Ñi tuwün mapu müley
mapu mew ñi newen müley
mapu mew iñche kupan
Fachí mapu tayiñ mapu
müley
fey kimüy
cymi kimuyumi
tayiñ mapu müley



Se encoge mi corazón

Me despierto y contemplo
las montañas
Se encoge mi corazón
y la montaña sigue viva allá
Se encoge mi corazón



Ketro ñi piuke

Iñche nepen ka pu kintun pu
mawiza mew
ketro ñi piuke ketro ñi piuke
ka mawiza inalepemongen
ketro ñi piuke ketro ñi piuke



Cuestiones para promover discusión oral sobre el texto:

- ¿Qué los textos tienen en común? (destacar que todos hacen referencia a elementos de la naturaleza);
- ¿Qué géneros textuales son esos? (recordar a los alumnos qué es un género textual: textos que utilizamos para comunicarnos);
- ¿Cómo tú explicarías lo que es un poema? ¿Para qué sirven los poemas?
- ¿Conoce alguna característica que es común en este género?
- ¿Tú ya escribisteis algún poema? ¿A ti te gustaría escribir?
- ¿Qué tú sentiste al leer/escuchar los poemas?
- ¿Las temáticas abordadas en los poemas son semejantes? ¿Por qué? (Contextualizar la importancia de la naturaleza para los pueblos indígenas);



Producción inicial:

Después de la discusión y apuntamientos iniciales sobre el género, la próxima etapa se refiere a la producción inicial. Esa etapa es muy importante porque representa un esbozo de qué el alumno ya sabe sobre el género, siendo posible identificar las dificultades en la escrita y trabajarlas en los módulos.

Propuesta de producción: Será propuesta a los alumnos una producción de poema se basando en los poemas leídos anteriormente. El alumno va a escribir de acuerdo con qué entiende por poema, va a elegir un tema y relacionarlo con los elementos de la naturaleza, así como los poemas de Anahi. El profesor puede hacer los siguientes cuestionamientos de manera oral de modo a ayudar los alumnos en la producción:

- ¿Cómo va a ser estructurado su texto? ¿Habrá versos y estrofas?
- ¿Es importante haber un título?
- ¿Ese poema va basarse en su realidad o en su imaginación?
- Imagine el trayecto de su poema, puede destacar momentos de alegría o tristeza, lo que te marcó en su vida y comparar los hechos y sentimientos con la naturaleza... Ahora, ¡registre en el papel!

Módulo 1

Lectura y estudio sobre la literatura y aspectos culturales: Después del contacto y la lectura de los poemas, va a ser propuesto el trabajo con un poema específico: “Me declaro vivo”, lo cual también fue escrito por un miembro del pueblo Mapuche, el poeta Fábio Inalef. La versión del poema en lengua mapudungun también será disponibilizada a los alumnos. El profesor puede distribuir una copia para cada alumno, proponer primeramente una lectura individual, después una lectura colectiva.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Me declaro vivo

Soy el Presente que avanza!!!
Soy Mapuche por antepasados!!!
Soy Memoria por convicción!!!
Causa, efecto, lucha y razón!!!

Soy voz que canta el sol de mi raza hermosa.
Soy el ayer que vuelve a renacer en cada pedacito de
tierra recuperada,
en cada piedra, en cada viento, en cada resistencia,
en cada hermano y hermana que se reconoce Mapuche
en todo el Wall Mapu.

En cada uno de ellos se levanta la firme Voz “JUSTICIA,
TERRITORIO Y LIBERTAD!!!”

Al hacer Konchotun “fortalecemos en forma recíproca
nuestra amistad con perpetuidad”, pues para siempre nos
necesitamos unos a otros.
Una misma sangre, una sola lucha, un mismo camino, un
solo pensamiento.

Soy agua que baja de la montaña con su llamativa fuerza
y transparencia!!!

Soy la descendencia de aquellos que pisaron primero
este suelo, el mismo que el invasor asesina, contamina y
alambra.

Les enseñaré a los hijos de mis hijos y ellos a los hijos de sus
hijos,
para que nunca se muera el espíritu y sabiduría de mi
Pueblo Nación MAPUCHE.

Mientras siga la llama prendida, seguirá circular la imagen
de los ancestros.
Soy el Presente. Me declaro vivo.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 15 de 23



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Rüf mongelen inche

Fewla Küme wechulen iñche
Küme tuwün küpal Mapunche ta inche
Rumel inangulam mew fey weñangün iñche
Pellken – Femi – newentun ka ngulamkawün!!!

Tañi wüñül ülkantufiñ antü fey tukul ayiñma ñi pu küpal
che
Tañi wüñotun wiya reke ka fey yallumtun itrofill weutun
tuwe mapu reke.
Tañi kura – fill kürüf – ka fill yafüngen – kiñewün peñi ka
kiñewün lamgen rüf fey mapunchengelu kom wall mapu
mew.

Ka fill femngechi feyengün newentu wechuy tañi zungun
“pin norchezungun wall lof naytunzungun mew!!!”

Fey mülen mew lakutu wün yafünewentuyiñ reke
epuñpüle tañi wenüywengen rumel mongen rüf fey
rumel epuñpüle kellunicutuaal. Kiñe mollfüngen – kiñe
witrapüram newentun – kiñe rüpu miyawaal – rüf kiñe
rakizuam müten.
Mawizantu püle ka reke nagpan ayiw zoy küme newen ka
wilof pelongen!!!

Wüneke tañi pu küpal kuyfi zeuma akuy / tupay tachi mapu
– feyti kake mollfüñ langümchefe – weza nütram akulu ka
zeumay malal pañillwe (Nüküfkawe)
Tañi pu fotüm ka feyti yom pu fotüm inarume kümeltuafiñ
ka feyengün tañi pu yall fey mongelelu kom engün.

Tachi püllü tunten mew rume lanualu ka feyti zullin kimün
tañi pu mongeyel chüllemapu müten afrumenualu.

Petu mongelelu tañi püllüm kütral reke – rumel
wiñowefkületuay tañi
Fütrake lakuyem.
Fachiantü wechu congelen. Rüf feyta mongelen.



Después de hacer la lectura del poema, el profesor va a realizar una interpretación con los alumnos realizando cuestionamientos (oral o escrito) sobre el texto:

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 16 de 23



1. Reflexiones acerca del contenido cultural – la literatura:

- a) ¿Cuál es la principal temática tratada en el texto?
- b) ¿A través del poema es perceptible que el autor pertenece a cuál pueblo indígena?
- c) ¿Tú conoces algo sobre el pueblo Mapuche de Argentina? ¿Y de algún otro pueblo indígena (de Brazil, por ejemplo)?
- d) ¿Usted sabe el número de pueblos indígenas que hay en Argentina o en Brazil?
- e) ¿Ya tenía visto algún poema así con esa temática? Si sí, ¡cuéntenos! Y si no, ¡cuéntenos que impresión creaste al conocer un poco de la resistencia del pueblo Mapuche por medio de la literatura:
- f) Es perceptible que el “yo poético” hace una crítica en el poema. ¿A quién él dirige su crítica? Explique mencionando partes del texto:
- g) ¿Lo qué el título del poema puede significar?
- h) ¿Tú has conseguido identificar o encontrar alguna semejanza con las palabras del idioma mapudungun y el español? Si sí, ¡muéstranos!

Además, en esta etapa el profesor puede hacer una presentación del escritor:

- Fábio Inalef es un símbolo de resistência en defensa del pueblo Mapuche;
- Él dá voz a su pueblo a través de sus escritas;
- Combate la violencia contra los indígenas, la exploración de recursos naturales, las invasiones de tierras, demostrando el valor de su pueblo por médio de las palabras;
- Valora y contribuye con la preservación de su lengua al escribir en formato bilíngüe;

Es muy importante promover una discusión con los alumnos enfatizando que por medio del poema es evidente la defensa del autor por una poesía que sea capaz de poetizar la vivencia e identidad de su pueblo, resguardando su historia, cultura, territorio, lo que les es sagrado, la lucha contra o apagamiento de la historia y de la memoria. La literatura indígena se diferencia de otras literaturas por cargar un pueblo, una historia de vida, identidad, espiritualidad, guardando una memoria de saberes que, amenazada de desaparecimiento, resiste en las palabras escritas. Fábio Inalef, al poetizar la historia del pueblo Mapuche, también aborda cuestiones ambientales, la lucha por la preservación de los territorios, la manera que su pueblo se relaciona con la naturaleza



y lo fenómenos naturales, exalta a identidad, registra el legado, construye la memoria, homenaja la ancestralidad y confirma el respeto a los más viejos y el orgullo de sus orígenes, la cual será pasada a las futuras generaciones.

Módulo 2

Estudio sobre el género: reconociendo las características del poema: ¿Vamos a comprender e interactuar?

1. Reflexiones sobre el contexto de producción del texto:

- a) ¿A qué género textual pertenece?
() cuento () declaración () poema
- b) ¿Para quién fue escrito?
() solo a los indígenas () a los blancos () a todas las personas
- c) ¿Cuál es el propósito de las personas que escriben ese género textual?
- d) ¿Dónde? ¿Y cuándo? (situación histórica en que fue escrito)
- e) ¿Cuáles son las temáticas exploradas en el texto?
- f) ¿Dónde encontramos ese género?
- g) ¿Qué tipo de sentimiento un lector puede tener al leer ese género?

2. Reflexiones sobre la comprensión del género visando la estructura composicional/estilo:

- a) ¿Cuáles son los elementos pertenecientes al género visto? Asigne con un X:
() Estrofas; versos; rimas; métrica; título; tema variable;
() Presencia del locutor; presencia de imágenes; título; versos; estrofas;
() Párrafos; versos; estrofas; rimas; moraleja al final;
- b) ¿Vamos a identificar cuantos versos y estrofas hay en este poema?
- c) ¿Hay rimas en este poema? (En este momento el profesor puede explicar que ni todos los poemas tienen rima)
- d) ¿El poema presenta un sentido propio o un sentido figurado?
- e) ¿Hay figuras de lenguaje? Identifique en el texto:



Módulo 3

Estudio lingüístico-comunicativo: Ahora vamos a analizar y aprender a hacer una presentación personal básica en español utilizando el verbo ser:

1. Reflexiones sobre el contenido lingüístico:

- En el poema leído es posible identificar una forma principal de usar un verbo para hablar de la identidad y origen del escritor. ¿Cuál es el verbo que gana destaque en el texto? (Respuesta: es el verbo ser, conjugado en la primera persona del singular en el tiempo presente (yo + ser = soy).
- Entonces, se percibe que este verbo es utilizado en el presente de indicativo. ¿Cuál es la función del verbo ser en el poema? (Respuesta: es utilizado en el texto para expresar características, identificar, describir, valorar y presentar el autor, entre otras cosas).
- De este modo, para comunicarse bien en español e presentarse a otras personas es muy importante aprender la conjugación del verbo SER. Pero, es un verbo que exige atención, puesto que es irregular, o sea, su raíz y terminación sufre variación. ¿Vamos intentar completar la tabla con las conjugaciones del verbo SER en el presente de indicativo?

YO	Soy
TÚ	
ÉL/ELLA	
NOSOTROS/AS	
VOSOTROS/AS	
ELLOS/ELLAS	

- Imagina que tienes que hacer tu primera presentación personal en español, o sea, tiene que dar informaciones tuyas a otra persona: nombre, apellido, de dónde eres, de qué país, cuál es su nacionalidad, qué haces, es casada/soltera. Así que completa las frases utilizando el verbo ser y preséntate:
¿Cómo te llamas? Yo _____.



¿De dónde eres? Yo _____ de _____.

¿Cuál es tu nacionalidad? Yo _____.

¿Estudias o trabajas? Yo _____.

¿Es casada o soltera? Yo _____.

Producción final:

Después de las lecturas, análisis y discusiones sobre el texto poético es el momento del alumno demostrar lo que ha comprendido y lo que domina referente al género trabajado por medio de la producción final, pero, ahora la producción será más elaborada que la primera. Los alumnos hasta pueden utilizarla para observar todo lo que puede ser mejorado y usarla como texto de apoyo que después servirá como comparación entre la primera producción y el producto final, posibilitando reflexiones sobre la escrita.

Escrita reflexiva: Alumnos(as), ahora es el momento de crear sus poemas atentándose para todo lo que vimos y estudiamos. El tema de su poema será su fuerza en la vida, o sea, así como el escritor Mapuche tú puedes destacar la fuerza de su pueblo, de su origen, su descendencia, su familia. Piense en un título desafiador. Lea el cuestionario abajo y suelte su creatividad.

- ¿A quién será dirigido su texto?
- ¿Con cuál objetivo este poema será escrito?
- ¿En cuántos versos tú escribirás?
- ¿En cuántas estrofas él será organizado?
- ¿Que título va a tener?
- ¿Será basado en hechos reales o ficticios?
- ¿Va a tener rimas y figuras de lenguaje?
- ¿Va a tener versos libres o con métrica?

Reescrita del texto: El profesor va a hacer la lectura y la corrección del poema, haciendo los apuntamientos necesarios, pero siempre respetando la escrita del alumno, es muy importante charlar con el alumno sobre su escrita, apuntar las fallas y equívocos, de modo que él pueda percibir y haga las correcciones apuntadas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal destacar o ato de resistência e a intelectualidade dos autores indígenas da coletânea *Con Nuestra Voz*, bem como, o interesse em destacar a língua nativa na obra analisada, de modo seja possível repensar e reconhecer a pluralidade étnica da América Latina. Aliás, ter a identidade cultural e linguística dos povos indígenas presentificadas na literatura nas aulas de espanhol é uma possibilidade de visualizá-los como seres pensantes, criativos, e capazes de contribuir em diversos campos da sociedade.

A partir desse trabalho, espera-se contribuir com os estudos sobre a formação de professores de língua espanhola da Educação Básica, de modo que esses não reproduzam estereótipos da língua que ensinam e que rompam com o ensino tradicional de língua centrado apenas em aspectos gramaticais. Espera-se que os futuros professores possam apresentar, por meio da literatura ameríndia, a diversidade do mundo em que vivemos. Ademais, a coletânea apresentada deve servir como uma significativa ferramenta de ensino da língua espanhola, na qual os docentes possam ressignificar as suas aulas buscando materiais didáticos e textos literários com autorias e representações positivadas sobre os povos indígenas, de modo a despertar a consciência crítica dos alunos por meio da interculturalidade. Para tanto, a sequência didática aqui apresentada fica à disposição dos professores de língua espanhola, de modo que possam utilizá-la e promover práticas docentes interculturais.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGENTINA. Ministerio de Educación de la Nación. **Con nuestra voz: Escritos plurilingües de docentes, alumnos, miembros de pueblos originarios y hablantes de lenguas indígenas.** - 1a ed. edición multilingüe. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2015.

BRASIL. Lei 11.161/2005. Dispõe sobre o ensino de Língua Espanhola. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 8 ago. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111161.htm. Acesso em: jan. 2023.

BRASIL. Lei 11.645/2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Brasília, DF: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: jan. 2023.

BRASIL. Secretária de Educação Básica. **Orientações Curriculares Nacionais (OCEN) - Linguagens, códigos e suas tecnologias.** Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. V.1. 239 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf. Acesso em: jan. 2023.

BRASIL. Secretária de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Ensino Médio - Linguagem, códigos e suas tecnologias.** Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: jan. 2023.

COUTO, Ligia Paula. **Didática da Língua Espanhola no Ensino Médio/ Ligia Paula Couto; elaboração de Aparecida de Jesus Ferreira...**[et al.]. – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2016.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola.** Trad. E Org. de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Rede Estadual de Ensino Língua Estrangeira Moderna.** Curitiba: SEED, 2008.

THIÉL, Janice. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. – (Coleção Práticas Docentes, 3).

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. In: WALSH, C.; LINERA, Á. G.; MIGNOLO, W. (Orgs.). *Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento.* Buenos Aires: Del Signo, 2006, p. 21-70.

WOGINSKI, Gilson Rodrigo; COUTO, Lúcia Paula; SOUZA, Renan Fagundes de. (Orgs.). **As identidades e as relações étnico-raciais no ensino da língua espanhola.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. 174 p.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 23 de 23



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

ARTISTAS INDÍGENAS PARANAENSES E AGROECOLOGIA

Mateo Dias - (Voluntário)

Unespar/Campus Curitiba I, mmauryx@gmail.com

Prof^a Dr^a Debora Maria Santiago - Orientadora

Unespar/Campus Curitiba I, debora.santiago@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa

Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário - PIC

Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade tem sido um tema que ganhou força nos últimos anos e a agroecologia, com práticas de cuidado para preservação de toda a vida ao redor na produção de alimento e visando “sistemas de produção economicamente viáveis, ecologicamente equilibrados, socialmente justos e culturalmente aceitáveis” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p.29) incorpora o conceito de desenvolvimento sustentável, e não dispensa os avanços no conhecimento científico. As culturas originárias das terras sul-americanas (comumente chamadas e aqui tratadas por ‘indígenas’) desde tempos imemoriais associam a produção de alimento, de artefatos e de organização sociocultural ao equilíbrio com o meio ambiente, ainda que primeiramente não recebessem essas denominações de sustentabilidade e ecologia, destacadas previamente. Muitas das produções atuais de artistas indígenas encontram as mesmas referências para suas práticas artísticas, valorizando e respeitando os saberes ancestrais de seus povos, ao mesmo tempo que mantêm vivas as técnicas, processos e elementos etno culturais.

Todavia os estudos que associam artistas indígenas e agroecologia, não foram localizados de forma tão abundante, para tanto o presente estudo visa aprofundar, pormenorizar e fomentar pesquisas futuras, acadêmicas ou não, sobre essas produções presentes e emergentes na contemporaneidade do território brasileiro, entretanto centrando-se na especificidade das produções desenvolvidas ou relacionadas ao contexto paranaense.

Certamente, a agroecologia se adéqua mesmo a diferentes etnicidades e contextos,

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 1 de 14



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

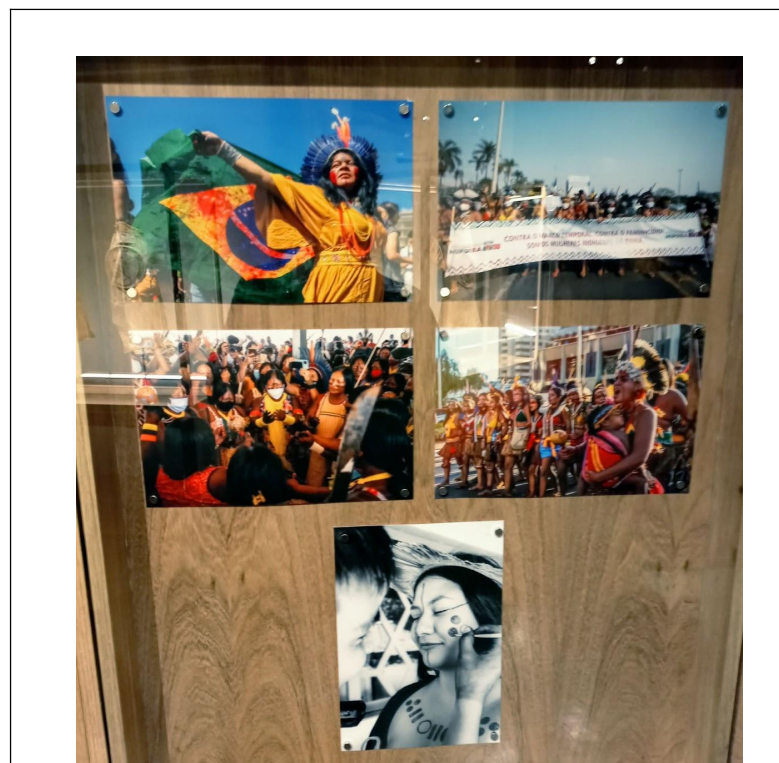
IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

pelo ponto em comum que as parcelas da sociedade que acabaram sendo marginalizadas possuem, que seria causa direta o modelo capitalista de produção e estruturação, como destacado por Maria da Graça Costa (2017), ao demonstrar a conexão que existe nas lutas por direitos de igualdade (de gênero, de cor, de classe), antirracismo, pela preservação de culturas populares e por questões ambientais. Deixando claro, o caráter multidisciplinar que a agroecologia tem expressado, ao preocupar-se com a conexão do sistema produtivo de alimentos com elementos biofísicos, sociais, culturais, governamentais e de todo modo, externos às concepções mais tradicionais de agricultura. Nesse ponto também se percebe uma aproximação das práticas de cultivo das comunidades ameríndias, não apenas associadas às técnicas de manejo, sobretudo, intrinsecamente constituintes das tradições e religiosidades dos mesmos (NORDER,2019).

Imagem 1 – Fotos exibidas durante a Exposição Mejtere no Museu Paranaense



Fonte: Foto de autoria própria, 2023.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 2 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





Partindo especialmente de um embasamento teórico, levando em conta textos, artigos e mesmo material audiovisual, foi o primeiro contato com os artistas aqui referenciados e com sua obra. Os objetivos específicos foram conhecer os princípios básicos da agroecologia como disciplina multidisciplinar e que promove a troca de saberes; pesquisar produções de artistas indígenas que se relacionam com práticas e conceitos da agroecologia, com atenção à obra de artistas paranaenses; realizar entrevista com artistas indígenas avaliando a associação e possível influência que os termos tiveram sobre suas produções nas artes visuais.

No decorrer da investigação, pode-se desenvolver também algumas visitas a exposições, palestras e uma oficina, especialmente no Museu Paranaense, que trouxe para mais próximo o trabalho desses artistas, além de ter permitido o contato com o Coletivo Kókir, que gentilmente respondeu ao questionário, também desenvolvido durante a pesquisa.; em que foi possível compreender melhor a percepção deste sobre as temáticas estudadas e suas conexões com o cenário artístico contemporâneo. Além do desenvolvimento de um panorama mais amplo, valorizando a percepção particular do coletivo sobre os conceitos aprofundados, que apenas reforçaram a multiplicidade cultural/estética das etnias originárias, reforçada pelo uso do termo “artes indígenas”, e a indissociabilidade dessas produções com relação a técnicas e conceitos, de seus legados ancestrais de tradição.

MATERIAIS E MÉTODOS

Durante a pesquisa foram aprofundadas, através de pesquisa bibliográfica e material de apoio, vídeos e PDFs disponibilizados na internet, as competências relacionadas à biografia e obra de artistas de comunidades autóctones, à temática da “arte indígena” e a inserção desta(s) em concepções contemporâneas de arte, além das leituras relacionadas à questão agroecológica e ao ativismo. No texto de Juliana Kerexeu Mariano e Rodrigo Graça (2019), o contexto da presença indígena no Paraná e as nuances culturais dos povos originários puderam ser melhor compreendidos, sendo que a principal abordagem decorre sobre a presença Guarani no litoral do estado e sobre as particulares do seu modo de vida enraizado em tradições herdadas de tempos imemoriais.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

O catálogo da exposição Véxoa, por Terena e Munduruku (2020), contribuiu acerca do cenário atual da arte e a participação de artistas indígenas no âmbito hodierno, com destaque para Camila dos Santos da Silva (Kaingang), Dival da Silva (Xetá), Gustavo Caboco e sua mãe Luciene Wapichana (Wapichana); Juliana Kerexu e Ricardo Werá Mariano (Guarani), que embora venham de formações, ancestralidades e entornos distintos, representaram na mostra uma parcela da multiétnica composição populacional que se deu no estado do Paraná, para muito além da descrita como preponderante, imigração europeia. Reforçando a similitude entre os diferentes artistas e que se utilizam de variadas técnicas e suportes, contudo que se encontram no ponto em comum da preservação das culturas originárias. A exposição dialoga com e demonstra a inserção da arte dita indígena no principal circuito artístico do país, tendo sido exposta na Pinacoteca do Estado de São Paulo, entre 2020 e 2021, e reforçando a dimensão e importância que a mesma tem ganhado, em especial no período pós Pandemia de COVID-19. A mostra, com curadoria de Naine Terena, contou com participação de artistas das mais variadas regiões do país, a citar Ailton Krenak, Coletivo Ascuri, Daiara Tukano, Denilson Baniwa, Jaider Esbell, Movimento de Artistas Huni Kuin (MAHKU), Olinda Muniz Tupinambá, Yakunã Tuxá, entre outros.

Imagem 2 – Fala-performance “Coma Colonial” de Gustavo Caboco durante lançamento de livros no Museu Paranaense, Curitiba - PR, 14/12/2022

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 4 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





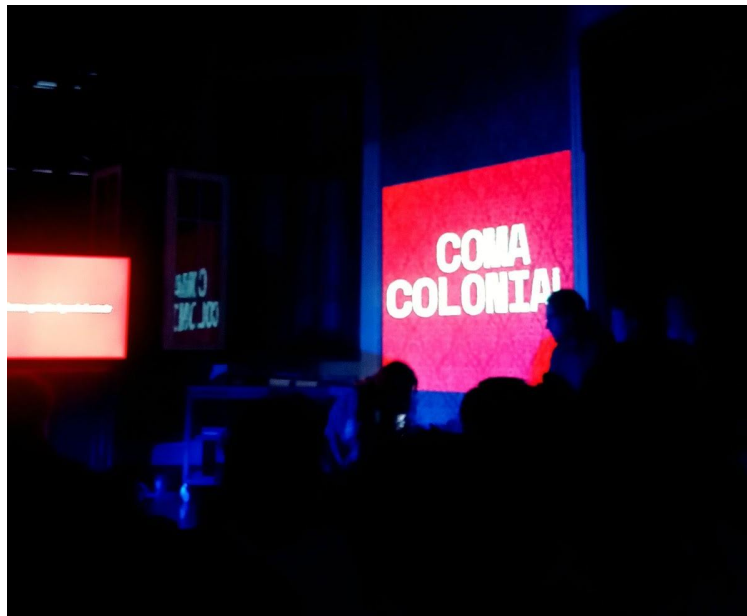
SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023



Fonte: Foto de autoria própria, 2022.

Para melhor complementar o panorama das culturas ameríndias originárias e as percepções contemporâneas sobre as mesmas, um relato do Paraguai, país vizinho, foi agregado a investigação e que contou com uma narrativa inclusive sobre as etnias que ultrapassam ambas as fronteiras (ESCOBAR, 1993). Além disso o autor se aprofundou nas variações culturais das etnias presentes no território paraguaio, com destaque para os materiais utilizados, que essencialmente são espécimes vegetais nativos e o uso dos elementos naturais disponíveis, como o barro para confecção de cerâmicas, mantendo uma conexão com as concepções de agroecologia, por usufruir dos componentes locais e precisar da manutenção dos ecossistemas para sua existência e perpetuação. Outro texto que se apresentou fundamental para estruturação foi Lagrou (2009), que abordou o notável contraponto entre arte e artefato, trazendo muitos exemplos e referências, além de reforçar que as populações nativas não compartilham das noções de arte “ocidentais”, na qual a autora se soma ao leitor ao afirmar que são “[...] povos que não partilham da nossa noção de arte.” (LAGROU, 2009).

As leituras centradas na agroecologia desenvolveram-se em torno dos trabalhos de Francisco Caporal e José Costabeber (2000), Maria da Graça Costa (2017) e Luiz Antonio Norder (2019), permitindo uma compreensão mais adequada de seu desenvolvimento e

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 5 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

relações interdisciplinares, especialmente ao campo artístico, CARLA (2020) e Santiago (2020 e 2021). Sendo que a pesquisa de Santiago (2021) discorreu sobre o vínculo que a agroecologia evidencia com os movimentos sociais, as comunidades tradicionais e a educação, refletidos na produção artística pessoal apontada na apresentação da tese de Doutorado de Santiago (2020), apenas reforçando a interdisciplinaridade anteriormente indicada. Ademais, Caporal e Costabeber (2000) se aprofundaram nos conceitos e correntes relacionados ao movimento agroecológico, apresentando informações importantes sobre sua dinâmica, abrangência e histórico, o que se repetiu no trabalho de Norder (2019), categorizando muitos subtópicos e descrevendo sobre as particularidades étnicas e artísticas de populações das mais distintas regiões brasileiras. Já no texto de Costa (2017), embora também tenha perpassado algumas questões da trajetória da agroecologia, analisou com grande enfoque nas questões sociais e também nas relações com o ecofeminismo. O vídeo CARLA (2020) retratou uma entrevista com pesquisadoras e de alguns artistas que expuseram seus trabalhos na mostra Véxoa, apresentada anteriormente, que resultou em incrementar a competência sobre a mesma, que infelizmente só pôde ser acompanhada por registro através do catálogo e do material audiovisual disponível na internet, manifestando as percepções dos produtores de tais obras de forma um tanto mais clara e objetiva, demonstrando também o interesse internacional no evento, uma vez que foi iniciativa como uma colaboração da Universidade de Manchester no Reino Unido, apoiada pela Pinacoteca de São Paulo.

Imagem 3 – "Mejtere: histórias recontadas" exposição de longa duração inaugurada em 28/02/2023 no Museu Paranaense, Curitiba - PR

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 6 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





Fonte: Foto de autoria própria, 2023.

Acrescido ao embasamento teórico, durante o período de pesquisa também foram realizadas visitas ao Museu Paranaense com o intuito de, além de verificar as obras expostas, participar de palestras e eventos relacionados às questões nativas, dentre elas destaque para o lançamento de livros de Gustavo Caboco, no fim de 2022; a oficina “Uma história dentro do cesto” realizado pelo coletivo Kókir, e também a exposição “Mejtere: histórias recontadas”, estas últimas no ano de 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A percepção que pode ser constituída a partir da fundamentação teórica que foi desenvolvida, apenas reforça a interconectividade dos campos de conhecimento e atuação humana, embora talvez não sejam imediatamente associáveis, por exemplo as questões ambientais que apresentam ligações com áreas como as lutas por direito de igualdade e pela preservação das culturas populares, estando interconectadas (COSTA, 2017). Tópicos esses



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

que parecem se repetir na produção de muitos artistas, aqui no caso dos artistas indígenas, que participam da vertente contemporânea da arte sem abrir mão de suas bagagens culturais originárias (MARIANO; GRAÇA, 2019). O referencial teórico também indicou para a atenção e cuidado com os materiais na produção de objetos e elementos pictóricos, conforme descrito por Escobar (1993), definido como distinto das concepções ocidentalizadas, contudo sem que exista uma padronização entre as culturas autóctones, pois ainda que possuam alguns elementos em comum e mesmo possam ter exercido influências umas sobre as outras, a percepção estética, composicional e as relações de produção e assimilação da arte se difere de maneira muito evidente, reforçando o caráter múltiplo de referidas produções.

Quanto as produções analisadas, destaca-se a produção de Gustavo Caboco, que além das obras constituintes da exposição Véxoa que já foi citada, e de muitas outras trabalham que dialogam diretamente com questões ecológicas, destaca-se sua participação na mostra “Eu Memória, Eu Floresta: História Oculta” de 2020-21 também produzida pelo Museu Paranaense, que se propôs a discutir memória, identidade e representatividade, partindo de uma perspectiva histórica, antropológica, artística e cultural, em que o referido artista trouxe o diálogo sobre a erva mate e sua conexão com a região sul, e especificamente com as etnias provenientes de dita região (MUPA, 2021).

Para além da curadoria de Mejtere, como já apresentada, Camila dos Santos alguns anos antes, em entrevista ao Peita (2019) descreve sua experiência como mulher indígena na universidade e reflete sobre uma associação estereotipada que a comunidade tem ao imaginar e falar sobre populações indígenas, expressando a própria pesquisadora um retorno a produção de artesanato, por considerar uma política de identidade, resistência e subsistência; destacando uma ecologia dos saberes que é constituída pela troca de conhecimentos e afirmando que: “(...) a preservação, ela é o progresso.” (PEITA, 2019).

Imagem 4 – Escultura efêmera desenvolvida na oficina “Uma história dentro do cesto” com Sheilla Dias de Souza, integrante do Coletivo Kókir. Exposição "Mejtere: histórias recontadas", Museu Paranaense, Curitiba - PR

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 8 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





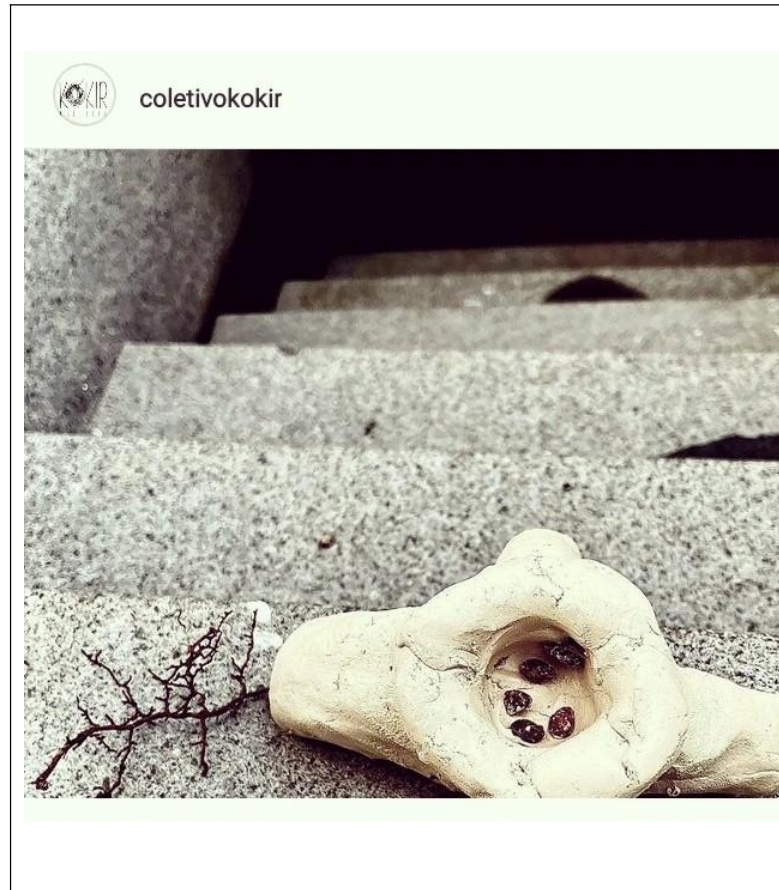
SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023



Fonte: INSTAGRAM, @coletivokokir, 2023.

O Coletivo Kókir, formado pela artista e professora Sheilla Dias de Souza e por Tadeu dos Santos, artista pertencente à etnia kaingang que realizou a oficina “Uma história dentro do cesto”, a qual participamos, durante a exposição no Museu Paranaense. A oficina foi realizada por Sheilla e iniciou com uma roda de conversa, com apresentações e discussões sobre ancestralidade. Depois cada participante realizou uma modelagem em argila: uma escultura/sementeira, que uma vez plantada, perde sua característica de forma original, contudo se transformando em algo para além dos suportes tradicionais de arte, e contribuindo para a preservação da flora nativa e tradições alimentares locais, uma vez que as sementes disponibilizadas foram de urucum, jenipapo, maracujá e araucária. Resultando em uma atividade prática que contribuiu de uma maneira distinta para o presente estudo, em especial por se aproximar muito de todos os componentes examinados, não obstante em sua quase

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 9 de 14



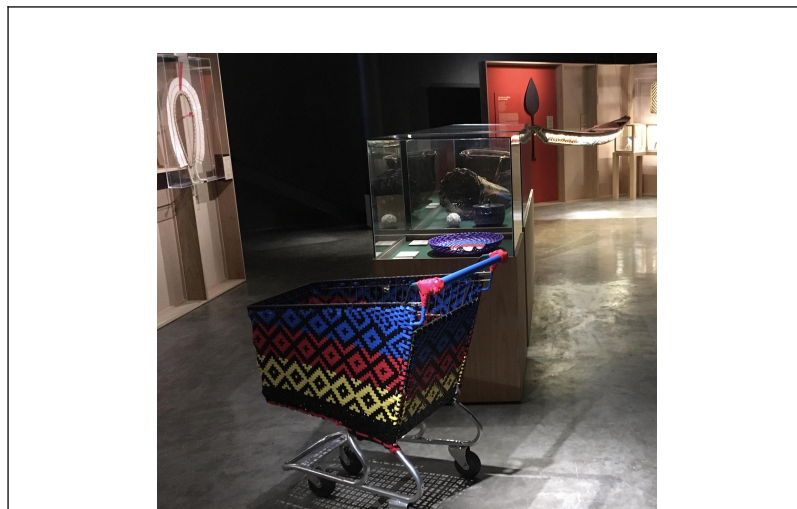
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





totalidade limitada a questão teórica e metodológica, pode se concretizar nesta situação, e concomitantemente desenvolveu-se uma interação com o Coletivo, que resultou no desenvolvimento de um questionário para um aprofundamento dos tópicos explorados, que foi devidamente retribuído e agregou a percepção desses agentes ativos, tanto no contexto artístico quando no âmbito das populações ameríndias. Em sua resposta foram percorridos variados aspectos e conexões entre o viés da sustentabilidade, passando pela multiplicidade dessas artes indígenas, a existência dos artistas miscigenados, referências e atuações dos entrevistados, sobretudo também destacando o que foi chamado pelos mesmos de re-volta.

Imagem 5 – Ępry vĕnkhăpóv (Encruzilhada), 2022. Coletivo Kókir, Luiz da Silva Kaingang e Joaílton da Silva Foság. Carrinho de mercado trançado com fibra sintética. Exposição "Mejtere: histórias recontadas", Museu Paranaense, Curitiba - PR Museu Paranaense, Curitiba - PR.



Fonte: Foto de autoria própria, 2023.

O catálogo da exposição “Mejtere: histórias recontadas” (2023) destaca justamente a questão do “moderno” ou “contemporâneo” assimilado e adaptado às vertentes nativas de pensamento, novamente trazendo o Coletivo Kókir, em sua obra “Ępry vĕnkhăpóv” (Encruzilhada) presente na exposição. A obra apresenta um carrinho de supermercado, adornado com cestaria tradicional, contudo com um material inusitado para esta prática: o plástico, mostrando também essa assimilação do novo e dos materiais atuais da sociedade não



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

indígenas, adaptados para o uso em técnicas ancestrais, Sendo que o carrinho por estar vazio alude ao nome do coletivo, que significa “fome” em Kaingang, indicando uma das mazelas que diversas populações e indivíduos foram subjugados no processo de colonização e de “desenvolvimento” da sociedade secular nacional. A exposição também foi importante para mostrar outro ponto de destaque na causa estudada: a inserção de indígenas no meio acadêmico, uma vez que a curadoria da mesma foi de três estudantes indígenas, que foram selecionados por edital: Camila dos Santos da Silva (Kaingang), Ivanizia Ruiz (Tikuna) e Robson Delgado (Baré), contando com a participação de diversos artistas, entre eles: Denilson Baniwa, Édnina Barbosa Farias, Edgar Kanykô, Fernando Xokleng, Juliana Kerexu, Priscila Tapajowara, Vladmir Kozák e We’e’ena Tikuna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes disponíveis acerca do que convencionou-se chamar de arte indígena, arte contemporânea indígena ou mesmo apenas arte(s), demonstra que tem ocorrido uma visibilidade cada vez maior da causa indígena num sentido mais amplo, mesmo alcançando ambientes considerados mainstream e que dificilmente antes haviam se aberto a possibilidade de perceber a arte de pessoas indígenas como algo recorrente e válido, rompendo com um legado histórico de tratar essa população e suas produções como artefatos ou objetos dignos apenas de coleções e museus etnográficos, basicamente considerando uma cultura morta e indivíduos incapazes de fazer mais do que artefatos e artesanatos.

Diversos são os fatores que podem ter contribuído para essa movimentação mais recente, ainda que não seja o objetivo central da pesquisa apresentada, a análise teórica demonstrou que em anos recentes têm crescido o número de exposições e mostras de arte indígena, trazendo artistas atuantes de vários lugares do Brasil, trabalhando com diversos suportes e mídias, inclusive abrindo espaço para estudantes indígenas fazerem a curadoria de uma exposição que visa também dar aos próprios herdeiros do legado das populações originárias o direito de narrar, selecionar e expor o que percebem como mais relevante para se mostrar em dito espaço, que não em raras situações são guiados despreziosamente para as questões sociais e ambientais.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 11 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





Imagem 6 – Obras em exibição na Exposição "Mejtere: histórias recontadas", Museu Paranaense, Curitiba - PR



Fonte: Foto de autoria própria, 2023.

No decorrer da pesquisa pudemos verificar que o tema da agroecologia não é tratado isoladamente, mas integrado a todas as maneiras de existir, como é próprio de muitas das culturas indígenas. Assim foi a oficina realizada pelo Coletivo Kókir que instigou o público do museu a dar atenção a todo o ciclo de vida e o cuidado com as sementes de plantas presentes em nossa alimentação, que além de exercerem suas funções na cadeia trófica, são essenciais para manutenção e perpetuação dos biomas. Dessa mesma forma percebeu-se a relação das produções artísticas dos artistas estudados, que invariavelmente transpassaram para outras temáticas, externas à própria arte, pensando multidisciplinarmente e com um



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

diálogo que ultrapassa o entorno sociocultural imediato. Comprovou-se também no estudo a inserção das expressões artísticas oriundas das culturas originárias e das “não-tradicionais” (de origem europeizada/ “ocidental”), no geral, no circuito contemporâneo em especial nos últimos anos, sendo que as temáticas ambientais ou de sustentabilidade não são temas raros a aparecerem, direta ou indiretamente. Conclui-se, portanto que a pesquisa comprovou alguns dos apontamentos trazidos na proposta da investigação, e que durante o desenvolvimento surgiram também novas percepções acerca da aplicação dos conceitos de agroecologia no contexto artístico e sobre a percepção dos artistas sobre esse mesmo viés; constatou-se as conexões entre arte e agroecologia no cenário artístico contemporâneo no Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In.: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, RS, v. 1, n. 1, jan./mar., p. 16-35, 2000.

CARLA, Cultures of Anti-Racism Latin America. **Véxoa: Nós sabemos na Pinacoteca de São Paulo e a arte indígena contemporânea no Brasil**. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MoCW6AERCvo&list=PLNJSscgBoVM4giOUG16K5oygKxLqRbFq0H&index=1&t=4s&ab_channel=CulturesofAnti-RacismLatinAmerica-CARLA Acesso em: 01 mar 2023.

Catálogo da exposição “**Mejtere: histórias recontadas**”. Curadoria: Camila dos Santos; Ivanizia Ruiz Guimarães; Robson Chaves Delgado. Curitiba: Museu Paranaense, 2023.

COSTA, Maria da Graça. **Agroecologia, (eco)feminismo e “bem-viver”**: emergências descoloniais no movimento ambientalista brasileiro. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress. Florianópolis, 2017

ESCOBAR, Ticio. **La belleza de los Otros - Arte indígena del Paraguay**. RP Ediciones: Asunción, 1993.

INSTAGRAM. @coletivokokir **Coletivo Kókir**. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CrijSStKgl/?igshid=NzZhOTFIYzFmZQ==> Acesso em: 4 mai. 2023

LAGROU, Els. Arte ou artefato? Agência e significado nas artes indígenas. In: LAGROU, Els. **Arte Indígena no Brasil Agência, Alteridade e Relação**. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 13 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

MARIANO, Juliana Kerexeu; GRAÇA, Rodrigo. **As comunidades indígenas do litoral do Paraná: Nhande Mbya Reko, Nosso Jeito de Ser Guarani**. Editora UFPR, Curitiba, 2019. Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/maiscultura/download/2020/Indigenas.pdf>. Acesso em: 08 nov 2022.

MUPA. **Eu Memória, Eu Floresta: História Oculta**. 2021. Disponível em: <https://www.museuparanaense.pr.gov.br/Pagina/Eu-Memoria-Eu-Floresta-Historia-Oculta> Acesso em: 22 ago. 2023

NORDER, Luiz Antonio. **Agroecologia em terras indígenas no Brasil: uma revisão bibliográfica**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 291-329, jul./dez. 2019. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/212834/1/Norder-et-al-agroecologia-em-terras-indigenas.pdf>. Acesso em: 08 nov 2022.

PEITA. **Lute como uma garota Kaingang - Camila dos Santos**. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/1JUTCYToPak?si=TuVmfTxM852dwGkb> Acesso em: 20 jul. 2023

SANTIAGO, Debora. **Defesa de Doutorado em Artes Visuais**. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MuedlVMi8jk&t=2438s&ab_channel=DeboraSantiago Acesso em: 01 mar 2023.

SANTIAGO, Debora. **Natureza, alimento e cores: arte, educação e agroecologia em ações com público**. Revista ouvirOUver, v.17, n.2. p. 359-374. jul./dez. 2021

TERENA, Naine (curadoria); MUNDURUKU, Daniel et al. (textos). **Véxoa: Nós sabemos. Catálogo da exposição**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2020.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 14 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





LINGUÍSTICA TEXTUAL, LETRAMENTO E ENSINO: A ESCRITA EM CONTEXTO ACADÊMICO

Mateus Ribeiro de Lima – (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranaguá, mateus.libras2@gmail.com

Daniela Zimmermann Machado- Orientadora
Unespar/Campus Paranaguá, daniela.machado@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

A escrita, de modo geral, desde seu surgimento e evolução ao longo do tempo, sempre teve seu lugar de prestígio e soberania em termos de “linguagem ideal” e como principal ferramenta quando se trata de domínio da língua. De fato, o domínio de uma boa escrita faz com que tenhamos mais destaques nos ambientes que cobram uma escrita mais estruturada, clara e bem concisa, isto não ocorre diferente no campo universitário, pois na maioria das universidades é esperado que os alunos já possuam um grau de letramento mais elevado. Em contrapartida, a realidade é bem distante do imaginado, os discentes apresentam dificuldades e não familiaridade com os gêneros acadêmicos, que acabam se tornando um primeiro obstáculo a ser enfrentado nesta trajetória.

A iniciação à vida acadêmica é tida como um pontapé inicial para a garantia de uma excelente carreira profissional, que futuramente será adquirida com anos de estudos e tempos direcionados para que isto aconteça, porém, muito antes de receber o tão sonhado diploma, o aluno se depara com uma “barreira” que atormenta e paralisa a maioria dos que ingressam na academia: a escrita acadêmica.

Este processo de inserção ao meio acadêmico nos garante uma percepção de como os alunos encontram dificuldades com a escrita exigida e os gêneros que circulam no campo científico. Diversos fatores influenciam nas baixas performances dos discentes em relação à escrita de textos dessa esfera, e é este o objetivo deste artigo, mapear quais são as dificuldades e dúvidas dos alunos com a produção dos trabalhos da academia, em relação à estrutura, à



organização e à criação de conteúdos propostos/ ou ao desenvolvimento de produção textual. Também investigar relações e aspectos “extra-acadêmicos” que podem influenciar neste déficit no que diz respeito à escrita do aluno.

Tomando como ponte de partida essas reflexões, a presente pesquisa parte de leituras teóricas e de leituras/análises de materiais voltados ao ensino da produção de gêneros acadêmicos. Foram acessados os seguintes materiais: Leitura, oralidade e escrita: práticas acadêmicas (Gusso et al., 2022), Planejar gêneros acadêmicos (Machado, Lousada e Tardelli, 2005), Leitura e produção textual (Köche, Boff e Marinello, 2010), Escrever na universidade (Vieira e Faraco, 2019). Após esse estudo, propomos um encontro/uma conversa/ um bate papo com alunos estudantes da universidade, convidamos todos os alunos interessados. Nossa intenção era a de que, com base nessa conversa inicial, pudéssemos pensar em alternativas para sanar as dificuldades relacionadas à escrita acadêmica. Almejamos, de início, auxiliar estudantes envolvidos com a Iniciação Científica. A partir desse encontro, propomos uma oficina de escrita acadêmica, enfocando estudos dos gêneros textuais, da argumentação e aspectos formais da língua.

A pesquisa realizada trouxe reflexões importantes sobre o trabalho com o letramento acadêmico e sinalizou para a importância de um espaço para a prática da escrita no ambiente acadêmico. É de suma importância que se ofereça oficinas de escrita acadêmica para estudantes de diferentes áreas, atentando-se às diferenças de cada especificidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para compor o corpus deste trabalho foram realizadas práticas de escrita e leitura acadêmica com os alunos, estas práticas foram divididas em dois momentos: primeiramente com uma roda de conversa e, depois, uma oficina baseada nos dados deste primeiro encontro.

A roda de conversa realizada no dia onze de maio deste ano, teve como intuito ouvir dos alunos os seus respectivos problemas que encontram na universidade, em relação aos gêneros acadêmicos e suas produções. Quase que de forma unânime, os discentes relataram ter muita dificuldade na escrita dos textos que são propostos, muitos disseram que é pela “não familiaridade com os gêneros dessa natureza” e outros que é “um reflexo do ensino básico, pela pouca atenção dada a esses textos de cunho científico nesta etapa que antecede o nível



superior”. Afirmam ainda que “não ter um hábito de leitura influencia na hora da escrita”, pois suas bagagens de referências e vocabulários ficam limitados a uma escrita redundante e sem muita presença de articuladores que possam manter o texto coeso e coerente, podendo, assim dizer, que a escrita coerente fica comprometida.

Com base nos dados coletados a partir deste encontro, foi elaborada uma oficina de escrita acadêmica que suprisse as necessidades dos alunos e auxiliasse na construção do conhecimento no que diz respeito à produção e à estruturação textual. Para ter como base teórica na construção da oficina, algumas leituras e reflexões foram feitas a partir de materiais voltados para produção, leitura e ensino de gêneros acadêmicos. Partiu-se dos seguintes materiais: *Leitura, oralidade e escrita: práticas acadêmicas*, de Angela Gusso, et al. (2022); *Planejar gêneros acadêmicos*, de Machado, Lousada e Tardelli (2005); *Leitura e produção textual*, de Kochë, Boff e Marinello (2010) e *Escrever na universidade*, de Vieira e Faraco (2019). Com todo esse aporte teórico que auxiliou em construir e organizar os conteúdos, a oficina manteve o foco na escrita acadêmica e foi dividida em cinco módulos, sendo cada módulo independente que possui temas diferentes, porém que giram em torno de uma temática geral que é a escrita acadêmica.

O primeiro encontro teve como tema introdução à escrita acadêmica, aqui discutimos sobre uma visão geral do que é escrita acadêmica e qual sua relevância para a formação do sujeito letrado. Também foi trabalhado sobre a diferença entre letramento acadêmico e escrita acadêmica, as características desta escrita, como também a estrutura básica de um texto crítico acadêmico. Em diversos momentos, os alunos pontuaram suas dúvidas sobre o tema e ao longo do encontro elas foram sendo sanadas por meio de exemplificação e participação ativas dos participantes.

No segundo módulo, denominado clareza e coesão, trabalhamos as definições destes conceitos trazendo exemplos para melhor entendimento do assunto, como também a importância dos conectivos coesivos, os tipos de coesão, definição de ambiguidade/vaguidade e como evitá-los no texto científico, a coerência na estrutura lógica do texto e o uso correto de conectores e transições. Neste módulo, foi proposta uma atividade em que eles deveriam desfazer as ambiguidades das orações e se eles conseguiam reconhecer essas ambiguidades. Obviamente essa atividade foi realizada sempre procurando discutir sobre a



característica dos gêneros e sobre como problemas de ambiguidade comprometem a coerência do texto.

No terceiro encontro, vimos sobre a construção de argumentos e como fazemos para identificá-los no texto, como se desenvolve uma tese central, como apresentar evidências/exemplos relevantes e como utilizar estratégias de persuasão na escrita acadêmica.

O quarto encontro teve como tema as normas e estilos de referências, em que foi estudado um pouco sobre as entidades que trabalham com as regras/normas e formatações dos documentos como: ABNT, APA, MLA e entre outros. Outro aspecto estudado foram os das citações diretas e indiretas e como inseri-las de forma correta no texto e também como fazer as referências bibliográficas com auxílio de programas e sites que ajudam como deve ser feita essas referências.

No último módulo, intitulado colocando a mão na massa, foi apresentado um pouco sobre como escrever, organizar e estruturar uma resenha acadêmica utilizando tudo aquilo que estudamos nos encontros anteriores, principalmente na construção do argumento e como embasar as ideias e opiniões para que a resenha seja convincente e persuasiva. Foi solicitado aos alunos que fizessem uma resenha sobre o filme A origem (2010), de Christopher Nolan, com o objetivo de se familiarizarem com o gênero proposto, utilizando um objeto de análise mais próximo a eles.

Após a leitura das resenhas, é nítido como os alunos ainda não compreendem direito como funcionam os conectores coesivos que fazem as ligações entre as orações para que o texto seja coeso, porém, a maioria manteve a coerência do texto, souberam passar a ideia do que foi proposto e ainda mantiveram a argumentação presente no texto, mostrando assim a criticidade da resenha. Durante os cinco encontros alguns alunos foram abandonando a oficina, começamos com um total de dezoito alunos inscritos, porém só sete permaneceram até o final e fizeram todos os módulos. Esse fato nos mostra também um pouco do desinteresse por parte dos discentes pela prática acadêmica e o aprimoramento das habilidades linguísticas, que podem ocasionar futuramente frustrações com a escrita que é exigida neste campo científico. O papel da escrita acadêmica vai muito além do “saber escrever bonitinho” como muitos dizem, ela está intrinsecamente ligada ao papel social que o sujeito letrado adquire por meio dela, e suas contribuições para o campo epistemológico com produções de artigos, ensaios,



monografias e etc. Ampliando ainda mais o campo científico e auxiliando na construção do indivíduo pesquisador.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para que possamos entender e discutir os dados que compõe o corpus deste trabalho, antes, precisamos delinear alguns conceitos e bases teóricas que articulam essa pesquisa, como: letramento, letramento acadêmico e gêneros acadêmicos.

Entende-se por letramento o domínio da escrita e leitura nas práticas sociais em seus determinados âmbitos, que necessitam de uma linguagem apropriada em cada lugar. Segundo Soares (2004, p.36) “[...] a pessoa que aprende a ler e a escrever – que se torna *alfabetizada* – e que passa a fazer o uso da leitura e escrita, a envolver-se nas práticas sociais de leitura e escrita – que se torna *letrada*.” Portanto, a forma de utilização dessas habilidades de leitura e escrita nas práticas do dia-a-dia é que vai definir as noções de letramento de cada um. Neste mesmo viés, Terra (2009, p.37) diz que o letramento está ligado ao processo “de investigação da escrita”. Afirmar ainda:

Em sua acepção mais genérica, pode-se dizer que o campo de estudos referidos ao letramento preocupa-se fundamentalmente com investigações sobre a escrita, seus usos, suas funções e seus efeitos tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. Pela própria amplitude e imbricações que o conceito oferece, o letramento é tido hoje como um fenômeno social complexo e heterogêneo. Tais características se justificam principalmente quando levamos em conta que, na investigação dos elos entre escrita, sociedade e indivíduo, são colocadas em pauta inúmeras e importantes questões, de diversas ordens, que, por sua vez, tornam-se objeto de análise sob diferentes pontos de vista. Desse modo, são múltiplas as implicações, teóricas, empíricas, profissionais e políticas, que têm engajado pesquisadores e estudiosos, de variadas áreas do conhecimento, em um vigoroso debate, genuinamente interdisciplinar, em busca de caminhos que possam lançar luz ao balizamento desse campo de estudos. (TERRA, 2009, p.37).

Nesta perspectiva, podemos observar como a escrita e suas funções estão intrinsecamente ligados aos seus efeitos causados nos indivíduos e na sociedade e como elas reverberam ao longo do tempo. Seguindo esta linha de raciocínio sobre o letramento e as práticas sociais, Marcuschi (2010) pontua:



O letramento (*literacy*), enquanto prática social formalmente ligado ao uso da escrita, tem uma histórica e rica multifacetada (não linear e cheia de contradições) ainda por ser esclarecida [...]. Numa sociedade como a nossa, a escrita, como manifestação formal dos diversos tipos de letramento, é mais do que uma tecnologia. Ela se tornou um bem social indispensável para enfrentar o dia a dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Neste sentido, pode ser vista como essencial para à própria sobrevivência no mundo moderno. Não por virtudes que lhe são imanentes, mas pela forma que se impôs e a violência com que penetrou nas sociedades modernas e impregnou as culturas de um modo geral. Por isso, friso que ela se tornou indispensável, ou seja, sua prática e avaliação social a elevaram a um status mais alto, chegando a simbolizar, educação desenvolvimento e poder. (MARCUSCHI, 2010, p.16-17)

Marcuschi nos traz também um olhar voltado as práticas de letramento, como multifacetada e com diversas formas de realizações em diferentes âmbitos e contextos. Neste mesmo prisma, Terra (2019) ressalta sobre estas características mutáveis do letramento, afirmando assim:

A característica multifacetada e intrincada do conceito de letramento pode ser identificada, ainda, pela variedade dos tipos de estudos que se enquadram nesse domínio. Como esclarece Kleiman (2001[1995]), se o objeto de estudos de um trabalho sobre letramento tem como finalidade identificar a capacidade que têm sujeitos alfabetizados *versus* sujeitos analfabetos de refletir sobre a própria linguagem (por exemplo, ao falar de palavras, sílabas e assim sucessivamente), decorre que, para esse pesquisador, ser letrado significa ter desenvolvido e usar uma capacidade metalinguística em relação à própria linguagem. (TERRA, 2009, p.38)

Desta forma, entendemos que o sujeito letrado é aquele que domina as habilidades de formam o letramento e utiliza para entender a própria linguagem, como uma capacidade metalinguística para entendimento e aquisição de conhecimento linguístico.

Na universidade, este conjunto de habilidades (leitura, escrita, interpretação, oralidade e pesquisa) é chamado de letramento acadêmico. O nível de refinamento na construção e execução dos gêneros propostos é maior, logo, a dificuldade também aumenta, pois, a demanda de trabalhos é constante e os tipos de textos apresentam uma linguagem mais técnica e científica em suas estruturas. De fato, essas habilidades são de suma importância para o discente na vida acadêmica, porém não são somente esses aspectos que formam um sujeito letrado. De acordo com Assis et al. (2015, p.11), “Não se trata apenas de aprender a



ler e escrever em situações diferentes e em evolução (no mundo acadêmico e, posteriormente, em outras instâncias), mas também de aprender a pensar e agir por meio da escrita[...]”. Neste caso, o letramento acadêmico é disposto de aspectos que envolvem a interação do sujeito com o meio acadêmico, professores, colegas e os gêneros textuais que ali se encontram, formando assim uma teia de relações que se interligam para que suas habilidades de letramento sejam efetivamente eficazes em prática.

A dificuldade dos alunos referente à escrita na academia está nitidamente ligada à falta de familiaridade com os textos que são propostos e cobrados neste meio, é possível que seja um reflexo da educação básica, que não tem como foco o contato desde cedo entre o aluno e as práticas de letramento acadêmico, como a produção de resenhas, resumos, projetos de pesquisa, ensaios e dentre outros trabalhos de cunho científico. Como afirma Marinho (2010):

Sabemos, no entanto, que os gêneros acadêmicos não constituem conteúdo e nem práticas preferenciais nas escolas de ensino fundamental médio. A leitura e a escrita de gêneros de referência na academia – artigos, teses, monografias, dissertações, resenhas acadêmicas, entre outros – são realizadas, de preferência, na universidade, porque é nessa instituição que são produzidos, por necessidades próprias, esses gêneros. (MARINHO, 2010, p.366).

Dentre essa problemática da falta de inserção dos gêneros acadêmicos no ensino básico, a escrita é o principal recurso linguístico a ser afetado futuramente na universidade. O não conhecimento das estruturas textuais e do tipo de linguagem adequado para cada gênero textual, acaba se tornando um empecilho na hora da escrita, e surgem dificuldades como: a utilização de conectivos coesivos, construção de argumentação e uso de operadores argumentativos, citação e referenciação e dentre outros elementos de construção textual, como visto na oficina, em que os alunos apresentaram maior dificuldades nos aspectos internos do texto, como por exemplo: na estruturação e conexão entre as orações, na falta de utilização de operadores argumentativos e na omissão dos elementos de coesão que fazem com que o texto não tenha fluidez e conexão entre as informações, comprometendo assim a coesão textual.

Para isso, teremos como base o modelo de letramento acadêmico por sobreposição de três perspectivas; a) modelo de habilidades de estudo, b) modelo de socialização acadêmica e



c) modelo de letramento acadêmico, de Lea e Street (1998, 1999), que traz esses modelos não de forma exclusiva e individualizada, mas sim de maneira sobreposta, em que as três perspectivas se complementam e ajam de maneira uniforme nas práticas acadêmicas. O primeiro modelo, intitulado de *habilidades de estudo*, visa as práticas de letramento como única para cada sujeito, individual no sentido cognitivo e no seu processo internalizado de construção do conhecimento. Conforme supõe os autores Lea e Street (1998, 1999, p.479), neste modelo os alunos podem “[...] transferir seu conhecimento de escrita e letramento de um contexto para outro sem quaisquer problemas.”, de maneira a conseguir utilizar suas habilidades em outros âmbitos e situações sociais.

No segundo modelo, chamado *socialização acadêmica* tem como foco a interação do estudante com o letramento acadêmico e o contato e intimidade com os gêneros e discursos ligados as temáticas e disciplinas, uma vez que o aluno adquire essas habilidades de fala, escrita, pensamento e ação voltados para campo acadêmico por meio desta “aculturação” ao ambiente acadêmico (Lea e Street, 1998, 1999).

O terceiro modelo, intitulado *letramento acadêmico*, traz-nos a parte epistemológica no processo de aquisição do conhecimento como principal aspecto a ser desenvolvido, como também a construção de identidade, poder, autoridade e produção de sentido, voltados para o caráter institucional no que se refere a noção de conhecimento em qual instância acadêmica (Lea e Street, 1998, 1999). Nesta perspectiva, os autores afirmam:

Assemelha-se, em muitos aspectos, ao modelo de socialização acadêmica, exceto pelo fato de considerar os processos envolvidos na aquisição de usos adequados e eficazes de letramento como mais complexos, dinâmicos, matizados, situados, o que abrange tanto questões epistemológicas quanto processos sociais incluindo: relações de poder entre pessoas, instituições e identidades sociais. (LEA e STREET, 2014, p.479).

Neste sentido, os três modelos sobrepostos são muito eficazes para entender como funciona o processo e as práticas de letramento dentro da esfera acadêmica, como também as ações individuais dos estudantes em contato com os gêneros, pois auxiliam neste processo de descobertas e familiarização do estudante com os objetos de conhecimento científico e prático na universidade. Afirmamos ainda que esses modelos contribuíram significativamente para a realização da presente pesquisa. Desta maneira, pautamos nosso trabalho prático de sondagem



das vivências e experiências dos discentes, no que diz respeito ao contato com a linguagem acadêmica e as dificuldades que encontram quando se trata de textos de diferentes gêneros acadêmicos que precisam ser escritos e apresentados a partir destes modelos sobrepostos de letramento acadêmico de Lea e Street (1998, 1999), utilizando suas conexões, porém com um olhar mais social e prático nas criações dos estudantes e suas interações com o campo epistemológico, voltado para a formação do sujeito letrado no que diz respeito a produção textual e leitura de gêneros científicos/acadêmicos.

Com base nas produções textuais dos alunos participantes da oficina, fica nítido como os discentes do curso voltado para área de exatas possuem uma dificuldade ainda maior em relação a escrita e estruturação de um texto. Mesmo com um módulo com ênfase na escrita de uma resenha e com as orientações extras para uma melhor elaboração do texto, estes alunos apresentaram muita dificuldade em aspectos simples em um processo de elaboração textual, como manter uma estrutura básica na hora da escrita; introdução, desenvolvimento e conclusão, também em manter uma conexão e progressão lógica das informações, não respeitando a estrutura do gênero solicitado. É evidente que o déficit destes alunos está ligado ao fato de que em sua área de atuação (exatas), o processo de escrita textual é pouco ou quase nunca trabalhado, especificamente para a escrita do trabalho de conclusão de curso (TCC). Já os alunos da área de humanas (Letras e História), demonstraram um maior domínio da escrita acadêmica, obedecendo a estrutura do gênero e utilizando de forma correta os conectivos coesivos, dando assim fluidez para o texto e mantendo uma boa linguística textual, mas claro com alguns pontos a serem melhorados ao longo da vida acadêmica.

De fato, a metodologia adotada pelos colegiados no que diz respeito ao letramento acadêmico dos discentes, influencia em seus desempenhos na realização dos trabalhos e na construção do indivíduo letrado, pois não existe somente um caminho para se trabalhar o letramento. É claro que os cursos voltados para área de humanas vão ter uma atenção maior na questão da escrita acadêmica e o domínio dos gêneros discursivos acadêmicos/científicos.

Segundo os autores Bezerra e Ledô (2019) a noção de letramento é plural e não universal. Os estudiosos afirmam:

Um aspecto da complexidade da noção de letramento é que se trata de múltiplos letramentos, e não de um letramento único e universal. [...] Por



exemplo, não é comum lidarmos com textos literários e com textos da área de engenharia com idêntica desenvoltura. Os letramentos, portanto, são complexos e decididamente plurais (BEZERRA e LEDÔ, 2019, p.176).

Desta forma, podemos dizer que o processo de letramento é mutável e multifacetado, pois vai depender de seu contexto acadêmico e de suas diferentes maneiras de aquisição para diferentes finalidades, como vimos no caso dos alunos de diferentes disciplinas que participaram da oficina de escrita acadêmica. Foi perceptível que os alunos de determinado curso absorveram melhor o conteúdo e sua aplicação do que de outro curso, que não está acostumado com este tipo de gênero textual. O fato é que o letramento ocorre de formas diversas dependendo de seu contexto e de sua finalidade, por isso podemos dizer que existem “letramentos” e não um único “letramento”. Tenhamos como exemplo um aluno de um determinado curso, ele passa a ter contato com os tipos de escrita e de gêneros pertencentes aquele curso e começa a demonstrar domínio destas habilidades, então ele passa a ser letrado neste aspecto, porém, se o mesmo migrar para outro colegiado de uma área totalmente diferente da anterior, apesar de todo seu conhecimento adquirido e suas habilidades de letramento, ele terá que adaptar e buscar letrar-se novamente, pois a finalidade do letramento naquele determinado curso é diferente do letramento que ele já tinha adquirido. Com isso, vimos que até mesmo em uma mesma esfera, o letramento toma seu sentido plural e se faz “letramentos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhando para as práticas acadêmicas podemos notar como o letramento acadêmico é importante para vida universitária e profissional do estudante. É a partir do domínio destes aspectos de leitura, escrita e produção de gêneros acadêmicos, que o discente garante a segurança para continuar no ramo científico e se tornar um indivíduo pesquisador.

Muitas barreiras acabam desmotivando os estudantes pela busca do domínio do letramento acadêmico. A não familiaridade com os gêneros, a falta de prática deste tipo de escrita e fatores externos relacionados a condições sociais e financeiras, acabam sendo fortes agravantes para que os recém chegados na universidade desistam da vida acadêmica, por ser “muito difícil”. Até mesmo veteranos sentem a necessidade aprender um pouco mais sobre



as práticas acadêmicas, especificamente relacionado a escrita acadêmica, pois na maioria dos cursos não existe na grade, uma disciplina que supra essa necessidade dos alunos, que auxilie nas produções destes textos acadêmicos.

A pesquisa levantou questões a serem refletidas em relação ao trabalho de letramento acadêmico na universidade. Com base nos dados coletados na oficina de escrita acadêmica foi possível visualizar um panorama não tão positivo nas produções dos alunos, principalmente dos discentes da área de ciências exatas, que não possuem uma constância na elaboração gêneros discursivos e na prática de escrita acadêmica. O Presente trabalho sinalizou a importância da implementação de projetos, oficinas e grupo de estudos, relacionados a prática de escrita acadêmica e elaboração dos diversos gêneros textuais para diversas áreas, abrangendo as demais especificidades, para assim, suprir esse déficit que hoje encontramos na universidade.

A “aculturação” ao meio acadêmico através de projetos e oficinas é essencial para complementar o currículo dos discentes e suprir as lacunas que muitas vezes a entidade deixa de ofertar em suas grades. A criação destes mecanismos vai além de um auxílio aos estudantes, ele carrega também um viés crítico, fazendo com que a universidade se atente às deficiências no processo de letramento acadêmico e passe a pensar no estudante como um indivíduo pesquisador, crítico e letrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Juliana Alves; BOCH, Françoise; RINCK, Fanny. **Letramento e formação universitária: formar para a escrita e pela escrita**. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

BEZERRA, Benedito Gomes; LEDÔ, Amanda Cavalcante de Oliveira. Gêneros acadêmicos e processos de letramento no ensino superior. *In*: PEREIRA, Regina Celi Mendes (org.). **Escrita na universidade Panoramas e Desafios na América Latina**. João Pessoa: UFPB, p. 172-201, 2019.

GUSSO, Angela Mari Chanoski et al. **Leitura, oralidade e escrita: práticas acadêmicas**. Curitiba, PR: Lintera Editorial, 2022.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

KLEIMAN, A. B. Avaliando a compreensão: Letramento e discursividade nos testes de leitura. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF**. São Paulo: Global, p. 209-225, 2001.

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; MARINELLO, Adiane Fogali. **Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumento do expor**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LEA, Mary R.; STREET, Brian V. **O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações**. *Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 477-493, jul./dez. 2014.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA Eliene; TARDELLI, Lília Santos Abreu. **Planejar gêneros acadêmicos**. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MARINHO, Marildes. **A escrita nas práticas de letramento acadêmico**. *RBLA*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 363-386, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala pra escrita atividades de retextualização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TERRA, M. R. **Letramentos em língua materna & relações de plurilinguismo na aula de inglês**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Instituto de Estudos da Linguagem. Unicamp, Campinas, SP, 2009.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade: fundamentos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 12 de 12



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





TEORIA DA ATIVIDADE E TEORIA DA DEPENDÊNCIA: APORTES PARA DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO LINGUÍSTICA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Matheus Gabriel Ibba Camargo e Silva - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Campo Mourão, matheusibba@hotmail.com

Alessandra Augusta Pereira da Silva - Orientadora
Unespar/*Campus* Campo Mourão, aleunesparcm@gmail.com

Antônio Carlos Aleixo - Coorientador
Unespar/*Campus* Campo Mourão, carlos.aleixo@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

A internacionalização é um fenômeno característico do Ensino Superior. Um dos eixos para se alcançar esse fenômeno é o da capacitação linguística, que, nas universidades, está atrelado às Políticas de Capacitação Linguística (PCL). De acordo com Garzez e Schulz (2016), as PCL visam a capacitação em línguas, maternas ou não, de modo a permitir intercâmbio linguístico entre comunidades acadêmicas de diferentes universidades em países diferentes.

É importante ressaltar que o aspecto econômico está bastante relacionado às PCL. Como a internacionalização está ligada ao processo de globalização - fenômeno de expansão mundial das relações econômicas - as políticas linguísticas estão submetidas às decisões do mercado. Nesse sentido, as línguas são percebidas *commodities*, sendo ora valorizadas, ora desvalorizadas. Nas universidades, as PCL são implantadas por meio de parcerias de convênios e parcerias nacionais e internacionais, o que comprova a influência do mercado na formulação das políticas linguísticas.

No caso das universidades brasileiras, os órgãos superiores implicam nas PCL, o que influencia a criação de programas e projetos de capacitação linguística relacionados ao



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

processo de internacionalização dos Institutos de Ensino Superior (IES). Diante dessa realidade, percebemos alguns questionamentos sobre o papel da universidade em relação aos órgãos financiadores e ao modo como os IES desenvolvem capacitação linguística em seus programas e projetos. Assim sendo, investigar as PCL, a partir da Teoria da Atividade (TA) e da Teoria da Dependência significa conhecer, de modo científico, o papel que a universidade brasileira ocupa na sociedade de um país latino-americano, que é concebido como periférico no mercado mundial, assim como outros países da América Latina.

A partir dos fatos apresentados, como objetivo geral desta pesquisa, buscamos refletir sobre políticas de capacitação linguística em uma universidade do estado do Paraná a partir da Teoria da Atividade e da Teoria da Dependência. A universidade selecionada foi a Universidade Estadual do Paraná (Unespar). A partir deste objetivo, foram delimitados os específicos, a saber, i. realizar um levantamento bibliográfico sobre a Teoria da Atividade e Teoria da Dependência; ii. identificar programas e projetos de capacitação linguística atuais da Unespar; e iii. analisar os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) e a natureza dos programas e projetos de capacitação linguística a partir do aporte teórico definido na pesquisa.

O artigo está dividido em quatro partes: i. introdução, ii. materiais e métodos, iii. resultados e discussões (divididos em três seções) e iv. considerações finais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Neste trabalho de natureza qualitativa e bibliográfica, realizamos uma retomada a dois Projetos de Iniciação Científica (PICs) anteriores que tratavam das PCL da Unespar (SILVA; SILVA, 2021¹, 2022), com o objetivo de revisitar a bibliografia da Teoria da Atividade (ASBAHR, 2005; LEONTIEV, 1978; MORAES, 2008) e da Teoria da Dependência (MARINI, 2000, 2013). Realizamos leituras de outros teóricos da Dependência, a saber, Fernandes (1975, 2008, 2020) e Ouriques (2015, 2017), além de ler sobre a vertente da Colonialidade do poder (QUIJANO, 1992). Para cumprir o primeiro objetivo específico, elaboramos estudos sobre as duas teorias com base nos teóricos já elencados neste parágrafo.

¹ Este faz parte de um relatório de pesquisa não publicado, mas enviado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG /Unespar, para comprovar as atividades realizadas no Programa de Iniciação Científica e Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PIC-PIBITI 2020-2021.



Para o segundo objetivo específico, escolhemos a Unespar como instituto analisado nesta pesquisa devido a PICs anteriores que tinham as PCL da universidade como objeto de análise. Realizamos uma última busca em fevereiro de 2023 no *website* da instituição e elencamos os programas e projetos lá apresentados.

Para o terceiro objetivo específico, analisamos a natureza dos programas e projetos de capacitação linguística da universidade a partir de procedimentos de análise de Bronckart (1999), da corrente teórica do Interacionismo Socio-discursivo (ISD). O referido autor concebe a organização de um texto em níveis “folhados” que, no total, são três, a saber, infraestrutura geral do texto, mecanismos de textualização e, por fim, mecanismos enunciativos. Em nossa análise, focamos no último folhado, que lida com diferentes vozes materializadas por meio da linguagem no texto. No que concerne ao específico da materialização, Bronckart (1999) afirma que os mecanismos enunciativos manifestam posicionamentos das vozes sobre uma determinada temática presente no texto.

Sobre as vozes ainda, Bronckart (1999) afirma que existem três tipos. O primeiro tipo pertence ao autor empírico, ou seja, é a voz de quem escreveu, de fato, o texto. A segunda categoria faz parte das sociais, isto é, “vozes de outras pessoas ou de instituições humanas exteriores ao conteúdo temático do texto” (BRONCKART, 1999, p. 130). O terceiro tipo pertence às vozes de personagens que estão imbricados no texto. Todos esses tipos de vozes podem ser identificados por inferência durante a leitura do texto.

Além disso, há as modalizações, que são os mecanismos enunciativos capazes de expressar avaliações das vozes e que, segundo Bronckart (1999), são classificadas em quatro tipos: lógicas, deônticas, apreciativas e pragmáticas. A primeira dessas expressa “julgamentos sobre o valor de verdade das proposições enunciadas, que são apresentadas como certas, pessoais, prováveis, improváveis, etc.” (BRONCKART, 1999, p. 132). Já o segundo tipo de modalização avalia “o que é enunciado à luz dos valores sociais, apresentando os fatos enunciados como (socialmente) permitidos, proibidos, necessários, desejáveis, etc.” (*Ibid.*, p. 132), ou seja, são expressas avaliações de valor social sobre um conteúdo que é concebido como norma social. A modalização apreciativa, por sua vez, encarna “um julgamento mais subjetivo, apresentando os fatos enunciados como bons, maus, estranhos, na visão da instância que avalia” (*Ibid.*, p. 132). Finalmente, a última classificação das modalizações, as



pragmáticas, “introduzem um julgamento sobre uma das facetas da responsabilidade de um personagem em relação ao processo de que é agente, principalmente sobre a capacidade de ação (o poder-fazer), a intenção (o querer-fazer) e as razões (o dever-fazer)” (*Ibid.*, p. 132).

Além de Bronckart (1999), usamos Althusser (1985) para fundamentar a análise no que concerne aos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Segundo este autor, os AIE, instituições públicas ou privadas como igrejas, escolas, sindicatos, meios de comunicação e centros culturais, funcionam pela propagação de uma ideologia do Estado. Estado este que é, em alguma medida, controlado por classes dominantes de ideologia capitalista da sociedade.

Althusser (1985) alega que a escola é o AIE mais influente entre todos, porque é uma instituição social obrigatória e presente no cotidiano das crianças, além de ser um órgão formador para a sociedade. Segundo o referido autor, são aprendidos “alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados [...]” (ALTHUSSER, 1985, p. 80), ou seja, na escola as crianças são ensinadas conforme um currículo moldado e planejado pela ideologia das classes dominantes, conservando, assim, as relações de exploração capitalista desde a infância.

Althusser (1985) também evidencia que, após o período de formação escolar, os jovens entram para o mercado de trabalhista capitalista e reproduzem papéis sociais para se enquadrar na sociedade desse mercado. O autor francês ressalta que as pessoas podem ser: pequenos operários assim que saem da escola, prosseguir nos estudos para compor empregos pequenos e médios e, por fim, terminar o percurso dos estudos e se tornar um agente da exploração, repressão ou de profissionais da ideologia.

Ressaltamos, aqui, que as universidades são concebidas como um AIE, visto que são necessárias e presentes para a formação profissional e laboral de jovens adultos, configurando-os para o mercado de trabalho capitalista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Trazemos, agora, a discussão dos resultados da pesquisa, tendo em vista seus três objetivos específicos, já explicitados na introdução.



REALIZAÇÃO DE UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A TEORIA DA ATIVIDADE E TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Nesta seção, apresentamos os resultados do levantamento bibliográfico sobre as teorias da Atividade e da Dependência.

Teoria da Atividade

Asbahr (2005) afirma que a atividade é a essência de um sujeito, ou seja, “é a unidade da vida que orienta o sujeito no mundo dos objetos” (ASBAHR, 2005, p. 109); portanto, é condição norteadora dos sujeitos e em suas relações entre si e para com o mundo. A referida autora também aponta que há três elementos fundamentais da TA, que são necessidade, objeto e motivo. Para a atividade ocorrer é necessário que o primeiro elemento, decorrente de uma vontade, de um desejo, seja biológico, ou intelectual, seja causado por meio do segundo, gerando, assim, o terceiro; isto é, a articulação entre necessidade e objeto gera o motivo da atividade. Nas palavras de Asbahr (2005, p. 110): “Uma necessidade só pode ser satisfeita quando encontra um objeto; a isso chamamos de motivo. O motivo é o que impulsiona uma atividade, pois articula uma necessidade a um objeto. Objetos e necessidades isolados não produzem atividades, a atividade só existe se há um motivo”.

Além disso, em relação às necessidades, no decorrer da história, elas sofreram mudanças: do biológico ao cultural. No começo, eram voltadas para a subsistência e sobrevivência humana, mas, conforme a civilização se formava, as necessidades passaram a se associar à cultura, que é fruto das atividades humanas, e a apropriação de elementos culturais (MORAES, 2008). Segundo Moraes (2008), quando os sujeitos se apropriam da cultura, eles desenvolvem instrumentos, que são objetos sociais nos quais se cristaliza a experiência histórica humana (LEONTIEV, 1978). Usando esses instrumentos, os sujeitos conseguem interagir entre si e com o mundo. E para que ocorra apropriação da cultura, é necessário, segundo Leontiev (1978), a mediação, ou seja, um processo ativo que envolve o ensino de um sujeito ao outro. O referido autor alega que a criança, um ser humano em



desenvolvimento, só se torna humana, de fato, quando adquire a cultura, esta que só pode ser ensinada de um homem a outro:

A criança não está de modo algum sozinha em face do mundo que a rodeia. As suas relações com o mundo têm sempre por intermediário a relação do homem aos outros seres humanos; a sua atividade está sempre inserida na comunicação [...] As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas postas. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles as suas aptidões, “os órgãos da sua individualidade”, **a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através doutros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela sua função, este processo é, portanto, um processo de educação** (LEONTIEV, 1978, p. 273, grifos nossos).

Assim sendo, a criança, quando está realizando atividades por meio de instrumentos que outros seres humanos adultos lhe ensinam, aprende sobre a cultura da humanidade, tornando-se, devido a esse processo, humana.

Teoria da Dependência

A dependência na América latina, segundo Fernandes (2008), iniciou no período colonial e se estende até os dias de hoje. Os países periféricos conservaram, em suas economias, uma relação dependente com os países centrais, como na fase de modernização do século XX, quando os países dependentes reforçaram a influência externa não só em suas economias, mas também na organização social:

Por sua vez, a modernização pode estar ligada a uma situação legalmente colonial ou à existência de um Estado nacional independente. No primeiro caso, ela representa o fortalecimento da dominação colonial e do tipo de mercado que ela origina; no segundo caso, conduz, progressivamente, a um duplo dimensionamento do mercado, que adquire uma estrutura capitalista “interna” e “externa” através do polo hegemônico externo e de sua influência dinâmica na organização, diferenciação e expansão de uma economia de consumo, controlada de fora (FERNANDES, 2008, p. 33-34).

No que concerne à questão do controle, Florestan (2008) explica que o país dependente se comporta como um satélite do país hegemônico, reproduzindo um processo de



subdesenvolvimento econômico que segue os mecanismos do mercado a partir das demandas de nações centrais. Além disso, a relação de dependência atrela as nações periféricas não só ao viés da economia, mas também nas dinâmicas social, cultural e política (FERNANDES, 1975). Por isso, os países satélites apresentam uma articulação em suas estruturas econômico-sociais que permitem a perpetuação da dependência, associando, segundo Fernandes (2008), o arcaico e o moderno.

Em uma sociedade dependente, Fernandes (2008) também alega que “a burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica” (FERNANDES, 2008, p. 82), ou seja, há um interesse das classes dominantes em se manter no topo da ordem econômica, mesmo com a instabilidade do mercado mundial, conservando tão somente seu *status quo* nas dinâmicas sociais. Assim sendo, percebe-se que há um estado de subordinação dentro do capitalismo dependente, sendo que os países centrais dominam os periféricos – principalmente, no mercado global –, e as burguesias periféricas, por egoísmo, conservam suas posições prestigiadas ao custo do próprio (sub)desenvolvimento nacional. O referido autor ainda afirma que essas camadas privilegiadas “usam suas posições estratégicas nas estruturas políticas para solapar ou neutralizar as demais forças sociais” (FERNANDES, 2008, p. 149), e, como exemplo disso, tem-se a situação universitária.

Fernandes (2020), ao estudar o que ocorria nas universidades brasileiras na década de 60, percebeu que “em virtude da predominância dos interesses econômicos, sociais e políticos de elites culturais ralas e egoístas, o ensino superior foi praticamente confinado à função de preparar profissionais liberais” (FERNANDES, 2020, p. 87). Nesse sentido, os grupos privilegiados abusam de sua posição na dinâmica estrutural e social para garantir que seus interesses parasitem as IES nacionais e, assim, mantenham-se no poder enquanto formam os cidadãos. De igual modo, Ouriques (2015), ao investigar a universidade brasileira, relata que o ensino superior foi moldado para não somente qualificar a mão de obra para o mercado, mas também para manter um estado de subordinação intelectual:

Todos os programas de pesquisa [...] e outras tantas iniciativas estão, agora mais do que nunca, marcadas por dupla função. A primeira delas é a redução da universidade a mera formadora de mão de obra [...] A segunda é a redução da universidade a instrumento de



colonialismo mental, cultural e científico a que, de fato, está quase totalmente limitada (OURIQUES, 2015, p. 10).

Apesar de mudanças conceituais, ocorridas há décadas, no papel da universidade para com a sociedade, os grupos dominantes manipulam um palco conservador a favor de seus privilégios, mantendo, assim, seu *status quo* (FERNANDES, 2020).

Uma outra forma de debater esse assunto é a colonialidade no conhecimento acadêmico e científico, que remete ao período da modernização nos países periféricos. Segundo Quijano (1992), foi durante essa fase que a Europa se estabeleceu como a medida das ciências, produzindo “un paradigma universal de conocimiento y de relación entre la humanidad y el resto del mundo” (QUIJANO, 1992, p. 14). O principal traço da racionalidade ou modernidade na produção do conhecimento é a relação sujeito-objeto, na qual o sujeito seria um ser reflexivo, individualista, em si, enquanto o objeto é externo ao sujeito e possui traços característicos (QUIJANO, 1992). Esse fator, conforme contextualiza Quijano (1992), aparece quando o conceito de “ocidente” e “Europa” está em uma relação colonial com o “mundo”. Para que os europeus se estabilizassem como o topo da hierarquia global e mantivessem uma colonialidade, trataram a si mesmos como o “sujeito” ao mesmo tempo que rotularam o restante do mundo como objeto, ou seja, somente a Europa poderia ser racional nas ciências (QUIJANO, 1992). O conhecimento europeu seria, assim, um estandarte que deve ser seguido a todo rigor pelos países periféricos.

No que concerne à subordinação da produção de conhecimento, Ouriques (2017) percebe que, na escala de qualidade de revistas acadêmicas, as revistas europeias e norte-americanas, consideradas “internacionais”, são mais valorizadas que as nacionais, o que atesta, para este autor, a alienação no âmbito universitário. Inclusive, Ouriques (2017) explica que existe uma relação estado-empresa-universidade nos países centrais que, além de garantir o domínio da produção científica, atrela as políticas de educação e ciência dos países periféricos aos interesses do mercado global. Ressalta-se, ainda, que “o capitalismo converteu a ciência em sua principal força produtiva” (OURIQUES, 2017, p. 77). Por isso, os países centrais investem no ramo científico e tecnológico como meio de garantir domínio sobre as nações periféricas.



Posto isto, compreendemos como a dependência ocorre na universidade de um país satélite: o aspecto econômico se dá pela submissão ao mercado global, o que reverbera em subdesenvolvimento sociocultural e político, afetando, portanto, as classes dominantes que, por egoísmo, fazem manutenção de seus privilégios, como nas IES, em que ideias conservadoras se mantêm ao tempo que o subdesenvolvimento científico ocorre por meio de políticas públicas produzidas para o mercado global.

IDENTIFICAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE CAPACITAÇÃO LINGUÍSTICA ATUAIS DA UNESPAR

Nesta seção, identificamos os programas e projetos de capacitação linguística atuais da Unespar, para cumprir o segundo objetivo específico desta pesquisa. Como descrito na seção de Materiais e Métodos, a identificação ocorreu no *website* da universidade, em fevereiro de 2023.

Percebemos que no menu inicial são apresentadas seções destinadas a 3 programas e projetos de capacitação linguística: Paraná Fala Idiomas (PFI), Unespar Fala Espanhol (UFE) e Programa de Línguas Estrangeiras da Unespar (Prolen). Dessas três seções, a primeira apresenta um diferencial quanto as outras, pois nela há um menu próprio com três divisões: 1. “apresentação”, que trata sobre a universidade, o Escritório de Relações Internacionais (ERI), e sobre a concepção de internacionalização da IES; 2. “Geral”, que mostra o comitê de internacionalização, o prêmio de escrita acadêmica (AWARD) e programas, editais e notícias dos programas de capacitação linguística; 3. “Mobilidade”, que expõe as instituições estrangeiras conveniadas à universidade em parceria para desenvolvimento científico e também as modalidades de mobilidade acadêmica internacional presentes na universidade, a saber, “outbound”, “inbound”, “virtual” e o Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-americano (PILA).

Ainda sobre a seção do PFI, são apresentados cinco programas de capacitação linguística: Paraná Fala Inglês (PFI), Paraná Fala Francês (PFF), Paraná Fala Espanhol (PFE), Unespar Fala Espanhol (UFE) e Prolen. Aqui, é necessário ressaltar a diferença entre os programas ofertados pela universidade. O PFI, o PFF e o PFE estão subordinados à Secretaria



de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), enquanto o UFE e o Prolen são programas da própria universidade, atrelados, respectivamente, ao Gabinete do Reitor e à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC). Apesar das diferenças gerenciais, os dois últimos programas aparecem, apenas no site da universidade, na mesma seção do Paraná Fala Idiomas.

Figura 1 – Programas e projetos de capacitação linguística da Unespar



Fonte: Unespar (2023)

No que concerne à criação e abrangência de cada programa, o Paraná Fala Idiomas foi criado em 2014, ofertando somente o inglês à comunidade interna de todos os *campi* da universidade. Já o PFF foi formado em 2017, e o PFE, em 2020, com efetivação da primeira etapa em 2022. Ambos os programas possuem a mesma abrangência: alcançam todos os *campi* e são voltados para a comunidade interna. O UFE foi criado em 2020 e atende a todos os *campi* da universidade, sendo ofertado para a comunidade interna. Por fim, o Prolen foi formalizado em 2017 e atua nos *campi* de Campo Mourão e Paranaguá, para as comunidades interna e externa, com programas de inglês, francês, espanhol e Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL)².

Apesar de não estar no *website* da Unespar, é necessário citar a mais recente e ainda não implantada PCL da universidade: o Centro de línguas (Celin), de Res. N° 015/2020. Este

² Para ver discussão acerca do contexto de inserção destes programas e projetos, ver Silva e Silva (2022).



programa de capacitação linguística envolve, segundo Silva e Silva (2021), administrações locais em cada *campi* da universidade.

ANÁLISE DO PDI E NATUREZA DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE CAPACITAÇÃO LINGUÍSTICA A PARTIR DO APORTE TEÓRICO DELIMITADO NA PESQUISA

Compreendidas as teorias da Atividade e da Dependência e identificados os programas e projetos de capacitação linguística, além da análise dos PDIs, podemos discutir sobre a natureza destes a partir do aporte teórico há pouco mencionado. Lembrando que para que pudéssemos analisar os PDIs e os programas e projetos de capacitação linguística da Unespar, recorreremos aos aportes teóricos de Bronckart (1999), com os procedimentos de análise do ISD, e de Althusser (1985), com os AIE.

A universidade, enquanto um AIE, produz políticas internas e documentos prescritivos que fazem manutenção de uma ideologia estatal. Em nossa análise, dedicamo-nos à leitura dos objetivos da Política de Internacionalização da Unespar, PDI 2018-2022, de Res. N° 010/2018, e PDI 2023-2027, de Res. N° 029/2022. Percebemos, no primeiro documento, a presença de modalizações deônticas em modalidades do infinitivo (fortalecer, incentivar, capacitar e implementar, por exemplo) que indicam o que a instituição compreende como necessário para o desenvolvimento da internacionalização. No caso dos PDIs analisados, identificamos o fenômeno internacional em um viés de obrigação social; nesse sentido, a seção de objetivos da Política de Internacionalização da Unespar reflete a avaliação da voz universitária ao tratar da internacionalização, imposta por órgãos superiores.

Ressaltamos que nos PDIs da universidade analisada, quando se trata sobre o fenômeno da internacionalização, as avaliações se dão por meio de outras vozes sociais. Na Política de Internacionalização da Unespar, é possível identificar, por exemplo, a voz social do construtivismo de Piaget na parte da capacitação linguística: “capacitar e incentivar a comunidade acadêmica quanto às **habilidades** comunicacionais em idiomas estrangeiros” (UNESPAR, 2018, p. 231, grifos nossos).



O termo “habilidades” é recorrente na teoria piagetiana de aprendizagem, pois o desenvolvimento é visto como estimulado, incentivado pela aprendizagem. No entanto, tem-se o termo “capacidades”, que remete a teorias recentes as quais concebem o desenvolvimento como não estimulado, mas socializado por meio de interações. Diante dessa dicotomia, suscitamos uma reflexão: por que foi usado o termo “habilidades”, que separa de modo fragmentário, no ensino de línguas, o conhecimento linguístico, e não “capacidades”, que promove uma mobilização conjunta de saberes na aprendizagem?

Acontece que as vozes sociais de um AIE como a universidade podem reproduzir ideologias de um grupo dominante. É o que percebemos no PDI universitário: a teoria de Piaget embasa a Política de Internacionalização, que influencia os programas e projetos de capacitação linguística da Unespar. Ocorre, nesse sentido, uma assujeitamento à ideologia estatal sobre como a língua deve ser concebida.

Devemos, aqui, ressaltar uma ocorrência contraditória no excerto da Política de Internacionalização da Unespar visto há pouco: o uso do termo “capacitar” e da palavra “habilidades” na mesma sentença. Pudemos perceber que há contradição de vozes na Política da universidade: de um lado, Piaget, de outro, uma perspectiva que se atenta pela mobilização de saberes.

Ao analisarmos os PDIs 2018-2022 e 2023-2027, realizamos uma busca por meio das palavras-chave “capacitação linguística” e “internacionalização”, a fim de encontrarmos enunciados que evidenciassem características dessas políticas na universidade *locus* da pesquisa.

Destacamos, primeiro, que no PDI passado não apareceu a primeira palavra-chave mencionada, entretanto ocorreu o termo “aprimoramento linguístico” em uma das ações do objetivo 20 “Estimular e orientar os processos de Internacionalização nas atividades de ensino, pesquisa e extensão com base na Política de Internacionalização da Unespar” (Quadro 1).

Quadro 1 - Objetivo 20 do plano de Objetivos, Metas e Ações do PDI 2018-2022

Número	Objetivo	Meta	Ação
	Estimular e orientar os processos de	Implantar as Diretrizes da Política de Internacionalização	c) Promover atividades de <u>aprimoramento linguístico</u>



20	Internacionalização nas atividades de ensino, pesquisa e extensão com base na Política de Internacionalização da UNESPAR.	da UNESPAR, priorizando ações de Integração com Universidades e outras Instituições, preferencialmente da América Latina e Caribe.	(grifo nosso) à comunidade acadêmica para ampliação ao acesso à internacionalização da UNESPAR, com ênfase na América Latina e Caribe.
----	---	--	--

Adaptado de: PDI Unespar (2018)

Podemos perceber que a universidade, novamente, concebe o desenvolvimento linguístico em uma perspectiva piagetiana, e não em uma sociointeracionista. O “aprimoramento” concatena a ideia de habilidade, pois somente estas são passíveis de aprimorar, diferente de capacidades, que são mobilizadas.

Entretanto, no PDI recente, 2023-2027, a palavra-chave “capacitação linguística” ocorre uma única vez quando o documento retoma a Política de Internacionalização de 2018, na seção 11 “Política Institucional de Internacionalização”:

A Política Institucional de Internacionalização da UNESPAR tem como principais objetivos: a implementação e a promoção de uma cultura institucional de internacionalização; **a promoção e o incentivo à capacitação linguística da comunidade acadêmica**; a articulação e a orientação para o **estabelecimento de parcerias estratégicas internacionais**; **a busca e o apoio à obtenção de recursos e fundos para a internacionalização**; o estímulo e o fomento à promoção e participação em pesquisas, eventos, projetos e programas de interesse internacional nos âmbitos científico, social, cultural, econômico, tecnológico e de inovação por parte de docentes, discentes e agentes da UNESPAR. (UNESPAR, 2023, p. 216-217, grifos nossos).

Apesar de o termo ter sido introduzido no último PDI, há contradição entre este documento e a Política porque enquanto um se apoia no socio-interacionismo, o outro, em Piaget, respectivamente.

Além do aspecto contraditório da capacitação linguística, foi contemplado, na Política de Internacionalização, o aspecto da busca por recursos econômicos para o desenvolvimento da internacionalização, o que demonstra uma autonomia relativa da universidade. Porque a instituição procura recursos, ela está subordinada à participação no mercado e,



consequentemente, a regras capitalistas de reprodução de trabalho. Nesse sentido, a universidade está submetida ao mercado.

Ressaltamos, ainda, o traço de “o estabelecimento de parcerias estratégicas internacionais” (UNESPAR, 2023, p. 216). Tal objetiva, na realidade da Unespar, a manutenção das relações de dependência.

No entanto, no mês de julho de 2023, realizamos um levantamento dos convênios da universidade pesquisada, no *site* do ERI. Identificamos um total de 33 convênios acadêmicos, sendo 22 estabelecidos com o Sul global e 11 com países do Norte. Esses resultados demonstram que são mais frequentes relações entre países periféricos do que com países centrais, ou seja, há um indício de uma abertura para a descentralização de línguas imperialistas. Além disso, podemos inferir que há um indício de busca de autonomia em relação aos países centrais, uma vez que a universidade compreende a sua realidade histórica e visa estabelecer contato com IES do Sul global.

Agora, analisamos os programas e projetos de capacitação linguística. A Dependência se dá, principalmente, por meio de aspectos mercadológicos. A língua, no contexto da globalização, é um recurso essencial para estabelecer conexões entre diversas nações. Atualmente, a língua franca é o inglês. Nesse sentido, os programas e projetos de capacitação linguística de um país do Sul global valorizam o ensino e a aprendizagem da língua inglesa, e as PCL, portanto, são produzidas para essa língua, também.

Ao considerarmos as PCL como uma atividade, percebemos que houve uma ruptura com a formação humana e intelectual dos sujeitos. Segundo Silva e Silva (2022), essa ruptura ocorre devido à mudança da necessidade das PCL: não é voltada para a formação humana, mas para suprir o mercado de trabalho. Assim sendo, entendemos o porquê de políticas linguísticas em países periféricos estarem frequentemente associadas à língua inglesa.

Silva e Silva (2022) perceberam que as PCL da Unespar são voltadas, principalmente, para o inglês e sua manutenção. A criação do PFI para inglês, em 2014, é, segundo os autores, uma demonstração da primazia pela língua franca da globalização. Além disso, ressaltam que este programa é financiado pelo Governo do Estado. Eles também contrastam o PFI com o Prolen; enquanto o primeiro é mais bem estabelecido, com recursos estatais e secretaria e sala próprias, o segundo, que possui programas voltados para as realidades locais da universidade,



é mantido pela Unespar e depende de voluntários para manter suas atividades. Percebemos, assim, a diferença na manutenção das PCL no âmbito universitário.

Apesar de uma valorização na língua inglesa, as PCL da Unespar apresentam indícios estruturais de superação da dependência. A manutenção do Prolen, do UFE e do Celin são exemplos de uma tentativa inicial de mudança na estrutura da universidade. No interior dos documentos analisados, referente a estes três lócus, a realidade da Unespar é reconhecida enquanto um IES latino-americano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, analisamos como a atividade das PCL de um país periférico podem estar intimamente ligadas ao aspecto econômico, devido à subordinação que a nação sofre dos países centrais e às relações de globalização orientadas por estes.

Percebemos que: i. os PDIs apresentam contradições teóricas e marcas de dependência, ii. o AIE universitário projetou, em seus documentos, a ideologia estatal de língua em seus programas e projetos de capacitação linguística e iii. que a atividade das PCL da universidade estudada demonstrou ruptura com a sua necessidade real de formação humana, pois essas políticas estão voltadas para o mercado, entretanto, há indícios estruturais de superação da dependência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ASBAHR, F. S. F. **A pesquisa sobre a atividade pedagógica: contribuições da teoria da atividade**. Revista Brasileira de Educação, [S.L.], n. 29, p. 108-118, ago. 2005. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782005000200009>>. Acesso em: 11 de nov. de 2021.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2012.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.



FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008. Apresentação de Paul Singer.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

GARCEZ, P. M.; SCHULZ, L. **ReVEL na Escola: do que tratam as políticas linguísticas**. ReVEL, v. 14, n. 26, 2016.

LEONTIEV, A. N. **O homem e a cultura**. In: LEONTIEV, A. N. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978. p. 261-284.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**: organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis: Editora Vozes Ltda; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MORAES, S. P. G. **Avaliação do processo de ensino e aprendizagem em matemática: contribuições da teoria histórico-cultural**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

OURIQUES, N. **O colapso do figurino francês – críticas às ciências sociais no Brasil**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015.

OURIQUES, N. Ciência e pós-graduação na universidade brasileira. In: RAMPINELLI, Walter José; OURIQUES, Nildo. **Crítica à razão acadêmica – Reflexão sobre a universidade contemporânea**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2017. p. 77-111.

SILVA, M. G. I. C.; SILVA, A. A. P. Políticas de capacitação linguística na Unespar. In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESPAR (EAIC), 2022, Paranavaí. **Anais...** (Anais do VIII Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar (EAIC), 07 a 10 de novembro de 2022). Paranavaí: Unespar, 2022. p. 921-937. Disponível em: <https://sipec.unespar.edu.br/anais-pesquisa/2022>. Acesso em: 2 dez. 2022.

SILVA, M. G. I. C.; SILVA, A. A. P. **Políticas de capacitação linguística na Unespar**. Relatório Final de Atividades (Programa de Iniciação Científica e Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PIC-PIBITI 2020-2021). Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD. 2021.

UNESPAR. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022**. Paranavaí, 2018.

UNESPAR. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027**. Paranavaí, 2022. Disponível em:



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

http://www.unespar.edu.br/a_unespar/institucional/documentos_institucionais/PDI_Unespar_f inal.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

UNESPAR. Reitoria/Unespar. **Resolução nº 020/2020, de 18 de dezembro de 2020**. Aprova criação do Centro de Línguas da UNESPAR, como Programa Institucional, vinculado ao Gabinete da Reitoria e dá outras providências. Paranavaí, 2020. Disponível em: <https://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/reitoria/resolucoes/2020/resolucao-020-2020-cria-celin.pdf/view>. Acesso em: 20 fev. 2023.

UNESPAR. **Unespar – Universidade Estadual do Paraná**, 2023. Escritório de Relações Internacionais. Disponível em: <https://eri.unespar.edu.br/paranafalaidiomas>. Acesso em: 20 fev. 2023.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 17 de 17



LUIZ CARLOS MACIEL E A COLUNA “UNDERGROUND” NO *PASQUIM*

Rafael Hoff Magalhães – (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba II, hoffmagalhaes@hotmail.com

André Acastro Egg - Orientador
Unespar/Campus Curitiba II, andre.egg@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

A pesquisa se insere no contexto de um ciclo de projetos que tiveram como tema a crítica musical no Brasil. No âmbito do projeto, coordenado pelo professor André Egg, foram realizadas quatro pesquisas no Programa de Iniciação Científica da UNESPAR, no ano 2021-2022, que mapearam os textos sobre música na revista *O Pasquim*, nos anos 1970, 1971, 1972 e 1973. Quatro pesquisadores atuaram, cada um analisando as publicações do *Pasquim* durante um ano. Foi feito um sumário dos textos sobre música e foram feitos fichamentos destes textos.

Tendo sido responsável pela pesquisa do ano de 1970, foi identificada a coluna “Underground”, de Luiz Carlos Maciel, pelo interesse despertado pela temática tratada em seus textos. Contrastando com outros críticos, jornalistas e cronistas do *Pasquim*, o autor tinha um olhar mais atento para temas como o rock e elementos da contracultura, num momento em que a Música Popular Brasileira calcada na tradição do samba era dominante no meio jornalístico.

Tendo sido escolhido o tema, o artigo do PIC 2021-2022 já se utilizou deste conjunto de textos da coluna “Underground”, aproveitando-se também dos sumários elaborados pelos colegas. Quando da oportunidade de continuar com um novo projeto, para a edição 2022-2023, a ideia foi aprofundar o estudo dos textos de Luiz Carlos Maciel, buscar mais informações sobre o autor, ampliar o conjunto de textos analisados no *Pasquim* e desenvolver um estudo mais aprofundado sobre seu papel como crítico musical.



No PIC 2021-2022 outros colegas escolheram outros críticos para focar suas análises: Sérgio Cabral, Júlio Hungria e o cartunista Jaguar, que não foi propriamente um crítico musical, mas produziu textos sobre este assunto para cobrir ausências de colegas em alguns momentos.

Em um contexto mais amplo, essas pesquisas realizadas no *Pasquim* publicado na década de 1970, ajuda a compor um panorama com outros projetos que já mapearam, produziram sumários, fichamentos e aprofundaram temas em periódicos como o jornal *Diário Nacional* (São Paulo, 1927-1932), a revista *Fundamentos* (1948-1955), a revista *Cultura Política* (1941-1945), a *Revista da Música Popular* (1954-56), o *Jornal do Brasil* (focado na década de 1960), a revista *Manchete* (focada no período 1954-57). Nestas pesquisas, foram analisados textos de críticos musicais como Mário de Andrade, Luiz Heitor Correa da Azevedo, Lúcio Rangel, Sérgio Cabral, Júlio Hungria, Sérgio Porto, Jorge Guinle, entre outros. Vários destes trabalhos já se desdobraram em pesquisas de TCC nos cursos de Licenciatura em Música e Bacharelado em Música Popular, do Campus de Curitiba II, e em pesquisas de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Música da UNESPAR.

O foco das investigações se insere num contexto de pesquisas que relacionam metodologias da pesquisa em história, com temas da música. Especificamente, no caso das pesquisas sobre crítica musical no Brasil, mobilizamos questões que relacionam história da imprensa e história dos intelectuais com temas mais próprios da história da música – investigando como a crítica musical na imprensa contribuiu para a formação de noções de música brasileira, bem como para a construção da reputação de artistas e de um cânon da música brasileira.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa foi um desdobramento e continuação de pesquisas anteriores. Logo, aproveitou-se os materiais produzidos com um aprofundamento no tema, focando no escritor e jornalista do *Pasquim*, Luiz Carlos Maciel. Os materiais utilizados foram os fichamentos e sumários produzidos pelos colegas de pesquisa que desenvolveram os trabalhos na revista *O Pasquim*, abordando a publicação nos anos de 1971, 72 e 73. Usando como base a pesquisa



anterior com o mesmo foco no ano de 1970, a ideia foi explorar os materiais produzidos nos anos de 1971-73, e se constatou que não houve tanto conteúdo na revista para ampliar a pesquisa quanto houve em 1970.

Foi explorado além dos textos dentro dessa revista, o periódico próprio de pouca duração dirigido por Luiz Carlos Maciel: *Flor do Mal*, sem muito sucesso em encontrar edições e números disponíveis on-line ou fisicamente na Biblioteca Pública do Paraná.

Os materiais mais utilizados e que continham mais informação sobre Luiz Carlos Maciel foram em sites on-line de imprensa jornalística e de música. Grande parte de sua biografia e atuações de produção jornalística desta pesquisa foi baseada nessas fontes.

Além disso, uma fonte importante para o desenvolvimento dessa pesquisa foi a dissertação de mestrado de Marcos Alexandre Capellari (2007) com o conteúdo voltado totalmente para a ideologia e filosofia disseminada por Maciel nos anos 1970. O título da dissertação é “O discurso da contracultura no Brasil: o *underground* através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970)”, em que se desdobra toda a essência que Maciel defende em seus textos do *Underground*. É discutido na tese o movimento *underground* e seu veículo de expressão, contextualizando o caminho percorrido e influências socioeconômicas dessa vertente com sua posição marginalizada devido ao período em que se encontrava e a oposição feita por grupos de ideais contrários ao movimento.

O trabalho de Capellari foca na imprensa alternativa, principalmente *O Pasquim*, ressaltando a coluna do jornalista Luiz Carlos Maciel, com sua ampla influência no *Underground* no Brasil. Para Capellari (2007), Maciel tratou os assuntos relacionados de forma mais séria se comparada com os outros escritores do periódico, notando-se a importância que dava ao ideal, com abordagens mais filosóficas e profundas, mas também não deixando de se apartar da ironia que fazia parte da essência do *Pasquim*.

O trabalho de Capellari foca mais no movimento *underground* e sua repercussão na imprensa brasileira. Nosso trabalho teve interesse nos textos sobre música, assim, pudemos notar especificidades na produção de Luiz Carlos Maciel para *O Pasquim*: as relações estabelecidas em seus textos, artigos e comentários sobre música e sociedade no periódico, eram feitas de forma única e aberta traçando diversos paralelos entre a contracultura global e a nacional. Suas análises musicais de eventos, shows e festivais da época demonstram muito



sua visão em relacionar os compositores e artistas brasileiros e internacionais com suas intelectualidades e talentos.

Finalmente a pesquisa procurou rever o conjunto dos textos de Luiz Carlos Maciel e sintetizar algumas características gerais, conforme apontado no próximo tópico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Luiz Carlos Ferreira Maciel, nascido em Porto Alegre em 15 de março de 1938, teve uma vida culturalmente diversificada. Ele se envolveu em dramaturgia, dirigiu e atuou em peças de autores renomados, estudou teatro nos EUA e trabalhou como redator em várias publicações, incluindo *O Pasquim* e *Rolling Stone*. Além disso, ele exerceu atividades como roteirista e diretor de cinema e televisão, ministrando cursos de roteiro.

Sua coluna “Underground” no *Pasquim* se destacou como um espaço para discutir a contracultura, abordando temas como rock, sexo, drogas, filosofia, religião oriental e anarquismo. Essa coluna desafiou as visões predominantes de esquerda e direita, servindo como um refúgio para a liberdade de expressão em meio a um ambiente repressivo. Luiz Carlos Maciel se destacou como um influente articulista, introduzindo e debatendo ideias contraculturais em um contexto desafiador.

Na pesquisa, foram identificados 40 textos de Luiz Carlos Maciel publicados em *O Pasquim* entre março de 1970 e março de 1971, considerando os 13 meses de abrangência, seriam cerca de 56 números da revista. Em alguns números Maciel publicou mais de um texto, e nem todos os números de *O Pasquim* tiveram textos seus identificados.

Entre os artistas mencionados como assunto principal nos textos de Luiz Carlos Maciel, percebemos que os músicos brasileiros mais comentados foram Caetano Veloso – mencionado em 7 textos, Gilberto Gil e Gal Costa – mencionados em 5 textos cada, e Jards Macalé – assunto de 3 textos. Outros jovens artistas e bandas brasileiras foram citados nos comentários do autor. Mas é curioso fazer comparação com outro crítico do *Pasquim* estudado na pesquisa do colega Vinícius Derevecki: Sérgio Cabral, pela mesma época, focou principalmente em artistas da tradição do samba, do choro ou da bossa nova. Maciel



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

concentrou-se quase exclusivamente nos músicos do tropicalismo. Exceção para um texto comentando enredo de uma Escola de Samba e o comentário sobre um show de Dalva de Oliveira. No mais todos os outros músicos brasileiros são citados na medida de sua ligação com a contracultura, o psicodelismo ou o rock.

Parte considerável dos textos de Luiz Carlos Maciel abordam a cena musical e cultural em outros países – Inglaterra e Estados Unidos. O colunista está atento a festivais, shows e músicos destes países. E mesmo grande parte dos textos sobre Caetano Veloso e Gilberto Gil abordam a presença destes músicos brasileiros em Londres, onde viveram durante o ano de 1970. Luiz Carlos Maciel destacou dois músicos norte-americanos – os únicos que foram assunto em mais de um texto: Jimi Hendrix e Miles Davis. O guitarrista foi comentado por ocasião do lançamento de um disco seu no Brasil, e depois por causa de sua morte. O trompetista foi citado pelos discos que lançou entre 1969 e 71, promovendo uma fusão entre jazz e rock, esteticamente muito bem sucedida, na análise de Luiz Carlos Maciel. Outros artistas estrangeiros mencionados são Janis Joplin, John Lennon, Yoko Ono, e as bandas Steppenwolf e Blind Faith.

No geral os textos de Luiz Carlos Maciel primam por destacar a liberdade criativa e comportamental, a “curtição” e o estilo *underground*. Ao contrário da maioria dos críticos musicais da época, Maciel demonstra considerar a abertura para a cultura internacional como um fator positivo, jamais se posicionando contrário às influências estrangeiras ou em defesa de uma cultura nacional autêntica. Os artistas brasileiros mencionados são vistos como polos de criatividade e de diálogo com a cultura internacional, parecendo propor uma agenda de abertura estética e atualização para o mundo.

Os temas dos textos de Luiz Carlos Maciel foram principalmente shows no Brasil – assunto de 9 textos, e no exterior – assunto de 3 textos, bem como lançamentos de discos, sempre no Brasil, embora alguns sejam versões nacionais de discos lançados nos EUA ou Inglaterra – assunto de 6 textos. Além disso, deu bastante atenção aos festivais, considerados como espaços privilegiados de contracultura. Entre seus textos, contamos 5 comentários sobre festivais no exterior e 4 sobre festivais no Brasil. Luiz Carlos Maciel também estava pronto a comentar quando o rock e a contracultura vinham como temática em filmes (2 textos) e livros (1 texto).

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 5 de 13



Dedicando a atenção a seus textos mais significativos, podemos pensar em questões específicas desenvolvidas por este crítico, e verificar o papel que exerceu na valorização de certos elementos que seriam importantes para abrir novos espaços e configurações na música popular brasileira.

O olhar para fora do Brasil

Um primeiro aspecto que se destaca na produção crítica de Luiz Carlos Maciel em *O Pasquim* é sua atenção à produção musical de fora do Brasil, à música popular internacional, principalmente o rock ligado à cena *underground*, ou seja, uma mistura da ênfase em aspectos musicais e também comportamentais envolvidos.

O primeiro texto de Luiz Carlos Maciel sobre música encontrado no periódico é uma nota curta no *Pasquim* número 37, de março de 1970. É uma nota curta na seção “Dicas”, página 32, no final da revista. O título da nota é “O som de Jimi Hendrix”, e neste texto o crítico defende o conjunto Jimi Hendrix Experience como “o maior sucesso do rock internacional”, cita os três discos dele já lançados no Brasil e classifica *Electric Ladyland* como o melhor. Informa que alguns críticos preferem o conjunto *The Velvet Underground*, mas defende a banda de Hendrix: “é da pesada e seu som é uma das melhores curtuições já inventadas”.

O próximo texto do crítico no *Pasquim* aparece dois números depois: o número 39, ainda em março de 1970, novamente na seção “Dicas”, na página 30. O título da nota é “Jazz & pop ‘70”, e o texto comenta sobre o concurso anual da revista *Playboy* para a escolha dos melhores da música norte-americana. Para Maciel, é um marco cultural importante por sedimentar uma transição: tradicionalmente os músicos de jazz eram os principais premiados, mas o rock vem ganhando cada vez mais espaço nesta premiação. O crítico menciona o prêmio de melhor guitarrista do ano para Jimi Hendrix e a banda *Blood Sweat and Tears* como a grande vencedora do concurso. Cita um texto do crítico norte-americano Nat Hentoff sobre o concurso, o que mostra que Maciel estava atento ao que era publicado na imprensa internacional. A pesquisa não identificou qual seria este texto de Hentoff, mas sabe que o norte-americano era um importante crítico de jazz, que escrevia na época para a revista *The*



New Yorker e que também colaborava eventualmente com a *Playboy*, onde provavelmente Maciel tenha encontrado o texto que lhe serviu de base. À época, a revista ainda não tinha edição publicada no Brasil (foi iniciada em 1975), então trata-se da edição norte-americana.

Alguns números depois, no *Pasquim* nº 46, de maio de 1970, Maciel volta a comentar uma banda de fora do Brasil. O texto está em uma caixa, na página 34, ao fim da revista, na mesma página da seção “Dicas”, mas o destaque gráfico não insere o texto dentro desta seção. O título do texto é “Moral contra a fé cega”, e a curta nota de Maciel acompanha uma imagem em que são mostradas duas capas do mesmo disco. Trata-se do disco de estreia da banda britânica *Blind Faith* – lançado em 1969. Segundo o relato de Maciel, o disco foi lançado com uma primeira capa (aparece uma reprodução da imagem ao lado de seu texto em *O Pasquim*), na qual está uma foto de uma criança nua segurando um avião de brinquedo. A foto é dúbia, porque a criança está enquadrada de forma que se vê seu corpo apenas acima da cintura, mas os cabelos compridos podem fazer entender que se trata de uma menina. Segundo Maciel, a capa gerou revolta dos compradores – ele não informa mas entende-se que sejam os britânicos, que devolviam o disco. Isso levou a gravadora a lançar uma versão com outra capa, com a foto da banda. A pesquisa não identificou qual o motivo, mas a banda, formada em 1968, foi desfeita ainda mesmo em 1969, sendo esse seu único álbum lançado.

É difícil estabelecer as datas exatas das várias versões lançadas de um mesmo álbum, mas o site *discogs* permite comparar vários lançamentos e suas capas. Segundo as informações disponíveis neste site, a única versão lançada no Brasil saiu em 1970, pela gravadora Polydor (o selo britânico que lançou o álbum), mas somente com a capa com foto da banda.¹ Aparentemente o lançamento do disco no Brasil foi posterior ao texto de Maciel, pois o crítico está comentando o lançamento da “fábrica” Atco Records, que lançou o álbum nos Estados Unidos. Esta nota de Luiz Carlos Maciel nos permite perceber como o crítico estava atento à questão comportamental, fazendo de sua coluna um espaço constante de crítica ao moralismo conservador. O tom desta cruzada antimoralista pode ser percebido no trecho do texto: “Para satisfazer o puritanismo inusitado, que considera o corpo nu de uma menina

¹ O lançamento no Brasil pode ser visto neste link: <https://www.discogs.com/release/7340719-Blind-Faith-Blind-Faith> (acesso em 01/09/2023). Outras versões do disco lançadas em vários países podem ser comparadas através do link: <https://www.discogs.com/artist/269050-Blind-Faith-2?superFilter=Releases&subFilter=Albums> (acesso em 01/09/2023).



de onze anos a coisa mais imoral do mundo, a fábrica (Atco Records) mandou fazer outra capa”. O interesse do texto seria informar que, apesar das capas diferentes, “só há um LP do Blind Faith”.

Curiosamente, embora Maciel demonstre estar acompanhando essas questões e comentando em seus textos no *Pasquim*, o disco que o crítico citou meses antes – *Electric Ladyland*, da banda *The Jimi Hendrix Experience*, também passou por polêmica semelhante em relação a sua capa. O lançamento original tinha uma capa com várias mulheres nuas, mas também foi relançado com outra capa, com foto do guitarrista e sem nudez. A versão do disco com capa original, de 1968, não foi lançada no Brasil, que conheceu apenas a capa com foto da banda, lançada em 1969 no país. O *Pasquim* publicou seu primeiro número em junho de 1969, mas a pesquisa não identificou textos de Luiz Carlos Maciel para a revista em 1969.²

Outros textos foram escritos no *Pasquim* sobre bandas ou músicos estrangeiros por Luiz Carlos Maciel, mas a análise detalhada de cada texto foge à proposta e aos limites deste artigo. Em síntese, é importante notar o enfoque dado por Maciel às bandas de rock, sua defesa da liberdade criativa, o uso de conceitos como “curtição” ou “barato” para serem usados como elogios à atuação dos conjuntos e dos músicos, e a associação frequente entre análises de elementos musicais e temas comportamentais, posicionando-se sempre contra o moralismo conservador. Nos textos sobre música estrangeira, Luiz Carlos Maciel se mostra um crítico atento e conhecedor da cultura jovem, capaz de acompanhar lançamentos fonográficos e textos produzidos fora do Brasil. Como contraponto, é interessante analisar em detalhe alguns textos sobre músicos brasileiros, e ver como o autor considera relações entre a música nacional e internacional.

Músicos brasileiros

No momento em que uma das principais preocupações da crítica musical no Brasil era a defesa da autenticidade na música brasileira³, os textos de Luiz Carlos Maciel chamam

² A versão lançada no Brasil pode ser conferida na seguinte página do site discogs: <https://www.discogs.com/release/3744911-The-Jimi-Hendrix-Experience-Electric-Ladyland> (acesso em 01/09/2023)

³ A esse respeito ver, por exemplo, o estudo de Fernandes (2018)



nossa atenção por se dedicarem ao rock internacional e por enfocarem apenas os músicos brasileiros que poderiam ser associados a experiências comparáveis de liberdade criativa juvenil.

Os primeiros músicos brasileiros mencionados por Maciel são Gilberto Gil e Caetano Veloso. A menção está no texto “Baiano accent”, publicado em uma caixa na página 31 de *O Pasquim* nº 41, em abril de 1970. O mote a questão é a frase escrita pelos brasileiros no programa do show feito com Sérgio Mendes em Londres: “Nós tocamos guitarra mal, nossa técnica é primitiva, nosso inglês é horrível. Mas somos gente muito interessante.” A tradução é do próprio Luiz Carlos Maciel. Nesta nota, nada se comenta da música, a questão é apenas a pronúncia dos brasileiros para a língua inglesa, reconhecida como ruim pelos próprios.

No próximo número nova nota de Maciel sobre o show em Londres: “Cae e Gil em Londres”, *O Pasquim* nº 42, página 35. Neste texto o destaque é para a foto que o acompanha, feita de forma não autorizada pelo fotógrafo John Howard para *O Pasquim*. O comentário que Maciel faz da participação dos dois músicos no show é baseado no relato de José Marcio Penido, que assistiu ao espetáculo. Seu destaque é para o fato de que os músicos brasileiros preferiram cantar e tocar sem o acompanhamento da banda: “se acompanharam ao violão, desprezando o conjunto – medíocre – que lhes deram para acompanhá-los.” O texto traz ainda o relato da presença de Capinam, letrista e parceiro de Gil e Caetano, que após a execução de *Asa branca* por Gilberto Gil gritou “Ferro na boneca”!

Curiosamente, a expressão foi adotada pela banda Novos Baianos para título de uma música e também de seu primeiro álbum, que tinha a canção como primeira faixa. O álbum estava sendo lançado no Brasil pela gravadora RGE, que fez uma publicidade no próximo número de *O Pasquim* – nº 43, abril de 1970, página 9. Na publicidade, frases de apoio do músico Caetano Veloso, do poeta e crítico Augusto de Campos e dos críticos musicais Sérgio Cabral e Luiz Carlos Maciel, colaboradores do *Pasquim*. A frase de Maciel: “ ‘Saindo dos prédios para as praças/Uma nova raça’ – cantam os Novos Baianos. E eles acreditam no que cantam: o confronto entre um mundo velho, que deve ser abandonado, e um mundo novo que deve ser assumido integralmente.”

O primeiro texto de Luiz Carlos Maciel no *Pasquim* que podemos efetivamente apontar como uma crítica musical foi publicado no número 50, de junho de 1970, página 28.



O texto está na seção dicas, com o título “Pesada demais”. Ao lado do texto de Luiz Carlos Maciel há uma crítica ao mesmo espetáculo feita por Paulo Francis, e outra de Sérgio Cabral. A comparação com estes dois textos ajuda a entender, por contraste, a postura de Luiz Carlos Maciel como crítico. O texto de Paulo Francis elogia o espetáculo, coloca a Boate Sucata como a única casa realmente ativa oferecendo espetáculos musicais no Rio de Janeiro, mas ressalta que Gal Costa foi reduzida a *crooner* da banda, que recebe um destaque muito maior no show, segundo sua opinião. Sérgio Cabral, ao contrário de Francis, considera que o show “é empolgante graças a Gal”, pois a banda “é superior a tudo que existe no gênero no Brasil, mas não me impressionou muito porque, quando quero ouvir o som que emite, prefiro os conjuntos internacionais”.

Esse internacionalismo é criticado por Sérgio Cabral mais no início do texto, quando analisa que a introdução instrumental dá a linha que seria seguida no show: “o padrão da música internacional atual, o que, para muitos, é uma solução, mas, para mim, é mais agradável ainda aos interesses econômicos que determinam esse padrão.”

O texto de Luiz Carlos Maciel não tem restrições a um suposto apagamento de Gal, conforme apontado por Paulo Francis, nem considera inconveniente o “padrão internacional” lamentado por Sérgio Cabral. Pelo contrário, a interlocução com a música internacional é ressaltada por Luiz Carlos Maciel do início ao fim do texto, e apontada como um aspecto positivo. Para o crítico, o show de Gal é “o segundo de música pop moderna internacional feito no Brasil”, sendo o primeiro o de Caetano, Gil e os Mutantes feito anteriormente no mesmo local.

Comparando o show de Gal com o espetáculo de Caetano e Gil, Maciel considera que o show anterior era mais bem articulado como espetáculo, mas que o show de Gal “oferece a vantagem de curtir um som mais livre e sem concessões.” Enquanto no show de Caetano e Gil havia a preocupação com maior profissionalismo, o crítico considera que “Gal parte decididamente para a invenção musical”. E surpreende ainda que a comparação de Maciel seja mais favorável à banda *The Bubbles*, que acompanha Gal do que a *Os Mutantes* que estiveram com Caetano e Gil: “a criação musical dos Bubbles é muito mais poderosa e moderna do que a apresentada pelos Mutantes”.



Esse é o primeiro texto de Maciel em que percebemos que o crítico foi a um espetáculo para depois escrever seu comentário sobre o evento – e isso é o que nos leva a considerar como o primeiro texto propriamente de crítica musical. Traz também um outro elemento muito importante na construção de textos de crítica musical: as comparações. Não só entre o show de Gal com o anterior de Caetano e Gil, mas podemos destacar como Luiz Carlos Maciel se propõe a comentar o show no contexto que apresenta no início de seu texto – como música pop internacional moderna feita no Brasil. Neste sentido, o crítico compara o som da banda *The Bubbles* com *Blood Sweat and Tears* que ele já tinha comentado meses antes por ocasião de ter sido a grande vencedora do concurso promovido pela revista *Playboy*. O ponto de comparação está na incorporação dos instrumentos de sopro (trompete e saxofones) a uma base de banda de rock. Outra comparação feita por Luiz Carlos Maciel com o sistema de criação coletiva desenvolvido entre a cantora e a banda. Para o crítico, o trabalho de Gal Costa com os *Bubbles* é semelhante ao que fez Janis Joplin com a banda *Big Brother and His Holding Company* – o texto traz o erro no nome da banda, que termina com *The Holding Company*.

Sem poder desenvolver mais análises aprofundadas no âmbito deste artigo, este aspecto é bastante revelador da chave interpretativa que veremos Luiz Carlos Maciel desenvolver para seus outros textos em *O Pasquim*. A valorização dos artistas brasileiros se faz não por uma abordagem nacionalista excludente. Absolutamente ao contrário – o que Maciel valoriza é justamente a capacidade de inserir a música brasileira no contexto do pop internacional, e é com essa chave que ele busca valorizar os músicos nacionais mencionados em seus textos, sempre fazendo comparações como o que considera como o melhor da música internacional, privilegiando aspectos de liberdade criativa, tanto musical quanto comportamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida multifacetada de Luiz Carlos Maciel, que abrangeu teatro, jornalismo, roteiros e direção, acrescentou uma dimensão única ao seu legado. Sua coluna "Underground" representou um espaço crucial para a liberdade de expressão em um contexto repressivo,



desafiando as normas vigentes e introduzindo ideias contraculturais. Em última análise, essa pesquisa contribuiu para a compreensão mais profunda de Maciel e seu impacto no cenário cultural brasileiro.

Através de Maciel o leitor brasileiro pode se inteirar de assuntos pouco abordados pelos intelectuais ou pela imprensa brasileira em geral. Por volta de 1970 as grandes questões eram a cultura nacional, a tradição do samba, o enfrentamento ao Regime Militar, a pobreza, o atraso e o subdesenvolvimento. Os artistas mais destacados eram Chico Buarque, Edu Lobo, Nara Leão, João Gilberto, Tom Jobim. Todos eles ausentes no espaço ocupado por Luiz Carlos Maciel.

Pelos textos da coluna *underground* o leitor estava a par da estética do rock e seus desenvolvimentos na Inglaterra e nos EUA, a fusão do jazz com o rock, os teóricos da contracultura, o problema da guerra às drogas (que estava apenas começando no período). Soube sobre festivais como o de Woodstock (1969) e de filmes como *Easy Rider* (1969). De cursos de temas da contracultura em uma “anti universidade” em Londres. Das impressões de Caetano Veloso e Gilberto Gil sobre o festival de Bath, na Inglaterra. De uma suposta influência da música de Jimi Hendrix em Gilberto Gil. De semelhanças no estilo vocal de Gal Costa com Janis Joplin.

Também foi Luiz Carlos Maciel que entrevistou Richie Havens, um dos músicos que havia marcado o festival de Woodstock no ano anterior, por ocasião de sua vinda ao Brasil para a fase internacional do Festival Internacional da Canção, da TV Globo.

Podemos considerar que a coluna “Underground” funcionou como uma “janela para o mundo”, em temas muito importantes para a juventude. Sua posição independente contrariava tanto os interesses moralistas do Regime Militar como os rumos da contestação da esquerda tradicional, muito focada em cultura nacional e no confronto político direto pelo controle do Estado. Ao longo dos anos 1970 foi possível perceber cada vez mais que as posições de Luiz Carlos Maciel assumiriam maior importância frente às grandes questões do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

CAPELLARI, Marcos Alexandre. *O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2007.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini. *Sentinelas da tradição: a constituição da autenticidade no samba e no choro*. São Paulo: EDUSP, 2018.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 13 de 13



A PESQUISA AUTOETNOGRÁFICA NA INVESTIGAÇÃO DA EXPRESSÃO PARTICULAR¹

Ricardo Moreira - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Curitiba II, ricardmar21@gmail.com

Francisco Gaspar Neto - Orientador
Unespar/*Campus* Curitiba II, francisco.gaspar@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa surgiu com o objetivo de investigar a composição coreográfica a partir dos procedimentos autoetnográficos tendo como inspiração a Investigação do Movimento Particular (IMP) (ADUR, RAMOS, MACHADO, 2017). O IMP é um espaço de formação e troca de experiências a partir das manifestações das singularidades de cada indivíduo, atuando e modificando o âmbito coletivo, onde são construídos saberes através da experiência com o corpo e afetos. Mostrarei mais à frente de que modo o corpo é matéria prima para a investigação sensível nas suas relações com o meio, outros corpos, objetos e eventos através da atenção, da imaginação e da emoção (GASPAR NETO, 2016).

O IMP surgiu em 2007 como projeto da bailarina e pesquisadora brasileira Juliana Adur². Na época, Juliana estava estudando dança em Lisboa, Portugal. Com seu retorno ao

¹ O título original deste projeto era A pesquisa autoetnográfica na Investigação do Movimento Particular. No entanto, no decorrer da pesquisa e no contato com outros modos de composição cênica, decidi dar ênfase ao termo “particular”, mais do que aos estudos da estratégia de criação Movimento Particular.

² Juliana Adur é Formada em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-graduada em Arte Contemporânea pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP/PR). É assistente de direção e bailarina-criadora da desCompanhia de dança desde 2003, além de preparadora corporal e diretora de movimento da Súbita Companhia de Teatro desde 2007. Orienta um grupo de pesquisa e instrumentalização do corpo do ator chamado Corpos em Movimento no Pé no Palco Atividades Artísticas desde 2010, atuando atualmente com aulas para adolescentes no Projeto Crescer com Arte. Também trabalha como preparadora corporal e coreógrafa do Círculo de Encenação Teatral, companhia estável de teatro da escola Pé no Palco. É coordenadora de um núcleo de pesquisa em dança intitulado IMP - Investigação do MovimentoParticular no Vila Arte Espaço de Dança desde 2007, onde já orientou mais de 50 novos artistas criadores e inúmeros trabalhos inéditos em dança



Brasil e com o desejo de continuar sua pesquisa, decidiu que daria início a esse projeto com o objetivo de ser um espaço de investigação do movimento, troca de experiências e criação artística. Junto com ela a equipe composta por Cindy Napoli³ na produção, Máira Lour⁴ e Gabriel Machado⁵, IMPistas de edições passadas, que agregaram para ministrar oficinas e contribuir na orientação das criações de IMPistas selecionados para serem residentes no período de um ano. Entre as oficinas e o período de criação dos artistas, o IMP promoveu dois LABs (mostras de compartilhamentos dos processos criativos). Nesta edição, entrei no IMP como ouvinte. Os organizadores gostaram muito da minha inscrição, mas como não tinha tanta experiência como os demais selecionados fui convidado nessa condição e aceitei completamente.

contemporânea. Foi bolsista da Casa Hoffmann? Centro de Estudos do Movimento durante 2 anos (2003 e 2007), recebendo formação de profissionais de excelência na área da dança do Brasil e do mundo. Concluiu a Formação Intensiva Acompanhada do c.e.m - centro em movimento (Lisboa/PT), sob a orientação de Sofia Neuparth (2005/2006), onde estudou com Ainhoa Vidal, Yola Pinto, Peter Michael Ditz, Howard Solenkar, Margarida Agostinho e Luz daCâmara.

³ Cindy Napoli é sócia e produtora executiva da Rumo de Cultura e diretora de produção da desCompanhia de dança e do IMP - Investigação do Movimento Particular(núcleo de pesquisa em dança). Trabalha em parceria com a produtora Ruído CWB na produção de eventos e festivais. Idealizadora e gestora da Casa Quatro Ventos - movimento e arte, inaugurada em 2017 junto com os artistas Augusto Ribeiro, Diego Marchioro e Juliana Caimi.

⁴ Máira Lour é diretora, dramaturga, arte educadora, atriz e pesquisadora em artes cênicas. Diretora artística da Súbita Companhia; integrante do Núcleo de dança IMP – Investigação do Movimento Particular; idealizadora e apresentadora do Podcast Por trás da cena da Flutua Produções. Artista interessada pela intersecção entre teatro, dança, audiovisual e literatura, dedica-se à pesquisa de autoras mulheres Latinoamericanas; criação de dramaturgia e encenação contemporânea, estudos do corpo e práticas de criação colaborativa. Diretora convidada do Directors Lab 2018 no Lincoln Center NYC, participou de residência em dramaturgia e criação coreográfica - intercâmbio Brasil/Argentina pelo Programa Iberescena, participou de estágio de treinamento com a SITI Company dirigido por Anne Bogart, compôs a Delegação de Criadores das Américas para participação do IV Festival TransAmérique Danse et Théâtre, Montréal – Canadá.

⁵ Gabriel Machado é artista e pesquisador da dança em suas diferentes interfaces. Mestrando em Artes da Cena pela Universidade Federal do Rio Janeiro (UFRJ), investiga monstrosidades, processos de simbioses e alianças entre diferentes organismos. Graduado em Artes Cênicas pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR - FAP). Foi Bolsista-residente da Casa Hoffmann - Centro de Estudo do Movimento (2011-2012). Integrante-fundador da Selvática Ações Artísticas e da Casa Selvática (2011). Também foi artista colaborador, professor e coorientador do núcleo de pesquisa em dança IMP - Investigação do Movimento Particular (2009-2021). Nos últimos 10 anos recebeu diversas premiações nacionais e internacionais como o Prêmio Funarte Klauss Vianna de Dança (2012 e 2014), Prêmio Funarte Myriam Muniz de Teatro (2013 e 2015) e Programa Iberescena de apoio a artistas ibero-americanos (2016,2018, 2019 e 2020). Apresentou suas obras e realizou residências artísticas em diferentes cidades da América Latina, Europa e África.



O primeiro semestre foi de práticas e oficinas; as práticas de investigação de movimento direcionando a atenção para os desejos que o corpo tinha de movimentar naquele momento, e as Oficinas de Viewpoints⁶ e de escrita performática⁷, entre outras. No segundo semestre começamos com os procedimentos de composição, sempre em diálogo com o coletivo, compartilhando as composições e recebendo feedbacks. Por fim eu, como os demais bolsistas, compus um solo que foi apresentado no primeiro LAB_ para o público externo. Este foi outro momento de receber retorno do meu processo de criação de pessoas que eu nem conhecia.

O segundo LAB_ que aconteceu na Casa Hoffman⁸, em Curitiba, foi mais elaborado, a composição do solo havia avançado bastante sob a orientação da Maira Lour. Foi uma experiência muito rica, que relaciono com essa pesquisa, pelas características de Investigação ao movimento, com outras práticas, outras oficinas e o conceito de Particular que me parece se relacionar com a pesquisa autoetnográfica.

Um dia em que eu pedalava, um carro passou e o motorista gritou, bichona, essa palavra ficou reverberando em mim, então anotei ela, troquei o ch por x e usei para dar nome ao solo BIXONA. Esse trabalho começava com um foco central me revelando em cena, vestido com uma roupa social, calça e terno da cor cinza. Lentamente com o corpo enrijecido, realizava gestos característicos da heteronormatividade, como coçar o saco, puxar o ar entre os dentes, arminha com os dedos e escarrar. Esses gestos foram tomando proporção e ficando cada vez mais intensos e expansivos até que em uma quebra repentina, retirava calmamente os sapatos, depois a calça, dobrava e colocava no cabide, depois o terno, e por último a camisa revelando uma camiseta azul bebê estampada com um ursinho que eu vestia por baixo e um shortinho azul com detalhe rosa. Colocava o cabide com a roupa social em um varal que

⁶ Os Viewpoints são uma filosofia traduzida em uma técnica para treinar performers a reconstruir coletivos, criar movimento para o palco. É uma série de nomes dados a certos princípios de movimento através do tempo e do espaço; esses nomes constituem uma linguagem para falar sobre o que acontece no palco.

⁷ Oficina que ocorreu no IMP de 2017 ministrada por Gabriel Machado caracterizada por escritas pelo chão, em curvas, retas, com cores diferentes, com interações com as escritas entre os participantes, com palavras e frases surgidas a cada momento e inspiradas por outras escritas no ambiente.

⁸ Sede da Consultoria de Dança da Fundação Cultural de Curitiba e referência nacional para a pesquisa do corpo, movimento e dança. Inaugurada em 2003, como Centro de Estudos do Movimento.



atravessava a cena, e nesse momento o peso dessa roupa a levava ao chão. Eu caminhava até a boca de cena e contava diretamente para o público, um almoço de família quando eu era pequeno, que gostava de dançar com minha prima e um tio fez um comentário homofônico. A palavraxe transformava no gesto que poderia ser representação da força ou um soco na cabeça, que me empurrava para o fundo da cena onde eu me despia da camiseta e fazia dela como uma criança viada faz de uma camiseta, seus longos cabelos. Começava a tocar a música da Abba, Dance Queen. Eu dançava livremente pelo palco, enquanto a dança se finalizava, eu tirava a roupa e concluía essa dança, completamente nu. Me posicionava no canto esquerdo do palco em um foco, a luz da plateia se acendia e eu ficava durante a música ‘Se a gente se entender’ da Angélica parado, olhando diretamente para os olhares, um por um. Quando a música terminava eu me vestia com uma camiseta vermelha supergrande, que no meu corpo ficava como se fosse um vestido e encerrava o solo dançando o que poderia ser a comemoração de estar viva, apesar das mortes que já tinha vivido e que ainda tinha para viver, a última dança.

Do IMP, me interessa a palavra Particular que segundo o Dicio - Dicionário Online de Português (2023), significa:

Que pertence exclusivamente a certas pessoas ou coisas. De teor ou natureza individual, próprio de cada pessoa; pessoal. De uso exclusivo de uma pessoa; privado, especial. Pouco ou nada comum; invulgar, extraordinário. Desenvolvido com riqueza de detalhes; detalhado, pormenorizado. De aplicação individual, que não se estende aos demais indivíduos. De incidência rara; singular.

O interesse pela palavra particular é como se perceber como fonte de conhecimento, de material interessante para o movimento, que pertence exclusivamente a cada indivíduo. É muito pessoal como cada pessoa vai perceber as reverberações do ambiente e comovai se relacionar com isso, criando, imaginando, ampliando um interesse, que pode ser um movimento simples da própria respiração, isso é especial.

A autoetnografia tem esse lugar de se considerar em relação ao meio. Uma escrita sobre o que foi descoberto de si, do que tem de particular, que é próprio. Atentar-se aos movimentos internos e particulares promovidos pelas experiências e assim investigar a própria prática.



A auto-etnografia (próxima da autobiografia, dos relatórios sobre si, das histórias de vida, dos relatos anedóticos) se caracteriza por uma escrita do “eu” que permite o ir e vir entre a experiência pessoal e as dimensões culturais a fim de colocar em ressonância a parte interior e mais sensível de si. (FORTIN, 2009, pg. 89)

Por isso, relaciono o particular como a prática artística de olhar como se tivesse uma lupa para si, para o que é particular e especial e a autoetnografia como método para registro desse processo pessoal. Essa relação é melhor entendida de acordo com o que é estabelecido por Klara Friederike Kock, Christiane Kleinübing Godoi e Fernando César Lenz (2012, p. 95), a autoetnografia:

[...] representa um gênero da etnografia que aprofunda a pesquisa nas múltiplas lacunas da consciência do indivíduo relacionando-o com o meio em que está inserido através da experiência pessoal. O pesquisador analisa os aspectos culturais e sociais ao seu redor, *outward*, para em seguida realizar uma análise interna do si mesmo, *inward* tornando-se assim, vulnerável à resistência cultural e às interpretações.

Este processo que vai do *outward* para o *inward* é ao mesmo tempo conhecimento e invenção de si e do mundo. Ambas as perspectivas não estão separadas se tomarmos como pressuposto, por exemplo, o conceito de enacção dos biólogos chilenos Francisco Varela e Humberto Maturana (1995), pelo qual sujeito e ambiente não são tomados como substâncias absolutamente separadas, mas codependentes, em um acoplamento estrutural em interação contínua. Deste modo, o conhecimento é um processo ativo e não somente o processamento de informações advindas do meio exterior, ou seja, os sujeitos mais constroem o mundo do que o representam.

A conjugação das estratégias do IMP e da Autoetnografia, no campo da criação coreográfica, aponta para outro caminho diferente das modalidades de danças que se utilizam de movimentos pré-estabelecidos, que repousam mais no campo da reprodução do que da experimentação. Essa relação tornou-se uma aposta metodológica de registro voltada para a experiência individual e cotidiana no âmbito da criação em dança teatro, pretendendo responder questões como: Quais movimentos esse tipo de investigação permitirá descobrir? Quais imagens? Estas foram questões iniciais que projetaram a trajetória para essa pesquisa. Com o decorrer das investigações, focado na diferença inicial entre reprodução e experimentação, esta pesquisa articulou-se com a pesquisa do Prof. Dr. Francisco Gaspar Neto



a respeito de autoetnografia, da pesquisa em arte e da ontogênese da obra performática cênica, principalmente no que diz respeito aos estudos realizados no projeto de extensão Oficina de Invenções Distraídas e do Grupo de Estudos da Escambau realizados no Campus de Curitiba II da UNESPAR. O projeto de extensão focou nas estratégias de composição cênica, principalmente Modo Operativo AND, Composição em Tempo Real e Arrumação para identificar o diálogo dinâmico entre os sujeitos e o coletivo, tendo como um dos aspectos identificar e investigar os enunciados coletivos explicados no que Virginia Kastrupp (2005) denominou de uma estranha primeira pessoa coletiva. Já o Grupo de Estudos da Cena Escambau dedicou-se à investigação da dimensão autoetnográfica em exercícios de teatro (inclusive dramatúrgicos), dança e performance e não em processos de criação e apresentação/recepção de uma obra artística. O grupo de estudos tem sido o campo que dá continuidade às pesquisas de Francisco Gaspar Neto que procura identificar, nas variadas proposições dos exercícios, suas dimensões de imposição e de proposição, que se articulam com as dimensões de reprodução e experimentação, respectivamente.

Deste modo, no decorrer desta apresentação, farei o relato das minhas experiências na prática do IMP, nos encontros do projeto de extensão Oficina de Invenções Distraídas e do Grupo de Estudos da Cena Escambau a partir das estratégias autoetnográficas e que, ao final, se juntarão ao relato retroativo de minhas experiências anteriores com processos criativos a fim de identificar no meu processo de formação artística quais práticas foram mais afeitas à reprodução ou à experimentação.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa de caráter qualitativo se desenvolve a partir do método autoetnográfico que permite a cada sujeito investigar e descrever os territórios particulares, dos processos de criação e experimentação artística, na relação com os ambientes, com objetos, pessoas e acontecimentos, inventando modos de analisar e relatar próprios e a cada vez, a cada momento, modificar o pensamento. Deste modo, é o corpo a matéria primeira da investigação sensível na qual esta pesquisa se estabelece.

O compartilhamento das experiências individuais do corpo presente pode propor temas, imagens e movimentos para a composição cênica. Proponho a imagem das pontas dos dedos



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

porque se voltarmos a atenção para essa parte do corpo tão próxima, podemos observar movimento, textura, formas. São elementos que captam os sentidos do presente, coletando dados do ambiente, e isso é matéria prima para a criação. Perceber micros movimentos possibilita ampliá-los, que continua a partir dos desejos que “eu corpo” sente no instante. É uma maneira de descrever as ações do corpo no instante, depois anotar essas percepções no papel coletando dados autoetnográficos. A relação com a arquitetura, com as texturas e com as distâncias pode promover imagens potentes de significados e para a criação, isso é prato cheio para o processo criativo. Sobre a imagem da ponta dos dedos, quais informações se pode tirar? Um labirinto em espiral, como o corpo se relaciona com isso, como ampliar essa informação? Quais possíveis leituras esse movimento pode proporcionar? Alguém que está olhando para a ponta dos dedos, o que isso pode significar? Uma ação simples que pode se desdobrar em muitas outras informações e reflexões para criar algo a partir disso? Tenho na ponta do dedo um labirinto, um desenho particular, minha digital, igual a todas as pessoas que também possuem uma digital na ponta dos dedos e particulares a elas, únicas. Por exemplo, uma pessoa caminhando em cena, é uma ação simples, mas quando estamos assistindo podemos nos perguntar. Para onde ela vai? De onde ela vem? Se está com pressa ou não. Entre as oficinas que tivemos, uma delas se relaciona com essa última imagem. O trabalho da atenção ministrado pelo artista visual e ator Rafael Rodrigues, que tratarei mais adiante, é um trabalho de atenção aos próprios impulsos de movimentos internos, mesmo os micromovimentos, enquanto outra pessoa observa; esta outra pessoa testemunha o que vê do outro enquanto percebe seus próprios movimentos internos, testemunhando a si e ao outro no processo. A técnica experimentada é um exercício de Movimento Autêntico, método somático de investigação teórica e prática do movimento, tento do corpo enquanto imaginação, emoção e atenção quanto dos seus gestos, movimentos e expressões narrativas. O objetivo do Movimento Autêntico é apurar a atenção aos impulsos corporais, mapeando o que enseja seus movimentos. Tanto o exemplo da atenção à ponta do dedo quanto a narrativa do exercício do Movimento Autêntico remetem a um tipo de percepção pela qual o mundo é tomado nas suas qualidades sensíveis, pelo rastreio próximo do tato e não através da distância do olhar: “um modo de conhecer o mundo no seu nascimento, como multiplicidade e movimento” (GASPAR NETO, 2016, p. 79).

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 7 de 15



No atual estágio da pesquisa de Francisco Gaspar Neto, Sentidos da Obra Coletiva Performática: investigações ao redor da autoetnografia, Pesquisa Baseada em Artes e Ontogênese da obra coletiva performática, métodos de investigação a partir do corpo como IMP e Movimento Autêntico são pensados nas suas dimensões de aprendizagem sensível por contato, não mediada pelos dados do mundo, caracterizados como exercícios propositivos. Embora estes exercícios sejam da ordem da experimentação, mais do que de reprodução, a aposta é que eles ainda se situam a meio caminho dos exercícios performativos, cujos próprios enunciados já são experimentação, como, por exemplo, os Exercícios Mentais de Bruce Nauman de 1974 ou a Práxis Diagramática de Erin Manning⁹. Agora, pode-se considerar a autoetnografia como uma escrita de si que permite o tráfego entre as experiências pessoais e as construções coletivas, sociais e culturais e que faz do objeto artístico meio de produção de conhecimento próprio ao fazer artístico (FORTIN, 2009).

Assim, no contexto da pesquisa de Francisco Gaspar Neto, a dimensão autoetnográfica não ocorre somente no âmbito dos processos de criação artística, obra acabada e recepção, mas também no dos exercícios de criação, suas elaborações, seus contextos ideológicos e epistemológicos, assim como na estruturação de seus meios de informação¹⁰.

Natali Manfrin (2022) define a autoetnografia um modo de pesquisa sustentada pelo corpo, sendo também criação; a autora enxerga a autoetnografia não apenas como um método de pesquisa, mas como poesia e assim, nas suas palavras: “Essa escrita, para mim, representa uma emancipação do engessamento do modo de se fazer ciência e arte, não apenas como um método de pesquisa, mas enxergo a autoetnografia sendo poesia e, portanto, uma forma de arte.” Neste contexto, na prática dos exercícios cênicos (IMP e outros) o corpo se torna a sustentação da pesquisa qualitativa e autoetnográfica. É este corpo, representado aqui pela ponta dos dedos, que articula no movimento desta pesquisa os ambientes, os movimentos, as

⁹ A este respeito ver Natali Manfrin e Francisco Gaspar Neto. Diários da Autoetnografia em Exercício: Processos e Criações In. Anais do Seminário de integração: IV SIPEC - IX EAIC - VI EAEX - IV EAITI - EAIC JR. 2022, on-line, artigo, 2022. E também ver Gabriel Doria Rachwal e Francisco Gaspar Neto. Exercício, pesquisa, fome e infertilidade profissional In. Anais do Seminário de integração: IV SIPEC - IX EAIC - VI EAEX - IV EAITI - EAIC JR. 2022, on-line, artigo, 2022.

¹⁰ A respeito do uso específico do conceito de informação ver Gilbert Simondon. A Individuação à luz das noções de forma e informação. São Paulo: Ed. 34, 2020.



relações sendo pensamento tátil que produz formas novas de pensarmos a pesquisa. Para resumir brevemente as bibliografias que deram base a essa pesquisa, início com Investigação do Movimento Particular. A fenomenologia foi um método desenvolvido primeiramente por Edmund Husserl (1859-1930). Para esse filósofo o mundo pode ser compreendido pela forma que se apresenta para a consciência humana que por sua vez dá sentido às coisas, conhecer as coisas que se apresentam. Por tanto o sujeito que conhece algo também toma conhecimento de si. Como sustenta Francisco Gaspar Neto (2013, pp. 2 e 3). O objetivo de Husserl era descobrir os processos puramente mentais e reduzir a experiência humana a essas estruturas essenciais, além de mostrar como o mundo humano é gerado a partir dela. Isso levou à conclusão de que para conhecer o mundo era preciso conhecer a própria estrutura do conhecimento e, conseqüentemente, essa estrutura só pode ser conhecida pela própria mente. Husserl coloca no centro das suas investigações o mecanismo que leva à cognição e não as opiniões que se colam a ela.

No IMP, a fenomenologia é estudada para abordar os modos corporais na investigação do processo de criação:

A fenomenologia traz uma compreensão de consciência que é a de uma vivência do homem no mundo, e que confere ao homem um saber que é seu, individual e particular, uma consciência do seu ser no mundo, do seu corpo e da capacidade de aprender do corpo. (ROSA, 2008, p.66)

Com o objetivo de inserir a participante investigadora do movimento no ambiente atento aos estímulos, com o corpo poroso e explorar ao máximo os estímulos do ambiente aguçar a percepção dos participantes através dos exercícios propostos, Juliana Adur faz uma citação para explicar melhor como ela aborda a ideia da percepção “perceber é um ato cognitivo que perpassa nossa própria vontade, e por isso se torna tão vital quanto respirar” (Heloisa Neves, 2007, pg.32). O IMP respeita, incentiva e potencializa as diferenças, cada participante é particular e isso é potência para o núcleo, que faz desde o início perguntas estimuladoras do tipo “Como você se comunica? Como você registra? Como você observa? Como você se movimenta? Como vê o próprio movimento? Como cria? Como dança? Como pensa dança?” (ADUR, 2018, pg. 29). Desde o primeiro ano o IMP tem promovido residências, laboratórios, apresentações com o objetivo de movimentar não só os interessados e envolvidos, mas também com a cidade.



Outro texto que contribuiu para o início da pesquisa foi “Pistas do método da cartografia” (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2009). No campo dos estudos da subjetividade a pesquisa qualitativa requer procedimentos mais abertos e inventivos. A realidade se apresenta de múltiplas maneiras e a pesquisa qualitativa pode constituir práticas cartográficas que se caracterizam mais por problematizar territórios existenciais do que reproduzir modelos já consagrados de pesquisa, através de questionamentos que levam a perguntar:

Como estudar processos acompanhando movimentos, mais do que aprendendo estruturas e estados de coisas? Investigando processos. Como lançar mão de um método igualmente processual? Como assegurar, no plano dos processos, a sintonia entre objeto e método? Desde o início estávamos cientes de que a elaboração do método da cartografia não poderia levar à formulação de regras ou protocolos. (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2009, pg. 8)

A cartografia propõe uma reversão metodológica, que ao invés de ter uma meta e então perceber o caminho para chegar nessa meta, reverte o sentido da investigação para atentar ao caminho e aí descobrir a meta, nas palavras de Regina Benevides e Eduardo Passos (2009, p. 17): “[...] não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (metá-hódos), mas o primado do caminhar que traça no percurso suas metas. A reversão, então, afirma um hódos-metá”. A aposta cartográfica não deve ser confundida com ausência de rigor, mas, ao contrário, sustentar o rigor no método do caminho, fazendo desse método uma atitude e não simplesmente método aplicado. As pistas que guiam o cartógrafo fazem a manutenção dessa atitude, que para ele se iguala à vida, se abre ao que será produzido e caminha no percurso da pesquisa. O cartógrafo é o caminho e não o agente da invenção, para inventar métodos que contribuirão para trilhar o caminho da investigação.

Sylvie Fortin (2009) em seu texto Contribuições possíveis da Etnografia e da Auto-Etnografia para a pesquisa na prática artística também teve grande relevância para essa pesquisa ao dizer que para compreender a prática artística será melhor colocar o pensamento em relação ao agir das práticas, que podem acontecer em estúdios, ateliês e que toma forma a partir de uma prática reflexiva do pesquisador em arte. Fortin (2009) demonstra que em grande parte das pesquisas em criação artística, a descrição e a reflexão empíricas de território de ação e existencial faz do observador a figura privilegiada da investigação, não por sua



distância do objeto, mas exatamente pelo oposto, como sujeito participante, no campo da imanência. Assim:

Os dados etnográficos e auto-etnográficos me aparecem como os materiais privilegiados para o estudo da prática artística. Os dados do campo levam a se deslocar do ponto de articulação entre um método em questão e uma forma de análise avaliada, assim que, da diversidade de suas utilizações, emerge, pouco a pouco, uma aproximação unificante, ultrapassando as tradições existentes da pesquisa. Eu encorajo assim o desenvolvimento possível de métodos de pesquisa adaptados às necessidades da prática artística. (FORTIN, 2009, p. 86).

A relação entre método Cartográfico e método Autoetnográfico permite situar a experimentação de exercícios de criação cênica no IMP, nos módulos do Grupo de Estudos da Cena Escambau e no projeto de extensão Oficina de Invenções distraídas como campos de investigação no qual os dados sensíveis, o jogo das forças, dos conjuntos disparatado de tendências em colisão e em coalisão (MANNING, 2015) produzem aos poucos a aproximação unificante de uma forma nascente. Este jogo de forças nasce da relação entre corpo e subjetividade, articulada com a relação entre o singular e o coletivo, seu coengendramento, ensejando modos de criação de si e do coletivo que invertem a seta metodológica, o metá-hodos acima descrito.

Neste momento, apresentar os materiais utilizados como fontes e embasamento teórico, além do método e metodologias utilizados durante o período de vigência da pesquisa científica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção vou destacar alguns eventos que considero significativos para a discussão do projeto em questão. No decorrer do segundo semestre do ano de 2022, experimentamos encontros presenciais em um dos estúdios do TELAB, no grupo de extensão Oficina de Invenções Distraídas. Onde fizemos práticas de criação de mapas mentais a partir de relatos de sonhos, práticas performativas a partir de elementos desses mapas como por exemplo a máquina de anti-gravidade. Começamos com MO AND, Composição em Tempo Real, Arrumação em que nós relacionamos com objetos espalhados pelo estúdio e conforme “arrumávamos” e “desarrumávamos” no espaço, memórias e invenções se misturavam em



movimentos e possíveis dramaturgias. Identifiquei nessas ações possibilidades para uma dança coletiva com objetos e textos.

Num dos encontros o prof. Dr. Francisco Gaspar Neto conduziu o exercício “Práxis Diagramática” proposto por Erin Manning (2013). Neste exercício, iniciamos de olhos fechados imaginando um diagrama no espaço da sala de ensaio, em seguida imaginamos como pode ser nosso deslocamento até um ponto do diagrama, então nos movemos virtualmente da maneira em que imaginamos até o ponto escolhido no diagrama. O diagrama são linhas fictícias entrelaçadas no espaço, que se torna um lugar virtual na mente. Começamos cruzando essas linhas de olhos fechados. Cada pessoa imagina o diagrama de um jeito, às vezes com linhas luminosas, às vezes espaçosas e às vezes curtas como as de um caderno quadriculado que geralmente é usado para estudos de matemática. Esse deslocamento no diagrama me pareceu como uma dança improvisada ou experimentada.

Outro momento que destaco como uma experimentação muito interessante e que gerou movimentos de composição que acredito serem importantes, foi em um encontro do grupo de extensão Arrumação da UNESPAR no segundo semestre de 2022. Era para resgatarmos um sonho, escolhi um, que eu tinha sonhado naquela semana. Eu estava em uma paisagem de cascatas, cachoeiras e cataratas, lugares muito altos, lembro de sentir a sensação da altura. e de repente avistei uma construção quadrada de ferro da cor vermelha por entre os verdes das árvores; bem em cima de uma das cachoeiras avistei outro espaço rochoso e extenso, era um espaço de uma catarata que não escorria água, mas que ainda seria ligado de alguma forma para a água começar a cair, as pessoas no sonho estavam esperando esse momento. Para performar esse sonho escolhi a janela do estúdio, tinha uma coisa, um isopor vermelho pendurado na árvore do lado de fora do estúdio, então sugeri que olhássemos da janela para aquilo vermelho enquanto eu jogava a água da garrafa na beirada da janela para escorrer do alto como as cascatas, cachoeiras e cataratas do meu sonho. O movimento que esse exercício proporcionou foi de um resgate mental para os detalhes do sonho e até as escolhas de como esse sonho seria performado, foi uma experimentação de ações potentes para o momento. O sonho é a expressão de uma memória de um inconsciente singular; performar o sonho com a matéria disponível no espaço coletivo de trabalho, no ateliê, é produzir modificações no ambiente promovendo encontros não esperados no coletivo. Entendo que aqui se traduz o



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

mesmo movimento já demonstrado na parte dedicada à autoetnografia, movimento entre *outward* e *inward*, coemergência entre coletivo e singularidade, e que atualiza aquilo que foi dito no princípio deste trabalho: “O IMP é um espaço de formação e troca de experiências a partir das manifestações das singularidades de cada indivíduo, atuando e modificando o âmbito coletivo, onde são construídos saberes através da experiência com o corpo e afetos” (ver página 01)

O Grupo de Pesquisa Escambau, se caracterizou como ciclo de oficinas dedicadas a exercícios teatrais, de dança e performáticos. O primeiro ciclo foi Oficina em exercício e ato (mentais) ministrada pelas artistas Gabriel Rachwal e Nátali Manfrin que trouxeram o Exercício Mental de Bruce Nauman *Instructions for a Mental Exercise* (1974)¹¹, com indicações de como ficar por um determinado tempo, meia hora, deitado no chão de bruços e se afundar no chão, depois com o corpo voltado para cima e deixar o chão se elevar ao redor. Nesse exercício o maior movimento é mental, como deixar o chão se elevar? Como afundar no chão? É um movimento de sensações sentir o chão se elevando e sentir ele se afundando. Essa experiência me fez lembrar em um exercício do IMP em que nos movemos na velocidade rápida e através de um comando, parávamos e sentíamos o movimento continuar no corpo parado, era um movimento interno que se misturava com o movimento mental, e mais uma vez a sensação de estar parado com o movimento acontecendo internamente no corpo. Em outro ciclo, ministrado pelo artista visual, ator e performer Rafael Rodrigues, fizemos o exercício de nos atentar para os micromovimentos do corpo em um espaço/tempo dilatado. Sentir as pulsões do instante em que o corpo tinha para se mover e permitir atentamente seguir nessa movimentação, testemunhando a movimentação uns dos outros, é um trabalho de testemunho dos impulsos que o corpo tem para mover. Em círculo, dávamos as mãos para nos conectar uns com os outros, uma atitude de acolhimento, então alguém se colocava no centro da roda para de olhos fechados, com muita calma, começar o testemunho dos impulsos internos e se permitir expressá-los, quem ficava de fora também testemunhava a si próprio em relação a outra pessoa no centro do círculo. Estas experiências como o exercício

¹¹ A este respeito ver MANGRIN, N.; GASPAR NETO, F. Diários da Autoetnografia em Exercício: Processos e Criações In. Anais do Seminário de integração: IV SIPEC – IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – EAIC JR. 2022, on-line, artigo, 2022.



mental, do sonho, o trabalho da atenção, investigação do movimento particular, em que momento podemos dizer que isso deixa de ser processo e passa a ser obra artística? Pensar sobre isso me faz lembrar de momentos em que os processos chegaram a algum resultado que foram apresentados ao público como obra artística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas experiências que tenho com a dança contemporânea, balé e dança moderna, ambas as técnicas têm em comum no processo dois momentos, o de aula, em que praticamos exercícios de flexibilidade e fortalecimento de musculaturas específicas, que contribuem para a execução dos movimentos. O segundo momento dos ensaios, em que a pessoa que está coreografando passa a sequência de movimentos e no decorrer do processo vamos encaixando no tempo da música, afinando para que executemos juntos com o maior número de detalhes possíveis para que sejam iguais e também colocar emoções nos movimentos. Eu costumo criar subtítulos para as sequências coreográficas, uma frase que possa significar o movimento, muitas vezes a partir de indicações que a coreógrafa(o) me passa. Identifico nessas técnicas de dança um lugar de reprodução em conjunto, uma pessoa desenvolve a obra, cria a sequência, passa as bailarinas(os) que reproduzem as sequências, colocam emoções nas sequências, subtítulos, um dia após o outros, cada dia de um jeito, mas sempre na busca de ser igual para chegar no palco com esse mesmo objetivo. Processos que entram uma pitada de teatro também são assim. Quando desenvolvi o solo BIXONA no IMP, o processo foi pela busca e experimentação no estúdio. Quando brilhava uma coisa interessante, anotava, repetia e ia organizando até chegar um momento em que o trabalho como obra era estabelecido e então eu reproduzia para ir ajustando detalhes até o momento da apresentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FORTIN, Sylvie. Contribuições possíveis da etnografia e da auto-etnografia para a pesquisa na prática artística In. **Revista Cena**, n. 7, 2009.

GASPAR NETO, F. A. . Ciclo Básico da Époché nas Ações Físicas de Stanislavski. In: **VI Jornada Latino Americana de Estudos Teatrais**, 2013, Blumenau. VI Jornada Latino-Americana de Estudos Teatrais, 2013.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

MANFRIN, N.; GASPAR NETO, F. Diários da Autoetnografia em Exercício: Processos e Criações In. **Anais do Seminário de integração: IV SIPEC - IX EAIC - VI EAEX - IV EAITI - EAIC JR**. 2022, on-line, artigo, 2022.

MANNING, Erin. **Always More Than One: Individuation's Dance**. Durham and London: Duke University Press, 2013.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**. Campinas: Psy, 1995.

PARTICULAR. In: Dicio – **Dicionário online de Português**. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/particular/>, ago. 10, 2023.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org.). **Pistas do método de cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. 1a ed. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROSA, Luciana. **Uma experiência fenomenológica: o corpo que dança**. IN Meyer, S.; Xavier, J.; Torres, V. Joinville: Letrodàgua, 2008.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 15 de 15



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





A LITERATURA AMERÍNDIA NUMA PERSPECTIVA INTERCULTURAL

Sabrinna Andriely Iucker (Voluntária)
Unespar/Campus União da Vitória, sabrinnaiucker@gmail.com

Caio Ricardo Bona Moreira - Orientador
Unespar/Campus União da Vitória, caiorbmoreira@gmail.com

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário - PIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Disseminar as poéticas ameríndias é uma maneira valiosa de promover um conhecimento acerca dos povos originários, cuja cultura, infelizmente, ainda não recebe a devida atenção no contexto educacional e social. Este trabalho parte do livro *Nós: Uma Antologia de Literatura Indígena*, organizado por Maurício Negro (2019), com o objetivo de desenvolver uma investigação acerca das textualidades literárias indígenas, e de fomentar a sua introdução nas aulas de língua portuguesa, a partir de uma perspectiva decolonial e livre de estereótipos. A obra reúne contos de diversas comunidades indígenas e traz contribuições de autores, como Lia Minápoty, Aline Ngrenhtabare L. Kayapó, Ariabo Kezo, Edson Krenak, Tiago Hakiy, Edson Kayapó, Estevão Carlos Taukane, Cristino Wapichana, Jera Poty Mirim, Rosi Waikhon, Yaguarê Yamã e Jaime Diakara.

Como forma de possibilitar a disseminação das poéticas ameríndias em sala de aula, desenvolvemos uma Sequência Didática, escolhendo para análise um dos contos que integram o livro. Trata-se de "Os Raios Luminosos", de Jera Poty Mirim. Nele, encontramos a história da anta e do jabuti, dois animais que se amavam. Eles vivem na floresta desde que nasceram, enfrentando a melancolia de não poderem ficar juntos devido à lei da floresta, que proíbe a união entre animais de espécies diferentes. Por meio desse conto, em sala de aula, podemos observar a riqueza do pensamento e da escrita indígenas, bem como explorar temas como o amor, identidade, transformação e a relação entre humanos e a natureza. Além disso, podemos aprofundar o estudo da cultura Guarani Mbyá e discutir as diferenças entre as crenças dos



alunos e dos indígenas, não apenas em relação à sua origem, mas também à forma como essas histórias são narradas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Dentro da presente pesquisa foi feito um mapeamento e análise, bem como, uma discussão acerca das textualidades ameríndias de variadas etnias brasileiras, visando à inserção dessas poéticas em sala de aula. O trabalho teve como base o livro *Nós: Uma antologia de literatura indígena*, organizado e ilustrado por Mauricio Negro (2019), trazendo-o para o universo da pesquisa e reconhecendo a sua importância para a educação, considerando aspectos políticos e sociais, a fim de reconhecer e visibilizar a presença dessas obras no cenário literário, acadêmico e escolar. Em relação ao organizador do livro é importante observar que ele é um pesquisador não-indígena que visa a divulgar esse universo cosmológico e está muito ligado à causa, organizando recentemente, por exemplo, uma antologia de contos escritos por mulheres indígenas.

O título “*Nós*” traz a ideia de pertencimento, referindo-se à ligação com a terra, o lugar de nosso nascimento e nossas raízes. Essa conexão é especialmente significativa quando pensamos nos povos indígenas, que cuidam da terra como um bem precioso, crendo ser este o modo como todo o ser vivo deveria cuidar. A palavra “*Nós*” também faz referência aos vínculos e laços que unem e, ao mesmo tempo, dividem a chamada “civilização” branca quando se trata de cultura e tradição. Por muito tempo, essa cultura foi imposta como única e verdadeira, tentando suprimir e marginalizar as diversas tradições descendentes dos povos nativos.

A disseminação e propagação da prosa ameríndia tem o poder de tornar conhecida a heterogeneidade dos povos originários. A pesquisa concentrou seu foco na leitura de livros como *Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque* (THIÉL, 2012), voltado para os professores em formação continuada, principalmente do ensino médio. O livro trata da importância de trabalho com a literatura indígena. Para Thiel, “O estudo da literatura indígena conduz a uma reflexão sobre o outro, o diferente, e sua inclusão/exclusão na sociedade contemporânea, no espaço urbano e na produção literária global e local” (THIÉL, 2012, p. 09).



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

Ademais, a pesquisa estuda teóricos como Eduardo Viveiros de Castro, com a teoria do perspectivismo e seus conceitos antropológicos. Em *Metafísicas Canibais* (2015, p.21) Viveiros de Castro observar que a antropologia deve assumir o papel de "descolonização permanente do pensamento", mesmo que por vezes ainda acreditem que ela assuma o papel de "espelho da sociedade". Não podemos também considerar que todo discurso europeu com relação aos povos de tradição não europeia serve para iluminar nossas representações do outro. De certo modo, segundo Maniglier (*apud* VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 21), a verdadeira antropologia nos devolve uma imagem de nós mesmos e essa não reconhecemos mais. No fundo, essa imersão na cultura do outro revela muito do que somos.

A presente pesquisa está baseada nas Leis Federais n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, que tratam da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro e indígena em todo o currículo escolar. Pensando nas atividades escolares, logo no parágrafo primeiro há uma explanação sobre os conteúdos a serem ministrados:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008, p. 01).

A Lei Federal nº 11.645/2008 estabelece a obrigatoriedade de incluir o estudo da história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros ao longo do ano em todo o currículo escolar, fator este que foi incentivador das discussões sobre literatura ameríndia no contexto educacional. Essa lei deu voz a esses dois grupos étnicos, além disso, surge como uma aliada para a disseminação de suas poéticas e da quebra de estereótipos no contexto educacional. Graças a essa legislação, hoje temos a oportunidade de introduzir escritores indígenas nas salas de aula, permitindo que suas culturas sejam reconhecidas e respeitadas pelos estudantes. É essencial retratar a rica diversidade étnica presente na América Latina, composta por mais de 45 milhões de pessoas indígena, um número significativo que merece

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 3 de 14



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





ser apresentado em sala de aula para enriquecer o conhecimento dos nossos alunos. Portanto, é importante proporcionar a eles a oportunidade de interagir com essa poética, pois a literatura pode ser um lugar importante de passagem para uma nova relação entre sujeitos oriundos de povos diversificados dentro de uma mesma macro-comunidade.

Algo muito presente na pesquisa é a busca do rompimento de estereótipos. Novas discussões vêm surgindo visando à disseminação da literatura ameríndia e à quebra desses estereótipos, de modo a entender como o mesmo se instaura e o perigo de se trabalhar somente com a literatura do colonizador. Nesse sentido, tomamos como base teórica o livro *“O perigo de uma história única”*, de Chimamanda Ngozi Adichie, que vai tratar justamente do perigo de se propagar estereótipos. A partir de seu livro, entendemos que contar a história a partir de outros pontos de vista nos traz um conhecimento gigantesco, visto que, conhecer mais de uma realidade acaba por tornar o leitor, pesquisador, aluno e professor, seres mais empáticos e que não propagam estereótipos criados de forma errônea e pejorativa. Para Adichie, “as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar”. Por meio desse livro evidencia-se a força e a importância social que a retomada da escrita, cultura e literatura indígena tem perante a sociedade.

Não se pode falar de literatura indígena sem falar de mito/mitologia, dentro do livro *Nós*. Temos ali diversos contos que abordam a origem de determinadas coisas, que podemos entender como histórias mitológicas, tais como “Guarugua, O peixe Boi dos Maraguas” escrito por Yaguarê Yamã e Lia Minaápoty, que aborda a origem do peixe-boi, ou o conto “Kaudyly Umenobyry, Nos Primórdios dos Tempso”, escrito por Estevão Carlos Taukane, que vai tratar do mito de criação da cultura Kurâ-bakairi.

Com relação ao povo a que cada escritor pertence, encontramos no livro um breve relato sobre como cada comunidade vive, temos, Aline Ngrenhtabare L. Kayapó representando o povo Mebengôkre, Estevão Carlos Taukane representando o povo Kurâ Bakairi, Ariabo Kezo representando o povo Balatiponé Umutima, Lia Minápoty representando o povo Maraguá, Tiago Hakiy representando o povo Saterê Mawé, Edson Kayapó representando o povo Mebengôkre, Cristino Wapichana representando o povo Taurepang, Jera Poty Mirim representando o povo Guarani Mbyá, Rosi Waikhon



representando o povo Pirá Tapuya Waikhana, Edson Krenak representando o povo Krenak, Yaguarê Yamã representando o povo Maraguá e Jaime Diakara representando o povo Umuko Masá Desana.

A pesquisa, além de repercutir na análise literária do livro, possibilitou a análise do conto “Os Raios Luminosos”. O conto escrito por Jera Poty Mirim, aborda temas como identidade, amor, transformação e a relação entre humanos e a natureza, que é muito presente dentro da cultura indígena. Dentro da narrativa vivenciamos a história da Anta e do Jabuti, dois órfãos que se conhecem desde muito novos, mais precisamente quando suas mães vieram a falecer. A partir desse encontro os dois começaram a nutrir uma relação de amizade e companheirismo, que com o passar do tempo acaba se transformando em algo a mais. Nesse momento o leitor percebe que os dois estão apaixonados, no entanto não podem ficar juntos devido à lei da floresta, que impede sua união. Os dois até tentam se afastar, mas o amor fala mais alto. Além da dificuldade de se inserir novamente em suas comunidades os dois nutriam uma saudade esmagadora um do outro. Nesse momento, a Anta e o Jabuti quebram as barreiras impostas pelas normas da floresta e declaram seu amor, mesmo tendo consciência que não podem ficar juntos. Os dois acabam fugindo para as montanhas, em cima de uma delas, após o casal enfrentar uma chuva torrencial, raios luminosos os transformaram em humanos, fazendo com que a lei da floresta não mais o pudesse separar.

Além da história em si, podemos também nos aprofundar na cultura Guarani Mbyá, presenciando através as páginas um pouco das suas crenças e vivências. A obra de Jera Poty Mirim faz recordar a riqueza da diversidade cultural presente no Brasil e dentro da literatura e de certa forma remete a riqueza dos povos indígenas espalhados por toda a América Latina. Ela nos convida a explorar diferentes perspectivas e a valorizar a sabedoria e a criatividade dos povos indígenas, que frequentemente são marginalizados na sociedade. Em resumo, esse brilhante conto traz traços da cultura que fazem uma reflexão acerca de questões universais por meio da lente única da autora. É uma contribuição muito importante para a literatura brasileira e para a compreensão da diversidade cultural do país, bem como nos faz conhecer e refletir sobre a cultura dos povos originários.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



O objetivo geral da pesquisa buscava desenvolver uma investigação acerca das textualidades ameríndias, analisando a forma como foram escritas e qual a sua importância na escola e na sociedade em geral, relacionando suas características e particularidades, bem como, quebrando estereótipos criados historicamente em torno dos povos indígenas. Esse objetivo foi alcançado com a análise do livro *Nós: Uma antologia de literatura indígena*. Pensando nos objetivos específicos propomos analisar o conto "Os raios luminosos", de Jera Poty Mirim, que integra o livro.

A análise e a recepção crítica da obra de escritores indígenas, bem como, o incentivo à disseminação e discussão de suas produções literárias retratando suas culturas e costumes no âmbito escolar, nas aulas de línguas, foram efetivados com os alunos aos quais as aulas de estágio foram ministradas. Os estágios foram devolvidos com os alunos do 6º Ano, do Colégio Estadual Marina Marés de Souza, onde o gênero textual trabalhado foi o poema "Banho de Rio", que fala da magia que um único rio traz consigo. O texto foi escrito por Tiago Hahiy, um poeta, contador de histórias, escritor e bibliotecário indígena, formado pela Universidade Federal do Amazonas. Dentro dessa aula para além de conteúdos gramaticais dos aspectos relacionados com o gênero textual, também foram trabalhados elementos da cultura indígena de modo que se mostrasse de forma positivada toda riqueza cultural dos povos originários. Ademais, dentro do estágio aplicado com os alunos do 2º ano do ensino médio, do Colégio Estadual Judith Simas Canellas, o gênero textual trabalhado foi o conto, intitulado "Amor Originário", que trata da história de um casal apaixonado, mas que carrega grandes características tradicionais do povo Mebengôkré Kayapó. O texto foi escrito por Aline Ngrenhtabare Kayapó e Edson Kayapó.

A pesquisa repercutiu na montagem de um trabalho de conclusão de curso (TCC) na graduação do curso de Letras Português e Espanhol, na UNESPAR, intitulado "Literatura Ameríndia Numa Perspectiva Intercultural: Pensando o Letramento Literário e suas Práticas Didáticas Pedagógicas sob a ótica do Perspectivismo Ameríndio". O tema resultou de pesquisas interessadas no universo literário indígena, e de autores como Eduardo Viveiro de Castro e Janice Thiel.



Com base no estudo do livro “*Nós*” conseguimos perceber a importância desse trabalho chegar até as salas de aulas, visto que a missão primordial do livro é dar visibilidade às obras de escritores indígenas, que abordam uma ampla gama de temas, desde histórias de amor improváveis e inimagináveis até contos da criação. Essas narrativas são apresentadas fielmente, sendo tradicionalmente conhecidas das comunidades indígenas, refletindo os costumes e crenças dos diversos povos originários. Isso resulta em uma diversidade de produções literárias. Além dos contos, o livro também inclui a história de cada povo originário, permitindo aos leitores conhecer mais profundamente as culturas originárias. Isso inclui detalhes sobre onde vivem e a sua trajetória histórica. Ao final da obra, temos um glossário com as palavras indígenas que estão dentro dos contos.

Essa última etapa da pesquisa possibilitou a criação de uma Sequência Didática (em anexo), que foi baseada na metodologia de Joaquim Dolz, para quem o ensino da escrita é contextualizado e focado em gêneros textuais específicos. A sequência didática permite que os alunos compreendam as características e finalidades de diferentes gêneros e desenvolvam habilidades de escrita de forma progressiva e estruturada e o professor consiga trabalhar com base nas dificuldades dos alunos. A estrutura de uma SD começa inicialmente, na "Apresentação da Situação", em que um gênero textual é apresentado aos alunos, explorando seus exemplos e as suas características. Em seguida, na "Produção Inicial", os alunos escrevem um texto ou outra atividade que tenha relação com o gênero textual proposto, sem assistência, permitindo ao professor avaliar o conhecimento prévio desse aluno. Passando, então, para os módulos, que são trabalhados a partir das dificuldades dos estudantes, visando ao completo entendimento sobre aquele conteúdo. Na "Produção Final" os alunos criam textos independentemente, refletindo sobre o aprendizado adquirido, permitindo que o professor compare os textos iniciais e finais para medir o progresso, vale ressaltar que a avaliação tem caráter formativo, levando em conta todo o processo de aprendizagem dos alunos. Sob essa ótica a sequência didática foi desenvolvida utilizando o conto indígena "Os raios luminosos", de Jera Poty Mirim.

UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA COM BASE NO CONTO OS RAIOS LUMINOSOS, DE JERA POTY MIRIM



Competências e habilidades:

Competências:

1. Competência 1: Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.
2. Competência 6: Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

Habilidades:

1. Compreender e analisar processos de produção e circulação de discursos, nas diferentes linguagens, para fazer escolhas fundamentadas em função de interesses pessoais e coletivos.
2. Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade.
3. Analisar o funcionamento das linguagens, para interpretar e produzir criticamente discursos em textos de diversas semioses (visuais, verbais, sonoras, gestuais).
4. Utilizar as diferentes linguagens, levando em conta seus funcionamentos, para a compreensão e produção de textos e discursos em diversos campos de atuação social.
5. Expressar-se e atuar em processos de criação autorais individuais e coletivos nas diferentes linguagens artísticas (artes visuais, audiovisual, dança, música e teatro) e nas intersecções entre elas, recorrendo a referências estéticas e culturais, conhecimentos de naturezas diversas (artísticos, históricos, sociais e políticos) e experiências individuais e coletivas.



Objetivo geral:

- Desenvolver a compreensão e apreciação dos alunos do 2º ano do ensino médio sobre o gênero literário conto, permitindo que reconheçam suas características fundamentais, estruturas narrativas e a importância deste gênero na literatura brasileira e mundial, bem como do gênero para disseminação da prosa ameríndia.

Objetivos de aprendizagem:

- Compreender mais acerca da cultura dos povos originários.
- Introduzir o gênero conto, suas características e sua relevância na literatura e na cultura.
- Desenvolver habilidades de compreensão, análise crítica e interpretação do gênero conto.
- Estimular a produção escrita e a revisão crítica, permitindo que os alunos elaborem e aprimorem seus contos.

Recursos:

- Livros com contos tradicionais ameríndios e de diferentes culturas.
- Materiais relacionados à cultura ameríndia (textos, vídeos, imagens).
- Papel, lápis, computadores ou tablets.
- Meios de apresentação para as histórias orais dos alunos.

Apresentação da Situação:

Aula 1: Introdução ao Gênero Conto e Cultura Ameríndia

- Apresentação do gênero conto:

- Leitura do conto “Os Raios Luminosos”, de Jera Poty Mirim:

Na história, somos levados a testemunhar a transformação da anta e do jabuti, dois animais que compartilham uma forte amizade e conexão desde o momento em que nasceram na floresta. No entanto, esses amigos enfrentam uma profunda tristeza, pois a lei da floresta proíbe a união entre animais de espécies diferentes. A transformação ocorre quando eles se tornam seres humanos, e nesse novo estado, finalmente encontram a liberdade para viver seu amor sem os julgamentos que costumavam enfrentar por parte dos outros habitantes da floresta. Esta história explora temas universais e profundos, ao mesmo tempo que nos oferece



uma perspectiva única e culturalmente enriquecedora, podendo assim fazer uma ótima reflexão em sala de aula.

FONTE: Nós: Uma antologia de literatura indígena, organizado e ilustrado por Mauricio Negro.

- Discussão sobre a cultura ameríndia: crenças, mitos e símbolos:

Após realizar a leitura do conto “Os Raios Luminosos”, o professor inicia a discussão perguntando aos alunos se compreenderam o conto, se gostaram dele, podendo perguntar se os alunos já tiveram algum contato prévio com um(a) escritor(a) indígena, para abrir ainda mais o leque de oportunidades. Ele pode questionar se eles já tiveram contato com alguma personalidade indígena, seja na literatura, na música, ou nas artes. Hoje encontramos grandes personalidades indígenas nas séries e filmes, em plataformas digitais como a Netflix, buscando aproximação com os alunos. Pode-se questionar se já assistiram a alguma. Pode-se também utilizar do glossário ao final do conto, presente no livro Nós: Uma antologia de literatura indígena, a fim de aproximar os alunos da cultura e da escritora indígena.

- Finalizada a discussão o professor irá apresentar, ou por meio de slides ou de papel impresso, a autora do conto que eles acabaram de ler, Jera Poty Mirim, podendo assim apresentar mais elementos sobre a cultura do povo de Jera, os Guarani Mbyá (esses dados podem ser encontrados no livro Nós: Uma antologia de literatura indígena).

Produção Inicial:

Aula 2: Escrita da Primeira Versão

- Atividade de escrita individual: os alunos escrevem um conto que incorpora elementos da cultura ameríndia:

Nesse tópico o professor pode levar livros que tratem da cultura ameríndia, bem como permitir que os alunos façam pesquisas no laboratório ou tablets (se houver), antes de começarem suas produções.

- Uso de técnicas de escrita criativa: estimular a criatividade dos alunos, por meio da pesquisa.
- Coleta das primeiras versões dos contos dos alunos.



Módulos:

Aula 3:

MÓDULO 01

- Revisão dos contos pelos colegas de classe.
- Feedback construtivo para melhorar as histórias.
- Apresentar trechos aos alunos da série da Netflix “Cidade Invisível” (classificação indicativa para maiores de 14 anos). O professor deve selecionar trechos onde a cultura dos povos indígenas se evidencie, fazendo com que esse aluno desperte interesse para o que se está mostrando a ele.

Aula 4: Oficina de Narração Oral e Aprofundamento Cultural

MÓDULO 02

- Exploração mais aprofundada da cultura ameríndia: mitos, lendas, tradições, bem como o treinamento em técnicas de narração oral:
 - Nesse tópico o professor irá instigar a prática da narração oral das histórias com elementos ameríndios, nesse caso seus contos, lendas e mitos, visando a enfatizar a importância da narração oral dentro da cultura indígena.
- Discussão sobre como a cultura ameríndia influenciou os contos dos alunos.

Aula 5: Apresentação do conceito de fanfics:

MÓDULO 03

- Nesse tópico o professor irá apresentar o conceito de Fanfic aos alunos, pode fazer isso através de slides ou papel impresso, finaliza a explicação lendo uma fanfic aos alunos (podendo escrever sua própria Fanfic ou retirar de sites).

FONTE:

- https://www.wattpad.com/stories/whatpadd/hot?locale=pt_PT
- <https://www.spiritfanfiction.com/?locale=pt>
- <https://fanfiction.com.br/>

Aula 6: Apresentação dos elementos na narrativa:



MÓDULO 04

• Neste módulo o professor irá apresentar o conceito dos elementos da narrativa, usando como base o texto de Arnaldo Franco Junior, Operadores de leitura da narrativa, finalizando com uma atividade onde os alunos deverão fazer uma análise do conto “Os Raios Luminosos”, de Jera Poty Mirim.

Atividade de capitalização de conhecimento

1. Quem são os personagens desse conto? Eles são personagens principais ou secundários?
2. Fale um pouco sobre o espaço em que esse conto se passa.
3. Quem narra essa história?
4. Esse narrador é heterodiegético, homodiegético ou autodiegético? Porque?
5. Defina o tempo em que a história se passa, esse tempo é cronológico ou psicológico?
6. Qual é o enredo dessa história?
7. Qual é a trama desse conto?
8. Onde se dá o nó dentro do conto? RELEMBRANDO: (O nó é o momento em que se dá a origem do conflito dramático, interrompendo o fluxo da situação inicial na narrativa).
9. Onde se dá o clímax? RELEMBRANDO: (O clímax é aquele momento onde se marca o auge do conflito dramático, é o momento do tudo ou nada dentro da narrativa).
10. Onde ocorre o desfecho? RELEMBRANDO: (o desfecho é a resolução do conflito central instaurado na narrativa).

Produção Final:

Aula 7: Escrita da Versão Final

• Com base no aprofundamento cultural, os alunos agora podem criar uma Fanfic, baseada em alguma das histórias já apresentadas, ou até mesmo em alguma de conhecimento deles.

PROPOSTA: Produza um conto contemplando a cultura ameríndia: mitos, lendas, tradições e também todos os elementos da narrativa, o mesmo deve ser feito como uma fanfic. Lembre-se de usar toda a sua criatividade! Bom trabalho.



Aula 8: Apresentação dos Contos Ameríndios

- Cada aluno apresenta sua história para a turma, incorporando elementos culturais ameríndios.
- Discussão e reflexão sobre as histórias apresentadas.

Avaliação:

- Avaliação formativa durante as oficinas de revisão, narração oral e aprofundamento cultural.
- Avaliação dos contos finais dos alunos, considerando a incorporação adequada de elementos da cultura ameríndia.
- Participação ativa dos alunos na apresentação oral de suas histórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As textualidades ameríndias sempre estiveram profundamente enraizadas no Brasil, mesmo que ao longo de um longo período tenham sido subestimadas e desvalorizadas. Hoje, estamos testemunhando um aumento significativo no número de escritores indígenas que incorporam suas origens em suas obras. Nomes notáveis, como Márcia Kambeba, Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Tiago Hakiy, Edson Krenak, Kaká Werá Jecupé, Jera Poty Mirim e muitos outros, estão ganhando destaque e reconhecimento crescentes tanto no meio acadêmico quanto no meio social. Além disso, estudiosos de origem branca dedicados à cultura indígena, como Mauricio Negro estão desempenhando um papel fundamental na difusão dos conhecimentos transmitidos pelas comunidades indígenas. Essa crescente visibilidade das poéticas ameríndias representa um avanço notável na quebra de paradigmas, transformando o cenário que prevalecia há algum tempo. Introduzir essas discussões no ambiente escolar é de extrema importância e relevância. Nesse sentido, o presente trabalho oferece um recurso didático para auxiliar professores em de sala de aula, ao passo que apresenta uma forma de trabalhar a cultura indígena com os alunos desconstruindo estereótipos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. Editora Companhia das Letras, 2019.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, pág 01.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **O lugar do saber**. São Leopoldo. Casa Leiria, 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **Queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **Contos Indígenas Brasileiros**, Global Editora, 2004. POTIGUARA, Eliane. **O Pássaro Encantado**, Jujuba Editora, 2014.

NEGRO, Marcelo (Org.). **Nós: Uma antologia de literatura indígena/ organização e ilustrações** Mauricio Negro. - 1ª edição. - São Paulo. Companhia das Letrinhas, 2019.

THIÉL, Janice. **Pele Silenciosa, Pele Sonora: A Literatura Indígena em Destaque**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas Canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosas Naify, 2015.



NEGRITUDE E ALTERIDADE EM “ARENA CONTA ZUMBI”

Sérgio Eduardo Haiduk Júnior - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba II, sehjunior@gmail.com

Prof. Dr. Allan de Paula Oliveira - Orientador
Unespar/Campus Curitiba II, allan.oliveira@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Letras, Linguística e Artes

INTRODUÇÃO

Atualmente, há um verdadeiro senso comum em torno da sigla MPB - música popular brasileira. Ela se tornou uma espécie de metáfora da música popular no Brasil em um determinado período - desde o final dos anos 60 até o começo da década de 1980. Esse poder metafórico não está dissociado do fato deste período ser também aquele relativo à ditadura militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985. A MPB, assim, é a música popular brasileira, por excelência, do período da ditadura e muitos dos estudos voltados a ela apontam para o seu papel de resistência cultural (Napolitano 2001, 2007; Ghezzi 2011)¹. Mais do que isso: a MPB surge como um projeto de síntese da música popular brasileira, articulando a modernidade (representada pelas inovações estéticas da Bossa Nova) e tradição (representada pelo uso, por parte dos compositores associados à sigla, de material musical relacionado a diferentes tradições da música brasileira, tais como o samba, o baião, o frevo, dentre outros). Oliveira (2022) mostrou como operou aí uma representação do espaço no Brasil: a MPB era uma forma moderna de representar diferentes espaços - o morro, o sertão, o interior do país. Esse poder de síntese da MPB foi central na vida cultural brasileira entre os anos 60 e 90 e ainda hoje é matéria de muitos debates, seja pela emergência de gêneros desprezados pela

¹ Esses trabalhos e muitos outros apontam também para a contradição inerente ao surgimento da MPB: ao mesmo tempo em que se constituía como um campo artístico de resistência à ditadura, a MPB surgiu profundamente imbricada em um esquema de indústria cultural. Sobre esta contradição, cf. o texto clássico de Schwarz (2009).



MPB, como a música sertaneja (Alonso 2015) ou a música brega (Araújo 2010), seja pela emergência de gêneros que desafiam a hegemonia da MPB como forma de resistência política, como o rap (Sandroni, 2004).

Este texto procura apresentar, ainda de forma preliminar, algumas ideias sobre um outro aspecto, ainda pouco explorado pela literatura: como a MPB significou um jogo entre identidade e alteridade tendo como pano de fundo a música popular no Brasil. E isto ocorreu em um momento – anos 60 – onde a discussão sobre o caráter da cultura brasileira estava em plena ebulição (Napolitano 2001). Por um lado, discursos que enfatizavam o peso da tradição na construção e na dinâmica cultural – tal visão remontando a influências do modernismo dos anos 30 e de visões sobre cultura ligadas à esquerda. Por outro lado, discursos que enfatizavam a abertura da cultura brasileira a influências estrangeiras. No caso da música popular, a emergência da Bossa Nova, em 1959, foi um momento importante, à medida que os usos que este gênero musical fazia de elementos jazzísticos o colocou na berlinda de debates culturais sobre as influências estrangeiras sobre a cultura brasileira. Em suma, os anos 60 foram marcados por uma intensificação do debate sobre identidade nacional e a música popular foi um dos campos onde este debate se travou (Ortiz 2006: 127-142)².

A literatura sobre a constituição da MPB tem focado sobre estes debates identitários, sobretudo nos termos da oposição entre nacional e estrangeiro – este visto como o “Outro” diante do qual a identidade se afirma. De fato, a MPB, de certa forma, foi uma resposta à entrada da música jovem anglo-saxã (na forma do rock) no Brasil, a partir do final dos anos 50 e que se cristalizou na figura na emergência de Roberto Carlos e do iê-iê-iê a partir de 1965. A música estrangeira, na forma sobretudo do rock, representou o pólo da alteridade diante do qual os discursos sobre a constituição da MPB se organizaram. No entanto, este pólo agregou também “outras alteridades”, internas à cultura brasileira, deslocadas no debate em função de relações de poder. Ao “outro” representado pelo rock, a MPB também se constituiu diante de “outros” representados por gêneros musicais relacionados a outros espaços e outras classes sociais.

É o caso da chamada, à época, “música cafona” - e que, no começo dos anos 80, passaria a ser chamada de “música brega”. Como afirma Araújo (1987), este gênero

² Trata-se aqui do tema do nacional-popular, central nos debates sobre cultura brasileira desde os anos 30. Sobre isto, cf. Napolitano (2007: 47-66). Para estes debates e seus reflexos no teatro, cf. Garcia (2018).



representa conflitos de classe muito marcados na sociedade brasileira. À medida que a MPB se liga a uma classe média com acesso a meios de informação (como a televisão) e meios educacionais (universidades), repertórios praticados por uma população de baixa renda no Brasil passam a ser vistos como “cafonas” e desprovidos de qualidade estética (Cardoso 2011). O mesmo ocorre com a música sertaneja, cujos processos de modernização (representados pela aproximação com o iê-iê-iê) são mal-vistos por críticos e intelectuais (Santos, 2011). Em ambos os casos, produz-se um “outro” a partir de relações de classe e com o qual a MPB, durante toda a década de 70 vai ter relações de conflito (negação e crítica destes gêneros musicais) ou de apropriação (usos para fins de humor ou de construção de autenticidade)³.

É esta dimensão de “alteridade” que este texto procura refletir em torno não de relações de classe, mas de relações interétnicas: no caso, músicas associadas à negritude. O objetivo é compreender as mediações entre práticas musicais associadas aos negros e à nascente MPB, partindo da hipótese de que esta última se pretende englobante, ou seja, ela procura abarcar manifestações musicais diversas. No entanto, estas mediações foram desiguais e foram inseridas nos debates estéticos da época. Assim, artistas como Clementina de Jesus, por exemplo, eram valorizados a partir de ideias de tradicionalidade – caros à MPB – conquanto artistas influenciados por músicas negras norte-americanas como Wilson Simonal ou Tim Maia eram vistos com uma certa reserva crítica. Vale observar que este debate rebatia no plano da negritude o já citado debate entre “nacional” e “estrangeiro” e também que ele não era limitado à música: Guimarães (2021: 133-152) revela como as décadas de 60 e 70 foram de intensos debates entre intelectuais negros no Brasil a respeito das influências estrangeiras no discurso político do movimento negro – marcadamente influências norte-americanas.

De certa forma, a MPB surge atrelada a uma afirmação de representações poderosas – e eficazes – das relações interétnicas no Brasil, sobretudo aquelas produzidas pelo modernismo dos anos 20 e 30, o qual constrói uma visão de cultura brasileira a partir de uma

³ Tome-se, no primeiro caso (humor), o uso que muitos artistas da MPB fazem da música brega para fins de produção do humor. Isto não necessariamente tem efeitos derogatórios das classes populares, sendo que por vezes era uma forma de autocritica da própria classe média universitária. É o caso, por exemplo, da gravação que Caetano Veloso faz de “Coração Materno”, canção famosa na voz de Vicente Celestino, mas ouvida como “cafona” pelo público da MPB. No caso de produção de autenticidade, veja-se os exemplos das tentativas de uso da música caipira – em oposição à música sertaneja – por artistas ligados à MPB, como Milton Nascimento ou Renato Teixeira. Essas mediações ainda são pouco estudadas.



valorização positiva da mestiçagem (Skidmore 2008). Isto transparece, por exemplo, em “Samba da Benção”, de Vinícius de Moraes, lançado em 1967. Ao cantar *“Porque o samba nasceu lá na Bahia / e hoje ele é branco na poesia / e se hoje e*

le é branco na poesia / ele é negro demais no coração”, Vinícius opera em torno da ênfase do modernismo sobre as zonas de mistura étnica a partir de um “escamoteamento dos conflitos”, ou seja, onde a violência das relações interétnicas no Brasil é posta em segundo plano. Ao mesmo tempo, a MPB usa a negritude como forma de construção de autenticidade: por referência à cultura negra, a MPB se prova autêntica com relação à cultura brasileira. A questão que se colocava era “qual negritude” seria posta em jogo nos processos de mediação? Porque havia uma diferença de valorização entre Clementina de Jesus cantando sambas de partido-alto e Jorge Ben fazendo referência o movimento negro norteamericano.

MATERIAIS E MÉTODOS

No intuito de compreender estes processos de mediação entre negritude e MPB, esta pesquisa tomou como foco – e estudo de caso – o espetáculo “Arena Conta Zumbi”, montado a partir de 1965 pelo grupo Teatro de Arena, de São Paulo. A escolha deste evento musical revela o interesse desta pesquisa pelo momento de surgimento da MPB: a historiografia aponta para o período entre 1965 e 1969 o momento de surgimento e estabilização dessa sigla (Napolitano 2001). A compreensão de “Arena Conta Zumbi” como uma forma de mediação entre a MPB e as ideias de negritude passa por uma análise de diferentes significados que a peça recebeu à época.

Como materiais para análise, foram utilizados:

- a. Notícias da imprensa a respeito da peça. Aqui foram levantados e catalogados o material publicado na imprensa carioca e paulista sobre a peça. Para isto, utilizou-se a ferramenta da Hemeroteca Digital disponível no site da Biblioteca Nacional.
- b. O áudio da peça, lançado em disco, pela gravadora Som Maior, em 1965. Ele está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Bb4-x9D5RIw>



- c. O texto da peça, a partir de transcrições do áudio. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5021668/mod_resource/content/1/ARENA%20CONTA%20ZUMBI.pdf

Em termos de metodologia, as fontes foram lidas a partir de procedimentos diversos:

- a. As notícias de jornal e o texto da peça foram lidos a partir daquilo que Ginzburg (1989) chamou de “paradigma indiciário”: uma leitura das fontes feita a maneira dos antropólogos ou psicanalistas, atenta a questões “menores”, mas significativas do contexto. No caso das notícias, interessava menos o fato em si do que a forma como o fato era produzido e apresentado.
- b. O áudio, por sua vez, buscou se ater aos arranjos das canções, ou seja, à organização, em termos de conjunto, do material musical (Menezes Bastos, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A peça

Arena Conta Zumbi foi um espetáculo produzido pelo Teatro de Arena de São Paulo. Escrito por Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri, com direção do primeiro, o espetáculo estreou em 1º de maio de 1965 em São Paulo. Toda a parte musical de Arena Conta Zumbi fora composta por Edu Lobo, nome que havia vencido um mês antes, com sua composição (em parceria com Vinícius de Moraes) “Arrastão”, o I Festival Nacional de Música Popular Brasileira, organizado pela TV Excelsior (São Paulo)⁴. Sua estréia atendia a expectativa do enorme impacto do espetáculo anterior organizado por Augusto Boal, “Opinião”, que havia estreado em dezembro de 1964 e, até março de 1965, tornou-se um acontecimento importante na cena musical do Rio de Janeiro (Garcia 2018).

Diversos estudos tem sido dedicados a Arena Conta Zumbi. Alguns deles – como Klafke (2016) e Gomes (2020) - tem enfatizado o papel de resistência que Arena Conta Zumbi ocupa já no 1º ano da ditadura militar. Betti (2013: 199) revela como o espetáculo pode ser visto em conjunto com outras produções seguintes do Teatro de Arena – Arena

⁴ Cf. Mello (2003: 439).



Conta Tiradentes (1967), Arena Conta Bahia (1967) e Primeira Feira Paulista de Opinião (1968) - no sentido de uma alegoria teatral da necessidade de enfrentamento da ditadura. Ao mesmo tempo, o espetáculo gerou muitos debates sobre a efetividade do chamado “teatro épico” como forma de conscientização política (Costa 1996).

A peça opera, como afirma Betti, a partir de uma alegoria que aproxima à luta de resistência no Quilombo dos Palmares com a necessidade de resistência à ditadura militar que, naquele momento, estava se iniciando. Assim, Arena Conta Zumbi não é necessariamente uma peça sobre questões negras, mas um uso da história negra como forma de conscientização para o debate político em 1965. Não há registros, por exemplo, de inferências de ativistas negros da época, como Abdias do Nascimento, na produção da peça - embora a relação próxima entre Abdias (criador do Teatro Experimental do Negro) e Augusto Boal tem sido apontada recentemente. Ao mesmo tempo, ativistas lembram que a primeira encenação da peça, em maio de 1965, não apresentava nenhum ator negro⁵.

A recepção da peça, segundo jornais da época, mostra a percepção de que os espetáculos do Teatro de Arena (incluindo-se aqui o show Opinião que era uma coprodução do grupo e era dirigido por Augusto Boal também) se opunham a um fenômeno muito importante que acontecia na cultura brasileira daquele momento, com grandes impactos sobre a dramaturgia e a música: a popularização da televisão. Presente no Brasil desde 1950, a televisão se mantivera nos seus primeiros quinze anos restrita a uma elite muito pequena, que tinha acesso a este meio tecnológico. No entanto, a partir de 1964, há investimentos pesados do Estado no setor de telecomunicações, relacionadas ao projeto da ditadura de militar de aprofundar o que era entendido como “integração nacional”. A televisão, nesse sentido, tinha um papel central e era interesse da ditadura a sua popularização - claro que de forma controlada (Ortiz 2001; Hamburger, 1998). Além disso, aprofundando uma tendência que já vinha ocorrendo desde o final dos anos 40, o começo dos anos 60 viu a intensificação do consumo de bens culturais de influência estrangeira, sobretudo música e cinema (Ortiz, 2001). Assim, o teatro passou a ser visto como um lugar de resistência cultural de cunho nacionalista e o Teatro de Arena preenchia e produzia esta expectativa.

⁵ Sobre isto e sobre relação entre Abdias do Nascimento e Augusto Boal, cf. o episódio “Quem conta a história?” do podcast “Rádio Novelo apresenta”. Disponível em <https://radionovelo.com.br/originais/apresenta/quem-conta-a-historia/>



A música

A parte musical de Arena Conta Zumbi coube a Edu Lobo (que compôs junto com Gianfrancesco Guarnieri a maioria das canções), Dori Caimmy e Carlos Castilhos - responsáveis pela direção musical dos espetáculos. Edu Lobo gravou, em 1967, um LP (“Edu Canta Zumbi”) com as canções, sendo que algumas como “Zâmbi no Açoite” ou “Upa Neguinho” tornaram-se sucessos autônomos – a última muito conhecida na interpretação de Elis Regina (feita em 1968 e integrada ao repertório da cantora durante anos).

Uma escuta analítica das canções, com atenção aos arranjos feitos para o espetáculo, revela dois pontos importantes. O primeiro diz respeito à natureza das composições de Edu Lobo à época, compositor que apareceu para o cenário artístico em 1963, compondo para peças de teatro junto ao CPC da União Nacional dos Estudantes. As composições de Edu apontavam para uma transformação da Bossa Nova, que mantinha elementos harmônicos e certas formas de interpretação vocal do movimento original, mas investia em elementos nacionalistas nos arranjos (com investimento, por exemplo, em percussão) e nas temáticas, mais conectadas com questões sociais. Tratava-se daquilo que Napolitano (2001) e outros autores chamam de vertente nacionalista da Bossa Nova, ligada ao trabalho de compositores como Carlos Lyra, Sérgio Ricardo e o novato Edu Lobo (que tinha apenas 20 anos em 1963).

Em Arena Conta Zumbi, as canções são todas interpretadas a partir de um jogo entre canto solo e coral – sendo que o efeito da presença do coral é central para as intenções do espetáculo. Como afirma Turino (2008: 23-65), muitas práticas musicais que buscam participação coletiva, com fins de engajamento político, passam pelo canto coral. Ele dá aos arranjos um efeito cênico importante. Para além disso, há uma simplicidade nestes arranjos em termos de instrumentação: a presença de um violão, uma flauta e bateria. O elemento mais importante aqui, sem dúvida, é o canto, tanto em termos expressivos quanto na sua veiculação do texto – central para a eficácia do espetáculo.

Arena Conta Zumbi, em certa medida, representa muito bem este lugar de Edu Lobo no quadro da nascente MPB: um desenvolvimento nacionalista, articulado com debates político-culturais intensos, da Bossa Nova. Ao longo de 1965, emergiram com certo sucesso compositores como Geraldo Vandré e Chico Buarque (que se tornaria muito conhecido no ano seguinte, 1966, como sua canção, “A Banda”). Juntos com Edu Lobo, eles formariam esta



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

vertente nacionalista central para a constituição da MPB – embora o engajamento discursivo de cada um fosse diferente. Ligado ao CPC da UNE, Edu Lobo era, talvez, o mais articulado politicamente dos três. Quando, em outubro de 1967, emergiu o movimento tropicalista, ligado a Caetano Veloso e Gilberto Gil, de cunho mais internacionalista, foi criada uma polaridade entre estas duas posições no campo da nascente MPB: por um lado, propostas mais nacionalistas, representadas por Edu Lobo e Geraldo Vandré; do outro, o cosmopolitismo e o internacionalismo da Tropicália (Martins 2018)⁶. Essa verve nacionalista aparece, por exemplo, no comentário do Diário Carioca, de junho de 1965:

Os moços se reúnem e tratam de coisas sérias. Tratam agora de libertar a música moderna brasileira da influência jazística - o que não vai ser fácil - cuidando da sua evolução mas também da fidelidade às suas raízes. Esse foi o tema que preponderou em recente reunião comandada por Glauber Rocha e Rui Guerra, à qual estiveram presentes alguns expoentes da nova geração de cantores e compositores, procurando-se um maior entendimento com outras áreas da cultura brasileira, inclusive a poesia, esta representada pelo poeta José Carlos Capinam. Outros nomes: Edu Lobo, muito entusiasmado com o êxito de "Arena Conta Zumbi" em São Paulo, espetáculo que fez com Gianfrancesco Guarnieri e que trabalha para sua apresentação no Rio... (DIÁRIO CARIOCA, 21/06/1965)

É possível observar que o nacionalismo nas composições de Edu Lobo se traduza mais em função das temáticas das letras do que na parte musical. Essa, extremamente devedora do Bossa Nova, segue o vaticínio do texto do jornal a respeito do jazz: seria difícil se livrar de sua influência. Isto ficou mais evidente quando se compara a parte musical de Arena Conta Zumbi com outros espetáculos da época.

Negritude

Segundo Guimarães (2021: 133-152), as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela emergência de uma crítica às visões do modernismo de 1930 sobre as relações interétnicas no Brasil – representadas por *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, publicado em 1933. Estas críticas vieram tanto da universidade, quanto de ativistas negros. No primeiro caso,

⁶ Caetano Veloso (1997: 230-235) em sua autobiografia reconhece a dificuldade que compositores como Geraldo Vandré, Edu Lobo, Dori Caymmi, Sérgio Ricardo, dentre outros, tiveram com a proposta tropicalista.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 8 de 13



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

destacam-se os estudos sobre relações raciais no Brasil levados a cabo por Florestan Fernandes e outros autores na Universidade de São Paulo – que passaram a acusar Freyre de olhar a sociedade brasileira pelo prisma de uma “democracia racial” - e marcados pela publicação de obras importantes como *Relações Raciais entre Negros e Brancos no Brasil*, coletânea publicada por Florestan Fernandes e Roger Bastide em 1955 e *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes, publicado em 1965. Tais estudos foram caracterizados por uma ênfase nas violências das relações raciais no Brasil, apresentando uma forte crítica à visão de “integração étnica” valorizada pelo modernismo em geral e por Gilberto Freyre em particular.

No caso de ativistas e intelectuais negros, como Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento foi neste período que o conceito de “negritude” – cunhado por autores francófonos, como Frantz Fanon, lidos de forma muito independente por estes intelectuais. Como afirma Guimarães (2011), estes intelectuais procuraram estabelecer um pensamento crítico capaz de articular elementos do movimento negro norteamericano (através da leitura de intelectuais como W.H.Du Bois) e de intelectuais francófonos, como Fanon e Albert Camus – *O Negro Revoltado*, livro de Abdias do Nascimento, publicado em 1968, baseava-se na sua leitura do livro *O Homem Revoltado*, de Albert Camus, publicado na França em 1951 e com tradução para o português no final dos anos 50.

Tanto Guerreiro Ramos quanto Abdias do Nascimento relacionaram a negritude às novas ideias de panafricanismo que, a partir dos anos 50, começaram a ganhar espaço entre intelectuais ligados ao movimento negro. Isso significava um afastamento da visão mais nacionalista, adotada, inclusive, até então, por muitos desses intelectuais. O TEN – Teatro Experimental do Negro, fundado por Abdias do Nascimento em 1944 e que atuou até 1961 – significou um momento de proximidade entre as ideias sobre a negritude e o nacionalismo modernista. No entanto, ao longo dos anos 50, foi surgindo uma perspectiva transnacional, de valorização das relações com a África, que não coadunava exatamente com a proposta nacionalista marcante no surgimento da MPB.

Essas raízes africanas da cultura brasileira não eram enfatizadas em Arena Conta Zumbi. Conforme foi apontado acima, a questão da negritude em Arena Conta Zumbi aparece apenas como uma “referência metafórica”. Embora faça uso de um importante personagem

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Apoio

Página 9 de 13



negro da história brasileira, o espetáculo não é sobre Palmares ou Zumbi: é menos sobre as conexões históricas entre Brasil e África e mais sobre o próprio presente, 1965, e a necessidade de resistência à ditadura. Assim, a parte musical de Arena Conta Zumbi não explorava elementos relacionados à negritude e tampouco à ancestralidade negra na cultura brasileira.

A exploração discursiva destas raízes africanas aparecia, por exemplo, no show Rosas de Ouro, que estreara no Rio em março de 1965, dois meses antes da estréia de Arena Conta Zumbi em São Paulo. Produzido por Hermínio Bello de Carvalho, Rosas de Ouro apresentava a cantora Aracy Côrtes - nome importante do samba na década de 1920 e, naquele momento, vivendo um certo ostracismo artístico - e a estréia, aos 64 anos, de Clementina de Jesus, “descoberta” um ano antes pelo produtor. As cantoras eram acompanhadas por um quinteto formado por Paulinho da Viola e Nelson Sargento (violões), Jair do Cavaquinho, Elton Medeiros e Anescarzinho do Salgueiro (percussões), e Clementina surpreendeu o público carioca cantando um repertório marcado por jongos, sambas de partido-alto e pastorinhas – que remetiam a sua origem junto à população negra do Vale do Paraíba (Castro et al, 2017). Embora sem conexões aparentes com os discursos de ativistas negros, Rosas de Ouro de um modo geral, em Clementina de Jesus em particular, representaram aquilo que Fernandes (2015) chamou de “empretecimento do samba”. Ao mesmo tempo, a cobertura da imprensa sobre o espetáculo enfatizava a valorização das raízes africanas da música e da cultura brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A MPB era, conforme apresentado na introdução, um discurso identitário, uma atualização dos debates iniciados no modernismo dos anos 20 sobre a cultura brasileira. Em grande medida, a MPB manteve a visão que valorizava as zonas de interstício cultural entre as diferentes tradições que se encontraram na história brasileira. Todavia, é útil pensar nas alteridades produzidas por este discurso identitário. A negritude, e esta é uma hipótese, foi uma delas, com a quais a MPB procurou estabelecer relações de mediação. Arena Conta Zumbi foi uma dessas mediações onde a história negra brasileira foi usada para criar uma metáfora da ação política no presente, em um momento onde os debates das possibilidades de



ação política estavam na berlinda. Vale observar que os espetáculos teatrais do Teatro de Arena foram centrais para aquilo que se convencionou, na historiografia, chamar de “canção de protesto” (Stroud 2000).

A comparação, feita na seção acima, como o show Rosas de Ouro revela como estas apropriações da história negra permitia outras seletividades. Em Rosas de Ouro, buscava-se musicalmente a ancestralidade da cultura negra, numa vertente nacionalista e se afastando de propostas transnacionais. Estas últimas só seriam postas em prática na virada dos anos 60 para os anos 70, com a influência da *soul music* norteamericana sobre a música popular brasileira e com a emergência, aí sim, de diálogos com estilos musicais diaspóricos, como *reggae* e o *afro-beat*. No caso de Arena Conta Zumbi – objeto desta pesquisa – a luta negra servia como espelho para a luta política que se fazia necessária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Gustavo. **Cowboys do Asfalto**: música sertaneja e modernização brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

ARAÚJO, Paulo César. **Eu Não Sou Cachorro Não**: música popular cafona e ditadura militar. São Paulo: Editora Record, 2010.

ARAÚJO, Samuel. Brega: music and conflict in urban Brazil. **Latin American Music Review**, Austin-EUA, vol. 9, nº 1, p. 50-89, 1988.

BETTI, Maria Sílvia. Novas Correntes Teatrais: dramaturgias e encenações (1958-1978). In: FARIA, João Roberto (org.). **História do Teatro Brasileiro**. Vol. 2: Do modernismo às tendências contemporâneas. São Paulo: Perspectiva, 175-204, 2013.

CARDOSO, Sílvia. **Eu não sou lixo**: música brega, indústria fonográfica e crítica musical no Brasil dos anos 1970. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

CASTRO, Felipe et al. **Quelê, a voz da cor**: biografia de Clementina de Jesus. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

COSTA, Iná Camargo. **A Hora do Teatro Épico no Brasil**. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

FERNANDES, Dmitri. A Rainha Quelê: raízes do empretecimento do samba. **História: Questões & Debates**, v. 63, n. 2, Curitiba, p. 131-160, jul/dez. 2015.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

GARCIA, Miliandre. Show Opinião: quando a MPB entra em cena (1964-1965). **Revista História**, “Dossiê Música Popular: tradição e experimentalismo”, São Paulo, n. 37, 2018.

GHEZZI, Daniela. **Música em Transe**: o momento crítico da emergência da MPB (1958-1968). Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, p. 143-180, 1989.

GOMES, Ana Maria. **Arena Conta Zumbi (1965) e Ana, Zé e os Escravos (1980)**: formas de resistência e (re) existência no teatro. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Estadual Paulista. Assis-SP, 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Modernidades Negras**: a formação racial brasileira (1930-1970). São Paulo: Editora 34, 2021.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas do cotidiano. In: SCHWARCZ, Lília. **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 4: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, p. 439-486, 1998.

KLAFKE, Mariana. **Heróis e Coringas no Palco**: o Teatro de Arena prega a Resistência. Tese (Doutorado em Literatura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

MARTINS, Eder. **A MPB entre o nacional, o popular e o universal**: Edu Lobo, Caetano Veloso, engajamento político e atualização musical em debate. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2018.

MELLO, Zuza Homem. **A Era dos Festivais**: uma parábola. São Paulo: Editora 34, 2003.

MENEZES BASTOS, Rafael José. Ensaio sobre Adoniran: um estudo antropológico sobre a ‘Saudosa Maloca’. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Campinas, v. 29, nº 84, 25-41, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a Canção**: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Annablume, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **A Síncope das Ideias**: a questão da tradição na música popular brasileira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

OLIVEIRA, Allan de Paula. Os lugares e as ressonâncias: música popular, sonoridades e representações do espaço no Brasil. **Ilha**, Florianópolis, v. 24, nº. 3, p. 39-55, 2022.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 12 de 13



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

SANDRONI, Carlos. Adeus à MPB. CAVALCANTE, Berenice; STERLING, Heloísa e EISENBERG, José (orgs.). **Decantando a República**: Inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira. Vol. 1: Outras Conversas Sobre os Jeitos da Canção. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 23-35, 2004.

SANTOS, Elizete. Modernization and its discontents: discourses on the transformation of *caipira* into *sertaneja* music. **Vibrant**, Rio de Janeiro, v. 8, nº. 1, p. 291-321, 2011.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política (1964-1969). *In*: **Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra, p. 07-58, 2009.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TURINO, Thomas. **Music as Social Life**: the politics of participation. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 13 de 13



**A ATUAÇÃO DE ADALICE ARAÚJO NA CRIAÇÃO, CRÍTICA E
HISTORIOGRAFIA DOS ENCONTROS DE ARTE MODERNA
(CURITIBA, 1969-1974)**

Simone Santos Soares - (Voluntária)
Unespar/Campus Curitiba II, soares.simonesantos@gmail.com

Artur Freitas - orientador
Unespar/Campus Curitiba II, artur.imagem@gmail.com

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário - PIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

Adalice Araújo foi uma pesquisadora, divulgadora, promotora de eventos artísticos, professora, crítica e historiadora da arte paranaense, cuja atuação estendeu-se do final da década de 1950 até seu falecimento em 2012. Idealizou os Encontros de Arte Moderna como forma de promover o diálogo entre a arte produzida no Paraná e a arte da vanguarda contemporânea brasileira e mundial. Nesses Encontros auxiliou na organização, divulgou e atuou como crítica e historiadora.

A motivação para a realização desta pesquisa foi buscar compreender a extensão da participação das mulheres na divulgação da arte contemporânea no Paraná. Adalice Araújo desafiou o convencionalismo no ensino das artes e inovou ao buscar referências externas que ampliassem o fazer e o fruir das artes em âmbito local. A pesquisa pretendeu analisar a participação feminina nos movimentos que culminaram com a adoção da linguagem artística contemporânea no Paraná, sintetizada na figura de Adalice Araújo, a partir do mapeamento de sua múltipla atuação nos Encontros de Arte Moderna. O recorte histórico estabelecido foi o período de 1969 a 1974, anos em que Adalice Araújo esteve à frente das seis primeiras edições do evento.



MATERIAIS E MÉTODOS

Essa foi uma pesquisa de caráter historiográfico, a partir de análise bibliográfica, da pesquisa em documentos e jornais da Hemeroteca Nacional, Fundação Biblioteca Nacional; da Biblioteca Pública Estadual do Paraná e do arquivo do Museu de Arte Contemporânea do Paraná - MAC, e entrevistas.

Para a presente pesquisa foram consultados os acervos do MAC sobre Adalice Araújo e os Encontros de Arte Moderna; jornais Gazeta do Povo, microfilmados na Biblioteca Estadual; e o acervo digital da Hemeroteca Nacional. Além da pesquisa documental, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, conforme as Referências. Assim como entrevistas com ex-alunos de Adalice Araújo Elvo Benito Damo, Fernando Bini e Lauro Andrade, todos participantes de algumas ou de todas as seis primeiras edições dos Encontros de Arte Moderna.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, seguindo ao predomínio da abstração que vigorava desde a segunda metade da década de 1950, no início da década seguinte surgiu uma representação artística mais “comprometida com uma realidade imediata” (ZANINI, 1994, p. 306). Em Curitiba, no mesmo período, estudantes e artistas locais vivenciavam uma realidade cultural distinta, visto que somente após meados da década de 1950 se veem os primeiros capítulos do atrito entre poéticas modernistas e a produção artística mais conservadora, dita “acadêmica”, até então vigente nos Salões e na Escola de Música e Belas Artes do Paraná - Embap.

Os anos 1960 testemunharam, no eixo Rio-São Paulo, uma produção artística que tinha a cidade como suporte, buscando levar arte a espaços abertos e mais acessíveis, para públicos antes distantes das produções de vanguarda (AMARAL, 1983, p. 328). Assim, Hélio Oiticica apresentou suas ‘capas’ e ‘parangolés’ em 1965, e atividades artísticas foram realizadas em espaços abertos, como a Arte no Aterro, realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ) em 1968, sob organização de Frederico Morais (AMARAL, 1983, p. 329).



Em 1968, uma jovem professora assumiu a docência em História das Artes na Embap: Adalice Araújo. A professora idealizou e encabeçou a organização dos Encontros de Arte Moderna,

Com o objetivo de contrabalançar, tanto no ponto de vista teórico como prático, o ensino excessivamente formal da Escola de Música e Belas-Artes do Paraná, que a exemplo da maioria dos cursos de arte no país seguia um currículo ainda preso aos moldes da Missão Francesa (ARAÚJO, 1981, p. 41).

Contando com ações artísticas de vanguarda, os Encontros de Arte Moderna aconteceram em Curitiba entre os anos de 1969 e 1980. Araújo divulgou-os em sua coluna no jornal, realizou análises críticas das contribuições que algumas experimentações trouxeram à arte local e estabeleceu uma historiografia dos eventos.

Adalice Araújo, agitadora cultural na Curitiba das décadas de 1960 e 70

Adalice Araújo nasceu no dia 18 de setembro de 1931, em Ponta Grossa, filha de Adalberto Araújo, empresário do ramo de erva-mate, e Inece Gambassi de Araújo. Em 1948, entrou na recém-criada Escola de Música e Belas Artes do Paraná, onde estudou Pintura. Entre 1953 e 1956, Adalice Araújo cursou uma pós-graduação na Itália: em Florença, e depois em Roma, na renomada Accademia Di Belle Arti.

Retornou a Curitiba em 1957, ano de inauguração da Galeria Cocaco, local que se tornaria um centro de discussão e difusão de ideias modernistas na cidade. Inclusive, 1957 foi o ano em que onze artistas, inconformados com as premiações do Salão Paranaense, retiraram suas obras do evento e montaram uma exposição paralela, o Salão dos Pré-julgados. Araújo considerou a ação como fundadora do modernismo no estado (2006, p. 88).

Adalice Araújo investiu na carreira docente licenciando-se em Belas Artes pela Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba. No período, elaborou críticas de arte para o jornal Diário do Paraná. A essas atividades, some-se a criação artística, pela qual recebeu prêmios e reconhecimento, o que a estimulou a ampliar sua formação. Entre 1960 e 61, realizou dois cursos de gravura no Rio de Janeiro, casou-se com Ermínio Giannati, com quem teve seu único filho, separando-se pouco tempo depois. Nesse período, seu pai faleceu. De luto, e com um filho pequeno para criar, saiu da cena artística e recolheu-se pelos dois anos seguintes.



Em 1966, Adalice Araújo prestou concurso público para a Universidade Federal do Paraná, onde lecionou História da Arte no curso de Biblioteconomia. Tornou-se professora na Embap, concursada em 1968. Antes como aluna, e ao assumir como professora, Araújo tinha ciência da defasagem do currículo quanto à arte moderna e contemporânea. Para transformar essa situação, idealizou eventos em que estudantes e público pudessem ser sensibilizados a partir do contato com a arte contemporânea. Com auxílio do professor Ivens Fontoura e do Diretório Acadêmico Guido Viaro, aconteceram os Encontros de Arte Moderna, entre os anos de 1969 e 1980. Adalice Araújo articulou com sua rede de contatos, e Curitiba pode receber artistas como Anna Bella Geiger, Artur Barrio, Jocy de Oliveira, Josely Carvalho, Paulo Leminski, Pedro Escosteguy, entre outros, além dos críticos de arte Frederico Moraes, Mário Barata, Roberto Pontual e Walmir Ayala (FREITAS, 2017a, p. 162), e diversos professores.

Enquanto crítica de arte e historiadora, Adalice Araújo esclareceu que os Encontros de Arte Moderna “introduziram a contemporaneidade na arte paranaense” (ARAÚJO, 2006, p. 128), afirmação reiterada por seguidos historiadores. Apesar do nome, conforme Malmaceda, os Encontros foram “catalisadores das novas tendências e linguagens da *arte contemporânea* em Curitiba” (2018, p. 193, grifo nosso).

Os seis Encontros que tiveram Adalice Araújo à frente da organização da programação e articulação foram os mais emblemáticos, seja pelo momento histórico, seja pela miríade de artistas e críticos de arte arregimentados para os eventos, alguns dos quais concretizaram as primeiras performances artísticas realizadas em Curitiba.

A vanguarda artística brasileira das décadas de 1960 e 70 buscou uma aproximação com a realidade social, e com a carga política embutida nessa questão. Essa vanguarda baseava-se na negação do suporte tradicional, na proposição de objetos e assemblages, e performances. Ao ser imposto, o AI-5 alterou as condições da produção artística, levando seus autores a buscar estratégias de expressão em que o social fosse apresentado de forma menos direta.

As ações experimentais realizadas nos Encontros de Arte Moderna “canalizaram pequenos gestos de rebeldia festiva em pleno auge da repressão”, e possibilitaram o contato com o pensamento vanguardista (FREITAS, 2013, p. 6). Reis destaca o papel “conceitual, estratégico e programático” dos Encontros, (2020, p. 89), sendo responsáveis por



apresentarem “outras possibilidades artísticas coletivas”, aproximando “artistas e público [paranaense] das experimentações mais radicais da arte brasileira” (REIS, 2020, p. 90).

O artista Lauro Andrade, em 1969 estudante e diretor cultural do Diretório Acadêmico, em entrevista nos contou que Adalice Araújo apareceu com uma folha de papel repleta de nomes de artistas, professores e críticos de arte, previamente articulados por ela, e dispostos a vir a Curitiba ministrar cursos e palestras às próprias expensas. Andrade destacou a falta de suporte institucional e financeiro, sendo Ivens Fontoura o único a apoiar o evento dentro da Embap (ANDRADE, 2023, não p.). Conforme Fernando Bini, à época aluno e participante das seis primeiras edições, vieram à Curitiba para o primeiro Encontro de Arte Moderna, ocorrido entre os dias 27 e 31 de outubro de 1969, João Vicente Salgueiro e Bruno Tausz (BINI, 2011).

Para a segunda edição, Andrade, já como presidente do Diretório Acadêmico, informou que Adalice Araújo sugeriu uma Programação, que cobria 15 dias. Segundo Andrade, as muitas participações de professores, artistas e críticos de fora do estado, articuladas por Adalice Araújo, foram sem custos para as duas primeiras edições do evento, à exceção da passagem e hospedagem de Roberto Pontual (ANDRADE, 2023, não p.). Em fevereiro de 1970, Araújo informou aos leitores do Diário do Paraná sobre a vinda de Roberto Pontual para o II Encontro de Arte Moderna (ARAÚJO, 1970a). Dias após, enumeraria a programação com 10 exposições em diferentes partes da cidade (ARAÚJO, 1970b). Em diversas outras oportunidades incluiu notas sobre o evento (ARAÚJO, 1970c).

Conforme Andrade, no Encontro realizado entre os dias 28 de setembro a 10 de outubro de 1970, houveram exposições em diversos espaços da cidade (2023, não p.). Um dia antes, Araújo divulgou a abertura do evento “cujo objetivo principal é não só a integração do público paranaense como (sic) a realidade artística nacional, como também a valorização e divulgação da arte paranaense”, destacando uma “Retrospectiva” em homenagem a dois artistas paranaenses, Fernando Calderari e João Osório Brzezinski (1970d).

Os quatro Encontros seguintes, entre os anos de 1971 a 1974, foram “espaços de experimentação artística”. Além da continuidade das palestras, exposições e cursos práticos que haviam caracterizado as duas primeiras edições, “alguns episódios distinguiriam esses eventos, e abririam um leque de possibilidades estéticas” (SOARES, 2023, p. 465).



O III Encontro de Arte Moderna foi divulgado por Adalice Araújo em sua coluna, apresentando ao público leitor os participantes Frederico Jaime Nasser, membro do Grupo Rex, José Freixas Patriani, Frederico Moraes, crítico e historiador de arte, e o artista homenageado Antonio Arney (1971). Durante o III Encontro, realizado entre os dias 18 a 30 de outubro de 1971, aconteceram o Momenarte e o Sábado da Criação, uma experiência artística conduzida por Frederico Moraes nos moldes dos Domingos da Criação. Cerca de 30 participantes exploraram ludicamente o canteiro da Rodoferroviária de Curitiba, ambiente repleto de materiais de construção, e experimentaram a “efemeridade e, sobretudo, a inventividade coletiva diante do caos” (FREITAS, 2017b, p. 115). Usando espaço e materiais disponíveis, os artistas realizaram obras registradas pela câmera de Key Imaguire.

Como de praxe, na coluna do dia 6 de agosto de 1972, Adalice Araújo divulgou a realização do IV Encontro de Arte Moderna, apresentando os ministrantes de palestras e oficinas: José Resende, Alvaro Apocalypse, Fayga Ostrower, Pedro Escosteguy e Frederico Moraes (1972a). O IV Encontro, acontecido entre os dias 7 a 19 de agosto de 1972, abrigou uma nova versão do Sábado da Criação, a Expedição ao Centro Politécnico, e duas outras obras performáticas: a ‘Situação mínima’ de Artur Barrio, e o ‘Ambiente Porcoral’ de João Ricardo Moderno.

O V Encontro aconteceu no período de 20 a 25 de agosto de 1973, divulgado por Araújo em sua coluna (1973a), incluindo a programação e apresentando artistas e crítico de arte ao público paranaense. Modesto em relação aos anteriores, teve um curso ministrado por Anna Bella Geiger, e dois palestrantes: Paulo Leminski e Mário Barata. No curso, Geiger orientou os estudantes a gravarem com materiais inusitados: usando a terra como matriz, as incisões foram feitas com enxadas e picaretas (FREITAS, 2017b, p. 267). Outra matriz foram pedaços de carne, gravados com materiais cortantes, ou com uso de ácido.

Em 1974, Adalice Araújo convidou Josely Carvalho para coordenar a VI edição dos Encontros. A experiência artística concebida por Carvalho contou com dois momentos performáticos: a Gincana Ambiental, realizada nos dias 24 e 25 de agosto, e a Homenagem a Duchamp, que iniciou no sábado, dia 31, e estendeu-se até as primeiras horas de domingo. A Gincana Ambiental foi uma proposição de sensibilização quanto à cidade. Os participantes foram divididos em 10 equipes, e a cada uma foram designados determinados espaços da



cidade para uma experiência sensorial e estética, além de interagirem com os transeuntes, conforme orientações de Carvalho e registros dos participantes (MAC/PR, 1974, não p.). Homenagem a Duchamp foi um mosaico de performances, realizadas no centro da cidade. No MAC, um corredor de guarda-chuvas recepcionava os visitantes para uma apresentação audiovisual com mensagens dadaístas. Ao lado, em uma garagem, a Peça do Pão convidava os transeuntes a modelarem esculturas em massa de pão, consumidas no local após assadas. A Peça do Pão “demonstrava na prática o ideal de performatividade e desobjetificação da obra de arte desse período” (SOARES, 2022, p. 477). Enquanto isso, em um palanque montado em frente ao MAC, em uma faixa se lia: ‘Mude sua máscara’, e jovens pintavam seus rostos para declamar o Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade. No Café Duchamp, instalado em um quiosque na Praça Osório, aconteceram dois eventos simultâneos e complementares: a apresentação ao piano de *Vexations*, a peça de Erik Satie, e um torneio de xadrez, o esporte preferido de Marcel Duchamp. *Vexations* é uma peça para piano, de um minuto e vinte segundos de duração, a ser tocada 840 vezes, por 18 horas e quarenta minutos ininterruptos, sendo necessária uma sucessão de pianistas em revezamento. Cerca de onze pianistas, todas mulheres, voluntariaram-se para a apresentação, tendo à frente Jocy de Oliveira. Foi a primeira exibição da peça em um espaço urbano, para um público pouco familiarizado com arte contemporânea. Ainda no Café Duchamp, as jogadas das partidas de xadrez observavam a mesma duração de 1’20”. A sincronia entre as jogadas e a peça ao piano, buscava “desafiar o raciocínio e incentivar mentes diversas a se ‘ajustarem a um esquema lúdico fundamental’” (OLIVEIRA, 1984, p. 70). Disseminada por auto-falantes postados ao longo da Rua XV de Novembro, *Vexations* ocasionou reações diversas do público, sendo raras as positivas.

A crítica de arte Adalice Araújo e os Encontros de Arte Moderna

No livro *História da Crítica de Arte*, Lionello Venturi afirma que a imaginação criadora do artista trabalha “de um modo historicamente concreto”, que inclui a tradição: mestres, companheiros de arte, ideais, atitude moral e religiosa, ou seja, o “ambiente em que vive condiciona sua cultura” (1988, p. 21) e, portanto, sua criação artística. O ambiente influencia igualmente o papel do crítico enquanto ser parcial, apaixonado, que “se move dentro do mundo do Homem, das suas paixões e das suas fantasias” (1988, p. 296).



A história da crítica é uma história de olhares sobre a produção artística de um tempo – o que olhamos, e os modos como olhamos – “a arte em diferentes épocas, e que são também os olhos com os quais entendemos, vemos, descortinamos e nos posicionamos no mundo político, social e cultural” (REIS, 2020, p. 17).

1970 foi uma década em que a América Latina buscou um olhar interno, e a crítica de arte latino-americana procurou acompanhar a busca por “autonomia teórica para a compreensão e explicação de nossas realidades” (AVANCINI, 1995, p. 28).

Frederico Morais publicara em 1970 ‘Contra a Arte afluyente: o corpo é o motor da “obra”’, indicando uma alteração no ambiente das artes, incluindo o papel do crítico, que passou de autoridade que julga e dita normas e valida resultados, para um arranjo mais relacional com os artistas e demais atores do campo artístico. Em defesa do papel do crítico de arte enquanto propositor, organizou os eventos ‘Vanguarda Brasileira’ (Belo Horizonte, 1966), ‘Arte no Aterro’ (Rio de Janeiro, 1968), ‘Do Corpo à Terra’ (Belo Horizonte, 1970), ‘Domingos de Criação’ (Rio de Janeiro, 1971), entre outros.

Adalice Araújo, contemporânea desse processo e em diálogo constante com Frederico Morais, atuou também de forma propositiva ao idealizar os Encontros de Arte Moderna, e articular participações e recursos para que se efetivassem. Sobre o assunto chegou a afirmar, ao divulgar a III Edição e a participação de Frederico Morais, que “ele próprio tem feito experiências criativas, partindo do princípio que o *papel do crítico não deve ser passivo mas atuante*” (ARAÚJO, 1971, grifo nosso).

As primeiras edições, embora trouxessem performances contemporâneas, não causaram grande comoção entre participantes e público. A quarta edição teve no ‘Ambiente Porcoral’ de João Ricardo Moderno, um momento de grande polêmica. Com carta branca do diretor do Museu, e com a intenção de dessacralizar o ambiente museal, no dia 17 de agosto de 1972 Moderno dispôs um porco vivo, transformando o MAC em chiqueiro (Imagem 2). Junto com a proposta artística de Barrio, composta por peixes mortos e gato vivo, o ‘Ambiente Porcoral’ de Moderno gerou revoltas na comunidade artística e repercussões na imprensa. Com títulos como *Uma arte para loucos?* e *Porco, peixe, gato, mesa*, duas reportagens da Tribuna do Paraná, ambas veiculadas no dia 18 de agosto, questionavam as intenções artísticas e o sentido da arte contemporânea. Para muitos, como o artista Jair



Mendes, os artistas haviam conspurcado o sagrado espaço museal, um lugar para artistas como Poty, Wong, Bakun entre outros (MENDES apud ARAÚJO, 1972b).

Imagem 2 - O ‘Ambiente Porcoral’ de João Ricardo Moderno



Fonte: Diário do Paraná. (Irandy, 1972, não p.).

Adalice Araújo respondeu às reações da imprensa e público em dois momentos: no dia 20 de agosto, em nota na sua coluna intitulada ‘Vanguarda no IV Encontro de Arte Moderna’, qualificou de “experiência fabulosa” (1972c). Uma semana depois, a coluna ‘O que é arte conceitual’, explicava o significado e experiências anteriores no mundo, esclarecendo os propósitos e quebra de limites experimentados pelo movimento (1972d). Na mesma edição do jornal, outro artigo de Adalice Araújo sobre a polêmica exposição de Moderno: ‘Arte - é hoje pró-texto’. Conforme Freitas, no artigo Araújo defendeu a liberdade da ação criativa de Moderno, e uma revisão da “ideia humanista de arte” (2013, p. 10): “se a arte hoje nega até a própria obra, é porque o homem é negado, transformando-se na minúscula engrenagem de um sistema”. Ao crítico de arte e ao museu, segundo Araújo, não caberia o julgamento do certo e do errado, mas “um valor documental de registrar ou computar” as reações (1972b).

E foi o que Adalice Araújo fez no mesmo artigo, registrando a reação do jornal Tribuna do Paraná, a opinião dos espectadores, uma entrevista com o autor da obra explicando suas intenções e como entendeu a reação do público, e outra entrevista com o diretor do Museu, Fernando Velloso. Abrindo espaço para o debate, a matéria de Araújo trouxe tanto opiniões favoráveis, como o filósofo Thomas Waltersteiner, quanto contrárias à



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

performance de Moderno: uma estudante da Embap chamada Maria, o artista plástico Jair Mendes e um participante Ricardo (1972b). A intenção dos artistas teria sido, conforme Waltersteiner, criar indignação, trazer as pessoas para a realidade (WALTERSTEINER apud ARAÚJO, 1972b). Já os opositores, com maior ou menor emotividade e domínio dos códigos da linguagem artística, qualificaram a experiência de ultrapassada, algo que a Europa havia descartado há anos. O interessante é que longe de analisar a performance de Moderno diante da ditadura e supressão de direitos básicos pela qual o país passava, a argumentação contrária baseou-se na conformidade, ou não, a um modelo europeu.

Elvo Benito Damo, então aluno participante do evento, e cuja opinião, expressa em 2013 a Artur Freitas foi contrária, ainda que não da forma radical na qual alguns se manifestaram, informou que “ninguém gostou, todo mundo achou uma pouca vergonha” (2017, p. 199). Em entrevista à autora, Damo reviu sua posição e declarou que “hoje pensaria diferente” (...) “mas naquele tempo, a arte parecia ser, pra gente, quase que de uma pureza”. Considerou a performance “uma coisa gratuita”, e que “hoje aceitaria com toda a calma”. Acrescentou que entendeu a reação contrária de todos, inclusive a sua: “foi pesado pra (sic) nossa mentalidade da época” (DAMO, 2023, não p.). Fiel aos princípios enunciados em seus textos, da crítica de arte que opera no sentido de registrar e computar as reações, Adalice Araújo propiciou em sua coluna no jornal, espaço público para o debate sobre a performance de João Ricardo Moderno.

No ano seguinte, o V Encontro não teve elementos que trouxessem tamanha mobilização do público. Confirmando a premissa do evento de ser um espaço de experimentações estéticas de vanguarda, o curso de Anna Bella Geiger trouxe inovações nos suportes utilizados: a terra gravada com enxadas e picaretas, a carne gravada a ácido. Adalice Araújo fez a análise crítica do evento em duas partes, na sua coluna dos dias 2 e 9 de setembro de 1973. Talvez prevendo as reações conservadoras diante dos materiais e métodos de gravação, Araújo enfatizou o caráter experimental:

apesar das pesquisas terem se desenvolvido sobretudo em termos conceituais, o que bem demonstra a maturidade dos participantes é que todos são unânimes em considerá-las apenas como “experiências” e não como obras acabadas (1973c).

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 10 de 19



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





E uma vez mais Araújo franqueou o espaço a quem quisesse manifestar-se. As alunas Maria Cristina Schaffer, Maria Inês Melhado, Neusa Pompeo de Carvalho, Tania Dallegrave Goes, Silvia Parmo Folloni e Loreley Cesar da Costa escreveram pequenos resumos, destacando o uso de materiais simples e acessíveis, a liberdade como elemento de criação, e a ideia de que a gravura “pode ser feita com qualquer material” (CARVALHO apud ARAÚJO, 1973c).

O VI e último encontro a ter Adalice Araújo à frente, trouxe performances coletivas no espaço urbano, gerando inúmeras reações, desta vez em um público não afeito às práticas artísticas. A respeito da Gincana Ambiental, Araújo teceu a seguinte crítica:

O programa se dirigiu a uma atuação viva do participante para que através de atividades artísticas pudesse desenvolver uma consciência de si mesmo, de sua participação em grupo e de sua responsabilidade em relação ao meio ambiente. (1974a).

Nesse artigo, publicado no dia 1º de setembro, um dia após a Homenagem a Duchamp, Araújo não cita a polêmica criada pela realização da peça *Vexations*, de Erik Satie, já citada. De acordo com Soares, o pequeno trecho repetido sem pausas, em ritmo lento por horas “provocava uma sensação hipnótica”. O público, de nenhuma forma indiferente, participou “da apresentação artística, a partir de suas ações e reações” (2022, p. 480).

O Diário do Paraná foi um dos jornais que noticiou, na mesma edição do dia 1º de setembro, como “os acordes de piano, fatalmente ouvidos por todos os que estiveram ontem no centro da cidade”, provocaram o esvaziamento dos bares e lanchonetes da Boca Maldita. (A TERAPIA..., Diário do Paraná, 1974). E o jornal Estado do Paraná acrescentou, que além dos bares, dois hotéis, Plaza e del Rey, registraram a saída de hóspedes em função da performance (O SOM..., Estado do Paraná, 1974). Vários jornais registraram a reação do público, na maioria pouco favoráveis.

Não houve resposta de Adalice. Uma possível justificativa para o silêncio de Araújo em relação às reações manifestadas pelo público e imprensa ao VI Encontro, foi ter mudado de veículo, logo na sequência do evento, após cinco anos como crítica de arte no jornal Diário do Paraná, passando a escrever para a Gazeta do Povo.



Araújo, ao entrar em cena em 1969, “representa o processo de profissionalização”, em um momento em que a crítica de arte saía dos grandes centros e era disseminada em vários jornais do país (OLIVEIRA, 2018, p. 32). De acordo com Lauro Andrade, não havia crítica de arte visual no Paraná, antes que Adalice Araújo se dedicasse à atividade. Como outros artistas, Lauro deu várias entrevistas à Adalice Araújo, cuja atuação como crítica trouxe um grande incentivo à sua arte (ANDRADE, 2023, não p.). Bini argumenta que houveram outros que trabalharam com crítica de arte antes de Adalice Araújo, porém “eram trabalhos assim mais sazonais” (BINI, 2023, não p.). A escrita periódica constante, embasada em pesquisa e com intuito de esclarecer o público leitor sobre as diversas manifestações da arte, sobretudo a contemporânea, é uma obra iniciada no Paraná por Adalice Araújo.

Araújo pautou sua atuação como crítica no sentido de vincular a produção artística paranaense com a arte nacional e internacional. A crítica dialogava com seus pares, sobretudo Frederico Moraes, Roberto Pontual, Walmir Ayala, e Mário Barata, tanto em reflexões ideológicas quanto em “parcerias profissionais” (OLIVEIRA, 2020, p. 101). Para Araújo importava esse diálogo, pois a influência do crítico de arte estava diretamente associada com as relações estabelecidas entre os agentes. Araújo divulgou a arte local realizada entre a década de 1960 e 80, destacando os elementos que considerava particularidades paranaenses nas obras dos artistas locais, tendo o regional como “elemento de distinção” (OLIVEIRA, 2020, p. 102).

Os Encontros de Arte Moderna e a arte contemporânea curitibana

Adalice Araújo realizou uma pesquisa e documentação de peso, no que diz respeito às artes plásticas no Paraná. Entrevistou inúmeros artistas, possuía uma ficha de cada um que ingressava no meio, e na qual anotava todos os acontecimentos, exposições, enfim, tudo o que o artista fizesse em sua carreira. Visitava ateliês e enviava questionários com perguntas às quais os artistas prontamente respondiam. Como crítica e historiadora, escreveu uma coluna de arte entre 1969 e 1974 no Jornal Diário do Paraná, e entre 1974 e 1994 no jornal Gazeta do Povo. Em números, “Ao que parece, foram mais de dois mil artigos publicados sobre exposições, salões, bienais, vertentes diversas, artistas novos ou veteranos” (FREITAS, 2017a). Em sua coluna no jornal, Araújo também exercia uma atividade didática, instruindo o



público quanto ao significado da arte contemporânea. No artigo citado ‘O que é arte conceitual’, e em outras ocasiões, utilizava o espaço de forma a traduzir a linguagem artística aos leitores, menos familiarizados com a arte pós-modernista e temas como a desmaterialização da obra de arte e performance.

Como historiadora de arte, Araújo reanimava a memória do público sobre a produção artística e fatos ligados ao mundo da arte. Em diversas ocasiões apresentou uma retrospectiva da produção artística no Paraná, como na coluna do dia 7 de dezembro de 1970, em que escreveu sobre o ‘Movimento de Renovação no Paraná: cronologia dos principais movimentos que integraram as artes plásticas paranaenses com a cultura contemporânea’, relacionando fatos desde 1930 que, segundo sua ótica, contribuíram com a evolução de uma arte contemporânea paranaense. Ou ainda em sua tese de livre docência ‘Arte Paranaense Moderna e Contemporânea: em questão 3.000 anos de arte paranaense’.

Araújo compôs uma historiografia sobre os Encontros de Arte Moderna em três principais veículos: sua coluna no jornal Diário do Paraná, e anos mais tarde, no texto ‘A evolução das artes plásticas no Paraná’, parte do catálogo do IV Salão Nacional de Artes Plásticas, e na monumental obra de sua autoria ‘Dicionário das artes plásticas no Paraná’: no capítulo inicial do 1º volume, e em um verbete do segundo.

Como característica de cada veículo, no jornal (1) o espaço temporal que a separava do evento foi mais curto, e houveram condições para descrições detalhadas das variadas performances e para apresentação de opiniões diversas. No texto para o catálogo (2) fez uma descrição geral de cada evento, apresentando alguns acontecimentos específicos de modo mais detalhado e crítico. Enquanto no Dicionário (3), de uma forma geral Araújo retomou a descrição dos eventos contida no texto, acrescentando fotografias para cada uma das edições, e ampliando o detalhamento em alguns casos. A análise posterior possibilitada pelo distanciamento temporal nos veículos (2) e (3) permitiu à Araújo discernir e registrar os resultados que os Encontros trouxeram ao ambiente artístico local.

Assim, no referido artigo ‘Movimento de Renovação no Paraná’, Araújo incluiu as duas primeiras edições dos Encontros entre os eventos responsáveis pela renovação artística local, creditando à primeira “a tentativa de integrar o Paraná numa real consciência da arte de vanguarda”, e à segunda o de ter tido “um cunho de integração nacional”, em que “Procurou-



se não só valorizar, como também dinamizar e pesquisar a contemporaneidade brasileira” (1970f). No texto (2), Araújo caracteriza o II Encontro “tanto pelo grande número das promoções envolvidas como pela preocupação em analisar a criatividade nacional, confrontando-a com a produção local”. (ARAÚJO, 1981, p. 41). O Dicionário (3) não acrescentou novas informações ao texto do catálogo. A visão de Araújo sobre a contribuição dos eventos foi de mudança do passivo recebimento de informações artísticas vindas do eixo dominante da cultura brasileira, para a comparação entre os pontos de convergência do que se fazia no Paraná com a produção nacional.

Em janeiro de 1972, Araújo dedicou uma coluna inteira ao Sábado da Criação, realizado meses antes no III Encontro de Arte Moderna. Buscou demonstrar, a partir dos diálogos entre os artistas e Frederico Morais, como foi o processo criativo das obras. Registrou, igualmente, as diversas opiniões dos participantes e de Morais sobre o resultado do evento (1972e).

O III Encontro de Arte Moderna teve dois momentos comentados por Araújo no texto do catálogo (2): José Seixas Patriani “desenvolve com os alunos uma experiência sensorial, com envolvimento com a *body art*, que chama Momenarte”. E sobre o Sábado da Criação, “a experiência é válida por demonstrar, por um lado, que todo ser humano é um artista em potencial, e por outro lado que, se o homem intervém na natureza para subvertê-la, é também capaz de recriá-la de forma mais humanizada” (1981, p. 44). No Dicionário (3), sobre o III Encontro, Araújo replica o que foi escrito no texto de que, embora a programação tenha “se voltado para o problema da Arte como veículo de comunicação de massa (...) seu ponto máximo é atingido nas pesquisas de caráter experimental” (ARAÚJO, 2006, p. 130).

Ainda que no jornal Araújo tenha dedicado todo o espaço ao Sábado da Criação, uma visão mais madura a levou a valorizar as demais experiências vivenciadas no Encontro, sendo que no texto e no Dicionário enfatiza a ‘Momenarte’.

A história do IV Encontro começou a ser contada por Adalice Araújo no artigo do dia 31 de dezembro de 1972, na retrospectiva anual. Araújo descreveu a edição daquele ano, os palestrantes, e a “violenta polêmica” suscitada pelos “ambientais armados por Barrio e Moderno” (1972f). No texto (2), a polêmica dos espaços propostos por Artur Barrio e João Ricardo Moderno no IV Encontro são defendidos por Araújo nos seguintes termos: “o choque



provocado seria altamente positivo já que colocava em xeque os valores de uma sociedade demasiado fechada para analisar as suas próprias condições de sobrevivência e respostas” (1981, p. 44). E no Dicionário (3), publicado em 2006, Araújo pôde acrescentar ao episódio que “na realidade, é bastante clara, nas entrelinhas, uma violenta crítica à Ditadura Militar no País, o que, todavia, muitos não compreendem” (2006, p. 131). A retificação do registro histórico de Araújo em relação à proposta de Moderno foi beneficiada pela abertura política ocorrida anos após a publicação do texto para o catálogo.

O V Encontro teve o tradicional espaço na retrospectiva anual no jornal, em que Adalice descreveu o evento de uma forma geral. Sobre o curso ministrado por Anna Bella Geiger, e o uso de carne como uma das matrizes, acrescentou que “Uma experiência de caráter dramático é realizada dentro do ateliê, com carne adquirida num açougue - num processo de vida e morte dentro do material - comprovando-se a completa modificação do suporte” (1974b). Enquanto no catálogo (2), a respeito do curso de gravura de Anna Bella Geiger, Araújo informou que envolveu “gravura em âmbito conceitual, com propostas de caráter ecológico, vivencial e de *arte povera*” (1981, p. 44). No Dicionário aparecem resumidas as informações que constam no texto do catálogo.

O VI e último Encontro da nossa série não foi objeto de análise retrospectiva por parte de Araújo em sua coluna. No texto do catálogo (2), o VI Encontro de Arte Moderna recebeu a qualificação de “mais avançado laboratório de arte vivencial do país”. Destacou a Gincana Ambiental, em que “Vários grupos de estudantes, artistas e interessados em geral, espalhados pela cidade” participaram de um “jogo urbano projetado” por Josely Carvalho. A Homenagem a Duchamp foi narrada de modo breve, sem nenhum comentário adicional, nem menção ao impacto que a interpretação da peça *Vexations* causou na cidade (ARAÚJO, 1981, p. 45). Da mesma forma que para o evento anterior, o Dicionário (3) não acrescentou novas informações.

Araújo identificou um grupo de artistas como tendo desenvolvido suas carreiras sob influência das suas participações nos Encontros: Lauro Andrade, Margareth Born, Márcia Simões, Olney da Silveira Negrão e Fernando Bini. Além do professor Ivens Fontoura, que apesar de já ser artista, teria sido influenciado pelos Encontros (1981, p. 45). Apenas citados no texto (2), esses criadores têm suas propostas artísticas resumidas no Dicionário (3), incluindo fotos de suas obras.



Para Lauro Andrade, os Encontros de Arte Moderna dos quais participou o levaram a sair da zona de conforto, o inspiraram na carreira. Após os eventos, fez performances entre a arte ambiental e a arte efêmera. Como contribuição para o ambiente artístico local, Andrade indicou que os Encontros trouxeram a aceitação institucional e de público para a arte de vanguarda. (ANDRADE, 2023, não p.). Elvo Benito Damo acrescentou que

para mim o saldo foi, se passou a aceitar coisas da arte que não se aceitavam. Era muito só pintura, pintura, pintura (...). E aí começou a vir o happening, instalação, o conceitual... e começou a se aceitar e se abrir portas pra isso, que antes não se abria. (...) para o pessoal que era a fim da arte, (...) mas para a própria população de um modo geral, para a imprensa nossa, que teve que abrir um pouco mais a cabeça (...) pra entender o que estava acontecendo: que esculhambação é essa aí de botar porco no museu? (DAMO, 2023, não p.).

Conforme Bini, os Encontros tiveram uma função dupla: por um lado, o conteúdo e experiências trazidos pelos palestrantes, artistas, críticos etc, contribuíram com a arte local. Por outro lado, a inspiração que os Encontros exerceram sobre estes mesmos agentes. A respeito de Barrio, Bini sugere que “as Situações Mínimas, elas começaram aqui, todo o projeto Situações Mínimas, que ele vai desenvolver durante um bom tempo, o primeiro foi em Curitiba, se chamou Situação Mínima Curitiba” (BINI, 2023, não p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Encontros de Arte Moderna foram espaços de ações de vanguarda na Curitiba do final dos anos 1960 e início dos anos 70, em alguns casos inaugurando na cidade um novo modo de conceber e perceber a arte, a partir de experimentações artísticas, performances e debates. Apresentando outras possibilidades de arte, conseguiram aproximar artistas, estudantes, público e imprensa do pensamento vanguardista, cujo cerne era a experimentação coletiva.

Adalice Araújo contribuiu diretamente com os Encontros enquanto esteve à frente das seis primeiras edições, utilizando sua ampla rede de contatos para trazer à Curitiba artistas, críticos de arte, pesquisadores e professores, criando dessa forma um intercâmbio de informações entre a produção artística local e o que se fazia no eixo Rio-São Paulo e em âmbito mundial. Sua contribuição também se fez na medida em que usava sua coluna no



jornal como espaço de divulgação do evento, e espaço crítico para discutir as propostas artísticas realizadas, de forma participativa e imparcial. Tanto a coluna quanto outras publicações suas formam parte da historiografia do evento, consolidando uma memória dessas intervenções artísticas de arte contemporânea em Curitiba. Os registros escritos e depoimentos apontam para a contribuição de Adalice Araújo como parte ativa na disseminação e consolidação de uma arte contemporânea em Curitiba e no estado do Paraná, por meio dos Encontros de Arte Moderna, entre outras inúmeras contribuições suas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervo da Biblioteca Pública Estadual do Paraná.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

Acervo do Museu de Arte Contemporânea do Paraná.

A TERAPIA da música. *Diário do Paraná*, Curitiba, 1 set. 1974.

AMARAL, Aracy. *Anos 60: da arte em função do coletivo à arte de galeria*. In: *Arte para quê? a preocupação social na arte brasileira, 1930-1970*. São Paulo, Nobel, 1984.

ANDRADE, Lauro. *Entrevista à Simone Santos Soares*, Shopping Curitiba, Curitiba, 12 mar. 2023.

ARAÚJO, Adalice. 1972, ano pródigo de manchetes nas artes plásticas, *Diário do Paraná*, Curitiba, 31 dez. 1972f.

— A evolução das artes plásticas no Paraná. In: *IV Salão Nacional de Artes Plásticas*, Rio de Janeiro, Funarte, 05 a 30 nov. 1981. Catálogo de exposição.

— A peça do pão no Museu de Arte Contemporânea, *Diário do Paraná*, Curitiba, 1 set. 1974a.

— Arte - é hoje pró-texto. *Diário do Paraná*, Curitiba. 27 ago. 1972b.

— Artista paranaense realiza projetos de criatividade no México e Estados Unidos, *Diário do Paraná*, Curitiba, 10 mai. 1973b.

— Dia 28, abertura do II Encontro de Arte Moderna. *Diário do Paraná*, Curitiba. 27 fev. 1970d.

— Experiências de Arte conceitual no V Encontro de Arte Moderna - II Parte, *Diário do Paraná*, Curitiba, 9 set. 1973c.

— Manchetes das artes plásticas no Paraná em 73 (II parte), *Diário do Paraná*, Curitiba, 6 jan. 1974b.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

- Movimento de Renovação no Paraná: cronologia dos principais movimentos que integraram as artes plásticas paranaenses com a cultura contemporânea, *Diário do Paraná*, Curitiba, 7 dez. 1970f.
- “O Happening” do ano, *Diário do Paraná*, Curitiba, 1º e 2 jan. 1972e.
- O que é arte conceitual. *Diário do Paraná*, Curitiba. 27 ago. 1972d.
- O Salão dos Novos de 70. *Diário do Paraná*, Curitiba, 21 jun. 1970c.
- Participe do 3º Encontro de Arte Moderna. *Diário do Paraná*, Curitiba, 17 out. 1971.
- Participe do IV Encontro de Arte Moderna, *Diário do Paraná*, Curitiba, 6 ago. 1972a.
- Participe do V Encontro de Arte Moderna, *Diário do Paraná*, Curitiba, 19 ago. 1973a.
- Por favor, olhem as flores!. *Diário do Paraná*, Curitiba. 31 mai. 1970b.
- Propósitos e propostas de 22. *Diário do Paraná*, Curitiba. 20 ago. 1972c.
- Quem foi Giacometti?. *Diário do Paraná*, Curitiba. 15 fev. 1970a.
- Síntese da história da arte no Paraná. In: *Dicionário das artes plásticas no Paraná*. Curitiba: Edição do Autor, 2006. Volume 1.
- AVANCINI, José Augusto. A crítica de arte nos anos 70: uma visão. *Porto Arte*, Porto Alegre, v. 6, n. 10, p. (27-34), nov. 1995.
- BINI, Fernando. *Entrevista à Simone Santos Soares*, residência do professor, Curitiba, 8 fev. 2023.
- Os encontros de Arte Moderna, os conceitualismos no Paraná. In: *Mostra do acervo os Encontros de Arte Moderna, os conceitualismos no Paraná*, Curitiba, Museu de Arte Contemporânea do Paraná, 10 nov. 2011 a 25 mar. 2012. Folder de exposição.
- CARVALHO, Josely. *Entrevista à Simone Santos Soares*, entrevista online, 14 jan. 2022.
- COUTO, Maria de Fátima Morethy, Arte de vanguarda e a crítica de arte no Brasil (1950–1970). *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, Nº 9, nov. 2019. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/060525ee/b2e7/48ad/a805/b600a8f23ecf.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- DAMO, Elvo Benito. *Entrevista à Simone Santos Soares*, Centro de Criatividade da Fundação Cultural de Curitiba, Parque São Lourenço, Curitiba, 10 abr. 2023.
- FREITAS, Artur. *Festa no Vazio: Performance e contracultura nos Encontros de Arte Moderna*. São Paulo: Intermeios, 2017b.
- Memória e esquecimento: Adalice Araújo e a invenção da arte paranaense. In: COSTA, Hilton; PEGORARO, Jonas; STANCZYK, Milton. (Org.). *O Paraná pelo caminho: histórias, trajetórias e perspectivas*. Vol. 1 - Imagens. Curitiba: Máquina de Escrever, 2017a.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 18 de 19



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





— *O dilema da vanguarda: arte comportamental nos Encontros de Arte Moderna. XXVII Simpósio Nacional de História. 2013.*

KOENTOPP, Gabriela; JABUR, Rodrigo S. Quando a arte invadiu as ruas de Curitiba: os Encontros de Arte Moderna. *Plural Curitiba*. 27 out. 2021. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/colunas/arte-em-movimento/quando-a-arte-invadiu-as-ruas-de-curitiba-os-encontros-de-arte-moderna/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MAC/PR. *6º Encontro de Arte Moderna*. (Encadernação da documentação produzida durante o VI Encontro de Arte Moderna). Curitiba: 1974.

MALMACEDA, Luise B. *O Eixo Sul Experimental: conceitualismo e contracultura nos cenários artísticos de Curitiba e Porto Alegre, anos 1970*. 2018. 414 f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte), Universidade de São Paulo.

MORAIS, Frederico. *Contra a Arte afluyente: o corpo é o motor da “obra”*. 1970. Documents of 20th-century Latin American and Latino Art. ICAA - International Center for the Arts of the Americas at the Museum of Fine Arts, Houston. Disponível em: <https://icaa.mfah.org/s/es/item/1110685>. Acesso: 15 mar. 2023.

O SOM hipnótico, o barro, o xadrez, etc: a nova arte moderna, *Estado do Paraná*, 1º set. 1974.

OLIVEIRA, Jocy de. *Dias e caminhos: seus mapas e partituras*. Rio de Janeiro: Imprinta, 1984.

OLIVEIRA, Luana H. C. de. *Embates pela arte paranaense: Adalice Araújo entre a crítica Jornalística e a direção do museu de arte contemporânea do Paraná (1986 a 1988)*. 160 f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba: UFPR, 2018.

REIS, Paulo. (org.). *Visita guiada: a crítica de arte Adalice Araújo*. Curitiba, PR: Medusa, 2020.

SOARES, Simone S. Um olhar feminista sobre o VI Encontro de Arte Moderna de 1974 em Curitiba. *O Mosaico*, Curitiba, n. 23, p. 461-487, jul./dez. 2022.

VENTURI, Lionello. *História da Crítica de arte*. Lisboa: Edições 70, 1998.

ZANINI, Walter. Duas décadas difíceis: anos 60 e 70. In: AGUILAR, Nelson (org.). *Bienal Brasil século XX*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1994.



**AS VESPAS, DE ARISTÓFANES: A FORMAÇÃO POLÍTICA DO CIDADÃO
ATENIENSE**

Thaila Baj - (Voluntária)

Unespar/Campus Paranavaí, thailabaje@gmail.com

Thais Regina Gimenes Chagas - Orientadora

Unespar/Campus Paranavaí, thais.chagas@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa

Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário - PIC

Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

O comediógrafo Aristófanes (447 a. C. – 385 a. C.) foi um dos maiores escritores da comédia antiga, considerado um líder por conta de sua trajetória de vida, dado que ele era um importante dramaturgo da Grécia Antiga, sendo considerado um dos principais representantes da comédia grega, viveu parte de sua vida trabalhando no desenvolvimento econômico, político e cultural de Atenas, esse período era conhecido como o “Século de Péricles”, participou de diversas fases sociais da sociedade, fez uso da comédia, que foi o gênero que utilizou para produzir suas obras e atrair o público para apresentar suas críticas da sociedade ateniense.

A comédia foi considerada um gênero utilizado por diversos autores, que contribuiu para seu crescimento, dado que apresentava ideias filosóficas, que seriam movimentos que atuavam na formação do homem para o progresso social. O interesse da comédia era mostrar a realidade, usando de imitações que apresentavam a verdade e expressavam sua crítica.

Na Grécia antiga, apresenta-se a comédia antiga usada por Aristófanes, que se dá em forma de peças teatrais, apresentações que são capazes de entreter os espectadores, por conta de seu humor e sua sátira. Era usada principalmente para apresentar uma crítica da sociedade ateniense, como pelos seus costumes ou hábitos da época. A comédia era representada por festivais em honra a Dionísio, marcada por danças, sendo um costume voltado a todos os públicos. A comédia apresenta uma estrutura que se aproxima da realidade do público, pois as



personagens são pessoas comuns, diferentemente da tragédia que se expressa com uma linguagem e personagens nobres.

Aristófanes apresenta uma análise de que o riso é inerente aos seres humanos e somente nós somos capazes de rir, e se dá conta de dois elementos fundamentais, a linguagem obscena e a expressão de injúrias (POMPEU *et al*, 2012). Contudo, ele prefere utilizar do intelectual, emocional e do social, além de proporcionar a graça, da maneira que agrada ao público; por conta disso que as peças cômicas tem uma aproximação com seu público, para que seja ainda mais fácil entenderem e sentirem a proximidade, pois, para Aristófanes, não é necessário o elemento de vulgaridade, já que a comédia deve se referir ao riso de forma diferente, levando em conta o drama, a encenação, o ritmo da peça. Para ele, essa é a melhor maneira de trazer o público ao jogo teatral.

A comédia era a maneira que os escritores da época encontraram de defender os interesses do povo ateniense e desse modo passaram a ter mais atenção quando começaram a se relacionar com assuntos da política, tratando de apresentar o estado na maneira das ideias filosóficas. A filosofia apresenta a comédia e a tragédia como a arte de imitar as pessoas daquela época, mas as imitações vinham através das críticas que elas apresentavam. Aliás a comédia tem interesse em trazer a verdade e aspectos da poética e da tragédia. Tanto a comédia quanto a tragédia ambas são exibidas através de apresentações, todavia elas têm diferenças, a tragédia representava personagens nobres, e a comédia representava fatos corriqueiros, tomemos como exemplo a comédia *As Vespas*, escrita por Aristófanes, que apresenta uma crítica à política da época.

Na obra *As Vespas*, temos retratada a relação de dois personagens principais, Filoclêon (pai) e Bdeliclêon (filho) que viviam com problemas e discussões por causa da profissão de juiz e da ganância pelo poder de Filoclêon (pai). Ao desenrolar da comédia, o filho Bdeliclêon decide ajudar seu pai e lhe apresentar a verdade, visto que seu pai estava à serviço da política, porém ele não aceita essa situação, pois aparentemente gosta do poder que lhe é conferido, diante disso, Bdeliclêon decide tomar uma atitude e aos poucos vai negociando com seu pai para que ele mude esse posicionamento, e dessa forma a comédia vai apresentando essa questão como uma crítica ao sistema político.



Posto isso, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a crítica política presente na peça que, por meio do riso, tem a finalidade de propiciar a formação e a consciência políticas no cidadão ateniense.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa desenvolvida foi de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e bibliográfico, através de estudo aprofundado no tema da pesquisa. A pesquisa qualitativa é realizada para encontrar percepções, fazer suposições e pré-julgamentos e foi efetivada por meio de consulta às obras e publicações de autores que versam sobre a temática do projeto.

O material disponibilizado para a pesquisa trata-se de artigos científicos, capítulos de livros, teses, bem como obras completas que serviram de suporte teórico para o presente projeto. Nesse caso, o objeto de pesquisa foi a obra *As Vespas*, de Aristófanes, traduzida em 1995 por Mário da Gama Kury.

O artigo *Mexendo no vespeiro: a reeducação do público em As Vespas* (1998), de Adriane Duarte, comenta um pouco da trajetória de Aristófanes e de suas obras anteriores. Nesse artigo, vemos o real motivo da obra *As Nuvens*, de Aristófanes não ter tido tanta aprovação do público como *As Vespas*, dado que aparentemente o público não achou *As Nuvens* tão interessante e não sentiu tanta inovação, uma vez que a obra tinha como objetivo satirizar e atacar os sofistas que ocupavam a *Ágora* ateniense com suas discussões puramente retóricas, relativistas e sem fim prático, uma discussão pela discussão, diferente de *As Vespas* que o autor conseguiu trabalhar um assunto importante, mesmo que a política tenha ficado em segundo plano, conseguimos visualizar a crítica à política que estava sendo apresentada pela representação das personagens.

Após a leitura do artigo de Adriane Duarte, passemos *A comédia na poética, de Aristóteles*, de Pierre Destrée (2010). O artigo discute as traduções de algumas obras de Aristóteles, visto que algumas haviam sido perdidas por conta da interpretação e também por causa do desinteresse de alguns tradutores que não ligavam tanto para a comédia, aparentemente ela não tinha tanto reconhecimento nessa época. Aristóteles gostava da tragédia, da maneira que trazia a poesia e acabou deixando a comédia de lado, visto que ele



ainda estava criando proximidade com o gênero. Aristóteles comenta no capítulo cinco da *Poética* sobre a comédia, que podia ser considerada um dos melhores exemplos na estética, na sua relação de ser divertida ou pelo público que compreendia a obra, a burguesia. Além de que a nova comédia trouxe reviravoltas, pôde se referir aos dramaturgos, que consideravam este modelo bom para eles, e finalizam que a comédia antiga trazia uma linguagem mais vulgar.

Para contribuir com as análises, passemos a obra *Paideia: Formação do homem grego* (1994), de Jaeger. Nesse fichamento, foi possível conhecer a comédia, que era proposta em forma de peças que prendiam o público por conta da crítica, ironia e das sátiras, nessas peças era comum usar da imitação para deixá-la ainda mais realista ao público. Além de que o ser humano é considerado o único ser racional capaz de rir, sendo então o riso uma maneira de comunicar sua expressão, sua liberdade espiritual.

A tarefa da comédia está em trazer a liberdade de se expressar, através da crítica à política, mas, na verdade, não permaneceu apenas nisso, expressava as necessidades do povo, sendo representadas nos teatros das comunidades atenienses. Além disso, até mesmo a educação ter se tornado um alvo nas comédias, junto com a política, visto que era uma maneira de lutar com respeito, a comédia acaba tendo três esferas essenciais na vida da população: a política, a educação e a arte. A questão política também podemos encontrá-la em sua obra *Cavaleiros* (424 a. C.), peça que é uma sátira da vida social e política da Atenas clássica durante a Guerra do Peloponeso, e neste ponto tem o mesmo perfil de todas as primeiras peças do autor. Por fim, o Estado não tinha mais o poder que tinha antes, visto que a liberdade limitava em discussões das opiniões políticas junto a superabundância de força, e isso o Estado já não possuía. Quando a peça *As Rãs*, de Aristófanes, é escrita em 405 a. C. acontecem dois marcos: a tragédia passa a ficar desamparada e Atenas sofre sua queda, esses breves acontecimentos fazem com que ambos tenham uma ligação, visto que somente a comédia era capaz de exprimir os anseios da sociedade da época. Ela não apenas pode ser considerada uma obra de arte, mas abrangeu os assuntos mais importantes que abalaram aquele momento.

Para finalizar, o artigo *A comédia grega em duas comédias: Lisistrata e as Tesmoforiantes* (2005), de Adriane Duarte, salienta que o drama era marcado por danças e



grandes festivais, além de proporcionar encenações ao público, que poderia ser através da comédia, tragédia, dramas e sátiras. A comédia apresenta o universal, realista, e trabalha com personagens, deixando interessante as apresentações e chamando a atenção para todo o cenário, as fantasias fazendo com que o público aprecie o espetáculo.

Porém, no artigo, *As formas do riso e a comédia grega antiga* (2012), de Pompeu *et al*, o riso irá depender do intelectual, do emocional e do social, por isso que quando uma comédia vai ser representada, para a produção cômica fazer sentido é necessário pensar na época, na cultura, no cenário e na fantasia, variando de autor para autor. Nesse artigo, os autores comentam que Platão apresenta que a comédia precisa trazer o emocional, a dor, o prazer, diferente das obras aristofânicas que não encontramos esses elementos, pois para ele, o que importa é o ritmo, a encenação e o jogo teatral.

Nesse outro artigo, *Comédia e riso: elementos cômicos nas obras de Aristófanes* (2009), Da Rosa comenta que a comédia conseguiu agradar ao público, por conta de sempre ter sido associada com relações cotidianas do povo e da época que faziam referência, fora o humor que garantia a maneira que o público tinha afinidade, diferente da tragédia que não abrange esses elementos e é algo mais relacionado à nobreza e não tem uma narrativa simples que abrange a necessidade do público.

As atividades desenvolvidas até o momento deram suporte ao desenvolvimento da pesquisa. Em um segundo momento, partindo da leitura/fichamento do material coletado, fizemos a transcrição e a análise de trechos importantes da peça a fim de analisar a crítica à corrupção das instituições democráticas, principalmente as jurídicas, pelo poder político.

A metodologia adotada no desenvolvimento do trabalho demonstrou que a literatura é um instrumento essencial para a constatação da história do pensamento jurídico e para a formação do homem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a leitura e análise da peça e dos estudos teóricos apresentados acima, percebemos que Aristófanes não fazia uso da crítica pela crítica, quando investia contra determinada personalidade social, religiosa ou cidadã. Suas críticas sempre apresentavam os fatos reais



com o objetivo de dar suporte à realidade criticada como se realmente fosse o alvo da crítica. Com esse artifício cômico, na comédia *As Vespas*, por exemplo, Aristófanes lançou a crítica sobre o personagem Filocleão, pela falta de separação entre as funções de poder supremo da *polis*.

Segundo Duarte (1998), a obra *As Vespas* teve sua importância por causa do assunto tratado, mesmo que não seja explícito, era possível visualizar a crítica política através das personagens. Para dirigir sua crítica veemente a um dos vícios mais corrosivos da sociedade democrática ateniense, a corrupção institucional do poder judiciário, Aristófanes aliou as liberdades individuais, garantidas pelo regime democrático de então, ao gênero dramático comédia. A comédia *As Vespas*, em seu enredo e encenação, evidenciou sua adequação artística à democracia ateniense. Não se pode olvidar que a comédia foi o gênero dramático que melhor se assemelhou ao espírito liberal do regime democrático, uma vez que ambos, comédia e democracia, não delimitaram o grau de liberdade do homem em suas manifestações individuais e coletivas, desde que não violassem o direito da *polis*; e adotaram a igualdade entre os homens como elemento propiciador do equilíbrio social em Atenas.

A crítica aristofânica sinaliza para a desordem da sociedade ateniense, a partir dos desajustes comportamentais de Filocleão, que demonstra não ser detentor de disciplina intelectual para conduzir-se racionalmente como cidadão e como juiz. Bdclicléon, filho de Filocleão e inimigo de Cleão, ao retratar os comportamentos alterados do pai, projeta a desordem doméstica nas diversas relações sociais dos homens atenienses que se ressentiam de paz e mudanças de costumes. Nesse contexto histórico-social, o ambiente familiar de Filocleão simboliza um microcosmo com todas as suas crises, mudanças e tendências. Aristófanes, na condição de defensor das tradições atenienses, criticou o comportamento viciado do cidadão e do juiz Filocleão, criticou a ação nociva da política na função dos tribunais atenienses e parodiou comportamentos de Filocleão.

De acordo com Jaeger (1994), os dramaturgos produziam o que era do agrado do público, logo, pensando nisso no desenvolvimento das peças era usado a crítica, a ironia e a sátira. Com isso, a comédia servia para transmitir essa liberdade, por ser considerada um método de comunicação e de expressão, tanto que apresentava principalmente a necessidade do público. Aristófanes apresenta a sátira de um jeito espontâneo e engraçado, em que temos



o personagem Filoclêon, que é pai de Bdeliclêon; nesse contexto Filoclêon representa o povo ateniense, isso evidencia o quanto eles são alienados e como o sistema político os engana. O personagem Bdeliclêon, indignado com essa situação, pretende lutar contra essa ideia e aparentemente tenta reeducar seu pai e reintegrá-lo à sociedade, assim, o que temos em toda comédia são os longos discursos do filho, Bdeliclêon, na tentativa de modificar o pensamento de seu pai, Filoclêon.

O interesse da comédia é trazer esta realidade quando é representada, além de mostrar sua característica que é usar da imitação para passar a verdade, que pode ser exposta em formato de crítica, em se tratando de uma sátira. Quando Bdeliclêon decide afastar seu pai dos tribunais, que é fanático por julgar e condenar, Bdeliclêon enfrenta vários obstáculos, mas simplesmente decide ignorá-los, só precisa deixar seu pai distante do sistema a qualquer custo, mesmo com várias discussões e o ataque do coro, como nessa fala: “Estamos aqui para socorrê-lo, reunindo todas as nossas forças para evitar que eles retenham você, e isto que vamos fazer” (ARISTÓFANES, 2004, p. 26), aparentemente o coro seria um problema, Bdeliclêon teria de ser forte e mostrar não ter medo deles, ou melhor, apresentar a verdade, então ele decide aprofundar a discussão e apresenta argumentos concretos:

E não é uma verdadeira servidão ver todos esses intrigantes que exercem as magistraturas e seus adutores presenteados com salários de marajás? Enquanto isto, você se contenta com os três óbolos que lhe pagam e que você ganhou em mil combates em terra e no ar e no cerco de cidades. (ARISTÓFANES, 2004, p. 42-43)

O salário que eles recebiam não era suficiente e os juízes eram escravos do sistema que estava a serviço dos políticos. Em alguns trechos, é possível perceber que a obsessão de Filoclêon estava além da profissão, de ser juiz, como, por exemplo, quando seu filho havia comentado que eles não passavam de escravos e ele retruca: “Por que você fala de escravidão? Na realidade sou um rei” (ARISTÓFANES, 2004, p. 33), qual era a justificativa de Filoclêon se sentir como um “rei”, o poder de julgar, de sentenciar alguém?

O personagem Filocleão ao descrever o comportamento dele na função de juiz perante os réus nos processos que julgava no tribunal, denuncia duas das más qualidades profissionais do servidor público que não tem consciência de sua função. Aliás, os comportamentos deploráveis, assinalados por Filocleão, tornaram-se atemporais e chegaram aos maus



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

prestadores de serviço público e privado do século XXI da era cristã: a projeção de traços de sua personalidade sobre o serviço prestado e os usuários do serviço; e a introjeção de uma imagem divina sobre sua imagem mortal, tornando-se um superdeus perante aqueles que lhe requerem a prestação de um serviço.

Na Atenas de Aristófanes, não havia a carreira profissional de juiz de direito. O juiz é um profissional temporário da Cidade-Estado, sem salário compatível e sem direitos sociais para si próprio e para a família. Aqueles que optavam por ser juiz de direito era mais por necessidade que por vocação profissional e formação técnica. O preenchimento das seis mil vagas anuais na magistratura ateniense era feito por meio de eleição do total de candidatos que ocorria ao chamado da Cidade-Estado. Satisfaziam às normas do processo seletivo para a função de juiz os cidadãos atenienses que: possuísem a idade mínima de trinta anos; estivessem no gozo de seus direitos políticos; aceitassem prestar um serviço voluntário.

A partir do governo de Péricles, na segunda metade do século V a. C., os juízes passaram a receber o salário de um óbolo. No governo de Cleão, o salário dos juízes foi aumentado para três óbolos, por estratégia política, como forma de o poder político manipular o corpo de juízes, para obter vantagens pessoais sobre seus inimigos e adversários políticos.

Bdeliclêon afirma que o pai é, na verdade, um servo do Estado, que ganha pouco, mas que tem a impressão de ter muito poder. Para Bdeliclêon, o pai não tem poder nenhum; apenas vive das sobras das negociatas:

Então ouça: você poderia ser tão rico quanto todos os outros colegas seus; mas esses eternos adúladores do povo lhe tiram os meios. Você reina sobre uma porção de cidades, desde o Mar Negro até a Sardenha, e sua única satisfação é esse salário miserável; e eles ainda lhe pagam avarentamente gota a gota, como o óleo na mecha de um lampião; na realidade eles querem que você seja pobre, e vou lhe dizer a razão disto: é porque você conhece a mão que te alimenta, e ao menor sinal você se lança sobre o inimigo que ela escolhe para ser atacado por você. (ARISTÓFANES, 2004, p. 45)

Filoclêon insiste com o filho. Quer continuar julgando: “prefiro a vida que você quer que eu abandone, em vez da maior prosperidade. Um processinho recheado é um prato que me agradaria muito mais”. (ARISTÓFANES, 2004, p. 38)

O filho tenta chamar o pai para a realidade. E a rudeza de Aristófanes é impressionante. Diz Bdeliclêon: “Você não percebe que é um joguete desses homens que você reverência

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 8 de 12



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





como se estivesse num culto? Você é um escravo e não percebe”. (ARISTÓFANES, 2004, p. 38)

Filoclêon insiste, ainda com mais veemência: “Que criatura é mais feliz, mais afortunada que um juiz? Que vida é mais gostosa que a dele? Que animal é mais temível, principalmente na velhice? Mal me levanto da cama os homens mais importantes me escoltam até o tribunal”. (ARISTÓFANES, 2004, p. 40)

Depois de muita discussão, finalmente, filho e pai chegam a um acordo. Bdeliclêon deixará o pai em casa, julgando os escravos:

Você vai fazer tudo como no tribunal. Se sua escrava abrir a porta da despensa sem você ver, você aplicará a ela uma simples multa, como você faria no tribunal. Tudo se passará na ordem conveniente; se o sol estiver de fora desde cedo, você julgará em pleno sol; se estiver chovendo ou nevando, você instruirá o processo em frente à sua lareira; se por acaso você se levantar ao meio-dia, não precisa ter receios de ser excluído pelo juiz-presidente. (ARISTÓFANES, 2004, p. 48)

Segundo Pompeu *et al* (2012), Aristófanes utilizará uma produção cômica, pensando na cultura, no cenário e na fantasia para aperfeiçoar a dramatização, com isso o público irá entender a referência, como, nesse caso, que satirizou os tribunais do júri em Atenas, imaginando a figura de um velho que fazia as vezes de juiz e que, trancado por seu filho, foi chamado a participar do tribunal pelos outros juízes, simbolicamente equiparados às vespas. As falas das personagens indicam uma visão cética e irreverente com o mundo do Direito.

Aristófanes valeu-se da figura bronca e anacrônica do juiz Filocleão para simbolizar a população que se deixava conduzir pelas manobras da política dominante na *polis*. Filocleão simbolizava com sua atitude servil e subserviente a grande massa populacional de Atenas que vivia produzindo a economia e não possuía formação e disciplina intelectuais para viver e agir aos moldes dos cidadãos aristocratas.

O texto traz um personagem de comportamento patológico. Sua obsessão com o tribunal, com o poder de julgar, subsume algo não revelado. Sutilmente, Aristófanes nos questiona acerca dos motivos determinantes que levam o julgador à corte.

Aristófanes nos indica que seu personagem julgador nada julgava. Ele apenas condenava. E as condenações sugerem um certo prazer, sem o qual Filoclêon não poderia viver. Discutindo com o filho, que queria prendê-lo em casa, mais uma vez Filoclêon



manifesta seus desvios patológicos: “Sou mesmo um infeliz! Se eu pudesse matar você! Mas, com quê? Depressa! Uma espada ou uma sentença condenatória!” (ARISTÓFANES, 2004, p. 21)

Para Filoclêon a justiça era palco para seu prazer ou para suas questões pessoais. Quanto a esse último aspecto, Filoclêon desafia seu filho: “Se vocês não me deixarem em paz, vamos brigar na justiça.” O filho responde ao pai: “Você é um trambiqueiro sem-vergonha e atrevido, mas pouco inteligente.” Porém, centrando seus valores no critério dinheiro, responde Filoclêon: “Trambiqueiro, eu? De jeito nenhum! Você não me dá agora o valor que eu tenho; só vai dar quando provar o gosto delicioso da herança de um velho juiz”. (ARISTÓFANES, 2004, p. 23)

A crítica política veiculada em *As Vespas*, se analisada a trama da peça, não se limitou apenas a criticar a figura de um juiz viciado em tribunais, mas voltou-se, também, para criticar a Cidade-Estado pela subcondição de vida a que submetia o corpo de seis mil juízes, para pagar-lhes o mísero salário de três óbulos por sessão de que viessem a participar; angariar a sobrevivência própria e a da família e usar o poder das decisões judiciais contra pessoas de classe social de prestígio.

A presente pesquisa evidencia que *As Vespas* se trata de uma comédia política, porque se voltou para, através do humor bem trabalhado pelo autor, criticar a contra-ação da política nociva na sociedade, em vez de agir pelo bem-estar e o bem-comum do cidadão e de suas instituições fundamentais: a política, o direito, a justiça e a paz interna e externa.

Desse modo, podemos concluir que não era só a profissão de juiz, mas também o poder que Filoclêon tinha sobre as pessoas que eram julgadas, as súplicas que elas faziam que alimentava ainda mais o seu desejo de julgar. Comparar juízes a um enxame de vespas (título da peça) é atitude que indica destemor e até certo atrevimento por parte de Aristófanes. Isso deixa claro que os personagens identificam um total descrédito do comediógrafo para com os temas relacionados à justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O tema proposto pela obra e a maneira que Aristófanes usa da comédia para apresentar sua sátira ao sistema ateniense, em que a figura paterna acaba sendo reeducada pelo próprio filho, a impressão que tivemos dessa situação é que até nos dias atuais podemos usar essa interpretação de que a sociedade a todo tempo está tentando educar os políticos, mas a ganância caminha com a corrupção que aparentemente fala mais alto, como não podemos usar o método de Bdeliclêon, é observar e analisar as atitudes e propostas dos políticos, assim não seremos nós os alienados, as marionetes usadas apenas para fazer suas vontades, ou melhor, financiar seus gastos.

Por fim, finalizamos acrescentando que Aristófanes fez um ótimo trabalho, a comédia o escolheu, o uso simplificado e a verdade foram necessárias para transmitir verdades filosóficas, tornando-se uma das maneiras de tornar a sociedade ateniense melhor, e não é possível esquecer que ele não precisou de usar da vulgaridade para atrair o público ateniense, usou apenas de sua percepção para retratar as mazelas sociais.

O objetivo de Aristófanes, ao representar a comédia *As Vespas*, não foi suscitar o riso sem objetivo crítico-pedagógico. O riso suscitado pela comédia teve o objetivo de reprovar a conduta viciada de Filocleão, que agia funcionalmente no tribunal sob a orientação astuciosa do político Cleão, o que desfigurava a razão de ser do poder judiciário. No pano de fundo de sua expressão física, o riso teve a função denunciadora da deturpação atual do tribunal.

A atemporalidade e profundidade do tema principal de *As Vespas*, a corrupção das instituições judiciárias atenienses, propiciam uma gama de estudos e exemplos de conduta ilegal e ilegítima para as civilizações ocidentais. Esses fatores constituem os fundamentos que justificam a realização desta pesquisa, para que se ratifique ou refute a crítica publicada por Aristófanes contra Filocleão na comédia *As Vespas*.

É possível observar, em várias passagens da peça, o prazer pessoal de Filoclêon na condenação e sua obsessão com o tribunal e com o poder que lhe é legitimado na arte de julgar. Da simples leitura da obra fica fácil observar que existia forte tendência à condenação, mesmo sem prévio conhecimento da causa e sem nenhuma fundamentação da sentença. Nesses termos, e comparando a realidade evidenciada na peça teatral e aquela com a qual nos deparamos nos dias de hoje, sabemos que nem sempre se interpreta uma lei para fundamentar racionalmente uma decisão.



REFERÊNCIAS

ARISTÓFANES. **As vespas; As aves; As rãs**. Tradução do grego; introdução e notas de Mário da Gama Kury. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Eudoro de Souza. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1999.

BRANDÃO, J. de S. **Teatro grego: tragédia e comédia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

CARDOSO, Z. de A. **A literatura latina**. 3a. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

DESTRÉE, P. A comédia na Poética, de Aristóteles. **Organon**, Porto Alegre, nº 49, julho-dezembro, 2010, p. 69-94.

DUARTE, A. da S. Duas comédias: Lisístrata e as Tesmoforiantes. Trad. Apresentação e notas Adriane da Silva Duarte. *In: Aristófanes e a comédia grega antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. O dono da voz e a voz do dono: a parábase na comédia de Aristófanes. *In: Mexendo no vespeiro: a reeducação do público em As Vespas*. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 1998. (Tese de Doutorado)

JAEGER, W. W. Paideia: a formação do homem grego. Trad. Arthur M. Parreira; adaptação para a edição brasileira Monica Stahel; rev. do texto grego Gilson César Cardoso de Souza. *In: A comédia de Aristófanes*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994, 414-440.

POMPEU, A. M. C.; ARAÚJO, O. L. de.; PIRES, R. B.; DRUMOND, G. (Org.). O riso no mundo antigo. *In: As formas do riso e a comédia grega antiga*. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2012, p. 19-25.



**MUSEU DE ARTE LATINO-AMERICANO DE BUENOS AIRES - MALBA:
MULHERES NO ACERVO**

Vanessa Cristina da Rosa Bueno - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba I, cristinavanessa0810@gmail.com

Katiucya Perigo - Orientadora
Unespar/Campus Curitiba I, katiucya.perigo@ies.unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

A pesquisa irá abordar o acervo do Museu de Arte Latino-americana, o MALBA por um viés decolonial, especificamente por uma perspectiva feminista decolonial, trazendo como recorte principal a presença de mulheres na coleção da instituição.

Por meio da investigação de cada uma das artistas latinas presentes, foi se delineando uma análise cada vez mais precisa, até se chegar no estudo aprofundado das obras pertencente ao museu, de Aline Motta (1974), Cecilia Vicuña (1948) e Rosana Paulino (1967), artistas estas que trazem em suas obras temas os quais envolvem gênero, raça e resistências contrárias à hegemonia poética dominante nas artes.

Utilizou-se como fontes bibliográficas as produções de autoras como Yuderkys Espinosa Miñoso (2019), Ochy Curiel (2014), Lélia Gonzalez (1988), presentes em coletâneas recentes acerca da vertente feminista decolonial; bem como artigos sobre a coleção de Eduardo Constantini, sua formação e permanência ao longo dos anos; e a problematização de Brulon (2020), referente aos aspectos epistemológicos dominantes do racionalismo cartesiano ainda predominante nos museus da América Latina. A pesquisadora se vê enquanto sujeito da pesquisa, pois também adotou-se a perspectiva do ponto de vista, bastante utilizada na tradição feminista, entretanto nos respaldaremos na epistemologia decolonial.

Nos primeiros itens do artigo foi possível traçar um breve histórico acerca da construção da coleção do MALBA, em seguida um panorama geral sobre o funcionamento da instituição,



por fim adentra-se as artistas escolhidas, bem como trata-se rapidamente sobre as demais mulheres latinas presentes na coleção buscando-se estabelecer os contrapontos entre o objeto de pesquisa e a oficialidade ainda bastante eurocentrada da instituição.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para que fosse realizada tal pesquisa utilizou-se da perspectiva decolonial de conhecimento, está que está alinhada a resistência de saberes subalternizados e dissidentes, e, durante o processo de análise e desenvolvimento do recorte, foi possível a inserção da epistemologia feminista decolonial, devido a presença de mulheres nesta coleção, em sua maioria invisibilizadas.

A partir disso, delineou-se uma busca acerca de cada uma das artistas presentes no acervo, debruçou-se nesse aspecto por meio do feminismo decolonial até se chegar em apenas três mulheres latinas que se enquadram de fato no método utilizado.

Realizou-se um mapeamento geral do acervo online disponibilizado no site oficial do museu, bem como leituras de artigos voltados ao tema, livros recentes acerca da área, diversos fichamentos, bem como debates em cima de autoras que tem como foco central de suas pesquisas o feminismo decolonial, consultas ao catálogo da instituição, além de um aprofundamento na vida e obra de cada uma das artistas escolhidas para serem abordadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A COLEÇÃO EDUARDO COSTANTINI

O Museu de Arte Latino-Americano - MALBA, é considerado um dos mais jovens museus da Argentina, tendo sido fundado no dia 20 de setembro de 2001. O local abriga a coleção do empresário argentino, Eduardo Costantini. Este, inicia a construção de sua coleção ainda jovem, a princípio com olhar leigo, mas mirando em grandes obras:

Nesse imbricado caminho, a começar pelo final dos anos 1960 e início dos 1970, Costantini, então (...) atuava no mercado financeiro e começava a se interessar por arte. Desde um olhar inicialmente leigo, em 1968, (...) vai assim se especializando em sua empreitada no mercado de arte, o que será já de início bem-sucedida,



mediante algumas oportunidades-chave que surgiram logo nos primeiros passos.
(MARQUES, 2018, p.275)

Há uma relação com tais aquisições e o contexto da época, visto que, em 1966 ocorre a Conferência Geral da Unesco, em Paris, momento da definição de um projeto de estudos das culturas latino-americanas, tendo por base sua literatura e suas artes (AMARAL, 2006, p.129 apud MARQUES, 2018 p. 275). Nesse sentido, é possível perceber que ao longo dos anos de 1970 surge um movimento no mercado da arte e conseqüentemente no colecionismo voltado à aquisição de obras e peças essencialmente latinas. Quanto a Costantini, será a partir de 1990 que o mesmo se voltará a aquisição de obras de artistas como Tarsila do Amaral, Miguel Covarrubias, Amélia Pelaez, Frida Kahlo, Roberto Matta, entre outros, que serão, futuramente, os artistas-chaves de sua coleção, logo, sendo também peças importantes para o Museu de Arte Latino-Americano, o MALBA.

Com a grande exposição na mídia local e internacional, o interesse crescente de renomadas instituições norte-americanas e européias sobre a arte da América Latina, e um espaço permanente de exposições, a coleção Costantini se estabeleceu nas primeiras décadas do século XXI como legado relevante para a história da arte.
(MARQUES, 2018, p. 276)

Nesse momento, portanto, a Coleção de Costantini também ganha maior visibilidade das mídias locais, bem como dos meios de comunicação internacionais.

O MUSEU DE ARTE LATINO-AMERICANO - MALBA

Como visto, o Malba é uma instituição de pouco mais de vinte anos, que possui um acervo relevante para a História da Arte Latino-americana, assim como para as artes ditas universais, isso por conta do caráter ainda colonizador de se contar a História. Como tratamos aqui de um museu latino, é importante termos em mente que este, notadamente terá características do projeto colonizador instaurado em tais instituições, desde sua implementação, nos processos de ocupação das Américas, estes que, de acordo com Brulon:

(...) chegam nas colônias como instrumentos do projeto imperial de produção de conhecimentos e difusão das ciências.(...) o conhecimento produzido pelos museus tinha um centro de difusão, e a ideia de civilização demarcava hierarquias sociais e distinções culturais com base em definições políticas do mundo colonialista.



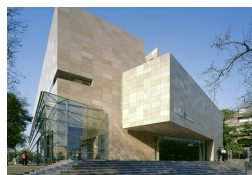
(BRULON, 2020, p. 04)

Desse modo, todas as instituições museais oficializadas a partir desse olhar, acabam por adotar tal postura, a qual persiste até a atualidade, muitas vezes sem aceitar um ponto de vista mais crítico e democrático. Nesse sentido, destacamos, portanto, o enfoque à Arte Contemporânea dentro de seu recorte principal. Segundo Hernandez, 2009, p. 04:

(...) tem um perfil focado na produção contemporânea local, ao passo que outras instituições são focadas em produção internacional ou local já legitimada, como o Museu Nacional de Belas Artes, e outras ainda em programas de fomento a novos artistas, como as bolsas da Fundação Nacional de Artes argentina e de fundações privadas, como a Fundação Rockefeller e Fundação Artochas, entre outras.

Localizando-se em Palermo, bairro nobre de Buenos Aires, o prédio carrega consigo um estilo arquitetônico construtivista, distribuído por uma área de 4.670,00 m², “o projeto do estúdio Atelman-Fourcade-Tapia teve como objetivo integrar o edifício à cidade e gerar uma atmosfera propícia à melhor interação entre visitantes e obras de arte” (LANACION, 2001). O edifício foi construído especialmente para o museu, contando com avançadas tecnologias voltadas à conservação de acervos e segurança tanto para as obras quanto para os visitantes. “(...) isso é um dado importante, porque Buenos Aires não tem nenhum caso de edifício pensado, desenhado e construído com o fim de abrigar uma coleção de arte” (LACASA, 2022). Um concurso internacional para a construção do mesmo ocorreu durante a Bienal de Arquitetura de 1997.

Imagem 1 – Vista da área externa do MALBA



Fonte: <https://www.malba.org.ar/museo> (Museu de Arte Latino-americano, 2022).



O fato da busca por tecnologia, contemporaneidade e requinte também diz respeito à visão ainda hegemônica de museu, e, na maior parte das vezes excludente, herança desde os períodos de dominação colonial “o grande símbolo da Modernidade se revela alegoria da destruição” (SILVA, 2017, p.09). Nas palavras de Brulon:

Como traços contemporâneos de um passado colonial inescapável, os múltiplos exemplos dessa lógica de materialização da assimetria axiológica no patrimônio e nos museus do mundo capitalista pós-colonial não poderiam ser mais flagrantes. (...) invariavelmente ligado ao colonialismo, ao capitalismo, à supremacia masculina e ao patrimônio eurocentrado. O patrimônio e os museus passam a funcionar eles mesmos como o olho de Deus, atuando sobre os imaginários e produzindo a exclusão dos dissidentes que será sistematicamente naturalizada, até estes serem materialmente suprimidos. (2020, p.16)

Quanto a suas questões econômicas, para manter-se financeiramente, a instituição conta com a Fundação Coleção Eduardo Constantini, mantenedora de uma loja, a qual possui produtos voltados à temática da instituição e também é apoiada por organizações privadas.

O ACERVO DO MUSEU DE ARTE LATINO-AMERICANO

O Malba é uma instituição privada, sem fins lucrativos. Importante salientar, que, enquanto no Brasil as aquisições de fundos/coleções em acervo e museus podem se dar tanto de forma pública quanto privada, na Argentina as aquisições e/ou doações se dão somente a partir de fontes particulares, ou seja, sempre com caráter privado. (HERNANDES, 2009). Atualmente, conta com cerca de 500 obras nos mais diferentes suportes. Nesse sentido, a herança colonial do controle que atua em praticamente todos os museus latinos:

(...) uma postura assumidamente cientificista dessas instituições em relação aos contextos “desconhecidos” ou “inexplorados” das colônias.(...)Tais museus modernos (e coloniais) são elaborados, então, no bojo do sistema de pensamento racionalista do dito Ocidente, no qual as “coisas” materiais são organizadas de modo que possam ser observadas, contadas, pesadas e medidas (...) que tem por finalidade o controle do mundo por meio do controle do saber. (BRULON, 2020, p.06)

Para a expansão da coleção, investe em Programas de Aquisição, valendo-se também, de um organizado sistema de comodato e doações, tendo caráter difusionista o qual fortalece o



mercado de arte local. De acordo com Hernandes: “seu acervo é focado em artistas argentinos e latino-americanos, brasileiros, inclusive” (2009, p.03). Como visto, existe um forte apoio de parcerias privadas no Programa de Aquisição, sendo amplamente divulgado nos materiais de referências, bem como no site da instituição. (HERNANDES, 2009)

Algumas das estratégias são: Perfil Latino-americano; Obras Históricas; Historiografia do Malba e por fim, Mulheres Artistas - o Museu de Arte Latino-americano compromete-se com a representação e a equidade de gênero, buscando incorporar artistas mulheres em seu acervo. (MALBA, 2022).

MULHERES NO ACERVO: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Sabemos que o campo artístico e museológico é repleto de disputas simbólicas que fazem parte de questões por vezes sedimentadas em processos violentos de exclusão da maior parte da população. A partir disso, abordaremos a seguir o conhecimento decolonial.

O pensamento decolonial, também denominado pós-colonial está relacionado aos saberes emergentes e marginalizados, por vezes entendidos como subalternos, pertencente aos grupos que passaram por um processo de apagamento e invisibilização por meio da colonização histórica em todos os seus aspectos existenciais e psicológicos. Tem como objetivo principal libertar-se do conhecimento hegemônico, da epistemologia dos países do norte global construída durante séculos enquanto única e verdadeira. Segundo Hollanda:

As questões relativas à crítica ao poder colonial vêm de longe, provavelmente desde a chegada do primeiro colonizador às nossas terras. Mas sua introdução como campo de conhecimento se dá somente nos anos 1970, ficando conhecido como estudos pós-coloniais. Essa escola de pensamento nasce da associação de trabalhos teóricos como os de Frantz Fanon, Aimé Césaire, Albert Memmi, Kwame Nkrumah, Gayatri Spivak, Edward Said, Stuart Hall, e do Grupo de Estudos Subalternos, criado na década de 1970 pelo indiano Ranajit Guha. (2020, p. 14)

Para Curiel, de forma cronológica, o conceito enquanto perspectiva inicia-se em 1947 ligando-se ao processo de independência da Índia e o fim da Segunda Guerra Mundial, além do desenvolvimento da Guerra Fria, estando relacionado também aos processos



emancipatórios na Ásia e na África, bem como outras questões políticas e econômicas do longo século XX. (CURIEL, 2014)

Atualmente, os diversos sistemas de opressão e desigualdade, como o patriarcado, o capitalismo, a lógica moderna exploratória, continuam desempenhando o mesmo papel dominador e excludente de outrora e no meio artístico cultural não seria diferente. Mesmo com a presença feminina na arte ainda é possível identificar uma enorme lacuna de mulheres não brancas dentro de museus e demais instituições artísticas que somente recentemente vêm sendo vagarosamente sanadas por meio de lutas constantes de artistas e grupos.

Dessa forma, buscando fugir da lógica hegemônica, patriarcal, universalizante e colonial impostas é que desenvolvemos tal pesquisa dando ênfase à metodologia decolonial com enfoque feminista,

os grupos invisibilizados e inferiorizados de mulheres indígenas, negras, latinas, mestiças, imigrantes, lésbicas e periféricas da Abya Yala aparecem no pensamento decolonial como categorias fundamentais no enfrentamento às colonialidades e são colocadas no centro de suas discussões identitárias e emancipatórias. (FISCHER, 2017, p.02)

Salientamos, no entanto, que mesmo que estejamos tratando da decolonialidade em si, nosso objeto de estudo, o acervo do Museu de Arte Latino-americano não possui como proposta a decolonialidade, mas apenas a Arte Contemporânea Latina do século XX. Portanto, é importante frisarmos esta diferenciação, pois embora tenhamos artistas que abordem tais temas em suas obras presentes nesse acervo, ainda não há uma fala abertamente em prol de tal questão, verificamos que ainda não houve uma exposição com tal objetivo, e mesmo na estratégia em si que trata sobre aquisição de artistas mulheres, percebemos apenas a preocupação com a equidade de gênero, ou seja, algo voltado a uma determinada corrente feminista (liberal e individualista) que diverge da epistemologia de caráter decolonial.

Nesse sentido, recorreremos novamente ao entendimento do museu enquanto criação do colonizador, uma instituição com “projeto de dominação política e material” (BRULON, 2020) este que, especificamente estudou (e por vezes ainda estuda) o Outro a partir de um olhar cientificista, pautado no racismo, na crença na existência de raças superiores e inferiores; na misoginia, na hegemonia dos corpos e no universalismo, guardou em seu acervo, o que seria o



Outro, tal qual qualquer um de seus diversos objetos por vezes furtados destes mesmos Outros; local o qual mantém consigo muitos dos traumas de outrora envolvendo memórias de subjugação e objetificação humana. Nas palavras de Brulon, este que aborda a descolonização do museu enquanto um local ainda totalmente pautado no pensamento racionalista cartesiano focado num “Eu” soberano:

Esse “Eu”, sujeito soberano das ciências e dos museus, é capaz de produzir um conhecimento que é verdadeiro para além das determinações do tempo e do espaço. O “Eu” dessa equação produtora de verdades é, então, duplamente qualificado: como neutro, pois funciona como o “olho de Deus”, e como universal, pois não se vê condicionado a nenhuma intenção ou passível a negociações. (BRULON, 2020, p.08)

Este seria, portanto, o resultado de séculos de um processo de dominação em diversos aspectos. Porém, é importante que tudo seja repensado e que novos modos de se gerir e observar tais acervos e coleções sejam utilizados.

ARTISTAS E SUAS OBRAS

O recorte principal da pesquisa trata sobre a presença de mulheres na coleção do Museu de Arte Latino-americana, MALBA. No primeiro momento, conseguiu-se identificar a existência de quase oitenta artistas na instituição, dentre elas setenta e uma são latino-americanas das mais diversas nacionalidades, destacando-se a Argentina. Passou-se a pesquisar cada uma destas artistas, suas biografias, escolas artísticas a que pertenciam, obras e trajetórias.

Tabela 1 – Artistas latino-americanas pertencentes ao acervo do MALBA, 2022

ARTISTA	PAÍS	ARTISTA	PAÍS
Adriana Bustos	Argentina, 1965	Alice Carletti	Argentina, 1946 - 2017
Ale De la Puente	n/a, 1968	Ana Eckell	Argentina, 1947
Ana Gallardo	Argentina, n/a	Alicia Herrero	Argentina, n/a
Ana Mendieta	Cuba, 1948 - 1985	Adriana Miranda	Argentina, 1969
Aline Motta	Brasil, 1974	Amélia Pélaez	Cuba, 1896 - 1968
Alicia Paz	México, 1967	Alicia Penalba	Argentina, 1913 - 1982



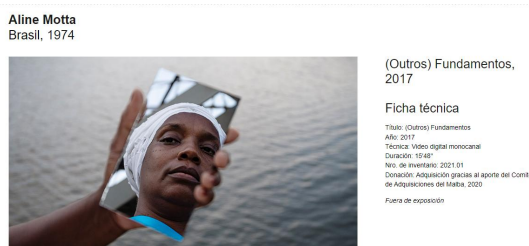
Alejandra Seeber	Argentina, 1969	Beatriz Gonzalez	Colômbia, 1932
Cláudia Andujar	Brasil, 1931	Claudia Fontes	Argentina, n/a
Carmem Herrera	Cuba, 1915 - 2022	Cristina Piffer	Argentina, 1953
Cristina Schiavi	Argentina, 1954	Cecília Vicuña	Chile, 1948
Deiji Laãn	Argentina, 1927 - 2007	Elba Bairón	Bolívia, 1947
Elaine Tedesco	Brasil, 1963	Fabiana Barrada	Argentina, 1967
Flávia Da Rin	Argentina, 1978	Frida Kahlo	México, 1907 - 1954
Fernanda Laguna	Argentina, 1972	Graziela Gutierrez Marx	Argentina, 1945 - 2022
Gachi Hasper	Argentina, 1966	Gabriela Messina	Argentina, 1971
Helen Escobedo	México, 1934 - 2010	Julieta Hanono	Argentina, 1962
Karin Idelson	Argentina, 1978	Lygia Clark	Brasil, 1920 - 1988
Luchita Hurtado	Venezuela, 1920 - 2020	Liliana Maresca	Argentina, 1951 - 1994
Liliana Porter	Argentina, 1941	Lidy Prati	Argentina, 1921 - 2008
Lotty Rosenfeld	Chile, 1943 - 2020	Martha Boto	Argentina, 1925 - 2004
Mildred Burton	Argentina, 1942 - 2008	Maris Bustamante	Argentina, 1961
Marina De Caro	Argentina, 1961	Milagros de la Torre	Peru, 1965
Mirtha Dermisache	Argentina, 1940 - 2012	Mônica Girón	Argentina, 1959
Magdalena Jitrik	Argentina, 1966	Matilde Marín	Argentina, 1948
Maria Martins	Brasil, 1894 - 1973	Mônica Mayer	México, 1954
Marta Minujin	Argentina, 1943	Marcela Mouján	Argentina, 1970
Margarita Paksa	Argentina, 1936 - 2020	María Teresa Ponce	Equador, 1974
Mariela Scafati	Argentina, 1973	Marcia Schvartz	Argentina, 1955
Nora Borges	Argentina, 1901 - 1998	Nélida Demichelis	Argentina, 1900
Nora Dobarro	Argentina, 1942 - 1970	Noemi Gerstein	Argentina, 1963
Raquel Forner	Argentina, 1902 - 1988	Regina José Galindo	Guatemala, 1974
Rosana Paulino	Brasil, 1967	Rosangela Rennó	Brasil, 1962
Sofia Gallisá Muriente	Porto Rico, 1986	Sônia Gomes	Brasil, 1948
Silvia Rivas	Argentina, 1957	Teresa Burga	Peru, 1935 - 2021
Tarsila do Amaral	Brasil, 1886 - 1973	Teresa Margolles	México, 1963
Wanda Pimentel	Brasil, 1943 - 2019		

Fonte: tabela elaborada durante a pesquisa, 2023



Durante o processo de investigação, viu-se a necessidade de um recorte ainda menor, e, um enfoque em mulheres que dialogassem com a perspectiva decolonial, sobretudo feminista, pois mesmo sendo um quadro majoritariamente de artistas latinas, ainda assim muitas das poéticas não contemplavam o caráter necessário. Após uma seleção de quais artistas seriam escolhidas, ficaram por fim, seis (sendo elas: Aline Motta, Ana Mendieta, Cecília Vicuña, Mônica Mayer, Rosana Paulino e Sônia Gomes), e logo após outra escolha definitiva, as artistas designadas, por fim, foram Aline Motta, Cecília Vicuña e Rosana Paulino. Tais artistas foram escolhidas por possuírem maior relação com a decolonialidade, temas raciais, dissidentes e/ou com estudos de gênero em cada um de seus trabalhos e suas diversas fases de produção artística.

Imagem 2 – fragmentos da obra (Outros) Fundamentos · Curta-metragem

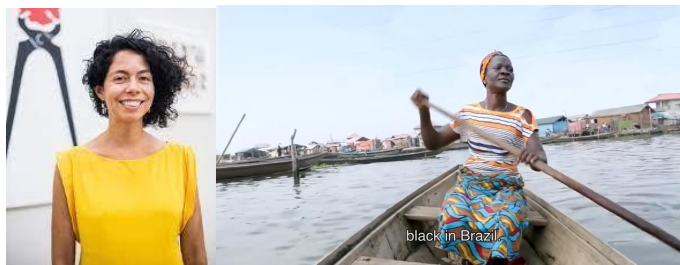


Fonte: MALBA. <https://coleccion.malba.org.ar> (Aline Motta, 2017)

Nesta obra em questão, um vídeo onde a artista se debruça no conceito "Oynbo", o que seria “branca”; (Oyn + bo - palavra em yorubá que significa literalmente (alguém) que foi descascado pela abelha na língua yorubá) (MOTTA, 2017), ao que complementa: “branca na Nigéria, negra no Brasil”, traçando assim, um pouco das problemáticas raciais que envolvem o país. O vídeo apresenta, portanto, a imagem de uma mulher nigeriana remando em uma pequena jangada em um lago, ao fundo é possível ouvir a voz de crianças gritando a palavra explanada acima “oyngo” por diversas vezes, em nenhum momento a câmera tira o foco da mulher na pequena barca, apenas conseguimos observar seu lento distanciamento do espaço onde há outras pessoas e casas. Na sequência, esta mesma mulher inicia uma fala no idioma nativo que não é possível ser compreendida; logo após, ouve-se a voz da artista, informando que oynbo, naquele contexto estaria direcionado a ela.



Imagem 3 – Aline Motta, ao lado, imagem do vídeo da artista



Fonte: MALBA, <https://coleccion.malba.org.ar> (Aline Motta, 2017)

Aline fez algumas viagens em busca de suas raízes para países africanos; raízes estas as quais não foram documentadas ou repassadas institucionalmente, pelo contrário, foram propositalmente esquecidas.

Eu os reconheço, eles não me reconhecem. Eu me vejo neles, eles não se vêem em mim. Me chamam de Oyinbo. Se ao menos soubessem. Se soubessem que estavam no navio comigo quando me obrigaram a partir. Eles estavam no avião comigo quando voltei. Com 200 anos de diferença. (MOTTA, 2017)

É interessante pensarmos que tais questões estão intrinsecamente relacionadas ao processo de colonização do continente americano, neste caso, o Brasil. A questão racial prossegue sendo algo bastante complexo em nosso país, devido a negação por alguns, do racismo impregnado em nossa cultura. Para mulheres negras e indígenas, tal despertar ocorre muito antes do entendimento de tais complexidades, pois é vivenciado cotidianamente “(...) para nós amefricanas do Brasil e de outros países da região - assim como para as ameríndias -, a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial.”(GONZALEZ, 2020, p. 47) Já existe enraizado a compreensão que remonta a séculos passados, de modos de pensar e agir, que, aos poucos, a partir da desconstrução da reflexão hegemônica, poderão ser vistas de maneira mais crítica.

ROSANA PAULINO

Assim como nas obras de Motta, Rosana Paulino, uma brasileira, nascida em 1967, artista e pesquisadora:



Sua produção artística é ligada a questões sociais, étnicas e de gênero. Seus trabalhos têm como foco principal a posição da mulher negra na sociedade brasileira e os diversos tipos de violência sofridos por esta população decorrente do racismo e das marcas deixadas pela escravidão. (PAULINO, 2023)

Trata essencialmente acerca de gênero e raça, mostrando as diversas facetas da discriminação de mulheres negras e racializadas no país, como veremos em suas obras a seguir.

Imagem 4 – Panorama geral de obras da artista na coleção

Rosana Paulino
Brasil, 1967



Fonte: MALBA, <https://coleccion.malba.org.ar> (Rosana Paulino, 2014/2018)

É a única artista das aqui analisadas que possui mais de um trabalho no acervo da instituição, sendo eles: O Progresso das Nações I (2017); O Amor pela Ciência (2018); As Filhas de Eva – Da série homônima (2014) e Adão (2014).

Imagem 5 – Rosana Paulino em fotografia, ao lado, uma de suas obras pertencentes ao acervo do Malba, As Filhas de Eva, de 2014



Fonte: MALBA, <https://coleccion.malba.org.ar> (Rosana Paulino, 2014/2018)

Tais obras refletem o histórico envolvendo as diversas violações do racismo científico pelas quais pessoas negras, sobretudo mulheres, passaram durante o longo período de



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

escravização, não somente, mas refletindo no presente, nas memórias e em seus traumas. Uma ferida colonial aberta e pulsante: “a ferida colonial sangra mais em umas que em outras” (MIÑOSO, 2019, p.98/99)

Nestes trabalhos em específico, Rosana por meio da técnica de impressão digital e costura, denuncia o preconceito e a opressão racial e de gênero, o processo de subalternização e destituição de humanidade de corpos não brancos pelo colonizador europeu de forma marcante e que por vezes choca, isso porque, não é possível separar questões do passado do presente, sendo o segundo fruto do primeiro.

Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não brancas da região: as amefricanas e ameríndias. O duplo caráter de sua condição biológica - racial e sexual - faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região do capitalismo patriarcal - racista dependente (GONZALEZ, 2020, p.46)

Na obra, O Progresso das Nações 1 e Amor pela Ciência?, obras de 2017 e 2018, observamos no primeiro a presença de uma figura cadavérica ao fundo do suporte, enfatizando a morte, esta mesma figura sobrepõe uma silhueta feminina, ao que podemos compreender, uma mulher negra do período colonial, segurando em sua cabeça um grande barril. Ao lado, vemos apenas a repetição do título da obra. Em Amor pela Ciência, também há uma sobreposição parecida, onde uma mulher escravizada ao fundo é transpassada pela imagem de uma ossadura. Ao redor em letras vermelhas, há várias repetições do título.

Em As filhas de Eva e Adão, ambos de 2014, a artista retrata duas silhuetas femininas negras, sendo uma apenas uma sombra, sobre o esqueleto de uma bacia, em destaque, próximo a algumas flores. Em Adão, observamos, do mesmo modo, uma figura negra, silhueta masculina, com duas cópias totalmente na sombra, próximas a um crânio e ao lado de algumas pétalas de flores. As obras em sua poética, tratam da desumanização de homens e mulheres negras e negros, pelas pseudociências raciais predominantes no século XVII e boa parte do XX, que repercutem de forma trágica até a atualidade.

CECILIA VICUÑA

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 13 de 17



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





Outra artista que trata de assuntos similares, entretanto enfatizando a luta indígena é Cecília Vicuña. Cecília Vicuña, chilena, 1948, é artista visual, poeta e ativista. Em seus trabalhos “aborda preocupações urgentes do mundo moderno, incluindo destruição ecológica, direitos humanos e homogeneização cultural” (VICUÑA, 2023) No início dos anos de 1970, exilou-se nos Estados Unidos após o Golpe Militar contra o presidente Salvador Allende, onde permanece até hoje. Também possui apenas uma de suas obras no acervo do MALBA.

Imagem 6 – Cecilia Vicuña, ao lado sua obra pertencente ao MALBA



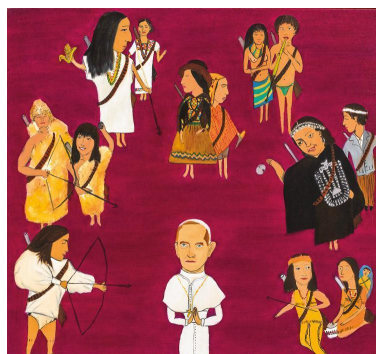
Fonte: MALBA, <https://coleccion.malba.org.ar> (Cecilia Vicuña, 1971)

Nesta obra de Vicuña, são representados diversas etnias de indígenas de toda a América Latina onde encurralam a figura do Papa Paulo VI.

A obra foi produzida durante o período inicial do governo socialista de Salvador Allende no Chile (1970-1973), cujo mandato presidencial foi violentamente interrompido pelo golpe militar de Augusto Pinochet em 11 de setembro de 1973. Durante os primeiros anos do processo revolucionário de Allende, Vicuña compôs *Diario estúpido* (1966-1971), um longo poema em prosa de duas mil páginas ainda inédito. Aí a artista incluiu expressões de denúncia e invectivas contra o Papa, a Igreja Católica e a hierarquia eclesiástica, sublinhando o seu papel nos processos de violência colonizadora e a façanha civilizadora. (MALBA, 2023)

O trabalho em óleo sobre tela, de 60 x 64,5 cm foi uma de suas obras mais explícitas acerca do tema, pois quebra com a hegemonia do discurso religioso ocidental e mostra que não há somente uma forma de crer, ou de viver, pelo contrário, sua pintura demonstra a resistência cultural dos povos nativos que foram exterminados pelo processo de colonização.

Imagem 7 – Obra *Sueños: los indios matan al Papa*, de 1971



Fonte: MALBA, <https://coleccion.malba.org.ar> (Cecilia Vicuña, 1971)

Em primeiro plano, é possível observarmos em destaque a figura religiosa do Papa, em posição opulenta, com mãos como em uma prece, olhos azuis, pele alva e vestes também muito brancas; carrega consigo um grande crucifixo e olha para o céu. Ao redor, como já observado, há muitos nativos indígenas, alguns com arcos e flechas, em direção ao religioso, enquanto que os que estão um pouco mais afastados apenas observam e possibilitam que vejamos suas vestimentas adornadas de acordo com suas respectivas culturas. Conseguimos ver uma variedade rica de modos de vestir, o que logo nos remete a grandeza cultural dos diversos povos e etnias latino-americanos e desse modo, o quão pouco conhecemos e reconhecemos dos mesmos.

Por meio de pesquisas, pode-se constatar, que Vicuña, a partir de um sonho pintou as seguinte etnias: “Tarahumaras do México, um casal Yagan da Terra do Fogo, alguns Lacandon Mayans da Guatemala, dois indígenas Aymara do altiplano Peru-Boliviano, dois Bororos do Brasil, dois Mapuches do Chile e uma família Apaches dos EUA.” (MALBA, 2023)

Seria portanto, uma espécie de oportunidade simbólica de se vencer o algoz que a tanto desumanizou e destruiu. A artista ainda complementa: “Homens e mulheres fingem estar armados com suas armas tradicionais, mas isso não passa de um stratagem. Na verdade, todos têm um fuzil escondido e, desta vez, vencerão a guerra.” (MALBA, 2023) Vicuña, passa para a tela toda sua revolta em forma de arte, com o sonho de que os povos historicamente e constantemente oprimidos, enfim pudessem se ver livres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Inicialmente, realizamos um estudo geral do Museu de Arte Latino-americano de Buenos Aires - MALBA, investigando seu histórico e modo de funcionamento, posteriormente uma listagem com cada artista mulher da coleção foi confeccionada, permeando o debate acerca da decolonialidade e do feminismo.

Traçamos assim, outros horizontes sobre as artistas e suas obras pertencentes ao acervo. Revelou-se, dessa forma outra face de tal coleção, o acervo possui portanto, obras de peso referentes a resistência de povos originários, como representado na obra de Cecilia Vicuña (1948), bem como questões voltadas a realidade das mulheres negras retratada nas criações de Rosana Paulino (1967) e de Aline Motta (1974), traçando as dificuldades em se ressignificar memórias aniquiladas.

Durante o processo de pesquisa também observou-se que o objeto de pesquisa estava distante da realidade implementada pelo museu, isso porque, embora se auto intitule como uma instituição cultural Latino-Americana por essência, ainda assim, carrega consigo marcas da colonialidade introjetada, esta que impõe as perspectivas hegemônicas do saber, excludente e pouco diversa, o que nos leva a outras indagações como o fato do museu ser pouco convidativo e inacessível a maior parte dos cidadãos latinos, pois pouco representa a história de luta por sobrevivência que atravessa o continente.

Portanto, foi possível perceber que ainda há uma grande lacuna considerando-se o estudo e a pesquisa de artistas latino-americanas, sobretudo ao tratar-se de mulheres com realidades dissidentes, sofrendo assim, múltiplos apagamentos. Há interesse em realizar um aprofundamento maior na pesquisa, voltando-se à decolonialidade e à produção artística feminina latina debruçando-se mais ainda sobre a questão das mulheres negras e racializadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANAL Á. **MUSEOS, Museo de Arte Latinoamericano MALBA.** Entrevista realizada com a Coordenadora da área de Extensão e Cultura da instituição: María Elia Murilla Lacasa. Youtube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A3Fpt82nPPQ&t=932s>. Acesso em: 20 nov. 2022.



CURIEL, Ochy. **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial.** Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais (Org. Heloisa Buarque de Hollanda), Ed. Bazar dos Tempos, 2020.

FISCHER, Stela. **Mulheres, Performance e Ativismo Feministas Decoloniais.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais (Org. Heloisa Buarque de Hollanda), Ed. Bazar dos Tempos, 2020.

HERNANDES, Elisângela Cardoso. **Processo de legitimação artística—reflexões acerca de instituições museológicas de arte contemporânea do Brasil (MAC-USP) e da Argentina (MALBA).** Revista Extraprensa 2.2 (2009): 1-20, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/74370>. Acesso em: 20 nov. 2022.

LANACION. **Malba: un orgullo para la ciudad.** La Nación Arquitectura, 2001. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/arquitectura/malba-un-orgullo-para-la-ciudad-nid207856/> Acesso em: 20 nov. 2022.

MALBA, Museu de Arte Latino-americana de Buenos Aires, 2022. Disponível em: <https://www.malba.org.ar/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MARQUES, C. R. **50 anos da Coleção Constantini: da estréia com um Presas, mirando um Berni, à obsessão por um Rivera.** Anais do XIII Encontro de História da Arte, Pág. 274-283 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/4350/4165>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. **Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina.** Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais (Org. Heloisa Buarque de Hollanda), Ed. Bazar dos Tempos, 2020.

MOTTA, A. **Aline Motta.** 2023. Disponível em: <https://alinemotta.com/> Acesso em 26 mar. 2023.

PAULINO, R. **Sobre Rosana Paulino.** 2023. Disponível em: <https://rosanapaulino.com.br/sobre/> Acesso em: 26 mar. 2023.

VICUÑA, C. **Biography Cecilia Vicuña.** 2023. Disponível em: <http://www.ceciliavicuna.com/biography> Acesso em: 26 mar 2023.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

PRÁTICAS DISCURSIVAS EM SITUAÇÃO DE ENSINO: ESCRITA E ORALIDADE

Vinicius Amauri Basso - (Fundação Araucária)
Unespar/*Campus* Campo Mourão, viniciusamauribasso@gmail.com

Adriana Beloti - Orientadora
Unespar/*Campus* Campo Mourão, dribeloti@gmail.com

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

As práticas pedagógicas são balizadas tanto pelas tendências teórico-metodológicas predominantes em cada período quanto pelos documentos oficiais, que se sustentam por tais perspectivas e, inegavelmente, por linhas político-ideológicas em disputa em cada contexto sócio-histórico de sua produção e implementação no campo educacional. O trabalho com a língua/linguagem nas salas de aula da Educação Básica é orientado, oficial e formalmente, por documentos parametrizadores, que delineiam conteúdos e práticas, a partir de determinado aporte teórico-metodológico. No Brasil, o principal documento de referência, atualmente, é a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), cujo viés geral de organização é a perspectiva interacionista para o ensino de Língua Portuguesa (doravante LP), compreendendo quatro eixos: leitura, escrita, gramática/análise linguística e oralidade. Na proposta, depreende-se estar superada a ideia mais tradicional e estrutural de língua e, portanto, propõe-se compreender a leitura, escrita e oralidade como práticas discursivas e a gramática como prática reflexiva.

A BNCC, no que se refere à oralidade, apresenta a proposta a partir de gêneros orais, indicando a reflexão dos mesmos, para a produção de textos nessa modalidade de uso da língua. Entretanto, não há a objetificação da oralidade como conteúdo de ensino, mantendo-a à escuta e reprodução, por exemplo, tomando-a para as interações em sala de aula, sem, no entanto, tratar a modalidade oral como objeto próprio e, então, como texto a ser produzido e/ou escutado (“lido”). Fica subentendido, equivocadamente, que a modalidade oral da língua

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 1 de 18



já é conhecida e dominada pelos estudantes. De fato, uma variedade da linguagem oral é conhecida, antes do ingresso à escola. Porém, no processo de ensino e de aprendizagem de LP, não se pode relegar a oralidade, simplesmente, por considerá-la já dominada pelos estudantes. É necessário ensiná-la, em todas as suas variedades, considerando as diversas finalidades e funções sociais e interativas.

Em síntese, sobressai, ainda, uma proposta de trabalho que não toma a oralidade como possibilidade efetiva de produção textual, entendida como um processo que, necessariamente, pressupõe uma situação de interação, com finalidade e interlocutores determinados e, então, o gênero, o suporte, a circulação e o posicionamento social a partir do qual o produtor do texto enuncia. Nesse sentido, esta pesquisa objetivou compreender como se dão as relações entre gêneros orais e escritos em situações de ensino e de aprendizagem de LP, além de caracterizar as atividades com textos orais constantes em Livros Didáticos da Educação Básica, com foco nas concepções de linguagem e conceitos subjacentes à prática discursiva oral, e relacionar os modos de proposição das atividades com textos orais às orientações da BNCC e ao aporte teórico-metodológico da concepção enunciativo-discursiva de linguagem.

Tal perspectiva de entendimento da linguagem advém do Círculo de Bakhtin (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926; BAKHTIN, 2011[1979]; VOLÓCHINOV, 2018), cuja tese é de que os significados da língua dão-se nas situações de interação verbal social, ou seja, não existem *a priori*, mas são determinados e determinantes de acordo com a finalidade do dizer e os interlocutores, intrinsecamente, à enunciação. Em relação ao processo de ensino e de aprendizagem de LP, é a concepção de linguagem como processo de interação que se fundamenta nesse viés e, então, é coerente com os documentos oficiais e o que é sugerido teórico-metodologicamente às práticas pedagógicas.

Os estudiosos que abordam o tema de forma adjacente ao trabalho pedagógico debatem, também, os conceitos correlatos a cada concepção de linguagem, especialmente, os voltados aos eixos de ensino ou práticas discursivas: leitura, escrita, oralidade e gramática. Dessa forma, em perspectiva tradicionalista – linguagem como expressão do pensamento –, a oralidade sequer era reconhecida como legítima modalidade de uso da língua, pois se postulava que era o lugar do erro gramatical, da infração às regras da gramática prescritiva e, portanto, não deveria ser ensinada na escola (PERFEITO, 2010; DORETTO; BELOTI, 2011).



De modo similar, na concepção de linguagem como instrumento de comunicação, as formas orais passam a ser reconhecidas, porém ainda como desvio da norma e rigor gramatical, já que as variedades linguísticas, também, não eram aceitas como possíveis (PERFEITO, 2010; DORETTO; BELOTI, 2011).

O salto paradigmático ocorre ao se assumir o viés interacionista de linguagem e reconhecer que os sujeitos interagem por meio de textos escritos e orais, os quais são, igualmente, adequados, conforme cada situação de interação verbal social (PERFEITO, 2010; DORETTO; BELOTI, 2011). O foco desloca-se da língua, tradicional e estrutural, reconhecida pela gramática normativa, para as várias possibilidades de produção de enunciados, segundo as condições sócio-históricas e ideológicas, que determinam o projeto de dizer a ser materializado, linguística e discursivamente, nos vários textos. Admitir tal viés é assumir a ideia de que a oralidade, assim como a escrita, pode se dar em suportes e materialidades diversas e, então, deve ser ensinada na escola.

Nesta pesquisa, corrobora-se o entendimento de que a produção de textos requer que sejam estabelecidas as condições de produção (CP de ora em diante), que são delineadas pela situação. Menegassi (2011), em debate acerca dos elementos que constituem a enunciação, à luz dos estudos bakhtinianos, afirma que, para uma adequada proposta de escrita, devem ser estabelecidas: a finalidade, os interlocutores, o gênero discursivo, o suporte, a circulação social e o posicionamento social do sujeito produtor do texto. Portanto, se o gênero, em sua forma material e discursiva, é definido em relação ao *porquê* e *para quem* dizer (GERALDI, 2013[1991]), recorre-se ao mesmo encaminhamento tanto para a escrita quanto para a oralidade.

Entretanto, resultados de pesquisas anteriores (BELOTI; LUZ, 2020) indicam que, nem sempre, a atividade de produção textual anunciada como oralidade cumpre, de fato, as funções sociais e interativas de determinada situação, por meio de um texto oral. Além disso, quanto ao cotejo entre escrita e oralidade, depreendeu-se que, destacadamente, há a predominância daquela modalidade sobre esta, tanto em práticas de leitura quanto de produção textual.

Logo, é este o panorama que justifica esta pesquisa, que se dedicou ao debate dos modos de proposição de atividades com textos orais em materiais didáticos, na busca por



refletir quanto ao lugar da oralidade na escola, em um contraponto com as práticas de linguagem na sociedade.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa desenvolveu-se à luz das propostas da Linguística Aplicada (doravante LA), pelo fato de abordar a discussão da linguagem em situação social determinada. Concorda-se com a acepção contemporânea da LA, que se distancia do entendimento tradicional dessa vertente de pesquisa – aplicação de teorias linguísticas – e defende a ideia de relacionar conceitos e conhecimentos de diversos campos para tratar de aspectos da linguagem que tenham relevância, isto é, a investigação é organizada a partir de uma linha e recorre a diferentes conceitos, conforme demandado pelo objeto de estudo, para esmiuçar problemas relativos aos usos da linguagem, “[...] socialmente relevantes e contextualizados, para a elaboração de conhecimento útil a participantes sociais em contexto.” (ROJO, 2007, p. 1761).

Em abordagem quanti e qualitativa, a pesquisa estudou livros didáticos (doravante LD) de Língua Portuguesa, do Ensino Fundamental II, utilizados em uma escola da rede pública estadual do Paraná, de uma cidade do interior. Os materiais estavam em uso no ano de 2022 e integram a coleção *Tecendo linguagens* (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018). Em uma primeira análise, tomou-se as atividades de produção textual, categorizando-as entre as de oralidade e as de escrita, conforme os seguintes dados quantitativos:

Quadro 1 – Síntese quantitativa das atividades de escrita e de oralidade nos LD:

Série	Prod. Escrita	Prod. Oral	Total
6º ano	11	12	23
7º ano	7	9	16
8º ano	13	6	19
9º ano	9	8	17
Total	40	35	75

Fonte: Os autores (2023).

Os números mostram a média de 18,7 produções/série, com maior número – 23 atividades de produção textual – no 6º ano. A maior diferença entre as atividades de escrita e



as de oralidade está no 8º ano, com 13 de escrita e 6 de produção oral; nas demais séries, os números são similares e, no 6º e 7º anos há número superior de propostas de produção oral em relação às de escrita.

Para esta classificação, considerou-se o encaminhamento de atividade constante no material didático, exclusivamente, aquelas identificadas como de “produção textual” e, então, as separou conforme a modalidade de registro da língua que é solicitada, se oral ou escrita, para a materialização do texto a ser produzido pelos estudantes. Registro de pesquisa que não pode ser desconsiderado é o fato de que algumas atividades são identificadas na seção “*Natrilha da oralidade*”, mas o texto oral pedido é apenas uma etapa do encaminhamento e, no fim, a proposta resulta em um texto escrito. A pesquisa de Beloti e Luz (2020) discutiu este aspecto e, também, as definições da proposta por meio dos verbos e do gênero solicitado. A fim de ilustrar as reflexões empreendidas acerca das atividades de produção textual do LD, apresenta-se, a seguir, as análises qualitativas de duas propostas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O gênero textual debate é, recorrentemente, solicitado nos materiais e identificado como uma atividade de produção de texto oral. Costa (2014) assim define o verbete *debate*, em seu Dicionário de Gêneros Textuais:

(colóquio, conversa/conversação, debate, diálogo, discussão, fórum, e-fórum ou fórum virtual): no cotidiano, trata-se de uma discussão acirrada, altercação, contenda por meio de palavras ou argumentos ou exposição de razões em defesa de uma opinião ou contra um argumento, ordem, decisão, etc. [...]

Este gênero coloca em jogo capacidades humanas fundamentais sob o ponto de vista: (i) *linguístico*, como as técnicas de retomada do discurso do outro, marcas de refutação, etc.; (ii) *cognitivo*: como as capacidades críticas e social (escuta e respeito pelo outro) e (iii) *individual*: como as capacidades de se situar, de tomar posição, de construção de identidade [...] (COSTA, 2014, p. 94).

Há que se observar que este gênero é do campo argumentativo e, portanto, linguística e textualmente, sua composição predominante dá-se pelas marcas da argumentação. No que se refere aos aspectos discursivos, é a situação de interação verbal social que delinea suas finalidades e funções sociais e interativas, tendo em vista a finalidade e os interlocutores da



enunciação para, então, se definir o gênero debate específico, por exemplo, no campo jurídico, o debate empreendido entre promotoria e defesa; no campo político, os debates, regrados ou não, entre os candidatos de determinada eleição; no campo familiar, os debates opinativos e contra-argumentativos entre pais e filhos. Registra-se, dessa forma, que o entendimento de gênero assumido nesta pesquisa não é aquele que prioriza a estrutura, mas parte dos aspectos discursivos para sua definição e, por conseguinte, recorre-se às características típicas de um ou outro gênero (ROJO, 2005).

Conforme exposto anteriormente, toma-se as propostas de produção de texto de gêneros orais a partir das condições de produção textual elencadas por Menegassi (2011), subsidiadas em conceitos bakhtinianos, considerando as etapas de planejamento, execução, revisão e reescrita¹ do texto, na medida em que, ao final, avalia-se o seu processo e não o produto (MENEGASSI, 2016). Considera-se a oralidade como uma condição humana de linguagem anterior à escrita que não compreende diferentes suportes como a escrita, reduzindo-se, primitivamente, à sua originalidade vocal, de acordo com Marcuschi e Dionísio (2007), que concebem a fala como uma forma de produção textual-discursiva oral, sem a necessidade de um outro meio, além do aparato tecnológico disponível no próprio ser humano.

Dispõe-se como exemplo de análise uma atividade do gênero oral *debate*, proposta no LD do 6º ano do Ensino Fundamental II, em sua versão para estudante e professor², a fim de reconhecer as condições de produção do texto e os critérios teórico-metodológicos basilares para sua elaboração. A atividade é enunciada pelo seguinte comando de produção:

“Debate regrado

Agora, você e seus colegas vão organizar e realizar um debate regrado sobre o papel do governo e da população em relação ao uso da água.” (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 190, 6º ano, grifos no original).

Com a seguinte continuidade, como encaminhamento da produção:

¹ Optou-se por manter como “reescrita” a menção à última etapa do processo de produção textual, por ser difundida dessa forma no campo da Linguística Aplicada. Todavia, no tato com os gêneros de modalidade oral, sabe-se que não é, literalmente, uma reescrita, mas uma refação, conforme os limites do gênero textual em suporte oral. Ainda assim, avalia-se que não convém o uso de “reprodução”, dado que o termo pode levar o leitor a compreender a etapa como uma imitação com ajustes da produção inicial, o que não é, de fato, o que se propõe. Defende-se, ao modo da visão enunciativo-discursiva de linguagem, que o texto constitui um processo ininterrupto de produção.

² O material do professor permite identificar as fundamentações teórico-metodológicas do LD e, especialmente, as notas ao professor propostas pela edição. Assim, é possível uma análise comparativa das perspectivas didáticas e pedagógicas das posições de aluno e professor.



Figura 1 – Proposta de atividade de produção oral – encaminhamento da produção

Num debate regrado, uma pessoa ou o representante de um grupo apresenta seus argumentos sobre determinado tema. É organizado por um moderador, que dá a palavra aos participantes, combina e controla o tempo.

Debater não é discutir com impulsividade, agressividade ou intolerância. A emoção faz parte da discussão, mas não pode tomar o lugar das ideias, dos argumentos.

Orientações

Para apresentar suas ideias em um debate, você e seus colegas precisam se preparar.

1. Anote as principais ideias que quer defender. Releia e tome nota de informações que podem ser coletadas dos textos lidos no capítulo.
2. Apresente suas ideias aos colegas e ouça as deles. Anote as ideias que forem consenso no grupo.
3. Os componentes devem escolher a ordem ou o momento que cada integrante vai representar o grupo, apresentando argumentos para o debate.
4. No decorrer do debate, você e seus colegas poderão acrescentar novas ideias à lista, dependendo do andamento da discussão.
5. É importante observar atitudes adequadas para que todos possam participar do debate. Leia a seguir algumas delas:
 - Ouvir os colegas.
 - Respeitar as opiniões deles.
 - Refletir antes de falar.
 - Expor seus argumentos de maneira clara. Observar se os outros alunos estão compreendendo o que você diz.
 - Esperar sua vez de falar.
 - Prestar atenção aos argumentos usados pelas outras pessoas.
 - Contestar as ideias dos outros por meio do emprego de novos argumentos ou na realização de perguntas aos outros grupos.
6. O professor poderá fazer o papel do moderador. O debate pode ser gravado em vídeo para posterior avaliação.

Avaliação

1. Depois do debate, faça com seus colegas uma avaliação de como cada grupo atuou no momento da discussão: analise se todos seguiram as orientações de apresentação de argumentos e escuta.
2. Faça sugestões para que possam ajudar a melhorar o desempenho e a participação de todos nas próximas produções orais.

Fonte: OLIVEIRA; ARAÚJO (2018, p. 191, 6º ano).

Na transcrição, consta a parte que é, especificamente, relativa ao comando de produção – diz *o que* deve ser feito – e a Figura 1 apresenta o encaminhamento, com a descrição das etapas da atividade e das orientações de *como* deve ser produzido o texto. Nesta proposta, são identificados os seguintes elementos das CP: i. finalidade: discutir e defender uma ideia/opinião; ii. interlocutores: colegas de classe e professor moderador; iii. gênero textual: debate regrado, com: a) temática definida: papel do governo e da população em relação ao uso da água; b) estrutura composicional definida: turnos de fala com argumentos e contra-argumentos de cada estudante; c) estilo de linguagem inferido: ponderado; iv. circulação social: sala de aula; v. suporte textual: voz; vi. posicionamento social do autor: estudante e cidadãos. Os três primeiros elementos são marcados na atividade e os três últimos inferidos, conforme a situação: a sala de aula como circulação pode ser depreendida por corresponder ao contexto escolar; a voz como suporte é a possibilidade primeira de



materialização de textos orais; a posição de estudante é própria do contexto e o posicionamento de cidadão é inferido, seguindo o tema – papel de entes da sociedade em relação ao uso da água -, que se refere à *pólis*.

A proposta de debate corresponde, de acordo com o LD do professor, às habilidades EF67LP23³, EF69LP25⁴ e EF69LP26⁵ da BNCC (BRASIL, 2018). Há critérios avaliativos para que, após o debate, o próprio estudante reveja o desempenho de seus colegas, quanto às regras, à exposição clara dos argumentos, ao respeito mútuo, bem como aos turnos de fala, à existência de contra-argumento, todos estes aspectos são coerentes e estabelecidos pelo encaminhamento da atividade. Nota-se disparidade ao comparar os comandos dados pelo livro do professor e do aluno, o professor torna-se incumbido de “orientar” e fornecer ao aluno o “instrumento” para que ele mesmo avalie o texto produzido, conforme a seguinte nota disposta no livro do professor:

“Orientações: Além dessas regras, converse com os alunos sobre outras regras que podem ser usadas no debate para uma melhor participação em contexto de intercâmbio oral.

Avaliação: Para a realização dessa avaliação, pode ser apresentado um instrumento para cada aluno avaliar sua apresentação, a de seu grupo e de seus colegas. O instrumento avaliativo pode ser, por exemplo:

- a) Ouviram os colegas e esperaram a vez de falar?*
 - b) Respeitaram as opiniões divergentes?*
 - c) Expuseram seus argumentos de maneira clara?*
 - d) Argumentaram de forma que todos compreendessem?*
 - e) Prestaram atenção nos argumentos dos colegas?*
 - f) Contestaram usando novos argumentos ou realizando perguntas?*
 - g) Falaram com entonação e fluência na voz?*
 - h) Usaram tom de voz adequado, de modo que todos pudessem ouvir, sem ter de gritar?*
- (EF69LP40)** (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 191, 6º ano, grifo no original).

A lista com perguntas direciona o professor para, verbalmente, apresentar as informações aos alunos. Os dois últimos critérios – *g* e *h* – não constam no comando da atividade do livro do aluno, que orienta a debater com entonação e fluência, além do tom de

³ “Respeitar os turnos de fala, na participação em conversações e em discussões ou atividades coletivas, na sala de aula e na escola e formular perguntas coerentes e adequadas em momentos oportunos em situações de aulas, apresentação oral, seminário etc.” (BRASIL, 2018, p.169).

⁴ “Posicionar-se de forma consistente e sustentada em uma discussão, assembleia, reuniões de colegiados da escola, de agremiações e outras situações de apresentação de propostas e defesas de opiniões, respeitando as opiniões contrárias e propostas alternativas e fundamentando seus posicionamentos, no tempo de fala previsto, valendo-se de sínteses e propostas claras e justificadas.” (*Ibidem*, p. 149).

⁵ “Tomar nota em discussões, debates, palestras, apresentação de propostas, reuniões, como forma de documentar o evento e apoiar a própria fala (que pode se dar no momento do evento ou posteriormente, quando, por exemplo, for necessária a retomada dos assuntos tratados em outros contextos públicos, como diante dos representados).” (*Ibidem*, p. 149).



voz para que todos possam ouvir. Os outros critérios podem ser localizados no encaminhamento 5 da atividade, mas não são, objetivamente, marcados e espera-se a inferência do aluno ou a devida orientação do professor.

É destacada a habilidade EF69LP40⁶, que prescreve o ensino das competências de entonação e modulação da voz do aluno e seria, então, necessário marcar, textualmente, tais critérios na atividade, o que não há. Também, não aborda os gestos e a posição postural dos sujeitos quando enunciam suas ideias no debate que, inclusive, são especificados na habilidade correspondente (BRASIL, 2018). Evidentemente, não se espera de um aluno de 6º ano, prévia e plenamente, o conhecimento prático dessas competências, muito menos teórico e dos parâmetros curriculares do LD.

Observa-se que todo sujeito produz enunciados segundo um gênero discursivo ora visto em uma determinada situação social que antecede o momento da enunciação e “Falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem *formas* relativamente estáveis e típicas da *construção do todo* [...]” (BAKHTIN, 2011[1979], p. 282, grifos do autor). Sendo assim, não há garantia de que os alunos conheçam o estilo de linguagem próprio do debate, se os critérios não forem completamente descritos na seção. Na possibilidade de o professor apresentar vídeos ou, ainda, permitir que os alunos procurem por conta própria e não dispor, com antecedência, as propriedades do estilo empregado, os alunos não se atentariam, intuitivamente, à entoação e fluência de voz. Sem o respaldo descrito no comando de produção, a condição não se realiza.

A rigor, os critérios quanto ao estilo de linguagem seriam ponderados pelo professor apenas após a produção do texto. Essa disparidade contida nos comandos do professor em relação aos do livro do aluno pode desencadear um texto inadequado, uma vez que os alunos, sujeitos ativos e ideológicos, desconhecem, *a priori*, as especificidades do gênero que devem

⁶ “Analisar, em gravações de seminários, conferências rápidas, trechos de palestras, dentre outros, a construção composicional dos gêneros de apresentação – abertura/saudação, introdução ao tema, apresentação do plano de exposição, desenvolvimento dos conteúdos, por meio do encadeamento de temas e subtemas (coesão temática), síntese final e/ou conclusão, encerramento –, os elementos paralinguísticos (tais como: tom e volume da voz, pausas e hesitações – que, em geral, devem ser minimizadas –, modulação de voz e entonação, ritmo, respiração etc.) e cinésicos (tais como: postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia, modulação de voz e entonação, sincronia da fala com ferramenta de apoio etc.), para melhor performar apresentações orais no campo da divulgação do conhecimento” (*Ibidem*, 2018, p. 155).



produzir. Outrossim, o encaminhamento retoma o conteúdo temático abordado no capítulo do livro, mas não recupera qualquer exemplar do gênero debate.

A despeito da incompatibilidade do suporte textual do livro didático – impresso x um texto oral -, uma amostra de debate poderia ser transcrita, com um texto norteador para a comum estrutura composicional: a tese e antítese dos debatedores e a síntese do moderador/mediador do debate. O material poderia conter exercícios anteriores sobre debates em vídeo com seus respectivos *links* indicados no comando.

A questão central que torna o texto inexaurível é que não há conflito a ser debatido pelos sujeitos, há apenas a *finalidade* de defender determinados pontos de vista a respeito do *papel do governo e da população em relação ao uso de água*. O tema é estático e não apresenta problemática para o aluno promover hipotéticas soluções, pensar em possíveis consequências de determinada decisão e opinião acerca de uma situação social. A temática pode ser aberta a diferentes vozes para os alunos debaterem diversos problemas e, não há nada que os impeçam, com argumentos diversos, porém, poderiam ser disponibilizados temas controversos, comuns em território nacional, que evidenciam caminhos *reais* e menos intuitivos para o aluno sustentar seus argumentos, pois só há tema no enunciado ao ser considerado um fenômeno histórico em toda sua plenitude concreta, quase garantindo o movimento e entrecruzamento de ideologias (VOLOCHINOV, 2018), isto é, dos argumentos e opiniões apresentados no texto. Assim propôs Bakhtin (2003) acerca de uma definição temática para o gênero:

Em cada enunciado – da réplica monovocal do cotidiano às grandes e complexas obras de ciência ou de literatura abrangemos, interpretamos, sentimos a *intenção discursiva* de discurso ou a *vontade discursiva* do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras. Imaginamos o que o falante *quer dizer*, e com essa ideia verbalizada, essa vontade verbalizada (como a entendemos) é que medimos a conclusibilidade do enunciado. Essa ideia determina tanto a própria escolha do objeto (em certas condições de comunicação discursiva, na relação necessária com os enunciados antecedentes) quanto os seus limites e a sua exauribilidade semântico-objetiva. Ele determina, evidentemente, também a escolha da forma do gênero na qual será construído o enunciado [...] (p. 281, grifos do autor).

O livro em análise dispõe diversos textos, antecedentes à atividade, no mesmo capítulo, a respeito da crise hídrica e fatos polêmicos em torno do tema. Porém, não há um orto problematizador da discussão ou, mesmo, que especifica o objeto em uma situação



enunciativa a respeito *do papel do governo e da população em relação ao uso da água*, conforme proposto no comando. Por isso, seria necessário que o LD retomasse, no mínimo, um dos temas já propostos nos textos antecedentes, que evocam uma situação concreta, e levantasse sugestões para o debate com marcação textual nos comandos. Apenas por meio da definição de todos os aspectos das CP, é possível que haja exauribilidade temática do gênero, assim, haveria uma posição responsiva dos alunos diante do objeto em discurso, isto é, em *finalidade*, do texto para que expressem suas opiniões. Considera-se que não há objetividade na proposta: seria o racionamento hídrico a principal dificuldade; seriam as técnicas de buscas sustentáveis por água um problema? Uma escolha temática *lata* não produzirá efeito de tensão à situação enunciativa essencial para o gênero debate, logo, não despertará a vontade de produzir novos argumentos pelos sujeitos.

O gênero discursivo não se adequa a qualquer assunto, mas possui temáticas próprias em uma situação social de interação verbal delimitada (BAKHTIN, 2011[1979]). O aluno deve se posicionar frente a interações polêmicas e, para isso, o objeto de debate deve ser bem marcado. A BNCC dispõe na habilidade EF69LP11⁷ que o sujeito-aluno, nas práticas de oralidade, deva identificar e analisar posicionamentos defendidos e refutados na escuta de interações polêmicas em entrevistas, discussões e debates (televisivo, em sala de aula, em redes sociais etc.), entre outros, e se posicionar diante deles (BRASIL, 2018). Por isso, é importante o *querer dizer* dos sujeitos da enunciação, visto que tal vontade discursiva determina a própria escolha de *o que dizer*, isto é, do objeto reverberante de enunciados anteriores e vozes sociais presentes no indivíduo (BAKHTIN, 2011[1979]). Pois, quando o aluno escreve no papel o discurso do professor sem algo inesperado ou uma nova voz introduzida, não há autoria (MENEGASSI, 2011).

Diante da produção textual concreta, que não responde apenas por avaliações e demandas da situação de ensino, o aluno não se situa apenas como um estudante, dado que em todo enunciado o sujeito ocupa uma posição social ativa. Os textos dispostos para leitura prévia, as orientações do professor, a dimensão extraverbal (tempo e espaço) e a objetificação de uma situação concreta na qual os sujeitos estão histórica e socialmente situados durante a

⁷ “Identificar e analisar posicionamentos defendidos e refutados na escuta de interações polêmicas em entrevistas, discussões e debates (televisivo, em sala de aula, em redes sociais etc.), entre outros, e se posicionar frente a eles” (*Ibidem*, p. 143).



proposta contribuem como ecos, interações para a expressão do sujeito e de seu posicionamento quanto ao conteúdo do debate.

Dessa forma, já que compete ao estudante “Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias” (BRASIL, 2018, p. 87), compreende, sem hesitações, a sua posição como cidadão. O posicionamento social de cidadão é passível de ser inferido, na proposta, pela situação de ensino e pela orientação do professor, no entanto, não é especificado, visto que falar do *papel do governo e da população em relação ao uso da água* neutraliza o jogo de contradições e desafirma a existência de um posicionamento favorável ao racionamento e a qualquer forma de defesa dos recursos hídricos, isto é, de um defensor do meio ambiente. O enfraquecimento do ativismo ambiental na sociedade é materializado no discurso da proposta por meio da própria “fuga” do objeto de debate, o que implica na falta de definição do posicionamento social dos alunos.

A proposta analisada não aborda, completamente, as etapas de planejamento, elaboração (ou execução), revisão, reescrita/*redesign* e avaliação. Considerando que, assim como são produzidos os gêneros escritos, os gêneros orais comportam as mesmas condições de produção (GERALDI, 2013[1991]), a delimitação e orientação para que se cumpra, didaticamente, todas as etapas deveria ser descrita no encaminhamento da atividade⁸. Percebe-se que as etapas são compreendidas por inferências marcadas pelo verbo *preparar*, pela expressão *no decorrer do debate*, que aludem, respectivamente, um planejamento e uma execução. E, em seguida, o subtítulo que, unicamente, demarca o comando de “avaliação”, antes que haja uma etapa de reelaboração do texto. O ideal, de acordo com a visão pela qual se preza, é definir a etapa de revisão e não, diretamente, de avaliação, para que, dessa forma, sejam sistematizadas as fases de reelaboração e avaliação.

Na etapa “avaliação”, o item 2 prescreve que o aluno faça sugestões a seu grupo, a fim de melhorar o desempenho de todos no debate. O fator para o qual se chama a atenção, neste aspecto, é a possibilidade de ocorrer uma terceirização do trabalho de ensino, do professor para o aluno (atualmente, muito difundida como “sala de aula invertida”). Ademais, o termo “desempenho” não comporta a fundamentação teórico-metodológica descrita no material, cujos princípios baseiam-se na filosofia de linguagem do Círculo de Bakhtin. Em seu uso

⁸ Nas atividades de produção textual escrita do mesmo LD em análise, constam as etapas do processo de produção do texto devidamente marcadas, na proposta, ainda que este não seja o objeto de estudo deste trabalho.



apropriado contempla a visão gerativista de linguagem, que entende o desempenho como uma competência dos falantes nativos decorrente de seus enunciados produzidos espontaneamente. Nesse sentido, vai de encontro com a visão bakhtiniana defendida pelos autores do livro e desta pesquisa.

A incompleta definição das etapas de produção se dá, em certa medida, em função do documento nacional não parametrizar o estabelecimento das estratégias para os gêneros orais produzidos sincronamente:

(EF69LP12) Desenvolver estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, reescrita/*redesign* (esses três últimos quando não for situação ao vivo) e avaliação de textos orais, áudio e/ou vídeo, considerando sua adequação aos contextos em que foram produzidos [...]. (BRASIL, 2018, p. 145, grifos dos autores e do original).

Sabe-se que a maioria dos textos orais produzidos em situação de ensino ou nos discursos da comunicação cotidiana é, evidentemente, produzida ao vivo. O documento regulariza que as etapas de revisão, edição e reescrita podem ser desconsideradas na situação síncrona e leva a entender que serão definidas as estratégias em sua plenitude somente nos gêneros orais dispostos em arquivo, isto é, não síncronos registrados em áudio e vídeo. Desde a infância, o indivíduo é direcionado pelos familiares e professores a rever, alterar e reelaborar sua fala à maneira mais apropriada à sua convenção social. Esse processo ininterrupto tangente na comunicação cotidiana deve se efetivar, igualmente, na produção de textos orais em situação de ensino.

Apresenta-se outro exemplo da mesma coleção do LD, do 8º ano, da atividade intitulada “Conhecendo o colega pela palavra”, para abordar os elementos das CP e o suporte teórico-metodológico da proposta:

Figura 2 – Proposta de atividade de produção oral – encaminhamento da produção



- d) Forme outras palavras a partir da palavra *precioso*.
Resposta possível: *significos, preciosos, preciosismo, preciosidade, preciosíssimo.*
- e) Nas palavras indicadas como resposta à questão anterior, qual parte permaneceu invariável, ou seja, não se alterou?
A parte *precios-*.

NA TRILHA DA ORALIDADE

Conhecendo o colega pela palavra

Você já parou para pensar em como uma única palavra pode dizer muito sobre uma pessoa? Então, agora você vai conhecer mais sobre o jeito de ser e de pensar de um colega por meio de palavras únicas que, individualizadas na escrita, dizem muito quando pensadas em um contexto e, muito mais, quando servem de espelho, reflexo para quem as pronuncia.

Sente-se com um dos colegas e entreviste-o. Você fará uma série de perguntas que exigirão do entrevistado apenas uma palavra como resposta. Veja, a seguir, algumas sugestões.

- Por qual nome você gosta de ser chamado?
- Que palavra diz muito sobre você?
- Que palavra você usa bastante?
- De qual palavra você quer distância?
- Qual palavra é proibida em seu dicionário?
- Cite uma palavra chata.
- Cite uma palavra doce.
- Cite uma palavra triste.
- De qual palavra você mais gosta?

Crie mais perguntas que, a seu ver, contribuirão para conhecer melhor esse colega. Durante a entrevista, tenha papel e caneta em mãos para anotar as respostas.

Após entrevistá-lo, será sua vez de ser entrevistado.

Você pode elaborar um pequeno texto, com base nas respostas dadas pelo colega, para servir de apoio à memória durante a apresentação que será feita à turma. Se optar pelo texto, não se esqueça de enfatizar a palavra que sintetiza cada resposta.

Depois dessa etapa, cada um apresentará seu companheiro para a turma por meio das respostas obtidas.

25

NA TRILHA DA ORALIDADE

Essa seção é destinada ao desenvolvimento de um trabalho mais específico e, ao mesmo tempo, mais amplo a respeito de como se estabelecem as relações entre o oral e o escrito. Além do reconhecimento das características gerais dos gêneros orais e sua produção, há também um estudo das características estruturais e linguísticas do texto falado, sendo um dos exercícios principais o procedimento de retextualização.

Oriente os alunos a elaborar um pequeno texto com base nas respostas dadas pelo colega. Esse texto poderá servir de apoio à memória durante a apresentação que será feita à turma.

Fonte: OLIVEIRA; ARAÚJO (2018, p. 25, 8º ano).

Observa-se, no exemplo, a delimitação de: i. finalidade: compreender/verificar como as palavras escolhidas podem determinar a interpretação do interlocutor; atividade metalinguística, inferida pelo enunciado “*Você já parou para pensar em como uma única palavra pode dizer muito sobre uma pessoa?*”; ii. interlocutores: alunos-entrevistados e turma (marcados nos comandos); iii. gênero textual: entrevista (marcado nas formas verbais do imperativo), com: a) temática definida: uso e escolha do léxico (marcada e inferida pelo título da atividade); b) estrutura composicional definida: série de perguntas com respostas subsequentes (marcada); c) estilo de linguagem não definido; iv. suporte textual: voz (inferida pela natureza da oralidade); v. circulação social: sala de aula (inferida pelo contexto escolar e marcada no comando de apresentação da retextualização); vi. posição social do autor: entrevistador e entrevistado, sem delimitação do posicionamento sócio-histórico e ideológico.

Percebe-se, por meio dos comandos, uma proposta de texto da modalidade oral com intento de evocar somente uma compreensão metalinguística nos estudantes, saber como as escolhas de “significados” dispostos nas perguntas determinam a escolha de “significantes” pelo interlocutor nas respostas. A *estrutura* da entrevista se reduz à dupla face de um signo linguístico, o significado presente na questão – “*De qual palavra você quer distância?*” – e a resposta do entrevistado, que dará a palavra direcionada pela pergunta. Assim, a proposta valoriza e se apoia na intencionalidade dos falantes e em uma escolha unilateralmente paradigmática ao tema da pergunta, dessa forma, estrutural. Além da produção textual não definir se existe uma *finalidade* para além da reflexão sobre o sistema linguístico, a semântica



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

do texto é reduzida a questões sem contexto. Qual seria a real finalidade de o aluno responder qual palavra ele acredita ser chata? Não existe um *conteúdo temático* a ser exaurido pelos sujeitos da enunciação, pois ele é a própria a língua. Em outras palavras, quando o *objeto* da palavra⁹ torna-se a língua sem contexto, encontramos uma proposta de gênero textual nos meandros do objetivismo abstrato, esvaziado de sentido e retirado do tempo e do espaço (VOLÓCHINOV, 2018). Eis um caso em que o trabalho de ensino fetichiza o produto do trabalho científico (GERALDI, 2013[1991]). O comando não explica essas escolhas na proposta, o que sugere inobservância quanto às bases e fundamentos metodológicos do próprio material didático para se elaborar uma proposta de texto.

O gênero entrevista não se dá, efetivamente, na proposta, o verbo “entrevistar” tem no comando o objetivo de produzir no aluno um recorte mnemônico do que seria perguntar e responder, em que o tema é arbitrário e respaldado em escolhas lexicais aleatórias. Para que o estudante compreendesse, de fato, o uso de escolhas lexicais, poderia ser produzido um texto de entrevista com um tema definido acerca de um fato/história e, na apresentação textual transcrita, os alunos realizariam uma análise linguística dos termos escolhidos por cada colega, verificando as diferenças e semelhanças nessas escolhas no interior de uma viva atuação dos autores. Concorde-se que nenhum enunciado é imotivado e aleatório em sua natureza, ele é social (VOLÓCHINOV, 2018).

Considera-se que as CP do texto não são, adequadamente, definidas, o que pode causar desorientação na totalidade da proposta. Tomar conhecimento dos mecanismos estruturais da língua é, e deveria ser, uma tarefa para uma etapa posterior à prática de linguagem (GERALDI, 2013[1991]). A identificação do léxico e suas intenções poderia ser proposta apenas no livro do professor e não no material do aluno e, assim, uma entrevista, de acordo com as CP, seria realizada sem a preocupação *a priori* de uma tarefa de reflexão sobre a língua. Pois, assim critica João Wanderley Geraldi (2011[1984], p. 45): “A maior parte do tempo e do esforço gastos por professores e alunos durante o processo escolar serve para aprender a metalinguagem de análise da língua, com alguns exercícios, e eu me arriscaria a dizer ‘exercícios esporádicos’, de língua propriamente ditos.”

⁹ Assume-se uma concepção de palavra cuja ideologia não pode ser isolada, como a unidade da consciência verbalmente formalizada (VOLÓCHINOV, 2018).



Então, percebe-se predominância de exercícios de gramática e análise linguística sobre o ensino das práticas de oralidade. Isto ocorre, igualmente, com os textos da modalidade escrita, no entanto, existe, ainda, uma cultura difundida nas escolas em que o professor concebe o sujeito-aluno como prévia e plenamente capaz de desempenhar suas práticas orais, como se estas se reduzissem à comunicação cotidiana e se concretizassem só a partir dela.

Também, registra-se o conteúdo da “nota” disponível apenas ao professor, que marca como uma das finalidades da produção (diferente da finalidade do texto em si) a retextualização, que se daria por meio de uma transcrição do falado nas entrevistas. Por isso, percebe-se a existência de uma compreensão do texto oral como suporte inicial para a elaboração de um texto escrito, além de priorizar a reflexão sobre a língua à prática discursiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa dedicou-se à análise de LD do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, da mesma coleção, com foco nas atividades de produção textual oral. O aporte teórico-metodológico organizou-se em torno da concepção enunciativo-discursiva de linguagem, subsidiada, no que se refere ao ensino e aprendizagem de LP, nas propostas difundidas pela LA. Observa-se, ainda, a predominância de atividades de escrita em relação às de oralidade.

No que se refere, especificamente, às propostas de trabalho com a modalidade oral da língua, os comandos de produção não contemplam, adequadamente, todos os elementos necessários ao estabelecimento da situação enunciativa, para que o estudante compreenda *por que, para quem, o que e como dizer* (GERALDI, 2013[1991]), o que implica, diretamente, na produção, ou não, de um texto que, efetivamente, contemple seu propósito enunciativo e não funcione, apenas, para usar elementos linguísticos e gramaticais.

A proposta que esta pesquisa defende é que as atividades de produção textual oral organizem-se, de forma semelhante ao que já se tem difundido para as atividades de escrita, de modo a contemplar o estabelecimento da situação enunciativa na qual e a partir da qual o estudante produz seu texto, ou seja, delimitando todos os elementos necessários à produção do texto, compreendido como processo e carregado de valores sócio-históricos e ideológicos inerentes à enunciação.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011[1979].

BELOTI, A.; LUZ, C. da S. A produção textual de gênero orais. **Letras**, Santa Maria, n. 01, p. 113-134, ed. especial 1/2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB. EI/EF/EM, 2018.

COSTA, S. R. **Dicionário de gêneros textuais**. 3. ed. rev. ampl.; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DORETTO, S. A.; BELOTI, A. Concepções de linguagem e conceitos correlatos: a influência no trato da língua e da linguagem. **Revista Encontros de Vista**. 8. ed. 2011, p. 89 - 103.

GERALDI, J. W. (Org.). **O texto na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011[1984].

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013[1991].

MARCUSCHI, L. A.; DIONISIO, A. P. **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MENEGASSI, R. J. Conceitos bakhtinianos na prova de redação. In: **Línguas & Letras**, Cascavel, v. 12, n. 23/Especial - IX CELLIP, p. 251-276, jan.-jun. 2011.

MENEGASSI, R. J. A escrita como trabalho na sala de aula. In: JORDÃO, C. M. (Org.). **A Linguística Aplicada no Brasil: rumos e passagens**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. p. 193-230.

OLIVEIRA, T. A.; ARAÚJO, L. A. M. **Tecendo Linguagens: língua portuguesa**. 5.ed. Barueri: IBEP, 2018. (Série 6-9. anos).

PERFEITO, A. M. Concepções de linguagem, teorias subjacentes e ensino de língua portuguesa. In: MENEGASSI, R. J.; SANTOS, A., R. dos; RITTER, L. C. B. (Org.). **Concepções de linguagem e ensino**. Maringá: Eduem, 2010. p. 11-40. (Coleção formação de professores EAD, v. 41).

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 184-207.



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

ROJO, R. Gêneros do discurso no Círculo de Bakhtin: ferramentas para a análise transdisciplinar de enunciados em dispositivos e práticas didáticas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4, 2007, Tubarão. **Anais...** Tubarão: Unisul, 2007.

VOLOCHINOV, V. N.; BAKHTIN, M. **Discurso na vida e discurso na arte** (sobre poética sociológica). Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza [para fins didáticos]. Versão da língua inglesa de I. R. Titunik a partir do original russo. 1926.

VOLÓCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Página 18 de 18



A CRÍTICA DE SÉRGIO CABRAL N’O PASQUIM – DO CARNAVAL CARIOCA A TROPICÁLIA

Vinicius Romero Derevecki - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba II, viniciusderevecki@gmail.com

André Acastro Egg - Orientador
Unespar/Campus Curitiba II, andreegg@gmail.com

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

A pesquisa se insere no contexto de um ciclo de projetos que tiveram como tema a crítica musical no Brasil. No âmbito do projeto, coordenado pelo professor André Egg, foram realizadas quatro pesquisas no Programa de Iniciação Científica da UNESPAR, no ano 2021- 2022, que mapearam os textos sobre música na revista *O Pasquim*, nos anos 1970, 1971, 1972 e 1973. Quatro pesquisadores atuaram, cada um analisando as publicações do *Pasquim* durante um ano. Foi feito um sumário dos textos sobre música e foram feitos fichamentos destes textos.

Tendo sido responsável pela pesquisa do ano de 1971, foi identificado o crítico Sérgio Cabral, que despertou o interesse por seus textos e por sua reconhecida importância na construção da história da música popular brasileira. Além de escrever no *Pasquim*, Sérgio Cabral fez parte da direção do periódico, escreveu em outros órgãos de imprensa, teve atuação institucional (na FUNARTE e no MIS-RJ, por exemplo) bem como escreveu vários livros.

Tendo sido escolhido o tema, o artigo do PIC 2021-2022 já se utilizou dos textos de Sérgio Cabral aproveitando-se também dos sumários elaborados pelos colegas. Quando da oportunidade de continuar com um novo projeto, para a edição 2022-2023, a ideia foi aprofundar o estudo dos textos de Sérgio Cabral, buscar mais informações sobre o autor,



ampliar o conjunto de textos analisados no *Pasquim* e desenvolver um estudo mais aprofundado sobre seu papel como crítico musical.

No PIC 2021-2022 outros colegas escolheram outros críticos para focar suas análises: Luiz Carlos Maciel, Júlio Hungria e o cartunista Jaguar, que não foi propriamente um crítico musical, mas produziu textos sobre este assunto para cobrir ausências de colegas em alguns momentos.

Em um contexto mais amplo, essas pesquisas realizadas no *Pasquim* publicado na década de 1970 ajudam a compor um panorama com outros projetos que já mapearam, produziram sumários, fichamentos e aprofundaram temas em periódicos como o jornal *Diário Nacional* (São Paulo, 1927-1932), a revista *Fundamentos* (1948-1955), a revista *Cultura Política* (1941-1945), a *Revista da Música Popular* (1954-56), o *Jornal do Brasil* (focado na década de 1960), a revista *Manchete* (focada no período 1954-57). Nestas pesquisas, foram analisados textos de críticos musicais como Mário de Andrade, Luiz Heitor Correa da Azevedo, Lúcio Rangel, Sérgio Cabral, Júlio Hungria, Sérgio Porto, Jorge Guinle, entre outros. Vários destes trabalhos já se desdobraram em pesquisas de TCC nos cursos de Licenciatura em Música e Bacharelado em Música Popular, do Campus de Curitiba II, e em pesquisas de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Música da UNESPAR.

O foco das investigações se insere num contexto de pesquisas que relacionam metodologias da pesquisa em história, com temas da música. Especificamente, no caso das pesquisas sobre crítica musical no Brasil, mobilizamos questões que relacionam história da imprensa e história dos intelectuais com temas mais próprios da história da música – investigando como a crítica musical na imprensa contribuiu para a formação de noções de música brasileira, bem como para a construção da reputação de artistas e de um cânon da música brasileira.

MATERIAIS E MÉTODOS

O amparo metodológico utilizado para esta pesquisa é o proposto por Luca (2008), que vê nos periódicos como uma fonte fundamental para investigações no campo da história.



De acordo com a autora, até a década de 1970, havia uma escassez de estudos acadêmicos que faziam uso dos periódicos como fonte primária. A maioria das pesquisas que empregava essa categoria de fonte estava centrada na historiografia da própria imprensa, em vez de explorar outras dimensões históricas. No entanto, Luca argumenta que, nos últimos anos, historiadores começaram a adotar os periódicos como fontes para pesquisas que não se limitavam a compreender a história da imprensa em si, mas sim para utilizá-los como um componente valioso no conjunto de fontes para compreender a história do Brasil em um contexto mais amplo. Consequentemente, estudos voltados para a historiografia da música popular podem igualmente se beneficiar do uso dos periódicos como fonte primordial.

Feita essa consideração, a presente investigação foi conduzida por meio da análise das edições d'*O Pasquim* que foram digitalizadas e fazem parte do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Através desta plataforma online, foi possível acessar as digitalizações d'*O Pasquim* realizar buscas com palavras-chave dentro do periódico. Assim, obtivemos acesso a todas as edições publicadas entre os anos de 1969 e 1973, nas quais pude ler e catalogar os textos de autoria de Sérgio Cabral para uso como fontes na análise. A catalogação dos textos foi conduzida com base nos sumários que indicavam a localização dos textos relacionados à música popular, previamente identificados por outros estudantes de Iniciação Científica. Portanto, com acesso a esse material, procedemos à seleção dos textos escritos por Cabral e iniciamos o processo de catalogação.

Esse procedimento envolveu a criação de fichamentos contendo as seguintes informações: a) referência do texto (autor, edição e página); b) lista de nomes mencionados; c) transcrição de trechos relevantes; d) resumo do conteúdo da fonte. Esse fluxo de trabalho nos permitiu mapear a perspectiva do crítico Sérgio Cabral. Como parte da pesquisa, também realizamos reuniões com o orientador e colegas que estavam conduzindo pesquisas no mesmo periódico. Essas reuniões tinham o propósito de discutir os resultados obtidos na pesquisa documental e explorar textos teóricos relacionados à Imprensa Alternativa, pesquisa em periódicos e crítica musical.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



Antes de adentrar na discussão referente às fontes selecionadas para a discussão deste artigo, é importante realizar uma ressalva: Sérgio Cabral foi um dos fundadores d'*O Pasquim* em 1969, ano em que publicou alguns textos sobre música popular. Entretanto, entre novembro de 1970 e janeiro de 1972, Cabral atuou como editor responsável do veículo, período em que publicou mais textos sobre música. As fontes aqui discutidas são deste período. A partir do fichamento destas fontes, foi possível categorizar os textos escritos por Cabral em três grupos distintos: a) textos de suas colunas de opinião; b) suas dicas na seção final das edições; e c) textos diversos que não se encaixam nas categorias anteriores. Vale destacar, em particular, a presença de um texto sobre Caetano Veloso, que serve como exemplificação do que considero como pertencente à categoria diversa:

[...] Aí, veio aquele Festival da TV Record, em que ele e Gil botaram pra quebrar cantando com guitarras elétricas. [...] Andei criticando, depois, certas proposições de Caetano-e-Gil - algumas demasiadamente extremadas, embora taticamente justas – e parei de fazer objeção ao movimento deles quando descobri que se havia criado con-tra eles um bloco formado de coisas inúteis e retrógradas. [...] Fiquei à distância gos-tando das músicas e continuando a discordar de certas proposições, conforme já es- crevi neste jornaleco. Mas fiquei, sobretudo, torcendo por eles (*O Pasquim*, Sérgio Cabral, 11/02/1971, p. 5).

Agora, no que se refere à coluna de opinião conhecida como "ABC do Sérgio Cabral," que também emprestou seu nome ao seu terceiro livro, essa coluna era composta por verbetes dispostos em ordem alfabética. Os temas abordados abrangiam figuras da música popular, o samba e uma ampla gama de produções fonográficas. Um exemplo que ilustra esses três tópicos é o verbete dedicado a Cartola e Nelson Cavaquinho:

Cartola & Nelson Cavaquinho - A Abril lançou um fascículo com um LP destes dois deuses do samba. Como vem acontecendo sistematicamente, nessa coleção da Abril, tudo vem muito bem cuidado: tanto a parte de informações como a do disco. A gente pode discordar da seleção de uma música ou outra música mas o trabalho total e (sic) sempre muito bom (*O Pasquim*, Sérgio Cabral, 25/02/1971, p. 6).

Nessa passagem, os indivíduos mencionados são Cartola e Nelson Cavaquinho. A referência à produção fonográfica remete ao LP que acompanhava o fascículo da Abril,



contendo uma seleção de músicas do artista. A inclusão do gênero musical do samba se deve ao fato de que os nomes de Cartola e Nelson Cavaquinho são emblemáticos nesse gênero, sugerindo que, para Cabral, ambos são figuras de destaque dentro desse estilo musical. Além disso, o interesse de Cabral pelo samba também se manifesta nas páginas do "ABC" quando ele aborda o universo carnavalesco como um todo, como é evidenciado nos verbetes que discutem, por exemplo, o samba-enredo que a Império Serrano apresentaria na avenida durante o carnaval de 1971:

Império Serrano - Pelo que ouvi por aí, está com o melhor samba enredo para o carnaval de 1971. O autor não é um nome muito conhecido pelo menos fora das escolas de samba, mas demonstra que Silas de Oliveira, o grande compositor do Império, fez escola (O Pasquim, Coluna ABC do Sérgio Cabral, 21/01/1971, p. 6).

O samba enredo em questão se chama "Nordeste, seu povo, seu canto, sua glória". Na letra são mencionadas várias heranças culturais do nordeste. Ela se inicia falando do canto do povo nordestino que estava presente no Império; faz menção as lendas, rezas e fantasias; fala da alegria do fandango nordestino, que é uma festa tradicional importante que acontece na época do Natal; também são mencionadas as pastorinhas e cirandeira; faz menção também aos agricultores, e termina com a frase: "o canto de um povo em glória". É geral, a letra deste samba enredo é positiva e traz um senso comunitário vindo da alegria do povo nordestino. Entretanto, apesar do samba enredo trazer todos esses aspectos da cultura nordestina, Silas de Oliveira, conforme consta no Dicionário Cravo Albin, é um cantor e compositor carioca. Mas, para além disso, Silas já tinha sambas apresentados pela Império em seus desfiles desde a década de 1950, o que justifica a afirmação de Cabral de que "o grande compositor do Império, fez escola".

Agora, passarei a abordar "As Dicas," que, ao contrário do "ABC," não constituíam uma coluna exclusiva do jornalista, mas sim uma seção na qual diversos redatores do periódico contribuíam. Ao longo de 1971, a revista O Pasquim regularmente apresentou essa seção de dicas ao final de suas edições, na qual os escritores da publicação compartilhavam textos concisos contendo informações culturais abrangendo diversas áreas, desde cinema até literatura, com destaque também para a música. Como era de se esperar,



Sérgio Cabral contribuiu com várias dicas relacionadas à música popular. As temáticas que eram abordadas no "ABC" também eram retomadas nesta seção, mas em um formato diferente. Um exemplo que pode servir como ponto de partida para nossa análise das dicas de Cabral é o seguinte trecho no qual ele comenta sobre os LPs lançados em 1971: "Alguns dos melhores discos da minha co- leção são deste ano. Eles foram lançados por Jacob do Bandolim, Caetano Veloso, Nara Leão e Pixinguinha." Esta dica não é aleatória, pois, além de destacar a importância desses álbuns, dialoga com o discurso que ele desenvolveu ao longo do ano, uma vez que cada um dos traba- lhos mencionados recebeu comentários em dicas anteriores, como no caso de Pixinguinha:

[...] por que você badala tanto o Pixinguinha? Êle fez Carinhoso e o que mais? Afi- nal, é justo que as pessoas sejam ignorantes, uma vez que quase não sai disco do ve- lho Pixinguinha"; "Agora, ninguém terá desculpa. Está na praça um disco de Pixin- guinha que prova, por a mais b, que êle é sensacional, inigualável, maravilhoso (*O Pasquim*, As Dicas, "Pixinguinha para todos", Sérgio Cabral, 13/05/1971, p. 29).

Retomando a temática do samba, há uma dica que ilustra o interesse de Cabral pelas escolas de samba, concentrando-se desta vez no aspecto mais abrangente e comunitário da ati-vidade sambista, ou seja, os ensaios:

Como vocês sabem, os ensaios das escolas de samba são um negócio muito alegre, muito divertido, mas de ensaio mesmo não tem nada. Isso acontece, principalmente, com as grandes escolas que recebem no fim de semana um público tão grande que, em algumas, o ensaio acaba virando um baile de carnaval. Um troço muito bom, muito divertido, mas um baile de carnaval (*O Pasquim*, As Dicas, "A pedida é Lucas", Sérgio Cabral, 04/02/1971, p. 28).

A abordagem que Cabral adota para descrever o ensaio combina a perspectiva obser- vadora de um jornalista com a paixão de um sambista que é frequentador assíduo desses even- tos. No entanto, é perceptível que a dica carrega consigo uma dimensão crítica, mesmo diante dos adjetivos elogiosos, como "muito bom" e "divertido", que ele utiliza para caracterizar os ensaios em questão. Isso ocorre porque, como demonstrado anteriormente, Cabral estabelece critérios analíticos específicos relacionados à qualidade de um samba-



enredo e à competência profissional envolvida na produção desses espetáculos. Essa abordagem crítica se torna mais evidente na continuação da mesma dica, quando ele passa a discutir os ensaios de duas escolas de samba em particular:

Chamo a atenção do leitor, porém, para duas escolas de samba que não estão vivendo esse problema. A Em Cima da Hora, em Cavalcante, e a Unidos de Lucas, em Parada de Lucas. São escolas onde você toma sua cerveja ou sua batidinha tranque, tranque, e assiste a um verdadeiro ensaio de escola de samba. [...] Aliás, vocês não devem perder o ensaio do próximo dia 6, quando a Unidos de Lucas estará homenageando os compositores Pixinguinha, Donga e João da Baiana, personagens do enredo da escola para 1971, Velha Guarda (*O Pasquim*, As Dicas, “A pedida é Lucas”, Sérgio Cabral, 04/02/1971, p. 28).

Neste contexto, Cabral desenvolve uma perspectiva sobre a qualidade dos ensaios nas escolas de samba, destacando também o seu caráter comunitário. Outra fonte que aborda esses aspectos é a análise que ele realiza sobre a presença de pessoas brancas nas escolas de samba e a percepção de que, em sua visão, elas não tinham domínio da arte do samba. Intitulada “Go Home, Branco,” esta dica não apenas apresenta o texto correspondente, mas também é acompanhada por uma charge retratando um homem branco pintando-se de preto, com o auxílio de um pincel e uma lata de tinta. Cabral inicia essa dica lembrando uma declaração da jornalista Eneida de Moraes (1904-1971), registrada em uma entrevista concedida a *O Pasquim* em 21 de janeiro de 1971:

Eneida já havia falado isso na entrevista que deu a *O PASQUIM*: está diminuindo o número de negros e aumentando o número de brancos nas escolas de samba. Isso é lamentável e foi o que se viu este ano. Pô, branco não sabe sambar e as excessões (sic) apenas confirmam a regra (*O Pasquim*, As Dicas, “Go Home, Branco”, Sérgio Cabral, 25/02/1971, p. 31).

Ao começar o texto ao fazer referência à declaração de Eneida, Cabral define um ponto de partida para seu argumento, deixando claro sua perspectiva sobre a identidade daqueles que verdadeiramente compreendem a tradição do samba:

[...] Os caras brancos que desfilam nas escolas de samba são muito bem intencionados. Querem ajudar e querem brincar o seu carnaval, Mas eles atrapalham, são chatos quando sambam. De maneira que inicio a primeira



campanha racista desde a abolição da escravatura: fora os brancos das escolas de samba (*O Pasquim*, As Di- cas, “Go Home, Branco”, Sérgio Cabral, 25/02/1971, p. 31).

Até este ponto, ao analisarmos as fontes apresentadas, conseguimos obter uma visão geral dos tópicos abordados por Cabral em suas contribuições para *O Pasquim*. No entanto, é crucial identificar uma possível conexão entre a perspectiva musical que ele delineou nos três cenários. Com esse objetivo, é relevante explorar dois verbetes adicionais publicados no *ABC*. O primeiro deles é intitulado *Domingo no Parque*:

Domingo no parque - Música de Gilberto Gil lançada no Festival da TV-Record de 1968. Eu estava no júri e dei segundo lugar pra ela, que aliás, foi mesmo a segunda colocada. Passados mais de dois anos, gosto cada vez mais desta música. [...] me ocorreu manifestar publicamente meu erro: deveria tê-la colocado em primeiro lu- gar. Talvez a obra-prima de Gilberto Gill (*O Pasquim*, Coluna ABC do Sérgio Ca- bral, 21/01/1971, p. 6).

Essa citação corrobora com o texto, já mencionado aqui, escrito por Cabral sobre Caetano Veloso. Em ambos os casos, Cabral revela a simpatia por dois integrantes da Tropicália, um movimento que desafiou diversos aspectos da tradição musical brasileira. Isso evidencia uma abertura na perspectiva de Cabral no debate entre tradição e modernidade. Mas vale lembrar que em nenhum dos dois fragmentos ele renunciou por completo às suas ideias. Agora, o outro verbe é o intitulado *Choro*:

Chôro - Houve um dia em que Jacob do Bandolim ficou uma fera porque Chico de Assis lhe propôs uma reformulação do chôro. Quando soube disso, passei a evitar o assunto porque detestava contraria o gênio Jacob do Bandolim. Êle dizia que chôro não dava mais pé porque era um tipo de música pra gente ouvir no quintal das casas suburbanas - e os quintais das casas suburbanas estavam acabando. Sendo assim, o chôro é um gênero musical que já era (*O Pasquim*, Coluna ABC do Sérgio Cabral, 04/02/1971, p. 6).

O primeiro ponto a ser observado aqui é o tratamento que Cabral fez a Jacob do Bandolim, que o reconheceu como um gênio. Porém, apesar disso, demonstrou também que discorda da opinião do músico, pois conforme é apontado adiante, por causa do contexto em que o choro era praticado, ele estava fadado a acabar. É com base no contexto que Cabral



expressa sua opinião quanto à reformulação deste gênero musical que é tradicional da música popular brasileira. Assim, Cabral argumenta:

[...] Mas o choro que Tom colocou no seu disco, chamado Garoto, numa homenagem ao grande violinista Aníbal Fernandes Sardinha, o Garoto, me chamou a atenção para o diálogo Chico de Assis-Jacob do Bandolim. Sendo um gênero que abre amplas possibilidades de interpretação e de improviso para os músicos, o choro pode perfeitamente ser reformulado (O Pasquim, Coluna ABC do Sérgio Cabral, 04/02/1971, p. 6).

Desta forma, Cabral afirma textualmente que uma reformulação de um gênero musical tradicional é possível de ser realizada. Essa ideia de reformulação corrobora com o texto onde ele simpatizou com Caetano Veloso e ao verbete onde fala da música *Domingo no Parque*, onde Cabral demonstra uma reformulação do próprio discurso, ao considerar novos fatos de seu contexto.

Um último tópico que vale ser mencionado, é a opinião de Sérgio Cabral quanto a música internacional. Antes de adentrar nesse tópico, vale trazer para a discussão um aspecto sobre Cabral que foi levantado por Ferreira Leal (2015), que é o apreço por elementos nacionais e tradicionais na música. Em sua dissertação de mestrado, Ferreira Leal estudou os críticos José Ramos Tinhorão, Ary Vasconcelos e Sérgio Cabral, colocando os três num grupo que ele categorizou como “historiadores-jornalistas”, que prezavam pela música nacional. Conforme será demonstrado adiante pelo conjunto de fontes, os apontamentos de Leal se confirmam, entretanto, também é possível notar que Cabral não é um crítico que rejeita a música que não é brasileira.

Numa de suas dicas, Cabral trás a discussão a respeito da música internacional e expressa o seu posicionamento. A dica trata-se de recomendação sobre um texto onde Rogério Duprat faz uma indagação a Paul Simon sobre a padronização da música popular a partir dos modelos estadunidenses. Conforme foi publicado n’*O pasquim*:

- Vocês, americanos, como sentem (encaram) a padronização nauseante da música em um modelo made in USA?
- Se estou sentindo! Nota-se perfeitamente a grande influência da música americana. Acho realmente uma tristeza. Gosto de ouvir música de todos os países, todo povo tem uma dose enorme de boa música. Se uma determinada música vem roubar a identidade nacional da música de outro país, então há um empobrecimento para



todos e o que se tem é uma música medíocre. Os Estados Unidos produzem uma música muito rica; se você quiser ouvir boa música americana venha ouvi-la no meu país, Não acho que precisamos de imitações. O que queremos é ouvir a boa música que os outros países têm a oferecer (*O Pasquim, As Dicas*, “Falaram e Disseram”, Sérgio Cabral, 04/11/1970, p. 30).

Esta dica trás uma reprodução de um texto publicado pela *Manchete*, onde Rogério Duprat Duprat questiona Paul Simon sobre o que ele chama de uma “padronização da música popular”, segundo os padrões estadunidenses. Na publicação feita pelo *Pasquim*, há logo abaixo do título da dica um quadro contendo um foto de Rogério Duprat, onde ao lado ele é chamado de compositor e arranjador, demonstrando que ele é um argumento de autoridade na área da música. Conforme consta no Dicionário Cravo Albin, Duprat trabalhou como maestro de Orquestra Sinfônica, prestou serviço para a rádio, para a televisão e para o cinema e teve ampla participação no movimento Tropicalista. Toda essa participação no mercado musical já havia acontecido antes da publicação do fragmento citado por Cabral. Entretanto, apesar da ênfase que a publicação trouxe para Duprat através da foto, o material textual predominante na reprodução é a resposta dada por Paul Simon., que era um cantor e compositor estadunidense de música folk rock. Sobre isso, Cabral comenta:

Olhai, pessoal: o recorde é da Manchete, a pergunta é do Maestro Rogério Duprat, o papa da vanguarda musical brasileira, e a resposta é de Paul Simon, um dos caras mais lúcidos da música internacional. Leiam o que eles estão dizendo (*O Pasquim, As Dicas*, “Falaram e Disseram”, Sérgio Cabral, 04/11/1970, p. 30).

Dessa forma, além de valorizar a opinião de ambos os músicos como relevante, Cabral endossa o que foi dito por eles. Assim, ele reconhece que a “padronização da música”, conforme aponta Duprat, que ele chama de o “o papa da vanguarda musical brasileira”, ao mesmo tempo em que considera que Simon é “um dos caras mais lúcidos da música internacional”. Então considerando que a opinião de Simon é lúcida e que foi endossada por Cabral, é possível afirmar que no posicionamento dele como crítico, confirma-se o aspecto nacionalista apontado por Ferreira Leal (2015), mas que ele também valoriza a “música boa de outros países”.

Um outro texto de Cabral que pode confirmar esta hipótese sobre seu posicionamento. Trata-se de um texto avulso, onde Cabral conta sobre tudo o que tinha ouvido e assistido durante



uma viagem que durou 58 dias. A lista traz uma música de Wanderléa, uma menção a Beth Carvalho; um comentário positivo sobre a música *Deixa Sangrar*, numa gravação da Gal Costa, composta por Caetano Veloso; menções a Chico Buarque; à música Madalena interpretada por Elis Regina e ainda outros nomes. Porém, ao final das várias menções, todas de músicas brasileiras, Cabral faz um longo comentário sobre a música *Because*, dos Beatles. Nas palavras dele:

“duvido que, entre tôdas as músicas recentemente lançadas, haja alguma mais bonita do que **Because**, de Lenon e McCartney. Se os Beatles não fizessem mais nada, a sua existência estaria inteiramente justificada como reabilitadores de melodia. A melodia renasceu com aqueles caras e **Because** é uma das provas. Ouvi esta música durante cinqüenta e oito dias pelo menos duas vêzes por dia e não encheu o saco. É a vencedora incontestemente do Festival da Gripe” (*O Pasquim*, Sérgio Cabral, 14/01/1971, p.8).

A forma como a música dos *Beatles* foi tratada aqui, confirma o apontamento que Cabral citou de Paul Simon em resposta a Rogério Duprat. Os *Beatles* não são uma banda estadunidense, porém, ao chamar a música *Because* de a “mais bonita”, Cabral dá uma confirmação textual ao que Simon diz sobre “ouvir a boa música que os outros países têm a oferecer”. Desta forma, é seguro afirmar que em seu posicionamento como crítico musical nacionalista, apesar de valorizar a música nacional, ele não despreza a música internacional.

A discussão central nos textos de Cabral, ao longo da sua crítica, é colocada na música popular brasileira. Entretanto, o debate apresentado por ele sobre a música internacional, confirma a forma como ele enxerga a música brasileira. Por isso, é válido considerar essa ideia que ele trouxe sobre a “identidade musical de um país”. Assim, mesmo discutindo a música internacional, Cabral encontra uma forma de expressar o que pensa sobre a música popular brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi exposto nas fontes selecionadas para a discussão do presente artigo, é seguro afirmar que Sérgio Cabral é um crítico musical que agrega valor a aspectos da tradição da música popular brasileira. Isso é demonstrado na dica onde ele elogia o LP de Pixinguinha e nos verbetes onde ele comenta sobre as escolas de samba. Entretanto, apesar



SIPEC

EAIC – EAEX – EAITI

IV SIPEC

IX EAIC – VI EAEX – IV EAITI – I EAIC JR

30-out a 01-nov de 2023

do respeito de Cabral pela tradição, ele também se mostra aberto ao diálogo e a reformulações da música. Isso é demonstrado pela forma como ele afirma ter mudado sua opinião quanto a Caetano Veloso e Gilberto Gil, que estavam produzindo músicas tropicalistas que quebravam várias das convenções existentes na música brasileira. Entretanto, a abertura de Cabral para a modernidade fica explícita no seu comentário sobre a reformulação do Choro. Logo, é possível afirmar que no diálogo entre tradição e modernidade, Cabral é um crítico que respeita a tradição, mas que também dialoga com as reformulações desta tradição, que são impostas pela modernidade.

REFERÊNCIAS

FERREIRA LEAL, Luã. **Compassos e Descompassos: a música popular e o tempo da tradição**. *Dissertação de Mestrado*. Campinas: Unicamp, 2015.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio

Página 12 de 12



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





ROSSINIANA Nº6 PARA VIOLÃO DE MAURO GIULIANI – DESAFIOS TÉCNICOS E ESTILÍSTICOS EM SUA PREPARAÇÃO PARA A PERFORMANCE

Yasmin Alves da Silva - (Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba I, yasminalves.vio@gmail.com

Prof. Dr. Fábio Scarduelli - Orientador
Unespar/Campus Curitiba I, fabioscarduelli@yahoo.com.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Grande Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

INTRODUÇÃO

As 6 *Rossinianas* do compositor italiano Mauro Giuliani (1781-1829) representam um dos maiores desafios de performance no repertório clássico-romântico do violão. Sua complexidade envolve uma vasta gama técnica mas exige também um conhecimento estilístico do que está por traz de sua construção: o estilo operístico de Gioachino Rossini (1792-1868). O domínio dessas obras assegura ao intérprete uma carga de conhecimentos que pode ser facilmente transferida a outras obras do estilo clássico-romântico, cujo repertório é a base da formação violonística. Dessa forma, a escolha desse repertório como objeto de pesquisa implica em múltiplas contribuições no âmbito da graduação, tais como a reflexão e a prática do preparo técnico necessário para a execução de uma obra dessa envergadura, o que vai replicar necessariamente na preparação de outros repertórios e estilos.

O presente artigo discute e apresenta os processos de preparação para a performance da “Rossiniana 6”. Tais processos são apontados a partir da perspectiva de questões técnicas e estilísticas presentes na obra. As problemáticas referentes às questões estilísticas são tratadas a partir da comparação entre a “Rossiniana 6” e as óperas de Gioachini Rossini, usadas por Giuliani na composição desta obra. Portanto, por meio da Autoetnografia e de suas ferramentas, a pesquisa visou estabelecer as resoluções das demandas envolvidas na preparação da obra.



MATERIAIS E MÉTODOS

A principal atividade realizada durante todo nosso processo de pesquisa foi a prática musical, neste caso, da obra “Rossiniana nº 6”, para violão de Mauro Giuliani, caracterizando o trabalho como pesquisa artística. Foi realizada leitura da obra, escolha das digitações, análise e prática estilística, escolha dos aspectos musicais como articulação, dinâmica, fraseado e agógica, prática dos aspectos técnicos, e adequação da linguagem idiomática às questões interpretativas. Foram geradas a partir disso as discussões e os argumentos, e estabelecidas as ferramentas de investigação. Segundo Lopez-Cano e Opazo, no livro “Investigación artística em música: Problemas, métodos, experiências y modelos”,

“Nesta investigação, a autoridade da prova documental é criticada, não a partir dos princípios da pesquisa histórica, mas a partir das necessidades e referências da pesquisa artística. Isso destaca que tanto a argumentação quanto o regime de verdade dos resultados da pesquisa artística são diferentes dos de outros ramos da pesquisa acadêmica e, por vezes, a própria prática musical pode adquirir maior autoridade, relevância ou hierarquia nos objetivos e metas desta tipo de consulta.” (López-Cano; Opazo, 2014, p. 125)

Nesse sentido, a prática musical é realizada pelo próprio pesquisador e, portanto, nos deparamos com a figura artista-investigador, sendo este o objeto e o sujeito da pesquisa (López-Cano; Opazo, 2014). Assim, esta foi organizada a partir do princípio da “prática-reflexão”, ou seja, da metodologia da Autoetnografia.

"Hoje, o termo frequentemente se refere a estratégias de pesquisa que buscam descrever e analisar sistematicamente a experiência pessoal do pesquisador a fim de compreender algum aspecto da cultura, fenômeno ou evento do qual ele pertence ou participa."(Ellis, Adams y Bochner, 2011, p. 273 apud López-Cano; Opazo; 2014, p. 138).

Para registro das atividades realizadas foi utilizada a ferramenta do Caderno de Registros, classificado pelos autores Lopez-Cano e Opazo (2014) como “(...) um registro físico ou digital, onde se compila tudo o que é relacionado à investigação” (LÓPEZ-CANO; OPAZO, 2014, p. 109).



A partir de Lopez-Cano e Opazo (2014), foram definidas as estratégias e os princípios para a construção do Caderno de Registros. Foi elencado que, a partir do estudo diário da obra, seriam observados e anotados os “Aspectos Técnicos”, os “Aspectos Musicais” e os “Aspectos Livres”, este último relacionado a pensamentos, sentimentos e estados de espírito ligados a ação. O registro foi realizado a partir da “Auto-observação Direta”, ou seja, no momento da prática e por “Intervalo Cronológico”, por ordem cronológica de realização. Semanalmente, foi realizado o registro por “Intervalo de Inventário”, com uma autorreflexão, ou seja, um breve compilado do que foi realizado e vivenciado durante a semana. Os exemplos do Caderno de Registro podem ser vistos abaixo:

Quadro 1 – Caderno de Registros

<ul style="list-style-type: none">• Terça-feira, 10/01/2023
*Leitura da obra – VARIAÇÃO 1
- Registro Cronológico
1º = leitura da VARIAÇÃO 1
- foco na leitura ampla;
- foco na divisão de frases;
- foco na compreensão do material formal;
2º = digitação de mão direita
- foco em evitar cruzamentos e repetições;
- digitação aberta à alteração visando futuro aumento de velocidade;
° ASPECTOS TÉCNICOS: digitação de mão direita e breve digitação de mão esquerda facilmente realizadas devido ao caráter simples da composição (tonal em primeira posição)
° ASPECTOS MUSICAIS: estudo da divisão das vozes a partir da intencionalidade da dinâmica e da escolha de digitação.
*Prática da obra - INTRODUZIONE



- Registro Cronológico
1º = estudo detalhado de cada trecho da INTRODUZIONE – comp. 1 ao 31
- foco na minúcias para refinamento;
º ASPECTOS TÉCNICOS: Abertura, comp. 1 ao 15 – estudo dos abafadores, dos tempos de cada acorde, das articulações, das dinâmicas - *atenção maior para a mão direita, responsável pela maior parte dos resultados das questões mencionadas; Comp. 16 ao 31 – estudo dos abafadores, da divisão das vozes, das dinâmicas e dos harmônicos.
*Dificuldades: 1º acertar o tempo dos acordes em mínima juntamente com a entrada contrastante em dinâmica das outras ideias/notas; 2º realizar os harmônicos com qualidade de som e projeção.
*Resoluções: 1º abafar o acorde e ao mesmo tempo iniciar o toque das notas seguintes (abafar com mão direita); 2º tocar os harmônicos (mão direita) mais próximo ao cavalete.
º ASPECTOS MUSICAIS: estudo do contraste das dinâmicas e da criação de uma atmosfera galante, grandiosa e vívida.
*Dificuldades: acertar o peso da mão direita sem estourar o som nas dinâmicas mais “f” e manter a compreensão da música nas dinâmicas mais “p”.
º ASPECTOS LIVRES: hoje consegui manter uma concentração por um período mais prolongado e consegui me atentar e me dedicar à detalhes mais minuciosos, o que me trouxe um sentimento de satisfação com o estudo e mais vontade de seguir no ritmo de LEITURA > REFINAMENTO.

Fonte: elaborada pelos autores

Quadro 2 – Caderno de Registros

<ul style="list-style-type: none">Quarta-feira, 11/01/2023
*Leitura da Obra – VARIAÇÃO 2
- Registro Cronológico



1º = visualização do material composicional - sem instrumento
- leitura de padrões;
2º = leitura geral da obra
- foco na decodificação dos padrões composicionais e de digitação;
3º = digitação da obra
- foco no mantimento dos padrões e na digitação de mão esquerda visando agilidade;
º ASPECTOS TÉCNICOS: padronização das digitações com base nos padrões composicionais visando agilidade motora para alcançar o andamento final.
º ASPECTOS MUSICAIS: escolha da digitação visando a divisão e a alternância das vozes.
*Dificuldades: a maior dificuldade hoje foi durante a leitura inicial na escolha das digitações padrões em meio a diversidade melódica e cromática.
º ASPECTOS LIVRES: hoje estou me sentindo mais cansada e com dores na lombar, o que implica na concentração menor. Dessa forma, demorei muito mais que o normal para a leitura das duas páginas da Variação 2.

Fonte: elaborada pelos autores

Quadro 3 – Caderno de Registros

10/03/2023
*REGISTRO POR INTERVALO DE INVENTÁRIO
<ul style="list-style-type: none">Essa semana, os próximos meses de estudo de cada trecho da obra foram definidos quanto a andamento, bem como foram definidos os andamentos finais. Essa definição prévia dos andamentos busca trazer um estudo controlado e consciente do aumento do mesmo, bem como da apreensão dos elementos técnicos e musicais da obra. Os andamentos definidos já começaram a ser aplicados na semana.

Fonte: elaborada pelos autores



Quadro 4 – Caderno de Registros

31/03/2023

***REGISTRO POR INTERVALO DE INVENTÁRIO**

- Nessa semana, apesar de ter executado a obra completa, o foco do estudo foi na **Variação 2** e no **Maestoso 2**, principalmente neste último, após a pesquisa e apreciação da partitura, do libreto e de diferentes interpretações da ópera que o mesmo foi inspirado. Além disso, a semana foi de adaptação e de novas descobertas no violão após a nova regulação, encontrando novas dificuldades e facilidades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No processo de estudo e preparação da performance da obra “*Rossiniana 6*”, de Mauro Giuliani, alguns trechos apresentaram maiores desafios técnicos e estilísticos. Estes estão elencados na tabela abaixo, sendo os trechos 3 e 8 analisados posteriormente, com os dados do Caderno de Registros.

Tabela 1 – Trechos de Desafio Técnico-Estilístico

MOVIMENTO	ORDEM	COMPASSOS	TIPO	DEMANDA
Introduzione	1	32-38	Técnico	Velocidade e Leveza Sonora na Melodia e no Acompanhamento
Introduzione	2	49,51,53,55	Técnico	Precisão Rítmica e Refinamento Sonoro nos Ligados
Larghetto	3	Todo	Estilístico	Lirismo Temático da Ópera
Variação 2	4	1,2,5,	Técnico	Coordenação Motora - abafadores, mudança de posição e andamento
Variação 2	5	14	Técnico	Ação Múltipla do Dedo 1
Variação 2	6	21-38	Técnico	Relaxamento na Mão Direita e Destaque do Baixo nas Tercinas
Maestoso	7	18-19	Estilístico	Interpretação Cadencial



Maestoso	8	20-27	Técnico	Destaque da Melodia – Articulação do Baixo
Allegro Brilhante	9	82-83, 90-91	Técnico	Agilidade de Mão Esquerda para Realização dos Intervalos

Fonte: elaborada pelos autores

*Os compassos foram sempre contados a partir do início de cada movimento, por tanto, cada um destes sempre inicia no “compasso 1”

QUESTÕES PRÁTICAS – TÉCNICAS E ESTILÍSTICAS

Trecho 3

O trecho 3 é compreendido pelo movimento Larghetto. Seu desafio se concentra na questão estilística. O tema é estritamente retirado da Ópera *Semiramide*, de Gioachino Rossini. Na ópera, o tema é cantado pela voz Soprano e está inserido em um contexto de tensão e mistério. Nesse sentido, a execução dentro da Ópera é de extrema dramaticidade e lirismo, algo que é complexo de se fazer no violão com a mesma intensidade. Dessa forma, o desafio é transplantar estes aspectos interpretativos para o instrumento de maneira eficaz.

As soluções para este trecho foram trabalhadas e desenvolvidas desde o momento de sua leitura, e concluídas apenas depois de 6 meses, como observado no Caderno de Registros. As atividades englobaram desde a compreensão do material musical formal até decisões sobre articulação, dinâmica, timbre e andamento.

Quadro 5 – Larghetto, 08/11/2022

• Terça-feira, 08/11/2022
*Leitura da Obra + Prática – LARGHETTO + INTRODUZIONE
- Registro Cronológico
1º = leitura rítmica do LARGHETTO – sem instrumento
2º = leitura da LARGHETTO
- foco na leitura ampla;



- foco na divisão das frases;
- foco na compreensão do material musical;
3° = estudo da INTRODUZIONE
- foco na digitação;
° ASPECTOS TÉCNICOS: INTRODUZIONE – digitação da obra – mão esquerda e direita.
° ASPECTOS MUSICAIS: INTRODUZIONE – visualização de pontos específicos na dinâmica e articulação.
° ASPECTOS LIVRES: menos concentração que ontem, mais ansiedade para cumprir as tarefas do dia.

Fonte: elaborada pelos autores

Quadro 6 – Larghetto, 17/11/2022

• Quinta-feira, 17/11/2022
*Leitura da obra + Prática – LARGHETTO + INTRODUZIONE
- Registro Cronológico
1° = digitação do LARGHETTO
2° = estudo dos abafadores + articulação do LARGHETTO
- articulação de A (comp. 1 ao 8) em: staccato;
- articulação de B (comp. 9 ao 16) em: ainda não definido;
3° = definição das microdinâmicas do LARGHETTO
4° = ornamentação no LARGHETTO
5° = estudo da INTRODUZIONE
° ASPECTOS TÉCNICOS: LARGHETTO – digitação da obra, prática do ornamento (comp. 14); INTRODUZIONE – prática das seções virtuosísticas (comp.



31 ao 41).

◦ **ASPECTOS MUSICAIS:** LARGHETTO – prática dos abafadores e da articulação, prática das macrodinâmicas;

◦ **ASPECTOS LIVRES:** hoje acordei mais cansada, gerando uma prática mais lenta, entretanto, durante a prática em si, consegui manter o foco.

Fonte: elaborada pelos autores

Quadro 7 – Larghetto, 17/01/2023

<ul style="list-style-type: none">• Terça-feira, 17/01/2023
*Estudo da obra – LARGHETTO
- Registro Cronológico
1º = estudo da 1ª frase (comp. 1 ao 4)
2 = estudo da 2ª frase (comp. 9 ao 16)
- foco no legato da melodia;
- foco na articulação do baixo e acompanhamento;
- foco em manter a dinâmica em “piano”;
- foco em realizar os arcos dinâmicos das semifrases;
- foco na divisão da melodia-acompanhamento-baixo;
◦ ASPECTOS TÉCNICOS: sustentação dos dedos utilizados na melodia; abafadores para articulação dos baixos e acompanhamentos.
◦ ASPECTOS MUSICAIS: diferença de dinâmica e articulação entre melodia-baixo-acompanhamento; relaxamento da mão direita para conseguir realizar o contraste dinâmico; estudo minucioso das articulações.

Fonte: elaborada pelos autores



Quadro 8 – Larghetto, 06/04/2023

<ul style="list-style-type: none">• Quinta-feira, 06/04/2023
*Estudo da obra – LARGHETTO
- Registro Cronológico
1º = revisão das articulações
2º = foco na sustentação das notas longas da melodia – TOQUE COM APOIO
3º = diminuição do andamento
- foco em verificar as possibilidades de manter/criar o caráter lírico com o andamento lento.
○ ASPECTOS TÉCNICOS: articulação; abafadores; relaxamento dos membros; mudança de posição; sustentação das notas; toque com apoio.
○ ASPECTOS MUSICAIS: articulação; dinâmica; andamento; diferenciação das vozes; rubato.
*Dificuldades e Soluções: encontrar um resultado final e de qualidade do Larghetto a partir da diminuição do andamento, referente ao caráter, qualidade sonora, peso e musicalidade. Ainda sem uma solução.

Fonte: elaborada pelos autores

Quadro 9 – Larghetto, 11/05/2023

<ul style="list-style-type: none">• Quinta-feira, 11/05/2023
*Estudo da obra – LARGHETTO
- Registro Cronológico
1º = estudo da dinâmica “p” e do timbre “doce” em A
2º = estudo da dinâmica “f” e do timbre “metálico” em B
3º = estudo da articulação em “non-legato” do acompanhamento



4º = estudo do destaque da melodia

- unidade por contato + dinâmica

5º = estudo dos contrastes entre os trechos A e B

Fonte: elaborada pelos autores

Trecho 8

O trecho 8 compreende aos compassos 20 ao 27 do movimento Maestoso. Seu desafio principal é técnico, visto que exige o destaque da melodia, a articulação do baixo e da melodia (levando em conta nossas decisões interpretativas baseadas nas análises dos temas nas óperas), e a mudança de dinâmica a partir do compasso 24. Nesse aspecto, foram desenvolvidas formas de estudos para se chegar ao resultado desejado.

A mão direita foi o principal elemento do desafio técnico. A partir de elementos interpretativos estabelecidos, concluiu-se que esta deve realizar tanto a ativação, com os dedos médio e indicador, das cordas 1 e 2 que realizam a melodia, como a ativação, com o dedo polegar, das cordas 4, 5 e 6 que realizam os baixos. Além da pura ativação das cordas, são necessários no trecho, o controle da dinâmica diferente entre melodia e baixo, buscando o destaque da melodia, e o controle da articulação diferente também entre melodia e baixo. No que compete à articulação, a melodia é intercalada entre “staccato simples” e “legato”, e os baixos, ocorre em “non-legato”. Portanto, a mão direita realiza inúmeras ações ao mesmo tempo, o que exige domínio extremo da coordenação motora. Para tal, verifica-se no Caderno de Registros que as práticas para resolução desse desafio foi: a prática de apenas a mão direita; a prática das vozes separadamente (apenas mão direita); a junção das vozes (apenas mão direita); o estudo exclusivo da articulação (apenas mão direita); o estudo exclusivo da dinâmica/peso entre melodia e baixo (apenas mão direita); a junção da mão direita e mão esquerda; a prática lenta; e a repetição.

Quadro 10 – Maestoso, 27/02/2023

- Segunda-feira, 27/02/2023

***Releitura e Estudo da obra – MAESTOSO – ROSSINI (2) - (COMP. 1 ao 29)**



- Registro Cronológico
1º = Releitura das 2 primeiras frases (comp. 1 ao 16)
- foco na digitação de mão direita e esquerda;
2º = Releitura dos compassos seguintes (comp. 16 ao 19)
- foco na digitação de mão direita e esquerda;
3º = Releitura e estudo dos compassos 20 ao 29
- foco na digitação de mão direita e esquerda;
- foco na coordenação da mão direita – baixos e melodia + articulação (comp. 20 ao 27);
- foco na sincronização de mão direita e esquerda (comp. 20 ao 27);
- foco no legato nas mudanças de posição, além de não produzir ruído (comp. 28 ao 29);
° ASPECTOS TÉCNICOS: digitação de mão esquerda e direita; coordenação motora da mão direita; sincronização entre mão direita e esquerda; mudança de posição; disposição dos membros.
° ASPECTOS MUSICAIS: legato; articulação.
*Dificuldades: 1º coordenação motora da mão direita para realizar os baixos e a melodia, além da articulação nos compassos 20 ao 27; 2º realizar a mudança de posição com precisão rítmica e sem o ruído da 4ª corda.
*Soluções: 1º estudar cada voz separadamente, estudar as duas vozes juntas extremamente lento e repetir algumas boas vezes; 2º na mudança de posição, sempre olhar para o lugar de chegada antes da mudança, tirando o dedo da 4ª corda para não produzir ruído e utilizar o dedo 1 como guia – olhar para o lugar de chegada da 4ª corda mas usar o dedo 1 na 1ª corda.
° ASPECTOS LIVRES: nessa semana continuo focando no estudo lento da obra



com o objetivo de conscientização de todos os aspectos.

Hoje reservei menos tempo de estudo e estava em um péssimo dia física e mentalmente falando, portanto, o estudo foi mais curto e mais leve.

Fonte: elaborada pelos autores

Quadro 11 – Maestoso, 21/06/2023

<ul style="list-style-type: none">• Quarta-feira, 21/06/2023
*Estudo da obra – MAESTOSO
- Registro Cronológico
1º = estudo dos compassos 20-27
- foco na articulação em “non-legato” dos baixos + cantabile da melodia
- estudo lento e progressivo
2º = estudo dos compassos 1–30
- foco na separação melodia x acompanhamento
- foco em evitar que o esforço físico e as mudanças de posição para a realização do acompanhamento não interrompa o fluxo melódico
3º = estudo dos compassos 30-42
- foco na manutenção do andamento
- foco no fraseado
4º = estudo dos compassos 42-fim
- foco no andamento
- foco nas mudanças de posição
5º = execução da obra toda

Fonte: elaborada pelos autores

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS ÓPERAS DE GIOACHINO ROSSINI E A ROSSINIANA 6 DE MAURO GIULIANI



Realizaremos aqui uma análise comparativa entre os temas usados por Giuliani na *Rossiniana 6* e seus originais nas óperas de Rossini. Usaremos como fonte as partituras fac-símiles de Rossini e gravações diversas, além é claro do fac-símile da *Rossiniana 6*.

Antes de discutirmos as análises, apresentamos abaixo um quadro com as partes da *Rossiniana 6* e seus temas correspondentes identificados nas óperas, incluindo a localização no fac-símile de Rossini (disponível em domínio público no IMSLP) e a minutagem na gravação com seu respectivo link.

Tabela 2 – Relações Rossini-Giuliani

Trecho da Rossiniana 6 de Giuliani: Larghetto (página 4 do fac-símile)	
Ópera de Rossini: Semiramide	
Manuscrito	Cena: página 404
	Tema usado por Giuliani: página 472
Gravações	Cena (minutagem) 1:46:13
	Tema usado por Giuliani (minutagem): 2:01:50
	Link: https://www.youtube.com/watch?v=HrY6XHdvQ6I&t=4537s

Fonte: elaborada pelos autores

Tabela 3 – Relações Rossini-Giuliani

Trecho da Rossiniana 6 de Giuliani: Maestoso (página 8 do fac-símile)	
Ópera de Rossini: La Donna Del Lago	
Manuscrito	Recitativo: página 228
	Cavatina: página 236
	Tema usado por Giuliani: página 248
Gravações	Recitativo (minutagem): 36:50
	Cavatina 1ª parte (minutagem): 39:43
	Cavatina 2ª parte (minutagem): 43:39
	Link: https://www.youtube.com/watch?v=lUtzVAH489Y&t=2269s Link extra: https://open.spotify.com/album/0A0XgU160BIyLAhUs7SmXr?si=WwDL1C8AS1KLj5JXaM6wQw

Fonte: elaborada pelos autores



Tabela 4 – Relações Rossini-Giuliani

Trecho da Rossiniana 6 de Giuliani: Allegro Brillhante (página 12 do fac-símile)	
Ópera de Rossini: L'Assedio di Corinto	
Manuscrito	Cena: página 410
	Tema usado por Giuliani: página 436
Gravações	Link: https://open.spotify.com/track/1bimkHUlpJO83nZKpEMfLU?si=bc447a22a7ac4fcf

Fonte: elaborada pelos autores

A ópera **Semiramide**, de Gioachino Rossini, foi utilizada por Mauro Giuliani para ser sua primeira referência ao compor a *Rossiniana 6* e, portanto, para escrever seu Larghetto e as Variações 1 e 2. A ópera se encontra no contexto da Babilônia, cerca de 2.000 a.C e narra a escolha da rainha Semiramide de seu novo esposo e herdeiro do trono. Nessa circunstância, a trama envolve um emaranhado de relações e sentimentos entre a Rainha Semiramide, que deseja se casar com Arsace; Arsace que deseja se casar com Azema; Assur que deseja se casar com a Rainha Semiramide; e Idreno que deseja se casar com Azema.

O tema utilizado por Giuliani é retirado da décima terceira cena, na qual é o momento exato em que Semiramide declara seu escolhido. Por esse motivo, a sombra de seu falecido esposo aparece entre o povo da Babilônia e determina condições para o novo casamento acontecer. Portanto, o caráter é tenso, misterioso e pesado. A letra atrelada à melodia usada por Giuliani é:

*Qual mesto gemito
da quella tomba...
qual grido funebre
cupo rimbomba,
mi piomba al cor!
Il sangue gelasi
di vena in vena,
atroce palpito*



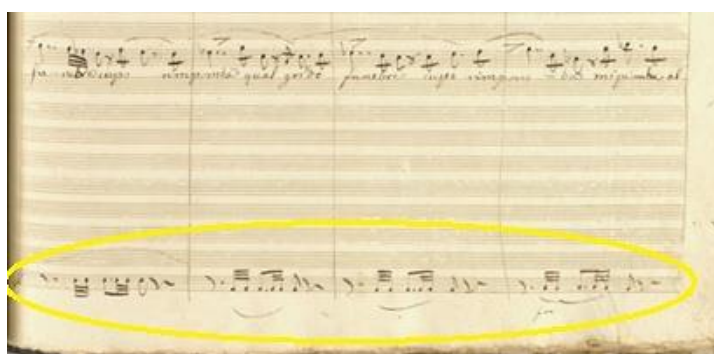
m'opprime l'anima...

respiro appena

nel mio terror.

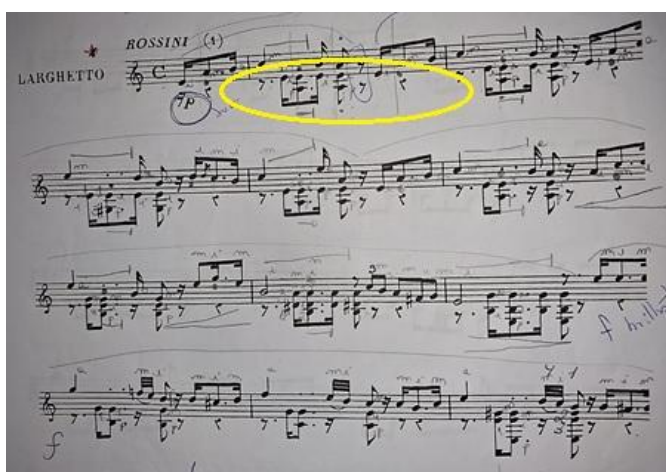
Comparando-se a escrita de Rossini e Giuliani em *Semiramide*, são poucas as pontuações a se fazer. A primeira diferença existente é a rítmica do acompanhamento. Em Rossini, é escrito a partir do contratempo do 1º tempo do compasso com duas fusas, uma colcheia pontuada e duas fusas, e uma colcheia. Em Giuliani, ele segue o padrão rítmico da melodia: semicolcheia, colcheia pontuada e semicolcheia, e colcheia.

Imagem 1 – Relações Rossini-Giuliani



Fonte: manuscrito da ópera “Semiramide” de Gioachino Rossini, domínio público. Grifado pelos autores.

Imagem 2 – Relações Rossini-Giuliani



Fonte: fac-símile da obra “Rossiniana 6”, de Mauro Giuliani. Grifado pelos autores.
JEFFERY, Brian. **Mauro Giuliani's The Six Rossiniane complete**. London: Tecla, 1996.



Em nenhuma das obras o acompanhamento possui grafia de articulação. Entretanto, articulá-lo no violão é uma necessidade técnico-idiomática de diferenciação de vozes e, nesse caso, também como escolha interpretativa, com a intenção de se remeter a diferentes instrumentos da escrita orquestral de Rossini.

Nas duas obras o tema é construído na forma AB. A problemática desse tema está relacionada à interpretação. Por mais que sejam idênticos em Rossini e Giuliani, são interpretados por instrumentos diferentes. A voz, em Rossini, pode sustentar mais eficientemente uma mesma nota, além de manipulá-la de forma mais maleável, como com o uso de um vibrato mais longo ou a mudança de dinâmica durante o tempo em que é sustentada. No violão, a capacidade de sustentação é mínima, nesse sentido, o grande desafio nesse tema é alcançar o lirismo pesado da voz e a manutenção sonora das notas longas da melodia, para que a mesma não soe fragmentada. Para isso, é necessária a escolha de um andamento condizente com a capacidade idiomática do violão. Para as notas longas da melodia, é possível utilizar o toque com apoio e o vibrato de sustentação. Além disso, a diferenciação técnica entre melodia e acompanhamento deve ser eficiente, com o objetivo de manter o foco auditivo na melodia.

A variação 1 é escrita a partir da interpolação constante de duas vozes. É possível que Giuliani tenha sido inspirado por Rossini, já que em dado momento da ópera o tema é cantado intercaladamente por Semiramide e Idreno, criando este jogo de vozes.

Na variação 2, Giuliani cita a melodia da primeira frase do tema em uma escrita virtuosística para o violão, explorando o contexto harmônico da obra.

A ópera utilizada por Mauro Giuliani para compor o próximo tema Maestoso da *Rossiniana 6* foi a **La Donna del Lago**. Com libreto de Andrea Leone Tottola, a ópera é realizada em dois atos e se passa na Escócia feudal, no contexto de guerra entre os clãs de Highlands e o Império do Rei Jaime V. Há ainda o conflito amoroso entre Elena, Rodrigo di Dhu ao qual Elena é prometida em casamento, Malcom Groeme com quem Elena deseja se casar e possui um relacionamento às escondidas do pai, e Jaime V, no codinome de Uberto di Snowdon, rei da Escócia, que se apaixonou perdidamente por Elena.

Giuliani utiliza a sétima cena do 1º ato para extrair o tema de sua obra. A cena é composta por Recitativo e Cavatina, tendo como protagonista e cantor, o personagem Malcom,



classificado no registro vocal de contralto. Todo o caráter do texto é de lamentação e queixa de Malcom pelo amor de Elena. O texto é o seguinte:

- Recitativo

*Mura felici, ove il mio ben si aggira!
Dopo più lune io vi riveggo: ah! voi
più al guardo mio non siete,
come lo foste un dì, ridenti e liete!
Qui nacque, fra voi crebbe
l'innocente mio ardor: quanto soave
fra voi scorrea mia vita
al fianco di colei,
che rispondea pietosa a' voti miei!
Nemico nembo or vi rattrista, e agghiaccia i
l mio povero cor! Mano crudele
a voi toglie, a me invola... oh rio martoro!
La vostra abitatrice, il mio tesoro*

- Cavatina 1ª parte

*Elena! oh tu, ch'io chiamo!
Deh vola a me un istante!
Tornami a dire: «io t'amo»!
Serbami la tua fé!
E allor, di te sicuro,
anima mia! lo giuro,
ti toglierò al più forte,
o morirò per te.
Grata a me fia la morte,
s'Elena mia non è.*



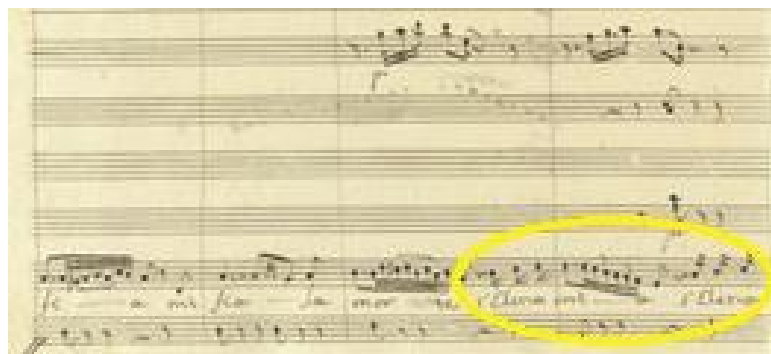
- Cavatina 2ª parte (tema usado por Giuliani)

*Oh quante lacrime ~ finor versai
lungi languendo ~ da' tuoi bei rai!
Ogn'altro oggetto ~ è a me funesto;
tutto è imperfetto, ~ tutto detesto;
di luce il cielo ~ no, più non brilla,
più non sfavilla ~ astro per me.
Cara! Tu sola ~ mi dà la calma,
tu rendi all'anima grata mercé!*

Em relação a verificação de semelhanças na escrita entre Giuliani e Rossini, observa-se a similitude de alguns motivos que estão presentes não apenas no trecho da Cavatina de mesmo tema, mas desde o início da “*Scena settima – Recitativo e Cavatina*”.

Há em Giuliani, na seção do Maestoso, no compasso 15, a mesma célula rítmica de semicolcheias pontuadas e fusas em movimento de escala descendente que há em Rossini, na seção da Cavatina “*Elena! Oh tu te, che chiamo!*”, encontrada na página 239 do manuscrito na voz do Clarinete. Em ambas as obras, a figura se encontra nos momentos de resolução fraseológica. Há também em Giuliani, na seção da variação do Maestoso, no compasso 31, o mesmo movimento motivico de início por anacruse e de escala descendente que em há em Rossini, nas páginas 245, 246 e 247, na voz de Malcom.

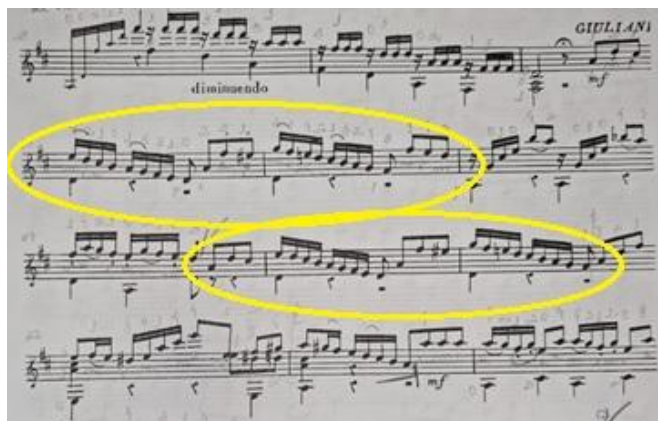
Imagem 3 – Relações Rossini-Giuliani



Fonte: manuscrito da ópera “La Donna del Lago” de Gioachino Rossini, domínio público. Grifado pelos autores.



Imagem 4 – Relações Rossini-Giuliani



Fonte: fac-símile da obra “Rossiniana 6”, de Mauro Giuliani. Grifado pelos autores.
JEFFERY, Brian. **Mauro Giuliani's The Six Rossiniane complete**. London: Tecla, 1996.

Já na seção da Cavatina “*Oh quante lacrime*”, as verificações são mais valorosas, já que é de onde Giuliani retira o tema para a Rossiniana. Portanto, também sugerem questões importantes de interpretação. Vê-se na primeira frase de “*Oh quante lacrime*”, que a última nota do motivo melódico, na escrita de Rossini, quando apresentada na parte dos instrumentos e na parte da voz, é uma semínima. Já na escrita de Giuliani, o mesmo motivo termina em colcheia.

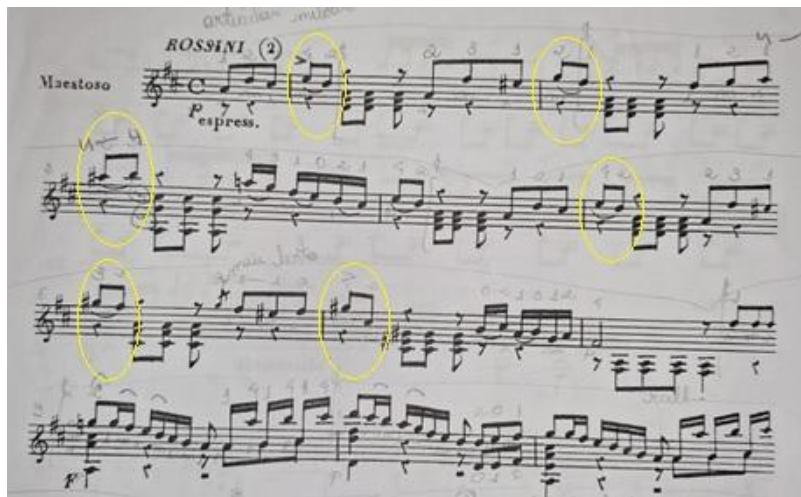
Imagem 5 – Relações Rossini-Giuliani



Fonte: manuscrito da ópera “La Donna del Lago” de Gioachino Rossini, domínio público. Grifado pelos autores.



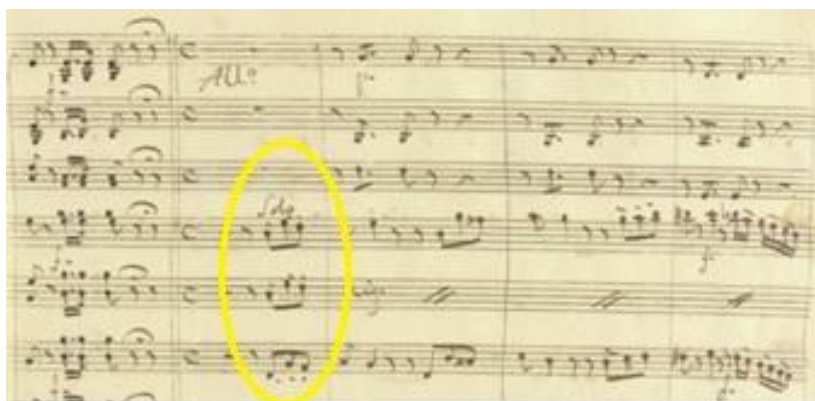
Imagem 6 – Relações Rossini-Giuliani



Fonte: fac-símile da obra “Rossiniana 6”, de Mauro Giuliani. Grifado pelos autores.
JEFFERY, Brian. **Mauro Giuliani’s The Six Rossiniane complete**. London: Tecla, 1996.

Por isso, pode-se sugerir a sustentação da melodia, ou a realização da última nota em semínima. A duração de tempo da nota, nesse caso, pode ser melhor determinada pela escolha de articulação da primeira parte do motivo, pois como já dito, em Rossini é exposto inicialmente pela orquestra e depois desenvolvido pela voz. Dessa forma, há uma pequena diferença em como a escreve. Para a orquestra há o uso de staccato nas notas de anacruse e, para a voz, não há escrita de articulação, sugerindo o uso intrínseco do legato.

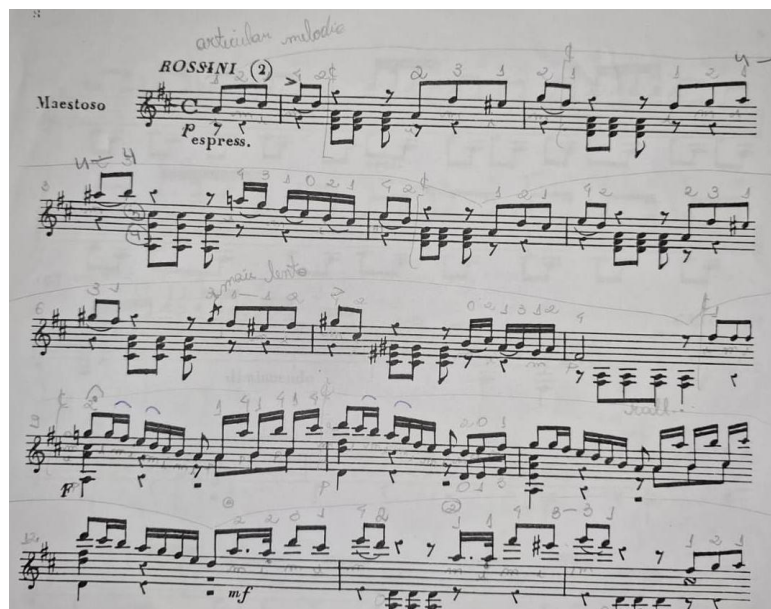
Imagem 7 – Relações Rossini-Giuliani



Fonte: manuscrito da ópera “La Donna del Lago” de Gioachino Rossini, domínio público. Grifado pelos autores.



Imagem 8 – Relações Rossini-Giuliani



Fonte: fac-símile da obra “Rossiniana 6”, de Mauro Giuliani. Grifado pelos autores.
JEFFERY, Brian. **Mauro Giuliani’s The Six Rossiniane complete**. London: Tecla, 1996.

Há em Giuliani também uma escassez de indicação de articulação para o trecho, havendo apenas a indicação da técnica de ligado violonístico nas notas do primeiro tempo do compasso, relacionado com a acentuação. Por tanto, é necessária a avaliação e decisão interpretativa do que se quer referenciar, a orquestra ou a voz, e o que idiomáticamente é possível no violão. No mesmo trecho, o acompanhamento realizado pelas cordas, é articulado no manuscrito de Rossini pelo uso de pizzicato. Articulá-lo no violão é também uma necessidade técnica idiomática de diferenciação de vozes, por mais que Giuliani não o tenha escrito.

Na segunda frase, há algumas pontuações a se fazer apenas em relação a escrita rítmica, em que são invertidas entre os compositores. Vê-se no primeiro e terceiro compasso da segunda frase que:

- 1°. Em Rossini: 1° e 2° tempo em semicolcheias; em Giuliani: 1° tempo em colcheia mais semicolcheias e 2° tempo em semicolcheias;
- 2°. Em Rossini: 3° e 4° tempo em colcheias; em Giuliani: 3° e 4° tempo em semicolcheias;

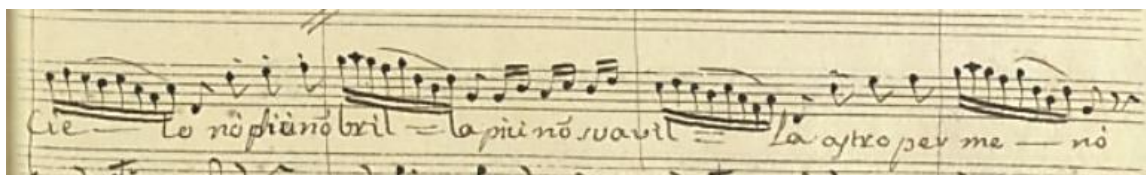
Vê-se no segundo compasso da segunda frase que:



- 1°. Em Rossini: 1° e 2° tempo em semicolcheias; em Giuliani: 1° tempo em colcheia mais semicolcheias e 2° tempo em semicolcheias;

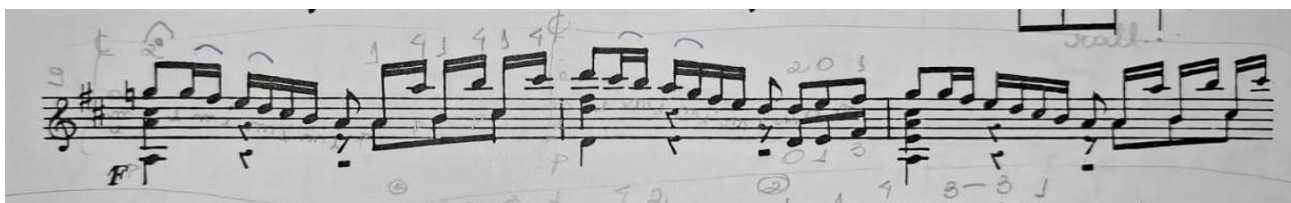
- 2°. Em Rossini: 3° e 4° tempo em semicolcheias; em Giuliani: 3° e 4° tempo em colcheias;

Imagem 9 – Relações Rossini-Giuliani



Fonte: manuscrito da ópera “La Donna del Lago” de Gioachino Rossini, domínio público. Grifado pelos autores.

Imagem 10 – Relações Rossini-Giuliani



Fonte: fac-símile da obra “Rossiniana 6”, de Mauro Giuliani. Grifado pelos autores.

JEFFERY, Brian. **Mauro Giuliani's The Six Rossiniane complete**. London: Tecla, 1996.

No fim na cavatina, há também diferenças rítmicas. Em Rossini, na página 254, após a virtuosística parte de Malcom, na entrada da orquestra, os violinos I, o ottavino e o clarinete, são escritos em semicolcheias. Já em Giuliani, é escrito em semicolcheia pontuada e fusa. Nesse mesmo trecho, na página 256, em Rossini há a escrita de “forte”, e em Giuliani há a escrita de “crescendo”. Há aí uma brecha para interpretação, ou seja, pode-se realizar a dinâmica de “forte” de maneira progressiva ou repentina.

Em Rossini há repetição do tema, em Giuliani não. Entretanto, em ambos há ornamentação na finalização da codetta da primeira exposição. Em Giuliani, esta é escrita e em Rossini não, tendo sido verificada apenas com a apreciação de gravações. Essa ornamentação ocorre por movimento descendente, em Giuliani escrito como arpejo descendente por notas repetidas. Para essa diferença entre os dois compositores há duas hipóteses:



1ª: é possível que Giuliani tenha transferido essa ideia para sua escrita de um movimento descendente de graus conjuntos existente na finalização da codetta na repetição em Rossini.

2ª: é possível que a ornamentação escrita sugira a ligação de Giuliani com a linguagem real e empírica da ópera e sua intenção factual de transferi-la para as Rossinianas.

Para as duas hipóteses, é possível agir interpretativamente diferente apesar do trecho significar a mesma ideia: intensificar o caráter improvisativo e ornamentativo ou apenas tocar o trecho como uma finalização do mesmo.

Outra possível busca de Giuliani de imprimir a linguagem da ópera em sua obra, é a utilização dos “grupetos” na sua Variação do Maestoso, nos compassos 44 e 46. São demasiado pontuais e isolados, sendo talvez presumido uma ornamentação livre baseada na prática vocal no contexto operístico da época.

Para a construção do movimento final da obra, o Allegro Brillhante, Giuliani utilizou a ópera **L’Assedio di Corinto**. Esta se encontra no contexto de guerra e invasão de território de Corinto, na Grécia, por parte dos turcos. A trama mistura guerra e paixão, em que o governador de Corinto, Cleomene, promete sua filha Pamira em casamento a Neocle, jovem oficial do exército, por sua coragem na guerra. Entretanto, Pamira deseja se casar com Maometto, Imperador da Turquia, que se apresentou como Almanzor. No fim da ópera, Pamira decide honrar seu pai e sua terra, gerando o conflito final da guerra e a vitória dos turcos.

A cena utilizada por Giuliani é a sexta. Nela, Jero, guardião das sepulturas, encoraja os homens a batalha final e as mulheres a rezar pela proteção de deus. A música nos remete a algo marcial. O tema é enunciado por Jero e repetido por Pamira, Ismene, Neocle, Cleomene e o coro. Ao mesmo tempo, a orquestra também executa o tema. O texto atrelado à melodia utilizada por Giuliani é o seguinte:

*Questo nome, che suona vittoria,
Scuote ogn'alma, e la guida a pugnar.
E vedrassi sul campo di gloria
Il sepolcro cangiarsi in altar.*



As comparações de escrita entre os compositores e as observações técnicas e interpretativas são breves, visto que não há diferenças específicas na construção do tema.

O tema na ópera é executado por toda a orquestra, que compreende a voz, o coro, as cordas (violino, viola, violoncelo e contrabaixo), o clarinete, o fagote, o trombone em F, o trombone em C, o corne em F, o corne em C# e o tímpano. Em relação a construção rítmica do tema na obra, permanece o mesmo quando Giuliani o transpõe para o violão. Em Rossini, o tema continua com materiais melódico e rítmico novos. Já em Giuliani, o tema termina no 3º tempo da página 240 do manuscrito de Rossini.

Sobre a interpretação no violão, o principal desafio é manter o caráter poderoso e guerreiro construído na ópera a partir de todos os instrumentos já mencionados. No violão, pode ser alcançado a partir do uso de dinâmicas fortes, da articulação, das nuances repentinas de dinâmica (como o “fp”), do controle rítmico para se assemelhar ao caráter militar e do controle das frases, que concede rigorosidade ao discurso. O maior desafio técnico é manter este caráter nas variações, pois estas são compostas em diferentes estruturas rítmicas, criando dificuldades de manter o andamento e controle técnico-musical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado com uso da metodologia da Autoetnografia aplicada na *Rossiniana 6*. A prática sistematizada da obra a partir da ferramenta do Caderno de Registros foi fundamental para identificarmos os pontos de dificuldade técnica e estilística, bem como para construirmos as suas resoluções.

No presente trabalho também discutimos as relações entre as óperas de Rossini e as suas partes correspondentes em Giuliani. Inserido no contexto cultural da Itália do século XIX, Giuliani escreve uma das suas mais valiosas obras, imergindo na linguagem operística e “rossiniana” vigentes na época. Portanto, constatamos que a análise e comparação estética entre as obras de ambos os compositores influenciaram não apenas na construção interpretativa da *Rossiniana 6*, mas colaboraram também na resolução de suas questões técnicas. Nesse sentido, para a construção da obra verificamos também a exigência de adaptações idiomáticas no violão, a fim de torná-la exequível, sem perder a expressividade e a



dramaticidade. Assim, nos aproximamos do estilo operístico de Rossini para uma interpretação historicamente informada de Giuliani.

Todas essas discussões são resultantes do processo percorrido para a preparação da obra e da sua performance. Da mesma forma, todas essas discussões expandiram nosso entendimento da obra de Mauro Giuliani e das Rossinianas. Assim, o que se propõe na Rossiniana é a transmissão da dramaticidade da ópera, da força da orquestra e da sutileza do violão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JEFFERY, Brian. **Mauro Giuliani's The Six Rossiniane complete**. London: Tecla, 1996.

LÓPEZ-CANO, Rubén; OPAZO, Úrsula San Cristóbal. **Investigación Artística en Música: problemas, métodos, experiencias y modelos**. Barcelona: Conaculta Fonca, 2014.

ROSSINI, Gioachino. Interprete: Orquestra e Coro do Teatro Alla Scala. In: **L'Assedio di Corinto**. Milão: Opera d'oro. 1969. 1 disco sonoro. Disco 2, faixa 11.

ROSSINI, Gioachino. Interprete: Orquestra e Coro do Teatro La Fenice. In: **Semiramide**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HrY6XHdvQ6I&t=4537s>> Acesso em: 31 ago. 2023.

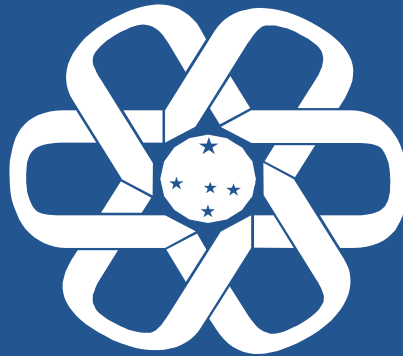
ROSSINI, Gioachino. Interprete: SWR Radio Orchestra Kaiserslautern. In: **La Donna del Lago**. Europa: Naxos, 2008. 1 disco sonoro. Disco 2, faixa 13.

ROSSINI, Gioachino. **La Donna del Lago**. 1819. 1 partitura, manuscrito. Grade. [https://vmirror.imslp.org/files/imglnks/usimg/0/02/IMSLP106386-PMLP83289-Rossini_-_La_donna_del_lago_\(score_ms_N\)_act_I.pdf](https://vmirror.imslp.org/files/imglnks/usimg/0/02/IMSLP106386-PMLP83289-Rossini_-_La_donna_del_lago_(score_ms_N)_act_I.pdf)> Acesso em: 31 ago. 2023

ROSSINI, Gioachino. **L'Assedio di Corinto**. 1826. 1 partitura, manuscrito. Grade. [https://vmirror.imslp.org/files/imglnks/usimg/7/72/IMSLP107824-PMLP58498-Rossini_-_L'assedio_di_Corinto_2_\(fs_ms\).pdf](https://vmirror.imslp.org/files/imglnks/usimg/7/72/IMSLP107824-PMLP58498-Rossini_-_L'assedio_di_Corinto_2_(fs_ms).pdf)> Acesso em: 31 ago. 2023

ROSSINI, Gioachino. **Semiramide**. 1823. 1 partitura, manuscrito. Grade. Disponível em: <[https://s9.imslp.org/files/imglnks/usimg/6/6d/IMSLP108133-PMLP48525-Rossini_-_Semiramide_I_\(fs_ms\).pdf](https://s9.imslp.org/files/imglnks/usimg/6/6d/IMSLP108133-PMLP48525-Rossini_-_Semiramide_I_(fs_ms).pdf)> Acesso em: 31 ago. 2023

ZANGARI, Giuseppe. **Mauro Giuliani (1781-1829): Instrumental and Vocal Style in Le Sei Rossiniane**. 120f. Dissertação (Mestrado em Música), Universidade de Sydney, 2013.



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná

REALIZAÇÃO

PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação



APOIO

